

# INDICE

DOS

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

### 1894



	Pags.
N. 1646 — MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1894 — Torna extensiva aos secretarios das Capitancias dos por- tus a disposição do art. 27 do regulamento anexo ao decreto n. 1195 A, de 30 de dezembro de 1892.....	1
N. 1647 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1894 — Providencia sobre o Insti- tuto Sanitario Federal e dá-lhe regulamento.....	2
N. 1648 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1894 — Estabelece o distinctivo para o Curso de Notariado.....	21
N. 1649 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1894 — Manda adoptar o modelo do livro de inscripção das associações a que se refere o decreto legislativo n. 173 de 10 de setembro ultimo....	22
N. 1650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Palma, no Estado do Rio de Janeiro.....	23
N. 1651 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1894 — Regula de novo os concursos para empregos de Fazenda.	23
N. 1652 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1894 — Approva o regulamento para o Internato do Gymnasio Nacional.....	28
N. 1653 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Approva as novas instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Lebental, no Estado do Ceará.....	6

	Pags.
N. 1654 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Approva a planta, perfil longitudinal e orçamento para a construção da linha da Barra do Canhoto a Correntes, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.....	122
N. 1655 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Declara caduca a concessão para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da Tijua.....	122
N. 1656 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito extraordinário de 300:000\$ para despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e tranquillidade publicas estão ou foram perturbadas....	123
N. 1657 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 422:433:750 para o custeio do Presídio de Fernando de Noronha durante o primeiro semestre deste anno.....	123
N. 1658 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1894 — Approva com modificações os estudos definitivos da 1. <sup>a</sup> secção da linha ferrea de Uberaba a Coxim, na extensão de 103 kilometros.....	124
N. 1659 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1894 — Declara caducas as concessões de tres engenhos contraes de que seccionaria a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos.....	125
N. 1661 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1894 — Approva os estatutos da Companhia de seguro mutuo contra fogo e sobre a vida <i>Crucivero</i> .....	125
N. 1662 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1894 — Providencia sobre o pagamento de despesa relativa á Brigada Policial da Capital Federal.....	139
N. 1663 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de janeiro de 1894 — Approva o regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.....	139
N. 1665 (**) — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1894 — Crea mais deus batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.....	242
N. 1666 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Avare, no Estado de S. Paulo.....	242

(\*) O decreto n. 1654 não foi publicado.

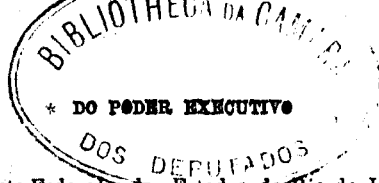
(\*\*) Com o n. 1664 não houve acto.



Pag.

N. 4667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1894 — Prorroga, com modificações, até 25 de fevereiro proximo vindouro, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 4617 de 25 de dezembro ultimo; e torna-o extensivo á Capital do Estado da Parahyba. ....	243
N. 4668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1894 — Dá instrucções para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da Republica e consolida as disposições vigentes quanto ás eleições federaes	244
N. 4669 — MARINHA — Decreto de 8 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 2.000:000\$ para attender á insufficiencia do credito extraordinario de 3.021:418\$738 concedido por decreto n. 4556 de 6 de outubro de 1893. ....	254
N. 4670 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de fevereiro de 1894 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do primeiro trecho da linha de Catalão a Palmas, na extensão de cem kilometros e duzentos metros. ....	254
N. 4671 — FAZENDA — Decreto de 8 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de 8:400\$ para pagamento dos vencimentos dos 1.º e 2.º adjuntos do procurador da Republica e do solicitador da Fazenda, durante o exercicio de 1894. ....	255
N. 4672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes. ....	255
N. 4673 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1894 — Suspende a estricta observancia do art. 31, deroga os arts. 1 e 15 do regulamento annexo ao decreto n. 4195 A de 30 de dezembro de 1892 e determina que seja redigido para a Secretaria da Marinha um novo regulamento de accordo com a lei n. 23 de 30 de outubro de 1891. ....	256
N. 4674 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a secção avulsa da reserva do municipio de Manés, na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas. ....	258
N. 4675 — GUERRA — Decreto de 15 de fevereiro de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 16.000:000\$000. ....	258
N. 4676 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1894 — Declara a caducidade dos favores concedidos por decreto n. 626 de 2 de agosto de 1890, para abertura de canaes de junção de varios rios e melhoramentos da barra de Cotiguiuba, no Estado de Sergipe. ....	259
N. 4677 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1894 — Suspende a garantia de jures concedida ao engenho central de	

	Paga.
Riochuelo e providencia sobre a restituição das quantias recebidas.....	260
N. 1678 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Altera a clausula 4. <sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 906 de 18 de outubro de 1890.....	261
N. 1679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1891 — Prorroga até ao dia 28 do corrente mez o esado de sitio estabelecido pelo decreto n. 1667 de 31 de janeiro proximo findo.....	262
N. 1680 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de fevereiro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial e Commercio de Estivos.....	262
N. 1681 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1891 — Declara sujeitos á jurisdicção do foro militar os crimes que se relacionarem á rebelião que ora conflagra o Districto Federal e outros pontos do territorio da União.....	264
N. 1682 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1891 — Crea no Exército corpos provisórios nas armas de artilheria, cavallaria e infantaria.....	265
N. 1682 A — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 4.191\$602 para o pagamento do augmento do aluguel do predio onde funciona a respectiva Secretaria de Estado, de 16 de maio a 31 de dezembro de 1893.....	266
N. 1683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1891 — Declara novamente em estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, alguns pontos do territorio nacional.....	267
N. 1684 — MARINHA — Decreto de 5 de março de 1891 — Regula a concessão de passagens para as pessoas da familia dos officiaes da Armada e classes annexas designados para servir em navios.....	267
N. 1685 — GUERRA — Decreto de 5 de março de 1891 — Amplia as disposições do decreto n. 1681, de 28 de fevereiro do corrente anno, quanto aos crimes sujeitos á jurisdicção do foro militar.....	268
N. 1685 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de março de 1891 — Appoa provisoriamente o novo regulamento do corpo de Bombeiros.....	269
N. 1686 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de março de 1891 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito extraordinario de 4.000\$000, destinado a auxiliar a Municipalidade do Districto Federal no pagamento das despezas feitas em 1891 e 1892 com o abastecimento de carnes verdes.....	297
N. 1687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1891 — Mobilisa a Guarda Nacional	

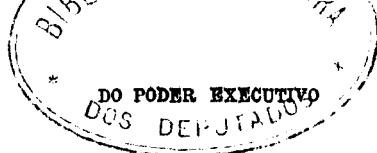


	Pags.
do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.....	298
N. 1688 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1894 — Crea mais um batalhão provisório de artilharia de posição.....	298
N. 1689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 19:042\$933.....	299
N. 1690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 164:011\$451, para occorrer ás despezas com o Corpo de Bombeiros...	299
N. 1691 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1894 — Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade anonyma « Loteria Nacional ».....	300
N. 1692 — FAZENDA — Decreto de 7 de abril de 1894 — Rectifica o equivoco dado no art. 10 do decreto n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, que amplia a organização da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.....	301
N. 1692 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de abril de 1894 — Approva o regulamento dos Correios da Republica.....	302
N. 1693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1894 — Modifica e proroga o estado de sitio, declarado pelo decreto n. 1683, de 2 de março ultimo.....	428
N. 1694 — GUERRA — Decreto de 14 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 1.500:000\$ para ser applicado á continuação da construção do Hospital Central do Exercito em S. Francisco Xavier.....	428
N. 1695 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 200:000\$ para as despezas com diligencias policiaes na Capital Federal.....	429
N. 1696 — GUERRA — Decreto de 20 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 3.000:000\$ para occorrer ás despezas urgentes com os reparos e armamento das fortificações da Republica e principalmente do porto do Rio de Janeiro e das fronteiras do Amazonas e de Matto Grosso.....	430
N. 1697 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1894 — Interpreta o art. 17 do decreto n. 355 A, de 25 de abril de 1890.....	431
N. 1697 A — MARINHA E GUERRA — Decreto de 25 de abril de 1894 — Transfere para a jurisdicção do Ministerio da Guerra as fortalezas da Ilha das Cobras e de Wille-gaignon, do porto do Rio de Janeiro.....	431
N. 1698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1894 — Crea um commando superior de	

	Pags.
guardas nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado das Alagoas.....	432
N. 1699 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 5.000:000\$ para a compra de material rodante e de tracção, destinado á Estrada de Ferro Central do Brazil.....	433
N. 1700 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 580:000\$ para construcção das linhas telegraphicas de Cuyabá a Cametá, no Estado de Matto Grosso, e de Itararé a Castro, no do Paraná.....	434
N. 1701 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 150:000\$, para pagamento das taxas que forem devidas á <i>Western &amp; Brazilian Telegraph Company</i> , pela transmissão de telegrammas, durante a interrupção das linhas telegraphicas terrestres.....	435
N. 1702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.....	435
N. 1703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.....	436
N. 1704 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Cappella, no Estado de Sergipe.....	436
N. 1705 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1894 — Abre o credito extraordinario de 200:000\$ á verba — Soccorros Publicos — do orçamento vigente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	437
N. 1705 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1894 — Divide as administrações das Estradas de Ferro do Sul e Central de Pernambuco.....	438
N. 1706 — FAZENDA — Decreto de 1 de maio de 1894 — Abre um credito sob sua responsabilidade, até á quantia de 120:000\$, para a construcção das obras necessarias á Alfandega de Maceió e aquisição de um guindaste e uma lancha a vapor para a mesma Alfandega.....	433
N. 1707 — FAZENDA — Decreto de 1 de maio de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda, sob sua responsabilidade, um credito de 100:000\$ á verba — Despezas eventuaes, do exercicio de 1894.....	439

N. 1708 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1894 — Concede aos officiaes honorarios da Armada o uso do 1º e 2º uniformes nos casos em que são elles exigidos para os officiaes da actividade.....	440
N. 1709 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1894 — Crea mais dous batalhões, um de infantaria e outro de artilharia de guardas nacionaes, na comarca da Capital do Estado do Pará.....	441
N. 1710 — GUERRA — Decreto de 5 de maio de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 16.000:000\$000.....	441
N. 1711 — GUERRA — Decreto de 11 de maio de 1894 — Restabelece as secções de officinas de tanoeiros e funileiros do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso.....	442
N. 1712 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1894 — Fixa a verdadeira intelligencia do art. 7º do decreto n. 127 de 29 de novembro de 1892.....	442
N. 1713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.....	443
N. 1714 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1894 — Altera o plano de uniforme das praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes e aprendizes marinheiros e revoga o decreto n. 1328 de 24 de março de 1893.....	444
N. 1715 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1894 — Crea uma Directoria de electricidade e torpedos no Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso.....	452
N. 1716 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1894 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Pará.....	453
N. 1717 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1894 — Approva as instrucções regulamentares e tarifas do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia a S. Francisco.....	453
N. 1718 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito necessario do 369:061\$987 para legalisar as despesas feitas com o pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal, no exercicio de 1892.....	519
N. 1719 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo.....	519
N. 1720 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1894 — Declara caduca a concessão para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a villa de Humaytã, à margem esquerda do rio Madeira, no Estado do Amazonas e a confluencia dos de Guaporé com o Mamoré, no Estado de Matto Grosso.....	520

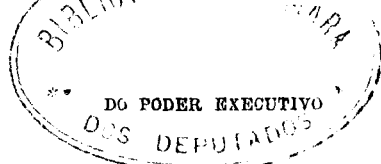
N. 1721 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1894 — Declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores do decreto n. 10.159 de 5 de janeiro de 1839, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.....	520
N. 1722 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1894 — Approva com modificações os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, na extensão de 18k,200..	521
N. 1723 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1894 — Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.....	522
N. 1724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo..	522
N. 1725 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.....	523
N. 1726 — MARINHA — Decreto de 8 de junho de 1894 — Dá instruções para o serviço da officina de electricidade e torpedos, creada no Arsenal de Marinha de Matto Grosso pelo decreto n. 1715, de 15 de maio de 1894....	524
N. 1727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de junho de 1894 — Crea mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro do da reserva, e mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.....	526
N. 1728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 9ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia.....	526
N. 1729 — GUERRA — Decreto de 11 de junho de 1894 — Modifica o regulamento do Batalhão Academico.....	527
N. 1729 A — GUERRA — Decreto de 11 de junho de 1894 — Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exercito, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Invalidos da Patria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arreamento para as montarias dos officiaes e praças.....	528
N. 1730 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1894 — Substitue os arts. 28 e 29 do regulamento do Collegio Militar.....	558
N. 1731 — GUERRA — Decreto de 22 de junho de 1894 — Estabelece as condições de admissão dos medicos e pharmaceuticos do quadro da Repartição Sanitaria do Exercito.....	559



N. 1732 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1894 — Determina que o serviço de navegação subvencionada fique pertencendo á 1ª Secção da Directoria Geral de Industria.....	560
N. 1732 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1894 — Substitui o art. 3º e parte do art. 9º do regulamento da Directoria Geral de Estatística .....	561
N. 1733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes....	562
N. 1734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de S. Luiz de Quitunde, no Estado das Alagoas.....	562
N. 1735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da Capital de Sergipe.....	563
N. 1736 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.....	563
N. 1737 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 8ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Propriá, no Estado de Sergipe....	564
N. 1738 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 7ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Maroim, no Estado de Sergipe	564
N. 1739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 6ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca do Rosario, no Estado de Sergipe	565
N. 1740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.....	565
N. 1741 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1894 — Torna provisoriamente applicavel á Estrada de Ferro Norte das Alagoas o regulamento approved pelo decreto n. 721, de 6 de setembro de 1890.....	566
N. 1742 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1894 — Manda desapropriar os terrenos necessarios para o alargamento da área do edificio da Casa da Moeda, de accordo com o decreto n. 816 de 10 de julho de 1855.....	569
N. 1743 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de junho de 1894 — Declara caduca a	

	Pags.
concessão constante do decreto n. 594 de 17 de outubro de 1891 para a construcção da Estrada de Ferro Pacifico.....	570
N. 1744 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1891 — Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado de Matto Grosso.....	571
N. 1745 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1891 — Eleva a batalhão a 2ª secção da reserva da Guarda Nacional das comarcas de Corumbá e Sant'Anna do Paranahyba, no Estado de Matto Grosso, e crea uma secção de batalhão do serviço activo, na parochia do Coxim, na mesma comarca.....	571
N. 1746 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1891 — Crea mais um batalhão do serviço activo de guardas nacionaes e uma secção de batalhão da reserva, na comarca do Alto Paraguay Diamantino, no Estado de Matto Grosso.....	572
N. 1747 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1891 — Abre um credito ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, da quantia de 800:000\$, para occorrer ás despesas do pessoal e material das Alfandegas das cidades de São Paulo e Juiz de Fóra, nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes.....	573
N. 1748 — FAZENDA — Decreto de 3 de julho de 1891 — Marca provisoriamente o numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas das cidades de S. Paulo e Juiz de Fóra, nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes, e extingue a Delegacia Fiscal no Estado de S. Paulo.....	573
N. 1749 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1891 — Crea mais um batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.....	576
N. 1750 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1891 — Crea um regimento de cavallaria da Guarda Nacional na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.....	576
N. 1751 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1891 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Paranahyba, no Estado de Matto Grosso.....	577
N. 1752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1891 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.....	577
N. 1753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1891 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.....	578
N. 1754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1891 — Crea um commando superior	





de guardas nacionaes na comarca de Abaeté, no Estado de Minas Geraes.....	578
N. 1755 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1894 — Concede autorização a Serafim José Botelho e Luiz Alves da Silva Carvalho para organisarem uma sociedade em commandita por acções sob a denominação Eden-Lavrado.....	579
N. 1756 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1894 — Concede ao presidente do Banco da Republica do Brazil autorisação para designar empregados do mesmo estabelecimento para assignarem as notas que devem ser entregues em substituição das que forem sendo recolhidas.....	580
N. 1757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ferros, no Estado de Minas Geraes.....	581
N. 1758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.....	582
N. 1759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracás, no Estado da Bahia.....	582
N. 1760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.....	583
N. 1761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Antimary, no Estado do Amazonas.....	583
N. 1762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Piedade, no Estado de S. Paulo.....	584
N. 1762 A — FAZENDA — Decreto de 31 de julho de 1894 — Autorisa a <i>The Brazilian Contract's Corporation Limited</i> a funcionar na Republica.....	584
N. 1762 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1894 — Torna applicavel á Estrada de Ferro de Timbaúba á Nova Cruz o regulamento approvado pelo decreto n. 713 de 2 de setembro de 1890.....	585
N. 1763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.....	585
N. 1764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.	586

	Pags.
N. 1765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Barbalha, no Estado do Ceará.....	583
N. 1765 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.....	587
N. 1765 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.....	587
N. 1765 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção do batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.....	588
N. 1765 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1894 — Eleva á categoria de regimento o 3º esquadrão de cavallaria da Guarda Nacional da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.....	588
N. 1766 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1894 — Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional.....	589
N. 1767 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1894 — Extingue a Comissão das obras na barra do Rio Grande do Sul e incumbê dos respectivos serviços a Inspectoria do 6º districto dos portos e canaes maritimos.....	599
N. 1768 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1894 — Approva a planta organizada pela Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, para abertura de ruas na área adquirida pelo arrasamento do morro do Senado.....	609
N. 1769 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1894 — Declara caduca a concessão de terras devolutas de que tratam as clausulas 10ª e 15ª dos contractos approvados pelos decretos ns. 4735 de 7 de junho de 1871 e 6826 A de 29 de dezembro de 1877.....	610
N. 1771 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1894 — Autorisa a <i>Brasil Great Southern Railway Company limited</i> para modificar sua linha ferrea no trecho que vaê ter ao caes de Quarahim.....	611

---

(\*) Com o n. 1770 não houve acto.

N. 1772 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1894 — Concede autorização á Companhia <i>The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited</i> , para continuar a funcionar.....	612
N. 1773 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de agosto de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.....	641
N. 1774 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.....	641
N. 1775 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Muribeca, no Estado de Pernambuco.....	642
N. 1775 A — GUERRA — Decreto de 20 de agosto de 1894 — Altera o regulamento do Collegio Militar.....	642
N. 1776 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1894 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.....	696
N. 1777 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.....	697
N. 1778 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1894 — Concede ao Gymnasio Amazonense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	697
N. 1779 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1894 — Proroga por dois annos os prazos estatuidos na clausula 3 <sup>a</sup> do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, para inicio e conclusão dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim.....	698
N. 1780 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1894 — Declara caduca a concessão do 2º grupo de engenhos centraes, de que trata o decreto n. 888 de 18 de outubro de 1890, e de que é concessionaria a Companhia Industria e Construcção.....	699
N. 1781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.....	699
N. 1782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1892 — Crea mais dois batalhões de infantaria, um do serviço activo e outro da reserva, e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.....	700

	Pags.
N. 1783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1894 — Crea mais tres batalhões de infantaria, sendo dous do serviço activo e um do da reserva, e um regimento de cavallaria na Guarda Nacional da comarca da Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, e eleva a categoria de regimento e a de batalhão o corpo de cavallaria existente na mesma comarca e a 8ª secção da reserva.....	700
N. 1784 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre do anno corrente.....	701
N. 1785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Autorisa a Companhia Norte Mineira a substituir no engenho central de Canavieiras o systema de diffusão pelo de moendas de triplice bateria.....	702
N. 1786 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Approva o projecto da nova estação de Belém, da Estrada de Ferro de Caran-gola, e o respectivo organamento.....	702
N. 1787 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1894 — Fixa provisoriamente em 810:000\$ o capital relativo á 1ª secção do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Ara-ruama.....	703
N. 1788 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1894 — Altera a clausula 2ª do decreto n. 1044, de 20 de novembro de 1890.....	703
N. 1789 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1894 — Substitue a clausula 32ª (em referencia sómente á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação) do decreto n. 862 de 10 de outubro de 1890.....	704
N. 1790 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1894 — Innova, sem augmento de subvencção, o contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação para o serviço de navegação entre os portos do Recife e Fortaleza e Recife a Aracajú.....	705
N. 1791 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1894 — Innova o contracto para o serviço de navegação a vapor no rio S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.....	712
N. 1792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de 500:000\$ á verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1894, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	718

N. 1793 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de reserva de guardas nacionais na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.....	723
N. 1794 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1894 — Da regulamento para execução do decreto legislativo n. 145, de 11 de julho de 1-93.....	723
N. 1795 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1-94 — Abre o credito especial de 80:000\$ para as despesas com a organização da Colonia Correccional dos Dois Rios e com o pagamento dos vencimentos do respectivo pessoal.....	737
N. 1796 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Provisoria de Conservas Alimenticias.....	738
N. 1797 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1894 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionais, sendo um de serviço activo e outro da reserva, na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo.....	739
N. 1798 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1894 — Modifica o art. 22 do Regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro.....	739
N. 1799 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1894 — Approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos da Estrada de Ferro Sorocabana, na extensão total de 118.963 kilometros, a saber: do kilometro 0 ao kilometro 97.326, a partir de Manduzinho, e do kilometro 21 ao kilometro 41.649, a partir de Santos.....	740
N. 1800 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de setembro de 1894 — Altera as instruções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro Central das Alagoas, approvadas pelo decreto n. 9576 de 10 de abril de 1887.....	741
N. 1801 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionais na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.....	742
N. 1802 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Eleva á categoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Arca, no Estado da Bahia.....	742
N. 1803 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionais na comarca de Arca, no Estado da Bahia.....	743
N. 1804 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Da nova organização ao com-	

	Pags.
mando superior da Guarda Nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia.....	743
N. 1895 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Jacobina, no Estado da Bahia.....	744
N. 1893 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.....	744
N. 1897 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.....	745
N. 1898 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia..	745
N. 1899 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.....	746
N. 1810 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia.....	746
N. 1811 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea um batalhão de artilheria de guardas nacionaes na comarca de Santo Amaro, no Estado da Bahia.....	747
N. 1812 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Ilhéus, no Estado da Bahia.....	747
N. 1813 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Ximeneia, no Estado de S. Paulo.....	748
N. 1814 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1894 — Declara e outorga as concessões de engenhos e contrahes feitos pelos decretos n. 10,135 de 9 de novembro de 1890, n. 654 de 9 de agosto de 1890, n. 227 de 21 de outubro de 1890, n. 637 de 9 de agosto de 1894, n. 647 de 9 de agosto de 1899, n. 723 de 6 de setembro de 1894, n. 131 de 19 de setembro de 1894 e n. 1019 de 31 de novembro de 1899.....	749
N. 1815 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1894 — Altera as tarifas em vigor na fôrta de Foz de Rio Claro.....	750
N. 1815 A — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Fôrta Brasileira.....	751

N. 1816 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Concede a Ovidi & Comp. permissão para explorarem salinas no littoral do Estado de S. Paulo.....	757
N. 1817 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Alfuá, no Estado do Pará.....	759
N. 1818 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Pará.....	759
N. 1819 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará.....	760
N. 1820 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.....	760
N. 1821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.....	761
N. 1822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alcantara, no Estado do Maranhão.....	761
N. 1823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais dois batalhões de infantaria de guardas nacionaes na Capital da comarca do Estado do Maranhão.....	762
N. 1824 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Altino, no Estado de Pernambuco.....	762
N. 1825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia.....	763
N. 1826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia.....	763
N. 1827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo.....	764
N. 1828 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dões da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.....	764

N. 1829 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Crea mais uma brigada de reserva na Guarda Nacional desta Capital e mais dous batalhões respectivos.....	765
N. 1830 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Declara o plano de uniformes dos corpos sanitarios do Exército, de que trata o decreto n. 1720 A, de 11 de junho do corrente anno.....	765
N. 1831 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Approva a nova planta apresentada pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, para construção do prolongamento do Canal do Mangue.....	766
N. 1832 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1894 — Crea um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca da Serrinha, no Estado da Bahia, e eleva á categoria de batalhão a secção n. 3 da mesma comarca.....	766
N. 1833 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1894 — Reorganisa a guarda nacional da comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia....	767
N. 1834 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1894 — Modifica o plano de uniformes para o Exército, approved pelo decreto n. 1720 A, de 11 de junho do corrente anno	767
N. 1835 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Autorisa a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação a vapor entre os portos de Belém, no Pará, e da Fortaleza, no Ceará, com a iniciação das viagens em São Luiz do Maranhão.....	769
N. 1836 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.....	771
N. 1837 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.....	775
N. 1838 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará....	775
N. 1839 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes em cada uma das comarcas de Maracás, Lavras Diamantinas, Minas do Rio de Contas, Condeúba, Castiló e Monte Alto, no Estado da Bahia.....	776
N. 1840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Joazeiro, no Estado da Bahia.....	776



N. 1841 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicuru, no Estado da Bahia.....	777
N. 1842 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alvinopolis, no Estado de Minas Geraes.....	777
N. 1843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea um batalhão de serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Simão Dias, no Estado de Sergipe.....	778
N. 1844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Niteroy, no Estado do Rio de Janeiro.....	778
N. 1845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Crea novos corpos de guardas nacionaes na comarca do Joazeiro, no Estado da Bahia.....	779
N. 1846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:020\$ para pagamento dos vencimentos dos escrivães e officiaes de justiça do extinto Juizo dos Feitos da Fazenda, que passaram a servir perante o Juizo Seccional.....	779
N. 1847 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Concede ao <i>Brasilianische Bank für Deutschland</i> autorisação para estabelecer uma caixa filial na cidade de Santos, Estado de S. Paulo.....	780
N. 1848 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma — Cooperativa Militar do Brazil.....	780
N. 1849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Manda proceder no Estado do Rio Grande do Sul, durante os mezes de novembro e dezembro proximo vindouros, a exames geraes de preparatorios, de accordo com as instrucções annexas.....	783
N. 1850 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1894 — Autorisa os cidadãos Francisco José Corrêa Quintella e coronel Pedro Ferreira de Oliveira Amorim a organisarem nesta capital uma companhia de seguros mutuos contra fogo sob a denominação de — Phenix Brasileira.....	786
N. 1852 (*) — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1894 — Abre á verba — Caixa de Amortisação, rubrica 11 <sup>a</sup> do art. 7 <sup>o</sup> da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, um credito suplementar de 1.420:580\$833.....	787
N. 1853 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1894 — Declara caduca a concessão da Estrada de Ferro do Estreito ao Chopim...	788

(\*) Com o n. 1851 não houve acto.

	Pags.
<b>N. 1854 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 22 de outubro de 1894 — Proroga o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavrar mineras nos Estados do Pará e Maranhão, e já prorogado por decreto n. 1156 de 5 de junho de 1893....	789
<b>N. 1855 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 23 de outubro de 1894 — Declara caduca a concessão a que se refere o decreto n. 10,370 de 28 de setembro de 1889 para a construção da Estrada de Ferro do Natal ao Ceará-mirim.....	789
<b>N. 1856 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 25 de outubro de 1894 — Transfere para a comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º corpo de cavallaria da Guarda Nacional da comarca de Santa Victoria do Palmar, no mesmo Estado.....	790
<b>N. 1857 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 25 de outubro de 1894 — Crea dois batalhões de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.....	790
<b>N. 1858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 27 de outubro de 1894 — Abre um credito supplementar de 150:000\$ á verba — Exercícios findos, do art. 7º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893.....	791
<b>N. 1859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 27 de outubro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Goyaz.....	792
<b>N. 1860 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 27 de outubro de 1894 — Declara sem effeito o decreto n. 1168 de 13 de julho de 1893, que declarou caduca a concessão relativa á Estrada de Ferro de Maceió a Leopoldina.....	793
<b>N. 1861 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 30 de outubro de 1894 — Adapta modelos para a expedição de titulos de propriedade de lotes de terras vendidos aos immigrants.....	794
<b>N. 1862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 30 de outubro de 1894 — Torna extensivo aos lentes e professores do Gymnasio Nacional o direito conferido aos lentes e professores dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.....	799
<b>N. 1863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 30 de outubro de 1894 — Torna extensivo aos professores e adjuntos do Instituto Nacional de Musica e aos professores e repetidores do Instituto dos Surdos-Mudos o direito conferido aos lentes e professores dos institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.....	800
<b>N. 1863 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 31 de outubro de 1894 — Revoga o decreto n. 8153 de 1 de julho de 1881 para o effeito de vigorar o de n. 7063 de 31 de outubro de 1878.....	800

N. 1864 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Concede autorização à firma Pedro de Sá & Comp. para organizar uma sociedade em commandita por acções, sob a denominação — Empresa Beneficiadora de Arroz.....	801
N. 1865 — JUSTIÇA E NEGOCIO INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Victoria do Palmar, e Estado do Rio Grande do Sul.....	808
N. 1866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Determina os districtos em que devem ser organisados os corpos da Guarda Nacional da Capital do Estado do Rio Grande do Sul. ....	809
N. 1867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Annexa ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º regimento de cavallaria da mesma guarda da comarca de Santa Victoria do Palmar, no referido Estado.....	809
N. 1868 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.....	810
N. 1869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.....	810
N. 1870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.....	811
N. 1871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Altera a organização da Guarda Nacional das comarcas de Camaragiba e S. Luiz de Quitunde, ambas no Estado das Alagoas.....	811
N. 1872 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagoas...	812
N. 1873 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Belmonte, no Estado de Pernambuco.....	812
N. 1874 — MARINHA — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea uma escola de aprendizes marinhoeiros no Estado de Sergipe.....	813
N. 1874 A — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Crea uma Mesa de Rendas alfandegada na cidade de Guyabá, Estado de Matto Grosso.....	814
N. 1875 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Approva o regulamento sobre o serviço dos emolumentos por meio de estampilhas.....	814

	Pags.
N. 1876 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Dá regulamento para os serviços da Alfandega da cidade de S. Paulo, no Estado do mesmo nome.....	828
N. 1877 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Cria mais um batalhão de serviço da reserva de corpos nacionais na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.....	840
N. 1878 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Cria mais um batalhão de infantaria de guerras nacionais na comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagoas.....	841
N. 1879 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Palmeira dos Índios, no Estado das Alagoas.....	841
N. 1880 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Altera as tarifas, classificação de mercaderias e condições regulamentares em vigor na Estrada de Ferro Central das Alagoas...	842
N. 1880 A — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1894 — Manda adoptar novo plano de uniformes para a Armada Nacional.....	864
N. 1881 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1894 — Approva as instruções regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.....	879
N. 1882 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1894 — Approva as condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria a Cruz Alta.....	954
N. 1883 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1894 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Crédito Brasileiro.....	995
N. 1885 (*) — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Autorisa a Empresa Industrial do Gram-Pará a transferir ao Banco Norte do Brazil a concessão, feita pelo decreto n. 8344, de 17 de dezembro de 1884, para assentamento de linhas telephonicas no Estado do Pará.....	996
N. 1886 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Carvão-geria Bavaria.....	997
N. 1887 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro Central Alagoana comprehendido entre S. Miguel e Atalaia.....	1002

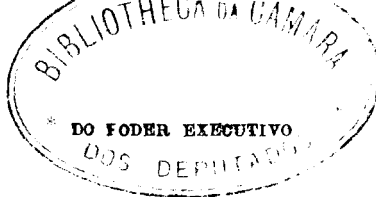
(\*) Com o n. 1884 não houve acto.

N. 1888 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Declara a disposição terceira do art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro.....	1002
N. 1889 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva os estudos da Barra de Aguas Bellas, na 2ª secção da Estrada de Ferro Norte das Alagoas.....	1003
N. 1890 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 9.367:729\$, para occorrer a despesas da verba — Garantia de juros ás estradas de ferro, do exercicio de 1894.....	1004
N. 1891 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Fixa provisoriamente em 2.156:131\$200 o capital empregado na linha de Rostinga Secca a Ponta Grossa, na Estrada de Ferro do Paraná.....	1005
N. 1892 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Altera as condições regulamentares e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Muzambinho.....	1005
N. 1893 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Approva a substituição das tarifas em vigor na Estrada de Ferro Minas e Rio.....	1011
N. 1893 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1894 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.....	1015
N. 1894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1894 — Concede ao Lyceo Cearense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	1015
N. 1895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1894 — Concede autorisação ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para organisar uma sociedade anonyma sob a denominação — Cooperativa 11 de Julho.....	1016
N. 1896 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1894 — Adia os serviços autorisados pela lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 e manda retirar a Missão á China.....	1022
N. 1897 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplementar de 1.856:250\$, sendo 425:250\$ á verba — Subsídio dos senadores, e 1.431:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.....	1024
N. 1898 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de	

	Pags.
1894, o credito suplementar de 207:000\$, sendo 78:000\$ á verba — Secretaria do Senado, e 129:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	1025
N. 1899 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1894 — Abre o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das Secretarias das duas Camaras.....	1025
N. 1902 (*) — GUERRA — Decreto de 3 de novembro de 1894 — Declara que as disposições dos decretos ns. 1631 de 28 de fevereiro e 1635 de 5 de março do corrente anno não são applicaveis a factos occorridos posteriormente ao dia 31 de agosto ultimo, em que cessou o estado de sitio.....	1026
N. 1903 — GUERRA — Decreto de 3 de dezembro de 1894 — Altera o plano de uniforme mandado adoptar por decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno....	1026
N. 1904 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1894 — Approva a planta e orçamento para construcção de um abrigo na estação de Uruguayana, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.....	1027
N. 1905 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1894 — Approva a planta e orçamento para construcção de abrigos nas paradas da linha ferrea de Quarahim a Itaquí.....	1028
N. 1906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1894 — Abre o credito suplementar de 37:047\$ á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.....	1028
N. 1908 (**) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1894 — Approva a substituição das condições regulamentares de tarifas em vigor da Estrada de Ferro de Cabedello a Independencia, com ramal para o Pilar.....	1029
N. 1909 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do mesmo Ministerio, até a liquidación do exercicio vigente.....	1068
N. 1910 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Dá instrucções provisórias para execução da lei n. 218 de 15 do corrente mez...	1069
N. 1911 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Abre o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o transporte dos sentenciados do Presidio de Fernando de Noronha a seus destinos.....	1075

(\*) Com os ns. 1900 e 1901 não houve acto.

(\*\*) Com o n. 1907 não houve acto.



N. 1913 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Approva os estudos definitivos do ramal de Saycan e do de Santa Anna do Livramento, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.....	1076
N. 1914 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 474:734\$905 á verba — Policia do Districto Federal (pessoal da Brigada Policial), do corrente exercicio....	1076
N. 1915 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Crea um Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia para o serviço sanitario do Exercito.....	1077
N. 1916 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de 800:000\$ para occorrer ás despesas com os festejos e recepção condigna da comissão de officiaes orientaes, encarregada da entrega das medalhas commemorativas da guerra do Paraguay.	1082
N. 1917 — GUERRA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Abre um credito extraordinario de 285:435\$768 para a reconstrução de paíões de polvora na Ilha do Boqueirão e outro de 731:580\$ para as despesas com obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.....	1082
N. 1918 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Abre creditos supplementares destinados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital.....	1083
N. 1919 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Marinha, no corrente exercicio, o credito de quinhentos vinte e sete contos quatrocentos vinte e dous mil reis (527:422\$) para as verbas — Conselho Supremo Militar — Eventuaes, deste anno.	1083
N. 1920 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$) para occorrer ás despesas com a demarcação da fronteira entre o Brazil e a Bolivia.....	1084
N. 1921 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1894 — Approva as instrucções para exame dos candidatos aos logares de consules e chancelliers.	1084
N. 1922 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito supplementar na importancia de 230:000\$, para as rubricas 4ª e 5ª do art. 3º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.....	1086
N. 1923 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Distribue o credito de 27.000:000\$, concedido para reconstituição do material do Exercito e da Armada.....	1086

(\*) Com o n. 1912 não houve acto.

	Págs
N. 1924 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Abre a diferentes rubricas do Ministerio da Justiça e Negócios Interiores creditos supplementares, na importancia de \$363.500\$900.....	4087
N. 1925 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1894 — Concede autorisação a Tibarcio Alves de Carvalho e outros para organisarem a Companhia Centro Commercial.....	4087
N. 1926 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1894 — Manda reabrir a Escola Naval.....	4095
N. 1927 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1894 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 908:472\$480, sendo 888:472\$480 á verba — Exercícios findos, e 20000\$ á verba — Eventuaes, do exercicio de 1894.....	4095
N. 1928 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1894 — Abre o credito extraordinario de 400:000\$ para occorrer ao pagamento das terras e aguas do rio Govança, adquiridas ao Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher.....	4096
N. 1929 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Itapicirica, no Estado de Minas Geraes.....	4097
N. 1930 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Abre o credito supplementar de 935:000\$ ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para occorrer ás despesas da verba — Correio Geral, no exercicio de 1894.....	4097
N. 1931 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Declara extincto o Laboratorio de Biologia.....	4098
N. 1931 A — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1894 — Supprime o Consulado em Cardiff.....	4098

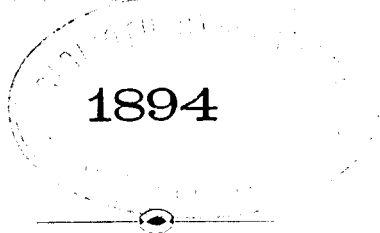
## ADDITIONAMENTO

N. 1522 B (*) — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no Estado do Espirito Santo.....	3
N. 1522 C (*) — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea dois batalhões de infantaria na 4ª brigada da Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo.....	4
N. 1616 A — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1893 — Autorisa o Ministro da Fazenda a emitir papel-moeda no corrente e no seguinte exercicio, até á importancia de cem mil contos de reis.....	4

(\*) Publicados no *Diário Officiel* de 19 de agosto de 1894.



# ACTOS DO PODER EXECUTIVO



DECRETO N. 1646 — DE 12 DE JANEIRO DE 1894

Torna extensiva aos secretarios das Capitania dos portos a disposição do art. 27 do regulamento annexo ao decreto n. 1195 A, de 30 de dezembro de 1892.

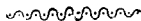
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, resolve tornar extensiva aos secretarios das Capitania dos portos a disposição do art. 27 do regulamento annexo ao decreto n. 1195 A, de 30 de dezembro de 1892, que estabeleceu regra sobre a demissão dos directores de secção, 1<sup>os</sup> e 2<sup>os</sup> officiaes e amanuenses da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, que contarem mais de 10 annos de serviço publico.

O Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Netto, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o fará executar.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco José Coelho Netto.*



## DECRETO N. 1647 — DE 12 DE JANEIRO DE 1894

Providencia sobre o Instituto Sanitario Federal e dá-lhe regulamento.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:  
 Attendendo a que a lei n. 191 B de 30 de setembro proximo findo, no art. 2º, n. 20, consignou incondicionalmente o credito necessario para o custeio do Instituto Sanitario Federal, comprehendidos o laboratorio bacteriologico e os hospitaes de isolamento, havendo assim fundido as duas repartições — Laboratorio de Bacteriologia e Directoria Sanitaria, de que tratam os decretos ns. 1171 e 1172 de 17 de dezembro de 1892:

Resolve organizar a referida instituição, dando-lhe o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

## Regulamento do Instituto Sanitario Federal, a que se refere o decreto n. 1647 desta data.

### CAPITULO I

#### FIM DO INSTITUTO E SUA ORGANISAÇÃO

Art. 1.º O Instituto Sanitario Federal terá por fim:

I. O estudo da natureza, etiologia, tratamento e prophylaxia das molestias transmissiveis, bem assim quaesquer pesquisas bacteriologicas que interessem á saude publica, inclusive a preparação de culturas attenuadas, como meio preventivo de molestias, e investigações minuciosas sobre o parasitismo proprio dos paizes intertropicaes.

II. O exame das condições mesologicas em geral; e particularmente o estudo interpretativo, no sentido da hygienegeral:

- a) da microscopia atmospherica;
- b) das aguas potaveis, das do sub-solo, dos esgotos e outras;
- c) do solo e da vegetação.

III. O serviço da estatistica demographo-sanitaria;

IV. Os assumptos que se prendem ao exercicio da medicina e da pharmacia, comprehendidas a organização de um código phar-

maceutico para ser observado nas repartições federaes, e a analyse dos medicamentos a cujo respeito houver sido requerida licença para a venda respectiva.

V. A execução, mediante ordem do Governo, de providencias de hygiene defensiva, em épocas anormaes, contra a invasão de molestias exoticas, ou a disseminação das indigenas, na Capital Federal.

§ 1.º O Instituto disporá de um laboratorio especial não só para os estudos bacteriologicos, mas tambem para as analyses chimicas e therapeuticas.

§ 2.º Constituirão tambem dependencia do Instituto os actuaes hospitaes de isolamento.

Art. 2.º Para os diversos objectos de que trata o artigo antecedente a repartição terá o seguinte pessoal:

- 1 Director geral.
- 1 Vice-director.
- 1 Secretario.
- 1 Archivista e bibliothecario.
- 3 Amanuenses.
- 1 Chefe de laboratorio.
- 4 Auxiliares technicos.
- 1 Demographista.
- 1 Ajudante do demographista.
- 1 Cartographo.
- 2 Auxiliares de demographia.
- 4 Pharmaceuticos.
- 1 Porteiro.
- 1 Continuo.

Em cada um dos hospitaes de isolamento, além dos enfermeiros e empregados subalternos, haverá:

- 1 Director.
- 1 Almoxarife.
- 1 Escrivão.
- 1 Agente de compras.
- 1 Pharmaceutico.
- 1 Porteiro.

Art. 3.º Serão nomeados: por decreto, o director geral, o vice-director, o secretario, o chefe de laboratorio, o demographista e os directores dos hospitaes; por portaria do Ministro, os demais empregados cujas nomeações não couberem ao director geral, ao secretario ou aos directores dos hospitaes.

§ 1.º Serão nomeados por titulo do director geral: os auxiliares de demographia, o porteiro e o continuo da secretaria, bem assim o agente de compras, o pharmaceutico, o escrivão e o porteiro dos hospitaes de isolamento.

§ 2.º Serão admittidos pelo secretario os serventes da secretaria e do laboratorio.

§ 3.º Serão admittidos pelos directores dos hospitaes os enfermeiros, machinistas, serventes e o restante pessoal de diaria dos mesmos estabelecimentos.

## CAPITULO II

## DIRECÇÃO GERAL

Art. 4.º A nomeação do director geral recahirá em um doutor em medicina, de competencia notoria nos assumptos a cargo do Instituto.

Paragrapho unico. O funcionario de quem trata este artigo será o chefe da repartição, immediatamente subordinado ao Ministro, e terá as attribuições seguintes :

I. Corresponder-se com o Governo, dando parte dos factos que occorrerem no serviço e da execução de suas ordens ; bem assim solicitar as medidas que se tornarem necessarias ;

II. Presidir aos trabalhos de organização do codigo pharmaceutico brasileiro e promover os melhoramentos que convier introduzir no mesmo codigo, depois de organizado ;

III. Estudar e emitir parecer, por escripto, sobre todas as questões referentes a assumptos da repartição e a respeito das quaes for consultado pelo Governo ;

IV. Formular conselhos hygienicos ao povo, em épocas de perigo sanitario, indicando os recursos de preservação nos casos de molestias transmissiveis, e as precauções necessarias para que estas se não disseminem, empregando para isso os meios idoneos de propaganda ;

V. Despachar diariamente o expediente, fiscalisar todas as despesas, rubricar as respectivas contas e assignar as folhas de vencimentos dos empregados do Instituto ;

VI. Fiscalisar o procedimento dos empregados, advertil-os quando faltarem aos seus deveres, suspendel-os até 15 dias, communicando immediatamente ao Ministro o occorrido ; e, em casos graves, propor a demissão dos de nomeação do Governo ;

VII. Conceder as licenças de que trata o art. 20, § 3º, quanto aos medicos formados por faculdades ou escolas estrangeiras, e as relativas á abertura de pharmacias e drogarias ;

VIII. Mandar publicar qualquer trabalho interessante produzido pelo laboratorio e que, por sua importancia, exija esse meio de divulgação ;

IX. Fazer as nomeações de que trata o § 1º do art. 3º ;

X. Apresentar annualmente ao Ministro um relatorio dos trabalhos da repartição a seu cargo.

Art. 5.º Nas faltas ou impedimentos temporarios do director geral exercerá as respectivas funcções o vice-director, que será seu auxiliar immediato na direcção da repartição.

## CAPITULO III

## SECRETARIA

Art. 6.º Ao secretario, chefe da secretaria, immediatamente subordinado ao director geral, incumbe, por si e pelos seus auxiliares:

I. A redacção da correspondencia da directoria geral e do expediente commum da secretaria, bem como a collaboração nos relatorios e pareceres exigidos da repartição, fornecendo os esclarecimentos e informações a seu alcance ;

II. A escripturação de todas as despesas do Instituto em livros especiaes e a verificação das contas dos fornecedores ;

III. A classificação das minutas dos actos expedidos pela repartição ;

IV. O registro das nomeações de todos os funcionarios do Instituto e suas dependencias, e dos actos que lhes disserem respeito ;

V. A organização das notas e extractos para o relatorio do director geral ;

VI. A organização das folhas de vencimentos dos empregados do Instituto ;

VII. O resumo do expediente que deva ser publicado no *Diario Official*, exceptuada a correspondencia trocada entre o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e o Instituto ;

VIII. As providencias para o fornecimento de objectos do expediente e outros destinados a repartição e suas dependencias ;

IX. A organização systematica do archivo e da bibliotheca ;

X. A matricula dos medicos, pharmaceuticos, dentistas e parteiras da Capital Federal ;

XI. A rubrica dos livros destinados ao registro das receitas nas pharmacias da mesma Capital ;

XII. A redacção e expedição das licenças não só para abertura de pharmacias, drogarias e laboratorios chimicos e pharmaceuticos, mas tambem para venda de preparados officinaes.

Paragrapho unico. Compete exclusivamente ao secretario:

I. Distribuir o serviço pelos empregados da secretaria e pelos pharmaceuticos e fiscalisar sua execução ; advertir esses empregados, quando faltarem a seus deveres, communicando o facto immediatamente ao director geral, para os fins convenientes ;

II. Lavrar os termos de posse de todos os empregados e subscrevel-os, depois de assignados pelo director geral ;

III. Subscrever, no verso dos titulos registrados na secretaria, a indicação da folha do livro em que o registro tiver sido effectuado ;

IV. Assignar, com o director geral, todas as licenças concedidas a pharmaceuticos e droguitas, depois de pago o competente sello em estampilhas ;

V. Informar e dar parecer sobre todas as petições que tiverem de ser submettidas a despacho do director geral ;

VI. Providenciar a respeito do fornecimento dos objectos precisos à secretaria, archivo, bibliotheca e laboratorio ;

VII. Encerrar diariamente o ponto dos empregados ;

VIII. Organisar, segundo as instrucções do director geral, o orçamento das despesas da repartição.

Art. 7.º Além dos serviços especificados no art. 6.º, consideram-se dependentes da secretaria, para os effeitos da regularidade da repartição, os trabalhos concernentes à demographia sanitaria e ao exercicio da medicina e da pharmacia, obstetricia e arte dentaria.

## CAPITULO IV

### LABORATORIO

Art. 8.º Ao chefe do laboratorio, graduado em medicina e com habilitações technicas provadas, compete:

I. Distribuir diariamente aos auxiliares technicos os trabalhos que não reservar para si, fiscalisal-os e dirigil-os, ficando tambem responsavel pelos resultados obtidos ;

II. Elaborar os relatorios e pareceres concernentes aos estudos, experiencias e estatisticas ;

III. Entender-se com os professores de clinica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especialmente com os directores dos hospitaes de isolamento, sempre que for preciso, atim de não só conhecer os resultados das novas applicações therapeuticas, mas tambem colher os liquidos organicos ou peças pathologicas destinados às pesquisas ;

IV. Redigir um boletim trimensal, completo, dos trabalhos, com a collaboração de seus auxiliares, o qual será impresso e distribuido pelos estabelecimentos publicos, nacionaes e estrangeiros, a que interesse o seu conhecimento ;

V. Inspeccionar o trabalho dos demais empregados do laboratorio, advertil-os quando faltarem a seus deveres, communicando tudo ao director geral ;

VI. Entender-se com o director geral sobre providencias relativas ao laboratorio, e requisitar do secretario as informações o objectos de que carecer o mesmo laboratorio ;

VII. Comunicar ao director geral os resultados interessantes dos estudos que exijam qualquer providencia ;

VIII. Apresentar ao director geral um relatorio dos trabalhos executados durante o anno.

Art. 9.º O chefe do laboratorio será substituido pelo auxiliar tecnico que o director geral designar.

Art. 10. No laboratorio do Instituto far-se-hão tambem as analyses não só des preparados officinaes apprehendidos, como suspeitos, pelos pharmaceuticos, mas tambem daquelles a cujo

respeito houver requerimento de licença para serem expostos à venda, ou de certificados de analyses.

Art. 11. As analyses de medicamentos, por solicitação de particulares, ficam sujeitas ao pagamento prévio de uma taxa no Thesouro Federal, mediante guia passada pelo secretario.

Art. 12. Os donos de productos officinaes apprehendidos pelos pharmaceuticos não estão sujeitos ao pagamento de taxas, salvo quando quizerem utilizar-se dos certificados das analyses.

Art. 13. Ainda que de uma só analys: se extraia certidão ou nota applicavel a differentes amostras do mesmo producto, é obrigado cada apresentante ao pagamento integral da taxa respectiva.

Art. 14. O particular que requerer analyse entregará no laboratorio a amostra do producto com a declaração, por escripto, da quantidade e especie, bem assim de seu nome, profissão e residência, si for o proprio interessado, e da pessoa em nome de quem requerer, si o não for, ou da de quem houve o producto. Indicará igualmente a especie de analyse que deseja — si qualitativa ou quantitativa.

Paragrapho unico. Da amostra entregue far-se-ha na secretaria inscripção, sob um numero de ordem, em livro de talão; e ao apresentante será passado recibo contendo apenas o numero da amostra.

Art. 15. Quando as analyses ou pareceres forem determinados pelo Governo ou requisitados pela autoridade publica, e achar o laboratorio que o producto é falsificado ou nocivo, o director geral do Instituto comunicará os resultados ao mesmo Governo ou autoridade, com os esclarecimentos necessarios, atim de proceder-se como no caso couber.

Paragrapho unico. Serão mencionados em edital assignado pelo director geral, affixado às portas do Instituto e publicado pela imprensa, quaesquer productos officinaes que, analysados a requerimento de particulares, forem reconhecidos nocivos à saúde publica.

Art. 16. Para cada analyse o chefe do laboratorio fixará approximadamente o tempo necessario, podendo exigir nova amostra si esta se tiver alterado.

Art. 17. Si a analyse tiver sido qualitativa, ao requerente será entregue, à vista da certidão do pagamento da taxa, a nota declaratoria de ser o producto reconhecido: bom, soffrivel, máo, nocivo ou falsificado. Si quantitativa, paga a taxa, dar-se-ha nota com declaração do resultado da analyse.

Paragrapho unico. No talão do livro de registro das amostras será transcripto o resultado das analyses.

Art. 18. É prohibido aos empregados do laboratorio, sob pena de demissão, ter parte em qualquer especie de commercio ou industria, que torne suspeita a sua imparcialidade ou independencia, e igualmente fazer qualquer analyse, por conta de particulares, fóra das condições deste regulamento.

## CAPITULO V

## DEMOGRAPHIA

Art. 19. O demographista, que será medico, terá a seu cargo:

I. A estatística dos nascimentos occorridos no Districto Federal e o estudo demographico completo da natalidade, considerada nos pontos de vista: 1º, da população total e especialmente da população feminina apta para a maternidade; 2º, da cor dos novi-natos; 3º, do sexo; 4º, do estado civil dos progenitores; 5º, da nacionalidade dos progenitores, ou fecundidade dos casamentos; 6º, da pluri-paridade; 7º, dos meses e estações; 8º, do lugar do districto em que occorreram.

II. A estatística dos casamentos realizados no mesmo Districto e o estudo demographico da nupcialidade considerada sob os aspectos: 1º, da população total e especialmente da população apta para contrahir casamento; 2º, das cores dos conjuges; 3º, das idades; 4º, do estado civil anterior; 5º, das nacionalidades; 6º, das profissões; 7º, dos meses e estações; 8º, do lugar ou districto em que o facto demographico se realisou.

III. A estatística dos obitos occorridos no Districto e o estudo demographico da mortalidade considerada sob as relações: 1º, da população total; 2º, do sexo dos mortos; 3º, das idades; 4º, das cores; 5º, do estado civil; 6º, das nacionalidades; 7º, das profissões; 8º, da natalidade; 9º, da mortinatalidade; 10º, dos meses e estações; 11º, do lugar do obito; 12º, das causas de morte.

IV. A estatística dos doentes tratados nos hospitaes do Rio de Janeiro, publicos e particulares, civis e militares, e o estudo demographico da morbilidade hospitalar, considerada em attenção as idades dos enfermos, ao estado civil e nacionalidade, e as molestias.

§ 1.º Será organizado, para publicar-se quinzenalmente, um boletim resumido da mortalidade da quinzena, com designação das idades, estado civil e nacionalidade dos fallecidos, lugar do obito, enumeração das causas de morte por ordem de frequencia, e indicação do movimento meteorologico daquelle periodo.

§ 2.º Para o mesmo fim será feita trimensalmente uma estatística especificada dos nascimentos, casamentos e obitos. O respectivo boletim indicará tambem o movimento meteorologico do trimestre, e será acompanhado de cartas epididigraphicas da mortalidade das molestias transmissiveis.

§ 3.º Publicar-se-ha outrossim um annuario, no qual não só será indicada a população estatica do Districto e sua composição intima, convenientemente discriminada, mas tambem estudadas todas as questões de demographia dinamica, especialmente em

continua aqui>



suas relações com a hygiene, comprehendendo diagrammas e cartas epidigraphicas.

§ 4.º São dirigidos pelo demographista, nos respectivos trabalhos, o seu ajudante, o cartographo e os dous auxiliares especiaes desse serviço.

§ 5.º Além das attribuições geraes do medico demographista, cabe-lhe especialmente:

I. Organizar e dirigir o serviço demographo-sanitario, solicitando do director geral todas as informações que julgar imprescindiveis ;

II. Requisitar do secretario todos os papeis e objectos de expediente, bem como os impressos que se tornarem precisos ao serviço ;

III. Registrar diariamente as notas que lhe forem fornecidas sobre mortalidade pela empresa funeraria e pretorias, e sobre morbidade pelos hospitais civis e militares ;

IV. Dar conhecimento immediato, ao director geral, dos factos importantes que colligir destas notas, e que comportarem o emprego de medidas de hygiene defensiva ;

V. Prestar ao director geral, com a maxima brevidade, todas as informações que por este lhe forem exigidas acerca do serviço a seu cargo.

## CAPITULO VI

### EXERCICIO DA MEDICINA E DA PHARMACIA

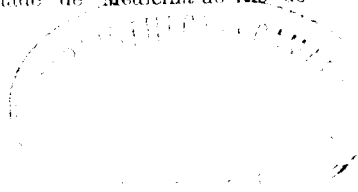
Art. 20. Só é permittido o exercicio da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas :

I. A's pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas Faculdades de Medicina da Republica dos Estados Unidos do Brazil ;

II. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, officialmente reconhecida, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na forma dos respectivos estatutos ;

III. A's que, tendo sido ou sendo professores de universidade ou escola estrangeira, officialmente reconhecida, requererem ao Instituto Sanitario licença para o exercicio da profissão, a qual lhes poderá ser concedida si apresentarem documentos comprobatorios da qualidade alludida, devidamente certificados pelo agente diplomatico da Republica ou, na falta deste, pelo consul brasileiro ;

IV. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, officialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou pharmacologia, e requererem a necessaria licença ao Instituto Sanitario, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



**Paragrapho unico.** As disposições deste artigo serão applicadas ás pessoas que se propuzerem a exercer as profissões de pharmaceutico, de dentista e de parteira.

**Art. 21.** Os medicos, pharmaceuticos, parteiras e dentistas da Capital Federal deverão matricular-se apresentando os respectivos titulos ou licenças, além de serem registrados. O registro se fará em livro especial, e consistirá na transcripção do titulo ou licença com as respectivas apostillas. Feito o registro, o secretario lançará, no verso do titulo ou licença, a indicação da folha do livro em que a transcripção tiver sido effectuada, datará, assignará, e submeterá ao visto do director.

**Paragrapho unico.** A secretaria organizará e publicará uma relação dos profissionais matriculados, a qual será annualmente revista e publicada, com as alterações que se tiverem dado.

**Art. 22.** Os facultativos escreverão as receitas em portuguez, e por extenso as formulas dos remedios, o nome das substancias componentes, excepto as formulas officinaes, sem abreviaturas, signaes e algarismos, e segundo o systema decimal. Indicarão as doses e o modo por que se devem usar os remedios, especialmente si interna ou externamente, o nome do dono da casa e, não havendo inconveniente, o da pessoa a quem são destinados; bem assim a data em que passarem a receita, que será assignada.

**Art. 23.** As parteiras, no exercicio de sua profissão, limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturaes. Em caso de dystocia deverão, sem demora, reclamar a presença do medico e, até que este se apresente, empregarão tão somente os meios conhecidos para prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente ou a do feto.

É-lhes prohibido o tratamento medico ou cirurgico das molestias das mulheres e das crianças, não podendo tambem formular receitas, salvo de medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves que compromettam a vida da parturiente ou a do feto ou recém-nascido. Taes receitas deverão conter a declaração de — Urgente.

**Art. 24.** Aos dentistas é prohibido: praticar operação que exija conhecimentos de materia cirurgica extra-profissional; applicar qualquer preparação para produzir a anesthesia geral; prescrever remedios internos; vender medicamentos que não sejam dentifricios analysados e approvados pelo Instituto.

**Art. 25.** O exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia é expressamente prohibido, ainda que o medico possua o titulo de pharmaceutico.

**Art. 26.** Nenhum medico poderá preparar ou fornecer medicamentos, nem ter sociedade ou fazer contracto com pharmaceutico ou drogista para a exploração da industria da pharmacia, sob qualquer forma.

**Paragrapho unico.** Não se comprehendem nesta prohibição as sociedades anonyms.

**Art. 27.** Nenhuma pharmacia será aberta ao publico na Capital Federal sem licença do Instituto Sanitario.

§ 1.º Para que a licença de que trata este artigo seja concedida é indispensavel que a pharmacia que se pretende abrir esteja sufficientemente provida de drogas, vasilhame, utensilios e livros, na conformidade das tabellas approvadas, e que serão revistas annualmente.

§ 2.º Requerida a licença, cumpre ao Instituto Sanitario mandar proceder a rigoroso exame na pharmacia, afim de verificar si está nas condições exigidas; no caso negativo, será adiada a respectiva abertura, até que novo exame, requerido pelo dono ou responsavel, demonstre que foram corrigidas as faltas encontradas no primeiro.

Tanto em um como em outro caso, o pharmaceutico do Instituto, que examinar a pharmacia, lavrará em acto continuo dous termos do exame, especificando nelles as faltas que houver, ou declarando não tel-as encontrado; esses termos serão assignados pelo pharmaceutico incumbido da visita e pelo dono da pharmacia, em poder do qual ficará um delles, sendo o outro remetido á secretaria.

**Art. 28.** As licenças a que se refere este artigo são pessoasas, e serão renovadas sempre que a pharmacia mudar de proprietario ou de responsavel.

**Art. 29.** Toda pharmacia aberta ao publico deve possuir os remedios officinaes designados na respectiva tabella approvada pelo Governo, e terá nos rotulos o nome do pharmaceutico.

§ 1.º Para a preparação dos ditos remedios seguir-se-ha a pharmacopéa franceza, até que esteja organizada a pharmacopéa brasileira.

§ 2.º Depois de publicada, com authorisação do Governo, a pharmacopéa brasileira, os pharmaceuticos terão os remedios preparados segundo as formulas della, o que não os inhibirá de tel-os segundo as formulas de outras para satisfazer as prescripções dos facultativos, os quaes podem receitar como entenderem.

§ 3.º Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviadas, e as transcreverão textualmente nos rotulos que devem acompanhar os medicamentos fornecidos. As vasilhas ou envoltorios que contiverem os medicamentos serão lacrados e marcados com o nome e logar de residencia do pharmaceutico, e nos rotulos indicar-se-ha com toda clareza o nome do medico, o modo de administrar os remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.

§ 4.º Exceptuados os remedios de uso ordinario e inoffensivo, consignados na respectiva tabella, approvada pelo Governo, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido pelo pharmaceutico ou fornecido a quem quer que seja, sem receita de medico, competentemente habilitado na forma do art. 21.

§ 5.º E' prohibido ao pharmaceutico alterar as formulas prescriptas ou substituir os medicamentos, ficando-lhe salvo o direito de não aviar as receitas quando as substancias activas nellas prescriptas forem em dose superior à maxima estipulada na pharmacopêa. Neste caso deverá o pharmaceutico devolver a receita ao medico, para que este rectifique o engano, ou para que nella declare resp. ou dissimul. pelas consequencias. O termo de responsabilidade sera feito na propria receita, datado e assignado por extenso, podendo o pharmaceutico exigir reconhecimento da firma do medico, si d'elle não for conhecida.

§ 6.º E' absolutamente prohibida a venda de remedios secretos, sendo considerados taes os preparados officinaes de formula não consignada nas pharmacopêas e os não approvados pelo Instituto Sanitario.

§ 7.º Todo pharmaceutico que quizer vender preparados officinaes de invenção alheia, sob denominação especial, deverá nos respectivos rotulos indicar a pharmacopêa em que a formula dos preparados se achar inscripta, depois de obtida a necessaria authorisação do Instituto, que determinará as demais declarações que devam e possam ser impressas nos rotulos e prospectos; sendo considerados remedios secretos, e sujeitos os pharmaceuticos que os venderem ás penas deste regulamento, aquelles em que estas formalidades não tiverem sido cumpridas.

Art. 30. O inventor de qualquer remedio que quizer expô-lo á venda deverá para esse fim requerer licença ao Instituto, apresentando um relatorio, no qual declare a composição do remedio e as molestias em que a sua administração será proveitosa. Esse relatorio poderá ser incluído em invólucro lacrado, o qual será aberto pelo director geral, que d'elle dará conhecimento ao pharmaceutico incumbido de formular parecer a respeito; depois do que será novamente lacrado e depositado no archivo da repartição.

Juntamente com o relatorio, o inventor apresentará uma certa quantidade de remedio, que deverá ser remittida ao pharmaceutico e ao laboratorio, afim de emittirem seu parecer sobre elle, podendo o director, si assim entender conveniente, depois de conhecida a composição clinica do medicamento, ordenar experiencias therapeuticas, que serão praticadas em estabelecimento publico hospitalar ou de ensino.

§ 1.º Obtida a licença, o inventor poderá expôr á venda o remedio, com declaração de ter sido licenciado pelo Instituto Sanitario, sendo-lhe, entretanto, absolutamente prohibido annunciar em jornaes, cartazes ou prospectos, qualidades therapeuticas do medicamento que não forem as verificadas ou admittidas pelo mesmo Instituto.

§ 2.º Da composição da formula o director dará reservadamente conhecimento ao chefe do laboratorio respectivo, quando tiver de ser analysada.

§ 3.º São considerados remedios novos:

1. Os preparados pharmaceuticos em cuja composição entrar alguma substancia de emprego não conhecido na medicina ;

II. Aquelles em que se tiver feito uma associação nova, embora os componentes sejam de acção já conhecida.

Art. 31. Os introductores de melhoramentos em formulas já conhecidas não poderão expôr à venda o remedio, assim melhorado, sem licença do Instituto Sanitario, ao qual incumbe verificar si o melhoramento allegado é real; devendo entender-se por — melhoramento — qualquer modificação que torne a formula conhecida mais util, de uso mais facil ou de custo menor.

Concedida a licença para medicamento novo, só podera este ser exposto à venda por pharmaceutico formado.

Art. 32. Nenhum pharmaceutico podera dirigir mais de uma pharmacia, exercer outra profissão ou emprego que o afaste de seu estabelecimento, nem fazer em sua pharmacia outro commercio que não seja o de drogas e medicamentos; em seus impedimentos temporarios podera deixar encarregado da administração da pharmacia um pratico de sua inteira confiança, ficando responsavel pelo procedimento do mesmo pratico perante as autoridades sanitarias.

Entender-se-ha por — impedimento temporario — aquella que não trouxer ausencia do pharmaceutico por mais de oito dias; cumprindo-lhe, si a ausencia se prolongar, deixar encarregado da pharmacia um pharmaceutico legalmente habilitado.

Art. 33. Só a pharmaceuticos formados será dada licença para abrir pharmacia dosimetrica, que não podera installar-se sem exame especial da autoridade sanitaria, com o fim de verificar si ella está ou não sufficientemente provida de medicamentos.

Art. 34. As pharmacias homeopathicas terão por objecto unico e exclusivo aviar as receitas dos medicos homeopathas, sendo-lhes absolutamente prohibida a venda de quaesquer medicamentos além dos preparados pelo systema hahnemanniano; e ficarão submittidas à autoridade e vigilancia das autoridades sanitarias, que verificarão frequentemente si o presente artigo é observado, e applicarão, no caso contrario, as penas deste regulamento.

Art. 35. Os estabelecimentos publicos, hospitaes, casas de saude, hospicios, corporações religiosas, associações de soccorros industriaes, que tiverem pessoal numeroso, poderão possuir pharmacia destinada a seu uso particular, contanto que seja administrada por pharmaceutico legalmente habilitado, ao qual compete a direcção effectiva da mesma.

As pharmacias de taes estabelecimentos não poderão vender ao publico medicamentos de qualquer especie que seja.

Art. 36. Nenhum laboratorio ou fabrica de productos chimicos ou pharmaceuticos poderá funcionar nesta Capital sem licença do Instituto Sanitario, devendo, por parte deste, ser submittidos à mesma vigilancia que as pharmacias e drogarias.

Art. 37. Os abusos commettidos no exercicio das profissões de que trata este capitulo serão punidos pelo modo seguinte:

§ 1.º Os profissionais que não registrarem o respectivo titulo na secretaria do Instituto, incorrerão na multa de 100\$, e do dobro na reincidencia.

§ 2.º A pessoa que exercer a profissão medica em qualquer dos seus ramos, a pharmaceutica, ou a arte dentaria, sem titulo legal, incorrerá nas penas comminadas em tal hypothese no art. 156 doCodigo Penal.

§ 3.º O medico que não observar em suas receitas a fôrma especificada no art. 22 deste regulamento, será multado em 25\$, e no dobro nas reincidencias.

§ 4.º As parteiras e os dentistas que infringirem o disposto nos arts. 23 e 24 pagarão iguaes multas, podendo, além disto, o Instituto Sanitario, conforme a gravidade do caso, suspendel-os do exercicio da profissão por um a tres mezes.

§ 5.º O pharmaceutico que, sem licença do Instituto Sanitario, abrir pharmacia e exercer a profissão, incorrerá na multa de 200\$, e ser-lhe-ha fechada a pharmacia até que obtenha aquella licença.

§ 6.º O pharmaceutico que alterar as formulas ou substituir os medicamentos prescriptos nas receitas, será multado em 100\$, e no dobro na reincidencia; podendo a autoridade sanitaria, no caso de nova reincidencia, mandar fechar a pharmacia, além das penas em que incorrer o pharmaceutico segundo a legislação criminal.

§ 7.º O pharmaceutico que der seu nome á pharmacia de propriedade alheia e não a dirigir pessoalmente, incorrerá na multa de 200\$, e será suspenso do exercicio da profissão por tres mezes.

§ 8.º O pharmaceutico que não possuir em sua pharmacia os livros necessarios, ou aquelle que não tiver convenientemente regularisada a respectiva escripturação, será multado em 100\$, e no dobro nas reincidencias.

Os livros serão rubricados em todas as folhas pelo secretario ou por um de sous auxiliares. Neste ultimo caso elle redigirá o termo de abertura declarando autorisar o referido auxiliar a rubricar o livro.

§ 9.º O pharmaceutico que aviar receitas de medicos não licenciados, ou de parteira ou dentista, excepto nas condições do art. 23, ultima parte, deste regulamento, e aquelle que vender, sem a necessaria receita, medicamentos não indicados na respectiva tabella, será multado em 100\$, e no dobro nas reincidencias.

§ 10. O pharmaceutico que em sua pharmacia der consultas, fizer curativos ou applicarapparelhos, a não ser em casos de desastres, accidentes de rua ou outros semelhantes, será multado em 100\$, e no dobro nas reincidencias, além das penas doCodigo Penal, applicaveis ao exercicio illegal da medicina.

§ 11. O pharmaceutico que vender ou preparar remedios secretos será multado em 100\$, e no dobro nas reincidencias.

Estas penas serão também applicadas ás pessoas extranhas á profissão pharmaceutica ou de droguita e que commetterem a mesma infracção.

§ 12. O pharmaceutico que vender remedios alterados ou falsificados ou fizer preparações de modo differente do prescripto no *codex* francez, ou na pharmacopéa brasileira, quando for publi-

cava, e ainda os que, na composição dos preparados officinaes, substituirem uma droga por outra, serão multados em 100\$, e no dobro nas reincidencias.

§ 13. O pharmaceutico que não estiver continuamente de posse das chaves do armario das substancias toxicas ou o que as confiar a qualquer pessoa, salvo a hypothese do art. 32, incorrerá na multa de 100\$, e no dobro nas reincidencias; devendo ser considerados nas condições do § 6º do presente artigo, si a infracção se verificar mais de duas vezes.

§ 14. O pharmaceutico que se oppuzer ao exame da respectiva pharmacia, quando este for exigido pela autoridade sanitaria, incorrerá na multa de 200\$ e será obrigado a fechar o estabelecimento, não podendo reabril-o sem licença do Instituto, que mandará proceder na pharmacia a exame semelhante áquelle que o art. 27 § 2º determina para as pharmacias novas.

Art. 38. Nenhuma drogaria se poderá estabelecer na Capital Federal sem prévia licença do Instituto Sanitario. A licença será requerida pelo dono da drogaria, que apresentará os documentos necessarios para prova de sua idoneidade pessoal.

§ 1.º As drogarias terão por fim o commercio de drogas, preparados officinaes devidamente autorizados, utensilios de pharmacia eapparelhos de chimica, sendo-lhes absolutamente interdicto todo e qualquer acto que seja privativo da profissão de pharmaceutico, taes como:

I. Aviar receitas medicas, quer de formulas magistraes, quer de preparados officinaes;

II. Vender ao publico qualquer substancia toxica, ainda em pesos medicinaes;

III. Vender a particulares, em qualquer dóse, substancias medicamentosas.

§ 2.º Os droguistas só podem vender substancias chimicas a pharmaceuticos e industriaes, exceptuadas as de uso ordinario e inoffensivo, constantes da respectiva tabella, as quaes poderão ser vendidas ao publico.

§ 3.º Deverão os droguistas registrar em livro especial, que será rubricado na secretaria do Instituto, as substancias que venderem para fins industriaes, mencionando o nome, residencia e industria do comprador, data da venda e quantidade da substancia vendida. Só serão válidos em Juizo os livros que tiverem a dita rubrica.

§ 4.º Nenhum droguista poderá annunciar nem vender preparados officinaes que não tenham sido approvados pelo Instituto Sanitario.

§ 5.º Os preparados officinaes importados do estrangeiro não poderão ser vendidos sem licença do Instituto e cumpre aos droguistas solicitar a mesma licença, fornecendo a quantidade dos ditos preparados que for necessaria para a analyse e a respectiva formula devidamente authenticada pelo fabricante.

§ 6.º As especialidades pharmaceuticas importadas que não estiverem devidamente licenciadas não poderão sahír da Alfândega, competindo aos consignatarios requerer a respectiva licença.

ou reexportal-as dentro do prazo de tres mezos, findo o qual serão inutilisadas, sem direito a reclamação alguma.

Art. 39. A's lojas de instrumentos de cirurgia é absolutamente interdito o commercio de drogas e medicamentos.

Art. 40. Nas visitas ás drogarias o funcionario sanitario verificará cuidadosamente si o disposto no art. 38, §§ 2º, 3º, 4º e 5º, é observado ; e, no caso de infracção, qualquer que seja ella, imporá a multa de 100\$, e do dobro nas reincidencias.

Art. 41. Si encontrar nas drogarias substancias alteradas ou falsificadas, imporá a multa do artigo antecedente, e mandará inutilisar a droga alterada ou falsificada.

Art. 42. Nas lojas de instrumentos de cirurgia a autoridade sanitaria indagará si o disposto no art. 39 é cumprido ; e, no caso negativo, imporá a multa de 100\$, e do dobro nas reincidencias.

Art. 43. Nenhum estabelecimento, excepto as pharmacias e drogarias, poderá vender medicamentos e drogas, sob qualquer pretexto que seja, incorrendo os infractores na multa de 100\$, e do dobro nas reincidencias.

Art. 44. Serão examinadas, com a maior frequencia possivel, as pharmacias, drogarias e laboratorios chimicos e pharmaceuticos, existentes na Capital Federal, verificando-se si são cumpridas as disposições regulamentares.

§ 1.º O pharmaceutico incumbido deste serviço entregará ao dono ou responsavel pelo estabelecimento visitado um certificado de visita, no qual declarará si o estabelecimento está ou não nas condições exigidas pelo regulamento. No caso negativo, indicará no certificado os factos ou vicios encontrados, marcando prazo dentro do qual deverão ser corrigidos. Si, findo o prazo, não for cumprida esta intimação, levará o facto ao conhecimento do director geral affin de ser fechado o estabelecimento.

Em qualquer caso remetterá sempre para a secretaria, onde será archivada, uma segunda via do certificado de visita, assignado por elle e pelo dono ou responsavel do estabelecimento visitado.

§ 2.º O prazo marcado pelo pharmaceutico não excederá de quatro dias, podendo o director geral prorogar-o, quando julgar conveniente, a requerimento dos interessados.

Art. 45. Os pharmaceuticos fiscalisarão a qualidade das drogas e preparados medicinaes importados ou manipulados no paiz já expostos á venda, devendo, quando houver suspeita de falsificação, alteração ou dolo, enviar ao laboratorio, para a devida analyse, as amostras dos productos suspeitos.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 46. Todos os funcionarios, com excepção dos que estiverem em serviço externo, são obrigados a assignar diariamente seus nomes no livro de presença, que se achará na secretaria, sendo encerrado o ponto pelo secretario.



Art. 47. Tudo quanto disser respeito a faltas, cuja justificação compete ao director geral, bem assim a licenças e penas disciplinares, regular-se-ha pelo disposto sobre estas materias no regulamento da Secretaria de Estado.

Art. 48. A secretaria do Instituto, que para o expediente ordinario funcionará das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, terá os livros que a necessidade dos varios serviços exigir, a juizo do secretario.

Art. 49. Os hospitaes de isolamento terão regimentos internos approvados pelo director geral do Instituto.

Art. 50. As infracções deste regulamento, a que não estiver comminada pena especial, serão punidas com a multa de 20\$ a 100\$, dobrada nas reincidencias.

Todas as multas serão cobradas e processadas de accordo com o disposto nas leis e decretos que regulam o executivo fiscal da Fazenda Federal.

Art. 51. A taxa de analyses, feitas a requerimento de particulares, em drogas ou substancias medicamentosas, productos chimicos ou pharmaceuticos, será cobrada, como até agora, de accordo com as tabellas annexas ao decreto n. 1257 de 3 de fevereiro do anno findo, que vigoram para o Laboratorio Nacional de Analyses estabelecido na Alfandega desta Capital.

Art. 52. Os vencimentos dos empregados do Instituto e suas dependencias serão os constantes da tabella junta, considerando-se dous terços como ordenado e um terço como gratificação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.

Tabella dos vencimentos dos empregados do Instituto Sanitario Federal, a que se refere o art. 52 do decreto n. 1647 desta data.

Director geral.....	12:000\$000
Vice-director.....	6:000\$000
Secretario.....	7:200\$000
Archivista e bibliothecario.....	4:800\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Chefe do laboratorio.....	6:000\$000
Auxiliar tecnico.....	4:400\$000
Demographista.....	6:000\$000
Ajudante do demographista.....	4:800\$000
Cartographo.....	4:000\$000
Auxiliar de demographia.....	2:400\$000
Pharmaceutico.....	4:800\$000
Porteiro.....	2:400\$000
Continuo.....	1:600\$000

Director de hospital.....	7:200\$000
Almoxarife.....	3:600\$000
Escrivão.....	3:000\$000
Agente de compras.....	2:400\$000
Pharmaceutico.....	3:600\$000
Porteiro.....	1:800\$000

Capital Federal, 12 de janeiro de 1894. — *Cassiano do Nascimento.*

DECRETO N. 1257 DE 3 DE FEVEREIRO DE 1893

(MINISTERIO DA FAZENDA)

### TABELLA A

Taxas de analyses. a que se refere o regulamento desta data

Investigação do acido salicylico nas substancias alimentares.....	
Idem de materias corantes de anilina, idem, idem....	
Idem de um metal, idem, idem.....	
Idem de um sal, idem, idem.....	
Idem de acidos mineraes, idem, idem.....	8\$000
Idem idem nos oleos e gorduras para lubrificar machinas.....	
Idem de glucose e albumina na urina.....	
Idem de gordura e sangue idem.....	
Idem de pigmentos biliares idem.....	
Analyse qualitativa de calculos e concreções animaes.	
Idem idem de essencias artificiaes.....	
Idem idem de perfumarias.....	
Idem idem de saes mineraes em medicamentos.....	
Idem idem de alcaloides.....	
Idem idem de tecidos de seda, lã, algodão, etc.....	
Determinação da densidade do leite, extracto a 95° e falsificação.....	
Investigação de substancias extranhas na manteiga, queijo, pão, farinhas diversas, massa de tomates, etc.....	15\$000
Dosagem de acido salicylico nas substancias alimentares.....	
Idem do cobre, idem, idem.....	
Idem do chumbo, idem, idem.....	
Idem do zinco.....	
Idem de um sal, idem.....	
Idem do chumbo no vazilhame estanhado.....	
Idem de um metal em mineraes.....	
Idem do acido sulphurico nos oleos e gorduras.....	

continua aqui>

Dosagem do acido chlorhydrico idem, idem.....	
Idem da glucose na urina e densidade desta.....	
Idem da albumina, idem.....	
Idem da urêa, idem.....	
Idem do acido urico, idem.....	15\$000
Idem da gordura, idem.....	
Idem do acido phosphorico, idem.....	
Idem dos chloruretos, idem.....	
Idem dos sulphatos, idem.....	
Investigação de substancias toxicas ou nocivas em todas as materias alimentares, aguas mineraes artificiaes, brinquedos, papeis pintados, tapeçarias, perfumarias, etc.....	
Idem de substancias extranhas em preparados pharmaceuticos.....	
Alcool (investigação dos alcooes extranhos).....	
Agua (analyse sob o ponto de vista de sua potabilidade, residuo total).....	
As-sucar, glucose, melão, mel, xaropes, licores, doces de conserva, bitter, cognac, vermouth, etc.....	20\$000
Café (determinação das cinzas, da chicoria, do feijão, do milho e das materias empregadas para dar-lhe brilho e augmentar-lhe o peso).....	
Ovos (investigação das materias que servem para sua conservação).....	
Productos de confeitaria e de pastelaria, frutas secas e confeitadas, chocolate, cacao, cha, mate, tubaras, especiarías diversas.....	
Sal de cozinha (dosagem da agua e saes extranhos).....	
Extractos de carne, conservas de peixe, de carne e de leite.....	
Oleos comestiveis e outros.....	
Vinagres (dosagem de seus principios essenciaes, falsificações).....	
Leite e creme.....	30\$000
Vinho, cerveja, cidra (dosagem dos principios mais importantes, investigação das materias corantes extranhas, metaes toxicos, falsificações).....	
Pão, farinhas diversas, gorduras, manteiga, queijos (dosagem de seus principios mais importantes, falsificações).....	
Analyse de uma planta.....	
Idem quantitativa de uma agua potavel ou mineral.....	120\$000
Idem idem de argilla, kaolin.....	

*Observação* — As taxas das analyses de substancias, que não figuram na presente tabella, serão fixadas pelo director, com approvação do Ministro da Fazenda.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.—  
*Serzedello Corrêa.*

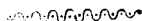
## TABELLA B

Taxa das analyses dos productos importados, a que se refere o regulamento desta data

Investigação de substancias nocivas nos productos alimentares, bebidas alcoolicas e outros liquidos.....	5\$000
Analyse qualitativa de oleos comestiveis, oleos para lubrificar machinas e outras substancias graxas...	
Idem idem de preparados pharmaceuticos.....	
Dosagem de um sal, de um metal em substancias alimentares e outros productos.....	
Exame de tecidos de seda, lã e algodão.....	
Productos não classificados.....	
Analyse qualitativa de alcaloides, seus saes, e de outros compostos chimicos organicos.....	2\$000
Idem idem de drogas simples de origem vegetal e animal.....	
Idem idem de productos chimicos mineraes.....	1\$000

*Observação* — As taxas das analyses de substancias, que não figuram na presente tabella, serão fixadas pelo director, com approvação do Ministro da Fazenda.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5<sup>a</sup> da Republica.—  
*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1648 — DE 12 DE JANEIRO DE 1894

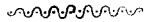
Estabelece o distinctivo para o Curso de Notariado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve estabelecer, como distinctivo para os alumnos que concluirem o Curso do Notariado, um anel de ouro com uma cornalina.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1649 — DE 12 DE JANEIRO DE 1894

Manda adoptar o modelo do livro de inscripção das associações a que se refere o decreto legislativo n. 173 de 10 de setembro ultimo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para boa execução do disposto no art. 17 do decreto legislativo n. 173 de 10 de setembro ultimo, regulando a organização das associações para fins religiosos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou de simples recreio, resolve que se observe o modelo constante do quadro que a este acompanha.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

## Modelo a que se refere o decreto n. 1649 desta data

INSCRIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA FINS RELIGIOSOS, MORAES, SCIENTIFICOS,  
ARTISTICOS, POLITICOS OU DE SIMPLES RECREIO

Numero de ordem	Anno	Mes	Dia	Denominação e sede da associação ou do instituto	Modo pelo qual a asso- ciação ou in- stituição se administra- da, activa e passiva- mente, em juizo e em geral nas suas rela- ções com terceiros.	Os membros da associação res- pondem ou não subsidiaria- mente pelas obrigações que os representantes della contra- tarem ex- pressa ou in- tencionalmente em seu nome?	Aven- tuas
cents. 4 cents.	3 cents.	3 cents.	1 cent.	5 cents.	5 cents.	5 cents.	11 cents.

Commeço total da folha: 55 centímetros.

Largura total da folha: 35 centímetros.

Cada livro conterá 200 paginas numeradas.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1891.—*Christoph da Natividade**Christoph da Natividade*

## DECRETO N. 1650 — DE 13 DE JANEIRO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Padua, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santo Antonio da Padua, no Estado do Rio de Janeiro, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se compoerá de quatro batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e sob as designações de 84º, 85º, 86º e 87º, de um do da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 41º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadroes e a designação de 24º, e que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1651 — DE 13 DE JANEIRO DE 1894

Regula de novo os concursos para empregos de Fazenda.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil considerando:

Que o decreto n. 10.349, de 14 de setembro de 1889, contém disposições hoje reconhecidamente prejudicadas pelas reformas praticadas, por que tem passado a administração da Fazenda Federal desde o decreto n. 781, de 25 de setembro de 1890, que para accommo dal-a ao novo regimen emancipou-a da subordinação aos governos locais;

Que a organização do Tribunal de Contas nesta Capital, a extinção das Thesourarias de Fazenda nos Estados, sua substituição pelas Alfandegas ou as Delegacias Fiscaes e, finalmente, a alteração das tabeellas quer quanto aos vencimentos, quer quanto às classes e denominações dos empregos, na forma de diversos actos e notadamente dos decretos ns. 1166, de 17 de dezembro de 1892, 1195 B, de 30 dos ditos mez e anno, e 1582, de 31 de outubro de 1893, devem ser attendidas

na definição das entrancias e na indicação não só do pessoal competente para compôr as comissões de exame, mas também das regras para a realização dos concursos ;

Resolve alterar os termos do citado decreto n. 10349, de 14 de setembro de 1889, adaptando-o ao estado actual da legislação de Fazenda e assim decreta :

Art. 1.º Ninguém poderá ser provido em emprego de primeira e segunda entrancia das repartições do Ministerio da Fazenda sem que tenha prestado prova plena de achar-se habilitado nas materias abaixo mencionadas.

§ 1.º São logares de primeira entrancia os de escriptuario da ultima classe, excepto os do Tribunal de Contas.

§ 2.º São logares de segunda entrancia os de escriptuario da penultima classe nas repartições diversas e os da ultima no Tribunal de Contas.

Art. 2.º As materias do concurso para os logares de primeira entrancia serão:

Grammatica da lingua nacional (orthographia, analyse e redacção) ;

Grammatica das linguas franceza e ingleza (leitura, traducção e analyse) ;

Arithmetica e suas applicações ao commercio e ás repartições de Fazenda ;

Algebra até equações do segundo grão ;

Escripturação mercantil por partidas dobradas.

Art. 3.º As materias do concurso para os empregos de segunda entrancia serão:

Legislação de Fazenda ;

Pratica de repartição.

O exame se fará de accordo com as disposições applicaveis da circular n. 40 de 28 de junho de 1890 e o questionario publicado pelo Thesouro com a data de 2 de setembro do mesmo anno.

Art. 4.º Os candidatos a emprego de primeira entrancia, que quizerem gosar da vantagem indicada no art. 45 da *Consolidação das Leis das Alfândegas*, deverão prestar também prova plena de que sabem:

1.º, fallar correctamente pelo menos as linguas franceza e ingleza ;

2.º, stereometria, areometria, theoria e pratica dos methodos e uso dos instrumentos modernos de arqueação de navios.

Art. 5.º Para os logares de guarda-mor e ajudante são necessarias as habilitações dos arts. 2.º e 4.º n. 1 ; e, não havendo nas repartições de Fazenda pessoal que as possua, se abrirá concurso para o preenchimento da vaga que existir.

Art. 6.º Os exames dos candidatos a empregos scientificos e artisticos da Casa da Moeda versarão sobre as materias exigidas nas instruções de 12 de dezembro de 1860, annexas ao decreto n. 10349 de 14 de setembro de 1889, excepção feita dos arts. 7.º e 8.º das mesmas instruções.



Art. 7.º Os concursos serão abertos por ordem do Ministro da fazenda, segundo as necessidades do serviço, e annunciados nas folhas publicas com 60 dias de anticipação.

Paragrapho unico. Si, annuciado o concurso, não comparecer pessoal idoneo, o Governo poderá preencher as vagas com candidatos habilitados em outro Estado, quer em concurso expressamente aberto, quer nos que já tenham sido feitos de conformidade com as disposições do presente ou do anterior regulamento.

Art. 8.º Os concursos serão effectuados perante uma commissão composta: de um sub-director do Thesouro ou do Tribunal de Contas e do ajudante do inspector da Alfandega, sob a presidencia de um delegado do Ministro da Fazenda, na Capital Federal, e de dous chefes de secção ou primeiros escripturarios da Alfandega ou da Delegacia Fiscal, sob a presidencia do chefe respectivo nos Estados.

O secretario, que deverá ser empregado de Fazenda, e os examinadores serão nomeados pelo Ministro na Capital Federal e pelo inspector da Alfandega ou o delegado fiscal nos Estados.

Paragrapho unico. Quando as conveniencias do serviço publico o exigirem, as comissões de exame nos Estados poderão, mediante approvação do Ministro, ser constituídas com pessoal diverso do indicado neste artigo.

Art. 9.º Deve ser sempre par o numero de examinadores.

Art. 10. Para que sejam admittidos ao exame de primeira entrada, os candidatos provarão perante a commissão:

- 1º, que tem mais de 18 e menos de 25 annos de idade;
- 2º, que são de bom procedimento; cumprindo á mesma commissão e particularmente ao seu presidente exame muito escrupuloso a respeito da força probante dos documentos, sob pena de effectiva responsabilidade pela falta de veracidade, de que porventura estejam inquinados.

Do mesmo modo, para a inscripção do concurso de segunda entrada, os candidatos deverão apresentar á commissão:

- 1º, certidão das notas que tiverem no ponto de sua repartição;
- 2º, attestado do competente chefe sobre a sua aptidão para o serviço publico.

Art. 11. O concurso será feito em dias consecutivos, das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, salvo molestia de algum membro da commissão, ou examinador.

Si ás 9 h. horas da manhã não estiverem reunidos todos os membros da commissão e examinadores, adiar-se-ha o concurso.

Si a occurrencia se der por molestia ou outro impedimento, na Capital Federal a commissão officiará ao Ministro da Fazenda propondo as providencias que entender necessarias nos Estados o inspector da Alfandega, ou o delegado fiscal, procederá como for conveniente.

Art. 12. Os candidatos serão examinados conjunctamente na mesma materia, salvo si for muito crescido o seu numero e se tornar imprescindivel a sua divisão em turma.

Art. 13. O exame constará de duas provas, escripta e oral.

Para a primeira serão concedidas de uma a tres horas e para a segunda o tempo que for strictamente preciso para se conhecer de modo satisfactorio a habilitação do concorrente.

Art. 14. A commissão e o respectivo examinador escolherão os pontos para a prova escripta, que serão organisados de maneira que se possa com facilidade aquilatar a aptidão dos candidatos.

Art. 15. Para a prova escripta serão entregues ao concorrente duas folhas de papel, rubricadas pelo presidente do concurso e pelo examinador.

Em uma transcreverá o candidato o ponto, datando-a e assignando-a, e na outra fará, sem assignar, a sua prova.

Restituídas as duas folhas ao presidente, este, dando-lhe o mesmo numero de ordem, conservará em seu poder a primeira até depois do julgamento da referida prova, e entregará a segunda ao examinador afim de que a verifique e lance nella o seu parecer.

Art. 16. No exame oral qual quer dos membros da commissão ou qualquer dos examinadores poderá arguir o candidato.

Art. 17. A commissão exercera a maior vigilancia, afim de que seja mantida a regularidade do acto. Além das providencias que, nesse intuito, entenda conveniente tomar, não permitirá:

1º, que os concorrentes tragam consigo livros, papel ou qualquer objecto que lhes possa auxiliar nas provas escriptas;

2º, que communique com qualquer pessoa, ou saiam de seu logar durante a prova escripta, salvo si for para dirigir-se ao examinador, precedendo permissão do presidente;

3º, que qualquer pessoa se approxime das mesas em que elles se achem.

Art. 18. O candidato que, no correr do exame escripto, deixar o seu logar para outro fim que não seja o mencionado no n. 2 do artigo antecedente, não poderá concluir a prova, e o que for encontrado commettendo fraude será retirado da sala, e perderá o direito de ser admittido em empregos de Fazenda.

Art. 19. Considerar-se-ha reprovado o concorrente que não comparecer á prova ou deixar de terminála.

Art. 20. E' de toda necessidade que, durante a prova oral, nenhuma dos examinadores ou dos membros da commissão deixe a sala dos concursos. Sendo, porem, indispensavel a ausencia de algum delles, suspender-se-hão os trabalhos até a sua volta.

Art. 21. Concluida a prova oral de cada candidato, proceder-se-ha á votação por meio de cédulas, que serão depositadas em uma urna fechada a chave. Essas cédulas, preparadas pelo secretario, antes de principiar o exame, são da mesma cor e formato e conterão, além do nome do concorrente, uma, a palavra — habilitado — e outra, a palavra — inhabilitado.

Art. 22. Findo cada um dos exames, e em acto successivo, se fará o julgamento das provas.

No caso do exame escripto, a decisão será tomada em vista das provas com parecer do respectivo examinador, e no caso do exame oral proceder-se-ha á apuração das cédulas existentes na urna.

Art. 23. O examinando que na prova escripta resolver correctamente todos os problemas, e não commetter erro na analyse, traducção e redacção, terá a nota—approvado com distincção, e o que resolver correctamente mais de metade dos problemas e commetter pequenos enganos na analyse, traducção e redacção, terá a nota—bom.

Na prova oral será classificado com distincção o examinando que obtiver todas as cédulas com a declaração — habilitado, e com a nota — bom o que obtiver o maior numero dessas cédulas.

Art. 24. Em cada dia de exame lavrar-se-ha uma acta em que se consignarão os pontos dados, os nomes dos examinandos, as notas conferidas e tudo o mais que occorrer durante o acto.

Esta acta será, em livro devidamente preparado, redigida pelo secretario e assignada pela commissão e os examinadores.

Art. 25. Terminada a votação do ultimo dia proceder-se-ha, em um mappa, á classificação geral dos concurrentes, conforme as notas que tiverem obtido.

Nos concursos para segunda entrancia attender-se-ha na classificação, em igualdade de circumstancias, á assiduidade e aptidão do candidato, prova-las com os documentos exigidos no art. 10.

Art. 26. De cada concurso fará a commissão um relatorio, e juntando-lhe as actas por copia, as provas escriptas e relação classificativa, o remetterá ao Ministro da Fazenda.

Art. 27. Os actuaes empregados de primeira e segunda entrancia poderão em qualquer tempo prestar as provas de que trata o art. 4º.

Art. 28. Os empregados de primeira entrancia, que forem nomeados em virtude de concurso feito de conformidade com as disposições deste decreto, poderão deixar de apresentar-se ao que, para logares de segunda entrancia, for aberto durante o primeiro anno de exercicio de seu emprego.

Si deixarem, porém, de comparecer, sem causa justificada, em dous concursos consecutivos, ou forem nelles julgados inhabilitados, serão exonerados.

Art. 29. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1894. 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felishello Freire.*



## DECRETO N. 1652 — DE 15 DE JANEIRO DE 1894

Approva o regulamento para o Internato do Gymnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar para o Internato do Gymnasio Nacional, em que, pelo § 5.º do art. 2.º da lei n. 191 B de 30 de setembro ultimo, foi convertido o 2.º Externato do mesmo Gymnasio, o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justica e Negocios Interiores.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

Regulamento para o Internato do Gymnasio Nacional de que trata o decreto n. 1652 desta data

TITULO I

DO INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL, SEUS FINS, SUA ORGANISACÃO E PLANO DE ESTUDOS

CAPITULO I

FINS DO INTERNATO E SUA ORGANISACÃO

Art. 1.º O Internato do Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar á mocidade brasileira a instrucção secundaria e fundamental necessaria e sufficiente tanto para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social. Elle ministra educacão e instrucção, gratuitamente, aos filhos orphãos de paes pobres, bem como aos filhos dos professores publicos e em geral dos cidadãos que tiverem bem servido á Patria; e, mediante contribuição pecuniaria, a educandos procedentes de outras classes sociaes.

Art. 2.º O Internato do Gymnasio Nacional funcionará no edificio em que ora se acha o 2.º Externato.

Art. 3.º Os alumnos do Internato constituem um corpo, a que é applicado o regimen disciplinar dos estabelecimentos militares de ensino, salvo no que não for praticavel, em razão da idade dos mesmos alumnos e da idade da instituicão.

continua aqui>

## CAPITULO II

## PLANO DE ESTUDOS

Art. 4.º O curso integral de estudos no Internato do Gymnasio Nacional será de sete annos, constando das seguintes disciplinas: lingua portugueza—lingua latina—lingua grega—lingua franceza—lingua ingleza—lingua allemã—mathematica—astronomia—physica—chimica—geographia—mineralogia—geologia—meteorologia—biologia—historia universal—historia do Brazil—litteratura nacional—sociologia—moral—economia politica—direito patrio—desenho—musica—gymnastica—esgrima—natação.

Art. 5.º O magisterio no Internato do Gymnasio Nacional constará de 11 lentes privativos:

- 1 de lingua portugueza,
- 1 de lingua latina,
- 1 de lingua grega,
- 1 de lingua franceza,
- 1 de lingua ingleza,
- 1 de lingua allemã,
- 1 de mathematica elementar,
- 1 de geometria geral, calculo e geometria descriptiva,
- 1 de mecanica e astronomia,
- 1 de physica e chimica,
- 1 de geographia.

Serão communs ao Internato e Externato seis lentes:

- 1 de mineralogia, geologia e meteorologia,
- 1 de biologia,
- 1 de historia universal,
- 1 de historia do Brazil,
- 1 de litteratura nacional,
- 1 de sociologia, moral, noções de economia politica e direito patrio.

Haverá ainda no Internato tres professores:

- 1 de desenho,
- 1 de musica,
- 1 de gymnastica, esgrima e natação.

Art. 6.º As disciplinas acima mencionadas são todas obrigatorias.

Art. 7.º As disciplinas do curso serão distribuidas pelos sete annos, da fôrma seguinte:

## 1º ANNO

*Exames de sufficiencia*

1ª cadeira — Arithmetica (estudo completo até fracções inclusive e pratico dahi em deante)— 6 horas por semana.

2.<sup>a</sup> cadeira — Portuguez : estudo da grammatica expositiva ; leitura e recitação expressiva ; exercicios de redacção com auxilio ministrado pelo lente — 6 horas por semana.

3.<sup>a</sup> cadeira — Francez : grammatica elemental ; leitura e traducção de autores faceis ; versão de trechos simples de prosa ; primeiros exercicios de conversação — 3 horas por semana.

4.<sup>a</sup> cadeira — Geographia : geographia physica, exercicios de cartographia — 3 horas por semana.

Aulas de desenho, musica e gymnastica — 2 horas cada uma.

## 2.<sup>o</sup> ANNO

### *Exames de sufficiencia*

1.<sup>a</sup> cadeira — Algebra elemental (estudo completo) ; arithmetica (estudo completo da 2.<sup>a</sup> parte) — 3 horas.

2.<sup>a</sup> cadeira — Portuguez : estudo completo da grammatica expositiva, leitura e recitação expressiva ; exercicios de composição gradualmente mais difficéis, com subsidios ministrados pelo lente — 5 horas.

3.<sup>a</sup> cadeira — Francez : revisão da grammatica elemental ; leitura e traducção de autores gradualmente mais difficéis ; exercicios de versão e conversação — 3 horas.

4.<sup>a</sup> cadeira — Geographia : geographia politica e economica ; exercicios cartographicos — 3 horas.

5.<sup>a</sup> cadeira — Latin : grammatica elemental, leitura e traducção de trechos faceis — 5 horas.

Aulas de desenho e gymnastica — 2 horas cada uma ; musica — 1 hora.

## 3.<sup>o</sup> ANNO

### *Exames finais de mathematica elemental, portuguez, francez e geographia*

1.<sup>a</sup> cadeira — Geometria e trigonometria : geometria preliminar e trigonometria rectilinea ; geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, da cissoide, da limaçon de Pascal e da espiral de Archimedes) — 3 horas.

2.<sup>a</sup> cadeira — Portuguez : grammatica historica ; exercicios de composição sem subsidio ministrado pelo lente — 3 horas.

3.<sup>a</sup> cadeira — Francez : grammatica complementar ; leitura e traducção de prosadores e poetas mais difficéis ; exercicios de versão e conversação — 3 horas.

4.<sup>a</sup> cadeira — Latin : revisão da grammatica ; leitura e traducção de prosadores faceis — 4 horas.

5.<sup>a</sup> cadeira — Geographia do Brazil e noções de cosmographia — 2 horas.

6.<sup>a</sup> cadeira — Inglez : grammatica elemental ; leitura, traducção e versão facéis ; exercicios de conversação — 4 horas.  
Aulas de desenho e gymnastica — 2 horas cada uma ; musica — 1 hora.

4.<sup>o</sup> ANNO*Exames finais de calculo, geometria, latin e musica*

1.<sup>a</sup> cadeira — Geometria geral, calculo e geometria descriptiva: geometria geral, seu complemento algebrico: noções de calculo differencial e integral, limitado ao conhecimento das theorias indispensaveis ao estudo da mecanica geral propriamente dita; noções de geometria descriptiva, e trabalhos graphicos correspondentes — 3 horas.

2.<sup>a</sup> cadeira — Latin : leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis — 3 horas.

3.<sup>a</sup> cadeira — Inglez : revisão da grammatica ; leitura e traducção de prosadores facéis, exercicios de versão e conversação — 3 horas.

4.<sup>a</sup> cadeira — Allemão : grammatica elemental ; leitura, traducção e versão facéis ; exercicios de conversação — 4 horas.

5.<sup>a</sup> cadeira — Historia universal: historia antiga e média (estudo concreto) — 3 horas.

Aulas de desenho e gymnastica — 2 horas cada uma ; musica — 1 hora.

Revisão — Geographia, portuguez, francez — 1 hora para cada uma.

5.<sup>o</sup> ANNO*Exames finais de mecanica e astronomia, inglez, historia universal e gymnastica*

1.<sup>a</sup> cadeira — Mecanica e astronomia :

1.<sup>o</sup> periodo : noções de mecanica geral limitada ás theorias geraes de equilibrio e movimento dos solidos invariaveis, e precedidas das noções rigorosamente indispensaveis do calculo das variações ;

2.<sup>o</sup> periodo : noções de astronomia, precedida da trigonometria espherica ; noções succintas de geometria e mecanica celestes — 3 horas.

2.<sup>a</sup> cadeira — Inglez : leitura e traducção de autores mais difficeis ; exercicios de versão e conversação — 3 horas.

3.<sup>a</sup> cadeira — Allemão : revisão da grammatica ; leitura e traducção de prosadores facéis ; exercicios de versão e conversação — 4 horas.

4<sup>a</sup> cadeira — Grego : grammatica elemental ; leitura e traducção de trechos facéis — 3 horas.

5<sup>a</sup> cadeira — Historia universal : historia moderna e contemporanea, particularmente dos paizes americanos ; revisão da parte anterior (estudo concreto) — 3 horas.

Aula de desenho — 2 horas ; gymnastica — 1 hora.

Revisão — Geographia, mathematica, portuguez, francez, latim — 1 hora para cada uma.

#### 6.º ANNO

##### *Exames finais de physica e chimica e allemão*

1<sup>a</sup> cadeira — Physica e chimica : noções fundamentaes — 4 horas.

2<sup>a</sup> cadeira — Allemão : leitura e traducção de autores mais difficeis ; exercicios de versão e conversação — 3 horas.

3<sup>a</sup> cadeira — Grego : revisão da grammatica ; leitura e traducção de prosadores facéis — 3 horas.

4<sup>a</sup> cadeira — Historia do Brazil — 3 horas.

5<sup>a</sup> cadeira — Zoologia e botanica (estudo concreto) — 3 horas.

Aula de desenho — 1 hora.

Revisão — Geographia, portuguez, francez, inglez, calculo e geometria, mecanica e astronomia, historia universal — 1 hora para cada uma.

#### 7.º ANNO

##### *Exames finais de biologia, sociologia moral, mineralogia e geologia, grego, historia do Brazil, litteratura e desenho*

#### EXAME DE MADUREZA

##### (1.º semestre)

1<sup>a</sup> cadeira — Biologia — 3 horas.

2<sup>a</sup> cadeira — Noções de economia politica e de direito patrio — 3 horas.

3<sup>a</sup> cadeira — Grego : leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis — 3 horas.

4<sup>a</sup> cadeira — Historia do Brazil : continuação — 3 horas.

5<sup>a</sup> cadeira — Historia da litteratura nacional — 3 horas.

Aula de desenho — 2 horas.

Revisão — Physica e chimica, francez, inglez, allemão, calculo e geometria, mecanica e astronomia, historia e geographia alternados — 1 hora para cada uma.



(2º semestre)

1ª cadeira — Mineralogia, geologia e meteorologia (noções concretas) — 3 horas.

2ª cadeira — Sociologia e moral — 3 horas.

3ª cadeira — Grego (como no 1º semestre) — 3 horas.

4ª cadeira — Historia do Brazil : revisão geral — 3 horas.

5ª cadeira — Historia da litteratura nacional — 3 horas.

Aula de desenho — 2 horas.

Revisão — Francez, inglez e allemão alternados, calculo e geometria e mecanica e astronomia, alternados, historia e geographia alternadas, physica e chimica, biologia, noções de economia politica e direito patrio — 1 hora para cada uma.

## CAPITULO III

### DOS PROGRAMMAS DE ENSINO E DE EXAMES

Art. 8.º O ensino será regulado por programmas, horarios e compendios, annualmente approvados pela congregação, na forma deste regulamento, art. 88 n. 1.

Art. 9.º Nas aulas de desenho, musica e gymnastica, o exame será sómente final; mas o aproveitamento, que o alumno nellas revelar, se traduzirá em notas e médias que concorrerão como elementos para o julgamento nas differentes materias de cada anno.

## TITULO II

### DOS ALUMNOS

#### CAPITULO I

##### DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 10. Os paes ou encarregados dos matriculandos deverão apresentar ao director do estabelecimento, do dia 1 ao dia 11 de fevereiro de cada anno, os requerimentos instruidos com todos os documentos justificativos das condições em que se acham os candidatos à matricula.

Art. 11. Para a matricula no Internato do Gynnasio Nacional exigir-se-hão as seguintes condições :

1.ª Certidão de idade, ou documento equivalente, por onde se prove ter o candidato, no minimo, 10 annos de idade e no maximo 14 annos referidos ao dia 1 de janeiro do anno da matricula;

2.<sup>a</sup> Attestado de vaccinação ou revaccinação ;

3.<sup>a</sup> Certificado de que o candidato não soffre de molestia alguma contagiosa ou infecto-contagiosa ;

4.<sup>a</sup> Attestado de bom procedimento passado pelos professores ou directores das escolas que elle houver frequentado ;

5.<sup>a</sup> Exame prático de leitura, dictado, noções de grammatica portugueza, pratica das quatro operações sobre numeros inteiros e fracções, conhecimento pratico do systema metrico decimal, morphologia geometrica e noções de geographia geral, — perante uma commissão composta de tres lentes do 1.<sup>o</sup> anno, dos quaes o mais antigo occupara a presidencia.

A approvação no curso de adaptação do Collegio Militar equiparará á approvação neste exame.

Art. 12. Os candidatos approvados nos exames de admissão serão classificados por ordem de merecimento e, de accordo com este julgamento, serão preenchidas as vagas existentes no quadro dos alumnos.

Paragrapho unico. Tendo em vista a classificação, determinada neste artigo, e quando se tratar de matriculandos gratuitos, deverá o director basear a preferencia para a escolha dos mesmos candidatos, nas seguintes condições :

1.<sup>a</sup> Serem os candidatos orphãos de pae e mãe ;

2.<sup>a</sup> Serem orphãos de pae ;

3.<sup>a</sup> Serem filhos de professores ou quaesquer outros funcionarios do Gymnasio Nacional ;

4.<sup>a</sup> Serem filhos de quaesquer professores publicos ;

5.<sup>a</sup> Serem filhos de quaesquer funcionarios publicos.

Nos grupos a que se referem as condições 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> terão preferencia : os orphãos aos que não o forem ; os orphãos de pae e mãe aos que o forem somente de pae ; os filhos dos professores e mais funcionarios federaes aos dos estaduais e municipaes.

Art. 13. E' fixado em 180 o numero dos alumnos do Internato, sendo um terço de gratuitos.

Paragrapho unico. Si o numero dos candidatos á matricula gratuita for superior ao das vagas, poderão elles ser admittidos como contribuintes até que aquellas lhes possam caber. Fora do quadro dos gratuitos a que se refere este artigo, só serão admittidos como taes os alumnos contribuintes do estabelecimento, aos quaes, no anno anterior, tiver sido conferido o 1.<sup>o</sup> premio.

Art. 14. Os alumnos contribuintes pagarão annualmente : a quantia de 12\$ no acto da matricula e mais a de 600\$ em quatro prestações trimensaes adiantadas.

Art. 15. Exceptuada a matricula, as contribuições poderão ser pagas em prestações mensaes, quando os alumnos forem filhos de funcionarios publicos.

Art. 16. Os alumnos contribuintes deverão entrar com o enxoval marcado no regimento interno, o qual será renovado á proporção do uso, bem como, no principio de cada anno, com os livros adoptados ; ficando a cargo do estabelecimento a

lavagem e o engommado da roupa, não só delles como tambem dos gratuitos.

Art. 17. Aos alumnos gratuitos do Internato serão fornecidos, por conta do estabelecimento, enxoval igual ao dos contribuintes, bem como os livros de estudo.

Exceptuam-se os filhos dos funcionarios publicos em effectivo exercicio, os quaes serão obrigados á renovação do enxoval e ao fornecimento dos livros adoptados.

Art. 18. A todos os alumnos do Internato serão fornecidos, pelo estabelecimento, papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o trabalho das aulas.

## CAPITULO II

### DO CORPO DE ALUMNOS

Art. 19. No intuito de proporcionar á mocidade brasileira a educação necessaria para o desempenho do dever de defender a patria, e em vista dos brillantes resultados que tem produzido nos internatos o regimen disciplinar dos estabelecimentos militares de ensino, o qual mui poderosamente contribue para desenvolver e afervorar o patriotismo, o corpo de alumnos do Internato constituirá um batalhão, ao qual se dará o nome de «Batalhão Escolar», cuja educação militar ficará a cargo de instructores, capitães ou officiaes subalternos do Exercito.

Art. 20. Será o mesmo corpo de alumnos distribuido em quatro divisões correspondentes ás quatro companhias do batalhão, attendendo-se, quanto possível, ao seu desenvolvimento physico e intellectual e aos annos do curso em que estiverem matriculados. Cada uma destas divisões estará a cargo de dous inspectores que alternarão no serviço.

Art. 21. No batalhão, a que se refere o art. 19, os alumnos serão graduados por merecimento nos diversos postos desde o de cabo de esquadra até ao de commandante, usando dos complementos distinctivos.

Art. 22. As denominações destes postos, para os alumnos officiaes, serão : *alumno-commandante*, *alumno-major*, *alumno-ajudante*, *alumno-capitão*, *alumno-tenente*, *alumno-alfere*, e, para os alumnos inferiores e cabos, as mesmas do Exercito, precedendo sempre a palavra *alumno*.

Art. 23. Os alumnos, assim graduados, assumirão as funções de seus postos nos exercicios geraes em que os respectivos instructores o determinarem, e nas formaturas sollemnes do batalhão escolar, mas sempre sob a direcção dos instructores.

Art. 24. Na abertura das aulas em cada anno, os alumnos assim galardoados deporão as suas insignias atin de serem dellas revestidos os que as houverem conquistado no anno anterior.

## CAPITULO III

## DA DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 25. Nenhuma pessoa estranha ao estabelecimento, salvo autoridade superior, terá nelle entrada sem prévia licença do director ou do vice-director.

Art. 26. É vedado aos alumnos occuparem-se, no estabelecimento, com a redacção de periodicos, bem como entregarem-se à leitura de livros que prejudiquem os bons costumes e o cumprimento dos seus deveres collegiaes e organisarem rifas, colleccas ou subscrições, seja qual for o motivo.

Art. 27. A correspondencia dos alumnos internos, por meio de cartas, ficará sujeita ao criterio do director e do vice-director.

Art. 28. Os alumnos internos, em regra geral, poderão ter sahida aos sabbaados depois das aulas, devendo recolher-se ao estabelecimento no dia e hora que lhes for determinado.

Art. 29. Os alumnos não poderão sair, sinão acompanhados por seus paes ou encarregados, ou por pessoas que os mesmos indicarem, salvo authorisação especial delles e consentimento expresso do director.

Art. 30. Os alumnos só podem ser visitados durante as horas de recreio, sendo que essa visita só será feita por seus paes ou pessoas competentemente autorisadas.

Art. 31. O director e vice-director do Internato procurarão desenvolver em seus alumnos o gosto pelos exercicios de tiro ao alvo, de besta, tiro de flecha, exercicios gymnasticos do corpo livre, salto, jogo de volante, etc., e farão aos domingos um passeio para fóra do centro da cidade.

Organisarão para esse fim turmas de alumnos de forma que, pelo menos uma vez por mez, cada uma dellas tenha um dia completamente destinado à educação physica.

Para auxilia-los neste trabalho serão designados por escala os inspectores de alumnos.

Art. 32. A convite do director, poderão os lentes, professores e instructores incumbir-se da direcção desses passeios e do ensino dos jogos escolares que convem divulgar.

Art. 33. São permittidos como jogos escolares: a barra, a amarella, o *foot-ball*, a peteca, o jogo da bola, o *cricket*, o *lawn-tennis*, o *crochet*, corridas, saltos e outros, que, a juizo do director, concorram para desenvolver a força e dextreza dos alumnos, sem pôr em risco a sua saúde.

Art. 34. Os meios disciplinares sempre proporcionados à gravidade das faltas serão os seguintes:

- 1º, notas más nas listas das aulas ;
- 2º, exclusão momentanea da aula ou do campo de exercicio ;
- 3º, privação de recreio ;
- 4º, privação de sahida ;
- 5º, reprehensão em particular ou perante os alumnos reunidos do anno ou de todo o Internato ;

- 6º, prisão em sala para isso destinada ;
- 7º, exclusão do Internato por tres a seis dias ;
- 8º, baixa definitiva das graduações ;
- 9º, expulsão attenuada ;
- 10º, expulsão ostensiva.

§ 1.º Os dous primeiros meios serão applicados pelos lentes, professores e instructores; o terceiro, pelo director, vice-director, lentes, professores e instructores ; os quatro seguintes, sòmente pelo director e vice-director ; o oitavo e nono por um conselho disciplinar constituído pelo director, vice-director, lentes e professores do anno e instructores ; o decimo pelo Ministro do Interior, sob proposta da Congregação.

§ 2.º A exclusão temporaria consiste em enviar-se o alumno a seu paé para este corrigil-o. A expulsão attenuada significa que, reconhecida a necessidade da retirada do alumno, ser-lhe-ha permitido, ou á pessoa que legitimamente o representar, requerer a sua exclusão do Internato.

Art. 35. A distribuição do tempo será feita de modo que, para os alumnos, haja, mais ou menos, nove horas para o somno, oito para o trabalho e sete para toilette, refeições e recreio.

## CAPITULO IV

### DA FREQUENCIA

Art. 36. A presença dos alumnos nas aulas será verificada pelos inspectores. O lente, professor ou instructor poderá mandar marcar ponto ao alumno que, sem licença, retirar-se da aula ou campo de exercicio.

Art. 37. Ao alumno que, por motivo justificado, faltar a uma ou mais aulas ou trabalhos no mesmo dia, se marcará um só ponto.

Art. 38. A justificação das faltas commettidas pelos alumnos será feita perante o director.

Art. 39. Deverão as faltas dos alumnos ser notadas cuidadosamente, afim de que se cumpra o disposto no artigo seguinte.

Art. 40. O alumno que commetter 40 faltas durante o anno lectivo, ainda que sejam ellas justificadas, perderá o anno e será excluido do estabelecimento. Poderá porém matricular-se no anno seguinte, caso o mereça por seu procedimento e applicação.

Paragrapho unico. Por uma falta não justificada marcar-se-hão dous pontos.

## CAPITULO V

### DAS RECOMPENSAS

Art. 41. As recompensas conferidas aos alumnos serão :

- 1.ª Boas notas nas listas das aulas.
- 2.ª Licenças excepcionaes para passeio.

3.<sup>a</sup> Promoção aos diversos postos do batalhão escolar.

4.<sup>a</sup> Bancos de honra, de que haverá até seis em cada cadeira, obtidos em concurso trimestral e levados em conta para a média de applicação no trimestre.

5.<sup>a</sup> Premios, de que haverá até tres em cada anno, ordinalmente numerados e conferidos aos melhores dentre os alumnos approvados com distincção em todas as materias do anno.

6.<sup>a</sup> Collocação, em sala especial, denominada «Panthéon», do retrato do alumno que, por seu excepcional talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e mais virtudes, o merecer.

Paragrapho unico. A primeira destas recompensas será conferida pelos lentes, professores e instructores; a segunda, pelo director e vice-director; a terceira, pelo director, tendo em vista a conta final do anno; as tres ultimas, pela congregação. A ultima recompensa, que se denominará «Premio Benjamin Constant», será conferida após o exame ultimo do curso e, assim como a penultima recompensa, selo-la na mesma sessão solenne de que trata o art. 150.

## TITULO III

### DO TEMPO LECTIVO, DAS AULAS E DOS EXAMES

#### CAPITULO I

##### DO TEMPO LECTIVO E DAS AULAS

Art. 42. O anno lectivo começará em 1 de março e findará a 30 de novembro, sendo destinados a exames e férias os mezes de dezembro, janeiro e fevereiro.

Paragrapho unico. Os exercicios, geraes e passeios militares realisar-se-hão nos mezes de junho e julho, em dias determinados pelo director.

Art. 43. A distribuição do tempo para o ensino theorico e pratico será feita de modo que, em cada aula, a lição não exceda de uma hora e o intervallo de uma aula a outra nunca seja menor de 15 minutos.

#### CAPITULO II

##### DOS EXAMES

Art. 44. Do dia 1 a 11 de fevereiro de cada anno se receberão na secretaria do Internato os requerimentos de exames de admissão para qualquer anno do curso, effectuando-se, do dia 12 ao fim do mesmo mez, não só os referidos exames, como os dos alumnos do estabelecimento, que por motivo justificativo não os houverem prestado na época regulamentar.

continua aqui>

Art. 45. Encerradas as aulas do Internato, começarão, no primeiro dia útil de dezembro, os exames do curso, os quaes serão: de *sufficiencia* ou *finaes*, segundo haja o alumno de continuar o estudo da materia, ou o tenha concluido, e de *maturação*, ao terminar o curso.

Art. 46. A commissão julgadora dos exames de sufficiencia se comporá dos lentes do anno, sendo o presidente designado pelo director.

Art. 47. O exame de sufficiencia constará simplesmente de provas oraes, cabendo no maximo 20 minutos para o exame de cada materia.

Art. 48. Nos ex-unes finaes será a mesa julgadora constituída pelos dous lentes da cadeira no gymnasio e pelo director, pelo vice-director ou por um lente do Internato, como presidente.

Paragrapho unico. Quando houver um só lente da cadeira, o director nomeará outro lente do Internato, que tenha idoneidade para o encargo.

Art. 49. Os exames finaes constarão da prova escripta e oral, havendo mais uma prova pratica para as cadeiras de sciencias physicas e mineralogia, geologia e meteorologia; para as de desenho, musica e gymnastica a prova será simplesmente pratica.

§ 1.º A prova escripta de sciencias versará sobre questões comprehendidas no programma de estudos; a de lingua portugueza constará de uma redacção, fornecidos os elementos deste exercicio pela commissão examinadora e da analyse lexicologica e logica de um trecho classico; a de lingua latina e grega constará da traducção de um trecho tirado á sorte e nunca menor de 20 linhas; finalmente, a das linguas franceza, ingleza e allemã constará de duas partes: versão de um pequeno trecho sorteado de prosa portugueza corrente e facil, e traducção de um trecho poetico francez, inglez ou allemão tirado á sorte e nunca menor de 15 linhas.

§ 2.º A prova oral, no exame final de sciencias, constará de arguição dos examinadores sobre o ponto sorteado, a generalidades da materia. No de lingua portugueza constará de leitura expressiva, resumo a livro fechado, explicação dos vocabulos e analyse. No das linguas latina, grega, franceza, ingleza e allemã se exigirá leitura, traducção de um trecho de prosador facil (sem auxilio de dictionario) e analyse.

§ 3.º Para a prova escripta dar-se-ha o prazo maximo de duas horas, e, para cada exame oral, em sciencias meia hora, e em linguas vinte minutos, pelo menos. O presidente do acto poderá interrogar os alumnos, sem prejuizo do tempo concedido aos examinadores.

§ 4.º Os pontos dados para os exames finaes serão organizados no dia do acto, differentemente para cada turma de examinandos, e de forma que cada ponto abranja varios pontos da disciplina.

§ 5.º Para as provas praticas de physica e clinica, meteorologia, mineralogia e geologia, musica e gymnastica será dado o prazo de quinze minutos; para as de desenho, uma hora.

Art. 50. Terminados os exames do dia, a comissão examinadora, tomando em consideração as provas exhibidas e as notas da conta de anno, as avaliará por meio de grãos de notas de 0 até 10 e tomará depois a média dos grãos de cada alumno.

Serão considerados approvados simplesmente os que obtiverem média superior a 3 e inferior a 6, plenamente os que obtiverem média desde 6 até 9 e com distincção os que obtiverem média superior a 9. Será considerado reprovado o alumno que não tiver média superior a 3.

Art. 51. O exame escripto será feito a portas fechadas, e o oral em publico.

§ 1.º O examinando que for surprehendido servindo-se, no acto do exame, de apontamentos particulares ou de quaesquer livros não permittidos pela comissão, perderá o direito de prestar exame, só podendo ser a este admittido no fim do anno lectivo seguinte.

§ 2.º A comissão examinadora fornecerá os livros de texto e os dicionarios precisos para as provas escriptas de linguas.

Art. 52. O alumno que na época regulamentar for approvado em todas as materias do anno, menos em uma, poderá ser submittido ao exame desta em fevereiro seguinte, desde que assim o julgue conveniente o director do Internato.

Art. 53. O que for reprovado em duas materias, havendo obtido approvação com distincção nas outras, poderá, a juizo do director, ser admittido ao exame no periodo marcado para admissão de alumnos ao Internato.

Art. 54. Não poderá continuar no estabelecimento o alumno gratuito que for reprovado duas vezes consecutivas no mesmo anno, bem como o que deixar de prestar exame do curso no mesmo lapso de tempo.

Art. 55. O alumno, que por justificado motivo não tiver prestado exame no fim do anno lectivo, poderá no anno seguinte prestal-o, a juizo do director.

Art. 56. Será sujeito ao onus de reprovado o alumno que so retirar do exame antes de terminado, no caso dos membros da comissão ou a maioria delles entenderem que a prova até então exhibida o inhabilita.

Art. 57. Os alumnos approvados em todos os exames finais deverão prestar no fim do curso o exame de madureza, destinado a verificar si possuem a cultura intellectual indispensavel.

Este exame versará sobre questões geraes e será feito por um programma organizado por uma comissão de lentes eleita pela congregação e por ella approvado.

§ 1.º Cada comissão julgadora destes exames compor-se-ha de sete membros: dous lentes do Internato, dous professores particulares, dous lentes de curso superior, e o director do Internato como presidente.

§ 2.º O director, ouvida a congregação, organizará annualmente e submeterá á approvação do Governo a lista dos membros da comissão julgadora dos exames de que se trata.



§ 3.º O exame de madureza constará de provas escriptas e oraes, feitas em dias alternados, sobre as materias das secções seguintes :

- 1.º Linguas vivas, especialmente a lingua portugueza ; litteratura nacional ;
- 2.º Linguas classicas ;
- 3.º Mathematica e astronomia ;
- 4.º Sciencias physicas e sua applicação ; meteorologia, mineralogia e geologia ;
- 5.º Biologia, zoologia e botanica ;
- 6.º Sociologia e moral ; noções de economia politica e direito patrio ;
- 7.º Geographia e historia, especialmente do Brazil.

§ 4.º Para cada prova escripta o examinando terá o prazo maximo de cinco horas.

§ 5.º Haverá ainda provas praticas sobre as materias das secções 4.º e 5.º.

Art. 58. A approvação no exame de madureza do Internato dará direito á matricula em qualquer dos cursos superiores de character federal na Republica, e ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas — plenamente — será conferido o titulo de *Bacharel em sciencias e letras*.

Art. 59. O exame de madureza será feito conjuntamente por todos os candidatos do Internato e pelos alumnos extranhos ao estabelecimento, que para essa prova se inscreverem annualmente.

## TITULO IV

### DO MAGISTERIO E DA ADMINISTRAÇÃO

#### CAPITULO I

##### DOS LENTES E PROFESSORES

Art. 60. Os lentes serão nomeados por decreto, mediante concurso. Cabe-lhes :

1.º Comparecer nas aulas com pontualidade ; dar as lições nos dias e horas marcados, occupando-se exclusivamente na classe com o ensino das materias que professam, e, no caso de impedimento, participar ao director, com a possivel antecedencia ;

2.º Comparecer ás sessões da congregação e actos de concurso ;

3.º Cumprir o programma de ensino, o qual deverá ser limitado a doutrina exclusivamente util, sã e substancial, evitando, no mais alto grão, ostentação apparatusa de conhecimentos ;

4.º Começar e concluir o ensino da cadeira a seu cargo, por uma serie de lições tendentes a ligar o assumpto ao das disciplinas anteriores e subsequentes ;

5.º Propôr aos alumnos todos os exercicios que lhes possam desenvolver a intelligencia, nortear o character e fortalecer os conhecimentos adquiridos ;

6.º Marcar, com 48 horas de antecedencia, pelo menos, a materia das sabbatinas escriptas, habituando os alumnos a este genero de provas para os exames ;

7.º Marcar, de tres em tres mezes, um concurso sobre questões da materia ensinada, julgar com cuidadosa attenção as provas deste concurso, e, à vista dellas, propôr os seis melhores alumnos de sua aula merecedores do *Banco de Honra* ;

8.º Comparecer aos exames nos dias e horas determinados, funcionando, nos mesmos exames, como presidentes ou arguentes, conforme lhes competir ;

9.º Observar as instrucções e recommendações do director no concernente à policia interna das aulas e auxilia-lo na manutenção da ordem e da disciplina ;

10.º Satisfazer a todas as requisições feitas pelo director, no interesse do ensino.

Art. 61. Os professores de desenho, musica e gymnastica serão nomeados por decreto, mediante proposta do director do estabelecimento ; é-lhes applicavel quanto se refere às obrigações dos lentes, excepto deliberar em materia de concursos.

Art. 62. Nos casos que affectarem gravemente a moral, o director deverá suspender desde logo o lente ou professor, até à decisão do Governo, levando immediatamente o facto ao conhecimento deste.

Art. 63. Os lentes e professores que deixarem de comparecer para exercer as respectivas funções por espaço de tres mezes, sem que justifiquem as suas faltas, na conformidade deste regulamento, incorrerão nas penas marcadas pelo Codigo Penal.

Art. 64. Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio, e os seus logares, serão julgados vagos pelo Governo, ouvida a congregação.

Art. 65. O lente ou professor nomeado, que dentro de dous mezes não comparecer para tomar posse, sem communicar ao director a razão justificativa da demora, perderá a cadeira para a qual foi nomeado, sendo-lhe a pena imposta pelo Governo, depois de ouvida a congregação.

Art. 66. Expirado o prazo, na hypothese do art. 63, o director convocará a congregação, a qual, tomando conhecimento do facto e de todas as suas circumstancias, decidirá promover ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos da decisão que tomar.

Si for affirmativa, o director a remetterá por cópia extrahida da acta, com todos os documentos que lhe forem concernentes, ao promotor publico respectivo para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade, e dará parte ao Governo, assim do que resolveu a congregação, como da marcha e resultado do processo, quando este tiver logar.

Art. 67. Na hypothese do art. 64, o director dará parte ao Governo, do occorrido, afim de proceder-se na conformidade do mesmo artigo.

Art. 68. Verificada a demora da posse de que trata o art. 65 e decidida pela congregação a procedencia ou improcedencia da justificação, si tiver havido, o director participará ao Governo o que occorrer para sua final decisão.

Art. 69. Qualquer divorgencia, que a respeito do serviço do estabelecimento houver entre o director e algum lente ou professor, deve por aquelle ser presente á congregação.

Art. 70. Salvo a hypothese do art. 62, si algum lente ou professor, nos actos do estabelecimento, faltar aos seus deveres, o director levará ao conhecimento da congregação o facto ou factos praticados.

Art. 71. Neste caso, a congregação nomeará uma commissão para syndicar dos ditos factos e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 72. Dentro de igual prazo, com a resposta do lente ou professor, ou sem ella, deverá a commissão apresentar o seu parecer motivado.

Art. 73. A' vista do parecer da commissão e da resposta do accusado, a congregação deliberará si este deve ser advertido camarariamente ou soffrer as penas do artigo seguinte.

Art. 74. Si não for bastante esta advertencia, o director, ouvindo a congregação, o communicará ao Governo, propondo que sejam applicadas as penas de suspensão de tres mezes a um anno, com privação dos vencimentos, e observará o que a tal respeito for pelo mesmo Governo determinado.

Art. 75. Constituem motivo para a simples advertencia ao lente ou professor:

- 1.º Negligencia ou má vontade no cumprimento dos seus deveres;
- 2.º Não dar bons exemplos aos alumnos;
- 3.º Não comprehender a verdadeira orientação no ensino moral e intellectual dos alumnos;
- 4.º Deixar de dar aula, sem motivo justificado, por mais de tres dias em um mez;
- 5.º Infringir qualquer das disposições deste regulamento.

Art. 76. Constituem motivo para a applicação das penas do que trata o art. 63:

- 1.º Reincidir nas faltas do artigo antecedente;
- 2.º Ser arguido de qualquer crime publico;
- 3.º Fomentar immoralidade entre os alumnos.

Art. 77. Os lentes e professores não poderão dirigir cursos retribuidos das materias professadas no Internato.

Art. 78. Quando, por excessiva frequencia ou excessivo horario de uma classe, privativa ou commun, entender o director que se faz indispensavel subdividi-la, designará para reger esta aula supplementar, de preferencia, outro lente do Gymnasio, e, caso dentre estes não haja quem possa fazel-o, chamar-se-ha

pessoa estranha ao corpo docente e que reúna as necessaria habilitações: ainda dentre estas se preferirão os bachareis formados pelo Gymnasio a quaesquer outros cidadãos.

Paragraphe unico. No caso do lente accumular ao exercicio de sua cadeira a regencia de uma aula supplementar, perceberá uma gratificação adicional de 1:200\$ annuaes; sendo pessoa estranha ao corpo docente, terá a de 2:400\$000.

Art. 79. As providencias do artigo ante-edente serão tomadas semelhantemente, quando for preciso attender á regencia interina de cadeiras vagas e daquellas cujo proprietario estiver no gozo de licença ou impedido por qualquer motivo. No primeiro caso o lente interino perceberá o vencimento integral da cadeira; nos outros terá um acrescimo de vencimentos igual á gratificação do substituido. Estas nomeações serão feitas pelo Governo sob proposta do director, e quando a substituição não for além de quinze dias, bastará designação feita pelo proprio director.

Art. 80. Os lentes e professores são vitalicios depois de cinco annos de exercicio, e não poderão perder seus logares sinão na forma das leis penaes e das disposições deste regulamento.

Art. 81. Os lentes e professores contarão como tempo de serviço effectivo no magisterio, para os effeitos da jubilação:

- 1.º o tempo de serviço publico em commissões scientificas;
- 2.º o numero de faltas por motivo de molestia, não excedente a 20 por anno ou 60 por triennio;
- 3.º Todo o tempo de suspensão judicial, quando forem julgados innocentes;
- 4.º Serviço gratuito e obligatorio por lei;
- 5.º Serviço de guerra.

Art. 82. Os lentes e professores, que houverem bem cumprido suas funcções, terão periodicamente direito, mediante informação do director, a uma gratificação adicional nos seguintes termos:

Os que contarem de serviço effectivo do magisterio 10 annos, 5 %; 15 annos, 10 %; 20 annos, 20 %; 25 annos, 33 %; 30 annos, 40 %; 35 annos, 50 %; e 40 annos, 60 %.

A porcentagem acima fixada será calculada sobre os vencimentos da tabella vigente.

Art. 83. Estas gratificações devem ser requeridas dentro de seis mezes, a contar da data em que se completar o prazo exigido para a obtenção, sob pena de caducidade.

Art. 84. Os lentes e professores que se tornarem invalidos, e contarem mais de 10 annos de serviço, terão direito á jubilação nos seguintes termos:

§ 1.º Os que contarem 25 annos de serviço effectivo no magisterio ou 30 de serviços geraes terão direito á jubilação com o ordenado por inteiro.

§ 2.º Os que contarem 30 annos de exercicio effectivo ou 40 de serviços geraes terão direito a jubilação com todos os vencimentos.

§ 3.º As gratificações concedidas por antiguidade e serviços prestados (art. 82) acompanharão os vencimentos do jubilado.

Art. 85. Os lentes e professores, que se jubilarem com menos de 25 annos de exercicio, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 86. O director proporá, motivando-a, a jubilação do lente ou professor que estiver enfermo ou invalido, a ponto de não poder exercer o cargo sem prejuizo do ensino.

Art. 87. Os lentes e professores não perceberão as gratificações, sem o exercicio dos respectivos lugares, salvo os casos do art. 81 e as gratificações obtidas por antiguidade.

Art. 88. Os directores, lentes e professores do Gymnasio Nacional compoem uma congregação, que funcionará com maioria de seus membros, sob a presidencia do director. Cabe-lhe :

I. Approvar nos primeiros dias de fevereiro os programmas de ensino e os compendios que devam ser adoptados nas aulas o organisar o horario ;

II. Formular, no fim de cada anno lectivo, o programma especial do exame de madureza para os candidatos ao certificado de estudos secundarios e de bacharel em sciencias e letras ;

III. Propôr ao Governo as reformas e melhoramentos, que convier introduzir no ensino do Gymnasio ;

IV. Prestar as informações e dar os pareceres, que lhe forem exigidos pela autoridade superior ;

V. Eleger os dous examinadores e o juiz dos concursos, apreciar o resultado destes e propôr, com informação reservada do director, quem, no seu entender, está no caso de ser nomeado ;

VI. Decidir sobre os *Bancos de Honra*, premios e outras distincções conferidas aos alumnos, á vista de proposta dos respectivos lentes e do director.

Art. 89. Os professores serão convidados para as sessões de congregação e terão voto nella, quando se tratar de assumpto relativo ás suas aulas.

Art. 90. Os secretarios alternadamente exercerão as funções de secretarios da congregação, cumprindo todos os deveres inherentes a este cargo.

Art. 91. O director presidente convocará a congregação, quando for mister; no caso de achar-se impedido por justo motivo, fal-o-ha o outro director, seu substituto nato nesta função.

Art. 92. As pessoas que, sem pertencerem ao quadro effectivo do corpo docente, estiverem no exercicio do professorado, regendo cadeiras ou aulas, terão assento na congregação, não podendo contudo tomar parte nas sessões em que se tratar de materias concernentes a concurso.

Art. 93. Verificada pelo secretario a presença da maioria dos membros da congregação, dar-se-ha principio aos trabalhos de cada sessão com a leitura, feita pelo mesmo secretario, da acta da sessão antecedente, a qual será posta em discussão e submettida á votação, entendendo-se que foi unanimemente approvada sempre que não se suscitarem reclamações contra a sua fidelidade.

Art. 94. Os membros da congregação, que entenderem que na acta não se acham expostos os factos com a devida exactidão, terão o direito de enviar à mesa as suas emendas escriptas; approvadas as quaes, serão feitas, de accordo com ellas, as rectificações reclamadas.

Art. 95. As actas, depois de approvadas, serão assignadas pelo presidente e mais membros da congregação que se acharem presentes; o secretario assignará em ultimo lugar.

Art. 96. Em seguida a votação da acta passar-se-ha ao objecto para que foi reunida a congregação.

Art. 97. As sessões não se prolongarão por mais do duas horas, reservando-se a ultima meia hora para a apresentação e discussão, no caso de urgencia, de quaesquer propostas ou indicações.

Art. 98. Si, por falta de tempo, e apesar de prorogada a sessão por mais uma hora, não se concluir o debate de qualquer indicação ou proposta, ficará esta adiada, como materia principal da ordem do dia, para a sessão seguinte, a qual será convocada com a maior brevidade.

Art. 99. A congregação tratará das questões que lhe forem submettidas, ou directamente ou por meio de comissões que elegerá para estudal-as.

Art. 100. A nenhum membro da congregação será permittido usar da palavra mais de duas vezes na mesma discussão, exceptuando-se os proponentes de qualquer projecto e os relatores de comissões, os quaes poderão usar da palavra até tres vezes.

Art. 101. As votações na congregação serão reguladas pelos processos seguidos em congregações congeneres.

Art. 102. O director, ou qualquer membro do magisterio que escrever compendios sobre as doutrinas professadas no Gymnasio, terá direito à impressão de seu trabalho, por conta do Governo da Republica, si julgar essa obra valiosa e de grande utilidade para o ensino, não excedendo de 3.000 o numero de exemplares impressos à custa dos cofres publicos.

Nos casos de merito verdadeiramente excepcional da obra, a juizo da congregação, o autor terá direito a uma gratificação pecuniaria, arbitrada pelo Governo e nunca inferior a 2:000\$ e nem superior a 5:000\$000.

## CAPITULO II

### DOS CONCURSOS

Art. 103. Os logares de lentes do Gymnasio, que vagarem, serão preenchidos mediante concurso.

Art. 104. Verificada uma vaga de lente, a directoria mandará annunciar concurso no *Diario Official*, marcando para a inscripção o prazo de tres mezes.

Parapho unico. Para esta inscripção exigir-se-ha: prova de moralidade, mediante folha corrida, e documento que atteste

maioridade legal. Os candidatos poderão, entretanto, accrescentar quaesquer documentos de capacidade profissional em seu abono.

Art. 105. A inscrição poderá ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 106. Si occorrerem a um tempo duas vagas da mesma materia, o mesmo concurso servirá para o preenchimento de ambas.

Art. 107. Caso termine em tempo de férias o prazo da inscrição, conservar-se-ha aberta até ao primeiro dia util que se seguir ao termo dellas.

Art. 108. Si, depois de expirar o prazo da inscrição, nenhum candidato se apresentar, a directoria mantará annunciar nova inscrição, cujo prazo será tambem de tres mezes, e, si ainda ninguém se apresentar, poderá ser preenchida a vaga por nomeação do Governo, sobre proposta da congregação.

Art. 109. Encerrada a inscrição e publicados em edital os nomes dos concurrentes, o director convocará a congregação do Gymnasio para eleger os dous examinadores e o juiz do concurso, compondo estes tres membros a comissão julgadora com o director do estabelecimento.

Paragrapho unico. Dado que a congregação resolva não tirar de seu seio os dous examinadores a que se refere este artigo, o director convidará pessoas extranhas ao corpo docente do Gymnasio.

Art. 110. Constituida a comissão julgadora, designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, o que será annuciado pelas folhas diarias, com a conveniente antecedencia.

Art. 111. Os concursos para provimento dos logares de lente do Gymnasio se effectuarão perante a congregação, presidida pelo director, e as provas serão:

1.<sup>a</sup> Prova escripta;

2.<sup>a</sup> Prolecção oral;

3.<sup>a</sup> Prova pratica;

4.<sup>a</sup> Arguição dos examinadores sobre os assumptos das provas escripta e oral.

Art. 112. As tres primeiras provas versarão sobre pontos organisados pela comissão julgadora no dia de cada prova; a escripta será feita a portas fechadas e as outras serão publicas.

Art. 113. A arguição sobre o objecto da prova oral se realisará em acto consecutivo á exhibição da mesma prova, e a arguição sobre a prova escripta no dia seguinte ao da leitura publica da prova.

Art. 114. Haverá prova pratica para o concurso das seguintes materias:

Physica e chimica,  
Meteorologia, mineralogia e geologia,  
Biologia, zoologia e botanica,  
Geographia.

Art. 115. O lente, que não comparecer a qualquer das provas 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> do concurso, perderá o direito de voto.

Art. 116. Um regimento especial, organizado por comissão eleita pela congregação e com audiência desta e approvedo finalmente pelo Governo, definirá todo o processo dos concursos.

Art. 117. Concluída a ultima prova, serão todas julgadas pela comissão examinadora que emittirá por escripto juizo fundamentado sobre cada uma dellas e proporá a classificação dos candidatos. De posse deste parecer e de todos os papeis referentes ao concurso, a congregação resolverá sobre a classificação definitiva dos concurrentes, indicando ao Governo quem deva preencher a vaga. A acta desta sessão de congregação, acompanhada de todas as provas escriptas do concurso e do parecer reservado do director, sera, dentro do mais breve prazo possível, remettida ao respectivo Ministerio.

### CAPITULO III

#### DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 118. O Internato do Gymnasio Nacional terá o seguinte pessoal administrativo :

- 1 Director,
- 1 Vice-director,
- 1 Secretario,
- 1 Escrivão,
- 1 Medico,
- 2 Instructores militares,
- 1 Preparador de sciencias physicas,
- 1 Preparador de biologia, mineralogia e geologia,
- Inspectores de alumnos de accordo com as necessidades da disciplina,
- 1 Bedel,
- 1 Porteiro,
- 1 Enfermeiro,
- 1 Roupeiro,
- 1 Despenseiro,
- Os cozinheiros, auxiliares e serventes necesarios.

Art. 119. Haverá no Internato um *Conselho de Economia Interna*, composto do director, como presidente, do escriptão, como secretario, do medico, e dos dous lentes mais antigos do estabelecimento.

Paragrapho unico. Incumbe-lhe:

- 1.º Dar a sua opinião, sempre que o director o consultar, sobre qualquer objecto concernente ao regimen economico do estabelecimento e a fiscalisação da sua despesa.
- 2.º Abrir as propostas que, em concorrência, forem apresentadas para o fornecimento dos generos e mais objectos relativos á alimentação, vestuario, calçado e asseio da roupa dos alumnos, bem como ao expediente do estabelecimento, affin de serem as

continua aqui>



que parecerem mais vantajosas submettidas á approvação do Governo, por intermedio do director.

As deliberações do conselho serão tomadas por maioria de votos dos seus membros; devendo o director levar ao conhecimento do Governo, com as observações que julgar necessarias, o voto de cada um delles, no caso de serem todos divergentes.

Art. 120. O director, nomeado por decreto do Governo dentre os membros do pessoal docente do Gymnasio, ou dentre cidadãos brasileiros de reconhecida competencia, regula e determina, de accordo com esta lei e com as instrucções do Ministerio respectivo, quanto se relaciona com o estabelecimento que dirige, sendo o órgão official que se communica com a autoridade superior do ensino.

Paragraphe unico. Ao director incumbe:

1.º Inspeccionar cuidadosamente quanto respeita ao estabelecimento, e sobretudo o que se refere á parte intellectual e moral da educação dos alumnos;

2.º Observar e fazer executar as disposições do regulamento, advertindo os professores que não cumprirem seus deveres, e reprehendendo os empregados negligentes, suspendendo-os até quinze dias;

3.º Assistir com a possível frequencia ás lições dos lentes, professores e instructores, fiscalizando a perfeita execução dos programmas e o emprego dos melhores methodos de ensino;

4.º Percorrer assiduamente as salas de estudo e visitar a miúdo as diversas partes do estabelecimento;

5.º Examinar os relatorios dos inspectores de alumnos;

6.º Receber, e, por si mesmo, dirigir reclamações ao Governo, por faltas commettidas pelos empregados que não puder demittir;

7.º Apresentar annualmente ao Governo um relatorio sobre a marcha do estabelecimento e suas necessidades;

8.º Rubricar todos os livros de escripturação do Internato;

9.º Apresentar o orçamento annual ao exame do Governo;

10. Ordenar as despezas de prompto pagamento;

11. Mandar, de tres em tres mezes, aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mappas mensaes, relativas ao procedimento, applicação e estado de saúde dos alumnos;

12. Tomar, além das attribuições que lhe são conferidas neste e em outros artigos, as providencias que forem urgentes e não importarem augmento de despeza, solicitando a competente approvação;

13. Representar ao Governo sobre qualquer caso omisso neste regulamento, propondo as medidas que lhe parecerem conducentes á prosperidade do estabelecimento;

14. Dar posse aos lentes, professores e mais funcionarios do estabelecimento;

15. Presidir as sessões da congregação, alternando neste serviço com o director do Externato;

16. Conceder aos empregados, dentro de um anno, até 15 dias de licença, sem prejuizo do respectivo ordenado;

17. Organisar o regimento interno do estabelecimento, o qual será posto em execução, depois de approvado pelo Governo.

Art. 121. O vice-director será nomeado por decreto.

§ 1.º Incumbe-lhe, além de substituir o director nos seus impedimentos :

1.º Receber directamente as ordens do director e dar-lhe parte da execução dellas ;

2.º Receber dos lentes, professores e inspectores, para entregal-as ao director, informações diarias relativas ao procedimento e applicação dos alumnos ;

3.º Vigiar pessoalmente o deitar e o levantar dos alumnos, a entrada e a sahida das aulas e as diversas dependencias do estabelecimento ;

4.º Distribuir o serviço que deve ser desempenhado pelos inspectores de alumnos, os quaes lhe são subordinados e cujo ponto elle encerrará, para que o bedel registre as faltas em livro especial ;

5.º Instruir, com os necessarios esclarecimentos, todos os negocios que subirem ao conhecimento do director, relativos á parte disciplinar do estabelecimento ;

6.º Communicar ao director as faltas dos empregados sob sua vigilancia, podendo suspendel-os até 15 dias, no caso de falta grave;

7.º Propôr ao director tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do Internato.

§ 2.º Na falta do vice-director, será o director substituido nos seus impedimentos pelo lente mais antigo do estabelecimento.

Art. 122. O director e o vice-director residirão no estabelecimento. Enquanto o edificio do Internato não tiver os commodos necessarios, o director residirá na proximidade d'elle, em casa alugada por conta do estabelecimento.

Art. 123. O secretario será nomeado por decreto.

Paragraphe unico. Incumbe-lhe :

1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official sob as ordens do director e segundo as suas instrucções ;

2.º Fornecer as precisas informações e encaminhar todos os requerimentos feitos á directoria ;

3.º Servir de secretario, alternadamente com o do Externato, nas sessões da congregação, sem o direito de votar ou discutir ;

4.º Subscrever com os examinadores os termos de exame ;

5.º Assignar os termos de matricula, os titulos de habilitação conferidos pelo Gymnasio ;

6.º Encerrar o ponto do bedel, do porteiro, bem como dos auxiliares deste e da bibliotheca ;

7.º Escripturar os livros de termo de nomeação de todos os funcionarios ;

8.º Convidar os membros constituintes das mesas examinadoras, annunciar os dias de exame e os em que se deve reunir a congregação ;

9.º Ter em boa ordem e devidamente catalogados os papeis da secretaria e os livros da bibliotheca; mantendo, sempre que for possível, sob seu immediato cuidado a conservação da bibliotheca, com a gratificação adicional de 1:200\$ annuaes, a qual, no caso contrario, pertencerá a um conservador nomeado, em virtude da proposta sua, pelo director;

10. Propôr ao director tudo quanto for a bem do serviço da secretaria;

11. Substituir o escriptão nos impedimentos deste;

12. Ter a secretaria aberta todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde.

Art. 124. O escriptão será nomeado por decreto. Incumbe-lhe:

1.º Escripturar todos os livros a seu cargo com toda a regularidade e asseio, trazendo-os sempre em dia;

2.º Processar as folhas mensaes dos vencimentos de todo o pessoal do estabelecimento;

3.º Organisar todas as contas e balanços de despesa;

4.º Fazer os inventarios, lavrar os termos de consumo, contractos, fianças e multas;

5.º Archivar e ter sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e documentos da escripturação a seu cargo;

6.º Authentificar a legalidade dos documentos que servirem de base para os pagamentos, refutando, sob sua responsabilidade, os que não estiverem conformes;

7.º Receber no Thesouro Federal o dinheiro para as despesas de prompto pagamento, bem como a quantia relativa ao pagamento do pessoal de nomeação do director; pelo que terá, para quebras, a quantia annual de 600\$000;

8.º Fazer as despesas e pagamentos autorisados por ordem escripta do director;

9.º Apresentar ao director as contas dos fornecedores no principio de cada mez;

10. Expedir as guias de pagamento e contribuição dos alumnos;

11. Avisar o director, com a devida antecedencia, sobre o estado de cada verba por lei consignada; e instruir, com os necessarios esclarecimentos, todos os negocios, que subirem ao conhecimento do mesmo director, relativamente á parte economica do estabelecimento;

12. Fazer, por ordem do director, no *Diario Official*, annuncios relativos ao prazo em que se devem apresentar os proponentes aos fornecimentos de todo genero;

13. Fornecer ao director apontamentos precisos sobre o orçamento annual, apresentando-lhe ao mesmo tempo as medidas que com respeito ao assumpto julgar convenientes;

14. Encerrar o ponto do roupeiro, despenseiro e seus auxiliares, os quaes todos lhe são subordinados;

15. Substituir o secretario em seus impedimentos.

Art. 125. O medico será nomeado por decreto. Incumbe-lhe:

1.º Visitar ao menos uma vez por dia o estabelecimento, pro-

pondo todas as medidas que lhe parecerem convenientes á hygiene;

2.º Comparecer no estabelecimento todas as vezes que for reclamada a sua presença;

3.º Examinar os candidatos á admissão, verificando si satisfazem as condições hygienicas para isso exigidas; e administrando a vaccina aos que não exhibirem certificado della ou não apresentarem cietrizes de vaccina regular;

4.º Examinar periodicamente todos os alumnos, informando ao director sobre o estado de saude de cada um, afim de que este possa fazel-o aos paes ou encarregados;

5.º Fazer remover immediatamente os alumnos acommettidos de molestias infecto-contagiosas, os quaes, sob nenhum pretexto, poderão ser tratados no estabelecimento;

6.º Examinar a qualidade dos generos alimenticios fornecidos ao estabelecimento;

7.º Ter sob a sua direcção os empregados da enfermaria.

Paragrapho unico. Na enfermaria so poderão ser tratadas molestias simples ou acidentaes. Em pharmacia a elle annexa deverão existir sempre medicamentos e appparelhos appropriados ás primeiras applicações, nos casos de epidemia, bem como nos accidentes communs na vida collegial, taes como luxações, fracturas, contusões, incisões, queimaduras, etc.

Art. 126. Os instructores serão nomeados por portaria do Ministro do Interior, sobre proposta do director, depois de ouvido o Ministro da Guerra. Incumbe-lhes:

1.º Proporcionar aos alumnos educação militar, exercitando-os nas respectivas evoluções, bem como no manejo das armas e funcções de seus postos;

2.º Instruir os alumnos no conhecimento dos differentes systemas de armas brancas ou de fogo, das diversas munições de guerra, petrechos bellicos e tudo quanto possa interessar esta natureza de ensino;

3.º Informar o director, com a maior frequencia possivel, sobre o aproveitamento dos alumnos a seu cargo.

Art. 127. Os preparadores serão nomeados por portaria do Ministro, sobre proposta do director, que previamente consultará o lente da cadeira. Incumbe-lhes:

1.º Ter todos os objectos do gabinete catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio;

2.º Preparar as colleções conforme as instrucções do lente;

3.º Cumprir o que pelo lente lhes for ordenado relativamente ás demonstrações praticas nas aulas.

Paragrapho unico. Cada preparador terá, para auxilial-o, um conservador de gabinete, nomeado pelo director, sobre proposta do lente, e fará o inventario de seu gabinete ao tomar posse do cargo.

Art. 128. Os inspectores de alumnos serão nomeados por portaria do Ministro, sobre proposta do director. Incumbe-lhes:

1.º Vigiar com todo o zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, inspiando-se, para esse delicado encargo,

nos salutareos principios da moderna sciencia da educação, usando de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente os alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever ;

2.º Cumprir todas as ordens, que lhes forem determinadas pelo vice-director ;

3.º Apresentar ao vice-director um relatorio diario do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos ;

4.º Tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos lentes ;

5.º Acompanhar os alumnos á entrada e sahida das aulas, e attentamente observal-os nas salas de estudo e durante a hora de recreio, animando-os em seus trabalhos, e dirigindo-os em seus jogos ;

6.º Examinar os livros e as mesas de estudo dos alumnos, não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade ;

7.º Observar, além do que se passar na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos ;

8.º Não se ausentar da classe a seu cargo, salvo urgencia ;

9.º Presidir as mesas do refeitório, instruindo os alumnos, theorica e praticamente, nas regras de civilidade e usos da boa sociedade relativos ao acto da refeição ;

10.º Não recolher-se ao respectivo compartimento nos dormitórios, sem que estejam todos os alumnos accommodados e dormindo.

§ 1.º O numero dos inspectores de alumnos será sempre superior ao das classes, de modo que possam elles ser substituidos sem prejuizo da disciplina do estabelecimento.

§ 2.º Os inspectores que não tiverem divisão a seu cargo alternarão no policiamento geral do estabelecimento.

Art. 129. O bedel será nomeado por portaria do Ministro, sobre proposta do director. Incumbe-lhe :

1.º Ter sob sua guarda as cadernetas das aulas, nas quaes mencionará, em cada dia, o comparecimento ou não comparecimento dos preparadores, bem como o não comparecimento dos lentes, professores e instructores, os quaes rubricarão os dias em que comparecerem ;

2.º Tomar mensalmente, com escriptuloso cuidado, as notas relativas ás faltas dos lentes, professores, instructores, preparadores e inspectores, transmittindo ao escriptão os devidos apontamentos ;

3.º Organisar as listas de cada aula, apresental-as aos lentes e professores e instructores na occasião em que entrem estes para a classe ;

4.º Relacionar com rigorosa exactidão as notas de applicação e procedimento, bem como as faltas de cada alumno, de modo que possa o lente, professor ou instructor lavrar de tres em tres mezes a média das notas merecidas pelos alumnos ;

5.º Ter sob seu cuidado papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o uso dos alumnos, fornecendo-os, desde que sejam pedidos pelos inspectores, do que tomará nota em livro para esse fim destinado ;

6.º Apresentar diariamente ao director as notas relativas ás faltas dos lentes, professores e instructores ;

7.º Coadjuvar o secretario e o escriptão em tudo quanto disser respeito a exames, annuncios, avisos e mais serviços de escripturação.

Art. 130. O porteiro será nomeado por portaria do Ministro, sobre proposta do director. Incumbe-lhe :

1.º Ter sob sua guarda as chaves da portaria ;

2.º Conservar em asseio e ordem a portaria e suas dependencias ;

3.º Receber os requerimentos e papeis das partes, encaminhando-os á secretaria ;

4.º Receber com toda a urbanidade os paes dos alumnos, bem como todas as pessoas que vierem visitar o estabelecimento ;

5.º Tomar nota do dia e hora, em livro especial, da entrada e sahida dos alumnos ;

6.º Endereçar pelo Correio aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, os boletins relativos ás notas de procedimento, applicação, etc., bem como dirigir aos lentes e professores os avisos, concernentes aos dias de exame e de congregação ;

7.º Advertir ás pessoas que na portaria não procederem com a devida regularidade, communicando ao vice-director qualquer incidente contrario á boa ordem, desde que não forem attendidas as advertencias ;

8.º Acompanhar o escriptão na organização do inventario, do qual terá uma cópia authentica ;

9.º Substituir o belal nos seus impedimentos.

Paragrapho unico. O porteiro terá, para auxiliá-lo, um ajudante nomeado pelo director.

Art. 131. O enfermeiro será nomeado por portaria do Ministro, sobre proposta do director. Incumbe-lhe :

1.º Ter todo o cuidado com o asseio e boa disposição da enfermaria ;

2.º Cumprir exactamente o que for prescripto pelas receitas medicas ;

3.º Tratar com toda a delicadeza e carinho os alumnos doentes ;

4.º Levar ao conhecimento do director, por intermedio do vice-director, os pedidos sobre medicamentos e dietas rubricados pelo medico ;

5.º Observar com a maior solicitude os phenomenos morbosos que se passarem durante a ausencia do medico, dando a este communicação exacta de quanto tiver observado ;

6.º Notar no livro da enfermaria o dia em que os alumnos nella entram ou sahem, consignando o diagnostico formulado pelo medico.

Art. 132. O roupeiro será nomeado por portaria do Ministro, sobre proposta do director. Incumbe-lhe:

1.º Receber o enxoval dos alumnos e verificar si se acha de accordo com as prescripções regulamentares;

2.º Não acceitar peça alguma do enxoval que não esteja marcada com o numero designado;

3.º Tomar escriptosissimo cuidado com a roupa dos alumnos depositada nos armarios da rouparia;

4.º Entregar, mediante rol, ao encarregado da lavagem e engommado a roupa dos alumnos, o bem assim as peças do uso do refeitório, copa, cozinha e enfermaria;

5.º Receber a roupa lavada e engommada, verificando si está de accordo com o rol e si se acha tratada com cuidado e asseio;

6.º Assentar em livro proprio o recebimento do enxoval dos alumnos;

7.º Entregar ao alumno contribuinte que se retirar do Internato as peças do enxoval, que nessa occasião possuir; sendo que ao alumno gratuito não será entregue, ao retirar-se, a roupa de cama, do que tudo lavrará nota em livro para esse fim destinado.

Paragrapho unico. O roupeiro terá para auxiliar-o um ajudante nomeado pelo director.

Art. 133. O despenseiro será nomeado por portaria do Ministro, sobre proposta do director. Incumbe-lhe:

1.º Receber os objectos que entrarem para a despesa, fazendo delles relação no livro de carga, e notar no livro de descarga os que della sahirem para a cozinha e copa; sendo obrigado a lançar em um livro especial a quantidade dos generos alimenticios que se forem gastando diariamente;

2.º Pesar os generos que pelo conselho de economia interna forem admittidos, e bem assim a quantidade delles necessaria para alimentação quotidia dos alumnos e pessoal administrativo;

3.º Apresentar ao escriptão um balancete quinzenal dos generos consumidos.

Paragrapho unico. O despenseiro, responsavel não só pelo serviço da despesa como tambem pelos da copa e cozinha, terá para auxiliar-o um ajudante nomeado pelo director.

Art. 134. Os cozinheiros, seus auxiliares e os serventes serão nomeados pelo director e as obrigações que lhes competem serão especificadas no regimento interno.

Art. 135. Todos os funcionarios administrativos de nomeação do Governo tem direito á aposentadoria, nos termos da lei n. 117 de 4 de novembro de 1892.

## CAPITULO IV

### DAS FERIAS, LICENÇAS E FALTAS

Art. 136. Durante as ferias, o pessoal docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem no gozo de licença,

perceberão integralmente os seus vencimentos, sem embargo de quaesquer impelimentos occasionaes que occorrerem.

Art. 137. Salvo o caso de licença concedida pelo director na forma do art. 120 n. 16, as licenças serão concedidas ao pessoal docente e administrativo por portaria do Ministro, em virtude de molestia provada ou qualquer motivo justo e attendivel, mediante requerimento convenientemente informado pelo director.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito á percepção do ordenado até seis mezes e de metade d'elle por mais de seis mezes até um anno; e por outro qualquer motivo dará logar ao desconto da 4.ª parte do ordenado até tres mezes, da metade por mais de tres até seis, das tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dali por deante.

§ 2.º A licença, em caso algum, dará direito á gratificação do exercicio do cargo, não se podendo, porém, fazer desconto algum nas gratificações addicionaes dos lentes e professores.

Art. 138. O tempo de prorrogação de uma licença, concedida uma ou mais vezes dentro de um anno, será contado do dia em que terminou a primeira, além de ser feito o desconto de que trata o § 1.º do artigo antecedente.

Art. 139. Esgotado o tempo maximo dentro do qual poderão ser concedidas as licenças com vencimento, a nenhum funcionario será permittida nova licença com ordenado ou parte d'elle, sem que haja decorrido o prazo de um anno, contado da data em que houver expirado a ultima.

Paragraphe unico. O funcionario poderá gosar onde lhe aprouver a licença que lhe for concedida; esta, porém, ficará sem effeito, si della não se aproveitar dentro de um mez, contado da data da concessão.

Art. 140. Não poderá obter licença alguma o funcionario que não tiver entrado em exercicio do logar em que haja sido provido.

Art. 141. As disposições dos artigos antecedentes applicam-se ao funcionario que perceber simples gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza e do qual duas terças partes serão consideradas como ordenado.

Art. 142. O funcionario licenciado poderá renunciar o resto do tempo da licença que tiver obtido, uma vez que entre immediatamente no exercicio do seu cargo; mas, si não tiver feito a renuncia antes de começarem as férias, só depois de terminada a licença poderá apresentar-se.

Art. 143. Salvo o dos instructores e o dos preparadores, o ponto do pessoal administrativo é de entrada e de saída.

Art. 144. A presença dos membros do corpo docente será verificada pela sua rubrica nas cadernetas das aulas e assignatura nas actas da congregação e do conselho de economia interna; a dos instructores pela rubrica nas cadernetas; a dos preparadores pela declaração nas cadernetas.



Art. 145. O secretario, à vista dos livros de ponto, das cader-netas e livros das actas, **organizará**, no fim de cada mez, a lista completa das faltas e a apresentará ao director, que, attendendo aos motivos apresentados, poderá considerar justificadas até ao numero de oito e abonadas, para os lentes, professores e instructores, até ao numero correspondente à oitava parte dos dias em que deverem comparecer.

Art. 146. As faltas devem ser justificadas até ao ultimo dia do mez.

Art. 147. As faltas dos lentes e professores às sessões de congregação, ou a quaesquer actos e funcções a que forem obrigados pelo regulamento, serão contadas como as que derem nas aulas.

§ 1.º Coincidindo no mesmo dia trabalho de aula e de congregação, a abstenção de um destes serviços importará uma falta, quando o tempo da aula for anterior ou posterior ao da sessão.

§ 2.º O trabalho de congregação prefere a qualquer outro.

Art. 148. Os funcionarios, cujas faltas forem abonadas, terão direito a todo o vencimento: aquelles cujas faltas forem justificadas, tel-o-hão sómente ao ordenado.

## TITULO V

### DOS BACHAREIS EM SCIENCIAS E LETTRAS

Art. 149. O titulo de bacharel em sciencias e lettras será conferido a todo o candidato alumno ou não do Gymnasio, que, approved no exame de madureza, tiver obtido, pelo menos, dous terços de notas — *plenamente* — nas materias do curso integral.

Art. 150. A distribuição dos premios e a collação do grão se realizarão em sessão solemne presidida pelo Ministro do Interior, presentes os membros da congregação e corpo de alumnos.

Art. 151. O director, presidente annual da congregação, proferirá nesse acto um discurso adequado à solemnidade.

Art. 152. Os diplomas de bacharel em sciencias e lettras, redigidos segundo o modelo annexo, serão registrados em livro especial.

Art. 153. Os diplomas de pessoas, que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario, serão enviados pelos directores aos governadores ou presidentes dos Estados em que residirem os diplomados, afim de serem por estes assignados em sua presença.

Art. 154. Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada a perda do primeiro e com a competente **resolva** ~~lan-~~çada pelo secretario e assignada pelo director.

## TITULO VI

## DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 155. Para que melhor seja ministrado o ensino, principalmente o concreto e pratico, haverá no Internato:

1.º Uma bibliotheca contendo livros, mappa, globos, cartas, revistas e quaesquer outros trabalhos que possam interessar não só aos alumnos como tambem ao pessoal docente e administrativo;

2.º Gabinetes para o estudo das sciencias naturaes;

3.º Sala de armas contendo os objectos necessarios ao ensino da esgrima;

4.º Apparelhos necessarios ao exercicio da gymnastica e ensino da natção;

5.º Alças e alvos;

6.º Campo de exercicio e linha de tiro;

7.º Armamento, equipamento e munições para exercicios militares.

Art. 156. Por occasião da approvação do presente regulamento, as cadeiras vagas do Internato do Gymnasio Nacional serão providas independentemente de concurso, passando a effectivos os actuaes lentes interinos, conforme dispõe o § 5º do art. 2º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893.

Art. 157. Enquanto subsistirem os dous lentes de historia do Brazil, continuarão elles a funcionar no Internato e no Externato; dada porém a ausencia de um delles, passará o outro a leccionar em ambos os estabelecimentos, de accordo com o prescripto neste regulamento.

Art. 158. O plano do ensino do presente regulamento executar-se-ha, sem prejuizo dos alumnos que, em 1893, frequentavam o quarto, quinto, sexto e setimo annos do curso, os quaes continuarão os seus estudos pelo plano do regulamento approvado pelo decreto n. 8051 de 24 de março de 1881, com a supressão do ensino do italiano, philosophia, rhetorica, poetica e historia litteraria.

Art. 159. Até 1895 inclusive serão prestados, logo após os exames finaes do Gymnasio, os exames de preparatorios exigidos aos alumnos de estabelecimentos particulares para a matricula nos cursos superiores, perante commissões organisadas pelo director do Externato e constituídas pelos membros da congregação.

Art. 160. O Externato do Gymnasio Nacional reger-se-ha pelas disposições do presente regulamento na parte que lhe for applicavel.

Art. 161. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.

continua aqui>

## Modelo a que se refere o art. 152 do presente regulamento

EM NOME DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

## GYMNASIO NACIONAL

Eu,..... (*nome do director*) faço saber que, à vista das approvações obtidas nos exames do curso secundario fundamental feitos no Internato (ou Externato) do Gymnasio Nacional por... nascido a....de.....de.....em..... confiro-lhe, na conformidade do artigo ..... do regulamento anexo ao Decreto n.....de.....de..... o presente titulo de Bacharel em sciencias e lettras, como galardão de seus meritos.

Capital Federal, em (*data da collação do grão*).....

O Director,

O Bacharel,

O Secretario,

## Formula da promessa para a collação do grão

Prometto concorrer quanto me for possivel para a prosperidade da Republica dos Estados Unidos do Brazil e satisfazer com lealdade as obrigações que me forem incumbidas.

## Formula da collação do grão

— O Ministro, ao terminar o bacharelado a sua promessa, põe-lhe-a sobre a cabeça o barrete da Faculdade de Lettras, proferindo as seguintes palavras: —

A lei vos declara bacharel em sciencias e lettras, cujo grão espero honreis tanto como o haveis sabido merecer.

## Formulas das promessas para a posse

## DO DIRECTOR E VICE-DIRECTOR

Prometto respeitar as leis da Republica, observar e fazer observar o regulamento....., cumprindo, quanto em mim couber, os deveres do cargo de director (ou vice-director).

## DOS LENTES, PROFESSORES E INSTRUCTORES

Prometto respeitar as leis da Republica, observar o regulamento..... e cumprir os deveres de lente (professor ou instructor), com zelo e dedicação, promovendo o adeantamento dos alumnos que forem confiados aos meus cuidados.

## DO SECRETARIO E MAIS FUNCIONARIOS

Prometto cumprir fielmente os deveres do cargo de.....

## TABELLA DOS VENCIMENTOS

## Pessoal de nomeação do Governo

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Director.....	4.000\$000	2.000\$000	6.000\$000
Vice-director.....	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000
Secretario.....	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
Escrivão.....	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
Medico.....	2.800\$000	2.800\$000	5.600\$000
Lente.....	4.000\$000	2.000\$000	6.000\$000
Professor.....	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
Instructor.....	1.800\$000	1.800\$000	3.600\$000
Preparador.....	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
Inspector de alumnos.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
Bedel.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
Porteiro.....	934\$000	466\$000	1.400\$000
Enfermeiro.....	934\$000	466\$000	1.400\$000
Roupeiro.....	934\$000	466\$000	1.400\$000
Despenseiro.....	934\$000	466\$000	1.400\$000

## Pessoal de nomeação do director

Conservador da bibliotheca.....	1.200\$000
Ajudante do porteiro.....	840\$000
Ajudante do roupeiro.....	960\$000
Ajudante do despenseiro.....	960\$000
Conservador de gabinete.....	960\$000
Cozinheiro.....	1.200\$000
Ajudante do cozinheiro.....	960\$000
Servente.....	960\$000

Capital Federal, 15 de janeiro de 1894. — *Cassiano de Nascimento.*

*Cassiano de Nascimento*

## DECRETO N. 1653 — DE 20 DE JANEIRO DE 1894

Approva as novas instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Sobral, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar as novas instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Sobral, no Estado do Ceará, que com este baixam assignadas pelo Engenheiro João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

Instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro do Sobral, a que se refere o decreto n. 1653 desta data.

## I

## TRANSPORTE DE VIAJANTES

Art. 1.º Os viajantes pagarão por passagem simples, isto é, em um sentido, os preços das tarifas 1 e 2, correspondentes à classe de sua passagem.

Art. 2.º Os preços dos bilhetes de ida e volta em 1ª classe estão designados na tarifa 3. Esses bilhetes serão válidos por oito dias, contados da hora da partida do trem de ida até à hora da partida do trem de volta, e só dão direito à passagem nos trens ordinarios.

Art. 3.º Para volta, passado o prazo acima designado e sómente durante os oito dias seguintes, ainda servirá o mesmo bilhete, restituindo, porém, o viajante a diferença do preço, isto é, considerando-se como simples e sem abatimento a viagem em cada sentido.

Art. 4.º Os bilhetes de ida e volta só são válidos para as estações ou até às estações nelles designadas. Si o viajante ficar em qualquer estação intermediaria, considerar-se-ha vencido o direito ao resto da viagem no sentido em que for ella feita.

Art. 5.º Os bilhetes simples considerar-se-hão vencidos, si o viajante não effectuar a viagem no trem para que forem elles vendidos, ou si ficar em qualquer estação anterior á designada como seu destino nos mesmos bilhetes.

Art. 6.º Os menores de oito annos pagarão meia passagem, ficando á administração o direito de collocar dous em cada assento destinado a um viajante.

Art. 7.º As crianças menores de tres annos conduzidas ao collo terão passagem gratuita.

Art. 8.º Os bilhetes só dão direito á passagem no trem, dia, classe e até á estação nelles mencionada.

Art. 9.º Os passes serão nominaes e intransferiveis.

Art. 10. O viajante sem bilhete, portador de bilhete não carimbado pela administração ou que tenha carimbo de outro dia ou trem, o viajante encontrado em classe superior á designada em seu bilhete ou portador de passe de outro trem, pagará o preço de sua viagem contado do ponto de partida do trem, si não estiver provada a estação de sua procedencia, ou provada esta o preço contado della, em qualquer caso, sem se levar em conta o que já houver pago.

Além disso, pagará mais como multa 300 ou 200 réis, segundo for encontrado em 1.ª ou 2.ª classe e, no caso de dolo flagrante, ficará mais sujeito ás penas do art. 104 do regulamento geral de 26 de abril de 1857.

Art. 11. O viajante é obrigado :

§ 1.º A não incomodar os seus companheiros de viagem.

§ 2.º A não dammificar os carros.

§ 3.º A respeitar o presente regulamento e o regulamento geral de 26 de abril de 1857.

§ 4.º A conservar-se durante a viagem no interior do carro que lhe for destinado.

§ 5.º A apresentar ao empregado do trem o seu bilhete ou passe sempre que lhe for pedido.

§ 6.º A restituir ao empregado especialmente encarregado desse serviço o seu bilhete ou passe ao concluir sua viagem ou si ficar em qualquer estação intermediaria.

Art. 12. O viajante tem direito :

§ 1.º A ser transportado pelo trem e na classe e logar a que lhe der direito o seu bilhete.

§ 2.º A reclamar providencias ao chefe do trem sempre que for incommodado pelos seus companheiros de viagem.

§ 3.º A fazer transportar livre de frete uma bagagem até 20 kilogrammas, a qual será despachada e conduzida no carro de bagagem, não podendo o mesmo viajante levar consigo no carro de passageiros sinão uma malinha necessaria de viagem, ou qualquer embrulho com objectos de uso e cujo volume não exceda ao de uma caixa commun de chapéo.

§ 4.º A pedir passagem durante a viagem de 2.ª classe para a 1.ª, pagando a differença do preço contado da estação em que se

der a passagem ou da procedente, si essa mudança se effectuar entre duas estações.

§ 5.º A fumar nos carros em que não houver expressa designação de ser isso prohibido.

Art. 13. Só aos agentes da força publica conduzindo presos ou em diligencia official será permittido levar consigo armas de fogo carregadas.

Art. 14. Aos viajantes em estado de embriaguez é vedada a permanencia nas estações ou nos trens; devendo no primeiro caso ser posto fóra da estação e no segundo ser desembarcado na primeira estação; restituindo-se-lhe o preço de seu bilhete si não houver ainda encetado a viagem.

Art. 15. O preço dos bilhetes, tanto simples como de ida e volta, será arrecadado sem excepção na estação de partida e no acto da emissão do bilhete.

Art. 16. O passageiro que infringir as disposições do presente regulamento e do regulamento geral, e que, depois de advertencia do agente de estação ou chefe de trem, persistir na infracção, será posto fóra da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não houver ainda encetado a viagem.

Si, porém, a infracção for commettida durante a viagem, e para ella não houver pena ou multa especial declarada nos outros artigos deste regulamento, incorrerá o viajante na multa de 5\$ a 25\$000.

Art. 17. O viajante que durante a viagem incorrer em multa e não a quizer pagar, será pelo chefe do trem entregue ao agente da estação mais proxima, afim de remettel-o à autoridade policial, de conformidade com o regulamento geral de 26 de abril de 1857.

Art. 18. A meia passagem só dá direito ao transporte gratuito de bagagem até metade da correspondente a uma passagem inteira.

Os viajantes com passe terão direito ao transporte gratuito de bagagem até ao maximo fixado para os de passagem inteira paga.

Art. 19. A bagagem de que tratam os dous precedentes artigos fica sujeita ás mesmas condições que a dos viajantes de passagem inteira paga.

Art. 20. A venda dos bilhetes nas estações principiará 30 minutos e cessará 5 minutos antes da partida do trem.

Art. 21. Nas estações terminaes, os viajantes só poderão entrar nos carros depois do toque da sineta, o qual terá logar 10 minutos antes da partida do trem.

Art. 22. Os doentes que viajarem deitados e os alienados devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem e cuidem delles. Serão com aquellas pessoas transportados em carros separados peellidos com antecedencia de 24 horas, e pagando-se taxa dupla por passageiro, nunca menos, porém, da metade do preço correspondente à lotação do carro. Não obstante aquelle prazo, a administração, sempre que lhe for possível, mas sem que a isso

seja obrigada, entregará o carro pedido no menor prazo que lhe permittir o serviço da estrada.

Art. 23. Em caso algum o viajante affectado de molestias reconhecidamente contagiosas poderá tomar logar nos carros destinados aos demais viajantes. Esse viajante ficará sujeito às mesmas prescripções, quanto ao carro separado, prazo do pedido e preço, que os de que trata o artigo precedente.

Art. 24. Os cadáveres transportados em vagão de carga fechado pagarão os preços da tarifa n. 2.

Si forem transportados em carros de passageiros de 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> classe, ficarão sujeitos ao que estipula o art. 31.

Art. 25. A estrada pôde conceder trens especiaes de viajantes quando pedidos com antecedencia de 12 horas à estação do Camocim e de 24 horas às demais estações.

O preço de um trem especial de viajantes, com um carro de 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> classe à vontade e um vagão fechado para bagagem, será calculado à razão de 2\$ por kilometro, fazendo-se um abatimento de 25 % quando a viagem for de ida e volta.

O preço de um trem especial de viajantes com um carro mixto de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe e bagagem, será calculado à razão de 3\$ por kilometro, fazendo-se um abatimento de 25 % quando a viagem for de ida e volta.

Si esses trens forem pedidos com maior numero de carros e vagões para bagagem, o preço dos carros será calculado pelas tarifas ns. 1, 2, 3 e 4, applicada à lotação correspondente a esses carros e o dos vagões excedentes pela tarifa n. 11.

O frete minimo de um trem especial é de 70\$ para viagem em um sentido e 105\$ para viagem de ida e volta.

O frete é pago no acto da concessão.

Art. 26. Os trens especiaes que, calculada a viagem à razão de 30 kilometros por hora ou por demora em caminho, quando isso não for motivado pela estrada, não chegarem à estação de destino antes das 6 horas da tarde ou que tiverem de viajar, total ou parcialmente entre 6 horas da tarde e 6 horas da manhã, custarão mais 20\$ por cada hora, comprehendida entre as 6 da tarde e 6 da manhã.

Art. 27. Os trens especiaes de ida e volta poderão ter uma demora até duas horas na estação terminal de ida; além desse prazo, o frete do trem augmentar-se-ha de 10\$ por cada hora de demora até mais 10 horas além daquellas duas. Findo esse segundo prazo a estrada disporá do trem, perdendo o concessionario todo o direito ao mesmo, salvo o caso de ajuste prévio para maior demora e sob a mesma base de 10\$ por hora, convindo à estrada.

Art. 28. Os pedidos para trens especiaes serão feitos por escripto e assignados, indicando-se o numero de carros de cada especie, a estação de partida e de chegada e o dia e hora da partida.



As concessões desses trens serão também por escripto assignadas pelo agente da estação, contendo as mesmas indicações, a hora da partida e importancia do frete pago.

Art. 29. Conceder-se-hão gratuitamente 15 minutos de demora para a partida do trem da estação inicial, findos os quaes cobrar-se-hão 10\$ por cada meia hora que exceder.

Si depois de duas horas de espera não se apresentarem as pessoas para as quaes houver sido o trem fretado, considerar-se-ha este como rejeitado e o concessionario só terá direito a receber metade do frete pago.

Igual direito a receber metade do frete terá o concessionario si até á hora marcada para a partida mandar aviso, dispensando o trem; si porém o aviso for feito seis ou mais horas antes da hora fixada para a partida, a restituição será de dous terços do frete pago.

Art. 30. Os trens especiaes não preferem á marcha e horario dos trens de tabella, antes ficam dependentes do horario destes.

Art. 31. A estrada poderá conceder carros especiaes para viajantes nos trens ordinarios, quando pedidos com antecedencia de seis horas na estação de Camocim e de 24 a 48 horas nas demais estações.

O frete desses carros será calculado pelas tarifas ns. 1, 2, 3 e 4 applicadas ao numero de passageiros que os occuparem, não podendo, porém, esse frete ser menor da metade do correspondente á lotação completa do carro pedido.

Si o carro for fretado por inteiro, far-se-ha um abatimento de 25 % no frete correspondente á lotação completa.

Art. 32. O frete de carro especial deve ser pago no acto do pedido, e si até á hora da partida do trem as pessoas para quem foi o carro fretado não houverem nelle tomado logar, perderá o concessionario o direito a qualquer restituição, podendo, além disso, a estrada dispôr do carro.

Igualmente a nenhuma restituição terá o concessionario direito si só em parte se utilizar dos logares tomados.

O concessionario que, antes da partida do trem, avisar ao agente da estação que dispensa o carro fretado, terá direito a reaver metade do frete pago.

Os viajantes que, de mais do que o numero declarado no pedido, forem pelo concessionario admittidos no carro fretado, pagarão suas passagens como qualquer outro viajante.

As disposições deste artigo quanto a pedidos, pagamento prévio do frete, restituição ou não de parte do frete, se applicam ao aluguel de carros para doentes, alienados e cadáveres.

Art. 33. A administração poderá, quando o julgar conveniente, fretar vagões para pontos intermediarios entre as estações. Esses vagões ficarão, porém, sujeitos ao frete contado da estação anterior, e serem sempre conduzidos por trem de lastro.

## II

## BAGAGENS E ENCOMMENDAS

Art. 34. A não ser o pequeno volume que o viajante tem direito a levar no seu carro, toda a bagagem dos viajantes será despachada e seguirá pelo mesmo trem que elle, devendo para isso ser apresentada a despacho entre 30 e 10 minutos antes da partida do trem.

As bagagens ficam sujeitas aos fretes da tarifa n. 4.

A estrada responde pela bagagem despachada, no caso de perda ou avaria; não é, porém, responsavel pelos objectos que o viajante levar consigo.

Art. 35. Entende-se por encommendas pequenos volumes de carga, fruta, peixe, lacticinios e outros generos semelhantes, e apresentados a despacho entre 40 e 10 minutos antes da partida do trem.

Esses objectos ficam sujeitos à tarifa n. 4.

Art. 36. Não serão acceitos como bagagem ou encommenda :

§ 1.º Quaesquer substancias de conducção perigosa.

§ 2.º Volumes de mais de um metro cubico ou pesando mais de 150 kilogrammas.

§ 3.º Volumes cujo embarque ou desembarque demande grande demora.

Art. 37. Nenhum volume de bagagem, encommenda ou carga poderá conter dinheiro, papeis de valor ou de importancia, ou objectos preciosos.

Por conta e risco do viajante ou remetente que infringir esta disposição correm todos os riscos, e descoberta a infracção ficará elle sujeito ao pagamento do despacho, registro e frete correspondente ao valor encontrado, e mais uma multa de 50\$000.

Esses objectos e valores serão expedidos e registrados de accordo com as disposições em outro logar estabelecidas neste regulamento.

Art. 38. Quando o frete calculado da bagagem ou encommenda for inferior a 200 réis cobrar-se-ha esta quantia.

Art. 39. A estrada não é obrigada a attender às reclamações por avaria, troca ou falta de volumes de bagagem ou encommendas quando essas reclamações forem feitas depois de 45 minutos da chegada do trem ou depois de entregues os volumes.

Art. 40. As bagagens e encommendas, que não forem reclamadas dentro do prazo de 45 minutos contados depois da chegada do trem, ficam sujeitas a um imposto de estadia na razão de 100 réis por 10 kilogrammas e por dia de demora.

Art. 41. As bagagens e encommendas devem ser bem acondicionadas e em volumes que não se prestem facilmente a ser violados.

Na falta dessa condição, o transporte se fará a inteiro risco do viajante ou remetente, e sem a menor responsabilidade da estrada, o que se declarará no conhecimento de despacho.

## III

## DINHEIRO, PAPEIS DE VALOR OU DE IMPORTANCIA E OBJECTOS PRECIOSOS

Art. 42. O dinheiro, papeis de valor ou de importancia e os objectos preciosos serão expedidos em volumes especiaes registrados e sob completa responsabilidade da estrada.

Art. 43. Pelo transporte desses volumes se cobrará o frete da tarifa n. 4 e mais, como registro, uma taxa de  $1\frac{1}{2}\%$  do valor declarado.

O minimo da importancia cobrada por esse registro será de 1\$000.

Esses objectos devem ser cuidadosamente pesados e só serão expedidos em trens de viajantes ou mixtos.

Art. 44. O dinheiro amoeado, as joias, as pedras e outros metaes preciosos devem estar acondicionados em saccos, caixas, ou barris. Os saccos devem ser de panno forte, cosidos por dentro e perfeitos, isto é, não dilacerados, nem remendados. A bocca desses saccos será fechada por meio de corda ou cordel inteiriço, e não coberto com sinete em lacre ou chumbo, e as extremidades mantidas por sinete igual e sobre uma ficha solta.

As caixas ou barris serão fortes e pregados ou arqueados com solidez, não devendo apresentar indício algum de abertura encoberta, nem de fractura.

As caixas serão fortemente ligadas por meio de cordas inteiriças collocadas em cruz, com tantos sinetes em lacre ou chumbo, quantos forem necessarios para attestar a inviolabilidade do volume.

Os barris serão amarrados com corda inteiriça collocada em cruz, passando sobre a tampa e fundo e fixada com sinete em lacre ou chumbo.

Art. 45. O papel-moeda, as notas de banco, as apolices, as acções de companhias e outros papeis-valores e de importancia, devem ser apresentados em saccos ou caixas, ou formar pacotes revestidos de envoltorios intactos em papel ou panno encerado, garantido com cordel forte, posto em cruz, e sinete em lacre nos nós.

Todavia, esses objectos podem ser acceitos em envoltorios de papel, fechado com cinco sinetes em lacre, contando que em relação á solidez e acondicionamento esses volumes nada deixem a desejar.

Art. 46. Os endereços devem ser directamente escriptos sobre os volumes e não cosidos, collados ou pregados, afim de que não possam encobrir vestigios de abertura ou fractura; podem igualmente ser escriptos sobre etiqueta pendente e presa ao volume por meio de cordel.

A declaração do valor será mencionada no endereço por extenso.

As iniciaes, legendas, armas, firmas sociaes ou nomes dos estabelecimentos, quando impressos nos saccos, caixas, barris ou pacotes, devem ser perfeitamente legiveis.

Os sinetes feitos com moedas são formalmente prohibidos.

Art. 47. As expedições desta especie devem ser apresentadas a despacho e registro, pelo menos, uma hora antes da partida para a partida do trem, sem o que não seguirão por elle.

Art. 48. A responsabilidade da administração por esses objectos consiste em entregal-os sem o menor indicio de terem sido violados, e, havendo indícios de violação, indemnisar o que de menos se encontrar no conteúdo em relação ao valor declarado para o despacho e registro.

Art. 49. A nota de expedição deve, além das indicações ordinarias, conter declaração do valor por extenso e sobre lacre sinete igual ao dos volumes.

#### IV

##### MERCADORIAS E CARGAS EM GERAL

Art. 50. As mercadorias e cargas em geral seguirão pelo primeiro trem apropriado, cuja partida for posterior ao despacho da mercadoria ou entrega do vagão carregado, de quatro ou mais horas uteis (6 da manhã às 6 da tarde), o que não tira à administração o direito de fazer seguir a mercadoria, etc., antes de esgotado aquelle prazo minimo.

Art. 51. Ficam exceptuados da precedente disposição:

§ 1.º Os generos que por sua natureza, a juizo da administração, não puderem ser demorados nas estações, os quaes, sendo apresentados até uma hora antes da partida de cada trem mixto ou de cargas, nelle serão transportados.

§ 2.º A polvora, vitriolo, agua-raz, phosphoros e em geral as substancias inflammaveis ou perigosas, para a remessa das quaes a administração pode designar um dia certo da semana e em vagões especiaes, não podendo esses generos ser depositados na estação em commun com outras mercadorias, e havendo para a sua apresentação e embarque um prazo de duas horas antes da partida do referido trem.

Sempre que o remettente tiver de expedir esses generos em quantidade que exija mais da metade da lotação de um vagão, deverá avisar ao agente da estação com 12 horas de antecedencia.

Art. 52. O transporte de armas será recusado sempre que o Governo assim o entender conveniente à segurança publica.

Art. 53. Nenhum volume de carga, mercadoria, bagagem ou encomenda poderá conter materias inflammaveis, e as pessoas que esconderem essas materias ou não fizerem menção de sua existencia nos volumes que apresentarem a despacho ou consigo levarem, incorrerão na multa de 50\$ e ficarão sujeitas

continua aqui>

à responsabilidade judicial, si convier á administração proceder contra ellas; e sempre que houver desastre ou accidente motivado por essas materias, ficando em qualquer caso os volumes sujeitos á apprehensão e as materias inflammaveis inutilizadas.

Art. 54. Feita a menção de que trata o artigo antecedente, devem as materias inflammaveis ser immediatamente retiradas dos volumes e da estação, mesmo quando a isso formalmente se opponha o remettente ou viajante.

Art. 55. A pauta annexa classifica as mercadorias e cargas pelas tarifas a cujos fretes ficam sujeitas.

Art. 56. A tarifa n. 6 se applica não só ás mercadorias e cargas designadas na pauta, como também aos generos e objectos de importação ou fabricação estrangeira, não mencionados ou não previstos na mesma pauta.

Art. 57. Os generos da tarifa n. 7, quando completarem a lotação de um vagão fechado, pagarão frete duplo da tarifa n. 19 ou por vagão aberto com mobilia velha e muito usada os fretes da tarifa n. 15.

Art. 58. A tarifa n. 7 se applica não só ás mercadorias e cargas designadas na pauta, como também aos generos e objectos de exportação ou de fabricação nacional, não mencionados ou não previstos na mesma pauta.

Art. 59. No despacho de madeiras observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º Madeira de comprimento até 3,30 metros será despachada pela tarifa n. 19 e, quando em pequena quantidade, pela tarifa n. 13.

§ 2.º Até 7 metros de comprimento despacha-se pelo peso de nove toneladas (dous vagões), ou um vagão grande, que corresponde a dous vagões da tarifa.

§ 3.º Até 12 metros, despacha-se pelo peso de 13½ toneladas ou tres vagões da tarifa.

§ 4.º De mais de 12 metros, só precedendo ajuste, e ficando livre á administração o direito de recusa.

Art. 60. As peças metallicas de 3 metros a 3½ de comprimento ficam sujeitas a um augmento de 50 % nos fretes das respectivas tarifas. Exceptuam-se trilhos, columnas, tubos e peças de travejamento metallicas, as quaes só excedendo de 7 metros de comprimento é que ficam sujeitas áquelle augmento.

Art. 61. Não serão transportados os volumes ou peças, cujas pontas excedam em plano á caixa dos vagões destinados ao seu transporte, e em altura á altura de um vagão fechado.

Igualmente não serão transportadas as peças ou volumes de 4½ toneladas, salvo si puderem ser carregados em um vagão grande e de modo que o peso fique uniformemente distribuido em todo o comprimento do vagão e não exceda á lotação deste.

Art. 62. Considerar-se-ha effectuada a recepção e entrega dos generos quando depositados elles nos logares para isso destinados, e que serão, conforme os mesmos generos permittirem,

a plataforma da estação, o proprio vagão de transporte ou outro qualquer ponto junto da estação que melhor commodo offereça ao embarque e desembarque da carga.

Art. 63. A carga e descarga de trilhos e seus accessorios, columnas, travejamentos e canos de ferro, materias inflammaveis e mercadorias taxadas pelas tarifas ns. 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25 e 27, serão feitas pelo remetente ou destinatario.

Esse serviço poderá ser feito pelo pessoal da estrada, mediante uma taxa adicional de 2\$ pela carga e 1\$500 pela descarga por vagão.

Art. 64. Para qualquer estação onde não houver guindaste, a administração poderá recusar os volumes pesando mais de 800 kilogrammas.

Nas estações onde houver guindaste, poderá recusar os volumes pesando mais do que a lotação do guindaste.

Em qualquer caso, os volumes de mais de 3 metros cubicos só serão acceitos precedendo ajuste e sendo possivel o transporte no material da estrada.

Art. 65. Para o carregamento e descarga dos objectos que o devam ser por conta do remetente ou destinatario, se permitirá a estes o uso dos guindastes mediante uma taxa adicional de 500 réis por tonelada ou fracção de tonelada, e sempre sob as vistas de um empregado da estrada. Para cada caso, essa concessão fica dependente da conveniencia do serviço da estrada, não aproveitando ao remetente ou destinatario para eximir-se da estadia ou armazenagem o facto de se ella negada ou retardada. Os objectos descarregados com os guindastes devem ser logo retirados pelos destinatarios para que não embarcemos a circulação nem atravanquem o logar. Semelhantemente os objectos a carregar por meio dos guindastes não podem ser accumulados junto destes, nem os vagões, em que elles devam ser carregados, demorados na linha impedindo o movimento e manobras dos trens e vagões.

Art. 66. O remetente ou destinatario quando usar dos guindastes fica responsavel pelas avarias causadas por impericia ou imprudencia de seu pessoal.

## V

### ANIMAES

Art. 67. O frete de animaes é taxado pelas tarifas ns. 23, 24, 25 e 26 e os animaes das tarifas ns. 24 e 25 embarcados e desembarcados pelo pessoal e á custa dos remetentes ou destinatarios.

Seguirão em geral em trem de carga ou mixtos quando nelles houver logar e si o seu embarque não causar demora na partida destes ultimos trens.

Art. 68. Os animaes deverão ser apresentados a despacho nos logares apropriados para o seu embarque 15 minutos antes da

partida dos trens mixtos e uma hora antes da partida dos trens de carga.

Art. 69. Os animaes em quantidade possivel de abatimento no respectivo frete devem ser annunciados com antecedencia de 24 horas; não obstante, a estrada os poderá receber antes, sempre que for isso possivel.

Art. 70. Com excepção dos porcos, carneiros, cabras e cães, em numero não excedente a cinco, e as capoeiras de gallinhas, patos e outras aves ou pequenos animaes, serão os animaes embarcados e desembarcados pelo pessoal do dono ou seus agentes.

Para esse embarque, quando a expedição for de um ou mais vagões, se dará um prazo de duas horas por vagão, contadas da entrega do vagão, findas as quaes será retirado o vagão, não podendo novamente ser fornecido, sinão pagando o remetente uma indemnisação de 5\$ por vagão.

Semelhantemente, para o desembarque se dará um prazo de meia hora por vagão, finda a qual será elle descarregado pelo pessoal da estrada ou por jornaleiros, que para esse fim tomar na occasião, pagando nesses casos o destinatario as despesas feitas.

Para o embarque e desembarque de animaes em pequena quantidade, se dará o tempo strictamente necessario, procedendo a administração a esse serviço por conta do dono ou destinatario, quando vencido esse tempo.

Art. 71. Os cães só serão recebidos amarrados e amordaçados, quando assim se tornar preciso.

Art. 72. Nas expedições de animaes por vagões o embarque deverá se effectuar durante a noite, si o trem tiver de sair antes das 8 horas da manhã do dia seguinte.

Art. 73. Os animaes bravios só serão recebidos quando bem e seguramente engaiolados.

Art. 74. A administração só responde pelos extravios de animaes, correndo os mais riscos por conta do expeditor, salvo culpa provada do pessoal da estrada.

## VI

### CARROS, ETC.

Art. 75. Os carros, carroças, carrinhos de mão, vagões e locomotivas desmontados são carregados e descarregados por conta do expeditor.

Para o embarque e desembarque se dará o tempo que for razoavel.

Art. 76. Todo o carro ou carroça, vagões e locomotivas não reclamados no prazo de 24 horas, depois da chegada do trem, pagarão 500 reis de estadia por cada dia excedente.

## VII

## ARMAZENAGEM, ESTADIA, ETC.

Art. 77. As mercadorias e cargas transportadas pela estrada podem permanecer nos armazens e depósitos, livres de armazenagem ou estadia, por 36 horas contadas da chegada do trem, quando diversamente não disponha este regulamento. Além desse prazo e até 90 dias, ficam ellas sujeitas as seguintes taxas de armazenagem ou estadia applicadas a cada 10 kilogrammas:

10 réis por cada um dos 10 primeiros dias.

20 » » » » » 20 seguintes.

60 » » » » » 60 ultimos.

Passados os 90 dias proceder-se-ha de conformidade com os arts. 63 e 65 do regulamento geral, qualquer que seja a natureza e classe do genero depositado.

Os objectos de facil deterioração, não sendo de prompto reclamados, serão vendidos antes de se danificarem, procedendo a administração, depois de deduzir a importancia que for devida, como nos artigos acima mencionados do regulamento geral.

Os prazos marcados neste artigo não se referem ás materias inflammaveis; estas ficam sujeitas ás disposições adeante fixadas.

Art. 78. Para carga e despacho das mercadorias, cujo carregamento houver de ser feito pelo pessoal do remetente, e não havendo disposição especial neste regulamento, se concederá o prazo de 24 horas, findo o qual perderá o remetente o que já houver pago, ficando á estrada o direito de utilizar-se do vagão fretado.

Si, porém, depois de decorridas as 24 horas acima designadas, o remetente quizer utilizar-se do vagão, fará um deposito da quantia de 50\$, correspondente a quatro dias, maximo da estadia do vagão á sua disposição.

Findos os quatro dias, considerar-se-ha o vagão como não utilisado, perdendo o remetente o frete pago e a quantia depositada.

Art. 79. Para a descarga dos mesmos objectos de que trata o artigo precedente, se concederão os mesmos prazos, nas mesmas condições e taxas mencionadas nesse artigo, não havendo disposição especial neste regulamento, fazendo, porém, a estrada a descarga por conta do destinatario e pelo que custar, quando passado o prazo maximo de quatro dias, além das 24 horas concedidas livres.

Art. 80. Para os generos que permanecerem fóra dos armazens, por não carecerem de abrigo, e não havendo disposição em contrario neste regulamento, nenhuma taxa se cobrará de armazenagem até 30 dias, e nenhuma responsabilidade por elles caberá á administração.



Passados os 30 dias serão esses generos vendidos em leilão, na porta da estação, e o seu producto posto á disposição de quem de direito, depois de descontadas todas as despesas feitas.

Art. 81. A entrega das mercadorias, pagando frete por vagão, será feita dentro do vagão e, si por affluencia do serviço a administração precisar do carro, poderá mandar fazer a descarga, cobrando-a do consignatario, de accordo com os preços neste regulamento fixados, independentemente da taxa de armazenagem.

Art. 82. As bagagens e encomendas que não forem reclamadas até 45 minutos depois da chegada do trem, ficam desde então sujeitas á armazenagem, cuja taxa será de 100 réis por 10 kilogrammas e por dia.

Art. 83. Na determinação de qualquer prazo para a cobrança de armazenagem, estadia, etc., serão contados os dias santificados e feriados, salvo o que se seguir á recepção, sendo esta feita na vespera.

Art. 84. As mercadorias, bagagens, encomendas e cargas em geral, que forem deixadas nas estações sem despacho, ficarão sem responsabilidade alguma da administração, porém desde então sujeitas á armazenagem e mais prescripções do art. 77.

Art. 85. Os vagões pedidos para cargas, etc., por vagão, quando passadas as 24 horas não forem utilizados pelo concessionario, poderão ser utilizados pela administração si d'elles precisar, sem embargo da estadia até então.

Art. 86. Vencido o prazo maximo da estadia de qualquer objecto, será elle vendido em leilão na porta da estação e o seu producto posto á disposição de quem de direito, depois de descontadas as despesas e o mais que se dever á estrada.

## VIII

### MODO DE EFFECTUAR OS DESPACHOS E RECEBIMENTOS

Art. 87. As mercadorias, bagagens, encomendas, animaes, vehiculos e cargas de qualquer natureza, serão apresentados a despacho por meio de duas vias de notas de expedição, servindo uma para a conferencia, calculo e arrecadação da receita e a outra para acompanhar o manifesto da mercadoria, bagagem, etc. ao seu destino.

A primeira via será registrada no livro talão respectivo, do qual se destacará o conhecimento do frete pago ou a pagar para ser entregue ao remetente, depois do que será enviada á contadoria, com extracto diario do livro talão de cada estação; a segunda via será entregue ao destinatario em troca do conhecimento relativo ao mesmo despacho.

Art. 88. Para o recebimento de bagagens, encomendas, frutas, aves e outros pequenos animaes em capoeiras, e artigos semelhantes, os escriptorios de todas as estações estarão abertos:

uma hora antes da partida do primeiro trem, e fechar-se-hão 10 minutos antes da partida do ultimo trem.

Art. 89. Para o recebimento de mercadorias, cargas e animaes estarão os escriptorios abertos em todas as estações, das 8 horas da manhã às 4 da tarde, todos os dias uteis.

Art. 90. Nenhuma carga poderá ser recebida pelos empregados da estrada si não vier acompanhada das respectivas notas de expedição; e, no caso de pertencer à estrada, as notas de expedição devem ser substituidas por uma simples guia de remessa, assignada pelo agente da estação da partida.

Art. 91. As mercadorias taxadas pelas tarifas ns. 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, as taxadas pelas tarifas ns. 24 e 25 quando em quantidade superior a 5, as taxadas pela tarifa n. 23 quando em quantidade igual ou superior a 10, as taxadas pela tarifa n. 26 quando em quantidade superior a 20, as remessas de objectos que exijam vagões grandes, as machinas de officinas e de estabelecimentos industriaes, devem ser annunciadas no dia anterior ao do despacho. Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo de cobertas, mas ficam sujeitas, quanto à armazenagem, às mesmas condições das outras.

Art. 92. As mercadorias e quaesquer objectos entregues à estrada serão conferidos na estação de partida e na de chegada à medida que forem sendo recebidos, verificando-se as marcas, a quantidade, a qualidade dos volumes, a natureza das mercadorias, o peso, o frete pago ou a pagar e as despesas accessorias.

A pesagem dos volumes submittidos a despacho deve em geral ser feita pelo pessoal do remettente ou do consignatario, sob as vistas dos empregados da estrada.

Toda a declaração falsa ou insufficiente sobre a natureza ou valor das mercadorias expelidas dá lugar à applicação de uma multa de 10\$ a 50\$, além do pagamento do duplo da taxa da tarifa da mercadoria fraudada, podendo a estrada deter os volumes que, por falsas declarações, estiverem sujeitos à multa. Não sendo a multa paga no prazo de 10 dias, a estrada procederá à venda dos objectos detidos, sem as formalidades judiciais.

Art. 93. Por cada despacho (excepto os de bagagem e encomendas, que serão gratuitos) cobrará a estrada a taxa de 100 réis, na qual está comprehendido o valor das duas notas de expedição, que serão entregues ao remettente para enche-las.

Art. 94. Si, depois de feito o despacho de qualquer expedição e antes de embarcado, o remettente quizer alterar a consignação ou retirar o objecto, a administração annullará o despacho feito, recolhendo-se os documentos já entregues ao remettente e restituindo-se a este o frete pago, menos a taxa do despacho.

Si o objecto já estiver embarcado, se poderá dar a alteração de consignação, a menos que da descarga não resulte embaraço para o serviço da estrada. Sendo permittida a descarga, será

esta feita a expensas do remettente, o qual, além disso, deverá indemnizar a estrada da despeza feita com o carregamento.

Em qualquer caso, para que o objecto siga viagem, torna-se preciso novo despacho e, portanto, pagamento de nova taxa de despacho. Quando se tratar de mercadorias despachadas por vagão e, depois de ser este posto à disposição do remettente, elle quizer retirar a mercadoria, ficará mais sujeito a pagar a indemnisação de 10\$ por vagão, ainda que não tenha principiado a carregar-o; e já estando o vagão carregado entregue à estrada, só será isso permittido sendo possível, e devendo então o remettente descarregar-o em seis horas.

## IX

### ENTREGA

Art. 95. A entrega de bagagens, encomendas, verduras, frutas, aves e pequenos animaes em capoeiras começará, o mais tardar, 15 minutos depois da chegada do trem e terminará á hora de fechar-se a estação.

Art. 96. A entrega das mercadorias e todas as mais cargas em geral começará ás 8 horas da manhã e terminará ás 4 horas da tarde, todos os dias uteis. Nos domingos e dias santificados, e quando houver affluencia de cargas, o serviço começará ás 10 horas da manhã e terminará ás 3 horas da tarde.

Art. 97. O destinatario tem direito, antes de receber a sua mercadoria, de examinar o estado externo dos volumes, não se permittindo o exame do conteúdo si o volume não apresentar indício de violação e avaria.

No caso de avaria, o destinatario só tem direito de recusar a mercadoria quando esta estiver de tal modo damnificada, que nenhum valor commercial tenha, ou quando o volume formar um todo tal que a avaria de uma parte delle importe perda de valor para o todo. Sendo, porém, a avaria parcial, deve elle retirar a mercadoria, depois de avaliado o damno causado.

Art. 98. Nos casos de demora da parte de uma expedição, o destinatario não tem direito, sob pretexto de não estar ella completa, de recusar-se a retirar a parte que houver chegado, salvo o caso em que a expedição fraccionada constituir um todo tal que a falta de uma das partes o deprecie ou inutilise.

Art. 99. O transporte em retorno de todo objecto recusado pelo destinatario fica sujeito a todas as taxas de frete, despacho e despezas accessórias.

Art. 100. Si antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatario se verificar que o frete cobrado na estação de procedencia, ou indicado para ser cobrado na de chegada, é inferior ao realmente devido, ou que se deixou de cobrar ou indicar para se cobrar alguma taxa devida, a administração pode refer a mer-

cadoria até que o remetente ou destinatario satisfaça o que for devido.

Semelhantermente, se restituirá ao remetente a importancia dos erros que para mais se commetterem no calculo do frete e taxa.

Art. 101. As mercadorias, cargas, bagagens e encommendas só serão entregues á vista do conhecimento em poder do destinatario, e no caso de perda deste documento o destinatario, depois de provar sua identidade, pôde passar um recibo, em vista do qual lhe será entregue a mercadoria ou volume despachado.

## X

### ACONDICIONAMENTO E MARCAS

Art. 102. Os volumes devem trazer marca ou endereço bem legível e, além disso, o nome da estação de destino e estar acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estradas de ferro.

Art. 103. Poderá ser recusado o recebimento de qualquer mercadoria por motivo de acondicionamento :

§ 1.º Si a mercadoria estiver tão mal acondicionada dentro dos envoltorios, que haja probabilidade de não chegar a seu destino sem perda ou avaria.

§ 2.º Si, exigindo a mercadoria um envoltorio qualquer para a resguardar de perda ou avaria ou para evitar que damnifique outras mercadorias, for apresentada sem envoltorio.

§ 3.º Si no acto do recebimento a mercadoria apresentar indicios de já estar avariada.

A falta de acondicionamento ou máo acondicionamento poderá ser reparada pelo remetente no proprio recinto da estação, dando-se-lhe para isso um prazo de 24 horas, livre de armazenagem, findo o qual, permanecendo ella na estação, ficará sujeita á taxa de armazenagem ; em caso algum, porém, com responsabilidade da estrada.

A administração, devidamente autorizada pelo remetente, poderá prover aos defeitos do acondicionamento.

Art. 104. Mesmo sem os requisitos de perfeito acondicionamento, poderá a mercadoria ser expedida com declaração feita nos conhecimentos pelo empregado da estrada, de que segue sem responsabilidade da administração, si com isso concordar o remetente ou seu preposto e desde que não haja inconveniente para as outras cargas que no mesmo vagão tenham de ser embarcadas.

Art. 105. As bagagens e encommendas se applicam todas as precedentes disposições relativas ao acondicionamento.

## XI

## CONHECIMENTOS DE BAGAGEM, ENCOMMENDAS E NOTAS DE EXPEDIÇÃO

Art. 106. Da bagagem ou encomenda despachada dar-se-ha ao apresentante um conhecimento, no qual se declarará a estação de partida e destino, o numero e peso dos volumes, o frete e um numero de ordem.

Art. 107. Tanto as notas de expedição que acompanham os manifestos de mercadorias, etc., como o conhecimento entregue ao remetente, devem mencionar o numero de ordem, os nomes do remetente e do consignatario, a marca e endereço dos volumes, sua quantidade, peso ou cubo, segundo o modo do despacho, o frete pago ou a pagar, modo de acondicionamento, natureza do conteúdo, estação de partida e de destino.

Essas indicações servem de base para o calculo do frete, e mais tarde para regular a indemnisação no caso de perda, falta ou avaria.

Art. 108. Cada nota constitue uma expedição e não pôde conter sinão o nome de um remetente, de um destinatario e de uma só estação de destino.

Art. 109. Os valores e os objectos segurados não podem ser mencionados nem na mesma nota, nem juntamente com objectos não segurados; para elles se fará nota especial.

Art. 110. As notas de expedição e quaesquer outros documentos comprovativos da receita da estrada não devem apresentar rasuras, correções ou entrelinhas. Os que estiverem nesses casos serão recusados.

## XII

## MEDIÇÃO, CALCULO DO FRETE E PAGAMENTO DAS TAXAS

Art. 111. Quando as mercadorias forem em grande volume em relação ao peso, medir-se-ha tambem o volume, e si este corresponder a mais de seis decímetros cubicos por kilogramma, tomar-se-ha para peso do volume um numero de kilogrammas igual á sexta parte dos decímetros cubicos achados.

Art. 112. O frete da madeira, em tóros, em peças esquadriadas, falquejadas, lavradas ou serradas em taboados ou dormentes, calcula-se pelo seu peso real.

Art. 113. Quando já se conhecer o peso da madeira, poder-se-ha, para novos despachos, dispensar as pesadas, multiplicando aquelle peso pelo volume da madeira resultante da multiplicação das tres dimensões tomadas em decímetros.

Art. 114. O frete de caibros roliços, ripas, ripões, moirões e estacas para cercas, varas e lenha, calcula-se tomando para peso em kilogrammas o numero resultante da multiplicação das tres dimensões do feixe tomadas em decímetros e abrangendo as partes mais salientes do mesmo feixe.

Art. 115. As medidas dos volumes dos objectos despachados a volume serão sempre as do parallelepipedo, que as abranger completamente; de onde resulta que para os objectos que não forem rectilíneos e de secção rectangular constante, o volume que se tem de tomar para o calculo do frete é o da figura limitada por faces planas perpendiculares entre si, abrangendo completamente o objecto.

Art. 116. O peso de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões da expedição.

Art. 117. O peso do carvão mineral, linhoto, areia, barro e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na razão de 1.300 kilogrammas por metro cubico, e o do carvão de madeira na razão de 400 kilogrammas por metro cubico.

Art. 118. As medidas lineares serão tomadas em decímetros; toda fracção de decimetro contar-se-ha por um decimetro.

Art. 119. O frete a cobrar pelos objectos transportados pela estrada é calculado pelo peso bruto do volume, seja qual for o seu conteúdo.

Art. 120. No calculo do frete e das taxas accessorias as fracções de 10 réis são arredondadas para 10 réis. Nenhum frete ou taxa cobrada será inferior a 200 réis, excepto, porém, a taxa de despacho, a de registro e a de seguro, para as quaes diversamente se preceitua neste regulamento.

As fracções de pesos são contadas por 10 kilogrammas e as de volumes por 10 decímetros cubicos.

Assim, todo o peso comprehendido entre o de 10 kilogrammas será contado como 10 kilogrammas, entre 10 e 20 por 20, e assim por deante. Semelhantemente, todo o volume comprehendido entre 0 e 10 decímetros cubicos será contado como 10 decímetros cubicos, entre 10 e 20 como 20, e assim seguidamente.

Art. 121. O frete e todas as taxas são pagos no acto do despacho ou do aluguel do carro ou trem na estação em que se verificar o serviço a que correspondem.

As expedições, porém, de qualquer estação do interior para a de Camocim podem ser feitas com fretes pagos e a pagar nesta. Si a mercadoria for sujeita a prompta deterioração ou de valor insignificante, o frete é pago no acto do despacho.

Art. 122. A importancia das passagens e do frete de bagagens, encomendas e animaes será paga no acto da emissão dos bilhetes ou do despacho.

Art. 123. As mercadorias depositadas nas estações para serem expedidas, e cujos fretes não forem logo pagos, ficam sujeitas à armazenagem, mas sem responsabilidade da administração.

continua aqui>

## XIII

## MATERIAS NOCIVAS OU PERIGOSAS

Art. 124. O transporte da dynamite, da nitro-glycerina, do algodão-polvora e dos fulminantes, de modo algum pôde ter lugar, salvo quando expressamente destinados ás obras do prolongamento da estrada.

Art. 125. O transporte da polvora em grande quantidade pôde ser recusado nos casos de segurança publica, quando o Governo assim o entender.

Igual disposição se applica ás armas de fogo e mais artigos bellicos.

Art. 126. A polvora e mais materias explosivos, os fogos de artificio, o alcool, o phosphoro, o collodio, o ether, as essencias e outras materias analogas, não podem ficar depositados nas estações ou armazens de deposito.

Art. 127. A administração pôde fixar o dia em que devam ser submettidas a despacho e transportadas as materias nocivas ou perigosas.

Todavia as mechas chimicas (phosphoros) que se acharem nas condições de envoltorio abaixo declaradas, e os pequenos pacotes, as amostras em geral, em quantidade não superior a cinco kilogrammas, podem ser expedidos todos os dias.

Art. 128. Os volumes contendo substancias venenosas, perigosas, explosiveis ou inflammaveis devem trazer no exterior indicação do seu conteúdo, e são submettidos ás seguintes condições de acondicionamento :

1.<sup>a</sup> *Polvora, estopim e outras substancias semelhantes* — Em caixas ou barris, hermeticamente fechados e protegidos exteriormente por envoltorio solido.

2.<sup>a</sup> *Fogos artificiaes* — Em caixas de taboas unidas de um centimetro de espessura, pelo menos.

3.<sup>a</sup> *Mechas chimicas (phosphoros)* — Em caixas de taboas bem unidas e de um centimetro de espessura, pelo menos; arrumação no interior bem apertada.

4.<sup>a</sup> *Espoletas, capsulas fulminantes, carbo-azotina, cartuchos de retro-carga* — Em bocetas ou saccos e tudo dentro de caixas bem unidas e de um centimetro de espessura, pelo menos.

5.<sup>a</sup> *Phosphoros, bromo, sulfureto de carbono* — Em vasos de paredes bem fortes e estanques cheios de agua e empalhados.

6.<sup>a</sup> *Materias causticas, inflammaveis e explosiveis* — Em vasos de paredes bem fortes e estanques, empalhados e fechados em cestas e caixões.

7.<sup>a</sup> *Materias venenosas* — Em vasos fechados, empalhados e encaixotados.

Art. 129. As substancias nocivas ou perigosas devem formar expedição á parte e fazem objecto de nota especial de expedição. Não podem, além disso, ser comprehendidas em uma mesma remessa com mercadorias ordinarias.

## XIV

## RESPONSABILIDADES

Art. 130. A administração da estrada declina toda a responsabilidade por perda, avaria, ou falta nos seguintes casos :

§ 1.º Quando provierem de caso fortuito ou força maior.

§ 2.º Quando não tiverem sido verificados os volumes á chegada da mercadoria e antes da sua acceptação ou retirada pelo destinatário.

§ 3.º Quando os envoltórios não apresentarem exteriormente indício de violação ou fractura.

§ 4.º Quando forem ultteriores á recusa do destinatário, do que se lavrará auto.

§ 5.º Quando a mercadoria for, por sua natureza especial, susceptível de soffrer perda ou avaria total ou parcial, como combustão espontanea, effervescencia, evaporação, vasamento, ferrugem, putrefacção, etc.

§ 6.º Quando a mercadoria, por má acondicionamento ou qualquer defeito observado pelos empregados do despacho, houver sido, não obstante, despachada a pedido do remetente, declarando o empregado na nota de expedição e no conhecimento : « Sete sem responsabilidade da administração da estrada. »

Art. 131. A administração não responde pelos danos resultantes do perigo que o transporte em caminhos de ferro ou de morma da viagem acarreta para os animaes vivos.

Art. 132. No caso de extravios e provada a culpa dos empregados da estrada, a indemnisação não poderá exceder a :

80\$ para animaes de montaria ;

50\$ para bois, vaccos, etc. ;

6\$ para bezerros e vitellas ;

4\$ para carneiros, cabras e porcos ;

2\$ para cães acorrentados ;

500 réis para aves e pequenos animaes encaixotados.

Art. 133. Quando a mercadoria for acompanhada por pessoa encarregada de vigia-la, a administração não responde pelos danos resultantes do perigo que a vigilancia tinha por fim evitar.

Art. 134. A administração não se responsabilisa pelo danno que da arrumação nos vagões e armazens, carregamento e descarga, possa resultar para a mobilia não encaixotada.

A mobilia desencapada, somente encapada ou mesmo engradada, seguirá por conta e risco do remetente, respondendo a administração somente por extravio.

Art. 135. A administração não é responsavel pelo estrago da mobilia encaixotada, louça, vidros, crystaes, ou quaesquer objectos frageis encaixotados ou embarcados, desde que entregue os volumes sem signaes de terem sido violados ou de



terem soffrido choque ou pressão que pudesse danificar o conteúdo.

Art. 136. Quando o carregamento e a descarga forem feitos pelo remittente ou pelo destinatario, a administração não responde pelos riscos ou perdas resultantes daquellas operações ou de suas consequencias.

Art. 137. Quando a mercadoria for por sua natureza susceptivel de soffrer, por influencia atmospherica ou qualquer outra causa independente do serviço da estrada, quebra em peso ou medida, a administração não responde pela differença em peso ou medida.

Art. 138. Quando o carregamento for feito pelo remittente, a administração não responde pelo numero de volumes indicados na nota de expedição.

Art. 139. A administração não responde pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes de bagagem ou encomendas.

Art. 140. Salvo as prescripções dos artigos anteriores, ou outras disposições expressas neste regulamento e no regulamento geral, a administração se responsabilisa pelos objectos que lhe forem confiados para serem transportados ou ficarem depositados nos armazens da estrada.

Essa responsabilidade começa do momento do pagamento do frete e recepção do genero, e termina no acto da entrega do mesmo genero ao destinatario ou a seu correspondente ou preposto.

## XV

### SEGURO E INDEMNISAÇÃO

Art. 141. Os remittentes e os viajantes tem a faculdade de segurar na propria estrada a sua fazenda, declarando no acto do despacho o valor segundo o qual querem ser indemnizados em caso de perda ou avaria, não excedendo de 1:000\$000.

Nesse caso cobrar-se-ha, além do frete e mais taxas, uma taxa de seguro de 2 % sobre o valor declarado. O minimo da importancia dessa taxa será de 1\$000.

A declaração do valor das mercadorias nas notas de expedição e conhecimentos nenhuma significação terá desde que não for paga a taxa de seguro.

Art. 142. Em caso de perda total, se pagará ao segurado o valor integral declarado; si, porém, a perda for parcial, só terá elle direito a uma quota proporcional á perda effectiva.

Do mesmo modo, em caso de avaria, a indemnisação será paga proporcionalmente á importancia da avaria verificada.

Em caso algum, a indemnisação pôde exceder o damno realmente soffrido pelo segurado em consequencia da perda ou avaria, e será neste caso reduzida á importancia do danino.

Art. 143. Quanto aos objectos ou mercadorias não seguros, a administração não é responsável pela indemnisação sinão até a importância de 500 réis por kilogramma de mercadoria e cargas em geral e de 1\$ por kilogramma de bagagem ou encomenda perdida ou avariada, sem que em caso algum a indemnisação possa ser superior ao valor da mercadoria, bagagem ou encomenda perdida ou avariada.

No caso em que uma mercadoria, etc. desencaminhada for depois achada, a administração afixará avisos na estação, e o destinatario terá, durante 15 dias, o direito de reclamar a entrega, devendo restituir 3/4 da indemnisação que já lhe houver sido paga. A mercadoria, etc. avariada fica pertencendo à estrada.

Art. 144. Quando a mercadoria formar um todo tal que a avaria de uma parte a deprecie ou inutilise, a indemnisação a pagar será calculada por arbitramento.

Art. 145. As causas de irresponsabilidade ou limitação de responsabilidade não podem ser invocadas pela administração si se provar dolo por parte do seu pessoal. Nesse caso as indemnisações a pagar serão reguladas pelo Código Commercial.

## XVI

### ARBITRAMENTO

Art. 146. O arbitramento, nos casos em que por este regulamento deva ter lugar, será feito por dous arbitros escolhidos, um pela administração e outro pela parte, salvo si ambos concordarem na escolha de um só arbitro. Da decisão dos arbitros não haverá recurso.

Art. 147. O arbitramento será reduzido a auto assignado pelos arbitros, pelo agente da estação em que elle se verificar e pela parte reclamante.

Art. 148. A quantia arbitrada para indemnisação em caso algum poderá exceder os limites acima fixados neste regulamento para cada caso de indemnisação. Sempre, pois, que o arbitramento exceder a esses limites, a administração só pagará até aos mesmos limites.

Art. 149. Dispensa-se o arbitramento sempre que houver mutuo accordo sobre o valor da indemnisação entre a administração e a parte, accordo que deve ser reduzido a auto assignado pelo director da estrada e pela parte reclamante, tendo a mesma validade do arbitramento.

Art. 150. Recusando-se a parte ao arbitramento, a administração requererá judicialmente um arbitramento, que continuará sujeito aos mesmos limites e renção das mercadorias para um deposito publico ou a sua venda em leilão.

Art. 151. A vistoria ou arbitramento amigavel deve ser feito dentro das 48 horas depois da descarga ; passado este prazo, só prevalecerá a decisão da administração.

O arbitramento judicial só terá logar si, proposto o amigavel pela administração dentro das referidas 48 horas, for elle recusado pela parte.

Art. 152. Si os arbitros não chegarem a accordo quanto á avaliação do prejuizo e á responsabilidade da administração, nomearão elles um desempatador, que decidirá por uma das duas opiniões.

Art. 153. Os arbitros teem por missão não só vistoriar e avaliar o damno, mas também si houve culpa da administração nesse damno, ou si elle é inherente á natureza da mercadoria, ou si provém do acondicionamento da carga em desacordo com o estabelecido neste regulamento.

Si for reconhecido o mau acondicionamento ou si o damno provier da propria natureza da mercadoria, não terá logar a indemnisação.

Si forem reconhecidas estas attenuantes em favor da administração, ou mesmo a culpa desta no facto que produziu o damno, só se pagará metade da indemnisação arbitrada.

Art. 154. Aos arbitros se dará conhecimento deste regulamento.

## XVII

### DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 155. No desempenho de suas funcções, os empregados teem obrigação de tratar com urbanidade todos os que tiverem negocios com a estrada.

Art. 156. Deverão dar aos viajantes, remettentes e destinatarios todas as informações que estes lhes pedirem e facilitarão quanto for possível o cumprimento das formalidades a preencher.

Devem em caso de necessidade encher as notas de expedição.

Art. 157. Nenhum agente ou empregado poderá dar ao publico documento que contenha rasura ou emenda por elle não resalvada.

Art. 158. Todo o documento fornecido pela estrada e que for depois, por qualquer titulo, apresentado e se achar viciado, será retido e o apresentante ou quem do vicio se quizer utilizar será sujeito a uma multa de 50\$ a 100\$, segundo a gravidade do caso, a juizo do director da estrada.

Nesse caso a entrega da mercadoria reclamada será sustada até decisão do mesmo director.

## XVIII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 159. Os casos de embargo ou penhora em mercadorias e outros objectos depositados ou entregues à estrada para serem transportados e ainda não entregues a seus destinatarios, serão regulados pelo decreto n. 841, de 13 de outubro de 1851, no que a estes forem applicaveis.

Art. 160. Os objectos penhorados ou embargados não podem ser retirados das estações ou depositos da estrada sem que esta seja indemnizada do que lhe for devido por frete, armazenagem e todas as mais despesas.

Art. 161. Quando o embargo ou penhora cahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão estes generos ficar depositados nas estações.

Art. 162. Os transportes por conta do Governo Geral ou dos Governos estaduais ficam sujeitos às mesmas condições que os transportes ordinarios.

Art. 163. As cargas, mercadorias, etc., que tiverem transporte gratuito, ficam sujeitas ao pagamento das taxas de despacho, seguro, registro, carregamento e descarga, armazenagem ou estadia e a todas as despesas enfim, com exclusão unicamente do frete propriamente dito.

Exceptuam-se desta disposição as malas do Correio e as mercadorias, etc., pertencentes à estrada, devendo estas vir sempre acompanhadas de uma guia de remessa da estação de procedencia.

Art. 164. A cobrança integral das taxas de despacho, seguro, registro, armazenagem, estadia e todas as mais despesas, menos o frete propriamente dito, terá logar para as mercadorias e quaesquer objectos que tiverem transporte com abatimento em virtude deste regulamento ou de qualquer contracto ou concessão no qual se ache estabelecida a clausula de abatimento do frete.

Art. 165. O involturo dos objectos, mercadorias, etc. entra no calculo do volume e do peso para pagamento dos fretes e mais taxas e despesas.

Art. 166. Em casos muito especiaes de legitimo impedimento do remettente ou destinatario, quando se prove não poderem elles encarregar a outrem de fazer as suas vezes, poderá a estrada conceder abatimento até 50 % sobre a taxa de armazenagem ou estadia.

Art. 167. Todo o remettente que precisar de vagões deverá pedirlos com 24 horas de antecedencia ao chefe de estação onde devam ser embarcadas as cargas ou animais.

A estrada não se obriga sempre a satisfazer o pedido dentro do referido prazo, mas se esforçará em tornar o menor possivel qualquer demora além desse prazo.

Esses pedidos não serão recebidos quando se tratar de vagões que a estrada não possua ou não estejam em estado de servir.

Art. 168. As pessoas que estragarem os carros, estações ouapparelhos da estrada serão responsáveis pelo damno causado, e si for este intencional, proceder-se-ha judicialmente contra o delinquente.

Art. 169. Os objectos não designados nas tarifas e pautas e para os quaes não haja disposição especial neste regulamento, ficam sujeitos a tarifa correspondente aos previstos que com elles tiverem maior analogia.

Art. 170. Nas estações ou paradas onde não houver desvio poderá a estrada recusar o estacionamento de vagões para carga ou descarga.

## XIX

### TELEGRAPHO

Art. 171. Os telegrammas serão aceitos em todas as estações da estrada, tanto nos dias uteis, como nos dias santificados e feriados.

Art. 172. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes, que representam a ordem da transmissão:

- 1.<sup>a</sup> Telegramma urgente em serviço da estrada.
- 2.<sup>a</sup> Dito idem do Governo Federal.
- 3.<sup>a</sup> Dito idem do Governo do Estado.
- 4.<sup>a</sup> Dito idem ordinario em serviço da estrada.
- 5.<sup>a</sup> Dito idem particular.
- 6.<sup>a</sup> Dito ordinario do Governo Federal.
- 7.<sup>a</sup> Dito idem do Governo do Estado.
- 8.<sup>a</sup> Dito idem das autoridades.
- 9.<sup>a</sup> Dito idem particular.

Art. 173. Os telegrammas devem:

§ 1.<sup>o</sup> Ser escriptos pelo proprio expeditor, com tinta preta, e de modo que possam ser lidos facilmente, letra por letra.

§ 2.<sup>o</sup> Não conter abreviaturas, rasuras, palavras emendadas ou inutilisadas.

§ 3.<sup>o</sup> Indicar o nome da estação de destino e o nome e residência do destinatario.

Art. 174. E' prohibida a acceitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica ou offensivo á moral e aos bons costumes, ou prejudicial á segurança e interesses da estrada.

Art. 175. Só ao Governo ou á administração da estrada é permittido o uso de cifras secretas.

Art. 176. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 177. Muitos telegrammas de um mesmo expeditor, para o mesmo ou diversos destinatarios, só podem ser acceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 178. A apresentação de telegramma é certificada por um recibo entregue ao expeditor, e que deverá ser exhibido em caso de reclamação.

Art. 179. Nos casos ordinarios a transmissão de telegrammas será feita na ordem de sua apresentação, respeitando-se o que dispõe o art. 172.

Art. 180. A estrada aceitará despachos para se transmittirem cópias por outras linhas, preferindo as linhas do Estado, salvo si o expeditor expressamente designar outra.

Art. 181. A administração se reserva o direito de interromper as communicações telegraphicas para o serviço particular, por tempo indeterminado, no caso em que o julgue conveniente, em vista de urgencia do serviço da estrada ou do Governo.

Art. 182. O telegramma antes de começar a ser transmittido pôde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10 %.

Principiada a transmissão pôde ella ser interrompida a pedido do communicante e retirado o telegramma; neste caso, porém, sem direito a restituição da taxa.

Art. 183. Os telegrammas serão entregues ao destinatario na estação de destino ou na casa do destinatario quando essa não distar mais de um kilometro da estação de destino; e mediante pagamento da despesa que se fizer, a estrada se encarregará de fazer chegar o telegramma, com a possível brevidade, á casa do destinatario quando esta ficar além de um kilometro da estação de destino e nunca a mais de cinco kilometros.

No caso de não ser encontrada com facilidade a pessoa a quem são dirigidos, ficarão os telegrammas guardados na estação de destino, sem que haja direito de exigir-se da estrada restituição da taxa, ou desta e das despesas quando o destinatario resida a mais de um kilometro.

Para as distancias além de cinco kilometros da estação do destino, serão os telegrammas enviados pelo Correio, para o que pagará o communicante a taxa de 100 réis.

Art. 184. O segredo dos telegrammas é inviolavel. As únicas pessoas que podem tomar conhecimento delles ou requerer cópia são o proprio que os assignou e aquelle a quem são dirigidos.

A nota de—reservado—portanto, collocada no telegramma, entende-se com o destinatario.

Art. 185. Na contagem das palavras observar-se-hão as seguintes regras:

§ 1.º Tudo que o communicante escrever entra na contagem das palavras.

§ 2.º Conta-se como uma qualquer palavra que não tenha mais de 10 letras; o excedente é contado como outras tantas palavras quantos forem os grupos de 10 letras ou fracção de 10 letras.

§ 3.º Toda palavra composta, escripta de modo que forme uma só, como tal será contada de conformidade com o disposto no paragrapho precedente; si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compõe, ou mesmo reunidas por traço de união, serão contadas como outras tantas palavras.

§ 4.º Todo character alphabetico ou numerico isolado, toda palavra ou particula seguida de apostrophe, será contado como uma palavra.

§ 5.º Os numeros em algarismos contam-se como tantas palavras quantas forem as series seguidas de cinco algarismos que contiverem e mais uma palavra pelo excedente.

§ 6.º Os numeros por extenso serão contados pelo numero de palavras realmente empregado no despacho para exprimi-los.

§ 7.º As virgulas, pontos e traços de divisão ou união serão contados como outros tantos algarismos.

§ 8.º Os signaes de accentuação não são contados.

§ 9.º Cada palavra sublinhada será contada como duas palavras.

Art. 186. Entram na contagem das palavras:

§ 1.º A direcção, a assignatura, as indicações a respeito do modo de remessa do telegramma ao destinatario além de um kilometro da estação e reconhecimento da assignatura, quando revestida dessa formalidade.

§ 2.º Os pedidos de repetição para conferencias, essa repetição e as palavras—*resposta paga... palavra*.

§ 3.º Os nomes proprios de pessoas, cidades, villas, praças, ruas, etc., os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações se contam como tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-las.

Art. 187. Não serão taxados quaesquer signaes ou palavras accrescentados pela estação remetente no interesse do serviço telegraphico.

Igualmente não serão taxados a data, hora da apresentação do telegramma e logar de procedencia sinão quando o communicante escrever na minuta e exigir a transmissão.

Art. 188. Cada telegramma até 20 palavras, entre duas estações quaesquer, pagará 1\$000.

O telegramma que tiver mais de 20 palavras até 30, paga mais metade da taxa do telegramma simples, e assim seguidamente, augmentando-se metade da taxa simples, pelo augmento de 10 ou menos de 10 palavras.

Art. 189. Pagam taxa dupla os telegrammas :

§ 1.º Transmittidos a noite, que só serão acceitos quando o serviço da estrada exigir o funcionamento do telegrapho.

§ 2.º Em lingua estrangeira.

§ 3.º Que hajam de ser repetidos a pedido do communicante.

§ 4.º Os telegrammas urgentes.

Art. 190. As redações de jornaes, casas commerciaes e empresas que fizerem despeza mensal de mais de 100\$ terão direito a restituição de 20 % das taxas que houverem pago no mez em

que se der aquelle excesso, o qual deve ser provado com os recibos.

Art. 191. O mesmo telegramma dirigido pelo mesmo communicante a mais de um destinatario pagará, além da taxa da tarifa para um destinatario, mais metade da mesma taxa por cada um dos destinatarios.

Art. 192. O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 193. Todas as taxas, sem distincção, serão pagas no acto da apresentação do telegramma na estação de partida.

Art. 194. O communicante pôde pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras.

Neste caso a minuta do telegramma deve ter a declaração — *Resposta paga para . . . palavras*, antes da assignatura do communicante.

Si a resposta contiver menor numero de palavras do que o designado no telegramma, não se fará restituição alguma.

Si a resposta contiver maior numero de palavras, o excesso será considerado como um novo telegramma, que deverá ser pago pela pessoa que o apresentar.

Art. 195. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 96 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario. Passado esse prazo, ficará sujeita ao pagamento da taxa.

Não se restituirá ao communicante o que houver pago para a resposta, si esta deixar de ser apresentada ou o for passado aquelle prazo.

Art. 196. O telegramma pôde ficar na estação de destino até que o destinatario o procure.

Para a execução das disposições indicadas neste artigo e no art. 183, deverá o communicante fazer as respectivas declarações na minuta do telegramma, do seguinte modo:—*Pela estrada, pelo Correio, na estação*.

Na falta de taes declarações, será o telegramma expedido pelo Correio.

Art. 197. Ao empregado da estrada encarregado da condução do telegramma ao domicilio do destinatario não é lícito encarregar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir, recebendo a taxa respectiva.

Art. 198. Na ausencia do destinatario, o telegramma será entregue em sua casa á pessoa de sua familia, empregado, criado ou hospede, salvo si o communicante designar na minuta pessoa especial.

Art. 199. O destinatario ou quem por elle receber o telegramma deverá assignar o recibo.

Art. 200. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de destino serão entregues só ao destinatario ou á pessoa por elle competentemente autorizada.

Art. 201. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ou entregue ao destinatario só pode ser feito pelo pro-



prio communicante e por novo telegramma, sujeito a taxa, que será restituída si o pedido não chegar a tempo de ser satisfeito.

Art. 202. O communicante tem direito á restitução da taxa que houver pago nos seguintes casos :

§ 1.º Quando o telegramma não chegar a seu destino por qualquer causa devida ao serviço do telegrapho.

§ 2.º Quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado.

Art. 203. Os telegrammas em lingua estrangeira devem ser escriptos com caracteres romanos.

Art. 204. O communicante pôde pedir que a estação de destino lhe dê aviso de ter recebido o telegramma transmittido. Por esse aviso simples pagará elle 10 % da taxa de um telegramma simples.

Art. 205. Fica revogado o decreto n. 8896 de 24 de fevereiro de 1883.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894.— *João Felippe Pereira.*

## PAUTA

### A

	N. da tarifa
Abacaxis e ananazes.....	13
Abanos de palha.....	9
Abanos de pennas e leques.....	6
Abelhas.....	9
Aboboras.....	13
Absinthio.....	9
Açalâtes e semelhantes.....	6
Açafrão.....	6
Accessorios de trilhos.....	19
Acidos mineraes.....	6
Aço.....	6
Acordeons.....	5
Aduelas.....	13
Agua ordinaria.....	15
Agua-raz.....	5
Aguas medicinaes.....	6
Aguardente.....	9
Alabastro bruto.....	11

	N. da tarifa.
Alabastro em obra.....	6
Alambique e pertenças.....	13 e 20
Alcatrão.....	9
Alavancas de ferro ou aço.....	11
Alcatifas.....	6
Alcool.....	5
Alfalfa.....	19
Algodão impressado.....	10
Algodão não impressado, em pluma.....	9
Algodão em caroço.....	11, 15 e 20
Alhos.....	9
Almofadas.....	5
Almofarizes de metal, pedra ou madeira....	6
Alpiste.....	11
Alumina.....	6
Alvaiade.....	6
Ameijoas em caroço.....	9
Amendoim.....	9
Amido.....	6
Ancoras vazias.....	11
Ancoretas idem.....	11
Angico em resina, gomma ou folhas.....	11
Aniagem.....	8 e 17
Anil.....	6
Animaes empalhados ou embalsamados.....	5
Animaes ferozes, frete convencional.....	13
Animaes.....	24, 25 e 26
Animaes em compartimentos separados.....	23
Aniz.....	6
Apparelhos para experiencias de laboratorio...	6
Apparelhos.....	6
Apparelhos telegraphicos.....	6
Arados.....	13 e 20
Arame de metal.....	6
Araruta.....	11
Arbustos vivos.....	11
Archotes.....	6
Arcos de ferro ou madeira.....	10
Ardozias.....	6
Areia.....	19
Argilla.....	19
Armações envernizadas ou com vidros, para loja.....	7 duplo
Armações para guarda-sol.....	5
Armações para igrejas.....	5
Armamento.....	6
Arreios.....	6
Arroz.....	13 e 20
Artigos de folha de Frandres não classificados.	6

	N. da tarifa.
Artigos de luxo idem.....	5
Artigos de pacotilha idem.....	5
Artigos de desenho.....	5
Artigos de escriptorio.....	6
Asphalto.....	9
Assucar bruto.....	12 e 18
Assucar refinado ou turbinado de 1ª classe....	9
Aveã.....	19
Avelã.....	9
Aves empalhadas.....	5
Aves engaioladas e em capoeiras.....	15
Aipim.....	13
Azeite doce ou outros, em barril ou lata.....	9
Azeite doce ou outros, em garraões, garra- fas, etc.....	6
Azeitonas.....	9
Azulejos.....	9

II

Bacalhão.....	11
Bacias de metal.....	6
Bagagem.....	4
Balhus vazios.....	11
Balanças.....	6
Baldes de metal ou de madeira.....	9
Balões.....	6
Bambinellas.....	6
Bambú.....	19
Bananas.....	13
Bancos de metal.....	7
Bancos de madeira, não envernizados.....	7
Bancos de louça.....	6
Banguês e liteiras.....	27
Banha de porco.....	11
Barracas desarmadas.....	6
Barracas.....	6
Bandejas.....	6
Banheiros.....	6
Barbante.....	6
Barris e barricas vazias.....	11
Barriguda impressada.....	9
Barriguda não impressada.....	6
Barro.....	19
Barbatana.....	6
Barrotes de madeira.....	19
Batatas alimenticias.....	11
Bebidas espirituosas não classificadas.....	9
Beijús.....	11

	N. da tarifa.
Bengalas.....	6
Berços de vime ou ferro.....	6
Bestas.....	24
Bestas em compartimento separado.....	23
Betume.....	19
Bezerros.....	25
Bilhares e bagatellas.....	7 duplo
Biscoutos e bolachas.....	9
Boiões vazios.....	6
Bois e vaccas.....	25
Bois e vaccas em compartimento separado.....	23
Bolsas de viagem.....	6
Bombas para extracção de agua.....	13 e 20
Borracha.....	9
Botijas vazias.....	9
Breu.....	6
Brides ordinarias.....	6
Brinquedos.....	6
Brocha para pintar e calar.....	6
Bronze em busto.....	15
Bronze em objectos de arte.....	5
Bronze em obra não classificada.....	6
Brunidores de café.....	13 e 20
Burra de ferro ou de madeira chapeada de ferro.....	6
Burros.....	24
Burros em compartimento separado.....	23
Bustos.....	5

## C

Cabeçadas ou cabeções para animaes.....	6
Cabello.....	6
Cabello em obra.....	5
Cabellos de arame, linho, canhamo, etc.....	9
Cabos de ferramenta, vassouras, etc.....	13
Cabras, carneiros, etc.....	26 mais 25 % por eria
Cabriolets.....	27
Caça morta.....	11
Cacão.....	9
Cachimbo.....	6
Cadaveres (vide o regulamento).....	
Cadeados.....	10
Cadernaes.....	10
Cadinhos.....	6
Cães.....	26
Café.....	10 e 16
Caibros.....	19

	N. da tarifa.
Caixas de guerra.....	5
Caixas vazias, de madeira.....	11
Caixas vazias, de folha ou papelão.....	6
Caixilhos sem vidros.....	7
Caixilhos com vidros.....	7 duplo
Caixões vazios.....	11
Cal.....	19
Calçado.....	6
Caldeiras.....	13 e 20
Caldeiraria (artigos não classificados).....	6
Camphora.....	6
Camas de ferro.....	6
Camas de madeira não envernizadas.....	7
Camas de madeira envernizadas.....	7 duplo
Canna de assucar.....	13, 19 e 22
Canna da India.....	6
Canella em pó ou em casca.....	6
Cangalhas.....	11
Canôas (convencional).....	
Canos de barro.....	19
Canos de metal.....	15
Capachos.....	6
Capim.....	19
Capoeiras vazias.....	11
Caranguejos.....	11
Carnaúba (cêra de).....	9
Carne fresca.....	12
Carne secca, salgada e de sol.....	12
Carneiros.....	26
Caroços de algodão.....	14, 20 e 21
Carriinhos de mão.....	9
Carroças.....	27
Carroças desmontadas.....	9
Carros de passeio, com duas rodas.....	27
Carros de passeio, com quatro rodas.....	27 mais 50 %
Carros funebres ordinarios, com quatro rodas..	27 idem, idem.
Carros e vagões para estrada de ferro, rebo- cados.....	27
Carros e vagões para estrada de ferro, desmon- tados.....	9
Carvão animal ou vegetal.....	15
Carvão mineral.....	15
Cascalho.....	19
Casca de arvores.....	9
Casca de côco.....	9
Castanha.....	9
Cavallos e eguas.....	24
Cavallos e eguas em compartimento separado..	23
Cavername para embarcações.....	19
Cebolas e cebolinhas.....	9

	N. da tarifa.
Centeio.....	13 e 20
Cêra bruta ou em velas.....	9
Cêra em obras não classificadas.....	5
Cerâmica (artigos comuns não classificados)..	6
Cerâmica (artigos finos não classificados).....	5
Cereaes não classificados.....	13 e 20
Cerveja.....	9
Cestos de junco, etc.....	6
Cevada.....	9
Cevadeiras para mandioca.....	13 e 20
Cevadilha.....	9
Chá.....	9
Champagne.....	9
Chapas de ferro ou zinco para cobertura.....	10
Chapas para fogão.....	10
Chapéos de cabeça.....	6
Chapéos de sol.....	6
Chapelaria (artigos não classificados).....	6
Chapeleiras vazias.....	11
Charutos.....	6
Chifres em bruto.....	14, 20 e 21
Chlorureto de calcio.....	6
Chocolate.....	9
Chouriços.....	9
Chumbo em bruto, de munição ou caça.....	9
Chumbo em obra não classificada.....	6
Cigarros.....	6
Cimento.....	15
Cobre em bruto, velho ou em chapas.....	9
Coadores de mandioca.....	13 e 20
Cócos secos ou verdes.....	13
Cofres de ferro.....	6
Cognac.....	9
Coke.....	15
Coleções de palha, capim, etc.....	9
Coleções de tecido metálico.....	6
Colla.....	9
Columnas de ferro fundido.....	15
Combustiveis (não classificados).....	19
Cominho.....	9
Confeitaria (artigos não classificados).....	9
Conservas em bruto ou em vidro (não classifi- cadas).....	9
Coquilho.....	11
Cordas diversas.....	9
Cordas para instrumentos de musica.....	6
Correame militar.....	6
Correntes de ferro e de outros metaes.....	10
Cortiça em bruto.....	9
Cortiça em obra não classificada.....	6

	N. da tarifa.
Couçoeiras.....	19
Couros seccoos ou salgados.....	10
Couros trabalhados ou envernizados.....	6
Creosota.....	6
Crina vegetal ou animal.....	9
Crystal de rocha bruto.....	9
Crystal em obra.....	5
Cubas para distillações, engenhos, etc.....	13 e 20
Cubos, pinas e raios para rodas.....	9
Cutelaria (artigos não classificados).....	6
Cuias.....	11
Cylindro de ferro.....	11

**D**

Diamantes, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	4
Dinheiro, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	4
Doces.....	9
Dormentes.....	19
Drogas não classificadas.....	6

**E**

Eixos.....	9 e 10
Embira.....	11
Encerados para mesa ou chão.....	6
Encommendas.....	4
Enxadas.....	11
Enxergas para animaes.....	9
Enxergões.....	9
Enxofre.....	6
Equipamento militar não classificado.....	6
Ervilhas.....	9
Escadas de mão ou para armador (desmonta- das).....	11
Escadas para edificios (desmonta-las).....	11
Escalercs (convencional).....	
Escoria de metacs.....	15
Escovas de qualquer especie.....	6
Esmeril.....	6
Espadas.....	6
Espargos.....	9
Especiarias não classificadas.....	9
Espelhos.....	5
Espermacete.....	6
Espingardas.....	6

## N. da tarifa.

Espiritos não classificados.....	9	
Espoletas.....	5	
Espanjas.....	6	
Essencias não classificadas.....	5	
Estacas para cerca.....	19	
Estampas em folha.....	6	
Estampas em quadro, com ou sem vidro.....	5	
Estanho em bruto.....	15	
Estanho em obra ou em folha não classificada	6	
Estantes de ferro.....	7	
Estantes de madeira ordinaria.....	7	
Estantes de madeira, com vidro ou enverniza-		
das.....	7	duplo
Estatuas.....	5	
Esteiras da India.....	6	
Esteiras de tabua e de cangalhas.....	9	
Esterco.....	19	
Estojos de instrumentos cirurgicos, mathema-		
ticos, etc.....	5	
Estopa em bruto.....	9	
Estopa em obra não classificada.....	9	
Estopim para mina.....	5	

## F

Fachinas (varas de).....	19	
Farelo.....	19	
Farinha de mandioca, milho, trigo e outras nu-		
tritivas.....	12	
Favas.....	12	
Fazendas de algodão, linho, lã, seda, etc.....	8 e 17	
Fazendas diversas não classificadas.....	8 e 17	
Fechaduras, ferrolhos, dobradiças, tranças de		
ferro e mais ferragens para portas e janellas.	10	
Feijão.....	12	
Feltro.....	6	
Feno.....	19	
Ferraduras para animaes.....	10	
Ferragens não classificadas.....	10	
Ferro guza.....	15	
Ferro de engommar.....	10	
Ferro velho não classificado.....	15	
Ferro velho em chapa, barra, arco ou verga...	15	
Ferro em barras ou vergas dobradas e em cha-		
pas, cantoneiras, etc.....	10	
Ferramenta de carapina, ferreiro, marceneiro,		
cavouqueiro, torneiro, etc., não classificada...	10	
Ferro em obra não classificada.....	10	



	N. da tarifa.
Gengibre.....	9
Gesso.....	9
Gigos vazios.....	11
Giz.....	9
Globos de vidro ou louça.....	5
Globos geographicos.....	5
Goiabada ou doce de araquá, etc., do paiz.....	9
Gomma arabica e outras não classificadas.....	6
Gomma de mandioca e outras do paiz.....	11
Grades de ferro ou madeira (em partes).....	9 e 10
Granadas.....	5
Graxa animal.....	9
Graxa para calçado.....	9
Grelhas de ferro.....	10
Grelhas para engenhos ou locomotivas.....	11
Guano fresco.....	13
Guano.....	15
Guarda-roupa, musicas, papeis, etc., sem vidros, ordinario.....	7
Guarda-roupa, com vidros ou envernizado.....	7 duplo
Guindastes.....	19

## II

Harpas.....	5
Herva doce.....	9
Herva-matte.....	9
Hervas medicinaes e outras não classificadas...	6
Hortalicas frescas.....	13
Hortalicas em conserva.....	9

## I

Imagens.....	5
Impressos.....	6
Incenso.....	6
Inhame e outras raizes alimenticias.....	11
Instrumentos agricolas não classificados.....	11
Instrumentos de engenharia, cirurgia e outros semelhantes.....	5
Instrumentos de musica, optica e seus semelhantes, não classificados.....	5
Instrumentos para lavoura.....	11
Ipecacuanha.....	6
Isoladores para telegrapho.....	19

**J**

	N. da tarifa.
Jacás vazios.....	13
Jangadas (convencional).	
Jardineiras.....	6
Jarros de louça, vidro, etc.....	5
Jarros de barro.....	6
Jóias, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	4
Jumentos.....	24
Jumentos em compartimento separado.....	23
Junco da Índia.....	6
Junco do paiz.....	9

**K**

Kerozene.....	6
Kiosques desarmados.....	11
Kirsch.....	9

**L**

Lã, em bruto ou em obras não classificadas....	6
Lacre.....	6
Ladrilhos de mármore ou louça, azulejo.....	9 e 15 duplo
Ladrilhos de barro, ordinarios.....	19
Lages preparadas.....	15
Lages brutas.....	19
Lambrequins e enfeites de madeira ou de metal para edificios.....	9
Lampeões e lanternas sem vidros.....	6
Lampeões e lanternas de vidro ou com vidro..	5
Lanchas (convencional).	
Lapides para sepulturas.....	15
Latão em obras não classificadas.....	6
Latão bruto.....	9
Lavatorios ordinarios e de ferro.....	7
Lavatorios envernizados.....	7 duplo
Legumes frescos.....	13
Legumes em conserva.....	9
Leite fresco... ..	13
Leite condensado ou em conserva.....	9
Leitões.....	26
Lenha.....	19
Lentilhas.....	9
Licores.....	9

continua aqui&gt;

	N. da tarifa.
Limalha de ferro.....	10
Limas de aço.....	10
Linguas frescas, seccas ou salgadas.....	11
Linguicas, salpicões, chouriços, etc.....	9
Linhaga.....	6
Linha para costura.....	6
Liteiras.....	27
Livros em branco ou impressos.....	6
Lixa.....	6
Locomotivas desmontadas.....	9
Locomotivas reboçadas.....	15 duplo
Lombo de porco, fresco.....	11
Lombo de porco, salgado.....	11
Lona.....	8 e 17
Louça avulsa.....	5
Louça em barricas, caixas ou gigos.....	6
Louça ordinaria de ferro do paiz.....	9
Louza em lages.....	15
Louza para sepulturas (preparada).....	15 duplo
Louza para escrever.....	6
Lustres com vidros ou crystaes.....	5
Lustres sem vidros.....	6

## M

Macacos de ferro.....	10
Macarrão e outras massas alimenticias.....	9
Machados.....	10
Machinas para copiar cartas.....	6
Machinas aratorias.....	13 e 20
Machinas de costura.....	6
Machinas photographicas.....	5
Machinas de fazer farinha, e seus pertences...	13 e 20
Machinas de descarregar algodão.....	13 e 20
Machinas para fabricas de telhas e tijolos.....	13 e 20
Machinas de imprimir.....	13 e 20
Machinas em geral destinadas á lavoura e ao preparo de seus productos.....	13 e 20
Machinas para tecido.....	13 e 20
Machinas não classificadas.....	6
Madeiras.....	19
Maizena.....	9
Malas vazias.....	1
Malas de viagem, vazias.....	1
Malhos para ferro.....	10
Mamona em bagas.....	11
Mandioca.....	13
Mangarito.....	13

	N. da tarifa.
Manga de vidro.....	5
Manteiga.....	9
Mappas e manuscriptos.....	6
Mariscos.....	11
Marfim.....	6
Marmore em bruto.....	15
Marmore em obra não classificada.....	6
Marquezas ordinarias.....	7
Marquezas envernizadas.....	7 duplo
Marrecos.....	11
Marroquim.....	6
Martellos.....	10
Massas alimenticias.....	9
Mate.....	9
Materiaes de construcção não classificados.....	19
Materias explosivas.....	5
Medicamentos não classificados.....	6
Medidas diversas.....	6
Mel de abelhas.....	9
Mel de assucar em barris, garrações, etc.....	9
Meninos de menos de 8 annos.....	1/2 passagem.
Meninos de menos de 3 annos ao collo.....	gratis.
Mesas ordinarias e de ferro.....	7
Mesas envernizadas.....	7 duplo.
Milho.....	13 e 20
Mochos ordinarios, de ferro.....	7
Mochos envernizados.....	7 duplo.
Mobilia ordinaria sem vidro.....	7
Mobilia ordinaria com vidro, envernizada ou de vime.....	7 duplo.
Modelos.....	5
Moendas para engenho e pertencas.....	13 e 20
Moinhos para café, pimenta, tintas, etc.....	13 e 20
Moinhos para lavoura.....	13 e 20
Moirões.....	19
Moitões e cadernaes.....	9 e 10
Malas para carros, vagões e locomotivas.....	10
Molduras.....	5
Moringues de barro.....	9
Mós.....	13 e 20

## N

Naphta em latas encaixotadas.....	5
Naphtalina em latas idem.....	5
Nickel em obras não classificadas.....	6
Nitratos.....	6
Novilhos.....	25
Nozes.....	9

## O

## N. da tarifa.

Objectos preciosos, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	4
Objectos de cuidado ou perigo não classificados	5
Objectos de luxo ou de arte idem.....	5
Objectos manufacturados idem.....	6
Objectos de marcenaria ou carpintaria.....	7 e 7 duplo.
Objectos de sirgueiro.....	6
Objectos e obras de cabelleireiro.....	6
Oleados.....	6
Oleo de amendoas doces.....	6
Oleo de linhaça em barris ou latas.....	9
Oleo de linhaça em garrações, etc.....	6
Oleo de qualquer qualidade não classificado...	6
Oratorios.....	5
Orgãos.....	7 duplo.
Ourinões de louça, porcellana e ferro (encaixotados).....	6
Ornamentos de ferro, bronze, zinco, folha, terracota, etc.....	6
Ornamentos de igreja.....	5
Ossos.....	14, 20 e 21
Ouro bruto ou em obra, 1/2 % <i>ad valorem</i> e	4
Ostras frescas.....	11
Ostras em conserva.....	
Ovas frescas, seccas ou salgadas.....	11
Ovos.....	13

## P

Pacas vivas.....	26
Padiolas.....	13
Paina.....	6
Painço.....	6
Paços.....	9
Palanquim desmontado.....	7
Palhas de milho, coqueiro ou palmeira.....	13
Palhas do Chile e outras de valor semelhante para chapéos.....	6
Palhas de trigo, canna e outras.....	13
Palitos.....	6
Pandeiros.....	5
Panellas de cobre ou metal esmaltado.....	6
Panellas ordinarias, de ferro ou do paiz, de qualquer qualidade.....	10
Panno do paiz, de qualquer qualidade.....	12 e 17
Panno importado.....	8

	N. da tarifa.
Pão, roscas, etc.....	11
Pãos para tamancos.....	13
Pãos para tinturaria.....	9
Papel de qualquer qualidade.....	6
Papelão.....	6
Parallelipipedos para calçamento.....	15
Paramentos ecclesiasticos.....	5
Pás.....	11
Passaros vivos engaiolados.....	13
Passaros empalhados.....	5
Passas.....	9
Pastas de papel ou papelão.....	6
Patos.....	13
Patronas ou capangas.....	6
Peanhas.....	6
Peças de artilharia.....	9
Peças de engenho de assucar ou café.....	13 e 20
Peças de locomotivas, machinas em geral, carros e vagões.....	10
Pedras de afiar ou amolar.....	9
Pedras de cantaria ou aparelhadas.....	15
Pedras de alvenaria para edificios e calçamento	19
Pedras de filtrar.....	9
Peixe fresco, salgado ou secco.....	12
Peixe em latas.....	9
Pelless preparadas.....	6
Pelless em bruto.....	9
Pendulas para relógios.....	5
Peneira de cabelo, seda ou metallica.....	6
Peneira de palha.....	9
Pennas de aves para enchimento e outras..	6
Perfumarias.....	5
Perolas, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	4
Pertis.....	13
Petrechos bellicos não explosivos.....	6
Petrechos de caça idem.....	6
Petroleo em latas encaixotadas.....	5
Phosphoros em latas cheias de agua.....	6
Phosphoros encaixotados.....	5
Pianos.....	7 duplo
Piassava.....	11
Picaretas ou alviões.....	11
Pichoá.....	6
Pilhas electricas.....	6
Pimenta da India.....	9
Pimenta do paiz.....	9
Pinas para rodas.....	9
Pinceis.....	6
Pinhão verde ou secco.....	13
Pipas vazias.....	11

	N. da tarifa.
Pistolas.....	6
Pixe.....	9
Platina bruta ou em obra, $\frac{1}{2}\%$ <i>ad valorem</i> e..	4
Plantas medicinaes.....	6
Plantas vivas.....	13
Plumas.....	5
Polvilho.....	11 e 7 duplo
Poltronas.....	
Poltrona e todos os mais artigos perigosos inflammaveis.....	5
Polvorinhos e cartucheiras de caça, vazios.....	6
Pomadas para cabello.....	5
Pombos.....	13
Porcellana.....	5
Porcos.....	26
Porcos da India.....	13
Portas, portoes, portarias e janellas, de madeira ou de ferro.....	15
Portarias de madeira ou ferro.....	15
Postes telegraphicos e seus pertences, de ferro..	15
Potassa perlasse.....	6
Potes de barro do paiz.....	9
Potes diversos.....	6
Pranchões.....	19
Prata bruta ou em obra, $1\frac{1}{2}\%$ <i>ad valorem</i> e..	4
Prata ingleza ou casquinha, christofle, etc....	6
Prateleiras envernizadas, de madeira ou ferro..	7 duplo
Pratos de ferro, estanho ou madeira.....	6
Pregos de ferro, cobre ou zinco.....	10
Prelos.....	13 e 20
Prensas para algodão.....	13 e 20
Presuntos.....	9
Productos chimicos e preparações pharmaceuticas.....	6
Pudpolytho.....	5
Punhaes.....	6
Puxadores para gavelas, portas, etc.....	9

## Q

Quadros.....	5
Queijos estrangeiros.....	9
Queijos do paiz.....	9
Quinquilharias.....	6

## R

Rabecas e rabecões.....	5
Raios para rodas.....	9

	N. da tarifa.
Raizes alimenticias.....	11
Rapaduras.....	12
Rapé.....	6
Rasas de pontas de veado.....	6
Ratoeiras.....	6
Realejos.....	5
Rebólos.....	11
Redes.....	11
Redomas de vidro.....	5
Reguas.....	6
Relogios de mesa, parede ou de torre.....	5
Relogios de algibeira, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	4
Rendas.....	6
Reservatorios de ferro.....	15
Reservatorios de madeira.....	7
Resinas não classificadas.....	11
Retortas de metal.....	6
Retortas de vidro ou louça.....	5
Retratos.....	5
Retretes envernizados.....	7 duplo
Ripas.....	19
Rodas de madeira para carros e carroças.....	9
Rodas de ferro para carros, vagões e locomotivas.....	10
Rodas e rodetes para machinas.....	15
Rolhas.....	9
Roscas.....	11
Roupas.....	6

## S

Sabão ordinario do paiz.....	9
Sabonetes.....	6
Saccos vazios.....	3
Sagú.....	11
Sálame.....	9
Sal ordinario.....	13 e 20
Sal refinado.....	9
Salitre.....	9
Sal ammoniaco.....	6
Sanguessugas.....	6
Sapatos.....	6
Sapé.....	19
Sebo.....	9
Sedas.....	8, 17 e 18
Sellins e pertencas.....	6
Sementes de especiarias.....	6
Sementes para agricultura.....	11



	N. da tarifa.
Serpentinas de vidro e crystal, etc.....	5
Serpentinas para alambique.....	13 e 20
Sinos .....	6
Sipó.....	11
Soda.....	6
Sola.....	9
Suadores para sellins.....	6
Substancias de pouco valor uteis á lavoura....	11

**T**

Tabaco.....	6
Tabatinga.....	19
Taboado.....	19
Taboas.....	19
Tabolas de gamão.....	5
Taboleiros.....	6
Taboleiros ordinarios.....	9
Taboletas.....	5
Talheres e objectos de cutelaria.....	6
Tachos para fabrico de assucar, etc.....	13 e 20
Tachos de ferro ou cobre.....	6 e 10
Tacos para bilhar.....	5
Talhas de barro para agua, engradadas.....	6
Tamancos.....	6
Tambores de musica.....	5
Tambores para engenho.....	13 e 20
Tanques de metal ou madeira.....	15
Tapetes.....	6
Tapioca.....	11
Tecidos de fabricas nacionaes.....	12 e 17
Tecidos diversos.....	8
Telhas metallicas.....	9
Telhas de barro.....	19
Telhas de vidro ou louça.....	5
Tijolos de barro.....	19
Tijolos de limpar facas.....	9
Tijolos de marmore, louça e outros.....	9 e 15 duplo
Tinas vazias, de madeira.....	11
Tintas de qualquer qualidade.....	6
Torradores de café.....	6
Toucinho.....	11
Transparentes de panno ou de madeira para janella.....	5
Trapos.....	13
Travesseiros.....	6
Trem de cozinha, de cobre e ferro.....	6 e 10
Trilhos e seus accessorios, agulhas e seus acces- sorios, para estrada de ferro.....	19

	N. da tarifa.
ubos de barro.....	19
Tubos de metal.....	15
Tumulos.....	6
Turfa.....	19
Typos.....	6

**U**

Unguentos.....	6
Unhas de animaes.....	14, 20 e 21
Urupemas.....	11
Urnas.....	5
Urucú.....	9
Uvas seccas.....	9

**V**

Vaccas ordinarias.....	25 mais 25 %
Vaccas em compartimento separado.....	23
Varas.....	19
Vassouras de cabello ou crina.....	6
Vassouras de palha, piassava, etc.....	11
Velas.....	6
Velas nacionaes.....	9
Venezianas.....	7
Verduras.....	13
Vernizes.....	6
Viajantes.....	1, 2 e /3
Vidro em obras (objectos de uso domestico).....	5
Vidros ordinarios, encaixotados.....	6
Vidros finos.....	5
Vigas de madeira.....	19
Vime.....	6
Vinagre em pipas ou barris.....	9
Vinagre em garrações ou garrafas.....	16
Vinho em pipas ou barris.....	9
Vinho em garrações ou garrafas.....	6
Vitelas.....	25
Vitriolo.....	6

**X**

Xaropes.....	6
--------------	---

**Z**

Zarcão.....	6
Zinco bruto.....	15
Zinco em obra não classificada.....	6

## TARIFA 1 — Passagem simples de 1ª classe

(40 réis por kilometro)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÉ
Camocim.....	1\$000	1\$800	2\$700	3\$200	4\$300	5\$200	6\$500	7\$600	8\$700
Granja.....		\$200	1\$700	2\$200	3\$300	4\$200	5\$600	6\$600	7\$800
Angica.....			\$200	1\$500	2\$600	3\$500	4\$900	5\$800	7\$000
Riachão.....				\$600	1\$700	2\$600	3\$900	5\$000	6\$100
Pitombeiras.....					1\$200	2\$600	3\$400	4\$400	5\$300
Massapé.....						1\$000	2\$300	3\$400	4\$500
Sobral.....							1\$400	2\$400	3\$600
Cariré.....								1\$100	2\$200
Santa Cruz.....									1\$200

O pessoal da estrada tem 75 % de abatimento no frete desta tarifa.

TARIFA 2 — Passagem simples de 2ª classe  
(20 réis por kilometro)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÉ
Camocim.....	\$500	\$800	1\$400	1\$600	2\$200	2\$300	3\$300	3\$800	4\$400
Granja.....		\$400	\$900	1\$100	1\$700	2\$100	2\$800	3\$300	3\$900
Angica.....			\$500	\$800	1\$300	1\$800	2\$100	2\$900	3\$500
Riachão.....				\$300	\$600	1\$300	2\$000	2\$500	3\$100
Pitombeiras.....					\$600	1\$000	1\$700	2\$200	2\$800
Massapé.....						\$500	1\$200	1\$700	2\$300
Sobral.....							\$700	1\$200	1\$800
Cariré.....								\$600	1\$100
Santa Cruz.....									\$600

O pessoal da estrada tem 75 % de abatimento no frete desta tarifa.

## TARIFA 3 — Passagem de ida e volta em 1ª classe

(25 % de abatimento sobre a viagem redonda)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPU
Camocim.....	1\$500	2\$700	4\$100	4\$800	6\$500	7\$500	9\$800	11\$400	13\$100
Granja.....		1\$200	1\$400	3\$300	5\$000	6\$300	8\$400	9\$900	11\$600
Angica.....			\$700	2\$300	3\$000	5\$300	7\$200	8\$700	10\$500
Riachão.....				\$600	2\$600	3\$900	5\$900	7\$500	9\$200
Pitombeiras.....					1\$800	3\$000	5\$100	6\$600	8\$400
Massapé.....						1\$700	3\$300	5\$100	6\$800
Sobral.....							2\$100	3\$600	5\$400
Cariré.....								4\$700	6\$800
Santa Cruz.....									1\$800

O pessoal da estrada tem 75 % de abatimento no frete desta tarifa.

## TARIFA 4 — Bagagens, encomendas e pequenos volumes despachados até 10 minutos antes da partida dos trens

(Por 10 kilogrammas e por kilometro — 7 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPU
Camocim.....	\$175	\$310	\$465	\$560	\$750	\$905	1\$135	1\$325	1\$520
Granja.....		\$140	\$295	\$385	\$575	\$735	\$970	1\$155	1\$350
Angica.....			\$155	\$255	\$445	\$605	\$835	1\$015	1\$215
Riachão.....				\$100	\$300	\$450	\$680	\$870	1\$060
Pitombeiras.....					\$200	\$350	\$585	\$770	\$970
Massapé.....						\$165	\$395	\$585	\$780
Sobral.....							\$240	\$420	\$620
Cariré.....								\$190	\$385
Santa Cruz.....									\$200

continua aqui&gt;







**TARIFA 11—Algodão em caroço e mais mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa**

(Por 10 kilogrammas e por kilometro — 1,2 do real)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPC
Camocim.....	\$034	\$055	\$081	\$100	\$130	\$155	\$190	\$230	\$255
Granja.....		\$025	\$050	\$070	\$100	\$130	\$170	\$200	\$225
Angica.....			\$030	\$045	\$080	\$105	\$145	\$175	\$210
Riachão.....				\$020	\$050	\$079	\$120	\$150	\$185
Pitombeiras.....					\$035	\$060	\$100	\$135	\$170
Massapé.....						\$030	\$070	\$100	\$135
Sobral.....							\$045	\$075	\$110
Cariré.....								\$030	\$070
Santa Cruz.....									\$035

Nota— Aplicar-se-ha tambem a tarifa 15 quando completar a lotação de um a tres vagões e a tarifa 20 quando a expedição for de quatro ou mais vagões.

**TARIFA 12—Generos alimenticios de primeira necessidade e mais mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa.**

(Por 10 kilogrammas e por kilometro — 1,0 do real)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPC
Camocim.....	\$025	\$045	\$070	\$080	\$110	\$130	\$165	\$190	\$220
Granja.....		\$020	\$045	\$065	\$085	\$105	\$140	\$165	\$195
Angica.....			\$025	\$045	\$065	\$085	\$120	\$145	\$175
Riachão.....				\$015	\$045	\$065	\$100	\$125	\$155
Pitombeiras.....					\$030	\$050	\$085	\$110	\$140
Massapé.....						\$030	\$065	\$085	\$115
Sobral.....							\$045	\$060	\$090
Cariré.....								\$030	\$055
Santa Cruz.....									\$030



**TARIFA 13 — Ovos, frutas, leite, aves, animais pequenos em capoeiras, verduras, miudezas alimenticias, sal, agua, madeiras de pequenas dimensões e em pouca quantidade, e outros objectos designados na pauta com o numero desta tarifa.**

**(Por 10 kilogrammas e por kilometro—0,8 do real)**

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	ITC
Camocim.....	\$020	\$035	\$055	\$035	\$040	\$105	\$130	\$155	\$175
Granja.....		\$040	\$035	\$015	\$010	\$085	\$110	\$135	\$155
Angica.....			\$020	\$030	\$050	\$070	\$095	\$120	\$140
Riachão.....				\$015	\$035	\$055	\$080	\$100	\$120
Pitombeiras.....					\$025	\$050	\$070	\$090	\$110
Massapé.....						\$020	\$045	\$070	\$090
Sobral.....							\$030	\$050	\$070
Cariré.....								\$025	\$045
Santa Cruz.....									\$025

*Nota — Applicar-se-ha tambem parva a tarifa 20 quando a expedição for de quatro ou mais vagões.*

**TARIFA 14 — Carões de algodão, chifres, ossos e unhas**

**(Por 10 kilogrammas e por kilometro — 0,5 do real,**

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	ITC
Camocim.....	\$015	\$025	\$035	\$040	\$055	\$035	\$085	\$095	\$110
Granja.....		\$010	\$025	\$030	\$015	\$035	\$070	\$085	\$100
Angica.....			\$015	\$020	\$035	\$015	\$060	\$075	\$090
Riachão.....				\$010	\$020	\$035	\$030	\$065	\$075
Pitombeiras.....					\$015	\$025	\$045	\$055	\$070
Massapé.....						\$015	\$030	\$045	\$060
Sobral.....							\$020	\$030	\$045
Cariré.....								\$015	\$030
Santa Cruz.....									\$015

*Nota — Applicar-se-ha a tarifa 20 quando a expedição for de um a tres vagões e a tarifa 21 quando a expedição for de quatro ou mais vagões.*

**TARIFA 15** — Pedras de cantaria ou lavrada, cimento, carvão mineral ou vegetal, coque, ferro gusa, minerais não manufacturados e outros designados na pauta com o numero desta tarifa.

(Por vagão kilometro — 270 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÉ
Camocim.....	62800	118900	178900	218900	288900	318900	138800	518100	588500
Granja.....		58400	118400	158300	228200	288400	378300	148600	528200
Angica.....			68000	98800	178100	228300	328200	398200	468800
Riachão.....				38800	118100	178300	268200	338500	408800
Pitombeiras.....					78500	138500	228500	298700	378300
Massapé.....						68300	158200	228500	308000
Sobral.....							198200	168200	238800
Cariré.....								78300	148900
Santa Cruz.....									78600

*Nota* — Capacidade dos vagões 4 1/2 toneladas metricas ou seis metros cubicos.

Os vagões de nove toneladas são contados como dois ordinarios.

Quando os generos taxados por esta tarifa não completarem a lotação de um vagão pagará a taxa da tarifa 41.

**TARIFA 16** — Café, quando a expedição completar a lotação de quatro ou mais vagões

(Por vagão kilometro — 720 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÉ
Camocim.....	188000	318700	488700	578600	778400	928900	358700	768300	878300
Granja.....		148400	308300	398600	598100	758900	558900	638000	788200
Angica.....			158000	268000	458600	628000	488200	588800	708100
Riachão.....				108100	248600	468100	388300	508300	618200
Pitombeiras.....					208200	368000	338700	448000	558900
Massapé.....						168700	228700	338700	458000
Sobral.....							138800	248400	358700
Cariré.....								118000	228300
Santa Cruz.....									118100

*Nota* — quando o genero taxado por esta tarifa não completar a lotação de quatro ou mais vagões pagará a taxa da tarifa 10.

**TARIFA 17 — Assucar bruto e tecidos de fabricação nacional, quando a expedição completar a lotação de dous vagões**

(Por vagão kilometro — 103 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	ITC
Camocim.....	168200	178000	238000	328400	438400	528300	618700	768300	878000
Granja.....		82100	178100	228309	318300	428400	558200	668000	788200
Angica.....			92000	148600	238400	318300	488200	558000	708100
Riachão.....				52700	138700	238000	398300	598300	618200
Pitombeiras.....					118100	208300	338700	448600	558000
Massapé.....						98100	228700	338700	458000
Sobral.....							13800	268300	358700
Cariré.....								118000	228300
Santa Cruz.....									118100

*Nota* — Quando as mercadorias taxadas por esta tarifa não completarem a lotação de dous vagões pagam-se a taxa da tarifa 12.

**TARIFA 18 — Assucar bruto e tecidos de fabricação nacional, quando a expedição completar a lotação de quatro ou mais vagões.**

(Por vagão kilometro — 360 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	ITC
Camocim.....	98000	178000	238800	288800	388300	468700	588100	688100	788200
Granja.....		78200	158200	198800	298700	378800	498700	598400	698500
Angica.....			88000	138000	228700	318000	428300	528200	628300
Riachão.....				52100	118800	238100	388000	468700	518100
Pitombeiras.....					168100	188000	238000	338300	408700
Massapé.....						88300	208200	298300	408000
Sobral.....							128300	218600	318700
Cariré.....								98800	148800
Santa Cruz.....									108100

*Nota* — Quando as mercadorias taxadas por esta tarifa não completarem a lotação de quatro ou mais vagões pagam-se a taxa da tarifa 12.

**TARIFA 19** — Materiaes de construcção não incluídos em outras tarifas, substancias de pouco valor uteis á lavoura e mais mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa.

(Por vagão kilometro — 210 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPU
Camocim.....	58300	08300	138900	158800	228500	278400	348100	318700	158300
Granja.....		48200	88900	118300	178300	228100	248000	348700	408500
Angica.....			48700	78900	138300	188100	258000	308700	368400
Riachão.....				38000	88700	138500	208400	258000	318800
Pitombeiras.....					58900	108500	178500	238000	298000
Massapé.....						18900	118500	178000	238400
Sobral.....							78200	128600	188500
Cariré.....								58700	118600
Santa Cruz.....									58900

*Nota* — Capacidade como da tarifa 15. Quando a expedição for de quatro ou mais vagões far-se-ha um abatimento de 20 % no frete desta tarifa. Os vagões de nove toneladas são considerados ordinarios como dois vagões. Quando os generos taxados por esta tarifa não completarem a lotação de um vagão pagarão a taxa da tarifa 11.

**TARIFA 20** — Sal, cereaes e machinas destinadas á lavoura e á industria, quando a expedição completar a lotação de quatro ou mais vagões, e caroços de algodão, chifres, ossos e unhas quando a expedição completar a lotação de um vagão.

(Por vagão kilometro — 202,5 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPU
Camocim.....	58100	98000	138400	168200	218700	238200	328000	388300	448000
Granja.....		48100	88100	118200	168700	218300	288000	338500	398100
Angica.....			48500	78300	128800	178500	248100	298100	358100
Riachão.....				28000	88100	138000	198700	258200	308600
Pitombeiras.....					58700	108200	168900	228300	288000
Massapé.....						18700	118400	16800	228500
Sobral.....							68100	128200	178900
Cariré.....								58500	118200
Santa Cruz.....									58700

*Nota* — Quando a expedição não completar a lotação de um vagão pagarão o frete da tarifa 13. Diminuir-se-hão 20 % desta tarifa relativo ao transporte de sal.



**TARIFA 23 — Cavallos, burros, bestas e jumentos em compartimento separado.**

(Por cabeça e por kilometro — 50 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	ITU
Camocim.....	1\$300	2\$200	3\$300	4\$000	5\$400	6\$500	8\$100	9\$500	10\$900
Granja.....		1\$000	2\$100	2\$800	4\$100	5\$200	6\$300	8\$300	9\$700
Angica.....			1\$100	1\$900	3\$200	4\$300	6\$000	7\$300	8\$700
Riachão.....				8700	2\$100	3\$200	4\$300	6\$200	7\$600
Pitombeiras.....					1\$100	2\$500	4\$200	5\$300	6\$900
Massapé.....						4\$200	5\$200	6\$200	8\$300
Sobral.....							1\$700	3\$000	4\$400
Cariré.....								1\$100	2\$800
Santa Cruz.....									1\$400

**TARIFA 24 — Cavallos, burros, bestas e jumentos**

(Por cabeça e por kilometro — 37 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	ITU
Camocim.....	1\$000	1\$700	2\$500	3\$000	4\$000	4\$800	6\$000	7\$900	8\$100
Granja.....		8\$00	1\$300	2\$100	3\$100	3\$300	5\$200	6\$200	7\$600
Angica.....			9\$00	1\$400	2\$400	3\$200	4\$300	5\$400	6\$500
Riachão.....				9\$00	1\$600	2\$100	3\$300	4\$300	5\$500
Pitombeiras.....					1\$100	1\$600	3\$100	4\$100	5\$200
Massapé.....						5\$00	2\$100	3\$100	4\$200
Sobral.....							1\$300	2\$300	3\$300
Cariré.....								1\$000	2\$100
Santa Cruz.....									1\$100

Nota — Quando a expedição for de 10 ou mais cabeças far-se-ha um abatimento de 50 0/0.

continua aqui>

## TARIFA 25 — Gado vaccum

(Por cabeça e por kilometro — 35 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÊ
Camocim.....	8000	13300	23400	23800	33800	43600	53700	63700	73300
Granja.....		5700	15700	25000	25900	35700	45200	54800	64800
Angica.....			8800	12300	23300	33100	43200	53400	64100
Riachão.....				5500	15700	25300	35500	45400	55300
Pitombeiras.....					18000	18800	33000	35900	45900
Massapé.....						28000	28000	32000	33000
Sobral.....							17200	23100	33100
Cariré.....								19000	25000
Santa Cruz.....									18000

*Nota* — Quando a expedição for de 10 a 40 cabeças far-se-ha o abatimento de 50 % e o de 70 % quando exceder de 40 cabeças, isso quando forem em trem mixto, e o de 25 % quando o expedidor requisitar trem especial para esse transporte.

Serão concedidas tantas passagens gratuitas de 2.<sup>a</sup> classe quantas forem as dezenas de animais a transportar nos trens mixtos.

## TARIFA 26 — Porcos, carneiros, cabras e cães amordaçados

(Por cabeça e por kilometro — 16 réis)

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÊ
Camocim.....	2400	3800	13100	13300	18800	23100	25500	32100	33500
Granja.....		5400	9700	9600	12100	15700	22300	23700	32100
Angica.....			5500	8600	12100	15400	22000	23400	25800
Riachão.....				3300	8700	12100	19500	23000	25500
Pitombeiras.....					5500	8800	12400	18800	23300
Massapé.....						5400	8900	14400	18000
Sobral.....							8300	13000	15500
Cariré.....								7500	8000
Santa Cruz.....									5500

*Nota* — Quando a expedição for de 30 ou mais cabeças far-se-ha um abatimento de 50 %.

**TARIFA 27 — Carros de duas rodas**  
**(Cada um e por kilometro — 150 réis)**

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÉ
Camocim.....	38500	68300	98900	128000	168100	198100	218300	238100	328600
Granja.....		38500	68300	88300	128300	158800	208700	218800	98000
Angica.....			38300	58400	98500	128800	178300	218800	268000
Riachão.....				28100	68200	98600	148300	188600	228700
Pitombeiras.....					48200	78500	128500	168500	208700
Massapé.....						38500	88400	128500	168700
Sobral.....							78400	98600	138200
Cariré.....								48100	88300
Santa Cruz.....									48200

*Nota* — Os carros de quatro ou mais rodas pagarão mais 50 %.o.

**Observações**

1.<sup>a</sup> Para o calculo das tarifas consideram-se as distancias reaes de estação a estação indicadas no quadro junto, contando-se toda a fracção de kilometro como um kilometro.

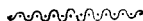
2.<sup>a</sup> Para as passagens de ida e volta a taxa é de 40 rs. por kilometro, deduzindo-se 25 %.o do producto obtido para as duas passagens de ida e volta.

3.<sup>a</sup> Na determinação do preço do transporte das tarifas ns. 1 a 3 e de 15 a 27 arredonda-se para 100 rs. toda a fracção de 100 rs., e na do preço do transporte das tarifas ns. 4 a 14 arredonda-se para 5 rs. toda a fracção de 5 réis.

4.<sup>a</sup> A tonelada tem mil kilos.

**Quadro das distancias e das estações em  
kilometros**

ESTAÇÕES	GRANJA	ANGICA	RIACHÃO	PITOMBEIRAS	MASSAPÉ	SOBRAL	CARIRÉ	SANTA CRUZ	IPÉ
Camocim...	24,425	43,780	65,620	79,133	101,320	128,920	161,670	188,490	246,280
Granja.....		19,355	41,195	54,708	81,895	104,435	137,245	161,055	191,855
Angica.....			21,800	35,333	62,540	85,140	117,890	144,710	172,500
Riachão.....				13,513	49,700	63,300	96,050	122,870	150,660
Pitombeiras.....					27,187	49,787	82,537	109,357	137,147
Massapé.....						22,600	55,350	82,170	109,960
Sobral.....							32,750	59,570	87,370
Cariré.....								26,820	54,610
Santa Cruz.....									27,790





## DECRETO N. 1654 — DE 20 DE JANEIRO DE 1894

Approva a planta, perfil longitudinal e orçamento para construção da linha da Barra do Canhoto a Correntes, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar a planta, perfil longitudinal e orçamento para construção da linha da Barra do Canhoto a Correntes, na extensão de 10 kilometros da estaca 0 a 500 pertencente á 5ª secção da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, os quaes com este baixam rubricados pelo chefe da Directoria Geral da Viação.

O Dr. João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

~~~~~

## DECRETO N. 1655 — DE 20 DE JANEIRO DE 1894

Declara caduca a concessão para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da Tijuca.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Estrada de Ferro da Tijuca tem deixado de concluir as obras da estrada de ferro de que é cessionaria, nos termos do decreto n. 815 de 4 de outubro de 1890, dentro dos prazos prorogados pelos decretos ns. 9731 de 26 de fevereiro de 1887, n. 706 de 30 de agosto de 1890, n. 1057 de 27 de fevereiro de 1892 e 1307 de 7 de março de 1893, resolve declarar caduca a mesma concessão, de accordo com a clausula 37ª das que acompanham o decreto n. 8725 de 4 de novembro de 1882, parte integrante da alludida concessão.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

~~~~~

## DECRETO N. 1656 — DE 20 DE JANEIRO DE 1894

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 200:000\$ para despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e tranquillidade publicas estão ou forem perturbadas.

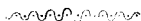
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que já se acha quasi esgotado o credito extraordinario de 200:000\$, aberto pelo decreto n. 1315, de 15 de março do anno proximo findo, para despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e tranquillidade publicas fossem perturbadas, depois de ter ouvido o Tribunal de Contas, como dispõe o art. 35 do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, resolve abrir, de conformidade com o § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, novo credito extraordinario da mesma importancia de 200:000\$ e para o mesmo fim.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1657 — DE 20 DE JANEIRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:693\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o primeiro semestre deste anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que ainda subsistem as razões em que se fundamentaram os decretos ns. 1254 de 21 de janeiro e 1555 de 5 de outubro do anno passado, em virtude dos quaes foram abertos creditos na importancia de 244:987\$500, para o custeio do presidio de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, durante o primeiro e o segundo semestres do exercicio passado;

Considerando, outrosim, que o Congresso Nacional, a quem foi

dado conhecimento da situação em que se acha o mesmo Presidio, nem o Congresso estadual nada deliberaram ácerca do assumpto : Resolve, usando da autorisação contida no § 1º do art. 20 da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, abrir um credito extraordinario de cento e vinte e dous contos quatrocentos noventa e tres mil setecentos e cincuenta réis (122:493\$750) ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, para occorrer ás despezas do referido Presidio durante o semestre corrente ; sujeitando essa providencia opportunamente á approvação do Poder Legislativo.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1658 — DE 20 DE JANEIRO DE 1894

Approva com modificações os estudos definitivos da 1ª secção da linha ferrea de Uberaba a Coxim, na extensão de 103 kilometros,

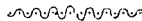
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco União de S. Paulo, concessionario da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim, resolve approvar os estudos definitivos da 1ª secção da mesma estrada, na extensão de 103 kilometros ; observadas, porém, as modificações indicadas nas plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*



## DECRETO N. 1660 (\*) — DE 27 DE JANEIRO DE 1894

Declara caducas as concessões de tres engenhos centraes de que é cessionaria a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Considerando que a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos, cessionaria da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de dous engenhos centraes de assucar e alcool no Estado de Alagôas e um no de Pernambuco, deixou que fossem excedidos os prazos marcados para a conclusão das respectivas obras:

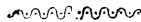
Resolve, em observancia do art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 10.393, de 9 de outubro de 1889, declarar caducas as concessões feitas pelo decreto n. 616, de 31 de julho de 1890, aos engenheiros José de Barros Wanderley de Mendonça e Luiz Felipe Alves da Nobrega para o estabelecimento de dous engenhos centraes no Estado de Alagôas; e pelo decreto n. 689, de 23 de agosto do mesmo anno, a Carlos Dias de Oliveira para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Pernambuco.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*



## DECRETO N. 1661 — DE 27 DE JANEIRO DE 1894

Approva os estatutos da Companhia de seguro mutuo contra fogo e sobre vida *Cruzeiro*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia de seguro mutuo contra fogo e sobre vida *Cruzeiro*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para funcionar e approvar os respectivos estatutos, com as clausulas, condições e tabellas de seguros

---

(\*) O decreto n. 1659 não foi publicado.

mutuos contra fogo e sobre vida, annexas aos mesmos estatutos que acompanham o presente decreto, ficando outrossim a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal. 27 de janeiro de 1894, 5<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

## Estatutos da Companhia de Seguros Mutuos contra fogo e sobre vida «Cruzeiro»

### CAPITULO I

#### DENOMINAÇÃO, SÉDE E DURAÇÃO

Art. 1.<sup>o</sup> Tendo por título «Cruzeiro» é fundada na Capital Federal uma Companhia de seguros mutuos contra fogo e sobre vida.

Art. 2.<sup>o</sup> Terá sua séde e fóro juridico na Capital Federal, podendo crear filiaes nos diversos Estados e agentes nas localidades que lhe convier.

Art. 3.<sup>o</sup> A duração da companhia será de cincoenta annos, podendo esse prazo ser alterado desde que a assembléa geral resolva e o Governo approve.

Paragrapho unico. A companhia só poderá ser dissolvida durante o prazo determinado no art. 3.<sup>o</sup>, si incorrer em algum dos casos previstos na lei em vigor.

### CAPITULO II

#### FINS DA COMPANHIA

Art. 4.<sup>o</sup> Terá por fins a companhia — as operações neste capitulo mencionadas :

1.<sup>o</sup> Segurar contra fogo, sob as clausulas estabelecidas nos presentes estatutos, toda e qualquer propriedade movel ou immovel, na Capital Federal ou nos diversos Estados da União.

- 2.<sup>a</sup> Estabelecer heranças por meio de contribuições semestrais, annuaes ou de uma só vez.
- 3.<sup>a</sup> Criar uma caixa de formação de peculios e dotes.

## CAPITULO III

### ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.<sup>o</sup> A administração da companhia será exercida por tres membros associados — o presidente e dous directores, sendo um, secretario e outro, thesoureiro; a primeira directoria será eleita na assemblea geral e exercerá o mandato por seis annos, podendo ser reeleita.

Art. 6.<sup>o</sup> O presidente é o órgão da directoria e da companhia, compete-lhe a presidencia das assembleas geraes, no caso de impedimento será substituido pelos outras directores na ordem indicada no artigo antecedente.

Art. 7.<sup>o</sup> O conselho fiscal se comporá de tres associados eleitos annualmente pela assemblea geral, podendo ser reeleitos.

Art. 8.<sup>o</sup> O presidente vencerá annualmente 12:000\$ e cada um dos outros directores 9:000\$ por anno.

Art. 9.<sup>o</sup> A directoria, por um regimento interno, regulará o serviço de seus membros e o expediente da companhia.

Art. 10. Compete á directoria a nomeação e demissão dos empregados.

## CAPITULO IV

### CONSELHO FISCAL

Art. 11. O conselho fiscal tem por attribuições:

§ 1.<sup>o</sup> Acompanhar os actos da directoria, nomeando para isso um de seus membros.

§ 2.<sup>o</sup> Proceder ao necessario exame nos balancos, balancetes, relatorios e mais documentos que pelo presidente tenham de ser apresentados á assemblea geral.

§ 3.<sup>o</sup> Propôr, de accordo com a directoria, as alterações que careçam estes estatutos.

§ 4.<sup>o</sup> O conselho fiscal se reunirá uma vez por mez.

§ 5.<sup>o</sup> O presidente do conselho fiscal será escolhido dentre seus membros.

Art. 12. Cada membro do conselho fiscal terá o vencimento annual de dous contos de réis.

## CAPITULO V

## ASSEMBLÉA GERAL

Art. 13. A assembleia geral se reunirá todos os annos no mez de março, a partir de 1895.

Art. 14. A assembleia geral será presidida pelo director presidente, como determina o art. 6.<sup>o</sup>, convidando dous associados dentro os presentes para secretarios.

Art. 15. A assembleia geral só poderá funcionar achando-se presentes, por si ou por procuradores, legalmente constituídos, associados que representem pelo menos a quarta parte dos que estiverem inscriptos no registro da companhia.

Art. 16. Não se reunindo o numero preciso de associados, se fará pelos jornaes nova convocação, si ainda desta vez não realisar-se far-se-ha terceira e ultima convocação, deliberando a assembleia qualquer que seja o numero de associados presentes, menos tratando-se de reforma de estatutos ou liquidação voluntaria da companhia; nestes casos a assembleia só funcionará achando-se presentes associados representando um terço do capital.

Art. 17. A assembleia geral ordinaria tem por fim:

§ 1.<sup>o</sup> A leitura do parecer do conselho fiscal.

§ 2.<sup>o</sup> O exame e approvação das contas annuaes.

§ 3.<sup>o</sup> A eleição do conselho fiscal.

§ 4.<sup>o</sup> Determinar a liquidação da companhia quando incursa no paragrapho unico do art. 13.<sup>o</sup>, nomeando uma commissão que acompanhe os actos da directoria.

Art. 18. Não poderão votar e ser votados os empregados da companhia, salvo tratando-se da liquidação da mesma.

Art. 19. Cada associado só poderá ter um voto na assembleia geral, seja qual for a importancia dos seus seguros.

Art. 20. A assembleia geral extraordinaria se reunirá sempre que for convocada, tratando exclusivamente do assumpto da convocação.

## CAPITULO VI

## PREMIOS, FUNDO DE RESERVA, DIVIDENDO E RATEIO

Art. 21. Os premios provenientes de seguros feitos durante o anno social serão recolhidos em conta corrente a um estabelecimento bancario a juizo da directoria.

Art. 22. Nas renovações dos seguros os prazos serão sempre de cinco annos, o associado que deixar de fazel-o perderá o direito ao dividendo que lhe houver pertencido até ao anno ante-

rior ao de sua retirada, revertendo em beneficio do fundo de reserva.

Art. 23. No fim de cada anno social deduzir-se-ha dos premios arrecadados e seus juros o pagamento de sinistros e mais despesas da companhia occorridas até essa época.

Paragrapho unico. Consideram-se despesas da companhia os honorarios da directoria, os honorarios do conselho fiscal, os vencimentos dos empregados e todas as despesas feitas para o desenvolvimento da companhia.

Art. 24. O fundo de reserva será formado:

§ 1.º Da terça parte do saldo que restar após o pagamento de sinistros e mais despesas mencionadas no artigo antecedente.

§ 2.º Dos juros provenientes desse saldo que serão capitalisados.

§ 3.º Dos dividendos comprehendidos no art. 22.

Art. 25. O fundo de reserva será empregado em apolices da divida publica geral ou dos Estados.

Art. 26. O fundo de reserva será exclusivamente applicavel ás perdas de capital ou a substitui-lo.

Art. 27. Attingindo o fundo de reserva a cifra de duzentos contos de réis, as parcelas que serviram para sua formação serão distribuidas como dividendo.

Art. 28. O fundo de reserva só poderá ser dividido nos seguintes casos:

§ 1.º Terminado o prazo de duração da companhia.

§ 2.º Entrando ella em liquidação.

§ 3.º Quando dous terços do capital o determinem em favor dos associados existentes.

Art. 29. Si devido ao pagamento de sinistros extinguir-se ou desfalecer-se o fundo de reserva, será elle novamente formado, como determina o art. 24, até attingir a cifra determinada no art. 27.

Art. 30. Os dividendos serão formados das duas terças partes restantes do saldo mencionado no § 1º do art. 24 e creditados nas contas especiaes dos associados na proporção dos premios que houverem realiado, afim de na reforma de seus seguros entrarem sómente com a quota que lhes pertencer pela continuação dos mesmos seguros, ou lhes possa ser applicada a disposição do art. 22.

Art. 31. Os dividendos serão annunciados todos os annos após o balanço e a elle terão direito todos os associados quites até 13 de dezembro do anno correspondente ao balanço, não havendo, porém, distribuição dos mesmos si o capital houver sido desfalcado devido a perdas, enquanto não for integralmente restabelecido.

Art. 32. O pagamento dos dividendos será effectuado nos mezes de janeiro e julho de cada anno.

Art. 33. Os dividendos não reclamados no prazo de cinco annos a contar da respectiva liquidação, serão levados ao fundo de reserva.



Art. 34. Dado o caso de sinistros que para a sua liquidação sejam os premios e fundo de reserva insufficientes, proceder-se-ha a rateio proporcional sobre o capital seguro, entre os associados existentes, ficando tambem responsaveis os ex-associados pelos prejuizos da companhia até ao dia da sua retirada.

## CAPITULO VII

### CONDIÇÕES DO SEGURO CONTRA FOGO

Art. 35. A companhia segura contra caso de fogo toda e qualquer propriedade.

Art. 36. Os riscos do seguro começarão ao meio-dia da data em que forem effectuados e terminarão ao meio-dia da data em que finda o contracto.

Art. 37. A companhia poderá recusar qualquer seguro sem ser obrigada a explicações.

Art. 38. Todo o associado como segurado e segurador é responsavel pelos sinistros que possam soffrer os mais associados em relação á quantia segura, de accordo com o risco que offerecerem os objectos seguros.

Art. 39. Consideram-se segurados no anno seguinte todos aquelles cujo seguro termine e não avisem á companhia a sua não continuação, com trinta dias de antecedencia.

Art. 40. A minuta do contracto deverá ser assignado pelo segurado e conterá todas as declarações necessarias á validade do contracto e, sendo acceita, o segurado pagará á vista a importância do premio do seguro, sello, apolice e chapa.

Art. 41. Deixam de existir os effectos do seguro:

§ 1.º Por conclusão do prazo da apolice.

§ 2.º Por desaparecimento dos objectos garantidos.

§ 3.º Si fallir o segurado.

Art. 42. Si durante o tempo do seguro a importância deste diminuir podem ser reduzidos os capitales segurados, tendo disso sciencia a directoria, devendo ser-lhe remettida a apolice para fazer as necessarias alterações.

Art. 43. E' dever do associado, no acto da assignatura da apolice do seguro, declarar si são seus em parte os objectos garantidos, si é credor, usufructuario, arrendatario, etc., isto é, em que character faz o seguro.

Art. 44. Verificando-se ter o segurado procurado diminuir a classificação do risco ou trocar a natureza ou objecto della, em caso de sinistro perderá o direito de receber qualquer indemnisação, ainda mesmo quando essas circumstancias não influam sobre o damno soffrido pelo segurado.

Art. 45. Si o risco designado na apolice em vicimento augmentado, devido a novas construcções ou ao estabelecimento de fabricas a vapor ou industriaes contiguas aos edificios

segurados, aumentando assim a facilidade de incendio, si os objectos seguros forem transferidos para outro local ou passarem a ser propriedade de outrem, ou si o segurado no acto de assignar a apolice já se achar garantido ou fizer garantir por outra ou outras companhias os objectos sobre que recahir o seguro, ou si não tiver cumprido o que precitua o art. 43 desaparece a obrigação da companhia até que o segurado, herdeiro, comprador, credor, etc., tenha informado por escripto a directoria e esta declare entrar elle novamente em suas obrigações para com quem sejam ellas relativas.

Art. 46. Em caso de sinistro é o segurado, ou pessoa por si autorizada, obrigado, dentro das primeiras 24 horas uteis, a participar á directoria na Capital Federal e aos agentes nos Estados.

Art. 47. E' terminantemente declarado que a ninguem é lícito tirar proveito do seguro, a não ser a indemnisação do damno soffrido, sendo a companhia responsavel unicamente pelo valor real e commum que os objectos tenham antes do incendio, não accetando beneficio ou condições alheias ao seguro.

Art. 48. Tem a companhia em caso de incendio direito de procurar por qualquer forma chegar ao conhecimento da verdade relativa ao facto, empregando para isso os meios que faculta a lei.

Paragrapho unico. Não terá direito a indemnisação de qualquer especie, o segurado que abandonar parcial ou totalmente os objectos garantidos, quer elles estejam ou não damnificados.

Art. 49. As avaliações no caso de sinistro serão feitas por arbitros, mediante os exames necessarios, caso não se consiga a indemnisação mediante accordo entre as partes.

Art. 50. Feita a avaliação dos prejuizos pelos peritos, será a importancia paga sem deducção alguma, podendo entretanto a companhia optar por qualquer dos meios de indemnisação seguintes :

§ 1.º Restabelecer o objecto seguro em prazo determinado, no estado em que se achava antes do incendio.

§ 2.º Liquidar o prejuizo causado pelo incendio, por letras a prazo de seis mezes, deduzindo o valor dos objectos que não forem damnificados.

Art. 51. Si o objecto seguro for algum predio e a companhia resolva reconstrui-lo, obriga-se a pagar ao segurado os alugueis que o predio rendia antes do incendio até sua conclusão.

Art. 52. Si a indemnisação do damno for por meio de letras, a companhia obriga-se sómente a pagar os alugueis durante o prazo marcado pelos peritos para a conclusão das obras.

Art. 53. A importancia dos sinistros só será paga depois de ter sido o mesmo reconhecido pelo conselho fiscal.

Art. 54. Si a importancia do sinistro for superior ao fundo de reserva ou não seja elle sufficiente para completar o pagamento, a directoria entregará ao segurado letras da quantia arbitrada ou que faltar para completal-a, e mais o juizo á razão

de oito por cento ao anno, pago em épocas determinadas, as quaes não excederão de 12 mezes.

Art. 55. Respondem pelo pagamento dos premios do seguro, bem assim pelo pagamento das quotas a que os associados são obrigados em caso de sinistro, como preceitua o art. 38, todos os bens moveis e immoveis segurados na companhia.

Art. 56. Paga a importancia do sinistro, qualquer que ella seja, cabe á companhia o direito de rescindir ou renovar o contracto, pagando o associado novo premio.

Art. 57. Os arbitros serão escolhidos pelas partes e, não chegando ellas a accordo, cada uma nomeará o seu e estes um terceiro que será o desempatador.

Art. 58. Si mais de um segurado tiver interesse na mesma questão, escolherão de accordo um arbitro, em caso contrario escolherão á sorte um dentre os propostos.

Art. 59. Os arbitros julgarão pela verdade sabida, conforme os termos de direito e condições estipuladas na apolice, independente de formulas e praxes de processos.

§ 1.º Não haverá recurso das decisões dos arbitros, sob pena de perda da metade do valor do objecto questionado em favor do fundo de reserva.

§ 2.º O pagamento das despesas com os peritos é de obrigação do segurado.

Art. 60. E' o segurado obrigado a transferir á companhia todo o direito e accção que lhe possa competir contra quem de direito for, no caso de sinistro, passando para esse fim procuração em causa propria a companhia; sendo exigida e não satisfeita essa garantia, perderá o segurado o direito a qualquer indemnisação.

Art. 61. Si as propriedades incendiadas acharem-se em terreno alheio e o segurado tratar na qualidade de inquilino ou arrendatario, a indemnisação versará somente quanto á reparação ou reconstrucção do predio, no mesmo terreno do predio incendiado e neste caso a companhia pagará os prejuizos até á quantia que houver sido estipulada na proporção das contas devidamente processadas.

Art. 62. A companhia obriga-se unicamente pelos seus estatutos e pelas clausulas exaradas nas apolices quer manuscriptas quer impressas, não reconhecendo outras pessoas a não ser as mencionadas no contracto, seus legitimos herdeiros ou representantes legalmente habilitados.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 63. Os presentes estatutos só serão alterados na forma do § 3º do art. 11 e por deliberacção da assembléa geral e approvação do Governo as reformas serão propostas em uma reunião extraordinaria e votadas em outras.

## CAPITULO IX

## CONDIÇÕES DO CONTRACTO DE SEGURO DE VIDA

Art. 64. Chamar-se-ha subscriptor associado a pessoa que realisar o seguro, e segurado o pessoa a favor de quem é feito o seguro.

§ 1.º O seguro pôde ser feito a favor do proprio subscriptor associado.

§ 2.º Durante o prazo do contracto o segurado não poderá ser substituido.

Art. 65. As obrigações assumidas pelo subscriptor associado e pela companhia constarão de um contracto assignado pelo subscriptor e pela directoria da companhia, no qual se mencionará :

- 1.º O nome do subscriptor associado e sua residencia ;
- 2.º Nome, idade e naturalidade do segurado ;
- 3.º Valor, fôrma das contribuições e épocas em que devem ser realisadas ;
- 4.º Duração do contracto e classe a que pertence ;
- 5.º Numero em que se acha registrado na companhia e bem assim o numero do contracto.

Art. 66. As apolices só terão validade sendo inscriptas no registro da companhia e contendo as clausulas mencionadas no artigo antecedente, em caso de perda poderá o associado reclamar outra apolice que lhe será expedida, assignando no escriptorio da companhia uma declaração e correndo as despezas por sua conta ; estas novas apolices serão registradas em livros especiaes para esse fim destinados.

Art. 67. Dentro do prazo de seis mezes, a contar da data da assignatura do contracto, é o associado obrigado a apresentar certidão authentica da idade do segurado, que ficará archivada na companhia até á terminação do contracto.

Art. 68. Na falta de cumprimento do que determina o artigo antecedente o associado sujeita-se a ser classificado na classe menos vantajosa na liquidação, isto é, na que menos risco offerecer.

Art. 69. Si as informações e declarações fornecidas á companhia ou a fixação da idade forem inexactas, fazendo assim alterar as condições do contracto em prejuizo dos mais associados, perderá o associado todos os lucros que lhe pertencerem na época da liquidação e só receberá o capital com que tiver entrado si nessa occasião for vivo o segurado, calculando o respectivo contracto.

Art. 70. As contribuições serão pagas no escriptorio da companhia, ou a seus agentes legalmente habilitados, mediante recibo assignado pela directoria, nas épocas determinadas na apolice e no contracto.

Art. 71. A falta de cumprimento do que preceitua o artigo antecedente importa em nullidade do contracto.

Art. 72. O seguro divide-se em classes segundo a idade, importancia das subscripções e épocas em que forem effectuados os contractos.

Art. 73. Farão parte de uma classe todos os contractos cujas épocas de liquidação não exigirem combinações diferentes.

Art. 74. Pelas tabellas de mortalidade de Deparcieux serão calculados os riscos de morte para os segurados na liquidação dos lucros que lhes corresponderem.

Art. 75. Os subscriptores associados podem optar por qualquer das formas de seguro seguintes :

1.º Perdendo o capital e lucros no caso de morte do segurado, podendo liquidar de cinco em cinco annos ;

2.º Perdendo unicamente os lucros sem perda do capital imposto em caso de morte do segurado, liquidado da mesma forma do primeiro ;

3.º Perdendo o capital e lucros por morte do segurado, com a faculdade de liquidar todos os annos depois do primeiro quinquennio ;

4.º Sem perda do capital nem lucros em caso algum, mesmo por morte do segurado, com a faculdade de liquidar cada anno depois dos primeiros cinco annos.

Art. 76. Os contractos de seguro mutuo vigorarão de cinco a vinte e cinco annos, sendo os quinquennios completos para as respectivas liquidações, começando no 1.º de janeiro seguinte ao anno em que se fizer o primeiro pagamento, á excepção do primitivo, que terá execução depois do que determina o art. 100.

Art. 77. As contribuições recebidas no decurso de qualquer anno até á data fixa no art. 77, vencerão os juros de 6 % até ao dia 31 de dezembro, a favor do associado.

Art. 78. Os subscriptores que quizerem adquirir direitos na partilha dos lucros da classe respectiva, no mesmo anno em que se inscreverem, sem sujeição ao que determina o art. 77, devem pagar 1 % sobre a contribuição unica ou annual que fizerem por cada mez, mesmo incompleto, que tiver decorrido de 1 de janeiro desse anno.

Art. 79. As contribuições serão annuaes ou de uma só vez, a minima contribuição annual só poderá ser de 25\$ e as de uma só vez de 50\$000.

Art. 80. Para as liquidações voluntarias das classes descriptas no art. 73, o subscriptor associado deverá avisar a directoria tres mezes antes de expirar o quinquennio ou anno em que quizer liquidar ; não havendo aviso, o fundo liquidado passara ao quinquennio seguinte.

Paragrapho unico. Os avisos só serão válidos quando forem feitos por escripto e accusados por um recibo da directoria.

Art. 81. Deixam de existir os compromissos determinados nos contractos para o subscriptor associado e para a companhia, nos casos seguintes :

1.º Por morte do segurado, pertencendo elle á 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe descripta no art. 76 ;

2.º Por vencer o prazo do seguro, ou pela conclusão voluntaria, como faculta o art. 76, preenchido o dever imposto no art. 81.

No primeiro caso o subscriptor associado por annuidades fica livre dos pagamentos posteriores á morte do segurado; no segundo caso o segurado entra a receber o resultado da liquidação que houver escolhido.

Art. 82. O associado da 4ª classe, descripta no art. 76, pôde prolongar a liquidação do seguro depois da morte do segurado, até conclusão do termo que houver escolhido.

Art. 83. Os contractos de 4ª classe especificados no art. 76 não caducam em caso algum, e as liquidações se farão, segundo a importância das contribuições e tempo da imposição na companhia.

Art. 84. No termo da liquidação das diversas classes de seguro se procederá á liquidação no principio do anno seguinte e deverá estar concluida a 30 de julho desse anno, fazendo-se nessa data distribuição dos capitaes e lucros na mesma especie em que tiverem sido convertidas as contribuições e lucros, recebendo dessa fórma os subscriptores :

- 1.º Os capitaes impostos e realizados ;
- 2.º Os juros compostos que tenham obtido até principiar o dividendo ;
- 3.º Os capitaes dos segurados mortos antes da época da liquidação ;
- 4.º Os juros accumulados dos mesmos capitaes ;
- 5.º Os capitaes e juros produzidos pelos contractos considerados nulos ;
- 6.º Os capitaes e juros dos contractos caducos por não apresentarem os documentos exigidos para a respectiva liquidação.

Paragrapho unico. As distribuições serão feitas segundo a classe a que pertencer o contracto.

Art. 85. Os segurados ou seus herdeiros não reclamando os capitaes e lucros liquidados, nos seis mezes seguintes á época marcada para a terminação das liquidações, serão ellas conservadas em deposito, por sua conta e risco.

Art. 86. Para recebimento do dividendo devem ser exhibidos os documentos seguintes :

- 1.º Certidão authentica da vida do segurado;
- 2.º Certidão de obito do segurado, que mostre vivia o segurado á meia-noite de 31 de dezembro do anno em que terminar o contracto ;
- 3.º Deverão apresentar iguaes documentos todos os que tenham parte na liquidação, ainda mesmo que não queiram liquidar, sob pena de serem considerados incursos no art. 70, sem direito a reclamação alguma.

Paragrapho unico. Os associados da 4ª classe são dispensados da apresentação desses documentos.

Art. 87. E' de obrigação do associado remetter á companhia todos os documentos perfeitamente legalizados e livres de des-

peza, no prazo de seis mezes, cobrando um recibo assignado pela directoria.

Art. 88. O prazo e o tempo fixado para justificação de direitos dos associados são peremptorios e produzem, para os que não cumprirem, a perda em favor da classe respectiva, sem que haja necessidade de notificação prévia.

Art. 89. Por fallecimento do segurado seus herdeiros ou os que o devem ser nos beneficios do respectivo contracto, que se mostrarem legalmente habilitados, devem fazer-se representar por um unico procurador, para todos os actos e tramites a praticar-se com a associação.

Art. 90. A companhia perceberá dos subscriptores uma commissão de 5 % sobre a importancia total dos capitães subscritos e mais 1\$ por cada apolice do contracto, além de outro qualquer imposto devido ao Thesouro, que será cobrado no acto da assignatura do contracto.

§ 1.º A commissão e sello ou imposto devido ao Thesouro, que todo associado é obrigado a fazer no acto de inscrever-se na companhia, será por elle perdida si não realisar o contracto na fôrma da inscripção.

§ 2.º A importancia cobrada a titulo de commissão será levada metade á conta de lucros da companhia, e a outra metade dividida pela directoria.

Art. 91. O presente capitulo será transcripto no verso das apolices.

## CAPITULO X

### DA FORMAÇÃO DE PECULIOS E DOTES

Art. 92. Por meio de contribuições semestraes ou annuaes de 25\$ durante 20 annos, ou de 50\$ durante 10 annos, se formarão peculios para as crianças que attingirem a idade de 20 annos.

Art. 93. As contribuições recebidas serão empregadas a juros compostos.

Art. 94. Formarão parte de um grupo todos os que tiverem nascido no mesmo anno, devendo para essa classificação ser apresentada certidão de idade, que ficará archivada na companhia.

Art. 95. Attingindo qualquer grupo a 20 annos, o capital e juros pertencentes a esse grupo serão divididos pelo numero de associados sobreviventes.

Art. 96. As obrigações reciprocas entre a companhia e a pessoa beneficiada, constarão de um contracto formado pelo pae, tutor ou pessoa que formar o peculio e pela directoria da companhia.

Paragrapho unico. Esse contracto será lavrado em livro especial, entregando-se ao interessado uma cópia com as mesmas assignaturas.

## CAPITULO XI

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 97. Sendo os presentes estatutos approvados pelo Governo, a companhia se considera installada e constituida para começar, estando subscripto o capital de 500:000\$, podendo esse capital ser elevado, conforme o desenvolvimento da companhia.

Art. 98. Por excepção do art. 5º, a primeira directoria e conselho fiscal se compoão dos associados abaixo mencionados.

Presidente, engenheiro civil Antonio L. Pereira Braga; secretario, Aurelio Ferreira dos Santos; thesoureiro, João Soares de Loureiro Albuquerque.

## CONSELHO FISCAL

Dr. Jeronymo Pourchet (medico), Manoel Alves Marques, Guilherme José de Oliveira.

Art. 99. Os associados reconhecem como incorporador, para os fins de que trata a lei, ao associado Antonio Lustoza Pereira Braga que fica autorisado a requerer ao Governo a approvação dos presentes estatutos, ou suas alterações.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1893. (Seguem-se as assignaturas.)

## TABELLA DE SEGUROS CONTRA FOGO

## 1ª CLASSE, 1 POR CENTO

Pharmacias, padarias, hoteis, refinação de assucar, confeitarias, tinturarias, laboratorios, deposito de drogas, deposito de bebidas alcoolicas, fabricas de panna, papel e licores, estalagens, fundições e serrarias. Todo estabelecimento considerado perigoso será classificado nesta classe.

## 2ª CLASSE, 3/4 POR CENTO

Armazens de café, mantimentos seccos, sal, queijos, farinha de trigo, moveis, papel, objectos de escriptorio, apparelhos de gaz, calçado, fazendas de lã, seda, algodão, couros, sellins, arreios, modas, perfumarias, objectos para lavoura, livrarias, officinas de pintura, entalhadores, encadernadores, torneiros, tamancueiros, instrumentos de musica, engenharia, depositos de lenha, carvão de pedra, cocheiras de aluguel de carros e animaes, etc., etc.



## 3ª CLASSE, 1/2 POR CENTO

Predios de solida construcção, marmoristas, moveis e utensilios de casa de familia, escriptorios, agencias, etc. etc.

Qualquer seguro não especificado nas classes acima, os premios serão cobrados de accordo com a classe que mais se relacione.

Os generos embarcados por mar pagarão 1/2 % e por terra 1 %.

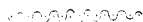
O café em flor ou em fructo e a vinha pagarão 2 1/2 %, a canna de assucar pagará 20\$000 (vinte mil réis) por cem braças quadradas.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1893. — *Antonio Lustosa Pereira Braga*.

Tabelle de mortalidade do Deparcieux

EDADES	VIVOS	EDADES	VIVOS	EDADES	VIVOS	EDADES	VIVOS	EDADES	VIVOS
0	1,283	19	811	28	611	37	502	46	192
1	1,061	20	815	29	611	38	483	47	173
2	1,006	21	805	30	607	39	465	48	154
3	970	22	793	31	600	40	443	49	135
4	947	23	769	32	613	41	459	50	118
5	930	24	782	33	615	42	447	51	101
6	917	25	755	34	620	43	424	52	85
7	915	26	765	35	622	44	409	53	71
8	896	27	738	36	615	45	385	54	59
9	887	28	720	37	607	46	380	55	48
10	879	29	732	38	599	47	354	56	38
11	872	30	735	39	590	48	347	57	28
12	866	31	725	40	581	49	329	58	22
13	860	32	718	41	574	50	319	59	16
14	855	33	710	42	569	51	291	60	11
15	848	34	702	43	559	52	274	61	7
16	842	35	694	44	548	53	254	62	4
17	835	36	685	45	525	54	234	63	2
18	828	37	678	46	511	55	211	64	1

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1893. — *Antonio Lustosa Pereira Braga*.



## DECRETO N. 1662 — DE 30 DE JANEIRO DE 1894

Providencia sobre o pagamento de despesa relativa á Brigada Policial da Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :  
Considerando que o Congresso Nacional, no art. 2º § 13 da lei n. 191 B de 30 de setembro do anno proximo findo, supprimiu a verba para pagamento de officiaes nomeados para a Brigada Policial, em virtude do regulamento approved por decreto n. 1663 A, de 10 de fevereiro do referido anno ;

Considerando, outrossim, não poderem os mesmos officiaes ser dispensados, sob pena de grave prejuizo á administração da brigada que se achá hoje organizada mais de accordo com o fim a que se destina ;

Considerando ainda que os officiaes supprimidos não podem ser destituídos de suas patentes em face do regulamento vigente, e assim com direito a perceberem os vencimentos que lhes competem :

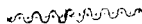
Resolve que, sob sua responsabilidade, seja paga no Thesouro Federal a despesa accrescida com os referidos officiaes, na importância de cento e trinta e seis contos quatrocentos noventa e um mil e quinhentos réis (136:491\$500), de conformidade com a tabella junta até definitiva deliberação do Congresso Nacional a cuja approvação será opportunamente submittido o presente acto.

O Ministro da Justiça e Negocios Interiores requisitará do Ministro da Fazenda a effectividade dos respectivos pagamentos, dos quaes se fará escripturação especial.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1663 — DE 30 DE JANEIRO DE 1894

Approva o regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, em cumprimento das disposições do decreto n. 193 de 9 de outubro de 1893, que estabelece as bases para reorganização da Repartição Geral dos Telegraphos, para corresponder ás exigencias do desenvolvimento do serviço telegraphico no paiz

e no exterior, approvar o regulamento da dita repartição que com este baixa assignado pelo Engenheiro João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1894. 6ª da Republica.

FELICIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

## Regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos, a que se refere o decreto n. 1663 de 30 de janeiro de 1894.

### TITULO I

#### DAS LINHAS TELEGRAPHICAS E CONDUCTORES ELECTRICOS

#### CAPITULO I

##### DIREITOS DA UNIÃO SOBRE AS LINHAS TELEGRAPHICAS E CONDUCTORES ELECTRICOS, E ORGANISACÃO DE SUA REDE TELEGRAPHICA

Art. 1.º O direito de estabelecer e explorar linhas telegraphicas inter-estadaes pertence exclusivamente à União. Sob a denominação de linhas telegraphicas estão comprehendidas as linhas telephonicas.

Paragrapho unico. O exercicio desse direito poderá ser concedido a empresas particulares, sujeitando-se ellas á fiscalisação do Governo Federal, tanto na construcção, como no trafego, e aos demais onus fixados no acto da concessão.

Art. 2.º É tambem da exclusiva competencia do Governo Federal a concessão para o estabelecimento de quaesquer conductores electricos, que não sejam da prerogativa dos Estados por disposição constitucional.

Art. 3.º As linhas telegraphicas de propriedade da União destinam-se ao serviço da administração publicá, dos particulares e ao serviço internacional.

§ 1.º Serão todas construidas e conservadas por pessoal da Repartição Geral dos Telegraphos, ou sob a sua fiscalisação, e em

condições taes que possam satisfazer ao estatuido no art. 4.<sup>o</sup> da Convenção de S. Petersburgo e ao art. 1.<sup>o</sup> do regulamento internacional, segundo a revisão de Pariz.

§ 2.<sup>o</sup> Ao Governo Federal compete exclusivamente fazer inspecção nas linhas telegraphicas da União e punir as faltas commettidas, pelos meios definidos neste regulamento.

Art. 4.<sup>o</sup> Os conductores electricos pertencentes aos Estados, ás vias fôrreas e outros concessionarios, terão a denominação de linhas estaduais e particulares respectivamente, para se distinguirem das da União.

Art. 5.<sup>o</sup> Os Estados, as companhias de vias fôrreas e outros concessionarios, já possuidores de conductores electricos, desde a promulgação do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos de 28 de dezembro de 1870, e os que, em virtude de disposições de prerogativa constitucional ou de concessão obtida, construírem, de ora em diante, conductores electricos, são obrigados a dar á Repartição Geral dos Telegraphos um fio paralelo para as communicações geraes.

§ 1.<sup>o</sup> Nos casos em que as companhias de estradas de ferro ou outras, nas condições acima, não possam dispôr de um dos fios, a Repartição dos Telegraphos fornecerá o material (excepto postes), correndo as despezas de mão de obra e distribuição por conta da administração da linha, ou fará a construção com pessoal seu, promovendo-se em um e outros casos a indemnisação das despezas feitas pela repartição.

§ 2.<sup>o</sup> Si a Repartição dos Telegraphos julgar de necessidade mais de um fio paralelo ás linhas particulares, terá o direito de construí-los, porém, a expensas suas.

§ 3.<sup>o</sup> A conservação do conductor ou conductores parallelos da União será feita pelas administrações das linhas particulares mediante accordo, porém sempre sob a fiscalisação da Repartição Geral dos Telegraphos.

§ 4.<sup>o</sup> A indemnisação de que trata o § 1.<sup>o</sup> poderá ser feita por descontos nos pagamentos que sejam devidos ás administrações das linhas particulares pelos serviços de conservação.

Art. 6.<sup>o</sup> Os concessionarios de estradas de ferro ou quaesquer companhias, já possuidoras de linhas telegraphicas antes da data do regulamento de 1870, serão indemnizados da importância do fio cedido, e na falta de fio disponível poderá a Repartição dos Telegraphos fazer á sua custa o assentamento da linha sobre os postes de propriedade da companhia.

Art. 7.<sup>o</sup> A Repartição Geral dos Telegraphos poderá se incumbir da direcção dos trabalhos de construção das linhas particulares, si as respectivas administrações assim o requererem.

Art. 8.<sup>o</sup> As linhas telegraphicas e telephonicas, cujas construções forem requisitadas á Repartição Geral dos Telegraphos, não poderão ter andamento sem que sejam preenchidas as seguintes condições:

1.<sup>a</sup>, orçamento detalhado do serviço a executar, determinando-se o material, o seu preço e o custo da mão de obra;

2.<sup>a</sup>, entrega de todo o material por parte do interessado.

Paragrapho unico. Quando a requisição for feita por algum dos Ministerios ou Governos estaduais e que não disponham do material necessario ao serviço, deve a importancia a despender-se com a sua aquisição ser posta à disposição da repartição no Thesouro Federal, ou nas Alfandegas e Delegacias fiscaes, de modo a habilitar a repartição a providenciar sobre a encomenda.

Art. 9.<sup>o</sup> Os serviços telegraphicos que sejam necessarios nas repartições subordinadas aos differentes Ministerios e que tragam despesas de qualquer natureza, só serão attendidos quando requisitados pelos Ministerios respectivos.

Art. 10. Será organizado um plano geral de rede telegraphica da União, tendo-se em vista o interesse da administração e o estabelecimento de novos circuitos inter-estataes pelas localidades do interior, de maior movimento.

Art. 11. Linhas telegraphicas dentro dos limites de um Estado só serão construidas por conta da União, quando se acharem comprehendidas no plano da rede geral de que trata o artigo anterior, ou quando o Estado concorrer, pelo menos, com a metade da importancia em que for orçada a despesa e com a casa para funcionamento da estação, tudo a título de doação.

Art. 12. Logo que a administração de uma linha particular resolva não continuar a trafegar a sua linha, reverterá esta, sem indemnisação, ao dominio da União, que a mandará conservar e trafegar.

Art. 13. Os conductores electricos estabelecidos em virtude de concessões estaduais ou municipaes deverão passar sempre em plano inferior ao dos conductores da União, afim de que não venham estes a ser prejudicados por accidentes ou rupturas que se deem naquelles.

§ 1.<sup>o</sup> No caso de qualquer perturbação do serviço da União, será a instalação particular modificada pela Repartição dos Telegraphos e por conta da parte que causou o prejuizo, quando avisado não dê o proprietario prompta providencia.

§ 2.<sup>o</sup> A indemnisação das despesas feitas no caso acima indicado será promovida pela Repartição dos Telegraphos que, na falta do pagamento, apresentará a conta ao respectivo Ministerio para providenciar sobre a sua effectividade.

Art. 14. Nenhuma autorização será dada para a construcção de uma canalisação electrica para correntes fortes, sem que o seu traçado e o modo de seu estabelecimento seja approvedo pela Repartição Geral dos Telegraphos, não sómente no intuito de proteger os conductores electricos da União, e evitar avarias dos apparelhos das estações telegraphicas e telephonicas, como para prevenir desastres para o publico e empregados das estações.

Paragrapho unico. Embora dada a autorização e approvedo o traçado e o modo do estabelecimento da canalisação, ficará o concessionario obrigado a mudar, na parte conveniente, o traçado e a adoptar quaisquer medidas que se tornem necessarias, si a pratica demonstrar a inefficacia das medidas anteriormente recommendadas.

## CAPITULO II

## DA CONSTRUÇÃO DAS LINHAS

Art. 15. A construção das linhas telegraphicas e telephonicas da União será feita sob a responsabilidade do director geral dos telegraphos e sob a immediata direcção da secção technica, e poderá effectuar-se:

§ 1.º, por administração, com o pessoal da Repartição Geral dos Telegraphos e fornecimento de material adquirido pela mesma;

§ 2.º, por contractos de linhas inteiras ou de secções de linhas, com material fornecido pelo proprio contractante ou sem elle;

§ 3.º, por empreitadas parciaes, já de abertura do picadão e do feito dos caminhos ao longo do mesmo, já da collocção dos postes e fios e já de fornecimento de materiaes.

Art. 16. Nas construcções das linhas da União, de caracter strategico, ou que tenham de percorrer zonas inhabitadas e inhospitas e tiverem de ser executadas por commissões militares, devem ser observadas todas as prescripções e regras estabelecidas no presente regulamento quanto a construcção, devendo o material necessario a esta ser adquirido por intermedio da Repartição dos Telegraphos, a qual designará o pessoal de linha necessario para servir de instructor ás turmas formadas pelos destacamentos.

Art. 17. Haverá duas categorias de linhas telegraphicas, segundo a sua extensão, posição e natureza do seu trafego: primeira e segunda.

§ 1.º Serão consideradas de primeira categoria as linhas da rêde tronco, que se desenvolve no littoral dos Estados da União e na qual se effectua a correspondencia internacional em transitio, e as suas ramificações principaes com desenvolvimento superior a 400 kilometros e dispostas a formarem novos circuitos pelo interior dos Estados.

§ 2.º Serão de segunda categoria as linhas ramaes que não attingirem o desenvolvimento de 400 kilometros.

Art. 18. Para a construcção das linhas da primeira categoria devem ser empregados postes de ferro, sempre que houver vias de communicção que facilitem o transporte e a distribuição do material, em concurrencia com a escassez de madeira de lei na respectiva zona.

§ 1.º Os postes de ferro terão a altura de 6,20 metros e altura de 5,20 do solo, devem resistir a uma tracção horizontal de 235 a 590 kilogrammas segundo a quantidade e qualidade dos fios conductores e a solicitação que estes exercerem sobre os apoios.

§ 2.º Os isoladores serão de porcellana dura de feldspath de campanula dupla de 550 centimetros quadrados de superficie isolante e de 500 Megohm de resistencia de isolamento cada um; e os fios conductores terão 7.5 Ohms de resistencia de conductibilidade kilometrica.

Art. 19. Para a construção das linhas de segunda ordem serão empregados postes de madeira ; os isoladores poderão ser de menor tamanho, admittindo-se differenças de 40 %, nos valores exigidos para os de linhas de 1.<sup>a</sup> categoria. Para os fios conductores será admittida uma resistencia de conductibilidade até 15 Ohms por kilometro.

Art. 20. Não se estabelecerá linha alguma sem estudos previos de seu traçado e o levantamento de todos os dados precisos ao confeccionamento exacto do respectivo orçamento.

Art. 21. Para que as linhas telegraphicas e telephonicas apresentem uniformidade em seu estabelecimento, a par da necessaria resistencia mecanica e perfeição em suas qualidades electricas, devem ser rigorosamente observadas as instrucções que tratam de sua construção e conservação.

## CAPITULO III

### DA CONSERVAÇÃO DAS LINHAS

Art. 22. As linhas telegraphicas e telephonicas da União serão conservadas sob a immediata fiscalisação da secção technica, pelo pessoal de linha, constante de inspectores, feitores, guardas-fio e trabalhadores, sob as ordens de um engenheiro-chefe do districto, auxiliado por engenheiro-ajudante, no caso que o districto tenha mais de 800 kilometros de desenvolvimento.

§ 1.º O engenheiro-chefe do districto é responsavel pela perfeita conservação das linhas de seu districto, cabendo ao pessoal empregado a responsabilidade relativa á secção sob suas ordens, já quanto a todos os serviços que por ella correm e já quanto ao material empregado e em deposito.

Art. 23. O pessoal de linha, com excepção do que for occupado temporariamente na sede do districto, deve permanecer em suas respectivas secções, onde terá residencia indicada pelo chefe do districto, não podendo ausentar-se da sua secção sem licença do engenheiro-chefe do districto.

Art. 24. Os serviços de conservação serão organizados em todos os districtos de fôrma que, attendendo á posição geographica, ás condições topographicas e ás climatericas, que dahi resultam para cada um, se obtenha a maxima perfeição na conservação da estabilidade e das condições electricas das linhas.

Art. 25. Para que os accidentes eventualmente causados por phenomenos atmosphericos (chuvas torrenciacs, trovoadas e ventos fortes) tenham a menor duração possivel, será estabelecido nas linhas um serviço de vigilancia, fazendo-se percorrer a zona attingida pelo phenomeno atmospherico, por guardas e trabalhadores de conformidade com as respectivas instrucções.

Paragrapho unico. Para que as linhas possam ser percorridas com facilidade no prazo menor possivel, será estabelecido e

conservado ao longo das mesmas um caniño transitavel por cavalleiro, sempre que não acompanharem vias ferreas ou estradas de rodagem.

Art. 26. Experiencias para medir o isolamento e a resistencia dos fios internacionaes, se effectuarão nas estações de translação todos os domingos de manhã, e ficam aos cuidados dos engenheiros-chefes dos districtos e, em seu impellimento, aos dos engenheiros-ajudantes e telegraphistas-chefes.

Paragrapho unico. Os resultados dessas experiencias serão inscriptos em quadros para esse fim organisados pela secção tecnica.

## CAPITULO IV

### SEGURANÇA DAS LINHAS

Art. 27. No caso de guerra, perturbação da ordem publica e mesmo simples presumpção de perturbação, tomar-se-hão as seguintes medidas extraordinarias para segurança das linhas :

1ª, os guardas servirão a cavallo e armados e estarão em permanente vigilancia ao longo das linhas ;

2ª, poder-se-ha dar-lhes como auxiliares um ou mais trabalhadores igualmente armados e a cavallo ;

3ª, as autoridades civis ou militares, federaes ou estadoaes terão um ou mais guardas ou soldados de policia ás ordens, para avisar os guardas e coadjuval-os, si for preciso, nos promptos reparos para restabelecimento das communicações, ou na repressão de projectos de aggressão contra as linhas ;

4ª, dado o caso de repetidos cortes de linha, no logar onde isto se der, a autoridade providenciará para que se ronde com força sufficiente ;

5ª, a autoridade intimará a todos os proprietarios, por cujas terras passarem as linhas, que, a bem da segurança publica empreguem por sua parte toda a vigilancia pela conservação das mesmas linhas.

Paragrapho unico. Estas medidas se estenderão a todas as linhas, cujo serviço permanente se torne indispensavel a bem da segurança publica.

Art. 28. Nenhuma autoridade embarçará os guardas ou telegraphistas no serviço a seu cargo, e, quando qualquer delles tenha de ser preso, nos casos em que a lei o permittir, a autoridade competente deverá entender-se previamente, sempre que for possivel, com o respectivo chefe, para dar as providencias necessarias, afim de que o empregado sujeito a prisão seja substituido immediatamente e não se interrompa por esta causa o serviço da linha.

Art. 29. Afim de assegurar o proseguimento dos trabalhos e a effectividade do serviço em boa ordem, nos logares por onde,



passarem quaesquer linhas ou houver estações ou trabalhos telegraphicos, os respectivos empregados requisitarão das autoridades federaes ou estadoaes as providencias necessarias.

## CAPITULO V

### DAMNOS CAUSADOS ÀS LINHAS TELEGRAPHICAS

Art. 30. E' prohibido a qualquer pessoa (art. 389 doCodigo Penal) plantar arvores ou quaesquer vegetaes, que se embaracem nas linhas telegraphicas, fazer obras que obstruam os esgotos e vedem o escoamento das aguas, fazer queimadas ou depositar materias inflammaveis na proximidade das linhas, atar animaes aos postes, collocar sobre os fios objecto que possa causar damnificação, ou impedir o transitio dos guardas pelas linhas :

Penas — multas de 50\$ a 100\$, além da obrigação de reparar o damno causado e de remover os obstaculos creados nas linhas.

Paragrapho unico. Em igual pena incorrerão os donos ou consignatarios de navios que fundearem, ou largarem ferro na direcção de algum cabo telegraphico immerso, indicado pelas boias. Si o ferro agarrar o cabo immerso, e o deslocar, ou quebrar, a multa será dobrada.

Art. 31. E' tambem prohibido (art. 153 doCodigo Penal) damnificar as linhas telegraphicas, derribar postes, cortar fios, quebrar isoladores, cortar ou arrancar madeiras plantadas ou reservadas para o serviço das linhas, e em geral causar, por qualquer modo, damno aos respectivosapparelhos :

Penas — de prisão cellular por seis mezes a dous annos, e multa de 5 a 20 % do damno causado.

§ 1º, si os actos precedentemente mencionados forem praticados por descuido ou negligencia :

Pena — de prisão cellular por cinco a 30 dias ;

§ 2º, si delles resultar interrupção intencional do serviço do telegrapho :

Pena — de prisão cellular por uma a tres annos e a mesma multa ;

§ 3º, si a interrupção do serviço for causada, em caso de commoção intestina, ou guerra externa, nas linhas por onde tenham de ser transmittidas as ordens e communicações das autoridades legitimas :

Penas — de prisão cellular por dous a quatro annos, e a mesma multa.

Art. 32. Nas mesmas penas incorrerá aquelle que perturbar a transmissão dos telegrammas, ou interceptal-os por meio de derivação estabelecida por fio preso ao fio do telegrapho (art. 154 doCodigo Penal).

Art. 33. Para a imposição de multas decretadas contra pessoas estranhas á Repartição Geral dos Telegraphos, o empregado competente terá a autoridade que cabe aos fiscaes municipaes para as multas por infracção de posturas.

Art. 34. Si qualquer pessoa estranha á repartição, a quem for imposta uma multa, recusar pagá-la, o director geral, o chefe do districto, ou encarregado da estação que a tiver imposto, remetterá á autoridade judicial federal mais proxima um termo lavrado, afim de que esta proceda como for de direito.

Art. 35. No caso de imposição de multa a pessoas que não tenham meios de satisfazer-as, será a dita pena substituida pela de prisão, na fórma do Código.

Art. 36. Os crimes de que tratam os artigos anteriores serão processados e julgados na conformidade da legislação em vigor.

## TITULO II

### DAS ESTAÇÕES

#### CAPITULO VI

##### ESTAÇÕES TELEGRAPHICAS, SUA CLASSIFICAÇÃO E SEU PESSOAL

Art. 37. As estações telegraphicas serão classificadas de accordo com a importancia e quantidade do seu serviço.

Paragrapho unico. A base para o calculo da quantidade do serviço é a média do numero de telegrammas transmittidos mensalmente pela estação, entrando na contagem os de intermedio, os telegrammas semaphoricos e avisos maritimos, e bem assim os de serviço da repartição.

Art. 38. Nessa conformidade ellas serão divididas em estações principaes e de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª ordem.

Art. 39. Em relação ao movimento, as estações se classificam:

- a) principaes — as que transmittirem mensalmente numero superior a 3.000 telegrammas ;
- b) 1ª ordem — as que tiverem um movimento superior a 1.500 telegrammas transmittidos ;
- c) 2ª ordem — aquellas cujo movimento de telegrammas transmittidos seja inferior a 1.500 e superior a 600 ;
- d) 3ª ordem — as de movimento comprehendido entre 300 e 600 telegrammas ;
- e) 4ª ordem — as estações que transmittirem menos de 300 telegrammas.

Paragrapho unico. As estações de 4ª ordem se subdividem em duas classes A e B, sendo o seu movimento respectivamente maior ou menor de 100 telegrammas.

Art. 40. Pela importancia do seu serviço, serão classificadas independentemente do seu movimento:

a) 1.<sup>a</sup> ordem — as estações sódes de districto, as transladoras em todas as linhas e as que estiverem collocadas em localidades de onde partam linhas estrangeiras;

b) 2.<sup>a</sup> ordem — as transladoras em uma só linha, ou em mais de uma, porém accidentalmente.

Art. 41. As estações telegraphicas estabelecidas no palacio da Presidencia da Republica e nos dos governadores dos Estados e commandos de districtos, não terão classificação por serem de serviço especial; porém a primeira gosará das vantagens de estação principal e as outras das de 1.<sup>a</sup> ordem, ficando subordinadas aos engenheiros-chefes de districto.

Paragrapho unico. Os encarregados dessas estações serão da confiança do Presidente da Republica e dos governadores e commandantes de districtos.

Art. 42. A classificação das estações sómente será alterada, depois de conhecido o movimento do ultimo mez de cada exercicio.

Paragrapho unico. As estações inauguradas dentro do exercicio poderão ser classificadas provisoriamente pelo movimento de um trimestre.

Art. 43. Para custeio das despesas de expediente das estações, ficam estabelecidas consignações fixas e proporcionadas á importancia do serviço, avaliado conforme a ordem da estação e dentro dos limites minimo de 15\$ e maximo de 100\$000.

§ 1.<sup>o</sup> A consignação será abonada mensalmente, mediante recibo do encarregado da estação, por conta do qual correrão todas as despesas miúdas, compra de objectos de escriptorio e de expediente que não forem de typo impresso, luz e agua, ficando o mesmo encarregado responsavel pela falta de effectivo fornecimento desses objectos.

§ 2.<sup>o</sup> Nas estações de serviço nocturno permanente e naquellas que, pelas difficuldades de transporte, sejam muito elevadas as despesas com illuminação, poderá a directoria mandar justificar a importancia despendida com o combustivel.

Art. 44. As estações de diversas ordens serão dirigidas por telegraphistas das classes correspondentes, salvo caso de força maior e que a directoria fará cessar no mais curto prazo possivel.

Art. 45. As estações principais serão dirigidas por telegraphistas-chefes, que só poderão nellas servir na qualidade de encarregados.

Art. 46. Nas estações urbanas e suburbanas poderão ter exercicio, mas sómente como auxiliares, as adjuntas e mulheres telegraphistas existentes.

Art. 47. Só as estações de 1.<sup>a</sup> ordem de qualquer das duas classes poderão ser dirigidas por adjuntas e mulheres telegraphistas.

Paragrapho unico. As adjuntas não poderão ter exercicio nas estações principais, nas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ordem, e só serão admittidas nas de 3.<sup>a</sup>, quando o encarregado for marido ou pae da adjunta e nella não tenha exercicio outro empregado.

Art. 48. As mulheres e filhas dos telegraphistas, sendo preparadas de accordo com o art. 371, poderão ser aproveitadas para auxiliarem o marido ou pae, quando encarregados de estações de 3.<sup>a</sup> ou 4.<sup>a</sup> ordem e se lhes abonará uma gratificação igual à gratificação de exercicio que percebem os telegraphistas de 4.<sup>a</sup> classe.

Paragrapho unico. As mulheres e filhas dos telegraphistas que tenham tido exercicio por mais de um anno, nas condições acima, poderão ser nomeadas telegraphistas de 4.<sup>a</sup> classe, mas unicamente por morte do marido ou pae.

Art. 49. As mulheres telegraphistas não poderão ter accesso à 3.<sup>a</sup> classe.

Art. 50. As mulheres telegraphistas e as actuaes adjuntas perderão o emprego, por casamento com pessoa extranha à Repartição dos Telegraphos.

Paragrapho unico. Aquellas que actualmente se acharem nas condições acima não poderão ser encarregadas de estações, e só terão exercicio como auxiliares.

Art. 51. As adjuntas existentes casadas com telegraphistas e que tiverem exercicio em estações dirigidas por seus maridos, ficarão em disponibilidade pela remoção daquelles empregados para estações onde, por força das disposições anteriores, não possam ellas ter exercicio, e nenhum vencimento se lhes abonará.

Paragrapho unico. Esta disposição é applicavel ao caso de serem os maridos licenciados ou demittidos.

Art. 52. As estações serão providas do pessoal necessario ao desempenho do serviço, a juizo da directoria, que annualmente fará a revisão na lotação que lhes compete.

Art. 53. Na falta de pessoal para guarnecer convenientemente as estações, poderá a directoria chamar a serviço os praticantes examinados, aos quaes se abonará uma diaria, a juizo da directoria, durante o tempo que servirem, de accordo com o art. 513.

Art. 54. No caso de impedimento do telegraphista encarregado da estação, servirá de chefe o de classe mais elevada e havendo mais de um da mesma categoria, será designado o mais apto pelo chefe do districto.

Art. 55. Aos encarregados de estações incumbe :

§ 1.<sup>o</sup> Trazer em dia todo o serviço da estação a seu cargo, tanto no que diz respeito aos telegrammas, como à escripturação de sua competencia.

§ 2.<sup>o</sup> Manter a estação no maior estado de asseio, osapparelhos sempre limpos, as baterias em bom estado e todas as pertenças da estação convenientemente tratadas e aptas para os respectivos fins.

§ 3.<sup>o</sup> Despachar ou fazer despachar com promptidão os telegrammas, quer na transmissão pelos apparelhos, quer na distribuição domiciliaria.

§ 4.<sup>o</sup> Distribuir o serviço pelos subordinados, quando haja mais de um telegraphista na estação a seu cargo, e fiscalisar o serviço de cada um.

continua aqui>

§ 5.º Fazer annunciar ao publico, diariamente, o estado das communicações telegraphicas.

§ 6.º Adoptar nos casos extraordinarios e na ausencia dos seus chefes as providencias que o serviço e a ordem publica exigirem, dando logo parte aos mesmos chefes de districtos.

§ 7.º Fazer por escripto os pedidos de material e os de fórmulas impressas, de que carecer o serviço telegraphico e telephonico da estação e submittel-os respectivamente ao engenheiro-chefe e ao contador do districto.

§ 8.º Trazer inventariados todos os objectos e pertenças da estação.

Art. 56. O telegraphista encarregado da estação séde do districto é o incumbido de fiscalisar o serviço de todas as estações do mesmo districto, levando ao conhecimento do respectivo engenheiro-chefe as occorrencias que se derem.

Paragrapho unico. Exceptum-se desta disposição as estações sédes estabelecidas em ramal, e nesse caso a fiscalisação passará para a estação de mais importancia collocada no tronco da rede telegraphica.

Art. 57. O serviço de distribuição dos telegrammas dentro do quadro urbano será feito por estafetas das diversas classes.

§ 1.º Só nas estações principaes serão admittidos estafetas de 1ª classe e nas de 1ª e 2ª ordem os estafetas de 2ª classe.

§ 2.º Nas estações de 3ª e 4ª ordem A e B servirão estafetas de 3ª classe com diarias, a juizo da directoria, e não excedentes respectivamente a 3\$, 2\$ e 1\$500.

Art. 58. Só as estações principaes e as de 1ª e 2ª ordem poderão ter direito a servente para o asseio interno do edificio, e as diarias serão no maximo de 3\$ para as estações principaes e de 2\$ para as de 1ª e 2ª ordem.

Art. 59. Annualmente, por occasião da classificação das estações e determinação de sua lotação, fará a directoria a distribuição dos estafetas, discriminando o numero dos de cada classe que devem servir nas estações de grande movimento.

Art. 60. As estações serão installadas em casas que tenham accomodações para o encarregado da estação e, no caso de ter serviço nocturno permanente, aposento para pernoitarem os empregados em caso de necessidade.

Paragrapho unico. As casas das estações nas sédes de districto deverão ter espaço para nellas funcionarem os escriptorios dos chefes de districto e as sub-contadorias.

Art. 61. Serão creadas estações urbanas nas principaes cidades da Federação, desde que se faça sentir a sua necessidade.

Art. 62. As estações de 4ª ordem B deverão ser convertidas em centros ou postos telephonicos, quando a permanencia dellas como estações telegraphicas não for justificada pela necessidade do serviço telegraphico ou pela conveniencia da administração publica, e apresentarem insignificante movimento de telegrammas e deficit avultado.

## CAPITULO VII

## ESTAÇÕES TELEPHONICAS — SEU PESSOAL

Art. 63. Os pontos de recebimento e transmissão do serviço telephónico podem ser :

1º, estações telegraphicas, intermediarias do serviço telephónico ;

2º, centros ou installações telephonicas, ligando ou não a estações telegraphicas, para onde converge um certo numero de linhas ;

3º, posto telephónico ou installação ligando uma Municipalidade, estabelecimento particular, estação semaphorica, etc., á estação telegraphica vizinha ;

4º, installações dos assignantes em communicação já com os centros, já com estações telegraphicas intermediarias.

Art. 64. O serviço telephónico estabelecido em estações telegraphicas fica immediatamente sob a direcção do encarregado da estação, que fará a distribuição do serviço referido pelos empregados auxiliares.

Art. 65. Os centros telephonicos estabelecidos em separado das estações telegraphicas, serão dirigidos por telegraphistas de 3ª e 4ª classes, devendo de preferencia ser nellas aproveitadas as mulheres telegraphistas e as adjuntas actuaes.

Paraphrasis unico. Os centros telephonicos serão considerados como succursaes da estação telegraphica sua intermediaria ou da estabelecida na sua vizinhança.

Art. 66. Os postos telephonicos serão servidos por agentes nas condições do art. 264, e quando estabelecidos em estações semaphoricas, pelo vigia respectivo.

Art. 67. Logo que de um posto telephónico irradie um certo numero de linhas, passará a installação a ser considerada centro, podendo ser dirigido por telegraphista da repartição, mediante accordo entre as partes.

Art. 68. Nas estações intermediarias e nos centros telephonicos poderá ser estabelecido, todas as vezes que as conveniencias o exigirem, um compartimento para a conversação telephonica (*Cabina Publica*), construido de modo a ser abafado o mais possível o ruido exterior e a ser garantido o segredo telephónico.

Art. 69. As estações telegraphicas com serviço telephónico, os centros e os postos telephonicos, funcionam quanto ás suas relações com o publico correspondente, como estações telegraphicas ordinarias, tendo em tudo applicação as disposições que se referem áquellas.

Art. 70. Para o serviço da administração federal se procederá a uma reconstrução de linhas telephonicas por cabos aereos ou subterraneos, de modo a garantir a effectividade do serviço e o segredo absoluto da correspondencia official telephonica.

## CAPITULO VIII

## ESTAÇÕES SEMAPHORICAS

Art. 71. As estações semaphoricas estabelecidas ao longo da costa da Federação, para troca de correspondencia com os navios que passam á vista, são de duas categorias : as estações semaphoricas propriamente ditas e as vigias maritimas.

§ 1.º São considerados estações semaphoricas propriamente ditas, os pontos que trocam recados quaesquer com os navios e que, ligados á rede telegraphica, podem logo entregal-os ao percurso electrico que tenham de fazer por via telegraphica ou telephonica.

§ 2.º São postos de vigias maritimas as torres ou mastros de signaes que trocam signaes indicativos somente de serviço marítimo, como pedidos de soccorro, praticos, etc., e assignalam as evoluções dos navios nas entradas dos portos.

Art. 72. O meio de correspondencia das estações semaphoricas são os signaes do Código Internacional Marítimo.

Art. 73. As estações semaphoricas funcionarão durante todo o dia, começando um quarto de hora antes do nascimento do sol e terminando um quarto de hora depois do occaso.

Art. 74. As estações semaphoricas prestarão todas as informações que, no sentido de segurança publica, fiscalização aduaneira e da boa navegação, lhes forem determinadas pela estação telegraphica a que é subordinada, ou por autoridade extranha em casos de urgencia, dando conta immediatamente á administração por intermedio de seu chefe immediato.

Art. 75. As estações semaphoricas deverão informar em telegramma de aviso marítimo ás estações telegraphicas suas collectoras, para que estas deem conhecimento ás autoridades, a quem interessar possa, sobre os seguintes pontos:

1.º, appareição de todos os navios ou transportes de guerra nacionaes ou estrangeiros, indicando nacionalidade e outros quaesquer esclarecimentos;

2.º, a passagem de todo e qualquer navio mercante com destino ou não aos portos das proximidades;

3.º, sobre todos os accidentes extraordinarios que tiverem lugar nas suas aguas, como naufragios, incendios, etc.

Paragrapho unico. Logo que o serviço meteorologico esteja convenientemente organizado, farão as semaphoras a transmissão para os navios, dos signaes de mão tempo e dos elementos meteorologicos colhidos nas estações proximas.

Art. 76. As estações semaphoricas devem transmittir ás estações telegraphicas que lhes forem determinadas pela administração, telegrammas de aviso marítimo notificando as occorrencias havidas nas aguas do local em que estiverem estabelecidas.

Art. 77. As estações semaphoricas nos Estados, assim como os postos de vigias maritimas ficam subordinados à estação telegraphica mais proxima.

Art. 78. Os postos de avisos maritimos serão de duas classes, segundo o movimento do porto em que se acharem estabelecidos : são de 1ª classe as vigias installadas em portos que tenham serviço regular de paquetes transatlanticos e os em correspondencia com estas ; serão de 2ª classe todos os outros postos de vigias.

Paragrapho unico. Os postos de signaes serão servidos por vigias das classes correspondentes.

Art. 79. A estação de serviço marítimo na Praça do Commercio será dirigida por um telegraphista de 1ª classe e as estações semaphoricas por telegraphistas de classes correspondentes à importancia do serviço.

Art. 80. Para auxiliar o serviço de bandeiras e qualquer outro, proprio da especialidade, haverá nas estações semaphoricas um ou mais vigias de 1ª ou 2ª classe.

## CAPITULO IX

### ESTAÇÕES DE METEOROLOGIA E DE MAGNETISMO TERRESTRE

Art. 81. Para determinação das condições climatericas das diferentes zonas percorridas pelas linhas telegraphicas, e para a obtenção de dados que possam contribuir ao estabelecimento das leis geraes que regem os phenomenos atmosfericos naquellas zonas, será organisada, annexa às estações telegraphicas, uma rede de estações meteorologicas das seguintes tres ordens:

a) Estações de primeira ordem, abrangendo as que estiverem munidas comapparelhos registradores automaticos, como tambem as onde forem feitas observações pessoas completas, de hora em hora, em instrumentos de leitura.

b) Estações de segunda ordem, as que fizerem tres observações diarias em horas marcadas: de pressão, temperatura, humidade do ar, direcção e velocidade dos ventos, chuva e trovoadas.

c) Estações de terceira ordem, as que fizerem sómente observações de temperaturas, chuva e trovoadas.

Art. 82. As estações de primeira ordem, quando munidas com registradores automaticos, serão montadas em observatorios especialmente construidos, de conformidade com a planta confeccionada pela secção technica, e servidos por inspectores ou telegraphistas de 1ª e 2ª classes, com pratica do respectivo serviço, alquirida por um tirocinio de nunca menos de tres mezes, em um dos observatorios em funcção.

§ 1.º Esses observadores poderão ser encarregados das observações do magnetismo terrestre, quando forem installados os respectivos instrumentos em uma cava magnetica especialmente construida e annexada ao observatorio meteorologico.



§ 2.º Na séde de cada districto, onde houver serviço telegraphico permanente, e em falta de observatorio especial com registradores automaticos, poderá ser montada uma estação de primeira ordem com instrumentos de leitura em compartimento apropriado, annexo á sala dosapparelhos, designando o engenheiro-chefe do districto os empregados que devem fazer e registrar as observações horarias de dia e de noite.

Art. 83. Os instrumentos de uma estação de primeira ordem constarão de um barometro normal de mercurio, de um thermometer secco e molhado (hygrometro), de um thermometer maximum e minimum, de um anemometro (para medir a direcção e velocidade dos ventos), de um atmometro (para medir a evaporação), de um pluviometro, de um thermometer solar, de um registorador do brilho do sol e de um ozonometro.

Art. 84. As observações nas estações de segunda e terceira ordem ficam a cargo dos encarregados das respectivas estações ou de um ou mais empregados, que por aquelles forem incumbidos, com authorisação do engenheiro-chefe do districto.

Art. 85. Os instrumentos de uma estação de segunda ordem constarão de um barometro de mercurio com deposito immovel (barometro de estação), de um thermometer secco e molhado, de um anemometro e de um pluviometro.

§ 1.º As estações de terceira ordem serão munidas apenas de um thermometer e de um pluviometro.

§ 2.º As observações dos instrumentos montados nas estações de segunda e terceira ordem, serão feitas tres vezes por dia, e invariavelmente ás 6 horas da manhã, á 1 hora da tarde e ás 9 horas da noite, tempo médio do logar; a differença entre a hora da estação central (Rio de Janeiro) e a hora da respectiva estação, onde ella não for conhecida, será communicada em cada caso especialmente pela secção technica.

Art. 86. As estações meteorologicas com instrumentos registradores, serão montadas nos Estados que forem determinados pelo Governo; as demais estações, porém, serão montadas nas estações telegraphicas designadas pela directoria, por proposta da secção technica e dos chefes dos districtos, todas as vezes que possam ser satisfeitas as seguintes condições:

- a) localidade e compartimentos apropriados para as observações especialmente da temperatura e do vento;
- b) empregado habilitado para fazer e registrar as observações e que tenha a indispensavel dedicacão a esta especie de serviço;
- c) continuacão de uma serie de observações pelo menos durante cinco annos na mesma localidade.

Art. 87. As instrucções concernentes ás observações meteorologicas, que dizem respeito ao uso e ao tratamento dos apparelhos, ao modo de seu assentamento, á leitura e registro de suas indicações, serão confeccionadas pela secção technica e distribuidas ás estações interessadas.

Art. 88. Os empregados das observações meteorologicas são responsaveis pelos instrumentos meteorologicos sob sua guarda

e remetterão mensalmente á secção technica as observações feitas e registradas em formularios que forem adoptados.

Art. 89. Aos empregados incumbidos das observações meteorologicas será abonada a seguinte gratificação diaria, pagavel por trimestre vencido, precedendo informação do chefe do districto e da secção technica sobre o regular funcionamento da estação e sobre o valor das observações :

a) aos encarregados de observatorios especiaes e aos de estação de primeira ordem montados naséle dos districtos 3<sup>as</sup>, e si houver anexo ao observatorio meteorologico, um de magnetismo terrestre 4\$000 ;

b) aos encarregados das estações de segunda ordem será abonada a diaria de 1\$500 e aos de terceira ordem a diaria de 1\$000.

### TITULO III

#### TRAFEGO TELEGRAPHICO

#### CAPITULO X

##### DO USO DO TELEGRAPHO

Art. 90. O direito de correspondencia por meio dos telegraphos da União é reconhecido a toda e qualquer pessoa.

Art. 91. O Governo se reserva a faculdade de suspender por tempo indeterminado o serviço telegraphico, quer o interior, quer o internacional, já o serviço em geral, já o de certas linhas e certas especies de correspondencia.

Art. 92. Não terão curso nas linhas telegraphicas da União os telegrammas contrarios ás leis do paiz, á ordem publica, á moral e aos bons costumes.

§ 1.º A censura destes telegrammas cabe aos encarregados das estações, havendo recurso para os chefes de districtos, para a Directoria Geral dos Telegraphos e ainda para o ministro da industria, viação e obras publicas.

§ 2.º Quando por este ou qualquer outro motivo deixe de ser transmittido um telegramma particular, será o expedidor immediatamente prevenido, cabendo-lhe a restituição da taxa, nos termos do art. 239, § 4º.

§ 3.º Os telegrammas de serviço publico não são sujeitos á censura.

Art. 93. O expedidor de um telegramma privado é obrigado a legitimar sua identidade, todas as vezes que isto for exigido pela estação de origem.

§ 1.º A identidade poderá ser provada por testemunho de duas pessoas conhecidas do encarregado da estação, ou por passaporte e cartas de naturalisação.

§ 2.º Ao expedidor por sua vez cabe o direito de mandar transmittir a sua assignatura legitimada, em cujo caso pagará a taxa das palavras para isso empregadas.

§ 3.º Quando se tratar de serviço publico, a assignatura da autoridade só pôde ser reconhecida legítima, quando acompanhada do carimbo ou sello official, e, no caso em que se torne necessaria a legitimação da assignatura por exigencia do serviço telegraphico, quando reconhecida por tabellião publico.

Art. 94. O direito ao sigillo dos telegrammas é absoluto e a Directoria Geral dos Telegraphos velará pela perfeita observancia do sigillo por parte do pessoal sob suas ordens.

Art. 95. Só o expedidor e o destinatario de um telegramma ou seus procuradores, tem direito de requerer cópias dentro do prazo marcado para a conservação nos archivos.

Art. 96. A Repartição Geral dos Telegraphos tomará todas as providencias necessarias afim de que o serviço telegraphico seja feito com toda a regularidade e presteza, porém não acceita responsabilidade alguma pelos prejuizos que possam advir ao publico correspondente, pela perda, estropiamento e retardamento dos telegrammas, nem garante que a entrega seja feita em tempo determinado, assistindo, porém, o direito de reembolso nas condições previstas pelos arts. 239 a 242.

## CAPITULO XI

### DOS TELEGRAMMAS E SUA CLASSIFICAÇÃO

Art. 97. Os telegrammas, quanto á sua procedencia e destino, dividem-se em telegrammas interiores e exteriores ou internacionaes.

§ 1.º São interiores quando as estações de procedencia e destino se acham dentro do paiz.

§ 2.º São internacionaes quando procedem de localidade pertencente a outra nação ou a ella se destinam.

Art. 98. Quanto á especie da correspondencia, os telegrammas se dividem em officiaes, de serviço da Repartição e particulares.

§ 1.º São telegrammas officiaes ou de serviço publico, os que emanam de autoridade federal em exercicio, que tenha authorisação para servir-se do telegrapho e que, versando exclusivamente sobre assumpto de administração, tenham o caracter de urgencia.

§ 2.º Telegrammas de serviço da Repartição, são os que comprehendem ordens, providencias, informações ou pedidos concernentes ao serviço telegraphico.

§ 3.º São telegrammas particulares ou de serviço privado, os expedidos pelo commercio, particulares, etc., e podem ser, segundo as condições para a transmissão, privados ordinarios ou urgentes.

Art. 99. São considerados de força maior os telegrammas quaesquer dando avisos de incendio, ou prevenindo da occorrença de qualquer desastre, como temporaes, incendios, danos de qualquer propriedade em terra ou no mar, perigo de vida, perturbação de ordem publica e as communicações, em resposta, das providencias dadas.

Art. 100. Os telegrammas officiaes, para que sejam acceitos como taes pelas estações telegraphicas, devem satisfazer as seguintes condições :

1.ª Trazer a declaração de tratar-se de serviço publico e o sello ou carimbo da autoridade que os expede ;

2.ª Serem expedidos por funcionarios federaes a que tenha sido concedida a faculdade de o fazerem, e serem destinados a outros funcionarios.

§ 1.º As secretarias dos Ministerios remetterão á Directoria Geral dos Telegraphos, em principios de cada anno, uma lista dos funcionarios federaes autorizados a usarem officialmente do telegrapho.

§ 2.º As alterações dessa tabella durante o anno, serão feitas por determinação do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a directoria dos telegraphos, não sendo executaveis pelo pessoal telegraphico, quaesquer determinações que não sejam promulgadas por este meio.

Art. 101. O direito de expedir telegrammas officiaes transmitta-se, durante o impedimento do funcionario effectivo, ao seu substituto legal, sómente quando a estação telegraphica tiver sido avisada officialmente dessa substituição.

Paragrapho unico. Não é permittido, porém, a qualquer funcionario federal que possua a faculdade de expedir telegrammas, exigir a transmissão de telegrammas assignados por outro, embora de sua dependencia.

Art. 102. Nenhum funcionario federal deve expedir, como officiaes, telegrammas que tratem de assumptos alheios ás suas attribuições legaes.

Art. 103. A resposta a um telegramma official será expedida como official, quando for apresentada e assignada pelo proprio destinatario do primeiro telegramma e dirigida ao expedidor deste e tratar de assumpto relativo ao objecto do telegramma originario.

Paragrapho unico. A verificação da authenticidade da assignatura e da identidade do expedidor será feita pelos meios indicados neste regulamento.

Art. 104. O direito de expedir como official a resposta a um telegramma desta categoria, expira logo que for aproveitado uma vez. O expedidor da resposta deverá apresentar na estação o telegramma originario sobre o qual o empregado lançará a

nota de respondido, juntando o numero do telegramma de resposta e o carimbo da estação.

Art. 105. O destinatario de um telegramma official deverá, em geral, expedir a resposta pela mesma estação por onde recebeu o telegramma.

Art. 106. Os telegrammas dos agentes consulares só podem ser considerados como de serviço publico, quando dirigidos á pessoa official, ou quando tratarem de negocios relativos ás suas funções officiaes. No entanto, os telegrammas que não preencherem essas condições não serão recusados pela estação de procedencia, mas esta os assignalará immediatamente á Directoria Geral por intermedio do seu chefe immediato.

Art. 107. Os originaes dos telegrammas transmittidos como officiaes, serão enviados pelas sub-contadorias á Directoria Geral, depois de feita a respectiva conferencia e de preparados os elementos estatísticos correspondentes, afim de que se proceda á cobrança das taxas dos que não estiverem nas condições regulamentares.

Art. 108. Os telegrammas de serviço se dividem em:

- 1º, telegrammas de serviço propriamente dito ;
- 2º, telegrammas de serviço taxado ;
- 3º, avisos de serviço.

Art. 109. São telegrammas de serviço propriamente dito aquelles que tem por objecto qualquer assumpto de serviço telegraphico, expedidos por funcionarios da repartição. Nesses telegrammas não se transmitta assignatura, pois são communicações de estação a estação ou de administração a administração e devem ser redigidos com as abreviaturas adoptadas e as que de futuro se estabelecerem.

Art. 110. Serão considerados telegrammas de serviço taxado, quaesquer telegrammas rectificativos ou completivos de outros, bem como as communicações trocadas entre duas estações telegraphicas, a pedido do expedidor ou do destinatario, com relação a qualquer telegramma já transmittido ou em via de transmissão.

Art. 111. O expedidor ou o destinatario de qualquer telegramma, dentro do prazo de setenta e duas horas a contar da partida ou da chegada, conforme o caso, poderá fazer ou pedir a rectificação de todas as palavras do texto que lhe parecerem duvidosas, ou que se deem instrucções a respeito de um telegramma já transmittido ou em via de transmissão, pagando as taxas ordinarias do telegramma em que se fizer o pedido, bem como a taxa da resposta si for pedida.

Art. 112. Os avisos de serviço são trocados entre as estações todas as vezes que os incidentes da transmissão o requerem, principalmente quando as indicações de qualquer telegramma já transmittido não forem regulares, quando se tratar de rectificações ou informações relativas a telegramma ou serie de telegrammas precedentemente transmittidos, quando o telegramma não puder ser entregue ao destinatario e quando a embarcação a

que se destina um telegramma semaphorico, não for avistada no prazo regulamentar.

Esses avisos não são absolutamente expedidos a pedido do publico, mas exclusivamente quando os interesses do serviço em si mesmos o exigirem.

Paragrapho unico. Os avisos de serviço não podem ser expedidos sem serem previamente escriptos pelo chefe da estação, chefe de turma, ou fiscaes de serviço das companhias estrangeiras no paiz, de modo que fique cópia no archivo.

Art. 113. São também avisos de serviço os telegrammas communicando á administração o estado das linhas e os que comprehendem ordens della emanadas ou respostas a essas ordens.

## CAPITULO XII

### REDACÇÃO DOS TELEGRAMMAS

Art. 114. Os telegrammas devem ser escriptos, tanto quanto possivel, em formularios com os respectivos dizeres impressos, que se acharão á disposição do publico na sala das partes de cada estação telegraphica e á venda nas mesmas estações, em blocks de 100 folhas.

§ 1.º A minuta dos telegrammas deve ser escripta em caracteres legiveis com letras e algarismos que possam ser transmitidos pelo aparelho Morse e que são os seguintes:

A B C D E E' F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z e no serviço interior são admittidos :

A'. AO. Ç. CH. ÕES. U.

e os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 0, §.

São também admittidos os seguintes signaes de pontuação : Ponto (.), virgula (,), ponto e virgula (;), dous pontos (:), ponto de interrogação (?), ponto de exclamação (!), apostrophe ('), traço de união (—), accentuado (´), risca de fracção (/), traço duplo (=), parenthesis (()) e aspas («»).

§ 2.º Todas as correções que o expedidor fizer na minuta, seja incluindo, seja riscando ou entrelinhando palavras, devem por elle ser reconhecidas em declaração expressa, que fará abaixo da assignatura.

Art. 115. A linguagem a empregar na redacção dos telegrammas pôde ser clara ou secreta, comprehendendo esta a linguagem convencionada. A cifrada é composta de letras que teem uma significação secreta.

§ 1.º A linguagem clara é a que apresenta um sentido intelligivel em qualquer uma das linguas autorisadas para a correspondencia telegraphica internacional : portugueza, franceza, ingleza, allemã, hespanhola, italiana, hollandeza e latina.

§ 2.º Entende-se por telegramma em linguagem convencional aquelle em que se faz emprego de palavras que, não obstante

terem um sentido intrinseco, contudo não formam phrases intelligíveis para as estações em correspondencia. Essas palavras devem ser tiradas das linguas autorisadas e não deverão conter mais de dez caracteres, não sendo admittido o emprego de nomes proprios em taes telegrammas, sinão com a sua significação propria em linguagem clara. A estação transmissora pôde exigir a apresentação do vocabulario convencionado, afim de fiscalisar a execução das disposições precedentes e verificar a authenticidade das palavras empregadas.

§ 3.º São considerados telegrammas em linguagem cifrada, aquelles cujo texto é integral ou parcialmente formado de grupos ou de series de algarismos ou letras com significação secreta.

Art. 116. As diversas partes de que se compõe um telegramma devem ser escriptas pelo expedidor na seguinte ordem: 1.º, indicações eventuaes; 2.º, o endereço; 3.º, o texto; 4.º, a assignatura.

Art. 117. Indicações eventuaes são as indicações que o expedidor deve escrever antes do endereço e relativas á entrega do telegramma, a resposta paga, a accusamento de recepção, a telegrammas urgentes, cotejados, a fazer seguir, entregar aberto, etc.

Essas indicações podem ser escriptas com as formas abreviadas abaixo, postas entre parenthesis, e que então serão contadas por uma só palavra:

Telegrammas privados urgentes (D).

Resposta paga (RP).

Resposta paga urgente (RPD).

Telegramma cotejado (TC).

Accusamento de recepção (CR).

Faça seguir (FS).

Porte registrado (PR).

Expresso ou proprio (XP).

A entregar aberto (RO).

A entregar em mão propria (MP).

Art. 118. O endereço deve constar de duas palavras no minimo, a primeira indicando o endereço do destinatario, a segunda designando a estação telegraphica do destino. O endereço deve ter todas as indicações necessarias para garantir a entrega do telegramma sem indagações, nem pedidos de informações; convindo, portanto, os seguintes esclarecimentos:

1.º, para as grandes cidades, o endereço deve fazer menção da rua e do numero da casa e na falta deverá conter a profissão do destinatario ou outras indicações uteis;

2.º, ainda para as pequenas cidades, o nome do destinatario deve vir acompanhado, quanto for possivel, de indicações complementares, capazes de guiar a estação do destino no caso de alteração do nome proprio;

3.º, a menção do paiz destinatario ou de sua subdivisão territorial, todas as vezes que puder haver duvida sobre a direcção a dar-se ao telegramma, mormente em caso de homonymo.

§ 1.º O endereço pôde ser escripto sob uma forma conveniencional ou abreviada; sendo, porém, necessario para a entrega, que haja accordo entre o destinatario e a estação telegraphica do destino, nos termos dos arts. 197 a 200.

§ 2.º Os telegrammas cujo endereço não preencher as condições indicadas, serão no entanto transmittidos com risco do expedidor, que em todos os casos soffrerá as consequências da insufficiencia do endereço.

Art. 119. O texto dos telegrammas de serviço publico em linguagem cifrada pôde ser formado de algarismos ou de letras com significação secreta, mas não é admittida a mistura de algarismos e letras.

Paragrapho unico. O texto de um telegramma privado pôde conter passagens em linguagem clara e em linguagem secreta.

Art. 120. São acceitos tambem os telegrammas sem texto; ficando, porém, o expedidor inteiramente responsavel pelas consequências.

Art. 121. O expedidor tem a faculdade de escrever a assinatura com a forma abreviada e até pôde omittila, devendo indicar o seu nome e morada, para quaesquer effeitos legais, no lugar proprio do respectivo impresso, ficando obrigado a todas as exigencias relativas á authenticidade da correspondencia.

### CAPITULO XIII

#### DEPOSITO DOS TELEGRAMMAS

Art. 122. Por ocasião do deposito de um telegramma, o empregado em serviço da taxa fará entrega ao expedidor de um recibo em que se mencionará o destino, o numero que toma o telegramma, numero de palavras e a importancia da taxa.

Paragrapho unico. Aos expedidores de telegrammas officiaes e de telegrammas urbanos não se fornecerá recibo.

Art. 123. Os telegrammas apresentados nas estações em papel avulso serão collados nos impressos adoptados, antes de passarem para a transmissão.

Art. 124. E' rigorosamente prohibido a qualquer empregado escrever em parte ou no todo os telegrammas do publico, emendal-os, corrigil-os ou alteral-os por qualquer forma.

Paragrapho unico. Quando o original de um telegramma for difficilmente legivel ou incorrectamente redigido e fóra dos termos regulamentares, deve o empregado da estação indicar ao expedidor ou a seu representante as substituições ou rectificações que forem necessarias, e exigir que elle as faça de modo que as minutas dos telegrammas não sejam nunca modificadas sem participação dos expedidores e que sejam entregues ao empregado da transmissão em conformidade com as disposições do regulamento.



Art. 125. O empregado da estação deve exigir do expedidor que escreva o seu nome e morada no lugar que lhe é destinado no impresso respectivo. Essas indicações com uem segredo telegraphico.

Art. 126. E' expressamente prohibida a entrada do publico nas salas de manipulação dosapparelhos. Não devem ser admitidos nessa sala nem mesmo os empregados que na estação tiverem exercicio, quando não estiverem em effectivo trabalho.

Art. 127. Quando o estado de funcionamento das linhas telegraphicas não permitta um serviço de transmissão rapida, deve o empregado da taxa informar os expedidores dessa circumstancia, de sorte que este só faça deposito do seu telegramma, conformando-se com a demora que possa haver no serviço, o que deverá declarar na propria minuta, afim de evitar reclamações posteriores.

Art. 128. Os empregados deverão prestar ao publico todos os esclarecimentos que possam ser uteis para a expedição da correspondencia e que tragam facilidade para o uso do telegrapho pelo expedidor.

## CAPITULO XIV

### TAXAÇÃO DOS TELEGRAMMAS E COBRANÇA DAS TAXAS

Art. 129. A taxa dos telegrammas é calculada por palavra pura e simples, tanto para os telegrammas interiores, como para os internacionaes.

Paragrapho unico. Só para o serviço dos telegrammas urbanos fica creada a forma do telegramma normal de vinte palavras.

Art. 130. A cobrança das taxas effectua-se no ponto de partida.

§ 1.º Exceptuam-se os telegrammas com a indicação de— Faça-se seguir, as despesas de conducção e as taxas dos telegrammas semaphoricos, que são cobradas pela estação destinataria.

§ 2.º Todas as vezes que houver cobrança na estação terminal, só será entregue o telegramma ao destinatario, mediante pagamento da taxa devida.

§ 3.º Quando a estação expedidora de um telegramma para *fazer seguir*, tiver motivos para duvidar do pagamento por parte do destinatario, o expedidor deixará em deposito a importancia da taxa, que lhe será restituída logo que o destinatario a houver pago.

## CAPITULO XV

### CONTAGEM DAS PALAVRAS DOS TELEGRAMMAS

Art. 131. Tudo quanto o expedidor escrever na minuta do seu telegramma para ser transmittido, entra no calculo da taxa, salvo as indicações da via a seguir, os signaes de pontuação, traços de união, apostrophes e paragraphos.

Paragrapho unico. Quando, porém, o expedidor incluir no texto do telegramma algumas dessas indicações, entram ellas tambem na contagem das palavras.

Art. 132. O destinatario de um telegramma contendo reunião de palavras contrarias ao uso da lingua do paiz é responsavel pela importancia da taxa cobrada á menos, e a entrega do telegramma só se fará depois do pagamento da taxa supplementar.

Paragrapho unico. No caso de falta de pagamento pelo destinatario, o expedidor receberá aviso da estação de origem, devidamente prevenida, de que a recusa do pagamento impede a entrega do telegramma.

Art. 133. O numero maximo de letras que pôde ter uma palavra nos telegrammas interiores é de 15, sendo o excedente, abaixo ou igual a 15 letras, contado por outra palavra.

Art. 134. Na correspondencia internacional o maximo de caracteres por palavra é de 10 ; o excedente, abaixo ou igual a 10 caracteres, é contado por uma palavra.

Art. 135. Para os telegrammas, tanto interiores, como exteriores em linguagem convencional, o maximo comprimento de uma palavra é de 10 caracteres.

§ 1.º São tambem contados 10 caracteres por uma palavra, as partes em linguagem clara, reunidas no texto de um telegramma mixto, composto de palavras em linguagem clara e palavras em linguagem convencional.

§ 2.º Quando o telegramma mixto contém um texto cifrado, as passagens cifradas são contadas pela disposição applicada aos numeros.

Art. 136. Nos telegrammas de serviço interior são os numeros, escriptos em algarismos, contados na razão de cinco algarismos por uma palavra.

Art. 137. Para os telegrammas internacionais a contagem das palavras é feita por grupo de tres algarismos.

Art. 138. Os pontos, as virgulas que entram na composição dos numeros, assim como os riscos de fracção, contam-se por um algarismo.

Art. 139. Cada uma das letras accrescidas ao algarismo, para designar os numeros ordinaes, conta-se como um algarismo.

Art. 140. Tanto no serviço interior, como no internacional, são sempre contados por uma só palavra o nome da estação telegraphica, o nome do paiz e o nome da subdivisão territorial do destino, mas unicamente no endereço, seja qual for o numero de palavras e caracteres empregados para exprimi-los, contanto que essas palavras estejam escriptas, conforme as indicações da nomenclatura official da Secretaria Internacional de Berne.

§ 1.º Conta-se tambem por uma palavra qualquer algarismo, letra ou cifra isolada, o sublinhado, o parenthesis e as aspas.

§ 2.º Nas expressões ligadas por um traço de união, contam-se as palavras que servem para formal-as. As palavras separadas por apostrophe são contadas por palavras isoladas.

Art. 141. Não são admittidas as ligações ou alterações contrarias ao uso da lingua. Contudo, nos nomes proprios de cidades

e paizes, nos nomes de familia, nos nomes de logares, praças, boulevards, ruas, etc., nos nomes de embarcações, como também nos numeros escriptos em lettras, contam-se as palavras empregadas pelo expedidor para exprimi-las.

## CAPITULO XVI

### DIRECÇÃO A DAR-SE AOS TELEGRAMMAS

Art. 142. O expedidor tem a faculdade de indicar a via que deve seguir o seu telegramma, e, nesse caso, deverá escrever essa indicação na margem da minuta.

Art. 143. Si o expedidor tiver marcado a via, será estritamente observada essa prescrição, salvo interrupção da via indicada, ou si a transmissão por ella occasionar grande demora, caso em que não ha motivo para reclamação.

Art. 144. Si pelo contrario o expedidor não marcar a via que o telegramma deve seguir, a cada uma das estações nas quaes as vias se dividem, cabe decidir a direcção a dar-se, devendo, porém, observar-se as clausulas dos contractos com as outras administrações em trafego mutuo.

Art. 145. O expedidor tem o direito de pedir que se transmita, pelo telegrapho, o seu telegramma, até certa estação por elle indicada, e dali pelo Correio, até ao destino.

## CAPITULO XVII

### TRANSMISSÃO DOS TELEGRAMMAS

#### *Signaes de transmissão*

Art. 146. O serviço de transmissão nas estações telegraphicas faz-se actualmente unicamente com osapparelhos Morse, e os signaes empregados são os constantes do quadro abaixo:

<i>Lettras</i>		Espaço e comprimento dos signaes:
a	• —	1. Um traço é igual a tres pontos. 2. O espaço entre os signaes da mesma lettra é igual a um ponto.
ã	• — • —	
á	• — • — • —	
b	— • • •	
c	— • — •	3. O espaço entre duas lettras é igual a tres pontos.
ch	— — — —	
d	— • •	4. O espaço entre duas palavras é igual a cinco pontos.
e	•	
é	• • — • •	

f	• • • • •
g	• • • • •
h	• • • • •
i	• • • • •
j	• • • • •
k	• • • • •
l	• • • • •
m	• • • • •
n	• • • • •
ñ	• • • • •
o	• • • • •
p	• • • • •
q	• • • • •
r	• • • • •
s	• • • • •
t	• • • • •
u	• • • • •
ü	• • • • •
v	• • • • •
w	• • • • •
x	• • • • •
y	• • • • •
z	• • • • •

*No serviço interior tem mais :*

ão	• • • • •
ões	• • • • •

### Algarismos

1	• • • • •	ou	• • • • •
2	• • • • •	>	• • • • •
3	• • • • •	>	• • • • •
4	• • • • •	>	• • • • •
5	• • • • •	>	• • • • •
6	• • • • •	>	• • • • •
7	• • • • •	>	• • • • •
8	• • • • •	>	• • • • •
9	• • • • •	>	• • • • •
0	• • • • •	>	• • • • •
Risco de	• • • • •	>	• • • • •
fracção	• • • • •	>	• • • • •

Podem-se empregar para exprimir os algarismos os signaes da segunda columna, mas unicamente nas repolições *ex-officio*.

### Signaes de pontuação e outros

Ponto.....	(.)	• • • • •
Ponto e virgula.....	(;)	• • • • •
Virgula.....	(,)	• • • • •
Dous pontos.....	(:)	• • • • •

1000

Ponto de interrogação ou pedido de repetição de uma transmissão não en- tendida.....	(?)	• • PUNTO DE INTERROGACAO • •
Ponto de exclamação.....	(!)	• • PUNTO DE EXCLAMACAO • •
Apostrophe.....	(')	• • APOSTROPHO • •
Alinéa.....		• • ALINEA • •
Traço de união.....	(-)	• • TRAÇO DE UNIAO • •
Parenthesis (abrindo e fe- chando).....	( )	• • PARENTHESIS • •
Aspas.....	(")	• • ASPAS • •
Sublinhado (antes e depois das palavras ou membro de phrase).....		• • SUBLINHADO • •

### *Indicações de serviço*

Telegramma official.....	• • •
» de serviço.....	• • SERVICO • •
» privado urgente.....	• • PRIVADO URGENTE • •
» » ordinario.....	• • ORDINARIO • •
Serviço taxado.....	• • •
Resposta paga.....	• • RESPOSTA PAGADA • •
» » urgente.....	• • URGENTE • •
Telegramma cotado.....	• • COTADO • •
Signal de recebido.....	• • SIGNAL DE RECEBIDO • •
Telegramma — Fazer Seguir..	• • FAZER SEGUIR • •
Porto do Correio, pago.....	• • PORTO DO CORREIO PAGADO • •
» recommendado.....	• • RECOMMENDADO • •
Expresso (ou proprio) pago....	• • EXPRESSO (OU PROPRIO) PAGADO • •
Estafeta pago.....	• • ESTAFETA PAGADA • •
Telegramma entregue aberto..	• • TELEGRAMMA ENTREGUE ABERTO • •
Telegramma em mão propria..	• • TELEGRAMMA EM MÃO PROPRIA • •
Chamado (preliminar de toda e qualquer transmissão)....	• • CHAMADO • •
Signal para separar o preâmbu- lo do endereço, este do texto e o texto da assignatura.....	• • SIGNAL PARA SEPARAR O PREAMBULO DO ENDEREÇO, ESTE DO TEXTO E O TEXTO DA ASSIGNATURA • •
Entendido.....	• • ENTENDIDO • •
Erro (para annullar).....	• • ERRO • •
Fim da transmissão.....	• • FIM DA TRANSMISSÃO • •
Convite para transmittir.....	• • CONVITE PARA TRANSMITTIR • •
Espera.....	• • ESPERA • •
Recepção terminada.....	• • RECEPÇÃO TERMINADA • •

### *Ordem de transmissão*

Art. 147. A transmissão dos telegrammas faz-se na seguinte ordem :

- 1º, telegrammas officiaes ;
- 2º, telegrammas de serviço urgentes ;
- 3º, telegrammas de serviço não urgentes e de serviço taxado ;

- 4º, telegrammas particulares urgentes ;  
5º, telegrammas particulares ordinarios.

Paragrapho unico. Teem preferencia sobre todos, os telegrammas classificados de força maior.

Art. 148. A transmissão dos telegrammas entre as differentes estações, fica subordinada ás instrucções que forem organisadas nos termos do art. 337 § 8º.

Art. 149. É obrigatoria a transmissão de tudo quanto o expeditor tiver escripto na minuta do telegramma, inclusive todos os signaes de pontuação.

Art. 150. Todos os incidentes e accidentes que occorrerem durante a transmissão e recepção, serão registrados immediatamente nos livros de movimento da estação, incluindo-se nessas indicações a ruptura da fita, cujos extremos deverão ser logo rubricados pelo empregado.

Art. 151. Nenhuma estação poderá fechar o serviço sem que tenha sido despedida pelas estações de que depender.

Paragrapho unico: Entre duas estações em correspondencia directa, a ordem de encerramento deve ser dada pela que tiver serviço mais prolongado ou, em igualdade de horario, pela que se achar mais directamente ligada a outra de serviço mais prolongado.

Art. 152. Para todas as estações telegraphicas da repartição, vigora um só e mesmo tempo, que é o tempo médio da Capital Federal.

Art. 153. A transmissão de um telegramma só poderá ser interrompida, para dar logar a alguma communicação de categoria superior, no caso de urgencia absoluta.

Art. 154. Os telegrammas da mesma categoria são transmitidos pelas estações originaes na ordem da entrada, e pelas estações intermediarias na ordem da recepção.

Art. 155. Nas estações intermediarias serão equiparados os telegrammas originaes e os de transito que tenham de seguir pelos mesmos fios e serão transmitidos indistinctamente, segundo a hora do deposito ou da recepção.

Art. 156. Entre duas estações em communicação directa os telegrammas da mesma categoria se transmittem alternadamente.

Art. 157. Em casos de affluencia de trabalho e nas linhas de serviço internacional, póde a transmissão ser feita por series alternadas, não podendo, porém, cada serie compor-se de mais de cinco telegrammas, e todo telegramma de 100 palavras ou mais, é considerado como constituindo uma serie.

§ 1.º A estação que acaba de transmittir uma serie tem o direito de continuar, si chegar algum telegramma official, do serviço ou privado urgente, salvo quando a estação que recebe já tiver começado a transmissão de uma serie, ou quando tiver de repetir um telegramma cotêjado.

§ 2.º Concluida a transmissão do telegramma ou serie, cabe á estação que o recebeu o direito de transmittir o que tiver ; quando,

porém, nada tenha, continuará a outra a transmittir. Si de uma e outra parte não houver serviço para transmittir, dar-se-hão reciprocamente as duas estações o signal *zero*.

Art. 158. O serviço de transmissão de qualquer estação deverá ser sempre feito em obediencia ás ordens das estações de maior importancia. As ordens transmittidas nesse sentido pelas estações mais importantes ás demais, são executorias, qualquer que seja a categoria dos respectivos chefes.

Paragrapho unico. E' todavia permitido aos encarregados das estações, quando não se conformarem com as indicações recebidas, reclamar pelas vias competentes, e depois de feito o serviço, a intervenção dos chefes de districtos que tomarão as providencias necessarias quando estejam nas suas attribuições, ou levarão os factos ao conhecimento da directoria, para resolver definitivamente sobre a ordem desses serviços.

Art. 159. Devem as estações conformar-se com a indicação de via feita pelo expedidor, e no caso de falta dessa indicação proceder-se-ha de accordo com o art. 144.

#### *Modo de proceder*

Art. 160. Toda a correspondencia entre duas estações começa pelo signal de *chamada* ou pelo indicativo ou abreviatura da estação chamada.

§ 1.º A estação chamada responderá immediatamente repetindo o indicativo ou fazendo o signal de *espera* quando não possa responder. Ao signal de *espera* seguir-se-ha um algarismo indicando a duração provavel da espera e motivando-a, quando essa duração exceder a dez minutos.

§ 2.º Nenhuma estação chamada poderá recusar-se a receber os telegrammas que lhe forem apresentados, qualquer que seja o seu destino; no entanto, em caso de erro evidente, a estação transmittente é obrigada a encaminhal-o devidamente logo que a estação correspondente indique por aviso de serviço a verdadeira via.

Art. 161. Não devem as estações recusar ou retardar um telegramma por não estarem regulares as indicações de serviço, as indicações eventuaes ou certas partes do endereço ou do texto. Deverá accceitar e em seguida, si for necessario, pedir á estação expedidora, por meio de aviso de serviço, a sua regularisação.

Art. 162. Quando a estação que tiver chamado receber, sem outro signal, a abreviatura da estação que respondeu, transmittirá as indicações de serviço constitutivas do preambulo do telegramma pela ordem seguinte:

a) natureza dos telegrammas por meio das abreviaturas S. A. D. ST. CR. etc., indicando si o telegramma é de serviço publico, aviso de serviço, privado urgente, aviso de serviço taxado ou accusação de recepção;

- b) indicativo ou abreviatura do nome da estação destinataria ;
- c) indicativo ou abreviatura do nome da estação expedidora, precedido da palavra *de* ; exemplo : de S. Paulo ;
- d) numero do telegramma ;
- e) numero de palavras ; nos telegrammas em cifra indicar-se-ha — 1º, o numero total de palavras que servir para base da taxaçaõ ; 2º, o numero de palavras escriptas em linguagem clara ; 3º, o numero de grupos de algarismos ou letras (si os houver) ;
- f) apresentação do telegramma, mediante tres numeros, data, hora e minuto com a indicação *am* ou *pm*, antes ou depois da passagem do sol pelo meridiano ;
- g) via a seguir, quando está indicada por escripto no telegramma pelo expedidor, ou quando a estação é obrigada a indicar a via, de accordo com os contractos existentes ;
- h) indicações eventuaes, que o expedidor não é obrigado a inserir no texto.

Paragrapho unico. Em seguida ao preambulo acima especificado, transmittir-se-hão successivamente as indicações eventuaes do expedidor, o endereço, o texto e a assignatura do telegramma.

Art. 163. Collocar-se-ha o signal de separação entre o preambulo e o endereço, entre o endereço e o texto e entre o texto e a assignatura. Termina-se pelo signal *fim de transmissão*.

Paragrapho unico. As indicações eventuaes expressas em signaes convencionaes serão igualmente precedidas e seguidas pelo signal de *separação*.

Art. 164. O empregado que transmittir, si reconhecer que se enganou, deverá interromper-se por meio do signal de *erro*, repetir a ultima palavra bem transmittida e continuar desta palavra em deante a transmissão rectificada.

Paragrapho unico. Da mesma fórma, o empregado que receber, si encontrar uma palavra que não possa comprehender, deverá interromper o seu correspondente com o mesmo signal e repetir a ultima palavra comprehendida, fazendo-a seguir de um ponto de interrogação. O correspondente recommençará então a transmissão desde aquella palavra, esforçando-se para tornar os signaes tão claros quanto seja possível.

## CAPITULO XVIII

### SUSPENSÃO DA TRANSMISSÃO

Art. 165. Todo e qualquer expedidor póde, justificando a identidade de pessoa, suspender, si ainda for tempo, a transmissão do telegramma que entregou à estação.

Art. 166. Tem direito à restituição da taxa o expedidor que retirar ou suspender o seu telegramma antes de se ter começado a transmissão, descontando-se a quantia de 200 réis em beneficio da estação.

continua aqui>



Art. 167. Si o telegramma já tiver sido transmittido, para que possa ser annullado deve o expedidor sujeitar-se ás despesas com a taxaço de um telegramma formulado pela estação e communicando a resolução do expedidor.

Art. 168. Cabe ao expedidor a restituição da taxa do telegramma primitivo e annullatorio, na razão do percurso não effectuado, quando o telegramma primitivo for alcançado antes de chegar ao seu destino. As despesas com Correio, no caso em que as haja, serão pagas pelo expedidor.

## CAPITULO XIX

### RECEPÇÃO E REPETIÇÃO EX-OFFICIO

Art. 169. Terminada a transmissão, o empregado que receber comparará em cada telegramma o numero das palavras transmitidas com o numero annuciado, e accusará a recepção do telegramma ou dos telegrammas que constituem a serie.

Art. 170. Quando tratar-se de um só telegramma, será o aviso de recepção formulado por um *R* seguido da indicação do telegramma recebido, exemplo: *R. 634*.

Si for uma serie de telegrammas, seguir-se-ha ao *R* o numero de telegrammas recebidos, bem como o numero do primeiro e do ultimo telegramma da serie: *R. 5-227-899*.

Art. 171. Havendo differença no numero de palavras, será esta indicada pelo empregado ao seu correspondente.

Si este ultimo se tiver enganado simplesmente na declaração do numero de palavras, responderá: *admitto*, indicando ao mesmo tempo o numero real de palavras, exemplo: *admitto 18*; do contrario repetirá a primeira letra de cada palavra e o primeiro algarismo de cada numero até ao trecho errado, que rectificará.

§ 1.º Quando a differença não proceder de erro de transmissão, a rectificação do numero de palavras declarado só poderá ser feita por accordo mutuo entre a estação expedidora e a correspondente.

§ 2.º Na falta de accordo, prevalece o numero de palavras declarado pela estação originaria.

Art. 172. Poderão os empregados, para resalvar sua responsabilidade, dar ou exigir repetição parcial ou integral dos telegrammas. Esta repetição é, porém, obligatoria nos casos indicados neste regulamento, e além destes, em relação a todos os numeros, nomes proprios e palavras duvidosas, si as houver.

Art. 173. Quando se der a repetição de numeros seguidos de fracções ou a repetição de fracções cujo numerador fór composto de dous ou mais algarismos, deverá repetir-se por extenso o numerador da fracção afin de evitar qualquer confusão. Assim:  $1 \frac{1}{16}$  será necessario repetir *1 um 16* para não ser  $\frac{11}{16}$ ; como  $13 \frac{3}{4}$  será necessario repetir *treze 4* para não se ler  $1 \frac{3}{4}$ .

Art. 174. Não poderá essa repetição ser retardada e nem interrompida sob pretexto algum. Acabada a verificação, a estação que tiver recebido fará a que tiver transmittido o signal de *recepção terminada* e dará o recibo do telegramma ou da ultima serie.

Art. 175. As rectificações relativas a telegrammas de uma serie precedentemente transmittida, são feitas por avisos de serviço dirigidos ás estações destinatarias. Esses avisos reproduzirão o nome e morada do destinatario.

Paraphrasso unico. Os pedidos de esclarecimentos que se effectuarem nas mesmas condições, serão feitos em aviso de serviço.

Art. 176. Si acontecer que em consequencia de interrupção, ou por outro qualquer motivo, não se possa receber a repetição, essa circumstancia não impedirá a entrega do telegramma ao destinatario, sob condição de se lhe comunicar ulteriormente a correcção, si houver.

## CAPITULO XX

### INTERRUPÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEGRAPHICAS. TRANSMISSÃO POR AMPLIAÇÃO

Art. 177. Quando no decurso da transmissão de um telegramma se der interrupção nas communicações telegraphicas regulares, a estação a partir da qual a interrupção se tiver produzido, expedirá immediatamente o telegramma pelo Correio, quando não haja outro meio de transmissão por outra via telegraphica. A carta expedida pelo Correio deve levar a nota—*telegramma*.

Art. 178. A estação que recorrer a algum outro modo de reexpedição que não seja o telegrapho, dirigirá tambem o telegramma, conforme as circumstancias, mas pelo processo mais rapido, quer á primeira estação telegraphica em condições de o reexpedir, quer á estação destinataria, quer ao proprio destinatario. Logo que a communicação se achar restabelecida, será transmittido de novo o telegramma pela via telegraphica, salvo si tiver sido anteriormente accusada a sua recepção, ou si em consequencia de accumulção de despachos esta reexpedição for manifestamente prejudicial ao serviço.

Art. 179. Os telegrammas que por este motivo forem dirigidos pelo Correio a uma estação telegraphica, irão acompanhados de guia numerada. Na mesma occasião a estação que fizer a expedição avisará a estação a que for dirigido, quando as communicações o permittam, por aviso de serviço, declarando o numero dos telegrammas expedidos e a hora do Correio.

Art. 180. A chegada do Correio a estação correspondente verificará si o numero dos telegrammas recebidos é igual ao numero dos telegrammas indicados. Sendo assim, accusará a rece-

ção dos telegrammas na guia, devolvendo-a immediatamente à estação expedidora. Depois do restabelecimento das communicações telegraphicas, este aviso se renovará mediante um telegramma de serviço nos seguintes termos:

*Recbidos..... telegrammas, conforme guia n..... de..... de.....*

Art. 181. Essas disposições applicam-se tambem ao caso de uma estação telegraphica receber pelo Correio, sem aviso, uma remessa de telegrammas.

Art. 182. Quando não tenha chegado uma remessa de telegrammas annunciada, deverá dar-se immediatamente aviso disso a estação expedidora. Esta poderá, conforme as circumstancias, effectuar nova remessa por qualquer meio de transporte, ou transmittir os telegrammas por via telegraphica, quando esta transmissão não prejudique as correspondencias telegraphicas ultteriores.

Art. 183. A estação que reexpedir pelo telegrapho telegrammas já transmittidos pelo Correio, communicar-o-ha à estação para a qual os telegrammas forem dirigidos em aviso de serviço redigido da seguinte forma :

*Rio de Santos—Telegrammas ns. reexpedidos por ampliação.*

Art. 184. A reexpedição por ampliação deverá ser communicada por uma indicação de serviço no preambulo ; por exemplo:

*Ampliação, já expellido para... (nome, etc.) em... (dia, etc.) pelo Correio ou pela via de... ou pelo fio n....*

Art. 185. Quando estes telegrammas forem enviados aos destinatarios, serão acompanhados de uma nota indicando a interrupção das linhas.

Art. 186. Os telegrammas exteriores só serão reexpedidos por uma via mais cara, no caso que o expedidor pague a taxa desse percurso.

## CAPITULO XXI

### ENTREGA DO TELEGRAMMA NO DESTINO

Art. 187. Os telegrammas podem ser entregues no domicilio do destinatario, depositados ou encaminhados pelo Correio, e ainda, depositados na estação telegraphica, de accordo com as indicações que constarem do endereço, para serem procurados pelos interessados.

Paragrapho unico. Nas localidades em que existirem explorações de linhas telephonicas de propriedade da repartição, poderão os telegrammas ser expellidos pelo telephone.

Art. 188. Quando o telegramma tenha de ser entregue no domicilio do destinatario pagara as despezas de condução, si as houver.

Art. 189. Os telegrammas que devem ser encaminhados pelo Correio só serão sujeitos à despesa, quando houver recommendação de registro, em cujo caso deverá o expedidor pagar, além da taxa telegraphica, a postal, na importancia de 200 réis.

Art. 190. O telegramma que tenha de ser levado ao domicilio pôde ser entregue, quer ao destinatario, quer aos membros adultos da familia, aos seus empregados, locatarios ou hospedes, quer ao porteiro do hotel ou da casa, excepto si o destinatario tiver designado por escripto algum delegado especial ou si o expedidor tiver exigido, com declaração no endereço do telegramma, que a entrega seja em mão propria.

Art. 191. Quando por qualquer circumstancia o telegramma não puder ser entregue, o expedidor será avisado pela estação. Paragrapho unico. O expedidor pôde completar, rectificar ou confirmar, o endereço, sujeitando-se ao pagamento da taxa do telegramma completo ou rectificativo, de accordo com o art. 110.

Art. 192. O expedidor fica responsavel pelas despesas que se tenham de fazer na estação do destino, para a entrega do telegramma, no caso de não ter sido esta effectuada por insufficiencia do endereço, por ausencia ou recusa do destinatario.

Art. 193. Ao destinatario de um telegramma que não tenha sido possivel fazer a entrega, por se achar fechada a porta indicada no endereço, ou por não haver na casa quem queira recebê-lo, será feito no domicilio indicado um aviso para procural-o na estação.

Art. 194. O telegramma que trazer a indicação — Correio restante ou telegrapho restante, só será entregue ao destinatario ou quem suas vezes fizer.

Art. 195. Não é permittido a qualquer individuo exigir das estações telegraphicas que os telegrammas que lhe forem dirigidos até certa hora ou em determinadas circumstancias para um designado domicilio, sejam entregues em outro.

Art. 196. A entrega dos telegrammas cujos endereços, em vez da indicação do domicilio dos destinatarios, tragam a designação dos seus empregos publicos, será feita nos edificios em que estiverem estabelecidas as respectivas repartições ; salvo quando esses domicilios forem conhecidos pelos empregados da repartição.

## CAPITULO XXII

### REGISTRO DOS ENDEREÇOS

Art. 197. Para que um telegramma com endereço abreviado ou convencionado seja entregue, é necessario que o destinatario tenha notificação na estação, da sua firma convencional adoptada.

Art. 198. Para registrar o seu endereço convencional, fica o interessado obrigado ao pagamento de 10\$ annuaes.

Art. 199. Em qualquer tempo que seja feita a notificação, termina a 31 de dezembro de cada anno o direito de recebimento de telegrammas em taes condições, devendo portanto ser annualmente renovado aquelle pagamento, sob pena de não entrega do serviço.

Art. 200. Em todas as estações telegraphicas haverá um livro de registro de endereços abreviados ou convencionaes.

§ 1.º Não serão acceitos como endereço abreviado ou convencional:

1º, nomes proprios ou appellidos vulgares ou communs a muitas familias;

2º, palavras que já tiverem sido acceitas para endereços abreviados, antes do registro que se pretende effectuar;

3º, nem qualquer palavra que possa dar lugar á duvida acerca da identidade do destinatario ou que possa ser origem de demora na entrega dos telegrammas.

§ 2.º Os telegrammas cujo endereço seja incompleto, sem que constitua um endereço abreviado, devidamente registrado, só poderão ser entregues si não houver duvida acerca da identidade do destinatario, e si este puder ser encontrado sem effectuar-se busca ou averiguações, que tragam demora para os outros serviços da estação.

## CAPITULO XXIII

### TELEGRAMMAS ESPECIAES

Art. 201. São telegrammas especiaes os telegrammas quaesquer que tenham operações accessorias, obrigatorias ou facultativas, ou que sejam expedidos em condições especiaes de taxa ou transmissão.

Paragrapho unico. São operações accessorias : a resposta paga, o cotejo, o certificado de recepção, a reexpedição, a fazer seguir, a multiplicidade de endereços, a entrega dos telegrammas em localidades não servidas pelas linhas telegraphicas ou telephonicas. Estão em condições especiaes de transmissão os telegrammas urgentes, os da imprensa, os semaphoricos e os avisos maritimos.

Art. 202. *Respostas pagas* — O expedidor pôde pagar a resposta que pede ao seu correspondente, não podendo, todavia, a franquia da resposta exceder a taxa de um telegramma ordinario de 30 palavras para o mesmo destino, quando o telegramma for internacional.

§ 1.º Exceptuam-se dessa limitação as respostas que devem repetir um telegramma anteriormente transmittido.

§ 2.º O expedidor que quizer franquear a resposta ao seu telegramma deve escrever na minuta a indicação—Resposta paga—com a menção do numero de palavras franqueadas para resposta e satisfazer o importe correspondente.

§ 3.º No caso do expedidor não marcar o numero de palavras, subentende-se que quer pagar a taxa correspondente a um telegramma ordinario de 10 palavras.

Art. 203. Si o expedidor quizer franquear uma resposta *urgente*, deve escrever sempre antes do endereço a indicação—Resposta paga urgente—e satisfazer o pagamento da taxa tripla.

Art. 204. Ao destinatario de um telegramma com resposta paga será remettido pela estação um vale que lhe dara a faculdade de expedir gratuitamente, dentro dos limites da taxa paga previamente, um telegramma com destino a qualquer localidade servida pelas linhas telegraphicas da União.

§ 1.º Quando a taxa do telegramma de resposta exceder o valor do vale, deve o excedente ser pago em dinheiro.

§ 2.º No caso em que não seja empregado na resposta o numero de palavras, só se fará a restituição da importancia das taxas correspondentes ao numero de palavras não aproveitadas, quando se tratar de telegrammas exteriores.

§ 3.º Esse vale só pôde vigorar durante seis semanas, a contar do dia em que for passado, findas as quaes é considerado nullo e a taxa cobrada reverterá á estação que o lavrou. Não pôde em caso algum servir para franquear mais de um telegramma nem para franquear telegrammas internacionaes.

§ 4.º Não é permittido aproveitar diversos vales de resposta para com a sua somma franquear um só telegramma.

§ 5.º Si o destinatario não se servir do vale, a taxa não será reembolsada ao expedidor, sinão quando se tratar de telegrammas internacionaes, e neste ultimo caso deve ser apresentado o vale á estação que o lavrou, acompanhado do pedido de restituição ao expedidor, e isso dentro do prazo de tres mezes.

Art. 205. *Telegrammas cotejados*—O expedidor para melhor garantir o seu telegramma de qualquer engano, por motivo de serviço, pôde mandar que seja elle cotejado e nesse caso deve escrever na minuta a indicação—*Cotejo*.

§ 1.º O cotejo, que consiste na repetição integral do telegramma, será feito immediatamente depois da transmissão do telegramma.

§ 2.º O expedidor para ter direito ao cotejo do seu telegramma paga um acrescimo de um quarto da taxa total do telegramma.

Art. 206. *Aviso de recepção*—É facultado ao expedidor de qualquer telegramma, pedir que lhe seja declarada pelo telegrapho a hora em que elle for entregue ao seu correspondente ou os accidentes que determinaram a sua não entrega. Para isso escreverá antes do endereço a indicação — *recepção accusada* — e pagará a taxa de um telegramma ordinario de dez palavras para o mesmo percurso, o qual será utilizado pela estação para a referida comunicação.

Art. 207. *Telegrammas faça-se seguir* — O expedidor de um telegramma interior pôde pedir, escrevendo antes do endereço a indicação—*faça seguir*, para que a estação onde chegar o telegramma o faça seguir para outro ponto até encontrar o destinatario.

§ 1.º Deve o expedidor então escrever depois do primeiro endereço, um segundo para onde deverá ser feita a reexpedição, quando não seja o destinatário encontrado, no primeiro endereço indicado.

§ 2.º Si a declaração de — *faça-se seguir* — for acompanhada de endereços successivos, será o telegramma transmitido successivamente a cada um dos destinos indicados até ao ultimo, quando antes não tenha sido encontrado o destinatario.

§ 3.º Ficará o telegramma depositado na estação, quando não haja mais indicações que possam guiar a entrega.

§ 4.º No caso acima, será o expedidor avisado nos termos do art. 191.

§ 5.º As despesas com a reexpedição de um telegramma com a indicação — *faça-se seguir* — serão pagas pelo destinatario e, na falta de pagamento, serão pagas pelo expedidor.

Art. 208. É facultado a qualquer pessoa, desde que ministre a necessaria justificação de identidade, pedir por escripto que lhe sejam reexpedidos ao endereço indicado os telegrammas interiores que chegaram a estação para lhes serem entregues, dentro do circulo de distribuição dessa estação.

Paragrapho unico. Applicam-se ao caso as mesmas disposições do artigo anterior.

Art. 209. *Telegrammas multiplos* — O expedidor tem a faculdade de endereçar o seu telegramma a muitos destinatarios na mesma localidade ou em localidades differentes, mas servidas pela mesma estação e com o mesmo percurso electrico e ainda, ao mesmo destinatario em diversos domicilios na mesma localidade, com ou sem reexpedição pelo Correio, por expresso ou por estafeta.

§ 1.º O preambulo dos telegrammas nas condições do artigo antecedente deve designar o numero de endereços aos quaes os mesmos telegrammas devem ser remettidos e, antes de cada um delles, as condições eventuaes que lhes corresponderem. Quando o telegramma é multiplo, é urgente ou conferido, basta que esta indicação preceda o primeiro endereço.

§ 2.º A taxa de um telegramma multiplo é a taxa do telegramma ordinario accrescido da quantia de \$200 cobrada a titulo de custo da cópia, tantas vezes quantos forem os endereços menos um. Si o telegramma tiver mais de 100 palavras, o custo da cópia augmentará de mais \$200 por serie ou fracção de 100 palavras.

§ 3.º Cada cópia levará o seu endereço proprio, podendo porém o expedidor mandar, por indicação escripta, communicar todos os endereços.

Art. 210. *Telegrammas dirigidos a localidades não servidas pela rede telegraphica* — Os telegrammas dirigidos a localidades não servidas pelos telegraphos da União e pelos das administrações em correspondencia com a Repartição dos Telegraphos, podem ser levados ao seu destino conforme pedir o expedidor, já pelo Correio, já por expresso ou estafeta.

§ 1.º O endereço dos telegrammas que tenham de ser levados para além dos pontos servidos por linhas telegraphicas, deve conter a indicação — *Correio* — ou *expresso* — ou *estafeta*.

§ 2.º As despesas de condução para além das estações telegraphicas devem ser cobradas do destinatario, podendo porém o expedidor, no serviço interior, pagar as conduções, cujas despesas forem previstas e declaradas pela estação originaria.

§ 3.º As palavras de indicação *expresso pago* (XP), *estafeta pago* (EP), entrarão na contagem das palavras para os efeitos da taxação.

§ 4.º O Correio será empregado de direito pela estação destinataria todas as vezes que não haja indicação do meio de condução, quando se tratar de uma condução que deve ser paga por destinatario que recusara anteriormente satisfazer despesa da mesma natureza a pedido do expedidor, ou quando não disponha ella de meio mais rapido para fazer chegar o telegramma ao seu destinatario.

§ 5.º Os telegrammas de qualquer natureza, que tenham de ser levados ao seu destino por via do Correio, serão considerados cartas franqueadas, excepto quando tenham de ser registrados, no caso do art. 189.

§ 6.º Quando os telegrammas forem dirigidos a estações telegraphicas junto ás fronteiras, para serem despachados pelo Correio para o territorio vizinho, devem ser postos na caixa do Correio como cartas não franqueadas, ficando o porte a cargo do destinatario.

Art. 211. *Telegrammas urgentes* — O expedidor de um telegramma privado pode obter prioridade para transmissão, inscrevendo a palavra—*urgente*—antes do endereço e pagando o triplo da taxa do telegramma ordinario do mesmo tamanho para o mesmo destino.

§ 1.º Os telegrammas privados urgentes teem prioridade sobre os outros telegrammas privados, e entre si a prioridade é estabelecida pela ordem da apresentação na estação.

§ 2.º Essa disposição é extensiva aos telegrammas privados com redução de taxa.

## CAPITULO XXIV

### SERVIÇO TAXADO

Art. 212. Os telegrammas de serviço taxado (art. 110) não recebem numeração do talão dos telegrammas ordinarios da estação, e sim uma numeração especial a elles, e são designados pela abreviatura ST.

Art. 213. O expedidor de um telegramma de serviço taxado deve depositar as seguintes quantias :

- 1º, o preço do telegramma que formula o pedido ;
- 2º, o preço de um telegramma para a resposta, si uma resposta telegraphica for pedida.



Art. 214. A estação telegraphica que receber qualquer telegramma de serviço taxado, deve immediatamente dar-lhe andamento e si houver resposta, e esta tenha sido paga, responderá dentro dos limites da taxa paga.

Art. 215. Quando as palavras, cuja rectificação for pedida pelo destinatario, se acharem escriptas por fôrma duvidosa no original depositado, a estação expedidora, em seguida á repetição, enviará á destinataria um aviso de serviço indicando essa circumstancia, nos seguintes termos :

« *Escripta duvidosa, demandar reembolso.* »

Art. 216. Os telegrammas de serviço taxado são redigidos pela fôrma seguinte :

*ST Rio de S. Paulo 26, 8.—...—*

*235 treze Ferreira substituir terceira 20 por 2000.*

Essas abreviaturas indicam :

26 (numero especial do telegramma de serviço taxado).

8 (numero de palavras do serviço taxado).

235, treze Ferreira (numero, data e nome do destinatario do telegramma que se pretende rectificar).

Substituir terceira (palavra do texto).

Art. 217. As palavras a repetir ou a rectificar em um telegramma, serão designadas pela ordem que occuparem nesse mesmo telegramma, independente das regras da contagem para a taxaço.

Art. 218. Os telegrammas de serviço taxado que exigem resposta, são formulados do seguinte modo :

*ST Recife de Rio 86, 8.—...—*

*(R P 1) 139, vinte seis — Rodrigues repita primeira quarta decima.)*

(R P 4) indica que a resposta comprehende quatro palavras, isto é, tres pedidas e mais uma para o nome do destinatario do telegramma que tem de ser rectificado.

A resposta deve ser formulada semelhantemente :

*ST Rio de Recife 10-1.—...—*

*Rodrigues peronacio, subido.*

A taxa a depositar para um telegramma de serviço taxado nestas condições é a correspondente a 12 palavras : 8 do telegramma que formulou o pedido de repetição e 4 do telegramma de repetição.

Paragrapho unico. Quando o telegramma primitivo não contiver numero, será este substituido pela data e hora do deposito.

Art. 219. Não se restituirá taxa alguma do telegramma primitivo que deu lugar ao pedido de rectificação.

Art. 220. As taxas cobradas pelos telegrammas de serviço taxado pertencem inteiramente á administração que as cobrou e não figuram nas contas internacionaes.

## CAPITULO XXV

## TELEGRAMMAS DA IMPRENSA

Art. 221. Consideram-se telegrammas da imprensa para os efeitos de vantagens no serviço telegraphico, todos os telegrammas que forem dirigidos ás redacções de jornaes ou folhas periódicas, pelos seus correspondentes, communicando noticias de interesse geral e destinados á publicidade.

Paragrapho unico. Esses telegrammas devem ser redigidos em linguagem clara e tal como tiverem de ser publicados ; para os telegrammas interiores ha a exigencia de serem redigidos em portuguez.

Art. 222. Para que sejam aceitos os telegrammas apresentados pelos correspondentes, informantes ou representantes dos jornaes, é necessario que os expedidores se achem devidamente autorisados pelas redacções destinatarias.

Art. 223. A habilitação do correspondente telegraphico é feita pelas redacções, por carta dirigida ao encarregado da estação da localidade em que se achar a redacção, responsabilizando-se no caso de pagamento no destino, pelo pagamento das taxas dos telegrammas que lhe forem expedidos por aquelle representante.

Art. 224. Os telegrammas da imprensa gosam de uma redução de taxa de 50 %, tanto no serviço interior como no exterior, na parte relativa ao percurso brasileiro.

Art. 225. Nos telegrammas interiores ordinarios com resposta paga, póde esta gosar do beneficio da redução da taxa estabelecida para os telegrammas da imprensa, quando satisfaca as condições do art. 221.

Art. 226. Os telegrammas da imprensa, quando contiverem numeros, obrigam o expedidor a declarar sob sua responsabilidade, quando lhe for exigido, que esses numeros não tem significação secreta, ou a sujeitar-se á sua verificação no caso de assim o entender a estação expedidora.

Paragrapho unico. Esses telegrammas não podem ser total ou parcialmente redigidos em linguagem convencional ou secreta, nem conter abreviaturas ou supressão de palavras.

Art. 227. Os telegrammas da imprensa, como os ordinarios e nas mesmas condições, poderão ser dirigidos a muitos destinatarios na mesma localidade, ou a um só destinatario em diversos domicilios da mesma localidade, quando a taxa tiver sido paga na procedencia.

Paragrapho unico. Quando os telegrammas da imprensa derem logar a qualquer outra das operações accessorias, ou condições especiaes na transmissão, perderão o privilegio da redução da taxa.

Art. 228. O pagamento das taxas será feito na estação de origem ou na de destino.

continua aqui>

§ 1.º Quando o pagamento tiver de ser feito na estação de destino, proceder-se-ha á cobrança dentro de 24 horas contadas da data da entrega.

§ 2.º No caso de falta de pagamento, será immediatamente suspensa a regalia estabelecida para esse genero de correspondencia, e será apresentada ao respectivo Ministerio a conta da importancia que a redacção tiver em debito, afim de proceder-se á cobrança executivamente.

## CAPITULO XXVI

### TELEGRAMMAS URBANOS

Art. 229. São considerados telegrammas urbanos, os telegrammas trocados entre as estações da Repartição, estabelecidas na Capital Federal e entre esta e a Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 230. Para as communicações telegraphicas dentro do quadro urbano, a taxa será de 500 réis por telegramma normal de 20 palavras e mais 200 réis por cada 10 ou fracção de 10 palavras.

Art. 231. Para facilidade do pagamento da taxa, fica estabelecido o sello especial para os telegrammas nessas condições. Esses sellos serão de 500 e 200 réis.

Art. 232. Os telegrammas urbanos podem ser multiplos, e, nesse caso, a taxa a cobrar será de tantos telegrammas quantos os endereços.

Art. 233. Os telegrammas urbanos, como os da imprensa, não comportam outra operação accessoria além da multiplicidade de endereços, e perdem o seu character especial, desde que haja qualquer daquellas exigencias, applicando-se-lhes, portanto, nesse caso, a taxa ordinaria.

## CAPITULO XXVII

### VALES POSTAES TELEGRAPHICOS

Art. 234. Os vales postaes telegraphicos emitidos pela Directoria Geral dos Correios, são telegrammas particulares e como taes sujeitos á taxação ordinaria.

Art. 235. Os telegrammas autorisando saques telegraphicos serão transmittidos como os privados ordinarios na ordem da apresentação.

Art. 236. Os telegrammas expedidos pela Directoria dos Correios, relativos a vales telegraphicos anteriormente transmittidos, serão tambem sujeitos á taxa que, de accordo com o regulamento dos Correios, deve ser paga pela parte interessada.

Art. 237. Não serão expedidos os telegrammas nas condições anteriores, sem que seja satisfeita a importancia da taxa.

## CAPITULO XXVIII

## RESTITUIÇÃO E REEMBOLSO DE TAXA

Art. 238. As reclamações contra o serviço da correspondencia telegraphica sô serão obrigatoriamente attendidas, quando apresentadas em carta official, dirigida ao funcionario competente para tomar conhecimento, ou quando entregues nas estações, acompanhadas das indicações.

Paragrapho unico. As queixas ou reclamações dirigidas em carta de character particular a qualquer funcionario, podem ser tomadas em consideração, si os funcionarios, a quem forem dirigidas, tiverem competencia e quizerem tomar a iniciativa das respectivas averiguações.

Art. 239. Ao expedidor cabe a restituição de taxas nas seguintes condições :

1ª, a taxa integral de qualquer telegramma que não tenha sido entregue ao destinatario por falta imputavel ao serviço telegraphico ;

2ª, a taxa integral de qualquer telegramma que, por falta do serviço telegraphico, tenha chegado ao seu destino com demora consideravel : mais de duas vezes 24 horas, para os telegrammas interiores, e seis vezes 24 horas, para os telegrammas internacionaes ;

3ª, a taxa integral do telegramma cotejado que, em consequencia de erro de transmissão, não pôde manifestamente preencher o seu fim ;

4ª, as taxas integraes cobradas pelos telegrammas não transmitidos por motivo de suspensão de correspondencia, como medida do Governo, e no caso de deposito anterior à suspensão ;

5ª, a taxa integral com deducção da quantia de 200 réis (art. 166) do telegramma cuja suspensão, a pedido do expedidor, foi feita a tempo de evitar a transmissão ;

6ª, a taxa das palavras omittidas na transmissão de um telegramma ordinario, salvo o caso em que o destinatario, havendo notado a falta, a tenha feito rectificar ;

7ª, a taxa correspondente ao percurso não effectuado no caso de interrupção de alguma linha submarina, deducção feita das despezas que se tenham feito para substituir a via telegraphica por outro qualquer meio de comunicação.

Paragrapho unico. Para os telegrammas urbanos a demora superior a duas horas dá direito a restituição.

Art. 240. O reembolso parcial por omissão ou atrazo de uma ou mais cópias de telegrammas multiplos, será calculado, dividindo-se o total da taxa cobrada, pelo numero de endereços distinctos ; o quociente será a importancia a restituir por cada uma das cópias a que for applicavel.

Art. 241. As restituições de que tratam os artigos anteriores só tem applicação ás taxas dos telegrammas que forem omittidos,

demorados ou estropiados, mas não se entendem com as correspondencias motivadas pela omissão, demora ou erro.

Art. 242. Será restituída ao expedidor ou ao destinatario, conforme os casos :

1º, a taxa integral dos telegrammas de serviço taxado, todas as vezes que o telegramma primitivo for cotejado e que a conferencia mostre que as palavras cotejadas haviam sido reproduzidas incorrectamente pelo telegrapho no telegramma primitivo ;

2º, a taxa correspondente somente ao numero de palavras empregadas no telegramma de serviço taxado e na resposta respectiva, para obter a repetição das palavras incorrectamente reproduzidas, quando outras o tenham sido correctamente ;

3º, as taxas cobradas a mais, por erro dos empregados do telegrapho.

Art. 243. O prazo para o expedidor apresentar a sua reclamação á estação de procedencia, a qual deve ser acompanhada da declaração por escripto da estação destinataria ou do destinatario, de não ter chegado o telegramma ou a cópia, demonstrando ter havido erro ou demora, é de dous mezes para os telegrammas interiores e de seis mezes para os internacionaes, contado da data da cobrança ; sendo esse prazo reduzido a oito dias para os telegrammas urbanos.

Paragrapho unico. O expedidor que não residir no lugar de onde se expediu o telegramma, pôde mandar apresentar sua reclamação á estação originaria por intermedio de outra estação.

Art. 244. Quando a reclamação se conhecer bem fundada, a restituição será feita pela estação originaria.

Art. 245. Deixam de ser encaminhadas pelas estações as reclamações que não derem direito á restituição e, quando se tratar de telegrammas que, não sendo conformes com as condições regulamentares impostas ao publico, no que concerne á redacção, á lingua, á clareza calligraphica, ao endereço e ás indicações relativas á condução para além das linhas, só foram accitos com risco dos interessados.

## CAPITULO XXIX

### ARCHIVO

Art. 246. Os originaes dos telegrammas e os documentos a elles relativos serão conservados nos archivos das sub-contadorias durante seis mezes contados da sua data, com todas as precauções necessarias no que diz respeito ao segredo.

Paragrapho unico. Para os telegrammas internacionaes o prazo de conservação no archivo é de doze mezes.

Art. 247. Terminado esse prazo regulamentar, devem os contadores proceder mensalmente á incineração dos originaes dos

telegrammas que tenham entrado no 7.<sup>o</sup> e 13.<sup>o</sup> mezes, segundo forem interiores ou exteriores. Esse acto será assistido por empregado de confiança, de sorte que fique assegurado não haver extravio de qualquer documento.

Paragrapho unico. Igualmente devem os contadores providenciar para que sejam queimados os talões que tenham mais de 18 mezes de archivo.

Art. 248. O expedidor e o destinatario de um telegramma, ou seus procuradores, tem direito a copias dos telegrammas nos prazos acima, mediante uma taxa fixa de 200 réis por telegramma não excedente de 100 palavras, e a certidões mediante o pagamento do sello respectivo.

Paragrapho unico. Si o telegramma contiver mais de 100 palavras, pagará mais 200 réis por serie ou fracção de serie de 100 palavras, quando se tratar de simples cópia ou segunda via.

Art. 249. As estações telegraphicas só serão obrigadas a dar conhecimento ou certidão dos telegrammas, quando os expedidores, destinatarios ou seus procuradores ministrarem as indicações necessarias para a prompta busca nos archivos.

## CAPITULO XXX

### SERVICO EM CORRESPONDENCIA COM OUTRAS ADMINISTRAÇÕES

Art. 250. As estações telegraphicas da Repartição Geral dos Telegraphos recebem telegrammas internacionaes para todos os paizes, para o que está em correspondencia com os cabos submarinos transatlanticos e costeiros.

Paragrapho unico. Os telegrammas interiores para pontos não servidos pelas linhas da União e sim pelas das estradas de ferro, serão encaminhados ao destino por essas linhas.

Art. 251. A Repartição Geral dos Telegraphos estabelecerá nas localidades mais importantes, nas quaes passe o conductor ou conductores parallelos de que trata o art. 5.<sup>o</sup>, estações telegraphicas suas que serão ligadas as das estradas de ferro para a baldeação do serviço telegraphico entre as estações da rede federal e as das linhas particulares.

Art. 252. As taxas pertencentes ás administrações de caminhos de ferro, provenientes do serviço telegraphico commum, serão cobradas sob o titulo de condução e, para evitar ajuste de contas, a taxa pertencente a cada administração lhe será paga á bocca do cofre no acto de apresentação do telegramma para baldeação.

Art. 253. Para facilidade do computo da taxa a cobrar pelos telegrammas apresentados ás estações da União e destinados á estações das estradas de ferro, providenciará o Governo para que nas de propriedade da Federação e nas por ella subvencionadas, a taxação seja por palavra pura e simples e a contagem dellas feita uniformemente e a ordem de serviço, de conformidade com as regras adoptadas pela Repartição dos Telegraphos.

Art. 254. O ajuste de contas entre a Repartição Geral dos Telegraphos da Republica e as administrações telegraphicas estrangeiras será feito sob a immediata e exclusiva responsabilidade da Directoria Geral dos Telegraphos e subordinado ás regras estabeuidas pela Convenção Internacional.

Art. 255. As relações de dependencia e a execução do serviço com as companhias estrangeiras em contacto immediato com a Repartição dos Telegraphos, serão reguladas pelos actos das suas concessões para funcionamento no paiz e dos contractos e accordos posteriores.

## TITULO IV

### SERVIÇOS DIVERSOS A CARGO DA REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS

#### CAPITULO XXXI

##### SERVIÇO TELEPHONICO

Art. 256. Além do serviço telephonico destinado actualmente á administração publica, a Repartição Geral dos Telegraphos cuidará do desenvolvimento desse meio de comunicação, construindo linhas especiaes em todas as cidades onde se fizer mister, para a distribuição e recepção telephonica dos telegrammas, estabelecendo redes telephonicas nos centros mais populosos da União onde não haja explorações particulares em execução, e installando linhas inter-urbanas, já ligando centros sem comunicações telegraphicas, já ligando uma estação telegraphica ás localidades proximas.

Art. 257. O serviço do centro telephonico estabelecido na estação central para uso da administração federal, será augmentado com o estabelecimento de linhas destinadas principalmente para a recepção e transmissão telephonica dos telegrammas particulares.

Art. 258. Para as comunicações relativas ao movimento do porto da Capital Federal será estabelecido um centro telephonico que distribua o serviço aos assignantes de avisos maritimos nas condições do art. 301.

Art. 259. Para simplificar o trafego das estações telegraphicas existentes em linhas ramaes de segunda categoria com diminuto serviço local, como tambem para facilitar a ligação telephonica de pequenas localidades áquellas estações e, por intermedio das mesmas, á rede telegraphica da União, serão estabelecidas linhas e estações com trafego telephonico e ligadas por conductores proprios á proxima estação telegraphica que será estação *intermedia*ria.

Art. 260. Assiste o direito a todas as repartições publicas, às Municipalidades, associações, estabelecimentos industriaes, fabris ou commerciaes, estações de estradas de ferro, etc., de requerer o estabelecimento de uma installação telephonica e a sua ligação directa á proxima estação telegraphica, quer estejam na mesma localidade (por linhas urbanas), quer estejam em logares differentes (por linhas inter-urbanas).

Art. 261. O pedido para a ligação telephonica de um estabelecimento a uma estação, será dirigido á Directoria Geral dos Telegraphos e conterá a declaração de que a parte se submete a todas as condições estabelecidas neste regulamento; competindo á mesma Directoria estabelecer as condições sob as quaes pôde ser admittida a ligação, podendo indeferir o pedido motivando a causa ou causas que o aconselharem.

Art. 262. As linhas telephonicas estabelecidas de conformidade com o artigo antecedente serão consideradas como continuação das linhas telegraphicas da União, á qual ficam pertencentes, sendo cedidas temporariamente às partes que houverem requerido a sua construcção.

Art. 263. Para todos os effeitos, as Municipalidades e estabelecimentos quaesquer ligados telephonicamente, por uma ou mais linhas a uma estação telegraphica, são considerados *assignantes* com igualdade de direitos e obrigações.

Art. 264. Quando a ligação telephonica a uma estação telegraphica for effectuada a pedido de uma Municipalidade, é a mesma obrigada a designar um prédio para a installação da estação, provendo esta de um empregado de sua confiança e a expensas suas, sendo ella a unica responsavel pelos pagamentos devidos á Repartição Geral dos Telegraphos e á estação á qual a estação municipal se ligar.

§ 1.º A estação municipal a seu turno poderá formar centro de linhas telephonicas de assignantes do municipio, ficando, porém, a Municipalidade como unica competente para fazer em nome de seus municipios as devidas requisições e sendo a unica responsavel pelo cumprimento das obrigações por parte dos assignantes.

§ 2.º Compete assim á Municipalidade a effectividade do depósito em dinheiro e dos pagamentos devidos pelas contribuições de todos os municipios que fizerem parte do centro.

Art. 265. Para a construcção das linhas, installação dosapparelhos, sua conservação e utilização ficam os assignantes obrigados ás seguintes contribuições:

Para construcção de linha até 500 metros de desenvolvimento: cem mil réis (100\$), havendo um acrescimo de 20\$ por cada 100 metros ou fracção de 100 metros.

A extensão da linha será medida do centro até á entrada do edificio, sendo cobrados 50 % no caso de estabelecimento do fio de retorno.

§ 1.º Si para a construcção das linhas for necessario abrir picada, os preços acima serão duplicados.



§ 2.º Para o fornecimento e instalação dosapparelhos e pertencenças da estação (por cada assignante e estação) será cobrada uma contribuição de 6\$ ao anno, em duas prestações.

§ 3.º Para utilização da linha em comunicação com os assignantes do quadro urbano, a contribuição será de 40\$ annuaes.

§ 4.º Para a construcção de conductores subterraneos ou submarinos e para installações anormaes, fica reservado o estabelecimento de preços segundo as condições especiaes.

Art. 266. Além dessas contribuições, ainda ficam os assignantes sujeitos a taxa de 500 réis por cada phonogramma até 20 palavras e mais 200 réis por cada 10 palavras excellentes.

Art. 267. No caso de ligação de dous ou mais edificios pertencentes a diversos proprietarios, será cobrada englobadamente a contribuição relativa a extensão total das linhas parciaes, porém as demais contribuições e taxas serão pagas por cada estação em separado.

Art. 268. A contribuição para a construcção da linha deve ser paga em duas prestações: a primeira ao começo e a segunda por occasião da conclusão dos trabalhos de instalação. As contribuições annuaes serão pagas adelantadas em duas prestações annuaes até 15 de janeiro e 15 de julho de cada anno.

Art. 269. Para o pagamento das taxas avulsas e das taxas dos telegrammas, que cada assignante tiver de mandar transmittir ao destino, depositará na estação intermediaria a quantia correspondente a despesa presumivel de um mez, que será completada ou restituído o excesso, si o houver, depois do balanço mensal apresentado pelo encarregado da estação até ao dia 3 de cada mez.

Parapho unico. Si antes de terminado o mez a quantia depositada não for sufficiente para cobrir as despezas effectuadas, não é o encarregado da estação obrigado a executar as ordens dos assignantes, que dependerem de pagamento a bocca do cofre.

Art. 270. Para os telegrammas apresentados a transmissão em estações telegraphicas com serviço telephonic, só serão cobradas as taxas devidas pela transmissão telegraphica: outrossim, não será cobrada taxa especial para a transmissão dos telegrammas em transit, de estação intermediaria a estação telephonica.

Art. 271. As estações telephonicas das repartições publicas da União só serão sujeitas as contribuições para a construcção e instalação de apparelhos e mais pertencenças da estação.

Art. 272. As installações telephonicas dos assignantes poderão servir aos seguintes fins:

1º, para transmissão telephonica dos telegrammas que a estação telegraphica tiver de expedir ao destinatario (assignante);

2º, para transmissão telephonica dos telegrammas que o assignante tiver de apresentar a estação telegraphica para serem por esta transmittidos ao destino;

3º, transmittir a estação quaesquer communicações, noticias e recados que pretendi dirigir a pessoas não assignantes, estabelecidas no quadro urbano;

4º, receber da estação quaesquer communicações, noticias ou recados, que pessoas não assignantes queiram transmittir aos assignantes por intermedio da estação ;

5º, para a conversação telephonica com todos os assignantes urbanos ;

6º, para a conversação telephonica com todas as pessoas que na *Cabina Publica* de conversação telephonica para este fim se apresentarem ;

7º, para transmittir avisos telephonicos a qualquer pessoa, habitante do quadro urbano, convidando-a para uma conversação telephonica á hora marcada ;

8º, para a conversação telephonica com as estações inter-urbanas no caso em que a estação esteja ligada a um centro telephonico inter-urbano.

Paragrapho unico. Os telegrammas que se trocarem de accordo com as alíneas 1 e 2 terão a denominação de telephonemas e os de conformidade com as alíneas 3, 4 e 7 serão denominados phonogrammas.

Art. 273. As *Cabinas* de conversação telephonica podem ser utilizadas por qualquer pessoa, que satisfizer as exigencias que forem estabelecidas para a conversação telephonica com os assignantes de linhas, quer urbanas, quer inter-urbanas, si as houver ligadas ao respectivo centro.

Art. 274. As taxas para a conversação telephonica nas *Cabinas Publicas* e serão cobradas adiantadas da pessoa que pede a conversação.

Art. 275. Em casos de força maior, de incendios, inundações, em casos de attentados á propriedade e vida de pessoa, em casos de pedido de soccorro, de força publica, podem as installações telephonicas ser utilizadas sem contribuição de qualidade alguma.

Art. 276. A conservação e fiscalisação das linhas e estações telephonicas fica a cargo do pessoal da Repartição Geral dos Telegraphos, que terá cuidado de remover com promptidão quaesquer accidentes e defeitos que se derem nas linhas e estações, sem contudo responsabilisar-se pelos prejuizos que, da interrupção do serviço telephonico, possa advir aos assignantes.

Paragrapho unico. Cada assignante é obrigado a communicar sem demora, ao encarregado da estação, qualquer incidente que se der em sua installação, para providenciar a respeito de sua remoção, sendo que, durante a permanencia do defeito, serão os telegrammas dirigidos ao assignante entregues por estafeta.

Art. 277. No caso em que o assignante tenha de mudar a linha e a estação telephonica, levará este facto ao conhecimento da Repartição dos Telegraphos que providenciará o que for necessario para a execução do serviço, sendo a respectiva despeza paga pelo assignante á vista da conta apresentada pela Repartição dos Telegraphos.

Art. 278. Ao assignante compete tratar osapparelhos e accessorios com todo o cuidado, não sendo permittido desmontar ou modifical-os.

Paragrapho unico. As despesas provenientes do concerto das avarias ou da substituição dosapparelhos, si aquellas forem a consequencia de máo trato ou negligencia, e si estes forem extraviados, deverão ser pagas pelo assignante; outrosim, é o assignante obrigado a indemnisar as despesas com o concerto da linha damnificada dentro do terreno cercado de sua propriedade.

Art. 279. No caso em que um assignante não queira mais continuar a fazer parte do centro, avisará a Repartição Geral dos Telegraphos para que esta possa recolher a respectiva linha e os apparelhos da estação, a expensas suas.

Paragrapho unico. No caso porém de que o recolhimento da linha e a suspensão do serviço sejam determinados pelo Governo, por interesses e exigencias do serviço publico, dentro dos primeiros 10 annos, a datar da construcção da respectiva linha, será o assignante indemnizado do custo da construcção da linha, com o abatimento correspondente á depreciação de 10 % ao anno.

Decorridos 10 annos, cessa o direito a qualquer restituição.

Art. 280. O tratego de uma linha telephonica pôde ser suspenso tanto pelo assignante como pela Repartição Geral dos Telegraphos, precedendo aviso com tres mezes de antecedencia.

Art. 281. Ao Governo da União e aos Governos estaduais fica reservado o direito de suspender temporariamente as communicações telephonicas, tolas as vezes que assim o exigirem os interesses do Estado e a segurança publica.

Art. 282. A Repartição Geral dos Telegraphos fica reservado o direito de suspender o serviço de qualquer assignante, temporaria ou definitivamente, e sem aviso previo, em casos de abuso e falta de pagamento das contribuições vencidas.

Art. 283. A repartição não se responsabilisa pela transmissão exacta dos phonogrammas e telephonemas: ordenam, porém, aos respectivos empregados repetirem sem reluctancia as palavras e phrases, cuja repetição for exigida pelo interlocutor, softrando palavras difficeis, como nomes proprios, adjarismos e palavras escriptas em idioma estrangeiro ou em linguagem convencionada.

Art. 284. Todas as vezes que o assignante assim o exigir, llos serão remettidas em carta fechada e pelo Correio as cópias dos phonogrammas e telephonemas por elle já recebidos telephonicamente.

Art. 285. As horas de trabalho em geral serão limitadas ás do centro e sómente em caso excepcional poderá o serviço ser feito fóra daquellas horas.

Art. 286. Os trabalhos de assentamento das linhas telephonicas na Capital Federal, a sua conservação, exam das installações e fiscalisação das empresas telephonicas, nos termos das concessões e outros encargos relativos ao serviço telephónico, ficarão subordinados ao districto cuja séde for na Capital Federal.

## CAPITULO XXXII

## SERVIÇO SEMAPHORICO

Art. 287. Em todos os pontos do littoral onde o exigirem as conveniencias do commercio e navegação, haverá mastros de signaes de bandeiras e se estabelecerão osapparelhos semaphoricos adoptados pelas convenções internacionaes.

Paragrapho unico. No menor prazo pos-sivel providenciara o Governo para que sejam estabelecidas estações semaphoricas ao lado dos pharoes mais importantes da costa, fazendo as necessarias ligações telephonicas ou telegraphicas à rede geral.

Art. 288. Os telegrammas semaphoricos trocados com os navios que passam à vista das estações, devem ser redigidos em portuguez ou em signaes do Codigo Universal.

Neste ultimo caso consideram-se como telegrammas redigidos em linguagem cifrada, para os effeitos de taxaço pelo percurso electrico que elles tenham de fazer.

§ 1.º Além das indicações ordinarias devem os telegrammas semaphoricos destinados a navio trazer o nome e o numero official do navio destinatario e a sua nacionalidade.

§ 2.º Todo o telegramma semaphorico deve trazer no preambulo a indicação *Semaphorico*.

Art. 289. Os telegrammas semaphoricos poderão ser de tres especies :

- 1.º, telegrammas semaphoricos propriamente ditos ;
- 2.º, telegrammas electro-semaphoricos ;
- 3.º, telegrammas avisos-maritimos.

Art. 290. Os telegrammas semaphoricos propriamente ditos não teem transmissão electrica, mas somente a transmissão por signaes do Codigo Commercial Universal entre as estações e os navios.

Art. 291. Quando se destinarem aos navios, devem estes telegrammas ser depositados na estação semaphorica ; quando provenham dos navios, serão entregues pela estação ao destinatario residente na localidade.

Art. 292. São telegrammas electro-semaphoricos os telegrammas trocados com os navios por intermedio de estações semaphoricas e das linhas telegraphicas ou telephonicas.

Art. 293. Os telegrammas electro-semaphoricos, quando destinados aos navios, são transmittidos de qualquer procedencia por intermedio de linhas telegraphicas ou telephonicas à estação semaphorica respectiva, que os transmittirá aos navios.

Art. 294. Telegrammas—avisos maritimos, são os originarios das estações semaphoricas com destino a qualquer localidade do paiz, communicando as occurrencias maritimas de que possa tomar conhecimento.

Art. 295. Esses telegrammas podem ser particulares ou officiaes ; nos telegrammas officiaes semaphoricos expedidos de

navio no mar, o carimbo é substituído pelo signal indicativo do commando.

Art. 296. A taxa de qualquer telegramma semaphorico é de 400 réis uniformemente, devendo associar-se a taxa do percurso electrico, caso o haja, calculado pela tarifa em vigor.

Art. 297. A taxa semaphorica, ou a totalidade da taxa no caso de haver percurso electrico, é cobrada do expedidor quando o telegramma for dirigido aos navios e do destinatario quando procedente de navio.

Art. 298. A pedido do expedidor, os telegrammas provenientes de navio poderão ser transmitidos aos seus destinos em signaes do Código Commercial.

Art. 299. Salvo esse caso, os telegrammas serão sempre trazidos para seguirem o seu destino.

Art. 300. Na estação ao serviço da Praça do Commercio da Capital Federal e nas estações em portos quaesquer ou praças commerciaes dos Estados, se farão assignaturas de 5\$000 mensaes que darão direito ao assignante de receber em seu domicilio, quando este não distar mais de um kilometro da estação, participação dos navios entrados e sahidos.

Art. 301. Logo que haja assignantes que queiram receber os avisos do movimento do porto da Capital Federal pelo telephone, será estabelecido na estação da Praça do Commercio um centro telephonico para a distribuição dos avisos e se fará a construção de linha especial para esses avisos, de accordo com o estabelecido no art. 265.

Art. 302. Qualquer pessoa tem o direito de pedir á estação de serviço marítimo da Praça do Commercio, que lhe mande no domicilio, dentro dos limites da distribuição, aviso da entrada de determinado navio, mediante a taxa de 400 réis.

## TITULO V

### ORGANISAÇÃO DA REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS

#### CAPITULO XXXIII

##### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 303. A administração dos serviços dos telegraphos dos Estados Unidos do Brazil será desempenhada pela Repartição Geral dos Telegraphos.

Art. 304. A Repartição Geral dos Telegraphos ficará a cargo de uma Directoria Geral.

Art. 305. Os serviços affectos à Repartição Geral dos Telegraphos ficam subordinados a tres grandes divisões :

1.<sup>a</sup> divisão — *Administração geral*, que comprehende: directoria, secretaria, archivo, linhas e estações, e à qual incumbem a direcção de todos os serviços a cargo da repartição.

2.<sup>a</sup> divisão — *Secção technica*, que terá a incumbencia de organização dos projectos e mais trabalhos technicos relativos ao serviço telegraphico, e comprehenderá: escriptorio central, escriptorio de desenho, aula telegraphica, officinas e almoxarifado.

3.<sup>a</sup> divisão — *Contadoria geral*, ou secção de receita e despesa da repartição, constituida por um escriptorio central, com tres secções auxiliares e de sub-contadorias nas sedes dos districtos.

## PRIMEIRA DIVISÃO

### Administração geral

## CAPITULO XXXIV

### DA DIRECTORIA

Art. 306. A Directoria Geral dos Telegraphos, composta de um director geral e de um vice-director, é immediatamente subordinada ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, com quem se entenderá directamente em tudo quanto for concernente a este ramo do serviço publico.

Art. 307. São funcções do director geral:

§ 1.<sup>o</sup> Dirigir a repartição.

§ 2.<sup>o</sup> Propor ao Ministro os melhoramentos que exigir o serviço a seu cargo.

§ 3.<sup>o</sup> Informar e esclarecer o Governo sobre todas as questões relativas à telegraphia, à telephonia e a conductores electricos de qualquer natureza, quer sendo consultado, quer *ex-officio*.

§ 4.<sup>o</sup> Examinar e fiscalisar por si mesmo, ou por empregado da repartição, de categoria correspondente, todo o serviço telegraphico e telephonico ou de contabilidade, a cargo dos diversos funcionarios.

§ 5.<sup>o</sup> Fazer correições nos districtos, quando o julgar conveniente.

§ 6.<sup>o</sup> Examinar os projectos de contractos para construcção e conservação de linhas telegraphicas e telephonicas, e resolver sobre a sua acceitação.

§ 7.<sup>o</sup> Assignar os contractos que se fizerem na repartição, podendo delegar essa attribuição aos chefes de districtos, para os que se tenham de fazer fóra da Capital Federal.

§ 8.<sup>o</sup> Autorisar por escripto as despesas dentro dos creditos destinados aos serviços a seu cargo.

§ 9.º Requisitar do Thesouro Federal, das Alfandegas e Delegacias Fiscaes, com informação escripta do contador geral, supprimentos ao thesoureiro e aos pagadores nos districtos, dos fundos necessarios para o pagamento das despesas da repartição.

§ 10. Apresentar ao Ministro, na occasião opportuna, o projecto de orçamento da despesa para o exercicio financeiro seguinte, acompanhado da respectiva justificação.

§ 11. Distribuir o pessoal da repartição pelas differentes linhas e estações e removê-lo de umas para outras, quando assim o exigirem as necessidades do serviço, precedendo informação escripta do vice-director.

§ 12. Estabelecer o numero de estações e fixar o de respectivos empregados, conforme o desenvolvimento das linhas, as necessidades do serviço telegraphico, ou de qualquer outro desempenhado pela repartição.

§ 13. Fazer as nomeações que forem de sua competencia.

§ 14. Suspender e demittir os empregados cujas nomeações lhe competirem.

§ 15. Admoestar, reprehender e suspender os que dependerem de nomeação do Governo, nos casos marcados neste regulamento.

§ 16. Dar posse aos empregados da repartição e lhes conceder licença ate 30 dias, com ou sem vencimentos dentro do anno.

§ 17. Nomear examinadores e presidente de concursos para preenchimento dos cargos em que se fizer essa exigencia.

§ 18. Expedir instrucções para a boa marcha do serviço.

§ 19. Adoptar uniformes para os estafetas e pessoal das embarcações e distinctivos para os guardas de linhas.

§ 20. Chamar à Capital Federal os diversos chefes de districtos, sempre que entender necessario ouvir-os a bem do serviço.

§ 21. Proceder, auxiliado pelo chefe da secção tecnica e engenheiros de districtos ou com outros de sua escolha, a determinação das posições astronomicas e à construcção da carta geodesica da rede telegraphica e telephonica da União.

§ 22. Determinar a alteração do traçado e modo de installação de quaesquer conductores electricos, que perturbem a regularidade do serviço telegraphico ou telephonico da União.

§ 23. Representar ao Governo Federal, sempre que for necessario, para execução do que se acha ou for determinado em convenções e regulamentos internacionaes, e em quaesquer concessões de linhas telegraphicas e telephonicas.

§ 24. Fazer subir com seu parecer, à presença do Governo, os requerimentos e reclamações apresentadas pelos empregados da repartição.

§ 25. Apresentar ao Ministro no tempo devido o relatório circunstanciado do estado da repartição.

§ 26. Executar e fazer executar todas as disposições deste regulamento e as ordens e instrucções do Governo, concernentes ao serviço a seu cargo.

Art. 308. São funções do vice-director :

§ 1.º Desempenhar as funções do director geral na falta ou impedimento deste.

§ 2.º Fazer cumprir as determinações verbaes ou escriptas do director, auxiliando-o no desempenho de suas funções.

§ 3.º Propor ao director, verbalmente ou por escripto, as providencias que julgar convenientes ao bom andamento dos diversos serviços da repartição.

§ 4.º Exigir por despacho assignado nas petições o preenchimento dos requisitos e formalidades legais, sem o que não serão encaminhados ao director geral.

§ 5.º Mandar passar por despacho assignado, não havendo inconveniente, e authenticar, as certidões requeridas.

§ 6.º Assignar, quando não for dirigida aos ministros e às mesas das Camaras legislativas, a correspondencia feita em nome do director relativamente às informações, reclamações e a esclarecimentos sobre os serviços a cargo da repartição, e as communicações de recebimentos de papeis.

§ 7.º Fazer as communicações aos chefes dos districtos, por telegramma ou officio, dos despachos do director.

§ 8.º Abrir, rubricar e encerrar os livros da repartição, não concernentes à contabilidade.

§ 9.º Autorisar o fornecimento do material pedido pelas diversas secções da administração e contadoria geral.

§ 10. Rubricar os pedidos para o fornecimento aos districtos e às estações.

§ 11. Fiscalisar, auxiliado pelo chefe da secção tecnica e contador geral, as despesas feitas nos districtos com a conservação e construcção das linhas.

§ 12. Organisar de harmonia com o chefe da secção tecnica a distribuição do serviço pelos diversos fios e estações.

§ 13. Abrir e examinar as propostas apresentadas à directoria, classificar-as e submeter-as ao director, ouvindo, quando julgar necessario, ao chefe da secção tecnica e ao contador geral.

§ 14. Organisar clausulas para contractos e minutar estes, depois de aceitas aquellas pelo director.

§ 15. Informar por escripto sobre as nomeações, accessos, aposentações, demissões e remoções dos empregados.

§ 16. Dirigir e fiscalisar os serviços a cargo da secretaria e archivo.

§ 17. Julgar da justificação das faltas dos empregados da administração geral.

§ 18. Providenciar sobre o registro e distribuição dos papeis enviados à directoria.

§ 19. Rever todo o expediente e lançar o seu «visto», antes de serem archivados, nos papeis que baixarem da presença do director.

§ 20. Providenciar, de accordo com o chefe da secção tecnica, sobre encomendas de material.



§ 21. Tomar conhecimento das queixas e reclamações contra a execução do serviço da repartição, fazer as pesquisas necessárias, providenciando nos casos urgentes, e dar de tudo conhecimento ao director.

## CAPÍTULO XXXV

### SECRETARIA

Art. 309. A secretaria da Repartição Geral dos Telegraphos terá o seguinte pessoal :

- 1 official.
- 1 primeiro escriptuario.
- 1 segundo escriptuario.
- 2 amanuenses.
- 1 porteiro.
- 1 ajudante do porteiro.
- Serventes.

Art. 310. O expediente a cargo da secretaria será dirigido pelo respectivo official a quem compete :

§ 1.º Atrir e apresentar ao vice-director todos os papeis dirigidos à directoria geral.

§ 2.º Escrever toda a correspondencia da directoria com o Governo e autoridades, com todos os empregados subalternos ou com qualquer outro, sobre serviço da repartição.

§ 3.º Minutar os officios de mero expediente, quando determinado pela directoria.

§ 4.º Ter em dia o protocollo dos papeis entrados no gabinete da directoria, o qual será organizado de modo a acompanhar a marcha do processo que soffrerem até final solução.

§ 5.º Escripitar e ter sob sua guarda os livros que forem creados pela directoria para os necessarios assentamentos.

§ 6.º Ter em dia o registro da distribuição do pessoal por secções ou estações de cada districto.

§ 7.º Colleccionar por ordem chronologica as minutas originaes do expediente a seu cargo durante o anno.

§ 8.º Passar certidões e extrahir copias e sujeital-as à rubrica do vice-director.

§ 9.º Registrar em livro especial os contractos que forem celebrados pela directoria, fornecendo cópia dos mesmos à contadoria geral.

§ 10.º Fiscalisar a immediata expedição da correspondencia da directoria, visando diariamente o protocollo.

§ 11.º Fazer remessa inventariada dos papeis findos ao archivo.

§ 12.º Organisar mensalmente a lista das multas impostas ou approvadas pela directoria, e remetter uma cópia à contadoria geral para verificação da respectiva arrecadação.

§ 13. Propor ao vice-director as medidas que julgar convenientes assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a falta de cumprimento de deveres por parte dos empregados da secretaria.

Art. 311. O official distribuirá o serviço pelos escripturarios e amanuenses do modo que julgar mais conveniente á sua boa execução.

Art. 312. E' o official responsavel pelo extravio de qualquer papel, livro ou documento que tiver entrada na secretaria ou estiver no archivo corrente, e não consentirá que saia d'elle nenhum papel de qualquer natureza sem authorisação da directoria e mediante recibo do empregado a quem for entregue.

Art. 313. A' secretaria fica immediatamente subordinada a portaria.

Art. 314. Ao porteiro, auxiliado pelo seu ajudante, continuos e serventes incumbe:

§ 1.º Abrir e fechar as portas do edificio em que funciona a directoria geral, não só nas horas marcadas como nas em que para isso receber ordem superior, cuidar da limpeza interna e externa da casa.

§ 2.º Expedir e receber a correspondencia de toda a administração, escripturar o respectivo protocollo e livro da porta, recebendo da secretaria as notas dos despachos dos papeis.

§ 3.º Fazer as despezas minutas, apresentando uma conta documentada das effectuadas, até ao dia 5 de cada mez, para o que lhe será abonada mensalmente quantia não excedente a 50\$, da qual justificará o dispendio.

§ 4.º Ordenar e fiscalisar o trabalho dos serventes, propondo á directoria a dispensa do que não servir a contento.

§ 5.º Ter inventariados todos os moveis do edificio confiado á sua guarda e pelo extravio dos quaes é responsavel.

Art. 315. Ao ajudante do porteiro incumbe coadjavar ao porteiro no serviço a seu cargo.

Art. 316. Aos continuos compete o serviço de transmissão dos papeis e recados.

## CAPITULO XXXVI

### ARCHIVO

Art. 317. O archivo da repartição ficará a cargo de um official archivista, auxiliado por um continuo designado pela directoria.

Art. 318. Ao official archivista compete:

§ 1.º Colleccionar por ordem chronologica e providenciar sobre a encadernação das minutas originaes do expediente da directoria, organisando o indice destas, fazer o protocollo geral dos papeis que lhe forem remettidos inventariados pelas diversas divisões da administração.

§ 2.º Velar pela boa organização do archivo para que sejam regularmente catalogados todos os documentos nelle entrados e dispostos de modo a facilitar a sua consulta.

§ 3.º Escripturar alphabeticamente nos livros apropriado e de accordo com os assentamentos existentes e com as notas fornecidas pela secretaria, as nomeações, comissões, licenças e penas dos empregados.

Art. 319. Incombe-lhe ainda extrahir cópia dos actos da directoria e dos do Ministério relativos ao serviço telegraphico que tenham de ser transcriptos no boletim da Repartição dos Telegraphos de que trata o art. 553 e cuidar da sua publicação por cuja regularidade é responsavel.

Art. 320. O official archivista é responsavel pelo extravio de quaesquer papeis, livros ou documentos que tenham dado entrada no archivo.

## CAPITULO XXXVII

### DISTRICTOS TELEGRAPHICOS

Art. 321. Para administração do serviço, ficam as linhas com as estações interalladas, divididas por districtos telegraphicos a cargo de engenheiros-chefes, auxiliados por engenheiros-ajudantes, inspectores, editores e guardas-fio.

Art. 322. A porção da linha telegraphica para constituir um districto não pode ser inferior a 600 kilometros.

Art. 323. A sede do districto deve forçosamente ser estabelecida na capital do Estado, e, quando o districto comprehender mais de um Estado, ou o Estado mais de um districto, a escolha será feita pela directoria, attendendo ás conveniências do serviço.

Art. 324. O escriptorio do engenheiro-chefe do districto, deve ser estabelecido no proprio edificio em que funciona a estação telegraphica e a sub-contadoria.

Art. 325. Abonar-se-ha aos engenheiros chefes de districto uma consignação mensal de 30\$ para as despesas do expediente do escriptorio.

Art. 326. Para auxiliar o engenheiro-chefe do districto no serviço do escriptorio, será escolhido um inspector ou feitor de linha.

Art. 327. Os districtos, para execução do serviço interno, ficam divididos em secções e trechos; aquelles dirigidos por inspectores de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e feitores, e estes a cargo dos guardas-fio, de conformidade com as instrucções sobre a conservação.

Art. 328. Nos districtos de extensão superior a 800 kilometros, no que abranger a Capital Federal e quando assim o exija a quantidade de serviço, ou quando haja novas construcções de linhas, serão os engenheiros-chefes auxiliados no desempenho dos seus cargos, por engenheiros-ajudantes.

Art. 329. Ao engenheiro-chefe de districto compete :

§ 1.º Dirigir o serviço, por cuja boa marcha é responsável, quer no tocante ás estações, quer no que diz respeito ás linhas.

§ 2.º Percorrer as linhas do districto, pelo menos duas vezes por anno, apresentando relatório semestral circunstanciado do resultado da inspecção.

§ 3.º Proceder aos estudos de exploração que forem necessários.

§ 4.º Estudar os melhoramentos de direcção das linhas e propô-los á directoria.

§ 5.º Levantar as plantas e nivelamentos das estradas ou desvios das mesmas, pontes, aterrados, esgotos, dessecamento de terrenos e mais serviços de engenharia.

§ 6.º Organizar e apresentar á directoria o orçamento detalhado de todos os serviços de melhoramentos a executar-se no districto a seu cargo.

§ 7.º Remetter, no ultimo mez de cada anno, um orçamento detalhado das despesas a fazer-se com o districto no anno seguinte.

§ 8.º Proceder aos trabalhos de que o encarregar o director.

§ 9.º Remetter bi-mensalmente á secção tecnica um relatório minucioso das occurrencias havidas e de todos os serviços feitos, tanto de conservação como de construcção.

§ 10. Comunicar diariamente até 8 horas da manhã á secção tecnica o estado das linhas do districto, na hora da chamada, empregando o código para esse fim organizado.

§ 11. Sciencificar a secção tecnica por aviso telegraphico urgente, o apparecimento de qualquer accidente nas linhas, indicando as providencias tomadas, e, por occasião da terminação do defeito, comunicar immediatamente a causa que o produziu e sua duração e local.

§ 12. Organizar o inventario e livro de postes das linhas, de accordo com o Cap. 8º das instrucções.

§ 13. Cumprir as determinações do chefe da secção tecnica na parte relativa ao bom funcionamento das linhas e serviço das estações.

§ 14. Proceder ás experiencias para medida do isolamento e resistencia dos fios, organisando um mappa dos resultados, de accordo com o modelo fornecido, o qual será remettido mensalmente.

§ 15. Dirigir as construcções das linhas.

§ 16. Informar ao chefe da secção tecnica, sobre a extensão de cada trecho de linha a confiar aos guardas, tendo em vista a categoria da linha e os meios de comunicação.

§ 17. Assignar os contractos, quando autorizado pela directoria, os quaes ficarão registrados em livro especial, crendo nas sub-contadorias, devendo remetter uma cópia á contadoria geral.

§ 18. Rubricar e dar andamento aos pedidos de material telegraphico e utensilios, examinando si as quantidades pedidas correspondem ás exigencias do respectivo serviço.

§ 19. Admittir e despedir os guardas-fio.

§ 20. Propôr a remoção, quando julgar conveniente, do pessoal do districto.

§ 21. Examinar as estações do districto, verificando o estado dosapparelhos, baterias, escripturação e fiscalisar a pontualidade na remessa da mesma, dando de tudo sciencia nos relatorios semestraes.

§ 22. Apresentar á directoria, até ao dia 15 de fevereiro de cada anno, um relatório geral do serviço a seu cargo no anno anterior, formulado de accordo com as indicações que forem fornecidas.

§ 23. Verificar todos os serviços a cargo dos engenheiros-ajudantes, inspectores, feitores e guardas-fio.

§ 24. Requisitar ás sub-contadorias, o supprimento das quantias necessarias ao pagamento das despezas com o pessoal e material das linhas a seu cargo.

§ 25. Fiscalisar o cumprimento das disposições do regulamento e das ordens da directoria e contadoria geral, por parte das sub-contadorias.

§ 26. Encaminhar promptamente á directoria, devidamente informados, todos os requerimentos, reclamações e recursos apresentados pelos empregados.

§ 27. Ter em ordem o archivo do districto de modo que possa, em casos de remoção, fazer delle prompta entrega mediante recibo.

§ 28. Fazer colleccionar por ordem chronologica e mandar encadernar as minutas dos officios expellidos pelo escriptorio do districto.

§ 29. Apresentar ao seu successor um relatório sobre os serviços executados no anno corrente e os em via de execução.

§ 30. Ter convenientemente escripturado um livro de inventario do material empregado nas linhas e do existente nos depositos, e o dos moveis e utensilios das estações.

§ 31. Proceder á venda dos objectos inserviveis que existirem nos districtos, de accordo com o disposto no art. 381, § 9º.

§ 32. Mandar recolher ao almoxarifado os apparelhos e seus accessorios que forem substituidos ou se inutilisarem.

§ 33. Conceder licenç a aos empregados do districto até oito dias sem vencimento, e até quatro com vencimentos.

Art. 330. Os engenheiros-ajudantes terão a incumbencia de auxiliar aos engenheiros-chefes de districto no exercicio das suas attribuições.

Art. 331. Aos inspectores incumbe:

§ 1.º Auxiliar o engenheiro-chefe tanto na conservação como na construção das linhas.

§ 2.º Percorrer as linhas de sua secção pelo menos uma vez por mez.

§ 3.º Fiscalisar o serviço a cargo dos feitores de modo que sejam cumpridas fielmente as prescripções das instrucções annexas.

§ 4.º Examinar os apparelhos, utensilios e ferramenta do serviço de linha, confrontando-os com o respectivo inventario.

§ 5.º Fiscalisar a aquisição, por parte dos feitores e guardas-fio dos objectos exigidos pelo art. 69 das instrucções relativas a conservação da linha.

§ 6.º Verificar o acondicionamento e estado do material de linha, de reserva nos depósitos.

§ 7.º Comunicar aos engenheiros-chefes o extraviio de qualquer material por parte dos feitores, guardas e trabalhadores, e promover a respectiva indemnisação.

§ 8.º Dirigir os feitores e guardas nos serviços de conservação e construção das linhas.

§ 9.º Organizar cuidadosamente o inventario e livro de postes da secção a seu cargo, de accordo com o modelo e instrucções a isso respectivas.

§ 10.º Examinar o estado do material empregado nas linhas e determinar a substituição do que estiver estragado.

§ 11.º Solicitar do chefe do districto o material necessario para ter sempre os depósitos de sua secção convenientemente providos.

§ 12.º Escolher e propôr ao chefe de districto os guardas que estiverem no caso de obter a nomeação de feitores.

Art. 332. Ao feitor incumbe :

§ 1.º Auxiliar o inspector da secção nos serviços que por este lhe forem determinados.

§ 2.º Dirigir pessoalmente o serviço da turma de trabalhadores e dos guardas que lhe estiverem subordinados.

§ 3.º Exercer as funcções do inspector nas linhas de segunda categoria, quando houver falta de pessoal.

§ 4.º Executar, na parte que lhe diz respeito, as instrucções referentes aos serviços de conservação e construção.

Art. 333. São deveres dos guardas-fio :

§ 1.º Acompanhar nas correições de linha os inspectores e engenheiros quando lhes for determinado.

§ 2.º Trazer as linhas sempre limpas de matto, de modo que nenhum corpo estranho de qualquer natureza toque nos fios ou isoladores.

§ 3.º Manter constantemente roçado o caminho ao longo das linhas, de sorte que possa ser facilmente percorrido.

§ 4.º Cercar os postes sempre que seja preciso.

§ 5.º Lavar duas vezes por anno os isoladores com agua doce.

§ 6.º Pintar, sempre que for necessario, os fios, as peças de ferro dos isoladores e os postes.

§ 7.º Substituir os isoladores deteriorados, recolhendo-os á proxima estação ou deposito, e os postes estragados por outros em perfeito estado.

§ 8.º Emendar as linhas, examinar e consolidar qualquer concerto.

§ 9.º Trazer sempre em bom estado de conservação o material e ferramenta sob sua guarda.

§ 10.º Percorrer o seu trecho, pelo menos uma vez por semana e depois de qualquer temporal ou forte trovoadas, afim de ser reparado qualquer estrago.

§ 11. Executar as instruções sobre a conservação das linhas na parte que lhe diz respeito.

Art. 334. O numero de districtos e o de inspectores, feitores e guardas-fio de cada um delles, será annualmente determinado pela directoria, sob proposta da secção technica.

## SEGUNDA DIVISÃO

### CAPITULO XXXVIII

#### DA SECÇÃO TECHNICA

##### Escriptorio central

Art. 335. A secção technica, orgão central de todos os serviços de natureza technica da repartição, constará de um escriptorio central superintendendo o serviço de construção, conservação das linhas e trafego telegraphico, e das seguintes subdivisões subordinadas: escriptorio de desenho, aula telegraphica, officina e almoxarifado.

Art. 336. O escriptorio central da secção technica será servido pelo seguinte pessoal:

- Um engenheiro-chefe.
- Um engenheiro-ajudante.
- Um telegraphista-chefe.
- Um 2º escripturario.
- Um amanuense.
- Um continuo.

Art. 337. Ao chefe da secção technica ajudado pelo pessoal auxiliar compete:

§ 1.º Informar á directoria, quando lhe for determinado, sobre todos os assumptos technicos e electro-technicos, quer do serviço proprio da repartição, quer de extranhos a ella, sobre os quaes tenha a directoria de interpor parecer.

§ 2.º Organisar instruções sobre a construção e conservação das linhas e superintender a execução desse serviço, dirigindo-se directamente aos engenheiros-chefes de districtos para exigir as informações que julgar necessarias, além das determinadas no art. 329.

§ 3.º Coordenar os dados remettidos pelos engenheiros-chefes de districtos e relativos ás explorações, construções e conservação das linhas, de accordo com as obrigações constantes do art. 329.

§ 4.º Organisar um mappa do estado das linhas pelas notas transmittidas pelos districtos e apresentar diariamente á directoria um resumo acompanhado de indicações das providencias tomadas.

§ 5.º Fazer correições pelas estações e districtos que por irregular funcionamento demonstrarem defeitos organicos, afim de estudal-os e tomar as providencias para a sua remoção.

§ 6.º Organisar, de accordo com o director geral, o plano geral da rede telegraphica da União de que trata o art. 10, com os dados existentes no archivo, com aquelles que forem remettidos pelos chefes de districtos e os ministrados pela commissão que for encarregada da determinação de coordenadas geographicas, e fazer executar o mappa na escala de 1:1,000,000.

§ 7.º Fazer na estação da Capital Federal pessoalmente, ou substituido pelo engenheiro-ajudante e telegraphista-chefe da mesma estação, auxiliado pelos chefes de districtos a cujo cargo estiverem as secções limitrophes, as experiencias do estado das linhas; proceder ás necessarias medições para a localisação dos defeitos que se derem entre essa estação central e as estações transladoras vizinhas.

§ 8.º Organisar, de accordo com o vice-director, a distribuição do serviço pelos diversos fios conductores e estabelecer as regras geraes que devem ser observadas a esse respeito em todos os districtos, designando quaes as estações transladoras com serviço permanente e em todas as linhas, ou com traslação em uma ou mais linhas; quaes as com serviço permanente ou limitado, quaes as estações collectoras e quaes as tributarias, qual o horario marcado para estas e quaes as linhas de que se devem servir para o respectivo serviço.

§ 9.º Communicar á secretaria internacional de Berne a abertura das estações que forem inauguradas e a sua nomenclatura; entreter com ella a correspondencia official e remetter annualmente a estatistica do movimento da repartição, segundo se achá preceituado no regulamento internacional.

§ 10. Calcular a distancia segundo o de-envolvimento das linhas entre cada estação e as demais da rede telegraphica, estabelecer as respectivas taxas, organisar e remetter a cada estação um quadro de sua taxa para as demais estações, relativamente ao serviço interior, e organisar os quadros da taxa exterior em relação as diferentes vias internacionais existentes.

§ 11. Proceder por si ou auxiliado pelo engenheiro-ajudante, telegraphista-chefe ou pelo chefe da officina, ao exame dos materiaes, appparelhos, instrumentos e ferramentas adquiridas do estrangeiro, fabricadas na officina ou compradas no mercado, verificar os appparelhos e instrumentos de medição, antes de serem enviados aos districtos, fazendo-os acompanhar dos respectivos schemas de communicações e outros esclarecimentos que aceso se tornem necessarios para sua applicação.

§ 12. Estudar, de combinação com o chefe da officina, as modificações a que tenham de ser sujeitos os appparelhos usados na repartição, no intuito de tornar mais sensiveis os órgãos receptores e de reduzir a um *minimum* os phenomenos de magnetismo remanente e da inducção propria dos electro-imaes em uso.



§ 13. Determinar as constantes das pilhas usadas e ensaiar o emprego de baterias-accumuladores em estações de grande movimento e de muitas linhas eapparelhos.

§ 14. Examinar os cabos submarinos e sub-fluviais adquiridos pela repartição, em relação ao seu isolamento, conductibilidade e capacidade, não sómente no intuito de verificar o estado em que chegarem, como também si as constantes correspondem ás condições da encomenda; assistir ao seu lançamento si forem de maior extensão e aos processos de verificação para a localisação dos defeitos.

§ 15. Organisar os diversos modelos de mappas, diários de serviço nas linhas, quadros de accidentes nas linhas e estações, tabellas para os registos das medições e do exame das linhas e outras que forem necessarias.

§ 16. Superintender os observatorios meteorologicos e de magnetismo terrestre estabelecidos, ou por estabelecer, computar as observações feitas e mensalmente remettidas á secção pelos respectivos encarregados, para a deducção dos elementos climatologicos; e a marcha dos componentes magneticos das diversas estações, indicar á directoria quaes os encarregados dos observatorios que desempenham satisfactoriamente o serviço de observações, afim de que lhes possa ser conferida a gratificação marcada pelo art. 89 deste regulamento.

§ 17. Registrar os accidentes atmosphericos que actuarem sobre as linhas, principalmente temporaes e trovoadas, mencionando seus effeitos e marcando a sua frequencia ou repetição nas diversas localidades.

§ 18. Organisar e conservar em estado de perfeito funcionamento, auxiliado pelo engenheiro-ajudante e chefe da officina, o gabinete de experiencias, que constará das seguintes quatro divisões:

1ª, installação systematica, e em estado de immediatamente poder servir ás respectivas experiencias, de todos os instrumentos já adquiridos e por adquirir para as medições electricas, como também dos geradores da força electro-motriz;

2ª, installação em estado de funcionar, de um specimen de cada systema de apparelho e accessorios em uso e de outros, cuja adopção for estudada, inclusive os registradores automaticos dos elementos meteorologicos e magneticos, os registradores do tempo, e os instrumentos de geodesia;

3ª, installação das machinas e instrumentos para o exame da resistencia mecanica dos materiaes;

4ª, collecção de ferramenta e specimens de apparelhos fora do uso.

§ 19. Fazer estudos sobre a duração dos materiaes empregados nas linhas em condições diversas, como também sobre as nossas madeiras de construcção, procurando estabelecer caracteres seguros pelos quaes se possa avaliar a sua duração, devendo os respectivos dados ser fornecidos pelos engenheiros-chefes de districtos e constar das observações do inventario e livro de postes.

§ 20. Examinar os pedidos de material que forem remettidos pelos chefes de districtos antes de submettel-os á rubrica do vice-director, fazer de accordo com o mesmo as encommendas de material ao estrangeiro, informando á directoria sobre a qualidade do material recebido e seu acondicionamento, afim de que se possa fazer quaesquer reclamações á commissão de compras.

§ 21. Ter um livro de pedidos na secção, do qual serão extrahidos os talões dos objectos e materiaes que por ordem da directoria tiverem de ser fornecidos pelo almoxarifado.

§ 22. Exigir do almoxarifado a apresentação, com a necessaria antecedencia, dos pedidos de todos os materiaes para os supprimentos semestraes que tiverem de ser encommendados no estrangeiro, examinar o livro de entradas e sahidas, e o material em deposito, o modo de seu armazenamento e responsabilisar o almoxarifado si, em consequencia de acondicionamento insufficiente, chegarem os objectos inutilisados aos districtos e estações.

§ 23. Responsabilisar igualmente os chefes de districtos, ou os respectivos empregados, por intermedio daquelles, si os objectos recolhidos ao almoxarifado chegarem inutilisados por falta de devido acondicionamento.

§ 24. Organisar a nomenclatura do material telegraphico.

§ 25. Organisar pontos para o concurso entre os telegraphistas candidatos á admissão na aula telegraphica, e julgar das provas apresentadas.

§ 26. Fazer parte da commissão examinadora dos alumnos da aula telegraphica.

Art. 338. O chefe da secção technica organisará, tanto quanto possivel por sub-secções, o serviço do escriptorio central, das quaes, uma se occupará com os assumptos referentes á construcção, conservação e trafego das linhas, outra dos serviços diversos a cargo da secção e uma terceira com a parte technica experimental.

Art. 339. No caso de insufficiencia provada do pessoal do escriptorio central para attender aos serviços que lhe competem, mandará a directoria addir á secção os empregados que forem necessarios.

Art. 340. O engenheiro-ajudante, o telegraphista-chefe e mais pessoal auxiliar, terão os serviços que lhes forem determinados pelo chefe da secção technica.

## CAPITULO XXXIX

### ESCRITORIO DE DESENHO

Art. 341. O escriptorio de desenho da secção technica terá o seguinte pessoal :

Um desenhista-chefe.

Dous desenhistas auxiliares.

Art. 342. Ao desenhista-chefe, com os seus auxiliares, cabe :

§ 1.º Executar todos os trabalhos que lhe forem determinados pelo chefe da secção technica, quer de plantas geodesicas e topographicas, quer de machinas eapparelhos.

§ 2.º Coordenar todos os trabalhos topographicos remettidos pelos engenheiros-chefes de districtos, communicando ao chefe da secção technica, para providenciar, sobre o preenchimento de quaesquer lacunas, de modo a poder-se logo organizar a carta da rede telegraphica.

§ 3.º Desenhar plantas e traçar nivelamentos, conforme as cadernetas de campo e fazer projectos.

§ 4.º Apresentar ao chefe da secção technica o pedido dos objectos necessarios ao expediente e consumo do escriptorio.

§ 5.º Ter sob sua guarda e inventariado todo o archivo technico, comprehendendo mappas e cartas.

Art. 343. E' o desenhista-chefe obrigado a apresentar ao chefe da secção technica, um relatorio mensal dos trabalhos executados, e no fim do anno, um resumo de todo o serviço feito.

## CAPITULO XL

### AULA TELEGRAPHICA

Art. 344. A Repartição Geral dos Telegraphos terá uma aula, formando subdivisão annexa á secção technica, para completar a instrução dos telegraphistas.

Art. 345. O ensino dos candidatos á admissão no quadro dos telegraphistas da repartição é feito, nos Estados, pelas estações principaes e de primeira ordem, sob a direcção dos respectivos encarregados e chefes dos districtos.

Art. 346. Os cursos da aula telegraphica serão feitos em dois annos e constarão de duas partes, uma theorica e outra pratica.

Art. 347. O curso theorico do 1º anno será regido por um engenheiro com categoria e vencimentos de engenheiro-ajudante que tenha conhecimentos especiaes das materias que constituem o ensino, o qual abrangerá :

1º, os capitulos das theorias physicas com applicação á telegraphia e telephonia, a saber: luz, calor, acustica, magnetismo e electricidade ;

2º, applicação da theoria aos apparelhos Morse e seus accessorios, tratando especialmente do apparelho registrador á tinta, relais neutro e polarizado, para-raio, galvanoscopo, manipulador, commutador e despertador ;

3º, theoria dos elementos galvanicos, montagem e conservação das baterias, bateria geral e local, baterias communs ;

4º, communicações internas de apparelhos com e sem relais e marcha da corrente, em apparelhos montados em estações extremas, intermediarias e de translação ;

5º, noções geraes de construção e conservação de canalisações electricas, defeitos nas linhas e estações e meios de verificar e de localisal-os;

6º, applicação da theoria á telephonia, descripção dos telephons Bell e Adér, theoria e applicação do microphone, instalação de estações e centros telephonicos.

Art. 348. O curso pratico do 1º anno será regido por um telegraphista-chefe ou de 1ª classe, auxiliado pelo ajudante do chefe da officina na parte que diz respeito á montagem e desmontagem dosapparelhos e constará:

1º, em exercicios praticos de transmissão e recepção de telegrammas em linhas artificiaes, nas quaes serão frequentemente alteradas as condições de conductibilidade e electrostaticas, tanto em receptores acusticos (*sounders*) como em registradores;

2º, montagem de estações extremas, intermediarias e de translação em condições differentes; processos de verificação dos defeitos nas estações e meios de removel-os;

3º, disposições regulamentares internas e internacionaes, trafego telegraphico, taxação dos telegrammas e e-cripturação das estações;

4º, ensino pratico das differentes partes de que se compõe um apparelho, seu funcionamento; modo de montal-o e desmontal-o.

Art. 349. O curso theorico do 2º anno será regido por profissional contractado dentro ou fóra do paiz e abrangerá a theoria dos systemas duplex, de correntes unipolares e alternativas, funcionando em extremo e translação, duplex e quadru-plex, as installações duplex, já pelo systema differencial, já pelo systema da ponte; a marcha das correntes em ambos os systemas; theoria do apparelho Hughes, de-criptção do seu meca-nismo, sua montagem, marcha da corrente e funcionamento; noções geraes de telegraphia multiplex e submarina.

Art. 350. O curso pratico do 2º anno será regido tambem pelo profissional contractado dentro ou fóra do paiz e constará da instrucção pratica na telegraphia duplex e na manipulação do apparelho Hughes.

Paragrapho unico. Será auxiliado pelo ajudante do chefe da officina na parte relativa á montagem e desmontagem dos apparelhos.

Art. 351. Annualmente, em época determinada pela directoria, haverá nos districtos concursos entre os telegraphistas das diversas classes que tenham no minimo dous annos de exercicio e que para esse fim se inscreverem, e serão escolhidos um ou dous, que melhores provas exhibirem, para frequentarem a aula telegraphica.

Paragrapho unico. A confecção dos pontos para o concurso, assim como o julgamento das provas, cabe á secção technica.

Art. 352. Aos empregados escolhidos para a frequencia da aula telegraphica, fornecer-se-hão as passagens para a Capital

Federal e serão addidos á estação principal, onde prestarão serviços em horas determinadas, fóra dos cursos.

Art. 353. Os professores da aula confeccionarão annualmente o programma do ensino, o qual será observado depois de approved pela directoria, precedendo parecer da secção technica.

Art. 354. Os cursos theoricos da aula telegraphica começarão em 15 de fevereiro e terminarão a 15 de dezembro de cada anno.

Art. 355. Fechados os cursos theoricos, immediatamente terão começo os exames, sendo examinadores o vice-director, o chefe da secção technica e os professores da aula.

Paragrapho unico. Nestes exames haverá só duas classificações, uma de approvação e outra de reprovação, sendo que no primeiro caso se estabelecerá o merecimento relativo por escala.

Art. 356. O alumno inhabilitado em qualquer dos exames não pôde continuar na aula e terá designação para outra estação.

Art. 357. Ao alumno que concluir o curso do primeiro anno será passado um attestado de habilitação nas materias do respectivo curso, e, no caso de impossibilidade de continuação da aprendizagem até terminação do curso, terá direito á promoção á classe immediata na primeira vaga, preterindo os de antiguidade que não tenham curso.

Paragrapho unico. Nessas condições não poderá haver promoção de qualquer outro empregado, enquanto não forem contemplados os habilitados no 1º anno do curso da aula.

Art. 358. Ao alumno que concluir o curso final será conferido um diploma especial attestando as suas habilitações theoricas e praticas, para o desempenho de qualquer serviço telegraphico.

Paragrapho unico. Os telegraphistas assim titulados serão promovidos por merecimento, logo após a expedição do título, independentemente de existencia de vaga; e, para os effeitos das promoções successivas, contarão tempo em dobrado.

Art. 359. O alumno que melhores provas exhibir nos exames finais do 2º anno tem o direito de fazer uma viagem a paizes estrangeiros, com demora de um anno, com as vantagens estabelecidas no art. 540.

Paragrapho unico. O alumno assim commissionedo terá de dar conta do seu aproveitamento, apresentando um relatorio sobre os serviços que tiver examinado.

Art. 360. A admissão de praticantes de telegraphia nos districtos será precedida de concurso entre os candidatos que apresentarem certidão de exames prestados perante commissões da instrucção publica dos Estados em épocas normaes, válidos para os cursos superiores da Republica, das seguintes materias: portuguez, francez, inglez, geographia, chorographia do Brazil, arithmetica e geometria.

Paragrapho unico. O prazo para a inscripção ao concurso é de 1 a 31 de janeiro, fóra do qual a nenhuma consideração se attenda para prorogação ou nova inscripção.

Art. 361. Os candidatos poderão apresentar quaesquer outros documentos que comprovem suas habilitações e serviços, os quaes serão tomados em consideração para a classificação, sem contudo dispensarem o candidato do concurso, quaesquer que sejam esses documentos.

Art. 362. Os requerimentos com os documentos de habilitação dos candidatos devem ser apresentados aos chefes dos districtos respectivos, e esses documentos, juntamente com as provas de concurso, serão remettidos á directoria para fazel-os julgar e determinar a admissão dos escolhidos.

Art. 363. O modo de proceder-se ao concurso será regido pelas disposições das instrucções que para isso forem formuladas.

Art. 364. A aprendizagem nas estações não pôde ser inferior a um anno.

§ 1.º No fim de cada anno, os praticantes que se julgarem nas condições de poderem requerer á directoria a prestação de exame de habilitação.

§ 2.º Esse exame constará de escripta telegraphica, montagem e funcionamento do apparelho Morse simples em extremo, intermedio e translação, arranjo pratico das baterias, natureza dos defeitos de linha e escripturação das estações.

Art. 365. Ao praticante approvado nesse exame será passado pelo director geral um attestado de ter exhibido habilitações praticas de telegraphista.

Art. 366. Nas estações principaes poderão ser admittidos até seis praticantes, e nas de primeira ordem, quatro.

Art. 367. As vagas que se derem no quadro dos telegraphistas de 4.ª classe só poderão ser preenchidas por praticantes examinados.

Art. 368. Os chefes de districtos providenciarão para que os praticantes, nas estações em que não haja sala especial para aprendizagem, sejam admittidos na sala dos apparelhos em horas determinadas e guiados pelos encarregados das estações, que são sempre obrigados a lhes ministrar o ensino necessario.

Art. 369. As mulheres e filhas dos telegraphistas poderão ser admittidas á pratica telegraphica nas estações de pequeno movimento, precedendo authorisação da directoria, mediante requerimento acompanhado de certificado de habilitação nas primeiras letras.

Art. 370. A authorisação concedida pela directoria não dá, porém, direito algum á futura nomeação da requerente, quaesquer que sejam as suas condições.

Art. 371. Quando estas praticantes estiverem habilitadas serão submettidas a exame de escripta telegraphica e escripturação de estações e do resultado será lavrado um termo assignado por um telegraphista e o chefe do districto, o qual será enviado á directoria acompanhado das provas do exame.

Paragrapho unico. Destes termos não se passam certidões nem attestados de qualquer especie, mas permittem o aproveitamento das examinadas nas condições do art. 48.

## CAPITULO XLI

## OFFICINA

Art. 372. Para concerto e fabrico deapparelhos e ferramentas para uso da Repartição Geral dos Telegraphos haverá uma officina estabelecida na Capital Federal.

Art. 373. A execução dos serviços da officina é confiada a pessoal assim classificado:

Um chefe.

Um ajudante.

Officiaes.

Operarios de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes.

Aprendizes e serventes.

Art. 374. Ao chefe da officina, que deverá ter habilitações de mecanica, para construir os apparelhos com toda perfeição, e de mathematicas, sufficientes para comprehender as theorias dos apparelhos electricos e proceder á rectificação dos instrumentos geoesiecos e de physica, principalmente na parte relativa á electricidade e magnetismo, incumbem:

§ 1.<sup>o</sup> Fiscalisar todo o serviço da officina, distribuindo o trabalho por seus subordinados, dirigindo e examinando as obras por elles feitas e julgando das suas habilitações.

§ 2.<sup>o</sup> Propôr a nomeação e a demissão dos empregados da officina e apresentar ao chefe da secção technica, quando convenha, contractar operarios, as clausulas dos respectivos ajustes.

§ 3.<sup>o</sup> Propôr a admissão de aprendizes que possuam já alguns principios e pratica dos trabalhos em que tenham de se industrialiar.

§ 4.<sup>o</sup> Despedir, com autorisação do chefe da secção technica, os aprendizes que não forem exactos no cumprimento dos seus deveres.

§ 5.<sup>o</sup> Fazer o pedido de todo o material e ferramenta de que carecer, submettendo-o á rubrica competente, recebê-lo do almoxarifado e dar ao mesmo almoxarifado as informações necessarias para o bom andamento e harmonia do respectivo serviço.

§ 6.<sup>o</sup> Providenciar sobre o prompto e perfeito concerto dos apparelhos devolvidos das estações, dando conta ao chefe da secção technica dos estragos devidos a ignorancia ou malevolencia, para serem indemnizados pelo culpado.

§ 7.<sup>o</sup> Executar todas as construcções de apparelhos e instrumentos que exijam perfeição, quer no tocante a execução mecanica, quer na combinação rigorosa de seus elementos.

§ 8.<sup>o</sup> Fazer apromptar todos os apparelhos indispensaveis para verificação e experiencias, e construir apparelhos para o serviço das estações.

§ 9.<sup>o</sup> Velar sobre o perfeito fabrico da ferramenta.

§ 10. Informar ao chefe da secção technica sobre as habilitações dos aprendizes e propôr melhoramento de vencimentos em

favor daquelles, que se tiverem distinguido por seu aproveitamento e proceder exemplar.

§ 11. Examinar e marcar todos osapparelhos entregues ao serviço.

§ 12. Sujeitar á competente rubrica e fornecer ao almoxarife, todos os elementos para organisação da conta dos concertos ou das obras feitas para fóra, afim de ser cobrada a respectiva importância.

§ 13. Entregar as obras ou objectos concertados ao almoxarife, mediante recibo.

§ 14. Organisar estatisticas annuaes e fazer annualmente relatorios dos trabalhos executados na officina.

§ 15. Proceder, quando lhe for determinado, ao fabrico e concerto de apparelhos quaesquer de telegraphia e electricidade applicada, de instrumentos mathematicos e de physica.

Art. 375. Ao ajudante do chefe da officina compete auxiliar-o no desempenho dos serviços a seu cargo.

Art. 376. Aos officiaes e operarios fará o chefe da officina a distribuição do serviço que julgar conveniente.

Art. 377. A escripturação da officina será feita por um amanuense do almoxarifado, designado pelo director geral, e ficará immediatamente subordinado ao respectivo chefe.

Art. 378. A escripturação da officina constará dos seguintes livros :

1º, registro de todos os apparelhos telegraphicos com indicação do seu systema, nome do autor, numeros, datas de entradas e sahidas, procedencias e destinos ou outros esclarecimentos, que forem convenientes;

2º, assentamento de todo material e ferramenta entrados ;

3º, de custo dos concertos e obras feitas para repartições estranhas ;

4º, de producção da officina, a qual possa ser confrontada com a caderneta do trabalho diario de cada operario.

Paragrapho unico. Além desses livros, poderá o director, sob proposta do chefe da secção technica, crear outros que forem julgados necessarios.

## CAPITULO XLII

### ALMOXARIFADO

Art. 379. Ao almoxarifado compete a recepção, guarda, fornecimento, conferencia e expedição do material destinado as linhas, estações, officinas e demais secções de serviço da Repartição Geral dos Telegraphos.



Art. 380. Para o desempenho desses serviços fica destinado o seguinte pessoal:

- Um almoxarife.
- Um despachante.
- Um escrivão.
- Um fiel.
- Dous 2.<sup>os</sup> escripturarios.
- Amanuenses.
- Continuos.

Art. 381. O almoxarife é responsavel pela regularidade e boa marcha do serviço ; tem por dever e competencia :

§ 1.<sup>o</sup> Responder pela quantidade e qualidade do material que estiver em deposito.

§ 2.<sup>o</sup> Manter os armazens e depositos em perfeita ordem e asseio, dirigindo a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação e limpeza.

§ 3.<sup>o</sup> Levár, no caso de extravio de qualquer objecto, o facto ao conhecimento do chefe da secção technica, informando qual o responsavel ou responsaveis pelo extravio, afim de que se providencie como for conveniente.

§ 4.<sup>o</sup> Fazer em tempo o pedido de fornecimento de material de consumo ordinario, para que não haja falta no suprimento.

§ 5.<sup>o</sup> Assistir, ou mandar assistir pelo fiel, ao exame e verificação da qualidade e medida do material que tiver de ser recebido.

§ 6.<sup>o</sup> Providenciar sobre os fornecimentos que forem ordenados pela directoria e assistir, ou fazer assistir pelo fiel, á conferencia para entrega ou remessa do material, tendo em vista que este serviço seja executado com a maior promptidão e regularidade.

§ 7.<sup>o</sup> Receber da officina e entregar a quem pertencerem, depois de effectuados os respectivos pagamentos, as obras feitas ou objectos concertados, devendo, para effectividade da cobrança, ser expedida á contadoria por intermedio da secção technica, a competente guia.

§ 8.<sup>o</sup> Organisar e submetter ao contador geral a conta em duplicata de qualquer especie de material telegraphico importado do estrangeiro, que se tiver cedido a outras repartições extrahindo do livro competente os preços de cada objecto.

§ 9.<sup>o</sup> Mandar examinar e avaliar o material inservivel, que existir ou for recolhido ao almoxarifado, e vendel-o mediante concorrência publica.

§ 10. Apresentar trimensalmente ao chefe da secção technica um balanço geral das entradas e sahidas com indicação das quantidades em ser. de qualquer especie de material.

Art. 382. Não é licito ao almoxarife fazer aquisição alguma de material sem ordem da directoria, nem effectuar fornecimento aos chefes de districtos, aos encarregados de estações e ao

chefe da officina, sem que preceda pedido, devidamente assignado por estes, examinado pelo chefe da secção technica e rubricado pela directoria; procedendo-se do mesmo modo a respeito dos objectos para consumo do proprio almoxarifado.

Art. 383. O despachante do almoxarifado terá por dever :

§ 1.º Cuidar do embarque e meios de transporte e promover os despachos e recebimentos de todo material.

§ 2.º Effectuar o pagamento das despesas de carretos, embarques, acondicionamento de objectos e compras de miudezas, para o que receberá mensalmente até a quantia de 1:000\$, cujo dispendio justificará até ao dia 10 do mez seguinte com a apresentação das respectivas contas documentadas, sendo as despesas de fretes mais avultadas pagas pelo thesoureiro, depois de competentemente autorisadas.

Art. 384. O escrivão é responsavel pela escripturação do almoxarifado, a qual deve estar sempre em dia e constará dos seguintes livros :

1º, de inventario de todo o material e objectos a cargo do almoxarife e do seu fiel;

2º, de registro das facturas de todo o material recebido do estrangeiro, com indicação de seu custo reduzido à moeda brasileira;

3º, de entrada e sahida de todo o material, extrahido dos diarios em que for escripturado o movimento geral do almoxarifado;

4º, de carga e descarga das estações, das linhas ou districtos, de officinas e de diversos.

Art. 385. Compete-lhe, além disso, auxiliado pelos escripturarios e amanuenses :

§ 1.º Fazer assentamento de todas as guias de remessa de objectos, archivando os avisos de recebimento do material fornecido.

§ 2.º Archivar e ter em boa ordem os pedidos originaes, depois de fornecidos, e as facturas de material recebido, depois de conferidas com a cópia da encomenda.

§ 3.º Conferir as contas de fornecedores, com as entradas constantes dos respectivos livros, onde serão registrados os preços dos objectos, para serem remettidas à contadoria geral acompanhadas dos pedidos.

§ 4.º Organisar no fim de cada trimestre o balanço geral das entradas e sahidas a que se refere o § 22 do art. 337.

Art. 386. O escrivão distribuirá aos escripturarios e amanuenses que lhe são immediatamente subordinados, a escripturação dos livros auxiliares e a conferencia e classificação dos objectos que tiverem entrada no almoxarifado.

Art. 387. O fiel, além dos serviços que lhe forem determinados pelo almoxarife, ficará immediatamente responsavel pelo material recolhido ao deposito central.

Art. 388. O deposito maritimo ficará sob a vigilancia de um feitor de linha, designado pelo director geral.

## TERCEIRA DIVISÃO

## CAPITULO XLIII

## DA CONTADORIA GERAL E SUB-CONTADORIAS

Art. 389. A contadoria geral terá um escriptorio central e tres secções — sendo a terceira constituída pela thesouraria, e doze sub-contadorias, nos districtos, que funcionarão nas capitães dos Estados: 1ª Pará; 2ª Maranhão; 3ª Ceará; 4ª Pernambuco; 5ª Bahia; 6ª Espirito Santo; 7ª Capital Federal; 8ª Minas Geraes; 9ª S. Paulo; 10ª Paraná; 11ª Rio Grande do Sul; 12ª Goyaz.

Paragrapho unico. Em relação ao districto telegraphico em cuja sede não houver sub-contadoria, serão as attribuições que a esta competem desempenhadas pela sub-contadoria do districto immediato.

Art. 390. O numero das sub-contadorias poderá ser augmentado com a criação de novos districtos ou quando assim o exigirem as necessidades dos districtos actuaes, por acto do Governo, sob proposta justificada do director geral.

Art. 391. O escriptorio central terá a seu cargo:

- 1º, registro e expedição da correspondencia;
- 2º, distribuição pelas secções dos papeis que nellas devam ser preparados ou processados;
- 3º, archivo das informações e pareceres submettidos ao director geral e registro dos respectivos despachos;
- 4º, registro e expedição de circulares e ordens de serviço;
- 5º, assentamento e registro do ponto do pessoal da contadoria geral.

Art. 392. A's secções da contadoria geral incumbem os seguintes serviços:

*1ª secção*

- 1º, orçamento da receita e despeza: preparo dos elementos;
- 2º, relatorio annual da parte financeira do serviço telegraphico: preparo dos elementos;
- 3º, ajuste de contas com outras administrações telegraphicas;
- 4º, escripturação e fiscalisação da cobrança dos diversos impostos e das contribuições para o monte-pio;
- 5º, conferencia dos documentos da renda arrecadada e escripturação desta;
- 6º, registro dos balancetes mensaes da receita e despeza, realisadas nas estações, organisados nas sub-contadorias;
- 7º, preparo de documentos para arrecadação de dinheiros e o pagamento de despezas, quer de pessoal, quer de material, que devam correr pela thesouraria;

8º, requisição para supprimento do material necessario aos serviços da contadoria geral e exame dos pedidos feitos pelas sub-contadorias ;

9º, expedição das guias para pagamentos e descontos dos empregados removidos ou designados para servirem fóra da Capital Federal ;

10, processo das requisições para supprimento pela thesouraria, de sellos telegraphicos ás sub-contadorias e estações ;

11, verificação e coordenação dos documentos de receita para a respectiva prestação de contas.

### 2ª secção

12, escripturação e distribuição de creditos ;

13, balanços mensaes e geraes da receita e despesa ;

14, conferencia dos documentos de despesa, escripturação desta e sua classificação ;

15, registro das encommendas de material feitas ao extrangeiro ;

16, exame das requisições de supprimento de fundos, para a competente autorisação ;

17, escripturação do supprimento de fundos para o pagamento de despesas que tenham de ser effectuadas pela thesouraria, pelas sub-contadorias ou districtos e pelo almoxarifado ;

18, conta corrente das sub-contadorias e de outros quaesquer responsaveis para com a fazenda publica federal ;

19, registro de autorisações de despesas e das circulares e ordens da directoria que se relacionem com a contabilidade ;

20, registro dos contractos e ajustes que determinarem despesas, para fiscalisação dos respectivos pagamentos ;

21, escripturação e remessa dos conhecimentos de talão, accusando o recebimento das contas e balanços mensaes das sub-contadorias ;

22, coordenação de todos os documentos de despesa, para a respectiva prestação de contas.

### 3ª secção

(Thesouraria)

Art. 393. A' thesouraria incumbe :

1º, arrecadar todas as verbas de receita ;

2º, receber os supprimentos que forem requisitados do Thesouro Federal para occorrer ao pagamento das despesas autorisadas ;

3º, pagar as guias de vencimentos do pessoal e as contas de fornecimentos feitos ao almoxarifado, depois de processada na secção competente da contadoria geral ;

4º, proceder á cobrança dos impostos e contribuições para o monte-pio ;

5º, fazer os supprimentos de dinheiro e sellos telegraphicos.

Art. 394. O contador geral verificará, com os empregados que designar, uma vez por mez e em dias indeterminados, a caixa e a escripturação da thesouraria.

#### *Sub-contadorias*

Art. 395. As sub-contadorias terão a seu cargo :

1º, a fiscalisação da arrecadação da renda e do pagamento das despesas, tanto de pessoal como de material, das estações dos respectivos districtos ;

2º, o recebimento e verificação dos documentos de receita e despesa das mesmas estações, sua classificação e a organização dos balanços mensaes para prestação de contas á contadoria geral ;

3º, a conferencia dos originaes dos telegrammas e talões para verificar a exactidão das taxas arrecadadas, quer em dinheiro, quer por meio de sellos ;

4º, o supprimento de fundos aos engenheiros-chefes de districto para pagamento das despesas do pessoal e material do serviço das linhas ;

5º, o recebimento dos saldos e o pagamento dos *deficits* das estações ;

6º, a conferencia dos documentos da despesa effectuada pelos engenheiros-chefes de districto, e sua remessa á contadoria geral ;

7º, a arrecadação das differenças que forem encontradas na prestação de contas dos encarregados de estação e dos chefes de districto ;

8º, a cobrança dos diversos impostos e das contribuições para o monte-pio, tanto do pessoal das estações, como do pessoal das linhas ;

9º, a expedição das guias para pagamento e descontos dos empregados removidos de um para outro districto ;

10, a requisição e supprimento de sellos telegraphicos ;

11, o archivo dos originaes dos telegrammas e talões que servirem á prestação de contas das estações.

Art. 396. Para despesas miudas, compra de objectos de escriptorio e de expediente, terão as sub-contadorias a consignação mensal de 30\$000, que será abonada aos contadores.

Art. 397. As sub-contadorias serão inspecionadas, quando o determinar o director geral, por empregados da contadoria geral, para esse fim designados pelo contador geral.

Art. 398. O pessoal da contadoria geral será o seguinte :

§ 1.º No escriptorio central :

1 contador geral .

1 official.

1 amanuense.

1 continuo.

§ 2.º Na 1ª secção :

1 chefe de secção.  
2 primeiros escripturarios.  
2 segundos escripturarios.  
Amanuenses.  
1 continuo.

§ 3.º Na 2ª secção:

1 chefe de secção.  
2 primeiros escripturarios.  
2 segundos escripturarios.  
Amanuenses.  
1 continuo.

§ 4.º Na 3ª secção (thesouraria):

1 thesoureiro.  
1 esrivão.  
1 fiel.  
1 amanuense.  
1 continuo.

§ 5.º Em cada uma das sub-contadorias:

1 contador.  
1 escriptuario-pagador.  
Amanuenses.

Art. 399. O numero de amanuenses da contadoria geral e das sub-contadorias será fixado annualmente na lei de orçamento, sob proposta do director geral.

Art. 400. Os serviços que competem aos continuos na contadoria geral serão executados nas sub-contadorias por estafetas de 1ª ou 2ª classe.

Art. 401. Ao contador geral compete:

§ 1.º Dirigir os serviços incumbidos á contadoria geral e ás sub-contadorias, e sobre elles prestar informações á directoria.

§ 2.º Formular as instrucções e organizar os modelos para execução dos serviços da contabilidade geral da repartição, da arrecadação da receita e respectiva escripturação.

§ 3.º Designar os empregados que devem servir em cada uma das secções, podendo removel-os de uma para outra quando o exigir o bem do serviço.

§ 4.º Requisitar os auxiliares que forem necessarios, quando houver affluencia de trabalho.

§ 5.º Conceder dispensa, até 48 horas, aos empregados da contadoria geral.

§ 6.º Advertir o pessoal por faltas commettidas, e representar ao director geral sobre as irregularidades ou delictos cuja penalidade não lhe caiba applicar.

§ 7.º Providenciar sobre o encerramento do ponto e sobre as notas que no livro respectivo devam ser consignadas.

§ 8.º Rever e pôr o « visto » nos papeis que tiverem de ser expedidos pelas secções.

§ 9.º Authenticar os certificados de exercício dos empregados da contadoria geral, julgando ou não justificadas as faltas que contarem durante o mez, à vista do livro do ponto, e lançar o « visto » nas guias relativas aos vencimentos do pessoal das outras divisões, que devam ser pagos na thesouraria.

§ 10. Examinar as requisições de supprimentos de dinheiro, de sellos telegraphicos e os pedidos de material para o expediente da contadoria geral e das sub-contadorias e informar à directoria si deverão ser autorizados.

§ 11. Remetter ao director geral, até o fim de cada mez, o balanço da receita e despesa do mez anterior.

§ 12. Rubricar as guias e conhecimentos expedidos pelas diversas secções da contadoria geral.

§ 13. Assignar os officios, ordens e telegrammas dirigidos às sub-contadorias e corresponder-se com os engenheiros-chefes de districto sobre assumptos de sua competencia.

§ 14. Rubricar os livros de receita e despesa das secções e das sub-contadorias.

§ 15. Julgar da moralidade das despesas, em vista de representação dos chefes de secção e dos contadores dos districtos, examinando os documentos que forem impugnados, e dar de tudo conhecimento ao director geral, interpondo parecer a respeito.

§ 16. Propôr à directoria as medidas tendentes ao melhoramento dos serviços a cargo da contadoria geral e das sub-contadorias.

§ 17. Apresentar ao director geral, na época conveniente, o relatório annual da parte financeira do serviço telegraphico, bem assim o orçamento da receita e das despesas da repartição.

Art. 402. O official auxiliará o contador geral nos trabalhos do escriptorio central, em cujo expediente será coadjuvado por um amanuense.

Art. 403. Aos chefes de secção compete :

§ 1.º Dirigir os serviços da secção respectiva e sobre elles informar.

§ 2.º Prestar e requisitar os esclarecimentos de que precisem entre si, para boa marcha do serviço.

§ 3.º Distribuir os trabalhos segundo as aptidões dos empregados da respectiva secção, de modo a conserval-os sempre em dia.

§ 4.º Conceder dispensa, até 24 horas, ao pessoal que lhes estiver subordinado.

§ 5.º Legalisar os documentos que tiverem de ser expedidos pela secção, depois de conferidos, e que devam ser authenticados pelo contador geral.

§ 6.º Propôr as medidas que julgar convenientes, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal da secção.

§ 7.º Ter convenientemente classificados e sob sua guarda os papeis e documentos da secção.

§ 8.º Representar ao contador geral sobre a falta de cumprimento de deveres por parte dos empregados que lhes estiverem subordinados.

§ 9.º Impugnar, representando por escripto ao contador geral, as despesas não autorisadas, ou de não provada moralidade, e as contas e documentos que achar irregulares.

§ 10. Apresentar ao contador geral, nas épocas marcadas, os elementos para o relatório annual da parte financeira do serviço telegraphico, bem assim para os orgamentos da receita e da despesa da repartição.

Art. 404. Os chefes de secção são responsaveis pela execução dos serviços que correrem pela sua secção.

Art. 405. Aos escripturarios e amanuenses compete :

§ 1.º Executar os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos chefes de secção e pelos quaes são individualmente responsaveis.

§ 2.º Coadjuvarem-se, prestando informações reciprocas e communicando uns aos outros o que for adequado a perfeita execução dos differentes serviços.

Art. 406. Ao thesoureiro incumbe :

§ 1.º Dirigir os serviços da thesouraria e sobre elles informar.

§ 2.º Ter sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsavel.

§ 3.º Prestar e requisitar aos chefes das outras seções os esclarecimentos que forem necessarios a boa marcha do serviço.

§ 4.º Escripturnar diariamente todas as entradas e salidas de dinheiro.

§ 5.º Receber as verbas de receita ordinaria, extraordinaria ou eventual.

§ 6.º Requirir o supprimento de fundos para occorrer ao pagamento das despesas autorisadas, apresentando ao contador geral demonstração justificativa da necessidade do supprimento.

§ 7.º Effectuar o pagamento dos vencimentos do pessoal, o das contas de fornecimentos de material e de quaesquer outras despesas competentemente autorisadas.

§ 8.º Arrecadar os impostos e contribuição para o montepio, conforme as notas ou folhas de descontos.

§ 9.º Fazer o supprimento de sellos telegraphicos ás sub-contadorias e estações, depois da autorisação do director geral.

§ 10. Apresentar até ao dia 5 de cada mez o balanço da receita e despesa do mez anterior.

§ 11. Recolher ao Thesouro Federal, até ao dia 31 de março de cada anno, o saldo do exercicio a encerrar-se.

Art. 407. Ao escriptão da thesouraria incumbe:

§ 1.º Organisar as demonstrações que devem acompanhar as requisições do thesoureiro, para supprimento de fundos.

§ 2.º Escripturnar e extrahir dos competentes talões os conhecimentos relativos ao recebimento das contas de serviços feitos pela repartição e outras verbas de receita.



§ 3.º Fazer a escripturação do movimento de sellos telegraphicos.

§ 4.º Escripturnar a receita e a despesa realizadas na thesouraria, de accordo com a classificação feita pelas outras secções da contadoria geral.

§ 5.º Arrolar todos os documentos de receita e despesa para a prestação de contas do thesoureiro.

§ 6.º Organisar os balanços mensaes da receita e despesa realizadas na thesouraria.

Art. 408. O escriptão da thesouraria é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos da escripturação, sendo auxiliado nesta por um amanuense.

Art. 409. O fiel fará os pagamentos de que for encarregado pelo thesoureiro, ao qual auxiliará no desempenho de suas funcções.

Art. 410. Aos contadores, nos districtos, compete:

§ 1.º Dirigir os serviços da respectiva sub-contadoria.

§ 2.º Executar ou fazer executar as instrucções e ordens da direcção e da contadoria geral.

§ 3.º Prestar e requisitar aos engenheiros-chefes de districto e encarregados de estação, informações sobre assumpto de sua competencia.

§ 4.º Conferir por si e seus auxiliares os documentos de renda das estações, verificando a exactidão das taxas arrecadadas, de accordo com as tarifas em vigor.

§ 5.º Mandar processar e rever todos os documentos de despesa das estações e das linhas, e remettel-os á contadoria geral.

§ 6.º Impugnar as despesas não autorisadas e as contas e documentos que aclair irregulares, dando por escripto conhecimento ao contador geral.

§ 7.º Organisar os balanços de receita e despesa, demonstrações e mappas que devem ser remettidos mensalmente á contadoria geral.

§ 8.º Promover a cobrança das differenças provenientes de erros que forem encontrados nos documentos de receita ou despesa, processal-os nas sub-contadorias.

§ 9.º Fazer as requisições das quantias que devem ser suppridas mensalmente á sub-contadoria para cobrir os *deficits* das estações, bem assim das que forem pedidas pelos engenheiros-chefes de districto, para o pagamento do pessoal e material das linhas nas diversas secções.

§ 10. Promover e fiscalisar o recolhimento dos saldos das estações, dentro do prazo marcado; e, no caso de haver atraso, levar ao conhecimento do engenheiro-chefe do districto para providenciar, representando na mesma occasião ao contador geral.

§ 11. Fazer os pedidos do material necessario ao expediente das sub-contadorias.

§ 12. Autorisar os pagamentos que forem requisitados pelos engenheiros-chefes de districto e que possam ser effectuados directamente nas sub-contadorias.

§ 13. Remetter á contadoria geral a conta mensal do movimento de dinheiros e valores a cargo das sub-contadorias.

§ 14. Assignar os conhecimentos de prestação de contas das estações, e pôr o—visto—nos recibos dos saldos por estas recolhidos ás sub-contadorias.

§ 15. Requisitar o supprimento e providenciar sobre a expedição dos sellos telegraphicos para as estações.

§ 16. Ter convenientemente classificados e sob sua guarda os papeis e documentos das sub-contadorias.

Art. 411. Aos escripturarios-pagadores compete :

§ 1.º Arrecadar os saldos e pagar os *deficits* das estações.

§ 2.º Effectuar a cobrança dos diversos impostos e contribuições para o montepio, e quaesquer outras verbas de receita dos districtos.

§ 3.º Receber os supprimentos autorisa-los para o pagamento de todas as despesas que devam correr pela respectiva sub-contadoria.

§ 4.º Fazer entrega, com authorisação por escripto do contador, mediante recibo, das importancias destinadas aos pagamentos que devam ser effectuados por intermedio dos engenheiros-chefes de districto.

§ 5.º Receber, guardar e expedir ás estações os sellos telegraphicos.

§ 6.º Escribir a conta dos engenheiros-chefes de districto e dos responsaveis por sellos e quaesquer valores.

§ 7.º Extrahir os conhecimentos de prestação de contas das estações e assignar os recibos dos saldos por estas recolhidos.

§ 8.º Effectuar os pagamentos autorisados pelo contador, tanto de despesas ordinarias das estações, como os que forem requisitados pelos engenheiros-chefes de districto.

§ 9.º Escribir o livro-caixa e extrahir mensalmente, para ser remettida á contadoria geral com os documentos de receita e despesa, a conta corrente do movimento de dinheiro e valores a cargo das sub-contadorias.

Art. 412. Os amanuenses das sub-contadorias executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos contadores, e auxiliarão os escripturarios-pagadores na escripturação e expediente das sub-contadorias.

## CAPITULO XLIV

### RECEITA E DESPEZA, MOVIMENTO DE FUNDOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 413. A arrecadação das taxas telegraphicas deverá ser feita de accordo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recabindo sobre o empregado ou empregados culpados a responsabilidade pelas differenças que forem verificadas, quer

continua aqui>

em relação á receita propria da repartição, quer á arrecadada por conta de outras administrações telegraphicas.

Art. 414. Os chefes ou encarregados de estação são responsáveis pela importancia das taxas arrecadadas, da qual deverão prestar contas á sub-contadoria do respectivo districto até ao dia 5 do mez seguinte, bem como do producto da venda de sellos.

Art. 415. A fiscalisação da arrecadação da renda das estações será exercida pelas sub-contadorias dos districtos, ás quaes deverão ser remettidos mensalmente os originaes dos telegrammas e os talões, para serem cotejados e verificada a exactidão do calculo das taxas, seja das cobradas em dinheiro, ou das representadas em sellos.

Art. 416. A renda das estações será applicada ao pagamento das respectivas despesas, quer do pessoal, quer do material, competindo as sub-contadorias receber os saldos e pagar os deficits das mesmas estações.

Art. 417. A escripturação das estações na parte relativa á arrecadação de taxas, ao pagamento das despesas e á documentação destas para prestação de contas ás sub-contadorias, será feita de accordo com os modelos e instrucções expedidos pela contadoria geral e approvados pelo director geral.

Art. 418. Todos os documentos de receita e despesa das estações, depois de conferidos nas sub-contadorias, deverão ser rubricados pelos contadores, que os remetterão em duas vias á contadoria geral.

Art. 419. O pagamento das despesas, tanto do pessoal como do material do serviço das linhas, nas diversas secções de cada districto, será feito mensalmente por intermedio do respectivo engenheiro-chefe, que requisitara o supprimento da quantia necessaria.

§ 1.º A requisição será dirigida ao contador da sub-contadoria respectiva, devendo ser acompanhada de uma demonstração justificativa das despesas a pagar.

§ 2.º Habilitada a sub-contadoria com os fundos necessarios, o contador autorisará o escripturario-pagador a fazer entrega, mediante recibo, da quantia requisitada, da qual prestará contas o engenheiro-chefe do districto.

§ 3.º A autorisação de novo supprimento fica dependente da prestação das contas do mez anterior; não devendo, porém, a conta corrente do engenheiro-chefe do districto accusar saldo superior a 1:000\$, salvo quando este tiver a seu cargo serviços de construcção.

Art. 420. Além das despesas periodicas, definidas na lei do orçamento, de accordo com a tabella justificativa, que tiverem credor e vencimento certo, como as de vencimentos e férias do pessoal, alugueis de casas, consignações fixadas, não poderão os chefes de districto effectuar ou ordenar quaesquer outras, sem expressa autorisação da directoria, salvo o caso de acquisição de material de immediata applicação nas linhas, que não possa ser fornecido pelo almoxarifado, e de cuja falta possa resultar damno irreparavel no serviço.

Art. 421. Os documentos comprobativos dos pagamentos effectuados pelos engenheiros-chefes de districto serão por estes entregues, em duas vias, ás sub-contadorias para, depois de conferidos, lhes serem creditados e remettidos á contadoria geral.

Art. 422. Será recolhida ás sub-contadorias a importancia dos impostos, contribuições para o montepio e multas, arrecadada do pessoal das linhas.

Art. 423. Para despesas de construcção de novas linhas, quando o respectivo serviço não estiver sob a direcção dos engenheiros-chefes de districto, poderão ser autorisados supprimentos de dinheiro directamente aos encarregados da construcção, que prestarão contas á contadoria geral, nas mesmas condições que para os chefes de districto.

Art. 424. Na Capital Federal, o pagamento das despesas da Repartição Geral dos Telegraphos, tanto dos vencimentos do pessoal como dos fornecimentos de material ou outras quaesquer, será feito pelo thesoureiro na respectiva thesouraria: — 3ª secção da contadoria geral.

Art. 425. Nenhum pagamento será effectuado sem que o documento tenha sido previamente processado e conferido pela secção competente da contadoria geral.

Art. 426. O pagamento do pessoal será feito mensalmente, em vista dos certificados de exercicio passados pelos chefes das diversas secções e expedidos á contadoria geral com o « visto » do chefe da divisão respectiva.

Art. 427. As despesas de seguro, fretes, carros e acondicionamento, para expedição ou recebimento do material a cargo do almoxarifado, e compra de objectos em pequena quantidade, serão feitos pelo despachante, que receberá mensalmente do thesoureiro, precedendo ordem do director geral, até á quantia de 1:000\$, da qual prestará contas á contadoria geral, dentro dos dez primeiros dias do mez seguinte.

Paragrapho unico. Para despesas miudas de prompto pagamento receberá o porteiro mensalmente até á quantia de 50\$, de que prestará contas do mesmo modo.

Art. 428. Serão suppridos pelo Thesouro Federal á thesouraria da Repartição Geral dos Telegraphos, e pelas Alfandegas e Delegacias Fiscaes do mesmo Thesouro ás sub-contadorias, nos Estados, os fundos precisos para o pagamento das despesas com o serviço telegraphico da União.

Paragrapho unico. As requisições de supprimento de fundos serão sempre precedidas de informação do contador geral e dos contadores dos districtos e respectivamente dirigidas por officio á directoria de contabilidade do Thesouro Federal e por telegraphia aos inspectores das Alfandegas e delegados do mesmo Thesouro, nos Estados.

Art. 429. A escripturação da receita e despesa far-se-ha por exercicios, sendo organisa da de accordo com as normas adoptadas pelo Thesouro Federal e em caso algum o systema de escripturação e contabilidade central se afastará das regras prescriptas pela legislação de fazenda.

Art. 430. Será enviado mensalmente ao Tribunal de Contas e ao Thesouro Federal o balancete da receita e despesa relativas ao mez anterior.

Art. 431. De todos os documentos de renda e despesa serão remetidas á contadoria geral duas vias, devendo ficar no archivo das sub-contadorias, dos escriptorios dos districtos e das estações, terceiras vias ou registro dos mesmos documentos.

Art. 432. Todas as contas e mais documentos justificativos das despesas pagas, depois de examinados na contadoria geral, serão remettidos ao Tribunal de Contas e para os exames e liquidações finais.

Art. 433. Serão enviados ao Tribunal de Contas, dentro do prazo marcado, os livros de receita e despesa e o balanço definitivo do exercicio terminado.

## TITULO VI

### PROVIMENTO DOS CARGOS, DEVERES E DIREITOS GERAES

#### CAPITULO XLV

##### NOMEAÇÕES E PROMOÇÕES, FIANÇAS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 434. O cargo de vice-director será confiado a engenheiro formado por escola superior nacional ou estrangeira, cujo titulo seja legalmente reconhecido, sendo preferido o que tiver pratica de construcção de linhas telegraphicas, manipulação deapparelhos, verificação das condições electricas de quaesquer conductores, de lançamento, concerto e restauração de cabos immersos; devendo ser escolhido dentre os engenheiros-chefes da repartição.

Art. 435. Serão nomeados para os cargos de chefe da secção technica, de districto, e de engenheiros-ajudantes, engenheiros titulados por escola superior nacional ou estrangeira, cujos titulos sejam legalmente reconhecidos, que tenham pratica de trabalho de construcção de linhas e immersão de cabos; sendo o chefe da secção technica tirado de entre os engenheiros-chefes de districto ou por accesso do engenheiro-ajudante da mesma secção.

Paragrapho unico. Os logares de chefes de districto serão de livre nomeação do Governo, sendo preferidos os engenheiros-ajudantes.

Art. 436. Os logares de inspectores de 1.<sup>a</sup> classe serão preenchidos por accesso dos de 2.<sup>a</sup> e estes pelos de 3.<sup>a</sup>.

§ 1.<sup>o</sup> Os logares de inspectores de 3.<sup>a</sup> classe serão providos por agrimensores que tiverem pratica do serviço de construcção de linhas, manipulação de apparelhos e montagem de estações.

§ 2.<sup>o</sup> Os actuaes inspectores de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes e os feitores poderão ser promovidos até á 1.<sup>a</sup> classe por merecimento ou si exhibirem conhecimentos profissionais.

§ 3.º Em caso de urgencia poderão ser nomeados inspectores de 3ª classe, individuos que apresentarem habilitações em portuguez, francez, inglez, geographia, desenho, arithmetica, algebra, geometria e topographia.

Art. 437. Os feitores deverão saber ler e escrever e conhecer as quatro operações fundamentaes da arithmetica, e serão escolhidos dentre os guardas e trabalhadores que tiverem adquirido a necessaria pratica de construcção de linhas.

Art. 438. Nas diversas classes de telegraphista as nomeações serão feitas sempre por accesso gradual, attendendo-se de preferencia á aptidão, de accordo com o disposto nos arts. 357 e 358.

Art. 439. Sòmente os praticantes de telegraphia diplomados pela Repartição Geral dos Telegraphos, depois de haverem prestado exames das materias exigidas no art. 364§, 2º, poderão ser nomeados telegraphistas de 4ª classe.

Art. 440. Os logares de vigia serão preenchidos por individuos que saibam ler e escrever, sendo motivo de preferencia ter servido como marinheiro em navio de guerra ou mercante.

Art. 441. Os candidatos aos logares de estafetas deverão ter mais de 18 e menos de 40 annos de idade; gozar boa saude; ter bom procedimento; saber ler e escrever e ter perfeito conhecimento da topographia da localidade em que tiverem de servir.

Paragrapho unico. Os logares de estafeta de 1ª classe serão providos por accesso dos de 2ª e estes por accesso dos de 3ª classe.

Art. 442. Para o logar de desenhista-chefe exige-se ser engenheiro formado por escola superior e que tenha conhecimentos especiaes de cartographia e habilitações de desenhistas.

Art. 443. Os logares de desenhista-auxiliar serão providos por concurso e os candidatos deverão apresentar carta de agrimensor.

Art. 444. O contador geral e os chefes de secção, além das habilitações de contabilidade e escripturação, deverão conhecer alguma lingua estrangeira, devendo os nomeados ser escolhidos sòmente dentro do quadro dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos.

Art. 445. Os logares de official, 1ª e 2ª escripturarios, serão providos por accesso e os de amanuense por concurso.

Art. 446. Os logares de contador e os de escripturario-pagador dos districtos serão providos por concurso na falta de empregados do quadro de estações ou das linhas, que serão sempre preferidos para taes logares; sendo o primeiro provimento feito independente dessa exigencia.

Art. 447. Serão nomeados por decreto: o director geral, o vice-director, os chefes das divisões e das secções, os engenheiros-chefes de districto e seus ajudantes, os telegraphistas-chefes e os de 1ª e 2ª classes, os officiaes, o thesoureiro, os escriptães, os 1ª e 2ª escripturarios, o chefe da officina e seu ajudante, o desenhista-chefe, o almoxarife e o despachante, os contadores e escripturarios-pagadores dos districtos, os inspectores de 1ª e 2ª classes e o official-archivista; por portaria do ministro, os telegraphistas de 3ª classe, os desenhistas-au-

xiliares, os fieis do almoxarife e do thesoureiro, os inspectores de 3.<sup>a</sup> classe e os amanuenses.

§ 1.<sup>o</sup> O cargo de director geral será de escolha do Governo.

§ 2.<sup>o</sup> Todas as nomeações serão precedidas de proposta do director geral.

Art. 448. Serão de nomeação do director geral, as demais categorias de empregados da repartição, não mencionados no artigo anterior e constantes deste regulamento e tabella annexa.

Art. 449. O pessoal do ecriptorio central das divisões será da confiança dos respectivos chefes, aos quaes compete propor ao director geral a promoção ou designação para o preenchimento das vagas que se derem.

Art. 450. Ao chefe da officina compete propor a nomeação e promoção do pessoal da officina.

Art. 451. Compete ao thesoureiro e ao almoxarife propor os respectivos fieis.

Art. 452. O thesoureiro, o almoxarife e os escripturarios-pagadores dos districtos, nomeados desta data em diante, não poderão entrar em exercício, sem que tenham prestado fiança, o primeiro de 15:000\$ e os demais a de 4:000\$000.

Paragrapho unico. Essas fianças serão prestadas no Thesouro Federal ou nas Delegacias e Alfandegas, em conformidade com a legislação de fazenda.

Art. 453. Serão substituidos em seus impedimentos: o director geral pelo vice-director, e este o será pelo chefe da secção technica; o chefe da secção technica pelo seu ajudante; o contador geral pelo chefe da secção que elle previamente designar, e, na falta desta designação, pelo mais antigo; os chefes de secção e official da contadoria geral pelos 1.<sup>os</sup> escripturarios designados pelo contador geral; o thesoureiro pelo respectivo fiel; o official da secretaria pelo 1.<sup>o</sup> escriptuario da mesma secretaria; os engenheiros-chefes de districtos por engenheiros-ajudantes ou inspectores de 1.<sup>a</sup> classe designados pelo director geral; o almoxarife pelo despachante; os telegraphistas-chefes por telegraphistas de 1.<sup>a</sup> classe designados pelo director geral; o chefe da officina pelo seu ajudante e este pelo official mais apto; o porteiro pelo seu ajudante e na falta deste por um continuo que o vice-director designar.

Paragrapho unico. As demais substituições far-se-hão na ordem hierarchica dos cargos por designação do director geral.

## CAPITULO XLVI

### LICENÇAS E DESCONTOS POR FALTAS

Art. 454. Aos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos podem ser concedidas licenças por motivo de molestia devidamente comprovada ou de justo interesse particular, allegado por escripto e documentado quando seja possível.

Paragrapho unico. Quando a concessão da licença não for da competencia do director geral, de accordo com o § 16 do art. 307, deverá o requerimento ser encaminhado pela directoria, que juntará informação.

Art. 455. As licenças serão concedidas, com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações de exercicio.

Art. 456. Só por motivo de molestia provada, que iniba de exercer as respectivas funções, se concederá licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes, e de então em diante com metade do ordenado.

Art. 457. A licença por motivo que não seja molestia, quando concedida com ordenado, ficara este sujeito ao seguinte desconto: da quarta parte, sendo a licença até tres mezes; da metade, sendo por mais de tres até seis; de tres quartas partes sendo por mais de seis até nove mezes, e de todo o ordenado dahi por diante.

Art. 458. O tempo das licenças com ordenado, suas reformas e prorrogações dentro de um anno, a contar do dia em que o empregado entrar no gozo da primeira que obtiver, será somma para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo anterior.

Art. 459. Para formar o maximo de seis mezes de que trata o art. 456, deverá ser levado em conta o tempo das licenças concedidas pelo director geral.

Art. 460. Esgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser concedidas com vencimento, nos termos dos arts. 456 e 457, só se concederá nova licença com ordenado ou parte delle, depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima.

Art. 461. Toda a licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosada onde aprouver ao licenciado.

Art. 462. O disposto nos artigos antecedentes terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza, de qual duas terças partes sómente serão consideradas como ordenado.

Art. 463. É permittido ao empregado que se achar no gozo de licença, renunciar-a pelo resto do tempo, contanto que nensuma o exercicio d'o seu logar.

Art. 464. Não se considerarão renunciadas as licenças, cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

Art. 465. As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas a empregados que tenham, pelo menos, seis mezes de exercicio na Repartição dos Telegraphos, ou em emprego de que para ella tenham sido removidos.

Art. 466. Ficará sem effeito a licença concedida, si o empregado que a tiver obtido não entrar no gozo della dentro do prazo de um mez, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official*, sendo na Capital Federal. Nos Estados



o dito prazo correrá do dia em que lhe for communicado, por intermedio do chefe respectivo.

Art. 467. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado, sem que tenha sido registrada a licença na secretaria da repartição, com a declaração do dia em que começou a gozal-a e sem que tenha sido pago o sello respectivo.

Art. 468. Ainda quando apresente parte de doente, não tem direito a vencimento algum, o empregado que, depois de findo o prazo da licença, com ordenado ou sem elle, permanecer fóra do exercicio do logar.

Paragrapho unico. No caso de continuar impossibilitado de reassumir o exercicio, deverá pedir nova licença, que só lhe será concedida, si justificar as faltas correspondentes ao tempo que houver excedido o da anterior e que será incluído no prazo da nova licença.

Art. 469. Produzirão todos os effeitos quanto ao pedido, concessão, registro, pagamento do sello e declaração de entrada no gozo das licenças que se referirem a empregados com exercicio nos Estados, as communicações e avisos expedidos por telegramma da directoria e contadoria geral para os engenheiros-chefes e contadores dos districtos e vice-versa.

Art. 470. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

§ 1.º Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada sómente a gratificação correspondente aos dias em que faltar, até ao maximo de oito dias no mez.

§ 2.º Para justificação será sufficiente a simples allegação, por escripto, do empregado, quando o numero de faltas não exceder de tres em cada mez.

§ 3.º Si, porém, as faltas por molestia excederem de tres, será necessario apresentar atestado medico.

§ 4.º Além de oito faltas só será concedido abono, si o empregado obtiver licença, cujo tempo de gozo será contado em continuação ao das faltas justificadas até aquelle numero.

Art. 471. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; mas si as faltas forem successivas, o desconto se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, se acharem comprehendidos no periodo das faltas.

Art. 472. São causas justificativas de faltas:

- 1º, molestia do empregado ;
- 2º, nojo ;
- 3º, gala de casamento.

Art. 473. O comparecimento sem causa justificada, depois do encerramento do ponto, acarretará o desconto da metade da gratificação nas tres primeiras faltas durante o mez ; e si houver excessos dahi em diante, de toda a gratificação.

Art. 474. O empregado que ausentar-se do trabalho sem licença do chefe immediato, ou sem participar a este que a obteve

o chefe superior, soffrerá perda total dos vencimentos, e sómente da gratificação o que obtiver essa permissão.

Art. 475. Aquelle que faltar sem motivo justificado em dia de trabalho extraordinario conhecido com antecedencia, perderá tres dias de vencimentos.

Art. 476. Não soffrerá desconto o empregado que deixar de comparecer á hora marcada, ou não assignar o ponto, enquanto estiver em serviço da repartição fóra della, ou incumbido de qualquer trabalho gratuito obrigatorio em virtude de lei.

Paragrapho unico. Em qualquer destas hypotheses se fará declaração no livro do ponto e na folha mensal de vencimentos.

Art. 477. Não se considerarão justificadas as faltas provenientes de desempenho de serviços não obrigatorios.

Art. 478. Compete ao chefe de divisão, do districto ou da secção de serviço a que o empregado pertencer, julgar da justificação das faltas.

## CAPITULO XLVII

### APOSENTADORIAS E MONTEPIO

Art. 479. Os empregados da Repartição Geral dos Telegraphos terão direito á sua aposentadoria com as vantagens concedidas pelo decreto n. 372 A, de 2 de maio de 1890, arts. 180 a 189, de accordo com o art. 9.º do decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 480. São condições indispensaveis para obter aposentadoria ordinaria :

1.º, ter completado 30 annos de serviço effectivo, sendo para os telegraphistas reduzido o tempo a 25 annos ;

2.º, absoluta incapacidade physica ou moral para continuar no exercicio do emprego.

§ 1.º Na contagem do tempo de serviço não serão attendidos os dias de suspensão e de faltas não participadas, nem as licenças por mais de 60 dias em cada anno.

§ 2.º A incapacidade physica ou moral verifica-se pelo exame de tres facultativos e parecer fundamentado do director geral.

Art. 481. A aposentadoria extraordinaria pôde ser concedida :

1.º, ao empregado que, contando 10 annos de serviço no Telegrapho, se impossibilite de continuar no desempenho do emprego ;

2.º, ao empregado que, independentemente de qualquer outra condição, torne-se inhabil para o serviço, por de-astré resultante do exercicio de suas funcções, por ferimento ou mutilação em lucta no desempenho do cargo, por molestia adquirida no serviço ou na pratica de algum acto humanitario ou de dedicação á causa publica.

§ 1.º A's causas de impossibilidade previstas neste artigo são applicaveis as disposições do § 2º do art. 480.

§ 2.º Cessando a impossibilidade e verificado que seja esse facto pelo modo indicado no § 2º do art. 480, o empregado será restituído á effectividade do serviço no mesmo logar que exercia ou em outro equivalente, na primeira vaga que houver.

Art. 482. Para os effectos das aposentadorias só pode contar-se o tempo de serviço na Repartição Geral dos Telegraphos e em outros empregos que deem direito a aposentadoria ou reforma.

Art. 483. Na aposentadoria ordinaria o empregado terá direito ao ordenado do logar por elle occupado durante tres annos.

Art. 484. No caso de aposentadoria extraordinaria e na hypothese do n. 1 do art. 481, o empregado terá direito ao ordenado proporcional ao seu tempo de serviço, contado nos termos do art. 483, e, na hypothese do n. 2 do art. 481, terá direito a todo o ordenado.

Art. 485. A melhoria do vencimentos só aproveitará para a aposentadoria, dous annos depois de tornar-se effectiva.

Art. 486. O empregado da Repartição Geral dos Telegraphos, quando aposentado, poderá optar entre o vencimento da aposentadoria pelo Telegrapho e o de outra aposentadoria ou reforma, não podendo em caso algum accumular vencimentos de duas aposentadorias.

Art. 487. A aposentadoria poderá ser dada a requerimento do interessado, ou por determinação do Governo, independentemente de solicitação.

Art. 488. Aos guardas de linha tambem poderá o Governo conceder aposentadoria, considerando-se como ordenado duas terças partes das respectivas diarias.

Art. 489. Perderá a aposentadoria o empregado que em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, for convencido de haver, durante o exercicio de algum dos empregos, commettido os crimes de peita e de suborno, ou praticado qualquer acto de traição, abuso de confiança ou revelação de segredo.

Art. 490. O montepio dos empregados será regulado pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890, enquanto pelo Poder Legislativo não for revista a materia.

## CAPITULO XLVIII

### PENALIDADE

Art. 491. Quando o vice-director, o chefe da secção technica, o contador geral e os engenheiros chefes de districto commetterem faltas no exercicio de suas funções, o director geral levará o facto ao conhecimento do Ministro para providenciar como for de justiça.

Paragrapho unico. Si, porém, as faltas forem praticadas por qualquer outro empregado do serviço telegraphico. é o director geral competente para :

- 1º, reprehendel-o particular ou publicamente ;
- 2º, impôr-lhe multas ou descontos de vencimentos até um mez. com ou sem suspensão do exercicio do emprego ;
- 3º, rebaixar de graduação, passando à posição inferior os que dependerem de sua nomeação ;
- 4º, propôr rebaixamento da graduação ou a demissão dos que forem de nomeação do Governo ;
- 5º, demittir o que for de sua nomeação.

Art. 492. Os engenheiros-chefes nos respectivos districtos podem impôr aos seus subordinados as penas do § 1º e multa igual à quota da gratificação até quinze dias ; dando, porém, logo parte ao director geral, a quem exporão por escripto as razões em que se tiverem fundado.

Paragrapho unico. Da imposição da pena de multa, na hypothese deste artigo, poderá o empregado multado recorrer no prazo de dez dias para a directoria geral, a qual tomando conhecimento do facto e de suas circumstancias, decidirá do recurso, mandando, no caso de dar-lhe provimento, restituir a multa.

Art. 493. O empregado que não attender ao chamado da manhã ; conservar a estação com falta de asseio e descuidar-se das baterias ; consumir maior quantidade de material do que for necessario ; estragarapparelhos ou material ; abandonar o serviço nas horas de trabalho ou demorar sem causa justificada a transmissão de telegrammas, nos casos em que não haja maior transtorno ; e bem assim, qualquer empregado que não fizer remessa dos mappas mensaes e das contas que lhe cumpre prestar e das informações exigidas por seus superiores ; o que faltar com o respeito a estes devido e o que deixar de desempenhar por negligencia ou outro motivo culposos os trabalhos de que for incumbido, ou lhe competirem, soffrerá a pena de multa correspondente aos vencimentos de oito dias a um mez. Na reincidencia, a multa poderá ser elevada até 150\$, conforme a gravidade do caso, e pela terceira vez será demittir o culpado.

Art. 494. O empregado que for convencido de incontinencia publica e escandalosa, de vicio de jogos prohibidos, de embriaguez repetida, de haver-se com inaptidão notoria ou desidia habitual no desempenho de suas funções, soffrerá a pena de perda do emprego com inhabilitação de obter outro até mostrar-se corrigido (art. 238 do Código Penal).

Art. 495. O empregado que abrir telegramma, apossar-se da correspondencia telegraphica alheia, ainda que não esteja fechada, tiral-a da repartição ou do poder de portador particular para conhecer-lhe o conteúdo, incorrerá na pena do art. 189 do Código Penal : prisão celllular de um a seis mezes.

§ 1.º O que revelar segredo de que tiver noticia ou conhecimento em razão do emprego ; penas : de prisão celllular de um a

tres mezes e suspensão do emprego por seis mezes a um anno (art. 192 do Código Penal).

§ 2.º A mesma pena é applicavel á subtração ou divulgação de qualquer documento official, que venha ao conhecimento ou ás mãos do empregado em razão do seu officio.

Art. 496. O empregado que subtrahir, consumir ou extraviar dinheiros, effectos, generos ou quaesquer bens pertencentes á repartição, confiados á sua guarda ou administração, ou á de outrem sobre quem exercer fiscalização, em razão do officio; consentir por qualquer modo que outrem se aproprie indevidamente desses mesmos bens, os extravie ou consuma em uso proprio ou alheio; penas: de prisão cellullar por seis mezes a quatro annos, perda do emprego e multa de 5 a 20 % da quantia, ou valor dos effectos apropriados, extraviados ou consumidos (art. 221 do Código Penal).

Art. 497. O empregado que falsificar por qualquer modo despacho ou communicação telegraphica, ou nelle supprimir, trocar ou augmentar palavras, letras ou signaes, que invertam-lhe o sentido, soffrerá a pena de prisão cellullar por seis mezes a dous annos e perda do emprego (art. 255 do Código Penal).

Art. 498. Estendem-se aos empregados dos Telegraphos as disposições prohibitivas do art. 233 do Código Penal:

« Commercioem os governadores e commandantes de armas dos Estados, os magistrados, os officiaes de fazenda dentro dos districtos em que exercerem as suas funcções, os officiaes militares de terra e mar, salvo si forem reformados e os dos corpos policiaes; penas: de suspensão do emprego por um ou tres annos e multa de 200\$ a 500\$000. »

« Na prohibição deste artigo não se comprehende a faculdade de dar dinheiro a juro ou a premio, contanto que as pessoas nelle mencionadas não façam do exercicio dessa faculdade profissão habitual de commercio, nem a de ser accionista em qualquer companhia mercantil, uma vez que não tomem parte na gerencia administrativa da mesma companhia. »

Art. 499. Quando se derem os delictos dos arts. 494 a 497, o culpado será remettido ao juiz competente para ser processado, devendo acompanhar o officio de remessa um termo do qual conste o crime praticado e suas circumstancias. Esse termo será assignado pelo engenheiro-chefe do districto e por duas testemunhas, e colligidas todas as provas do crime, serão enviadas á respectiva autoridade, sem prejuizo das diligencias que esta é obrigada a fazer para o de-cobrimento da verdade, dando-se de tudo conhecimento á directoria.

Paragrapho unico. E' permittido ao juiz do processo mandar proceder a exame no original do telegramma e nos respectivos registros para averiguar tão sómente o facto criminoso arguido. O exame se fará no edificio da estação onde estiver o original e registros, com aviso ao chefe e com a sua assistencia ou de quem legalmente o substituir. Este exame só poderá ser ordenado quando a pessoa que expediu o telegramma e o destinatario se recusarem a ministrar os documentos de que constar o crime.

## CAPITULO XLIX

## VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 500. Competem aos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos os vencimentos marcados na tabella annexa e respectivas observações.

§ 1.º A terça parte dos vencimentos fixados na referida tabella será considerada gratificação *pro labore*.

§ 2.º O thesoureiro e os escripturarios-pagadores dos districtos terão uma gratificação para quebras, incluída no respectivo vencimento, sendo de 800\$ para o primeiro e de 400\$ para os segundos.

Art. 501. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todos os vencimentos deste, sem accumulação.

Art. 502. Ao substituto caberá, além do respectivo vencimento integral, uma gratificação igual à differença entre este e o do logar substituído.

Paragrapho unico. Considera-se substituição para este effeito, o exercicio de cargo com attribuições differentes das do substituto, e cujas funcções estejam expressamente definidas neste regulamento.

Art. 503. Os empregados removidos por conveniencia do serviço, quando tiverem por isso de mudar de residencia, terão passagem gratuita para si e suas familias e uma ajuda de custo, que será arbitrada pelo director geral, nunca excedente à metade do vencimento mensal, quando a mudança for para outro ponto do mesmo districto, ou ao vencimento de um mez, quando para districto diverso.

Paragrapho unico. Na fixação das ajudas de custo attende-se-ha ás difficuldades da viagem, podendo o director geral abonar uma diaria para despezas extraordinarias, além do maximo marcado neste artigo, quando occorrerem circumstancias especiaes como: longas viagens por terra, meios de transporte demorados ou de difficil obtenção, estadia forçada em pontos intermediarios, e outras.

Art. 504. Os empregados com exercicio nos Estados, que forem chamados pela directoria à Capital Federal, para objecto de serviço, terão direito sómente à sua passagem de ida e volta.

Paragrapho unico. Aos removidos a seu pedido ou licenciados não será concedida, em caso algum, passagem por conta da repartição ou ajuda de custo.

Art. 505. Aos empregados incumbidos de commissão tecnica, ou da fiscalisação de qualquer serviço fóra da Capital Federal, serão abonadas: passagem para si, uma ajuda de custo até dous mezes de vencimentos e uma diaria até 5 % do seu vencimento mensal.

Paragrapho unico. Ao director geral compete fixar a ajuda de custo e a diaria.

Art. 506. Nas viagens de inspecção, quando percorrerem as linhas do seu districto, terão os engenheiros-chefes direito à percepção de uma diaria correspondente á metade do respectivo ordenado, cujo abono será contado sobre o numero de dias decorridos entre a partida da sede do districto e a chegada ao ponto onde terminar a inspecção.

Paragrapho unico. Para se tornar effectivo esse abono é necessario communicação ao director geral, do dia da partida e do da chegada, transmitida por aviso telegraphico, e que as viagens não tenham sido feitas em vapores ou estradas de ferro, em cujo caso serão, em compensação, justificadas as despesas de transporte.

Art. 507. Os inspectores e os feitores quando se acharem em serviços de exploração e de construção de linhas, perceberão uma diaria nas mesmas condições de artigo anterior, em relação aos dias de effectivo trabalho.

Art. 508. Aos feitores em serviço permanente de conservação e vigilancia das linhas e aos guardas effectivos, será abonada uma gratificação annual para cavalgadura, de conformidade com a tabella annexa.

Art. 509. Aos empregados que apresentarem trabalhos especiaes importantes sobre geodesia, topographia, telegraphia, telephonia e meteorologia, e pontualmente ou no desempenho de commissão de que forem incumbidos, serão conferidas gratificações, em relação ao merito dos trabalhos até ao limite marcado na tabella, sobre proposta do director geral, precedendo autorização do Ministro.

Art. 510. O empregado que tiver exercicio temporario no gabinete do director geral, na qualidade de auxiliar, terá uma gratificação igual a 25% de seus vencimentos.

Art. 511. Por serviço extraordinario quer nas estações: quando a affluencia de telegrammas ou insufficiencia fortuita do pessoal não permittir a folga ou revezamento dos empregados; quer nas linhas: quando occorrerem accidentes que occasionem grandes estragos e forem promptamente restabelecidas as communicações; bem assim na officina e nas outras secções de serviço, pode o director geral abonar gratificações conforme a tabella.

Art. 512. Nas estações de grande movimento, onde houver revezamento de empregados, o telegraphista que, além do serviço que lhe tocar, fizer o serviço que a outro estiver distribuido, terá direito a todo o vencimento ou a gratificação deste, conforme forem ou não justificadas as faltas.

Art. 513. Aos praticantes approvados, que forem aproveitados para auxiliar o serviço nas estações ou em qualquer das secções, se abonará uma diaria durante o tempo que servirem. Esta diaria nunca será superior a duas terças partes do vencimento de telegraphista de 1.ª classe.

Art. 514. Aos empregados de estações e de linhas que servirem em localidades onde a subsistencia for notoria e excessivamente cara, poderá o Ministro, sobre proposta do director geral,

conceder uma gratificação local que não excederá de 30 % dos vencimentos fixados.

Art. 515. As adjuntas extintas continuarão a perceber os vencimentos que vigoravam para os adjuntos, segundo a tabella annexa ao regulamento de 2 de maio de 1890 (decreto n. 372 A), até serem promovidas.

Art. 516. O empregado encarregado de observatorio meteorologico poderá perceber, além dos seus vencimentos, uma diaria de accordo com o art. 89.

Art. 517. Ao despachante será abonada mensalmente para despezas de seu transporte a quantia de 30\$000.

## TABELLA DE VENCIMENTOS

### PRIMEIRA DIVISÃO

#### *Administração geral*

Directoria :	
Director geral.....	15:000\$000
Vice-director.....	12:000\$000
Secretaria :	
Official .....	5:400\$000
Primeiro escriptuario.....	4:800\$000
Segundo dito.....	3:800\$000
Amanuense .....	3:000\$000
Porteiro .....	3:000\$000
Ajudante do porteiro.....	2:400\$000
Continuo.....	2:000\$000
Serventes, diaria até 4\$000.	
Archivo :	
Official archivista.....	5:400\$000
Linhas :	
Engenheiro-chefe do districto.....	9:000\$000
Engenheiro-ajudante.....	7:200\$000
Inspector de 1ª classe.....	6:000\$000
Dito de 2ª classe.....	4:500\$000
Dito de 3ª classe.....	3:360\$000
Feitor.....	2:160\$000
Guardas e trabalhadores, diaria de 2\$ a 5\$000.	
Estações :	
Telegraphista-chefe.....	7:200\$000
Dito de 1ª classe.....	4:800\$000
Dito de 2ª classe.....	3:800\$000



Dito de 3ª classe.....	3:000\$000
Dito de 4ª classe.....	2:000\$000
Vigia de 1ª classe.....	1:200\$000
Dito de 2ª classe.....	960\$000
Estafeta de 1ª classe.....	1:800\$000
Dito de 2ª classe.....	1:400\$000
Dito de 3ª classe e serventes, diaria até 3\$000.	

## SEGUNDA DIVISÃO

*Secção technica***Escriptorio central :**

Chefe da secção technica.....	9:800\$000
Engenheiro-ajudante.....	7:200\$000
Telegraphista-chefe.....	7:200\$000
Segundo escriptuario.....	3:800\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Continuo.....	2:000\$000

**Escriptorio de desenho :**

Desenhista-chefe.....	7:200\$000
Dito auxiliar.....	3:800\$000

**Aula telegraphica :**

Engenheiro-ajudante.....	7:200\$000
Telegraphista de 1ª classe.....	4:800\$000

**Officina :**

Chefe da officina.....	7:800\$000
Ajudante do chefe.....	6:000\$000
Official da officina.....	4:200\$000
Operario de 1ª classe.....	3:600\$000
Dito de 2ª classe.....	3:000\$000
Dito de 3ª classe.....	2:400\$000
Dito de 4ª classe.....	1:800\$000
Aprendizes e serventes, diaria até 4\$000.	

**Almoxarifado :**

Almoxarife.....	6:600\$000
Despachante.....	4:200\$000
Escrivão.....	4:200\$000
Fiel.....	3:600\$000
Segundo escriptuario.....	3:800\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Continuo.....	2:000\$000
Mestre da lancha.....	3:000\$000

Machinista.....	2:600\$000
Foguista.....	1:800\$000
Marinheiros, diaria até 4\$000.	
Serventes, diaria até 4\$000.	

## TERCEIRA DIVISÃO

*Contadoria geral*

Escriptorio central:	
Contador geral.....	9:800\$000
Official.....	5:400\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Continuo.....	2:000\$000
1ª secção:	
Chefe.....	6:600\$000
Primeiro escriptuario.....	4:800\$000
Segundo dito.....	3:800\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Continuo.....	2:000\$000
2ª secção:	
Chefe.....	6:600\$000
Primeiro escriptuario.....	4:800\$000
Segundo dito.....	3:800\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Continuo.....	2:000\$000
3ª secção (thesouraria):	
Thesoureiro, inclusive 800\$ para quebras.....	7:400\$000
Escrivão.....	4:800\$000
Fiel.....	3:600\$000
Amanuense.....	3:000\$000
Continuo.....	2:000\$000
Sub-contadorias:	
Contador.....	5:000\$000
Escriptuario-pagador, inclusive 400\$ para quebras	4:200\$000
Amanuense.....	3:000\$000

## OBSERVAÇÕES

## 1ª

As adjuntas continuarão a perceber o vencimento annual de 1:200\$000.

2ª

As consignações mensaes de que trata o art. 43 do regulamento serão de 100\$ para as estações principaes; de 70\$ para as de 1ª ordem; de 50\$ para as de 2ª ordem; de 30\$ para as de 3ª ordem e de 15\$ para as de 4ª ordem.

3ª

Para as sub-contadorias e escriptorios dos districtos, as consignações a abonar, na fórma dos arts. 325 e 393, serão de 30\$ mensalmente.

4ª

A gratificação annual para cavalgadura, que compete aos feitores e aos guardas, nas condições do art. 508, é fixada em 360\$ e 240\$ respectivamente, e será abonada por trimestres vencidos de effectivo serviço.

5ª

As diarias extraordinarias, nos casos previstos no regulamento, e cujo abono é autorizado pelos arts. 503 e 511, não poderão exceder de 5\$000.

6ª

As gratificações de que trata o art. 509 serão dadas de uma só vez e não poderão exceder de 1:000\$000.

7ª

O numero e a diaria dos guardas e trabalhadores das linhas serão marcados pelo director geral, sobre proposta dos chefes de districto, attendendo ás circumstancias locais, dentro dos limites fixados na tabella.

8ª

O numero e a diaria dos estafetas de 3ª classe e dos serventes das estações, dos aprendizes e serventes da officina, serão fixados do mesmo modo, sendo quanto a estes ultimos sobre proposta do chefe da officina.

9ª

E' fixada em 30\$ e 20\$ respectivamente a quantia annual que, na fórma das instrucções, deverá ser abonada aos feitores e aos guardas para aquisição de utensilios para a conservação da ferramenta de linha.

## 10ª

O despachante do almoxarifado terá para despesas de seu transporte a quantia mensal de 30\$000.

## 11ª

O director geral, o vice-director, o chefe da secção tecnica e o contador geral, quando viajarem em serviço, perceberão uma diaria correspondente à gratificação de exercício.

## CAPITULO I

## TARIFA

Art. 518. A tarifa para a transmissão telegraphica nas linhas da Repartição Geral dos Telegraphos é a seguinte:

1ª, taxa de 70 réis por palavra em distancia minima determinada e de multiplos de 70 réis na proporção do aumento de distancia, para os telegrammas interiores;

2ª, taxa de 400 réis por palavra, si o telegramma percorrer uma zona, e de 600 réis si percorrer duas zonas, para os telegrammas exteriores procedentes ou destinados ao Brazil;

3ª, taxa de 400 réis por palavra uniformemente para os telegrammas em transitio nas linhas brasileiras, seja qual for a via de procedencia e a do destino.

Art. 519. O serviço telegraphico da imprensa terá uma redução de 50 % sobre as taxas adoptadas, desde que os telegrammas satisfaçam as condições exigidas no regulamento, arts. 221 a 228.

Art. 520. As zonas em que se divide a rede telegraphica brasileira para os effeitos da taxação, quanto ao serviço internacional, são assim divididas: a do norte, desde as fronteiras do Amazonas até a Capital Federal; a do sul, desde a Capital Federal até as fronteiras do Paraná, Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

§ 1.º As estações da Capital Federal e as estabelecidas em ramaes que della irradiem ficam consideradas na zona sul ou na zona norte, segundo a procedencia ou destino dos telegrammas.

§ 2.º Os ramaes para o interior dos Estados de Minas Geraes, S. Paulo e Matto Grosso fazem parte da zona do sul.

Art. 521. Os endereços registrados em forma convencionada ou abreviada pagarão a taxa de 10\$ annualmente, observadas as disposições dos arts. 197 a 200.

Art. 522. Na estação ao serviço da praça do commercio da Capital Federal e nas estações estabelecidas em portos quaesquer ou praças commerciaes de qualquer dos Estados, se farão assignaturas de 5\$ mensaes que darão direito ao assignante de receber em seu domicilio, quando este estiver dentro do quadro

urbano, participação dos navios entrados e saídos no respectivo porto.

Paragrapho unico. Qualquer aviso avulso sobre movimento do porto pagará a taxa de 400 réis.

Art. 523. Os telegrammas urbanos pagarão a taxa de 500 réis até 20 palavras e mais 200 réis por cada 10 ou fracção de 10 palavras de excesso.

### *Taxa de Telephonica*

Art. 524. A contribuição que dá direito à conversação telephonica do assignante com todos os outros da mesma rede é de 40\$ annuaes, paga em duas prestações.

Art. 525. A taxa dos phonogrammas é de 500 réis por 20 palavras e mais 200 réis por excesso de 10 ou fracção de 10 palavras.

Art. 526. A taxa de conversação telephonica em *Cabina Publica* em rede urbana é de 500 réis por cada cinco minutos.

Art. 527. Nas linhas inter-urbanas a taxa será de 1\$500 por cinco minutos de conversação em distancia inferior a 100 kilometros. Para cada cinco minutos ou fracção em excesso mais 1\$000.

Paragrapho unico. Nas linhas de extensão superior a 100 kilometros a taxa será fixada em cada caso particular.

## CAPITULO LI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 528. Na Directoria Geral e em cada uma das divisões, na Capital Federal, assim como nas sub-contadorias dos districtos, durará o trabalho seis horas diariamente, excepto nos domingos e dias feriados, podendo o director geral, nos casos urgentes e extraordinarios, prolongar-o ou determinar que se faça em qualquer dia.

Art. 529. Haverá em cada secção de serviço um livro do ponto em que os empregados assignarão os seus nomes, às horas marcadas para começar o trabalho e que deverá ser encerrado pelos chefes respectivos.

Paragrapho unico. A excepção do director geral, do vice-director, do chefe da secção technica e do contador geral, todos os empregados estarão sujeitos ao ponto.

Art. 530. O ponto do pessoal da officina será organizado de accordo com a natureza do respectivo serviço.

Art. 531. Nas estações telegraphicas durará o trabalho diariamente as horas exigidas pelo serviço, devendo para este fim nas de serviço permanente ou de grande movimento, dividir-se o pessoal em turnas.

Art. 532. Os empregados que forem postos à disposição de outros Ministerios ou de governadores dos Estados, seus vencimentos correrão por conta daquelles que aproveitarem seus serviços, salvo tratando-se de construção de linhas que venham a ficar sob a direcção da Repartição Geral dos Telegraphos.

Art. 533. Não poderão ser addidos ou ter exercicio na Repartição Geral dos Telegraphos empregados de outra qualquer repartição.

Art. 534. Os actuaes funcionarios cujos cargos foram extintos ou mudaram de denominação com a reorganisação dos serviços da repartição, serão nomeados para logares de categoria e funções correspondentes.

Paragrapho unico. As adjuntas existentes terão exercicio nas condições prescriptas nos arts. 46, 47 e 48.

Art. 535. Os cargos novamente creados serão providos por pessoal constante dos diversos quadros de empregados actuaes, na forma do art. 5º do decreto legislativo n. 193 de 9 de outubro de 1893.

Art. 536. Sem ser por intermedio de seus superiores immediatos, nenhum empregado poderá dirigir-se à directoria ou ao Governo.

Art. 537. Os actuaes telephonistas, creados pelas instrucções approvadas pelo decreto n. 1043 de 20 de novembro de 1890 e pelas mesmas instrucções equiparados aos telegraphistas de 3ª classe e adjuntos do anterior regulamento, serão transferidos para o quadro dos telegraphistas, logo que exhibitam provas das habilitações exigidas.

Paragrapho unico. Passarão para o quadro dos amanuenses os escripturarios do districto telephonico, que a elles tambem estavam equiparados pelas referidas instrucções.

Art. 538. O director geral poderá nomear engenheiros e inspectores em commissão, para serem empregados na construção de novas linhas ou em serviços especiaes, que tenham verba propria no orçamento ou credito distincto, quando na repartição não houver pessoal sufficiente para taes serviços.

Paragrapho unico. Os admittidos nessas condições perceberão gratificações correspondentes aos vencimentos marcados na respectiva tabella, para cargos identicos, e terão direito ás ajudas de custo, passagens e diarias, de conformidade com o disposto neste regulamento para os empregados effectivos.

Art. 539. Os empregados que, sem ser por conveniencia do serviço, forem addidos a qualquer estação, só terão direito ao ordenado até ao maximo de tres mezes, nada percebendo dahi em diante, até reassumirem o exercicio no logar que lhes for designado.

Paragrapho unico. Aquelles que, a seu pedido, forem encarregados de estação de ordem inferior à sua categoria, só perceberão, além do proprio ordenado, a gratificação de exercicio da classe correspondente à ordem de classificação da estação.

Art. 540. O Governo, quando o julgar conveniente, poderá mandar engenheiros, telegraphistas ou operarios da repartição

em comissão a paizes estrangeiros, afim de estudarem os melhoramentos adoptados neste ramo de serviço; abonando-lhes passagem de ida e volta, o maximo da ajuda de custo, segundo o art. 505, e, além dos seus vencimentos integraes, uma gratificação adicional correspondente á gratificação de exercicio.

Art. 541. O telegraphista que deixar o serviço da repartição só poderá ser readmittido nella, sendo nomeado para a classe immediatamente inferior áquella a que pertencia e indo occupar o ultimo logar na lista respectiva.

Paragrapho unico. Quando houverem decorrido dous annos ou mais da data da exoneração, terá de sujeitar-se a exame, para que possa ter logar a readmissão, si o resultado deste lhe for favoravel.

Art. 542. A taxa telegraphica poderá ser arrecadada por meio de estampilhas especiaes.

Paragrapho unico. Os casos e modo de applicação do sello telegraphico serão subordinados á uniformidade de tarifas e outras condições compatíveis com a boa fiscalisação da renda e simplificação da contabilidade.

Art. 543. Serão observadas todas as disposições da convenção telegraphica internacional e o regulamento do respectivo serviço, bem assim as modificações que forem resolvidas nas futuras revisões, e que alterem o disposto neste regulamento, precedendo autorisação do Governo.

Art. 544. Quando o Ministro da Guerra, bem assim o da Marinha julgarem conveniente, poderão mandar um ou mais officiaes do Exército ou da Armada, com uma turma de praças para aprenderem telegraphia theorica e pratica na Repartição Geral dos Telegraphos.

Art. 545. Os officiaes e soldados admittidos para esse fim ficarão sujeitos ao director geral e observarão as suas ordens e instrucções, e quando alli estiverem serão considerados em effectivo serviço do Exército ou da Armada.

Paragrapho unico. Os seus vencimentos correrão pelos Ministerios da Guerra ou da Marinha.

Art. 546. Serão empregados:

- 1º, em serviço de construcção;
- 2º, em trabalhos de reconhecimento e de exploração;
- 3º, no manejo dosapparelhos, quer para telegraphar, quer para o reconhecimento do estado das linhas e de rigorosa fiscalisação do serviço das estações.

Paragrapho unico. Serão tambem habilitados na officina para procederem aos concertos de apparelhos.

Art. 547. Alternadamente, um dos officiaes se incumbirá da guarda e verificação do trem telegraphico militar, que será sempre mantido em perfeito estado.

Art. 548. Semestralmente o director geral apresentará ao Ministro da Guerra ou da Marinha um relatorio sobre o procedimento dos ditos officiaes e praças, e os que não se quizerem pre-

star ao serviço ou nelle se mostrarem remissos, serão recolhidos a seus corpos e substituídos por outros.

Art. 549. Na officina deverá haver um operario da repartição da guerra em serviço effectivo, munido de toda a ferramenta necessaria para poder acompanhar o trem telegraphico em qualquer emergência.

Art. 550. Os empregados da Repartição Geral dos Telegraphos serão dispensados do serviço do Jury, quando requisitados por seus chefes, e isentos do serviço da Guarda Nacional, do Exército e Armada, em tempo de paz.

Art. 551. E' absolutamente vedado a qualquer companhia ou empregario arrecadar taxa telegraphica, sem expressa authorisação do Governo, ouvido o director geral.

Art. 552. A Repartição Geral dos Telegraphos terá especial cuidado na collocação das linhas, affin de que não prejudiquem a propriedade particular, e deverá reparar ou indemnizar os danos causados, de qualquer natureza que sejam. A'quelle que se julgar prejudicado pelo estabelecimento de qualquer linha, cabe recurso immediato ao Governo.

Paragrapho unico. Nenhum proprietario poderá oppor-se á passagem das linhas, ou collocação de pontos de apoio, pelos terrenos ou sobre os telhados de suas propriedades.

Art. 553. Para mais amplo conhecimento dos actos e resoluções da Directoria Geral e dos do Governo, relativos á Repartição Geral dos Telegraphos, fica creado um boletim telegraphico, com publicação bi-mensal, cuja organização ficará immediatamente a cargo do official-archivista.

Paragrapho unico. A juizo da directoria, poderão ter publicidade no boletim telegraphico quaesquer informações, pareceres, etc. sobre o serviço tecnico e cujo conhecimento possa ser util ao pessoal da repartição.

Art. 554. Os empregados da Repartição Geral dos Telegraphos que tiverem mais de 10 annos de effectivo serviço, só poderão ser demittidos no caso de incorrerem em algum crime verificado por processo judicial ou administrativo ou em reconhecida falta de zelo no serviço publico, comprovada já pela ausencia frequente á repartição sem causa que a justifique, já pelo abandono dos serviços de que forem encarregados.

Art. 555. Os empregados que tiverem menos de 10 annos de serviço poderão ser demittidos, quando comprovada estiver a sua inaptidão ou deixarem de bem servir, faltando sem causa á repartição, ou descuidando dos serviços de que forem incumbidos.

Art. 556. O professor para a aula telegraphica, de que trata o art. 317, poderá ser contractado pela directoria, no paiz ou no estrangeiro, precedendo authorisação do ministro, percebendo os vencimentos e mais vantagens equivalentes ás de engenheiro-ajudante.

Art. 557. Na falta de inspectores do quadro do pessoal de linhas, com as necessarias habilitações para serem encarregados de observatorios meteorologicos, poderão ser contractados indi-



viduos com habilitações especiaes officialmente provadas, percebendo os vencimentos que competirem por este regulamento ao encarregado de taes observatórios.

Art. 558. Ficam revogados o regulamento approved pelo decreto n. 372 A, de 2 de maio de 1890, e todas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1894. — *Jodo Felipe Pereira.*

~~~~~

DECRETO N. 1665 (\*) — DE 31 DE JANEIRO DE 1894

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, os quaes se comporão de quatro companhias cada um, terão a designação de 210º e 211º e se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

~~~~~

DECRETO N. 1666 — DE 31 DE JANEIRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria do serviço activo de

---

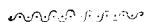
(\*) Com o n. 1634 não houve acto.

guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 212<sup>a</sup>, que se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revoga-las as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1667 — DE 31 DE JANEIRO DE 1894

Prorroga, com modificações, até 25 de fevereiro proximo viadouro, o estado de sitio, declarado pelo decreto n. 1617 de 25 de dezembro ultimo ; e torna-o extensivo á Capital do Estado da Parahyba.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que continuam a actuar os graves motivos de ordem publica que tem determinado a suspensão das garantias constitucionaes em algumas partes do territorio da Republica ;

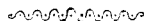
Considerando igualmente que esses graves motivos deixaram de subsistir em relação ao Estado de Pernambuco, exclusive a sua Capital e manifestam-se actualmente quanto á do Estado da Parahyba :

Resolve, nos termos do art. 80. da Constituição, prorogar até 25 de fevereiro viadouro o estado de sitio em que, pelo decreto n. 1617 de 25 de dezembro ultimo, foram declarados o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, e Rio Grande do Sul ; ficando, outrossim, o dito estado de sitio limitado á Capital do Estado de Pernambuco e extensivo á Capital do da Parahyba.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1668 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1894

Dá instrucções para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica, e consolida as disposições vigentes quanto ás eleições federaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo á necessidade de prover sobre o processo da eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Republica, á qual se referem o art. 47, e respectivos paragraphos, da Constituição Federal, e o art. 37 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892 ; attendendo, outrosim, á conveniencia de consolidar as disposições da dita lei n. 35, que, comquanto regulamentada, em parte, pelo decreto n. 1542 de 1 de setembro ultimo, foi modificada pelo decreto legislativo n. 184 de 23 do mesmo mez de setembro, no tocante ás eleições federaes ;

E, finalmente, considerando que, adiadas estas ultimas eleições para o dia 1 de março vindouro, em virtude do decreto n. 1608 de 15 de dezembro proximo findo, terão ellas de realizar-se simultaneamente com a de Presidente e de Vice-Presidente da Republica :

Resolve que sejam observadas as instrucções eleitoraes annexas ao presente decreto, as quaes vão assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal. 7 de fevereiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

Instrucções para as eleições que se hão de realizar no dia 1 de março do corrente anno, ás quaes se refere o decreto n. 1668 desta data

## CAPITULO I

## DAS ELEIÇÕES

Art. 1.º Nas eleições para membros do Congresso Nacional e Presidente e Vice-Presidente da Republica, a que se ha de proceder a 1 de março vindouro, os eleitores votarão perante as mesas que já foram eleitas, na forma do art. 40 § 3º da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, para servirem em todas as eleições federaes que se realisarem durante o periodo da legislatura.

Art. 2.º Nos municípios em que, por motivo de força maior, não se houver procedido à eleição destas mesas, nem às diligências recommendadas pelo art. 39 da lei citada, os presidentes das comissões municipaes, immediatamente que tiverem conhecimento destas instrucções, cumprirão o que se achia disposto nos arts. 8.º e 9.º das instrucções annexas ao decreto n. 1542 de 1 de setembro ultimo, e em tempo opportuno os presidentes dos governos municipaes providenciarão nos termos do art. 11 das mesmas instrucções para a organização das ditas mesas.

Art. 3.º Nas eleições de que trata o art. 1.º serão admittidos a votar não só os cidadãos qualificados eleitores nos alistamentos iniciados a 5 de abril ou a 5 de outubro de 1892, de conformidade com as leis ns. 35 citada e 69 de 1 de agosto, mas também os qualificados nos alistamentos iniciados a 5 de abril do proximo anno findo nos municípios onde os lançamentos se fizeram e foram definitivamente concluidos com as formalidades dos §§ 4.º e 7.º do art. 25 da mesma lei n. 35 de 26 de janeiro; e, nos em que nenhum delles se tiver feito, os alistados na forma do decreto n. 200 A de 8 de fevereiro de 1890. (D. L. n. 184 de 23 de setembro de 1893.)

Art. 4.º Quando o presidente da comissão municipal, até cinco dias antes da eleição, não tiver publicado o edital designando os edificios em que devam effectuar-se os trabalhos eleitoraes, qualquer dos membros eleitos para as mesas eleitoraes poderá fazel-o, devendo tal designação prevalecer em relação a qualquer outra que posteriormente se effectue. (L. n. 35, art. 39, § 3.º.)

Art. 5.º Vinto dias antes da eleição, o presidente da comissão municipal mandará affixar editaes e publical-os pela imprensa, convidando os eleitores a dar o seu voto, declarando o dia, logar e hora da eleição e o numero dos nomes que o eleitor deve incluir em suas cédulas, prevenindo a discriminação das urnas e dos involucros. (Lei n. 35, art. 39, § 2.º.)

Art. 6.º Embora simultaneas as eleições, os votos serão depositados separadamente, havendo uma urna para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Republica e outra para senador e deputados, e uma terceira, especial, para um senador, quando, além da renovação de mandato, se tenha de preencher vaga senatorial aberta por outro motivo.

## CAPITULO II

### DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 7.º Os membros das mesas eleitoraes reunir-se-hão no dia da eleição às 9 horas da manhã, no logar designado, e elegendo, á pluralidade de votos, o seu presidente e o seu secretario, aquelle designará de entre os demais membros os que devam fazer a chamada dos eleitores, receber as listas e examinar os titulos, lavrando o secretario immediatamente a acta em livro proprio, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente do governo municipal.

A eleição começará e terminará no mesmo dia.

§ 1.º Proceder-se-ha á eleição sempre que comparecerem tres membros dos que compõem a mesa, sejam estes effectivos ou supplentes.

Si até á occasião de proceder-se á apuração não tiverem comparecido mais dous mesarios, convidara a mesa um ou dous dos eleitores presentes, afim de occupar o lugar ou logares vagos.

§ 2.º Não se podendo realisar a organização da mesa eleitoral até ás 10 horas do dia, não terá lugar a eleição.

§ 3.º Installada a mesa, terá começo a chamada dos eleitores pela ordem em que estiverem na respectiva cópia do alistamento.

A falta dessa cópia do alistamento, porém, não impelirá o recebimento das cédulas dos eleitores que comparecerem e exhibirem os seus titulos devidamente legalizados.

§ 4.º O eleitor não será admittido a votar sem apresentar o seu titulo, não podendo, em caso algum, exhibido este, ser-lhe recusado o voto, nem tomado em separado, excepção dos casos previstos no § 13, n. 1, deste artigo.

No dia da eleição, si nenhum dos mesarios houver ainda recebido a cópia do alistamento, a eleição se realizará, fazendo-se a chamada por qualquer cópia, que será posteriormente authenticada, ou mesmo, na falta de cópia, se procederá á eleição sem chamada, sendo admittidos a votar todos os eleitores que se apresentarem munidos de seus titulos.

§ 5.º O recinto em que estiver a mesa eleitoral será separado do resto da sala por um gradil, proximo daquelle, para que seja possível aos eleitores presentes fiscalisar de fóra do recinto todo o processo eleitoral; dentro do recinto e junto aos mesarios estarão os fiscaes dos candidatos.

§ 6.º A eleição será por escrutinio secreto. As urnas se conservarão fechadas á chave, enquanto durar a votação.

§ 7.º As cédulas que tiverem nomes em numero inferior ao que deverem conter, serão, não obstante, apuradas.

Das que contiverem numero superior, serão despresados os nomes excedentes, guardada a ordem em que os mesmos estiverem collocados.

§ 8.º Antes da chamada, as urnas serão abertas e mostradas ao eleitorado, para que verifique estarem vazias.

§ 9.º O eleitor, logo que tenha depositado na primeira urna duas cédulas manuscritas ou impressas, em involucros distinctos, uma para deputados e outra para senador, e na segunda urna outras duas nos respectivos involucros com as competentes designações—para Presidente da Republica—e —para Vice-Presidente da Republica— assignara o livro de presença, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da comissão municipal.

§ 10. Terminada a chamada, o presidente fará lavrar um termo de encerramento, em seguida á assignatura do ultimo eleitor, no qual será declarado o numero dos que houverem votado.

§ 11. O eleitor que comparecer depois de terminada a chamada e antes de começar-se a lavrar o termo de encerramento no livro de presença, será admittido a votar.

Nessa occasião votarão os mesarios que não tiverem seus nomes incluídos na lista da chamada, por acharem-se alistados em outra secção.

§ 12. Lavrado o termo de encerramento no livro de presença, passar-se-ha à apuração pelo modo seguinte: aberta a 1.ª urna pelo presidente, contará este as cedulas recolhidas, e depois de annunciar o numero dellas, as emassará de accordo com os rotulos, recolhendo-as, logo após, à dita urna, e fará o mesmo com relação á 2.ª urna, finda a primeira apuração. Em seguida, o escrutador, que assentar-se á direita do presidente, tirará da urna uma cedula, desdobra-a ha, lendo-a e passando-a ao presidente, que, depois de lê-la, passal-a-ha ao outro escrutador á sua esquerda, o qual a lerá em voz alta, sendo pelos outros mesarios, como secretarios, tomada a apuração, fazendo em voz alta a adição dos votos que tocarem aos nomes que se forem lendo.

§ 13. Embora não se ache fechada por todos os lados alguma cedula, será, não obstante, apurada.

I. Serão apuradas em separado as cedulas que contiverem alteração por falta, augmento ou suppressão de sobrenome ou appellido do cidadão votado, ainda que se retire visivelmente a individuo determinado.

II. Não serão apuradas as celulas :

a) quando contiverem nome riscado ou substituído, declaração contraria á do rotulo, ou quando não houver indicação no involuero;

b) quando se encontrar mais de uma dentro de um só involuero, quer sejam escriptas em papéis separados, quer uma dellas no proprio involuero.

As cedulas e involuero a que se referem os ns. I e II deste paragrapho, devidamente rubricados pela mesa, serão remittidos ao poder competente com as respectivas actas.

§ 14. Terminada a apuração das cedulas, o presidente fará escrever, em resumo, o resultado da eleição, designando-se os nomes dos cidadãos votados e o numero de votos, em tantos exemplares quantos forem os mesarios e os fiscaes, os quaes serão rubricados pelos mesmos mesarios e fiscaes, entregando-se um exemplar a cada um.

§ 15. O presidente, em seguida, proclamará o resultado da eleição pela lista de apuração, procedendo a qualquer verificação, si alguma reclamação for apresentada por mesario, fiscal ou eleitor, e fará lavrar a acta no livro proprio, a qual será assignada pelos mesarios, fiscaes e eleitores que quizerem.

§ 16. Os candidatos que disputarem a eleição poderão nomear, cada um, o seu fiscal, que tomará assento na mesa eleitoral, e terá direito de exigir da mesma, concluida a apuração e antes de lavrar-se a acta dos trabalhos, um boletim assignado pelos me-

sarios, contendo os nomes dos candidatos, os votos recebidos e o numero de eleitores que tiverem comparecido à eleição.

Estes boletins, com as firmas dos mesarios reconhecidas por notario publico, poderão ser apresentados na apuração geral da eleição, para substituir a acta.

A nomeação do fiscal será feita em officio dirigido à mesa, e assignado pelos candidatos ou seus procuradores, devendo ser entregue no acto da installação da mesa.

§ 17. Sempre que um grupo de trinta eleitores, pelo menos, da secção indicar à mesa, em documento assignado, o nome de qualquer eleitor para fiscal da eleição, deverá este ser admittido na mesa, gozando dos direitos conferidos aos fiscaes dos candidatos.

As mesas não poderão recusar, sob qualquer pretexto, os fiscaes nomeados na forma deste paragrapho e do anterior, podendo essa nomeação ser feita até à hora em que começar o processo da apuração.

§ 18. Na acta da eleição deverão ser transcriptos os nomes dos cidadãos votados, com o numero de votos que obtiver cada um, sendo escriptas estas em ordem numerica.

Da mesma acta constará :

- a) o dia da eleição e a hora em que teve começo ;
- b) o numero dos eleitores que não tiverem comparecido ;
- c) o numero de cédulas recebidas e apuradas, promiscuamente, para cada eleição ;
- d) o numero das recebidas e apuradas em separado, com declaração dos motivos, os nomes dos votados e os dos eleitores que dellas forem portadores ;
- e) os nomes dos mesarios que não assignarem a acta, declarando-se o motivo ;
- f) os nomes dos cidadãos que assignarem no livro de presença pelos eleitores que o não puderem fazer ;
- g) todas as occorrencias que se derem no processo da eleição.

§ 19. Qualquer dos mesarios poderá assignar-se — vencido — na acta, dando os motivos ; no caso de não querer a maioria da mesa assignal-a, deverão fazel-o os demais mesarios e os fiscaes, que convidarão para isso os eleitores que quizerem.

§ 20. Cada fiscal terá o direito de tirar cópia da acta, subscrevendo-a o presidente e os mesarios.

Finda a eleição e lavrada a acta, será esta immediatamente transcripta no livro de notas do tabellião ou outro qualquer serventuário de justiça ou escrivão *ad hoc* nomeado pela mesa, o qual dará certidão a quem a pedir.

a) a transcrição da acta por escrivão *ad hoc* será feita em livro especial, aberto pelo presidente da commissão seccional e rubricado por um dos membros da minoria ;

b) a distribuição dos tabelliães e serventuários de justiça para servirem nas commissões seccionaes incumbe ao presidente da

commissão municipal, o que fará publico por edital, com antecedencia de dez dias, pelo menos ;

c) a transcripção da acta deverá ser assignada pelos membros da mesa, fiscaes e eleitores presentes que o quizerem.

§ 21. Qualquer eleitor da secção e bem assim os fiscaes poderão offerecer protestos por escripto, relativamente ao processo da eleição, passando-se recibo ao protestante.

Estes protestos serão rubricados pela mesa que, contra-protestando ou não, appensal-os-ha á cópia da acta, que será remittida á respectiva junta apuradora.

§ 22. A mesa fará extrahir tres cópias da acta e das assignaturas dos eleitores no livro de presença, as quaes, depois de assignadas pelos mesarios e concertadas por tabellião ou qualquer serventuário de justiça ou escrivão *ad hoc*, serão enviadas, registradas pelo Correio, ao secretario da Camara dos Deputados, ao do Senado, e aos presidentes das juntas apuradoras dos districtos eleitoraes.

Além destas tres cópias extrahir-se-hão mais duas, que serão remittidas para a apuração da eleição senatorial e presidencial, uma á junta apuradora do districto eleitoral da capital nos Estados ou do Districto Federal e outra ao Vice-Presidente do Senado.

§ 23. A mesa funcionará sob a direcção do presidente, a quem cumpre, de accordo com os mesarios, resolver as questões que se suscitarem ; regular a policia no recinto da assemblea, fazendo retirar os que perturbarem a ordem, prender os que commetterem crime, lavrar o respectivo auto, remettendo immediatamente com o mesmo auto o delinquente á autoridade competente.

Não serão permittidas aos mesarios discussões prolongadas.

§ 24. A substituição dos mesarios que faltarem far-se-ha independentemente de aviso ou communicação dos impedidos, desde que constar aos substitutos a falta de qualquer membro effectivo. Na falta dos supplentes os membros presentes nomearão quem os substitua de entre os eleitores da secção.

§ 25. A eleição e apuração não deverão ser interrompidas sob qualquer pretexto.

§ 26. É expressamente prohibida a presença de força publica dentro do edificio em que se proceder á eleição e em suas immedições, sob qualquer fundamento, ainda mesmo á requisição da mesa, para manter a ordem.

§ 27. Si a mesa não aceitar os protestos de que trata o § 21, poderão estes ser lavrados no livro de notas do tabellião, dentro de 24 horas após a eleição.

§ 28. Os livros e mais papeis concernentes á eleição devem ser remittidos, no prazo de dez dias, ao presidente do governo municipal, afim de serem recolhidos ao archivo da municipalidade. (L. n. 35, art. 43 ; D. L. n. 184, art. 2º paragrapho unico e ultima parte.)

Art. 8.º O presidente do governo municipal fornecerá todos os livros necessarios para as eleições, correndo por conta da União as despesas que com elles e mais aprestos se fizerem. (L. n. 35, art. 64.)

Art. 9.º As mesas eleitoraes teem competencia para lavrar auto de flagrante delicto contra o cidadão que votar, ou tentar



fazê-lo, com título que não lhe pertença, e para apprehender o título suspeito; devendo livrar-se solto, independentemente de fiança o delinquente, logo que estiver lavrado o auto, que será remetido, com as provas do crime, à autoridade competente. (L. n. 35, art. 66.)

### CAPITULO III

#### ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA

Art. 10. Na eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica, cada eleitor votará em dous nomes, escriptos em cedulas distinctas, sendo uma para Presidente e outra para Vice-Presidente. (L. n. 35, art. 37.)

Art. 11. Para fiscalização da respectiva apuração, os presidentes dos governos municipaes desde já communicarão nos Estados ao presidente, ou governador, e no Districto Federal ao ministro da Justiça e negocios interiores, o numero de secções em que tiver sido dividido o municipio e o mesmo Districto e o numero de eleitores de cada secção.

§ 1.º Os presidentes ou governadores dos Estados e o ministro na Capital Federal, em vista destas communicações, que requisitarão quando faltarem, organizarão um quadro contendo todos os municipios do Estado e todos os districtos municipaes do Districto Federal, bem assim, guardada a ordem numerica, o numero de secções de cada municipio e districto e o numero de eleitores de cada secção.

§ 2.º Deste quadro remetterão uma cópia authentica ao presidente da junta apuradora do Estado, que será a mesma do districto da Capital, à do Districto Federal e ao vice-presidente do Senado.

### CAPITULO IV

#### DA ELEIÇÃO DE SENADOR E DEPUTADO

Art. 12. A eleição de senador será feita por Estado, votando o eleitor em um só nome para substituir o senador cujo mandato houver terminado. (L. n. 35, art. 35.)

Art. 13. Nos Estados onde tiver occorrido vaga por qualquer outro motivo, a eleição será feita na mesma occasião, votando o eleitor separadamente para cada uma das eleições. (L. n. 35, art. 35, paragrapho unico.)

Art. 14. Para a eleição de deputados será observada a divisão dos districtos eleitoraes estabelecida no decreto legislativo n. 153 de 3 de agosto do anno passado, não comprehendidos os Estados do Amazonas, Piahy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina, Goyaz e Matto-Grosso,

visto constituir cada um delles um só districto, nos termos do art. 36 § 1º da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Art. 15. O eleitor votará em dous nomes, correspondentes aos dous terços do numero de deputados que deve dar cada districto eleitoral. (L. n. 35, art. 36, § 3º.)

Art. 16. Nos districtos eleitoraes, cujas sédes forem capitães de Estado e que tiverem quatro ou cinco deputados, e nos segundos districtos eleitoraes que devem eleger quatro deputados por força da disposição do art. 3º do decreto n. 184 de 23 de setembro do anno passado, o eleitor votará em tres nomes, e o mesmo se observará no 2º districto eleitoral do Districto Federal por encerrar maior numero de eleitores. (L. n. 35, art. 36, § 2º.)

Art. 17. Cada Estado dará o numero de deputados seguinte:

O Estado do Amazonas. . . . .	4
O do Pará . . . . .	7
O do Maranhão. . . . .	7
O do Piahy. . . . .	4
O do Ceará . . . . .	10
O do Rio Grande do Norte. . . . .	4
O da Parahyba . . . . .	5
O de Pernambuco . . . . .	17
O das Alagoas . . . . .	6
O de Sergipe. . . . .	4
O da Bahia . . . . .	22
O do Espirito Santo . . . . .	4
O do Rio de Janeiro . . . . .	17
O de S. Paulo . . . . .	22
O de Paraná. . . . .	4
O de Santa Catharina. . . . .	4
O do Rio Grande do Sul . . . . .	16
O de Minas Geraes. . . . .	37
O de Goyaz . . . . .	4
O de Matto Grosso. . . . .	4
O Districto Federal. . . . .	10
Total. . . . .	<hr/> 212

(Deer. n. 511 de 23 de junho de 1890, art. 6º; Constituição art. 28, § 1º; Lei n. 35, art. 63.)

## CAPITULO V

### DA APURAÇÃO SIMULTANEA

Art. 18. Trinta dias depois de feita a eleição, na sala das sessões do governo municipal, nas capitães dos Estados, para a apuração parcial em cada Estado da eleição de Presidente e Vice-Presidente da Republica, para a geral de senador por Estado e

para a geral de deputados, por districto eleitoral, e nas sésdes das outras circumscripções eleitoraes para a de deputados, bem como na do governo municipal do Districto Federal para as tres apurações, reunidos o presidente do mesmo governo, os cinco membros mais votados e os cinco immediatos ao menos votado, proceder-se-ha á apuração dos votos de cada uma das eleições.

§ 1.º O dia, logar e hora para a apuração serão pelo dito presidente annunciados pela imprensa e por edital afixado na porta do edificio da Municipalidade, com antecedencia de tres dias, pelo menos, sendo convidados todos os que devam tomar parte neste trabalho.

§ 2.º A apuração deverá terminar dentro de 20 dias da data do começo dos trabalhos, e se fará pelas authenticas recebidas o pelas certidões que forem apresentadas por qualquer eleitor, desde que nenhuma duvida offerecerem, guardando-se quanto á do Presidente e Vice-Presidente o que se achá disposto nos arts. 7º § 22 e 11 § 2º destas instrucções. Lavrar-se-ha, diariamente, uma acta, em que se fará a exposição resumida do trabalho do dia, designando-se o total da votação de cada cidadão.

§ 3.º As sessões da junta apuradora serão publicas e os eleitores que comparecerem e os fiscaes, em qualquer numero que forem perante ella apresentados pelos candidatos, poderão assignar as actas.

§ 4.º Installada a junta, o presidente fará abrir os officios recebidos, e, mandando contar as authenticas, designará um dos membros para proceder á leitura, e dividirá por lettras, entre os demais, os nomes dos cidadãos votados, para que, com toda a regularidade, se proceda ás apurações, que serão feitas em voz alta.

§ 5.º Não se realisando a reunião da junta no dia marcado, o presidente designará o dia immediato, fazendo publico por edital, que sempre será transcripto na imprensa, existindo esta.

§ 6.º A junta apuradora cabe somente sommar os votos constantes das authenticas, devendo, todavia, mencionar na acta qualquer duvida que tenha sobre a organização de alguma mesa de secção eleitoral, bem como, expressamente, os votos obtidos pelos candidatos nessa secção.

Outrosim, deverão ser declarados na acta, além de todas as occurrencias, os motivos pelos quaes a junta for levada a apurar os votos tomados em separado pelas mesas seccionaes.

§ 7.º Em caso de duplicata, deverá a junta apurar somente os votos dados na eleição que tiver sido feita no logar previamente designado.

§ 8.º Terminada a apuração, serão publicados os nomes dos cidadãos votados, na ordem numerica dos votos recebidos, e lavrada a acta, em que se mencionará, em resumo, todo o trabalho das apurações, as representações, reclamações ou protestos que forem apresentados perante a junta ou perante as mesas seccionaes, com declaração dos motivos em que se fundarem.

§ 9.º Da acta geral da apuração de quaesquer eleições serão extrahidas as cópias necessarias, as quaes, depois de assignadas pela junta apuradora, serão remettidas : uma ao Ministro

da Justiça e Negocios Interiores, tratando-se da eleição do Districto Federal, ou ao governador ou presidente nos Estados; uma à secretaria da Camara ou do Senado, outra a cada um dos eleitos, deputado ou senador, para servir-lhe de diploma e outra ao vice-presidente do Senado para os fins de que trata o art. 47 e seus paragraphos da Constituição da Republica.

Estas cópias poderão ser impressas, devendo, todavia, ser concertadas e assignadas pelos membros da junta. (Lei n. 35, art. 41, e D. L. n. 184, art. 4º.)

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 19. Os requerimentos e documentos para fins eleitoraes são isentos de sello e de quaesquer direitos e gratuito o reconhecimento da firma. (Lei n. 35, art. 56.)

Art. 20. O trabalho eleitoral prefero a qualquer serviço publico, sendo considerado feriado o dia das eleições.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.



Sr. Vice-Presidente da Republica — As condições anormaes, pelas quaes infelizmente passa o paiz, occasionando despezas extraordinarias, que apenas teem visado a tranquillidade necessaria ao mesmo, concorreram para tornar insufficientes não só os creditos consignados no orçamento do Ministerio da Marinha, para o exercicio de 1893, como tambem o concedido extraordinariamente pelo decreto n. 1556, de 6 de outubro do anno proximo findo, no total de tres mil e vinte e um contos cento e trezo mil setecentos trinta e oito réis (3.021:113\$738).

Assim, pois, é necessario mais um credito de dous mil contos de réis (2.000:000\$) para satisfazer compromissos referentes ao mesmo exercicio de 1893, até sua final liquidação, conforme vos certificarei da inclusa demonstração organizada pela Contadoria da Marinha.

Não funcionando presentemente o Congresso Nacional, e competindo-vos, nos termos da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, abrir o dito credito, venho, de accordo com o parecer do Tribunal de Contas, submeter à vossa approvação e assignatura o decreto junto.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 7 de fevereiro de 1894. — *Francisco José Coelho Netto*.

## DECRETO N. 1669 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1894

Abre ao Ministério da Marinha o crédito extraordinário de 2.000.000\$000 para attender à insufficiencia do crédito extraordinário de 2.921:413-738 concedido por decreto n. 1556, de 6 de outubro de 1893, do a deficitario de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, attendendo ás razões expostas pelo Ministro da Marinha, sobre a insufficiencia do crédito extraordinário concedido por decreto n. 1556, de 6 de outubro de 1893, para occorrer à deficiencia de varias verbas do mesmo exercicio, e de accordo com o determinado na lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, abrir o crédito extraordinário de dois mil contos de réis (2.000.000\$) para occorrer às despesas ainda necessarias até à final liquidação do mesmo exercicio de 1893.

O Vice-Almirante Francisco José Coelho Netto, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco José Coelho Netto.*

~~~~~

## DECRETO N. 1670 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1894

Approva, com modificações, os estudos definitivos do primeiro trecho da linha de Catalão a Palmas, na extensão de cem e duzentos metros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins, resolve approvar os estudos definitivos do primeiro trecho de sua linha de Catalão a Palmas, na extensão de cem kilometros e duzentos metros, observadas, porém, as modificações indicadas a tinta azul, nas plantas que com este baixam, rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

~~~~~

## DECRETO N. 1671 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario de \$:400\$000 para pagamento dos vencimentos do 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica e do solicitador da Fazenda, durante o exercicio de 1894.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o decreto legislativo n. 173 B, de 19 de setembro do anno passado, creando os logares de 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica e o de solicitador da Fazenda, os dous primeiros com o vencimento annual de 3:600\$ cada um, e o 3º com o de 1:200\$, deixou entretanto de habilitar o Poder Executivo com os necessarios recursos para occorrer ao pagamento dos mesmos vencimentos ;

Considerando que, por omissão, tambem a lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, que fixou a despesa geral da Republica para o exercicio de 1894, não consignou verba para a despesa com os alludidos vencimentos ;

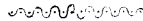
Considerando, finalmente, que os respectivos funcionarios não podem ficar sem os necessarios meios de subsistencia, visto que, por assim convir aos interesses da Republica, teve o Governo necessidade de prover os ditos cargos :

Resolve, sob sua responsabilidade, abrir ao Ministerio da Fazenda um credito de 8:400\$, preciso para o pagamento dos referidos vencimentos, durante o exercicio de 1894, até definitiva deliberação do Congresso Nacional, a cuja approvação será opportunamente submettido o presente acto.

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felishello Freire.*



## DECRETO N. 1672 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1894.

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca do Rio Bagagem, no Estado de Minas Geraes, a qual se comporá dos actuaes 75º e 89º batalhões de infantaria e 51º da reserva,

reduzidos a quatro companhias cada um, e do 70º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, ora creado ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

### DECRETO N. 1673 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1894

Suspende a estrito observancia do art. 31, deroga os arts. 1 e 15 do regulamento annexo ao decreto n. 1195 A de 30 de dezembro de 1892 e determina que seja redigido pela Secretaria da Marinha um novo regulamento, de accordo com a lei n. 23 de 30 de outubro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que no regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha de 30 de outubro de 1892, assignado pelo contra-almirante Custodio José de Mello e approvado pelo decreto n. 1195 A, da mesma data, não foram respeitadas as determinações e intenções da lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, que reorganizou os serviços da administração federal ;

Considerando que a nova distribuição dos trabalhos pelas tres secções desta secretaria, feita pelo mesmo regulamento, não obedeceu ao prescripto no art. 11 da citada lei, porque deixou a 1ª secção mais sobrecarregada de serviços, sem vantagem alguma e antes com prejuizo da boa e breve execução dos mesmos ;

Considerando que, no autographo do mesmo regulamento, foi omittida a distribuição dos serviços relativos ao montepio dos empregados civis do Ministerio da Marinha ; que, na publicação do mesmo regulamento no *Diario Official* de 4 de janeiro de 1893 se verifica essa omissão e que, entretanto, sem preceder a necessaria correção no autographo e no *Diario Official* figura, na publicação desse regulamento em avulso, a distribuição de semelhante serviço á 1ª secção, constituido o § 17 do art. 3º ;

Considerando que pelo mesmo regulamento foram isentados os amanuenses do intersticio e do concurso, muy judiciosamente estabelecido no § 2º do art. 28 do regulamento mandado executar pelo decreto n. 267 A, de 15 de março de 1890 e no § 2º do artigo unico do decreto n. 1271, de 10 de janeiro de 1891 ;

Considerando que, si o art. 11 da citada lei permittiu melhorar a classificação dos empregados, só o fez com a condição de não resultar disso prejuizo de direitos adquiridos por lei, e portanto, que não foi regular nem accordo com o citado artig

converter o official archivista, que era empregado de livre escolha, em 1.<sup>o</sup> official;

Considerando que na generalidade as disposições dos diversos artigos do mesmo regulamento da Secretaria da Marinha não são tão completas, claras e precisas nem harmonicas com as dos outros regulamentos expedidos para as demais secretarias de estado, em execução da citada lei n. 23, de 30 de outubro de 1891;

Considerando que, no mesmo regulamento, expedido para execução de uma lei complementar da Constituição Republicana foi omittida a democratica disposição que impedia de subir á presença do Ministro, sem resposta ou audiencia do empregado accusado, qualquer queixa, accusação ou representação contra elle; disposição esta garantidora da mais ampla defesa e que figurava nos regulamentos para a mesma secretaria promulgados sob a monarchia em 19 de fevereiro de 1859, com o decreto n. 2359, e em 6 de maio de 1868 com o decreto n. 4174;

Considerando, finalmente, que pelos motivos expostos tornou-se irregular e demorado o andamento dos trabalhos na mesma Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha;

Resolve decretar:

Art. 1.<sup>o</sup> Fica suspensa a estrita observancia do art. 31 do Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha de 30 de dezembro de 1892, approved e mandado executar pelo decreto n. 1195 A da mesma data.

Art. 2.<sup>o</sup> Deixa de ser considerado no quadro dos 1.<sup>os</sup> officiaes da mesma secretaria o official archivista, nomeado por livre escolha, ficando nessa parte derogados os artigos 1 e 15 do referido regulamento.

Art. 3.<sup>o</sup> O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha apresentará, opportunamente, um novo regulamento para a respectiva secretaria, de accordo com as disposições da lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, e harmonico com os demais regulamentos expedidos em execução da mesma lei para as outras secretarias de estado, e no qual serão igualmente comprehendidas as disposições dos anteriores regulamentos garantidoras dos direitos dos empregados e da boa ordem e brevidade dos trabalhos.

O Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha, Chefe do Estado-Maior General da Armada, encarregado do expediente no impedimento do Ministro e Secretario Vice-Almirante Francisco José Coelho Netto, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Julio Cesar de Noronha.*





## DECRETO N. 1674 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1894

Eleva a categoria de batalhão a secção avulsa da reserva do município de Maués, da comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.

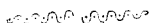
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica elevada a categoria de batalhão a secção avulsa da reserva, com quatro companhias e a designação de 9º, o qual se comporá dos guardas qualificados no município de Maués, da comarca de Parintins, no Estado do Amazonas ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1675 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 16.000:000\$000.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil considerando ser insufficiente a quantia votada na lei n. 191 B, de 30 de setembro do anno proximo passado, para as despesas do Ministerio da Guerra no exercicio vigente de 1894, conforme representa o director da Contadoria Geral da Guerra, resolve, de accordo com o disposto no art. 4º da lei n. 589, d. 9 de setembro de 1850, em vigor pelo art. 83 da Constituição Federal, e satisfeito o preceito do art. 35 do regulamento que baixou com o decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, abrir ao mesmo Ministerio o credito extraordinario de dezeseis mil contos de réis (16.000:000\$) para occorrer a deficiencia de verbas do respectivo orçamento do supracitado exercicio.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal 15 de fevereiro de 1894. 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Contadoria Geral da Guerra, 12 de fevereiro de 1894.

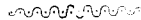
Exm. Sr. General Ministro da Guerra — Fixando a lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, a despeza do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1893, em 28.836:802\$161, circumstancias imprevistas determinaram a abertura, pelo Poder Executivo, de creditos extraordinarios pelos decretos ns. 1293, 1550 e 1623, de 4 de março, 27 de setembro e 26 de dezembro ultimos, de 16.000:000\$, e assim foi elevado o orçamento de 44.836:802\$161, dependente ainda a sufficiencia de final liquidação.

A lei n. 181 B, de 30 de setembro de 1893, concedendo para o exercicio de 1894 29.956:815\$357, evidentemente tambem não cogitou do antecedente descripto motivo, pelo que é indispensavel a concessão do credito extraordinario pelo menos igual a totalidade dos concedidos no exercicio findo.

Na impossibilidade de orçar despesas que podem variar tanto como as necessidades occasionaes que as determinem, devo, entretanto, ponderar que pelo balanço de janeiro ultimo já foi excedido o credito de — material da rubrica 18ª, equipamento e arreios — e acha-se muito reduzido o de todas as outras e quanto ao do pessoal, em geral, pelo crescente augmento da força armada, das remunerações por trabalhos nos estabelecimentos militares, em breve estará esgotado.

Solicito, pois, com urgencia, de accordo com o art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, em vigor pelo art. 83 da Constituição Federal, depois de ouvido o Tribunal de Contas, como dispõe o art. 35 do regulamento que baixou com o decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, a concessão do credito extraordinario de 16.000:000\$, para occorrer às deficiencias das differentes rubricas do orçamento de 1894.

Saude e fraternidade.— O director, *Carlos Correia da Silva Lage*.



#### DECRETO N. 1676 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1894

Declara a caducidade dos favores concedidos pelo decreto n. 626 de 2 de agosto de 1890, para abertura de canaes de junção de varios rios e melhoramento da barra do Cotinguiba, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil, cessionaria do contracto celebrado com o Governo do Estado de Sergipe, em 30 de dezembro de 1889 e ratificado pelo Governo Federal por decreto n. 626 de 2 de agosto de 1890, para abertura de canaes de junção de varios rios e melhoramento da barra do Cotinguiba no referido Estado, deixou de apresentar dentro do

prazo estipulado na clausula 2ª do citado decreto os estudos definitivos dos respectivos trabalhos, resolve, de conformidade com a clausula 31ª do alludido contracto, declarar a caducidade da fiança de garantia de juros de 6 % ao anno e dos mais favores geraes concedidos pelo supraencionado decreto de 2 de agosto de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagão e Obras Publicas assim o fez executar.

Capital Federal, 15 de fevereiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felippe Pereira.*

~~~~~

# DECRETO N. 1677 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1894

Suspender a garantia de juros concedida ao engenho central de Riachuelo e prorratar as dividendos distribuídas das quantias recebidas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Industria e Construção, proprietaria do engenho central de Riachuelo, que no Estado de Sergipe, resolve:

Suspender a garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital até 500:000\$, concedida por decreto n. 8497 de 11 de fevereiro de 1882, para o estabelecimento daquelle fabrica de assucar; e bem assim mandar que no Thesouro Nacional seja recebida em dez prestações iguaes, effectuadas em 30 de abril de cada anno, a totalidade, não só das sommas pagas á mesma companhia a titulo da referida garantia de juros, como tambem das que lhe foram pagas a titulo de juros garantidos ao engenho central de S. João, no Estado da Parahyba.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagão e Obras Publicas assim o fez executar.

Capital Federal, 15 de fevereiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felippe Pereira.*

~~~~~

## DECRETO N. 1678 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1894

Altera a clausula 1.<sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 906 de 18 de outubro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, concessionaria de garantia de juros, pelo decreto n. 906, de 18 de outubro de 1890, para construcção do prolongamento da sua estrada de ferro, resolve alterar a clausula 4.<sup>a</sup> das que acompanharam o referido Decreto, a qual fica substituida pela que com este baixa, assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1678 desta data**

A clausula 4.<sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 906 de 18 de outubro de 1890 fica substituida pela seguinte :

A garantia de juros far-se-ha effectiva, livre de qualquer imposto, em semestres vencidos nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno e os respectivos pagamentos dentro do 3.<sup>o</sup> mez depois de findo o semestre, durante o tempo que ainda restar do prazo de 30 annos estabelecido na citada clausula 4.<sup>a</sup> do alludido decreto.

§ 1.<sup>o</sup> Enquanto durarem as construcções das obras, os juros de 6 % serão pagos sobre a importancia que se verificar haver sido empregada, segundo a tabella de preços approvada.

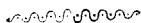
As despesas só serão consideradas para os effeitos desta disposição até ao maximo do capital garantido e em caso algum o Estado será obrigado a pagar juros sobre quantias que não tenham sido despendidas com obras e material da estrada ou em serviços que, a juizo do Governo, a este interessarem directamente.

Estas circumstancias, porém, não eximirão a companhia da obrigação que assume de concluir as obras e os fornecimentos relativos á estrada de que trata o mencionado decreto n. 906, independentemente de qualquer augmento de onus para o Estado.

§ 2.º A aquisição do material fixo e rodante terá logar nas proporções que o Governo julgar convenientes, autorizando previamente as respectivas despesas que possam ser levadas à conta do capital garantido.

§ 3.º Entregue a estrada ou parte desta ao transitio publico, os juros, correspondentes ao respectivo capital, serão pagos em presença dos balanços e liquidação da receita e despesa do custeio da estrada exhibidos pela companhia e devidamente examinados pelos agentes do Governo.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1894.—*João Felipe Pereira.*



### DECRETO N. 1679 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1894

Proroga até ao dia 28 do corrente mez o estado de sitio estabelecido pelo decreto n. 1663 de 31 de janeiro proximo findo.

a

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que ainda perduram os graves motivos de ordem publica, em virtude dos quaes foi estabelecido, pelo decreto n. 1663, de 31 de janeiro proximo findo e outros anteriores, o estado de sitio para o Districto Federal, as capitães dos Estados da Parahyla e Pernambuco, e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, com suspensão das garantias constitucionaes:

Resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, prorogar o mencionado estado de sitio até ao dia 28 do corrente.

Capital Federal, 25 de fevereiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



### DECRETO N. 1080 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1894

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial e Commercio de Estivas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial e Commercio de Estivas, devidamente representada, resolve approvar a re-

forma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas, realisada a 14 de novembro de 1893 e que com este baixam, ficando, porém, a companhia obrigada a cumprir as disposições da legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de fevereiro de 1894, 6<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felippe Pereira.*

### Alterações a que se refere o decreto n. 1680 desta data

Ao art. 5<sup>o</sup> 1<sup>a</sup>, quando diz : estabelecer succursaes em qualquer Estado da União — accrescente-se : — respeitando-se a clausula 8<sup>a</sup> do contracto de 14 de abril de 1891, feito pelos incorporadores com as firmas cessionarias.

Art. 6.<sup>o</sup> Fica substituido pelo seguinte : — O capital da companhia será de dous mil contos de réis (2.000:000\$) dividido em 25.000 acções de oitenta mil réis (80\$, devendo as chamadas para as prestações a realisar ser feitas na proporção de dez por cento (10 %), com intervallos nunca inferiores de trinta dias.

Art. 12. Fica substituido pelo seguinte : — Cada grupo de cinco acções dará direito a um voto, seja qual for a quantidade de acções que o accionista possuir.

Paragrapho unico. Os accionistas de menos de cinco acções podem tomar parte e discutir nas assembléas geraes, mas não terão voto.

Ao art. 15 accrescente-se:

§ 1.<sup>o</sup> Todos os membros da directoria são obrigados a permanecer quotidianamente na séde da companhia e coadjuvarem-se mutuamente na gestão dos negocios da mesma.

§ 2.<sup>o</sup> A nenhum membro da directoria é permittido ter negocios, occupações, ou empregos que, pela sua constancia, possam prejudicar o serviço de seu cargo na companhia.

Ao art. 19 accrescente-se :

Paragrapho unico. Além de seus honorarios a directoria perceberá mais tres por cento (3 %) sobre os lucros liquidos, depois de satisfeito o que determina o § 4<sup>o</sup> do art. 10 do decreto de 17 de janeiro de 1890.

Ao art. 27, quando diz: — serão primeiramente deduzidos 5 % para constituir o fundo de reserva até à somma de duzentos

contos de réis (200:000\$), diga-se : — Serão primeiramente deduzidos pelo menos 10 % para constituir o fundo de reserva até á somma de quatrocentos contos de réis (400:000\$000).

Quando diz : — se applicara o restante a dividendo aos accionistas até 12 %/o, diga-se : — até 20 %/o.

Quando diz : depois de completa a referida importancia o que exceder aos 12 %/o sera destinado á integralisação das accções, diga-se : — depois de satisfeitas essas obrigações o excedente dos lucros será destinado á integralisação das accções, creando-se na escripta da companhia uma conta especial para este fim.

Ao referido artigo acrescenta-se : — terminada a integralisação das accções a directoria distribuirá a seu juizo, e si os lucros o permittirem, um *bonus* aos accionistas.

(Seguem-se as assignaturas.)

*Handwritten signature*

## DECRETO N. 1681 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1894

Declara sujeitos á jurisdicção da força militar os crimes que se relacionarem a rebellião que ora comborra o Districto Federal e outros pontos do territorio da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que nas circumstancias em que actualmente se acha o paiz não é licito ao Poder Publico deixar de punir immediatamente, e com o maximo rigor, os graves crimes que attentam contra a consolidação da Republica, o restabelecimento da paz e a sustentação do principio da autoridade;

Considerando que muitos crimes dessa natureza tem sido conjunctamente commettidos por militares e civis, mórmente depois que uma parte da esquadra alliou-se aos rebeldes;

Considerando que a nossa legislação tem assimilado, para a punição de certos crimes, o estado de rebellião ao de guerra externa, conforme se vê do decreto n. 61 de 24 de outubro de 1838;

Considerando que, ainda de conformidade com os fundamentos do citado decreto, o regulamento n. 23 daquelle data estabeleceu que as leis que regulam em tempo de guerra são applicaveis nos logares que se acharem em estado de rebellião;

Considerando, finalmente, que o art. 1.º, § 6.º, da lei n. 631 de 18 de setembro de 1851 manda considerar militares todos os crimes mencionados no principio do citado artigo, em todos os seus numeros, ainda quando militares não sejam os seus autores;

Resolve :

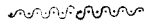
Artigo unico. Ficam desde já sujeitos à jurisdicção do fôro militar os crimes que tenham sido ou vierem a ser commettidos por militares ou civis em qualquer ponto do territorio da União occupado por forças legaes ou rebeldes, uma vez que taes crimes estejam enumerados no art. 1º da lei n. 631, de 18 de setembro de 1851 e se relacionem com a rebelião que ora conflagra o Districto Federal e outros pontos do territorio da Republica.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, faça executar a presente resolução, expedindo os despachos necessarios.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



#### DECRETO N. 1682 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1894

Crea no Exercito corpos provisionarios nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o espirito de revolta tem-se levantado em diversos pontos da União ;

que, para combater esse mal, o Governo tem sido forçado a movimentar tropas, retirando as guarnições regulares de diversos Estados, deixando-os assim expostos a possiveis perturbagões da ordem publica ;

que, embora se deva sempre contar com as expansões de patriotismo, é todavia indispensavel que o Poder Publico disponha de elementos promptos para agir ;

que, finalmente, taes elementos só podem ser obtidos pela organização de forças, sobre as quaes se possa com toda efficacia exercer a acção da disciplina militar ;

Resolve :

Artigo unico. Ficam provisoriamente creados um regimento de artilharia de campanha, dous regimentos de cavallaria e quatro batalhões de infantaria, os quaes terão a organização do plano que baixou com o decreto n. 56 de 14 de dezembro de 1889.



O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat faça executar a presente resolução, providenciando para que seja opportunamente submettida á approvação do Congresso Nacional.

Palacio do Governo, 28 de Fevereiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1682 A — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1894

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 4:191\$692 para pagamento do aumento do aluguel do predio onde funciona a respectiva Secretaria de Estado, de 16 de maio a 31 de dezembro de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, terminando o contracto para o aluguel do predio em que funciona a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o respectivo proprietario elevou o mesmo aluguel de 7:000\$ a 13:692\$, comprehendidos os impostos predial e de agua, a contar de 16 de maio ultimo;

Considerando que não quiz o Tribunal de Contas registrar o pagamento da supradita differença, não obstante haver saldo na rubrica 1<sup>a</sup> do orçamento, por onde correm todas as despesas inherentes á Secretaria de Estado, allegando estar nella consignada apenas a quantia de 7:000\$ para o referido aluguel;

Considerando, finalmente, que o predio de que se trata é necessario ao serviço publico e que o Governo não deve por isso causar prejuizo ao seu proprietario:

Resolve abrir um credito extraordinario no valor de 4:191\$692, sob sua responsabilidade, para o pagamento da differença entre o antigo e o novo aluguel de 16 de maio a 31 de dezembro de 1893, sendo esta providencia opportunamente sujeita á approvação do Congresso Nacional.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1683 — DE 2 DE MARÇO DE 1894

Declara novamente em estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, alguns pontos do territorio nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que ainda não cessou a grave commoção interna que tem determinado a suspensão das garantias constitucionaes em alguns pontos do territorio nacional, e á qual se referem o decreto n. 1679, de 25 de fevereiro proximo findo, e outros anteriores :

Resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, decretar novamente o estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, para o Districto Federal, as capitaes dos Estados da Parahyba e de Pernambuco, os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, até ao dia 30 de abril do corrente anno.

Capital Federal, 2 de março de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1684 — DE 5 DE MARÇO DE 1894

Regula a concessão de passagens para as pessoas de familia dos officiaes da Armada e classes annexas, designados para servirem nas flotilhas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o decreto n. 29 de 14 de março de 1891 não só estabeleceu regras para o serviço de embarque e outros commettidos a officiaes da Armada, mas tambem com vantagens para os mesmos officiaes quando designados para servirem nas flotilhas ;

Considerando que o decreto n. 704 de 29 de dezembro de 1891, posto que declare revogado aquelle decreto, apenas o derogou na parte concernente ás prescripções reguladoras do serviço de embarque e outros, como resalta dos proprios considerandos que fundamentaram a sua promulgação.

Considerando, finalmente, que é justo que aos officiaes da Armada nomeados para servirem nas flotilhas, isto é, em commissão onde ha estabilidade, se conceda, nos termos do art. 85

da Constituição Federal, a mesma vantagem que aos officiaes do Exército, no tocante ás passagens para suas familias ;

Resolve:

Art. 1.º Todo official da Armada ou classes annexas, designado para servir nas flotilhas, terá direito á passagem, por conta do Estado, para sua esposa, filhos e mãe viuva, e, mediante desconto pela 5ª parte nos vencimentos futuros, as demais pessoas de familia que viverem sob o mesmo tecto.

Art. 2.º Ao official que se demorar nas flotilhas menos de um anno se descontará, pela 5ª parte nos seus vencimentos, a importância das passagens estatuidas na primeira parte do artigo precedente, salvo o caso de molestia comprovada em inspecção de saúde, que o obriga a tratar-se fora do lugar em que se achar.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha, Chefe do Estado-Maior General da Armada, encarregado do expediente do Ministerio da Marinha, no impedimento do Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Netto, assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de março de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Julio Cesar de Noronha.*



#### DECRETO N. 1685 — DE 5 DE MARÇO DE 1894

Applio as disposições do decreto n. 1681, de 28 de fevereiro da corrente anno, quanto aos crimes sujeitos á jurisdicção do fôro militar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Considerando:

Que pelo decreto n. 1681, de 28 de fevereiro findo, foram mandados considerar sujeitos á jurisdicção do fôro militar os crimes definidos no art. 1º da lei n. 631, de 18 de setembro de 1851 e commettidos por militares ou civis durante o actual estado de rebelião;

Que o principal fundamento de aquelle decreto decorre do facto de existirem na nossa legislação disposições que assimilam o estado de rebelião ao estado de guerra externa;

Finalmente, que neste estado ou no de rebelião, em que actualmente se acha uma parte do paiz, os crimes previstos nas leis militares devem ser punidos segundo a gravidade das circumstancias;

Resolve :

Artigo unico. Além dos crimes definidos no art. 1.<sup>o</sup> da lei n. 631, de 18 de setembro de 1851, e aos quaes se refere o decreto n. 1681, de 28 de fevereiro ultimo, serão igualmente punidos de conformidade com as leis militares applicaveis em tempo de guerra todos os outros crimes commettidos com violação das mesmas leis durante a rebelião que ora conflagra o Districto Federal e outros pontos do territorio da União.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macelo da Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, faça executar a presente resolução, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Governo na Capital Federal, 5 de março de 1894,  
6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macelo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1685 A — DE 7 DE MARÇO DE 1894

Approva provisoriamente o novo regulamento do Corpo de Bombeiros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil  
Considerando:

Que o decreto n. 9829 de 31 de dezembro de 1887, que deu regulamento ao Corpo de Bombeiros, não corresponde, por sua deficiencia, aos fins a que se destina essa corporação ;

Que, com o limitado numero de 421 homens, entre officiaes e praças, de que dispõe actualmente, não pôde o Corpo de Bombeiros, apesar de sua proverbial delicação e boa vontade, desempenhar com efficacia os importantes serviços que lhe incumbem, quaes sejam os de salvaguardar a propriedade dos habitantes da cidade contra os perigos do fogo ;

Que o augmento havido na população desta Capital e o consequente desenvolvimento da zona habitada, no periodo de mais de quinze annos contados da data daquelle regulamento, exigem inadiavelmente a installação de novos postos ou estações nos arrabaldes mais afastados, de modo que possam de prompto ser prestados os socorros onde se tornem necessarios ;

Que o referido corpo está igualmente empregado em serviço militar, nos termos do art. 1.<sup>o</sup>, paragrapho unico, do citado

continua aqui>

decreto n. 9829, o que contribue para reduzir o seu pessoal, já por si insufficiente:

Resolve que o mencionado Corpo de Bombeiros seja regido provisoriamente pelo regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, sendo esta providencia submettida opportunamente á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 7 de março de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

## Regulamento para o Corpo de Bombeiros da Capital Federal, a que se refere o decreto n. 1685 A desta data.

### CAPITULO I

#### DO LIM E ORGANISAÇÃO DO CORPO

Art. 1.<sup>o</sup> Incumbe ao Corpo de Bombeiros da Capital Federal o serviço de extincção de incendios na cidade do Rio de Janeiro o seus suburbios.

Paragrapho unico. O Governo, em caso de guerra, poderá empregar-o como corpo de sapadores ou pontoneiros, dando-lhe a organização de batalhão de engenheiros e alistando provisoriamente pessoal que o substitua no serviço de que trata este regulamento.

Art. 2.<sup>o</sup> Compôr-se-ha o Corpo de Bombeiros da Capital Federal de um estado-maior, outro menor e do numero de companhias, conforme as exigencias do serviço. O estado-maior e o menor serão incluídos na 1.<sup>a</sup> companhia.

Paragrapho unico. Cada companhia terá quatro officiaes e 115 praças.

### CAPITULO II

#### DO PESSOAL, SUA NOMEAÇÃO, ALISTAMENTO E VENCIMENTO

Art. 3.<sup>o</sup> O pessoal do corpo constará do quadro annexo sob lettra A, com as gradações ali especificadas.

§ 1.<sup>o</sup> As companhias serão divididas em estações e postos, segundo as necessidades do serviço, a juizo do commandante, com approvação do Ministro.

Art. 4.º Far-se-hão por decreto e carta patente as nomeações dos officiaes, observando-se o seguinte :

§ 1.º O commandante e o fiscal serão escolhidos dentre os officiaes de um dos corpos do Exercito de capitão para cima, e terão : o 1º a graduação de tenente-coronel ou coronel e o 2º a de major, um dos quaes deve ter um dos cursos scientificos.

§ 2.º O capitão ajudante, capitães commandantes de companhias, tenentes, alferes, secretario e quartel-mestre serão promovidos dentre o pessoal do corpo, observando-se sempre a antiguidade e o merecimento.

§ 3.º Os medicos serão em numero de cinco, tres primeiros cirurgiões com a patente de capitão e dous segundos com a de tenente.

As vagas serão sempre preenchidas por accesso, observando-se unicamente o principio de antiguidade.

§ 4.º A promoção dos officiaes será feita mediante proposta do commandante, que sujeitará ao Ministro as razões regulamentares do accesso.

Art. 5.º Os inferiores serão nomeados por acto do commandante, sendo preferivel que preceda proposta dos commandantes de companhias.

O accesso, porém, será gradual e successivo desde o posto de cabo de esquadra ao de 1º sargento e do de alferes ao de capitão. Para o posto de alferes poderá ser promovido qualquer sargento, desde que tenha quatro annos de effectivo serviço no corpo e as necessarias habilitações e merecimento.

Art. 6.º O quadro do corpo será preenchido por alistamento voluntario sob as seguintes condições:

1.ª Engajamento por quatro annos ;

2.ª Só serão admittidos os maiores de 18 e menores de 30 annos que, além de agilidade e robustez verificadas pelos medicos do corpo, provarem moralidade ;

3.ª Serão preferidos, em igualdade de condições, os individuos que souberem ler e escrever, os que tiverem officio aproveitavel para o serviço do corpo ; as ex-praças do Exercito, da Armada e dos corpos policiaes ; finalmente, os que provarem ter servido em navios da marinha mercante.

Art. 7.º As praças que tiverem bom procedimento e houverem mostrado aptidão para o serviço, poderão, terminado o tempo do engajamento, ser reengajadas por mais dous annos, percebendo, a titulo de gratificação, 200 réis diarios, além dos vencimentos que lhes couberem.

Art. 8.º A praça que servir seis annos, e quizer retirar-se do corpo, receberá baixa com a qual se exima do alistamento militar, sendo sómente obrigada a fazer parte da reserva na fórma da lei n. 2556 de 24 de setembro de 1874, art. 1º § 2º, e regulamento de 27 de fevereiro de 1875, art. 4º § 3º.

Art. 9.º Os vencimentos dos officiaes e praças são os especificados na tabella B.

Art. 10. A's praças que, além dos serviços proprios do corpo, desempenharem outros especiaes, serão abonadas, a arbitrio do commandante, gratificações mensaes segundo a importancia desses serviços e habilitações technicas das mesmas praças.

Art. 11. Para execução do disposto no artigo precedente ficam creadas cinco categorias de gratificações, sendo de:

30\$000	para	artilices	de.....	1ª	classe
20\$000	»	»	» .....	2ª	»
15\$000	»	»	» .....	3ª	»
10\$000	»	»	» .....	4ª	»
5\$000	»	»	» .....	5ª	»

Estas gratificações não deverão exceder no total a quantia de 800\$000.

Art. 12. Ao inferior ou commandante de posto será abonada mais uma gratificação, *pro labore*, de 20\$000.

### CAPITULO III

#### DAS ATTRIBUIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 13. Ao commandante compete:

§ 1.º Providenciar, de conformidade com este regulamento e as ordens do Ministro, sobre tudo quanto pertencer ao material, despesas do corpo, serviço, ensino e direcção do pessoal; dar as convenientes instrucções a seus subordinados para o exacto cumprimento dos deveres de cada um, e requisitar as providencias que julgar necessarias e não conberem em suas attribuições.

§ 2.º Propôr ao Ministro as medidas que a experiencia for aconselhando para o melhoramento do serviço.

§ 3.º Transmittir ao Ministro, sempre com seu parecer por escripto, os requerimentos, reclamações e queixas de seus subordinados.

§ 4.º Autorisar, nos limites das rubricas do orçamento, as despesas necessarias a manutenção e conservação do serviço a seu cargo.

§ 5.º Designar substitutos que preencham os cargos na ausencia temporaria dos serventuarios effectivos, dando conta do seu acto ao Ministro, sempre que houver alteração de vencimentos.

Art. 14. O fiscal terá a seu cargo:

§ 1.º Coadjuvar o commandante no cumprimento das obrigações mencionadas no § 1º do artigo precedente.

§ 2.º Conferir e fiscalisar todos os papeis, distribuir o serviço que devem prestar quotidianamente os officiaes e praças do corpo, e executar as ordens do commandante.

§ 3.º Informar sobre a idoneidade e procedimento das praças propostas pelos commandantes das companhias para os postos inferiores, e bem assim sobre todos os requerimentos que forem dirigidos ao commandante.

§ 4.º Transmittir as ordens do commandante, e fazer chegar ao conhecimento deste todas as alterações e occurrencias havidas no corpo, bem como as petições, requisições ou reclamações de seus subordinados.

Art. 15. Para auxiliar o fiscal no cumprimento de suas obrigações, haverá dous amanuenses, praças do corpo, os quaes perceberão, além dos vencimentos que lhes competirem, a gratificação mensal de 20\$000.

Art. 16. Ao ajudante compete:

§ 1.º Detalhar todo o serviço das companhias.

§ 2.º Assistir às paradas e dividil-as, fazendo com que a força de serviço compareça convenientemente uniformizada.

§ 3.º Instruir as praças do corpo nos diversos exercicios e trabalhos deapparelhos.

§ 4.º Providenciar sobre o cumprimento das ordens expedidas, dar parte das faltas encontradas ao fiscal do corpo, a quem coadjuvará em tudo quanto for relativo ao serviço.

Art. 17. Ao secretario incumbem:

§ 1.º Fazer a escripturação da secretaria do corpo e dos livros de registro da correspondencia do commandante, bem como dos assentamentos e alterações dos officiaes e praças.

§ 2.º Extrahir e authenticar as certidões e outros documentos passados pela secretaria.

§ 3.º Trazer sempre em boa ordem o archivo da secretaria, a bibliotheca do corpo e todos os documentos que lhe forem confiados.

§ 4.º Lavrar os contractos para os fornecimentos do corpo e assignal-os com o commandante e o fiscal.

Art. 18. Para o desempenho das funções dos paragraphos acima, terá o secretario dous amanuenses, praças do corpo, os quaes, além dos respectivos vencimentos, perceberão a gratificação de 20\$ mensaes.

Os sargentos ajudante e quartel-mestre perceberão a gratificação de 30\$000.

Art. 19. Ao quartel-mestre incumbem:

§ 1.º Ter sob sua guarda e vigilancia a arrecadação, e devidamente acondicionadas todas as pertenças e sobressalentes do material, fardamento e armamento do corpo.

§ 2.º Conservar em boa ordem os livros e objectos que forem removidos do archivo geral da secretaria do corpo ou das companhias para a arrecadação.

§ 3.º Extrahir do livro de talões os pedidos de material e objectos de que carecer o corpo.



§ 4.º Requisitar do commandante, por intermedio do fiscal, e com a devida antecedencia, tudo quanto faltar na arrecadação para as necessidades ordinarias do corpo.

Art. 20. O quartel-mestre prestará uma fiança de 2:000\$ no Thesouro Nacional, para garantia do material sob sua guarda.

Esta fiança será realizada por descontos mensaes de 20 %, feitos em seus vencimentos, cessando logo que complete a dita quantia, que poderá ser substituida por apolices da divida publica, vencendo os juros da lei.

Art. 21. Compete ao chefe do serviço medico :

§ 1.º Dirigir e distribuir todo o serviço concernente ao tratamento dos officiaes e praças recolhidos ao hospital e visitar diariamente o quartel.

§ 2.º Presidir a junta sanitaria, que será composta do mesmo chefe e dos demais cirurgiões.

§ 3.º Inspeccionar repetidas vezes o hospital e enfermarias, prisões e mais dependencias do quartel, solicitando do commando do corpo tudo que for a bem da hygiene e do serviço sanitario.

§ 4.º Assignar todo o expediente do hospital, com excepção dos papeis cuja assignatura competir a outrem pelo presente regulamento e que somente rubricará.

§ 5.º Propor as praças que devam exercer os logares de amanuense e enfermeiros.

§ 6.º Apresentar annualmente um relatorio circumstanciado do estado do hospital e seu movimento, de todas as necessidades, indicando o que for util ao serviço sanitario em geral e ao bem estar dos doentes e economia do respectivo serviço.

Art. 22. Compete aos demais cirurgiões :

§ 1.º Fazer dia no hospital alternadamente.

§ 2.º Tratar nas respectivas residencias os officiaes e praças doentes e suas familias, quando para isso recebam ordens do commandante.

§ 3.º Passar a visita nas suas respectivas enfermarias.

§ 4.º Acompanhar o corpo nas occasiões de incendio, quando estiverem de dia, para prestar os soccorros de sua profissão, para o que haverá uma ambulancia provida dos principaes medicamentos e aparelhos.

Art. 23. Aos commandantes de companhias compete:

§ 1.º Conserver em boa ordem e estado tudo quanto for pertencente á sua companhia.

§ 2.º Propor, por intermedio do fiscal, os 1.ºs sargentos, 2.ºs ditos, forrieis e cabos de esquadra para as suas companhias.

§ 3.º Transmittir, devidamente informados ao commandante, por intermedio do fiscal do corpo, os requerimentos dos inferiores e praças de sua companhia.

§ 4.º Instruir, quando for para isso designado, os officiaes e praças nos exercicios, quer parciaes, quer geraes, tanto no manejo e uso dos aparelhos e machinas a cargo do corpo, como nas

manobras da escola de pelotão. Nas occasiões de incendio, dirigirá o serviço de extincção no posto que lhe for designado.

§ 5.º Providenciar para que seus commandados não faltem ás formaturas e exercicios determinados pelo commandante do corpo, dando parte dos delinquentes, para serem punidos.

§ 6.º Ter em boa ordem o material, alojamento das praças, arrecadação de sobresalentes e tudo mais quanto pertencer á companhia.

§ 7.º Conservar em dia, com asseio e clareza, todos os livros da companhia, registro de mappas, carga de material, relações de pagamento ao pessoal da mesma e livros de fardamento.

§ 8.º Detalhar as praças da companhia pedidas para o serviço pela casa da ordem.

Art. 24. Os commandantes de companhia prestarão uma fiança de 1.000\$, no Thesouro Nacional, para garantia do material a seu cargo.

Esta fiança será realizada na fórma estabelecida no art. 20, e tambem poderá ser substituida por apolices da divida publica.

Art. 25. Aos tenentes coadjuvantes compete :

Paragrapho unico. Substituir os commandantes de companhia nos seus impedimentos e coadjuval-os em todos os trabalhos a seu cargo.

Art. 26. Aos alferes commandantes de estação incumbe :

§ 1.º Permanecer dia e noite na estação e tel-a na melhor ordem, não podendo dahi afastar-se sem permissão do commandante do corpo.

§ 2.º Requisitar do commandante da companhia a que pertencer tudo quanto necessitar para a estação.

§ 3.º Dar immediatamente parte ao commandante do corpo de qualquer incendio que tiver logar no districto de sua jurisdicção, mencionando, além das circumstancias especificadas no modelo para taes documentos fornecidos pela secretaria do corpo, todas as outras que julgar convenientes.

§ 4.º Dirigir exclusivamente o trabalho do extincção de incendio no seu districto, até que se apresente um official do corpo mais graduado, a quem passará a direcção do serviço desde logo, dando conta do que houver occorrido e das providencias tomadas.

§ 5.º Instruir as praças da estação no cumprimento de seus deveres, e especialmente no manejo das machinas eapparelhos de que usar.

Art. 27. O sargento ajudante será tirado d'entre os 1.ºs sargentos, por proposta do ajudante ao commandante do corpo e é assistente immediato do ajudante.

Cumpre-lhe:

§ 1.º Ser responsavel em relação ao ajudante pela instrucção de todos os officiaes inferiores, aos quaes a sua conducta e apparencia deve servir de exemplo, e ser muito exacto em vigiar o bom comportamento daquelles, com os quaes evitará ter qualquer familia-

ridade ; tratál-os-ha, entretanto, com benignidade, ao mesmo tempo que insistirá sobre a sua obediencia, diligencia e actividade, sempre notando as suas faltas e participando-as áquelle, quando julgar necessario.

§ 2.º Procurar ter conhecimento das habilitações e defeitos dos mesmos inferiores.

§ 3.º Ter perfeito conhecimento de todos os detalhes do corpo e trazer sempre consigo uma escala dos officiaes inferiores, cabos, cornetas, para os casos extraordinarios.

§ 4.º Fazer chegar á forma e passar revista a todos os destacamentos, guarda e piquete antes de os entregar ao ajudante.

Art. 28. O sargento quartel-mestre será tirado d'entre os sargentos por proposta do quartel-mestre ao commandante do corpo, que poderá ou não conformar-se com ella.

Art. 29. O sargento quartel-mestre ficará á immediata disposição do quartel-mestre e obrigado ao serviço que por este lhe for destinado.

Art. 30. É' essencial que o sargento quartel-mestre saiba contar bem.

Art. 31. O 1º sargento, chefe de serviço, terá a seu cargo a escripturação e o detalhe do serviço de sua companhia, sob a responsabilidade e fiscalisação do respectivo commandante.

Art. 32. Os 2ºs sargentos, forrieis, cabos de esquadra e mais praças devem prestar todos os serviços que lhes forem determinados por seus superiores legaes, e obedecer-lhes em tudo quanto tiver relação com a economia, ordem, moralidade e disciplina do corpo, esforçando-se cada um para que não haja falta, omissão ou incuria no cumprimento de suas obrigações.

Art. 33. A precedencia entre officiaes da mesma graduação regular-se-ha pela data de suas nomeações, e, quando estas forem iguaes, pelas dos postos anteriores, recorrendo-se depois á do alistamento no corpo, á idade e finalmente á sorte.

Art. 34. Nenhum official ou praça poderá dirigir qualquer representação ou requerimento, sem ser por intermedio do seu commandante de companhia, e este por intermedio do fiscal do corpo.

Art. 35. Nenhum official ou praça poderá recusar-se ao serviço para que for designado, ainda quando entenda que não lhe compete ; cabe-lhe, entretanto, o direito de reclamar em termos convenientes, depois de prestal-o. Desta reclamação terá sciencia o superior contra quem for dirigida, e será encaminhada pelos tramites estabelecidos neste regulamento.

Art. 36. Serão substituidos :

O commandante do corpo pelo fiscal e este pelo ajudante, que, por sua vez, sel-o-ha pelo commandante da companhia mais antigo, previamente designado pelo commandante do corpo.

O commandante de companhia pelo respectivo coadjuvante, e este pelo alferes da mesma companhia.

O secretario pelo official ou inferior que o commandante designar, e o quartel-mestre pelo sargento quartel-mestre, quando este for de sua inteira confiança, ou por um official para esse fim nomeado.

O commandante da estação por um sargento designado pelo commandante do corpo.

Paraphrasis unico. Os inferiores e mais praças serão substituidos, transferidos de companhias e classes e empregados, segundo suas habilitações e a conveniencia do serviço, a juizo do commandante do corpo.

## CAPITULO IV

### DAS PENAS, RECOMPENSAS E LICENÇAS

Art. 37. O Governo poderá demittir ou reformar os officiaes que, por seu máo procedimento, prejudicarem a boa ordem e a disciplina do corpo, conforme a gravidade das faltas, verificadas por um conselho de investigação composto de officiaes estranhos ao mesmo corpo.

Art. 38. As faltas mencionadas no artigo precedente, sendo commettidas pelos inferiores, artilheiros e mais praças, serão punidas pelo commandante com as seguintes penas, que poderão ser applicadas isoladamente ou combinadas, segundo a gravidade do delicto :

- § 1.º Desconto de vencimentos de um a quinze dias.
- § 2.º Serviço de castigo de um a quinze dias.
- § 3.º Prisão solitaria ou em commun, de um a vinte e cinco dias.
- § 4.º Baixa do posto temporaria e indefinida.
- § 5.º Baixa definitiva do posto, mediante parecer de um conselho de disciplina composto dos commandantes de companhias, sob a presidencia do fiscal, não fazendo, porém, parte desse conselho o commandante da companhia a que pertencer o delinquente.
- § 6.º Expulsão.

Art. 39. Quando, pela maior gravidade do delicto, entender o commandante que a punição deva ser mais severa, pedirá permissão ao ministro para remetter o delinquente para uma fortaleza pelo tempo que julgar conveniente, nunca por mais de 60 dias.

§ 1.º Neste caso ficará o delinquente sujeito á disciplina allí estabelecida, e percebendo neste periodo os vencimentos marcados para as praças do batalhão de engenheiros.

§ 2.º Aggravará os crimes a circumstancia de serem commettidos em acto de serviço ou em razão deste e no interior dos quartéis e corpos de guarda.

Art. 40. O commandante poderá impor a pena de prisão até oito dias, no quartel, aos officiaes, por faltas que julgar de leve punição, independente de as levar ao conhecimento do Ministro.

Não se dará, neste caso, perda de vencimentos, salvo, porém, na hypothese de tratar-se de capitão commandante de companhia, que deixará o commando, quando preso.

Paragrapho unico. Si o delicto, porém, for de natureza grave, proceder-se-ha de accordo com o art. 39, e o Governo poderá prender o delinquente no quartel ou em uma fortaleza pelo tempo que julgar conveniente, não excedendo de 60 dias, perdendo a gratificação, si a prisão for em fortaleza.

Art. 41. Serão considerados desertores as praças, que, sem licença, deixarem de comparecer no quartel por espaço de 10 dias.

Art. 42. A praça reengajada que desertar, poderá ser readmittida no corpo, com a categoria de aprendiz.

Art. 43. O commandante imporrá ao desertor, conforme as circunstancias que aggravarem a deserção, até o duplo das penas estabelecidas nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 38, podendo também applicar as do art. 39.

Art. 44. Quando os delictos commettidos não forem dos mencionados nos artigos precedentes, ou de natureza semelhante, e devam ser punidos pela legislação commum, serão os delinquentes expulsos do corpo, e postos pelo commandante á disposição da autoridade competente, com uma exposição circumstanciada do facto criminoso.

Art. 45. O official que, em occasião de incendio, prestar serviços extraordinários, será, conforme a importancia delles, premiado com uma ou mais das remunerações seguintes:

§ 1.º Dispensa do serviço por 15 dias com todos os vencimentos.

§ 2.º Elogio em ordem do dia.

§ 3.º Elogio em nome do Governo e transcripto em ordem do dia.

§ 4.º A medalha de distincção, de ouro ou prata, creada pelo decreto n. 58, de 14 de dezembro de 1889, a juizo do Governo, e segundo a natureza do serviço prestado.

Art. 46. Si em vez de official, o individuo que prestar taes serviços for praça, terá, além de qualquer das distincções mencionadas no artigo precedente, mais a gradação em um dos postos de inferior, ou uma gratificação a juizo do commandante.

Art. 47. Para as remunerações de que tratam os §§ 3.º e 4.º do art. 45, o commandante do corpo dará uma parte especial ao Ministro, mencionando os nomes dos officiaes e praças que a seu juizo se distinguiram, quaes os serviços prestados, sua natureza e importancia.

Paragrapho unico. As outras remunerações serão conferidas por acto do commandante.

Art. 48. O official ou praça que, em consequencia de desastre em serviço, adoecer, será tratado por conta do Estado, percebendo todos os vencimentos como si estivesse em effectivo serviço e contando-se-lhe, para todos os effectos, o tempo da molestia.

Art. 49. Os officiaes e praças gosarão de todas as isenções, vantagens e regalias concedidas aos da brigada policial da Capital.

Art. 50. O tempo de serviço prestado pelos officiaes do Exercito no Corpo de Bombeiros será contado na forma do art. 9º, paragrapho unico, da lei n. 3169 de 14 de julho de 1883.

Paragrapho unico. Estes officiaes vencerão o soldo de suas patentes pelo Ministerio da Guerra, e gosarão do favor do art. 50.

Art. 51. Os officiaes e praças do Corpo de Bombeiros terão direito à reforma nos seguintes casos:

1.º Quando contarem 20 annos de serviço, vencendo neste caso o soldo por inteiro de sua patente;

2.º Si contarem mais de 25 annos terão a graduação e o soldo do posto immediato;

3.º Si o official ou praça ficar impossibilitado de continuar no corpo, por molestias adquiridas, a reforma lhe será concedida, vencendo tantas vigesimas partes quantos forem os annos de serviço. Exceptua-se a impossibilidade por desastre em acto de serviço, caso em que vencerá o soldo por inteiro, nos termos das resoluções de 6 e 13 de outubro de 1869, que lhes serão applicaveis.

Art. 52. Para a concessão de licenças aos officiaes do Corpo de Bombeiros serão observadas as seguintes disposições:

1ª, Para tratamento de saude abonar-se-hão o soldo e etapa;

2ª, por outros motivos descontar-se-ha até dous mezes  $1/5$  do soldo e da etapa; de dous a quatro mezes,  $1/3$ ; de mais de quatro mezes até um anno  $2/3$ ;

Por mais de um anno, a licença será sem vencimento algum.

Para os officiaes, porém, que só percebem gratificação, considerar-se-hão como ordenado  $2/3$  desta e sobre tal base se praticará o que acima ficou estabelecido;

3ª, As praças só terão licença com vencimento, por motivo de molestia; nos outros casos tel-a-hão sem vencimento algum.

Taes licenças poderão ser concedidas pelo commandante do corpo;

4ª, O commandante do corpo poderá tambem conceder dispensa do serviço aos seus subordinados até 15 dias, com todos os vencimentos.

Art. 53. O official que substituir a outro de maior categoria terá, além dos respectivos vencimentos, mais a gratificação do substituido, contanto que não exceda a deste.

## CAPITULO V

### DO MODO POR QUE O PESSOAL DO CORPO DEVE DESEMPENHAR SEUS DEVERES NOS INCENDIOS

Art. 54. A extinção de incendios será exclusivamente feita pelo Corpo de Bombeiros e dirigida pelo commandante do mesmo corpo ou por quem suas vezes fizer, quaesquer que sejam as autoridades civis ou militares que se acharem presentes.

Sómente em circumstancias especiaes se admittirá o curso de pessoas estranhas que, neste caso, serão requisitadas pelo commandante ou quem suas vezes fizer, pagando-se-lhes o salario que for previamente ajustado, si tanto exigirem.

Art. 55. São considerados auxiliares, e como taes subordinados no logar e occasião de incendio ao commandante do corpo, os contingentes de bombeiros existentes nos Arsenaes de Marinha e Guerra e os que para o futuro se organisarem, em qualquer estabelecimento publico ou particular, para o serviço de extincção de incendios.

Art. 56. Além das autoridades policiaes e outras que comparecerem com seus distinctivos, só terão ingresso no cordão das sentinellas as pessoas que apresentarem um cartão assignado pelo commandante do Corpo de Bombeiros.

Art. 57. Si durante o incendio comparecerem forças estrangeiras, o commandante ou quem suas vezes fizer, si dellas precisar, as requisitará dos respectivos commandantes. Sómente neste caso as mesmas forças poderão occupar-se no trabalho de extincção, sendo dispensadas logo que cessar a urgencia de serviço.

Art. 58. O primeiro cuidado dos officiaes e praças do Corpo de Bombeiros, em qualquer incendio, será salvar as pessoas que estiverem em perigo, empregando no mesmo tempo os meios precisos para que o serviço da extincção se faça com a maior rapidez e o menor perigo possível.

Art. 59. Si durante o incendio for julgada necessaria a demolição de uma parede ou casa inteira, poderá o commandante ou o official que dirigir o serviço, ordenal-a, dando ao Ministro parte circumstanciada do facto e dos motivos que lhe aconselharam aquella providencia extraordinaria.

Art. 60. Nas occasões de incendios fica expressamente prohibido aos officiaes e praças do corpo receberem ordens, pedidos ou incumbencias de qualquer natureza, a não ser por intermedio do director do serviço de extincção.

Art. 61. O commandante officiará ao Ministro dando conta de todas as occurrencias havidas na extincção de cada incendio; as causas sabidas ou presumíveis; os socorros recebidos e por quem prestados; as autoridades que, presentes, houverem directa ou indirectamente auxiliado o serviço da extincção.

Art. 62. A marcha do trem do Corpo de Bombeiros, quando chamado para incendio, será pelo caminho mais curto e com a maior celeridade possível. Para dar signal de sua passagem trarão as viaturas fortes campas, tocando seguidamente em todo o trajecto, maxime no cruzamento das ruas.

Não se tratando, porém, deste serviço urgente, serão observadas as medidas policiaes e municipaes a respeito de vehiculos pelas ruas da cidade.

## CAPITULO VI

## DO MATERIAL

Art. 63. O material do Corpo de Bombeiros constará das machinas,apparelhos, utensilios e animaes de tiro necessários ao bom desempenho do serviço que lhe está confiado. O commandante solicitará do Ministro a substituição do material que se for tornando imprestavel, e esta se fará promptamente, adoptando-se os modelos mais aperfeçoados, segundo indicação do mesmo commandante.

§ 1.º Além daquelle material, ficam á disposição do Corpo de Bombeiros os registros assentados nos encanamentos publicos e destinados ao fornecimento d'agua nas occasiões de incendio, podendo o corpo fazer uso, na falta daquelles registros, dos outros que se prestarem ao fim desejado.

Será augmentado, nos encanamentos publicos, o numero dos registros destinados a fornecer agua ao corpo, de modo que, em cada 100 metros de extensão, haja pelo menos um destes apparelhos, os quizes, quando exigirem concertos serão com urgencia reparados pela Inspectoria Geral das Obras Publicas ou pela repartição a que for entregue o serviço das aguas.

§ 2.º O corpo terá tambem á sua disposição os apparelhos e linhas telegraphicas assentados para o serviço dos avisos de incendios. As interrupções, defeitos ou desarranjos que se derem nos apparelhos e linhas serão immediatamente reparados pela Repartição Geral dos Telegraphos.

## CAPITULO VII

## DA ESCRITURAÇÃO

Art. 64. A escripturação do Corpo de Bombeiros constará dos seguintes livros:

1 — Livro da porta.

Neste livro se fará a escripturação diaria de todas as entradas de objectos comprados, fornecidos ou concertados e de quaesquer outras despesas effectuadas, bem como das salidas de material, quer para concerto, quer em consequencia de vendas ou cessões autorizadas pelo Ministro. Os lançamentos ficarão a cargo, e sob a responsabilidade dos officiaes do estado-maior do corpo, sendo completados, na parte relativa ás entradas de material, com o recibo do responsavel a quem forem entregues os objectos.

O fiscal rubricará esses lançamentos.

2 — Livro de contas.

Será escripturado pelo quartel-mestre, a quem compete extrahir mensalmente do livro da porta as contas de todas as despesas



ahi lançadas, distribuindo-as pelas rubricas respectivas. Estas contas, depois de verificadas pelo secretario, serão apresentadas ao fiscal para a conferencia final com o livro da porta e contas dos fornecedores.

3 — Livro de mappas de despesa.

Nos primeiros dias de cada mez, o commandante do corpo apresentará ao Ministro um mappa organiado pelo fiscal e extrahido do livro de contas, comprehendendo todas as despesas effectuadas no mez anterior, com discriminação das importancias dos respectivos documentos e das rubricas a que se referirem. O registro desses mappas na secretaria do corpo constituirá este livro.

4 — Livros do mappas de carga e descarga.

A arrecadação geral e cada uma das companhias terão um destes livros para a apuração de todas as alterações que mensalmente occorrerem no material a seu cargo, sendo taes alterações sempre documentadas com as ordens do dia do commando do corpo.

Na secretaria haverá tambem um livro semelhante, comprehendendo toda a carga do corpo, o qual será mensalmente conferido pelo fiscal com os mappas das companhias e da arrecadação geral.

5 — Livros de fardamento.

Nestes livros os commandantes de companhias notarão as distribuições de fardamento que fizerem as suas praças, em virtude das instrucções estabelecidas no capitulo 8º deste regulamento.

Taes lançamentos serão documentados com a publicação feita, em lembrança, pelo commandante do corpo, na mesma data das distribuições.

Em cada companhia haverá um livro especial para registro do fardamento arrecadado de que tratam os arts. 72 e 73 deste regulamento.

6 — Livro de partes sobre fardamento e alterações de carga.

Servirá este livro para os seguintes lançamentos :

a) De parte dos commandantes de companhias, declarando haverem dado fiel cumprimento a tudo quanto dispõe o capitulo 8º deste regulamento ;

b) De todas as alterações de carga ou transferencias de material que occorrerem, durante o mez, entre as companhias e a arrecadação geral ;

c) Dos pedidos de descarga mensalmente apresentados pelos commandantes de companhia e quartel-mestre ;

d) Das partes das commissões nomeadas semestralmente pelo commando do corpo para dar balanco na carga dos commandantes de companhia e quartel-mestre.

Nos diversos lançamentos deste livro baseará o commando as ordens do dia e lembranças, que deverá publicar sempre que se

effectuar qualquer disposição relativa a fardamento, cargas e descargas do material.

#### 7 — Livro de mappas de incendios.

Terá por fim este livro registrar, em mappas annuaes, todos os incendios a que comparecer o Corpo de Bombeiros, ou qualquer de seus postos, mencionando-se nestes mappas as seguintes circumstancias: mez, dia, hora e procelencia do aviso, a localidade onde se tiverem dado os incendios, o nome dos proprietarios das casas e dos inquilinos, e bem assim o da companhia ou companhias em que se acharem seguros os predios ou os negocios, nestes estabelecidos, origem ou causa presumivel dos incendios, accidentes desastrosos e prejuizos materiaes resultantes, duração do trabalho do corpo e quantidade de agua consumida.

#### 8 — Livros mestres.

Em um destes livros serão escripturados os seguintes assentamentos das praças: nomes, numeros e signaes individuaes, engagements o reengajamentos, demissões ou exclusões do corpo, penas e recompensas, baixas ao hospital e deserções.

Em outro serão feitos os assentamentos dos officiaes, desde a sua promoção, sendo os assentamentos em tudo identicos aos das praças.

Art. 65. Além da escripturação estabelecida no artigo precedente, serão tambem registrados em livros especiaes os officios expedidos pelo commandante do corpo, as folhas de vencimentos dos officiaes e praças e as ordens do dia, lembranças e detalhes do serviço publicados por ordem do commandante.

### CAPITULO VIII

#### DO FARDAMENTO

Art. 66. Os officiaes do Corpo de Bombeiros usarão dos seguintes uniformes: Grande gala — chapéo armado de pello, segundo o plano adoptado para os corpos especiaes, tendo no botão da presilha o emblema do corpo, sobrecasaca de panno azul ferrete com golla deitada e traspasse com duas ordens de oito botões cada uma; os punhos serão guarnecidos com tres botões pequenos ao longo da costura da manga, com galões de ouro, distinctivos dos postos.

Todos os botões serão de metal dourado com o emblema do corpo. A passadeira será circulada por uma espiquilha de cinco millimetros, tendo no centro o emblema bordado a ouro. Dragónas do mesmo feitio e dimensões das adoptadas no Exercito.

Calça do mesmo panno.

Talim de couro da Russia, de tres cordões, tendo as ferragens douradas e na chapa o emblema do corpo.

Banda com franja de retroz, igual à que usam os officiaes dos corpos arregimentados do exército.

Fiador com borla de ouro.

Espada de metal do principe com os punhos fechados.

Luvas de camurça branca.

2º uniforme — Dolman de panno azul escuro, sem bolsos externos, abotoando ao centro e inferiormente por botões pretos, guarnecido na frente, em volta e nas costuras lateraes das espaldas, de cadarço de seda tingido em losango, tendo de comprimento o comprimento do braço estendido até o meio da palma da mão, com abertura do lado esquerdo para a espada, quando suspensa no gancho do talim.

Golla de velludo azul com distinctivo igual ao modelo, bordado a ouro de um e outro lado da frente. Platinas como as do modelo.

Alamares de cadarço de seda igual à guarnição do dolman, formados de dois ramos separados por velludo azul e terminados em ponta.

Dezesseis botões collocados nas pontas dos alamares de um e outro lado do peito formando couraça.

Botões dourados brilhantes com o distinctivo do corpo, carcellas de velludo azul com tres botões dourados brilhantes iguaes aos grandes no distinctivo.

Calça de panno azul escuro, com duas bandas de cadarço, igual ao do dolman, em cada perna, separadas por uma banda de velludo de um centimetro de largura.

Kepi de panno escuro, com uma cinta de velludo azul, guarnecido de tres franças parallelas nos extremos dos dois maiores diametros, com arabescos de cordão de ouro na parte alta, galão de ouro e emblema bordado sobre velludo, conforme o modelo. Capa de linho branco para o verão e de oleado para o tempo chuvoso.

O fiador será de verniz com borla de couro e luvas iguaes às do 1º uniforme.

Uniforme de serviço — Capacete de couro da Russia, com duas palas, tendo no espelho o distico — Corpo de Bombeiros — em relevo, e mais abaixo o emblema do corpo, tudo de metal dourado.

Blusa de panno azul fardete, tendo oito botões de metal dourado, com o emblema do corpo, galão no punho, conforme o posto.

Calça do mesmo panno ou de brim branco.

Gravata de seda preta com laço.

Cinto gymnastico encarnado com listra azul no centró.

Uniforme de serviço, pardo — Do feitio do precedente, sendo cadarço de lã preta e os botões de mesma preta com o emblema.

Capacete e cinto gymnastico igual ao precedente.

Paragrapho unico. O uniforme dos medicos será em tudo igual ao dos medicos do Exército, tendo apenas no dolman os botões com os distinctivos do Corpo de Bombeiros.

Art. 67. As praças usarão dos seguintes uniformes :

De parada — Capacete igual aos dos officiaes.

Gravata de seda preta.

Blusa de panno azul avivado de encarnado, mesmo feitto dos uniformes de serviço dos officiaes.

Calça de panno azul igual, com vivos encarnados.

Cinto gymnastico de cadarço encarnado, botinas de bzyerro.

Em passeio será permittido aos sargentos ajudante e quartel-mestre o uso do dolman e kepi igual aos dos officiaes, com a differença, porém, de serem as platinas de cordão de lã amarello, e bem assim o soutache que guarnece o mesmo kepi de trança de lã da mesma côr ; as demais praças será tambem permittido em passeio o uso do bonet de panno azul avivado de encarnado (sem borla ou barbicacho) e de calças brancas.

De serviço — A blusa, calça e botões serão em tudo iguaes ao uniforme de brim pardo dos officiaes.

Capacete, cinto e gravata iguaes aos do precedente uniforme.

As divisas dos inferiores neste uniforme serão de panno encarnado.

Paragrapho unico. As praças graduadas pertencentes ao estado menor usarão das divisas no braço direito, a exemplo do que se pratica no Exército, e trarão os seguintes distinctivos de classe:

Os sargentos ajudante e quartel-mestre usarão o mesmo distinctivo que usam os do Exército.

O mestre da lancha usará sobre as suas divisas uma ancora bordada a ouro, e igual distinctivo trarão os bombeiros tripolantes.

Os machinistas usarão de uma roda dentada, atravessada por uma lima, um martello e uma tenaz, tambem bordados a ouro.

O telegraphista trará um raio atravessado por uma setta bordada a ouro, distinctivo de que tambem usarão os seus auxiliares.

O corneteiro-mór usará duas cornetas entrelaçadas, bordadas a ouro.

O ferrador trará uma ferradura atravessada por um martello e uma torquez, e os conductores uma ferradura atravessada por dous chicotes.

Art. 68. Far-se-hão annualmente tres distribuições gratis de fardamento ás praças do Corpo de Bombeiros, em 1º de janeiro, 1º de maio e 1º de setembro, comprehendendo-se em cada distribuição as cinco peças cuja duração é fixada em quatro mezes na tabella C annexa ao presente regulamento.

Paragrapho unico. As outras quatro peças de fardamento, mencionadas na mesma tabella, serão distribuidas quando estiverem vencidos os prazos alli designados para cada uma.

Art. 69. O individuo engajado receberá um capacete e 10 peças do fardamento de quatro mezes de duração da tabella C. Após dous mezes de serviço no corpo entrará nas distribuições

geraes que dahi em deante se fizerem, e, logo que passe a prompto da escola de recruta, receberá ou começará a vencer as tres peças de panno azul.

Art. 70. A praça que inutilisar alguma das peças do seu fardamento, em incendio ou em qualquer serviço extraordinario, receberá outra semelhante, sem prejuizo da que lhe competir na primeira distribuição geral; começando, porém, a contar novo prazo de vencimento, si a peça inutilisada for alguma das do paragrapho unico do art. 68.

Art. 71. A praça que extraviar ou inutilisar qualquer peça do seu fardamento, antes de vencido o respectivo prazo, receberá em substituição outra semelhante, cujo valor pagará integralmente. Este fornecimento, pelo facto da indemnisação, em nada alterará o prazo de vencimento da peça perdida.

De modo identico se procederá em relação á praça que extraviar ou inutilisar peças de fardamento de seus companheiros.

Art. 72. A divida de fardamento de uma praça, em qualquer tempo, será o valor correspondente ao tempo de serviço que faltar em suas peças de fardamento, para que fiquem vencidos os prazos de duração marcados na tabella C. Para pagamento desta divida, a praça que for excluida do corpo entregará á arrecadação de sua companhia as peças não vencidas, ou pagará os respectivos valores, si tais peças se acharem inuteis ou não forem apresentadas.

Neste ajuste de contas será a praça indemnizada de qualquer prejuizo que tenha soffrido em consequencia de distribuições demoradas, do mesmo modo que se lhe fará carga dos estragos, por delexão ou máo trato, que depreciam o valor das peças arrecadadas.

Art. 73. Com a praça que desertar proceder-se-ha do mesmo modo que no artigo precedente, arrecadando-se as peças deixadas no quartel e fazendo-se carga, nos vencimentos do desertor, da differença entre o valor destas peças e a importancia total da sua divida de fardamento. Regressando o desertor, ou sendo capturado, receberá outra vez um fardamento completo; mas, para que possa tomar parte na primeira distribuição geral que se seguir á sua reentrada no corpo, será mister que indemnisse em dinheiro o que lhe faltar em tempo de serviço para ter vencidas as peças de fardamento na data da distribuição.

Art. 74. As peças de fardamento arrecadadas pelos arts. 72 e 73 serão de preferencia escolhidas para fornecimentos a desertores e substituições de peças extraviadas ou inutilisadas, levando-se em conta a depreciação a que estiverem sujeitas.

Art. 75. Todo o fardamento da praça que fallecer será considerado vencido, recolhendo-se, como espolio, as peças que forem encontradas no quartel.

Paragrapho unico. O official ou praça que fallecer no serviço activo, terá direito ao funeral por conta do Estado:

De 4ª classe, no primeiro caso;

De 6ª classe, si for praça.

## CAPITULO IX

## DOS AUXILIOS POLICIAES E DA FORÇA PUBLICA

Art. 76. As autoridades policiaes prestarão ao commandante do Corpo de Bombeiros, ou a quem suas vezes fizer, todo o auxilio que dellas depender e especialmente :

I. Providenciarão para que a marcha do trem do corpo não seja embaraçada, obrigando a todos os vehiculos que este encontrar em seu trajecto a cederem-lhe o passo.

Na falta de agentes policiaes para compellir os omissoes ou recalcitrantes, o commandante do corpo, ou quem suas vezes fizer, tomará as medidas que de momento o caso exigir, no sentido de evitar qualquer demora : do seu acto dando depois parte ao Ministro.

II. Legalisarão a invasão do domicilio ou propriedade pelo pessoal do Corpo de Bombeiros, quando o commandante ou quem suas vezes fizer julgar conveniente a entrada e esta lhe for negada pelos proprietarios, inquilinos ou domiciliados.

Na ausencia da autoridade policial, ou recusa de sua parte, o commandante, ou quem suas vezes fizer, ordenará o arrombamento das portas e a entrada do pessoal do corpo, dando de tudo conta ao Ministro.

III. Farão retirar as pessoas extranhas ao Corpo de Bombeiros e que não se acharem empregadas pelo commandante, ou por quem suas vezes fizer, no trabalho da extincção do incendio.

IV. Manterão a ordem e darão garantia á propriedade.

V. Providenciarão sobre a arrecadação e guarda dos objectos salvos do incendio.

VI. Mandarão transportar e socorrer aos feridos.

VII. Darão as ordens necessarias para que os moradores proximos do predio incendiado removam suas mobílias, quando o commandante, ou quem suas vezes fizer, julgar conveniente esta precaução.

VIII. Mandarão fechar as tavernas e casas de bebidas alcoholicas proximas ao local do incendio.

IX. Auxiliarão o pessoal do corpo, mandando fornecer-lhe agua, trabalhadores, transportes, instrumentos e quaesquer recursos que lhe forem requisitados pelo commandante ou por quem suas vezes fizer.

X. Tomarão conhecimento das causas do incendio, afim de proceder na forma da lei contra os culpados.

XI. Mandarão intimar o dono do predio incendiado, ou quem suas vezes fizer, de accordo com os agentes fiscaes da Intendencia Municipal, para que faça proceder, no prazo marcado pelo commandante, ao desentulho das ruínas e demolição das paredes que ameacarem desabar.

Art. 77. A força publica que se apresentar no logar do incendio ficará ás ordens da autoridade policial mais graduada que

alli se achar, satisfazendo esta as requisições que forem dirigidas pelo commandante, ou por quem suas vezes fizer.

Art. 78. Em casos especiaes, o commandante requisitará directamente, em nome do Ministro, dos commandantes dos corpos e chefes de estabelecimentos publicos, civis ou militares, o auxilio de que necessitar, o este lhe será prestado com urgencia.

## CAPITULO X

### DES SIGNALS DE INCENDIO

Art. 79. A pessoa que primeiro souber da existencia de um incendio, e o participar a estação ou posto de bombeiros que se achar mais perto, ou a repartição da Policia, com todas as indicações necessarias, e, se, si o exigir, gratificação correspondente á importancia do caso, a arbitrio do commandante do corpo e entre os limites de 5\$ a 20\$000.

Art. 80. Os commandantes das guardas, bombas e patrullhas, que tiverem aviso de incendio, são obrigados a avisar a estação ou posto de bombeiros mais proximo, dando o signal na primeira caixa telegraphica que encontrarem, ainda mesmo que não esteja collocada na area de seu districto ou jurisdição policial. Poderão, porém, acontecer que a linha, por qualquer circumstancia, se aché interrompida, a pessoa que passar o aviso pela caixa seguirá até a estação do Corpo de Bombeiros, para prevenir o mal resultante da interrupção, e, em todo caso, para indicar ao conductor do carro da frente do trem do soccorro o ponto de incendio.

Na falta de caixa de aviso ou do apporelho telephonico, será a noticia levada sem demora a estação de Bombeiros mais proxima á rua e predio em que o fogo se tiver manifestado. Incorrerá em grave falta a autoridade ou agente desta que demorar taes avisos.

Art. 31. O individuo que der, de má fé, falsa noticia de um incendio, será punido com a pena de 20\$ a 200\$ ou com a de prisão de oito a 30 dias, conforme as circumstancias.

§ 1.º Quando a falsa noticia de um incendio for transmittida pelo telephone de qualquer casa particular ou do commercio, o morador ou commerciante, verificando-se que foram coniventes no facto, soffrerão as mesmas penas.

§ 2.º Quando se verificar que a falsa noticia teve por fim desviar a attenção do Corpo de Bombeiros do ponto em que se houver manifestado incendio, para demorar o serviço da extincção, serão os responsaveis punidos com a pena de multa de 400\$ ou com a de 30 dias de prisão.

Art. 82. O empregado da Policia que se achar do serviço na respectiva secretaria, logo que receber o aviso do incendio deverá transmittir-o, com a maior presteza, ao quartel do Corpo de Bombeiros, ao chefe de policia e á Brigada Policial.

Art. 83. Si não estiver presente na Secretaria de Policia o empregado de que trata o artigo precedente, deverá o estacionario fazer por si mesmo as convenientes communicações telegraphicas ao quartel e logares já indicados no art. 82.

Art. 84. Qualquer autoridade que receber a noticia de um incendio deverá transmittil-a immediatamente, em primeiro logar ao Corpo de Bombeiros, em seguida a Secretaria de Policia, a qual se encarregará de dar parte ás demais autoridades.

Art. 85. A Brigada Policial ou qualquer corpo de 1.<sup>a</sup> linha da guarnição da Capital tendo noticia de incendio, enviará, sem demora, uma guarda commandada por official ou inferior (sargento) para manter o socego e executar as ordens que lhe forem dadas pela autoridade policial mais graduada que estiver no local do incendio.

## CAPITULO XI

### DA CAIXA DE BENEFICENCIA

Art. 86. Fica instituida uma Caixa de Beneficencia para attender á invalidez permanente dos officiaes e praças, occorrer ás despezas com os funeraes dos mesmos e soccorrer as suas viuvias e filhos.

Art. 87. Esta caixa será formada com a deducção de um dia de soldo, em cada mez, dos officiaes e praças do Corpo de Bombeiros, das multas impostas por faltas disciplinares, licenças sem vencimentos, quaesquer donativos particulares ou legados.

Paragrapho unico. Aos officiaes que servirem em commissão no corpo não será permittido concorrer para a Caixa de Beneficencia, respeitando-se, porém, os que já teem direitos adquiridos.

Art. 88. Tem direito á pensão o official ou praça que, depois de quatro annos, como contribuinte, se reformar ou invalidar-se em serviço do corpo.

O attestado de invalidez será passado pelos medicos do corpo, em junta de inspecção.

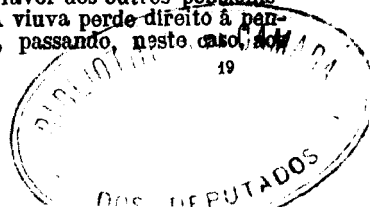
§ 1.º E' permittido ao official ou praça contribuir de uma só vez com a quota relativa aos quatro annos de que trata a primeira parte deste artigo, no posto que tiver, tendo logo direito ao beneficio da caixa; nas promoções pagará o official a joia de 20\$ em cada posto de accesso.

§ 2.º Si o contribuinte vier a fallecer, reverterá metade para a viuvia e a outra metade, repartidamente, para as filhas solteiras, filhos menores e interdictos.

§ 3.º A' medida que os filhos attingirem a idade de 18 annos, perderão a quota, que percebiam, em favor dos outros pensionistas, e as filhas, quando se casarem. A viuvia perde direito á pensão, si contrahir segundas nupcias, passando, neste caso, a

Poder Executivo 1894

19





filhos do primeiro matrimonio a respectiva quota; o mesmo se dará pelo seu fallecimento.

Art. 89. A pensão será sempre proporcional á quota com que cada um concorrer para a formação da Caixa de Beneficencia e calculada na razão de 15 vezes essa quota, conforme a tabella annexa a este regulamento, sob a letra D.

Paraphrasso unico. As despezas com o funeral ou luto serão reguladas do seguinte modo: para os officiaes 100\$, para as praticas de pret 30\$000.

Art. 90. A caixa será administrada por um conselho composto do commandante do corpo, como presidente, do major-fiscal, ajudante, dos commandantes das companhias, do secretario e do quartel-mestre. Um dos commandantes de companhia será nomeado thesoureiro e, como tal, servirá por espaço de um anno.

Art. 91. Este conselho, sempre que se reunir, fará lavrar acta pelo secretario, em livro especial e assignado por todos os membros presentes, na qual se mencionarão as occurrencias havidas em sessão.

1. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria de votos.

II. O commandante do corpo remetterá trimensalmente ao Ministro um balancete do estado geral das finanças da caixa, e em officio explicará quaes as pensões concedidas, sua natureza e importancia, bem assim quaes as que cahiram em commisso e o motivo.

Art. 92. Os descontos a que se refere o art. 87 serão effectuados na folha do pagamento, de accordo com a tabella D, e entregues pelo quartel-mestre, com uma guia visada pelo fiscal, ao thesoureiro da caixa.

1. Essas quantias serão depositadas em uma caderneta da Caixa Economica, garantida pelo Governo, vencendo os respectivos juros, até que possam ser applicados na compra de apolices da divida publica.

II. Proceder-se-ha do mesmo modo com quaesquer quantias de outras origens.

Art. 93. Todo o movimento da caixa constará de livros especiaes, rubricados pelo commandante do corpo, sendo um para lançamento das actas, outro para as entradas e sahidas de dinheiro, e o terceiro, finalmente, para os recibos das pensões pagas.

Art. 94. O thesoureiro, devidamente autorizado pelo conselho, representará a Caixa de Beneficencia na compra das apolices e recebimento de seus juros; bem assim nas entradas e retiradas dos dinheiros da Caixa Economica.

Art. 95. Nenhum titulo pertencente á Caixa de Beneficencia poderá ser alienado, sem authorisação do Ministro.

Art. 96. Para haver a pensão, basta requerer ao conselho, instruindo-se a petição com os necessarios documentos.

A viuva apresentará a certidão do obito do seu marido, a do casamento e a de baptismo ou de registro civil de nascimento de todos os seus filhos.

Art. 97. As pensionistas apresentarão de 12 em 12 mezes certidão de vida, passada pela autoridade policial.

Art. 98. O official ou praça que for excluído do serviço do corpo perderá, em favor da caixa, todas as entradas com que houver contribuído. Não as perderá, entretanto, si a demissão houver sido solicitada, e si, neste caso, quizer continuar os pagamentos a que era obrigado quando pertencia ao corpo; não beneficiando, porém, a si, mas a viuva e aos filhos, na forma dos §§ 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> do art. 88.

Paragrapho unico. Não realizando pontualmente esse pagamento, incorrerá o official ou praça na multa de 20 % sobre as quantias em debito no 1.<sup>o</sup> trimestre, multa que se elevará a 50 % no 2.<sup>o</sup> e no 3.<sup>o</sup> perderá o direito de contribuir e as quotas que já houver pago.

Art. 99. O conselho será solidario nas faltas commettidas na gerencia dos dinheiros da Caixa de Beneficencia, e por ellas responderá no foro commum; além das penas administrativas de que o Ministro julgar passíveis os responsaveis.

## CAPITULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 100. O Corpo de Bombeiros será aquartelado, logo que for possível, em edificio proprio, com accomodações para moradia do commandante e mais officiaes, arrecadação geral do material, alojamento para as praças, salas para a secretaria, estado-maior, enfermaria e rancho, pateo comapparelhos gymnasticos e convenientemente espaçoso para os exercicios das bombas e outras machinas, officinas diversas e cocheira.

Art. 101. A enfermaria sera estabelecida no quartel, ou em outro qualquer lugar, quando o Ministro julgar conveniente, cessando então a pratica de serem os doentes pensados em estabelecimento particular.

Art. 102. As praças são obrigadas a pernoitar no quartel, ainda estando de folga, salvo si obtiverem licença do commandante do corpo, que concederá este favor somente áquellas que o merecerem.

Aos officiaes, porém, só quando estiverem de serviço, se exigirá a permanencia no quartel á noute. Uns e outros, entretanto, não poderão afastar-se para logar em que não seja ouvido o toque de reunir, sem licença especial do commandante.

Art. 103. O commandante é competente para conceder baixa ás praças que a requererem, justificada a pretensão com allegações que lhe pareçam procedentes; bem assim ás que soffrerem de molestia incuravel, verificada pela inspecção medica, e ás que se mostrarem sem aptidão para o serviço do bombeiro.

Art. 104. O fornecimento de rancho e dieta das praças se fará por meio de contracto approvado pelo Ministro, tendo-se muito em attenção a qualidade, quantidade e preparação dos generos.

Descontar-se-ha a cada praça, na folha de pagamento, a importancia do alimento consumido, para ser entregue aos fornecedores pelo quartel-mestre, de accordo com as notas conferidas pelo fiscal. O commandante desarranchará aquellas praças que, sendo casadas ou de bom comportamento, o solicitarem, comtanto que dahi não resulte prejuizo ao serviço.

Art. 105. O Governo providenciara no sentido de regularisar o serviço de protecção contra incendios nos theatros e outros edificios em que haja reunião de pessoas, expedindo opportunamente as necessarias instrucções.

Art. 106. O Governo promoverá pelos meios a seu alcance a adopção de medidas de natureza municipal relativas ás construcções dos predios de modo que haja facil accesso aos telhados, os madeiramentos fiquem isola-los de um a outro predio, por meio de paredes de fogo, e as tacañiças ou empenas fiquem cobertas, para evitarem-se as frequentes propagações de incendio por este ponto.

E bem assim:

1.º Sobre a guarda e commercio das substancias explosivas e de facil combustão, marcando-se as quantidades que, de cada uma, podem ser conservadas nas casas commerciaes ou mesmo em deposito.

2.º Acerca da mais rigorosa fiscalisação para que os trapichos, pontes e caes deem facil accesso ás bombas, de modo que na soccações de incendio se possa estabelecer, com urgencia, o serviço das mesmas bombas o mais proximo do mar que for possivel.

Art. 107. Os officiaes do corpo tem direito a casa para si e suas familias, no quartel ou nas suas immediações.

Art. 108. Os infractores do presente regulamento, quando para o caso não houver comminação de pena especial, ficarão sujeitos as penas em que incorrerem segundo a legislação vigente.

Art. 109. Nos casos omissos neste regulamento, concernentes á economia e disciplina do Corpo de Bombeiros, serão dadas pelo Ministro as instrucções necessarias.

Capital Federal, 7 de março de 1894.— *Cassiano do Nascimento.*

TABELLA A — Discriminação do pessoal, conforme o art. 3º

Estado maior	
Coronel ou tenente-coronel.....	
Major-fiscal.....	1
Capitão ajudante.....	2
Capitão, chefe do serviço sanitario.....	
Capitães, 1ºs cirurgiões.....	
Tenentes, 2ºs cirurgiões.....	
Tenente secretario.....	1
Tenente quartel-mestre.....	
	10
Estado menor	
Sargento ajudante.....	1
Sargento quartel-mestre.....	1
1º sargento 1º machinista.....	1
1º sargento telegraphista.....	1
1º sargento mestre da lanucha.....	1
1º sargento ferreiro.....	1
1º sargento corneteiro-mór.....	1
1º sargento ferrador.....	1
2ºs sargentos 2ºs machinistas.....	3
Ferreiros 3ºs machinistas.....	6
	17
Total.....	27
Uma companhia	

OFFICIAES			1º SARGENTO	2ºs SARGENTOS	2ºs SARGENTOS MANDADORES	FORREIROS	CABOS DE ESQUADRA	BOMBEIROS	APRENDIZES	TOTAL		ESTADO COMPLETO			
Capitão commandante	Tenente	Alfêres								Dos officiaes	Das praças	4 companhias	Estado-maior	Estado-menor	Tota
1	1	2	1	2	2	3	8	83	16	4	115	476	10	47	503

Tabela B — Vencimentos dos officiaes e praças do Corpo de Bombeiros

	GRADUAÇÕES	CARGOS	VENCIMENTOS DIARIOS		VENCIMENTOS MENSUAES			POR DIA	POR ANNO
			Soldo	Gratificação	Soldo	Etaqa	Gratificação		
Estatutarios	Coronel ou tenente-coronel.....	Commandante.....					800\$000		9:600\$000
	Major.....	Fiscal.....					600\$000		7:200\$000
	Capitão.....	Ajudante.....			450\$000	60\$000	200\$000		4:920\$000
	Capitão.....	Chefe do serviço sanitario.....			450\$000	60\$000	100\$000		4:800\$000
	Capitão.....	1º cirurgião.....			450\$000	60\$000	120\$000		3:980\$000
	Tenente.....	2º dito.....			40\$000	60\$000	100\$000		3:180\$000
	Tenente.....	Secretario.....			40\$000	60\$000	50\$000		2:580\$000
	Tenente.....	Quartel-mestre.....			40\$000	60\$000	50\$000		2:40\$000
	Sargento.....	Ajudante.....	2\$700					2\$700	9\$5\$500
	Sargento.....	Quartel-mestre.....	2\$700					2\$700	9\$5\$500
Estatutarios	1º sargento.....	1º machinista.....	2\$700	2\$000				4\$700	1:715\$400
	2º sargento.....	Telegraphista.....	2\$700	1\$400				4\$200	1:533\$000
	3º sargento.....	Mestre da cozinha.....	2\$700	1\$500				4\$200	1:533\$000
	1º sargento.....	Ferreiro.....	2\$700	1\$500				4\$200	1:533\$000
	2º sargento.....	Corneteiro-mor.....	2\$700	1\$500				4\$200	1:533\$000
	3º sargento.....	Ferrador.....	2\$700	1\$500				4\$200	1:533\$000
	2º sargento.....	2º Machinista.....	2\$200	1\$350				3\$550	1:298\$750
	Forriel.....	3º Machinista.....	2\$000	\$350				2\$700	9\$5\$500
	Capitão.....	Commandante de companhia.....			450\$000	60\$000	100\$000		3:600\$000
	Tenente.....	Coadjuvante.....			40\$000	60\$000	50\$000		2:580\$000
Completos	Alfere.....	Chefe de estação.....			40\$000	60\$000	50\$000		2:400\$000
	1º sargento.....		2\$700					2\$700	9\$5\$500
	2º sargento.....		2\$200					2\$200	8\$03\$000
	3º sargento.....		2\$000					2\$200	8\$03\$000
	Forriel.....	Mandador.....	2\$050					2\$050	71\$82\$0
	Cabos de esquadra.....		1\$820					1\$820	63\$4\$300
	Bombeiros.....		1\$720					1\$720	62\$8\$00
	Aprendiz.....		1\$500					1\$500	54\$8\$00

Além dos vencimentos marcados nesta tabela, o secretario e o quartel-mestre terão mais a gratificação mensal de 40\$; e os 1ºs sargentos ou sargenteantes a de 20\$000. Dentre o pessoal do corpo, serão tirados os conductores, corneteiros e artífices, percebendo mais uma gratificação marcada no art. 11, a juizo do commandante do corpo. A etapa das praças será marcada semestralmente, de accordo com a da Brigada Policial.

TABELLA C—Fardamento a que se refere o Cap. VIII

PEÇAS DE FARDAMENTO	TEMPO DE DURAÇÃO	PREÇOS DE UNIDADE
Blusa de brim pardo.....	4 mezes.	} A média dos preços pagos nos fornecimentos do exercício anterior.
Calça de brim pardo.....	4 " .....	
Camisa de morim.....	4 " .....	
Gravata de seda preta.....	4 " .....	
Bolinas de bezerro.....	4 " .....	
Capicete.....	1 anno.....	
Blusa de panno.....	2 annos.....	
Calça de panno.....	2 " .....	
Jaqueta de panno.....	4 " .....	

TABELLA D—Indicação da contribuição mensal para a Caixa de Beneficência a que se refere o art. 92

GRADUAÇÕES	CONTRIBUIÇÃO MENSAL	PENSÃO MENSAL
Coronel.....	10\$000	150\$000
Tenente-coronel.....	8\$000	120\$000
Major.....	7\$000	105\$000
Capitão.....	5\$000	75\$000
Tenente.....	3\$500	52\$500
Alferes.....	3\$000	45\$000
1º sargento.....	2\$700	40\$000
2º sargento.....	2\$200	33\$000
Forriel.....	2\$050	30\$750
Cabo de esquadra.....	1\$850	27\$300
Bombeiro.....	1\$750	25\$800
Aprendiz.....	1\$500	22\$500

TABELLA E — Indicação da área pertencente a cada estação comprehendida no § 2º do art. 3º

ESTAÇÕES	ÁREAS
Norte.....	Este districto comprehenderá a área que vai desde a praia Formosa, Saco do Alferes, Sando e Prafula até à praça 28 de Setembro; a sua estação é na rua da Gumbôa, proximo da estação maritima da Estrada de Ferro Central.
Este.....	Comprehenderá a área desde o Arsenal de Marinha, rua do Conselleiro Saraiva, seguindo até á dos Ourives, por esta até encontrar a da Ajuda, praia de Santa Luizia, Arsenal de Guerra e Allandega, onde está a sua estação.
Central.....	A estação será o actual quartel do corpo, sua área comprehende a parte da cidade não especificada para as outras estações. Em caso, porém, de necessidade, acudirá a quel por ponto em auxilio das estações dos districtos.
Oeste.....	Tem sua estação na rua do S. Christovão, e sua área se estenderá até a rua do Machado Coelho e abrangerá os bairros de S. Christovão, Rio Comprido e Engenho Velho. Será ligada á Estrada de Ferro Central e ás linhas de carris que servem os suburbios desse lado.
Sul.....	Estende-se do largo dos Leões ao caes da Gloria e tem sua estação no largo de S. Salvador, ligada ás linhas de carris desse bairro.

#### Observações

Nos grandes incendios o commandante do corpo tem competencia para reunir em um só ponto as estações de que precisar.

## DECRETO N. 1686 — DE 10 DE MARÇO DE 1894

Abre ao Ministerio de Justiça e Negocios Interiores um credito extraordinario de 1.000:000\$000, destinado a auxiliar a Municipalidade do Districto Federal no pagamento das despesas feitas em 1891 e 1892 com o abastecimento del carnes verdes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil : Considerando que no periodo de dezembro de 1891 a dezembro de 1892, a Municipalidade do Districto Federal, em virtude de expressa autorização do Governo, adquiriu e fez abater gado para ser vendido a baixo preço á população desta Capital :

Considerando que esta providencia era exigida pelas melindrossas circumstancias em que se achava então o paiz e mórmente a Capital Federal, onde occorriam graves acontecimentos politicos e ao mesmo tempo se manifestava com intensidade a carestia, propositalmente exaggerada, dos generos de primeira necessidade ;

Considerando que, comquanto seja da competencia dos governos locais promover o bem-estar de seus municipes, não podia o Governo Federal deixar de cooperar na execução daquella providencia, já porque a Municipalidade estava em periodo de organização provisoria e constituia simples dependencia do Poder Executivo, já porque a escassa renda de que dispunha não lhe permittia prover, por si só, aos avultados encargos que acarretava a sua intervenção no mercado de carne verde ;

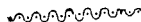
Considerando que, não obstante os auxilios anteriormente prestados, a Municipalidade desta Capital ainda tem de solver compromissos que assumiu em taes condições e que não podem pesar totalmente sobre seus cofres, segundo expoz o Prefeito do Districto Federal em officios de 12 de dezembro e outros :

Resolve alrir sob sua responsabilidade, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de mil contos de réis, cuja importancia deverá ser entregue á Municipalidade desta Capital, como ultimo auxilio do Governo Federal para occorrer ás despesas feitas com o abastecimento de carne verde no mencionado periodo de dezembro de 1891 a dezembro de 1892 ; sendo o presente acto submettido opportunamente á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 10 de março de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*





## DECRETO N. 1687 — DE 17 DE MARÇO DE 1894

Mobilisa a Guarda Nacional do Districto Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que urge actuar com maxima rapidez no sentido do restabelecer por completo a ordem e tranquillidade publicas em todo o territorio nacional;

Considerando que para esse fim de interesse geral devem cooperar não só as classes propriamente militares, como tambem os cidadãos que constituem a milicia civil da Republica e que, pela proximidade em que se acham do local dos acontecimentos, contribuirão com efficacia para ser totalmente extinta, em curto prazo, a rebelião iniciada no sul do paiz e a qual alliou-se uma fracção da armada nacional;

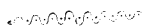
Considerando que, embora seja de competencia privativa do Congresso Nacional mobilisar e utilizar a Guarda Nacional, não poderia o Governo, sem intuitivos e incalculaveis prejuizos, aguardar a reunião do Poder Legislativo em maio vindouro e addiar a execução das medidas complementares, necessarias para o aniquillamento desse movimento de rebelião, attento o dever que lhe incumbe de garantir a paz publica e de manter o principio da autoridade, cuja investidura lhe foi conferida pela nação brasileira:

Resolve mobilisar a Guarda Nacional do Districto Federal e dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, a qual ficará á disposição do Ministerio da Guerra; sendo o presente acto submettido, opportunamente, á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 17 de março de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1688 — DE 17 DE MARÇO DE 1894

Crea mais um batalhão provisório de artilharia de posição.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de augmentar ainda a força da arma de artilharia, pelos motivos constantes do decreto n. 1682, de 28 de fevereiro proximo passado, resolve crear um batalhão

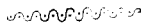
provisorio desta arma, além do que foi creado por aquelle decreto e que terá sua sede nesta Capital.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat faça executar a presente resolução, providenciando para que seja opportunamente submettida á approvação do Congresso Federal.

Capital Federal, 17 de março de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1689 — DE 17 DE MARÇO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 19:642\$933.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 2º § 4º n. 2 da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, resolve abrir o credito de dezenove contos seiscentos quarenta e dous mil novecentos trinta e tres réis (19:642\$933), para pagamento á Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericordia do Estado da Bahia, pelo aluguel de um predio de sua propriedade, que serviu de Forum, no mesmo Estado.

Capital Federal, 17 de março de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1690 — DE 31 DE MARÇO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 164:661\$450, para occorrer ás despezas com o Corpo de Bombeiros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que por decreto n. 1685 A, de 7 do corrente mez, foi dada ao Corpo de Bombeiros desta Capital nova organização, mais consentanea com os importantes serviços que lhe incumbem,

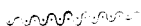
continua aqui>

de accordo com os fundamentos do mesmo decreto, resolve abrir sob sua responsabilidade o credito de 164:041\$450, para occorrer ao pagamento da despeza accrescida com a alludida organização; sujeitando opportunamente essa providencia á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 31 de março de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



### DECRETO N. 1601 — DE 31 DE MARÇO DE 1894

Approva as alterações feitas nos estatutos da sociedade anonyma « Loteria Nacional ».

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma « Loteria Nacional » em 27 de janeiro proximo findo, resolve approvar as alterações seguintes feitas nos estatutos da mesma sociedade:

Art. 5<sup>o</sup>, 1<sup>a</sup> alinea, diga-se:— O capital social é fixado em seis mil contos de réis (6.000:000\$), dividido em 30.000 acções de valor nominal de duzentos mil réis (200\$) cada uma e será constituido do modo seguinte:— Cinco mil e oitocentos contos de réis (5.800:000\$), valor em que foram estimados os diferentes contractos e concessões para extrações de loterias que a sociedade adquiriu, mediante laudo de louvados e approvação da assembléa geral dos accionistas na fórma da lei.

Duzentos contos de réis (200:000\$) em moeda corrente realizaveis em prestações a juizo da directoria e do conselho fiscal, conforme as necessidades sociaes.

Art. 6<sup>o</sup>, ultimo periodo, diga-se:— Expirado o tempo do mandato da actual directoria, observar-se-ha a seguinte regra:— O presidente e vice-presidente serão escolhidos pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, da lista dos candidatos propostos pela assembléa geral dos accionistas por maioria absoluta de votos, contendo cada lista dous nomes. O thesoureiro e os secretarios serão eleitos directamente pela assembléa geral dos accionistas por maioria absoluta de votos.

Art. 11, diga-se:— No impedimento temporario de qualquer director, ou no caso de renuncia ou fallecimento, será chamado pela directoria um accionista em condições de elegibilidade ou dos membros do conselho fiscal, para preencher a vaga até que

se apresente o substituído ou seja outro eleito pela primeira assembléa geral que se verificar.

A vaga assim aberta no conselho fiscal será preenchida por um dos supplentes também convidado pela directoria.

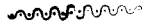
Art. 33, n. 3º, diga-se:— Eleger de seis em seis annos os membros da directoria e a lista dos candidatos á presidencia e vice-presidencia da sociedade, assim como annualmente os membros do conselho fiscal.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de março de 1893, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felishello Freire.*



#### DECRETO N. 1692 — DE 7 DE ABRIL DE 1894

Rectifica o equívoco dado no art. 10 do decreto n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, que amplia a organização da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.

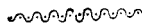
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a que no decreto que amplia a organização da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal, promulgado sob n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, houve equívoco na copia do art. 10 do mesmo decreto, quando diz que ao solicitador caberá a commissão de 1% das sommas que forem arrecadadas por via executiva fiscal e custas nos termos do art. 8º *in fine* quando no autographo remettido pela Camara dos Deputados lê-se «... 1 1/4% das sommas, etc...» resolve que se observe a disposição constante do referido autographo, ficando assim rectificado o equívoco acima citado.

Capital Federal, 7 de abril de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felishello Freire.*



## DECRETO N. 1692 A — DE 10 DE ABRIL DE 1894

Approva o regulamento dos Correios da Republica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, em cumprimento das disposições do decreto n. 194 de 11 de outubro de 1893, que estabelece as bases para reorganisação dos Correios da Republica, para corresponder ás exigencias e desenvolvimento do serviço postal, approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo Engenheiro João Felipe Pereira, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de abril de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Felipe Pereira.*

## Regulamento da Repartição Geral dos Correios a que se refere o decreto n. 1692 A desta data

### PRIMEIRA PARTE

#### Do Correio Federal e seus serviços

### TITULO I

#### DO SERVIÇO POSTAL INTERNO

#### CAPITULO I

A QUEM COMPETE O SERVIÇO DOS CORREIOS — A CARGO DE QUEM ESTÁ — O QUE COMPREHENDE — MONOPOLIO DA UNIÃO — O QUE ESTÁ EXCLUIDO DO MONOPOLIO — O QUE OS CORREIOS EXPEDEM E O QUE DEIXAM DE EXPEDIR

Art. 1.<sup>o</sup> O serviço dos Correios federaes na Republica dos Estados Unidos do Brazil compete á União e está a cargo do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.<sup>o</sup> Este serviço divide-se em — *interno* ou *nacional*, e *externo* ou *internacional* :

1.<sup>o</sup>, o *interno* — comprehende a recepção, transmissão e a entrega de correspondencias de qualquer natureza, dentro dos limites do territorio da Republica ;

2º, o *externo* — consiste na permutação reciproca de correspondencias entre os Correios da Republica e as repartições dos Correios estabelecidas no territorio da União Postal Universal e as situadas fóra desse territorio, e bem assim na execução de serviços que decorram de tratados e convenções.

Art. 3.º A União tem monopolio :

1º, do transporte e distribuição de cartas-missivas, fechadas, e de correspondencias de qualquer natureza, fechadas como carta ;

2º, do fabrico, emissão e venda de sellos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas, e de quaesquer outras formulas em que houver estampilhas postaes.

Art. 4.º Estão excluidas do monopolio de transporte pelo Correio :

1º, as cartas abertas ;

2º, as cartas franqueadas e carimbadas nos Correios de origem, conduzidas por qualquer pessoa e as que já tenham transitado no Correio ;

3º, as que forem transportadas entre dous pontos onde não haja serviço postal ;

4º, as que forem levadas a uma estação do Correio ;

5º, as que forem transportadas no recinto das cidades, villas e povoações onde não haja serviço de caixas para collecta de correspondencias e distribuição domiciliaria, e as que nas cidades, villas e povoações, onde houver caixas para collecta e distribuição domiciliaria, qualquer pessoa fizer transportar por servidores seus ;

6º, as cartas fechadas relativas a serviço das estradas de ferro, das companhias de navegação e de transporte, em transitio nos trens, carros ou embarcações, com endereço a suas respectivas estações ou agencias.

Art. 5.º Além do transporte de cartas-missivas, fechadas, inclusive as cartas-bilhete, e de correspondencias de qualquer natureza, fechadas como carta, reservado ao monopolio da União, o Correio recebe, expede e distribue :

1º, bilhetes postaes ;

2º, manuscriptos ;

3º, impressos ;

4º, amostras de mercadorias ;

5º, encomendas.

Art. 6.º O Correio tambem executa os serviços seguintes :

1º, recebe, expede e distribue correspondencias com ou sem valor declarado, e sob as formalidades do registro ;

2º, emitta e paga vales postaes ;

3º, procede à cobrança, por conta de terceiros, de recibos, titulos e obrigações, pagaveis á vista ;

4º, encarrega-se de tomar assignaturas de jornaes e publicações periodicas ;

5º, fornece livretes de identidade a quem os requisitar.

Art. 7.º O Correio não expede nem distribue :

1.º, objecto cuja manipulação possa ser damnosa ao pessoal ou às correspondencias ;

2.º, carta, pacote ou qualquer objecto de correspondencia que contenha artigos de ouro, prata, bronze ou nickel, ou de qualquer outro metal de valor, moedas que estiverem em circulação, joias, pedras finas, objectos preciosos ou sujeitos a direitos de Alfandega, excepto as encomendas registradas com declaração de valor ;

3.º, papel-moeda, titulos e valores ao portador, pagaveis á vista ou a prazo, bilhetes de loteria, excepto em carta registrada com valor declarado ;

4.º, artefactos, desenhos e publicações obscenas ;

5.º, objectos com endereço ou dizeres injuriosos, ameaçadores ou indecentes ;

6.º, animaes vivos, ou mortos quando inconvenientemente preparados ou acondicionados ;

7.º, plantas vivas e outros órgãos de plantas, taes como — estacas, enxertos, folhas, ramos, flores e raizes de plantas, ou sementes, cujo transporte, por suspeita de alguma molestia ou praga, tenha sido prohibido pelo Governo ;

8.º, todo e qualquer objecto de correspondencia, cujo peso, volume e condições de recebimento não estiverem de accordo com as regras estabelecidas neste regulamento.

## CAPITULO II

### DA RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

Art. 8.º A União é responsavel :

1.º, pelos valores declarados em carta e nas encomendas registradas ;

2.º, pelas quantias entregues ao Correio para a emissão de vales ;

3.º, pelas importancias representadas em vales, legalmente emitidos, depois de recebidos os competentes avisos ;

4.º, pelas importancias recebidas de cobranças por intermedio do Correio e por conta de terceiros, de titulos, letras e obrigações pagaveis á vista ;

5.º, pelas importancias recebidas para assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

6.º, pelos valores a que se referem os casos previstos nos accordos e convenios internacionaes.

Art. 9.º A União paga :

§ 1.º Ao remettente ou destinatario de carta registrada com valor declarado ou de encomenda com declaração de valor :

1.º, no caso de extravio ou perda total, a importancia integral do valor ;

2º, no caso de extravio ou perda parcial, a importância correspondente ao valor que faltar até ao limite da declaração.

§ 2.º As importancias recebidas por cobrança de letras, títulos e obrigações, no caso de perda ou extravio, deduzidas as despesas effectuadas e bem assim as importancias destinadas á assignatura de jornaes e outras publicações periódicas, quando não entregues aos editores, gerentes, administradores ou empregados das referidas publicações, deduzidas as despesas.

Art. 10. Quando convier ao Correio, a indemnisação de encomendas de que trata o n.º 1 do art. 8º será feita por objecto igual ao que se tiver perdido ou extraviado.

Art. 11. A União fica subrogada nos direitos dos remetentes ou destinatarios de cartas ou encomendas com valor declarado, logo que pague a respectiva indemnisação.

Art. 12. A responsabilidade da União cessa :

1º, quando as correspondencias, maços, encomendas, vales e outras importancias tenham sido entregues, mediante a prova de recibo, aos destinatarios, pessoas de sua familia ou que com elles residam, aos seus empregados ou procuradores;

2º, quando a reclamação for feita depois do prazo marcado para esse fim;

3º, nos casos de força maior.

§ 1.º O direito á reclamação por valores perdidos ou extraviados prescreve, decorrido um anno, a contar da data do registro da correspondencia, da emissão dos vales, da entrega dos documentos para a cobrança, ou do dinheiro para assignatura de jornaes e outras publicações periódicas.

§ 2.º São casos de força maior : guerra civil ou estrangeira, incendio, inundação, naufragio, desastre em estradas de ferro, do qual resulte perda ou destruição das malas ou das correspondencias, tomada ou roubo, á mão armada, de malas, correspondencias e valores nellas contidos, do poder dos empregados, conductores ou estafetas.

§ 3.º Não são considerados casos de força maior a tomada, roubo ou subtração de malas, de correspondencias e dos valores nellas contidos, praticados por empregados do Correio ou encarregados de serviço postal por cujas mãos tenham passado as malas, correspondencias e valores a cuja guarda estiverem confiados, e bem assim a ausencia forçada em virtude de serviço publico.

Art. 13. A União não é responsavel :

1º, pelos valores não declarados, incluídos em cartas e outros objectos de correspondencias registradas ou não ;

2º, pelo extravio, perda total ou parcial de títulos para cobranças que não chegarem a ser effectuadas ;

3º, pelas consequências da demora na transmissão ou na cobrança dos ditos títulos, motivada por erros ou omissões commettidos pelos remetentes ;

4º, pela interrupção ou suspensão da publicação dos jornaes, revistas e periodicos, cujas assignaturas tenham sido pagas ;



5º, pelos prejuizos resultantes de avarias nas correspondencias e encomendas por accidentes de transporte ou de manipulação;

6º, pelas cartas e objectos de correspondencia ou quantias que os particulares entregarem a empregados do Correio, não encarregados do serviço do registro ou de emissão de vales, para registrar, com valor declarado, converter em vales ou applicar a outro serviço, ou aos proprios encarregados do serviço, quando estiverem fóra do recinto das repartições ou logares destinados á execução de taes serviços.

Art. 14. Os empregados do Correio são pessoalmente responsaveis por todas as faltas, irregularidades ou crimes que praticarem no desempenho de suas funções.

### CAPITULO III

#### DO SIGILLO DA CORRESPONDENCIA

Art. 15. Em observancia do direito garantido aos cidadãos pelo art. 72, § 8º da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, o segredo das correspondencias entregues ao Correio é inviolavel; nenhuma autoridade ou poder publico poderá de-vassal-o, qualquer que seja o pretexto ou fundamento allegado.

Art. 16. Nenhuma autoridade estranha ao serviço do Correio poderá nelle intervir, salvo o caso em que a intervenção seja requisitada por empregado daquelle serviço, ou nos delictos por elles e contra elles praticados dentro das repartições, limitando-se a autoridade aos actos exclusivos e concernentes ás diligencias do processo.

Art. 17. A nenhuma autoridade é permittido abrir ou fazer abrir cartas, maços, malas, saccos ou caixas do Correio, quer dentro das repartições ou fóra dellas, em poder de empregados ou encarregados de serviço, sob qualquer que seja o pretexto.

Art. 18. A obrigação de guardar e de fazer guardar o sigillo das correspondencias é o primeiro e o mais sagrado dever dos empregados do Correio, qualquer que seja a categoria ou classe a que pertencam, e, no desempenho de suas funções, são obrigados, dentro dos limites da competencia de cada um, a tomar todas as providencias para que seja effectiva aquella garantia constitucional.

Art. 19. Constitue violação do sigillo da correspondencia por empregados do Correio para os effeitos penaes:

1º, a abertura, por qualquer meio, de carta fechada ou objecto fechado como carta, entreguelo a outrem, para conhecer-lhe o conteúdo;

2º, a subtração ou supressão, nas estações postaes, de pacotes, malas, saccos do Correio, cartas fechadas ou abertas, bilhetes postaes, ou qualquer outros objectos de correspondencia equiparados á carta;

3º, a divulgação, no todo ou em parte, do assumpto ou texto das correspondencias mencionadas nos numeros antecedentes ou das que tiverem conhecimento em razão de seu officio ;

4º, a divulgação, no todo ou em parte, do assumpto ou texto de correspondencia official, reservada ou não, de cujo expediente estiver encarregado.

Art. 20. E' expressamente prohibido aos empregados fazer saber, divulgando por qualquer meio, quaes as pessoas que mantem entre si relações pelo Correio.

## CAPITULO IV

DOS SELLOS POSTAES, SUAS ESPECIES, VALORES E EMISSÃO — SELLOS VÁLIDOS E SELLOS NULLOS — VENDA, SUBSTITUIÇÃO E RETIRADA DE SELLOS DA CIRCULAÇÃO

Art. 21. *Sello do Correio* é a estampilha postal, *adhesiva* ou *fixa*, destinada a demonstrar o pagamento de taxa das correspondencias e outros effeitos mencionados neste regulamento.

Art. 22. Os sellos dividem-se em :

1º, *fixos* — os estampados no corpo das formulas postaes ;

2º, *adhesivos* — os representados por estampilhas postaes avulsas, para serem adheridas aos objectos de correspondencia ou em formulas impressas ;

3º, *ordinarios* — os applicados ao franqueamento da correspondencia em geral ;

4º, *especiales* — os destinados a certo e determinado fim ou a certa e determinada correspondencia.

Art. 23. Os sellos e formulas estampilhadas são dos valores seguintes :

§ 1.º *Ordinarios* :

1º, adhesivos — 10, 20, 50, 100, 200, 300, 500, 700 réis, 1\$00 e 2\$000.

§ 2.º *Fixos* :

a) sobrecarta — 100, 200, 300 e 500 réis ;

b) carta-bilhete — 100 réis ;

c) bilhete-postal — 40 réis (simples), 80 réis (com resposta paga) ;

d) cintas — 20, 40 e 60 réis.

§ 3.º *Especiales* :

Taxa devida — 10, 20, 50, 100, 200, 300, 500, 700 réis, 1\$00 e 2\$000.

Art. 24. Os sellos e formulas estampilhadas ou de franquia serão fabricados em estabelecimentos publicos ou particulares, nacionaes ou estrangeiros, sempre mediante contracto, em que sejam resguardados os interesses da União, e prévia autorização do Ministro da Industria, Viagem e Obras Publicas.

Art. 25. Os modelos, formas, côres, taxas, tanto das sobre-cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes e cintas, como dos sellos adhesivos, ordinarios ou especiaes, serão determinados pelo director geral dos Correios.

Art. 26. Cada emissão de sellos ou de formulas de franquia será annunciada 30 dias antes, na Capital Federal e nas capitães dos Estados, com uma descripção minuciosa dos mesmos.

Art. 27. As correspondencias, para transitarem no Correio, só podem ser franqueadas com formulas e sellos válidos.

Art. 28. São válidos :

1º, os sellos e formulas emittidos de accordo com os arts. 24, 25 e 26 ;

2º, os que estiverem em circulação ;

3º, os applicados ás correspondencias para que são destinados ;

4º, os que possam ser obliterados em quasi toda a sua superficie estampada.

Art. 29. São nullos :

1º, os sellos e formulas que já tiverem servido em outra correspondencia ou tenham sido obliterados ;

2º, os cortados ou rasgados ;

3º, os sujos ou desbotados, de modo a não se distinguir seus dizeres e valores ;

4º, os que forem collados de maneira que não apresentem á obliteração sua superficie estampada quasi completa ;

5º, os que tiverem caracteres ou signaes estampados ou feitos á mão ;

6º, os que houverem sido cobertos com qualquer substancia ;

7º, os falsos ou falsificados ;

8º, os retirados da circulação ;

9º, os que forem applicados a fins diversos daquelles a que são destinados ;

10, os fixos, que tenham sido cortados das sobrecartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes e cintas ;

11, as estampilhas geraes ou estadoaes, destinadas á cobrança do sello do papel ou de taxa de qualquer outro imposto ;

12, os sellos postaes estrangeiros.

Art. 30. As correspondencias postadas com formulas ou sellos nullos são consideradas como não franqueadas.

Art. 31. Os sellos válidos das correspondencias serão obliterados com o carimbo de data, onde forem as mesmas postadas, de modo que fique bem legivel o nome do logar de origem ; os nullos serão traçados á penna, com tinta preta, em cruz, escrevendo-se ao lado a palavra — *nullo* —, excepto os falsos ou falsificados, que serão apprehendidos, para os effeitos previstos neste regulamento.

Art. 32. Em todas as repartições postaes da Republica haverá sellos e formulas de franquia á venda para supprimento do publico.

Art. 33. Os particulares, commerciantes e industriaes, devidamente autorisados, poderão concorrer na venda de formulas e

sellos, e, em taes casos, os comprarão a dinheiro. com um abatimento, que não poderá exceder de 5 %.

Art. 34. O director geral dos Correios poderá, com autorisação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, fazer recolher os sellos e formulas de franquia que, por conveniencia do serviço publico, devam ser substituidos ou retirados da circulação, e para esse fim marcará, por annuncio em todas as repartições postaes, e estas por todos os meios de publicidade, o prazo de tres mezes, depois do qual taes sellos não poderão ser utilizados.

## CAPITULO V

### DAS CORRESPONDENCIAS E SUA CLASSIFICAÇÃO — OBJECTOS QUE AS CONSTITUEM — NOTAS AUTORIZADAS

Art. 35. As correspondencias postaes no serviço interno são : *ordinarias — registradas — officiaes e de serviço.*

Art. 36. São correspondencias ordinarias as trocadas entre particulares, sem formalidades especiaes.

Art. 37. Constituem objecto das correspondencias ordinarias :

- 1º, cartas ;
- 2º, cartas-bilhete ;
- 3º, bilhetes postaes ;
- 4º, manuscriptos ;
- 5º, impressos ;
- 6º, amostras de mercadorias ;
- 7º, encommendas.

Art. 38. *Carta* — para os effeitos postaes, é todo o papel cerrado, cujo conteúdo não se puder verificar sem violação, com sobrescripto indicando o destinatario e o logar do destino.

Art. 39. *Carta-bilhete* — é um cartão, cujas dimensões não podem exceder de 12 a 14 centimetros de largura sobre 18 a 20 centimetros de altura, com sello postal fixo, de modo que possa ser dobrado ao meio e fechado pelas margens, destinado a receber na face interna o texto da correspondencia e em uma das externas o nome do destinatario e o logar do destino; seu peso não será superior a 15 grammas.

Art. 40. *Bilhete postal* — é um cartão de 12 a 14 centimetros de largura, sobre 8 a 9 centimetros de altura, de 2 a 5 grammas de peso, tendo na face destinada ao endereço o distico — *Bilhete postal* — e estampado o sello fixo, sendo a face do reverso destinada ao texto da correspondencia.

Art. 41. Nas cartas, cartas-bilhete e bilhetes postaes os remetentes podem declarar seus nomes, firmas sociaes, qualidades, profissões e seus endereços por meio de etiquetas gomadas, cujas dimensões não excedam a 5 centimetros de largura, sobre 2 de altura, ou de sinete, carimbo e por qualquer outro processo mecanico.

continua aqui>

Art. 42. *Manuscripto* — é toda a peça, documento escripto ou desenhado, no todo ou em parte, sem caracter de comunicação actual e pessoal dirigida ao destinatario.

Art. 43. São considerados manuscritos :

- 1º, os autos e quaesquer peças judiciais ;
- 2º, os instrumentos de qualquer natureza, lavrados por tabelhões ou funcionarios publicos ;
- 3º, as guias de cargas, conhecimentos e facturas ;
- 4º, os differentes documentos de companhias de seguro ;
- 5º, as cópias ou extractos de documentos publicos ou particulares ;
- 6º, as partituras ou folhas de papel de musica, manuscrituradas ;
- 7º, os originaes de obras litterarias ou de artigos de jornaes ;
- 8º, quaesquer papéis impressos, gravados ou lithographados, que contenhão espacos preenchidos com caracteres traçados ou feitos à mão ;
- 9º, as cartas de data antiga e anterior de mais de um anno, remettidas abertas como documentos ;
- 10, em regra geral, qualquer objecto manuscriturado, que não apresente caracter algum de comunicação actual e pessoal.

Art. 44. Os manuscritos acondicionados de modo que não se possa facilmente verificar o conteúdo, ou que estiverem incluídos em sobrecartas ou involueros fechados, embora cortados nos cantos, tomam, para o effeito da sua classificação, a natureza de carta.

Art. 45. É prohibido fazer, por qualquer processo mecanico ou à mão, nos objectos considerados manuscritos, observações, notas ou indicações à margem ou no texto, com caracter de correspondencia actual ou pessoal.

Art. 46. Os objectos desta categoria de correspondencia, que contiverem observações, notas ou indicações de natureza das prohibidas no artigo antecedente, serão classificaveis como cartas.

Art. 47. *Impressos* — são reproduções feitas em papel, pergaminho, panno, tela, cartão, chapão, lamina ou bloco de metal, madeira ou qualquer outra substancia, por meio de typographia, lithographia, photographia, autographia, gravura sobre aço, cobre ou madeira, ou por quaesquer outros processos mecanicos, facéis de serem reconhecidos: taes como, a chromographia, polygraphia, hectographia, papyrographia, velocigraphia, e a polycópia, excepto as reproduções obtidas por meio da prensa de copiar.

Paragrapho unico. Os impressos feitos por estes ultimos processos, para serem como taes classificados, devem ser apresentados ao Correio, pelo menos, em numero de 20 exemplares, exactamente identicos.

Art. 48. São comprehendidos nesta categoria de correspondencias :

- 1º, os jornaes, revistas e outras publicações periodicas, expedidos ou não pelos editores, administradores, gerentes ou redactores ;

2º, as brochuras, os livros impressos, encadernados, brochados ou em fascículos ;

3º, os papeis de musica, cartões de visita, de endereço, de pezames, de parabens, de felicitações e cartões de estabelecimentos commerciaes, impressos, e sem o caracter de communição actual e pessoal ;

4º, as participações de casamento, nascimento e obito ;

5º, os convites para enterramento, jantar, baile e reunião ;

6º, as provas de impressão ou de imprensa, com ou sem os autographos ou originaes ;

7º, as gravuras, photographias, desenhos, planos e mappas geographicos ;

8º, os catalogos, preços correntes, circulares e prospectos, annuncios e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados ou autographados ;

9º, os papeis com signaes em relevo para uso dos cegos.

§ 1.º Só podem ser consideradas — *provas de imprensa* — as folhas ou tiras impressa, nas quaes o autor, ou o revisor, vae indicar ou já indicou os erros a corrigir ou as alterações a fazer.

§ 2.º São considerados — *provas de gravura e de outras impressões do mesmo genero* — os primeiros exemplares tirados de uma chapa gravada ou desenhada, destinados ao exame do trabalho ou à verificação de haver ou não defeitos ou erros a corrigir.

Art. 49. É prohibido fazer nos impressos, á mão ou por qualquer outro processo mecanico, observações, notas ou indicações de caracter de correspondencia actual e pessoal.

Art. 50. Os impressos que contiverem observações, indicações ou notas prohibidas, serão classificados como carta.

Art. 51. Nos manuscriptos, assim como nos impressos, são autorizadas as seguintes notas :

1º, a assignatura do remettente, a designação do seu nome ou firma social, sua qualidade e profissão, logar de procedencia ou de domicilio, data da remessa, endereço ao destinatario, tudo escripto á mão ou por outro qualquer processo ;

2º, a dedicatoria ou homenagem do autor nos livros, papeis de musica, gravuras, jornaes, photographias, e a fectura relativa á propria obra ;

3º, os traços ou signaes, feitos ou não á mão, nos trechos do texto, para os quaes se deseja chamar a attenção ;

4º, os traços ou riscos em certos trechos de um texto impresso, para tornal-os illegiveis ;

5º, o nome do convidado, logar, data, hora e fim da reunião nos cartões de convite e de convocação ;

6º, o endereço do remettente, seu titulo ou iniciaes convencionaes, feitos á mão, nos cartões de visita impressos ;

7º, as annotações ou correções feitas nas provas de imprensa, de musica, gravura, desenho, mappas e outras impressões, com relação ao texto ou á execução da obra ;

8.º, palavras, signaes ou cifras, escriptos nas circulars depois da tiragem e reproduzidos uniformemente em todos os exemplares entregues ao Correio;

9.º, as correções de erros typographicos ou manuscritos;

10.º, as modificações ou adições necessarias nos textos das provas de imprensa, ou em folheto de papel em separado, relativas á correção, firma e impressão, quando nas provas não houver lugar para fazel-as;

11.º, a data final das assignaturas dos jornaes;

12.º, as facturas e contas que se referirem aos impressos;

13.º, os algarismos feitos a mão, accrescentados ás cotações ou preços correntes dos mercados ou praças commerciaes e tambem o nome do viajante e a data de sua passagem;

14.º, a indicação escripta a mão, da data da sahida dos navios, nos respectivos avisos;

15.º, a indicação nos catalogos e boletins impressos e abertos, de offerta e encomenda de livros; por meio de traços ou sublinhas, feitos a mão, das obras pedidas ou offerecidas, e bem assim, os traços e sublinhas, no todo ou em parte, feitos no anverso dos ditos boletins e catalogos, para chamar a attenção sobre as communicações impressas;

16.º, o colorido nas cartas geographicas, topographicas, planos, plantas e figurinos.

Art. 52. Nas provas de que tratamos ns. 7.º e 10.º do artigo antecedente ainda são permittidas as seguintes notas feitas a mão: — *Boa* — *Tire-se* — *Imprima-se* — *Feita a correção*, *tire-se* — *Boa*, *grave-se* — *Feita a correção*, *grave-se* — *Maade outra prova* —; quaesquer outras observações são formalmente prohibidas.

Art. 53. Todos os objectos desta categoria de correspondencia que contiverem notas não autorizadas e de caracter de correspondencia actual ou pessoal, serão classificados como carta.

Art. 54. São excluidos da categoria de impressos os sellos do Correio e suas formulas estampilhadas, obliteradas ou não, as estampilhas geraes ou estaduais, os bilhetes de loteria, corrida ou por correr, e, em regra geral, todo e qualquer papel impresso ou estampado, representativo de valor, os quaes só podem ser expedidos em cartas registraes com o valor declarado.

Art. 55. Para o effeito especial da redução da taxa são classificados:

1.º *Jornaes e revistas* — as publicações impressas diarias ou periodicas, de um certo formato, em folhas avulsas ou brochadas, destinadas a diffundir informações de interesse geral, sobre factos e sobre assumptos politicos, litterarios, scientificos, economicos, industriaes e artisticos, distribuidos, pelo menos, uma vez por trimestre, com titulo especial, repetido em cada publicação, feitas em dia certo ou prazo antecipadamente fixo, em folhas não encadernadas, em cartão, panno, couro ou qualquer outra materia resistente, tiradas em uma offleina de impressão, para serem distribuidas por meio de venda avulsa ou por lista de assignantes.

2.º *Supplementos* — os impressos cujos textos, da mesma natureza que os jornaes e publicações periodicas a que se referem, por falta de espaço, tempo ou por commodidade, deixando de sahir no corpo das ditas publicações, são tirados em folhas destacadas, mas constituindo continuação das folhas principaes, com o titulo — *Supplemento* — guardando a mesma forma, titulos, data da publicação e formato, pelo menos igual, mas nunca superior ao das publicações de que fizerem parte integrante.

Art. 56. Nos jornaes e revistas é permitido fazer traços á mão ou por qualquer outro processo, com o fim de marcar uma palavra, um trecho ou um artigo para os quaes se quer chamar a attenção do leitor, e bem assim escrever palavras ou adherir retalhos de papel com dizeres expressos, para significar que a remessa é — *gratuita* — *por troca* — *como specimen* — ou expressões analogas.

Art. 57. Aos editores é permitido, nos jornaes e publicações periodicas, por elles expedidos, adherir pequenas notas impressas relativas ao serviço dos jornaes, aos preços das assignaturas, á data final das mesmas, desde que taes notas não tenham o character de correspondencia actual e pessoal.

Art. 58. Os supplementos expedidos isoladamente, pelos editores ou não, são considerados, para os effeitos da taxa reduzida, como um numero avulso do jornal.

Art. 59. Não são consideradas jornaes, para os effeitos desta classificação, as publicações periodicas ou não, destinadas exclusivamente a annuncios com circulação gratuita ou preço puramente nominal.

Art. 60. *Amostras* — são fragmentos, retalhos de objectos, ou objectos desirmanados, incompletos, isolados, em specimens ou exemplares, expedidos pelo Correio e destinados a mostrar a qualidade, ou o typo de um producto, contanto que não representem valor mercantil, ou que o tenham perdido por meio de inutilisação.

Art. 61. Nas amostras são permittidas, nos proprios objectos ou nas etiquetas que os acompanharem, além do nome e residência do destinatario, as seguintes notas manuscritas ou feitas por qualquer outro processo:

1º, assignatura do remettente, sua firma social, sua qualidade, residência, marca de fabrica ou de commercio, e a data da remessa;

2º, numero de ordem e preços;

3º, qualidade do objecto, seu peso, volume, dimensões, quantidade produzida, diaria, mensal ou annual, e a disponivel nos depositos.

Paragrapho unico. Quando as amostras consistirem em segmentos, é permittido fazer-se, na parte exterior do involuero, ao lado do endereço ou etiqueta, á mão ou por outro meio, as indicações da familia da planta, do nome ou da residência do plantador, a época da plantação e da colheita, o preço do producto e os mercados de consumo.



Art. 62. São excluidas da classe de amostras todas as materias perigosas, inflammaveis ou explosivas que possam ser damnosas ás correspondencias, prejudiciaes á saude ou á vida do pessoal, e bem assim quaesquer objectos que tenham valor mercantil, ou estejam sujeitos a direitos de Alfandega.

Art. 63. *Encomendas* — são pequenos volumes, com ou sem valor mercantil, que o Correio recebe, expede e distribue, desde que satisfçam as condições de recebimento, de taxa, peso, dimensões, acondicionamento e mais requisitos estabelecidos neste regulamento.

Art. 64. As encomendas podem ser com ou sem declaração de valor.

§ 1.º As encomendas com declaração de valor só podem conter joias, pedras finas, metaes preciosos, em lamina, barra, pó ou em obra, moedas de ouro, prata, bronze, nickel e outros metaes, que não estiverem em circulação, nacionaes e estrangeiras, e quaesquer outros objectos aos quaes os remittentes attribuem valor certo, intrinseco ou estimativo.

§ 2.º São encomendas sem declaração de valor os volumes contendo effeitos de commercio, objectos artisticos ou de qualquer outra natureza, nos quaes os remittentes não attribuem valor determinado.

Art. 65. E' permittido incluir nos volumes de encomendas, com ou sem declaração de valor, notas manuscritas ou impressas, ou facturas, indicando o numero de ordem, preço, peso, medição e dimensões, qualidade e quantidade disponivel, o annuncio do fabricante ou do estabelecimento que fizer a remessa, contanto que sejam todas ellas relativas ás encomendas.

Art. 66. Nos involucros das encomendas são permittidas as seguintes notas manuscritas ou impressas, além do nome e do logar de residencia do destinatario: — assignatura do remittente ou designação do seu nome, residencia, qualidade e profissão, firma social, marca de fabrica ou de commercio, e a data da remessa.

Art. 67. E' prohibido incluir nas encomendas com ou sem declaração de valor:

1º, cartas fechadas ou abertas, manuscritas ou impressas que não sejam da natureza das notas já indicadas, bilhetes de loteria, corrida ou por correr, estampilhas geraes ou estadoaes, sellos do Correio e suas formulas estampilhadas, obliterados ou não, letras selladas em branco, notas do Thesouro ou de banco, ou quaesquer outros titulos representativos de valor, pagaveis á vista ou ao portador;

2º, animaes vivos, ou mortos mal preparados ou mal acondicionados, substancias inflammaveis, explosivas ou sujeitas á combustão espontanea por attrito ou choque, as fétidas, putridas ou que possam ser prejudiciaes ás correspondencias e á saude do pessoal, plantas vivas e outros orgãos de plantas, taes como: estacas, enxertos, folhas, ramos, flores e raizes de plantas ou

sementes, cujo transporte, por suspeita de alguma molestia ou praga, tenha sido prohibido pelo Governo.

Art. 68. As encomendas sem declaração de valor não podem conter, além dos objectos mencionados no artigo antecedente, moedas de ouro ou prata, bronze, nickel ou de qualquer outro metal precioso, antigas ou em circulação, nacionaes ou estrangeiras, joias, pedras finas, objectos de ouro ou prata, metaes de valor, em barra, lamina ou em pó.

Art. 69. Os objectos, que constituirem encomendas, sujeitos a impostos geraes ou estadoaes, devem ser acompanhados dos talões ou recibos que demonstrem o pagamento dos referidos impostos, e não podem ser entregues aos destinatarios, sem que estes paguem os direitos a que taes objectos possam estar sujeitos nos logares de destino.

Art. 70. A correspondencia particular, bem como a official, podem ser transmittidas pelo Correio, mediante as formalidades do registro, e neste caso taes objectos constituem a classe da correspondencia registrada.

Art. 71. São classificados como correspondencias officiaes os officios, maços, pacotes e quaesquer outros objectos provenientes de repartições publicas, de autoridades geraes ou estadoaes, competentes para se communicarem sobre assumpto de serviço publico.

Art. 72. O caracter das correspondencias officiaes verifica-se :

- 1º, pela natureza do assumpto da correspondencia;
- 2º, pela qualidade ou categoria do remittente;
- 3º, pela qualidade ou categoria do destinatario;
- 4º, pelas qualidades ou categorias reunidas do remittente e do destinatario.

Art. 73. São officiaes as correspondencias expedidas e recebidas, entre si, pelas autoridades e funcionarios da União; as expedidas e recebidas pelas autoridades e funcionarios estadoaes dentro dos limites de cada Estado; as recebidas e expedidas pelas autoridades da União e dos Estados; e as expedidas e recebidas pelas autoridades e funcionarios de um e outro Estado; todas relativas ao serviço publico geral ou estadual, em razão do assumpto, funcções, qualidades e competencias das ditas autoridades ou funcionarios.

Art. 74. São tambem classificados objectos de correspondencia official—os autos crimes em que for parte a justiça e que por ella sejam remittidos de uns para outros tribunaes; os autos de recurso remittidos pelos escrivães ou secretarios dos tribunaes, com a declaração de serem os réos pessoas miseraveis; os autos relativos ao alistamento de eleitores, e, em geral os processos e recursos eleitoraes; os exemplares do *Diario Official*, da União e dos Estados, onde os houver, remittidos aos assignantes e autoridades, os de revistas, brochuras, leis, relatorios, boletins e regulamentos impressos em estabelecimentos publicos, por conta ou ordem do Governo; os avisos, maços, pacotes, relativos ao serviço postal ou telegraphico, que aos empregados ou a par-

ticulares remetterem os respectivos chefes e os remettidos pelos ministros e chefes de repartições geraes e estaduais.

Art. 75. A correspondencia official deve conter no sobre-scripto: a declaração da repartição ou do serviço de onde parte, o nome ou a categoria da autoridade ou funcionario remittente, o nome ou a categoria da autoridade ou funcionario destinatario; deve ser apresentada cintada ou fechada e, sempre que for possível, com o sello das armas nacionaes.

Art. 76. As correspondencias officiaes não podem conter cartas fechadas ou abertas, manuscritos, impressos ou quaesquer outros objectos de correspondencia de character particular e cuja inclusão seja prohibida nesta classe de correspondencia.

Art. 77. As correspondencias officiaes que não satisfizerem as condições e requisitos estabelecidos nos artigos anteriores, serão classificadas como correspondencias particulares e sujeitas ás taxas para taes correspondencias, sendo punidos aquelles que incompetentemente usarem da correspondencia official ou abusarem della para defraudar os direitos da União.

## CAPITULO VI

### TAXAS DE PORTE — LIMITES DE PESO E DIMENSÕES — CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DAS CORRESPONDENCIAS

Art. 78. Todo o qualquer objecto de correspondencia que transitar no Correio, está sujeito a uma taxa, que será paga pelo remittente ou pelo destinatario, a qual representa o preço da manipulação, remessa e distribuição da correspondencia e será demonstrada por meio do sello do Correio adhesivo ou fixo.

Art. 79. O franqueamento da correspondencia é facultativo, obrigatorio, total ou parcial.

§ 1.º *Facultativo* — quando é permittido ao remittente pagar previamente a taxa ou deixar a cargo do destinatario esse pagamento, total ou parcial.

§ 2.º *Obligatorio* — quando a correspondencia não é expedida ao seu destino, sem que o remittente pague antecipadamente a taxa ou parte della.

§ 3.º *Total* — quando o pagamento da taxa é exigido antecipadamente, integral e de uma só vez.

§ 4.º *Parcial* — quando basta uma certa quota da taxa para que a correspondencia seja remittida a seu destino.

Art. 80. *Franquia* — é o direito concedido por lei a certa e determinada correspondencia para que transite no Correio isenta de taxa.

Art. 81. As cartas, quaesquer que sejam as distancias que tenham de percorrer, por mar ou por terra, dentro dos limites da Republica, pagam a taxa de 100 réis por porte simples de 15 grammas ou fração de 15 grammas.

Art. 82. As cartas, ainda quando não franqueadas ou insufficientemente franqueadas, serão expedidas pelo Correio, cobrando-se, porém, do destinatario o dobro da taxa devida, que será representada por sellos especiaes.

Para as cartas o limite de peso será de 300 grammas.

Art. 83. As cartas-bilhete são da taxa de 100 réis cada uma, circulam em todo o territorio da Republica e podem ser utilizadas na correspondencia internacional, paga a respectiva taxa.

As cartas-bilhete que, pela inclusão nellas de qualquer papel ou objecto permittido, excederem esse peso, serão taxadas como cartas.

Art. 84. Os bilhetes postaes são da taxa de 40 réis cada um, os simples; e da de 80 réis cada um, os duplos ou com resposta paga; devem ser postados a descoberto e não enrolados ou mettidos em sobrecartas ou acondicionados de modo a occultar parte de sua superficie ou a modificar a natureza ostensiva desta especie de correspondencia.

Art. 85. A excepção de sellos adhesivos ou de uma etiqueta impressa ou fabricada por qualquer outro processo mecanico, carimbo ou chancella, indicando o nome do remetente, sua residencia, firma social, qualidade e profissão, não é permittido ligar aos bilhetes postaes papel ou qualquer outra substancia com o fim de augmentar o espaço destinado á correspondencia, nem juntar-lhes amostras de qualquer especie.

Art. 86. Os bilhetes postaes, que não satisfizerem as condições acima estabelecidas, embora tenham o peso e as dimensões exigidas, serão taxados como cartas não franqueadas.

Art. 87. Os manuscritos, de que tratam os arts. 42 e 43, estão sujeitos ao franqueamento obrigatorio e integral de 100 réis por 50 grammas ou fracção de 50 grammas, não podendo exceder cada maço o peso maximo de 2 kilogrammas, nem apresentar sobre nenhum dos lados dimensão superior a 45 centimetros, excepto autos judiciais; quando, porém, fôr objectos forem apresentados em forma de cylindro ou rolo, o diametro não pôde exceder de 10 centimetros e o comprimento não pôde ser maior de 75 centimetros.

Art. 88. Os manuscritos devem ser apresentados ao Correio, cintados, entre cartões, em rolo, estojo ou cylindro de metal ou papel, aberto nas extremidades, em sobrecartas abertas, amarradas a cadaço ou barbante, ou simplesmente dobrados de modo a facilitar a verificação e a não dissimular a natureza da correspondencia.

Art. 89. Os manuscritos, que contiverem outras notas, além das permittidas nos arts. 51 e 52, e de caracter de correspondencia actual e pessoal, serão franqueados como cartas.

Art. 90. É prohibido incluir nos manuscritos, cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes, impressos, amostras e todos os demais objectos, cuja inclusão é prohibida nas correspondencias ordinarias.

Art. 91. Os manuscritos encontrados nas caixas do Correio, que não satisfizerem as condições estabelecidas nos arts. 87, 88, 89 e 90, não serão expedidos, embora regularmente franqueados.

Art. 92. Os impresos de qualquer natureza, excepto os jornaes, periodicos e revistas, publicados no Brazil, pagam a taxa de 20 réis por 50 grammas ou fracção de 50 grammas.

Art. 93. O franqueamento dos impresos é obrigatorio e total; a falta, no todo ou em parte, dará logar à não expedição dos impresos.

Art. 94. As condições do recebimento dos impresos, as notas nelles permittidas e os objectos cuja inclusão nesta classe de correspondencia é prohibida, são os mesmos estabelecidos para os manuscritos.

Art. 95. Os impresos apresentados ao Correio, que não satisfizerem as condições estabelecidas para seu recebimento, ou contiverem, além das notas permittidas, outras de character de correspondencia actual e pessoal, serão franqueados como cartas, para serem expedidos, e os que em taes condições forem encontrados nas caixas do Correio não serão remettidos a seu destino.

Art. 96. Os jornaes, revistas e outros periodicos, impresos no Brazil, expedidos pelos respectivos editores, redactores, gerentes ou administradores, conhecidos como taes, ou pessoas por elles devidamente autorizadas, para serem entregues a agentes seus ou directamente aos assignantes, ou por quaesquer outros individuos, estão sujeitos à taxa prévia, obrigatoria e integral de 10 réis por 100 grammas ou fracção de 100 grammas.

Art. 97. Os referidos jornaes, revistas ou periodicos, quando tiverem de ser expedidos pelos correios ambulantes, devem ser apresentados dobrados e em maço, ou avulsos, em saccos, com endereço aos destinatarios, às repartições postaes e acompanhados de lista de assignantes, quando a distribuição tiver de ser feita pelo Correio.

Art. 98. Quando os ditos jornaes, revistas e periodicos tiverem de ser expedidos por via maritima ou fluvial, ou por qualquer outra que não seja correio ambulante, serão apresentados nas condições do artigo anterior, devendo, porém, os maços ou exemplares avulsos dirigidos a cada destinatario ser sellados isoladamente, sendo, neste caso, dispensada a lista de assignantes.

Esta classe de correspondencia será recebida nos correios ambulantes até ao momento da partida dos trens.

Art. 99. Os jornaes, revistas e periodicos de que tratam os artigos antecedentes, não ou insufficientemente franqueados, ou que não satisfizerem as condições de recebimento já estabelecidas, não serão expedidos.

Art. 100. As amostras de mercadorias pagam a taxa de 100 réis por 50 grammas ou fracção de 50 grammas; o franqueamento será prévio, obrigatorio e integral, e estão sujeitas ao limite do peso maximo até 250 grammas, e de dimensões de 30 centimetros de comprimento, 20 de largura e 10 de altura; si, porém, o volume apresentar a forma de cylindro ou rolo, os limites de dimensões serão de 30 centimetros de comprimento e 15 de diametro.

Art. 101. As amostras não podem consistir em objecto algum de valor mercantil e devem ser collocadas em saccos de panno,

couro, lona, encerado ou papel, estojos ou caixas não fechadas ou fechadas de modo que o conteúdo possa ser facilmente verificado, em cylindro de metal, madeira ou cartão forte, em frascos de paredes grossas, tudo de modo a não prejudicar as correspondências e ao pessoal.

Art. 102. As encomendas postaes, com ou sem declaração de valor, estão sujeitas à taxa de 100 réis por 50 grammas ou fracção de 50 grammas; o pagamento da taxa, assim como as formalidades do registro, são obrigatorios para esta classe de correspondencia.

Art. 103. As encomendas com declaração de valor, além da taxa e do premio fixo do registro, estão sujeitas ainda a uma commissão correspondente a 5 % do valor declarado.

Art. 104. As encomendas postaes, destinadas a localidades servidas por estrada de ferro ou navegação, não podem ter dimensões superiores a 30 centímetros cubicos; si, porém, apresentarem a forma de cylindro ou rolo, poderão ter 75 centímetros de comprimento e 20 de diametro; as destinadas a outras localidades não poderão ter mais de 40 centímetros de comprimento, 22 de largura e 16 de altura, e si apresentarem a forma de cylindro ou rolo, poderão ter 30 centímetros de comprimento e 15 de diametro; o peso das primeiras não poderá exceder de 3 kilogrammas, e o das segundas não será maior de mil grammas.

Art. 105. As notas permittidas nas encomendas, os objectos que podem ser nellas incluidos e os que devem ser excluidos desta classe de correspondencia, estão declarados nos arts. 64 a 68 deste regulamento, e no capitulo — *Da correspondencia registrada* — estão estabelecidas as condições de recebimento, de registro e premios a que ficam sujeitas as encomendas com ou sem declaração de valor.

Art. 106. As amostras e encomendas estão ainda sujeitas às seguintes condições communs de embalagem: 1<sup>a</sup>, quando as amostras consistirem em materia liquida ou gordurosa, de facil liquefacção, deverão ser inseridas em frascos de vidro hermeticamente fechados, sendo cada frasco collocado em caixa de madeira sufficientemente guarnecida de serragem, de algodão, ou de substancia esponjosa em quantidade sufficiente para absorver o liquido, no caso de quebrar-se o frasco; finalmente, a propria caixa deverá ser encerrada em um estojo de metal ou madeira, com tampa de parafusos, ou de couro forte e espesso; 2<sup>a</sup>, os corpos gordurosos, de difficil liquefacção, taes como: unguentos, sabões, resinas, etc., cujo transporte apresenta menores inconvenientes, deverão ser postos em um primeiro envoltorio (caixa, sacco de panno, pergaminho, etc.), o qual sera collocado em uma segunda caixa de madeira, metal, ou couro forte e espesso; 3<sup>a</sup>, os pós seccos, corantes ou não, deverão ser collocados em caixas de papelão, as quaes por sua vez serão collocadas em saccos de panno ou pergaminho.

Art. 107. É permittido expedir pelo Correio, e na mesma remessa, amostras, impressos e manuscritos agrupados em um

só pacote, maço ou volume, desde que satisfaçam as condições seguintes :

1.<sup>a</sup>, que o peso total do volume não exceda de 2 kilogrammas em cada remessa, e que as dimensões e o peso das amostras de mercadorias, tomadas isoladamente, não excedam os limites marcados a essa classe de correspondência ;

2.<sup>a</sup>, que o volume seja expedido por um só remetente e com endereço a um só destinatário ;

3.<sup>a</sup>, que os objectos incluídos no volume, preencham, tomados isoladamente, as condições de recebimento e verificação ; só contenham as notas permissivas e não estejam nelles incluídos objectos prohibidos, segundo a classe de correspondência de cada um ;

4.<sup>a</sup>, que a taxa total do volume seja calculada e paga pela do objecto que estiver sujeito á mais elevada ;

5.<sup>a</sup>, que o franqueamento seja obrigatorio e a taxa integral.

Paragrapho unico. Não serão expedidos os objectos agrupados, encontrados nas caixas do Correio, não ou insufficientemente franqueados.

Art. 108. Serão franqueados como carta :

1.<sup>o</sup>, todos os objectos de correspondência, cerrados, cujo conteúdo não se possa verificar sem violação ;

2.<sup>o</sup>, todos os objectos de correspondência que contiverem notas manuscritas, impressas, ou feitas por qualquer outro processo mecanico, não permissivas ou de character de comunicação ao destinatário, isto é, de correspondência actual e pessoal.

Art. 109. As cartas avulsas, embora selladas, que os commandantes, capitães ou mestres do navios estrangeiros entregarem no Correio pagarão a taxa a que estão sujeitas as cartas nacionais não franqueadas, sendo como taes também tratadas as de simples recommendação, abertas, entregues ao Correio, trazidas por passageiros de navios ou de trens de estradas de ferro. Serão, porém, consideradas franqueadas as correspondências selladas e carimbadas em correios brasileiros ou estrangeiros e bem assim as selladas, segundo a tarifa e sellos do paiz a que pertencer ou de que depender o navio, postadas em pleno mar na caixa movel do mesmo navio ou entregues em mão do commandante, capitão, ou mestre e bem assim as selladas, recebidas em mão, no ultimo porto ou no da partida do navio.

Art. 110. As cartas, cartas-bilhete e bilhetes postaes, apresentados em qualquer estação do Correio para serem expedidos, *depois da hora*, ficam sujeitos á taxa dupla para que taes objectos possam ser recebidos e expedidos, e ao *triplo* da taxa, si forem apresentados na *ultima hora*.

§ 1.<sup>o</sup> *Depois da hora* — é o tempo de 30 minutos decorrido do termo fatal annuciado para o recebimento das correspondências ; e *ultima hora* — é o tempo decorrido depois da ultima meia hora, até ao momento do encerramento das malas.

§ 2.<sup>o</sup> Não ficam sujeitas á taxa dupla ou triplice as correspondências que forem apresentadas nos carros dos correios ambu-

lantes ou a bordo até ao momento da partida dos trens ou dos paquetes.

Art. 111. As correspondencias que forem franqueadas, apresentando em sellos valor superior ao das taxas que deviam ser pagas, serão expedidas ao seu destino, sem que, em hypothese alguma, o Correio indemnisce o excesso.

Art. 112. O franqueamento das correspondencias ordinarias deve ser combinado de modo que as taxas sejam representadas, quanto for possível, pelo menor numero de sellos.

Art. 113. São isentos de taxa :

1º, os vales de serviço ;

2º, as correspondencias já franqueadas, re-expeditas ou devolvidas como refugo ;

3º, as correspondencias de serviço postal, trocadas entre a directoria, administrações e outras repartições postaes e bem assim as trocadas com as administrações e autoridades dos correios estrangeiros ;

4º, as correspondencias officiaes expeditas e recebidas pelas autoridades e funcionarios federaes entre si, as expeditas e recebidas pelas autoridades e funcionarios federaes e pelas autoridades e funcionarios dos Estados ; as recebidas e expeditas pelas autoridades e funcionarios de um e outro Estado, e as expeditas e recebidas, entre si, pelas autoridades e funcionarios, dentro dos limites de um Estado.

Art. 114. Para a correspondencia official, além da isenção de taxa, em virtude do direito de franquia, não ha limites de peso e dimensões.

Art. 115. A correspondencia official será sempre entregue no Correio aos empregados encarregados desse serviço, de mão a mão, acompanhada de duas guias, datadas e competentemente assignadas, uma das quaes ficará archivada na repartição, sendo a outra entregue ao portador com o respectivo recibo.

Art. 116. Fica a correspondencia official sujeita a um exame summario, exclusivamente exterior, no acto de ser entregue ao Correio, além de ser verificado, pelos seus requisitos, o direito de franquia.

Art. 117. Quando do exame resultar a existencia de omissões de requisitos exteriores, taes como — a declaração dos titulos, qualidades ou autoridades, quer dos remittentes, quer dos destinatarios, das repartições de onde partem e daquellas a que se destinam, será a correspondencia, sem demora, devolvida ao remittente para fazer as necessarias rectificações.

Art. 118. Si o remittente se recusar a fazer as rectificações exigidas pelo Correio ou si, por falta de tempo, não for possível devolver a correspondencia para aquelle fim, será a mesma expedita com a nota — *Verifique a franquia* — representada por um carimbo com a letra *V* ou lançada à penna, e na estação postal destinataria, depois de procedido o exame exterior e outras diligencias, será a correspondencia entregue, ou taxada como carta não franqueada, si for considerada correspondencia



particular, além da pena em que incorrer o contraventor pelo abuso da franquia official.

Art. 119. A correspondencia de caracter official encontrada em caixas do Correio será expedida a seu destino com a nota — *Encontrada em caixa* — representada por um carimbo com as letras E. C. ou lançadas á penna, e a respeito della a repartição destinataria procederá como fica estabelecido no artigo antecedente.

Art. 120. Serão retidos no Correio :

1º, os objectos cuja manipulação ou conducção possa ser danosa ao pessoal ou ás correspondencias ;

2º, as substancias fetidas, nauseabundas ou putridas ;

3º, os artefactos, desenhos ou publicações obscenas ;

4º, os objectos com dizeres injuriosos, indecentes ou ameaçadores ;

5º, os animaes mortos, quando não convenientemente preparados ou acondicionados, as plantas vivas e outros órgãos de plantas de que trata o art. 7º n. 7 ;

6º, os bilhetes postaes dobrados, enrolados ou acondicionados de modo a occultar uma parte de sua superficie, assim como os que tiverem papeis ou retalhos de papel ou de qualquer outra substancia em que se possa escrever com o fim de augmentar o formato ou a superficie destinada á correspondencia, ou que tiverem quaesquer outros objectos collados ou amarrados de fôrma a augmentar-lhes o peso ;

7º, os manuscriptos e os impressos não ou insufficientemente franqueados ;

8º, os pacotes ou maços de manuscriptos, impressos, amostras e encomendas, com dimensões ou pesos superiores aos determinados ou que não preencherem todas ou alguma das condições estabelecidas para o recebimento de cada uma destas classes de correspondencias ;

9º, os jornaes, revistas e periodicos, quando não satisfizerem as condições exigidas para serem como taes considerados e recebidos ou estiverem não ou insufficientemente franqueados ;

10, as amostras não ou insufficientemente franqueadas e as que consistirem em objectos inteiros, formando pares, desirmados ou isolados, ou em retalhos de mais de 50 centimetros, quando não estejam inutilizados de modo a tirar-lhes o valor mercantil, sem que seja alterada a fôrma ou a substancia dos mesmos objectos ;

11, as correspondencias de — *Posta restante* — com endereços em letras iniciaes, excepto quando indicarem logar de destino, rua e numero da casa ;

12, as amostras de vidros, substancias liquidas, resinosas ou gordurosas, saponaceas, corantes, grãos, farinhas, sementes e de objectos cortantes e perfurantes, que não satisfizerem as condições especiaes de seu acondicionamento ;

13, as correspondencias endereçadas a destinatarios designados por iniciaes, que não indicarem o logar do destino ;

14, as encomendas encontradas nas caixas postaes ;  
15, as correspondencias com endereços incompletos, illegiveis, irregulares ou desconhecidos, assim como as que não tiverem endereço algum ;

16, as correspondencias damnificadas, estragadas ou mutiladas nas repartições ou nas malas do Correio em virtude de sinistro maritimo, terrestre ou de outra qualquer causa ;

17, as correspondencias franqueadas no todo ou em parte com sellos nulos ;

18, a correspondencia official contendo cartas, papeis manuscritos ou impressos e objectos cuja inclusão é prohibida nas correspondencias particulares, ou sejam extranhos ao serviço e áquella correspondencia, e bem assim as que apresentarem indícios evidentes ou contra as quaes houver denuncia de conter os ditos objectos.

Art. 121. Serão apprehendidos :

1º, as cartas, pacotes, quaesquer remessas ou objectos de correspondencia ordinaria, contendo artigos de ouro e prata, joias, pedras finas e objectos preciosos ou sujeitos a direitos de Alfandega ;

2º, as correspondencias ordinarias contendo papel-moeda, titulos, valores ou obrigações pagaveis á vista ou ao portador ;

3º, as correspondencias de taxa reduzida que contiverem fraudulentamente objectos sujeitos á taxa mais elevada ;

4º, as correspondencias nas quaes forem feitas as declarações falsas de valor ou forem franqueadas com sellos falsos ou falsificados.

Art. 122. As correspondencias retidas e que por qualquer dos motivos indicados neste regulamento não possam ou não devam ser expedidas, distribuidas ou restituídas aos remittentes, serão tratadas como refugo ; e as apprehendidas pelo motivo especificado no n. 4 do artigo anterior serão apresentadas ao chefe superior da repartição, acompanhadas de autos dos quaes conste de modo claro a infracção ou contração á lei postal, afim de que os infractores ou contraventores sejam punidos.

Art. 123. Fica estabelecido como regra geral, sem excepção, que as taxas, premios fixos e porcentagem a que estão sujeitas as correspondencias e os serviços a cargo do Correio, serão pagos e representados por meio de sellos postaes.

Art. 124. As correspondencias apresentadas a bordo de paquetes ou navios brasileiros, a vela ou a vapor, ficam sujeitas as seguintes regras :

1ª, si a bordo dos paquetes ou navios houver agente do Correio, as correspondencias serão franqueadas, em pleno mar ou mares territoriaes, portos maritimos ou fluviaes de outras nações, com sellos do Correio do Brazil ;

2ª, si, porém, a bordo dos referidos paquetes ou navios não houver agente do Correio, as cartas entregues aos commandantes, franqueadas ou não, serão apresentadas aos Correios brasileiros

ou estrangeiros dos portos de escala ou de destino das ditas embarcações.

Art. 125. É vedado aos Estados tributar, por qualquer forma, a correspondencia e outros objectos que transitarem pelas repartições postaes federaes.

## CAPITULO VII

### DO REGISTRO DAS CORRESPONDENCIAS

Art. 126. Todos os objectos de correspondencia particular ou official podem ser recebidos, transmittidos e distribuidos no territorio da Republica, mediante as formalidades do *registro*.

Art. 127. O registro é *facultativo* para as cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes, manuscritos, impressos, jornaes e amostras de mercadorias: é *obligatorio* para as cartas com valor declarado e encomendas com ou sem declaração de valor, vales postaes, para os maços ou remessas de officios de serviço contendo sellos postaes, formulas estampilhadas, valores ou dinheiro, expedidos de umas para outras repartições do Correio e para as correspondencias officiaes com valor declarado.

Art. 128. As cartas com valor declarado só poderão conter notas do Thesouro ou de bancos, papéis representativos de valor, letras e ordens de pagamento, titulos de divida publica, acções e obrigações de companhias, bancos, empresas ou sociedades, sellos do Correio e suas formulas estampilhadas, estampilhas do Thesouro da União ou dos Estados, bilhetes de loteria e quaesquer outros titulos pagaveis á vista ou ao portador.

Art. 129. As encomendas com declaração de valor só podem conter artigos de ouro ou prata e outros metaes preciosos, pedras finas, excepto moedas que estiverem em circulação, nacionaes ou estrangeiras, cartas fechadas ou abertas, objectos cerrados como cartas ou quaesquer outros de correspondencia particular ou official, papel-moeda, valores ou titulos de qualquer natureza, pagaveis ou não á vista ou ao portador, bilhetes de loteria, sellos do Correio e suas formulas estampilhadas, estampilhas do Thesouro ou dos Estados.

Art. 130. As formalidades para o registro das correspondencias são:

1ª, inscripção nominal e sob numero de ordem do objecto registrado;

2ª, entrega, em acto seguido, ao remittente de um certificado do registro;

3ª, a passagem da correspondencia, desde o momento do registro, da mão de um para outro empregado, sempre mediante recibo, até ao acto da entrega ao destinatario.

Art. 131. As correspondencias que tiverem de ser registradas serão entregues no Correio até uma hora antes da que for

marcada para o recebimento das correspondencias ordinarias e, como estas, estão sujeitas ás mesmas condições de limite de peso e dimensões, de acondicionamento e de notas autorizadas : devendo, além disso, o endereço ser escripto a tinta ou impresso em caracteres legiveis, com o nome do destinatario e logar de destino por extenso, sem o que não serão taes correspondencias recebidas para serem submettidas áquellas formalidades.

As correspondencias registradas sem declaração de valor, além da taxa relativa á classe e ao peso do objecto, estão sujeitas a um premio fixo de 200 réis de cada registro.

Art. 132. As cartas com valor declarado, além da taxa relativa á classe e ao peso do objecto, e do premio fixo de 200 réis de cada registro, pagam mais 2 % do valor nellas incluído, nas seguintes proporções:

Até 10\$000.....	200 réis
De 10\$000 a 15\$000.....	300 »
De 15\$000 a 20\$000.....	400 »
De 20\$000 a 25\$000.....	500 »

e assim por diante, accrescendo sempre 100 réis por 5\$ ou menos de 5\$000.

Paragrapho unico. O valor maximo a declarar nas correspondencias registradas não poderá exceder de 200\$, quaesquer que sejam os objectos não prohibidos, incluídos nesta classe de correspondencias.

Art. 133. A taxa de porte e o premio fixo das correspondencias registradas sem valor declarado e bem assim a taxa, o premio fixo e a percentagem das com declaração de valor, serão pagos em sellos pelos remittentes.

Art. 134. A collocação dos sellos nas correspondencias com valor declarado será feita exclusivamente pelo empregado encarregado do serviço, em presença do interessado, no acto do registro e de modo que fique descoberta quasi toda a superficie do subscripto. Atim de não occultar qualquer rotura do envoltorio; nas cartas registradas sem declaração de valor os sellos devem ser collocados pelo remittente ou pelo portador da correspondencia.

Art. 135. Para que nas cartas registradas possam ser remittidas notas do Thesouro ou do Banco, de curso forçado, bilhetes de loteria, documentos ou quaesquer outros valores ou titulos pagaveis á vista ou ao portador, é indispensavel que o remittente escreva do lado do fecho da carta e por cima delle — *Vale tanto...* — (a quantia por extenso) date, rubrique a declaração e, ao entregar a carta ao Correio, mostre ao empregado o objecto cujo valor é declarado.

§ 1.º Si o objecto for dinheiro, isto é, nota do Thesouro ou de Banco, de curso forçado, só poderá ser acceito quando não houver serviço de emissão de vales, para o Correio destinatario, e, neste caso, a quantia incluída na carta deve ser exactamente a declarada.

RECEBIDO CANAL

RECEBIDOS

§ 2.º Si o objecto consistir em bilhetes de loteria ou quaesquer outros titulos ao portador, o valor declarado poderá ser menor, porém nunca maior do que o seu valor real.

§ 3.º Si os objectos registrados consistirem em documentos, ao valor declarado o remetente acrescentará — *Em documentos.*

§ 4.º As importancias da taxa do porte, do premio fixo e da percentagem devem ser declaradas e rubricadas no talão e no certificado pelo empregado que registrar as correspondencias.

Art. 136. Aos empregados do Correio, encarregados do serviço de registro de correspondencias com valor declarado, é terminantemente prohibido fornecer lacre, sinete, escrever o sub-scripto e a declaração do valor, devendo em presença dos interessados fechal-as e lacral-as.

Art. 137. As cartas registradas com valor declarado relativas a protestos de letras, siques, falta de pagamento de contas assignadas ou de titulos de igual natureza, poderão ser acompanhadas de uma nota com a declaração daquella circumstancia, a data e o numero do registro, entregando o empregado ao remetente uma duplicata em tudo identica á que acompanhar a correspondencia, pelo que pagará mais o remetente uma taxa fixa representada por um sello de 100 réis.

Art. 138. A responsabilidade do Correio, pelos valores declarados em correspondencias registradas, está determinada no capitulo II deste regulamento; e as reclamações de pagamento de valores que se extraviarem, ou forem subtrahidos, poderão ser feitas nos Correios de origem ou de destino, devendo, porém, a ellas ser junto, como formalidade substancial, o certificado do registro, sem o que o pagamento não será effectuado.

Art. 139. Si o remetente de qualquer objecto registrado, com ou sem valor declarado, exigir aviso de recepção (*recibo do destinatario*), pagará para este fim mais 100 réis em sello, que será adherido á respectiva formula impressa.

Art. 140. As encomendas, com ou sem declaração de valor, satisfeitas as condições de limites de peso, dimensões, acondicionamento e notas autorisadas, devem ser apresentadas ao registro no Correio, abertas para serem verificadas, fechadas em seguida e lacradas em presença do remetente ou portador, observando-se todas as demais formalidades estabelecidas para as cartas registradas com valor declarado.

Art. 141. As encomendas com declaração de valor ficam sujeitas, além da taxa de porte e do premio fixo de 200 réis, á commissão de 5 % do valor declarado, não devendo nunca a dita commissão ser inferior a 500 réis, do modo seguinte:

Até 10\$000 .....	\$500
Até 15\$000 .....	\$750
Até 20\$000 .....	1\$000
Até 25\$000 .....	1\$250
Até 30\$000 .....	1\$500
Até 35\$000 .....	1\$750
Até 40\$000 .....	2\$000

e assim por diante, accrescendo sempre 250 réis por 5\$ ou fracção de 5\$000.

Art. 142. O valor maximo a declarar nas encomendas não poderá exceder de 200\$ em cada uma, podendo esse valor ser inferior, mas nunca superior ao valor intrinseco dos objectos nellas contidos.

Art. 143. Em caso de duvida fundada sobre o valor de uma encomenda, o empregado encarregado do registro poderá exigir que os objectos sejam avaliados por um profissional, procedendo nessa emergencia com o maximo escriptulo e presteza, a fim de não prejudicar os interessados.

Art. 144. As encomendas que, decorridos oito dias da data do aviso ao destinatario, não forem retiradas do Correio, ficam sujeitas a uma taxa de armazenagem de 50 réis diarios até que sejam entregues ao destinatario, ou reclamadas pelos remetentes ou consideradas em refugo.

Ficam isentas de taxa de armazenagem as encomendas cujo peso não exceder de 250 grammas.

Art. 145. A taxa de armazenagem das encomendas será paga em sellos :

- 1º, pelos destinatarios, no acto de retirat-as do Correio ;
- 2º, pelos remetentes, quando, devolvidas, forem por elles reclamadas ;
- 3º, deduzida do producto da venda, quando cahidas em *refugo*.

Art. 146. As correspondencias officiaes podem ser registradas com ou sem valor declarado, desde que satisfaçam as mesmas condições exigidas para o registro das correspondencias particulares e que este seja requisitado officialmente, excepto quando, nas remessas urgentes de valores sujeitas a taes formalidades, não puderem ellas ser preenchidas na hora do registro, devendo em taes casos ser accepta a declaração official assignada pelo remetente.

Para as correspondencias officiaes com valor declarado não haverá limite de quantia.

Art. 147. São sujeitas ao registro obrigatorio as correspondencias de serviço postal, contendo :

- 1º, valores encontrados em carta, caixas ou postigos do Correio ;
- 2º, objectos de correspondencia franqueados com sellos servidos, falsos ou falsificados ;
- 3º, correspondencias suspeitas de conterem objectos prohibidos, ou sujeitos a direitos de Alfandega ;
- 4º, autos lavrados nas repartições postaes em virtude de falta de objectos registrados, das listas que deviam acompanhar os ditos objectos, ou de facturas das correspondencias ordinarias ;
- 5º, avisos de recepção de objectos registrados, devolvidos ás repartições de origem ;
- 6º, saldos ou *deficits* das repartições postaes, sellos e formulas estampilhadas.

Art. 148. As cartas e objectos de correspondencia ordinaria que transitarem no Correio, sob registro de serviço postal, quando tiverem sido regularmente franqueados, não ficam sujeitos a nova taxa ou supplemento de taxa.

Art. 149. As correspondencias officiaes, em casos identicos, quando revestidas de todas as condições exigidas para serem como taes consideradas, não perdem o privilegio da franquia.

## CAPITULO VIII

### PERMUTAÇÃO DE FUNDOS — VALES POSTAES

Art. 150. O Correio encarrega-se do serviço de permutação de fundos por meio de *vales postaes*.

Art. 151. Os vales postaes dividem-se em — *nominaes* — *ao portador* — e — *de serviço*.

§ 1.º *Nominaes* — são os emitidos em favor de certo e determinado individuo, designado pelo nome proprio, ou de certa e determinada corporação, estabelecimento, empresa ou sociedade, nomeadamente designada.

§ 2.º *Ao portador* — os emitidos sem designação de individuo, corporação, estabelecimento, empresa ou sociedade, para serem pagos a quem os apresentar.

§ 3.º *De serviço* — os emitidos para transferencia de fundos entre repartições publicas da União e dos Estados, pagamento de vencimentos, ajudas de custo, despezas com transporte de malas e das resultantes de caso de força maior, que tenham sido ou devam ser pagas por empregados do Correio.

Art. 152. O valor maximo dos vales postaes nominaes será de 1:000\$, quando tiverem de ser pagos nas administrações de 1ª classe; de 500\$, quando o tiverem de ser nas outras administrações e sub-administrações; de 200\$, quando o pagamento tiver lugar nas agencias de 1ª classe, e de 100\$, nas de 2ª e 3ª classes, cujas rendas comportarem esse serviço e forem para isso autorizadas.

Art. 153. Para os vales postaes ao portador o valor maximo será: de 200\$, quando tiverem de ser pagos nas administrações de 1ª classe; de 100\$, nas outras administrações e sub-administrações; de 50\$, nas agencias de 1ª classe; e nas de 2ª e 3ª, observadas as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 154. São encarregados da emissão e pagamento de vales nas administrações, sub-administrações e agencias autorizadas para esse serviço, os respectivos thesoureiros; e naquellas em que não os houver, os proprios agentes.

Art. 155. Os tomadores de vales — *nominaes* — ou — *ao portador* — pagarão um premio, na fôrma da seguinte tabella:

Até 25\$000.....	\$300
» 50\$000.....	\$600
» 100\$000.....	1\$000
» 150\$000.....	1\$500
» 200\$000.....	2\$000
» 300\$000.....	2\$500
» 400\$000.....	3\$000
» 500\$000.....	3\$500
» 600\$000.....	4\$000
» 700\$000.....	4\$500
» 800\$000.....	5\$000
» 900\$000.....	5\$500
» 1:000\$000.....	6\$000

Art. 156. Si os vales forem expedidos com a nota — *urgente* — para que sejam entregues nas cidades ou povoações, onde estejam situadas as administrações, sub-administrações ou agencias destinatarias e houver distribuição a domicilio, por portador *expresso*, pagarão mais os tomadores o premio fixo de 500 réis; e si exigirem que em tempo opportuno se lhes dê um certificado do aviso de recepção, pagarão ainda o premio fixo de 100 réis, tudo em sellos do Correio.

Art. 157. Os premios dos vales e as demais despesas com a emissão serão pagos pelos tomadores, no acto de apresentarem a requisição, e ficarão pertencendo à União, desde que a emissão se realise, não podendo mais ser restituídos nem mesmo nos casos em que é permitido o reembolso.

Paragrapho unico. Os vales — *de serviço* — ficam isentos de qualquer taxa ou premio.

Art. 158. Os vales, logo depois de emitidos, serão immediatamente registrados por conta dos tomadores, aos quaes se entregará um certificado de registro, e, enquanto não forem pagos, compete-lhes o direito de modificar-lhes o endereço, sustar a entrega, ou pagamento delles.

Art. 159. Não é permitida a emissão de vales a favor de individuos designados por letras iniciais ou nome que não individualise ou determine de modo certo o destinatario; podem, porém, ser emitidos a favor de empresas, corporações, redacções ou administrações de jornaes, estabelecimentos publicos ou particulares e firmas commerciaes.

Art. 160. Si o tomador de um vale nominal ou ao portador não quizer declarar o seu nome ou appellidos, serão taes indicações substituidas por letras iniciais ou pela palavra — *Anonymo*.

Art. 161. Os vales postaes emitidos de umas para outras repartições do Correio serão válidos sómente até ao ultimo dia do terceiro mez, a contar da data da emissão; terminado este prazo, só poderão ser pagos depois de revalidados, a pedido do tomador ou do destinatario.



Art. 162. A revalidação dos vales postaes consiste na concessão de um novo periodo de validade igual ao primeiro, o qual pôde ser successivamente renovado, enquanto os vales não estiverem prescriptos, mediante novo premio pago pelo tomador ou destinatario, na repartição emissora ou na de destino, por meio de sellos ordinarios, adheridos no verso do vale, antes de revalidado ou pago.

Art. 163. A revalidação dos vales será feita nas repartições emissoras ou de destino por solicitação dos tomadores ou destinatarios em uma formula impressa fornecida pela repartição.

Art. 164. As importancias dos vales não pagos prescrevem em favor da Fazenda Nacional, no fim de um anno, a contar da data da emissão.

Este prazo, porém, fica interrompido pelos processos ou reclamações escriptas, a respeito dos mesmos vales, para os quaes o novo prazo de prescrição começará a ser contado da data da sentença final, ou do despacho definitivo.

Art. 165. O Governo poderá, em circumstancias extraordinarias, mediante representação motivada do director geral dos Correios, sem prejuizo do reembolso :

1º, suspender temporariamente a emissão e o pagamento de vales em qualquer repartição postal ou em todas as repartições postaes da Republica ;

2º, reduzir temporariamente o valor maximo dos vales.

Art. 166. As requisições dos vales ficarão archivadas nas repartições de origem, durante o prazo de tres annos, findo o qual as agencias as remetterão ás administrações, para serem verificadas e em seguida destruidas ; os talões dos vales, porém, serão remettidos pelas agencias ás administrações, logo depois de realisada a emissão e a entrega do ultimo vale do respectivo livro.

Art. 167. Os vales de serviço serão emittidos em virtude de requisição especial e em formula tambem especial, com a declaração do fim a que se destinam as respectivas importancias, a data e a assignatura do empregado postal, ou da autoridade requisitante.

Art. 168. Só podem fazer taes requisições as autoridades e funcionarios competentes para usarem da franquia official.

Art. 169. Aos tomadores de vales serão dados, em troca das quantias que entregarem, os competentes recibos, podendo os mesmos tomadores, em qualquer tempo, exigir que lhes seja declarado si os ditos vales foram ou não pagos, e para esse fim haverá uma formula impressa em que se escrevam os dizeres relativos á data da emissão e ao individuo a quem devia ser effectuado o pagamento, affirm de que seja immediatamente remettida, e, depois, devolvida, em registro de serviço, á repartição encarregada de emittir o vale.

Art. 170. Os vales postaes só podem ser substituidos nas repartições emissoras :

1º, quando perdidos ou extraviados, passado o prazo de sua validade ;

2.º, quando deteriorados ou inutilizados, logo que sejam exhibidos.

§ 1.º Para a substituição de vale ao portador, o tomador fará a requisição em uma formula impressa fornecida pela repartição, acompanhada não só do recibo da emissão, como de attestado do Correio de destino, em que declare estar ou não de posse do aviso do vale; não ter sido este pago e que não será effectuado o pagamento, si for posteriormente apresentado.

§ 2.º Si o vale for — *nominal* — o tomador ou o destinatario terá direito à substituição, requisitando-a na fórma estabelecida, sempre ao Correio emissor; o destinatario, juntando attestado do Correio de destino, passado nos termos do § 1.º; e o tomador, o mesmo attestado e o recibo da emissão.

§ 3.º No caso de substituição urgente de vale, o attestado de que tratam os paragraphos anteriores pôde ser supprido por declaração, em termos claros, da repartição de destino, em telegramma de serviço, e em resposta a telegramma que lhe for expedido pela repartição emissora.

Art. 171. No caso de substituição de vales, quer sejam — *ao portador* — ou — *nominaes* — os tomadores ou destinatarios pagarão os premios estabelecidos neste capitulo, representados em sellos ordinarios que serão applicados nos vales emitidos por substituição.

Art. 172. Os tomadores de vales postaes podem ser reembolsados nas repartições emissoras, mediante apresentação do proprio vale e pedido feito em uma requisição impressa, fornecida pela repartição, desde que o aviso esteja no Correio emissor.

Art. 173. Quando um vale for tomado sob a declaração — *Anonymo* — ou com a indicação das iniciais do nome do tomador, si tiver de ser reembolsado, além do que fica estabelecido, juntará este ao proprio vale o recibo de emissão e o reembolso se effectuara sem mais formalidades, si o aviso estiver na repartição emissora.

Si, porém, ali não estiver ainda o aviso, a requisição, com o recibo de emissão e o proprio vale, será submettida a despacho para autorisação do reembolso.

Art. 174. Quando, no caso da ultima hypothese do artigo anterior, houver urgencia no reembolso do vale, a repartição emissora, por meio de telegramma de serviço expedido a repartição destinataria, e em vista das informações transmittidas em resposta, autorisará ou não o reembolso.

Art. 175. Si o tomador ou o destinatario de um vale requisitar, na fórma já estabelecida, que o pagamento seja feito em localidade diversa da primitiva, pagará para esse fim todas as despesas, como si tivesse de ser feita uma nova emissão.

Art. 176. Os vales postaes — *nominaes* — podem ser transferidos por meio de — *endosso* — e, neste caso, não serão mais pagos aos primitivos destinatarios, excepto em virtude de novo endosso.

Art. 177. As pessoas, em favor de quem se effectuarem os endossos, passarão no acto do pagamento os respectivos recibos no proprio vale.

Art. 178. As firmas dos endossantes, quando não conhecidas, devem ser authenticadas por tabellães, consules, ou abonadas perante os empregados incumbidos do pagamento dos vales, por qualquer dos meios permittidos em direito.

Art. 179. Os tomadores de vales postaes teem o direito de rectificar o nome do destinatario, ou determinar que o pagamento seja feito a outra pessoa.

Para esse fim dirigirão um pedido, em modelo impresso fornecido pela repartição, á administração, por intermedio da repartição emissora, juntando o recibo do vale.

Art. 180. Os vales serão pagos mediante recibo— assignado:

1.<sup>o</sup>, nas *administrações* — dentro de 24 horas depois da sua apresentação, não se contando os dias feriados ;

2.<sup>o</sup>, nas *sub-administrações e agencias* — dentro do prazo de oito dias de vista.

Art. 181. Os vales nominæes serão pagos, mediante recibo assignado :

1.<sup>o</sup>, ás pessoas a favor de quem forem emitidos ou endossados e sejam indicadas por seus nomes ;

2.<sup>o</sup>, aos representantes de casas commerciaes ou empresas, aos administradores, gerentes e proprietarios de jornaes, aos funcionarios e directores ou administradores de estabelecimentos publicos ou particulares, quando os vales tiverem sido emitidos ou endossados a favor desses entitidos.

Art. 182. Os vales ao portador serão pagos a quem os apresentar, sem outra formalidade além do recibo do apresentante.

Art. 183. Os empregados incumbidos do pagamento de vales postaes nominæes quando tiverem duvidas, ou não reconhecerem a identidade dos individuos em favor de quem forem os vales emitidos, poderão exigir essa prova pelos meios seguintes : abonação de consul, de duas testemunhas conhecidas dos empregados, ou de representante de qualquer firma social.

Art. 184. Quando, nos casos do artigo antecedente, as assignaturas dos recibos forem de representantes de firmas commerciaes, de praças do Exército, da Armada ou da Policia, de funcionarios publicos e empregados de estabelecimentos particulares, devem taes assignaturas ser acompanhadas de marcas de chancellia, carimbos ou sinetos de que usarem as firmas commerciaes, corporações, empresas ou repartições a que pertencerem os abonadores : de abonação dos commandantes de corpos, majores, capitães ou commandantes de companhia ou chefes de qualquer estabelecimento militar, quando forem do praça do Exército ou da Policia ; de commandantes de navios, capitães de porto ou chefes de quaesquer estabelecimentos navaes, quando se tratar de praças da Armada ; dos directores ou chefes de repartições publicas ou estabelecimentos particulares, quando se tratar de funcionarios ou de pessoas empregadas em taes repartições ou estabelecimentos e a quem interessarem os vales.

Art. 185. Quando os recibos dos vales forem assignados por procurações, deverão estas ou seus traslados authenticos ficar

archivados nas repartições onde se effectuarem os pagamentos; e, si o destinatário de um vale não souber ou não puder escrever, o recibo será passado por qualquer pessoa a seu rogo, devendo o acto do pedido do rogante e assignatura do rogado ser legalisado por tabellião, consul ou duas testemunhas.

Art. 186. Não serão pagos os vales:

1º, que contiverem alterações no texto, rasura, entrelinha, palavra ou palavras acrescentadas, emendadas ou riscadas;

2º, que tiverem discordancias essenciaes entre o vale e o aviso;

3º, quando houver differença de quantia entre a escripta por extenso e a representada por algarismo;

4º, depois de expirado o prazo da validade ou das revalidações nelles exaradas.

Art. 187. O pagamento dos vales, nas condições do artigo antecedente, só poderá ser feito mediante authorisação escripta, assignada e lançada no corpo do vale pelo chefe da repartição.

Art. 188. Os vales postaes não estão sujeitos ao imposto do sello, e os de serviço estão isentos de qualquer taxa ou premio.

Art. 189. Os empregados incumbidos do pagamento de vales são responsaveis, para com a repartição, pelas quantias que tenham sido por elles indevidamente pagas a outras pessoas, que não sejam os verdadeiros destinatarios.

## CAPITULO IX

### DO SERVIÇO DE COBRANÇAS

Art. 190. As administrações e agencias autorisadas a emitir e a pagar vales postaes são tambem encarregadas de effectuar, por conta de terceiros, o serviço de cobrança de recibos, letras, titulos, facturas, obrigações e, em geral, de todos os valores commerciaes e de quaesquer outros, taes como — dividendos de companhias e de bancos, juros de apolices da divida publico, geral ou estadual, pagaveis á vista e sem despeza.

Art. 191. Os valores a cobrar serão apresentados em qualquer estação postal authorisada a recebê-los, descriptos em duplicata, em uma formula impressa, para cada documento, e depois incluídos em sobrecarta fornecida pelo Correio, para serem expedidos mediante registro, por conta do remettente.

Art. 192. O limite maximo das importancias de cada titulo a cobrar será o mesmo estabelecido para emissão de vales postaes nas administrações e agencias.

Art. 193. As formulas impressas relativas a cada documento, além da descripção dos mesmos, devem conter:

1º, a quantia a cobrar escripta por extenso;

2º, a indicação do domicilio do devedor.

Art. 194. Além da formula impressa, acompanhará cada documento um recibo datado, assignado e legalmente sellado pelo

remettente, excepto quando se tratar de documento para cuja cobrança não haja necessidade desse recibo.

Art. 195. Das importancias cobradas o Correio descontará:

1º, a commissão de 2  $\frac{1}{2}$ %, paga em sellos, sobre a importancia de cada documento, na seguinte forma:

Até 25\$000.....	\$500
De 25\$000 a 50\$000.....	1\$000
De 50\$000 a 75\$000.....	1\$500

e assim por diante, accrescendo sempre 500 réis por 25\$ ou fracção desta quantia:

2º, o premio do vale representando o producto liquido da cobrança.

Art. 196. O Correio não recebe pagamento parcial; cada titulo deveya ser pago de uma só vez e em moeda corrente.

Art. 197. Si no prazo de 15 dias, depois de recebidos os documentos pelo Correio, a cobrança não estiver realisada, o pagamento será havido como recusado e os documentos devolvidos ao remettente, não tendo o Correio, nestes casos, direito á commissão.

Art. 198. O Correio, no serviço de cobranças, não é obrigado a processo algum judicial, nem a provar, por qualquer forma, a falta do pagamento.

Art. 199. Os vales para remessa dos productos liquidos das cobranças ficam em tudo sujeitos ás disposições relativas aos vales postaes de permutação de fundos.

Art. 200. A responsabilidade do Correio pelos valores recebidos das cobranças effectuadas acha-se estabelecida no capitulo II deste regulamento.

## CAPITULO X

### DA ASSIGNATURA DE JORNAES, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Art. 201. Todas as repartições postaes da Republica poderão receber dinheiro para assignaturas de jornaes, revistas e outras publicações periódicas, feitas no Brazil, ficando aquelle serviço a cargo dos empregados incumbidos da emissão de vales postaes, nas repartições para esse fim autorisadas, e dos agentes do Correio, onde não houver serviço de vales.

Art. 202. As assignaturas de jornaes só poderão ser tomadas por periodos certos e fixados nas publicações a que ellas se referirem; e o preço correspondente será exigido no acto da subscripção da formula impressa em que for feito o pedido de assignatura.

Art. 203. Pela assignatura de jornaes e outras publicações periodicas pagar-se-ha adeantadamente:

1º, o preço da assignatura correspondente a periodo determinado;

2º, o premio de 2 % sobre essa importancia;

3º, a commissão de 1 % para transferencia do dinheiro.

Paragrapho unico. O premio e a commissão de que tratam os ns. 2 e 3 deste artigo serão pagos em sellos ordinarios, adheridos á formula impressa do pedido da assignatura e obliterados na repartição de origem.

Art. 204. Si a repartição onde for tomada a assignatura não emittir nem pagar vales, será a importancia della remettida em officio e sob registro de serviço, com valor declarado e acompanhado das indicações necessarias á repartição postal da sêde da publicação a que se referir o pedido, affin de que esta promova a assignatura, e neste caso, a commissão e o premio serão satisfeitos em sellos, e estes adheridos ao officio de remessa da importancia da assignatura e obliterados com o carimbo da data, na agencia de origem.

Art. 205. O Correio não assume responsabilidade alguma pelas obrigações dos editores, redactores, gerentes ou administradores de jornaes e publicações periodicas, e bem assim não se obriga a reembolso algum no caso de cessar ou ser interrompida a publicação dos jornaes ou revistas, durante o periodo da respectiva assignatura.

Art. 206. As repartições do Correio obrigam-se a dar andamento, sem despesa alguma para o assignante, a quaesquer reclamações fundadas, relativas ás demoras ou irregularidades no serviço de assignatura e remessa das alludidas publicações.

Art. 207. Si, por qualquer motivo, não se realisar a assignatura pedida, a quantia para esse fim entregue ao Correio será devolvida em vale ou em officio de serviço, com valor declarado, para restituição della ao assignante, menos a commissão e o premio pagos na repartição de origem.

Art. 208. Si os editores, gerentes, redactores ou administradores de jornaes e outras publicações periodicas quizerem servir-se do Correio como intermediario de assignaturas, a commissão de 2 % de que trata o n. 2 do art. 203 será deduzida do preço da assignatura, e para esse fim enviarão elles á repartição postal da sêde de taes publicações, para serem registradas e remettidas ás administrações e agencias de 1ª e 2ª classes, as seguintes declarações competentemente assignadas:

1ª, titulo da publicação;

2ª, localidade onde é feita e onde tem sua sêde, gerencia ou administração;

3ª, preço da assignatura por mez, trimestre, semestra, anno, ou da publicação avulsa, por fasciculo ou por volume;

4ª, que a commissão de 2 % será deduzida do preço da assignatura;

5ª, nome do individuo, firma social, ou empresa a quem deve ser enviada a importancia da assignatura ;

6ª, condições especiaes da publicação.

Art. 209. Em cada repartição postal será feito o registro de jornaes, revistas e outros periodicos publicados na séde ou na zona dependente da repartição, e no mez de dezembro de cada anno será remettida uma cópia á administração, que, por sua vez, organizará o registro dos jornaes e revistas publicadas em sua circumscripção, o remetterá por cópia á directoria para que esta possa fazer o registro geral de todos os jornaes, revistas e outros periodicos publicados no Brazil.

## CAPITULO XI

### DO LIVRETE DE IDENTIDADE

Art. 210. As administrações, sub-administrações e as agencias do Correio de 1ª e 2ª classes poderão facultar livretes de identidade ás pessoas que os pedirem, mediante as condições estabelecidas neste regulamento.

Art. 211. O direito de justificar a identidade de pessoa por outro qualquer meio, permittido na legislação da Republica, não fica limitado ou restringido pelo facto do pedido e da emissão de um livrete para aquelle fim.

Art. 212. O Livrete de identidade será — *mutatis-mutandis* — conforme o modelo annexo ao accordo celebrado entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e outros paizes da União Postal Universal.

Art. 213. Para a emissão de um livrete de identidade é indispensavel que o requisitante apresente á repartição um retrato photographico actual, formato — cartão de visita — em busto ou corpo inteiro, para ser appenso no verso da primeira capa do livrete por meio de uma fita, cujas extremidades serão presas á photographia com um sinete official applicado sobre lacre, independentemente de quaisquer outros meios que possam ulteriormente ser admittidos.

Art. 214. Os meios de prova de identidade de pessoa para a emissão de um livrete, quando os requisitantes não forem conhecidos na repartição postal emissora, são todos os permittidos em direito.

Art. 215. As cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes, manuscritos, impressos, jornaes, amostras de mercadorias e cartas ou objectos registrados sem valor, dirigidos a proprietarios de livretes de identidade, podem ser entregues aos mesmos mediante a simples exhibição dos ditos livretes ; a entrega de cartas registradas com valor declarado, de encomendas com declaração de valor e bem assim o pagamento de vales, só pôde ser feita aos destinatarios, proprietarios de livrete de identidade, me-

diante recibos destacados dos mesmos livretes e devidamente assignados por elles, excepto quando notoriamente conhecidos na repartição postal.

Art. 216. Os objectos de correspondencia e as importancias dos vales deverão ser entregues pessoalmente aos proprietarios dos livretes, excepto quando forem representados por procuradores legalmente constituídos.

Art. 217. A entrega de objectos de correspondencia aos procuradores de proprietarios de livrete de identidade será feita do modo seguinte :

1º. as cartas, cartas-bilhete, bilhetes postaes, manuscritos, impressos, jornaes e amostras de mercadorias, cartas e objectos registrados sem valor declarado, serão entregues mediante a apresentação do livrete e da procuração ;

2º. as cartas e encomendas com declaração de valor e as importancias de vales, mediante a exhibição da procuração e apresentação do recibo destacado do livrete, assignado pelo proprietario do mesmo.

Art. 218. As repartições postaes ficam isentas de qualquer responsabilidade, desde que o pagamento de vales ou a entrega de quaesquer objectos de correspondencia registrada com valor declarado se effectue mediante recibos, destacados dos livretes de identidade assignados pelos respectivos proprietarios.

Art. 219. O preço de cada livrete é de 1\$, não incluindo o do retrato photographico, que deverá ser apresentado á repartição postal pelo requisitante do livrete.

Art. 220. Os livretes de identidade serão válidos somente durante dous annos, a contar do dia em que forem entregues aos proprietarios, e findo este prazo poderão ser visados na repartição postal emissora, para nova validade, que será de um anno somente e mediante metade do preço.

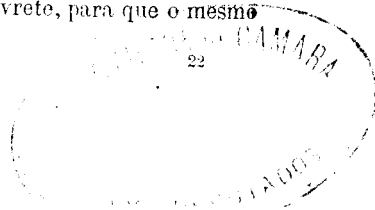
Art. 221. As repartições postaes que recolherem o ultimo recibo de um livrete de identidade exigirão a entrega do livrete e proporcionarão ao proprietario, si este o pedir, a emissão de novo livrete independente de outras provas de identidade.

Art. 222. No caso de perda de um livrete, o proprietario deverá participar o facto :

1º. á repartição postal da localidade onde se achar, ou á repartição mais proxima, si ali não a houver ;

2º. á administração ou agencia que emittiu o livrete.

Art. 223. Em vista da participação de que trata o artigo anterior, a repartição postal da localidade onde se achar o proprietario do livrete, ou a mais proxima onde tiver sido feita a participação, não fará, provisoriamente, entrega nem de objectos de correspondencias, nem de pagamento de vales que lhes forem reclamados por meio do livrete perdido, e a repartição emissora tomará todas as providencias, de accordo com as informações prestadas pelo proprietario do livrete, para que o mesmo seja declarado *nullo*.





Paragrapho unico. Todas as repartições postaes autorizadas a emitir livretes de identidade terão um registro geral dos emitidos, válidos e declarados nulos nos Correios da Republica, com as observações exigidas para a regularidade e boa execução deste serviço.

## CAPITULO XII

DA RECEPÇÃO, CONFERENCIA, DISTRIBUIÇÃO, EXPEDIÇÃO, DEVO-  
LUÇÃO, REEXPEDIÇÃO DE CORRESPONDENCIA. ENCOMMENDAS E  
MALAS

Art. 224. *Recepção* — A recepção da correspondencia ordinaria poderá ser feita em qualquer hora do dia e da noite em caixas postaes, que serão collocadas:

- 1º, em todas as repartições postaes sedentarias e ambulantes;
- 2º, em ruas das cidades e outras localidades onde houver serviço urbano; na área dos districtos ruraes, onde houver agencia ou ponto de venda de sellos, e nos edificios e estabelecimentos publicos e estações das estradas de ferro com indicação das horas das respectivas collectas;
- 3º, nos paquetes em que houver agente embarcado;
- 4º, em todos os pontos onde as necessidades do serviço e as conveniências publicas o exigirem.

Paragrapho unico. Além das caixas de que trata este artigo, haverá no interior das repartições postaes de maior movimento as caixas necessarias para facilitar a collecta das correspondencias.

Art. 225. As collectas das correspondencias serão feitas:

- 1º, as das caixas collocadas no interior das repartições postaes sedentarias de grande movimento, pelo menos, com intervallo de meia hora até ao encerramento dos trabalhos; além dessas collectas haverá outras nas occasiões de expedição e distribuição das correspondencias, precedendo aviso ao publico;
- 2º, as das repartições ambulantes, logo que se notar que nellas foi lançada qualquer correspondencia;
- 3º, as das repartições sedentarias de pequeno movimento, nas horas marcadas para as expedições e distribuições das correspondencias;
- 4º, as das ruas, dos edificios e estabelecimentos publicos e das estações de estrada de ferro, nunca menos de tres vezes ao dia, em horas conhecidas do publico e que aproveitem ás expedições e distribuições;
- 5º, as das áreas dos districtos ruraes, uma ou mais vezes por dia, em horas que aproveitem a expedição de malas ou a distribuição de correspondencias, a cargo da agencia principal do districto a que pertencerem;

6º, as dos paquetes brasileiros, na entrada dos portos de destino ou de escala pelo empregado do Correio incumbido de ir a bordo receber as malas ou pelo agente embarcado, si o houver. Ao commandante, capitão ou mestre cabe a obrigação de abrir as caixas dos paquetes, no caso de não ir a bordo empregado especial receber as malas, devendo entregar tambem ao Correio toda a correspondencia que collectar.

Art. 226. De accordo com as conveniencias do commercio e do publico em geral, serão marcadas pelos administradores, sub-administradores e agentes as horas durante as quaes as repartições postaes estarão abertas.

Art. 227. Em todas as repartições do Correio serão afixados annuncios com indicação dos dias e horas das partidas e chegadas das malas e bem assim da procedencia e destino das mesmas.

Art. 228. As correspondencias para registrar serão apresentadas nas repartições postaes aos empregados incumbidos desse serviço, observadas as formalidades exigidas neste regulamento.

Art. 229. *Conferencia* — A conferencia divide-se em:

1º, conferencia de malas ;

2º, conferencia de correspondencia.

§ 1.º Por conferencia de malas entende-se o confronto da quantidade, numeração e qualidade das mesmas com a menção feita nas guias, notas, etc., que as acompanharerem, e bem assim o exame do seu estado e dos respectivos fechos, em acto continuo ao do recebimento, na presença do portador.

§ 2.º Por conferencia de correspondencias entende-se, não só o exame de todos os objectos contidos nas caixas ou malas, e fim de verificar-se o seu acondicionamento, estado e si foram ou não observadas as formalidades prescriptas, como tambem o confronto da quantidade e natureza dos mesmos objectos com a menção feita nas facturas, ou nas listas, si se tratar de correspondencia registrada, para a immediata marcação e prevenção de manipulação.

Art. 230. São competentes para o recebimento e conferencia de malas:

1º, nas administrações, sub-administrações, succursaes e correios ambulantes, os respectivos chefes de turma ;

2º, nas agencias, de 1ª e 2ª classe, os agentes e seus ajudantes ;

3º, nas outras agencias, os respectivos agentes ;

4º, nos carros de estradas de ferro, os conductores ou encarregados desse serviço.

Art. 231. São competentes para a conferencia de correspondencia :

1º, nas administrações, sub-administrações, succursaes e correios ambulantes, dous empregados previamente designados ;

2º, nas agencias de 1ª e 2ª classe, os agentes ou seus ajudantes, acompanhados de um empregado ;

3º, nas outras agencias, o respectivo agente, na presença do portador da mala, ou de pessoas para esse fim convidadas.

continua aqui>

Art. 232. A falta de malas ou a existencia de indicio de violação das mesmas e das correspondencias, assim como a falta de factura, desde que na mala não seja encontrado objecto registado acompanhado de lista, e que a totalidade dos objectos registados não confira com a menção da factura, dará logar a lavrar-se auto circumstancial, para o que todas as repartições terão livro especial.

Art. 233. Fora dos casos previstos no artigo anterior, a falta de factura, lista, guia, etc., dará logar não só a lavrar-se auto como a confecção de facturas, listas e guias subsidiarias, sem prejuizo do boletim de rectificação, que deve ser expedido sempre que houver inexactidão ou não forem observadas quaesquer formalidades.

Art. 234. *Por marcação* — entende-se o processo de applicação de carimbo de data e outros, no subscripto das correspondencias a serem expedidas e no verso das que tiverem de ser entregues ou distribuidas.

Art. 235. *Manipulação* — é o processo de apartação das correspondencias pela sua natureza: — Cartas, cartas-filhete, bilhetes postaes, officios, amostras, encomendas, impressos, manuscritos — não franqueada ou de franquia insufficiente; — ou por destinos — assignantes, districtos, posta restante — linhas de correio, malas, etc.; serviços que devem ser executados em seguida à respectiva conferencia.

Art. 236. *Distribuição* — A distribuição das correspondencias será feita nas repartições ou nos domicilios.

§ 1.º Serão distribuidas nas repartições:

- 1.º, as dos assignantes;
- 2.º, as da posta restante;
- 3.º, as registadas com valor declarado.

§ 2.º Nos domicilios — nos districtos urbanos e suburbanos:

- 1.º, as urbanas;
- 2.º, as do interior e exterior da Republica;
- 3.º, as expressas.

§ 3.º Nos districtos rurais:

- 1.º, as urbanas;
- 2.º, as do interior e exterior da Republica.

Art. 237. Correspondencia de assignantes é a que, sendo apartada da destinada a ser distribuida nos domicilios, é depositada em caixas especiaes, collocadas no recinto das repartições, a fim de ser entregue aos destinatarios ou seus prepostos, ou por elles retirada. Esta classe de correspondencia, depois de abertas e conferidas as malas, será logo apartada e entregue antes do qualquer outra.

Art. 238. Será considerado assignante do Correio aquelle que pagar a assignatura de uma caixa especial para nella ser exclusivamente lançada a sua correspondencia, sob a firma commercial de que fizer parte ou seu nome individual.

Art. 239. As assignaturas de caixa para esse fim serão tomadas no Correio, por trimestres pagos adeantadamente e pela fôrma seguinte :

Na administração do Districto Federal 7\$500 ; nas outras administrações de 1ª classe e nas agencias tambem de 1ª classe 6\$000; nas outras administrações, nas sub-administrações e nas agencias onde houver distribuição domiciliaria, 4\$000.

Art. 240. Será organiado o serviço de distribuição por *expresso* : os remettentes que desejarem que sua correspondencia seja entregue por *expresso* pagarão adeantadamente 500 réis em sellos e por objecto, além das outras taxas a que o objecto estiver sujeito.

Art. 241. *Correspondencia de posta restante* — é a que, trazendo esta indicação, deve ser conservada no Correio para, depois de verificada a identidade de pessoa, ser entregue em mão ao destinatario, embora sua residencia seja conhecida.

Art. 242. *Correspondencia registrada com valor declarado* — é a que, tendo sido submettida ás formalidades estabelecidas para esta classe de correspondencia, somente no Correio pôde ser entregue :

1º, aos destinatarios ou seus representantes legaos ;

2º, ás pessoas por elles autorizadas por escripto.

Paragrapho unico. Para a entrega da correspondencia registrada com valor declarado, as repartições das localidades onde houver distribuição domiciliaria expedirão avisos aos destinatarios para virem receber a correspondencia.

Art. 243. Os destinatarios, no acto de receberem as correspondencias registradas com valor declarado, deverão examinar o estado do fecho das cartas e outros objectos, abrí-los sem dilacerá-los em presença do empregado ou agente de quem as receberem ; e verificando-se que o valor foi, no todo ou em parte, subtrahido, lavrar-se-ha immediatamente um auto, do qual constará tambem si havia ou não indícios de violação e quaes, juntando-se ao mesmo auto o involuero do objecto. O auto será assignado pelo empregado ou agente, pelo destinatario e por uma ou mais testemunhas, si as houver na occasião ; cumprindo, além disto, ao destinatario mencionar no recibo a falta do valor no todo ou em parte.

Art. 244. *Correspondencia urbana* — é a postada em uma estação do Correio ou caixa de collecta de uma cidade, villa, povoação ou qualquer outro lugar, para ser distribuida dentro dos limites da mesma localidade, ou entregue na *posta restante* dos correios da mesma circumscripção.

Art. 245. Nas administrações e succursaes de grande movimento de correspondencias, as respectivas distribuições serão feitas por carteiros privativos de tal serviço, em horas certas e conhecidas do publico e sempre em numero correspondente ao das collectas, afim de não ser demorada a correspondencia.

Art. 246. Não haverá nas outras localidades carteiros privativos para a distribuição da correspondencia urbana, a qual

será feita conjuntamente com a demais correspondência, sendo em tal caso as collectas das caixas feitas a horas de poder aproveitar as saídas dos carteiros para a distribuição da correspondência em geral.

Art. 247. Denomina-se — *correspondência do interior e do exterior* — da Republica a recebida das cidades, villas e povoações da mesma e de outro Estado da União e a recebida de paizes estrangeiros.

Art. 248. A correspondência a que se refere o artigo anterior, exceptuada a de *assignantes* e de *posta restante*, será levada aos domicilios em todos os logares cuja população exceder de 5.000 habitantes e para isso, diariamente haverá na Capital Federal e seus suburbios e nas Capitães dos Estados, ao menos tres distribuições e duas nas outras localidades, todas em horas certas e previamente conhecidas do publico.

Art. 249. Nas administrações e succursaes de grande movimento, onde houver distribuição urbana por carteiros privados, a da correspondência do interior e exterior, no caso de affluencia de entrada de correspondência, poderá ser demorada até meia hora além da marcada, além de que não fique para a distribuição seguinte.

Art. 250. Para que a distribuição das correspondências na área urbana, suburbana e rural seja feita com regularidade, e simultaneamente, quanto possível, as ruas, praças, travessas, becos, estradas, etc. serão divididos em districtos, de modo a facilitar aos carteiros o seu regresso á repartição antes da distribuição seguinte.

Art. 251. Os districtos urbanos ou suburbanos serão constituídos por uma ou mais ruas, praças, estradas, becos, travessas, etc., na área das cidades e outras localidades onde houver serviço de distribuição domiciliaria.

Cada districto rural será composto de certo numero de ruas, praças, trechos de estradas, etc., e logares situados fóra do recinto das cidades ou villas.

Art. 252. *Correspondência expressa* — é a que tenha de ser distribuida por um carteiro especial, logo que chegue ao Correio do destino, dentro dos limites marcados para a distribuição domiciliaria, excepto nos districtos rurais, e mediante a taxa de 500 réis, paga em selles além do porte.

Art. 253. Haverá distribuição de correspondência por expresso somente na Capital Federal e nas Capitães dos Estados, qualquer que seja, dentro dos limites da Republica, o Correio de origem da correspondência.

Art. 254. Nas demais localidades onde houver distribuição domiciliaria, o serviço por expresso será estabelecido quando assim o julgar conveniente o director geral dos Correios.

Art. 255. Quanto á correspondência que não puder ser levada aos domicilios, por não estarem estes designados nos subscriptos, ou por não constarem dos indicadores, que devem ter todos os Correios que tiverem carteiros, far-se-hão duas listas, em ordem alphabetica, uma da correspondência nacional e outra

da correspondencia internacional e estrangeira; nesta mesma ordem serão classificadas as cartas e mais objectos em uma mesa ou estante com as necessarias divisões; e neste caso só serão entregues nos Correios quando não puderem ser recebidos em casa dos destinatarios.

Fôra deste caso, dever-se-ha exigir declarações dos domicilios e inscrevel-as no indicador, afim de que a elles se possa mandar a correspondencia reclamada e fiquem sendo conhecidos para outra occasião.

Art. 256. Nos quartéis, hospitaes, prisões, asylos, estabelecimentos publicos e particulares e, em geral, em qualquer parte onde o accesso for defeso, a distribuição será feita lançando-se a correspondencia em uma caixa que para tal fim esses estabelecimentos deverão ter na porta ou saguão de entrada.

Quando os chefes, directores, administradores ou proprietarios dos indicados estabelecimentos se recusarem collocar uma caixa para aquelle fim, a correspondencia fôrta no Correio até ser reclamada pelos destinatarios.

Art. 257. Nas localidades onde não houver serviço de distribuição nos domicilios, a correspondencia será classificada em ordem alphabetica para ser entregue a quem devidamente a reclamar, e nunca mediante chamada dos destinatarios.

Art. 258. A correspondencia simplesmente registrada poderá ser entregue no Correio ou nos domicilios, mas aos proprios destinatarios, a seus representantes legaes ou ás pessoas a quem para isso elles autorisarem por escripto.

Art. 259. Em todas as repartições postaes haverá indicadores em que qualquer pessoa possa fazer inscrever seu nome e indicar seu domicilio, afim de facilitar a distribuição da correspondencia.

Art. 260. *Expedição* — A expedição das correspondencias será feita pela linha mais accelerada, salvo o caso em que venha indicada outra por onde deseje o remittente seja enviada a sua correspondencia; e essa indicação só deixará de ser respeitada quando o navio ou qualquer outro vehiculo citado não sair ou não conduzir malas.

Art. 261. As correspondencias a expedir serão separadas em:

1º, destinadas á distribuição domiciliaria no lugar do destino da mala;

2º, correspondencia expressa;

3º, correspondencia de transito;

4º, correspondencia não e insufficientemente franqueada;

5º, correspondencia devolvida;

6º, correspondencia de refugio.

§ 1.º Estas correspondencias, depois de atadas com barbante em cruz, serão expedidas em pacotes especiaes, com letreiro exterior, indicando a especie, e taes pacotes serão incluídos em sacco ou bolças (*malas*) de couro, panno ou papel forte, de tamanho apropriado ao meio de conducção e convenientemente fechadas com cadeado ou fivela, correia, barbante e lacre, com

rotulo pendente ou na propria mala, indicando os nomes dos correios de procedencia e destino.

§ 2.º A correspondencia registrada será expedida em pacote ou sacco especial, que será collocado, com a sobrecarta que contiver a factura relativa á expedição, no centro da mala.

Art. 262. São competentes para permutarem malas as administrações, sub-administrações, succursaes, correios ambulantes e agencias.

Art. 263. *Administração* — é a repartição encarregada de superintender todo o serviço postal de um Estado em cuja capital se achar estabelecida.

Art. 264. *Sub-administração* — é a repartição que superintende o serviço postal de certa área de um Estado, a cuja administração do Correio está immediatamente subordinada.

Art. 265. *Succursaes* — são repartições dependentes da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, estabelecidas em determinados pontos da cidade e servidas por empregados da mesma administração, da qual fazem parte integrante, com o fim principal de facilitar o serviço de collecta, recebimento e distribuição de correspondencias.

Art. 266. *Correios ambulantes* — são repartições servidas por empregados do Correio e que funcionam em carros especiaes de estradas de ferro, com as accommodações necessarias ao bom desempenho dos serviços que lhes são incumbidos.

Art. 267. *Agencias* — são repartições postaes immediatamente subordina-las ás administrações ou sub-administrações dos Correios do Estado, em cujo territorio se acharem estabelecidas, tendo a seu cargo os serviços para que forem autorizadas, conforme a sua classe.

Art. 268. *Devolução e expedição* — chama-se devolução a remessa que a repartição postal de destino faz á repartição postal de origem, da correspondencia que, por qualquer motivo, deixou de ser entregue ao destinatario.

Art. 269. Chama-se — *reexpedição* — a remessa de correspondencia pela repartição de destino ao destinatario, quando este se acha ausente da localidade, mas em logar sabido, ou tenha mudado de residencia, ou quando, residindo em logar certo, seja para ali remettida a correspondencia pela repartição para onde foi a mesma expedida, em virtude de falsa direcção ou de vicio do endereço.

Art. 270. Serão devolvidas ás repartições de procedencia :

1.º, as correspondencias officiaes que não puderem ser entregues nas localidades do destino ás autoridades a quem tiverem sido dirigidas ;

2.º, as correspondencias particulares, em cujos subscriptos, cintas ou notas autorizadas, haja indicações dos nomes dos remetentes e que, por qualquer motivo, não puderem ou não devam ser distribuidas ou reexpedidas, e as com endereços incompletos ou errados, ou a lapis, ou em iniciaes, excepto quando

estes ultimos indicarem o destino, rua e numero da casa e nome do destinatario ou caixa onde deva ser entregue;

3º, as correspondencias registradas com ou sem valor declarado recusadas pelos destinatarios, por qualquer motivo, excepto o de suspeita de violação;

4º, as correspondencias registradas com ou sem valor declarado com endereço a individuos que se achem ausentes em lugar não sabido;

5º, os avisos de recepção ás repartições de procedencia, desde que se achem devidamente assignados pelos destinatarios das correspondencias.

Art. 271. Todas as correspondencias devolvidas serão immediatamente entregues aos remittentes, quando nas sobrecartas, cintas, endereços ou notas autorizadas, houver indicação de seus nomes.

Art. 272. Para a devolução das correspondencias serão observadas as seguintes regras:

1ª, as correspondencias mal encaminhadas, quando não puderem ser directamente expedidas sem demora a seus destinos, serão devolvidas á repartição de origem na primeira mala que para alli for expedida;

2ª, as correspondencias ordinarias, officiaes e registradas, com ou sem valor declarado, cujos destinatarios recusarem recebê-las ou houverem mudado de residencia para lugar incerto, serão devolvidas ao Correio de origem na primeira mala que se expedir, com a declaração escripta do motivo da devolução;

3ª, as correspondencias ordinarias, officiaes, registradas, com ou sem valor declarado, não reclamadas pelos destinatarios, serão devolvidas 30 dias depois;

4ª, as correspondencias dirigidas a pessoas que houverem fallecido serão devolvidas dous mezes depois, si não forem reclamadas pelos inventariantes ou cotação de casol sobrevivente;

5ª, as dirigidas a viajantes, embarcadicos e as que tiverem a declaração de — *Posta restante* — serão devolvidas depois de decorrido o prazo de tres mezes.

Art. 273. Serão reexpedidas as correspondencias officiaes, particulares, ordinarias ou registradas, com ou sem valor declarado, remittidas para autoridades ou individuos ausentes, si as localidades em que estiverem ou si suas novas residencias forem conhecidas.

Art. 274. A devolução e a reexpedição das correspondencias, registradas ou não, e das cartas com valor declarado serão gratuitas, excepto:

1º, para as que, tendo sido entregues nos domicilios indicados nas mesmas, voltarem ao Correio dirigidas a outro destino, as quaes serão novamente franqueadas e, quando não o tenham sido, serão consideradas como não franqueadas;

2º, para as correspondencias ordinarias ou registradas e para as cartas com valor declarado, quando tendo sido apresentadas com endereço incompleto ou errado, depois de entregues aos



remettentes, forem de novo confiadas ao Correio, com o endereço completo ou rectificado, as quaes ficam sujeitas a novo franqueamento.

Art. 275. A entrega das encomendas será feita nas repartições postaes enquanto não forem votados fincos e a directoria geral autorizada a organizar o serviço de distribuição domiciliaria desta classe de correspondencia.

Art. 276. As encomendas devem ser retiradas das repartições postaes pelos destinatarios, no prazo de oito dias, a contar da data do aviso.

§ 1.º Quando as encomendas destinadas a individuos não ausentes deixarem de ser retiradas naquelle prazo, serão avisados os remittentes para fazel-o, nos prazos, pela forma e para os effeitos estabelecidos neste regulamento, determinados para os destinatarios ausentes.

§ 2.º Quando o destinatario de uma encomenda estiver ausente e seja conhecida a localidade de sua residencia ou novo domicilio, será convidado a declarar por escripto a forma por que deseja dispor della.

§ 3.º Nesses avisos declarar-se-ha si a localidade da residencia ou o novo domicilio do destinatario está ou não autorizado para o serviço de permuta de encomendas e qual o prazo fatal para resposta do destinatario.

Art. 277. O prazo a que se refere o § 1.º do artigo antecedente e que tiver de ser marcado ao destinatario ausente para responder, será :

1º, de 20 dias, quando a encomenda, tendo sido remittida a uma estação postal, o destinatario se achar ausente em outra localidade conhecida, porém subordinadas ambas a mesma administração ;

2º, de 60 dias, quando a encomenda, remittida a uma estação postal, o destinatario se achar ausente em localidade conhecida, na administração limitrophe ;

3º, de 90 dias, quando a encomenda, remittida a uma estação postal, o destinatario se achar ausente em qualquer localidade conhecida, de outra administração que não seja limitrophe daquella em que se achar a encomenda.

Art. 278. Decorridos os prazos marcados no artigo anterior, si o Correio não receber resposta alguma, serão as encomendas havidas como abandonadas pelo destinatario e devolvidas ao Correio de origem para serem restituídas aos remittentes, e si estes, quando presentes na localidade, no prazo de oito dias, depois de avisados, não as retirarem, serão ellas remittidas ás administrações e ali consideradas e tratadas como refugo.

Art. 279. As encomendas poderão ser reexpedidas para as repartições postaes autorizadas a recebê-las e expedil-as, ou expeditas com endereço novo, si os destinatarios assim o pedirem por escripto, sendo as respectivas assignaturas authenticadas por qualquer das formas estabelecidas.

Art. 280. Pela reexpedição das encomendas, por mudança de residencia ou domicilio do destinatario, pela devolução para serem entregues aos remittentes, ficam ellas sujeitas a uma nova taxa correspondente ao porte estabelecido para a expedição para as localidades entre as quaes tiver logar a reexpedição ou devolução. A taxa a que se refere este artigo será paga em sellos pelos destinatarios ou pelos remittentes, ou deduzida do producto da venda da encomenda, como refugo, conforme for o caso.

Art. 281. *Expedição* — A expedição, devolução e reexpedição das correspondencias serão feitas em malas directas, de transitio ou a descoberto.

Art. 282. Chama-se — *mala* — o volume lacrado ou fechado endereçado por um a outro Correio, contendo ou não correspondencia. A mala conterà sempre uma factura ou outro documento indicando não só os Correios remittente e destinatario, como tambem mencionando a quantidade de cada especie de correspondencia, si a houver, fazendo-se na factura ou documento, no caso contrario, declaração negativa.

Paragrapho unico. A mala é *directa* ou *de transitio* :

1º, *directa* — quando expedida a seu destino sem passar por nenhuma outra estação postal ;

2º, *de transitio* — quando encaminhada a seu destino por intermedio de outra estação postal.

Art. 283. A expedição, devolução e reexpedição serão feitas em malas directas :

1º, pelas administrações e sub-administrações para outras administrações e sub-administrações, para correios ambulantes e para agencias do Correio ;

2º, pelos correios ambulantes para outros correios ambulantes, para as administrações ou sub-administrações a que estiverem subordinadas e para as agencias comprehendidas no trecho de seu percurso ;

3º, pelas agencias para administrações e sub-administrações e para outras agencias da mesma linha de Correio ou com as quaes estejam em communicação directa ;

4º, pelas succursaes para a administração e para outras succursaes.

Art. 284. Em malas de transitio :

1º, pelas administrações e sub-administrações, por intermedio de outras administrações e sub-administrações, de correios ambulantes ou de quaesquer estações postaes ;

2º, pelos correios ambulantes, por intermedio de outros correios ambulantes ou de quaesquer estações postaes com as quaes estejam em communicação directa ;

3º, pelas agencias, por intermedio de outras agencias da mesma linha de Correio ou daquellas com as quaes estejam tambem em communicação directa.

Art. 285. Chama-se — *correspondencia a descoberto* — a que segue englobada com a de outra estação postal para ser por esta encaminhada a seu destino.

Art. 286. A expedição, devolução e reexpedição serão feitas a descoberto :

1º, pelos correios ambulantes para outros correios ambulantes e para quaesquer estações postaes com as quaes estiverem em comunicação directa ;

2º, pelas succursaes para a administração ;

3º, pelas agencias para as administrações e sub-administrações, correios ambulantes e outras estações postaes da mesma linha de Correio ou que estejam em comunicação directa.

Art. 287. *Linha do Correio* — chama-se o percurso regular de correios ambulantes, de conductores e estafetas entre pontos determinados, e bem assim o conjunto de malas conduzidas por uma certa via maritima ou fluvial.

### CAPITULO XIII

#### DA PROPRIEDADE DA CORRESPONDENCIA E DO REFUGO

Art. 288. A correspondencia postal de qualquer natureza ou classe constitue materia de uma propriedade *sui generis* desde o momento em que é postada nas caixas ou estações do Correio, durante a estada e o transitio nas repartições e nas malas, até ao acto da entrega ao destinatario e ainda depois de cabida em refugio, até ao momento do consumo ou da prescripção.

Art. 289. Todo e qualquer objecto de correspondencia, depois de postado e enquanto não for entregue ao destinatario, seja consumido ou tenha decorrido o prazo da prescripção, pertence ao remettente.

Art. 290. Ao remettente assiste o direito, provada a sua identidade e mediante formalidades e condições de garantia do sigillo da correspondencia, de retiral-a do Correio, suspender a expedição ou a entrega ao destinatario, alterar ou rectificar os respectivos endereços e reclamar-a do refugio, até ao momento de ser consumida ou enquanto não estiver prescripta.

Art. 291. Os objectos de correspondencia postados nas caixas ou nos Correios e que, pelos motivos declarados nesta lei, não devam ser expedidos ou distribuidos, e os que depois de feitas todas as diligencias, não tenham podido ser entregues aos destinatarios ou restituídos aos remettentes, serão considerados — *Refugio*.

Art. 292. Não haverá refugio de correspondencia official ; os officios, maços ou quaesquer outros objectos que não puderem ser entregues aos destinatarios, serão, sem demora, devolvidos á respectiva repartição ou autoridade, com a nota do motivo da devolução.

Art. 293. As correspondencias ordinarias e as registradas, com ou sem valor declarado, devolvidas á estação de procedencia, só serão consideradas refugio no Correio de origem, quando, depois de para alli devolvidas, por não terem podido ser entregues aos destinatarios, não puderem tambem ser restituídas aos remetentes.

Art. 294. Os refugos são *diarios* ou *mensaes* :

§ 1.º São — *refugos diarios* :

1º, as correspondencias com dizeres injuriosos, ameaçadores ou obscenos ;

2º, as correspondencias não ou insufficientemente franqueadas, quando o franqueamento for prévio, obrigatorio ou integral ;

3º, as correspondencias, cujas dimensões, peso e condições de recebimento não estiverem de accordo com as estabelecidas neste regulamento ;

4º, as que tiverem endereços incompletos, illegiveis, desconhecidos, ou não tiverem endereço algum ;

5º, as com endereço a lapis, ou em inicias, excepto quando tiverem indicação do nome da rua, numero da casa ou designação da caixa onde devam ser entregues ;

6º, as cartas-bilhete e bilhetes postaes que contiverem notas não autorisadas ;

7º, as encomendas encontradas nas caixas ;

8º, as correspondencias estragadas ou mutiladas de tal modo que não possam ser remetidas a seu destino ;

9º, as devolvidas aos remetentes e que a estes não puderem ser entregues ;

10, as recusadas, quer pelo destinatario, quer pelo remetente ;

11, as dirigidas a pessoas que tenham mudado de residencia para logar incerto ;

12, as que tiverem endereço colectivo ou commum, de modo que não seja possivel saber-se a quem devam ser entregues ;

13, as dirigidas a associações ou a quaesquer outras collectividades ou firmas sociaes extintas, excepto quando em liquidação legal ;

14, as dirigidas a logares inacessiveis por motivo de peste, guerra civil ou estrangeira, inundaçào, incendio e outros semelhantes ;

15, os valores de qualquer natureza que, desacompanhados de cartas, forem encontrados nas caixas ou postigos do Correio, não reclamados dentro de cinco dias ;

16, objectos cuja manipulação ou conducção possa ser danosa ao pessoal ou ás correspondencias, taes como as substancias fetidas, corrosivas, explosivas ou inflammaveis ;

17, artefactos, desenhos ou publicações obscenas e quaesquer outros objectos, cuja expedição pelo Correio seja prohibida ;

18, animaes vivos ; ou mortos, quando não preparados ou acondicionados convenientemente, e os objectos prohibidos de ser expedidos pelo Correio, mencionados no art. 7º, § 7º deste regulamento.

§ 2.º São — *refugos mensaes* :

1º, as correspondencias apprehendidas, quando não forem abertas pelos remetentes ou pelos destinatarios ;

2º, as que não puderem ser levadas aos domicilios por não estarem os mesmos mencionados nos subscriptos ou não constarem do indicador da repartição, no fim de 30 dias ;

3º, as que contiverem ou forem suspeitadas de conter valores ou quaesquer outros objectos prohibidos e cujos destinatarios, sendo convidados a comparecer na repartição, não o façam no prazo marcado, ou, quando compareçam, se recusem a abri-las ;

4º, as dirigidas a pessoas fallecidas e cujos representantes legitimos não as tenham procurado no prazo de dous mezes ;

5º, as de *posto-restante* e as dirigidas a embarcações ou viajantes, que não forem reclamadas durante tres mezes.

Art. 295. No principio de cada trimestre as sub-administrações, succursaes e agencias remetterão ás administrações os objectos de correspondencia ordinaria ou registrada que houverem cahido em refugo, por não poderem ter sido entregues, devolvidos ou reexpedidos, para serem ali sujeitos ao exame de empregados da secção incumbida deste serviço.

Art. 296. Os refugos serão remettidos em maços ou saccos convenientemente lacrados e divididos nos seguintes grupos :

1º, as correspondencias ordinarias que não puderam ser expeditas nem restituídas ;

2º, as que não puderam ser distribuídas ;

3º, as registradas com ou sem valor declarado.

Art. 297. As correspondencias de refugo ordinarias ou registradas, com ou sem valor declarado, serão remettidas em maços ou saccos, com as mesmas formalidades para a expedição de malas, e acompanhadas sempre de uma factura especial e os registrados de lista destinava a esta ordem de serviço.

Art. 298. As correspondencias de refugo serão examinadas afim de se verificar si foram observadas as regras exigidas para a execução deste serviço postal e para que depois sejam taes correspondencias conveniente e facilmente processadas.

Art. 299. Os empregados encarregados do exame dos refugos verificarão :

1º, si ha falta de indicação do motivo da não entrega da correspondencia ;

2º, si houve demora na remessa dos refugos ;

3º, si as irregularidades apresentadas nos fechos das cartas ou sobrecartas estão annotadas ;

4º, si os pacotes estão bem acondicionados ;

5º, si a marcação é irregular, defeituosa e incompleta.

Art. 300. O processo do refugo consistirá :

1º, na remessa immediata das correspondencias aos remetentes, que possam ser conhecidos por qualquer indicação nos

subscriptos, cintas, ou notas autorizadas ; si, porém, não forem conhecidos ou não houver indicação de suas residencias, ou estiverem ausentes em logar não sabido, ou não houver no logar distribuição domiciliaria, a correspondencia será encaminhada para a *posta-restante* com as devidas cautelas e ali ficará tres mezes, para ser entregue ao remetente, si a reclamar ;

2º, na reexpedição das correspondencias aos remetentes, quando ausentes em logar sabido e tenham deixado no Correio pedido para a reexpedição das que lhes forem dirigidas ou lhes tenham sido devolvidas ;

3º, na inutilisação das correspondencias com injurias, ameaças ou obscenidades e bem assim das que contiverem artefactos, desenhos, publicações obscenas, substancias inflammaveis, explosivas, corrosivas, fetidas, de facil deterioração, ou cuja condução possa ser damnosa aos empregados, prejudicial ás correspondencias ou prohibida.

Art. 301. As correspondencias cabidas em refugio, não ou insufficientemente franqueadas, não serão entregues aos remetentes sem que estes paguem, em dobro, o não franqueamento ou o dobro da insufficientencia.

Art. 302. As correspondencias de franqueamento obrigatorio e integral, que estiverem não ou insufficientemente franqueadas, poderão ser expeditas a seu destino, si os remetentes completamente de prompto as taxas devidas.

Art. 303. Aos remetentes de correspondencias de franqueamento obrigatorio, quando estiverem ellas não ou insufficientemente franqueadas ; de correspondencias com dimensões e peso superiores aos estabelecidos e das que não preencherem as condições geraes ou especiaes do seu acondicionamento, e bem assim de *encommendas* encontradas nas caixas postaes, enviará o Correio um aviso para que venham retiral-as ; e si no prazo de tres mezes não forem reclamadas, serão consumidas ou vendidas segundo o caso, ficando o producto liquido, deduzidas as taxas a pagar, a disposição dos remetentes durante um anno.

Art. 304. As correspondencias que os remetentes retirarem ou as que não preencherem as condições geraes ou especiaes de seu acondicionamento, e bem assim as *encommendas* encontradas nas caixas postaes, só poderão ser de novo recebidas no Correio, si preencherem as condições de seu recebimento e si os remetentes pagarem integralmente nova taxa como si fossem franqueadas pela primeira vez.

Art. 305. Em regra geral, toda e qualquer correspondencia ordinaria ou registrada, com ou sem valor declarado, excepto as *encommendas*, que no prazo de tres mezes não puderem, depois de feitas todas as diligencias, ser restituídas aos remetentes, será considerada *refugio definitivo*.

Art. 306. Nos ultimos dias dos mezes de junho e dezembro de cada anno, nas administrações, e por uma commissão composta do administrador ou seu ajudante, do contador e de um official designado pelo administrador para servir de secretario, serão

os — *refugo* — do semestre anterior tratados do modo seguinte:

1º, ascartas e cartas-bilhete, ordinarias ou registradas com ou sem valor, depois de abertas e não lidas, serão, bem como os bilhetes-postaes, consumidas, excepto as que contiverem valores ou documentos, as quaes serão novamente fechadas, tomando-se nota do nome do remittente, affin de ser convidado a recebê-las mediante recibo, pagas por elle as multas a que estiverem sujeitas taes correspondencias;

2º, os manuscritos serão apartados; os de importancia ficarão archivados durante um anno e os outros consumidos; si depois daquelle prazo os manuscritos archivados não forem reclamados, pertencerão à União;

3º, os impressos, jornaes e amostras serão igualmente apartados; os que tiverem valor venal serão vendidos por meio de concorrência publica e os que o não tiverem, serão consumidos.

Art. 307. O limite de propriedade do remittente prescreve, decorrido o prazo de um anno, a contar da data do edital convidando os remittentes para retirarem suas correspondencias e valores cabidos em refugo; os valores e bem assim o producto liquido da venda de objectos de refugo, não reclamados naquelle prazo, serão escripturados como renda extraordinaria da União.

Art. 308. As encomendas de facil deterioração, cahidas em refugo, serão vendidas no prazo de oito dias e as que não estiverem nestas condições, no de 30 dias.

Art. 309. O producto liquido da venda das encomendas, deduzidas as quantias devidas à Fazenda Nacional, ficará, durante um anno, à disposição de quem de direito for, e, findo esse prazo, será escripturado como receita extraordinaria da União.

## CAPITULO XIV

### DAS RECLAMAÇÕES

Art. 310. As reclamações ou queixas contra o serviço postal ou contra os empregados do Correio serão obrigatoriamente recebidas, quando forem apresentadas por algum dos meios seguintes:

1º, escriptas, assignadas e datadas, em livro especial de reclamações, que haverá em todas as repartições do Correio, à disposição de quem quizer fazer qualquer reclamação ou queixa;

2º, em carta datada e assignada, registrada, si não for possível entregal-a em mão ao director geral, administradores, sub-administradores e chefes de serviço.

Art. 311. Si os reclamantes tiverem de entregar quaesquer documentos ao chefe da repartição ou de serviço, e bem assim quando apresentarem testemunhas para fundamentar suas

reclamações ou queixas e facilitar as averiguações, entregarão o documento ou documentos, dos quaes lhes serão dados recibos e indicarão os nomes das testemunhas, suas profissões e residências.

Art. 312. As reclamações ou queixas devem ser fundamentadas com todos os esclarecimentos e particularidades que facilitem as averiguações e sua prompta solução.

Art. 313. Si um reclamante não souber ou não puder escrever, poderá alguém fazer a reclamação escripta no livro ou por carta a seu rogo, contanto que não seja empregado do Correio ou encarregado do serviço postal.

Art. 314. As reclamações ou queixas feitas por carta particular ou pela imprensa, na parte editorial dos jornaes, e nas publicações solicitadas, assignadas pelos reclamantes ou queixosos, serão tomadas em consideração, segundo a natureza, verosimilhança e gravidade do facto.

As queixas ou reclamações anonymas, de qualquer ordem, não serão attendidas.

Art. 315. Com os esclarecimentos fornecidos pelos reclamantes serão immediatamente iniciadas as averiguações, sendo, quando necessario, remettidas as cópias authenticas das reclamações ou queixas, dos documentos, si os houver, e informações colhidas, si for conveniente, ás repartições ou empregados interessados na solução dellas, quer se trate de correspondencias ou valores, quer de queixas contra o pessoal na execução de serviços.

O resultado, infructifero ou não, será communicado ao reclamante.

Art. 316. São informações obrigatorias :

1ª, indicação dos nomes dos empregados que executaram os serviços, sobre quem recaiam as reclamações ou queixas ;

2ª, declaração do conceito em que são tidos os citados empregados ;

3ª, referencia de ter ou não occorrido facto igual ou reclamações de outra natureza contra os empregados de quem se tratar.

Art. 317. Nenhum empregado é dispensado, sob qualquer pretexto, de dar expediente prompto ás reclamações ou queixas, quaesquer que sejam os fundamentos destas, ou esquivar-se do mesmo modo de dar as informações que lhe forem ordenadas, e em termos convenientes, sob pena de desobediencia formal.

Art. 318. No principio de cada mez, todas as repartições postaes organisarão uma relação das reclamações nellas havidas durante o mez anterior, sem ou com solução e qual, e a remetterão ás administrações ou sub-administrações, quando feitas nas agencias a ellas subordinadas, afim de que aquellas organisem por sua vez o quadro estatistico mensal das reclamações ou queixas havidas, resolvidas ou não, e o remetam tambem mensalmente a Directoria Geral dos Correios, para que esta organise o quadro geral e annual da estatistica deste serviço.



## CAPITULO XV

## DAS CAIXAS ECONOMICAS POSTAES

Art. 319. O Correio encarregar-se-ha do serviço de caixas economicas postaes nas administrações, sub-administrações e agencias, depois de regulamentadas pelo Ministerio da Fazenda.

## CAPITULO XVI

## DA CONDUCCÃO DE MALAS

Art. 320. O transporte de malas do Correio será feito :

§ 1.º Nas linhas terrestres :

- 1º, por estafetas a pé ou a cavallo ;
- 2º, em carros especiaes ou em vagões ordinarios de estrada de ferro.

§ 2.º Nas linhas fluviaes e maritimas :

- 1º, pelas embarcações brasileiras, subvencionadas ou não, à vela ou a vapor, mercantes ou de guerra ;
- 2º, pelos vapores estrangeiros pertencentes a empresas, ou companhias, subvencionadas ou não pelo Governo da União ou dos Estados e que tiverem contractado qualquer serviço ou fizerem viagens regulares entre os portos do Brazil e os de paizes estrangeiros ;
- 3º, pelos vapores estrangeiros que obtiverem patentes de paquete e viajarem regularmente entre portos brasileiros.

Art. 321. No caso do n. 1º do § 1º do artigo antecedente, o serviço será pago pela União, contractado por linhas, mediante concorrência publica ou feito por administração, conforme mais convier ao interesse das repartições postaes ; e no caso do n. 2º do referido paragrapho e artigo, o transporte de malas será gratuito e obrigatorio, sem limite de peso e dimensões, nas estradas de ferro nacionaes e nas que tenham garantia de juros da União ou dos Estados, além da obrigação do fornecimento dos carros necessarios e especiaes para os correios ambulantes, excepto nos pertencentes a empresas particulares sem aquelle favor, as quaes, contudo, são obrigadas a dar transporte gratuito em carros ordinarios ás malas e seus conductores e bem assim aos empregados do Correio, quando em serviço da repartição.

Art. 322. Além das obrigações acima estabelecidas para as estradas de ferro de empresas particulares, sem garantia de juro, são estas ainda obrigadas, quando o Governo ou o director geral julgar conveniente estabelecer em suas linhas o serviço postal ambulante, a dar tracção gratuita e obligatoria aos carros do Correio que, em taes casos, serão fornecidos a custa da União.

Art. 323. A guarda e responsabilidade pelas malas nas linhas fluviaes e maritimas cabe :

1º, nos navios de guerra, aos commissarios ;

2º, nos paquetes e vapores brasileiros, aos commandantes, quando a bordo não houver agentes embarcados, e quando os haja, a estes ;

3º, nos paquetes e vapores estrangeiros, aos commandantes, quando a bordo não houver agentes embarcados, encarregados especialmente deste serviço ;

4º, nos navios mercantes à vela, aos capitães ou mestres.

Art. 324. Os capitães ou mestres de navios mercantes, à vela ou a vapor, brasileiros ou estrangeiros, que tiverem de sahir de uns para outros portos do Brazil, deverão participar a repartição postal da localidade, até ao meio-dia da vespera da partida, ou em prazo mais curto, quando a demora nos portos for de menos de 24 horas, entre a chegada e a partida, a hora em que tiverem de sahir no dia seguinte e indicar quaes os portos de destino e os de escala.

Art. 325. Igual declaração, e pela mesma fôrma, deverão fazer os commissarios dos navios de guerra nacionaes, quando tiverem de partir de uns para outros portos do Brazil, excepto quando levarem — *carta de prego* — ou não mediarem mais de 24 horas entre a ordem da partida e a hora fixada para sahida do navio.

Art. 326. Quando o navio que conduzir malas, voltar, por causa de força maior, ao porto de onde sahiu, deverá o mestre, capitão, commandante ou commissario, si o navio for de guerra, entregal-as immediatamente ao Correio da localidade, si o mesmo navio não as puder mais transportar, ou si a transmissão della puder ser feita por outro, com menos demora.

Art. 327. Os agentes e consignatarios de empresas estrangeiras de navegação, que se incumbirem do transporte de malas, deverão communicar ao Correio, com a maior antecedençia possível, a data provavel da chegada dos vapores e, logo que elles cheguem ao porto, o dia e a hora da partida.

Art. 328. A entrega das malas poderá ser feita a bordo ou nas repartições, aos commandantes, capitães, mestres ou agentes embarcados, mediante recibo, na fôrma por que for, entre o Correio e elles, estabelecida.

Art. 329. As malas conduzidas por paquetes, vapores, navios mercantes à vela, nacionaes ou estrangeiros, só poderão ser entregues mediante recibo, ou, a bordo, aos empregados do Correio encarregados de recebê-las e conduzi-las para terra, ou serão directamente dalli trazidas para serem entregues às repartições, tambem mediante recibo, sem que transitem pelas agencias, escriptorio de empresas de navegação ou de consignação de navios, ou por quaesquer outros logares extranhos ao Correio.

Art. 330. As malas transportadas por navios de guerra brasileiros serão entregues directamente ao Correio pelos respectivos commissarios.

Art. 331. As malas transportadas por navios à vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, que chegarem aos portos do Brazil e ficarem impedidos por motivo de quarentena ou de molestia a bordo, serão entregues aos empregados da Inspectoria de Saude dos Portos, os quaes providenciarão sobre o desembarque dellas, para, nos lazaretos ou estações da Inspectoria, serem abertas e desinfectadas as correspondencias que contiverem e entregues depois ao Correio.

Paragraphe unico. As malas a que se refere este artigo não poderão ser abertas sem que esteja presente, pelo menos, um empregado do Correio.

Art. 332. Os conductores de malas e estafetas a pé ou a cavallo não poderão, por motivo algum, ser embarçados no seu transitio; e quando commetterem crime, pelo qual devam ser presos, a autoridade que decretar a prisão, si no lugar não houver repartição postal, providenciará com urgencia para que as malas sigam com segurança e presteza até a agencia mais proxima, que, do mesmo modo, deverá providenciar para que ellas cheguem ao seu destino.

Art. 333. Os estafetas poderão andar armados e receberão das autoridades dos logares por onde passarem todo o auxilio, inclusive o pecuniario, por conta do Correio, quando necessario para o desempenho de seus deveres.

Art. 334. As autoridades civis e militares, nos casos de accidente no transporte de malas, são obrigadas a prestar todo o auxilio aos empregados do Correio ou encarregados deste serviço, sempre que por elles o auxilio lhes seja requisitado.

Art. 335. Os empregados do Correio encarregados do serviço maritimo de recebimento de malas a bordo de paquetes, navios à vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, teem o direito de entrar nas ditas embarcações simultaneamente com a visita da Alfandega.

## CAPITULO XVII

### DAS CONTRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS

Art. 336. *Contravenção* — no serviço postal é o facto, voluntario ou não, declarado punivel, contrario à observancia deste regulamento ou suas instrucções.

Art. 337. Na punição das contravenções não influirão nem as causas nem a intenção do contraventor, mas unicamente o facto que as constituir, de modo que a boa fé não derminará nem justificará a contravenção.

Art. 338. A reincidencia, que consistirá na violação da mesma disposição da lei postal ou suas instrucções, depois de passada em julgado a sentença ou despacho condemnatorio por contravenção anterior e da mesma natureza, dará logar à applicação, em dobro, da pena antecedentemente comminada.

Art. 339. No julgamento e punição das contravenções o director geral dos Correios e os administradores poderão transigir antes ou depois da sentença final e ainda em grão de recurso, excepto nos casos em que, tratando-se de um facto de character penal, couber no processo e julgamento a intervenção do ministério publico.

Art. 340. Ter, sem autorisação, caixa ou deposito para receber, expedir ou distribuir cartas fechadas ou objectos fechados como carta, ou que desse serviço se encarregar por qualquer modo : pena de multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 341. Transportar de uma para outra localidade, entre as quaes haja serviço postal, carta fechada ou objecto cerrado como carta, sem que seja regularmente franqueado, ou embora regularmente franqueado, sem que os sellos tenham sido obliterados na repartição postal de origem : pena de multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 342. A multa de que trata o artigo anterior será applicada em dobro, si os contraventores forem : commandante, capitão, mestre, tripolante ou passageiro de paquetes ou navios à vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros e bem assim quaesquer empregados de estradas de ferro ou dos correios ambulantes, agentes embarcados, fiscaes de bordo, contractantes de condução de malas, conductores ou estafetas, e não entregarem ao Correio, na primeira repartição postal ou a bordo, si ali houver quem a represente, as correspondencias avulsas que trouxerem, embora regularmente franqueadas. A reincidencia commettida por empregado do Correio ou encarregado do serviço postal, será punida com a pena de demissão ou rescisão do contracto.

Art. 343. As disposições dos dous artigos anteriores são extensivas aos emprezarios de qualquer genero de transportes terrestres e aos donos, agentes e consignatarios de embarcações de qualquer especie, aos funcionarios civis e militares de terra ou mar, de qualquer classe ou categoria, que transportarem, a descoberto ou em malas, cartas fechadas ou objectos fechados como carta, que não tenham transitado pelo Correio ou não tenham satisfeito as condições dos dous artigos antecedentes.

Art. 344. Vender habitualmente, sem autorisação, sellos e formulas de franquia : multa equivalente ao dobro do valor dos sellos apprehendidos, além da perda destes.

Art. 345. Na multa de 25\$ incorrerá aquelle que, autorizado a vender sellos e formulas de franquia, effectuar a venda por preços superiores ou inferiores ás respectivas taxas, além de ser cassada para sempre a autorisação concedida.

Art. 346. Os objectos de correspondencia transportados fraudulentamente, que, quando apprehendidos, forem reclamados pelos remettentes ou destinatarios, serão a elles entregues depois de pagarem em sellos uma taxa igual ao quadruplo do porte que cada objecto, segundo a sua classe, deveria pagar si fosse regularmente franqueado.

Art. 347. Os donos, agentes e consignatarios de navios e quaesquer outras embarcações serão solidariamente responsaveis

pelas multas impostas, quando não forem pagas pelos commandantes, capitães e mestres.

Art. 348. As autoridades ou funcionarios da União ou dos Estados que, em qualquer remessa official ou de serviço, incluirem cartas ou quaesquer outros objectos de correspondencia, ou objectos prohibidos de serem incluídos em correspondencias particulares ou que sejam extranhos ao serviço de que as ditas autoridades ou funcionarios se acharem encarregados, ou sobre o qual não tenham competencia para se corresponder com outras autoridades, funcionarios ou particulares, incorrerão na multa de 100\$000.

Art. 349. O emprego ou uso, conscientemente feito, a venda ou a tentativa de venda de sellos ou formulas de franquia, que já tenham servido no franqueamento de outra correspondencia, para franquial-a de novo, excepto o commercio delles para colleções, dará lugar á imposição de uma multa de 200\$000.

Art. 350. O fabrico, sem autoridade legitima ou a falsificação de sellos adhesivos e outras formulas de franquia, vales postaes ou quaesquer outros papeis do Correio que representem valor, será punido na forma dos arts. 240 e 247 do Código Penal.

Art. 351. O fabrico, sem autoridade legitima ou a falsificação de sinets ou carimbos postaes destinados a authenticar nos sellos e formulas de franquia, nas formulas impressas ou correspondencias, ou a certificar taxas pagas ou a pagar, datas ou quaesquer outras indicações relativas ao serviço postal ou actos officiaes, dará lugar á imposição das penas do art. 246 do Código Penal.

Art. 352. Incluir nos objectos de correspondencia ordinaria ou registrada, com ou sem valor declarado, ouro, prata, joias, pedras finas ou quaesquer outros objectos preciosos; incluir em cartas não registradas ou registradas sem valor declarado, notas do Thesouro ou de bancos, cheques, *coupons* de dividendos ou de juros, bilhetes de loteria, sellos ou formulas de franquia, estampilhas do Thesouro ou dos Estados e bem assim quaesquer outros titulos pagaveis á vista ou ao portador; incluir em objectos de correspondencia ordinaria ou registrada com ou sem valor declarado, artigos ou effeitos de commercio sujeitos a direitos de alfandega: multa de 25 % sobre o total do valor incluido na correspondencia.

Art. 353. O mestre, capitão ou commandante de paquete ou navio, á vela ou a vapor, nacional ou estrangeiro, que não for ou mandar buscar ao Correio as malas que lhe devam ser entregues, incorrerá na multa de 200\$000.

Art. 354. Os commandantes, capitães, mestres de navios á vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, e bem assim os commissarios dos navios de guerra nacionaes que não entregarem com as malas do Correio, depois da chegada nos portos do destino ou de escala, e após a visita, as correspondencias avulsas que trouxerem e as encontradas nas caixas de bordo, quando não collectadas por empregados do Correio, incorrerão na multa de 200\$000.

Art. 355. Os mestres, capitães ou commandantes de navios mercantes, nacionaes ou estrangeiros, á vela ou a vapor, que sahirem sem — *passe* — do Correio ou, pelo menos, sem declaração escripta e assignada pela competente autoridade postal do logar, de que os ditos navios se acham desembarçados pelo Correio, incorrerão na multa de 200\$000.

Art. 356. Os donos, agentes ou consignatarios de navios, á vela ou a vapor, nacionaes ou estrangeiros, que não fizerem ao Correio, por escripto, quando não tiverem annuciado nos jornaes da localidade, até ás 2 horas da tarde do dia anterior, participação da hora da sahida do navio, seu destino e portos de escala, incorrerão na multa de 200\$000.

Art. 357. Os donos, agentes e consignatarios de navies são solidariamente responsaveis por todas as infracções ou irregularidades commettidas no serviço postal pelos mestres, capitães ou commandantes das respectivas embarcações.

Art. 358. Embaraçar, por qualquer meio, o giro das malas, a transmissão ou a distribuição das correspondencias : multa de 500\$000.

Art. 359. Deixar em abandono malas do Correio depois de as haver recebido para transportar :

1º, ao mestre, capitão ou commandante de navio á vela ou a vapor, nacional ou estrangeiro: multa de 500\$000 ;

2º, ao contractante, conductor ou estafeta, além da rescisão do contracto ou demissão, si o serviço for feito por administração: multa de 200\$000 ;

3º, ao empregado do Correio ambulante, ou agente embarcado, além da suspensão de um a cinco dias : multa de 100\$ e demissão no caso de reincidencia.

Paragrapho unico. Além das penas estabelecidas neste artigo, os contraventores são tambem responsaveis pelos valores contidos nas malas roubadas, furtadas, perdidas, extravindas, entregadas ou inutilizadas.

Art. 360. Destruir ou damnificar, propositamente ou por inadvertencia, caixas postaes, saccoes, malas, bolsas, chapas ou taboletas do Correio, carimbos ou quaesquer outros utensilios do serviço: multa de 25\$, além do pagamento da despesa de reparação, si a houver, ou da importancia do custo do objecto damnificado ou destruido.

Art. 361. Impedir ou embaraçar com opposição ou violencia, depois do competente aviso por escripto, a collocação de caixas postaes para o deposito e collecta de correspondencias: multa de 50\$000.

Art. 362. Maltratar os carteiros com actos ou palavras, na occasião de receberem correspondencias em suas casas ou fóra dellas: pena de suspensão do direito á distribuição no domicilio de 10 a 30 dias; maltratar com actos ou palavras empregados do Correio, no recinto das repartições, em exercicio de suas funcções, ou fóra das mesmas, quando commissiionados em serviço relativo ao Correio: no primeiro caso, a multa de 50\$, e no

continua aqui>

segundo, a repartição provocará perante a autoridade competente o processo crime ou policial que no caso couber.

Art. 363. Todas as contravenções serão constatadas por meio de autos, que serão apresentados ás autoridades competentes para a punição dos contraventores, salvo as excepções estabelecidas em lei.

Art. 364. Quando a pena de contravenção consistir em multa e o contraventor se promptificar a pagal-a, será esta circumstancia mencionada no auto; e si recusar-se a fazel-o, será do mesmo modo mencionada a circumstancia e o auto remettido á autoridade competente para, por despacho, impor a pena, publicando-o em jornal official ou por edital, afim de, esgotado o prazo para o recurso, ter logar o processo da cobrança judicial.

Art. 365. O producto das multas, segundo os casos, será dividido em duas partes iguaes, sendo uma dellas recolhida aos cofres do Correio e a outra entregue ao apprehensor ou informantе logo depois de passada em julgado a decisão, ou depois do não provimento do recurso.

Art. 366. São competentes para fazer apprehensão de cartas fraudulentamente transportadas ou de qualquer outro contrabando postal, os empregados do Correio ou encarregados de seu serviço, os da Alfandega, de Saude dos Portos e quaesquer outros individuos ou agentes aut risalos a fiscalisar a cobrança de impostos e a apprehender objectos de contrabando aduaneiro.

Art. 367. As informações sobre contravenções, para os effeitos deste regulamento, podem ser prestadas por qualquer cidadão, em carta assignada ou verbalmente para serem tomadas por termo e servirem de base a quaesquer pesquisas ou diligencias.

Art. 368. São competentes para a imposição de multas e outras penas estabelecidas neste capitulo o director geral, os administradores, os sub-administradores e os agentes.

Art. 369. Dos despachos de imposição de multas haverá recurso para o director geral, quando proferidos pelos administradores; para os administradores, quando proferidos pelos sub-administradores e agentes seus subordinadas; para os sub-administradores, quando proferidos pelos agentes que lhes forem immediatamente subordinados e para o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas dos proferidos pelo director geral do Correio.

Art. 370. O prazo para interposição dos recursos, de que trata o artigo anterior, será de dez dias contados da data da publicação dos despachos no *Diario Official* na Capital Federal, ou nos jornaes que nos Estados publicarem o expediente do Governo, ou em qualquer outro jornal, na falta daquelles, publicado na séde da administração, sub-administração ou agencia, e na falta de qualquer órgão de publicidade, da data do edital affixado na porta da repartição ou contados da data do conhecimento que da portaria tiverem os empregados multados.

Art. 371. A effectividade das multas impostas aos contraventores, quando se recusarem pagal-as e depois de esgotados os recursos, será realisada por meio de cobrança executiva, promovida pelo Juizo dos Feitos da Fazenda Nacional.

## CAPITULO XVIII

## DAS PENAS DISCIPLINARES E DOS RECURSOS

Art. 372. Os empregados do Correio e os individuos encarregados de serviço postal, os quaes são considerados empregados publicos para o effeito da punição por crimes, contravenções ou faltas por elles ou contra elles commettidas, estão sujeitos a penas disciplinares, sem prejuizo das que o Poder Judiciario ou autoridades policiaes lhes possam impor em virtude de infracção de disposições doCodigo Penal.

Art. 373. As penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados do Correio e os encarregados de serviço postal são :

- 1ª, admoestação particular ;
- 2ª, advertencia publica ;
- 3ª, multa de 2\$ a 25\$000 ;
- 4ª, suspensão do exercicio do emprego ;
- 5ª, demissão.

Art. 374. A pena de admoestação particular ou de advertencia publica, segundo a gravidade da falta, será imposta :

1º, á negligencia e á pouca assiduidade no serviço ;

2º, á insubordinação leve, pequenos erros e incorrecto comportamento na repartição.

Art. 375. A admoestação particular póde ser feita pelo director geral, sub-director, contador geral, administradores, sub-administradores, ajudante de administrador, contadores, thesoureiros, chefes de secção, agentes de 1ª e 2ª classes e encarregados de succursaes aos empregados que lhes forem immediatamente subordinados. Desta pena não haverá recurso.

Art. 376. A pena de advertencia publica será imposta, sempre por portaria, pelo director geral, administradores, sub-administradores e agentes de 1ª e 2ª classes.

Paragrapho unico. Desta pena haverá recurso no prazo de dez dias, a contar da data do conhecimento que della tiver o empregado, das autoridades inferiores para as superiores até ao director geral.

Art. 377. A pena de multa de 2\$ a 25\$ de cada vez será imposta :

1º, á negligencia culposa no desempenho do serviço, que dê motivos a irregularidades, reclamações, queixas ou prejuizos á repartição ou ao publico ;

2º, a faltas não justificadas em dias de trabalho extraordinario, urgente ou conhecido com antecedencia ;

3º, a faltas ao serviço, habitualmente, sem justificação, mais de tres em cada mez e no decurso de um trimestre ;

4º, á retirada da repartição, depois de ter assignado o ponto e durante as horas de serviço, sem licença do chefe a quem estiver immediatamente subordinado ;



5º, á cobrança para o Correio, na entrega de qualquer correspondencia ou execução de serviço de quantia superior á devida.

Art. 378. A pena de multa será imposta por portaria do director geral, administradores, sub-administradores e agentes de 1ª e 2ª classes, e della haverá recurso com effeito suspensivo, no prazo de dez dias, conta los da data do conhecimento que da portaria tiver o empregado, para as autoridades immediatamente superiores, até ao director geral, e deste para o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 379. A pena de suspensão será imposta :

1º, ao empregado pronunciado definitivamente em qualquer crime, desde a intimação do despacho e enquanto o mesmo despacho subsistir ;

2º, á reincidencia em faltas não justificadas em dias de trabalho extraordinario ;

3º, ao que faltar ao serviço sem justificação oito dias consecutivos ;

4º, ao rixoso na repartição ou que maltratar as pessoas que tenham nella qualquer dependencia ;

5º, ao que extraviar, por descuido ou omissão, qualquer objecto de correspondencia registrada ou não, com ou sem valor ;

6º, á desobediencia formal e voluntaria a ordens de superiores hierarchicos, em objecto ou materia de serviço ;

7º, o desrespeito, com palavras ou expressões injurias, offensivas ou gestos affrontosos a seus superiores.

Art. 380. O tempo da pena de suspensão será de um a 15 dias, quando imposta pelo director geral ; de um a oito dias, pelos administradores ; de um a cinco dias, pelos sub-administradores e agentes de 1ª e 2ª classes.

Art. 381. Da pena de suspensão haverá recurso, quando imposta pelos agentes de 1ª e 2ª classes e sub-administradores, para os administradores ; da imposta pelos administradores, para o director geral, e quando imposta por este, para o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 382. O prazo para o recurso de que trata o artigo anterior será de 10 dias, a contar da data em que o empregado tiver conhecimento da portaria em que for imposta a suspensão, sendo-lhe fornecidas em 48 horas, si pedir, cópia dos documentos ou peças em que for fundada a imposição da pena.

Art. 383. São effeitos da pena de suspensão :

1º, a privação do exercicio do emprego ;

2º, a perda de todos os vencimentos.

Art. 384. Si a suspensão for motivada em virtude do despacho de pronuncia definitiva de que trata o n. 1 do art. 379, deixará o empregado de receber, não só a gratificação *pro labore*, como a metade do ordenado até ser afinal condemnado ou absolvido, sendo-lhe, na segunda hypothese, restituída a que deixou de perceber durante o tempo da suspensão ; e si esta pena for preventiva para a responsabilidade do empregado, deixará de perceber sómente a gratificação.

Art. 385. A pena de demissão será imposta, além de outros casos previstos na lei:

1º, ao empregado ou encarregado de serviço postal condemnado por crime de prevaricação, peita, suborno, concussão, abuso ou excesso de autoridade, falsidade, peculato, moeda falsa, furto, roubo, estellionato, homicídio e nos outros crimes previstos no Código Penal, e bem assim em penas correccionaes, que envolvam participação e manifestações de perturbação contra a ordem publica, ou falta de probidade;

2º, ao que se constituir procurador de partes em negocios que directa ou indirectamente digam respeito ao Correio, excepto nos interesses de ascendentes e descendentes, irmãos ou cunhados durante o cunhadio, fóra dos casos de serem taes negocios por elles despachados ou expedidos;

3º, ao que tomar parte, por si ou por interposta pessoa, em qualquer contracto, tanto na repartição em que exercer o emprego, como em qualquer outra repartição postal;

4º, ao que commetter irregularidades repetidas que se referirem a valores de qualquer ordem ou der logar á suspeita de violação do sigillo das correspondencias, praticadas no serviço, e que possam fazer perder a confiança no empregado;

5º, á revelação, directa ou indirecta, de negocios confidenciaes e reservados ou não, e ao abuso de confiança em materia de serviço publico, devidamente comprovados, nos termos do § 4º do art. 19;

6º, ao que exigir para si, na entrega de qualquer correspondencia para ser franqueada, expedida, distribuida ou registrada, na emissão e pagamento de vales, no serviço de cobrança de assignaturas de jornaes e livretes de identidade, qualquer importância em numerario, sellos ou formulas estampilhadas, além da que strictamente deva ser paga ao Correio;

7º, á aceitação de emprego publico ou particular, incompativel com o exercicio no Correio;

8º, ao que faltar frequentemente ao serviço durante dois mezes, sem motivo justificado, por mais de 15 dias em cada mez;

9º, á indisciplina agravada com offensas ao decoro da repartição ou desobediencia formal e voluntaria a ordens superiores, acompanhada de injurias verbaes ou escriptas, ameaças, gestos affrontosos ou indecentes, palavras offensivas ou obscenas, gritos, vozeria ou assuada;

10, ao que tiver impedimento permanente, physico ou moral, esgotado o tempo legal de licença, para o exercicio do emprego, quando não estiver em condições de ser aposentado;

11, ao que desviar ou subtrahir qualquer correspondencia ou valor, e bem assim ao que violar o sigillo da correspondencia;

12, á incontinencia publica e escandalosa de vicio de jogo prohibido, embriaguez repetida, inaptidão notoria, desidia habitual no desempenho de funções ou cumprimento de deveres.

Art. 386. Nenhum empregado, excepto no caso previsto no n. 1 do artigo anterior, póde ser demittido sem que tenha sciencia da accusação; para este fim lhe serão dadas cópias authenticas

de todos os documentos ou peças de accusação e marcado o prazo de 10 dias para apresentar sua justificação ou defesa, a contar da data em que receber as cópias de taes peças ou documentos.

Art. 387. São competentes para demittir: o Chefe do Poder Executivo, o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, o director geral, os administradores e sub-administradores, cada um em relação aos empregados de sua nomeação.

Art. 388. A reincidencia aggravará sempre a punição com o dobro da pena, ou na pena immediatamente mais grave, quando aquella em que tiver de novo incorrido o delinquente não puder ser applicada em grão mais forte.

Art. 389. Os empregados ou encarregados de serviço postal, que forem encontrados commettendo os crimes do n. 1 do art. 385, serão presos em flagrante por quaesquer outros empregados.

Art. 390. Serão tambem presos em flagrante, e do mesmo modo, aquelles que forem encontrados em actos ou gestos affrontosos, injurias verbaes, expressões offensivas ou obscenas, gritos, vozzeria ou assuada dirigidos a seus superiores hierarchicos.

Art. 391. Incorrem em igual pena os que dentro das repartições travarem luctos ou rixas e dellas não desistirem depois de chamados á ordem.

Art. 392. Em qualquer dos casos de prisão referidos nos artigos anteriores, será immediatamente lavrado o respectivo auto do que houver occorrido, sendo depois assignado pelo chefe do serviço ou da repartição, por quem o tiver escripto, pelos empregados que houverem effectuado a prisão e por duas testemunhas, para ser remettido com o empregado delinquente, ou sem elle, á autoridade competente.

Art. 393. Os empregados do Correio e os encarregados de serviço postal estão sujeitos á prisão administrativa, nos casos do decreto n. 657, de 5 de dezembro de 1849, e do art. 36 da lei n. 628, de 17 de dezembro de 1851; e em taes casos são competentes para requisitar a prisão o director geral dos Correios e os administradores.

Art. 394. Nenhuma das penas disciplinares prejudica ou isenta o empregado ou encarregado de serviço postal da indemnisação dos valores por elles ou por culpa delles desviados ou subtrahidos.

Art. 395. Os empregados do Correio e encarregados de serviço são civilmente responsaveis para com os particulares pelas consequencias da recusa illegal da recepção, registro, transmissão e distribuição de correspondencias, podendo ser contra elles intentadas acções por prejuizos, perdas e damnos.

Art. 396. Para as faltas de menos gravidade, erros, omissões e irregularidades na execução de serviços que os officiaes, feis de thesoureiro, feis de almoxarife, porteiros e seus ajudantes, amanuenses, praticantes, carteiros, continuos, conductores, collectores, serventes e estafetas e quaesquer outros auxiliares possam commetter, o director geral organisará um regulamento disciplinar em que a pena seja a de multa pecuniaria, nunca menor de 2\$, nem superior a 25\$, que será submettido á approvação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

## SEGUNDA PARTE

## Das repartições e sua organização

## TITULO II

## DA DIRECTORIA GERAL — ADMINISTRAÇÕES — SUB-ADMINISTRAÇÕES — SUCCURSAES E AGENCIAS

## CAPITULO XIX

## DA DIRECTORIA GERAL

Art. 397. O serviço dos Correios Federaes continua a cargo de uma Directoria Geral dos Correios, immediatamente subordinada ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, constituida como Repartição Central, incumbida da inspecção e fiscalização de todo o serviço na Republica, e funcionará na Capital Federal.

Art. 398. A Directoria Geral dos Correios terá tres divisões denominadas— *Sub-Directoria*, *Contadoria Geral* e *Thesouraria-Almoxarifado*.

Art. 399. A' Sub-Directoria, sob a immediata direcção do sub-director, incumbe:

1º, o preparo de toda a correspondencia com o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e diversas autoridades, com os directores geraes dos Correios estrangeiros, Secretaria Internacional de Berne e com os administradores e sub-administradores; devendo abrir logo e distribuir a récebida, excepto quando confidencial e reservada;

2º, o exame dos contractos para transporte maritimo de malas, aquisições de formulas de franquia, material para o serviço e quaesquer outros celebrados por concorrência publica;

3º, informação e preparo de papeis para despacho do director geral;

4º, exame de papeis relativos a concurso, nomeação, distribuição, licença, castigos, recompensas, promoção, aposentadoria e matricula geral do pessoal da directoria, das administrações das sub-administrações e das agencias;

5º, exame das reclamações contra a execução do serviço em toda a Republica;

6º, instrucções e ordens do director, quer sejam em solução a duvidas ou conflictos, quer não;

7º, registro de horarios, itinerarios e organização de mappas geographico-postaes ;

8º, confecção do relatório annual da Directoria Geral, guia e boletins postaes ;

9º, classificação, guarda e conservação da correspondencia, livros e documentos que devem constituir o archivo ;

10, guarda e conservação da bibliotheca e do museu postal ;

11, exame das propostas para criação, supressão, restabelecimento de agencias e linhas postaes, e augmento e diminuição do numero de viagens ;

12, exame dos contractos para o serviço de condução de malas, afim de serem ou não approvados pelo director geral ;

13, estudo e exame dos projectos de convenções postaes internacionais, formulados pelas administrações estrangeiras ou pela Secretaria Internacional do Berne ;

14, registro geral das linhas postaes indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou administração, nome do contractante ou do estafeta e o custo do serviço ;

15, registro geral de todos os jornaes, revistas e outras publicações periodicas feitas na Republica ;

16, registro geral das administrações, sub-administrações, succursaes e agencias, indicando a data de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

17, assentamento geral do pessoal dos Correios da Republica, com todos os esclarecimentos relativos a cada empregado ;

18, estatistica geral das reclamações.

Art. 400. A' contadoria geral, sob a direcção do contador, incumbe:

1º, orçamento da receita e despesa do Correio Federal ;

2º, trabalhos para a abertura de credits supplementares, sua distribuição e escripturação ;

3º, balanços mensaes e geraes dos Correios da Republica ;

4º, relatório annual da parte financeira do serviço postal ;

5º, estatistica geral das correspondencias postadas, distribuidas, expedidas e em transitio ;

6º, organização, verificação e cobrança ou pagamento das contas de transitio maritimo e terrestre das correspondencias permutadas com os Correios da União Postal Universal ;

7º, requisição para o supprimento de sellos e outras formulas de franquia, assim como de livretes de identidade, para o deposito da Directoria Geral ; escripturação e inventario dos ditos sellos e formulas ;

8º, requisição de material e formulas impressas necessarias ao serviço para o supprimento do almoxarifado, e bem assim a fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do que for supprido ;

9º, liquidação dos vales postaes internos, emittidos, pagos, reembolsados, revalidados, substituidos ou prescriptos ; conta corrente de cada repartição postal incumbida deste serviço ;

10, escripturação dos livretes de identidade emitidos, reválidos, perdidos ou annullados ;

11, preparo do processo das fianças dos empregados a ellas sujeitos ;

12, liquidação das importancias recebidas e pagas dos vales internacionaes e das contas correntes, não só das respectivas repartições postaes, incumbidas desse serviço, como as de cada um dos paizes que permutarem fundos com os Correios do Brazil ;

13, propostas para classificação de administrações e de agencias, e fixação dos vencimentos do respectivo pessoal ;

14, preparo de papeis e documentos para prestação de contas finaes ao Thesouro Nacional ;

15, tomada de contas às administrações e ao almoxarifado ;

16, registro geral do ponto do pessoal das repartições postaes da Republica ;

17, exame das contas relativas a fornecimentos o dos balanços mensaes e annuaes da Directoria Geral e das administrações ;

18, preparo de documentos de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com pessoal e material, assim como das guias para expedição de sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade, e bem assim de formulas impressas, objectos de expediente, utensilios e material ;

19, organização dos modelos para os livros, balanços, balancetes e outras formulas que tenham de ser adoptadas no serviço de contabilidade do Correio, assim como as propostas de quaesquer alterações que forem julgadas necessarias no systema de escripturação e contabilidade postal, para que sejam uniformes ;

20, organização das folhas para pagamento do pessoal da Directoria.

Art. 401. A' thesouraria-almoxarifado incumbem :

1º, requisitar e receber os supprimentos do Thesouro Nacional ;

2º, guardar todos os valores sob sua responsabilidade ;

3º, receber, guardar e acondicionar todas as formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para o supprimento da directoria e das administrações ;

4º, fazer a remessa de sellos e de outras formulas com valor, e livretes de identidade que receber dos clavicularios para os supprimentos requisitados e autorizados ;

5º, pagar, mediante as formalidades legais, o pessoal da directoria e o material por ella adquirido ;

6º, apresentar balanços mensaes e annuaes.

Art. 402. Ficam sob a fiscalisação da contadoria geral não só o almoxarifado como o deposito geral de sellos, outras formulas com valor e livretes de identidade a cargo de tres clavicularios, que serão o thesoureiro-almoxarife e dous empregados designados pelo director geral.

## CAPITULO XX

## DAS ADMINISTRAÇÕES

Art. 403. Na capital do Districto Federal e nas capitães dos Estados da Republica, excepto na do Rio de Janeiro, haverá uma administração de Correio, dirigida por um administrador.

Art. 404. As administrações terão a seguinte classificação:

## 1ª classe

Districto Federal ;  
S. Paulo ;  
Minas Geraes ;  
S. Pedro do Sul ;  
Pernambuco ;  
Bahia ;  
Pará.

## 2ª classe

Paraná ;  
Ceará ;  
Amazonas ;  
Maranhão.

## 3ª classe

Alagoas ;  
Santa Catharina ;  
Espírito Santo.

## 4ª classe

Parahyba do Norte ;  
Rio Grande do Norte ;  
Sergipe ;  
Goyaz ;  
Piauhy ;  
Matto Grosso.

Art. 405. A Administração dos Correios do Districto Federal superintende também os correios do Estado do Rio de Janeiro e divide-se em oito secções, com as seguintes denominações :

1ª, expediente, sob a immediata direcção do ajudante do administrador ;

2ª, contadoria, dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria, dirigida pelo thesoureiro ;

4ª, recebimento e distribuição da correspondencia ordinaria ;

5ª, expedição de malas ;

6ª, registrados, importação, distribuição e expedição desta classe de correspondencia ;

7ª, reclamações, estatística e refugo ;

8ª, correios ambulantes e transportes, dirigida cada uma das cinco ultimas por um chefe de secção.

Art. 406. Cada uma das oito secções tem a seu cargo os seguintes serviços :

§ 1.º A' 1ª secção incumbe :

1º, preparo de toda a correspondencia com as autoridades do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, com o director geral, com os outros administradores, com os sub-administradores e encarregados das succursaes, e com os agentes do Correio, devendo logo abrir e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada ;

2º, recebimento, exame de propostas e contractos para o serviço de condução de malas e outros autorisados pela directoria ;

3º, preparo de papeis para despacho do administrador ;

4º, processo de concursos, nomeação, distribuição do pessoal, licenças, castigos, recompensas, promoções, aposentadorias e matricula do pessoal da administração e suas agencias, com indicação das datas de entrada, promoção, remoção, aposentadoria, fallecimento ou exoneração ;

5º, exame das reclamações contra a execução do serviço no Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro ;

6º, organização de horarios e itinerarios dos correios ambulantes e linhas postaes ;

7º, preparo dos elementos para o relatorio annual dos serviços a cargo da administração ;

8º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis que devem constituir o archivo e a bibliotheca ;

9º, propostas para criação, suppressão ou restabelecimento de agencias, de linhas postaes e augmento ou diminuição de numero de viagens ;

10, registro das linhas postaes do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estafeta e o preço do serviço ;

11, registro de todos os jornaes e publicações periodicas feitas no Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro ;

12, assentamento do pessoal da administração e agencias do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, com todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal ;

13, registro das agencias do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

14, organização da tabella de partida e chegada das malas á Capital Federal e a cada uma das estações postaes do Districto



Federal e do Estado do Rio de Janeiro, com a indicação das horas da distribuição domiciliaria, onde a houver.

§ 2.º A' 2ª secção incumbê :

1º, escripturação da receita e despesa da administração, e da entrada e sahida de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade;

2º, tomada de contas e contas-correntes com as agencias;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração;

4º, preparo dos documentos de despezas, assim como das guias para expedição de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade, de material, objectos de expediente e utensilios;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração;

6º, orçamento annual;

7º, balancos mensaes e annuaes;

8º, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção;

9º, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro por sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade;

10, conta corrente dos devedores á Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extravio de valores;

11, preparo de documentos de deficit de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com o material;

12, serviço de vales postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço;

13, fiscalisação, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de recibos, lettras e obrigações por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas;

14, processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos;

15, relatorio annual da parte financeira do serviço postal, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbê :

1º, arrecadar e pagar;

2º, serviço da venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas e cintas estampilladas e livretes de identidade;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales postaes de e para o interior e exterior, e o de emissão de livretes de identidade;

4º, serviço da cobrança de recibos, lettras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura para jornaes e outras publicações periodicas;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas e cintas estampilladas e livretes de identidade;

6º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções, succursaes e agencias;

7º, recebimento, do Thesouro Nacional, do supprimento necessario para occorrer ás despezas da administração ;

8º, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbe :

1º, recepção e abertura das malas das succursaes, do interior e exterior ;

2º, conferencia, marcação e manipulação das correspondencias ordinarias contidas nas malas, sua distribuição na área central da cidade e a remessa, a cada uma das succursaes, das correspondencias que tiverem de ser distribuidas nas respectivas áreas ;

3º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente ;

4º, remessa, em protocollo, á 6ª secção, de todos os volumes de objectos registrados ;

5º, remessa em protocollo, á 5ª secção, de todas as malas, bolsas e saccos vãos recebidos do interior e exterior, e á 6ª secção, dos saccos que a ella pertencerem ;

6º, fiscalisação da recepção de malas e correspondencias a cargo dos empregados designados para o serviço de mar ;

7º, apprehensão das correspondencias transportadas fraudulentamente ;

8º, recepção das correspondencias urbanas, sua marcação, apartação e distribuição na área central da cidade, e remessa ás succursaes ;

9º, registro, nos indicadores, das mudanças de domicilios ;

10, classificação e guarda das correspondencias que não tiverem podido ser entregues ;

11, escolha e classificação das correspondencias cahidas em refugio e a fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliar e de collecta das caixas urbanas ;

12, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 5.º A' 5ª secção incumbe :

1º, preparo e expedição de malas para o interior e exterior da Republica ;

2º, collecta da caixa geral da repartição ;

3º, recebimento dos jornaes e outras publicações periodics ;

4º, apprehensão de correspondencias postadas fraudulentamente ;

5º, annuncios de fechamento de malas ;

6º, escripturação da sahida das malas, bolsas e saccos ;

7º, refugio diario do serviço a seu cargo ;

8º, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 6.º A' 6ª secção incumbê :

- 1º, registro de todas as correspondências ;
- 2º, recepção e abertura dos volumes de correspondências registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros ;
- 3º, conferência, marcação, manipulação e lançamento dessas correspondências, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios, por carteiros privativos ;
- 4º, preparo e entrega á 5ª secção, remessa, ás succursaes, dos volumes de correspondências registradas que tiverem de ser expeditas e distribuidas ;
- 5º, classificação e devolução da que não tiver podido ser distribuida ;
- 6º, apprehensão das correspondências recebidas ou transportadas fraudulentamente ;
- 7º, classificação da que cahir em refugio ;
- 8º, escripturação da saída das malas, bolsas e saccos ;
- 9º, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 7.º A' 7ª secção incumbê :

- 1º, receber, dar entrada e processar as reclamações ou queixas do publico relativas á expedição, recepção e distribuição das correspondências, ou sobre qualquer outro serviço postal ou contra empregados do Correio ;
- 2º, informar sobre reclamações dos outros Correios ;
- 3º, recebimento, entrega e devolução, por intermedio da 6ª secção, dos avisos de recepção ;
- 4º, organizar a estatística das correspondências, não só postadas nas repartições do Correio do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, como das distribuidas e em transitio, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;
- 5º, recepção, manipulação, distribuição, entrega, devolução e consumo das correspondências cahidas em refugio nas repartições postaes do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro ;
- 6º, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 8.º A' 8ª secção incumbê :

- 1º, superintendencia e fiscalização de todos os serviços dos correios ambulantes e do transporte de malas do Correio no Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro ;
- 2º, manipulação, nos carros-correio, das correspondências ordinarias recebidas na hora da partida dos trens, preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;
- 3º, recepção e abertura das malas, pelos correios ambulantes, destinadas á Administração do Correio da Capital Federal, conferência, marcação e apartação das correspondências contidas nesses malas ;

4º, recepção e entrega, nos carros-correio, das malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;

5º, escripturação da saída de todas as malas, bolsas e saccos;

6º, apprehensão das correspondencias recebidas em transportadas fraudulentamente;

7º, entrega, à 6ª secção, dos volumes da correspondencia registrada contidos nas malas que forem abertas e conferidas nos correios ambulantes, e à 4ª secção, das malas organisadas nos mesmos correios ambulantes, contendo, já divididas, as correspondencias ordinarias endereçadas à *posta restante*, assignantes e districtos, a cargo da mesma secção ou das succesaes, e bem assim da que tiver de ser expedida pela 5ª secção;

8º, o refugio diario do serviço a seu cargo;

9º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base à confecção do relatorio do administrador.

Art. 407. A administração dos Correios de S. Paulo fica dividida em seis secções:

1ª, expediente, sob a immediata direcção do administrador;

2ª, contadoria, estatistica, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador;

3ª, thesouraria, dirigida pelo thesoureiro;

4ª, recebimento e distribuição da correspondencia ordinaria;

5ª, expedição de malas, serviços ambulantes e transportes;

6ª, registrados — recebimento para registrar e da importação, distribuição e expedição desta classe de correspondencia.

As tres ultimas serão dirigidas, cada uma, por um chefe de secção.

§ 1.º A 1ª secção incumbe:

1º, toda correspondencia com as autoridades do Estado, com o director geral, com os outros administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recobida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo administrador;

2º, preparo de papeis para despacho do administrador;

3º, processo de concurso, nomeação, distribuição, licenças, castigos, recompensas, promoções e aposentadorias do pessoal;

4º, exame das reclamações contra a execução do serviço no Estado;

5º, organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes;

6º, preparo dos elementos do relatorio annual dos serviços a cargo da administração;

7º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis, que devem constituir o archivo e a bibliotheca;

8º, registro das linhas postaes do Estado, indicando as datas de sua creação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou por

administração, nome do contractante ou do estafeta, e o preço do serviço ;

9º, registro de todos os jornaes e publicações periodicas do Estado ;

10, assentamento do pessoal da administração e agencias do Estado, contendo todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal ;

11, registro das agencias do Estado, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

12, organização da tabella da partida e chegada das malas a S. Paulo e a cada uma das estações postaes do Estado, com indicação das horas de distribuição domiciliaria, onde houver ;

13, recebimento, exame de propostas e contractos para o serviço de condução de malas e outros autorisados ;

14, exame e informação das propostas para criação, supressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens ;

15, matricula do pessoal da administração e suas agencias, indicando as datas de entrada, promoção, nomeação, aposentadoria e fallecimento ou exoneração ;

16, expedição de ordens do administrador, quer sejam em solução de duvidas e conflictos, quer não.

§ 2.º A 2ª secção incumbê :

1º, escripturação da receita e despesa da administração e da entrada e sahida de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade ;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias ;

3º, exame das contas, que tiverem de ser pagas pela administração ;

4º, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade, de material, objectos de expediente e utensilios ;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração ;

6º, orçamento annual ;

7º, balanços mensaes e annuaes ;

8º, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção ;

9º, fiscalisação, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de recibos, letras e obrigações por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

10, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade ;

11, conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extraviio de valores ;

12, preparo de documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despesas com o material ;

13, serviço de vales postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço ;

14, processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos ;

15, organização da estatística das correspondencias, não só postadas nas repartições postaes do Estado, como distribuidas e em transitio, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

16, recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondencias cahidas em refugio nas repartições postaes do Estado ;

17, relatorio annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatística e refugos, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 3.º A 3ª secção incumbê :

1º, arrecadar e pagar ;

2º, serviço de venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade ;

3º, serviço de vales postaes de e para o interior e exterior, e o de emissão de livretes de identidade ;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura para jornaes e outras publicações periodicas ;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade ;

6º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias ;

7º, recebimento, da respectiva repartição de fazenda, do supprimento necessario para occorrer ás despezas da administração ;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 4.º A 4ª secção incumbê :

1º, recepção e abertura das malas do interior e exterior ;

2º, conferencia, marcação e manipulação das correspondencias ordinarias contidas nas malas e sua distribuição na cidade ;

3º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente ;

4º, recepção das correspondencias urbanas, sua marcação, apartação e distribuição ;

5º, remessa, á 6ª secção, de todos os volumes de objectos registados ;

6º, apprehensão das correspondencias transportadas fraudulentamente ;

7º, registro nos indicadores das mudanças de domicilio ;

8º, classificação e guarda das correspondencias que não tiverem podido ser entregues ;

9º, escolha e classificação das correspondencias cabidas em refugio e a fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliar e de collecta das caixas urbanas ;

10, remessa em protocollo, á 5ª secção, de todas as malas, bolsas e saccoes vãos recebidos do interior e exterior, e á 6ª secção, dos que a ella pertencerem ;

11, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confeção do relatorio do administrador.

§ 5.º A' 5ª secção incumbem :

1º, preparo e expedição das malas para o interior e exterior da Republica ;

2º, collecta da caixa geral da repartição ;

3º, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas ;

4º, apprehensão de correspondencias postadas fraudulentamente ;

5º, annuncios de fechamento de malas ;

6º, escripturação da sahida das malas, bolsas e saccoes ;

7º, reingo diario do serviço a seu cargo ;

8º, superintendencia dos serviços dos correios ambulantes e transporte de malas do Correio no Estado de S. Paulo ;

9º, manipulação, nos carros-correio, das correspondencias ordinarias recebidas na hora da partida dos trens, preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

10, recepção e abertura das malas pelos correios ambulantes destinadas a Administração do Correio de S. Paulo, conferencia, marcação e apartação das correspondencias contidas nessas malas ;

11, recepção e entrega, nos carros-correio, das malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

12, entrega, á 6ª secção, dos volumes de correspondencias registradas contidas nas malas que forem abertas e conferidas nos correios ambulantes, e á 4ª secção, das malas organisadas pelos mesmos correios ambulantes, contendo a correspondencia ordinaria entregue á Capital do Estado ;

13, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confeção do relatorio do administrador.

§ 6.º A' 6ª secção incumbem :

1º, registro de todas as correspondencias ;

2º, recepção e abertura dos volumes de correspondencias registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros ;

3º, conferencia, marcação, manipulação e lançamento dessas correspondencias, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios, por carteiros privativos ;

4º, preparo e entrega, á 5ª secção, dos volumes de correspondencias registradas que tiverem de ser expedidos ;

5º, classificação e devolução da que não tiver podido ser distribuída ;

6º, apprehensão de correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente ;

7º, classificação da que cahir em refugio ;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

Art. 408. As administrações dos Correios dos Estados de Minas Geraes, S. Pedro do Sul, Pernambuco, Bahia e Pará, e todas que vierem a pertencer à 1ª classe, se dividirão em cinco secções cada uma :

1ª, expediente — sob a immediata direcção do administrador ;

2ª, contadaria — estatística, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria — dirigida pelo thesoureiro ;

4ª, recebimento e distribuição das correspondencias ordinarias, expedição de malas e serviços ambulantes, si os houver, e de transporte — dirigida por um chefe de secção ;

5ª, recebimento, importação, distribuição e expedição de correspondencias registradas — tambem dirigida por um chefe de secção.

§ 1.º A 1ª secção incumbê :

1º, toda correspondencia com as autoridades do Estado, com o director geral, com os outros administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo administrador ;

2º, preparo de papeis para despacho do administrador ;

3º, processo de concurso, nomeação, distribuição, licenças, castigos, recompensas, promoções e aposentadoria do pessoal ;

4º, matricula do pessoal da administração e suas agencias, indicando as datas de entrada, promoção, nomeação, aposentadoria e fallecimento ou exoneração ;

5º, exame das reclamações contra a execução do serviço no Estado ;

6º, organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes ;

7º, preparo dos elementos do relatorio annual dos serviços a cargo da administração ;

8º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis, que devem constituir o archivo e a bibliotheca ;

9º, exame e informação das propostas para criação, supressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens ;

10, registro das linhas postaes do Estado, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estafeta e o preço do serviço ;



11, registro de todos os jornaes e publicações periodicas do Estado ;

12, assentamento do pessoal da administração e agencias do Estado, contendo todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal ;

13, registro das agencias do Estado, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

14, organização da tabella da partida e chegada das malas á administração e a cada uma das estações postaes do Estado, com indicação das horas de distribuição domiciliaria, onde houver ;

15, recebimento, exame de propostas de contractos para o serviço de condução de malas e outros ;

16, expedição de ordens do administrador, quer sejam em solução de duvidas e conflictos, quer não.

§ 2.º A 2.ª secção incumbê :

1º, escripturação da receita e despeza, e da entrada e saída de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade ;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias, excepto, no Estado de Minas, as agencias subordinadas as respectivas sub-administrações ;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração ;

4º, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade, de material, objectos de expediente e utensilios ;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração ;

6º, orçamento annual ;

7º, balanços mensaes e annuaes ;

8º, fiscalização e escripturação da entrada e saída do material a cargo da 3ª secção ;

9º, fiscalização, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de cobrança de recibos, letras e obrigações, por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas ;

10, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade,

11, conta corrente dos devedores á Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extravio de valores ;

12, preparo de documentos de *debit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com o material ;

13, serviços de vales postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço ;

14, processos das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos ;

15, organização da estatistica das correspondencias, não só postadas nas repartições postaes do Estado, como distribuidas e

em transitio, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal ;

16, recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondências cahidas em refugio nas repartições postaes do Estado ;

17, relatório annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatística e refugos, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 3.º A' 3.ª secção incumbe:

1º, arrecadar e pagar ;

2º, o serviço de venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobre cartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade ;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales postaes para o interior e o exterior e o de emissão de livretes de identidade ;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura para jornaes e outras publicações periodicas ;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade ;

6º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias ;

7º, recebimento, da respectiva repartição de fazenda, do supplemento necessario para occorrer ás despesas da administração ;

8º, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do administrador.

§ 4.º A' 4.ª secção incumbe:

1º, recepção e abertura das malas do interior e exterior ;

2º, conferencia, marcação e manipulação das correspondências ordinarias contidas nas malas, e sua distribuição na cidade ;

3º, organização dos documentos de debito pelas correspondências não franqueadas ou de franquia insufficiente ;

4º, recepção das correspondências urbanas, sua marcação, aparação e distribuição ;

5º, remessa em protocollo, á 5ª secção, de todos os volumes de objectos registrados e dos saccoes, etc., que a ella pertencerem ;

6º, apprehensão das correspondências transportadas fraudulentamente ;

7º, fiscalisação da recepção de malas e correspondências a cargo dos empregados designados para o serviço do mar, onde o houver ;

8º, registro nos indicadores das mudanças de domicilios ;

9º, classificação e guarda das correspondências que não tiverem podido ser entregues ;

10, escolha e classificação das correspondências cahidas em refugio e a fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliar e de collecta das caixas urbanas e geral ;

11, preparo e expedição das malas para o interior e exterior da Republica ;

continua aqui>

12, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas;  
 13, annuncios do fechamento de malas;  
 14, escripturação da sahida de malas, bolsas, saccos, etc.;  
 15, superintendencia dos serviços dos correios ambulantes e transportes de malas do Correio no Estado;

16, manipulação, nos carros-correio, das correspondencias ordinarias de ultima hora, preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;

17, recepção e abertura das malas pelos correios ambulantes destinadas á administração; a conferencia, marcação e apartação das correspondencias contidas nessas malas;

18, recepção e entrega, nos carros-correio, das malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;

19, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção para servir de base á confeção do relatorio do administrador.

§ 5.º A 5ª secção incumbir:

1º, registro de todas as correspondencias;

2º, recepção e abertura dos volumes das correspondencias registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros;

3º, conferencia, marcação, manipulação e lançamento dessas correspondencias, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios;

4º, preparo e entrega á 1ª secção dos volumes de correspondencias registadas que fiquem de ser expedidas;

5º, classificação e devolução da que não tiver podido ser distribuída;

6º, apprehensão das correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente;

7º, classificação da que cahir em refugo;

8º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confeção do relatorio do administrador.

Art. 409. A administração dos Correios do Estado de Minas Geraes, porém, attendendo á sua organização especial, incumbirá mais o seguinte:

1º, na 1ª secção, matricula, assentimento e registro do pessoal das sub-administrações;

2º, na 2ª secção, formula de contas ás sub-administrações.

Art. 410. As administrações dos Correios de 2ª classe dos Estados do Paraná, Ceará, Amazonas e Maranhão; as de 3ª classe dos Estados de Alagoas, Santa Catharina e Espírito Santo e as de 4ª classe da Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goyaz, Piahy e Matto Grosso se dividirão em quatro secções:

1ª, expediente — sob a immediata direcção do administrador;

2ª, contadoria — estatística, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador;

3ª, thesouraria — dirigida pelo thesoureiro ;  
4ª, recebimento, importação, conferencia, distribuição e expedição das correspondencias tanto ordinarias como registradas sem valor declarado, e expedição de malas, serviços ambulantes, si os houver, e transportes, dirigida por um official.

§ 1.º A' 1ª secção incumbe :

1º, toda a correspondencia com as autoridades do Estado, com o director geral, com os outros administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recbida, excepto quando confidencial e reservada, que sera aberta pelo administrador ;

2º, preparo de papeis para despacho do administrador ;

3º, processo de concurso, nomeação, distribuição, licenças, castigos, recompensas, promoções e aposentadoria do pessoal ;

4º, matricula do pessoal da administração e suas agencias, indicando as datas de entrada, promoção, nomeação, aposentadoria e fallecimento ou exoneração ;

5º, exame das reclamações contra a execução do serviço no Estado ;

6º, organização de horarios e itinerarios do correios ambulantes e linhas postaes ;

7º, preparo dos elementos do relatorio annual dos serviços a cargo da administração ;

8º, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis, que devem constituir o archivo e a bibliotheca ;

9º, propostas para criação, suppressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, augmento e diminuição do numero de viagens ;

10, registro das linhas postaes do Estado, indicando as datas de sua criação, pontos terminaes e intermedios, extensão kilometrica e si a condução das malas é feita por contracto ou por administração, nome do contractante ou do estatista e o custo do serviço ;

11, recebimento, exame de propostas de contractos para o serviço de condução de malas e outros autorisados ;

12, registro de todos os jornaes e publicações periodicas do Estado ;

13, assentamento do pessoal da administração e agencias do Estado, contendo todos os esclarecimentos sobre o mesmo pessoal ;

14, registro das agencias do Estado, indicando as datas de sua criação, classificação, categoria da localidade, municipio a que pertence, nome do empregado, data da nomeação, da exoneração, etc. ;

15, organização da tabella da partida e chegada das malas á administração e a cada uma das estações postaes do Estado, com indicação das horas de distribuição domiciliar, onde houver ;

16, expedição de ordens do administrador, quer sejam em solução de duvidas e conflictos, quer não.

§ 2.º A' 2ª secção incumbê :

1º, escripturação da receita e despeza e da entrada e sahida de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade;

2º, tomada de contas e contas correntes com as agencias;

3º, exame das contas que tiverem de ser pagas pela administração;

4º, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade, de material, objectos de expediente e utensilios;

5º, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da administração;

6º, orçamento annual;

7º, balanços mensues e annuaes;

8º, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3ª secção;

9º, fiscalisação, exame e escripturação, relativa ao serviço, não só de cobranças de recibos, letras e obrigações, por conta de particulares, como de assignaturas de jornaes e outras publicações periodicas;

10, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade;

11, conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional, por imposto de sello, multas ou extravio de valores;

12, preparo dos documentos de *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despezas com material;

13, serviço de vales postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço;

14, processo das diuvas ou cauções dos empregados a ellas sujeitos;

15, organização da estatistica das correspondencias, não só postadas nas repartições postaes do Estado, como distribuidas e em transitio, de modo que ao mesmo tempo se comença o movimento de cada estação postal;

16, recepção, manipulação, devolução e consumo das correspondencias cahidas em refugio nas repartições postaes do Estado;

17, relatório annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatistica e refugos, para servir de base à confecção do relatório do administrador.

§ 3.º A' 3ª secção incumbê :

1º, arrecadar e pagar;

2º, o serviço de venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales postaes, de e para o interior e exterior, e o de emissão de livretes de identidade;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações, por conta de particulares, e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas;

5ª, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade ;

6ª, registro das correspondências com valor declarado recebidas para este fim ;

7ª, recebimento, da 4ª secção, das correspondências registradas com valor declarado, para effectuar a entrega e a remessa, á mesma secção, da que tiver de ser expedida, reexpedida e devolvida ;

8ª, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias ;

9ª, recebimento, da respectiva repartição de fazenda, do supprimento necessario para occorrer ás despezas da administração ;

10, relatorio annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

§ 4.º A 4ª secção incumbê:

1º, recepção e abertura das malas do interior e exterior ;

2º, conferencia, marcação, manipulação e distribuição das correspondências ordinarias contidas nas malas ;

3º, organização dos documentos de debito pelas correspondências não franquçadas ou de franquia insufficiente ;

4ª, recepção das correspondências urbanas, sua marcação, apuração e distribuição ;

5ª, remessa em protocollo, á 3ª secção, dos objectos registrados com valor declarado para a entrega respectiva ;

6ª, registro das correspondências registradas sem valor declarado ;

7ª, abertura dos volumes de correspondências registradas procedentes da Republica ou de paizes estrangeiros ;

8ª, conferencia, marcação, manipulação, lançamento, expedição e reexpedição dessa correspondência, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios ;

9ª, classificação, guarda e devolução das correspondências que não tiverem podido ser distribuidas ;

10, escolha e classificação das correspondências cahidas em refugo ;

11, apprehensão das correspondências recebidas ou transportadas fraudulentamente ;

12, fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliaria e de collectas das caixas urbanas e geral ;

13, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas ;

14, fiscalisação da recepção de malas e correspondências a cargo dos empregados designados para o serviço do mar, endo o houver ;

15, annuncios de horas de fechamento de malas ;

16, registro nos indicadores de mudança de domicilios ;

17, preparo e expedição de malas para o interior e exterior da Republica ;

18, superintendencia de todos os serviços dos correios ambulantes, onde os houver, e de transporte de malas do Correio no Estado ;

19, manipulação, nos carros-correio, das correspondencias ordinarias da ultima hora e preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

20, recepção e abertura das malas pelos correios ambulantes, destinadas a administração : conferencia, marcação e apartação das correspondencias contidas nessas malas ;

21, recepção e entrega de malas de ou para localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro ;

22, escripturação da sahida de malas, bolsas e saccos ;

23, relatorio annual da parte relativa aos serviços a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatorio do administrador.

## CAPITULO XXI

### DAS SUB-ADMINISTRAÇÕES

Art. 411. Ficam creadas, no territorio do Estado de Minas Geraes, tres sub-administrações do Correio, immediatamente subordinadas á administração dos Correios do mesmo Estado, as quaes terão por sede as cidades da Campanha, Diamantina e Uberaba.

Parágrafo unico. Estas repartições postaes terão a mesma organização das administrações de 4ª classe, attribuições e deveres constantes deste regulamento, e superintenderão certo numero de agencias, que lhes serão immediatamente subordinadas.

Art. 412. O director geral, sobre proposta do administrador, determinará quaes as agencias que devam ficar directamente subordinadas á administração e a cada uma das sub-administrações, attendendo á facilidade de communicações entre as agencias e as repartições a que ficarem subordinadas, ás ligações e dependencias de linhas de Correio e outras conveniencias do serviço.

Art. 413. As sub-administrações do Estado de Minas Geraes se dividirão em quatro secções :

1ª, expediente — sob a immediata direcção do sub-administrador ;

2ª, contadoria — estatistica, refugos e contabilidade, dirigida pelo contador ;

3ª, thesouraria — dirigida pelo thesoureiro ;

4.<sup>a</sup>, recebimento, importação, conferencia, distribuição e expedição das correspondencias, tanto ordinarias como registradas sem valor declarado, e expedição de malas, serviços ambulantes, si os houver, e transportes — dirigida por um official.

§ 1.<sup>o</sup> A' 1.<sup>a</sup> secção incumbe :

1.<sup>o</sup>, toda a correspondencia com as autoridades do respectivo Estado, com os administradores, com os outros sub-administradores e com os agentes, devendo logo abrir, dar entrada e distribuir a recebida, excepto quando confidencial e reservada, que será aberta pelo sub-administrador ;

2.<sup>o</sup>, preparo de papeis para despacho ;

3.<sup>o</sup>, processo de concursos do pessoal ;

4.<sup>o</sup>, matricula do pessoal da sub-administração e agencias a ella subordinadas ;

5.<sup>o</sup>, exame das reclamações contra a execução do serviço na circumscripção postal ;

6.<sup>o</sup>, organização de horarios e itinerarios de correios ambulantes e linhas postaes ;

7.<sup>o</sup>, elementos para o relatorio annual dos serviços a cargo da sub-administração ;

8.<sup>o</sup>, classificação, guarda e conservação de todos os livros e papeis que devem constituir o archivo e a bibliotheca ;

9.<sup>o</sup>, propostas para criação, suppressão e restabelecimento de agencias e linhas postaes, e augmento e diminuição do numero de viagens ;

10, registro das linhas postaes da circumscripção ;

11, registro de todos os jornaes e publicações periodicas da circumscripção ;

12, assentamento do pessoal e das agencias da circumscripção, contendo todos os esclarecimentos ;

13, registro e organização da tabella da partida e chegada das malas ;

14, expedição de ordens.

§ 2.<sup>o</sup> A' 2.<sup>a</sup> secção incumbe :

1.<sup>o</sup>, escripturação da receita e despeza e da entrada e sahida de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade ;

2.<sup>o</sup>, tomada das contas e contas correntes com as agencias ;

3.<sup>o</sup>, exame das contas que tiverem de ser pagas pelas sub-administrações ;

4.<sup>o</sup>, preparo dos documentos de despeza, assim como das guias para expedição de sellos, outras formulas de franquia, livretes de identidade, material, objectos de expediente e utensilios ;

5.<sup>o</sup>, registro do ponto e preparo das folhas e guias para pagamento do pessoal da sub-administração e das agencias da circumscripção ;

6.<sup>o</sup>, balanços mensaes e annuaes ;

7.<sup>o</sup>, fiscalisação e escripturação da entrada e sahida do material a cargo da 3.<sup>a</sup> secção ;

8.<sup>o</sup>, fiscalisação, exame e escripturação relativa ao serviço, não só de cobrança de recibos, lettras e obrigações, por conta de



particulares, como de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas;

9º, conta corrente dos devedores à Fazenda Nacional, por imposto do sello, multas ou extravio de valores;

10, conta corrente dos responsaveis para com o thesoureiro, por sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade;

11, preparo dos documentos da *deficit* de agencias, de arrecadação de dinheiro e de pagamento de despesas autorisadas;

12, processo das fianças ou cauções dos empregados a ellas sujeitos;

13, serviço de vales postaes de e para o interior e exterior, na parte que lhe disser respeito, assim como a escripturação relativa ao mesmo serviço;

14, organização da estatística das correspondencias, não só postadas nas agencias a seu cargo, como distribuidas e em transito, de modo que ao mesmo tempo se conheça o movimento de cada estação postal;

15, recepção, manipulação, devolução e remessa das correspondencias cabidas em refugio, na sub-administração e agencias a seu cargo, para a administração;

16, relatório annual da parte financeira do serviço postal, assim como da estatística e refugos, para servir de base à confecção do relatório do sub-administrador.

§ 3.º A 3ª secção incumbê:

1º, arrecadar e pagar;

2º, o serviço da venda de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade;

3º, serviço de emissão e pagamento de vales postaes de ou para o interior e exterior e o de emissão de livretes de identidade;

4º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas;

5º, recepção, guarda e expedição de sellos adhesivos, cartas-bilhete, bilhetes postaes, sobrecartas, cintas estampilhadas e livretes de identidade;

6º, registro das correspondencias com valor declarado recebidas para es-e fim;

7º, recebimento, da 4ª secção, das correspondencias registradas com valor declarado, para effectuar a entrega e a remessa, à mesma secção, da que tiver de ser expedida, reexpedida e devolvida;

8º, recebimento, guarda, fornecimento, conferencia e expedição de formulas impressas, objectos de expediente, material e utensilios para as diversas secções e agencias da circumscripção;

9º, recebimento do supprimento de fundos enviados pela administração para occorrer às despesas da sub-administração;

10, relatório annual da parte relativa ao serviço a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do sub-administrador.

§ 4.º A' 4ª secção incumbem :

- 1º, recepção e abertura de malas ;
- 2º, conferencia, marcação, manipulação e distribuição das correspondencias ordinarias contidas nas malas ;
- 3º, organização dos documentos de debito pelas correspondencias não franqueadas ou de franquia insufficiente ;
- 4º, recepção das correspondencias urbanas, sua marcação, apartação e distribuição ;
- 5º, remessa em protocollo, á 3ª secção, dos objectos registrados com valor declarado para a entrega respectiva ;
- 6º, registro das correspondencias sem valor declarado recebidas para esse fim ;
- 7º, abertura dos volumes de correspondencias registradas recebidas ;
- 8º, conferencia, marcação, manipulação, lançamento, expedição e reexpedição dessas correspondencias, assim como sua distribuição, tanto no Correio como nos domicilios ;
- 9º, classificação, guarda e devolução das correspondencias que não tiverem podido ser distribuidas ;
- 10, escolha e classificação das correspondencias cahidas em refugio ;
- 11, apprehensão das correspondencias recebidas ou transportadas fraudulentamente ;
- 12, fiscalisação dos serviços de distribuição domiciliaria e de collecta das caixas urbanas e geral ;
- 13, recebimento dos jornaes e outras publicações periodicas ;
- 14, annuncios das horas do fechamento de malas ;
- 15, registro, nos indicadores, de mudança de domicilios ;
- 16, preparo e expedição de malas ;
- 17, superintendencia de todos os serviços de correios ambulantes, si os houver, e de transporte de malas de Correio na circumscripção ;
- 18, escripturação da sahida de malas, bolsas e saccos ;
- 19, relatório annual da parte relativa aos serviços a cargo da secção, para servir de base á confecção do relatório do sub-administrador.

## CAPITULO XXII

### DAS SUCCURSAES

Art. 414. Na Capital Federal haverá tres — *Succursaes* — da respectiva administração dos Correios, que serão estabelecidas no perimetro das freguezias de S. Christovão, Engenho Velho e

Lagóa, nos pontos mais convenientes, a juízo do director geral, tendo cada uma a seu cargo os seguintes serviços:

1º, venda de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade;

2º, registro de correspondencias sem valor para qualquer localidade, e com valor declarado sómente para aquellas contra as quaes a administração não emittir vales;

3º, recepção, marcação e manipulação das correspondencias;

4º, expedição, em malas fechadas, das correspondencias para a administração e para as outras succursaes;

5º, collecta e distribuição na respectiva área;

6º, quaesquer outros serviços postaes que, para conveniencia do publico e do Correio, sejam autorizados pelo director geral;

7º, relatorio annual da parte relativa ao serviço a seu cargo.

Art. 415. As succursaes serão servidas por empregados da administração, dirigidas por um 1º ou 2º official, e terão como thesoureiro o mesmo da administração, que será representado por um de seus fiéis em cada uma dellas.

Art. 416. O director geral, sobre proposta do administrador, marcará os limites da área de cada uma das succursaes e os da parte central da cidade em que os serviços de collecta e distribuição ficarão a cargo da propria administração.

Art. 417. Além destas, o Governo, por proposta do director geral, poderá estabelecer succursaes em outros pontos da cidade e, na forma do artigo antecedente, fazer novas divisões dellas, si assim for julgado conveniente.

## CAPITULO XXIII

### DAS AGENCIAS

Art. 418. Nas cidades, villas, povoações, estações de estradas de ferro e outras localidades da Republica haverá agencias de correio immediatamente subordinadas às administrações e sub-administrações dos correios do Estado a que pertencerem.

Art. 419. As agencias do correio serão divididas em quatro classes, do modo seguinte:

§ 1.º A 1ª classe pertencerão as agencias de Nitheroy e Campos, no Estado do Rio de Janeiro; Juiz de Fora, no de Minas Geraes; Santos e Campinas, no de S. Paulo; as das cidades do Rio Grande e Pelotas, no de S. Pedro do Sul, e as que satisfizerem quaesquer das seguintes condições:

1ª, renda superior a 12:000\$ em tres annos consecutivos;

2ª, população de 15.000 habitantes na respectiva localidade;

3ª, centros importantes e especiaes de permuta de malas, com estações postaes do interior e exterior.

§ 2.º A' 2ª classe pertencerão as agencias que satisfizerem quaesquer das condições seguintes:

- 1ª, renda superior a 6:000\$ em tres annos consecutivos;
- 2ª, população de 5.000 habitantes na respectiva localidade;
- 3ª, centros importantes de permutação de malas com outras estações postaes ou pela distribuição de correspondencias, mediante carteiros ruraes.

§ 3.º A' 3ª classe pertencerão as agencias que satisfizerem quaesquer das condições que so seguem:

- 1ª, renda superior a 1:000\$ em tres annos consecutivos;
- 2ª, ser cidade a respectiva localidade;
- 3ª, centro importante de permuta de malas e correspondencias.

§ 4.º A' 4ª classe pertencerão todas as outras agencias.

Art. 420. *Renda*, para os effeitos da primeira condição dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo antecedente, entende-se a importancia de sellos applicados nas correspondencias postadas na agencia e por ella expedidas e distribuidas.

Art. 421. As agencias de 4ª classe serão creadas pelo director geral, mediante proposta justificativa dos administradores, e só serão installadas depois de votada a verba da respectiva despeza pelo Congresso Nacional.

§ 1.º A proposta dos administradores para a creação de uma agencia deverá conter o numero approximado de habitantes da localidade, na extensão de 5 kilometros, a categoria desta e a despeza a fazer-se com o serviço de condução de malas e a installação da agencia.

Art. 422. A bordo dos paquetes das mais importantes companhias nacionaes de navegação, quer sejam subvencionadas ou não pela União ou por um ou mais Estados, entre portos da Republica, ou entre estes e os de paizes estrangeiros, na America ou em qualquer outro continente, haverá agencias postaes a cargo de empregados pertencentes ás administrações dos correios dos portos iniciis ou terminaes das linhas de navegação, quer seja maritima ou fluvial.

§ 1.º Nos vapores ou nas linhas de vapores de navegação interna, maritima ou fluvial, de pequeno curso, subvencionadas ou não, quando houver, a juizo do director geral ou dos administradores, necessidade de reprimir e fiscalisar o contrabando postal ou o serviço de transporte de malas, serão designados, pelos administradores, empregados para esse fim.

§ 2.º As companhias nacionaes de navegação, subvencionadas ou não, terão a bordo de seus paquetes accommodações especiaes e reservadas exclusivamente ao serviço das agencias do Correio e darão passagem e comedorias aos empregados embarcados, mediante accordo com o Governo e na fórma por que taes obrigações estiverem ou não previstas nas leis de creação, concessão de privilegios ou subvenção ás ditas companhias.

Art. 423. Nos vapores, ou nas linhas de vapores de navegação interna, maritima ou fluvial, de que trata o § 1º do artigo ante-

cedente, as companhias, seus agentes ou consignatarios, darão passagem, comedoria e beliche aos empregados incumbidos da fiscalisação postal, mediante accordo com os administradores, na forma pela qual taes obrigações estejam ou não previstas nos respectivos contractos de navegação ou decretos, si os houver, de concessão de privilegios ou subvenções.

Art. 424. Aos agentes embarcados incumbem:

1º, venda de sellos e outras formulas de franquia e collecta das caixas de bordo;

2º, registro de correspondencias com e sem valor declarado, somente para os portos de escala onde houver estação postal;

3º, recepção, marcação e manipulação das correspondencias;

4º, entrega, nas estações postaes dos portos de escala ou de destino, das malas, que serão organisadas, contendo não só as correspondencias destinadas áquellas estações, como as que por alli devam transitar;

5º, recepção e entrega das malas nas estações postaes dos portos de escala ou que por ella tenham de transitar;

6º, troca de malas com outros agentes embarcados;

7º, providenciar, em caso de accidente na viagem, tanto quanto as circumstancias permittirem, no sentido de acautelar os valores e malas do Correio e da mais prompta e segura expedição das correspondencias;

8º, apprehensão do contrabando postal;

9º, quaesquer outros serviços postaes de que possam ser encarregados.

Art. 425. Aos fiscaes embarcados incumbem:

1º, collecta das caixas de bordo;

2º, fiscalisação do recebimento e entrega de malas;

3º, venda de sellos e outras formulas de franquia, a bordo;

4º, apprehensão do contrabando postal.

Art. 426. Os commandantes devem prestar, quando requisitados pelos agentes e fiscaes embarcados, todo o auxilio, ainda o pecuniario, em casos extraordinarios, e no interesse do serviço postal.

Art. 427. Na Capital Federal, nas capitales dos Estados e nas cidades mais importantes poderá haver, para commodidade do publico, agencias urbanas, estabelecidas nas estações iniciaes das estradas de ferro e nos pontos mais convenientes; só podendo taes agencias, em regra, trocar malas com as administrações e succursaes a que estiverem subordinadas e, em casos excepcionaes, com outras estações postaes, si para isso forem autorisadas.

§ 1.º Taes agencias terão os mesmos encargos das que se acham estabelecidas nas outras localidades; não poderão, porém, acceitar dinheiro, para ser enviado em cartas com valor declarado dirigidas a localidades para onde a administração ou sub-administração emittir vales postaes.

§ 2.º Poderão ser elevadas até 2ª classe as da Capital Federal e as das capitales dos Estados; e até 3ª classe as das outras cidades, desde que satisfaçam as condições do art. 419.

Art. 428. As agencias de 3ª classe só poderão ser elevadas à 2ª, e as de 2ª classe à 1ª, quando preencherem as condições para isso necessarias e mediante proposta do director geral ao ministro, no mez de março de cada triennio, de classificação de agencias e gratificação fixa aos serventuários, para vigorar nos respectivos exercícios.

Art. 429. Deverão ser supprimidas as agencias de 1ª classe, quando não haja quem nellas queira servir pela gratificação estabelecida, ou quando o seu rendimento não chegue para o respectivo custeio, salvo circumstancias espeziaes.

Art. 430. Nas revisões de classificação, para o effeito de elevação ou redução de vencimentos na mesma classe, ter-se-ha em vista, não só a renda da agencia no triennio anterior, como o movimento de correspondencias expedidas e distribuidas, e de malas expedidas e em transitio.

Art. 431. Não só as agencias de 1ª e 2ª classes, como as de 3ª, cujo movimento for importante, funcionarão, na falta de edificio publico, em casas para esse fim alugadas por contracto, nas quaes, sempre que for possível, os agentes deverão morar. As agencias de 4ª classe, em regra, funcionarão nas casas dos respectivos agentes.

Art. 432. Nas capitães e nas cidades, villas e quizesquer localidades onde houver caixas urbanas, poderão os administradores autorisar a pessoas idoneas que se incumbam de vender sellos em suas casas de negocio, percebendo de commissão 5 % dos que mensalmente comprarem a dinheiro, para esse fim e na seguinte proporção:

Até 1:000\$, 5 %;

Do excelente até 2:000\$, 2 %;

Do excedente de 2:000\$, 1 %.

Paragrapho unico. Igual autorisação poderá ser dada a pessoas idoneas estabelecidas nas localidades em que houver serviço rural e caixas de collecta, com as vantagens da disposição anterior.

## CAPITULO XXIV

### CORREIOS AMBULANTES — POSTA RURAL — SERVIÇO NO MAR

Art. 433. Os correios ambulantes funcionarão em carros espeziaes de estradas de ferro, com as accomodações necessarias, e a execução do serviço ficará a cargo de empregados do Correio.

Paragrapho unico. Aos correios ambulantes incumbem:

1ª, manipulação das correspondencias ordinarias collectadas na hora da partida dos trens;

2ª, preparo e entrega das malas destinadas ás localidades que, directamente ou por intermedio de outras, são servidas por estradas de ferro;

3º, recepção e entrega de malas de ou para as ditas localidades ;

4º, recepção e abertura das malas que lhes forem dirigidas e ás administrações de que dependerem ;

5º, conferencia, apartação, marcação e reexpedição das correspondencias contidas nessas malas ;

6º, venda de sellos e outras formulas de franquia ;

7º, quaesquer outros serviços postaes de que sejam encarregados.

Art. 434. Haverá correios ambulantes em linhas, trechos ou ramaes de estradas de ferro da União, dos Estados ou de empresas particulares, com ou sem garantia de juros da União ou dos Estados, mediante proposta fundamentada dos administradores ao director geral e deste ao Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, para autorisação das despesas necessarias.

Paragrapho unico. O pessoal dos correios ambulantes deverá ser dividido em turmas e cada turma será dirigida por um 3º official, ou official, nos trechos ou ramaes de estradas de ferro, e por um 1º ou 2º official, nas linhas mais importantes.

Art. 435. Nos carros dos correios ambulantes pessoa alguma extranha ao serviço postal, nem mesmo autoridade, poderá viajar nem ter entrada.

Art. 436. Mediante accordo com as administrações das estradas de ferro, poderão collocar-se em qualquer ponto dessas estradas, onde não pararem os trens,apparelhos destinados ao recebimento e á entrega das malas do Correio.

Art. 437. Nas localidades em que houver ou for levado o serviço rural, haverá carteiros privativos e seus supplentes para o mesmo serviço, incumbindo-lhes:

1º, recepção e distribuição de correspondencias ;

2º, venda de sellos, cartas-bilhete e bilhetes postaes ;

3º, avisos de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares ;

4º, collectas das caixas do Correio situadas nos districtos ruraes ;

5º, condução das malas expeditas pelas agencias contraes para a principal de cada districto ;

6º, quaesquer outros serviços postaes, de que sejam encarregados.

Paragrapho unico. Esses carteiros percorrerão a cavallo os districtos a seu cargo, sem se desviarem do itinerario marcado, embora não haja correspondencia a distribuir ; partirão e regressarão ás agencias a que estiverem immediatamente subordinados, a horas previamente marcadas e conhecidas do publico.

Art. 438. Nas administrações e nas agencias de 1ª classe, situadas em portos maritimos ou fluviaes, poderão os navios entrados ser visitados por empregados do Correio, para o fim de fiscalisarem o transporte das correspondencias e o contrabando postal, sem prejuizo do serviço da entrega das malas ao Correio pelos respectivos commandantes, capitães ou mestres.

Paragrapho unico. A esses empregados incumbe, além do disposto neste regulamento :

1º, apprehender as correspondencias transportadas fraudulentamente, lavrando os respectivos autos, para os effeitos estabelecidos neste regulamento ;

2º, dar diariamente, logo que terminarem as visitas dos navios, uma parte circunstanciada das entradas dos navios naquelle dia, declarando seus nomes e os dos respectivos commandantes ou mestres, os portos de onde sahiram e os de escala, os dias de viagem e si trouxeram ou não malas, cartas e outros objectos de correspondencia ; bem assim, si o transporte de correspondencias ou malas foi ou não feito regularmente.

## TITULO III

### DO PESSOAL

#### CAPITULO XXV

##### NUMERO E VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 439. As denominações, numero e vencimentos dos empregados da Directoria Geral dos Correios, da administração do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro e das outras administrações e sub-administrações do Estado de Minas Geraes, são os das seguintes tabellas :

##### N. 1 — DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Numero	Denominações	Vencimento anual
1	Director geral.....	15:000\$000

##### § 1º — Sub-Directoria

1	Sub-director.....	12:000\$000
3	1ºs officiaes.....	6:000\$000
3	2ºs ditos a.....	4:800\$000
3	3ºs ditos.....	3:600\$000
3	Amanuenses a.....	2:600\$000
6	Praticantes a.....	2:200\$000
3	Continuos a.....	1:400\$000
2	Serventes, diaria, 4\$000.	

Do pessoal acima fixado será tirado o que tiver de servir no gabinete do director geral.



## § 2º — Contadoria

		10:000\$000
1	Contador geral.....	7:200\$000
1	Ajudante do contador.....	6:000\$000
2	1ºs adjuvantes a.....	4:800\$000
2	2ºs ditos a.....	3:600\$000
2	3ºs ditos a.....	2:600\$000
8	Amanuenses a.....	2:200\$000
16	Praticantes a.....	1:400\$000
1	Continuo.....	
1	Servente, diaria, 4\$000.	

## § 3º — Thesouraria-Almoxarifado

		8:200\$000
1	Thesoureiro almoxarife.....	3:600\$000
1	Fiel.....	2:200\$000
2	Praticantes a.....	1:400\$000
1	Continuo.....	
2	Serventes, diaria, 4\$000.	

## § 4º — Portaria

		3:600\$000
1	Porteiro.....	

## N. 2 — ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		12:000\$000
1	Administrador.....	8:400\$000
1	Ajudante do administrador.....	8:400\$000
1	Contador.....	7:600\$000
1	Thesoureiro.....	7:200\$000
5	Chefes de seção a.....	6:000\$000
17	1ºs officiaes a.....	4:800\$000
22	2ºs ditos a.....	3:600\$000
35	3ºs ditos a.....	3:600\$000
6	Fieis do thesoureiro a.....	3:800\$000
1	Porteiro.....	3:000\$000
2	Ajudantes de porteiro a.....	2:600\$000
100	Amanuenses a.....	2:200\$000
200	Praticantes a.....	2:400\$000
90	Carteiros de 1ª classe a.....	2:200\$000
180	Ditos de 2ª classe a.....	2:400\$000
29	Ditos rureis a.....	1:400\$000
6	Continuos a.....	1:400\$000
50	Collectores a.....	
22	Carimbadores, diaria, 4\$000.	
45	Serventes, diaria, 4\$000.	

Conductores e estafetas, diarias diversas, conforme as distancias e o serviço.

Des empregados da actual Directoria Geral dos Correios será feita pelo director geral a distribuição dos que devam ficar definitivamente na directoria e dos que passarão a servir na Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro.

## N. 3 — ADMINISTRAÇÃO DE S. PAULO

1	Administrador.....	10:500\$000
1	Contador.....	7:200\$000
1	Thesoureiro.....	6:400\$000
3	Chefes de secção a.....	6:000\$000
4	1 <sup>as</sup> officiaes a.....	5:400\$000
8	2 <sup>as</sup> ditos a.....	4:500\$000
12	3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:600\$000
3	Fieis do thesoureiro a.....	3:600\$000
1	Porteiro.....	3:600\$000
1	Ajudante de porteiro.....	2:400\$000
36	Amannuenses a.....	2:600\$000
72	Praticantes a.....	2:200\$000
25	Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	2:400\$000
50	Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	2:200\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
15	Serventes, diaria, 3\$500.	
6	Carimbadores, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 4 — ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAES

1	Administrador.....	8:400\$000
1	Contador.....	6:000\$000
1	Thesoureiro.....	5:000\$000
2	Chefes de secção a.....	4:800\$000
2	1 <sup>as</sup> officiaes a.....	4:200\$000
4	2 <sup>as</sup> ditos a.....	3:600\$000
8	3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:000\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	3:000\$000
8	Amannuenses a.....	2:200\$000
16	Praticantes a.....	1:800\$000
6	Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	2:000\$000
12	Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
7	Serventes, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 5 — ADMINISTRAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL

		8:400\$000
1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	5:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:800\$000
2	Chefes de secção a.....	4:200\$000
2	1 <sup>as</sup> officiaes a.....	3:600\$000
4	2 <sup>as</sup> ditos.....	3:000\$000
6	3 <sup>as</sup> ditos.....	3:000\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	2:200\$000
7	Amanuenses a.....	1:800\$000
14	Praticantes a.....	2:000\$000
8	Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	1:800\$000
16	Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	2:000\$000
4	Ditos ruraes a.....	1:200\$000
1	Continuo.....	
6	Serventes, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 6 — ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO

		8:400\$000
1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	5:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:800\$000
2	Chefes de secção a.....	4:200\$000
2	1 <sup>as</sup> officiaes a.....	3:600\$000
4	2 <sup>as</sup> ditos a.....	3:000\$000
6	3 <sup>as</sup> ditos a.....	3:000\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	2:200\$000
10	Amanuenses a.....	1:800\$000
20	Praticantes a.....	2:000\$000
9	Carteiros de 1 <sup>a</sup> classe a.....	1:800\$000
18	Ditos de 2 <sup>a</sup> classe a.....	1:200\$000
1	Continuo.....	
4	Serventes, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 7 — ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA

		8:400\$000
1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	5:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:800\$000
2	Chefes de secção a.....	4:200\$000
2	1 <sup>as</sup> officiaes a.....	3:600\$000
4	2 <sup>as</sup> ditos a.....	3:000\$000
6	3 <sup>as</sup> ditos a.....	

1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	3:000\$000
10	Amanuenses a.....	2:200\$000
20	Praticantes a.....	1:800\$000
9	Carteiros de 1ª classe a.....	2:000\$000
18	Ditos de 2ª classe a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
4	Serventes, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 8 — ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ

1	Administrador.....	8:400\$000
1	Contador.....	6:000\$000
1	Thesoureiro.....	5:000\$000
2	Chefes de secção a.....	4:800\$000
2	1ºs officies a.....	4:200\$000
4	2ºs ditos a.....	3:600\$000
8	3ºs ditos a.....	3:000\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	3:000\$000
1	Porteiro.....	3:000\$000
6	Amanuenses a.....	2:200\$000
12	Praticantes a.....	1:800\$000
9	Carteiros de 1ª classe a.....	2:000\$000
18	Ditos de 2ª classe a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
3	Serventes, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 9 — ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:000\$000
2	1ºs officies.....	3:000\$000
3	2ºs ditos.....	2:400\$000
1	Fiel do Thesoureiro.....	2:000\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000
4	Amanuenses a.....	2:000\$000
8	Praticantes a.....	1:800\$000
9	Carteiros a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
4	Serventes, diaria, 3\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 10 — ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONAS

1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:000\$000
2	1 <sup>os</sup> officiaes a.....	3:000\$000
3	2 <sup>os</sup> ditos a.....	2:400\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000
3	Amanuenses a.....	2:000\$000
6	Praticantes a.....	1:800\$000
14	Carteiros a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
2	Serventes, diaria, 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 11 — ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ

1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:000\$000
2	1 <sup>os</sup> officiaes a.....	3:000\$000
3	2 <sup>os</sup> ditos a.....	2:400\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000
3	Amanuenses a.....	2:000\$000
6	Praticantes a.....	1:800\$000
8	Carteiros a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
2	Serventes, diaria, 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 12 — ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

1	Administrador.....	6:000\$000
1	Contador.....	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:000\$000
2	1 <sup>os</sup> officiaes a.....	3:000\$000
3	2 <sup>os</sup> ditos a.....	2:400\$000
1	Fiel do thesoureiro.....	2:000\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000
4	Amanuenses a.....	2:000\$000
8	Praticantes a.....	1:800\$000
9	Carteiros a.....	1:800\$000
1	Continuo.....	1:200\$000
4	Serventes, diaria, 3\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 13 — ADMINISTRAÇÃO DAS ALAGÔAS

1	Administrador.....	5:000\$000
1	Contador.....	3:400\$000
1	Thesoureiro.....	2:400\$000
1	1º official.....	2:400\$000
2	2ºs ditos a.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
3	Amanuenses a.....	1:600\$000
6	Praticantes a.....	1:400\$000
16	Carteiros a.....	1:400\$000
6	Serventes, diaria, 3\$000.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 14 — ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATHARINA

1	Administrador.....	5:000\$000
1	Contador.....	3:400\$000
1	Thesoureiro.....	2:400\$000
1	1º official.....	2:400\$000
2	2ºs ditos a.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
2	Amanuenses a.....	1:600\$000
4	Praticantes a.....	1:400\$000
7	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 3\$000.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 15 — ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

1	Administrador.....	5:000\$000
1	Contador.....	3:400\$000
1	Thesoureiro.....	2:400\$000
1	1º official.....	2:400\$000
2	2ºs ditos a.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
2	Amanuenses a.....	1:600\$000
4	Praticantes a.....	1:400\$000
6	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 3\$000.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 16 — ADMINISTRAÇÃO DE GOYAZ

1	Administrador.....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:000\$000

continua aqui>

1	Official.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
2	Amanuenses a.....	1:600\$000
4	Praticantes a.....	1:400\$000
3	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 2\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 17 — ADMINISTRAÇÃO DA PARAHYBA DO NORTE

1	Administrador.....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:000\$000
1	Official.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
3	Amanuenses a.....	1:600\$000
6	Praticantes a.....	1:400\$000
9	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 3\$000.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 18 — ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

1	Administrador.....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:000\$000
1	Official.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
1	Amanuense.....	1:600\$000
2	Praticantes a.....	1:400\$000
5	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 3\$000.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 19 — ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE

1	Administrador.....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:000\$000
1	Official.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
1	Amanuense.....	1:600\$000
2	Praticantes a.....	1:400\$000
4	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 2\$500.	
Conductores e estafetas, diarias diversas.		

## N. 20 — ADMINISTRAÇÃO DE MATTO GROSSO

1	Administrador .....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:000\$000
1	Official.....	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000
1	Amanuense.....	1:600\$000
2	Praticantes a.....	1:400\$000
3	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 21 — ADMINISTRAÇÃO DO PIAUHY

1	Administrador.....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro .....	2:000\$000
1	Official .....	1:800\$000
1	Porteiro .....	1:600\$000
1	Amanuense.....	1:600\$000
2	Praticantes a.....	1:400\$000
3	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

## N. 22 — SUB-ADMINISTRAÇÕES DE MINAS GERAES, NAS CIDADES DA CAMPANHA, DIAMANTINA E UBERABA

1	Sub-administrador.....	4:000\$000
1	Contador.....	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:000\$000
1	Official .....	1:800\$000
1	Porteiro .....	1:600\$000
1	Amanuense .....	1:600\$000
2	Praticantes a.....	1:400\$000
2	Carteiros a.....	1:400\$000
1	Servente, diaria, 2\$500.	

Conductores e estafetas, diarias diversas.

§ 1.º Cada uma das sub-administrações das cidades da Campanha, Diamantina e Uberaba terá o pessoal constante desta tabella.

§ 2.º Os thesoureiros das administrações, além dos vencimentos marcados, terão uma gratificação para quebras, sendo 800\$ para o do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro; 600\$ para o de S. Paulo; 400\$ para os das outras administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe; e os vencimentos dos the-



souzeiros destas agencias serão correspondentes a  $\frac{3}{4}$  do vencimento do respectivo agente

Art. 440. A terça parte dos vencimentos fixados nas tabellas anteriores será considerada gratificação *pro labore*.

Art. 441. Ficam mantidas aos empregados do Correio as vantagens pecuniarias de que actualmente gozam com relação ao serviço postal, menos as que se referem à gratificação local e às condições e favores especiaes nos casos de aposentadoria.

Art. 442. Os carteiros perceberão, além dos seus vencimentos, uma gratificação adicional relativa ao tempo de effectivo serviço postal, que será considerada para todos os effeitos como parte dos mesmos vencimentos; a saber :

Mais de 15 annos .....	10 %
» de 20 annos.....	20 %
» de 25 annos.....	30 %
» de 30 annos.....	40 %

Paragrapho unico. A gratificação adicional será abonada de 1 de janeiro do anno seguinte áquelle em que o carteiro tiver completado o tempo de serviço que motive a melhoria de seus vencimentos.

Art. 443. Os serventes e carimbadores que tiverem mais de 10 annos de effectivo serviço postal, perceberão uma diaria adicional equivalente a uma sexta parte da fixada nas respectivas tabellas.

Art. 444. No calculo das antiguidades de que tratam os arts. 442 e 443 será excluido o anno em que o empregado tiver dado mais de 30 faltas, seguidas ou interpoladas, por qualquer motivo, ou áquelle em que soffrer alguma pena disciplinar de multa ou suspensão.

Paragrapho unico. As gratificações additionaes por antiguidade serão, para todos os effeitos, consideradas como augmento de vencimentos.

Art. 445. O numero de amanuenses, praticantes, continuos e serventes na Directoria Geral e o de amanuenses, praticantes, carteiros de 1ª e 2ª classes, carteiros, carteiros ruraes, continuos, conductores, collectores, carimbadores e serventes das administrações, sub-administrações, succursaes e agencias, será fixado annualmente pelo ministro, sobre proposta do director geral.

Paragrapho unico. O numero de amanuenses não deve exceder nunca a metade do numero de praticantes, e o de carteiros de 1ª classe a metade do numero dos de 2ª classe.

Art. 446. Na directoria, administrações, sub-administrações e agencias de 1ª classe, o director geral e os administradores poderão nomear, mediante concurso, supplentes de praticante e de carteiro; e supplentes de conductor, collector, carimbador e de servente, sem aquella exigencia.

Art. 447. Os supplentes serão pagos *pro rata* com as sobras do credito distribuido para as despesas do pessoal em geral, quaequer que sejam os motivos que determinem as ditas sobras, não devendo, de modo algum, perceber mais do que os effectivos, nem ser em numero que exceda um terço dos mesmos.

Art. 448. O pessoal dos correios ambulantes, o do serviço no mar e agentes embarcados perceberão uma gratificação adicional de 20 % para os 1.<sup>as</sup> e 2.<sup>as</sup> officiaes, de 25 % para os 3.<sup>as</sup> e de 30 % para os amanuenses, praticantes, conductores e serventes. Esta gratificação não será abonada aos que faltarem ao serviço, por motivo justificado ou não, e para o praticante supplente será calculada, não sobre a quota que lhe tocar, mas sim sobre o vencimento que lhe poderia caber como praticante effectivo.

Paragrapho unico. Nas administrações dos Estados a fiscalização dos serviços dos correios ambulantes e transportes, quando necessaria, será exercida por empregados para tal fim designados pelo respectivo administrador.

Art. 449. Aos empregados incumbidos de qualquer commissão, dentro ou fora do Estado onde tiverem exercicio, serão abonadas: passagens para si, uma ajuda de custo até dois mezes de vencimento e uma diaria até 5 % do seu vencimento mensal.

§ 1.<sup>o</sup> Ao director geral e aos administradores compete fixar a ajuda de custo e a diaria.

§ 2.<sup>o</sup> Os empregados incumbidos de inspecionar agencias do Estado a que pertençam, não terão direito a ajuda de custo.

Art. 450. Os empregados promovidos ou removidos por conveniencia do serviço, quando tiverem por isso de mudar de residencia, terão passagem gratuita para si e suas familias, e uma ajuda de custo correspondente a metade do vencimento mensal dos lugares que forem occupar, quando a mudança for para outro ponto do mesmo Estado, ou ao vencimento de um mez, quando para Estado diverso.

Paragrapho unico. Considera-se familia do empregado: sua mulher, seus filhos e sua mãe e pae invalidos, ou quando forem sustentados pelo empregado no domicilio deste.

Art. 451. O pessoal das agencias terá os vencimentos constantes das seguintes tabellas:

#### A

##### Agencias de 1.<sup>a</sup> classe

##### *Vencimento annual*

Agente.....	3:000\$ a 6:000\$000
Ajudante do agente.....	3/4 do vencimento do agente
Thesoureiro.....	3/4 do vencimento do agente
Praticantes.	

Carteiros.

Collector, diaria.

Servente, diaria.

Estafetas, diarias diversas.

§ 1.<sup>o</sup> Na agencia do Nitheroy, porém, continuará a servir de thesoureiro o mesmo agente.

§ 2.<sup>o</sup> A casa e todas as despesas da agencia com o serviço postal serão por conta da União.

## B

## Agencias de 2ª classe

*Vencimento annual*

Agente.....	1:800\$ a 3:000\$000
Ajudante do agente.....	3/4 do vencimento do agente
Carteiros.	
Serventes, diaria.	
Estafetas, diarias diversas.	

Paragraphe unico. A casa e todas as despezas da agencia com o serviço postal serão por conta da União.

## C

## Agencias de 3ª classe

*Vencimento annual*

Agente.....	480\$ a 1:800\$000
Ajudante (facultativo).....	1/2 do vencimento do agente
Carteiros (facultativo).	
Estafeta, diaria.	

§ 1.º O auxilio para aluguel de casa será facultativo, não podendo exceder a 25 % da gratificação do agente.

§ 2.º Os objectos de expediente, de escriptorio e utensilios serão fornecidos á custa da União.

## D

## Agencias de 4ª classe

*Vencimento annual*

Agente.....	180\$ a 480\$000
-------------	------------------

§ 1.º Os objectos de expediente e os utensilios serão fornecidos á custa da União, e bem assim os objectos de escriptorio.

§ 2.º Em regra, nenhum agente de 4ª classe perceberá menos de 360\$ annuaes, desde que a renda annual da agencia attinja á quantia despendida com o seu custoio.

Art. 452. Para execução do artigo antecedente, o director geral submeterá á approvação do ministro, no mez de março de cada triennio, uma tabella de classificação de agencias e gratificações fixas, que devem perceber os agentes e seus ajudantes durante o triennio seguinte.

Art. 453. Os praticantes, carteiros, collectores e serventes das agencias de 1ª classe terão os vencimentos, onus e vantagens estabelecidas para empregados da mesma categoria das reparti-

ções postaes a que as agencias estiverem directamente subordinadas, inclusive o direito á promoção, quanto aos praticantes e carteiros.

Art. 454. Os carteiros e serventes das agencias de 2ª classe terão vencimentos e vantagens até tres quartos, e os das outras agencias, até tres quintos dos estabelecidos para empregados de igual categoria nas repartições postaes a que essas agencias estiverem directamente subordinadas.

## CAPITULO XXVI

### ATTRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 455. O director geral dirige superiormente o serviço postal em toda a Republica, podendo nelle intervir directamente sempre que julgar opportuno, e recebe ordens do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Compete-lhe, além do disposto neste regulamento:

1º, corresponder-se directamente com o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e com todas as autoridades, excepto os outros ministros;

2º, autorisar, por escripto, o pagamento das despezas dentro das verbas votadas no orçamento e ouvida a contadoria, requisitar supprimento de fundos do Thesouro Federal;

3º, autorisar, do mesmo modo, o supprimento de sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade ás administrações;

4º, propor ao ministro a distribuição dos creditos para as administrações, em cada exercicio, e o augmento delles, quando isso for indispensavel;

5º, celebrar contractos para os serviços a cargo da directoria, ficando dependentes de approvação do ministro os que excederem de 5:000\$000 ;

6º, informar motivadamente sobre aposentação dos empregados em geral e sobre nomeação, demissão e remoção dos de nomeação do Governo e remover os de sua nomeação ;

7º, dar posse aos empregados e conceder-lhes licença com ou sem vencimento, até 30 dias durante o anno;

8º, advertir, multar e suspender até 15 dias, nos termos deste regulamento, e demittir os de sua nomeação ;

9º, nomear examinadores para os concursos na directoria ;

10, designar os empregados que devam ter exercicio em cada uma das divisões da directoria ou mandal-os de uma para outra dessas divisões ;

11, designar empregados da directoria ou da administração do Districto Federal para as inspecções que, pelo menos uma vez por anno, deverão ser feitas ás administrações ;

12, ordenar, em casos extraordinarios, as inspecções de quaesquer agencias, por empregados das respectivas administrações ou da directoria ;

13, resolver todas as duvidas que se suscitarem na execução dos serviços, e decidir os conflictos que surgirem entre os diferentes empregados no exercicio de suas attribuições ;

14, expedir ordens, instrucções, regimentos e tomar todas as providencias necessarias ao rapido andamento dos trabalhos ;

15, crear uniformes para os empregados dos correios ambulantes e do mar, agentes embarcados, carteiros, conductores, collectores, carimbadores, serventes e estafetas ;

16, autorisar a criação do serviço rural nas localidades em que as conveniencias publicas o exigirem, em vista de proposta fundamentada dos administradores ;

17, adoptar o systema do material fixo ou ambulante necessario ao serviço ;

18, suspender até 15 dias os administradores que não remetterem as informações a que são obrigados, ou as que lhes forem exigidas ;

19, impor multas de 2\$ a 25\$ aos empregados da directoria pelos erros ou omissões que commetterem no desempenho de suas obrigações ;

20, impor multas a quaesquer pessoas extranhas ao Correio por infracção das disposições deste regulamento ou de contractos ;

21, prender em flagrante delicto, nos casos previstos neste regulamento, e solicitar das respectivas autoridades a prisão de empregados e de outras pessoas delinquentes, e de responsaveis para com a Fazenda Nacional, nos casos permittidos por lei ;

22, propor triennialmente ao ministro, no mez de março, gratificação fixa aos agentes e seus ajudantes, nova classificação de agencias; e annualmente o estabelecimento ou suppressão de correios ambulantes e o augmento, quando indispensavel, do numero de officiaes, amanuenses, praticantes, continuos, carteiros, conductores, collectores, carimbadores e serventes para a Directoria Geral, administrações, sub-administrações e agencias;

23, apresentar ao ministro, no mez de março, orçamento, balanco e relatório concernentes ao serviço postal ;

24, designar dous empregados da directoria que, com o thesoureiro-almoxarife, sirvam de clavicularios do deposito de sellos ;

25, autorisar, por escripto, o fornecimento de sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade, para o respectivo deposito, e a remessa para os correios estrangeiros, bem assim a aquisição do material para o almoxarifado ;

26, autorisar do mesmo modo o supprimento a credito de sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade as administrações, e bem assim o supprimento de formulas impressas objectos de expediente, utensilios e mobilia, não só para a directoria, como para as administrações ;

27, approvar os concursos para 3º official e praticante da directoria e administrações de 1ª classe, para 2º official e praticante das administrações de 2ª e 3ª classes e para official e praticante das administrações de 4ª classe ;

28, marcar os limites de cada uma das succursaes e determinar, sobre proposta do administrador, quaes as agencias que devam

ficar a cargo de cada uma das quatro circumscripções postaes do Estado de Minas Geraes.

Art. 456. Ao sub-director, além do disposto neste regulamento, compete:

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da sub-directoria e informar sobre todos elles ;

2º, presidir concursos ;

3º, conceder dispensa, até 48 horas, aos empregados que lhe estiverem subordinados e advertil-os por faltas commetidas, communicando logo ao director geral ;

4º, requisitar o supprimento do material e formulas para a sub-directoria ;

5º, prender em flagrante delicto, á ordem do director geral ;

6º, requisitar o numero de amanuenses, praticantes, continuos e serventes necessarios para o desempenho do serviço.

Art. 457. Ao contador geral, além do disposto neste regulamento, compete:

1º, dirigir e fiscalisar os serviços incumbidos á contadoria e sobre elles prestar informações ;

2º, conceder dispensa, até 24 horas, aos empregados da contadoria e advertil-os por faltas commetidas, dando logo conhecimento ao director geral ;

3º, prender em flagrante delicto, á ordem do director geral ;

4º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes que forem necessarios ao desempenho do serviço.

Art. 458. Ao ajudante do contador, além do disposto neste regulamento, incumbe : auxiliar o contador na direcção e execução de todos os serviços a cargo da contadoria, e especialmente dos que se referem ao almoxarifado e ao deposito de sellos.

Art. 459. Ao thesoureiro-almoxarife, além do disposto neste regulamento, incumbe :

1º, receber e guardar os supprimentos requisitados do Thesouro Federal e valores, sob sua responsabilidade ;

2º, pagar, mediante as formalidades legais, o pessoal da directoria e o material por ella adquirido ;

3º, prestar as informações que lhe forem exigidas pelo director geral, sub-director e contador geral ;

4º, organizar o relatorio annual dos serviços a seu cargo ;

5º, responder pelo material que estiver sob sua guarda ;

6º, propor seu fiel ;

7º, manter o almoxarifado em perfeita ordem e asseio, dirigindo a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação e limpeza, e devendo, no caso de deterioração casual, dar immediatamente parte ao contador, para que a directoria resolva a respeito. A falta de cumprimento destes deveres sujeita o thesoureiro-almoxarife á indemnisação do valor do material deteriorado ou inutilisado ;

8º, assistir ao exame e verificação da qualidade, peso, quantidade e medida do material que entrar ou sair do almoxarifado,

observando nos exames as estipulações dos respectivos contractos, ou especificação das encomendas, dos pedidos e das amostras ou modelos ;

9º, assignar os termos, declarações ou verbas, que devem constituir a sua responsabilidade, bem como dar recibo aos fornecedores dos artigos por elles suppridos ;

10, ter um livro auxiliar, que lhe será privativo, em que lance chronologicamente as entradas e sahidas dos artigos recebidos ou entregues ;

11, organizar e fazer organizar os pedidos para aquisição do material, de modo que os depositos se conservem sempre providos dos artigos necessarios para o consumo ordinario ;

12, satisfazer com promptidão todos os pedidos e ordens devidamente legalisados, para o fornecimento e entrega do material ;

13, requisitar do contador os amannenses, praticantes, continuos e serventes necessarios ao desempenho do serviço ;

14, dirigir e assistir ao acondicionamento e preparo das remessas de material ;

15, examinar e avaliar o material inservivel recolhido ao almoxarifado; requisitar concerto para o que estiver no caso de poder ser depois novamente fornecido, e pedir autorisação para venda, mediante concorrência publica, do que for imprestavel ou não tiver applicação no Correio ;

16, receber do deposito geral os sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade que tiverem de ser expedidos ; dirigir e assistir ao respectivo acondicionamento e entrega para o registro com valor.

Art. 460. Ao fiel do thesoureiro-almoxarife, além do que fica disposto, incumbem : coadjuvar o thesoureiro-almoxarife em todos os serviços a seu cargo, especialmente no desempenho das obrigações estabelecidas nos ns. 7, 10, 11, 12 e 14 do artigo antecedente.

Art. 461. Aos clavicularios, além do disposto neste regulamento, incumbem :

1º, responsabilidade do deposito de sellos ;

2º, recebimento, conferencia e guarda dos sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade fabricados no paiz ou no exterior ;

3º, entrega ao thesoureiro-almoxarife, mediante as formalidades legais, dos sellos, outras formulas com valor e livretes de identidade destinados a serem remettidos para supprimento ás administrações.

Art. 462. Aos administradores, além do que fica disposto, compete :

1º, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com todas as autoridades do respectivo Estado, com o director geral, com os outros administradores, sub-administradores e agentes, e cumprir as ordens que, sobre o serviço, lhes forem dadas pelo director geral ;

2º, autorisar, por escripto, o pagamento das despezas, dentro do credito distribuido á respectiva administração;

3º, requisitar da repartição competente, com informação escripta do contador, supprimentos de fundos para pagamento de vales postaes e outras despezas da administração;

4º, autorisar o supprimento, a credito, de sellos, outras formulas de franquia e livretos de identidade ás sub-administrações e agencias, assim como o supprimento de formulas impressas, objectos de expediente, utensilios, modelos e material para a execução dos serviços;

5º, dar á directoria esclarecimentos circumstanciados a respeito de todos os contractos, que houverem de ser feitos por intermedio da administração;

6º, informar motivadamente sobre nomeação, aposentação e demissão de empregados;

7º, dar posse aos empregados, advertil-os, punil-os, suspender-os até oito dias, na fórmula deste regulamento, e licenciar até 15 dias, em um anno, aos que não forem de sua nomeação;

8º, licenciar e demittir os empregados de sua nomeação;

9º, nomear examinadores de concursos, aos quaes presidirá;

10, distribuir o pessoal pelas secções, podendo mudal-o quando julgar conveniente, contando que o da thesauraria seja sempre da confiança do thesoureiro;

11, propor á directoria, no mez de janeiro de cada triennio, nova classificação de agencias, assim como a gratificação fixa dos respectivos agentes, para vigorar no triennio seguinte;

12, communicar á directoria as nomeações, demissões e vagas que se derem no quadro do pessoal;

13, designar o pessoal que deva servir nos correios ambulantes e dispensal-o quando julgar conveniente;

14, propor á directoria a criação ou suppressão de correios ambulantes e de outras linhas postaes, e o augmento ou diminuição do numero de viagens, e bem assim o de amanuenses, praticantes, carteiras, continuos, conductores (collectores e carimbadores, onde os houver), serventes e estafetas;

15, marcar horarios de serviços, assim como itinerarios de estafetas e conductores de malas;

16, designar e autorisar aos sub-administradores a designar empregados, quando julgar necessario, para inspecção de agencias, não podendo em caso algum ser excedido o credito distribuido para as despezas deste serviço;

17, decidir todas as duvidas e conflictos que se suscitarem entre os empregados, no desempenho de suas funções;

18, tomar providencias extraordinarias para estabelecer as communicações interrompidas;

19, resolver sobre queixas e reclamações, depois de feitas as pesquisas necessarias para esclarecel-as;

20, impor multas de 2\$ a 25\$ aos empregados da administração, pelos erros e omissões que commetterem no desempenho de suas obrigações; aos agentes no respectivo Estado, de 2\$ a 20\$, pelos erros e omissões que commetterem na recepção, distribuição



e expedição de correspondências, ou serviços que se referirem a valores ; e quando, no devido tempo, não remetterem o balancete ou saldo, ou não derem as informações que lhes forem exigidas ; finalmente a quaesquer pessoas extranhas ao Correio, por infracção das disposições deste regulamento ou de clausulas de contractos ;

21, fazer a divisão dos districtos postaes para collecta e distribuição das correspondências nas áreas urbana, suburbana e rural ;

22, propor ao director geral, sempre que as conveniencias publicas exigirem, o estabelecimento do serviço rural, devendo fundamentar a proposta ;

23, prender em flagrante delicto, solicitar das respectivas autoridades a prisão dos delinquentes e requisitar a prisão administrativa dos responsaveis para com a Fazenda Nacional ;

24, participar ao director geral todas as occorrencias extraordinarias e as difficuldades que encontrar na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções ;

25, organizar e mandar executar, depois de approvados pelo director geral, os regimentos internos para a execução dos serviços das administrações e agencias ;

26, presidir os concursos de praticantes e carteiros da administração e approvar os de praticantes e carteiros das agencias ;

27, apresentar ao director geral relatorio circumstanciado, em fevereiro de cada anno, segundo um plano uniforme da directoria, sobre o estado dos serviços a seu cargo.

Paraphrasis unico. Ao administrador dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro compete, além do disposto nos numeros do artigo antecedente, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com todas as autoridades do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, excepto com os ministros.

Art. 463. Aos sub-administradores, além do disposto neste regulamento, compete :

1º, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com todas as autoridades do Estado, excepto as da capital do respectivo Estado, com os administradores, com os outros sub-administradores e com os agentes ;

2º, ordenar o pagamento das despesas autorizadas pela administração ;

3º, requisitar da administração, com informação escripta do contador, o supprimento de fundos para pagamento de vales postaes e outras despesas autorizadas ;

4º, autorisar o supprimento, a credito, de sellos e outras formulas de franquia e livretes de identidade ás agencias a seu cargo, assim como o supprimento de formulas impressas, material, objectos de expediente, utensilios e modelos necessarios ao serviço, quando autorizados ;

5º, dar á administração esclarecimentos circumstanciados a respeito de todos os contractos ;

6º, informar motivadamente a administração sobre nomeação, aposentadoria e demissão de empregados ;

7º, nomear examinadores dos concursos, aos quaes presidirá ;

8º, distribuir o pessoal pelas secções, podendo mudal-o quando julgar conveniente, contanto que o da thesouraria seja sempre da confiança do thesoureiro ;

9º, propor ao administrador, até 15 de janeiro de cada triennio, nova classificação de agencias, assim como a gratificação fixa dos respectivos agentes, para vigorar no triennio seguinte ;

10, propor ao administrador as nomeações e demissões de agentes de 3ª e 4ª classes e informar sobre a nomeação e demissão dos de 1ª e 2ª classes ;

11, designar o pessoal que deva servir nos correios ambulantes, si os houver, e dispensal-os quando julgar conveniente ;

12, propor ao administrador, para os fins convenientes, a creação e suppressão de correios ambulantes e de outras linhas postaes, e o augmento ou diminuição do numero de viagens, e bem assim o numero de amanuenses, praticantes, carteiros, continuos, conductores, serventes e estafetas ;

13, marcar horarios de serviços, assim como itinerarios de estafetas e conductores de malas ;

14, designar empregados para inspecções de agencias, quando autorizadas pelo administrador, nos termos deste regulamento ;

15, resolver todas as duvidas que se suscitarem entre os empregados, no desempenho do serviço ;

16, tomar providencias extraordinarias para restabelecer as communicações interrompidas ;

17, tomar conhecimento das queixas e reclamações, e fazer as pesquisas necessarias para esclarecel-as ;

18, dar posse aos empregados, dispensal-os até 48 horas, admoestal-os, suspendel-os até cinco dias, na forma deste regulamento, impor multas : de 2\$ a 25\$ aos empregados da sub-administração, pelos erros e omissões que commetterem no desempenho de suas obrigações ; e de 2\$ a 20\$ aos agentes seus subordinados, pelos erros e omissões que commetterem na recepção, distribuição e expedição de correspondencias, e quando no devido tempo não remetterem o balancete ou saldo, ou não derem as informações que lhes forem exigidas ; finalmente, a quaesquer pessoas extranhas ao Correio, por infracção das disposições deste regulamento e de clausulas de contracto, com recurso para o administrador, nos casos em que conber ;

19, prender em flagrante delicto e solicitar das respectivas autoridades a prisão dos delinquentes ;

20, participar ao administrador todas as occurrencias extraordinarias e as difficuldades que encontrar na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções ;

21, apresentar ao administrador, no mez de janeiro de cada anno, segundo plano uniforme da directoria, relatório circumstanciado sobre o estado dos serviços a seu cargo.

**Art. 464.** Ao ajudante do administrador do Correio da Capital Federal, além do que fica disposto, incumbem :

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da secção do expediente e informar sobre todos elles ;

2º, conceder dispensa até 24 horas, aos empregados da secção a seu cargo e admoestral-os por faltas commettidas, dando logo conhecimento ao administrador ;

3º, prender em flagrante delicto, à ordem do administrador ;

4º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes que forem necessarios ao desempenho do serviço ;

5º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador, as occurrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções.

**Art. 465.** Aos contadores das administrações e sub-administrações, além do disposto neste regulamento, incumbem :

1º, executar e fazer executar os serviços a cargo da contadoria e sobre elles prestar informações ;

2º, conceder dispensa, até 24 horas, aos empregados da contadoria e admoestral-os por faltas commettidas, dando logo conhecimento ao administrador ;

3º, prender em flagrante delicto, à ordem do administrador ou do sub-administrador ;

4º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes que forem necessarios ao desempenho do serviço ;

5º, prestar as informações exigidas pelos administradores e sub-administradores ;

6º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador ou do sub-administrador as occurrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento ou de quaesquer instrucções.

**Art. 466.** Aos thesoureiros das administrações e sub-administrações, além do que fica disposto, incumbem :

1º, guardar todos os valores ;

2º, propor seus fleis ;

3º, prestar as informações exigidas pelo administrador ou sub-administrador e pelo contador ;

4º, entrar para a repartição competente, até ao dia 10 de cada mez, com o saldo do mez anterior, salvo quando este for necessario para as despesas da administração ou sub-administração. Neste caso, deverá o administrador ou sub-administrador, no officio de remessa do balanço mensal, fazer essa declaração ;

5º, prender em flagrante delicto ;

6º, admoestar aos empregados da thesouraria por faltas commettidas, dando logo conhecimento ao administrador ;

7º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos e serventes necessarios ao desempenho do serviço ;

8º, responder pelo material que estiver a seu cargo ;

9º, dirigir a arrumação e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a sua conservação, e devendo, no caso

de deterioração casual, dar immediatamente parte ao administrador ou sub-administrador, para que este resolva a respeito. A falta de cumprimento destes deveres sujeita o thesoureiro á indemnisação do valor do material deteriorado ou inutilizado ;

10, assistir ao exame e verificação da qualidade, peso, quantidade e medida do material que entrar ou sair, observando nos exames a especificação das encomendas de pedidos e de amostras ou modelos ;

11, assignar os termos, declarações ou verbas que devam constituir a sua responsabilidade, bem como dar recibo dos artigos suppridos ;

12, ter um livro auxiliar, que lhe será privativo, em que lance, chronologicamente, as entradas e saídas dos artigos recebidos, expedidos ou entregues ;

13, organizar e fazer organizar os pedidos para aquisição do material, de modo que os depositos se conservem sempre providos dos artigos necessarios para o consumo ordinario ;

14, satisfazer com promptidão todos os pedidos e ordens, devidamente legalizados, para o fornecimento e entrega de sellos, outras formulas de franquia e livretes de identidade, e de material, objectos de expediente e utensilios ;

15, dirigir e assistir ao acondicionamento e preparo das remessas de taes objectos ;

16, mandar examinar e avaliar o material inservivel recolhido á thesouraria, requisitar concerto para o que estiver no caso de poder ser depois novamente fornecido, e pedir autorisação para venda, mediante concorrência publica, do que for imprestavel ou não tiver applicação no Correio.

Art. 467. Aos fíeis do thesoureiro, além do disposto neste regulamento, incumbe coadjuvar o thesoureiro em todos os serviços a seu cargo, especialmente no desempenho das obrigações estabelecidas nos ns. 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 do artigo antecedente.

Art. 468. Aos chefes de secção, além do que fica disposto, incumbe :

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da secção respectiva e sobre elles informar ;

2º, requisitar os amanuenses, praticantes, continuos, carteiros, conductores (os da Capital Federal, collectores, carimbadores), serventes necessarios para o prompto desempenho do serviço ;

3º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador as occurrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções ;

4º, admoestar os empregados, quando deixarem de cumprir seus deveres ;

5º, prender em flagrante delicto, á ordem do administrador ;

6º, pedir e prestar informações aos outros chefes de secção, sobre objecto de serviço ;

7º, fazer inspecionar, por empregado de confiança, sempre que o julgar necessario, os serviços de collecta e distribuição das correspondencias, nas secções dos mesmos incumbidas, sem prejuizo de outras inspecções ordenadas pelos administradores ou sub-administradores.

Art. 469. Aos officiaes encarregados das succursaes, além do disposto neste regulamento, incumbem :

1º, dirigir e fiscalisar os serviços da succursal e sobre elles informar ;

2º, requisitar o pessoal necessario para o prompto desempenho do serviço ;

3º, levar, por escripto, ao conhecimento do administrador as occurrencias extraordinarias que se derem e as difficuldades que surgirem na execução deste regulamento e de quaesquer instrucções ;

4º, prender em flagrante delicto ;

5º, pedir e prestar informações ás outras succursaes e ás secções da administração, sobre objecto de serviço ;

6º, redigir a acta diaria dos trabalhos da succursal ;

7º, fazer inspecionar, por empregados de confiança, sempre que o julgar necessario, os serviços de collecta e distribuição das correspondencias, sem prejuizo das que forem ordenadas pelos administradores ;

8º, observar e fazer observar todas as disposições do respectivo regimento interno.

Paragrapho unico. Os officiaes encarregados das succursaes não podem delegar suas attribuições aos seus subordinados, sem prévia autorisação do administrador, excepto em casos urgentes ou excepcionaes de molestia, ou qualquer outro motivo grave, e são obrigados a residir nos predios em que funcionarem as succursaes.

Art. 470. Aos porteiros das administrações, além do que fica disposto, incumbem :

1º, abrir e fechar as portas do edificio em que funcione a administração, não só nas horas marcadas, como naquellas em que para isso receba ordem superior ;

2º, cuidar da limpeza interna e externa do edificio, e da conservação e limpeza dos moveis da repartição ;

3º, fazer as despesas miudas da repartição, apresentando mensalmente, ou quando lhes for determinado, uma conta documentada das effectuadas ;

4º, requisitar os serventes necessarios para o prompto desempenho do serviço ;

5º, executar quaesquer outros serviços da repartição que as circumstancias exigirem, inclusive a compra de objectos miudos, que não puderem ser fornecidos pelo almoxarifado da Directoria Geral, nem adquiridos por meio de concorrência publica.

Art. 471. Aos ajudantes do porteiro das administrações do Districto Federal e de S. Paulo, além do disposto neste regulamento, incumbem : coadjuvar o porteiro em todos os serviços a seu cargo

e com elle alternarem nas horas de serviço, de modo a estar sempre presente ou o porteiro ou um seu ajudante.

Art. 472. Aos agentes, além do disposto neste regulamento, incumbem :

1º, corresponder-se directamente, sobre assumpto de sua competencia, com o respectivo administrador, sub-administradores a que estiverem immediatamente subordinados, contador, thesoureiro, e com as autoridades locais, e, sempre que for necessario, com outras repartições postaes ;

2º, fazer as despesas para que estiverem autorizados ;

3º, dar á administração ou sub-administração os esclarecimentos por ellas exigidos ;

4º, impor multas e prender em flagrante, nos termos deste regulamento ;

5º, participar ao administrador ou sub-administrador todas as occorrencias extraordinarias havidas na agencia ou com o pessoal a ella subordinado ;

6º, remetter á administração ou sub-administração, até ao dia 10 de cada mez, o balancete do mez anterior ;

7º, recolher, no mesmo prazo, á repartição competente o saldo da agencia ;

8º, propor seus ajudantes.

Art. 473. Aos ajudantes dos agentes, além do que fica disposto, incumbem coadjuvar o agente na execução dos serviços a seu cargo, especialmente no da escripturação e contabilidade da agencia.

Art. 474. Aos thesoureiros das agencias de 1ª classe, além do que já se acha disposto, incumbem :

1º, arrecadar e pagar ;

2º, recepção e guarda de todos os valores ;

3º, serviço da venda de sellos adhesivos, formulas estampilhadas e livretos de identidade ;

4º, serviços de vales postaes de e para o interior e exterior ;

5º, serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações por conta de particulares e o de assignatura de jornaes e outras publicações periodicas ;

6º, registro das correspondencias com valor declarado recebidas para esse fim ;

7º, recebimento das correspondencias com valor declarado, para effectuar a distribuição e a entrega a quem de direito, da que tiver de ser expedida, reexpedida e devolvida ;

8º, prestar as informações exigidas pelo agente e pelo ajudante ;

9º, entrar para a repartição competente, nas épocas que lhes forem determinadas, com o saldo da agencia ;

10, requisitar do agente, em caso de necessidade, o praticante ou praticantes que o coadjuvem no serviço a seu cargo.

Art. 475. Os agentes de 2ª, 3ª e 4ª classes e os thesoureiros das agencias de 1ª classe, quando exonerados, entregarão a quem os substituir, por meio de inventario em triplicata, os

sellos e outros valores, cartas, correspondencias, talões, recibos, formulas, impressos e todos os objectos em seu poder, devendo um desses termos ficar com o substituto, outro com o exonerado e o terceiro ser por este remettido á administração respectiva, juntamente com o balancete, para ser liquidada a sua responsabilidade.

Art. 476. O agente de estrada de ferro que servir de agente do Correio, quando for transferido para outra estação, poderá entregar, sob sua responsabilidade, ao seu successor os sellos e outros valores, cartas e quizesquer objectos em seu poder, por meio de inventario, do modo estabelecido no artigo antecedente.

Art. 477. Extincta uma agencia, deverá o ex-agente recolher á administração ou sub-administração a que estiver subordinado os sellos e quizesquer valores, cartas e mais objectos em seu poder, mediante inventario, lavrado em duas vias, ficando uma em poder do ex-agente, que remetterá a outra junta ao balancete, para prestação final de suas contas.

Paragrapho unico. Si, por qualquer motivo, não convier que os objectos a que se refere este artigo sejam remettidos logo directamente á administração ou sub-administração, serão os ditos objectos recolhidos pelo ex-agente á agencia que lhe for indicada, e, nesse caso, o inventario será lavrado em tres vias, ficando uma dellas nessa agencia.

Art. 478. Nenhum empregado do Correio entrará em exercicio do logar para que for nomeado, sem tomar o compromisso de bem servir, sob pena de nullidade dos actos que praticar, além dos declarados no Código Penal.

Esta solemnidade constituirá tambem o acto de posse, da qual datará o direito a percepção do vencimento que lhe competir.

Art. 479. Nas repartições postaes de grande movimento, em que a venda de sellos e mais formulas de franquia não possa ser feita directamente pelos thesoureiros ou seus fideis, os praticantes designados para tal serviço, pelos administradores, servirão sob responsabilidade propria e prestarão contas diariamente.

Art. 480. Os porteiros das repartições postaes deverão residir, sempre que for possível, nos edificios em que funcionarem as mesmas repartições.

Art. 481. Todos os empregados do Correio são hierarchicamente subordinados entre si, na ordem de sua classe; estão, porém, immediatamente subordinados á autoridade superior da repartição onde tiverem exercicio e, mais directamente, ao chefe do serviço que desempenharem.

Art. 482. Os empregados encarregados de dirigir um serviço são responsaveis pela execução delle, sem prejuizo da responsabilidade individual pela execução do que lhe tenha sido confiado.

Art. 483. Aos funcionarios que dirigirem secções e succursaes, e aos agentes do Correio cabe responder pelos moveis, utensilios e demais objectos do uso e serviço da secção, succursal ou agencia a seu cargo e indicar, no caso de extravio ou damno, qual o responsavel, afim de que se torne effectiva a devida indemnização.

Art. 484. Igualmente cabe aos funcionarios que dirigirem secções e succursaes, e aos agentes de 1ª e 2ª classes apresentar ao administrador respectivo, até o dia 15 de janeiro de cada anno, o relatorio dos serviços a seu cargo, relativo ao anno findo, e o inventario dos moveis e utensilios da secção, succursal ou agencia a seu cargo.

Art. 485. Os empregados dos correios ambulantes, os do serviço postal no mar, os agentes embarcados, os carteiros, continuos, conductores (collectores carimbadores, onde os houver), serventes e estafetas usarão, sempre que se acharem em serviço, do uniforme pelo qual sejam conhecidos, sob pena de multa ou suspensão.

## CAPITULO XXVII

### NOMEAÇÕES, CONCURSOS, FIANÇAS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 486. O pessoal do Correio será nomeado do seguinte modo:

§ 1.º Por decreto do Presidente da Republica :

1.º Na *Directoria Geral* :

Director geral ;  
Sub-director ;  
Contador geral ;  
Ajudante do contador ;  
Thesoureiro-almoxarife ;  
Officiaes.

2.º Nas *administrações e sub-administrações* :

Administradores ;  
Ajudantes de administrador ;  
Sub-administradores ;  
Contadores ;  
Thesoueiros ;  
Chefes de secção ;  
Officiaes.

§ 2.º Por portaria do ministro :

1.º *Directoria Geral, administrações e sub-administrações* :

Fiel do thesoureiro-almoxarife ;  
Fieis de thesoureiro ;  
Amanuenses ;  
Porteiros e ajudantes ;  
Carteiros de 1ª classe e ruraes.

2.º *Agencias* :

Agentes de 1ª e 2ª classes ;  
Ajudante ;  
Thesoureiro.



§ 3.º Por portaria do director geral serão nomeados todos os mais empregados, excepto serventes, continuos, carinhadores, estafetas e conductores de malas nas administrações e sub-administrações, que serão nomeados pelos respectivos administradores e sub-administradores.

§ 4.º As nomeações por decreto e as por portaria do ministro, salvo as de livre escolha do Governo, serão precedidas de proposta do director geral, e as deste serão precedidas de proposta dos administradores e sub-administradores.

Art. 487. São de livre nomeação do Governo ;

1.º Na *Directoria Geral* :

Director geral ;  
Sub-director ;  
Contador-geral ;  
Thesoureiro-almoxarife.

2.º Nas *administrações* :

Os administradores.  
Os thesoureiros.

3.º Nas *sub-administrações e agencias de 1ª classe* :

Os thesoureiros.

As nomeações para os logares de ajudante do contador geral na directoria, ajudante de administrador na Capital Federal, contadores nas administrações, sub-administradores e contadores nas sub-administrações, serão feitas a juizo do Governo, podendo recahir a nomeação em qualquer pessoa idonea.

Art. 488. Poderão, quando assim convier ao serviço publico, ser nomeados empregados do Correio para exercerem em commissão as funções de administrador ou de contador das administrações e sub-administrações, os quaes não perderão os seus logares na repartição a que pertencerem, nem o direito aos accessos que lhes competirem.

Art. 489. Os logares de 1.ª e 2.ª officiaes, na Directoria Geral e os de chefe de secção, 1.ª e 2.ª officiaes, nas administrações de 1.ª classe e os de 1.ª officiaes, nas administrações de 2.ª e 3.ª classes, serão providos o mais possivel por accesso de empregado da repartição onde se der a vaga, prevalecendo a antiguidade de classe, e, em igualdade de condições, a da entrada para o Correio e, mais que tudo, os serviços relevantes prestados à Republica.

Art. 490. Serão logares de concurso os de 3.º official, na Directoria Geral e administrações de 1.ª classe, os de 2.º official, nas administrações de 2.ª e 3.ª classes e os de official, nas administrações de 4.ª classe e sub-administrações, e bem assim os de praticantes, carteiros e continuos.

Art. 491. Para os logares de amanuenses creados por esta lei serão nomeados todos os actuaes praticantes de 1.ª classe, onde os houver, e os de 2.ª passarão a denominar-se praticantes.

Nas administrações, porém, em que existe somente uma classe de praticantes, serão de entre estes escolhidos, de accordo com o art. 489, os que devam ser promovidos a amanuenses.

Art. 492. As vagas de amanuense que se derem posteriormente ao presente regulamento serão providas pela promoção dos praticantes; as do carteiro de 1.<sup>a</sup> classe pelos de 2.<sup>a</sup> e as de praticante e de carteiro rural ou os de 2.<sup>a</sup> classe pelos respectivos supplentes, que estiverem definitivamente approvados em concurso, sempre da repartição em que se der a vaga, respeitandose em todos os casos o preceito do art. 489.

Art. 493. Para os logares de fiel do thesoureiro-almoxarife, na Directoria Geral e fiéis dos thesoureiros nas administrações, as propostas serão feitas pelo thesoureiro-almoxarife e pelos thesoureiros respectivos ao director geral, afim de serem transmittidas ao ministro.

Art. 494. Para os logares de agente de 4.<sup>a</sup> classe poderão ser nomeadas senhoras, preferindo-se as viúvas, filhas ou irmãos dos empregados do Correio, que para isso reünam as condições necessarias.

Art. 495. Os continuos, conductores, collectores, carimbadores, serventes e estafetas só serão nomeados depois de provarem ser maiores de 21 e menores de 40 annos de idade, que estão vaccinados, que tem a necessaria robustez para o serviço, bom procedimento e que saibam bem ler, escrever, observada a segunda parte do art. 489.

Art. 496. Nos concursos observar-se-hão as seguintes regras:

1.<sup>a</sup>, serão annunciados 30 dias antes;

2.<sup>a</sup>, serão presididos, na Directoria Geral, pelo sub-director; nas administrações, pelos administradores; nas sub-administrações, pelos sub-administradores, e nas agencias de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes, pelos respectivos agentes.

§ 1.<sup>o</sup> Para os logares de 3.<sup>o</sup> official na Directoria Geral e administrações de 1.<sup>a</sup> classe, de 2.<sup>o</sup> official nas de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes e de official nas de 4.<sup>a</sup> classe e sub-administrações, serão admittidos os amanuenses que tiverem pelo menos dois annos de effectivo serviço do Correio e só na falta delles os praticantes, tambem nas mesmas condições, e da repartição em que se der a vaga.

§ 2.<sup>o</sup> As provas para o concurso serão escriptas e oraes, e versarão sobre respostas, não só de legislação postal interna e da Convenção Postal Universal, como tambem de provas praticas sobre a execução de serviços da secção em que o candidato tiver exercicio.

§ 3.<sup>o</sup> Para os logares de praticante e supplente os candidatos deverão ter mais de 21 e menos de 30 annos de idade, excepto si já tiverem exercicio no Correio; gosar boa saude e estar vaccinados; ter bom procedimento e conhecer as linguas portugueza e franceza, a geographia geral, com desenvolvimento quanto ao Brazil, arithmetica até a theoria das proporções inclusive, sendo motivo de preferencia o conhecimento de alguma ou algumas das seguintes materias: desenho linear, escri-

pturação mercantil, inglez e allemão, guardada a disposição do art. 489.

§ 4.º Os candidatos aos logares de carteiro e supplente de carteiro, deverão ter mais de 21 e menos de 50 annos de idade, excepto si já tiverem exercicio no Correio; gosar boa saude e estar vaccinados; ter bom procedimento, saber ler e escrever correctamente, e conhecer as quatro operações fundamentaes da arithmetica.

Os conductores, collectores, carimbadores, onde os houver, e serventes que concorrerem a esses logares, serão preferidos, em caso de igualdade de condições e na forma do art. 489.

§ 5.º Os candidatos poderão apresentar documentos que comprovem suas habilitações e serviços, devendo na classificação ser attendidos os que se referirem a materias não exigidas neste regulamento, sendo dispensado do exame da materia ou materias do concurso o candidato que apresentar attestado de approvação plena obtida na instrucção publica, academia ou instituto approvado pelo Governo.

§ 6.º Os concursos na Directoria Geral, administrações e sub-administrações, e agencias de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, se effectuarão no 2º domingo do mez de janeiro e a classificação em virtude delles será válida durante seis mezes.

§ 7.º Os processos dos concursos realisados nas administrações, para os logares de officiaes e praticantes, deverão ser enviados à Directoria Geral, e os dos realisados nas sub-administrações e agencias, para os logares de praticantes e carteiros deverão ser enviados à respectiva administração, acompanhados das informações necessarias, podendo ser annullados pelo director geral ou pelo administrador aquelles em que não se tenha procedido de conformidade com as disposições deste artigo e de quaesquer instrucções, ou em que tenha havido injustiça notoria ou nulidade manifesta.

Art. 497. O thesoureiro-almoxarife e os thesoureiros nomeados desta data em diante não poderão entrar em exercicio sem que tenham prestado a fiança que lhes competir, segundo a tabella seguinte :

Na Directoria Geral.....	40:000\$000
» administração do Districto Federal.....	40:000\$000
» outras administrações de 1.ª classe.....	25:000\$000
» administrações de 2.ª classe.....	10:000\$000
» de 3.ª classe.....	8:000\$000
» de 4.ª classe.....	4:000\$000
» sub-administrações do Estado de Minas.....	4:000\$000
» agencias de 1.ª classe com renda superior a 40:000\$000.....	10:000\$000
» agencias de 1.ª classe com renda superior a 20:000\$000.....	8:000\$000
» agencias de 1.ª classe com renda até 20:000\$000.....	5:000\$000
» agencias de 2.ª classe o equivalente aos vencimentos do agente em um anno.	

Paragrapho unico. Essas fianças serão prestadas no Thesouro Nacional ou nas respectivas repartições de fazenda.

Art. 498. Os fleis dos thesoureiros e o do thesoureiro-almo-xarife, como servirão sob a responsabilidade deste, prestarão a fiança que os mesmos exigirem.

Art. 499. Os carteiros prestarão a caução de 100\$000.

Art. 500. Quando, para garantir interesses da Fazenda Nacional, não for bastante determinar, ou que os agentes de 3ª e 4ª classes entrem para as administrações ou sub-administrações respectivas, em prazos mais ou menos curtos, com os saldos das respectivas agencias, ou que não lhes sejam fornecidos sellos, a credito, desde que nessas entradas não haja a devida regularidade, os administradores e sub-administradores poderão exigir que qualquer desses agentes preste caução equivalente a importancia da gratificação annual que lhes competir.

Paragrapho unico. Taes cações poderão ser prestadas em apolices da divida publica, ou em cadernetas da Caixa Economica, ou mediante termo assignado por uma ou duas pessoas idoneas, que se declarem solidariamente responsaveis pela importancia de qualquer debito, dentro do limite marcado.

Art. 501. Na Directoria Geral serão substituidos em seus impedimentos :

O director geral pelo sub-director ;

O sub-director pelo contador geral ;

O contador geral pelo ajudante effectivo, e na falta deste pelo 1º official mais antigo da contadoria, salvo designação posterior do director geral ;

O ajudante do contador geral pelo 1º official mais antigo da contadoria, salvo designação posterior do director geral ;

O thesoureiro-almo-xarife pelo seu fiel e na falta deste por pessoa por elle designada, de accordo com o fiador, e por escripto que tenha força de escriptura publica.

Art. 502. Nas administrações e sub-administrações serão substituidos em seus impedimentos :

O administrador da Capital Federal pelo seu ajudante e na falta deste pelos chefes de secção, na ordem de antiguidade, salvo designação posterior do director geral ;

Os administradores e sub-administradores pelos chefes de secção e na mesma ordem por officiaes das administrações de 2ª, 3ª e 4ª classes, salvo designação posterior do director geral ;

O ajudante do administrador na Capital Federal pelos chefes de secção, na ordem de antiguidade, salvo designação posterior do director geral ;

Os contadores pelos empregados mais graduados da contadoria, na ordem de antiguidade, excepto os thesoureiros ;

Os thesoureiros, por seus fleis mais antigos, no caso de não haver prévia designação, e na falta destes por pessoa de sua confiança, mediante approvação escripta de seus fiadores, que será registrada no livro de termos de fiança e archivada na contadoria da repartição e que tenha força de escriptura publica ;

Os chefes de secção pelo 1º official mais antigo da respectiva secção, e, na falta deste, pelo 1º official que o administrador designar;

Os de mais officiaes pelos empregados que se lhe seguirem em graduação, ou pelo mais antigo da mesma classe, si houver mais de um da mesma cathegoria, salvo designação do administrador;

Os porteiros pelos seus ajudantes, onde os houver, e, na falta destes, por continuos, que na directoria, administrações e sub-administrações forem designados pelo director geral, administradores e sub-administradores.

Art. 503. Nas agencias serão substituidos em seus impedimentos:

Os agentes de 1ª classe pelos seus ajudantes e, na falta destes, pelos praticantes para este fim previamente designados pelos agentes;

Os ajudantes pelos praticantes mais antigos;

Os thesoureiros por praticantes de sua confiança, ou outra pessoa idonea, mediante approvação escripta do respectivo fiador, a qual será registrada no livro de termos de fiança e archivada na agencia e que tenha força de escriptura publica.

Os agentes de 2ª e 3ª classes pelos seus ajudantes, e, na falta destes, por pessoa idonea indicada pelo agente, sob sua responsabilidade;

Os ajudantes das agencias de 2ª e 3ª classes ainda por pessoa idonea indicada pelo agente, sob sua responsabilidade.

Art. 504. Na falta do thesoureiro, não havendo pessoa afiançada que o substitua, os administradores e agentes poderão designar provisoriamente empregados idoneos da repartição para servirem, independentemente de fiança.

Art. 505. Os substitutos dos thesoureiros, não designados por estes, servirão sob responsabilidade propria e só tomarão conta da thesouraria ou a entregarão mediante balanço e inventario a que se procederá na sua presença.

Art. 506. Quando vagar qualquer logar de agente, que não tenha ajudante, a autoridade local mais graduada providenciará para que o serviço da agencia continue a ser feito com a mesma regularidade, nomeando provisoriamente um substituto de agente e communicando com urgencia ao administrador respectivo.

## CAPITULO XXVIII

### COMPARECIMENTO, PONTO, JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS E DESCONTOS

Art. 507. Na Directoria Geral, o trabalho ordinario será de seis horas, nos dias uteis, podendo o director geral, nos casos de trabalho urgente ou extraordinario, prorogar as horas de serviço e determinar que o mesmo seja executado em domingos ou dias feriados.

Art. 508. Nas administrações, nas sub-administrações, succursaes e agencias durará o trabalho, quer nos dias uteis quer nos domingos e feriados, as horas do dia ou da noite exigidas pelo serviço, devendo para este fim, sempre que for possível, dividir-se o pessoal em turnas.

Paragrapho unico. As secções do expediente e contabilidade das administrações, porém, não funcionarão, nos domingos e dias feriados, salvo o caso de se acharem atrasados os respectivos serviços.

Art. 509. Nas administrações e nas sub-administrações, o administrador ou sub-administrador, sempre que julgar necessario, poderá determinar que os empregados de umas secções coadjuvem os serviços das outras.

Art. 510. Haverá na contadoria da Directoria Geral, em cada secção da Administração dos Correios da Capital Federal, na contadoria, thesouraria e secções de manipulação das outras administrações e sub-administrações, nas succursaes e nas agencias de 1ª, 2ª e 3ª classes um livro de ponto, em que os empregados assignarão seus nomes ás horas marcadas para começar e terminar o trabalho e que deverá ser encerrado: o das divisões da Directoria Geral, pelo ajudante do contador; o das 1ª e 2ª secções das administrações e sub-administrações, pelos contadores, e o das outras secções, pelos respectivos chefes; o das succursaes, pelos officiaes que as dirigirem e o das agencias, pelos agentes.

Paragrapho unico. A excepção do director geral, do sub-director, do contador geral, dos administradores e sub-administradores, todos os empregados estarão sujeitos ao ponto.

Art. 511. O empregado que faltar ao serviço soffrerá desconto ou perda dos seus vencimentos, conforme as regras seguintes:

1ª, o que faltar sem causa justificada, perderá todo o vencimento;

2ª, o comparecimento, sem causa justificada, depois de encerrado o ponto, importará perda de todo o vencimento;

3ª, o comparecimento, com causa justificada, dentro da primeira hora depois de encerrado o ponto o somente tres vezes em cada mez, importará desconto de metade da gratificação;

4ª, o que faltar ao serviço mais de dous dias seguidos, sem ser por motivo de molestia, deverá declarar por escripto ou verbalmente ao seu chefe, no primeiro dia em que comparecer á repartição, a causa do não comparecimento;

5ª, o que faltar sem motivo justificado, em dia de trabalho extraordinario ou urgente, conhecido com antecedencia, perderá tres dias de vencimentos;

6ª, aquelle que se retirar do trabalho sem licença do chefe immediato, ou sem participar a este que a obteve do chefe superior, incorrerá na pena de multa;

7ª, o que faltar com motivos justificados perderá somente a gratificação, sendo taes motivos:

a) molestia do empregado até oito dias;

- b) nojo por fallecimento de pais, filhos, avós, netos e esposa — oito dias ;
- c) obito de sogro, sogra, genro, nóra, tios, irmãos e cunhados — tres dias ;
- d) gala de casamento — oito dias.

§ 1.º As faltas serão justificadas pelo director geral, administradores, sub-administradores e chefes de repartições postaes, devendo o empregado que adoeecer enviar immediatamente parte por escripto.

§ 2.º Igual comunicação deverão fazer os empregados impedidos de comparecer por qualquer dos outros motivos justificaveis e essa comunicação justificara as faltas durante os dias de terminados neste regulamento.

§ 3.º Não se considerarão justificadas as faltas provenientes do desempenho de serviços publicos não obrigatorios.

§ 4.º O desconto por faltas interpoladas recahirá sómente nos dias em que ellas se derem : mas si as faltas forem successivas, o desconto se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, se acharem comprehendidos no periodo das faltas.

§ 5.º Nenhum desconto se fará ao empregado que não comparecer á hora marcada, ou não assignar o ponto:

1º, enquanto estiver em serviço da repartição fóra della ;

2º, nos dias em que votar.

§ 6.º Nos casos de que trata o paragrapho antecedente, far-se-ha a devida annotação no livro do ponto.

§ 7.º Das decisões dos administradores, aos quaes compete resolver sobre a procedencia das faltas, haverá, dentro de 10 dias, recurso para o director geral, e das do director para o ministro.

## CAPITULO XXIX

### LICENÇAS E APOSENTADORIAS

Art. 512. Aos empregados do Correio poderão ser concedidas licenças, com ou sem ordenado, por motivo de molestia devidamente averiguado, si a licença for até dous mezes, e pelo exame de uma junta medica, si exceder daquelle prazo, ou de justo interesse particular allegado por escripto e documentado, quando seja possível.

§ 1.º Só por motivo de molestia conceder-se-ha licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes e, de então em diante, com metade do ordenado, e só poderá ser prorogada, provando o interessado que consumiu a licença anterior em seu tratamento.

§ 2.º Por qualquer outro motivo justificado a licença não excederá de seis mezes, e sendo com ordenado ficará sujeita ao seguinte desconto:

Da quinta parte, sendo a licença de dous mezes ;

Da terça parte, sendo por mais de dous até quatro mezes ;

De duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

§ 3.º O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas reformas e prorrogações dentro de um anno, a contar do dia em que for concedida a primeira, será somado para os fins de direito.

§ 4.º Em todo caso, findo o prazo maximo da licença, nada mais perceberá o empregado, nem será renovada ou prorogada sem que elle volte ao exercicio de suas funcções.

§ 5.º Ficará sem effeito a licença concedida, si o empregado não entrar no gozo della dentro de um mez, contado do dia em que o acto da concessão for publicado no *Diario Official*, sendo na Capital Federal, e nos Estados o prazo correrá do dia marcado pelo respectivo administrador.

§ 6.º Não se concederá licença ao empregado que, tendo sido nomeado ou removido, não tiver entrado no effectivo exercicio de seu cargo e neste serviço durante seis mezes, salvo o tempo necessario para a mudança da familia do empregado nomeado ou removido.

Art. 513. Si a molestia do empregado resultar de um acto humanitario ou dedicação á causa publica, ou for consequencia de lucta ou conflicto sustentado no exercicio de suas funcções, ou de accidente grave resultante, notoriamente, de cumprimento de seus deveres, terá direito a perceber seus vencimentos sem desconto algum durante o tratamento ou até ser aposentado.

Art. 514. O empregado do Correio victima de qualquer desastre ou accidente em serviço postal, perceberá, a titulo de vantagem, uma quantia proporcionada á despesa do seu primeiro tratamento transporte e estadia, até ser recolhido á sua residencia, sem prejuizo do disposto no art. 513.

Art. 515. As aposentadorias dos empregados do Correio serão reguladas pelo decreto legislativo n. 117, de 4 de novembro de 1892 e o montepio pelo decreto n. 1045 de 21 de novembro de 1890.

## CAPITULO XXX

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 516. A receita e despesa que correm pela verba — *Correio Geral* — devem effectuar-se directamente pelas administrações, salvo as que se referirem a exercicios já encerrados, cumprindo neste caso as repartições postaes expedir as necessarias guias, quando se tratar de transacções de despesa, e enquanto os documentos se acharem nessas repartições.

Paraphrasis unico. A receita e despesa da Directoria Geral, porém, será effectuada pelos cofres da mesma directoria.

Art. 517. Quando as administrações e as agencias não tiverem fundos para occorrer ás despesas que lhes competirem, serão



supprimidas: a Administração do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro pelo Thesouro Nacional; as demais administrações pelas repartições de fazenda competentes e as sub-administrações e agencias pela respectiva administração.

Art. 518. Do saldo em dinheiro, verificado nas administrações e sub-administrações em 31 de dezembro de cada anno, ficarão nellas as quantias necessarias para o encerramento das despesas do exercicio no trimestre adicional, mas em 31 de março, ou no antecedente dia util, o saldo do exercicio a encerrar-se será impreterivelmente recolhido ao Thesouro Nacional, ou ás respectivas repartições de fazenda.

Art. 519. A receita do Correio será arrecadada, tanto quanto for possível, por meio de talões.

Art. 520. As despesas com o material effectuadas pelo thesoureiro-almoxarife e pelos thesoureiros das administrações e sub-administrações serão comprovadas por documentos passados em triplicata.

Art. 521. O pagamento ou entrega de quantias ou valores em deposito devera ser feito, ainda depois de encerrado o exercicio, pelas mesmas repartições onde o deposito se tiver realisado, salvo o disposto no art. 518.

Art. 522. Em casos graves ou urgentes, quando o emprego do Correio for prejudicial ao serviço, poderão corresponder-se por meio de telegrammas de *officio*: o director geral, o sub-director, o contador geral, os administradores, sub-administradores, contadores, chefes de secção, agentes, chefes de correios ambulantes e empregados incumbidos de inspecções.

Art. 523. As thesourarias das administrações postaes deverão soffrer, pelo menos tres vezes por anno, a thesouraria-almoxarifado uma vez, em épocas incertas, designadas pelo director geral, e as sub-administrações e agencias de 1.ª classe, sempre que os administradores respectivos julgarem necessario, um inventario minucioso dos valores a cargo dos thesoureiros e do almoxarifado, sem prejuizo dos inventarios a que os administradores mandarão proceder sempre nas administrações, quando julgarem necessarios.

Paraphrasis unico. Procederão a esse inventario os empregados para esse fim commissiõnados pelo director geral, administradores e sub-administradores.

Art. 524. As formulas impressas, objectos de expediente e utensilios serão fornecidos ás administrações pela directoria, ás sub-administrações e sucursaes pelas administrações do que dependerem e ás agencias pelas administrações e sub-administrações.

Art. 525. Os administradores, sub-administradores e agentes serão responsaveis pelo valor dos sacros de couro ou de panno que não devolverem aos correios de onde esses objectos houverem sido enviados.

Art. 526. Os titulos de nomeação, licença, etc., expedidos pela directoria ou pelas administrações serão authenticados por meio do sello adoptado pela directoria e collocado ao lado da

assignatura do director geral ou do administrador, aos quaes compete a guarda do mesmo sello.

Art. 527. Os empregados do Correio serão dispensados do serviço do Jury, quando requisitados por seus chefes, e, nos termos da lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874, do serviço do Exército e da Armada em tempo de paz, bem como do serviço activo da Guarda Nacional, nos termos da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850.

Art. 528. Será publicado annualmente um guia postal do Brazil e mensalmente um boletim postal.

Art. 529. A Directoria Geral, as administrações, sub-administrações e succursaes funcionarão em proprios nacionaes, e, na falta destes, em casas para esse fim alugadas mediante contracto.

Art. 530. Ao museo da Directoria Geral serão recolhidos os varios e differentes objectos, artefactos antigos e modernos, curiosidades e quaesquer specimens concernentes aos serviços do Correio, especialmente ao do Brazil, que attestem o seu desenvolvimento e documentem a historia do serviço postal no paiz.

Art. 531. Na Directoria Geral e nas administrações e sub-administrações haverá uma bibliotheca contendo obras concernentes ao serviço postal, jornaes, boletins, annuarios, tanto nacionaes como estrangeiros, que se possam aquirir.

Art. 532. Na Directoria Geral e demais repartições postaes todos os livros, talões, officios, ordens, circulares e mais papeis de importancia serão archivados de modo a poderem ser consultados facilmente.

Art. 533. O director geral submeterá á approvação do ministro as necessarias instrucções com todos os modelos, nas quaes tambem estabelecerá um systema de escripturação e contabilidade, simplificando quanto for possível o actual, sem contudo prejudicar a clareza indispensavel á fiscalisação.

Art. 534. Serão considerados legislação subsidiaria dos Correios:

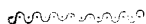
1º, as leis e regulamentos anteriores na parte não expressamente revogada;

2º, as disposições da ultima Convenção Postal e os acordos internacionaes e os seus regulamentos no que for applicavel ao respectivo serviço no paiz.

Art. 535. O presente regulamento será desde já posto em execução, excepto na parte relativa a novos serviços, dependente de instrucções ou de approvação do Congresso Nacional.

Art. 536. Ficam revogadas as disposições em contrario ás do presente regulamento.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1894.—*João Felipe Pereira*



## DECRETO N. 1693 — DE 13 DE ABRIL DE 1894

Modifica e prorroga o estado de sítio, declarado pelo decreto n. 1683, de 2 de março ultimo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, não obstante haver terminado no porto desta Capital, pela rendição dos insurrectos, a revolta que rompera a 6 de setembro findo, ainda prosegue em alguns Estados do sul da Republica, e repereute neste Districto Federal e nas Capitães de Pernambuco e do Rio de Janeiro, a agitação revolucionaria subordinada ao mesmo plano de subversão das instituições e dos poderes constituidos, produzindo grave commoção interna :

Resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, restringir ás comarcas do Recife e Nitheroy, Districto Federal e Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, o estado de sítio, com suspensão de garantias constitucionaes, declarado pelo decreto n. 1683 de 2 de março ultimo, bem como prorogal-o até ao dia 30 de junho proximo vindouro.

Capital Federal, 13 de abril de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

*Assinatura do Presidente*

## DECRETO N. 1694 — DE 14 DE ABRIL DE 1894

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 1.500.000\$ para ser applicado á continução da construção do Hospital Central do Exército em S. Francisco Xavier.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que de modo algum poderá o Hospital Militar continuar no antigo estabelecimento do Castello, que se acha muito damnificado pelas balas que sobre elle atiraram os revoltosos desde 6 de setembro ultimo ;

Considerando que, mesmo antes desta epocha, já elle não tinha as accommodações necessarias e que suas condições hygienicas eram pessimas, não só pela má situação em logar de difficil accesso, como tambem pela má disposição interna onde as enfermarias são todas ligadas, communicando-se umas ás outras debaixo do mesmo tecto, tornando assim impossivel a separação de doentes de molestias differentes, como é essencial em um hospital ;

Considerando que já se acha em principio de construção um hospital cujo plano foi organiado de accordo com a sciencia moderna, attendendo a tollos os principios de hygiene, mas que por falta de verba não tem tido o andamento que era de desejar:

Resolve abrir um credito extraordinario ao Ministerio da Guerra, da quantia de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$), para ser applicado á continuação da construção do Hospital Central do Exercito em S. Francisco Xavier, sendo este credito aberto sob sua responsabilidade e opportunamente sujeito á approvação do Congresso Nacional.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de abril de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



#### DECRETO N. 1695 — DE 16 DE ABRIL DE 1894

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 200:000\$000 para as despesas com diligencias policiaes na Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a que a situação excepcional creada pela revolta de 6 de setembro ultimo tornou imprescindiveis não só a maxima vigilancia por parte da autoridade publica, como também algumas providencias extraordinarias de natureza policial;

Attendendo, outrossim, a que as despesas acarretadas pela execução desses serviços excedem a consignação orçamentaria votada, não sendo mesmo possivel que, dada a anormalidade dos factos occorridos, pudessem ser previstos pelo legislador:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$000) á consignação — Diligencias policiaes na Capital Federal — do § 13 do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para o actual exercicio; sendo o presente acto submettido opportunamente á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 16 de abril de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



continua aqui>

## DECRETO N. 1606 — DE 20 DE ABRIL DE 1894

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 3.000:000\$, para occorrer ás despezas urgentes com os reparos e armamento das fortificações da Republica e principalmente do porto do Rio de Janeiro e das fronteiras do Amazonas e do Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que é um dever de patriotismo collocar as fortificações da Republica, e principalmente do porto do Rio de Janeiro e das fronteiras do Amazonas e de Matto Grosso, em condições de, quando as circumstancias o exigirem, preencherem efficazmente o fim a que são destinadas;

Considerando que, em consequencia da revolta em que ainda nos achamos empenhados, algumas dessas fortificações ficaram extremamente damnificadas e outras em completo estado de ruínas, quer quanto ao seu armamento, quer quanto ás obras de defesa;

Considerando que essa mesma revolta nos veio mostrar a necessidade que temos de cuidar seriamente de tão importante assumpto, aproveitando os elementos existentes e adquirindo outros aconselhados pela sciencia da guerra;

Considerando, finalmente, que este assumpto é momentoso, e que as verbas do orçamento vigente de que se podia lançar mão para tal fim não comportam as despezas, agora augmentadas pela superveniencia de circumstancias não previstas no dito orçamento: resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio da Guerra, um credito extraordinario da quantia de 3.000:000\$, o qual será especialmente applicado ás despezas com as obras e armamento indispensaveis ás ditas fortificações.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, expeça os despachos necessarios ao cumprimento da presente resolução, que será opportunamente submettida á apreciação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 20 de abril de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## DECRETO N. 1697 — DE 24 DE ABRIL DE 1894

Interpreta o art. 17 do decreto n. 355 A, de 25 de abril de 1891.

Tendo-se frequentemente suscitado duvidas sobre o modo de proceder nos casos de classificação de mercaderias e restituição, de que trata o art. 17 do decreto n. 355 A, de 25 de abril de 1891, o Vice-Presidente da Republica decreta :

Art. 1.º A expressão — si lhe couber classificação em outro artigo da mesma ou de diversa classe da Tarifa — abrange toda e qualquer diversidade de taxas, incluída a que se der no mesmo artigo.

Art. 2.º A expressão — poderá — confere aos inspectores das Alfandegas attribuição plena para autorisar a restituição do que de direito for, depois de rectificado o erro ou engano, afim de que, conforme o final do art. 552 da Consolidação, não permaneça nos despachos prova de ter a Alfandega cobrado direitos de mais ou errado na applicação das taxas.

Capital Federal, 24 de abril de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO

*Felísbello Freire.*



## DECRETO N. 1697 A — DE 25 DE ABRIL DE 1894

Transfere para a jurisdicção do Ministerio da Guerra as Fortalezas da Ilha das Cobras e de Willegaignon do porto do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando ser da maior conveniencia que todas as fortificações permanentes estejam sob a jurisdicção de uma mesma autoridade, afim de que possa haver a indispensavel unidade de vistas no seu regimen technico e administrativo ;

Considerando que, augmentado, como acaba de ser, o numero de vasos da Armada Nacional, não poderá esta, por deficiencia de pessoal, guarnecer convenientemente as Fortalezas de Willegaignon e da Ilha das Cobras, unicas que se acham a cargo do Ministerio da Marinha ;

Considerando que o serviço de guarnição das praças de guerra é, pela especialidade do seu caracter, mais appropriado ás forças de terra do que ás forças de mar :

Considerando, finalmente, ser de grande utilidade que os batallhões de artilharia de posição tenham seus quartéis em forta-

lezas para que melhor possam se exercitar na pratica do serviço que lhes é proprio ;

Resolve :

Artigo unico. São desde já transferidas para a jurisdicção do Ministerio da Guerra as Fortalezas de Willegaignon e da Ilha das Cobras do porto do Rio de Janeiro, excluidos desta ultima os diques e outras obras da exclusiva serventia do Ministerio da Marinha, uma vez que estejam fóra do recinto da fortificação.

O Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Neto, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, e o General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, façam executar a presente resolução expedindo os despachos necessarios.

Capital Federal, 25 de abril de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO

*Francisco José Coelho Neto.*

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



# DECRETO N. 1693 — DE 27 DE ABRIL DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado das Alagoas.

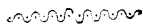
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Miguel, no Estado das Alagoas, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se comporá do 4<sup>o</sup> batalhão de infantaria do servio activo e da 2<sup>a</sup> secção da reserva, elevada a batalhão, com quatro companhias cada um, desligados do da comarca das Alagoas, no mesmo Estado, e do 57<sup>o</sup> batalhão de infantaria do serviço activo, ora creado, com igual numero de companhias, os quaes se organizarão com os guardas qualificados na respectiva comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1692 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Abre ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas um credito extraordinario de 5.000:000\$ para a compra de material rodante e de tracção, destinado à Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a revolta de uma parte da Armada, ha pouco debellada, teve como um dos principaes objectivos perturbar os serviços a cargo da Estrada de Ferro Central do Brazil, no intuito de enfraquecer a resistencia legal para a qual a dita estrada tanto contribuiu, accumulando e predispondo os multiplos elementos de que podia dispôr, como empresa de rapido transporte, fonte de renda, praça forte, arsenal e sentinella vigilante;

Considerando que os esforços, para tal fim sempre empregados, actuaram, naturalmente, em detrimento de varios serviços incompatíveis com a actividade constante de uma situação anormal, serviços entre os quaes sobresalhe o de reparação e transformação do material rodante e de tracção, que se damnificou em consequencia de uma circulação forçada, e, pôde-se dizer, quasi incesante, desde que o pessoal operario teve de dedicar-se a trabalhos importantes, de outra ordem, emanados das circumstancias excepcionaes que a dita estrada atravessou e venceu;

Considerando que, dominada a revolta, impõe-se agora, como providencia inadiavel, dotar a estrada com fortes elementos, de modo a satisfazer de prompto as exigencias do trafego, que cresce dia a dia, à vista dos avultadissimos transportes inherentes ao grande movimento commercial entre os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes e a Capital Federal;

Considerando que os creditos supplementares ultimamente concedidos, quer pelo Poder Legislativo quer pelo Executivo, tornaram-se insufficientes para dotar a referida estrada com os recursos de que precisava, na vasta zona que ella percorre, accrescendo a circumstancia de que o primeiro dos sobreditos creditos, que data de setembro de 1892, foi applicado, em grande parte, ao provimento de antigas necessidades, taes como desapropriação de prelios, construcção de uma estação de triage, sendo, entretanto, as exigencias actuaes derivadas das causas recentes e imprevistas acima indicadas;

Considerando que o que ainda se tiver agora de despendar com a alludida estrada será brevemente retribuido e até excedido, em larga escala, com o augmento do respectivo trafego, que já não se retrahie deante de alterações do socco publico, hoje restabelecido, convindo ainda considerar que o desenvolvimento daquelle trafego interessa directamente ao crescimento das rendas da União :

Resolve abrir o credito extraordinario de 5.000:000\$, com destino à compra de material rodante e de tracção de que urgentemente carece a Estrada de Ferro Central do Brazil.



O General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas, faça executar a presente resolução, que opportunamente será submittida á approvação do Congresso.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

*Florianópolis*

# DECRETO N. 1700 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas um credito de \$80.000\$ para a construcção das linhas telegraphicas da Cuyabá a Cametá, no Estado de Mato Grosso, e de Itamará a Castro, no do Paraná:

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á urgente necessidade de estender linhas telegraphicas de caracter strategico pelas fronteiras da União, de modo a ligal-as a rede telegraphica geral e considerando tambem que é da maior vantagem o fechamento de um circuito interno entre a Capital do Estado de S. Paulo e uma d's estações do Estado do Paraná, circuito esse que, auxiliado pelas linhas internas que de Morretes vão á Capital do Estado do Rio Grande do Sul, visa garantir a correspondencia telegraphica da Capital Federal com o Estado do Rio Grande do Sul, tanto no caso de defeitos ordinarios nas linhas, no largo da costa, como no de invasão ou mesmo de perturbacões internas:

Resolve abrir sob a sua responsabilidade, sujeitando-o á approvação do Congresso, em tempo opportuno, um credito de 580.000\$, sendo 400.000\$ para serem applicados á construcção das linhas telegraphicas que, partindo do ponto mais conveniente da linha construida no Estado de Matto Grosso, se dirija a Corumbá, passando por S. Lourenço, fazenda Miranda ou como melhor for demonstrado pelos estudos; e 180.000\$ para a linha já em construcção de Itamará a Castro e as que forem necessarias para ligação directa desta com a Capital do Estado de S. Paulo.

O General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas, expeda os despachos necessarios ao cumprimento da presente resolução.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

*Florianópolis*

## DECRETO N. 1701 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas um credito extraordinario de 150:000\$, para pagamento das taxas que forem devidas á *Western & Brazilian Telegraph Company*, pela transmissão de telegrammas, durante a interrupção das linhas telegraphicas terrestres.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, devido ás condições anormais por que actualmente passa o paiz, tem sido feito pela *Western & Brazilian Telegraph Company*, a maior parte do serviço telegraphico que em circumstancias normaes seria executado pelas linhas telegraphicas terrestres de propriedade da União ;

Considerando que, como consequencia deste facto, tem o Governo Federal de pagar á referida companhia a expedição de telegrammas de origem official por subsistirem as razões que determinaram a abertura de identico credito no exercicio de 1893:

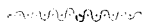
Resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas, sob sua responsabilidade, um credito extraordinario da quantia de 150:000\$, para occorrer ao pagamento do que for devido á *Western & Brazilian Telegraph Company* por serviço de transmissão de telegrammas officiaes, o que opportunamente será submettido á approvação do Congresso.

O General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1702 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe, mais um batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 11ª, o qual será organizado com os

guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

DECRETO N. 1703 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Maroim, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes com quatro companhias e a designação de 61ª, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

DECRETO N. 1704 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

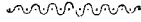
Artigo unico. Fica creado na comarca da Capella, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 60ª, o qual será organizado com os guardas

qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1705 — DE 28 DE ABRIL DE 1894

Abre o credito extraordinario de 200:000\$000 á verba « Soccorros Publicos » do orçamento vigente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a que a verba consignada no orçamento em vigor para « Soccorros Publicos » foi absorvida, e até excedida, pelas despesas extraordinarias que o Governo Federal foi obrigado a satisfazer, especialmente na quadra epidemica que esta Capital acaba de atravessar e durante a qual foi necessario prover sobre o tratamento do avultadissimo numero de enfermos recolhidos ao hospital de S. Sebastião, bem como sobre a installação provisoria de novos hospitaes ;

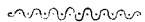
Considerando outrosim que urge providenciar ácerca do serviço quarentenario dos portos da Republica, visto já haver-se manifestado em um paiz da Europa a epidemia do *cholera-morbus*, a qual é de presumir augmentará de intensidade e extensão durante a estação calmosa naquelle continente ; accrescendo ainda que o Lazareto da Ilha Grande, base do referido serviço quarentenario, achá-se privado de alguns meios de acção em consequencia das depredações que alli commetteram os revoltosos ha pouca tempo:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$), para ser applicado ás despesas mais urgentes com os serviços que se inscrevem sob a rubrica « Soccorros Publicos », sendo esta providencia submettida opportunamente á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 28 de abril de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1705 A — DE 30 DE ABRIL DE 1894

Divide as administrações das Estradas de Ferro do Sul e Central do Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista a maior regularidade e boa marcha do serviço, resolve:

Art. 1.º Fica dividida a administração da Estrada do Ferro Sul de Pernambuco em duas, constituindo a primeira o trecho compreendido entre Palmares e Garanhuns, com sede em Palmares, e com a denominação de « Estrada do Ferro Sul de Pernambuco », e a segunda os trechos de Paguevira à União e da Barra do Cambão a Aguas Bellas, com sede em União, e com a denominação de « Estrada de Ferro Norte das Alagoas ».

Paraphrase único. Todo prolongamento ou ramal que de futuro derive da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco para o sul ficará subordinado à administração da « Norte das Alagoas ».

Art. 2.º Fica igualmente dividida a administração da Estrada de Ferro Central do Pernambuco, em duas, comprehendendo a primeira a Central do Pernambuco propriamente dita, com sede no Recife, e a segunda as linhas de ligação de Timbaúba ao Pilar e Guarabira a Nova Cruz e prolongamento da Estrada de Ferro Conde d'Eu, de Manguê a Campina Grande, com sede no Pilar, e com a denominação de « Estrada de Ferro Timbaúba a Nova Cruz. »

Art. 3.º As despesas necessárias para effectuar estas divisões correrão por conta dos creditos attribuidos á construção das Estradas Central e Sul de Pernambuco.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assinou e fez executar.

Capital Federal, 30 de abril de 1891, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiana Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

~~~~~

## DECRETO N. 1703 — DE 1 DE MAIO DE 1894

Abre um crédito sob sua responsabilidade, até á quantia de 120:000\$, para a construção das obras necessarias á Alfandega de Maceió e a aquisição de um guindaste e uma lancha a vapor para a mesma Alfandega.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o edificio onde funciona a Alfandega de Maceió, no Estado das Alagoas, carece de alguns melhoramentos que são urgentemente reclamados e imprescindiveis, taes como a construção de um pavimento superior no centro do edificio da mesma repartição com capacidade sufficiente para nelle ser installado a Inspectoria, Pagadoria, pessoal de escripta e archivo, reforma do pavimento e lastro da ponte de descargas, aquisição de um guindaste e de uma lancha a vapor; e verificando que a verba votada na lei de orçamento vigente, para taes despesas, não é sufficiente para comportal-as, resolve abrir, sob sua responsabilidade, um credito até á quantia de 120:000\$ para a construção das obras e aquisição do referido material, o que opportunamente será submittido á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 1 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felishello Freire.*

~~~~~

## DECRETO N. 1707 — DE 1 DE MAIO DE 1894

Abre ao Ministerio da Fazenda, sob sua responsabilidade, um credito de 100:000\$ á verba — Despesas eventuaes — do exercicio de 1894.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a verba votada na lei do orçamento n. 194 B, de 30 de setembro de 1893, para as despesas eventuaes do Ministerio da Fazenda no exercicio de 1894, não foi a pedida na proposta do orçamento, e que ha urgentes e inadiaveis despesas a fazer, resolve abrir, sob sua responsabilidade, no corrente exercicio, um credito de 100:000\$ á verba — Despesas eventuaes

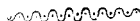
continua aqui>

— do Ministerio da Fazenda; sujeitando opportunamente essa providencia á approvação do Congresso Nacional.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.  
Capital Federal, 1 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felisbello Freire.*



### DECRETO N. 1708 — DE 2 DE MAIO DE 1894

Concede aos officiaes honorarios da Armada o uso do 1º e 2º uniformes nos casos em que se lhes exigidos para os officiaes da actividade.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, sendo facultativo aos officiaes honorarios o uso do uniforme militar, não lhes pôde vedar que como taes concorram com os officiaes da actividade aos actos sollemnes e publicos em que são exigidos destes os uniformes especiaes descriptos nos decretos ns. 425 de 24 de maio de 1890 e 735 de 13 de fevereiro de 1892 e mais disposições em vigor, e ainda:

Que, não lhes permittindo o ultimo dos citados decretos sinão o uso do terceiro uniforme, resulta uma deslharmonia de fardamentos em uma mesma corporação, o que convem evitar, salvo as distincções de classe:

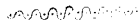
Resolve que aos officiaes honorarios da Armada seja concedido o uso do 1º e 2º uniformes, de accordo com as disposições que existiam anteriormente ao supradito decreto n. 735, de 13 de fevereiro de 1892, que assim fica ampliado nessa parte.

O Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Netto, Ministro do Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Francisco José Coelho Netto.*



## DECRETO N. 1709 — DE 4 DE MAIO DE 1894

Crea mais dous batalhões, um de infantaria e outro de artilharia de guardas nacionaes, na comarca da Capital do Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Capital do Estado do Pará mais dous batalhões, um de infantaria, com quatro companhias, sob a designação de 96º e composto da 5ª e 6ª companhias, dos antigos 1º e 2º batalhões daquelle arma, e outro de artilharia, com igual numero de baterias e a designação de 5º, tambem composto da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª baterias do antigo 1º batalhão da mesma arma, os quaes se organisarão com os guardas qualificados no municipio de Belem, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1710 — DE 5 DE MAIO DE 1894

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 16.000:000\$000.

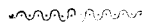
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando não ser sufficiente o credito aberto pelo decreto n. 1675 de 15 de fevereiro do corrente anno para satisfazer os encargos do Ministerio da Guerra no actual exercicio, em consequencia das despesas extraordinarias que o Governo foi obrigado a realizar para soffocar a revolta no porto desta Capital, resolve, à vista da representação do director da Contadoria Geral da Guerra, abrir sob sua responsabilidade áquelle Ministerio um credito extraordinario de 16.000:000\$ para occorrer à deficiencia das verbas do orçamento do mencionado exercicio.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat expeça os despachos necessarios e providencie para que esta resolução seja opportunamente submettida à apreciação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 5 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*





## DECRETO N. 1711 — DE 11 DE MAIO DE 1894

Restabelece as secções de oficinas de tanoeiros e funileiros do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 224 do regulamento que baixou com o decreto n. 5118 de 19 de outubro de 1872, resolve restabelecer as secções de oficinas de tanoeiros e de funileiros do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso que foram extintas pelo decreto n. 6858 de 9 de março de 1878, visto ser conveniente collocar aquelle estabelecimento em condições de supprir os corpos do Exército com os artefactos que não podem ser facilmente fornecidos pela industria particular.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o tenha entendido e expôga os despachos necessários.

Capital Federal, 11 de maio de 1894, 69 da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

*ccccc*

## DECRETO N. 1712 — DE 16 DE MAIO DE 1894

Fixa a verdadeira intelligencia do art. 7º do decreto n. 127 de 29 de novembro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o art. 5º do decreto n. 127 de 29 de novembro de 1892, que regula o monte-pio dos operarios dos Arsenaes de Marinha da Republica, marca o prazo de vinte annos de serviços para que, aquelles que, por idade avançada ou molestia contrahida no serviço, forem impossibilitados de continuar a servir, possam perceber a pensão de metade do jornal, estabelecida no § 1º do citado artigo ;

Considerando que o art. 7º do mesmo decreto concede a pensão do jornal da respectiva classe aquelles que se invalidam, tambem, depois de vinte annos de serviço, sem ser por molestia adquirida nas repartições ;

Considerando que deve desaparecer a incongruencia, assim estabelecida ; por isso que não podia ser a intenção do legislador

melhor acautelar o operario na segunda hypothese do que na primeira :

Resolve que, no art. 7º do supracitado decreto, sejam substituidas as palavras « mais de vinte annos » pelas seguintes « mais de vinte e cinco annos ».

O Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Netto, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

No impedimento do Sr. Ministro, *Julio Cesar de Noronha*.

~~~~~

#### DECRETO N. 1713 — DE 16 DE MAIO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado um commando superior na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes, que será desligado do da Guarda Nacional da do Rio das Mortes e que se comporá dos actuaes batalhões 28º de infantaria e 15º do serviço da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um e de mais um batalhão do serviço activo, tambem com quatro companhias, sob a designação de 213º e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 71º, ora creados, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento*.

~~~~~

## DECRETO N. 1714 — DE 16 DE MAIO DE 1894

Altera o plano de uniforme das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e aprendizes marinheiros e revoga o decreto n. 1328 de 24 de março de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pela lei n. 56 de 13 de junho de 1892, no art. 1.º, § 3.º,

Resolve:

Art. 1.º Para os uniformes das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e aprendizes marinheiros deve ser observado o plano que a este acompanha.

Art. 2.º Fica revogado o decreto n. 1328 de 24 de março de 1893, visto não ter sido posto em execução até a presente data.

O Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Netto, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de maio de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

No impedimento do Sr. ministro, *Julio Cesar de Noronha*.

## Plano de uniformes para o Corpo de Marinheiros Nacionais a que se refere o decreto n. 1714 desta data

### INFERIORES

#### PANNO

Bonnet de panno azul ferrete arredondado com 0<sup>m</sup>,11 de altura, tendo uma faixa de fita preta chamalote de 0<sup>m</sup>,03 de largura, pala de couro envernizado de 0<sup>m</sup>,05 de largura, cordão de retroz preto nas extremidades sobre dois botões pequenos dourados com ancora, na frente um emblema de 0<sup>m</sup>,06 de altura, sobre 0<sup>m</sup>,045 de largura em forma de ellipse, tendo uma ancora bordada a ouro circundada de estrellas tambem bordadas de prata.

Paletot de panno azul ferrete, justo ao corpo, de traspasse, com duas ordens de seis botões dourados do mesmo formato dos dos officiaes, tendo, porém, na parte central apenas uma ancora com amarra disposta verticalmente; o distinctivo do sargento-ajudante será uma estrella de prata bordada tendo sobre o

centro uma ancora dourada, inclinada da direita para a esquerda e collocada na parte superior da divisa, distante 0<sup>m</sup>,04; 1º sargento, tres galões dourados de 0<sup>m</sup>,27 de comprimento e 0<sup>m</sup>,026 de largura, cosidos sobre a casemira encarnada, guardando a distancia de 0<sup>m</sup>,003 entre si, deixando uma orla de 0<sup>m</sup>,01; será collocada na manga esquerda a meio do ante-braco, no sentido transversal de cima para baixo; 2º sargento, dous galões de ouro nas mesmas condições.

Calça de panno da mesma fazenda do paletot, do braguilha direita e da mesma largura de cima a baixo.

#### FLANELLA

Dolman como os dos officiaes, sem adornos, sendo a divisa de galão preto de 0<sup>m</sup>,27 de comprimento e 0<sup>m</sup>,026 de largura, cosida na manga esquerda a meio do ante-braco no sentido transversal de cima para baixo.

Calça—Do mesmo feitiço da de panno.

#### BRIM

Dolman de brim de linho do mesmo feitiço do dolman de flanela, tendo a divisa de algodão branco com as mesmas dimensões cosidas no mesmo logar do dolman de flanela.

Calça com braguilha da mesma fazenda do dolman.

Capa de brim de linho liso sufficientemente larga para o bounet, até á altura da faixa.

Divisa de algodão branco de 0<sup>m</sup>,27 de comprimento e 0<sup>m</sup>,026 de largura, cosida na manga esquerda a meio do ante-braco no sentido transversal de cima para baixo.

Polainas de brim de lona branca de 0<sup>m</sup>,35 de altura, com presilha de couro a passar por baixo do sapato e abotoada com uma fivella, tendo sete ilhós com cordões do lado de fóra. Na parte superior será debruada com uma fita de couro tendo em uma extremidade uma fivella e em outra extremidade maior que a largura da polaina uma presilha por onde deve ser enficado o ultimo cordão.

As polainas só devem ser usadas em formaturas solemnes e desembarque de forças para revistas ou paradas.

#### ALGODÃO MESCLA

Dolman igual ao descripto para o dolman de flanela, sendo a divisa de algodão branco igual á do dolman branco.

Calça igual ao descripto para a de flanela.

Camisa branca lisa com meias mangas.

Ceroulas brancas.

Meias idem.

Camisa branca com peito, punhos e collarinho de linho plastron.  
Gravata de gorgorão preto com o comprimento necessario para dar laço.

Sapatos de bezerro liso fechados até ao tornozelo, com pequenos elasticos aos lados, tendo atrás uma presilha.

Malla de couro com 80 centímetros de comprimento, 35 centímetros de altura e 40 centímetros de largura.

## PRACAS

### PANNO

Bonnet de panno ferrete encorpado, capa circular de 0<sup>m</sup>, 26 de diametro, tendo internamente um arco de madeira ou de aço para conserval-a plana; cordão de lã preta de 0<sup>m</sup>, 015 de grossura, seguro por dous botões pequenos de metal amarello de 0<sup>m</sup>, 01 de diametro; faixa de seda preta chamalotada.

Camisa azul ferrete, com collarinho da mesma fazenda, comprimento á tocar as cadeiras, tendo bainha e cordões na frente inferior, de modo a ser apertada na cintura.

Collarinho na sua maior largura 0<sup>m</sup>, 46, 0<sup>m</sup>, 16 de altura no centro sendo a partir do alto da abertura da camisa, sobre; cosidos parallelamente tres cadarços brancos de 0<sup>m</sup>, 005 de largura cada um e guardando os outros entre si a distancia de 0<sup>m</sup>, 003, tendo o primeiro a distancia de 0<sup>m</sup>, 005 da orla.

Em cada anulo do collarinho haverá uma ancora de flanela branca de 0<sup>m</sup>, 045 de comprimento com o cepo virado para cima.

O collarinho será inteiriço á camisa, não podendo haver costura que una o collarinho á camisa.

Manga de uma só costura do lado inferior, estreitando para o punho.

Canhão justo ao punho de 0<sup>m</sup>, 08 de altura, aberto, com tres botões pretos pequenos de marinha, guarnecido de cadarços iguaes aos do collarinho e guardando a mesma distancia.

Peito com machos de 0<sup>m</sup>, 04 de largura e 0<sup>m</sup>, 20 de abertura, abotoado por dous pequenos botões pretos de marinha, de 0<sup>m</sup>, 01 de diametro, tendo um pequeno bolso do lado direito.

Calça de panno azul ferrete, de alcapão, direita com a mesma largura, comprimento á tocar o peito do pé, tendo na posterior do cós seis ilhós para atacadores.

Sendo o cós guarnecido de tres cascas e tres botões.

O alcapão com cinco cascas correspondentes aos cinco botões da parte da frente da calça.

### FLANELLA

Camisa com pala de bico na frente e atrás, com 0<sup>m</sup>, 30 de comprimento, com fralda aberta, tendo na extremidade de cada

fralda um ilhó, para ser amarrada á adriça de roupa quando lavada.

O collarinho da mesma fazenda e em tudo igual ao descripto para a camisa de panno.

Manga, canbão, iguaes ao uniforme de panno.

Calça igual á de panno.

#### BRIM

Camisa de brim branco liso encorpado, com pala de bico na frente e atrás com 0<sup>m</sup>,30 de comprimento; tendo em cada fralda um ilhó.

A camisa sufficientemente larga para ser posta por dentro das calças.

Collarinho azul de 0<sup>m</sup>,46 na sua maior largura e 0<sup>m</sup>,16 de altura no centro, sendo a partir do alto da abertura na camisa. Calça de brim branco liso encorpado, em tudo igual ao já descripto para a calça de flanela.

Capa até á altura da faixa, apertada por um cordão de correr.

Chapéu de brim branco, côpa 0<sup>m</sup>,15, redondo, formada de tres pannos com abas de 0<sup>m</sup>,07 de comprimento.

Polainas de brim de lona branca de 0<sup>m</sup>,35 de altura, com presilha de couro a pessar por baixo do sapato e abotoada com uma fivella, tendo sete ilhós com cordões do lado de fóra.

Na parte superior será debruada com uma fita de couro, tendo numa extremidade uma fivella e noutra extremidade, maior que a largura da polaina, uma presilha, por onde deve ser enfiado o ultimo cordão.

As polainas só devem ser usadas em formaturas solennes e desembarques de força para revistas em paradas.

#### ALGODÃO MESCLO

Camisa curta, tendo na parte inferior bainha e cordões, de modo a ser apertada, com pala e collarinho completamente liso, com 0<sup>m</sup>,49 na sua maior largura e 0<sup>m</sup>,16 de altura no centro. As mangas lisas, fechadas e sufficientemente largas.

Calça de braguilha curta com dous botões, apertada por um cordão de correr com um largo bolso de abertura horisontal na perna direita.

Camiseta de malha, listrada de azul, completamente fechada, sem mangas.

Ceroulas de algodão branco.

Meias de algodão branco.

Cordão branco, trançado, com linha de correr.

## DISTINCTIVOS

Os distinctivos serão em forma de  $\nabla$ , de casemira encarnada, tendo cada braço do  $\nabla$  0<sup>m</sup>,035 de comprimento. A parte superior terá de abertura 0<sup>m</sup>,055. O  $\nabla$  será formado de um só panno de casemira de 0<sup>m</sup>,025 de largura, dividido além da costura com que deve ser cosida à camisa, de dous pospontos, dividido o panno em tres divisões, tendo cada divisão 0<sup>m</sup>,008 de largura. Estes distinctivos serão cosidos em todas as camisas no terço superior do braço direito para as 2<sup>as</sup> classes.

Os distinctivos das diversas especialidades serão bordados a retroz de seda no centro do  $\nabla$  e serão brancos para as camisas de panno e flanela, azul para as brancas, distribuidos do seguinte modo:

Para os artilheiros, dous canhões bordados em cruz.

Os canhões terão 0<sup>m</sup>,03 de comprimento, 0<sup>m</sup>,003 na menor largura e 0<sup>m</sup>,007 na maior.

Para os torpedistas, um torpedo bordado no sentido horizontal. O torpedo terá 0<sup>m</sup>,03 de comprimento.

Os gageiros terão duas ancoras com 0<sup>m</sup>,03 de comprimento.

Os timoneiros, uma roda de leme.

Os signaleiros, uma boia de salvação ou duas bandeirolas de semaphoras.

Os foguistas, uma helice com tres pás, tendo o centro 0<sup>m</sup>,008 de largura e o comprimento de cada pá 0<sup>m</sup>,01, tendo cada uma dellas na extremidade 0<sup>m</sup>,01 de largura e junto ao eixo a de 0<sup>m</sup>,005.

Os musicos, uma lyra de 0<sup>m</sup>,03 de comprimento.

Os corneteiros e tambores terão do mesmo modo uma corneta e um tambor bordados no centro dos distinctivos de sua classe.

Topes de lã encarnada com 0<sup>m</sup>,05 de diametro para os mariuheiros e mesclado de encarnado e azul para os musicos.

O luto será representado por uma fita de fumo atada no braço esquerdo na parte superior, quando pesado, e na parte inferior quando alliviado.

## CABOS

Dous galões de casemira encarnada cosidos sobre panno preto, os quaes serão collocados no ante-braço esquerdo, no sentido transversal de cima para baixo.

Cada divisa terá 0<sup>m</sup>,03 de largura e 0<sup>m</sup>,23 de comprimento.

O uniforme será em tudo igual ao das praças, conservando os distinctivos de sua especialidade no mesmo lugar que anteriormente usaram.

## DISPOSIÇÕES GERAES

1.<sup>a</sup> Fica expressamente prohibido que os marinheiros empregados nos arsenaes de guerra e marinha, capitania dos portos, alfandegas, e em qualquer associação particular usem os emblemas dos uniformes estabelecidos neste plano.

2.<sup>a</sup> As praças do corpo de marinheiros nacionaes se conservarão rigorosamente uniformisadas nos quartéis, navios e mais estabelecimentos, de modo a formarem immediatamente, quer estejam ou não de serviço.

3.<sup>a</sup> E' expressamente prohibido aos marinheiros nacionaes o uso de correntes, anéis ou alfinetes e outros objectos extranhos ao presente plano, e não poderão baixar á terra em serviço ou com licença, sem se apresentarem correctamente uniformisados, calçados, com cabellos e barba aparados.

4.<sup>a</sup> Os commandantes dos navios que estiverem ou seguirem viagem para altas latitudes, ficam com authorisação de adquirir e distribuir o semestre vencido e abonar camisas, coroulas e meias de lã, em lugar das de algodão; e bem assim fornecer aos cabos de marinheiros, vigias e ás guarnições, pelo menos, de dous escaleres, para o uso em dias chuvosos, em serviço, roupas de enערado, constando de calça, paletot e suete, quando julgarem necessarios.

5.<sup>a</sup> No quartel central, navios, flotilhas e estabelecimentos onde sirvam praças do Corpo de Marinheiros, devem existir modelos desenhados, expostos em quadros, para conhecimento da guarnição.

6.<sup>a</sup> O Commissariado terá igualmente archivado o regulamento e os modelos para servirem de norma á confecção dos uniformes, não podendo alteral-os sem ordem expressa da Secretaria do Estado.

7.<sup>a</sup> Ao commandante geral do corpo compete fazer observar que as praças embarcadas ou empregadas em estabelecimentos estejam rigorosamente uniformisadas de accordo com este plano, podendo fazer recolher immediatamente ao Corpo Central aquelles que, fóra de seus navios ou estabelecimentos, forem encontrados sem os seus competentes uniformes.

8.<sup>a</sup> O commandante geral organizará a tabella do uniforme diario, quer para o verão, quer para o inverno, e a sujeitará á apreciação do chefe do Estado-Maior General da Armada, afim de que seja observada não só nos quartéis e estabelecimentos, como pelos navios e flotilhas.

9.<sup>a</sup> Qualquer duvida sobre a intelligencia do presente plano será levada ao conhecimento do Commando Geral do Corpo, para que a resolva e submetta á decisão do chefe do Estado-Maior General da Armada.

Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha, 16 de maio de 1894.

No impedimento do Sr. Ministro, *Julio Cesar de Noronha*.

Poder Executivo 1894



## Plano de uniformes para as Escolas de Aprendizizes Marinheiros

## PANNO

Bonnet de panno azul ferrete encorpado, côpa circular de 0<sup>m</sup>,26 de diametro, tendo internamente um arco de madeira ou aço, para conservá-la plana; cordão de lã preta de 0<sup>m</sup>,015 de grossura, seguro por dous botões pequenos de metal amarello de 0<sup>m</sup>,011 de diametro; faixa de seda preta chapulotada.

## FLANELLA

Camisa com collarinho da mesma fazenda, com pala de bico na frente e atrás, com 0<sup>m</sup>,30 de comprimento, com fralda, um ilhó, tendo na extremidade de cada fralda um ilhó, para ser amarrada a adriça da roupa quando lavada.

Collarinho na sua maior largura 0<sup>m</sup>,46, 0<sup>m</sup>,16 de altura no centro; sendo a partir do alto da abertura da camisa.

Em cada angulo do collarinho haverá uma ancora com a distancia de cinco centimetros de flanela branca de 0<sup>m</sup>,045 de comprimento com o corno virado para cima. O collarinho será inteiriço á camisa, não podendo haver costura que una o collarinho á camisa.

Manga de uma só costura do lado inferior, estreitando para o punho.

Canhão justo ao punho, de 0<sup>m</sup>,08 de altura, aberto, com tres botões pretos pequenos de marinha.

Peito com machos de 0<sup>m</sup>,04 de largura e 0<sup>m</sup>,020 de abertura, abotoado por dous pequenos botões pretos de marinha, de 0<sup>m</sup>,01 de diametro, tendo um pequeno bolso do lado direito.

Calça de alcapão, direita, com a mesmo largura, comprimento a tocar o peito do pé, tendo no posterior do cós seis ilhós para atacadores, sendo o alcapão com cinco casas correspondendo aos cinco botões da parte da frente da calça.

## BRIM

Camisa de brim branco liso, encorpado, com pala de bico na frente e atrás, com 0<sup>m</sup>,30 de comprimento, tendo em cada fralda um ilhó. A camisa sufficientemente larga para ser posta por dentro das calças.

Collarinho azul, de 0<sup>m</sup>,46 na sua maior largura e 0<sup>m</sup>,16 de altura no centro; sendo a partir do alto da abertura da camisa.

Calça de brim branco liso encorpado, em tudo igual ao já descripto para a calça de flanela.

Capa até á altura da facha, apertada por um cordão de correr.

## ALGODÃO-MESCLA

Camisa curta, tendo na parte inferior bainha e cordões de modo a ser apertada, com pala e collarinho completamente liso, com 0<sup>m</sup>,40 na sua maior largura e 0<sup>m</sup>,16 de altura no centro.

As mangas lisas fechadas e sufficientemente largas.

Calça de braguilha curta com dous botões, apertada por um cordão de correr, com um largo bolso de abertura horizontal na perna direita.

Camiseta de malha listrada de azul, completamente fechada, sem mangas.

Ceroulas de algodão branco.

Meias de algodão branco.

Cordão branco, trançado, com linha de correr.

Sapatos de bezerro liso, fechados até ao tornozelo, com pequenos elasticos aos lados, tendo atrás uma presilha.

TABELLA DE DISTRIBUIÇÃO DO FARDAMENTO

ÉPOCA DA DISTRIBUIÇÃO	BONNET DE PANO		FLANELLA		BRIM		MESCLA		LENÇOS DE SEDA		ALGODÃO		LANA		COZELHO	FABRIL DE Lã	PARES DE SAPATOS
	Calças	Camisas	Calças	Camisas	Calças	Camisas	Calças	Camisas	Camisetas listradas	Ceroulas	Pares de meia	Cordões para navalha	Saco	Maca			
Ao assentar pra- ça.....	2	3	3	2	2	2	2	2	2	3	3	3	1	1	1	1	3
De 4 em 4 mezes	1	1	1	1	1	2	2	2	1	2	2	1	...	...	...	...	3

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> Os commandantes das companhias farão declarar nos pedidos as quantidades das peças que corresponderem a cada um dos padrões ou medidas adoptadas pelo Commissariado para o confecção do fardamento. Estas medidas são designadas pelos ns. 1 a 4, segundo o desenvolvimento dos menores, sendo a primeira para os de 10 a 11 annos, a segunda para os de 12 a 13 annos, a terceira para os de 14 a 15 annos e a quarta para os de 16 a 17 annos.

2.<sup>a</sup> A maca e o sacco devem durar dous annos, o colchão, cobertor e travesseiro nunca menos de dous annos.

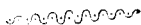
3.<sup>a</sup> Os aprendizes da companhia do Estado do Amazonas receberão duas colchas de algodão em lugar de cobertor de lã, e os aprendizes do Estado do Rio de Janeiro para o sul, durante o inverno, duas camisas listradas de azul, duas ceroulas e dous pares de meias de lã.

4.<sup>a</sup> O tempo de duração da maca, colchão, sacco e colcha será completado no Corpo de Marinheiros Nacionaes quando o aprendiz for transferido para o mesmo corpo.

5.<sup>a</sup> Do fardamento distribuido ao assentar praça devem ficar convenientemente arrecadados uma camisa, uma calça de flanela, um bonnet, de panno um lenço, uma camiseta listrada de azul e um par de sapatos, para serem usados em formaturas ou passeios.

6.<sup>a</sup> Fora das épocas marcadas nesta tabella, permite-se unicamente, em casos extraordinarios, abonar-se uma calça e uma camisa de algodão-mescla a cada aprendiz, sendo a importancia descontada do respectivo soldo, não excedendo o desconto a 1\$ em cada mez. Sómente depois de paga uma divida poderá o aprendiz contrahir outra.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 16 de maio de 1894. — No impedimento do Sr. Ministro, *Julio Cesar de Noronha*.



#### DECRETO N. 1715 — DE 16 DE MAIO DE 1894

Crea uma Directoria de Electricidade e Torpedos no Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que é inadiavel a necessidade de habilitar o Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso a satisfazer todas as exigencias da defesa sub-aquatica daquelle Estado: resolve, de conformidade com o art. 7.<sup>o</sup> do regulamento anexo ao decreto n. 745 de 12 de setembro de 1894, crear uma Directoria de Electricidade e Torpedos no referido Arsenal.

O Contra-Almirante Julio Cesar de Noronha, Chefe do Estado-Maior General da Armada e encarregado do expediente do Ministerio da Marinha, no impedimento do Vice-Almirante, graduado, Francisco José Coelho Netto, assim o faça executar.

Capital Federal, 16 de maio de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Julio Cesar de Noronha.*



## DECRETO N. 1716 — DE 16 DE MAIO DE 1894

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira,  
no Estado do Pará.

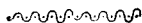
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil  
decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cachoeira, no Estado do Pará, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões; e a designação de 3º, que se organisará com os guardas alistados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1717 — DE 21 DE MAIO DE 1894

Approva as instrucções regulamentares e tarifas do prolongamento da Estrada  
de Ferro da Bahia a S. Francisco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar as instrucções regulamentares e tarifas do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia a S. Francisco, que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 21 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## Instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pelo prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco.

### *Passagens simples*

Art. 1.º Os viajantes pagarão por passagem simples, isto é, em um sentido, os preços das tarifas ns. 1 e 2, correspondentes à classe de suas passagens.

Art. 2.º Os menores de oito annos pagarão meia passagem, ficando, porém, à estrada o direito de accomodar no mesmo assento dous, embora não sejam da mesma família.

Art. 3.º As crianças de tres annos ou de idade menor, conduzidas ao collo, terão passagem gratuita.

Art. 4.º Os bilhetes simples considerar-se-hão vencidos, si o viajante não effectuar a viagem no trem para que foram elles vendidos, ou si ficar em alguma estação antes da designada como seu destino, nos mesmos bilhetes. Esses bilhetes e os passes alheios ao serviço da estrada só dão direito à passagem no trem, dia, classe e estação nelles mencionados.

Art. 5.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada não são transferíveis: seus portadores não podem viajar em carro de classe superior àquella que elles designarem, ainda que paguem a differença correspondente.

Art. 6.º A estrada tem o direito de tomar qualquer dos passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentados por outras pessoas que não sejam as indicadas nelles, cobrando o duplo do preço da passagem e arrecadando os passes.

Art. 7.º Os viajantes sem bilhetes ou passes com a precisa data e assignados por empregado competente da estrada, portadores de bilhetes não carimbados, ou que tenham carimbo de outro dia, ou trem, salvas as disposições relativas aos bilhetes de ida e volta, pagarão o preço de sua viagem a contar do ponto da partida do trem, com mais 25 % sobre esse preço, si não estiver provada a estação de sua procedencia, ou, provada esta, o preço contado della com 25 % de excesso.

No caso de dolo, ficarão tambem sujeitos ás penas comminadas pelo art. 104 do regulamento approved pelo decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

Art. 8.º Os viajantes que excederem o trajecto a que tiverem direito pagarão a viagem addicional, os que viajarem em classe superior à indicada no seu bilhete pagarão a differença do preço da passagem entre as estações indicadas no bilhete. Esses excessos de passagem serão pagos mediante passe assignado pelo conductor do trem.

Art. 9.º O viajante que desejar ficar em qualquer ponto a quem do designado em seu bilhete, deve entregar este ao con-

ductor do trem antes de desembarcar: perderá o direito ao resto da viagem, que só poderá effectuar comprando novo bilhete.

Art. 10. O viajante que recusar-se a exhibir o bilhete ou passe, todas as vezes que isso for exigido pelos empregados da estrada, é considerado como tendo embarcado sem bilhete, e como tal, sujeito ás penas comminadas pelo art. 7º, embora venha a exhibir mais tarde seu bilhete.

Art. 11. A venda dos bilhetes começa 1 hora e cessa 5 minutos antes da hora marcada para a partida do trem.

Art. 12. O viajante tem direito:

I. A ser transportado pelo trem e na classe e logar a que lhe dá direito o seu bilhete, salvo caso de força maior ou afluencia imprevista de passageiros em estações em que não disponha a estrada de material sufficiente ;

II. A reclamar providencias do conductor do trem sempre que for incommodado pelos seus compaunheiros de viagem ;

III. A fazer transportar livre de frete uma bagagem que pese até 50 kilogrammas ou cujo volume não exceda de um decimo do metro cubico (0<sup>m</sup>3,1), a qual será despachada e conduzida no carro de bagagem, não podendo viajante algum levar consigo no carro de passageiros volume algum que exceda ao de uma caixa commum de chapéo. Este volume deve ter as dimensões precisas para que possa accomodar-se debaixo do banco e no espaço correspondente ao assento do mesmo passageiro: deve estar arranjado de maneira que o que elle contenha não possa conspurcar o carro, nem ter cheiro desagradavel; e por seu extravio nenhuma responsabilidade terá a estrada;

IV. A pedir passagem para classe superior á de seu bilhete, pagando a differença de preço ;

V. A fumar nos carros em que isso não for prohibido.

Art. 13. O empregado encarregado do despacho das bagagens lançará no verso do bilhete o numero do boletim da bagagem a que deu direito o bilhete e ahí o rubricará.

Art. 14. A meia passagem não dá direito ao transporte gratuito de bagagens.

Art. 15. Os viajantes com passe terão direito ao transporte da mesma bagagem a que dá direito o bilhete, e com elles se procederá da mesma fôrma que com os viajantes que pagam passagem.

Art. 16. Nas estações inicial e terminaes, os viajantes só poderão entrar nos respectivos carros depois do toque da campá, o qual terá logar 10 minutos antes da partida do trem.

Art. 17. Não serão permittidas, nos carros de passageiros, aves nem animaes de qualquer especie.

#### *Bilhetes de ida e volta*

Art. 18. Os passageiros com bilhetes de ida e volta ficam sujeitos ás mesmas prescripções, e tem os mesmos direitos que os

viajantes com bilhetes simples. Os preços desses bilhetes são regulados pelas tarifas 3 e 4, e somente são vendidos nas estações.

Art. 19. O prazo dos bilhetes de ida e volta será de 60 horas, quando o percurso a que elles derem direito for de 100 kilometros, ou de menor extensão; de cinco dias, quando esse percurso for de 100 a 300 kilometros, e de oito dias, quando o percurso for de mais de 300 kilometros.

Art. 20. Si o portador do bilhete não voltar nos prazos mencionados no artigo anterior, perde o direito a volta, a qual só poderá effectuar comprando novo bilhete.

Art. 21. Os bilhetes de ida e volta dão direito a uma só viagem em cada sentido, podendo a volta ser realisada em qualquer trem dentro dos prazos mencionados no art. 19.

Art. 22. O prazo começa a correr da hora em que o bilhete é vendido, e termina à hora da partida do trem de volta, contando-se 24 horas por cada dia do prazo a que se refere o bilhete.

Art. 23. Os portadores de bilhetes de ida e volta só poderão entrar nos trens nas estações mencionadas em seus bilhetes, quer para ida, quer para volta.

Art. 24. Si o viajante ficar em qualquer estação intermediaria entre os limites de seu bilhete, e uma vez este picado, não terá mais o direito a continuar ou a fazer a viagem em outro trem sem comprar novo bilhete.

Art. 25. Serão concedidos passes de segunda classe aos tangedores de gado vaccum na razão de um para cada vagão, devendo elles acompanhar o gado no mesmo trem.

Este favor não pode ser extensivo aos donos do gado, e refere-se exclusivamente aos tangedores.

Si outras pessoas que não tiverem este officio apresentarem-se com passes de tangedores, a estrada arrecadará os passes e cobrará de seus portadores o duplo do preço da passagem.

Art. 26. Os passes de ida e volta estão sujeitos aos mesmos prazos que os bilhetes, salvo si forem em serviço da estrada.

Art. 27. O preço dos bilhetes, tanto simples como de ida e volta, será pago na estação de partida e no acto do pedido do bilhete.

Art. 28. As companhias lyricas, dramaticas ou equestres, collegios, bandas ou sociedades de musica, sociedades litterarias ou scientificas, quando viajarem incorporadas em numero superior a 20 pessoas, poderá a administração da estrada conceder um abatimento de 25 % sobre os preços das passagens.

Art. 29. A administração da estrada poderá conceder bilhetes de assignatura válidos por um mez pelo preço equivalente a 30 passagens de ida e volta com abatimento de 50 %.

Art. 30. Os bilhetes de assignaturas são pessoas e intransferíveis e assignados pelo chefe do tráfego. Em caso de infracção será exigido o dobro da passagem do seu portador, e na reincidência será cassado o bilhete.

Art. 31. Os concessionarios de bilhetes de assignaturas poderão viajar em qualquer trem de passageiros ou mixto, na classe determinada em seu bilhete entre as estações no mesmo estipuladas até ao 30º dia da data de sua concessão.

*Bilhetes de excursão*

Art. 32. A estrada poderá conceder bilhetes de excursão, válidos por tempo determinado, ou em trens especiaes de recreio, com abatimento de 50 a 75 %.

Art. 33. As viagens de excursão e em trens de recreio ficam sujeitas a condições especiaes, que serão publicadas na occasião da concessão.

*Transportes funebres*

Art. 34. Os cadáveres serão transportados em carro ou vagão especial, em trens mixtos ou de mercadorias, pagando-se por esse transporte os preços da metade da lotação do carro ou vagão. O mínimo preço de seu transporte será de 30\$000.

*Transporte de alienados*

Art. 35. Nenhum alienado pôde ser admittido nos trens, si não for acompanhado por pessoa encarregada de guardal-o.

Art. 36. O alienado e seu guarda não podem tomar logar em um mesmo compartimento com outros viajantes: devem ser collocados em carro ou compartimento reservado.

Art. 37. O preço de transporte neste caso será igual ao da metade da lotação completa do compartimento ou do carro, si este não tiver mais de um compartimento.

Art. 38. Si o estado do alienado exigir mais de um guarda, pagarão elles suas passagens.

Art. 39. As bagagens serão taxadas separadamente ao preço das tarifas.

Art. 40. Si os guardas que acompanharem o alienado não o puderem conter, será elle deixado na primeira estação em que tocar o trem.

Art. 41. Os transportes desta especie devem ser annunciados com 48 horas de antecedencia ao agente da estação de partida.

*Transporte de doentes*

Art. 42. As pessoas em estado de enfermidade tal que possa incommodar aos demais viajantes, só poderão viajar em carro especial.

Art. 43. Os doentes, cujo estado exija constante cuidado, devem ser acompanhados por alguém.

Art. 44. Em caso algum, o viajante affectado de molestias contagiosas poderá tomar logar nos carros destinados aos demais viajantes, e só poderá viajar em carro especial, não lhe sendo permittido entrar nos compartimentos em que se acharem outros viajantes, sob pena de ser deixado na primeira estação em que tocar o trem.



Art. 45. Aos transportes de doentes em carros separados são applicaveis as mesmas disposições que ao transporte de alienados.

*Aluguel de carros e compartimentos ou logares reservados*

Art. 46. Os pedidos de carros especiaes devem ser feitos com antecedencia de duas horas, na estação central, e de 48 horas em qualquer das outras estações.

Art. 47. O frete do carro especial deve ser pago no acto do pedido, e, si até à hora da partida do trem as pessoas para quem for o carro fretado não houverem nelle tomado logar, perderá o concessionario todo o direito a qualquer restituição, podendo, além disso, a estrada dispor do carro.

Igualmente a nenhuma restituição terá o concessionario direito, si só em parte se utilizar dos logares tomados.

Art. 48. Um carro, embora integralmente alugado, não pôde levar mais viajantes do que comportar a respectiva lotação, e a bagagem destes está sujeita às mesmas condições que a bagagem de qualquer viajante.

Os viajantes que de mais forem admittidos pelo concessionario pagarão suas passagens e ficarão sujeitos ao excesso, si forem encontrados sem bilhetes.

Art. 49. O frete de um carro ou compartimento é igual ao de sua lotação com o desconto de 25 %.

Art. 50. Quem alugar um ou mais carros ou compartimentos, e depois rejeital-os, não terá direito a indemnisação alguma.

Art. 51. As pessoas que, nas estações intermediarias á da partida do carro, forem nelle admittidas pelo concessionario, pagarão suas passagens como qualquer viajante, salvo condição previamente ajustada.

Art. 52. O preço do aluguel de um carro especial não poderá, em caso algum, ser inferior a 30\$000.

Art. 53. A administração poderá fornecer carros especiaes em prazo menor do que o estipulado, quando isso lhe for possível e de conveniencia para o interessado.

*Trens especiaes*

Art. 54. A estrada pôde conceder trens especiaes de viajantes, quando pedidos com antecedencia de 18 horas, na estação central, e de 48 horas nas demais estações.

Art. 55. Para a concessão de um trem especial deve o pedido ser feito por escripto, dirigido ao director da estrada, mencionando o numero de carros de viajantes de cada classe de que o trem deve ser composto, a quantidade das bagagens e seu peso approximadamente, a natureza de outros transportes, como cavallos, carros, aves, etc.

Art. 56. O preço do trem especial é determinado :

I. Pela applicação dos preços da tarifa dos viajantes ao numero de logares de cada classe de que se compuzer o trem, seja qual for o numero de logares realmente occupados ;

II. Pela applicação das tarifas ás bagagens, cães, cavallos, carros, ataúdes, etc., que tenham de ser transportados.

Art. 57. O frete minimo de um trem sem volta é fixado em 4\$000 por kilometro ou fracção de kilometro, e nunca será inferior a 120\$000.

As distancias para a applicação das taxas kilometricas contam-se a partir do deposito de carros ou locomotivas mais proximo.

Art. 58. As taxas terão redução de 33 % si o trem for utilizado nos dous percursos, isto é, na ida e na volta.

Art. 59. Si o numero de passageiros for superior á lotação dos carros pedidos, pagarão os viajantes que excederem a esta suas passagens integralmente.

Art. 60. Quando a viagem for de ida e volta, conceder-se-hão gratuitamente 5 horas no ponto terminal do trajecto da ida, cobrando-se 20\$ por cada hora ou fracção de hora excedente até ao prazo maximo de 5 horas, findo o qual poderá a estrada dispor do trem, perdendo o concessionario todo o direito ao mesmo, salvo ajuste previo para maior demora, declarado na concessão —para maior demora—sob a mesma base de 20\$ por hora.

Art. 61. As concessões de trens especiaes serão feitas por escripto, indicando-se o numero de carros de cada especie, a estação de partida e a de chegada, o dia e a hora da partida e a importancia do frete pago.

Art. 62. Conceder-se-hão 10 minutos de demora para a partida do trem da estação inicial, findos os quaes cobrar-se-ha 10\$ por cada meia hora que exceder. Si depois de duas horas de espera não se apresentarem as pessoas para quem foi o trem fretado, considerar-se-ha como rejeitado e o concessionario nenhum direito terá a receber o que já tiver pago.

Art. 63. Os trens especiaes que, calculada a viagem á razão de 25 kilometros por hora ou por demora em caminho, quando isso não for motivado pela estrada, não chegarem á estação do destino antes das 6 horas da tarde, ou que houverem de viajar total ou parcialmente entre as 6 horas da tarde e as 6 horas da manhã, custarão mais 20\$ por cada hora comprehendida entre as 6 da tarde e as 6 da manhã.

Art. 64. O pagamento de um trem especial é feito adiantadamente e no acto da concessão, a qual será assignada pelo agente da estação.

Art. 65. Si for rejeitado um trem especial depois de fretado, terá direito o seu concessionario a receber metade do frete pago, si mandar aviso antes da hora determinada para a partida.

Art. 66. Os trens especiaes não preferem a marcha e o horario dos trens da tabella ; antes ficam dependentes do horario destes, de accordo com o regulamento interno da estrada.

*Disposições policiaes*

Art. 67. E' expressamente prohibido ao viajante :

- I. Viajar em classe superior á que designar seu bilhete, salvo pagando a differença da passagem ;
- II. Passar de um para outro carro estando o trem em movimento ;
- III. Viajar na varanda dos carros ou debruçar-se para fóra ;
- IV. Viajar nos carros de 1.<sup>a</sup> classe descalço ou apenas de chinellas ou tamancos ;
- V. Por qualquer forma damunificar ou conspurcar os carros ou cousa nelle existente ;
- VI. Entrar ou sair dos carros estando o trem em movimento ;
- VII. Puxar a corda de signal collocada no interior dos carros, quando não houver accidente grave que exija a parada do trem na linha ;
- VIII. Sahir ou entrar no trem sem que esteja este encostado á plataforma de uma estação e pelas portas para esse fim designadas ;
- IX. Fumar durante a viagem, excepto em carros em que isso for permittido, ou nos designados para esse fim, si a estrada julgar conveniente estabelecê-los ; e nas salas das estações enquanto ali permanecerem senhoras, salvo si a sala tiver aquelle destino especial ;
- X. De qualquer modo incommodar aos demais viajantes ;
- XI. Entrar nos carros, embora com bilhete, em estado de embriaguez, indecentemente vestido, ou levando cães ou qualquer objecto que aos outros incomode, que tenha máo odor ou que possa conspurcar o carro, materias inflammaveis, armas de fogo ou quaesquer outras.

O final desta disposição não comprehende os agentes de força publica, que viajarem em serviço do Governo.

Art. 68. O viajante que infringir qualquer das disposições do artigo anterior, e, depois de advertido por um empregado da estrada, persistir na infracção, será obrigado a retirar-se da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que tiver comprado, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção for commettida durante a viagem, incorrerá na multa de 20\$ a 50\$ ; e, no caso de recusar-se a pagá-la, ou, si depois desta paga, não corrigir-se, o conductor do trem o entregará ao agente da estação mais proxima para remetel-o á autoridade policial, de conformidade com o regulamento approvedo pelo decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

Si o viajante não tiver dinheiro para pagamento da multa em que tenha incorrido, ou do preço da passagem, o conductor poderá exigir delle, como penhor, algum objecto de valor superior á quantia devida, pagando recibo.

Art. 69. O viajante é obrigado a indemnisar a estrada de qualquer damno que lhe causar ou ao seu material, incorrendo ainda

na pena comminada pelo art. 27 do regulamento approved pelo decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857, além das mais em que incorrer, segundo o Código Penal.

Art. 70. O viajante deve respeitar todos os regulamentos e instruções em vigor nesta estrada e o regulamento approved pelo decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

Art. 71. As pessoas que estragarem os carros, estações ouapparelhos da estrada, serão responsáveis pelo damno causado; e, si for este intencional, proceder-se-ha judicialmente contra o delinquente.

### *Bagagens*

Art. 72. A não ser os pequenos volumes que o viajante tem direito a levar no seu carro, e que se accommodem debaixo do banco e no espaço que corresponda ao lugar a que tem direito de occupar, toda a bagagem será despachada e seguirá no mesmo trem que elle, devendo para isso ser apresentada a despacho entre 1 hora e 15 minutos antes da partida do trem.

As bagagens ficam sujeitas aos fretes da tarifa 5.

A estrada responde pela bagagem despachada em caso de perda ou avaria.

Os volumes que o passageiro levar consigo serão transportados por conta e risco seu, sem responsabilidade alguma da estrada.

Art. 73. Uma familia ou grupo de pessoas viajando juntas, não poderá, allegando esta circumstancia, augmentar as dimensões dos volumes cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro: assim como em nenhum caso será admittido no carro um volume cujas dimensões excedam ás do vão livre debaixo do assento concedido a cada passageiro.

Art. 74. Não podem, outrossim, ser introduzidos nos carros de viajantes objectos que, pelo máo cheiro, qualidade ou perigo que apresentem, possam causar incommodo aos viajantes ou conspurcar o carro.

Art. 75. Da demais bagagem receberá o passageiro um boletim, depois que pagar as taxas respectivas no acto do despacho.

O despacho só deve ser feito á vista do bilhete de passagem, no verso do qual o empregado lançará o numero do boletim e sua rubrica.

Art. 76. A bagagem apresentada a despacho deve estar convenientemente acondicionada, de modo a poder resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte em estradas de ferro.

As malas, caixas, canastras, etc., devem estar fechadas.

Art. 77. Si um volume estiver aberto ou mal acondicionado, e de maneira que se preste a ser facilmente violado, o viajante será convidado a fechalo e bem acondicionalo.

Si o viajante não o puder fazer, só será o volume aceito mencionando-se no boletim que elle é transportado sem responsabilidade da estrada pelo que no mesmo faltar.

Art. 78. A bagagem será posta á disposição do viajante logo após a chegada do trem, mediante apresentação do boletim.

Art. 79. Si o viajante allegar a perda do boletim de bagagem, o agente da estação verificará si a bagagem pertence ao reclamante, fazendo este adduzir provas, apresentando chaves, relação do conteúdo, testemunho de pessoas fidedignas, etc., etc.

Feita a verificação, pôde o agente da estação, si julgar provada a identidade do proprietario, entregar-lhe a bagagem, passando o viajante recibo.

Art. 80. A bagagem despachada, não reclamada até uma hora após a chegada do trem, será recolhida, e 24 horas depois ficará sujeita á armazenagem e mais disposições dos arts. 204 e 208.

Essa bagagem será posta diariamente á disposição do dono, das 6 horas da manhã ás 6 da tarde, excepto nos domingos e dias feriados.

Art. 81. Será também recolhida a bagagem apresentada de vespera ou antes da hora marcada para começar o despacho: e o deposito é certificado por um recibo entregue ao viajante o que servirá de titulo para poder elle entrar na posse de sua bagagem. Pelo deposito pagará o viajante, no acto de despachar a bagagem, a taxa de 500 reis por volume, que será addicionada ao frete.

Si a bagagem não for procurada no dia immediato, ficará sujeita á armazenagem.

Volumes abertos e mal acondicionados não podem ser recebidos sinão no acto do despacho.

Art. 82. Os volumes de bagagem que se encontrarem não despachados nas estações serão recolhidos e ficarão sujeitos á armazenagem.

Art. 83. A bagagem, despachada ou não, que não for reclamada no prazo de 90 dias, a contar da data em que tiver entrada para o deposito, será vendida em leilão, e o producto recolhido ao deposito publico, depois de deduzido o que pela mesma bagagem for devido á estrada.

Art. 84. Os volumes de bagagem que tiverem mais de meio metro cubico ou pesarem mais de 150kilogrammas, poderão ser recusados.

Art. 85. Os volumes de bagagem deverão ter, em lugar visivel, o nome do passageiro e a estação do destino.

Art. 86. Como bagagem a que teem direito os passageiros que viajarem com passes, em serviço do Governo ou da estrada, só serão considerados os objectos de uso ordinario dos viajantes.

Moveis, generos de negocio, animaes, aves, ou outros que não estejam nas condições de uso ordinario, só serão transportados como bagagem a que dão direito os respectivos passes, quando descriptos nelles.

Na falta de declaração, esses volumes só poderão ser transportados mediante pagamento do respectivo frete.

Art. 87. Quando qualquer volume de bagagem pesar menos de 1/4 de kilogramma por cada decimetro cubico, o frete será applicado na razão, não do peso real, mas do peso calculado para grandes volumes de pouco peso.

Art. 88. O viajante poderá comprar em viagem e levar consigo, independente do pagamento de frete, qualquer volume que se accomode debaixo do logar a que tem direito, e cuja entrada no carro não seja vedada pelas presentes instruções regulamentares.

Art. 89. Nenhum volume de bagagem deverá conter dinheiro, objectos preciosos, papeis de valor e materias inflammaveis, ou explosivas.

Art. 90. Só poderão ser despachados como bagagem volumes que contenham roupa e objectos de uso pessoal contidos em bálú, mala ou caixa.

Art. 91. Nos boletins de bagagem se inscreverá a estação da partida e a de destino, o numero e peso dos volumes, o frete, o numero de ordem, o numero do bilhete ou passe que deu direito ao transporte gratuito de algum dos volumes no mesmo mencionados, e a assignatura do empregado encarregado desse serviço.

Art. 92. O viajante que apresentar, para ser despachado como bagagem, um volume de peso superior a 50 kilogrammas, só pagará o excesso.

Art. 93. Qualquer passageiro que introduzir no carro volume de dimensões superiores ás permittidas, pagará por elle, na estação destinataria ou naquella em que desembarcar, o frete respectivo da tarifa 5, com augmento de 25 %; sendo o volume recolhido ao carro competente, logo que for descoberto.

Art. 94. O fretê minimo de excesso de bagagem é de 400 réis.

#### *Encommendas*

Art. 95. A tarifa 5 applica-se tambem aos volumes de encommendas, que serão admittidos para ser transportados immediatamente em trens de viajantes e mixtos, coritanto que o peso de cada objecto não seja superior a 150 kilogrammas, seu volume não exceda a 1  $\frac{1}{2}$  metro cubico, e não seja tal que necessite de grande demora para o embarque e desembarque.

O frete minimo de uma expedição de encommenda é 400 réis.

Art. 96. Tambem podem ser expedidos como encommendas:

I. Volumes de ovos, frutas, leite, pão, gelo, legumes, hortaliças, miudezas alimenticias e outros generos de facil deterioração;

II. Carne fresca, caça, ostras, peixe fresco, etc., acondicionados á vontade de quem remetter e por sua conta e risco;

III. Pequenos animaes e aves domesticas ou silvestres, em gaiolas, capeiras ou caixões engradados.

Art. 97. Os volumes de encommendas serão expedidos pelo primeiro trem de viajantes ou mixto que partir depois da apresentação dos volumes, desde que tenham sido apresentados na estação, pelo menos meia hora antes da marcada para a partida do trem : serão postos á disposição do destinatario 15 minutos

depois da chegada do trem, e no dia immediato, das 6 horas da manhã ás 6 da tarde.

Art. 98. Os volumes de encomendas que não forem retirados dentro de 24 horas, a contar da chegada do trem, ficarão sujeitos à armazenagem.

Art. 99. Toda a expedição de encomendas será certificada por um boletim, semelhante ao de bagagem, entregue ao expedidor, e que será depois exigido no acto da entrega dos volumes.

Art. 100. Em caso de perda do boletim, ou de um volume de encomenda pesar menos de 1/4 do kilogramma por cada decimetro cubico, proceder-se-ha da mesma forma como foi determinado em relação à bagagem.

#### *Mercadorias em geral*

Art. 101. As mercadorias serão transportadas pelo primeiro trem de cargas posterior ao que tiver levado as mercadorias anteriormente despachadas para o mesmo destino.

Art. 102. Ficam exceptuados da precedente disposição :

I. Os generos que, por sua natureza, a juizo da administração, não puderem ser demorados nas estações, os quaes poderão ser transportados pelo primeiro trem de cargas ou mixto ;

II. A polvora, vitriolo, phosphoro, dynamite, espoletas, e em geral as materias inflammaveis, explosivas ou perigosas, para as quaes só haverá remessa em dias certos e em determinados trens, não podendo esses generos ser depositados nas estações e havendo para sua apresentação e embarque um prazo de duas horas antes da partida dos respectivos trens.

Sempre que o remettente tiver de expedir esses generos em quantidade que exija mais de metade da lotação de um vagão, deverá avisar o agente da estação com 12 horas de antecedencia.

Art. 103. O transporte de armas poderá ser recusado sempre que o Governo o entender conveniente à segurança publica.

Art. 104. O frete minimo de uma expedição de mercadorias é 1\$000.

Art. 105. Nenhum volume poderá conter materias inflammaveis ou perigosas, a não ser que tenham sido preenchidas as formalidades precisas para o despacho dessas materias.

Art. 106. Feita a menção de que trata o artigo antecedente, devem as materias inflammaveis ser immediatamente retiradas dos volumes e da estação, mesmo quando a isso opponha-se formalmente o remettente.

Art. 107. As mercadorias, de accordo com a sua classe, são taxadas pelas respectivas tarifas annexas.

Art. 108. Quando um volume contiver mercadorias diversamente classificadas, e comportando, por consequinte, taxas differentes, será o seu transporte pago pela taxa da mais elevada das classes representadas.

Art. 109. Não serão despachados volumes ou peças, cujas pontas excedam em plano a caixa dos vagões destinados ao seu transporte, e em altura a de um vagão fechado.

Também não serão despachadas as peças ou volumes de mais de 4  $\frac{1}{2}$  toneladas, salvo si puderem ser carregados em vagão grande e de modo que o peso fique igualmente distribuído sobre os trucks e não exceda a lotação do vagão.

Art. 110. Para qualquer estação onde não houver guindaste a administração poderá recusar os volumes pesando mais de 800 kilogrammas.

Para as estações onde houver guindaste poderá recusar os volumes pesando mais do que a lotação do guindaste.

Em qualquer caso os volumes de mais de tres metros cubicos só serão accetos precedendo ajuste, e sendo possível o transporte no material da estrada.

Art. 111. A carga e descarga dos volumes de grande peso poderão ser feitas pela estrada, nas estações em que ella disponha de guindastes e outrosapparelhos adequados e de pessoal necessario para esse fim, mediante o preço de 10\$ por tonelada em cada uma das duas operações.

O transporte desses volumes pôde ser recusado nas estações que não tiverem guindastes da precisa lotação, ou quando estes não estiverem em bom estado.

Os objectos de grande peso, logo que forem descarregados, devem ser retirados pelo destinatario, para que não embarquem a circulação nem atravanquem o logar.

Semelhantemente, os objectos a carregar por meio dos guindastes não podem ser accumulados junto destes, nem os vagões em que elles devem ser carregados, demorados na linha, impedindo o movimento e manobras de trens e vagões.

Art. 112. Não será permittido aos remetentes ou destinatarios o uso dos guindastes e mais apparelhos da estrada apropriados a descarga de volumes de grande peso.

Art. 113. As mercadorias de pequeno peso que forem embarcadas e desembarcadas pela estrada pagarão, além da taxa constante da respectiva tarifa, a quantia fixa de 25 réis por 10 kilogrammas, para as despezas de carga, descarga e arrumação nos armazens e vagões.

Art. 114. Os preços de transporte serão applicados pelas quantidades indivisiveis constantes das respectivas tarifas, e os fretes serão augmentados, para prefazer multiplos exactos de 20 réis.

As mercadorias devem trazer uma marca e endereço bem legiveis, e, além disso, o nome da estação de destino, e ser acondicionadas de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro e a evitar qualquer perda ou avaria.

Art. 115. Não sendo satisfeitas as condições constantes do artigo anterior, as mercadorias podem ser recusadas pela estrada, ou só serão transportadas com a declaração de que seguem sem responsabilidade da sua administração.



Em nenhum caso, porém, serão despachadas as mercadorias que, por defeito ou máo acondicionamento, possam damnificar as outras carregadas no mesmo vagão.

Art. 116. Poderá ser recusado o recebimento de qualquer volume pelos seguintes motivos:

I, si a mercadoria estiver tão mal acondicionada dentro dos envoltórios que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria;

II, si exigin'o a mercadoria um envoltorio qualquer para a resguardar de perda ou avaria, ou para evitar que damnifique outras mercadorias, for apresentada sem envoltorio;

III, si no acto do recebimento a mercadoria apresentar indícios de já estar avariada;

IV, si for necessario material especial para sua conducção.

A falta de acondicionamento ou o máo acondicionamento poderá ser reparada pelo remittente no recinto da estação, dando-se-lhe para isso um prazo de 24 horas livres de armazenagem, findo o qual, permanecendo a mercadoria na estação, ficará sujeita á armazenagem e venda; em caso algum, porém, com responsabilidade da estrada.

A administração, devidamente autorizada pelo remittente, poderá prover aos defeitos do acondicionamento.

Art. 117. Serão consideradas como de grande volume e pouco peso todas as mercadorias que pesem menos de 1/4 de kilogrammas por cada decimetro cubico, como sejam barricas, bahús, caixas ou pipas vazias, banheiros, obras de folha de Flandres, engradados, escadas de mão, etc.

Obtem-se o volume em decímetros cubicos multiplicando entre si as tres dimensões maximas tomadas em sentidos rectangulares e contadas em decímetros, valendo por um decimetro as fracções inferiores; dividindo-se o producto por quatro ter-se-ha o peso ao qual applica-se a tarifa, caso seja este peso calculado superior ao peso real.

§ 1.º Exceptuam-se da disposição deste artigo carroças ou carrocinhas desmontadas, carrinhos de mão, pipas, barricas e caixas despachadas vazias em retorno, depois de terem transitado cheias pela estrada.

Art. 118. A estrada terá o direito de fazer abrir os volumes, na presença dos destinatarios, todas as vezes que suspeitar falsidade na declaração do seu conteúdo.

Uma vez ella descoberta, terá o destinatario de pagar o duplo do frete dos objectos não manifestados para receber os volumes que os contiverem.

Art. 119. Não prejudicando o serviço nem o horario dos trens, poderá a administração permittir que se retire todas as mercadorias ou animaes con-tantes de uma nota de expedição em estação anterior aquella para que forem elles despachados.

Neste caso o destinatario não terá direito a restituição alguma si o frete já estiver pago; e si tiver vindo a pagar, será elle

cobrado como si a mercadoria fosse retirada na estação para que foi despachada.

Art. 120. As baldeações de mercadorias em estações de tráfego mutuo serão feitas de combinação com as empresas em que tiver a estrada tráfego mutuo, e sujeitas às regras de taxas que estabelecer o accordo entre as administrações.

Art. 121. As mercadorias não susceptíveis de serem carregadas com outras, não são admittidas sinão aos preços da carga minima de 4  $\frac{1}{2}$  toneladas, seja qual for o peso da expedição, e serão carregadas pelo expeditor.

Neste caso considerar-se-ha o assucar correndo mel e as mercadorias que, juntas com outras, as possam danificar.

Art. 122. Quando um expeditor necessitar de vagões para carga completa de sua mercadoria, deve fazer a requisição por escripto com antecedencia de 24 horas na estação central, e de 48 horas nas demais estações.

Art. 123. O expeditor ficará sujeito à multa de 5\$ por vagão e por dia si a mercadoria não for remettida para a estação de partida no dia convencionado, e a estrada poderá, além disso, dispor do material.

A importancia da multa poderá ser exigida no acto da requisição, sendo depois restituída si não houver de ser applicada.

Art. 124. O agente prevenirá o expeditor do dia e hora em que os vagões pedidos serão postos à sua disposição.

Si dentro de oito horas o carregamento dos vagões não for feito pelo pessoal do expeditor, este fica sujeito à multa de 1\$ por hora de demora e por vagão.

Não se contam as horas decorridas das 6 da tarde às 6 da manhã.

Art. 125. Nenhum expeditor de um ou mais vagões poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões, e deverá sujeitar-se às normas que lhe derem os empregados da estrada, sob cuja vigilancia estiver fazendo a carga, para a boa arrumação e acondicionamento da mercadoria.

O expeditor é responsavel por qualquer avaria causada por seus agentes aos vehiculos da estrada no carregamento e descarregamento, ou por excesso de lotação.

Art. 126. As mercadorias que exigirem vagões especiais para seu transporte serão expedidas sem demora, quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte, ou quando, não completando, pagar o expeditor o valor da lotação dos mesmos vagões. No caso contrario, as mercadorias poderão ser demoradas até que fique completa a lotação.

Art. 127. A carga e descarga de todas as mercadorias a granel, despachadas por carga completa, deverão geralmente ser effectuadas pelo expeditor e pelo destinatario sob a vigilancia dos empregados da estrada.

A carga e de carga de trilhos e seus accessorios, columnas, travejamentos, canos de ferro, materias inflammaveis, trastes usados de pequeno valor e mercadorias taxadas pelas tarifas 11, 12 e 13, serão tambem feitas pelo remettente e destinatario.

Póde a carga ou descarga dessas mercadorias ser feita pela estrada, cobrando esta uma taxa adicional de 500 réis por tonelada—por cada uma das duas operações de carga ou descarga.

Art. 128. Quando a carga dessas mercadorias tiver de ser feita pelo pessoal da estrada, ficará o expeditor sujeito á multa de 1\$ por hora e por vagão, si houver demora de mais de oito horas entre a recepção da primeira parte da expedição e a recepção de seu complemento.

Art. 129. As mercadorias acima mencionadas, quando despachadas para a estação central ou para estações terminaes que tenham balanças de pesar carros, poderão ser despachadas a pesar e a pagar.

Art. 130. Considerar-se-ha effectuada a recepção e entrega dos generos quando depositados elles nos logares para isso destinados, e que serão, conforme a especie dos generos, a plataforma da estação, o proprio vagão de transporte ou outro qualquer ponto perto da estação que melhor commodo offereça ao embarque e desembarque da mercadoria.

Art. 131. No despacho de madeira observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º Madeira de comprimento até 3  $\frac{1}{2}$  metros será despachada na quantidade que se apresentar, cobrando-se do frete de um vagão (tarifa 12) somente a parte correspondente áquelle peso verificado.

§ 2.º De mais de 3  $\frac{1}{2}$  metros até 4 metros despacha-se pelo peso de 4  $\frac{1}{2}$  toneladas (vagão), embora não se complete o carregamento.

§ 3.º De mais de 4 metros até 8 metros despacha-se pelo peso de 9 toneladas (dous vagões) ou um vagão grande que corresponda a dous vagões da tarifa.

§ 4.º De mais de 8 metros até 12 metros despacha-se pelo peso de 13  $\frac{1}{2}$  toneladas ou tres vagões da tarifa.

§ 5.º De mais de 12 metros, só precedendo ajuste e ficando livre á administração direito de recusa.

Art. 132. Enchendo-se um vagão fechado com mobilia, pagar-se-ha o duplo do frete da tabella 12, ou por um vagão aberto com mobilia usada, os fretes da tarifa 12.

Art. 133. O mel de assucar, quando em quantidade inferior a uma pipa, será despachado pela tarifa 9.

Art. 134. Serão gratuitamente transportadas, em retorno, porém, sem responsabilidade da administração, as sementes de canna de assucar, os saccoes, caixas e barris usados, nos quaes foi transportado assucar ou café.

Art. 135. As mercadorias que teem de ser descarregadas dos carros pelo destinatario, si não forem retiradas dentro de 48 horas, ficam sujeitas á armazenagem.

#### *Valores*

Art. 136. O dinheiro, papeis de valor ou de importancia, o ouro, a prata, a platina, o vanadio, o iridio, o palladio e outros

metaes de alto preço, as pedras preciosas, joias, casquinha de ouro e prata, serão expedidos em volumes especiaes e registrados e sob completa responsabilidade da estrada.

Considerar-se-ha como fraude toda a declaração inexacta quanto á natureza, ao valor ou peso dos objectos acima especificados.

Art. 137. Pelo transporte desses volumes se cobrará o frete da tarifa 5, e mais como registro uma taxa de 1,2 % do valor declarado.

O frete minimo de uma expedição de valores é 2\$000.

Esses objectos devem ser cuidadosamente pesados, e só serão expedidos em trens de viajantes, e enquanto a estrada não os tiver em trens mixtos.

Art. 138. O dinheiro amoeado, as joias, as pedras e outros metaes preciosos devem estar acondicionados em saccos, caixas ou barris.

Os saccos devem ser de panno forte, cosidos por dentro e perfeitos, isto é, não dilacerados nem remendados.

A boca desses saccos será fechada por meio de corda ou cordel inteiriço e não colerto com sinete em lacre ou chumbo, e as extremidades mantidas por sinete igual sobre uma ficha solta.

As caixas ou barris serão fortes e pregados ou arqueados com solidez, não devendo apresentar indicio algum de abertura encoberta, nem fractura.

As caixas serão fortemente ligadas por meio de corda inteiriça collocada em cruz, com tantos sinetes em lacre ou chumbo quantos forem necessarios para attestar a inviolabilidade do volume.

Os barris serão amarrados com corda inteiriça collocada em cruz, passando sobre a tampa e fundo e fixada com sinete em lacre ou chumbo.

Art. 139. O papel-mocda, as notas de banco, as apolices e accções de companhias e outros papeis-valores e os papeis de importancia, devem ser apresentados em saccos ou caixas ou formar pacotes revestidos de envoltorios intactos em papel ou panno encerado, garantido com cordel forte, posto em cruz e sinete em lacre nos nós.

Todavia, esses objectos podem ser acceitos em envoltorio de papel fechado com cinco sinetes em lacre, com tanto que em relação á solidez e acondicionamento esses volumes nada deixem a desejar.

Art. 140. Os endereços devem ser directamente escriptos sobre os volumes e não cosidos, collocados ou pregados, afim de que não possam encobrir vestigios de abertura ou fractura; podem também ser escriptos sobre etiqueta pendente e presa ao volume por meio de cordel.

A declaração do valor será mencionada no endereço por extenso.

As iniciaes, legendas, armas, firmas sociaes ou nomes dos estabelecimentos, quando impressos nos saccos, caixas, barris ou pacotes, devem ser perfeitamente legiveis.

continua aqui>

Os sinetes feitos com moeda são formalmente prohibidos.

Art. 141. As expedições desta especie devem ser apresentadas a despacho e registro pelo menos uma hora antes da marcada para a partida do trem, sem o que não seguirão por elle.

Art. 142. A responsabilidade da administração por esses objectos consiste em entregal-os sem o menor indício de terem sido violados; e havendo indício de violação, indemnisar o que de menos se encontrar no conteúdo em relação ao valor declarado para o despacho e registro.

Art. 143. A nota de expedição deve, além das indicações ordinarias, conter declaração do valor por extenso e sobre lacre, sinete igual ao dos volumes.

#### *Carros, etc.*

Art. 144. Os carros, carroças, carrinhos de mão, vagões e locomotivas desmontadas são carregados e descarregados por conta do expeditor.

Art. 145. Todo carro, carroça, locomotiva, etc., não retirados no prazo de 48 horas, ficam sujeitos à estadia.

Art. 146. Os vagões, as locomotivas e os tenders, rodando sobre os eixos, pagarão cada um 400 réis por kilometro ou fracção do kilometro.

Art. 147. Não serão transportados, rodando sobre os eixos locomotivas ou vagões, que pela sua construcção não possam ser transportados sem risco, em virtude das curvas da estrada e da velocidade de seus trens.

#### *Animaes*

Art. 148. O frete de animaes é taxado pelas tarifas 14, 15, 16 e 17.

Os animaes das tarifas 14, 15 e 16 serão embarcados pelo pessoal ou á custa do remettente.

Seguirão em geral em trens de carga, e somente em trens de passageiros ou mixtos quando nelles houver logar, e seu embarque e desembarque não causar demora na partida desses trens.

Art. 149. O frete minimo de uma expedição de animaes é de 1\$ para a 1ª e 2ª classes, e de 500 réis para a 3ª e 4ª.

Art. 150. Os cães, acompanhando os viajantes, pagam, seja qual for o seu tamanho, o preço da 2ª classe da tarifa de viajantes; no caso contrario pagam o dobro da tarifa 16, e só podem ser recebidos amordaçados.

Art. 151. Os gatos só poderão ser transportados engaiolados, e pagam o dobro da tarifa 16.

Art. 152. Os animaes despachados pelas tarifas 14, 15 e 16, quando em quantidade não excedente a tres, bem como os despachados pela tarifa 17, deverão ser apresentados a despacho

uma hora antes da partida do trem, nos logares apropriados para seu embarque.

Art. 153. Os animaes, em quantidade passivel de abatimento no respectivo frete, devem ser annunciados com antecedencia de 48 horas; não obstante, a estrada os poderá receber antes, sempre que for isso possivel.

Art. 154. Com excepção dos porcos, carneiros, cabras, cães em numero não excedente a cinco, e as capoeiras de gallinhas, patos e outras aves ou pequenos animaes, serão os animaes embarcados e desembarcados pelo pessoal do dono ou seus agentes.

Para esse embarque, quando a expedição for de um ou mais vagões, se dará um prazo de duas horas por vagão, contadas da entrega do vagão, findas as quaes será retirado o vagão e não podendo novamente ser fornecido sinão pagando o remettente uma indemnisação de 5\$ por vagão.

Semelhantermente para o desembarque se dará um prazo de meia hora, por vagão, finda a qual será elle descarregado pelo pessoal da estrada ou por jornaleiros que para esse fim tomar na occasião, pagando o destinatario as despesas feitas.

Para o embarque e desembarque de animaes em pequena quantidade se dará o tempo estritamente necessario, procedendo a administração a esse serviço por conta do dono ou destinatario, quando vencido esse tempo.

Art. 155. Porcos, carneiros, cabras e outros animaes semelhantes, quando em numero tal que não complete a lotação de um vagão, deverão trazer uma corda com a qual possam ser presos ao vagão, e serão conduzidos juntamente com outros animaes, a não ser que o remettente pague a lotação total do vagão.

Art. 156. Os cães só serão recebidos amarrados, e amordaçados quando isso tornar-se necessario.

Art. 157. O frete de animaes bravios será ajustado com a administração, e só serão recebidos quando em jaulas, bem e seguramente engaiolados.

Art. 158. A administração só responde pelos extravios de animaes, correndo os mais riscos por conta do expeditor.

Art. 159. Os animaes devem ser acompanhados por conductor; não o sendo, nem estando o destinatario presente até uma hora depois da chegada do trem, pagarão na razão de 500 réis por cada hora de demora, e passando de 6 horas serão vendidos por qualquer preço; e, retiradas as despesas, o restante será recolhido ao deposito publico.

Nas horas de demora não estão incluídas as comprehendidas entre as 6 da tarde e as 6 da manhã.

Art. 160. No caso de accidentes que se derem em viagem, de que resultem extravios de animaes, a administração não é neste caso por elles responsavel.

Art. 161. A comida e forragem serão fornecidas pelos remetentes.

Quando estes tomarem um carro inteiro, poderá a pessoa encarregada dos animaes, nas estações em que a demora o per-

mittir, abrir o carro, entrar nelle e abastecer-o de comida ou forragem, ficando dahi em deante a estrada sem responsabilidade por qualquer extravio resultante de máo fechamento das portas, etc.

A forragem e comida que forem nos carros em que são conduzidos os animaes e dispostas para a alimentação destes, não pagarão transporte desde que tenha sido tomado todo o carro, ou ellas não impeçam que se complete a lotação d'elle.

Art. 162. As aves e pequenos animaes deverão ser apresentados bem acondicionados em gaiolas, cestos, caixões, etc., fechados. As aves domesticas pagam seus fretes pela tarifa 17, e os pass-a-ros e pequenos animaes, pela tarifa 19.

Os que não se acharem acondicionados convenientemente só serão transportados sem responsabilidade da administração.

Art. 163. Os animaes de tiro ou de sella deverão trazer na cabeça cabresto e corda forte que offereça segurança, e os resguardar de qualquer contusão durante a viagem.

Art. 164. Os expedidores serão responsaveis pelas avarias nos carros por occasião do embarque e desembarque de animaes.

Art. 165. A estrada poderá deter os animaes que tiverem servido de pretexto para individuos que não forem seus tangedores obterem passes, até que tenham sido pagas as multas comminadas nas presentes instrucções regulamentares e as em que incorrerem os seus tangedores.

Art. 166. Não sendo as multas pagas no prazo de 6 horas, a estrada procederá á venda do numero de animaes que for preciso para satisfazel-as, sem as formalidades judicias, recolhendo o excesso ao deposito publico.

Para a entrega de animaes proceder-se-ha de accordo com o art. 200.

### *Recebimento*

Art. 167. Para a recebimento das expedições de bagagens, encomendas, valores e animaes, os escriptorios abrem-se em todas as estações uma hora antes da partida do primeiro trem e fecham-se quinze minutos antes da partida do ultimo.

Art. 168. Para o recebimento de expedições de mercadorias e vehiculos os escriptorios abrem-se ás 8 horas da manhã e fecham-se ás 4 horas da tarde, nas estações intermediarias, e ás 2 horas nas extremas, menos nos domingos e dias feriados da Republica.

Art. 169. Nas estações desprovidas de desvio a estrada poderá recusar volumes de peso superior a 50 kilogrammas e expedições de mercadorias de mais de 200 kilogrammas, ou que exijirem o estacionamento de vagões na linha principal.

Art. 170. Nenhuma mercadoria, á excepção das que forem despachadas como bagagem e encomendas, poderá ser recebida pelos empregados da estrada si não vier acompanhada de nota de expedição em tres vias.

Si o remetente não souber escrever poderá a nota ser cheia pelo empregado da estrada.

Art. 171. As mercadorias taxadas pelas tarifas 12 e 13, as taxadas pela tarifa 14, quando em quantidade superior a 5, as taxadas pela tarifa 15, quando em quantidade superior a 10, as taxadas pela tarifa 16, quando em quantidade superior a 20, as remessas de objectos que exijam vagões grandes, as machinas de officinas e de estabelecimentos industriaes, devem ser annunciadas com 48 horas de antecedencia a do despacho.

Art. 172. As mercadorias e quaesquer objectos entregues a estrada serão conferidos na estação de partida e na de chegada, á medida que forem sendo recebidos, verificando-se as marcas, a quantidade, qualidade dos volumes, a natureza das mercadorias, o peso, frete pago e a pagar e as despesas accessorias.

A pesagem dos volumes submettidos a despacho deve, em geral, ser feita pelo pessoal do remetente ou do consignatario, sob as vistas dos empregados da estrada.

Art. 173. Na estação de partida e de entrega será a nota de expedição registrada em livro competente.

Art. 174. Pelo fornecimento de tres notas de expedição ao remetente, que as encherá, cobrará a estrada 200 réis.

Fica livre ao remetente mandar imprimir notas de expedição com os mesmos dizeres e titulo que as da estrada e com seu nome impresso, as quaes serão acceitas sem onus algum.

Art. 175. Quando os expedidores não puderem formular as tres vias das notas de expedição, podem remetter as mercadorias á estação, acompanhadas de declaração assignada, indicando:

I. O nome do remetente e o do destinatario e a residencia deste ;

II. A estação de partida e a de destino ;

III. A quantidade, o peso ou cubo, e a natureza da mercadoria ;

IV. Indicação do frete pago ou a pagar ;

V. A assignatura do expeditor ;

VI. O modo do acondicionamento ;

VII. A natureza das mercadorias contidas em cada volume.

A declaração escripta é dispensavel si o apresentante da mercadoria puder dar verbalmente os esclarecimentos necessarios para o despacho da mesma.

Art. 176. Verificada a exactidão das tres vias da nota de expedição, o empregado da estrada lançará nellas o seu numero de ordem, os numeros das tarifas, o frete pago ou a pagar, as taxas accessorias cobradas ou a cobrar, e, feito isso, assignará as tres vias, entregando a segunda ao remetente para ser apresentada pelo destinatario no acto da entrega da mercadoria.

Art. 177. Essas tres vias serão do tamanho e exactamente segundo o modelo que a estrada estabelecer.

Art. 178. Cada nota constitue uma expedição, e não póde conter sinão o nome de um remetente e de um destinatario, e uma só estação de destino.



Art. 179. As notas de expedição não devem apresentar rasuras, correções ou entrelinhas. As que estiverem neste caso serão recusadas.

Art. 180. Si a estrada suspeitar inexactidão na indicação do conteúdo de um volume, tem o direito de verificá-lo em presença do expeditor ou destinatário ou seus empregados.

Art. 181. O expeditor é responsável pelas indicações contidas na nota de expedição, e supporta as consequências resultantes de indicações errôneas, indecifráveis ou inexactas.

Art. 182. Toda a declaração falsa ou insufficiente sobre a procedencia, destino, natureza ou valor das mercadorias expedidas, dá lugar, além do pagamento da differença do frete, à applicação de uma multa correspondente ao quintuplo dessa differença, com o minimo de 10\$ e o maximo de 50\$, sem prejuizo de qualquer acção judicial que no caso couber.

Art. 183. Sendo as mercadorias nocivas, ou perigosas, a multa será de 100\$000.

Em caso de accidente, será o expeditor, além disso, obrigado a indemnisar a estrada do damno causado ou dahi proveniente, sem prejuizo de responsabilidade criminal segundo as leis em vigor.

Art. 184. A estrada poderá deter toda a expedição em que houver um ou mais volumes sujeitos, por falsas declarações, às multas comminadas em seus regulamentos.

Si os volumes detidos contiverem materias inflammaveis, serão estas inutilizadas si não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 185. A estrada poderá tambem deter expedições cujos remittentes ou destinatarios tiverem incorrido em multas comminadas nos seus regulamentos.

Art. 186. Não sendo as multas pagas no prazo de 10 dias, a estrada procederá à venda dos objectos detidos sem as formalidades judiciarias.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a estrada cobrará o restante executivamente.

Art. 187. Em uma mesma nota de expedição não podem ser incluídas:

- I. Mercadorias que não sejam susceptíveis de ser carregadas, sem inconveniente, no mesmo vagão;
- II. Mercadorias seguras e não seguras;
- III. Mercadorias cuja carga ou descarga tenha de ser feita pelo expeditor e destinatario com outras que não estejam nestas condições.

Art. 188. Si depois de feito o despacho de qualquer expedição, e antes de embarcada, quizer o remittente alterar a consignação ou retirar os objectos, a administração annullará o despacho feito, recolherá o documento entregue ao remittente, restituindo-lhe o frete pago, menos a taxa do despacho.

Si o objecto já está embarcado, só se poderá dar a alteração da consignação, a menos que da descarga não resulte embaraço para o serviço da estrada.

Sendo permittida a descarga, será esta feita a expensas do remettente, o qual além disso deverá indemnizar a estrada da despesa feita com o carregamento.

Em qualquer caso, para que o objecto siga viagem, torna-se preciso novo despacho, e portanto pagamento de novas vias de nota de expedição, si forem estas fornecidas pela estrada.

Quando se tratar de mercadorias despachadas por vagão, e que depois de ser este posto á disposição do remettente, elle quizer que não siga a mercadoria, ficará mais sujeito a pagar uma indemnisação de 10\$ por vagão, mesmo não tendo ainda principiado a carregar-o; e já estando o vagão carregado e entregue á estrada, só será isso permittido sendo possível, e devendo então o remettente descarregar-o em quatro horas.

Art. 189. Pelos boletins de bagagens, encomendas e valores retirados dos livros de talão, nada cobrará a estrada.

Art. 190. Os transportes por conta do Governo da União ou dos estados ficam sujeitos ás mesmas condições que os transportes ordinarios.

Art. 191. As cargas, mercadorias, etc., que tiverem transporte gratuito, ficam sujeitas ao pagamento das taxas de despacho, seguro, registro, carregamento e descarga, armazenagem ou estadia, e a todas as despesas em fim, com exclusão unicamente do frete propriamente dito.

Art. 192. Nas estações ou paradas onde não houver desvio, poderá a estrada recusar o estacionamento de vagões para carga ou descarga.

### *Entrega*

Art. 193. A entrega da expedição de mercadorias, valores e vehiculos começa ás 8 horas da manhã e termina ás 4 da tarde.

Art. 194. A entrega das bagagens, encomendas, verduras, frutas, aves, manteiga fresca, mariscos, ovos, gelo, leite, côcos, carne fresca e de sol, e pequenos animais em capoeiras, começará 15 minutos depois da chegada do trem e terminará ás 6 horas da tarde.

Art. 195. O destinatario, ou quem apresentar a 2ª via da nota de expedição entregue ao remettente, é obrigado a passar recibo na nota de expedição, no boletim e nos livros que para isso forem designados.

Art. 196. O destinatario tem direito de, antes de passar o recibo da mercadoria, examinar o estado externo dos volumes, só se permittindo o exame do conteúdo si o volume apresentar indícios de violação ou avaria.

Nos casos de avaria, o destinatario só tem direito de recusar a mercadoria quando esta estiver de tal modo danificada que nenhum valor commercial tenha, ou quando o volume estiver de um modo tal que a avaria de uma parte delle importe perda do valor para o todo.

Sendo, porém, a avaria apenas parcial, deve elle retirar a mercadoria logo depois de avaliado o damno causado.

Art. 197. Nos casos de demora de parte de uma expedição, o destinatário não tem direito, sob pretexto de não estar ella completa, de recusar-se a retirar a parte que houver chegado, salvo o caso em que a expedição fraccionada constituir um todo tal que a falta de uma das partes o deprecie ou inutilise.

Art. 198. O transporte, em retorno, de todo o objecto recusado pelo destinatário, é sujeito a todas as taxas do frete, despacho e despesas accessorias.

Art. 199. Si antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatário se verificar que o frete cobrado na estação de procedencia, ou indicado para ser cobrado na de chegada, é inferior ao realmente devido, ou que se deixou de cobrar, ou indicar para se cobrar alguma taxa devida, a administração pôde reter a mercadoria até que o remettente ou destinatário satisfaça o que for devido.

Semelhantemente, o thesoureiro indemnizará o expeditor da importância que para mais se tiver cobrado.

Art. 200. A mercadoria só será entregue a pessoas desconhecidas do agente, à vista da segunda via da nota de expedição em poder do destinatário, e, si este allegar tel-a perdido, ou não a houver recebido, deverá solicitar da estação de partida cópia authentica da outra via da nota de expedição, que lhe será passada mediante pagamento de 100 réis.

A's pessoas conhecidas do agente e ás desconhecidas que apresentarem duas pessoas conhecidas do agente que lhe mereçam fé, garantindo sua authenticidade, podem ser entregues as mercadorias, mediante recibo na terceira via da nota de expedição, assignando tambem neste ultimo caso as duas pessoas conhecidas que garantiram ser o destinatário o proprio.

Art. 201. Os casos de embargo ou penhora em mercadorias e outros objectos depositados ou entregues á estrada, para serem transportados ou já transportados e ainda não entregues a seus destinatários, serão regulados pelas disposições do decreto n. 841 de 13 de outubro de 1851, no que estas forem applicaveis.

Art. 202. Os objectos embargados ou penhorados não podem ser retirados das estações e depositos da estrada sem que esta seja indemnizada do que lhe for devido por frete, armazenagem e todas as mais despesas.

Art. 203. Quando o embargo ou penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão esses generos ficar depositados nas estações.

#### *Armacenagem*

Art. 204. As mercadorias e cargas transportadas pela estrada podem permanecer nos armazens e depositos, livres de armazenagem ou estadia, por 48 horas, contadas da chegada do trem, quando diversamente não disponham estas instrucções regulamentares.

Além desse prazo e até 90 dias, ficam ellas sujeitas ás seguintes taxas de armazenagem ou estadia, applicadas a cada 10 kilogrammas :

10 réis	por	cada	um	dos	10	primeiros	dias
20	»	»	»	»	»	20	seguintes
60	»	»	»	»	»	60	ultimos

Passados os 90 dias, prazo maximo da estadia de qualquer objecto, será elle vendido em leilão na porta da estação, e o seu producto recolhido ao deposito publico, depois de descontadas as despezas e o mais que for devido á estrada.

Os objectos de facil deterioração, não sendo de prompto reclamados, serão vendidos antes de se damnificarem, procedendo a administração com a quantia apurada da mesma forma que acima.

Os prazos marcados neste artigo não se entendem com as materias inflammaveis, perigosas e fetidas ou alteraveis: estas ficam sujeitas ás disposições adeante fixadas.

Art. 205. As mercadorias, cuja descarga houver de ser feita pelo remettente ou destinatario, ficam sujeitas á armazenagem, e a ser a de-carga feita pela estrada, si não for esta realisada em 24 horas e ellas retiradas em 48 horas.

Art. 206. Para as mercadorias que permanecerem no recinto ou terreno da estrada, porém fóra dos armazens e plataformas das estações, por não carecerem de abrigo, nenhuma taxa se cobrará de armazenagem até oito dias e nenhuma responsabilidade por ellas caberá á administração.

Passados os oito dias, ficarão sujeitas á estadia e poderão ser vendidas em leilão na porta da estação, e o seu producto recolhido ao deposito publico, depois de descontadas as taxas devidas e as despezas feitas.

Art. 207. A entrega de mercadorias, pagando frete por vagão, será feita dentro do vagão, e, si por affluencia de serviço a administração precisar do carro, poderá mandar fazer a descarga, cobrando-a do consignatario de accordo com os preços neste regulamento fixados, independentemente da taxa de armazenagem.

Art. 208. Na determinação de qualquer prazo para a cobrança de armazenagem, estadia, etc., não serão contados os domingos e dias feriados da Republica.

Art. 209. As mercadorias, bagagens, encomendas e cargas em geral, que forem deixadas nas estações sem despacho, ficarão sem responsabilidade alguma da administração, porém desde então sujeitas á armazenagem e venda, de que trata o art. 204.

Art. 210. Em casos muito especiaes de legitimo impedimento do remettente ou destinatario, quando se prove não poderem elles encarregar a outrem de fazer as suas vezes, poderá a estrada conceder abatimento até 50 % sobre a taxa de armazenagem ou estadia.

*Medição, calculo do frete e pagamento das taxas*

Art. 211. Quando as mercadorias forem de grande volume em relação ao peso, medir-se-ha também o volume; e si este corresponder a mais de quatro decímetros cubicos por kilogramma, tomar-se-ha para peso do volume um numero de kilogrammas igual a quarta parte do de decímetros cubicos achados.

Art. 212. O frete da madeira rectilinea, em toros, em peças e quadriadas falquejadas, lavradas ou serradas em taboado ou em dormentes, calcula-se pelo seu peso real.

Art. 213. Quando já se conhecer o peso da madeira, poder-se-ha, para novos despachos, dispensar as pesadas, multiplicando aquelle peso pelo volume da madeira resultante da multiplicação das tres dimensões tomadas em decímetros.

Art. 214. As madeiras curvas despacham-se, attribuindo-se-lhes como peso um numero de kilogrammas igual a 1 1/4 vezes o de decímetros cubicos contidos no espaço rectangular que ellas occuparem nos vagões.

Art. 215. A mobilia velha, quando despachada por vagão, paga pela tarifa 12, correspondente á lotação completa do vagão, não assumindo a administração responsabilidade alguma pela avaria.

Art. 216. O frete de caibros roliços, ripas, ripões, moirões e estacas para cerca, varas e lenha, calcula-se tomando para peso em kilogramma o numero resultante da multiplicação das tres dimensões do feixe, tomadas em decímetros, e abrangendo as partes mais salientes do mesmo feixe.

Art. 217. As medidas dos volumes dos objectos despachados a volume serão sempre as do parallelepipedo que os abranger completamente, donde resulta que para os objectos que não forem rectilineos e de secção rectangular constante, o volume que se tem de tomar para o calculo do frete é o da figura limitada por faces planas perpendiculares entre si, abrangendo completamente o objecto.

Art. 218. O peso de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões da expedição.

Art. 219. O peso do carvão mineral, lignite, areia, barro e outros artigos semelhantes calcula-se na razão de 1.300 kilogrammas por metro cubico ( $1^m3$ ); o da pedra para alvenaria ordinaria na razão de 1.700 kilogrammas por metro cubico, e o de carvão de madeira na razão de 400 kilogrammas por metro cubico.

O cimento, a turfa, o schisto betuminoso e o carvão mineral, nacionaes, pagaráo pela tarifa 13, quando despachados pelas companhias ou particulares que fabricarem o cimento e extra-hirem esses mineraes.

Art. 220. As medidas lineares serão tomadas em decímetros: toda a fracção de decimetro contar-se-ha por um decimetro.

Art. 221. O frete a cobrar pelos objectos transportados pela estrada é calculado pelo peso bruto do volume, seja qual for o seu conteúdo.

Art. 222. No calculo do frete e das taxas accessorias as fracções de 20 réis são arredondadas para 20 réis.

Nenhum frete ou taxa cobrada será inferior a 200 réis; exceptuam-se a taxa de nota de expedição, a de registro e a de seguro, para as quaes diversamente se preceitua neste regulamento.

As fracções de peso são contadas por 10 kilogrammas (menos para as bagagens e encomendas e para os animais taxados pela tarifa 17, que o serão por um kilogramma) e as de volume por 10 decímetros cubicos.

Assim, todo o peso (menos o da bagagem e encomendas) comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas será contado como 10 kilogrammas; entre 10 e 20 por 20, e assim por diante; semelhantemente todo o volume entre 0 e 10 decímetros cubicos será contado como 10 decímetros cubicos; entre 10 e 20 como 20, e assim seguidamente.

Art. 223. As mercadorias que não estiverem comprehendidas na pauta serão taxadas como aquellas que mais analogia lhes tiverem.

Quando um unico volume contiver mercadorias taxadas em diversas tarifas, pagará pela mais alta.

Art. 224. Os fretes dos generos sujeitos a deterioração, qualquer que seja a classe a que pertençam, serão pagos no acto do despacho.

Art. 225. O frete é pago no acto de despacho ou de aluguel de carro ou trem, e as outras taxas na estação em que se verificar o serviço a que elles correspondem.

As expedições, porém, de qualquer estação do interior para as estações dos extremos da linha central ou dos ramaes podem ser feitas com fretes pagos ou a pagar nestas.

Si, entretanto, a mercadoria for de facil deterioração ou de valor insignificante, deve o frete ser pago no acto do despacho.

Essa faculdade só se applica ao transporte de animais, quando despachados por wagons.

Art. 226. A importancia das passagens do frete da bagagem, encomendas e animais será paga no acto da emissão dos bilhetes ou do despacho.

Art. 227. As mercadorias depositadas nas estações para serem expeditas, e que não forem logo despachadas, ficam sujeitas a armazenagem, mas sem responsabilidade da administração.

Art. 228. Não se comprehendem na disposição do artigo precedente as mercadorias e cargas em geral que forem deixadas nos armazens das estações, sem despacho, afim de se completar a remessa.

Para estas mercadorias conceder-se-ha um prazo de seis dias de estada livre, contados da entrega da primeira fracção da remessa.

Art. 229. O frete para as diversas mercadorias será cobrado pelas respectivas tarifas, seja qual for sua procedencia.

*Mercadorias nocivas ou perigosas*

Art. 230. O transporte de nitro-glycerina, de algodão-pólvora e de fulminatos, que não estejam utilisados em espoletas, de nenhum modo pôde ter logar.

Não pôde tambem ter logar o transporte de dynamite, de pólvora de mina ou de caça em grande quantidade, a juizo da estrada.

Exceptuam-se os transportes de dynamite, pólvora e artigos bellicos por conta do Ministerio da Guerra.

Art. 231. A pólvora, a dynamite rackarock, gelignite e explosivos identicos, os fogos de artifício, as capsulas, as espoletas, o alcool, o phosphoro, o collodio, o ether, as essencias, o kerozene, o petroleo, a naphta, o pixe, a gazolina e outros oleos mineraes e materias analogas são excluidos dos trens de viajantes nas secções da estrada em que houver trens regulares de mercadorias.

Art. 232. Da fôrma determinada no artigo anterior deve-se proceder para com o feno, a palha, o carvão de madeira e outras materias semelhantes mais ou menos inflammaveis.

Art. 233. As substancias dos dous artigos anteriores não poderão ficar depositadas nas estações de partida e chegada.

Art. 234. As materias causticas, como acidos mineraes, alcali volatil, etc., as materias venenosas como acido arsenio-o, sulphureto de arsenico, acetato, nitrato de chumbo, alcalis organicos, chloruretos e bromuretos de phosphoro, cyanureto de potassio, etc., em grande quantidade, estão sujeitas ás disposições relativas á pólvora e mais materias explosivas.

Art. 235. As materias nocivas e perigosas só serão admittidas a transport: nos dias para isso designados. Não obstante, os phosphoros de segurança bem acondicionados e o kerozene explosivo podem ser expedidos todos os dias.

Art. 236. Os volumes contendo venenos ou substancias perigosas, explosivas e inflammaveis, devem trazer no exterior a indicação do seu conteúdo e a declaração:—Materia explosiva—ou—Materia inflammavel—ou—Veneno—e são submettidos ás condições seguintes:

I. Pólvora.—Acondicionamento em caixas ou barris hermeticamente fechados e protegidos exteriormente por um envoltorio forte.

O peso do volume não pôde exceder a 35 kilogrammas, a não ser que tenha sido expedido por conta do Ministerio da Guerra.

II. Dynamite.—A dynamite deve ser contida em cartuchos cobertos de papel, não escorvados e desprovidos de qualquer meio de ignição. O envoltorio deve ficar collado e fechado de modo a prevenir qualquer perda de nitro-glycerina. Esses cartuchos devem ficar em pequenas caixas de madeira, papelão ou de materia semelhante, tendo os vasos entre elles completamente cheios com papel picado, serragem de madeira ou qual-

quer outra materia secca appropriada a amortecer os choques e absorver a nitro-glycerina que venha a escapar.

Essas pequenas caixas serão encerradas em caixas de madeira e arranjadas de modo a evitar qualquer movimento ou choque, por meio de qualquer pó secco a isso adequado. O peso de cada volume não poderá exceder de 25 kilogrammas, a não ser que tenha sido expedido por conta do Ministerio da Guerra.

Não serão admittidas a transporte caixas de dynamite com mais de um anno de encaixotamento.

III. Fogos de artifício— Acondicionamento em caixas de taboas de um centimetro pelo menos de espessura.

IV. Mechas chimicas (phosphoros)— Acondicionamento encaixotado e bem apertado em caixas de taboa de um centimetro pelo menos de espessura.

V. Espoletas, capsulas, cartuchos e productos semelhantes— Acondicionamento em caixas cheias de pó de serra ou outro pó appropriado que tome todos os vasillos e o interior das espoletas, dentro de pequenas caixas ou bocetas igualmente acondicionadas em caixas de maiores dimensões.

VI. Phosphoro,—bromo, sulphureto de carbono, etc.—Acondicionamento em vasos de paredes não frageis, estancques e cheios de agua.

VII. Materias causticas, inflammaveis e explosivas— Acondicionamento em vasos de paredes estancques, convenientemente acondicionados em palha ou material que os impeça de fracturarem-se, e encaixotados.

VIII. Materias venenosas— Acondicionamento em vasos fechados fixados em caixas de madeira.

Art. 237. Os vagões carregados com dynamite e mais materias explosivas e inflammaveis não podem receber fulminatos nem productos detonantes.

Art. 238. As mercadorias constantes do presente titulo devem ser expedidas sós, e fazer objecto de nota de expedição especial; não podem, além disto, ser comprehendidas em uma mesma remessa com mercadorias ordinarias.

Art. 239. As materias explosivas, venenosas e inflammaveis devem ser retiradas da estação destinataria, ou dos carros em que forem transportadas, nas 12 horas que seguirem á sua chegada; si esta condição não for cumprida por negligencia do destinatario, poderá a estrada fazel-as retirar e collocar em ponto que for julgado conveniente, sem a menor responsabilidade pelo seu extravio, e cobrando do expeditor a despesa da remoção.

#### *Materias fetidas e alteraveis*

Art. 240. O carvão animal, o sangue, os couros verdes e quaesquer outras materias fetidas são excluidas dos trens que levarem viajantes.

Art. 241. Os residuos de açougue, taes como tripas frescas, miudos, estereo, sangue, etc., as entranhas de peixes, assim como



quaesquer outros restos de animaes susceptiveis de desprender mão cheiro ou facilmente alteraveis, os ossos não fervidos, só serão admittidos a transporte em vasos de ferro e caixas ou barris de madeira forte, arqueados de ferro, segundo a natureza do transporte.

Art. 242. Os barris e caixas vazias em retorno, só serão admittidos depois de terem sido completamente desinfectados pelos cuidados e á custa dos expedidores.

Art. 243. O destinatario deverá retirar as mercadorias constantes deste titulo até duas horas depois da chegada do trem, e si não o fizer, poderão ser ellas retiradas pelo pessoal da estrada, sem responsabilidade, e ficando o destinatario responsavel pela despeza da remoção.

Art. 244. Não estão sujeitos ás condições acima :

Os ossos secos ou convenientemente salgados, os ossos fervidos, os couros secos, isto é, todas as materias primas que, sem serem completamente inodoras, não podem, todavia, ser incluídas entre as materias facilmente alteraveis.

Art. 245. Nenhuma expedição de materias fetidas deve ser aceita em acondicionamento defeituoso ou insufficiente, antes que tenha sido este refeito previamente a contento do empregado encarregado do despacho.

### *Responsabilidade*

Art. 246. A administração da estrada declina toda a responsabilidade por perda, falta ou avaria, nos casos seguintes :

§ 1º, quando provierem de caso fortuito ou força maior ;

§ 2º, quando não tiverem sido verificadas á chegada da mercadoria e antes da sua aceitação ou retirada pelo destinatario ;

§ 3º, quando os envoltorios não apresentarem exteriormente indicio de violencia ou fractura ;

§ 4º, quando forem ultteriores á recusa do destinatario, do que se lavrará auto ;

§ 5º, quando a mercadoria for, por sua natureza especial, susceptivel de soffrer perda ou avaria total ou parcial por combustão espontanea, effervescencia, evaporação, vasamento de liquidos ou materias oleosas, oxydção, putrefacção, etc., que redundem em diminuição do peso ou volume ;

§ 6º, quando a mercadoria, por máo acondicionamento ou qualquer defeito observado pelos empregados do despacho, houver sido, não obstante, despachada a pedido do remetente, declarando o empregado na nota de expedição : « Segue sem responsabilidade da administração da estrada » ;

§ 7º, quando resultantes de regulamentos sanitarios, medidas de precaução ou outras tomadas pela administração publica.

Art. 247. No que concerne a mercadorias que, por sua natureza, são transportadas em vagões abertos, a estrada não responde pelos riscos inherentes a este modo de transporte.

Art. 248. A administração não responde pelos danos resultantes do perigo que os transportes em caminho de ferro ou demora da viagem acarretam para os animais vivos.

Art. 249. No caso de extravio, e provada a culpa dos empregados da estrada, a indemnisação não poderá exceder a 80\$ para animais de montaria; 50\$ para bois e vacas, etc.; 6\$ para bezerras e vitelas; 4\$ para carneiros, cabras e porcos; 2\$ para cães acorrentados, e 1\$ para aves e pequenos animais engaiolados.

Art. 250. Quando a mercadoria for acompanhada por pessoa encarregada de vigia-la, a administração não responde pelos danos resultantes do perigo que a vigilância tinha por fim evitar.

Art. 251. A administração não se responsabilisa pelo danno que, da arrumação nos vagões e armazens, carregamento e descarga, possa resultar para a mobilia não encaixotada.

A mobilia desencapada, somente encapada, ou mesmo engradada, seguirá por conta e risco do remetente, respondendo a administração unicamente pelo extravio.

Art. 252. A estrada não é responsavel pelo estado da mobilia encaixotada, louça, vidros, crystaes ou quaesquer objectos frágeis, encaixotados ou embarricados, desde que entregue os volumes sem signaes de terem soffrido choque ou pressão que pudessem danificar o conteúdo.

Art. 253. Quando o carregamento e a descarga são feitos pelo remetente ou pelo destinatario, a administração não responde pelos riscos ou perdas resultantes daquellas operações ou de suas consequências.

Art. 254. Quando a mercadoria for, por sua natureza, susceptible de soffrer, por influencia atmospherica ou qualquer outra causa independente do serviço da estrada de ferro, quebra em peso ou medida, a administração não responde pela differença em peso ou medida.

Art. 255. Quando o carregamento for feito pelo remetente, a administração, não responde pelo numero de volumes indicados nas notas de expedição.

Art. 256. A administração não responde pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes de bagagem ou encomendas.

Art. 257. Salvas as prescripções dos artigos precedentes (246 a 256), ou outras disposições expressas neste regulamento e no regulamento geral, a administração se responsabilisa pelos objectos que lhe forem confiados para serem transportados ou ficarem depositados em seus armazens. Essa responsabilidade começa do momento do pagamento do frete e recepção do genero, e termina no acto da entrega do mesmo genero ao destinatario ou a seu correspondente ou preposto.

#### *Seguro e indemnisação*

Art. 258. Os remetentes e os viajantes teem a faculdade de segurar na propria estrada a sua fazenda, declarando no acto do

despacho o valor, segundo o qual querem ser indemnizados em caso de perda ou avaria, não excedendo de 1:000\$000.

Nesse caso cobrar-se-ha, além do frete e demais taxas, uma taxa de seguro de 2 % sobre o valor declarado. O minimo da importancia dessa taxa será de 1\$000.

A declaração do valor das mercadorias nas notas de expedição nenhuma significação terá desde que não for paga a taxa do seguro.

Art. 259. Em caso de perda total, se pagará ao segurado o valor integral declarado; si, porém, a perda for parcial, só terá elle direito a uma quota proporcional á perda effectiva.

Do mesmo modo em caso de avaria, a indemnisação será paga proporcionalmente á importancia da avaria verificada.

Em caso algum a indemnisação pôde exceder o damno realmente soffrido pelo segurado em consequencia da perda ou avaria, e será neste caso reduzida a importancia do damno.

Art. 260. Quanto aos objectos ou mercadorias não seguros, a administração não é responsavel á indemnisação sinão até á importancia de 500 reis por kilogramma de mercadoria e cargas em geral, e de 1\$ por kilogramma de bagagem ou encomenda perdida ou avariada, sem que, em caso algum, a indemnisação possa ser superior ao valor da mercadoria, bagagem ou encomenda perdida ou avariada.

No caso em que uma mercadoria, etc. desencaminhada for depois achada, a administração affixará aviso na estação, e o destinatario terá, durante 15 dias, o direito de reclamar a entrega, devendo restituir 3/4 da indemnisação que já lhe houver sido paga.

A mercadoria, etc., avariada, fica pertencendo á estrada.

Art. 261. Quando a mercadoria formar um todo tal, que a avaria de uma parte a deprecie ou inutilise, a indemnisação a pagar será calculada por arbitramento.

Art. 262. As clausulas de irresponsabilidade ou limitação de responsabilidade não podem ser invocadas pela administração, si se provar dolo por parte do seu pessoal. Nesse caso, as indemnisações a pagar serão reguladas pelo Código Commercial.

#### *Arbitramento*

Art. 263. O arbitramento, nos casos em que, segundo este regulamento, deva ter lugar, será feito por dous arbitros escolhidos, um pela administração e outro pela parte; salvo si ambas concordarem na escolha de um só arbitro. Da decisão dos arbitros não haverá recurso.

Art. 264. O arbitramento será reduzido a auto assignado pelos arbitros, pelo agente da estação em que elle se verificar, e pela parte reclamante.

Art. 265. A quantia arbitrada para indemnisação, em caso algum, poderá exceder os limites acima fixados neste regulamento para cada caso de indemnisação.

Sempre, pois, que o arbitramento exceder esses limites, a administração só pagará até aos mesmos limites.

Art. 266. Dispensa-se o arbitramento nos casos em que elle houver logar, sempre que a administração e a parte chegarem a accordo sobre o valor da indemnisação.

Esse accordo deve ser reduzido a auto assignado pelo director da estrada e pela parte reclamante, e terá a mesma validade que o arbitramento.

Art. 267. Recusando-se a parte ao arbitramento, a administração requererá judicialmente um arbitramento que continuará sujeito aos mesmos limites, e remoção da mercaderia para um deposito publico ou a sua venda em leilão.

Art. 268. A vistoria ou arbitramento amigavel deve ser feito dentro das 48 horas depois da descarga; passado esse prazo, só prevalecerá a decisão da administração.

O arbitramento judicial só terá logar si, proposto o amigavel pela administração dentro das referidas 48 horas, for elle recusado pela parte.

Art. 269. Si os arbitros não chegarem a accordo quanto á avaliação do prejuizo e á responsabilidade da administração, nomearão elles um desempatador, que decidirá por uma das duas opiniões.

Art. 270. Os arbitros teem por missão não só vistoriar e avaliar o damno, mas tambem si houve culpa da administração nesse damno ou si elle é inherente á natureza da mercaderia ou si provém do acondicionamento da carga em 'desacordo' com o estabelecido neste regulamento.

Si for reconhecido o máo acondicionamento, ou si o damno provier da propria natureza da mercaderia, não terá logar a indemnisação.

Si reconhecidas estas attenuantes em favor da administração, ao mesmo tempo que a culpa destas no facto que produziu o damno, só se pagará metade da indemnisação arbitrada.

Art. 271. Aos arbitros se dará conhecimento deste regulamento.

Art. 272. O auto do arbitramento deve conter, além dos factos e das circumstancias geraes da avaria, as indicações seguintes:

I. A especie precisa da mercaderia, qual o seu involucro, as marcas, os numeros, o peso e a qualidade de cada um dos volumes vistoriados;

II. A data e o numero do despacho e os numeros dos vagões em que tiverem chegado os volumes;

III. A presença ou ausencia de indicios exteriores de quebra-do, molhado, manchas, etc., em cada um dos volumes, com designação exacta de sua marca e modo de acondicionamento;

IV. A importancia do damno resultante de cada uma das avarias verificadas;

V. A época a que pôde remontar a avaria; suas causas apparentes ou presumidas; si ella deve ser attribuida a vicio proprio

da mercadoria ou ao seu modo de preparação; a defeito, á insufficiencia ou á ausencia de envoltorio; em que consistem os vicios e defeitos;

VI. A presença ou ausencia do reclamante; e, si for possível, sua declaração de aceitar as conclusões da vistoria.

Art. 273. A nomeação do arbitro por parte do reclamante deve ser feita por documento escripto e entregue ao agente antes de começar a vistoria.

### *Do telegrapho*

Art. 274. Os telegrammas serão acceitos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos dias uteis como nos feriados.

Art. 275. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes, que representam a ordem da transmissão:

- I. Telegramma urgente em serviço da estrada;
- II. Dito dito do Governo Geral;
- III. Dito dito do Governo Estadual;
- IV. Dito ordinario em serviço da estrada;
- V. Dito urgente particular;
- VI. Dito ordinario do Governo Geral;
- VII. Dito dito do Governo Estadual;
- VIII. Dito das autoridades;
- IX. Dito ordinario particular.

Art. 276. Os telegrammas devem:

§ 1.º Ser escriptos pelo proprio expeditor com tinta preta e de modo que possam ser lidos facilmente letra por letra.

§ 2.º Não conter abreviaturas, rasuras, palavras emendadas ou inutilizadas.

§ 3.º Indicar o nome da estação de destino e o nome e residencia do destinatario.

Art. 277. É prohibida a acceitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica ou offensivo á moral e aos bons costumes, ou prejudicial á segurança e interesses da estrada.

Art. 278. Só ao Governo ou á administração da estrada é permittido o uso de cifras secretas.

Art. 279. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 280. Muitos telegrammas de um mesmo expeditor, para o mesmo ou diversos destinatarios, só podem ser acceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 281. A apresentação de telegramma é certificada por um boletim entregue ao expeditor, e que deverá ser exhibido em caso de reclamação.

Art. 282. Não serão expeditos em serviço telegrammas que tratem de objecto de interesse individual.

Art. 283. Nos casos ordinarios, a transmissão dos telegrammas será feita na ordem de sua apresentação na estação, respeitadas as precedencias fixadas no art. 275.

Art. 284. A estrada aceitará despachos para se transmittirem cópias por outras linhas, preferindo as linhas do Estado, salvo si o expeditor expressamente designar outra.

Art. 285. A administração se reserva o direito de interromper as communicações telegraphicas para o serviço particular, por tempo indeterminado, no caso em que o julgue conveniente em vista de urgencia do serviço da estrada ou do Governo.

Art. 286. O telegramma antes de começar a ser transmittido pôde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10 %. Principiada a transmissão, pôde ella ser interrompida a pedido do communicante e retirado o telegramma; nesse caso, porém, sem direito á restituição da taxa.

Art. 287. Os telegrammas serão entregues ao destinatario na estação do destino e mediante a taxa adicional de 500 réis, que será paga com o telegramma; a estrada se encarrega de fazel-o chegar ao seu destino, contando que não exceda de mais de um kilometro da estação. Fóra deste ponto, sera o telegramma remetido pelo Correio mediante pagamento do sello, o qual não está comprehendido na taxa do telegramma.

No caso de não ser encontrada com facilidade a pessoa a quem são dirigidos, ficarão os telegrammas guardados na estação do destino, sem que haja direito de exigir-se da administração restituição da taxa dos telegrammas e da taxa adicional.

Art. 288. O segredo dos telegrammas é inviolavel.

As unicas pessoas que podem tomar conhecimento delles, ou requerer cópia, são o proprio que os assignou e aquelle a quem são dirigidos.

A nota de—reservado—portanto, collocada no telegramma, entende-se com o destinatario.

Art. 289. Na contagem de palavras observar-se-hão as seguintes regras :

§ 1.º Tudo que o communicante escrever entra na contagem das palavras.

§ 2.º Conta-se como uma, qualquer palavra que não tenha mais de dez letras ; o excedente é contado como outras tantas palavras, quantos forem os grupos de dez letras ou fracção de dez letras.

§ 3.º Toda palavra composta, escripta de modo que forme uma só, como tal será contada, de conformidade com o disposto no paragrapho precedente. Si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compõe, ou mesmo reunidas por traço de união, serão contadas como outras tantas palavras.

§ 4.º Todo o caracter alphabetico ou numero isolado, toda a palavra ou particula seguida de apostropho, será contado como uma palavra.

§ 5.º Os numeros em algarismos contam-se como tantas palavras quantas forem as series seguidas de cinco algarismos que contiverem e mais uma palavra pela excedente.

§ 6.º Os numeros por extenso serão contados pelo numero de palavras realmente empregadas nos despachos para exprimi-los.

§ 7.º As virgulas, pontos e traços de divisão ou união serão contados como outros tantos algarismos.

§ 8.º Os signaes de accentuação não são contados.

Art. 290. Entram na contagem das palavras:

§ 1.º A direcção, a assignatura, as indicações a respeito do modo de remessa do telegramma ao destinatario além de um kilometro da estação e o reconhecimento da assignatura quando revestida dessa formalidade.

§ 2.º Os pedidos de repetição para conferencia, essa repetição, e as palavras—*Resposta paga ... palavras.*

§ 3.º Os nomes proprios de pessoas, cidades, praças, ruas, etc., os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações se contam como tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-los.

Art. 291. Não serão taxados quaesquer signaes ou palavras accre-centadas pela estação remettente no interesse do serviço telegraphico.

Igualmente não serão taxados a data, hora da apresentação do telegramma e lugar de procedencia, sinão quando o communicante o inscrever na minuta e exigir a transmissão.

Art. 292. Cada telegramma até 20 palavras percorrendo distancia que não exceda de 200 kilometros, paga a taxa de 1\$; de 200 até 400 kilometros, 2\$; de 400 a 600, 4\$900.

O telegramma que tiver mais de 20 palavras até 30 paga mais metade da taxa de telegramma simples e assim seguidamente augmentando-se metade da taxa simples por cada augmento de 10 ou menos de 10 palavras.

Art. 293. Pagam taxa dupla os telegrammas:

§ 1.º Em lingua estrangeira.

§ 2.º Os que hajam de ser repetidos a pedido do communicante.

§ 3.º Os telegrammas urgentes.

Art. 294. As redacções de jornaes, casas commerciaes e emprezas que fizerem despeza mensal maior de 100\$ terão direito a restituição de 20 % das taxas que houverem pago no mez em que se der aquelle excesso, o que deve ser provado com os boletins.

Art. 295. O mesmo telegramma dirigido pelo mesmo commerciante a mais de um destinatario pagará, além da taxa da tarifa para um destinatario, mais metade da metade da mesma taxa por cada um dos destinatarios.

Art. 296. O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 297. Todas as taxas, sem distincção, serão pagas no acto da apresentação do telegramma na estação de partida.

Art. 298. O communicante pôde pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras. Neste caso a minuta do telegramma deve ter a declaração — *Resposta paga para . . . . palavras*, antes da assignatura do communicante.

Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o designado no telegramma, não se fará restituição alguma.

Si a resposta tiver maior numero de palavras, o excesso será considerado como um novo telegramma, que deverá ser pago pela pessoa que o apresentar.

Art. 299. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario. Passando esse prazo, ficará sujeita ao pagamento da taxa.

Não se restituirá ao communicante o que houver pago para a resposta, si esta deixar de ser apresental-a ou si for passado aquelle prazo.

Art. 300. O telegramma pôde ficar na estação de destino até que o destinatario o procure.

Para a execução das disposições indicadas neste artigo e no art. 287 deverá o communicante fazer as respectivas declarações na minuta do telegramma, do seguinte modo : *Pela estrada — Pelo Correio — Na estação*. — Na f lta de taes declarações, será o telegramma expedido pelo Correio.

Art. 301. Ao empregado da estrada encarregado de condução do telegramma ao domicilio do destinatario não é licito encaregar-se da resposta ou de outro telegramma, recebendo a taxa respectiva.

Art. 302. Na ausencia do destinatario o telegramma será entregue em sua casa á pessoa de sua familia, empregado, criado ou hospede, salvo si o communicante designar na minuta pessoa especial.

Art. 303. O destinatario ou quem por elle receber o telegramma deve assignar o recibo.

Art. 304. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de de-tino serão entregues só ao proprio destinatario ou á pessoa por elle competentemente autorisada.

Art. 305. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ou entregue ao destinatario só pôde ser feito pelo proprio communicante e por novo telegramma, sujeito á taxa, que será restituida si o pedido não chegar a tempo de ser satisfeito.

Art. 306. O communicante tem direito á restituição da taxa que houver pago, nos seguintes casos :

§ 1.º Quando o telegramma não chegar ao seu destino por qualquer causa devida ao serviço do telegrapho.

§ 2.º Quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado.

Art. 307. Os telegrammas em lingua estrangeira devem ser escriptos com caracteres romanos.



Art. 308. O communicante pôde pedir que a estação de destino lhe dê aviso de ter recebido o telegramma transmittido.

Por esse aviso pagará elle 10 % da taxa de um telegramma simples.

#### *Deveres dos empregados*

Art. 309. No desempenho de suas funcções, os empregados teem obrigação de tratar com urbanidade todos que tiverem negocios com a estrada.

Art. 310. Deverão dar aos viajantes, remetentes e destinatarios todas as informações que estes lhes pedirem, e facilitarão, quanto possível, o cumprimento das formalidades a preencher.

Devem, em caso de necessidade, encher as notas de expedição.

Art. 311. Nenhum agente ou empregado poderá dar ao publico documento que contenha rasuras ou emenda por elle não resalvada.

Art. 312. Todo o documento fornecido pela estrada, e que for depois, por qualquer titulo, apresentado, si achar-se viciado, será retido, e o apresentante ou quem do vicio se quizer utilizar, será passivel de uma multa de 50\$ a 100\$, segundo a gravidade do caso, a juizo do director da estrada. Nesse caso a entrega da mercadoria reclamada será susta até decisão do mesmo director.

Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas, 21 de maio de 1894.—*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

#### Pauta das tarifas

##### A

	Tarifa
Abacaxis e ananazes.....	9
Abanos de palha.....	7
Abanos de pennas e leques.....	6
Abelhas.....	6
Aboboras.....	9
Absinthio.....	6
Açafrates e semelhantes.....	7
Açafrão.....	7
Acessorios de trilhos.....	8
Achas de lenha.....	12
Acidos mineraes.....	6
Aço.....	8
Acordeons.....	10
Adubos para terrenos.....	13
Aduelas.....	7

	Tarifa
Agua ordinaria.....	9
Agua-raz.....	5
Aguardente de canna do paiz.....	7
Aguardente importada.....	6
Aguardente de mel.....	7
Agua-marinhas brutas.....	6
Agua mineraes ou medicinaes importadas....	6
Agua mineraes ou medicinaes do paiz.....	9
Alabastro bruto.....	7
Alabastro em obra.....	6
Alambiques e pertencas.....	6
Alcatrão.....	7
Alavanca de ferro ou aço.....	8
Albumina.....	6
Alcatifas.....	6
Alcool.....	6
Alcool nacional.....	7
Alfafa.....	12
Alfafa nacional.....	13
Algodão impressado.....	9
Algodão não impressado.....	7
Algodão descaroçado.....	7
Algodão em caroço.....	7
Algodão trançado com marca de fabrica nacional.....	7
Algodão trançado estrangeiro.....	6
Alhos.....	7
Almofadas.....	6
Almofarizes de metal, pedra ou madeira.....	6
Alpiste.....	6
Alumina.....	6
Alvaia de.....	6
Amendoas em caroço.....	6
Amendoim.....	9
Amendoim (oleo de).....	7
Amethysta bruta.....	6
Amethysta lapidada 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Amido estrangeiro.....	6
Amido nacional.....	7
Ancoras.....	6
Ancoretas varias.....	9
Angico em resina, gomma ou em folhas.....	7
Aniagem do littoral.....	6
Aniagem remettida do interior.....	7
Anil.....	7
Animaes empalhados ou embalsamados.....	6
Animaes ferozes (frete convencional).....	
Animaes pequenos engaiolados.....	19
Animaes pequenos em caixões ou cestos.....	19
Animaes de sella e de carga.....	15

	Tarifa
Animaes em grandes expedições.....	14
Aniz.....	7
Antas vivas.....	16
Apparelhos para experiencias de laboratorio...	6
Apparelhos.....	6
Apparelhos para gaz.....	6
Apparelhos telegraphicos.....	6
Apparelhos telephonicos.....	6
Arados.....	9
Araçoes a vapor.....	9
Arame de metal.....	6
Araruta preparada.....	7
Araruta em raiz.....	9
Arbustos vivos.....	7
Archotes.....	7
Arco de ferro ou madeira.....	8
Ardosias.....	13
Arcia.....	13
Argilla.....	13
Armações envernizadas ou com vidros para lojas	10
Armações para guarda-sol.....	6
Armações para igrejas.....	10
Armamento.....	6
Arreios.....	6
Arroz.....	9
Artigos de armarinho.....	6
Artigos de desenho.....	6
Artigos de escriptorio.....	6
Artigos de folhas de Flandres não classificados.	6
Artigos de luxo não classificados.....	6
Artigos de pacotilha não classificados.....	6
Asphalto.....	13
Assucar bruto.....	9
Assucar refinado ou turbinado de 1ª classe....	9
Ataúdes.....	10
Avêa.....	7
Avelãs.....	6
Aves empalhadas ou embalsamadas.....	6
Aves domesticas.....	17
Aves engaioladas, em capoeiras, etc.....	19
Aipim.....	9
Azeite de côco, mamona, caroço de algodão, etc.	9
Azeite doce.....	6
Azeitonas.....	6
Azulejos.....	13

**B**

Bacalhão.....	9
Bagatellas.....	6

	Tarifa
Bahús vasios.....	6
Balas e fundos de diamante 1/2 % <i>ad valorem</i> e	3
Balaios vasios.....	9
Balanças.....	6
Balões.....	6
Bambús.....	13
Bancos de metal.....	10
Bancos de madeira.....	10
Bancos de louça.....	6
Bancos de carpinteiro.....	13
Banguês.....	18
Bagagem.....	5
Bagas de mamona ou de zimbros.....	9
Bacias de metal.....	6
Bananas.....	9
Baldes de metal ou de madeira.....	6
Bambinellas.....	6
Banha de porco.....	9
Barracas desarmadas.....	6
Bandejas.....	6
Banheiros.....	10
Barbante.....	6
Barbatana.....	7
Barbasco.....	7
Barricas vasias.....	9
Barriguda imprensa da.....	9
Barriguda não imprensa da.....	7
Barrilha.....	13
Barris vasios.....	9
Barro.....	13
Barrotes de madeira.....	12
Bastidores de theatro.....	10
Batatas alimenticias.....	9
Bebidas espirituosas não classificadas.....	6
Bestas, burros e jumentos.....	14 e 15
Beijús.....	9
Bengalas.....	6
Berços de vime ou ferro.....	10
Betume.....	7
Bezerros.....	16
Bilhares e bagatellas.....	10
Biscoutos.....	9
Boiões vasios.....	9
Bois e vaccas ordinarias.....	15
Bois e vaccas em grandes expedições.....	14
Bolachas.....	9
Bolsas de viagem.....	6
Bombas para extracção de agua.....	8
Borracha.....	7
Botijas vasias.....	9

	Tarifa
Breu.....	6
Brides ordinarias.....	7
Brinquedos.....	6
Brochas para pintar e calar.....	6
Bronze em bruto.....	12
Bronze em objectos de arte.....	6
Bronze em obras não classificadas.....	6
Brunidores de café.....	9
Burras de ferro ou madeira chapada de ferro.....	6
Bustos.....	6
C	
Cabeçadas ou cabeções para animaes.....	7
Cabeças de boi, carneiro, etc.....	9
Cabello.....	7
Cabellos em obras.....	5
Cabos de arame, linho, canhamo, etc.....	8
Cabos de ferramentas, vassouras, etc.....	8
Cabras, carneiros, etc.....	16
Cabriolets.....	18
Caça morta.....	7
Cacão.....	7
Cachimbos.....	6
Cadaveres. (Vejam-se instrucções.)	
Cadeados.....	6
Cadernaes.....	7
Ca linhos.....	6
Cães.....	2 e 16 duplo.
Café em grão ou em côco.....	9
Café moido.....	9
Caibros.....	12
Caixas de guerra.....	10
Caixas vazias, de madeira.....	9
Caixas vazias, de folha ou de papelão.....	7
Cairo.....	7
Caixilhos sem vidros.....	10
Caixilhos com vidros.....	10
Caixões vazios.....	9
Cal.....	13
Calcareos.....	13
Calçado.....	6
Caldeiras.....	8
Caldeiraria (artigos não classificados).....	6
Camphora.....	6
Camas de ferro.....	10
Camas de lona.....	10
Camas de madeira.....	10
Campainhas electricas.....	6
Campanas de vidro para jardim.....	6

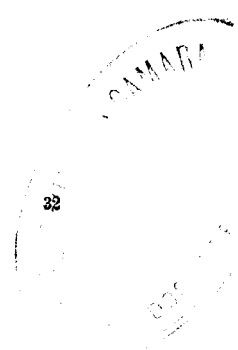
	Tarifa
Canna de assucar.....	13
Canna da India.....	6
Canella em pó ou em casca.....	9
Cangalhas.....	7
Canhamo bruto.....	9
Canóas.....	12
Canos de barro.....	12
Canos de metal.....	8
Cantaria importada.....	12
Cantaria de pedra extrahida à margem da estrada.....	13
Capachos.....	6
Capim.....	13
Capoeiras vazias.....	9
Caranguejos.....	9
Carborina.....	6
Carbonatos 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Cardas.....	6
Carnaúba (cera).....	7
Carnaúba (palha).....	12
Carne fresca.....	9
Carne fresca em grandes expelições.....	14
Carne secca, salgada e de sol.....	9
Carneiros.....	16
Caroços de algodão.....	12
Carrinhos de mão.....	7
Carrinhos de mão importados.....	6
Carrinhos para crianças.....	6
Carrinhos para doentes.....	6
Carrocinhas de mão feitas no paiz.....	7
Carrocinhas de mão importadas.....	6
Carroças.....	18
Carroças desmontadas.....	7
Carros de boi desmontados.....	7
Carros de passeio com duas rodas.....	18
Carros funebres ordinarios com duas rodas...	18 mais 50 %
Carros funebres ordinarios com quatro rodas	18
Carros e vagões para estrada de ferro, rebo-	18 mais 50 %
cados. (Vejam-se instrucções.)	
Carros e vagões para estrada de ferro, desmon-	
tados.....	8
Carvão animal ou vegetal.....	13
Carvão mineral.....	12
Carvão mineral extrahido no interior.....	13
Cascalho.....	13
Cascas de arvores.....	13
Cascas de coco.....	13
Cautchú bruto.....	9
Cautchú em obra não classificada.....	7

	Tarifa
Castanha.....	6
Cavillos e eguas.....	15
Cavillos e eguas em grandes expedições.....	14
Cavername para embarcações.....	12
Cebollas e cebollinhas.....	6
Centeio.....	7
Cera bruta ou em vela.....	6
Cera em obra não classificada.....	6
Ceramica (artigos não classificados).....	6
Cereaes não classificados.....	9
Cerveja.....	6
Cerveja nacional.....	7
Cestos vasio.....	9
Cevada.....	7
Cevadeiras para mandioca.....	10
Cevadinha.....	7
Chá nacional (plantado no interior).....	9
Chá importado.....	6
Champagne.....	6
Chapas de ferro ou zinco para cobertura.....	8
Chapas para fogão.....	6
Chapêos de cabeça.....	5
Chapêos de sol.....	6
Chapelaria (artigos não classificados).....	6
Chapeleiras vasio.....	6
Charrúas.....	9
Charutos.....	7
Chifres em bruto.....	9
Chlorureto de calcio.....	6
Chocolate importado.....	6
Chocolate nacional.....	9
Chouriços.....	7
Chrysolitas e pedras semelhantes não lapidadas.....	6
Chrysolitas e pedras semelhantes lapidadas, 1/2 % <i>at valorem e</i> .....	5
Chumbo em bruto.....	12
Chumbo de munição ou em obra não clas-ificada.....	6
Cigarros.....	6
Cimento.....	12
Cimento fabricado na margem da estrada.....	13
Cinzas.....	13
Coadores de mandioca.....	7
Cobre em bruto.....	12
Cobre em chapas e vergalhões.....	6
Cochonilha.....	6
Cocos seccos ou verdes.....	9
Colornizes vivas.....	19
Coelhos vivos.....	19
Cofres de ferro.....	6
Cognac.....	6

	Tarifa
Cognac nacional.....	7
Coke .....	12
Colchões de palha, capim, etc.....	7
Colchões de tecido metallico.....	6
Colheres de madeira.....	7
Colla .....	12
Colméas.....	7
Columnas de ferro fundido.....	8
Colza (grãos de).....	9
Colza (oleo de).....	6
Combustiveis não classificados.....	12
Comestiveis não classificados.....	9
Cominho.....	7
Confeitaria (artigos não classificados).....	6
Congonha.....	7
Conservas, em bruto ou em vidros (não classifi- ficadas).....	6
Conservas em latas ou em vidros, nacionaes..	7
Coquilho.....	7
Coral.....	7
Cordas diversas.....	7
Cordas para instrumentos de musica.....	6
Cordas velhas.....	7
Correame militar.....	7
Correntes de ferro ou de outros metaes.....	8
Cortiça em bruto.....	7
Cortiça em obra não classificada.....	6
Cortinados.....	6
Cortinas.....	6
Couçoeiras.....	12
Cotias vivas.....	19
Couros seccos e salgados.....	7
Couros trabalhados ou envernizados.....	6
Couros em obra não classificada.....	6
Couros suinos.....	7
Creozoto .....	6
Crina vegetal ou animal.....	7
Crystal de rocha bruto.....	7
Crystal em obra.....	6
Cubos para distillações, engenho, etc.....	7
Cubos, pinas e raios para rodas.....	7
Cuias.....	7
Cutelaria (artigos não classificados).....	6
Cylindro de ferro.....	8

**D**

Debulhadores de milho.....	9
Dentes artificiaes.....	6
Dentes de elephantes.....	6





	Tarifa
Descaroçadores de algodão.....	9
Descascadores de café ou arroz.....	9
Despoldadores de café.....	9
Diamantes 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Diamantes de cortar vidro 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Dinheiro 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	6
Doces estrangeiros.....	7
Doces do paiz.....	12
Dormentes de madeira.....	12
Dormentes de ferro.....	6
Drogas não classificadas.....	5
Dynamite.....	

## E

Eixos.....	8
Embra.....	7
Encerado de lona.....	6
Encerado para mesa ou chão.....	6
Engenhos para estabelecimentos agricolas.....	9
Encommendas.....	5
Enxada.....	9
Enxergas para animaes.....	7
Enxergões.....	6
Enxofre.....	6
Equipamento militar não classificado.....	6
Ervilhas seccas.....	9
Escadas de mão ou para armador.....	7
Escadas para edificios (desmontadas).....	7
Escaleres.....	12
Escorias de metaes.....	12
Escovas de qualquer especie.....	6
Esmeraldas 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Esmeril.....	6
Espadas.....	6
Espanadores.....	6
Especiarias não classificadas.....	6
Espelhos.....	6
Espermacete.....	6
Espingardas.....	6
Espiritos não classificados.....	5
Espoletas.....	6
Esponjas.....	6
Esporas.....	6
Esqueletos para estudos anatomicos.....	6
Essencias não classificadas.....	6
Estacas para cereas.....	12
Estampas em folhas.....	6
Estampas em quadros com e sem vidro.....	6

continua aqui&gt;

	Tarifa
Estampas em folha ou em obra não classificada	6
Estanho em bruto.....	12
Estantes de ferro.....	10
Estantes de madeira ordinaria.....	10
Estantes de madeira com vidro ou envernizadas.....	10
Estatuas.....	6
Esteiras da India.....	6
Esteiras de tabua e de cangalhas.....	7
Esterco.....	13
Estojes de instrumentos chirurgicos, mathematicos, etc.....	5
Estopa em bruto.....	7
Estopa em obra não classificada.....	7
Estopim para minas.....	5
Estrados para vagões.....	12
Estrumes.....	13
Extracto de carne.....	9
Extractos não classificados.....	6

## F

Fachina (varas de).....	12
Farelo.....	9
Farelo de milho e nacional.....	13
Farinha de mandioca, milho, trigo e outras nutritivas.....	9
Farinha de linhaça ou de mostarda.....	6
Fateixas.....	8
Favas.....	9
Fazendas de algodão, linho, lã, seda.....	6
Fazendas diversas não classificadas.....	6
Fazendas nacionaes despachadas em estação do interior.....	7
Fechaduras, ferrolhos, dobradiças, trancas de ferro e mais ferragens para portas e janellas	6
Fecula.....	9
Feijão.....	9
Feltro.....	6
Feno.....	9
Feno artificial preparado no interior.....	13
Ferradura para animaes.....	8
Ferragens não classificadas.....	6
Ferro em guza.....	12
Ferro velho em chapa, barra, arco ou verga.	8
Ferro em barras ou vergas dobradas e em chapas, cantoneiras, etc.....	8
Ferramentas de carpinteiro, cavouqueiro, pedreiro, canteiro, correeiro, ferreiro, marceiro	

neiro, sapateiro, serralheiro e outras não classificadas.....	8
Ferramentas de carpinteiro, cavouqueiro, pedreiro, canteiro, correeiro, ferreiro, marceneiro, sapateiro, serralheiro e outras, usadas.....	8
Ferro em obra não classificada.....	9
Fibras vegetaes para cordoaria.....	6
Figos seccos.....	6
Filtros de barro ou louça.....	7
Fios de algodão, lã, linho ou seda.....	8
Fios telegraphicos.....	7
Flechas.....	6
Flores artificiaes.....	6
Flores naturaes.....	7
Flores de canna ou outras para enchimento...	7
Flores medicinaes.....	6
Fogareiros.....	6
Fogões de ferro.....	5
Fogos artificiaes.....	7
Folhas e raizes medicinaes.....	6
Folhas de cobre, chumbo, estanho, etc.....	8
Folhas de ferro ou de Flandres.....	7
Folhas de arvores.....	8
Folles.....	8
Forjas portateis.....	7
Fôrmas diversas.....	9
Fôrmas para assucar.....	5
Formicidas.....	8
Fornalhas e fornos de ferro.....	9
Fornalhas para engenho.....	12
Forragens não classificadas.....	9
Fouces.....	9
Fressuras.....	12
Frutas a granel.....	9
Frutas frescas.....	6
Frutas seccas ou em doces.....	7
Frutas seccas ou em doces do paiz.....	9
Fubá.....	7
Fumo em folha.....	7
Fumo em corda.....	19
Furões vivos.....	

## G

Gaiolas com passaros.....	19
Gaiolas.....	6
Gallinhas, etc.....	17
Gallinhas de Angola ou guineitas.....	17

	Tarifa	
Gamellas de pão.....	7	
Gansos, etc.....	17	
Garrafas de crystal ou vidro fino.....	6	
Garrafas ordinarias vasiás.....	6	
Garrafões vasiós.....	6	
Gatos.....	16	duplo
Gaz-globo.....	6	
Gazolina.....	6	
Gelatinas.....	6	
Gelatina explosiva.....	5	
Geléas.....	7	
Gelignite.....	5	
Gelo.....	9	
Genebra.....	6	
Generos alimenticios de primeira necessidade não classificados.....	9	
Generos de exportação não classificados.....	7	
Generos de importação não classificados.....	6	
Gengibre.....	7	
Gesso.....	7	
Gigos vasiós.....	7	
Giz.....	7	
Globos de vidro ou louça.....	6	
Globos geographicos.....	6	
Glucose.....	9	
Goiabada ou doce de araçá, etc., do paiz....	9	
Gomma-arabica e outras não classificadas.....	6	
Gomma de man-lioca e outras do paiz.....	7	
Grades de ferro ou madeira.....	7	
Gradis para sepulturas.....	7	
Granadas.....	6	
Graxa animal.....	7	
Graxa para calçado.....	6	
Grelhas de ferro.....	6	
Grelhas para engenhos ou locomotivas.....	8	
Guano.....	13	
Guaraná.....	7	
Guaritas.....	12	
Guarda-sol.....	6	
Guarda-roupa, musica, papeis, etc.....	10	
Guinchos.....	12	
Guindastes.....	12	
Gyradores para estradas de ferro.....	8	

## II

Harpas.....	6
Herva doce.....	7
Herva matte.....	6

	Tarifa
Hervas medicinaes e outras não classificadas...	7
Hortalicas frescas.....	9
Hortalicas em conserva.....	6

## I

Imagens.....	6
Iman.....	6
Impressos.....	6
Incenso.....	6
Inhame e outras raizes alimenticias.....	9
Instrumentos agricolas, não classificados.....	9
Instrumentos de engenharia, cirurgia e outros semelhantes.....	6
Instrumentos de musica, optica e seus semelhantes, não classificados.....	6
Instrumentos para lavoura.....	9
Ipecacuanha.....	7
Iridio e metaes de preço igual ou superior, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Iridiimina, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Isoladores para telegrapho.....	6

## J

Jacás vasio.....	9
Jacús vivos.....	19
Jangadas.....	12
Jardineiras.....	6
Jarros de louça, vidro, etc.....	6
Jarros de barro.....	7
Jaspe.....	7
Jogos de dominó, xadrez, damas, gamão e outros.....	6
Jóias, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Jumentos.....	14 e 15
Junco da India.....	6
Junco do paiz.....	7

## K

Kaolim.....	13
Kerozene em latas encaixotadas.....	6
Kiosques (desarmados).....	12
Kirsch.....	6

## L

	Tarifa
Lã em bruto.....	7
Lã em obra não classificada.....	6
Lacre.....	6
Ladrilho de marmore ou louça, azulejos.....	7
Ladrilhos de pedra feitos á margem da estrada.....	13
Ladrilhos ordinarios de barro.....	13
Lages preparadas.....	12
Lages preparadas, de pedras extrahidas á margem da estrada.....	13
Lambrequins e enfeites de madeira ou metal para edificios.....	6
Lampeões e lanternas sem vidro.....	10
Lanchas.....	12
Lanternas magicas.....	6
Lapidas para sepultura.....	6
Laranjinha.....	6
Latão em barra.....	6
Latão em obra não classificada.....	6
Latão bruto.....	12
Latão velho.....	6
Lavatorios ordinarios e de ferro.....	10
Lavatorios envernizados.....	10
Legumes frescos.....	9
Legumes em conserva.....	6
Legumes seccos importados.....	6
Leite fresco.....	9
Leite condensado ou em conserva.....	6
Leitões pequenos.....	19
Lenha.....	12
Lentilhas.....	6
Licores.....	6
Licores nacionaes.....	7
Limalha de ferro.....	8
Limalha de aço.....	8
Linguas frescas, seccas ou salgadas.....	9
Linguças, salcichões, chouriços, etc.....	9
Linhaça.....	6
Linha para costura.....	6
Linho bruto.....	13
Liteiras.....	18
Livros em branco ou impressos.....	6
Lixa.....	6
Locomoveis.....	18
Locomotivas desmontadas.....	8
Locomotivas rebocadas. (Vejam-se instrucções.)	
Lombo de porco fresco.....	9
Lombo de porco salgado.....	9

	Tarifa
Lona.....	6
Louça avulsa.....	6
Louça em barricas, caixas ou gigos.....	7
Louça ordinaria de barro, do paiz.....	7
Louça de porcellana.....	6
Louza em lages.....	7
Louzas para sepulturas.....	6
Louzas para escrever.....	6
Lupulo.....	7
Lustres com vidros ou crystaes.....	5
Lustres sem vidros.....	6
Luvras.....	6

## M

Macacos de ferro.....	8
Macarrão e outras massas semelhantes.....	9
Machados.....	9
Machinas para copiar cartas.....	6
Machinas aratorias.....	9
Machinas de costura.....	6
Machinas photographicas.....	6
Machinas de fazer farinha e suas pertenças....	9
Machinas de descarocar algodão.....	9
Machinas de escrever.....	6
Machinas em geral destinadas à lavoura e ao preparo de seus productos.....	9
Machinas para fabricar telhas e tijolos.....	9
Machinas de imprimir.....	6
Machinas uteis para officinas.....	6
Machinas para tecido.....	6
Machinas não classificadas.....	5
Machinas a vapor, fixas.....	7
Machinas a vapor, locomoveis.....	6
Machinas de cortar cartões.....	6
Machinas de imprimir bilhetes de estrada de ferro.....	6
Machinas-ferramentas.....	6
Machinas metallurgicas ou mineiras.....	9
Machinas para gabinetes de physica ou labora- torio de chimica.....	6
Machinas typographicas, lithographicas e auto- graphicas.....	6
Macucos vivos.....	19
Madeira.....	12
Maizena.....	6
Malas varias.....	7
Malas de viagem, varias.....	6
Malhos para ferreiro.....	8

	Tarifa	
Mamona em bagas.....	9	
Mamona (oleo de).....	9	
Mandioca.....	9	
Manganez.....	6	
Mangas de vidro.....	6	
Mangueiras para bombas.....	6	
Manometros.....	6	
Manteiga.....	6	
Manteiga manufacturada no interior.....	6	
Manufacturas nacionaes despachadas do inte- rior.....	9	
Mappas e manuscriptos.....	6	
Mariscos.....	9	
Marfim.....	6	
Marmore bruto.....	12	
Marmore extrahido á margem da estrada, em bruto ou trabalhado.....	13	
Marmore em objectos de arte.....	6	
Marmore em obra não classificada.....	6	
Marquezas.....	10	
Marrecos.....	17	
Marroquim.....	6	
Martellos.....	8	
Massas alimenticias.....	9	
Massas.....	8	
Mate.....	7	
Materiaes de construcção não classificados.....	12	
Materias explosivas.....	5	
Materias inflammaveis não classificadas.....	5	
Medidas diversas.....	6	
Mel de abelhas.....	7	
Mel de canna em pipas.....	11	
Mel de assucar em barris, garrações, etc.....	9	
Mel de fumo.....	7	
Meninos de menos de 8 annos.....	1/2	passagem gratis
Meninos de menos de 3 annos, ao coíto.....		
Mercearia (artigos não classificados).....	10	
Mercurio liquido.....	12	
Mesas ordinarias de ferro.....	10	
Mesas envernizadas.....	10	
Metaes brutos não classificados, excepto os preciosos.....	12	
Metaes em obra, não classificados, excepto os preciosos.....	6	
Metaes preciosos, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5	
Mica.....	7	
Milho.....	9	
Mineraes não classificados.....	13	
Minerios de chumbo, cobre, ferro, zinco e outros.....	13	



	Tarifa
Minio.....	6
Missangas.....	6
Miudos de rezes.....	9
Miudezas.....	6
Mochos ordinarios e de ferro.....	10
Mochos envernizados.....	10
Mocós vivos.....	19
Mobilia ordinaria. (Vejam-se Instrucções).	
Mobilia de luxo, com vidros, envernizada, etc..	10
Mocotós.....	9
Modelos.....	6
Moendas para engenho e pertencas.....	9
Moinhos para café, pimenta, tintas, etc.....	6
Moinhos para lavoura.....	9
Moirões.....	12
Moitões e cadernaes.....	8
Molas de aço para carros.....	8
Molas para carros, vagões e locomotivas.....	8
Moldes.....	6
Molduras.....	6
Molduras de madeira envernizada ou lustrada	6
Molduras douradas.....	6
Moringues de barro.....	7
Mós.....	7
Mudas de cafeseiros em feixes e outros generos similares.....	12
Musgo.....	7
Mutuns vivos.....	19

## N

Nambús vivos.....	19
Naphta em latas encaixotadas.....	6
Naphtalina em latas encaixotadas.....	6
Nickel bruto.....	12
Nickel em obra não classificada.....	6
Nitratos.....	6
Novilhas.....	14 e 15
Nozes.....	6
Noz-moscada.....	6
Noz-vomica.....	6

## O

Objectos de arte ou luxo não classificados.....	6
Objectos preciosos, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Objectos de cuidado em perigo não classi- ficados.....	6

	Tarifa
Objectos manufacturados não classificados.....	6
Objectos de marcenaria, ou carpintaria, desmontados.....	7
Objectos de sirgueiro.....	6
Objectos e obras de cabelleireiros.....	6
Ocre.....	7
Oleados.....	6
Oleos de amendoas doces.....	6
Oleo de linhaça em barris ou latas.....	6
Oleo de linhaça em garrações, etc.....	6
Oleo de qualquer qualidade não classificado.....	6
Opala, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Opio.....	5
Oratorios.....	10
Orgãos.....	6
Origones.....	6
Ornamentos de ferro, bronze, zinco, folha, terracotta, etc.....	6
Ornamentos de igreja.....	6
Ossos.....	12
Osso em obra não classificada.....	6
Ouro bruto ou em obra, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Ostras frescas.....	9
Ostras em conserva.....	6
Ourinhos de louça, porcellana e ferro.....	6
Ovas frescas, seccas ou salgadas.....	9
Ovas despachadas como carga.....	9
Ovas despachadas como encomenda.....	5

## P

Pacas vivas.....	19
Padiolas.....	18
Paina.....	7
Painço.....	7
Paços.....	7
Palanquim.....	18
Palha do Chile e outras semelhantes para chapéus.....	6
Palha de milho, coqueiro, palmeira, etc.....	12
Palha de trigo, canna e outras.....	12
Palitos.....	7
Palladio, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Pandeiros.....	5
Panelas de cobre ou metal esmaltado.....	6
Panelas ordinarias de ferro ou panelas do paiz, de qualquer qualidade.....	7
Panno despachado de estação do interior.....	7

	Tarifa
Panno importado.....	6
Pão, rosca, etc.....	9
Pãos para tamancos.....	7
Pãos para tinturaria.....	7
Papagaios.....	19
Papel de qualquer qualidade.....	6
Papelão.....	6
Parallelipipedos para calçamento.....	13
Paramentos ecclesiasticos.....	6
Pás.....	8
Passaros vivos.....	17
Passaros empalhados.....	6
Passas.....	6
Pastas de papel ou papelão.....	6
Patos.....	17
Patronas ou capangas.....	6
Pavões.....	17
Peanhas.....	6
Pecas de artilharia desmontadas.....	8
Pecas de artilharia em carretas.....	18
Pecas de engenho de assucar ou café.....	9
Pecas de locomotivas, machinas em geral, carros ou vagões.....	8
Pedra-hume.....	6
Pedra-pomes.....	6
Pedras açoranas.....	6
Pedras de afiar ou amolar.....	6
Pedras de cantaria ou aparelhadas.....	12
Pedras de cantaria aparelhadas no interior...	13
Pedras de alvenaria para edificação ou calça- mento.....	13
Pedras de filtrar.....	6
Pedras lithographicas.....	6
Pedras preciosas, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Peixe fresco, salgado ou secco.....	9
Peixe em latas.....	6
Pelless preparadas.....	7
Pelless em bruto.....	7
Pendulas para relógios.....	6
Pellica.....	6
Peneiras de cabello, seda ou tela metallica....	6
Peneiras de palha do paiz.....	7
Pennas de ave para enchimento e outras.....	6
Perdizes vivas.....	19
Perfumarias.....	6
Perolas, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Perús.....	17
Pesos para balanças.....	6
Petrechos bellicos não explosivos.....	6
Petrechos de caça não explosivos.....	6

continua aqui>

	Tarifa
Petroleo em latas encaixotadas.....	6
Pez.....	6
Phosphoros em latas encaixotadas.....	6
Phosphoros em latas cheias de agua.....	5
Pianos.....	10
Piassava.....	13
Picaretas ou alviões.....	8
Pichoá.....	6
Pilhas electricas.....	6
Pimenta da India.....	6
Pimenta do paiz.....	7
Pinos para rodas.....	7
Pinceis.....	6
Pinhões seccos ou verdes.....	7
Pipas vasias.....	9
Pistolas.....	6
Pixe.....	7
Platina bruta ou obra, 1/2 % <i>ad valorem</i> e....	5
Plantas medicinaes.....	7
Plantas vivas.....	7
Plombagina.....	12
Plumas.....	6
Polvilho.....	9
Poltronas.....	10
Polvora e todos os mais artigos perigosos inflammaveis.....	5
Polvarinhos e cartucheiras de caça, vasios....	6
Pomadas para cabello.....	6
Pombos.....	17
Porcellana.....	6
Porcos da India vivos.....	19
Porcos.....	16
Porphyro bruto.....	12
Porphyro em obra.....	6
Portas, portadas, portaes e janellas de madeira ou ferro.....	7
Porteiras de madeira ou ferro.....	7
Pós de sapatos.....	6
Postes telegraphicos e seus pertences de ferro ou madeira.....	8
Potassa perlassa.....	6
Potes de barro do paiz.....	7
Potes diversos.....	6
Pranchões.....	12
Prata bruta ou em obra, 1/2 % <i>ad valorem</i> e..	5
Prata ingleza ou casquinha, christoffe, etc....	6
Prateleiras ordinarias e de ferro.....	10
Prateleiras envernizadas.....	10
Pratos de ferro, estanho ou madeira.....	6
Pregos de ferro, cobre, latão ou zinco.....	8

	Tarifa
Prelos.....	6
Prensas de copiar cartas.....	6
Prensas para algodão e outras.....	9
Prensas diversas.....	6
Prensas hydraulicas.....	6
Prensas para mandioca.....	9
Presuntos.....	6
Preas vivas.....	19
Productos chimicos e preparações pharmaceu- ticas.....	6
Pudroytho.....	5
Punhaes.....	6
Puxadores para gavetas, portas, etc.....	6
Puzzolana.....	12

## Q

Quatros.....	6
Queijos de Minas e outros do paiz.....	9
Queijos estrangeiros.....	6
Quilhas de jogo.....	6
Quina.....	7
Quinina.....	6
Quinquilharias.....	6
Queixadas e caetetus.....	16

## R

Rabecas e rabecões.....	6
Rackarock.....	5
Raios para rodas.....	7
Raizes tintureiras.....	7
Raladores para mandioca.....	9
Ramas de aipim, mandioca e outros generos similares.....	12
Rami.....	13
Rapadura.....	9
Rapé.....	7
Raspos de pontas de veado.....	6
Ratoeiras.....	6
Realejos.....	6
Rebolos (pedra de).....	6
Redes.....	7
Redomas de vidro.....	10
Reguas.....	6
Relogios de mesa, parede ou torre.....	6
Relogios de algiadeira, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Remos.....	12

	Tarifa
Rendas.....	6
Reservatorios de ferro ou madeira.....	7
Residuos de açougue.....	7
Resinas não classificadas.....	7
Retortas de metal.....	6
Retratos de família.....	6
Retretes de vidro ou louça.....	5
Retretes ordinarias.....	10
Retretes envernizadas.....	10
Rhuibarbo.....	6
Rhum.....	6
Ricino (oleo de).....	9
Ripas.....	13
Ripas simplesmente serradas.....	12
Rodas de madeira para carros e carroças.....	7
Rodas de ferro para carros, vagões e locomotivas.....	8
Rodas e rodetes para machinas.....	8
Rolhas.....	6
Rosalgar.....	4
Roscas.....	9
Rotim.....	6
Roupas.....	6
Rubi, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5

## S

Sabão ordinario do paiz.....	7
Sabonetes.....	6
Saccos vazios.....	9
Sagü.....	6
Salames.....	6
Sal bruto em expedições de mais de 10.000 kilogrammas.....	20
Sal ordinario.....	9
Sal refinado.....	6
Sal ammoniaco.....	6
Sal de azedas.....	6
Sal de Epson.....	6
Salitre.....	7
Sangue de boi.....	9
Sanguesugas.....	6
Sapatos.....	6
Sapé.....	12
Saphiras, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Sarrafos.....	12
Sebo.....	7
Seda bruta.....	6
Sellins e pertenças.....	6

	Tarifa
Sementes de especiarias.....	6
Sementes para agricultura.....	9
Serpentinas de vidro, crystal, etc.....	5
Serpentinas para alambique.....	8
Serragem.....	12
Serralheria (artigos não classificados).....	12
Serras.....	6
Serrote.....	6
Sinos.....	6
Sipós.....	7
Sirgueiro (artigos não classificados).....	6
Soda.....	6
Solas.....	7
Sola estrangeira.....	6
Suadouros para sellins.....	6
Stearina.....	6
Substancias de pouco valor uteis á lavoura....	13
Sulphureto de carbono.....	5
Surros vasios.....	9

**T**

Tabaco.....	7
Tabatinga.....	13
Taboado.....	13
Tabocas.....	7
Taboas de gamão.....	6
Taboleiros.....	7
Taboleiros ordinarios.....	7
Taboletas.....	10
Tachos para o fabrico de assucar ou farinha....	9
Tachos de cobre ou ferro para outros mistêres.	7
Tacos para bagatela ou bilhar.....	5
Talhas de barro para agua, engradadas.....	6
Talheres e objectos de cutelaria.....	6
Tamancos.....	7
Tamarindos em conserva.....	7
Tambores de musica.....	6
Tambores para engenho.....	9
Tanques de mel.....	9
Tanques de madeira ou metal para engenhos..	9
Tapetes.....	6
Tapioca.....	9
Taquarassú.....	12
Tarrafas.....	6
Tartaruga bruta.....	7
Tatús.....	19
Teares.....	6
Tecidos de fabricas nacionaes despachados em estação do interior.....	7

	Tarifa
Tecidos diversos.....	6
Tela metallica.....	6
Telhas de barro.....	13
Telhas de vidro ou louça.....	6
Tenders desarmados.....	7
Teosinte.....	13
Terra salitrosa.....	13
Tijolos de barro.....	13
Tijolos de limpar facas.....	6
Tijolos de marmore, louça e outras.....	7
Tinas vazias.....	9
Tinta de qualquer qualidade.....	6
Tipitis.....	7
Topazio bruto.....	6
Topazio lapidado, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Tapinambor.....	13
Torradores de café.....	6
Toucinho.....	7
Transparentes de panno ou madeira para janellas.....	5
Tapos.....	7
Travesseiros.....	7
Trem de cozinha, de cobre ou de ferro.....	6
Trigo.....	9
Trilhos e seus accessorios, agulhas e seus accessorios para estrada de ferro.....	8
Tripas.....	9
Tubos de barro.....	12
Tubos de metal.....	8
Tubos de louça.....	6
Tubos de vidro.....	6
Tumulos desarmados.....	6
Turfa.....	13
Turqueza, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Typos.....	6

## U

Unguentos.....	6
Unhas de animaes.....	9
Urnas de marmore ou madeira.....	5
Urucú.....	7
Utensilios domesticos não classificados.....	6
Uvas frescas importadas.....	9
Uvas seccas.....	6

## V

Vaccas ordinarias.....	14 e 15
Vagões desarmados ou armados.....	18



	Tarifa
Vanadio, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Varas .....	13
Vassouras de cabelo ou crina.....	6
Vassouras de palha, piassava, etc.....	7
Veados amarrados ou engaiolados.....	16
Velas.....	6
Velas nacionaes.....	7
Velocipedes .....	6
Venezianas.....	6
Ventarolas.....	6
Ventiladores.....	6
Verdete.....	6
Verduras.....	9
Vermelhão.....	6
Vermouth.....	6
Vernizes.....	6
Viajantes.....	1, 2, 3 e 4
Vidros em obras (objectos de uso domestico)....	6
Vidros ordinarios encaixotados.....	6
Vidros finos.....	6
Vigas de madeira.....	12
Vimes.....	12
Vinagre.....	6
Vinagre fabricado á margem da estrada.....	9
Vinho.....	6
Vinho fabricado no interior.....	9
Vitelas.....	14 e 15
Vitrier, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Vitriolo.....	5

**X**

Xaropes.....	6
Xarque.....	9

**Z**

Zabelés.....	19
Zabumbas.....	6
Zarcão.....	8
Zinco bruto.....	12
Zinco em obra não classificada.....	6
Zircon lapidado, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Zirconio, 1/2 % <i>ad valorem</i> e.....	5
Zirconia.....	6

## BASES DAS TARIFAS

## TARIFA N. 1

*Passageiros de 1ª classe*

- Até 100 kilometros — 60 réis por kilometro.
- De 100 a 200 kilometros — 40 réis por kilometro.
- De 200 a 300 kilometros — 30 réis por kilometro.
- De 300 kilometros em deante — 10 réis por kilometro.

## TARIFA N. 2

*Passageiros de 2ª classe*

- Até 100 kilometros—40 réis por kilometro.
- De 100 a 200 kilometros—30 réis por kilometro.
- De 200 a 300 kilometros— 10 réis por kilometro.
- De 300 kilometros em deante — 5 réis por kilometro.

## TARIFA N. 3

*Passageiros de 1ª classe (ida e volta)*

- Abatimento de 25 % sobre a tarifa n. 1.

## TARIFA N. 4

*Passageiros de 2ª classe (ida e volta)*

- Abatimento de 25 % sobre a tarifa n. 2.

## TARIFA N. 5

*Bagagens e encomendas*

- Até 200 kilometros—600 réis por tonelada-kilometro.
- De 200 kilometros em deante — 300 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 6

*Generos de importação*

Até 100 kilometros—200 réis por tonelada-kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—150 réis por tonelada-kilometro.  
De 300 kilometros em deante—100 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 7

*Generos de exportação*

Até 100 kilometros—150 réis por tonelada-kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—60 réis por tonelada-kilometro.  
De 300 kilometros em deante—30 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 8

*Ferro em obra*

Até 100 kilometros—100 réis por tonelada-kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—80 réis por tonelada-kilometro.  
De 300 kilometros em deante—60 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 9

*Generos alimenticios*

Até 100 kilometros—80 réis por tonelada-kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—20 réis por tonelada-kilometro.  
De 300 kilometros em deante—10 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 10

*Mobilia*

Até 100 kilometros—160 réis por tonelada-kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—100 réis por tonelada-kilometro.  
De 300 kilometros em deante—50 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 11

*Mel de assucar em pipas*

Até 100 kilometros—80 réis por pipa e por kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—60 réis por pipa e por kilometro.  
De 300 kilometros em deante—40 réis por pipa e por kilometro.

## TARIFA N. 12

*Carvão, madeira, metaes em bruto, mercurio liquido, etc.*

Até 100 kilometros—70 réis por tonelada-kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—35 réis por tonelada-kilometro.  
De 300 kilometros em diante—20 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 13

*Cal, materiaes de construcção não classificados, minerios diversos, estrumes e adubos para terrenos, pedras aparelhadas extrahidas à margem da estrada, etc.*

Até 100 kilometros—20 réis por tonelada—kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—10 réis por tonelada—kilometro.  
De 300 kilometros em diante — 5 réis por tonelada—kilometro.

## TARIFA N. 14

*Animaes vaccuns, cavallares e muares em expedições capazes de completarem a lotação de um carro de oito rodas*

## Por carro

Até 100 kilometros—400 réis por kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—150 réis por kilometro.  
De 300 kilometros em diante—75 réis por kilometro.

## TARIFA N. 15

*Bois, cavallos, burros e jumentos*

## Por cabeça

Até 100 kilometros—50 réis por kilometro.  
De 100 a 300 kilometros—25 réis por kilometro.  
De 300 kilometros em diante—10 réis por kilometro.  
Estes animaes devem trazer corda ou cabresto na cabeça.

## TARIFA N. 16

*Carneiros, cabras, porcos, etc.*

Por cabeça

Até 100 kilometros—6 réis por kilometro.

De 100 a 300 kilometros—3 réis por kilometro.

De 300 kilometros em diante—2 réis por kilometro.

## TARIFA N. 17

*Aves domesticas em capoeiras ou amarradas*

Até 100 kilometros—400 réis por tonelada-kilometro.

De 100 a 300 kilometros— 150 réis por tonelada-kilometro.

De 300 kilometros em diante — 100 réis por tonelada-kilometro.

## TARIFA N. 18

*Carros de duas rodas*

Até 100 kilometros—400 réis por kilometro.

De 100 a 300 kilometros—150 réis por kilometro.

De 300 kilometros em diante—100 réis por kilometro.

Os carros de quatro rodas terão um augmento de 50 %.

## TARIFA N. 19

*Passaros e animaes pequenos amarrados ou engaiolados, caixões, etc., de pequenas dimensões*

Por cabeça

Até 100 kilometros—1 real por kilometro.

De 100 a 200 kilometros—1/2 real por kilometro.

De 200 kilometros em diante—1/4 de real por kilometro.

## TARIFA N. 20

*Sal em expedições de mais de 10.000 kilogrammas*

Até 100 kilometros—50 réis por tonelada-kilometro.

De 100 a 300 kilometros—10 réis por tonelada-kilometro.

De 300 kilometros em diante — 5 réis por tonelada-kilometro.

continua aqui>

[illegible][illegible]

18

# TARIFA N. 2 — Viajantes de Segunda classe

## Passagem simples

ESTADOS	Aramary	Ouriçanguinha	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serriinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe	Queimadas	Jacuriçy	Itiúba	Tiririca	Carioca	Villa Nova	Catuný	Jaguarcary	Itumerim	Angico	Jurema	Carnahyba	Piranga	Joazeiro
Alcobaças.....	1.200	1.300	1.400	2.300	2.500	3.200	4.200	5.200	6.200	7.200	8.200	9.200	10.200	11.200	12.200	13.200	14.200	15.200	16.200	17.200	18.200	19.200	20.200	21.200
Aramary.....	1.200	1.300	1.400	2.300	2.500	3.200	4.200	5.200	6.200	7.200	8.200	9.200	10.200	11.200	12.200	13.200	14.200	15.200	16.200	17.200	18.200	19.200	20.200	21.200
Ouriçanguinha.....	1.300	1.400	1.500	2.400	2.600	3.300	4.300	5.300	6.300	7.300	8.300	9.300	10.300	11.300	12.300	13.300	14.300	15.300	16.300	17.300	18.300	19.300	20.300	21.300
Entroncamento.....	1.400	1.500	1.600	2.500	2.700	3.400	4.400	5.400	6.400	7.400	8.400	9.400	10.400	11.400	12.400	13.400	14.400	15.400	16.400	17.400	18.400	19.400	20.400	21.400
Sipó.....	2.300	2.400	2.500	2.600	2.700	2.800	2.900	3.000	3.100	3.200	3.300	3.400	3.500	3.600	3.700	3.800	3.900	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600
Agua Fria.....	2.500	2.600	2.700	2.800	2.900	3.000	3.100	3.200	3.300	3.400	3.500	3.600	3.700	3.800	3.900	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700	4.800
Lamarão.....	3.200	3.300	3.400	3.500	3.600	3.700	3.800	3.900	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700	4.800	4.900	5.000	5.100	5.200	5.300	5.400	5.500
Serriinha.....	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700	4.800	4.900	5.000	5.100	5.200	5.300	5.400	5.500	5.600	5.700	5.800	5.900	6.000	6.100	6.200	6.300	6.400	6.500
Salgada.....	5.200	5.300	5.400	5.500	5.600	5.700	5.800	5.900	6.000	6.100	6.200	6.300	6.400	6.500	6.600	6.700	6.800	6.900	7.000	7.100	7.200	7.300	7.400	7.500
Santa Luzia.....	6.200	6.300	6.400	6.500	6.600	6.700	6.800	6.900	7.000	7.100	7.200	7.300	7.400	7.500	7.600	7.700	7.800	7.900	8.000	8.100	8.200	8.300	8.400	8.500
Rio do Peixe.....	7.200	7.300	7.400	7.500	7.600	7.700	7.800	7.900	8.000	8.100	8.200	8.300	8.400	8.500	8.600	8.700	8.800	8.900	9.000	9.100	9.200	9.300	9.400	9.500
Queimadas.....	8.200	8.300	8.400	8.500	8.600	8.700	8.800	8.900	9.000	9.100	9.200	9.300	9.400	9.500	9.600	9.700	9.800	9.900	10.000	10.100	10.200	10.300	10.400	10.500
Jacuriçy.....	9.200	9.300	9.400	9.500	9.600	9.700	9.800	9.900	10.000	10.100	10.200	10.300	10.400	10.500	10.600	10.700	10.800	10.900	11.000	11.100	11.200	11.300	11.400	11.500
Itiúba.....	10.200	10.300	10.400	10.500	10.600	10.700	10.800	10.900	11.000	11.100	11.200	11.300	11.400	11.500	11.600	11.700	11.800	11.900	12.000	12.100	12.200	12.300	12.400	12.500
Tiririca.....	11.200	11.300	11.400	11.500	11.600	11.700	11.800	11.900	12.000	12.100	12.200	12.300	12.400	12.500	12.600	12.700	12.800	12.900	13.000	13.100	13.200	13.300	13.400	13.500
Carioca.....	12.200	12.300	12.400	12.500	12.600	12.700	12.800	12.900	13.000	13.100	13.200	13.300	13.400	13.500	13.600	13.700	13.800	13.900	14.000	14.100	14.200	14.300	14.400	14.500
Villa Nova.....	13.200	13.300	13.400	13.500	13.600	13.700	13.800	13.900	14.000	14.100	14.200	14.300	14.400	14.500	14.600	14.700	14.800	14.900	15.000	15.100	15.200	15.300	15.400	15.500
Catuný.....	14.200	14.300	14.400	14.500	14.600	14.700	14.800	14.900	15.000	15.100	15.200	15.300	15.400	15.500	15.600	15.700	15.800	15.900	16.000	16.100	16.200	16.300	16.400	16.500
Jaguarcary.....	15.200	15.300	15.400	15.500	15.600	15.700	15.800	15.900	16.000	16.100	16.200	16.300	16.400	16.500	16.600	16.700	16.800	16.900	17.000	17.100	17.200	17.300	17.400	17.500
Itumerim.....	16.200	16.300	16.400	16.500	16.600	16.700	16.800	16.900	17.000	17.100	17.200	17.300	17.400	17.500	17.600	17.700	17.800	17.900	18.000	18.100	18.200	18.300	18.400	18.500
Angico.....	17.200	17.300	17.400	17.500	17.600	17.700	17.800	17.900	18.000	18.100	18.200	18.300	18.400	18.500	18.600	18.700	18.800	18.900	19.000	19.100	19.200	19.300	19.400	19.500
Jurema.....	18.200	18.300	18.400	18.500	18.600	18.700	18.800	18.900	19.000	19.100	19.200	19.300	19.400	19.500	19.600	19.700	19.800	19.900	20.000	20.100	20.200	20.300	20.400	20.500
Carnahyba.....	19.200	19.300	19.400	19.500	19.600	19.700	19.800	19.900	20.000	20.100	20.200	20.300	20.400	20.500	20.600	20.700	20.800	20.900	21.000	21.100	21.200	21.300	21.400	21.500
Piranga.....	20.200	20.300	20.400	20.500	20.600	20.700	20.800	20.900	21.000	21.100	21.200	21.300	21.400	21.500	21.600	21.700	21.800	21.900	22.000	22.100	22.200	22.300	22.400	22.500
Joazeiro.....	21.200	21.300	21.400	21.500	21.600	21.700	21.800	21.900	22.000	22.100	22.200	22.300	22.400	22.500	22.600	22.700	22.800	22.900	23.000	23.100	23.200	23.300	23.400	23.500

# TARIFA N. 3 — Viajantes de primeira classe

## Ida e volta

ESTADOS	Aramary	Ouriçanguinha	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serriinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe	Queimadas	Jacuriçy	Itiúba	Tiririca	Carioca	Villa Nova	Catuný	Jaguarcary	Itumerim	Angico	Jurema	Carnahyba	Piranga	Joazeiro
Alcobaças.....	1.200	1.300	1.400	2.300	2.500	3.200	4.200	5.200	6.200	7.200	8.200	9.200	10.200	11.200	12.200	13.200	14.200	15.200	16.200	17.200	18.200	19.200	20.200	21.200
Aramary.....	1.200	1.300	1.400	2.300	2.500	3.200	4.200	5.200	6.200	7.200	8.200	9.200	10.200	11.200	12.200	13.200	14.200	15.200	16.200	17.200	18.200	19.200	20.200	21.200
Ouriçanguinha.....	1.300	1.400	1.500	2.400	2.600	3.300	4.300	5.300	6.300	7.300	8.300	9.300	10.300	11.300	12.300	13.300	14.300	15.300	16.300	17.300	18.300	19.300	20.300	21.300
Entroncamento.....	1.400	1.500	1.600	2.500	2.700	3.400	4.400	5.400	6.400	7.400	8.400	9.400	10.400	11.400	12.400	13.400	14.400	15.400	16.400	17.400	18.400	19.400	20.400	21.400
Sipó.....	2.300	2.400	2.500	2.600	2.700	2.800	2.900	3.000	3.100	3.200	3.300	3.400	3.500	3.600	3.700	3.800	3.900	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600
Agua Fria.....	2.500	2.600	2.700	2.800	2.900	3.000	3.100	3.200	3.300	3.400	3.500	3.600	3.700	3.800	3.900	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700	4.800
Lamarão.....	3.200	3.300	3.400	3.500	3.600	3.700	3.800	3.900	4.000	4.100	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700	4.800	4.900	5.000	5.100	5.200	5.300	5.400	5.500
Serriinha.....	4.200	4.300	4.400	4.500	4.600	4.700	4.800	4.900	5.000	5.100	5.200	5.300	5.400	5.500	5.600	5.700	5.800	5.900	6.000	6.100	6.200	6.300	6.400	6.500
Salgada.....	5.200	5.300	5.400	5.500	5.600	5.700	5.800	5.900	6.000	6.100	6.200	6.300	6.400	6.500	6.600	6.700	6.800	6.900	7.000	7.100	7.200	7.300	7.400	7.500
Santa Luzia.....	6.200	6.300	6.400	6.500	6.600	6.700	6.800	6.900	7.000	7.100	7.200	7.300	7.400	7.500	7.600	7.700	7.800	7.900	8.000	8.100	8.200	8.300	8.400	8.500
Rio do Peixe.....	7.200	7.300	7.400	7.500	7.600	7.700	7.800	7.900	8.000	8.100	8.200	8.300	8.400	8.500	8.600	8.700	8.800	8.900	9.000	9.100	9.200	9.300	9.400	9.500
Queimadas.....	8.200	8.300	8.400	8.500	8.600	8.700	8.800	8.900	9.000	9.100	9.200	9.300	9.400	9.500	9.600	9.700	9.800	9.900	10.000	10.100	10.200	10.300	10.400	10.500
Jacuriçy.....	9.200	9.300	9.400	9.500	9.600	9.700	9.800	9.900	10.000	10.100	10.200	10.300	10.400	10.500	10.600	10.700	10.800	10.900	11.000	11.100	11.200	11.300	11.400	11.500
Itiúba.....	10.200	10.300	10.400	10.500	10.600	10.700	10.800	10.900	11.000	11.100	11.200	11.300	11.400	11.500	11.600	11.700	11.800	11.900	12.000	12.100	12.200	12.300	12.400	12.500
Tiririca.....	11.200	11.300	11.400	11.500	11.600	11.700	11.800	11.900	12.000	12.100	12.200	12.300	12.400	12.500	12.600	12.700	12.800	12.900	13.000	13.100	13.200	13.300	13.400	13.500
Carioca.....	12.200	12.300	12.400	12.500	12.600	12.700	12.800	12.900	13.000	13.100	13.200	13.300	13.400	13.500	13.600	13.700	13.800	13.900	14.000	14.100	14.200	14.300	14.400	14.500
Villa Nova.....	13.200	13.300	13.400	13.500	13.600	13.700	13.800	13.900	14.000	14.100	14.200	14.300	14.400	14.500	14.600	14.700	14.800	14.900	15.000	15.100	15.200	15.300	15.400	15.500
Catuný.....	14.200	14.300	14.400	14.500	14.600	14.700	14.800	14.900	15.000	15.100	15.200	15.300	15.400	15.500	15.600	15.700	15.800	15.900	16.000	16.100	16.200	16.300	16.400	16.500
Jaguarcary.....	15.200	15.300	15.400	15.500	15.600	15.700	15.800	15.900	16.000	16.100	16.200	16.300	16.400	16.500	16.600	16.700	16.800	16.900	17.000	17.100	17.200	17.300	17.400	17.500
Itumerim.....	16.200	16.300	16.400	16.500	16.600	16.700	16.800	16.900	17.000	17.100	17.200	17.300	17.400	17.500	17.600	17.700	17.800	17.900	18.000	18.100	18.200	18.300	18.400	18.500
Angico.....	17.200	17.300	17.400	17.500	17.600	17.700	17.800	17.900	18.000	18.100	18.200	18.300	18.400	18.500	18.600	18.700	18.800	18.900	19.000	19.100	19.200	19.300	19.400	19.500
Jurema.....	18.200	18.300	18.400	18.500	18.600	18.700	18.800	18.900	19.000	19.100	19.200	19.300	19.400	19.500	19.600	19.700	19.800	19.900	20.000	20.100	20.200	20.300	20.400	20.500
Carnahyba.....	19.200	19.300	19.400	19.500	19.600	19.700	19.800	19.900	20.000	20.100	20.200	20.300	20.400	20.500	20.600	20.700	20.800	20.900	21.000	21.100	21.200	21.300	21.400	21.500
Piranga.....	20.200	20.300	20.400	20.500	20.600	20.700	20.800	20.900	21.000	21.100	21.200	21.300	21.400	21.500	21.600	21.700	21.800	21.900	22.000	22.100	22.200	22.300	22.400	22.500
Joazeiro.....	21.200	21.300	21.400	21.500	21.600	21.700	21.800	21.900	22.000	22.100	22.200	22.300	22.400	22.500	22.600	22.700	22.800	22.900	23.000	23.100	23.200	23.300	23.400	23.500

## Ida e volta

810

For 1 kilometro

 $\xi(H)1$



For 10 kilometres

22

Por 10 kilometros

五、

TARIFA N. 10 — Mobilia

Por 10 Kilometros

ESTACÔES	TARIFA N. 10 — Mobilia									
	Aramary	Ouriçanguinhas	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serrinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe
Algozinhos	\$0.16	\$0.78	\$0.02	\$1.05	\$1.30	\$1.4	\$1.75	\$2.21	\$2.5	\$2.92
Aramary				\$0.85	\$1.05	\$1.2	\$1.55	\$2.01	\$2.3	\$2.72
Entroncamento				\$0.75	\$0.95	\$1.1	\$1.45	\$1.91	\$2.2	\$2.62
Sipó				\$0.65	\$0.85	\$1.0	\$1.35	\$1.81	\$2.1	\$2.52
Agua Fria				\$0.55	\$0.75	\$0.9	\$1.25	\$1.71	\$2.0	\$2.42
Lamarão				\$0.45	\$0.65	\$0.8	\$1.15	\$1.61	\$1.9	\$2.32
Serrinha				\$0.35	\$0.55	\$0.7	\$1.05	\$1.51	\$1.8	\$2.22
Salgada				\$0.25	\$0.45	\$0.6	\$0.95	\$1.41	\$1.7	\$2.12
Santa Luzia				\$0.15	\$0.35	\$0.5	\$0.85	\$1.31	\$1.6	\$2.02
Rio do Peixe				\$0.05	\$0.25	\$0.4	\$0.75	\$1.21	\$1.5	\$1.92
Queimadas				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Jacuriçay				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Itiúba				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Tiririca				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Cariacá				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Villa Nova				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Catunçay				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Jaguarary				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Itunerim				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Angico				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Jurema				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Carnahyba				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Piranga				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82
Joazeiro				\$0.00	\$0.20	\$0.3	\$0.65	\$1.11	\$1.4	\$1.82

TARIFA N. 11 — Mel de Asucar em pipas

ESTACÔES	TARIFA N. 11 — Mel de Asucar em pipas									
	Aramary	Ouriçanguinhas	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serrinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe
Algozinhos	180.07	28.77	3.3.15	48.19	78.73	108.11	128.31	148.58	168.78	188.98
Aramary				38.08	68.12	98.16	118.36	138.63	158.90	179.17
Entroncamento				28.30	58.34	88.38	108.58	128.85	149.12	169.39
Sipó				18.30	48.34	78.38	98.58	118.85	139.12	159.39
Agua Fria				8.30	38.34	68.38	88.58	108.85	129.12	149.39
Lamarão					28.34	58.38	88.42	108.69	128.96	149.23
Serrinha					18.34	48.38	78.42	98.69	118.96	139.23
Salgada					8.34	38.38	68.42	88.69	108.96	129.23
Santa Luzia						28.38	58.42	88.70	108.97	129.24
Rio do Peixe						18.38	48.42	78.70	98.97	119.24
Queimadas						8.38	38.42	68.70	88.97	109.24
Jacuriçay							28.42	58.70	88.97	109.24
Itiúba							18.42	48.70	78.97	99.24
Tiririca							8.42	38.70	69.00	89.27
Cariacá								28.70	59.00	89.27
Villa Nova								18.70	49.00	79.27
Catunçay								8.70	39.00	69.27
Jaguarary									28.70	59.00
Itunerim									18.70	49.00
Angico									8.70	39.00
Jurema										28.70
Carnahyba										18.70
Piranga										8.70
Joazeiro										

continua >

For 10 kilometres

[illegible]

TARIFA N. 13 — Cal, materiais de construção não classificados, minerais diversos, estúrcos e outros para terrenos, pedras aparelhadas extrahidas á margem da estrada, etc.

For 10 kilometres

[illegible]

# TARIFA N. 14 — Animas vacuos, cavallos e mares em expedições a completar a lotação de um carro de 8 rodas

Por cada anno

ESTACIÕES	Aramary	Ouricanguiha	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serrinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe	Queimadas	Jacuriçy	Itiúba	Tiririca	Cariacá	Villa Nova	Catuný	Jaguarary	Itumerim	Angico	Jurema	Carnahyba	Piranga	Joaseiro
Alcôndinos.....	28.68	18.805	11.828	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Aramary.....	18.805	18.805	11.830	18.802	20.830	28.808	38.811	40.817	49.827	50.813	51.825	58.829	59.835	60.847	67.807	68.822	69.841	70.860	71.873	72.885	73.891	74.901	75.908	78.914
Entroncamento.....	18.805	18.805	11.830	18.802	20.830	28.808	38.811	40.817	49.827	50.813	51.825	58.829	59.835	60.847	67.807	68.822	69.841	70.860	71.873	72.885	73.891	74.901	75.908	78.914
Sipó.....	20.831	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Agua Fria.....	21.829	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Lamarão.....	31.812	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Serrinha.....	41.877	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Salgada.....	42.902	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Santa Luzia.....	52.985	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Rio do Peixe.....	53.971	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Queimadas.....	54.983	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Jacuriçy.....	61.827	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Itiúba.....	62.883	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Tiririca.....	63.912	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Cariacá.....	70.872	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Villa Nova.....	71.873	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Catuný.....	72.892	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Jaguarary.....	73.912	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Itumerim.....	74.913	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Angico.....	75.925	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Jurema.....	76.931	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Carnahyba.....	77.941	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Piranga.....	78.948	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912
Joaseiro.....	81.912	18.805	11.830	20.831	21.829	31.812	41.877	42.902	52.985	53.971	54.983	61.827	62.883	63.912	70.872	71.873	72.892	73.912	74.913	75.925	76.931	77.941	78.948	81.912

## TARIFA N. 15 — Bois, cavallos, muros e jumentos

Por cubeca

ESTACIÕES	Aramary	Ouricanguiha	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serrinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe	Queimadas	Jacuriçy	Itiúba	Tiririca	Cariacá	Villa Nova	Catuny	Jaguarary	Itumerim	Angico	Jurema	Carnahyba	Piranga	Joazeiro
Alcôndinos.....	28.68	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Aramary.....	18.805	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Entroncamento.....	18.805	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Sipó.....	28.822	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Agua Fria.....	32.201	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Lamarão.....	42.272	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Serrinha.....	52.234	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Salgada.....	53.271	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Santa Luzia.....	63.211	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Rio do Peixe.....	73.205	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Queimadas.....	82.123	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Jacuriçy.....	83.222	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Itiúba.....	92.231	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Tiririca.....	93.228	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Cariacá.....	102.102	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Villa Nova.....	103.210	18.805	23.103	28.822	32.201	42.272	52.234	53.271	63.211	73.205	82.123	83.222	92.231	93.228	102.102	103.210	103.250	103.287	103.271	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Catuny.....	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210	103.250	103.210
Jaguarary.....	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250	103.287	103.250
Itumerim.....	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287	103.271	103.287
Angico.....	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271	103.231	103.271
Jurema.....	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Carnahyba.....	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Piranga.....	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231
Joazeiro.....	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231	103.231

TARIFA N. 20 — Sal em expedições de mais de 10.000 kilogrammas

Por 10 kilometros

ESTADOS	Aramary	Ouriçanguinhas	Entroncamento	Sipó	Agua Fria	Lamarão	Serrinha	Salgada	Santa Luzia	Rio do Peixe	Queimadas	Jacuriçay	Itiúba	Tiririca	Cariacá	Villa Nova	Catuný	Jaguarary	Itumerim	Angico	Jurema	Carnaúba	Piranga	Joazeiro
Alagoas.....	\$031	\$041	\$046 \$ 29	\$051 \$044 \$030	\$057 \$041 \$031	\$037 \$030 \$031	\$076 \$073 \$033	\$079 \$078 \$076	\$083 \$081 \$078	\$085 \$084 \$082	\$087 \$084 \$083	\$089 \$086 \$085	\$091 \$090 \$088	\$094 \$093 \$091	\$095 \$094 \$092	\$096 \$095 \$093	\$098 \$097 \$095	\$097 \$096 \$095	\$097 \$096 \$095	\$099 \$098 \$097	\$100 \$099 \$098	\$101 \$100 \$099	\$102 \$101 \$100	\$102 \$101 \$100
Aramary.....																								
Ouriçanguinhas.....																								
Entroncamento.....																								
Sipó.....																								
Agua Fria.....																								
Lamarão.....																								
Serrinha.....																								
Salgada.....																								
Santa Luzia.....																								
Rio do Peixe.....																								
Queimadas.....																								
Jacuriçay.....																								
Itiúba.....																								
Tiririca.....																								
Cariacá.....																								
Villa Nova.....																								
Catuný.....																								
Jaguarary.....																								
Itumerim.....																								
Angico.....																								
Jurema.....																								
Carnaúba.....																								
Piranga.....																								
Joazeiro.....																								

## DECRETO N. 1718 — DE 21 DE MAIO DE 1894

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito necessario de 369:061\$987 para legalisar as despesas feitas com o pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal, no exercicio de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que na lei de orçamento n. 26, de 30 de dezembro de 1891, foi supprimida a verba destinada ao pagamento do pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal, no exercicio de 1892, visto que os serviços a cargo da mesma Reparação tinham de passar para a Municipalidade do Districto Federal, o que não se effectuou no referido exercicio;

Considerando que em virtude do art. 10 daquella lei foi o Governo autorizado a custear os mesmos serviços, enquanto não se fizesse a sua transferencia, abrindo, para esse fim, creditos supplementares;

Considerando, finalmente, que taes creditos só podem ser abertos conforme determina o § 10 do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, quando ha verba propria a supplementar, o que não se dá no caso vertente, visto ter sido a verba propria supprimida na referida lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891:

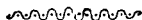
Resolve, usando da autorização conferida ao Poder Executivo no mencionado art. 10, e em observancia do art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da Fazenda o credito necessario de trezentos sessenta e nove contos sessenta e um mil novecentos oitenta e sete réis, afim de legalisar as despesas feitas com o pessoal e material da Recebedoria da Capital Federal no exercicio de 1892.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 21 de maio de 1894, 6º da Republica,

FLORIANO PEIXOTO.

*Felisbello Freire.*



## DECRETO N. 1719 — DE 28 DE MAIO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

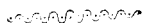
Artigo unico. Fica creado na comarca de Sarapuhy, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes,

o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um da reserva, com quatro companhias cada um e as designações, este de 104º e aquelles de 199º e 200º, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões, sob a designação de 91º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revoguelas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



# DECRETO N. 1720 — DE 30 DE MAIO DE 1894

Declara caduca a concessão para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a villa de Humaytá, á margem esquerda do rio Madeira, no Estado do Amazonas e a confluencia dos de Guaporé com o Mamoré, no Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo que a Companhia Estrada de Ferro do Madeira ao Guaporé, concessionaria da estrada de ferro entre a villa de Humaytá, á margem esquerda do rio Madeira, no Estado do Amazonas, e a confluencia dos de Guaporé com o Mamoré, no Estado de Matto Grosso, pelo decreto n. 365 de 30 de maio de 1891, deixou de dar começo aos trabalhos dentro do prazo de dous annos estipulado na clausula 3ª do referido decreto, resolve declarar caduca a mesma concessão, com reversão, em beneficio dos cofres publicos da União, da quantia depositada no Thesouro Federal, nos termos da clausula 4ª do supra dito decreto n. 365 de 30 de maio de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de maio de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



continua aqui>

## DECRETO N. 1721 — DE 2 DE JUNHO DE 1894

Declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores do decreto n. 10.150 de 5 de janeiro de 1889, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.

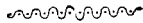
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo que a Companhia Estrada de Ferro Norte de S. Paulo, na qualidade de cessionaria da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba, deixou interromper a construção das obras da mesma estrada por mais de tres mezes, resolve declarar caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores do decreto de concessão n. 10.150 de 5 de janeiro de 1889, nos termos da clausula XXXV das que acompanham este ultimo decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1722 — DE 2 DE JUNHO DE 1894

Approva com modificações os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Alcobaga á Praia da Rainha, na extensão de 184k,200.

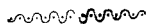
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya, e nos termos do decreto legislativo n. 131 de 25 de maio de 1893, resolve approvar os estudos definitivos na extensão de 184k,200 da Estrada de Ferro de Alcobaga á Praia da Rainha, de que é cessionaria pelo decreto n. 11 de 7 de março de 1891; observadas, porém, as modificações assignaladas a tinta preta nas plantas que com este baixam, rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*





## DECRETO N. 1723 — DE 4 DE JUNHO DE 1894

Crea mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

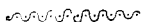
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes, com quatro baterias e a designação de 12°, o qual será organizado com os guardas qualificados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1724 — DE 4 DE JUNHO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo.

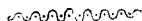
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo, se comporá do actual 22º batalhão de infantaria e do 198º, ora creado, do serviço activo, com quatro companhias cada um, da 9ª secção da reserva elevada a batalhão com o n. 103º, com igual numero de companhias, e do 5º corpo de cavallaria elevado á categoria de regimento, com quatro esquadroes e a designação de 90º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1725 — DE 4 DE JUNHO DE 1894

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Commercio e Industria, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos de accordo com as alterações que a este acompanham, e que foram votadas em assembléa geral de accionistas realizada a 28 de fevereiro do corrente anno; devendo, porém, a mesma companhia satisfazer as formalidades ulteriores de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Reforma dos estatutos da Companhia Geral de Commercio e Industria, votada em assembléa geral de accionistas de 28 de fevereiro de 1894, a que se refere o decreto n. 1725 de 4 de junho do mesmo anno.

Art. 5º — Fica substituido pelo seguinte :

O capital da companhia é de mil duzentos e cincoenta contos de réis (1.250:000\$), dividido em doze mil e quinhentas acções de cem mil réis (100\$) cada uma. Este capital poderá ser reduzido até setecentos contos de réis, de accordo com o disposto no art. 6º.

Art. 6º — Fica substituido pelo seguinte :

As quantias, que formam redução do capital, constituirão o fundo disponivel de que trata a lei, para nelle ser encontrado o valor das acções compradas e as que forem recebidas em pagamento de devedores insolueis, para o que fica a directoria autorizada, com tanto que em nenhuma das hypotheses acima sejam as acções recebidas por preço superior ao das respectivas entradas.



## DECRETO N. 1726 — DE 8 DE JUNHO DE 1894

Dá instruções para o serviço da officina de electricidade e torpedos, creada no Arsenal de Marinha de Matto Grosso pelo decreto n. 1715, de 16 de maio de 1894.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que o serviço da officina de electricidade e torpedos, creada no Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso, em virtude do decreto n. 1715 de 16 de maio proximo passado, seja regulado pelas instruções que a este acompanham, assignadas pelo contra-almirante Julio Cesar de Noronha, Chefe do Estado-Maior General da Armada e encarregado do expediente do Ministerio da Marinha, no impedimento do Vice-Almirante graduado Francisco José Coelho Netto, que as fará executar.

Capital Federal, 8 de junho de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Julio Cesar de Noronha.*

### Instruções a que se refere o decreto n. 1726 da presente data:

Art. 1.<sup>o</sup> A officina de electricidade e torpedos, estabelecida no Arsenal de Marinha do Lulario, no Estado de Matto Grosso, tem por objectivo a feitura de minas, de torpedos e deapparelhos electricos e mecanicos, para o emprego e manejo desses instrumentos bellicos.

Art. 2.<sup>o</sup> O seu pessoal será o seguinte :

- 1 director.
- 1 ajudante.
- 1 desenhista de 2.<sup>a</sup> classe.
- 1 amanuense.
- 1 escrevente.
- 1 mestre.
- 1 contra-mestre.

Operarios	1. <sup>a</sup> classe	2. <sup>a</sup> classe	3. <sup>a</sup> classe
Limadores . . . . .	1	1	1
Forneiros de metal . . . . .	1	1	1
Saldeiros de ferro . . . . .	1	1	1
Saldeiros de cobre . . . . .	1	1	0
Electricidade . . . . .	1	1	2
Aprendizes . . . . .	3	3	0
Serventes . . . . .	3	3	3

Art. 3.º O director terá as attribuições e deveres estatuidos nas instrucções que regem a officina de torpedos e electricidade do Arsenal de Marinha desta Capital.

Art. 4.º Ao ajudante compete substituir o director em seus impedimentos e coadjuval-o em todos os trabalhos que lhe forem ordenados.

Art. 5.º O pessoal artistico será de preferencia escolhido entre o do quadro do Arsenal de Marinha do Ladario e ficará sujeito ao regimen adoptado para o serviço das demais officinas do Arsenal.

Art. 6.º O pessoal tecnico e administrativo perceberá os vencimentos fixados na seguinte

Tabella

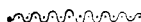
CLASSES	VENCIMENTO ANNUAL	
	<i>Ordenado</i>	<i>Gratificação</i>
Director, além do soldo. . . . .	. . . . .	5:500\$000
Ajudante, idem . . . . .	. . . . .	4:000\$000
Desenhista de 2ª classe. . . . .	1:200\$000	600\$000
Amanuense . . . . .	800\$000	400\$000
Escrevente . . . . .	600\$000	300\$000
Mestre . . . . .	2:400\$000	1:200\$000
Contra-mestre . . . . .	2:000\$000	1:000\$000

## OBSERVAÇÕES

1.ª O pessoal artistico e os serventes perceberão o jornal e a gratificação que lhes competirem pela tabella em vigor nos Arsenaes de Marinha dos Estados.

2.ª O pessoal artistico do Arsenal de Marinha desta Capital que foi constituir o nucleo dos operarios da officina de torpedos do Arsenal do Ladario continuará a perceber os vencimentos estatuidos na tabella E, appensa ao regulamento que baixou com o decreto n. 745, de 12 de setembro de 1890.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 8 de junho de 1894.— *Julio Cesar de Noronha.*



## DECRETO N. 1727 — DE 11 DE JUNHO DE 1894

Crea mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, e mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados na Guarda Nacional da comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes, mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, com quatro companhias cada um e as designações 215º e 123º, e mais um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões, sob a designação de 75º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1723 — DE 11 DE JUNHO DE 1894

Eleva á categoria de batalhão a 9ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão a 9ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia, com quatro companhias e a designação de 49º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1729 — DE 11 DE JUNHO DE 1894

Modifica o regulamento do Batalhão Academico.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve substituir, no regulamento do Batalhão Academico, os arts. 3.º e 7.º já modificados pelo decreto n. 697 de 17 de dezembro de 1891 e que ficam assim redigidos :

Art. 3.º O 1.º e 2.º commandantes e o ajudante serão tirados dentre os officiaes dos corpos especiaes do Exercito e das escolas militares; os commandantes de companhia e os subalternos dentre os officiaes e praças do batalhão, segundo suas antiguidades e merecimento e por proposta do primeiro commandante.

Art. 7.º O batalhão terá o seguinte pessoal:

Um primeiro commandante, com a graduação de tenente-coronel.

Um segundo commandante, com a graduação de major.

Um ajudante, com a graduação de capitão.

Um quartel-mestre, tenente.

Um secretario, alferes.

Quatro commandantes de companhia, capitães.

Dezeseis subalternos, sendo quatro tenentes e doze alferes.

Um sargento ajudante.

Um sargento quartel-mestre.

Quatro 1.ªs sargentos.

Vinte 2.ªs sargentos.

Trinta e dous cabos de esquadra.

Trezentos quarenta e oito soldados.

Um mestre de musica.

Dezeseis musicos de classe.

Um corneta-mór.

Dezeseis cornetas e tambores.

§ 1.º Tanto as nomeações como as promoções serão feitas por decreto. Os officiaes terão as mesmas honras, e quando em serviço as mesmas vantagens que teem os officiaes do Exercito de igual graduação.

§ 2.º Os officiaes academicos, que tiverem dispensa do serviço, conservarão as honras inherentes aos seus postos.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 11 de junho de 1894, 6.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1729 A — DE 11 DE JUNHO DE 1894

Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exercito, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Invalidos da Patria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arreamento para as montarias dos officiaes e praças.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exercito, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Invalidos da Patria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arreamento para as montarias dos officiaes e praças.

O General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas e encarregado do expediente dos Negocios da Guerra, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de junho de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Plano de uniformes para o Exercito, approvado pelo decreto n. 1729 A desta data

## ESTADO-MAIOR GENERAL

*1º uniforme*

Chapéu armado guarnecido de galão especial de general e arminho, sobrecasaca de peito bordado com uma ordem de sete botões, mangas e punhos bordados, gola bordada com pontas direitas, dragonas, calça com listras bordadas a fio de ouro, bordada de malha de retroz verde e fio de ouro em cinco listras, fiador, talim, espada com bainha de metal dourado, luvas de pellica, botins ou botinas e salteiras.

*2º uniforme*

Kepi de panno azul ferrete com cinta de velludo da mesma côr bordada a ouro, tendo na frente as armas da Republica, tope, dolman de panno azul ferrete com gola de velludo da mesma côr, bordada a ouro, alamares de cordão de ouro, canhões bordados como os do 1º uniformes, dragonas do 1º uniforme, calça de panno

azul ferrete com galão de ouro, fiador do 1º uniforme, talim de cadarço com guias de corrente de metal dourado, espada do 1º uniforme, luvas brancas de pellica, botins ou botinas, salteiras, botas de couro da Russia e esporas de metal dourado.

### 3º uniforme

Kepi como o do 2º uniforme, com a cinta bordada a retroz preto, dolman a retroz preto, alamares de *smitache* de lã preta conforme o modelo agora adoptado, platinas, calça do mesmo panno com listras de velludo azul bordadas a retroz preto, ou de brim branco, espada de bainha de couro, talim do 2º uniforme, fiador de retroz verde e amarello, botins ou botinas e salteiras.

### OBSERVAÇÕES

Os bordados das gollas, dos punhos, da calça e das cintas são conforme as patentes, os do peito da sobrecasaca como o modelo agora adoptado, e os das mangas, uma coreadura bordada a ouro e de louro e carvalho em forma de V a 0<sup>m</sup>,04 de distancia dos punhos e com 0<sup>m</sup>,10 de altura e 0<sup>m</sup>,08 de largura, encimada das armas da Republica, bordadas a ouro, de 0<sup>m</sup>,015 de altura e 0<sup>m</sup>,037 de largura.

O feitto e as dimensões do dolman e kepi serão como os dos demais officiaes.

As platinas do 3º uniforme serão de oito cordões de prata de 0<sup>m</sup>,005 de diametro, trançados, e presas pelos extremos ao dolman por dous botões.

O galão de ouro da calça do 2º uniforme será de quatro cordões com 0<sup>m</sup>,03 de largura.

Contornando os punhos do dolman do 3º uniforme haverá um cadarço de 0<sup>m</sup>,018 formando um angulo em frente a careolla.

Os distinctivos para os punhos no 3º uniforme serão bordados a prata : duas estrellas para general de brigada, tres para general de divisão, duas estrellas e as armas da Republica para marechal.

As passadeiras para o 1º e 2º uniformes serão bordadas a ouro, tendo duas, tres estrellas ou duas estrellas e as armas da Republica, bordadas a prata.

Os emblemas das dragonas serão os mesmos que os das passadeiras.

Os botões para os officiaes generaes terão em relevo as armas da Republica, sendo, como os dos demais officiaes, de tres dimensões : 0<sup>m</sup>,020 de diametro, 0<sup>m</sup>,014 e 0<sup>m</sup>,010.

O general de brigada inspector geral do serviço sanitario do Exercito usará no 1º uniforme, em substituição à coreadura de louro e carvalho e armas da Republica das mangas da sobrecasaca, de um caducen de 0<sup>m</sup>,045 de comprimento ; e, em lugar ordrdman do 2º e 3º uniformes, a mesma sobrecasaca dos officiaes do corpo medico e pharmaceutico com o distinctivo de duas espadas de prata nos braços e a cinta do kepi de velludo cor de vinho.



## CORPOS ESPECIAES

*1º uniforme*

Capacete com pennacho e cha do armado, sobrecasaca com alambres, calça com galão, dragonas, faixa, talim de cadarço de seda, espada de bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas brancas de pelica, botas, meias brancas e esporas.

*2º uniforme*

Kepi, tope, dolman, dragonas, calça azul, talim de cadarço, espada e fiador do 1º uniforme, luvas brancas de camurça, pelica ou fio de Escocia, botas, meias brancas e esporas.

*3º uniforme*

Kepi, dolman, platinas, calça azul ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada de bainha de ouro, fiador de retroz, luvas brancas de camurça, pelica ou fio de Escocia, botas, meias brancas e esporas.

*4º uniforme*

Kepi, túnica de flanela branca, calça azul ou de brim branco, espada, talim e fiador do 3º uniforme e meias brancas.

## ESPECIFICAÇÕES

*Capacete*

De adherente coberto de panno azul ferrado com duas palas de sola comprimida e envernizada de preto, a anterior de forma arredondada com 0<sup>m</sup>,05 de largura no centro, e a posterior de forma circular, truncada com 0<sup>m</sup>,055 de largura, na parte superior da copa a base do pennacho de metal; nos lados, à meia distancia das extremidades das palas, carrancas de metal com 0<sup>m</sup>,032 de diametro, prendendo fitas de escamas, tambem de metal, foscas, cuja largura vai progressivamente diminuindo até o meio da frente onde se unem as duas fitas por meio de um fecho com 0<sup>m</sup>,016 de diametro; na frente, um emblema formado de quatro bandeiras nacionaes, de metal fosco e brilhante, tendo de altura 0<sup>m</sup>,095 e de maior largura 0<sup>m</sup>,125, envolvendo uma calote espherica de superficie brilhante com 0<sup>m</sup>,04 de diametro e de metal branco em cujo centro sera collocado o distinctivo do corpo em metal amarello, tendo em torno do mesmo uma orla de 0<sup>m</sup>,002 de largura; acima do emblema haverá uma estrella de metal

continua aqui>

branco com 0<sup>m</sup>,02 de raio ; a copa terá um ventilador preto de cada lado e será circulada em sua parte inferior por uma cinta de couro envernizado de preto com 0<sup>m</sup>,03 de largura.

A não ser a calote e a estrella, todas as mais peças de metal serão douradas.

O pennacho será de pennas em forma de chorão : pretas e brancas para o corpo de engenheiros, azues para o estado-maior de 1<sup>a</sup> classe, azues e encarnadas para o de 2<sup>a</sup> classe, e brancas para o corpo medico e pharmaceutico.

#### *Chapéu armado*

De pello, completamente liso e com ambas as abas apunhadas ; sobre o lado direito o tope nacional de contas miudas dispostas circularmente com a estrella de 0<sup>m</sup>,025 de raio e bordada a fio de ouro, presilha sobre o tope nacional inclinada de baixo para cima e de deante para trás formadas por tres canotões de 0<sup>m</sup>,006 de diametro e com um botão grande do uniforme na volta que ficará na parte inferior ; borlas cobertas de galão de esteira de 0<sup>m</sup>,042 de diametro com franjas de canoto dobrado para os officiaes superiores, e de canotillo para os demais officiaes ; estas borlas serão presas a tiras de galão de cordão com 0<sup>m</sup>,025 de largura, pregadas sobre o chapéo até á copa.

O canotão, o canotillo e os galões serão de ouro.

#### *Kepi*

De panno azul ferrete, tendo 0<sup>m</sup>,12 de altura em toda a volta, capa de igual diametro da cabeça, cinta de velludo preto de 0<sup>m</sup>,04 de altura entre vivos daquelle panno e contornada na parte superior por tantas tranças de 0<sup>m</sup>,002 de largura, dispostas parallelamente quantos os accessos de postos já obtidos ; os quartos guarnecidos de tres das mesmas tranças e no fundo um enfeite tambem da mesma trança em tres ordens parallelas entre si ; na frente, sobre velludo azul, o distinctivo do corpo dentro de uma cercadura formada por dous ramos de louro e carvalho com 0<sup>m</sup>,04 de altura e a largura maxima de 0<sup>m</sup>,055, encimada de uma estrella de 0<sup>m</sup>,01 de diametro sobre um disco verde de igual diametro, tendo no centro um circulo azul com pontos brancos.

Barbicacho de cordão de seda preta, com borla para montaria.

#### *Tope*

O tope se comporá de uma haste envergada, tendo em um dos extremos uma rosa para ser farrachada em uma pequena porca presa na parte interna da armadura do emblema do kepi e no outro extremo uma oliva de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento e 0<sup>m</sup>,010 de diametro na parte inferior e 0<sup>m</sup>,016 na parte superior e presa a esta oliva uma péra encaastada com 0<sup>m</sup>,038 de altura e 0,032 de largura ; todo o tope será de prata, tendo o dos generaes tres pequenas estrellas do ouro presas á péra.

*Sobrecasaca*

De panno azul ferrete, de traspasse, com duas ordens de sete botões cada uma e do comprimento da manga estando o braço estendido; pestanas do bolso da parte trazeira com dous botões grandes cada uma, mangas de canhão e largura regular, tendo cada uma tres botões pequenos nas carcellas de velludo preto de 0<sup>m</sup>,10 de comprimento e 0<sup>m</sup>,02 de largura, golla em pé do mesmo velludo com as pontas direitas e abotoada a colchete o de 0<sup>m</sup>,03 a 0<sup>m</sup>,45 de altura com o distinctivo do corpo bordado a ouro em cada uma das extremidades; passadeiras tambem de velludo preto, 0<sup>m</sup>,12 de comprimento e 0<sup>m</sup>,01 de largura, tendo corcadura de espiguilha de 0<sup>m</sup>,008 de largura, bordada a ouro e no centro o distinctivo do corpo entre duas estrellas de 0<sup>m</sup>,008 de raio, sendo o distinctivo e as estrellas bordados a prata. Divisa de galões de ouro de corião de 0<sup>m</sup>,008 de largura em torno dos canhões das mangas; sendo o primeiro junto ao vivo de velludo que rodeia o punho e que passa pela parte superior da carcella, será de um galão para os alferes e 2<sup>os</sup> tenentes e de mais tantos outros quantos forem os accessos de postos depois daquelles.

Os botões superiores destinados a prender os alamares devem corresponder ao meio das clavículas.

Alamares de corião de ouro de 0<sup>m</sup>,004 de diametro, formando um laço no centro, collocados horizontalmente e unindo os botões do peito dous a dous.

*Dolman*

De panno azul ferrete, abotoado ao centro por colchetes com tres ordens de sete botões, sendo uma no centro e duas lateraes, dispostas do mesmo modo que na sobrecasaca, do comprimento das mangas estando o braço estendido; abertura ao lado esquerdo para dar passagem aos copos da espada quando suspensa ao gancho do talim; golla, mangas, carcellas e divisas em tudo iguaes ás da sobrecasaca, sendo, porém, o distinctivo da golla bordado a prata; sobre as costuras das costas e em toda a volta a partir da base da golla, guarnecido de cadarço de lã de 0<sup>m</sup>,018 de largura o que acompanhará a abertura do lado esquerdo, formando disposição symetrica do lado direito e um zig-zag curvo com tres voltas no extremo inferior da costura das costas, havendo dous botões pequenos nas voltas superiores.

Esta mesma especie de cadarço de lã ornerà a frente do dolman, e partindo dos botões centrais voltará a elle passando por fora dos botões lateraes; todo o cadarço que enfeita o dolman, com excepção do que forma o zig-zag, será contornado de um soutache preto de 0<sup>m</sup>,002.

*Tunica*

A tunica terá a fôrma de blusa, mas um pouco estreita de cintura; de flanela branca com uma ordem de sete botões abotoan-

do-a; abertura ao lado esquerdo, golla, manga com carcella o divisa em tudo igual ao dolman; platinas da mesma fazenda com debrum de velludo, abotoadas junto á golla por um pequeno botão e tendo, contornando-as, uma grega de soutache de prata. O distinctivo do corpo collocado como no dolman, mas de metal envernizado de preto.

### *Banda*

De malha de retroz de seda em listras verde e amarella como a do Estado-Maior General; com borlas em fôrma de pêra, encastrada de fio de ouro, tendo 0<sup>m</sup>,035 de comprimento e 0<sup>m</sup>,03 em seu maior diametro; acima da pêra irá um botão de 0<sup>m</sup>, 01 de diametro e igual altura, o remate será feito em uma maçaneta conica de 0<sup>m</sup>,03 de diametro na base e 0<sup>m</sup>,010 na parte superior, coberta de cordão de ouro fosco e brilhante de 0<sup>m</sup>,002 do diametro; franjas de retroz encarnado e forcido de canotão de ouro na parte exterior, sendo o canotão de 0<sup>m</sup>,006, para os officiaes superiores de canotilho e do mesmo retroz semelhantemente dispostos para os officiaes subalternos e capitães, tendo para todos 0<sup>m</sup>,02 de comprimento.

### *Tafim*

Com a cinta de cadarço de seda verde de 0<sup>m</sup>,003 de largura, dividida em sete faixas iguaes, sendo tres, tecidas de ouro, forradas de velludo verde, abotoadas por meio de um fecho de metal todo lavrado, á excepção da chapa circular de 0<sup>m</sup>, 03, que constitue o macho, a qual será lisa e brilhante e terá sobre o centro o distinctivo do corpo; o fecho descansará sobre uma pala forrada de velludo verde, passadores de metal de fôrma elliptica com 0<sup>m</sup>,035 de altura e 0<sup>m</sup>,025 de largura com uma cercadura e lavrada de 0<sup>m</sup>,005 de largura, tendo o distinctivo do corpo na parte inferior alças onde serão presas as guias por meio de pequenos botões do uniforme; guias de cordão dobrado, sendo sete de 0<sup>m</sup>,007 de diametro e coberto de retroz verde e fio de ouro, as guias terão nas extremidades alças de mola por cujo eilhal passará o cordão, depois de atravessar as duas aberturas de um passador de metal de 0<sup>m</sup>,015 de altura e lavrado; o passador da cinta, do qual pende a guia menor, terá um gancho de metal lavrado, chato e com 0<sup>m</sup>,008 de largura, apoiado sobre uma pequena pala forrada de velludo verde.

### *Calça*

De panno azul ferrete, bastante larga para cahir em dobras sobre a meia bota, podendo ter, no externo, elastico ou fita de cadarço para prender a perna; ao longo das costuras exteriores galões de ouro de quatro cordões com 0<sup>m</sup>,03 de largura.

De panno azul ferrete do mesmo feitio da anterior, tendo ao longo das costuras exteriores e no panno da frente, duas listras de cadarço de lã de 0<sup>m</sup>,027 de largura igual ao do dolman, estando distantes uma da outra 0<sup>m</sup>,008.

De flanelle azul ferrete com cadarço de lã e do mesmo feitio da anterior.

De brim branco, como a anterior, mas sem listra de cadarço.

#### *Drageoias*

Com pala e palmatoria de metal dourado e brilhante, forradas de panno azul ferrete; a pala terá quatro ordens de escamas, sendo a largura desta 0<sup>m</sup>,015, seu comprimento será 0<sup>m</sup>,1 e sua largura 0<sup>m</sup>,04, guarnecida de dons frisos de 0<sup>m</sup>,002 de largura, em relevo e lavradas em forma de canotilho; direita e terminada na parte superior com os angulos cortados, palmatorias de forma elliptica com a superficie convexa e contornada por uma canneleira em relevo com 0<sup>m</sup>,013 da largura na base, até um e outro lado da pala, onde remata em forma circular; o eixo menor no prolongamento da pala e o maior da largura do hombro, circulado por uma serrilha de 0<sup>m</sup>,002 de diametro e uma roca de fio fosco e brilhante de 0<sup>m</sup>,008, superposta a outra de 0<sup>m</sup>,002; franjas de canotão torcido em duas ordens, sendo a exterior de 0<sup>m</sup>,08 e a interior de 0<sup>m</sup>,6, para os officiaes superiores, e de canotilho em tres ordens para os officiaes subalternos e capitães, tendo para todos 0<sup>m</sup>,070 de comprimento.

#### *Platinas*

As platinas serão de metal branco, com forro de panno azul ferrete, deixando ver um delrúm; em forma de trapezio com 0<sup>m</sup>,035 na menor largura e 0<sup>m</sup>,0561, na maior, sendo ligeiramente curva para acompanhar a forma do hombro e tendo na parte inferior o distinctivo do corpo e na superior um botão de metal branco. Será contornada por dupla ordem de pequeninas estrellas roentrantes.

Todas as peças de metal serão douradas.

#### *Talim*

De cadarço de lã 0<sup>m</sup>,026 de largura com uma só guia de metal branco prateado, conhecido por chatelaine, de 0<sup>m</sup>,33 de comprimento por 0<sup>m</sup>,020 de largura e preso á mesma argola cinco ou seis elos, suspendendo um gancho para descanso da espada.

#### *Espada*

De 0<sup>m</sup>,83 a um metro de comprimento, com os copos e bainha de metal branco ou prata ingleza; os copos serão lisos e fechados e terão em relevo as armas da Republica; a lamina será de 0<sup>m</sup>,02 de largura e a bainha de 0<sup>m</sup>,025, com olives e duas bragaadeiras, e tendo ponteira de aço, soldada na extremidade.

De bainha de couro sem copos com as mesmas dimensões da anterior, tendo a parte metálica do punho, as braçadeiras, o olhal, a cruzeta e a ponteira, de prata ingleza ou metal branco; as armas da Republica na cruzeta e o punho de pelle de arraia. Só a primeira braçadeira terá olhal.

Os corpos medico e pharmaceutico usarão somente espada como esta de bainha de couro, tendo, porém, em metal dourado toda a parte metálica e tendo o punho de osso.

#### *Fiedor*

De cordão de ouro com 0<sup>m</sup>,004 de diametro, tendo suspensa uma borla em fôrma de péra, encastrada de fio de ouro, medindo 0<sup>m</sup>,035 de comprimento e 0<sup>m</sup>,02 de diametro em sua maior grossura; em cima desta irá um botão de ouro esmagado de 0<sup>m</sup>,01 de altura e igual diametro; o remate será feito em uma maçaneta de fôrma cônica de 0<sup>m</sup>,02 de comprimento e 0<sup>m</sup>,02 de diametro na base; a franja terá 0<sup>m</sup>,06 de comprimento e será de cunção de 0<sup>m</sup>,006 para os officiaes superiores e de canotillo para os subalternos e capitães.

De retroz de seda verde e amarello, do mesmo feitio e dimensões da anterior.

#### *Bo'as*

De montaria com o pé de couro de bezerro ou da Russia, alcançando até pouco abaixo dos joelhos.

#### *Meias botas*

De couro da Russia, attingindo o meio da perna, com os canos bem estreitos.

#### *Esporas*

De metal branco e lizo com o arco de 0<sup>m</sup>,014 de diametro junto ao cachorro, tendo este 0<sup>m</sup>,05 de comprimento e a roseta 0<sup>m</sup>,03 de diametro, presas as botas por duas correias de couro da Russia de 0<sup>m</sup>,015 de largura, passando uma pelo concavo da sola, outra por cima do peito do pé e prendendo-se do lado exterior em uma fivella do mesmo metal.

#### *Distinctivos*

O corpo de engenheiros terá como distinctivo um castello; o estado-maior de 1<sup>a</sup> classe, uma esphera armillar; o da 2<sup>a</sup> classe, uma estrella; o corpo medico, um caduceu; o pharmaceutico, uma amphora com uma serpente; tudo bordado a fio de ouro no fardamento.

Estes distinctivos serão assim collocados: no corpo de engenheiros, os das gollas de modo que a linha longitudinal média fique em posição vertical e nas passadeiras com as ameias para trás; no corpo medico, o caduceu será collocado verticalmente na calote do capacete, no emblema do kepi e na clapa de talim, horizontalmente nas extremidades das golas e longitudinalmente nas passadeiras; para os pharmaceuticos, a amphora será bordada transversalmente nas passadeiras.

Os corpos do serviço sanitario usarão no fardamento, em lugar de velludo preto, a mesma fazenda cõr de vinho.

#### OBSERVAÇÕES

Os officiaes dos corpos especiaes usarão poncho de panno azul ferrete forrado de baelilha preta, alcançando o comprimento até ao meio dos canos das botas, a abertura terá de comprimento 0<sup>m</sup>,36 e de largura 0<sup>m</sup>,04, fechoado com tres botões grandes de uniforme, a gola medirá 0<sup>m</sup>,05 de altura e a ella se prenderá um capuz por meio de pequenos botões de massa, pretos, a abertura guardecida de tantos galões de 0<sup>m</sup>,005 de largura quantos os das divisas.

Os officiaes dos corpos especiaes, quando a pé, poderão usar de capote semelhante aos do uniforme dos officiaes da arma de infantaria.

Os corpos medico e pharmaceutico usarão, em substituição ao 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> uniformes de dolman, do seguinte: sobrecasaca de panno azul ferrete com golla deitada e com duas ordens de botões, identica á dos officiaes honorarios, porém sem passadeiras e com o distinctivo do corpo bordado a ouro, collocado nos ante-braços a 0<sup>m</sup>,055 acima de um vivo cõr de vinho que circula o braço acima da primeira divisa; collete do mesmo panno ou de brim branco, simples e com uma ordem de botões; calça e botinas como dos officiaes honorarios.

#### ESTADO-MAIOR DE ARTILHARIA

Terá uniforme identico ao de artilharia de campanha, usando, porém, do distinctivo do estado-maior de 1<sup>a</sup> classe, dando-lhe a mesma collocação que neste corpo.

#### CORPOS ARREGIMENTADOS

##### ARTILHARIA DE CAMPANHA

##### *1<sup>a</sup> uniforme*

Capacete com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça garanco com galão de ouro, banda, talim de couro com pasta, espada com bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas brancas de pellica, camurça ou flo de Escocia nas formaturas, botas, meias botas e esporas.

*2º uniforme*

Kepi, tope, dolman de panno azul ultramar, dragonas, calça de panno garance com listras, talim de cadarço com pasta, espada e fiador do 1º uniforme, luvas de camurça ou fio de Escocia de pellica fóra das formaturas, botas, meias botas e esporas.

*3º uniforme*

Kepi, dolman de panno azul ultramar, platinas, calça de panno garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada de bainha de couro, fiador de retroz, luvas de camurça ou fio de Escocia de pellica fóra das formaturas, botas, meias botas e esporas.

*4º uniforme*

Kepi, tunica de flanela azul ultramar, calça de flanela garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada e fiador do 3º, botas, meias botas e esporas.

## ARTILHARIA DE POSIÇÃO E ARMA DE ENGENHARIA

*1º uniforme*

Capacete com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça garance com galão de ouro, banda, talim de couro, espada de bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas brancas de pellica, camurça ou fio de Escocia nas formaturas, meias botas.

*2º uniforme*

Kepi, tope, dolman de panno azul ultramar, dragonas, calça de panno garance com listras, talim de cadarço, espada e fiador do 1º uniforme, luvas brancas de camurça ou fio de Escocia e de pellica fóra das formaturas, meias botas.

*3º uniforme*

Kepi, dolman de panno azul ultramar, platinas, calça de panno garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada de bainha de couro, fiador de retroz, luvas brancas de camurça ou fio de Escocia e de pellica fóra das formaturas, meias botas.

*4º uniforme*

Kepi, tunica de flanela azul ultramar, calça de flanela garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada e fiador do 3º uniforme, meias botas.



## ARMA DE CAVALLARIA

*1º uniforme*

Capacete com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça de panno garance com galão de ouro, banda, talim de couro com pasta, espada com bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas brancas de pellica, camurça ou fio de Escocia nas formaturas, botas, meias botas e esporas.

*2º uniforme*

Kepi, tope, dolman de panno mescla azul e branco, dragonas, calça garance com listras, talim de cadarço com pasta, espada e fiador do 1º uniforme, luvas de camurça ou fio de Escocia e de pellica fóra das formaturas, botas, meias botas e esporas.

*3º uniforme*

Kepi, dolman de panno mescla azul e branco, platinas, calça garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada de bainha de couro, fiador de retroz, luvas de camurça ou fio de Escocia e de pellica fóra das formaturas, botas, meias botas e esporas.

*4º uniforme*

Kepi, tunica de flanella mescla azul e branco, calça de flanella garance com listras ou de brim branco, talim com pasta, espada e fiador do 3º uniforme, botas, meias botas e esporas.

## ARMA DE INFANTARIA

*1º uniforme*

Capacete com pennacho, sobrecasaca com alamares, dragonas, calça de panno garance com galão de ouro, banda, talim de couro, espada com bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas brancas de pellica, camurça ou fio de Escocia nas formaturas, meias botas.

*2º uniforme*

Kepi, tope, dolman de panno cinzento escuro, dragonas, calça garance com listras, talim de cadarço, espada e fiador do 1º uniforme, luvas brancas de camurça ou fio de Escocia e de pellica fóra das formaturas, meias botas.

*3º uniforme*

Kepi, dolman do panno cinzento escuro, platina, calça garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada de bainha de couro, fiador de retroz, luvas brancas de camurça ou fio de Escocia e de pellica fóra das formaturas, meias botas.

*4º uniforme*

Kepi, tunica de flanela cinzenta escura, calça de flanela garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada e fiador do 3º, meias botas.

## ESPECIFICAÇÕES

*Capacete*

Como dos corpos especiaes, substituindo-se na calote de metal branco o distinctivo do corpo pelo numero do regimento ou batalhão em metal amarello; sendo de cõr garance para a artilharia de campanha ou cavallaria; azul ultramar para a artilharia de posição e engenharia e cinzento escuro para a infantaria.

A artilharia terá pennacho garance e preto; a engenharia, preto e branco; a cavallaria, branco; a infantaria, garance e branco.

Os corpos a pé terão pennacho de pennas em fôrma de chorão; e os montados, de crina, cahindo para a parte posterior, sendo preso o extremo no interior do morrião, e do lado esquerdo perto da carranca, haverá um pennacho vertical todo garance de 0<sup>m</sup>, 12 de altura sobre uma oliva de metal branco de 0<sup>m</sup>, 03 de comprimento.

*Kepi*

Como dos corpos especiaes, com as seguintes modificações: para a artilharia de campanha, copa garance e cinta azul ultramar; para a artilharia de posição e engenharia, copa azul ultramar e cinta garance; para a cavallaria, copa garance e cinta mescla azul e branco; para a infantaria, copa cinzenta escura e cinta garance.

Os enblemas serão bordados sobre panno da mesma cõr que a copa do kepi, tendo no centro sómente o numero do regimento ou batalhão em metal branco.

Os officiaes dos corpos montados e os officiaes montados dos corpos a pé usarão barbicacho de retroz preto.

*Tope*

Como o dos corpos especiaes.

*Sobrecasaca*

De panno azul ferrete como o dos corpos especiaes, com as seguintes modificações : gola de panno garance com trapezios de panno azul ferrete e um vivo deste panno de 0<sup>m</sup>,006 de largura contornando-a ; passadeiras e carcellas das mangas, de panno garance e tola a sobrecasaca avivada da mesma côr.

Para a cavallaria, um vivo branco deve separar a costura da gola entre a parte garance do trapezio, e de igual côr deve ser o que circunda o punho acima do primeiro galão, sendo para as outras armas garance.

O trapezio da gola terá 0<sup>m</sup>,97 de largura, tendo sobre elles bordado a ouro o distinctivo da arma.

*Dolman*

Do mesmo feitio que o dos corpos especiaes, variando, porém, nas côres e tendo modificações identicas ás da sobrecasaca.

O trapezio da gola terá um numero do regimento ou batalhão em metal branco de 0<sup>m</sup>,020 de altura, cada algarismo e toda a gola será contornada de um debrum de cadarço preto, apresentando no lado externo 0<sup>m</sup>,006 de largura.

Nos ante-braços a 0<sup>m</sup>,055 acima da primeira divisa haverá um emblema da arma de 0<sup>m</sup>,50 bordado a prata.

*Tunica*

Identica á dos corpos especiaes, com modificações de côr, gola, carcellas e avivado das platinas, como os do dolman.

*Calça*

De panno garance com galão de ouro identico ao dos corpos especiaes.

De panno garance com listras de 0<sup>m</sup>,027 de largura distantes 0<sup>m</sup>,008, collocadas no panno da frente junto ás costuras externas.

De flanela garance com listras de flanela identica á anterior ou de brim branco sem listras.

As listras serão da côr do dolman e o feitio da dos corpos especiaes.

*Dragoas*

Iguaes ás dos corpos especiaes para a artilharia de posição, engenharia e infantaria ; as de artilharia de campanha e cavallaria terão as placas com quatro escamas largas. Serão avivadas de garance e em tudo o mais semelhantes ás dos corpos especiaes.

continua aqui>

*Platinas*

Como dos corpos especiaes, mas avivadas de garance.

*Banda*

Como dos corpos especiaes.

*Talim*

Para a artilharia: de couro da Russia, inteirico, com 0<sup>m</sup>,03 de largura, chapa da frente tendo a parte da abertura do encaixe circulado por 21 estrellas, com o centro fosco e sobre elle uma granada lisa com chaminas; terá dous passadores moveis com 0<sup>m</sup>,015 de largura e com uma abertura de 0<sup>m</sup>,007, dos quaes pendem as guias roliças com 0<sup>m</sup>,007 de diametro e cobertas do mesmo couro do talim, unidas as duas partes de cada guia por um passador de metal liso com 0<sup>m</sup>,015 de altura; fivela de metal lavrado com 0<sup>m</sup>,005 de espessura; do passador da cinta a que se prende a guia mais curta acha-se pendente um gancho chato de 0<sup>m</sup>,006 de largura e lavrado para pendurar a espada que se suspende das guias por meio de passadores de mola, por cujo olhal passa o cordão que forma cada uma dellas.

Da parte posterior da cinta cabem tres guias iguaes ás da espada que servem para sustentar a pasta de couro envernizado de preto, com 0<sup>m</sup>,25 de altura e 0<sup>m</sup>,20 de maior largura, tendo sobre ella o distinctivo da arma e numero do regimento.

Os officiaes de artilharia de posição não usarão pasta e na chapa da frente usarão o distinctivo deste corpo.

Para a infantaria e cavallaria: de couro envernizado de branco, dividido em tres partes por meio de argolas de metal das quaes pendem as guias chatas em cujas extremidades prehem-se os fraqueletes com ganchos de mola para pendurar a espada; chapa semelhante á usada na artilharia com o distinctivo da respectiva arma; cinta de 0<sup>m</sup>,03 de largura e guias de 0<sup>m</sup>,15 tambem de largura.

Os officiaes de cavallaria e os officiaes montados dos corpos a pé usarão de pasta semelhante ás dos officiaes de artilharia de campanha e suspensas á cinta do talim por tres guias, tendo o numero do regimento ou batalhão abaixo do distinctivo da arma.

Todas as peças de metal dos talins descriptos serão douradas.

Os officiaes da arma de engenharia usarão de talins iguaes aos de artilharia, tendo em vez de granada um castello.

Talim de cadargo identico ao dos corpos especiaes, sem pasta e com ella, tendo para suspendel-a guias de couro da Russia, ou couro envernizado de branco, conforme a arma.

*Espada*

A mesma usada pelos officiaes dos corpos especiaes.

*Fiador*

Os mesmos usados pelos officiaes dos corpos especiaes.

*Botas*

Iguaes ás dos officiaes dos corpos especiaes para os officiaes dos corpos montados e para os montados dos corpos a pé.

*Meias botas*

Como as dos corpos especiaes.

*Esporas*

Iguaes ás dos officiaes dos corpos especiaes, para os officiaes dos corpos montados e para os montados dos corpos a pé.

*Distinctivos*

Para a artilharia de campanha: uma granada com chammas; collocada horizontalmente nas extremidades da golla da sobrecasaca, longitudinalmente com as chammas para trás nas passadeiras, verticalmente com as chammas para cima nas mangas do dolman.

Para a artilharia de posição dous canhões cruzando-se, tendo no angulo das boccas uma pequena granada com chammas, collocados com as boccas para cima na golla da sobrecasaca e mangas do dolman e voltados para a golla nas passadeiras da sobrecasaca.

Para a arma de engenharia, collocado de fôrma que a linha longitudinal média fique em posição vertical com as ameias para cima na golla da sobrecasaca e mangas do dolman e com as ameias para trás nas passadeiras da sobrecasaca.

Para a arma de cavallaria, duas lanças com bandeirolas e com a mesma disposição que os canhões no emblema de artilharia de posição.

Para a arma de infantaria, duas carabinas com bandoleira, com a mesma disposição e nas mesmas posições que os canhões na artilharia de posição.

Os botões grandes terão de 0<sup>m</sup>,020 de diametro, os médios de 0<sup>m</sup>,014 e os pequenos de 0<sup>m</sup>,010, circulado por uma orla polida e de superficie convexa.

Os de infantaria e cavallaria terão uma cercadura de 21 estrelas pequenas e o centro fosco granitado com duas carabinas ou lanças cruzadas; os de artilharia de campanha uma granada com chammas; os de artilharia de posição dous canhões cruzados com uma pequena granada com chammas; os da arma de engenharia iguaes aos do corpo de engenheiros.

## OBSERVAÇÕES

O veterinario terá uniforme identico ao de pharmaceutico e mais o distinctivo da arma a que pertencer nos ante-bracos, como os officiaes arregimentados, mas bordado a ouro.

O picador terá somente o quarto uniforme da arma a que pertencer, mas sem distinctivo nos ante-bracos, e o usará exclusivamente no interior do quartel.

Os officiaes dos corpos montados e os officiaes montados dos corpos a pé usarão ponchos como os dos officiaes dos corpos especiaes, forrados, porém, para os primeiros de baetilha encarnada e com botões do seu respectivo uniforme.

Os outros officiaes dos corpos a pé usarão capotes de panno azul ferrete com cintura e preilha, forrados de baetilha preta, abotoados com seis botões verdes do uniforme; golla em pé, á qual prende-se o capuz por meio de pequenos botões de massa, pretos, com abertura sobre o quadril esquerdo para dar passagem aos coros da espada, cobrindo a metade dos canos das meias brancas, aberto na parte posterior, mas podendo fechar-se por meio de pequenos botões occultos e tendo em volta os canhões tantos galões dispostos parallelamente com a largura de 0<sup>m</sup>,095 de com separação de 0<sup>m</sup>,033, quanto os das divisas.

Será permittido aos officiaes arregimentados usarem tunica de flanela branca como as do uniforme dos corpos especiaes, mas com o distinctivo da arma de metal envernizado de preto nos ante-bracos e da arma na forma o numero no trapezio da golla, sendo, porém, esta, assim como as carcellas e o forro das platinas, de flanela garance e a grega das platinas de souché da mesma cor.

## ALFERES-ALUMNOS

Os alferes-alumnos terão os mesmos uniformes estabelecidos para os das Escolas militares; accrescendo o uso de uma estrella de 0<sup>m</sup>,025 de diametro bordada a prata em cada um dos ante-bracos a 0<sup>m</sup>,055 acima da divisa.

Quando estiverem servindo fora da escola usarão deste mesmo uniforme.

## OFFICIAES EXTRANUMERARIOS

Os que forem dos corpos especiaes continuarão a usar o uniforme e distinctivo dos seus corpos e os que forem arregimentados o uniforme com o distinctivo e numero do regimento ou batalhão a que estiverem aggregados.

## OFFICIAES REFORMADOS

Os generaes usarão o 1<sup>o</sup> uniforme identico aos dos effectivos, substituindo-se o arminho do chapéo armado por pluma preta presa em toda a sua extensão ao galão que o garante e não

tendo o bordado das mangas; o 2º uniforme será como o do 3º dos generaes effectivos, tendo o emblema do kepi todo bordado a ouro sobre casemira branca; as platinas serão substituidas por um trançado de dous cordões de ouro formando passadeiras; a calça não terá bordados, e poderão usar com este uniforme botas para mentaria.

Os superiores, capitães e subalternos usarão o uniforme do corpo ou arma a que tiverem pertencido, sem numero do regimento ou batalhão, sem distinctivos da arma e substituirão as meias botas por botinas.

#### OFFICIAES HONORARIOS

##### *Generaes*

Para os officiaes generaes honorarios os uniformes serão os mesmos que se acham estabelecidos para os officiaes generaes do quadro effectivo do Exercito, com as seguintes modificações: no 1º uniforme, em substituição ao louro e carvalho e as armas da Republica bordadas na manga, terão no mesmo logar 21 estrellas bordadas a prata, circundando uma ellipse de velludo verde atravessada transversalmente da esquerda para a direita e de cima para baixo por uma facha bordada a ouro, tendo este emblema 0<sup>m</sup>,045 de comprimento e 0<sup>m</sup>,037 de largura; no 2º e 3º uniformes terão este mesmo emblema na frente do kepi em substituição às armas da Republica e no terço inferior do braço, nas mangas do dolman.

#### OFFICIAES SUPERIORES, CAPITÃES E SUBALTERNOS

##### *Grande uniforme*

Chapéu armado, sobrecasaca, dragonas, calça, gravata, banda, talim, fiador, espada, luvas, botas ou botinas e esporas.

##### *Pequeno uniforme*

Bonnet, sobrecasaca, gravata, calça, banda, talim, espada, fiador, luvas, botas ou botinas e esporas.

#### ESTRUTIFICACÕES

Chapéu armado, identico ao dos corpos especiaes, tendo o botão proprio do uniforme, na presilha.

Bonnet a Cavaignac, de paño azul ferrete com 0<sup>m</sup>,065 de altura na frente e tendo sómente o fundo guarnecido de trança de ouro de 0<sup>m</sup>,002 como os kepis dos officiaes effectivos; pala de sola, debruada e envernizada de preto, com 0<sup>m</sup>,040 de comprimento no centro; a cinta será circundada de tantos trancelins de ouro do

0<sup>m</sup>,004 de largura quantos forem necessarios para indicar as patentes, o emblema será de fôrma oval e sobre fundo de panno igual terá uma cercadura de louro e carvalho encimada por uma estrella, tendo tres raios partindo de cada angulo reentrante, sendo tudo bordado a ouro, no centro uma ellipse de panno verde atravessada transversalmente da esquerda para a direita e de cima para baixo por uma faixa de panno amarello, guarnecidas ambas por um fio de cordão de ouro.

Sobrecasaca de panno azul ferrete com golla deitada e duas ordens de sete botões cada uma e cujo comprimento deve attingir ao começo da primeira phalange do dedo polegar, estando o braço estendido; mangas de canhão e largura regular, tendo cada uma tres botões pequenos na costura externa e com divisas de galão de 0<sup>m</sup>,008 como dos officiaes effectivos, os bolsos da parte trazeira terão pestanas com tres botões cada uma.

As passadeiras serão do mesmo panno da sobrecasaca, com 0<sup>m</sup>,12 de comprimento, 0<sup>m</sup>,04 de largura e com uma guarnição bordado de 0<sup>m</sup>,01, e no centro uma estrella tambem bordada a ouro. Dos angulos reentrantes da estrella a largura da passadeira partem igualmente cinco raios bordados a ouro, de comprimentos iguaes dous a dous, sendo o centro maior.

Gravata de seda preta tendo no centro de comprimento 0<sup>m</sup>,20, de largura total 0<sup>m</sup>,09.

Calça de panno azul ferrete direita e de largura regular.

Dragonas, banda, botas e esporas, como dos officiaes effectivos.

Talim identico ao do 1<sup>o</sup> uniforme dos officiaes de artilharia de posição, tendo o centro da chapa da frente fosco granitado.

Espada identica ao 1<sup>o</sup> uniforme dos officiaes effectivos.

Fiador de cordão de seda preta e fio de ouro.

Botinas lisas de bezerro ou de verniz.

Salteiras de metal dourado, tarrachadas aos saltos das botinas por meio de um espigão roscado, com botão de 0<sup>m</sup>,006 de diametro; o dourado será liso e os aros terão 0<sup>m</sup>,006 de largura na base, sendo sua superficie exterior convexa.

#### OBSERVAÇÕES

Os botões serão do mesmo tamanho que dos demais officiaes e inteiramente foscos granitados.

Para os officiaes honorarios do corpo de saude o uniforme será igualmento este dos demais officiaes, sendo, porém, os botões iguaes aos adoptados para os officiaes effectivos do corpo de saude e tendo tambem como estes um caduceu nos ante-braços.

Os officiaes honorarios que forem tambem officiaes reformados usarão no emblema do bonnet a estrella que encima a ellipse, identica à estrella do emblema dos kepis dos officiaes effectivos.

Poderão usar os officiaes honorarios em serviço interno de quartel, ou em estabelecimentos militares, de tunica de flanela azul ferrete semelhante a dos officiaes effectivos, tendo a golla toda da mesma fazenda, mas sem carcellas nem distinctivo.



Quando houverem de servir como officiaes montados, o arreia-mento da montaria será o estabelecido neste plano para os corpos especiaes, sem emblema no chabracick.

## PRAÇAS DE PRET

### ARMA DE ARTILHARIA

#### *Arma de campanha — Grande uniforme*

Capacete com pennacho, sobrecasaca com alamares, calça garance com listras, charlateiras, banda, divisas de galão, luvas brancas de algodão, botas e esporas.

#### *Pequeno uniforme*

Kepi e gorro com ou sem capa branca, dolman de panno e tunica de flanela azul ultramar, gravata, calça de panno e de flanela garance com listras e de brim branco, platinas, banda, divisas de panno, luvas brancas de algodão, botas, cothurnos e esporas.

### ARTILHARIA DE POSIÇÃO E ARMA DE ENGENHARIA

#### *Grande uniforme*

Capacete, sobrecasaca com alamares, calça garance com listras, charlateiras, banda, divisas de galão, luvas brancas de algodão, panno, botinas e polainas.

#### *Pequeno uniforme*

Kepi e gorro com ou sem capa branca, dolman de panno e tunica de flanela azul ultramar, gravata, calça de panno e de flanela garance, com listras e de brim branco, banda, divisas de botinas, cothurnos e polainas.

### ARMA DE CAVALLARIA

#### *Grande uniforme*

Capacete com pennacho, sobrecasaca com alamares, calça garance com listras, charlateiras, banda, divisas de algodão, luvas brancas de algodão, botas e esporas.

*Pequeno uniforme*

Kepi e gorro com ou sem capa branca, dolman de panno e tunica de flanela mescla azul e branco, gravata, calça de panno e de flanela garance com listras ou de brim branco, platinas, banda, divisas de panno, luvas brancas de algodão, botas, coturnos e esporas.

## ARMA DE INFANTARIA

*Grande uniforme*

Capacete, sobrecasaca com alamares, calça garance com listras, charlateiras, banda, divisas de galão, botinas e polainas.

*Pequeno uniforme*

Kepi e gorro com ou sem capa branca, dolman de panno e tunica de flanela cinzento-escura, grava, calça de panno e de flanela garance com listras ou de brim branco, banda, divisas de panno, botinas e polainas.

## ESPECIFICAÇÕES

*Capacete*

Como dos officiaes da arma, tendo de metal amarello as peças que para aquelles são douradas e tendo escamas lisas; terão também ventiladores lateraes; a calote para o numero e a estrellla serão de metal branco.

As praças do pret dos corpos a pé não usarão pennacho.

*Kepi*

Com o dos officiaes das respectivas armas, tendo, em logar das tranças douradas, trancelins de retroz das mesmas côres que as cintas. Na frente terão um tope com as tres côres nacionaes em casemira, tendo o circulo verde 0<sup>m</sup>,035 de diametro, o amarello 0<sup>m</sup>,024 e o azul 0<sup>m</sup>,018 e abaixo do tope em metal branco o numero do regimento ou batalhão.

Os kepis das praças terão, em logar do cordão de ouro da frente, uma fita de couro de 0<sup>m</sup>,01 de largura, sendo branca por todas as armas.

*Gorro*

Os gorros serão de cor garance com as abas das côres dos dolmans e terão de altura 0<sup>m</sup>,145 e 0<sup>m</sup>,23 de comprimento. As abas terão a fôrma de um semi-circulo apresentando de altura

na frente e atrás 0<sup>m</sup>,02. Será collocado no meio da aba direita o distinctivo da arma em metal branco, tendo em posição cymetrica na esquerda o numero do regimento ou batalhão.

A borla devesa ser bastante curta e da côr das abas, sendo desta mesma côr os avivados do gorro e da côr do gorro os avivados da aba.

#### *Sobrecasaca*

Será semelhante ás dos officiaes das respectivas armas, tendo tambem sete botões em cada uma das duas ordens do peito e com as seguintes modificações:

Os alamares serão de cordão de lã garance, terão o numero do regimento ou batalhão no trapezio da golla e o distinctivo da arma em metal branco nos ante-braços; passadeiras de panno garance com 0<sup>m</sup>,02 de largura.

#### *Dolman*

O dolman será do mesmo feitto que dos officiaes, com tres ordens de botões e confeites de cadarço de lã, sómente na frente e em toda a volta a partir da base da golla; o numero e o distinctivo como na sobrecasaca.

Os corpos montados terão platinas de metal e os a pé platinas de panno garance.

#### *Tunica*

Identica á dos officiaes, tendo o distinctivo dos ante-braços em metal branco e sendo as platinas avivadas de panno garance e com a grega de trancelim de retroz da mesma côr.

#### *Gravata*

De couro envernizado de preto.

#### *Culça*

Como a dos officiaes.

#### *Charlateiras*

As charlateiras terão a mesma fórma e dimensões das partes metallicas das dragonas dos officiaes, mas de metal amarello e avivadas de garance.

*Platinas*

Para os dolmans : os corpos a pé terão do mesmo panno do dolman com vivos garance e de abotoar por um pequeno botão perto da golla ; para os corpos montados serão compostas de anneis de metal amarello entrelaçados, com uma estrella na parte superior.

*Banda*

Como a dos officiaes, mas de malha e torçal de lã verde e amarella.

*Divisões*

De galão de ouro de 0<sup>m</sup>,012 de largura, cosidas sobre panno garance e indo da costura externa á interna do ante-braço em fôrma de angulo agudo com o vertice para o hombro.

De panno garance, cosido sobre panno branco, tendo a mesma largura e a mesma fôrma das de ouro.

*Botas*

Lisas de couro de bezerro, mais curtas que as dos officiaes.

*Botinas e coturnos*

Lisos de couro preto de bezerro.

*Polainas*

De lona preta, de abotoar do lado externo por botões da mesma côr, devendo attingir o meio da perna e sendo bem justas.

*Esporas*

De latão com o aro achatado, sendo, quanto ás dimensões e disposições, identicas ás dos officiaes.

## OBSERVAÇÕES

Os botões serão convexos e terão 0<sup>m</sup>,020 e 0<sup>m</sup>,014 de diâmetro, com 0<sup>m</sup>,008 de altura, inteiramente lisos e com fundo forrado de latão.



Nos Estados as praças poderão usar, sobre os botões do peitilho do dolman, alamares garance, identicos aos que usam na sobre-casaca as praças da guarnição da Capital, que usarão nas cerimoniaes officiaes e nos dias de festa nacional.

Os sargentos ajudante e quartel-mestre usarão de todas as peças do uniforme dos officiaes dos seus corpos, tendo, porém, bordadas ou fabricadas de retroz cor de ouro as partes ou peças que para aquelles forem a fio de ouro.

Trarão o centro da bandeira nacional de metal dourado com 0<sup>m</sup>,05 de diametro, aquelle no braço direito e este no esquerdo.

As bandas para estes inferiores serão como as das demais praças de pret.

Os musicos usarão no grande uniforme a sobre-casaca de panno mescla azul e branca, ornados a golla e punho com galão de prata e calça garance como as demais praças, mas os alamares serão de soutache de prata e presos ás duas ordens de botões do peito e terão um peitilho de panno garance.

Os capacetes serão tambem iguaes aos das demais praças, sendo de metal branco as partes que nellos são de metal amarello e tendo a calote espherica de metal amarello; usarão dragonas como as dos officiaes, tendo uma lyra e sendo completamente de metal branco prateado e com canotilhos de prata.

Sobre as charlateiras terão uma lyra de metal branco.

No pequeno uniforme usarão o mesmo das outras praças de pret, sendo os botões brancos e sobre o numero do kapi uma lyra de metal branco.

Os clarins de cavallaria terão em grande uniforme peitilho garance com alamares de cordão branco; os de artilharia e os cornetas e tambores dos corpos de artilharia de posição e arma de engenharia, peitilho garance e alamares de cordão preto; os cornetas e tambores de infantaria, peitilho de flandella branca com alamares de cordão garance.

No pequeno uniforme usarão o mesmo das outras praças, tendo nos ante-braços, em substituição ao distinctivo da arma, um clarim, corneta ou tambor estampado em metal branco.

Todas as armas usarão correamo branco, tendo a de cavallaria talabarte.

As praças de pret dos corpos montados usarão ponchos semelhantes aos dos officiaes dos seus respectivos corpos, tambem de panno azul ferrete forrado de baetilha encarnada.

As praças graduadas trarão de cada lado da abertura do poncho, dispostas perpendicularmente a esta e a começar das costuras, tantas fitas de panno garance com 0<sup>m</sup>,020 de comprimento e 0<sup>m</sup>,02 de largura quantas corresponderem ás divisões de sua graduação.

As praças de pret dos corpos a pé usarão capotes de panno alvadio sem cabecão e tendo capuz.

As praças graduadas usarão na manga esquerda do capote suas respectivas divisões.

Nos serviços, puramente internos, de quartel, as praças usarão camisola e calça de brim pardo.

## INVALIDOS DA PATRIA

*Uniforme externo*

Bonnet, sobrecasaca, calça, botinas.

*Bonnet*

De panno azul ferrete de cora circular excedendo a circumferencia da cabeça em 0<sup>m</sup>.10 e cahindo sobre a cinta que terá 0<sup>m</sup>.05 de largura, sendo todo elle de 0<sup>m</sup>.08 de altura; a pala terá na sua maior largura 0<sup>m</sup>.05, será de sola lebruada e envernizada de preto bastant<sup>e</sup> inclinada sobre os olhos e tendo na parte superior duas tiras de couro envernizado de preto de 0<sup>m</sup>.01 de largura com duas corredeas e presas aos extremos por dous botões pequenos. O emblema da frente será em metal amarello dourado, uma cercadura de louro e carvalho encimada por uma estrella e tendo internamente as letras *I P*.

*Sobrecasaca*

Identica á do 1<sup>o</sup> uniforme dos officiaes effectivos do Exercito, sendo a golla da mesma fazendo e tendo nos extremos as letras *I P*, tendo passadeira e carcellas e com tres botões pregados na costura externa dos canhões das mangas; divisas como as adoptadas para os inferiores do Exercito e acima dellas um emblema em metal amarello, da arma a que tiver pertencido no Exercito, ou ancora si tiver sido da Armada.

*Calça*

De panno azul ou de brim branco, direita e de largura regular.

*Botinas*

Lisas, de bezerro.

## ESCOLA DE SARGENTOS

*Primeiro uniforme*

Kopi de panno azul ferrete, dolman de panno azul, calça do mesmo panno com listras ou de brim branco, botinas e polainas.

*Segundo uniforme*

Kepi ou gorro de panno azul ferrete, com ou sem capa branca, tunica de flanela azul ferrete ou de brim pardo, calça de flanela azul ferrete ou de brim branco ou pardo, e cothurnos.

## OBSERVAÇÕES

A cinta do kepi, a aba do gorro, as gollas do dolman e da tunica, as listras das calças e o avivado das platinas serão de panno encarnado.

Um monogramma com as letras *E S* é que será o distinctivo para os ante-bracos e aba do gorro.

## ESCOLAS MILITARES

*Corpos docente e administrativo*

Os lentes substitutos, professores, adjuntos e mais empregados civis das escolas e collegios militares, aos quaes couberem honras ou que tiverem direito ao uso de uniformes em virtude do cargo que exercerem, usarão do seguinte :

Bonnet, sobrecasaca, gravata, calça, banda, espada, talim, flador, luvas e botinas.

Todas estas peças de fardamento serão como as já descriptas no uniforme dos officiaes honorarios, com as seguintes modificações : o emblema do bonnet será somente um castello bordado a ouro e na sobrecasaca as passadeiras terão como distinctivo tambem um castello ; em ambos os braços acima das divisas trarão uma estrella bordada a ouro os lentes, substitutos, professores e adjuntos.

Os inspectores do Collegio Militar usarão internamente de tunica de flanela azul ferrete idêntica a dos officiaes honorarios, mas tendo na golla como distinctivo um castello em metal amarello, calça de flanela da mesma côr ou de brim branco.

## ALUMNOS DAS ESCOLAS MILITARES

*Primeiro uniforme*

Kepi, dolman de panno azul turqueza, platinas, calça garance com listras azul turqueza, talim de cadarço, espada de bainha de couro, flador de retroz, luvas brancas de camurça, pellica ou fio de Escocia, meias botas.

*Segundo uniforme*

Kepi, com ou sem capa de brim branco, tunica de flanela azul ferrete ou blusa de brim pardo, calça de flanela azul ferrete ou de brim branco ou pardo, e cothurnos.

## ESPECIFICAÇÕES

*Kepi*

De copa garance com cinta azul turqueza e em tudo o mais identico ao do corpo de engenheiros.

*Dolman e tunica*

Terão os mesmos feitios, o mesmo emblema, com a mesma collocação que os do corpo de engenheiros, accrescentando-se o uso de uma estrella de 0<sup>m</sup>,025 de diametro, bordada a prata no dolman e de metal branco na tunica, no terço médio dos braços.

*Cothurnos*

Lisos, de couro preto de bezerro, com os canos bem estreitos. Talim de cadarço, espada de bainha de couro, fiador, meias botas, platinas, calça, como as adoptadas neste plano.

## OBSERVAÇÕES

Os officiaes alumnos e os do corpo ou companhias de alumnos, usando uniforme dos alumnos, trarão em grande uniforme capacete ou chapéo armado e talim, segundo os corpos ou armas a que pertencerem, sobrecasaca e calça do corpo de engenheiros, sendo a golla, carellas das mangas e listras da calça, de azul turqueza.

Os alumnos poderão usar fôra das formaturas tope, dragonas, fiador de cordão de ouro, como dos officiaes.

## ALUMNOS DO COLLEGIO MILITAR

*Uniforme externo*

Kepi, dolman marron, platinas, calça garance com listras, polainas e botinas.

*Uniforme interno*

Gorro, blusa, collete, calça e cothurnos.



## ESPECIFICAÇÕES

*Kepi*

Identico ao dos officiaes, com a copa garance e a cinta marron; emblema como o do corpo de engenheiros. Terá de altura 0<sup>m</sup>,10 e a cinta 0<sup>m</sup>,03 de largura.

*Gorro*

De brim pardo, com a cinta de brim garance.

*Dolman*

Identico ao do corpo de engenheiros, mas de côr marron com golla e carcella garance, tendo sómente cinco botões em cada ordem e sendo de 0<sup>m</sup>,012 de largura o cidaço que o orna. A platinina será identica á do terceiro uniforme dos generaes, mas sómente de dous cordões.

*Blusa*

De brim pardo, fechada como dos alumnos das escolas militares, tendo os punhos e toda a golla de brim garance.

*Collete*

De flanelle azul ferrete, quasi todo fechado e com mangas curtas.

*Culças*

De panno garance do mesmo feitio que a dos officiaes, tendo sómente uma listra de panno marron com 0<sup>m</sup>,020 de largura, de brim pardo com o mesmo feitio.

Polainas, botinas e cothurnos, como das praças de pret.

## OBSERVAÇÕES

O capote será como dos officiaes dos corpos a pé, sendo porém avivado de garance.

Os botões serão como os do corpo de engenheiros, tendo duas dimensões: 0<sup>m</sup>,018 e 0<sup>m</sup>,010.

As divisas dos alumnos officiaes serão de trancelim de 0<sup>m</sup>,004, que farão a volta do punho e irão formar um enfeite na parte anterior dos ante-braços.

As divisas e bandas dos alumnos inferiores serão como as estabelecidas para as differentes armas, mas guardando dimensões proprias.

## DISPOSIÇÕES GERAES

A banda deverá ser usada sobre o talim.

O kepi poderá ser usado deixando ver o emblema, com capa de brim branco quando o official estiver de calça branca, ou com capa de oleado quando trouxer consigo o poncho ou capote.

Fica supprimido o uso do dolman de brim branco, sendo o 4º uniforme exclusivamente para o interior dos estabelecimentos militares, quartéis, ou para dar guarnição à praça.

Os officiaes effectivos e alumnos das escolas militares deverão andar habitualmente armados com a espada respectiva ao uniforme.

Só será permittido aos officiaes do serviço activo o uso de botinas e salteiras nas cerimonias puramente particulares, quando estiverem no 1º ou 2º uniformes, e aos alumnos das escolas Militares quando nas mesmas condições estiverem com tope, dragonas, fiador de ouro, etc.

## ARREIAMENTO

*Montarias de officiaes generaes*

## Primeira

Enxergão, caronas, enxerga, serigote, travessão com barrigueira e lategos, loros, estribos com boccaes, pellego, cochonilho, badana, sobre-cincha, schabr ke bordado, cilha mestre, redea, cabeçada, freio, buçalete, cabresto, manieira peitoral e rabicho.

## Segunda

A mesma que a primeira montaria, substituindo-se o schabrake bordado pelo de galão de ouro.

## ESPECIFICAÇÕES

Enxergão — de lã.

Caronas — uma preta de couro cru com cabello e outra de sola lavrada e preta, arredondadas na frente.

Enxerga — de algodão de cor trançado.

Serigote — com as cabeças prateadas.

Travessão — de couro curtido.

Barrigueira — de cadarço de lã encarnada com 0<sup>m</sup>, 16.

Lategos — de couro cru.

Loros — de couro cru.

Estribos — de meia picaria, de prata ou metal branco fino, com o copo de 0<sup>m</sup>,05 de altura, inteiramente fechado e lavrado.

Boccaes — chatos de metal branco ou prata com 0<sup>m</sup>,18 de comprimento.

Pellego — preto.

Cochonilho — preto de retroz:

Badana — de panno azul ferrete.

Sobre-cincha — de couro.

Schabrake — para primeira montaria : de panno azul ferrete, arredondado na frente e terminando em pontas, de modo a cobrir bem todo o arreiamento, ornado de um bordado igual ao da calça e as armas da Republica bordadas a ouro nas duas pontas ; para o segundo : tambem de panno azul ferrete com o mesmo feitto e com as armas da Republica bordadas a prata, mas tendo uma listra de galão de ouro de quatro cordões com 0<sup>m</sup>,03 de largura e sendo o assento forrado de camurça.

Cilha mestre — de couro envernizado, com cadarço de seda da mesma côr.

Freio — de metal branco com barbella.

Redea — de couro de anta, com tres argolas brancas cada uma de 0<sup>m</sup>,027 de diametro exterior e bombas de prata ou metal branco de 0<sup>m</sup>,022 de altura, uma outra argola igual sem bombas destinada à presilha, que servirá para unil-as quando se quizer ; terminarão em palmas e se prenderão ao freio por presilhas de couro com botões de metal.

Cabeçada — de couro de anta com argolas e meias bombas de metal branco das mesmas dimensões das da redea, prendendo-se ao freio por presilhas de couro com botões de metal, no meio da testeira um disco de metal dourado com 0<sup>m</sup>,03 de diametro com as armas da Republica.

Bucalete e cabresto — de couro de anta com argolas, bomba e meias bombas de metal branco : as argolas terão 0<sup>m</sup>,032 de diametro externo, tendo a do flador 0<sup>m</sup>,01, as bombas iguaes às das redeas.

Peitoral — formado de tres tiras de couro de anta, reunidas de cada lado em um disco de metal dourado com 0<sup>m</sup>,045 de diametro com as armas da Republica, passando no meio por uma outra identica de 0<sup>m</sup>,06 de diametro, e gamarra prendendo-se à barrigueira.

Rabicho — de couro de anta, com duas argolas de cada lado de 0<sup>m</sup>,035 de diametro exterior e meias bombas, fivela e um disco de metal dourado de 0<sup>m</sup>,045 de diametro com as armas da Republica, na junção dos lados.

Maneira — de couro de anta com argola de 0<sup>m</sup>,04 de diametro e duas bombas de metal e botões de couro.

#### MONTARIAS DE OFFICIAES SUPERIORES

##### *Capitães e subalternos*

##### Primeira

O mesmo dos officiaes generaes, de couro de gado vacum, substituindo-se os emblemas dourados por identicos, que serão todos prateados : o schabrake de panno azul ferrete com o mesmo

galão de ouro do schabrake da montaria dos generaes, tendo nas pontas o emblema da arma ou corpo em metal dourado; a cilha mestra, de couro branco envernizado e cadarço branco.

#### Segunda

O mesmo, substituindo-se o schabrake por outro da cor do dolman, azul ferrete, azul ultramar, mas com listra garance para os corpos arregimentados e de couro envernizado para os corpos especiaes, tendo o emblema da arma ou corpo em metal branco e o assento forrado de camurça.

#### MONTARIAS DE PRAÇAS DE PRET

##### Primeira

Enxergão, caronas, enxerga, serigote, travessão, com barrigueira e lategos, lóros, estribos com boccaes, pellego, sobre-cincha, schabrake de panno azul ferrete, cilha mestra, redeas, cabeçada, freio, buçalete, cabresto, manieia, peitoral e rabicho.

##### Segunda

A mesma que a primeira, substituindo-se o schabrake.

#### ESPECIFICAÇÕES

Caronas — uma de couro cru com cabello, outra de sola lisa arredondada na frente.

Serigote — com as cabeças de sola lisa e dous grampos em cada cabeça.

Barrigueira — de cordão fino com 0<sup>m</sup>,16 de largura.

Estribos — para os clavineiros: de latão com aro reforçado, liso e circular, apresentando uma abertura de 0<sup>m</sup>,08, e soleira coberta somente na parte interna com uma lamina de ferro em serrilha; para os lanceiros, os mesmos, tendo em um delles um bocal para o conto da lança.

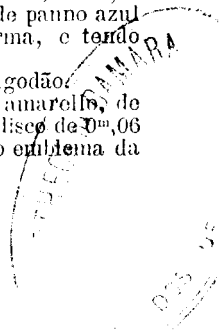
Boccaes — de latão, chatos e de 0<sup>m</sup>,09 de comprimento.

Schabrake — para a primeira montaria: de panno azul ferrete, com listras de 0<sup>m</sup>,04 e nas pontas o numero do regimento, de 0<sup>m</sup>,04 de altura; para a segunda identico, sendo, porém, de panno azul ultramar ou mescla azul e branco, conforme a arma, e tendo assento forrado de couro.

Cilha mestra — de couro branco com cadarço de algodão.

Peitoral — de couro com duas argolas de metal amarello, de 0<sup>m</sup>,045 de diametro externo em cada lado, e um disco de 0<sup>m</sup>,06 de diametro de metal amarello, tendo estampado o emblema da arma.

Freio — de aço com barbella.



Redeas, cabeçada, buçalete, cabresto, rabicho, maneias — como os dos cavallos dos officiaes, substituidas as bombas por botões de louça e supprimidos os discos, e tendo cada redea sómente duas argolas, uma para a presilha do freio e outra para a junção das redeas.

Enxergão, enxerga, travessão, lategos, lóros, pellego e sobre-cincha — iguaes aos dos cavallos dos officiaes.

Cochonilho, badanas — não usarão.

#### OBSERVAÇÕES

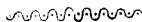
Em passeio os officiaes são dispensados de trazer schabrake em seus cavallos, usando de badanas, que serão de couro ou de panno azul ferrete, tendo as armas da Republica bordadas a ouro nos cantos.

E' permittido aos officiaes substituirem o couro de gado vacum das redeas, cabeçadas, etc., por couro de anta.

Os maneadores, travas e laços farão parte do arreiamento das praças, quando em serviço de campo.

O poncho será usado dentro de uma maleta de fôrma cylindrica de cor garance, tendo nos circulos bases o numero do regimento; será fixo á cabeça detrás do serigote por duas garupeiras de sola, passando pelos grampos.

Em ordem de marcha o poncho passará para a frente, dando logar á mala de garupa destinada á roupa.



#### DECRETO N. 1730 — DE 18 DE JUNHO DE 1894

Substitue os arts. 23 e 29 do regulamento do Collegio Militar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á representação do commandante do Collegio Militar, de accordo com o art. 123, § 15, do regulamento approvado pelo decreto n. 750 A, de 2 de março de 1892, resolve substituir os arts. 28 e 29 do mesmo regulamento, os quaes ficam assim redigidos :

Art. 28. Os candidatos á matricula como contribuintes, approvados nos exames de admissão, serão classificados por ordem de merecimento e de accordo com este julgamento serão preenchidas as vagas existentes de tal classe de alumnos.

Paragrapho unico. Os que, porém, tiverem direito á matricula como alumnos gratuitos, uma vez approvados nos exames de admissão, ficarão sujeitos ás preferencias das ordens abaixo declaradas:

1.<sup>a</sup>, orphão de pae e mãe :

a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada ;

b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada ;

c) filhos de officiaes honorarios do Exercito e da Armada por serviços de campanha ;

2ª. orphãos de pae das mesmas classes e na mesma ordem ;

3ª. os demais filhos de officiaes dessas classes, guardando sempre identica ordem de preferencia e bem assim os filhos dos professores não militares, do Collegio e das escolas militares ;

4ª. os primeiros netos de officiaes dessas classes, na mesma ordem e bem assim os filhos de praças de pret mortas em combate.

Art. 29. Terão preferencia em cada um dos grupos de que trata o artigo anterior :

a) os filhos e primeiros netos de militares de qualquer classe, mortos em combate, em acto de serviço ou por effeito deste ;

b) os filhos de officiaes inutilizados ou feridos em combate ou em serviço ;

c) os filhos de officiaes com serviços de campanha ;

d) os candidatos que obtiverem melhores notas nos exames de admissão ;

e) os que por causa da idade não se puderem matricular no anno seguinte.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 18 de junho de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



#### DECRETO N. 1731 — DE 22 DE JUNHO DE 1894

Estabelece as condições de admissão dos medicos e pharmaceuticos do quadro da Repartição Sanitaria do Exercito.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à urgente necessidade de harmonisar as disposições do decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, com as dos arts. 5º e 6º do regulamento de 7 de abril do mesmo anno, do art. 10º da lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892 e do decreto n. 148 de 13 de julho de 1893, resolve :

Art. 1.º E' fixado em 30 annos o limite maximo da idade dos medicos e pharmaceuticos que de ora em diante tiverem de entrar para o quadro effectivo da Repartição Sanitaria do Exercito.

Paragrapho unico. Exceptuando-se da disposição acima os actuaes adjuntos nomeados antes de completarem a idade de 35 annos marcada no art. 6º do regulamento de 7 de abril de 1890, os quaes terão direito a ser admittilos, emquanto não attingirem a idade fixada para a reforma compulsoria.

Art. 2.º A dispensa do concurso, a que se refere o decreto n. 148 de 13 de julho de 1893, subentende-se sómente com os adjuntos que, possuindo os requisitos do citado decreto, desejarem entrar para o quadro effectivo, no que terão preferencia dentro dos limites do presente decreto.

Art. 3.º Os logares de adjuntos poderão continuar a ser exercidos por medicos e pharmaceuticos, de accordo com o regulamento de 7 de abril de 1890 e disposições posteriores inherentes ao assumpto.

Art. 4.º Nas nomeações que tiverem de ser feitas por concurso serão preferidos, em igualdade de condições:

- a) os adjuntos mais antigos e de mais provada competencia;
- b) os que, embora extranhos á Repartição Sanitaria, tenham prestado serviços de guerra na defesa da Republica;
- c) os que tiverem servido como adjuntos contractados e internos dos hospitaes militares.

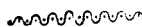
Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, encarregado do expediente do Ministerio da Guerra, faça executar a presente resolução, expedindo os despachos necessarios.

Capital Federal, 22 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1732 — DE 25 DE JUNHO DE 1894

Determina que o serviço de navegação subvencionada fique pertencendo á 1ª Secção da Directoria Geral de Industria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico e á melhor distribuição dos trabalhos pelas diversas Directorias Geraes da Secretaria do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, resolve determinar que o serviço da navegação subvencionada que actualmente compete á 1ª Secção da Secretaria Geral de Viação, fique pertencendo á 1ª Secção da Directoria Geral de Industria, alterados assim os arts. 8º e 9º do regu-

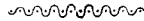
lamento approved pelo decreto n. 1142 de 22 de novembro de 1892.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 25 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1732 A — DE 25 DE JUNHO DE 1894

Substitue o art. 3º e parte do art. 9º do regulamento da Directoria Geral de Estatistica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorisado pela lei n. 191 D, de 30 de outubro de 1893, resolve substituir o seguinte ao theor do art. 3º do regulamento da Directoria Geral de Estatistica, approved pelo decreto n. 331, de 12 de abril de 1890 :

« O pessoal effectivo da Repartição compor-se-ha de um director, quatro chefes de secção, sendo um destes encarregado da 1ª secção, quatro primeiros officiaes, quatro segundos officiaes, oito amanuenses, um porteiro e quatro continuos.

« Além do pessoal effectivo, haverá um corpo de collaboradores, composto de um chefe e oito auxiliares, que serão distribuidos pelo serviço conforme a necessidade.»

Resolve mais substituir no theor do art. 9º do mesmo regulamento e do § 2º em diante o seguinte :

« O provimento dos logares de primeiro e segundo official será por accesso dos empregados da classe immediatamente inferior, observado o principio de preferencia, em igualdade de merecimento, do que tiver mais tempo do serviço publico, segundo o registro feito na repartição, sendo que dependerá a nomeação de segundo official da apresentação de attestado de exame, feito na repartição ou estabelecimento official, de portuguez, francez, historia e chorographia do Brazil, noções de economia politica, estatistica, arithmetica, algebra, geometria e desenho linear.

« Os amanuenses serão nomeados por ordem de merecimento dentre os collaboradores.

« Os collaboradores serão nomeados de entre pessoas maiores de dezoito annos, de bom procedimento moral e civil, pelo director, e por este livremente demissiveis.



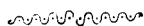
« O chefe do corpo de collaboradores terá immediatamente accesso ao logar de segundo official nas condições dos amanuenses. »

O General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 25 de junho de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



# DECRETO N. 1733 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 61<sup>a</sup>, 62<sup>a</sup>, 159<sup>a</sup> e 160<sup>a</sup> batalhões de infantaria do serviço activo, do 41<sup>o</sup> da reserva, todos com quatro companhias cada um, do 35<sup>o</sup> regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e de um, ora creado, com o mesmo numero de esquadões e a designação de 73<sup>o</sup>, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



# DECRETO N. 1734 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de S. Luiz de Quitunde, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

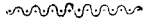
Artigo unico. Fica creado no municipio de S. Luiz de Quitunde, no Estado das Alagoas, um commando superior que se comporá

dos actuaes batalhões de infantaria ns. 43º do serviço activo e 14º da reserva, desannexados do da comarca de Camaragibe, no mesmo Estado, e de mais um do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 58º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1735 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da Capital de Sergipe.

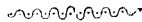
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 63º, a 2ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da Capital do Estado de Sergipe, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1736 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

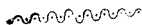
Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 12º, a 1ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Itabaiana, no

Estado de Sergipe, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



### DECRETO N. 1737 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Eleva à categoria de batalhão a 8<sup>a</sup> secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.

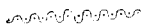
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica elevada à categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 66<sup>a</sup>, a 8<sup>a</sup> secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Propriá, no Estado de Sergipe, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



### DECRETO N. 1738 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Eleva à categoria de batalhão a 7<sup>a</sup> secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica elevada à categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 64<sup>a</sup>, a 7<sup>a</sup> secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca de Maroim, no

Estado de Sergipe, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1739 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Eleva a categoria de batalhão a 6ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca do Rosario, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica elevada a categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 65ª, a 6ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca do Rosario, no Estado de Sergipe, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1740 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

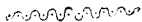
Artigo unico. Fica creado na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designa-

ção de 62º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1741 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Torna provisoriamente applicavel á Estrada de Ferro Norte das Alagoás o regulamento approved pelo decreto n. 721, de 6 de setembro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de regularisar desde já os serviços a cargo da Estrada de Ferro Norte das Alagoás, de que trata o decreto n. 1705 A, de 30 de abril proximo passado, resolve :

Art. 1.º E' provisoriamente applicavel á Estrada de Ferro Norte das Alagoás o regulamento approved pelo decreto n. 721, de 6 de setembro de 1890, referente ás Estradas de Ferro Central e Sul de Pernambuco.

Art. 2.º O pessoal da Estrada de Ferro Norte das Alagoás será o constante das tabellas annexas ao presente, assignadas pelo Ministro respectivo, sendo os vencimentos do dito pessoal o das tabellas do citado regulamento das Estradas de Ferro Central e Sul de Pernambuco.

Art. 3.º Serão igualmente applicaveis á Estrada de Ferro Norte das Alagoás as observações concernentes ás tabellas 1 a 3 e as geraes do regulamento de 6 de setembro de 1890.

O General de Brigada Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, o faça executar.

Capital Federal, 26 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## Tabellas a que se refere o decreto n. 1741 desta data

## TABELLA N. 1

1.<sup>a</sup> divisão — Administração central

## DIRECTORIA

Director, engenheiro-chefe.

## SECRETARIA

Secretario, 1.  
Primeiro escriptuario, 1.  
Segundo dito, 1.  
Amanuenses, 2.  
Continuo, 1.

## THESOURARIA

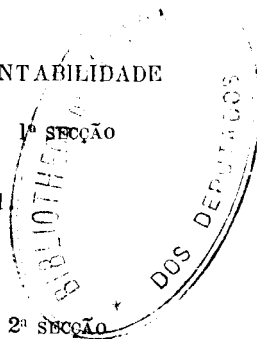
Thesoureiro, 1.  
Fiel, 1.

## ALMOXARIFADO

Almoxarife, 1.  
Fiel do almoxarife, 1.

## CONTABILIDADE

Contador, 1.  
Primeiro escriptuario, 1.  
Segundo dito, 1.  
Amanuenses, 2.  
Praticantes, 2.



Guarda-livros, 1.  
Segundo escriptuario, 1.

## TABELLA N. 2

## 2ª divisão—Trafego, locomoção e linha

## ESCRITORIO

Chefe do trafego (superintendendo os serviços de trafego, movimento, locomoção e linha), 1.

Primeiro escripturario, 1.

Segundo dito, 1.

Amanuenses, 3.

Praticantes.

## ESTAÇÕES

Agente da estação da União, 1.

Dito de 1ª classe.

Ditos de 2ª classe.

Dito de parada.

Telegraphistas de 1ª classe.

Ditos de 2ª classe.

Conferentes.

Fieis.

## SERVIÇO DE TRENS

Chefes de trem de 1ª classe.

Idem de 2ª classe.

Praticante.

## TRACÇÃO

Machinistas de 1ª classe.

Ditos de 2ª classe.

Ditos de 3ª classe.

## OFFICINAS

Mestre geral, 1.

Contra-mestre, 1.

## DEPOSITO

Encarregado, 1.

## LINHA

Conductores de 1ª classe.

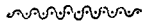
Ditos de 2ª classe.

## TABELLA N. 3

## 3ª divisão — Construcção

Primeiro engenheiro.  
Chefe de secção.  
Engenheiro de 1ª classe.  
Dito de 2ª classe.  
Auxiliar de 1ª classe.  
Dito de 2ª classe.  
Desenhista de 1ª classe.  
Dito de 2ª classe.  
Pagador.  
Continuo.

Capital Federal, 26 de junho de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1742 — DE 26 DE JUNHO DE 1894

Manda desapropriar os terrenos necessarios para o alargamento da área do edificio da Casa da Moeda, de accordo com o decreto n. 816 de 10 de julho de 1855.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás representações successivas do director da Casa da Moeda, sobre a urgente e imprescindivel necessidade de augmentar a área da mesma Repartição, determina:

Art. 1.º Sejam obtidos da Prefeitura Municipal os terrenos pertencentes à Municipalidade que se teem achado aforados a particulares, comprehendidos entre os prolongamentos da Casa da Moeda e Becco da Alfandega, pelos fundos, e que ainda estão occupados por construcções de cortiços condemnados pela Inspectoria Geral de Hygiene.

Art. 2.º Sejam desapropriadas as construcções particulares, não condemnadas, dos terrenos pertencentes à Municipalidade, pela lei n. 816 de 10 de julho de 1855.

Art. 3.º Sejam desapropriadas as construcções não condemnadas e terrenos em que se acham, pertencentes a particulares, de accordo com a lei citada. Os limites desse terreno e constru-



ções serão os prolongamentos do jardim do Senado, inclusivamente, por um lado, e do becco da Alfandega, inclusivamente, pelo outro até à rua do General Caldwell.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda o faça executar.

Capital Federal, 26 de julho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felisbello Freire.*



DECRETO N. 1743 — DE 30 DE JUNHO DE 1894.

Declara caducã a concessão constante do decreto n. 594 de 17 de outubro de 1891 para construção da Estrada de Ferro-Pacífico.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que, pelo decreto n. 594, de 17 de outubro de 1891, foi concedido ao engenheiro Antonio Paulo de Mello Barreto e outros privilegios por 90 annos, alem de mais favores, para construção, uso e gôso de uma estrada de ferro denominada — Pacifico, que, partindo da cidade do Recife fosse terminar nas fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul com a Republica Oriental, e que na clausula 3ª das que acompanham o referido decreto foi estatuido que os estudos seriam começo no prazo de 30 mezes, a contar da data do contracto, e a construção no prazo de um anno, a contar da approvação dos estudos, que pela clausula 4ª foi estabelecida a obrigação para os concessionarios, de depositarem no Thesouro a quantia de cem contos de réis em garantia do estatuido na referida clausula 3ª, mas que até ao presente não ha sido celebrado contracto nem effectuado o deposito:

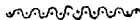
Resolve declarar caduco o privilegio e mais favores constantes do mencionado decreto n. 594 de 17 de outubro de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de junho de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



2º, fazer a correspondência da Bibliotheca e cuidar da conservação do archivo e dos depositos, da escripturação do livro de contas e dos registros de officios, avisos, aquisições e outros ;

3º, conservar e ter em dia um inventario completo da Bibliotheca, já no que respeita ao deposito litterario, já no que se refere à mobilia, inscrevendo nelle tudo que se for adquirindo ;

4º, assignar os recibos de todas as publicações nacionaes que as typographias, estamparias, lithographias de gravuras e officinas photographicas do Brazil enviarem à Bibliotheca ;

5º, entregar aos respectivos chefes de secção as publicações de que trata o paragrapho antecedente, assim como todos os livros, cartas geographicas, manuscriptos, estampas e gravuras que em virtude de compra, dadia, permuta ou remessa do Governo vierem ter à Bibliotheca, exigindo dos mesmos chefes de secção um recibo de entrega, que sera archivado na secretaria ;

6º, processar as folhas mensaes dos empregados.

#### DOS CHEFES DE SECÇÃO

Art. 7.º Os chefes de secção são incumbidos da policia interior, e de velar para que os empregados cumpram rigorosamente os seus deveres.

Compete-lhes :

1º, propor as medidas que julgarem necessarias ao bom andamento do serviço e enriquecimento das suas secções ;

2º, terem registros exactos de todos os objectos que entrarem para suas secções ;

3º, mandar carimbar com o sello da Bibliotheca todos os impressos, cartas geographicas, manuscriptos, estampas e gravuras, apenas lhes forem entregues e antes de serem utilizados pelo publico ;

4º, presidir, auxiliar e fiscalisar todos os trabalhos bibliographicos das suas secções, de maneira que as novas aquisições sejam inscriptas nos catalogos o mais depressa e o mais perfeitamente que for possivel, e procurar sempre enriquecer esses mesmos catalogos de notas bibliographicas interessantes ;

5º, apresentar, todos os trimestres, ao director da bibliotheca um relatorio estatistico completo do que houver occorrido em suas secções, desenvolvendo as considerações que a este respeito julgarem opportunas ;

6º, attender com zelo e assiduidade à conservação dos objectos à sua guarda ;

7º, distribuir, como julgarem mais conveniente, aos amanuenses das suas secções, o trabalho, encarregando a sua fiscalisação aos respectivos officiaes ;

8º, reclamar do secretario a entrada de qualquer publicação nacional que não tenha sido remettida para a Bibliotheca, acompanhando para isso o movimento litterario do paiz ; os chefes de secção empregarão todos os esforços a seu alcance para completarem-se as collecções nacionaes existentes na Repartição ;

9º, organizar de todas as publicações nacionaes um catalogo especial, que para deante, quando se julgar completo, e sem prejuizo dos outros catalogos, a Bibliotheca publicará sob o titulo de *Diccionario Bibliographico Braziliense*.

Este catalogo especial deverá ser feito com o maior numero de esclarecimentos e segundo o plano que for proposto pelo director e approved pelo Ministro.

#### DOS PRIMEIROS OFFICIAES

Art. 8.º Dos tres primeiros officiaes será destinado um para cada uma das secções.

Compete-lhes:

1º, desempenhar todo e qualquer trabalho bibliographico que lhes for indicado pelo chefe da secção ou pelo director da Bibliotheca;

2º, fiscalisar os trabalhos de arrumação e conservação confiados aos amanuenses da secção; advertir a estes, quando se deslisarem dos seus deveres e dar parte ao respectivo chefe da secção, sempre que a falta for grave;

3º, presidir ao serviço da leitura publica, quando o exigirem circumstancias extraordinarias;

4º, substituir os chefes das respectivas secções nos seus impedimentos;

5º, organizar os catalogos systematicos sob a direcção dos respectivos chefes.

#### DO CONSERVADOR

Art. 9.º O conservador estará immediatamente subordinado ao chefe da 1ª secção, e terá por obrigação:

1º, examinar todos os dias si as obras pedidas no dia anterior foram collocadas nos respectivos logares; de qualquer falta encontrada dará logo parte ao chefe da secção, que communicará ao director;

2º, cuidar do serviço de encadernação e restauração dos livros, mappas, revistas e jornaes da Bibliotheca;

3º, além dos serviços aqui especificados, o conservador se occupará com todo e qualquer outro que o director determinar.

#### DOS SEGUNDOS OFFICIAES

Art. 10. Tres dos 2ºs officiaes presidirão por escala o serviço da sala publica, um auxiliará o serviço de permutações internacionaes e o quinto se occupará com o serviço que pelo director for designado, cabendo a todos substituir os 1ºs officiaes em seus impedimentos.

Aos tres primeiros compete :

1º, na presidencia da sala da leitura publica, consultar os catalogos e facilitar as investigações dos estudiosos ;

2º, zelar a boa ordem e regularidade do serviço das salas de leitura, tendo especial cuidado nos objectos confiados aos leitores, para que se não extraviem ou estraguem e activando o trabalho dos seus subordinados, afim de que o publico seja sempre servido com a maior urbanidade e diligencia ;

3º, entregar, no fim de cada dia, aos chefes de secção a estatística das obras consultadas e das que tiverem sido pedidas, que não existam na casa, dando conta de qualquer occurrencia importante que tenha havido nas salas.

Art. 11. Os officiaes que se acharem de serviço nas salas de leitura não poderão ausentar-se dellas sem deixar quem os substitua e terão sob suas ordens os auxiliares.

#### DOS AMANUENSES

Art. 12. Os amanuenses da Bibliotheca serão distribuidos da seguinte forma : tres para a 1ª secção, dous para a secretaria, um para auxiliar o serviço de permutações internacionaes e um para a secção de manuscritos.

Incumbe-lhes :

1º, desempenhar-se dos trabalhos de cópia, arrumação e conservação, que lhes forem designados pelos seus chefes, incluindo o serviço das salas de leitura, sempre que a affluencia de leitores ou a exiguidade do pessoal o exigir ;

2º, substituir os 2ºs officiaes nos seus impedimentos.

#### DOS AUXILIARES

Art. 13. Aos auxiliares, que serão em numero de seis, incumbe :

1º, fazer por turma o serviço das salas publicas, dando aos leitores os livros, os manuscritos e mais objectos que forem pedidos, e recebendo-os no fim, segundo o processo admittido na repartição ;

2º, desempenhar os trabalhos que pelos chefes de secção lhes forem designados ;

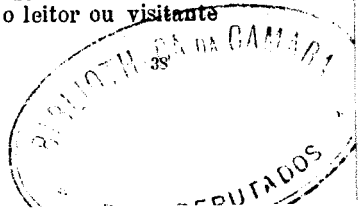
3º, substituir os amanuenses em seus impedimentos.

#### DOS CONTINUOS, DO PORTEIRO E SEU AJUDANTE

Art. 14. Aos continuos, que estacionarão sempre nas vizinhanças das salas de leitura, ou em lugar por onde o publico tenha de passar para ir a ellas, incumbe :

1º, não deixar entrar pessoa algum sem lhe dar uma senha numerada, que tornarão a receber, quando o leitor ou visitante se retirar ;

Poder Executivo 1894



2º, não consentir que entre ou saia pessoa alguma, ainda mesmo empregado da Bibliotheca, com livros, pasta ou rolos de papeis ; neste caso, os guardarão para lh'os entregar na sahida, por occasião de receberem a senha numerada; quando, porém, o leitor necessitar de levar consigo alguns papeis, livros ou pastas para auxiliar o seu estudo, requisitará do chefe de secção uma guia por este assignada, na qual se declarem os objectos com que tem de entrar e com que poderá sahir; esta guia recebel-a-ha o continuo, que a apresentará ao porteiro, de quem receberá os objectos e a conservará para verificação na sahida, entregando-a logo depois para archivar na secretaria ;

3º, conservar-se o maior tempo que for possível no seu posto no qual, em caso urgente, deixarão para substituí-los um servente.

Art. 15. Por qualquer infracção do artigo antecedente serão os continuos punidos com o desconto de vencimentos ou suspensão, ao prudente arbitrio do director, ou finalmente com demissão.

Art. 16. Os continuos se revezarão no serviço, trabalhando um das 10 horas da manhã às 4 da tarde, e outro das 4 da tarde às 9 da noite.

Art. 17. Ao porteiro, que será obrigado a residir no edificio, incumbe ;

1º, estacionar na porta da Bibliotheca, de onde, durante as horas em que se achar aberta ao publico, não poderá sahir sem licença do director ou sem deixar um substituto ;

2º, attender à regularidade do trabalho dos serventes e zelar a limpeza do edificio e sua conservação ;

3º, não deixar entrar pessoa alguma sem dar-lhe uma senha numerada, recebendo e guardando os objectos de que trata o art. 14, para restituil-os quando o leitor ou visitante se retirar, arrecadando a senha entregue.

Art. 18. O ajudante do porteiro substituirá a este nos seus impedimentos, e o auxiliará no serviço.

#### DO MACHINISTA

Art. 19. Ao machinista incumbe:

1º, dirigir o serviço da illuminação electrica da Bibliotheca, requisitando do director os supprimentos de que houver mister para que o serviço seja feito com regularidade ;

2º, sujeitar à apreciação do director da Bibliotheca, que resolverá como lhe parecer mais acertado, todas as modificações por que deva passar o serviço de que está encarregado e tendentes ao seu aperfeiçoamento ;

3º, velar pela boa conservação das machinas, appparelhos e, em geral, de todos os utensilios destinados ao serviço que lhe está confiado ;

4º, propor ao director da Bibliotheca, a quem compete contractual-a, a pessoa que lhe deve servir de ajudante na qualidade de foguista.

#### DAS DISPOSIÇÕES COMMUNS A TODOS OS EMPREGADOS

Art. 20. Haverá na sala do director um livro de ponto, onde, á medida que forem chegando e na hora da sahida, todos os empregados assignarão seus nomes. O ponto será encerrado pelo director á hora em que deve começar o trabalho das differentes turmas.

Art. 21. A respeito da falta dos empregados e dos descontos dos respectivos vencimentos se observarão as disposições em vigor na Secretaria de Estado.

Art. 21. Nenhum empregado se poderá occupar em trabalhos alheios á Bibliotheca durante as horas do expediente, e serão responsaveis por quaesquer extravios e damnos nos serviços a seu cargo.

#### DA LEITURA PUBLICA

Art. 23. A Bibliotheca Nacional estará aberta das 10 horas da manhã ás 9 da noite, sem interrupção.

Art. 24. O serviço da sala de leitura será feito por turmas compostas de auxiliares e presidida cada uma por um 2º official ; ficando ao arbitrio do director determinar o numero das turmas e o pessoal de auxiliares de que cada turma deve constar.

Art. 25. Na Bibliotheca serão admittidas sómente as pessoas, de ambos os sexos, maiores de 14 annos, que se apresentarem decentemente vestidas. Meia hora antes do encerramento dos trabalhos não será permittido fazer pedidos.

Art. 26. Assim os leitores como os visitantes receberão do continuo, ao entrar, uma senha numerada ; com ella se dirigirão á mesa do official de serviço, e no boletim que por este lhes for dado inscreverão o numero da senha, o titulo circumstanciado da obra que desejarem consultar, sua assignatura e morada.

Art. 27. A' vista do boletim, o official procurará nos catalogos a obra pedida ; si ella existir na casa, inscreverá no mesmo boletim as indicações necessarias para que o auxiliar a encontre ; si, pelo contrario, não houver o livro procurado, fará esta declaração por escripto, e entregará ao leitor a sua senha numerada, que será restituída ao continuo na occasião da sahida.

Art. 28. Recebido o boletim com a indicação do logar em que se achar a obra pedida, o auxiliar com toda a presteza a entregará ao leitor, declarando por escripto, no mesmo boletim, que assignará, o numero de volumes que der.

Em seguida entregará o boletim ao official. O leitor, para rehaver na sahida a sua senha, será obrigado a restituir o mesmo numero de volumes e taes como os tiver recebido.

No caso de já estar deteriorado algum livro, o auxiliar deverá mencionar esta circumstancia no boletim, para desengargo do leitor.

Art. 39. Nenhum livro em brochura será prestado ao publico, a não serem as revistas litterarias e scientificas, nacionaes e estrangeiras, e isso mesmo a pessoas que fizerem estudos serios, ou que pelos seus precedentes na Bibliotheca houverem provado o seu zelo no modo do tratar os livros.

Art. 30. Nunca poderão duas obras ser pedidas em um só boletim.

Tambem mais de tres não poderão ser dadas ao leitor a um tempo, salvo si para isso houver licença expressa do director.

Art. 31. Si o leitor declarar que no dia seguinte voltará a consultar a mesma obra, poderá esta deixar de ser collocada no respectivo logar; o official a reservará á mão com um apontamento do nome do leitor e da data.

Si, porém, o leitor não voltar no dia seguinte, o livro será restituído ao seu logar.

Art. 32. Os livros raros só serão confiados ao publico em uma mesa especial, e o mais proximo possível da inspecção vigilante do official de serviço.

Quanto aos manuscriptos e estampas, serão sem excepção prestados ao exame dos estudiosos em presença de qualquer dos empregados da secção.

Art. 33. Na mesa dos livros raros serão lidas tambem as obras enriquecidas de numerosas estampas, e as pessoas que as consultarem não poderão servir-se de tinta; tomarão notas ou farão desenhos a lapis.

Art. 34. O leitor não poderá collocar o papel, em que escrever ou desenhar, sobre o livro ou objecto que lhe for entregue.

Art. 35. A cópia das cartas geographicas será feita sómente a lapis em papel vegetal e não embebido de oleo, e precedendo para isso a permissão do chefe de secção.

E' prohibido applicar o compasso ás cartas geographicas.

Art. 36. Sendo propriedade do Estado os manuscriptos da Bibliotheca, ninguem poderá tirar cópia delles nem imprimil-os sem expressa licença do Ministerio respectivo, com audiencia do director da Bibliotheca. As pessoas a quem for concedido este favor ficarão obrigadas a dar á Bibliotheca tres exemplares da obra publicada, além do que por lei lhe é devido pela typographia.

Art. 37. Havendo manuscriptos reservados, não poderão estes ser patentes ao leitor sem expressa permissão do director; e quando porventura a taes manuscriptos se referir a licença para tirar cópia, de que trata o artigo antecedente, empregar-se-hão todos os meios adequados para preserval-os de qualquer accidente.

Art. 38. Para fazer extractos dos manuscriptos communs ou tirar cópia de alguns trechos sómente, bastará a permissão do chefe de secção.

Art. 39. Nenhuma estampa solta será mostrada ao publico sem licença expressa do chefe de secção; esta prohibição não se estenderá ás photographias.

Art. 40. Nas secções de manuscritos e estampas por-se-ha em pratica o mesmo processo dos arts. 26, 27 e 28.

Art. 41. O director da Bibliotheca providenciará para que se não facilitem a menores de 21 annos obras que offendam a moral.

Art. 42. Nas salas de leitura é absolutamente prohibido conversar em voz alta, fumar, passear ou proceder de fôrma que distraia e perturbe o estudo.

Neste particular, o official terá o maior cuidado, até ao ponto de reclamar a retirada do infractor.

#### DOS EMPRESTIMOS DE LIVROS

Art. 43. Dos empréstimos, feitos com permissão expressa do director, lavrar-se-ha um registro alphabetico por nomes de autores, em que serão lançados: o nome do autor da obra, o titulo exacto desta, a data e duração do empréstimo, a data da restituição, o valor dos livros emprestados e seu estado de boa ou má conservação; finalmente, o nome, a morada do leitor, o qual assignará do seu proprio punho para firmar a sua responsabilidade.

Art. 44. Só poderão ser emprestados livros de facil aquisição, e isso mesmo a pessoas residentes na Capital Federal e de reputação notoria; mas os livros raros ou de elevado custo, folhas diarias ou periodicas, dictionarios e livros de assidua consulta, mappas, estampas e manuscritos, não poderão sahir da Bibliotheca.

Art. 45. A duração do empréstimo, nunca maior de um mez, será estipulada pelo director; e o mesmo individuo não poderá ter em seu domicilio mais de tres obras da Bibliotheca a um tempo.

Art. 46. O director terá o direito de reclamar, antes de expirar o prazo marcado, a entrada dos livros emprestados, e a pessoa que não satisfizer a reclamação será privada para sempre da faculdade de obter outros livros por empréstimo.

As pessoas que, expirado o prazo, não restituirem á Bibliotheca os livros que tiverem obtido por empréstimo, ou os restituirem visivelmente deteriorados, serão obrigadas a substituil-os por novos, e si o não puderem fazer, indemnisarão á Bibliotheca segundo a estimativa do director.

Art. 47. Os empregados da Bibliotheca poderão gosar do privilegio do empréstimo, consentindo o director e sujeitando-se elles a todas as prescripções acima mencionadas.

#### DA NOMEAÇÃO, DAS LICENÇAS E DA APOSENTADORIA DOS EMPREGADOS

Art. 48. O director da Bibliotheca será de livre nomeação do Governco.

Art. 49. Os chefes de secção serão nomeados por decreto, mediante concurso, o qual versará sobre: latim, inglez, historia, geographia, litteratura, e mais, *bibliographia* ou *iconographia* e *numismatica* ou *diplomatica*, conforme as secções a que se destinam.



Art. 50. Os 1.<sup>os</sup> e 2.<sup>os</sup> officiaes serão nomeados por decreto, sendo providos os logares por accessos dentre os 2.<sup>os</sup> officiaes e amanuenses da Bibliotheca, sob informação reservada do director, levando-se para isso em conta especial o valor dos trabalhos bibliographicos e litterarios que, porventura, tenham apresentado e o modo distincto por que se hajam desempenhado de seus deveres.

Art. 51. Os amanuenses serão nomeados por portaria, mediante concurso, o qual versará sobre: portuguez, francez, noções de geographia, historia e litteratura e provas praticas elementares de bibliographia, iconographia, numismatica e diplomatica.

Art. 52. O secretario será nomeado por decreto, mediante concurso, o qual versará sobre: portuguez (relacção), traducção e composição de francez, inglez e allemão, geographia e arithmetica.

Art. 53. O processo dos concursos será regulamentado pelo Governo em instrucções organisadas para esse fim, sob proposta do director da Bibliotheca.

Art. 54. A qualquer dos concursos poderão apresentar-se empregados da Bibliotheca e pessoas extranhas à Repartição; mas, em igualdade de circumstancias na classificação, serão preferidos: I, aquelles empregados; II, os que tenham graduação scientifica.

Art. 55. Os auxiliares e continuos, o porteiro e seu ajudante, e o machinista serão nomeados por portaria do Ministro respectivo, mediante proposta do director.

Art. 56. O director contractará o ajudante do machinista e os serventes que forem precisos.

Art. 57. Os empregados da Bibliotheca, nomeados por decreto ou portaria, poderão obter licenças do Governo e ser aposentados, na conformidade do disposto em relação aos da Secretaria de Estado.

#### DAS FERIAS

Art. 58. As ferias da Bibliotheca serão aproveitadas para os trabalhos da remoção dos livros, reparos e limpeza do edificio e quaesquer alterações que, a bem do estabelecimento, julgar o director acertadas.

Para este serviço serão chamados alternadamente os chefes de secção, officiaes, amanuenses e auxiliares que forem precisos.

#### DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 59. Os actuaes segundos officiaes e amanuenses só terão accesso mediante concurso, para o qual poderá inscrever-se qualquer pessoa extranha à Repartição, guardada, porém, sempre para a nomeação a ordem de preferencia indicada no art. 54.

Art. 60. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de agosto de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.

## Tabella a que se refere o art. 3º deste regulamento

CATEGORIAS	VENCIMENTOS, SENDO 2/3 DE ORDENADO E 1/3 DE GRATIFICAÇÃO	
	Mensual	Annual
Director.....	600\$000	7:200\$000
Secretario 1º official.....	400\$000	4:800\$000
Chefes de secção.....	500\$000	6:000\$000
Primeiros officiaes.....	400\$000	4:800\$000
Conservador.....	350\$000	4:200\$000
Segundos officiaes.....	300\$000	3:600\$000
Amanuenses.....	250\$000	3:000\$000
Auxiliares.....	150\$000	1:800\$000
Continuos.....	125\$000	1:500\$000
Porteiro.....	150\$000	1:800\$000
Ajudante de porteiro.....	125\$000	1:500\$000
Machinista.....	200\$000	2:400\$000

Capital Federal, 8 de agosto de 1894.— *Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1767 — DE 10 DE AGOSTO DE 1894

Extingue a Commissão das obras da barra do Rio Grande do Sul e incumbe dos respectivos serviços a Inspectoria do 6º districto dos portos e canaes maritimos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que, em virtude da rescisão do contracto celebrado para a execução das obras do melhoramento da barra do Rio Grande do Sul, é de conveniencia que taes obras sejam, sem demora, levadas a effeito, de conformidade com as disposições do decreto n. 160 de 15 de janeiro de 1890 e a lei n. 191 B, de 30 de setembro do anno proximo passado, art. 6º, n. 20, e perfeito cumprimento do decreto n. 1109 de 29 de novembro de 1890, resolve :

Incumbir a Inspectoria do 6º districto dos portos e canaes maritimos da execução immediata de todas as obras projectadas para o referido melhoramento, segundo o disposto no decreto n. 751 de 13 de setembro de 1890, devendo para esse fim considerar-se extincta aquella commissão, cujos demais serviços ficarão tambem a cargo da Inspectoria do 6º districto, que passa, de ora

em deante, a ser regida pelo regulamento que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1894, 6.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## Regulamento geral da Inspectoria do 6º districto dos portos e canaes marítimos da Republica dos Estados Unidos do Brazil

### CAPITULO I

#### SERVIÇOS A CARGO DA INSPECTORIA

Art. 1.º A Inspectoria do 6º districto marítimo cabe :

§ 1.º A execução de todos os serviços a que se refere o art. 8.º do decreto n. 1109 de 29 de novembro de 1890.

§ 2.º A execução dos trabalhos para melhoramento da barra e do porto do Rio Grande do Sul, a que se refere o decreto n. 751 de 13 de setembro de 1890.

§ 3.º Fiscalisação das obras do canal de Porto-Alegre á Laguna dentro dos limites do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 4.º Execução das obras para melhoramento do rio Uruguay.

### CAPITULO II

#### ORGANISAÇÃO DA INSPECTORIA

Art. 2.º Os serviços da Inspectoria do 6º districto marítimo subdividir-se-hão do seguinte modo :

§ 1.º Administração central de todos os serviços do 6º districto marítimo.

§ 2.º Execução das obras para conservação e melhoramento do porto do Rio Grande do Sul e seus canaes de accesso afim de attender-se convenientemente ás modificações que o melhoramento da barra trará á navegação.

§ 3.º Execução dos revestimentos das margens, léste e oeste, do canal do Norte, tendo-se em vista o melhoramento da barra.

§ 4.º Execução dos molhes da barra e da dragagem entre estes.

§ 5.º Fiscalisação das obras do canal de Porto-Alegre à Laguna, no trecho situado dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 6.º Execução das obras para melhoramento do rio Uruguay.

Art. 3.º Para execução de cada um dos serviços precitados serão organisadas secções reciprocamente independentes com pessoal proprio ou com o da administração central, segundo a importancia dos trabalhos e a juizo do inspector, estabelecendo-se, porém, para ambos os casos, regulamentos especiaes.

### CAPITULO III

#### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Art. 4.º Os serviços da administração central da Inspectoria competem exclusivamente ao inspector do districto, de accordo com as disposições dos arts. 18 e 19 do decreto n. 1169, e comprehendem :

§ 1.º A direcção geral de todos os serviços technicos da Inspectoria.

§ 2.º A secretaria.

§ 3.º O almoxarifado.

§ 4.º A thesouraria.

Art. 5.º A direcção geral dos serviços technicos compete :

§ 1.º A organização dos projectos geraes para as obras a executar-se.

§ 2.º Estabelecer os preços, orçamentos e especificações correspondentes, bem como as bases para contractos, ajustes, etc.

§ 3.º Rever os projectos parciaes ou fornecel-os.

§ 4.º Apreciar os preços parciaes, ajuizar dos materiaes e tolas e quaesquer circumstancias que possam influir sobre os trabalhos em execução e estudar as alterações que forem notadas nos logares adjacentes.

§ 5.º Estabelecer preços e condições das encomendas de materiaes, instrumentos e ferramentas a adquirir.

§ 6.º Organisar planos e orçamentos para as obras a fazer-se na officina geral, apreciação dos salarios e todas as diversas despesas ahi effectuadas, afim de estabelecerem-se os coefficients correspondentes.

§ 7.º Estudos sobre marés e observações meteorologicas que possam interessar directamente o systema hydrographico da barra e do porto do Rio Grande do Sul, afim de estabelecer-se com segurança a influencia das obras da barra sobre todo aquelle regimen e vice-versa.

Art. 6.º Para execução destes trabalhos o inspector poderá ser auxiliado por um ajudante de 2ª classe, um auxiliar technico de 1ª classe e um de 2ª, um desenbista de 1ª classe e dous de 2ª.

continua >

**Art. 7.º** A' secretaria, sob a immediata direcção do secretario, compete :

§ 1.º A direcção do expediente geral da contabilidade e do archivo.

§ 2.º O registro de nomeações, licenças e outras decisões sobre o pessoal.

§ 3.º O lançamento dos ajustes e contractos, dos termos de responsabilidade, etc.

§ 4.º A organização das folhas e ferias de pagamento do pessoal, de accordo com os pontos rubricados pelo inspector.

§ 5.º O exame e visto nas folhas, contas e certificados, depois de conferidos pelos escripturarios e no caso de estarem de accordo com as ordens e os despachos do inspector.

§ 6.º O conforme nas certidões e cópias de documentos passados pela secretaria.

§ 7.º O registro de entrada e sahida de papeis com indicações do processo e decisão que tiveram.

§ 8.º A organização de quadros estatísticos, relatorios, balancote de receita e despeza e outros trabalhos connexos.

§ 9.º Classificar e guardar em boa ordem todos os papeis, documentos de despeza, livros encerrados e tudo quanto for confiado á guarda do archivo.

§ 10. Proceder ás buscas, necessarias á prestação das informações que o inspector exigir.

§ 11. Passar certidões de documentos concernentes ao assumpto, quando for previamente autorizado pelo inspector.

**Art. 8.º** O secretario poderá ser auxiliado em seus trabalhos por um primeiro escriptuario, um segundo e um terceiro, além de tres amanuenses e um archivista.

**Art. 9.º** Ao porteiro incumbe :

§ 1.º Guardar o edificio em que funciona a Repartição, abril-o e fechal-o.

§ 2.º Cuidar da segurança e do asseio da casa, bem como dos moveis e utensilios da Repartição.

§ 3.º Escrever os despachos no livro da porta e attender ás partes.

§ 4.º Effectuar as despezas e compras para o expediente, com autorização prévia do inspector ; para esse fim receberá do thesoureiro da Inspectoria as quantias precisas, prestando-lhe contas, de accordo com as praxes estabelecidas.

§ 5.º Effectuar com promptidão o expediente externo da Repartição.

**Art. 10.** O porteiro poderá ser ajudado por dous auxiliares.

**Art. 11.** Ao almoxarifado, sob a immediata direcção do almoxarife, pessoalmente responsavel pelo que tiver sob sua guarda, cabe :

§ 1.º Arrecadação e arrolamento de todos os moveis e immoveis da Inspectoria, que lhe forem entregues.

§ 2.º Conservar em bom estado todos os materiaes que esti-

verem sob sua guarda e zelar pela boa ordem e asseio nos depósitos.

§ 3.º Effectuar a compra e venda dos objectos da Inspectoria, de accordo com as instrucções do inspector e as praxes estabelecidas.

§ 4.º Executar a carga e descarga de todos os materiaes destinados à Inspectoria, despachal-os e remettel-os para os devidos logares ou fornecel-os às secções.

§ 5.º Escripturar detalhadamente todo o movimento do pessoal e do material do almoxarifado, organizar as folhas de pagamento, conferir e visar contas depois de processadas.

Art. 12. O almoxarife poderá ter um ajudante, que o substituirá em suas faltas temporarias; quando estas forem, porém, prolongadas, o inspector designará previamente o substituto a quem o almoxarife deverá passar o serviço.

Art. 13. Além do ajudante, o almoxarife poderá ser auxiliado por um 2º escriptuario, dous terceiros e dous amanuenses.

Art. 14. A thesouraria ficará a cargo de um thesoureiro, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é directamente responsavel e a quem incumbe :

§ 1.º Receber na Alfandega do Rio Grande, ou na Delegacia do Thesouro Nacional em Porto-Alegre, as quantias requisitadas por ordem do inspector para os devidos pagamentos.

§ 2.º Ter a escripturação do livro caixa e seus annexos em perfeita ordem e sempre em dia.

§ 3.º Arrecadar os impostos, sellos, multas, indemnizações, depósitos, cauções e todas e quaesquer quantias semelhantes.

§ 4.º Effectuar os pagamentos da Inspectoria, tanto na sede desta como fóra della.

§ 5.º Arrolar convenientemente todos os documentos de receita e despeza e prestar contas semestralmente à Delegacia do Thesouro em Porto-Alegre, obtendo as quitações correspondentes.

§ 6.º Receber da Alfandega ou da Delegacia do Thesouro até a quantia de 2:000\$, no espaço de um anno, para pagamento de pequenas despezas correntes e à proporção que forem prestadas as respectivas contas áquellas Repartições.

Art. 15. A titulo de quebras, o thesoureiro receberá mensalmente a quantia de 15 % ( quinze por cento ) de seus vencimentos.

Art. 16. O thesoureiro prestará a fiança de 10:000\$ e o almoxarife a de 5:000\$, nos termos e pelos modos facultados por lei.

## CAPITULO IV

### DO PESSOAL

Art. 17. Serão nomeados por decreto o inspector e os engenheiros de porto, e por portaria do Ministro, sob proposta do inspector, os ajudantes.

Os demais cargos serão de nomeação do inspector e, sob proposta dos chefes de secção, os que delles dependerem.

Art. 18. Nos casos de preenchimento de logares nas diversas secções da Inspectoria e quando, a juizo do inspector, houver nesta pessoal habilitada, terá este preferencia.

Art. 19. Todo o pessoal será demittido pela mesma forma por que houver sido nomeado.

Art. 20. O inspector será substituido em suas faltas ou impedimentos temporarios pelo engenheiro de porto mais antigo no serviço da Inspectoria, e este pelo ajudante da respectiva secção, si pelo inspector não for previamente designado outro substituto.

Art. 21. Nos mesmos casos, o secretario será substituido pelo 1º escriptuario, o almoxarife pelo seu ajudante e o thesoureiro por algum dos escriptuarios da Secretaria, de sua livre escolha proposto ao inspector, mas sob a responsabilidade do thesoureiro.

Art. 22. Nos impedimentos dos demais empregados, a substituição, quando for *ex-officio* nos termos do art. 23, § 1º, far-se-ha na ordem hierarchica dos cargos, a qual será estabelecida nos regulamentos especiaes de cada secção.

Quando o impedimento exceder a oito dias, o inspector designará outro substituto para o cargo impedido, si assim o julgar conveniente.

Art. 23. Nas substituições de empregados, nas suas faltas e impedimentos temporarios, serão observadas as seguintes regras:

§ 1.º A substituição se fará simplesmente *ex-officio* com accumulção de funcções, de conformidade com os arts. 20 e 21, quando as faltas ou os impedimentos do substituido não excederem de oito dias, nada percebendo o substituto, além de seus proprios vencimentos.

§ 2.º A substituição se fará por interinidade e o substituto deixará o exercicio de seu cargo, quando o impedimento ou a falta do substituto exceder de oito dias.

Neste caso, o substituto perderá os vencimentos e perceberá, a datar do nono dia, os do empregado substituido, quaesquer que sejam as vantagens que a este couberem durante o seu impedimento.

§ 3.º Quando, pela natureza especial do serviço, a substituição só puder ter logar com accumulção de funcções, a juizo do inspector, o empregado perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação do substituto, não devendo, porém, esta somma exceder á impertancia dos vencimentos do substituido.

Art. 24. O provimento dos logares que vagarem será feito por tres modos:

1º, livre escolha; 2º, accesso; 3º, concurso.

§ 1.º Serão nomeados por concurso os amanuenses.

§ 2.º Serão nomeados por accesso, attendendo-se de preferencia á aptidão e assiduidade, os 2º e 3º escriptuarios e os amanuenses que estiverem em taes circumstancias, a juizo do inspector.

§ 3.º Serão nomeados por livre escolha do inspector todos os demais empregados não especificados nos paragraphos antecedentes.

Art. 25. Competem aos empregados os vencimentos marcados nas tabellas C e D annexas ao presente regulamento.

Art. 26. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todos os vencimentos deste.

Art. 27. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada, a juizo do inspector, perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada sómente a gratificação correspondente aos dias em que faltou, até ao maximo de oito em cada mez.

As faltas que excederem deste numero só poderão ser abonadas em virtude de licença concedida ao empregado.

Art. 28. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; no caso, porém, de faltas consecutivas, serão descontados tambem os dias feriados comprehendidos nesse periodo.

Art. 29. São causas justificativas de faltas: 1.º, molestia do empregado; 2.º, nojo; 3.º, gala de casamento.

§ 1.º Serão provadas com attestado de medico, no qual venha mencionado o tempo provavel para tratamento e si este é incompativel com o exercicio do cargo, as faltas por molestia.

§ 2.º Compete ao inspector julgar da justificação das faltas.

Art. 30. As licenças aos empregados serão concedidas até 30 dias pelo inspector, e as de maior prazo pelo Ministro, precedendo audiencia do inspector e de accordo com as disposições do decreto n. 4484 de 7 de março de 1870.

Art. 31. As licenças serão concedidas com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações do exercicio.

§ 1.º Só por motivo de molestia provada se concederá licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes e de então em diante com metade do ordenado.

As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas a empregados que tenham, pelo menos, seis mezes de exercicio na Inspectoria ou em empregos de que tenham sido para ella removidos.

§ 2.º Por qualquer outro motivo justificado, a licença não excederá de seis mezes e, sendo com ordenado, ficará sujeita ao seguinte desconto: da quarta parte, sendo a licença até dous mezes; da metade, sendo por mais de dous até quatro mezes; e de duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

Art. 32. O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas reformas e prorrogações dentro de um anno, a contar do dia em que o empregado entrar no goso da primeira que obtiver, será somado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Da mesma forma proceder-se-ha nos periodos annuaes anteriores.

Art. 33. Nos casos, porém, de licença com ordenado, de que trata o art. 31 e seus paragraphos, findo o prazo maximo de



um anno, não será renovada ou prorogada nessas condições, sem que o empregado volte ao effectivo exercicio de seu cargo e nelle permaneça por tempo, pelo menos, igual ao da ausencia determinada pelo goso da licença.

Art. 34. Ficará sem effeito a licença concedida, si o empregado que a tiver obtido não entrar no goso della dentro do prazo de 30 dias, contado do dia em que o acto da concessão for publicado ou lhe for communicado.

Art. 35. O disposto nos artigos antecedentes terá tambem applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos.

Art. 36. Em caso de accidente em serviço, nada se descontará, durante o tratamento, dos vencimentos ou diarias dos empregados feridos ou contundidos.

§ 1.º Em caso de inutilisação, o empregado terá direito a um logar consentaneo com o seu estado e cuja paga seja, pelo menos, igual á que percebia, fornecendo-lhe a Inspectoria os meios artificiaes que a orthopedica aconselha.

§ 2.º Em caso de morte, em consequencia de accidente, o sepultamento será feito a expensas da Inspectoria, que abonará á familia um mez de vencimento, além do que estiver vencido.

Art. 37. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado, sem que tenha registrado a licença na secretaria da Inspectoria, com a declaração do dia em que começou a gosar-a e sem que se achem satisfeitas as exigencias legais.

Art. 38. O empregado que, sem causa justificada, faltar seguidamente mais de 15 dias, será considerado demittido.

Art. 39. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes que forem expedidos pelos chefes de serviço e approvados pelo inspector.

Art. 40. Todo o trabalho dos empregados de serviço braçal, executado além das horas do serviço ordinario, será retribuido com um acrescimo, que poderá attingir, conforme a duração e as condições do mesmo serviço, até ao duplo da respectiva gratificação.

Art. 41. As faltas disciplinares commettidas pelos empregados, as quaes não constituirem crimes definidos na legislação, serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes penas:

- 1.ª Simple advertencia ;
- 2.ª Reprehensão em ordem de serviço ;
- 3.ª Multa até um mez de vencimentos ;
- 4.ª Suspensão até 30 dias ;
- 5.ª Demissão.

§ 1.º O inspector poderá impôr qualquer das penas acima designadas aos empregados de sua nomeação e as de advertencia e suspensão até 15 dias aos de nomeação do Ministro, a quem dará conhecimento immediato.

§ 2.º Os chefes de secção poderão impôr as penas de advertencia, suspensão ou multa até cinco dias ao pessoal sob suas ordens

e as de multa até 15 dias e de demissão aos empregados de serviço braçal de sua nomeação, observando as regras estabelecidas relativamente aos funcionarios de maior categoria e comunicando o seu acto em qualquer dos casos á approvação do Inspector.

Art. 42. Quando algum dos engenheiros ajudantes ou demais pessoal tiver de ausentar-se temporariamente, em serviço, da respectiva séde, perceberá, a titulo de despesa de viagem, uma gratificação diaria de 2\$000 a 7\$000, cabendo neste caso ao inspector a diaria maxima.

Art. 43. Gratificações analogas ás do artigo precedente poderão tambem ser concedidas, mediante autorisação do Ministro, como remuneração de trabalhos effectuados fóra das horas do serviço ordinario e tambem como premio ou recompensa de ~~pro-~~vido zelo, actos de coragem e previsão nos casos de accidentes, ou quando estes forem imminentes, e de melhoramentos notaveis propostos e adoptados no serviço de que estiver encarregado o empregado.

Art. 44. Não soffrerá desconto o empregado que faltar á Repartição :

§ 1.º Por estar encarregado pelo inspector de qualquer trabalho ou commissão concernente a serviço da mesma Repartição.

§ 2.º Por estar servindo cargos gratuitos obrigatorios em virtude de lei.

Art. 45. Os empregados, actualmente em exercicio, serão tanto quanto possivel preferidos para os logares creados por este regulamento, quer sejam de nomeação do Ministro, quer do inspector, tendo-se sempre em vista a antiguidade, zelo e aptidão.

Art. 46. Nenhum empregado da Inspectoria poderá entrar em serviço sem ter previamente preenchido todas as formalidades estabelecidas por lei e inherentes ao cargo respectivo.

Capital Federal, 10 de agosto de 1894.— *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Tabella C**

CATEGORIAS	VENCIMENTOS MENSUAES
Almoxarife .....	400\$000
Secretario .....	380\$000
Thesoureiro .....	350\$000
Ajudante do almoxarife .....	280\$000
1º escriptuario .....	280\$000
2º dito .....	250\$000
3º dito .....	200\$000
Amanuense .....	180\$000
Desenhista de 1ª classe .....	280\$000
Dito de 2ª classe .....	200\$000
Archivista .....	190\$000
Porteiro .....	120\$000

**Observações**

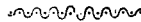
Destes vencimentos duas terças partes serão consideradas como ordenado e uma terça parte como gratificação.

Capital Federal, 10 de agosto de 1894.— *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Tabella D**

CATEGORIAS	DIARIAS MAXIMAS
Mestre de officina.....	13\$500
Contra-mestre de officina.....	9\$000
Fiscal de materiaes.....	7\$000
Ajudante de corda.....	6\$000
Observador.....	4\$000
Operario de officina, 1ª classe.....	8\$500
Mestre de draga a vapor, 1ª classe.....	7\$500
1º machinista.....	7\$500
Contra-mestre de draga a vapor.....	4\$800
Cabo de foguista.....	4\$300
1º foguista.....	4\$000
1º marinheiro.....	3\$500
Carvoeiro.....	3\$000
Guincheiro de draga.....	3\$000
Marinheiro.....	2\$900
Trabalhador braçal.....	2\$600
Dito especial.....	10\$000
Guarda nocturno.....	2\$500

Capital Federal, 10 de agosto de 1894.— *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1768 — DE 10 DE AGOSTO DE 1894

Approva a planta organisa da pela Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, para abertura de ruas na área adquirida pelo arrazamento do morro do Senado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, cessionaria do contracto celebrado para arrazamento do morro do Senado, de accordo com a clausula 2ª das que acompanham o decreto n. 7181 de 8 de março de 1879, resolve approvar a planta organisa da por aquella empreza e que com este baixa authenticada pela Directoria Geral das Obras Publicas

da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, das ruas que devem ser abertas na área adquirida pelo desmante e arrazamento do alludido morro do Senado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Maccdo da Fontoura Costallat.*



# DECRETO N. 1769 — DE 10 DE AGOSTO DE 1894

Declara caduca a concessão de terras devolutas de que tratam as clausulas 10ª e 15ª dos contractos approvados pelos decretos ns. 4735 de 7 de junho de 1871 e 6826 A de 29 de dezembro de 1877.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que *The Amazon Steam Navigation Company, limited* é cessionaria do contracto celebrado com a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, que foi approvado por decreto n. 1445 de 2 de outubro de 1854 e innovado e modificado por decreto n. 1988 de 10 de outubro de 1857;

Considerando que a referida companhia, nos termos da clausula 10ª do contracto que acompanhou o decreto de transferencia sob n. 4735 de 7 de junho de 1871, e clausula 15ª, do que baixou com o decreto n. 6826 A de 29 de dezembro de 1877, ficou obrigada a aproveitar annualmente duas leguas quadradas dos 23 territorios, cujo dominio foi assegurado á subrogante pela clausula 21ª do contracto annexo ao supra mencionado decreto n. 1988 de 10 de outubro de 1857;

Considerando que os favores e obrigações decorrentes dos citados contractos foram considerados subsistentes, em virtude das prorogações concedidas pelos decretos ns. 9540 de 26 de dezembro de 1885 e 1169 de 17 de dezembro de 1892;

Considerando que todas as concessões de terras devolutas eram no antigo regimen do Imperio em tudo sujeitas ás disposições da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 e seu respectivo regulamento de 30 de janeiro de 1854;

Considerando que o intuito do Governo Geral, quando fez tão larga concessão de terras e a titulo gratuito, o que constitue um favor excepcional, foi principalmente accelerar o povoamento dos extensos territorios do Amazonas;

Considerando que a companhia cessionaria, não só nos prazos estipulados na lei n. 601 de 1850 e respectivo regulamento,

deixou de executar as necessarias demarcações e discriminações, afim de legitimar e tornar effectiva a concessão das terras, sinão tambem que, conforme consta das informações prestadas ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, só demarcou dous dos vinte e tres territorios, sendo um em Itacoatiara em 1888 e o outro no lugar denominado Mauá em 1889 ;

Considerando tambem que em nenhum desses territorios fez a companhia o necessario aproveitamento e povoamento, sendo até notorio que o pouco beneficiamento que alli se encontra é inteiramente devido á iniciativa particular e do proprietario de alguns moradores, que nas mencionadas terras se localisaram sem a menor interferencia da alludida companhia ;

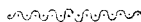
Considerando, finalmente, que a citada companhia, de posse dos titulos de propriedade desses dous territorios, mas sem o legitimo direito á sua propriedade por ter faltado a obrigações inherentes a esta parte do contracto, visto como dellos não se occupou nem os beneficiou, tem, todavia, empregado meios violentos contra os occupantes nelles domiciliados e com benfeitorias de sua propriedade, já intimando-lhes despejo, já exigindo-lhes dinheiro a titulo de arrendamento :

Resolve declarar caduca a concessão de terras devolutas a titulo gratuito transferida á supra mencionada empresa *The Amazon Steam Navigation Company, Limited*, de conformidade com o que estabelecem as clausulas 10<sup>a</sup> e 15<sup>a</sup> dos contractos que baixaram com os decretos ns. 4735 de 7 de junho de 1871 e 6826 A de 29 de dezembro de 1877.

Capital Federal, 10 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



# DECRETO N. 1771 (\*) — DE 17 DE AGOSTO DE 1894

Autorisa a *Brasil Great Southern Railway Company, Limited* para modificar sua linha ferrea no trecho que vai ter ao caes de Quarahim.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, resolve conceder-lhe autorisação para que no trecho de sua linha ferrea comprehendido entre a estação de

---

(\*) Com o n. 1770 não houve acto.

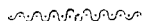
quaralim e o ctes, approved pelo decreto n. 9582 de 17 de abril de 1886, sejam feitas as modificações constantes do projecto que com este baixa, rubricado pelo director geral da Directoria da Viação, podendo despende com as referidas modificações a quantia de 10:775\$800.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1772 — DE 18 DE AGOSTO DE 1894

Concede autorisação á Companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, U. nited*, para continuar a funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para continuar a funcionar no Brazil, com as alterações feitas nos seus estatutos; ficando, porém, a companhia obrigada a continuar a observar as clausulas que laixaram com o decreto n. 9838, de 9 de janeiro de 1888, o bem assim a satisfazer as formalidades exigidas no art. 1º, § 2º, ns. 2 e 3, do decreto n. 161 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Eu abaixo assignado Johannes Jochim Christian Voigt, tradutor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal do Commercio desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, holandezza e hespanhola, com escriptorio á rua de S. Pedro n. 4, solteiro.

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos da *Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited*, escriptos

na lingua ingleza, afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

### **Memorandum de associação da «Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited»**

#### I

O nome da companhia é *The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited*.

#### II

O escriptorio registrado da companhia será sito na Inglaterra.

#### III

Os fins da companhia são :

a) Adquirir por compra ou por outra fôrma quaisquer minas, terras metallíferas, direitos, dominios e bens de mineração na America do Sul ou outra qualquer parte, e em particular adquirir certas minas de ouro, bens, terras, dominios e direitos actualmente ou de antes de propriedade de uma companhia incorporada em 1884 e conhecida por *Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited*, hoje em liquidação, juntamente com seu activo e effeito, e com vistas a isso celebrar e levar a effeito, com ou sem modificações, um contracto que foi preparado e está expresso ser feito entre Henry Crunden Sargent e Raoul Rogère, da primeira parte, a dita *Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited* (em liquidação), da segunda parte, e esta companhia da terceira parte, uma cópia do qual, para ser reconhecido, foi assignada por deus dos subscriptores do presente.

b) Realisar na America do Sul ou na Gran-Bretanha ou outra qualquer parte os negocios de exploração e trabalho do ouro, quartzão aurífero e outros metaes e mineraes, preparal-os para o mercado, extrahir e preparar metaes e productos mineries e dispor delles, e em geral realisar as operações de proprietarios de minas, metallurgistas, negociantes e trabalhadores em metal.

c) Melhorar, gerir, desenvolver, tirar vantagem, cultivar e realisar operações de cultivadores das terras e proprietades da companhia e de preparadores e negociantes do producto de cultivo das terras e proprietades da companhia ;

d) Construir ou adquirir na America do Sul, Gran-Bretanha ou outra qualquer parte, edificios, obras, machinismos, plantas e ferramentas, construir obras para esgotamento ou desenvolvimento de propriedades mineras, para irrigação ou desenvolvimento de propriedades agricolas ou para deposito, manufactura,



embarque, compra ou disposição de generos, fazer estradas (com ou sem trilhos), canaes, aqueductos, cursos de agua e outros trabalhos, para quaesquer fins que tenham relação com os negocios da companhia, dispor e tirar vantagem desses edificios, machinismos, plantas e ferramentas ou qualquer interesse em quaesquer dessas obras e adquirir e explorar materias rodantes, barcas, navios e meios de transporte, quer para disposição dos bens da companhia, quer como fonte independente de lucro;

e) Comprar ou por outra forma adquirir quaesquer bens moveis ou immoveis e quaesquer direitos, vantagens, privilegios, concessões ou licenças que possam ser necessaries ou convenientes para quaesquer dos negocios da companhia;

f) Adquirir direitos de patentes e privilegios de igual natureza no Reino-Unido ou em outro qualquer paiz, colonia ou Estado, para qualquer systema de manufactura de qualquer maneira em relação com quaesquer operações da companhia e tirar proveito disso manufacturando, conferindo licenças ou de outra forma.

g) Subscrever para qualquer empresa ou auxiliá-la quando offereça vantagens para os fins da companhia e comprar e possuir acções ou interessar em qualquer companhia ou sociedade que offereça essas vantagens;

h) Vender, alugar, dispor de qualquer propriedade mineral ou outra da companhia, quer a uma outra companhia ou outro comprador e quer por meio de venda ou transferencia ou por quaesquer outros termos e ou por acções em alguma companhia ou em termos de participar do lucros ou em outros quaesquer termos;

i) Fundir-se com qualquer companhia, corporação, firma ou pessoa que tenha fins semelhantes ou faça operações identicas a qualquer das desta companhia ou celebrar qualquer ajuste para participar dos lucros ou para cooperarem ou para auxiliarem-se mutuamente;

j) Empregar os dinheiros da companhia que não sejam immediatamente precisos da maneira que elle julgar conveniente;

k) Adquirir toda ou qualquer parte dos bens ou negocios de qualquer companhia ou associação que tenha fins identicos a qualquer dos desta companhia;

l) Levantar e tomar a emprestimo dinheiro da maneira que lhe parecer conveniente e hypothecar ou onerar absoluta ou condicionalmente toda ou qualquer parte dos bens moveis ou de raiz ou outro activo da companhia, incluindo chamadas por pagar ou capital não pago; tambem tomar a emprestimo qualquer importância ou importancias de dinheiro por titulos (*bonds* de *debentures*, letras de cambio, notas promissorias ou outros), como possa ser considerado conveniente ou vantajoso para a companhia, segundo possam os seus directores para determinar;

m) Proteger a qualquer outra companhia para adquirir todos ou qualquer parte dos bens e realisar qualquer dos compromissos da companhia, ou emprehender quaesquer negocios ou operações que possam auxiliar a companhia;

n) Distribuir quaesquer acções, *debentures*, garantias ou outros bens, entre os membros da companhia em especie;

c) Fazer tudo o mais que seja incidental ou que leve ao conseguimento dos fins supraditos ou de qualquer delles.

## IV

A responsabilidade dos membros é limitada.

## V

O capital da companhia é de oitenta mil libras, dividido em oitenta mil acções de uma libra cada uma, com poderes para augmental-o ou reduzi-l-o, e de fôrma que o capital da companhia (original ou augmentado) possa ser dividido em diferentes classes, possuido nos termos prescriptos pelos estatutos e resoluções especiaes da companhia e de fôrma que as respectivas classes de acções possam ter e estejam sujeitas ás preferencias e restricções (si houverem) que possam ser prescriptas pelos estatutos e resoluções especiaes. Qualquer parte do capital da companhia pôde ser emitido em fundo ou em acções, o qual será considerado ou creditado como parcial ou totalmente pago ou em garantas de acções ao portador para acções totalmente pagas e poderão ser pagos a quaesquer accionistas os juros que possam ser convenccionados sobre todas as importancias pagas em adiantamentos de clausulas.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e residencias se acham subscriptos, desejando nos formar em uma companhia de conformidade com este *memorandum* de associação, respectivamente concordamos tomar o numero de acções no capital da companhia expresso ao lado do nossos respectivos nomes.

Nomes, residencias e qualidades dos subscriptores	Numero de ac- ções tomadas por cada sub- scriptor.
Ernest William Mentle, 14 Grange Court Road, Stamford Hill, n. empregado do commercio.....	1
William Leonard Bailey, 21 Marsden Road, East Dulwich, S. E. contador.....	1
George Edward Payne, 86 Asylum Road, Peckham, A. S. E. empregado do commercio.....	1
Robin Bawtree, 5 Spring Dale Road, Mildmay Park, n. empregado commercial.....	1
William Smith, 39 Brownhill Road, Catford, S. E., se retario.....	1
Rowland John Jones, P. Milford, Terrace Catford, contador.....	1
John Ponsford, 76 Mount Street Grasswenor Square, W. empregado commercial.....	1

Datado de 19 de janeiro de 1893.

Testemunha das assignaturas acima— *George Hendel Wells*, 37 Albion Road, Dalston, n. E., contador.

N. 38.665 C — N. L. 37.702 — Certificado de incorporação da *Ouro Preto Brasil, limited*.

Certifico pelo presente que a *Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited*, foi incorporada de accordo com as leis de companhias, de 1862 a 1890, como companhia limitada em 19 de abril de 1893.

Passado por meu punho aos 25 de abril de 1893 — *Ernesto Cleave*, auxiliar do regístrador de companhias anonymas.

## Estatutos da «Ouro Preto Gold Mines of Brasil, limited»

As disposições da tabella A da lei sobre companhias de 1862 não terão applicação á companhia, porém em lugar dellas os estatutos da companhia serão como segue:

Art. 1.º Na comprehensão destes estatutos, as palavras que se acham no numero singular incluirão o plural, as que se acham no plural incluirão o singular, as que se acham no genero masculino incluirão o feminino, as palavras designando pessoas incluirão corporações, e escriptos incluirão impressões, lithographia e outros substitutos usuaes da escripta; «mez» entender-se-ha mez de calendario; «o regístror» significará o regístror de membros exigido pela lei de companhias de 1862.

### NEGÓCIOS

Art. 2.º O escriptorio da companhia será sito no lugar, em Inglaterra, que os directores possam a todo tempo designar.

Os directores poderão tambem estabelecer escriptores filiaes nos lugares que a todo tempo julgarem necessario para o effizaz funcionamento dos negocios da companhia.

A companhia, agindo pelos directores, poderá exercer todos os poderes da lei de 1864 sobre sellos de companhia.

Art. 3.º A companhia poderá encetar operações não obstante não estar distribuida ou subscripta qualquer parte do capital.

Art. 4.º As primeiras transacções da companhia serão alop-tar por sua parte o contracto mencionado na clausula 3ª, so-cção a do *memorandum* de associação, com ou sem modificações ou alterações que os directores julgarem convenientes e as outras partes de dito contracto sujeitarem-se, e executar os negocios de mineração e outros sobre os ditos bens.

Art. 5.º Os directores não serão responsaveis pela validade legal de qualquer contracto de mineração ou outros direitos de propriedade dos vendedores das terras mencionadas no *memoran-*

*dum* de associação, porém poderão aceitar o direito dos vendedores a ellas ; e com relação a direitos de mineração em qualquer parte das ditas terras sobre as quaes exista qualquer duvida, os directores poderão aceitar esses direitos de mineração como os vendedores ou possuidores.

## CAPITAL

Art. 6.º Os directores poderão (sujeitos ás disposições da lei sobre companhias, de 1867) emittir quaesquer acções integral ou parcialmente, pagas como pagamento ou parte de pagamento de qualquer propriedade adquirida pela companhia ou de obra feita para ella, e podem, com relação a quaesquer acções (incluindo acções em lugar de acções cahidas em commisso ou entregues), que a todo o tempo ficarem por emittir (depois de promoverem a aquisição das terras mencionadas no *memorandum* de associação), podem emittir-as ás pessoas e nos termos que elles julgarem convenientes.

Art. 7.º Si estiverem duas ou mais pessoas registradas como possuidoras de qualquer acção, qualquer uma dellas poderá passar recibos válidos por qualquer dividendo que for pago por essa acção.

Art. 8.º A companhia não será obrigada a reconhecer interesse parcial, equitativo, futuro ou contingente em qualquer acção, nem responsabilidade conjuncta ou dividida relativa a qualquer acção, nem qualquer outro interesse ou responsabilidade a respeito de qualquer acção, a não ser o interesse e responsabilidade do possuidor registrado da acção.

Art. 9.º Todo membro terá direito a um certificado como o sello commum da companhia, especificando as acções que elle possuir, com os respectivos numeros e as importancias que por ella tiver pago.

Art. 10. Si se estragar ou perder-se esse certificado, poderá elle ser renovado sob o pagamento de um *shilling* ou menor somma e com a indemnisação ou nos termos quanto á prova, ou de outra forma que os directores possam determinar.

Art. 11. Sujeitas a qualquer disposição em contrario que possa ser feita pela assembléa que sancionar o augmento de capital, todas as acções novas serão dispostas da maneira por que os directores julgarem de mais beneficio para a companhia.

Art. 12. Sujeito a quaesquer direitos especiaes, privilegios, prioridades ou vantagens que possam ser inherentes a quaesquer acções novas, qualquer capital levantado pela creação de novas acções será considerado como acções ordinarias e como parte do capital original, e essas novas acções serão sujeitas ás mesmas disposições com referencia ao pagamento de chamadas e ao confisco de acções por falta de pagamento de chamadas e por outra forma, como si essas novas acções tivessem feito parte do capital original.

Art. 13. Qualquer privilegio ou incidentes especiaes ligados a qualquer classe especial de acções podem, para o fim de dar esse privilegios ou incidentes especiaes no todo ou em parte, ser alterados por meio de resolução especial subsequente, comtanto que os possuidores de tres quartos ( $3/4$  dessa classe especial de acções) consintam por escripto em tal resolução especial; ficando entendido que os possuidores de acções ordinarias não serão considerados de classe especial para os fins deste artigo; e todas as acções da companhia serão consideradas serem emitidas e possuidas nos termos expressos neste artigo.

Art. 14. A companhia pôde a todo tempo reduzir o capital ou subdividir acções de maneira e com qualquer dos incidentes prescriptos ou conferidos pelas leis de companhias de 1867 e 1877.

#### CHAMADAS

Art. 15. Os directores podem, com relação a quaesquer acções não emitidas como realisadas integral ou parcialmente para a compra de propriedade, exigir que essa quantia seja paga sob applicação e distribuição da acção que elles julgarem conveniente, e podem a todo tempo fazer as chamadas a respeito de dinheiros por pagar por essas acções, como julgarem conveniente, não excedendo a cinco *shillings* por acção. Comtanto que (salvo ajustado por outra fôrma como parte do contracto para tomada de acções) seja dado aviso conveniente e um dia pelo menos de antecedencia a cada chamada, e que chamada nenhuma se tornará pagavel em um dia antes de tres mezes depois do dia em que a ultima chamada prévia se tornou pagavel; e cada membro será responsavel pelo pagamento da importancia da chamada ás pessoas e na época e lugar designados pelos directores. As prestações que tiverem de ser pagas por quaesquer acções emitidas em termos que prescrevam que os pagamentos deverão ser feitos em datas fixadas, serão consideradas como chamadas feitas de accordo com estes estatutos, e os supraditos pagamentos como e quando determinados por esses terminos.

Art. 16. A responsabilidade de membros conjunctos, possuidores de uma acção, em referencia ás chamadas sobre essa acção, será tanto separada como conjuncta.

Art. 17. Será considerado ter sido feita a chamada na época em que foi passada a resolução dos directores autorisando-a.

Art. 18. Si a chamada ou prestação a pagar-se por qualquer acção não for paga antes ou no dia designado para o seu pagamento, o possuidor actual dessa acção será obrigado a pagar juros sobre as referidas chamadas em atraso, á taxa que os directores determinarem, não excedendo a de 10 % ao anno, desde o dia designado para o seu pagamento até á data do pagamento effectivo.

Art. 19. Os directores podem, si julgarem conveniente, receber de qualquer accionista que queira adeant-a toda e qualquer parte das importancias por pagar sobre as acções que elle pos-

suir, além da somma actualmente chamada, e a importancia assim paga adeantada ou tanto quanto della estiver todo o tempo em adeantamento de chamadas, pôde, conforme convenção entre os directores e o accionista que a pagar, ser tratada ou como habilitando o possuidor de então da acção a dividendos ou dando-lhe direito a juros á taxa e nos termos que o accionista que fizer esse adeantamento e os directores convencionarem.

#### TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

Art. 20. O instrumento de transferencia de qualquer acção da companhia será passado tanto pelo transferente como pelo transferido, e o transferente será considerado ficar possuidor dessa acção até que o nome do transferido seja respectivamente lançado no registro.

Art. 21. As acções da companhia podem ser transferidas da forma seguinte ou de outra qualquer forma que os directores possam approvar:

« Eu...de...em virtude da quantia a mim paga por... pelo presente transiro ao referido... de numero...lançado em meu nome nos livros da *Ouro Preto Gold Mines of Brasil, Limited* para que o dito...a possua sujeito ás diversas condições sob as quaes eu a possua na época da execução deste.

E eu o referido... pelo presente concordo tomar a dita acção (ou acções) sujeito ás mesmas condições:

Em testemunha do que assignamos aos. . de...18...»

Art. 22. Antes do registro de qualquer transferencia o instrumento de transferencia será deixado no escriptorio da companhia juntamente com o certificado das acções que tem de ser transferidas e com qualquer outra prova que os directores possam exigir para provar-se o titulo do transferente, e a transferencia será de então por diante guardada pela companhia.

Art. 23. Pagar-se-ha pelo registro de qualquer transferencia ou transmissão de acções uma quantia não excedente a dous *shillings* e seis *pence* que os directores a todo tempo marcarem.

Art. 24. Os directores podem, dando ou não razão alguma, recusar o registro de transferencia de acções por qualquer um dos seguintes motivos:

Si o transferente for devedor á companhia ou obrigado para com a companhia por qualquer titulo ou nota ou outro contracto ainda por cumprir;

Si a transferencia não foi effectuada de conformidade com os regulamentos da companhia ou for contraria aos termos ou qualquer contracto entre o transferente e a companhia;

Si no caso de acções não integralizadas, o transferido for pessoa que, na opinião dos directores, não seja capaz de pagar chamadas.

Art. 25. Os livros de transferencia poderão ser encerrados durante o tempo que os directores possam determinar, contando que não o sejam por mais de 30 dias em cada anno.

Art. 26. Os testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido, que na época do seu fallecimento era o unico possuidor de qualquer acção, serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito a essas acções, e os sobreviventes de quaesquer accionistas conjunctamente habilitados a quaesquer acções serão as unicas pessoas reconhecidas como tendo direito ás acções assim conjunctamente possuidas.

Art. 27. Qualquer pessoa interessada em uma acção em razão de morte, fallencia ou insolvabilidade de qualquer accionista, ou de casamento de qualquer mulher accionista, ou por quaesquer outros meios legaes a não ser por transferencia, de conformidade com estes regulamentos, pôde, apresentando as provas que os directores julgarem sufficientes, ser ella mesma registrada como possuidora dessa acção ou pôde, apresentando essas provas e fazendo uma transferencia de accordo com estes regulamentos, fazer registrar o transferido como esse possuidor; ficando entendido que os directores terão o mesmo arbitrio de recusar o registro de um transferido como no caso de transferencias por membros registrados.

Art. 28. Pessoa nenhuma, reclamando um titulo para uma acção por transmissão, terá direitos a respeito de tal acção, excepto o de ser registrado ou fazer registrar o seu transferido, de accordo com os regulamentos da companhia, e um direito para receber dividendos (si houverem) actualmente declarados antes da morte ou outra transmissão de interesses.

#### COMMISSO DE ACÇÕES

Art. 29. Si qualquer accionista deixar de pagar qualquer chamada ou prestação no dia marcado para o seu pagamento, os directores podem em qualquer tempo depois, durante o tempo em que a chamada ou prestação estiver por pagar, mandar um aviso para que seja paga essa chamada ou prestação, juntamente com juro não excedendo a 10 % ao anno, e quaesquer despesas que tenham provindo por essa falta de pagamento; e declarando que no caso de não pagamento no dia e no logar (quer no escriptorio da companhia, quer em um banco, designados no dito aviso), a acção ficará sujeita a commisso.

Art. 30. Si as exigencias de qualquer aviso como dito acima não forem attendidas, a acção a cujo respeito tenha sido dado esse aviso, poderá ser em qualquer tempo depois confiscada por uma resolução dos directores para este fim, e o possuidor della deixará dahi por diante de qualquer interesse nella, e o seu nome será riscado do registro como possuidor, mas será, não obstante o confisco, responsavel pelo pagamento a companhia de todas as chamadas ou prestações devidas pelas acções na data do confisco e do respectivo juro, si houver.

## ENTREGA DE ACÇÕES

Art. 31. Si, por qualquer causa que seja, os directores julgarem conveniente, elles poderão acceitar a entrega de qualquer acção nos termos que julgarem convenientes, contanto que parte nenhuma do activo da companhia seja empregada na compra das suas próprias acções.

VENDA E CANCELLAÇÃO E REEMISSÃO DE ACÇÕES CONFISCADAS  
OU ENTREGUES

Art. 32. Os directores podem vender qualquer acção confiscada ou entregue, como julgarem conveniente, e registrar o comprador como o seu possuidor.

Art. 33. Os directores podem cancellar qualquer acção adquirida por confisco ou entregue, e emittir uma nova em lugar daquella.

## DIREITO DE PENHOR SOBRE ACÇÕES

Art. 31. A companhia terá um primeiro e primordial direito de penhor sobre as acções de qualquer membro que estiver em divida para com a companhia, e sobre todos os dividendos e beneficios que lhe couberem em virtude dessas acções, para o pagamento das dividas vencidas, ou por qualquer contracto por cumprir, e esse direito de penhor existirá por dividas devidas por esse membro, quer só, quer conjunctamente com qualquer outra pessoa, e por quaesquer dividas que se tornem devidas antes de um registro actual de uma transferencia, si os directores tiverem recusado esse registro por qualquer das razões já mencionadas e se estenderá a interesse absoluto em qualquer acção pertencente a um membro conjunctamente com outra qualquer pessoa.

Art. 35. A companhia terá o direito de effectuar esse penhor por venda ou confisco, reemissão das acções ou pela retenção de todos os dividendos e lucros relativos a ellas, ou por qualquer combinação dos mesmos meios.

## DIREITO A ACÇÕES

Art. 36. Afim de levar-se a effeito uma venda de qualquer acção adquirida pela companhia por confisco ou entrega, que os directores possam preferir vender a cancellar e reemittir uma ou uma acção a cujo respeito exista tal penhor, os directores podem executar sob o sello da companhia uma transferencia dessa acção ao seu comprador, e essa transferencia conferirá os mesmos direitos ao transferido como si ella tivesse sido executada pelo mesmo em cujo nome a acção tiver sido registrada; ficando entendido que a venda de qualquer acção a respeito de um penhor não terá logar sem aviso prévio de um mez ao seu possuidor registrado.

continua >



Art. 37. O recurso de qualquer accionista por qualquer irregularidade em qualquer confisco de uma acção ou na imposição de um penhor, ou penhor allegado sobre qualquer acção, será sómente por damnos, e o registro será prova concludente de direito a uma acção contra qualquer pessoa que reclame como possuidor primitivo de uma acção que os directores tenham tencionado confiscar, cancellar ou dispor segundo os regulamentos da companhia.

#### CONVERSÃO DE ACÇÕES EM CAPITAL

Art. 38. Os directores podem com a sanção da companhia, previamente dada em assembléa geral, converter quaesquer acções integralisadas em capital.

Art. 39. Quando quaesquer acções forem convertidas em capital, os diversos possuidores desse capital podem desde então transferir os seus respectivos interesses nelle ou qualquer parte desses interesses, da mesma maneira e sujeitos aos mesmos regulamentos, como e sujeitos aos quaes quaesquer acções no capital da companhia possam ser transferidas, ou tanto quanto as circumstancias o admittam. Porém, de maneira que os directores poderão crear regulamentos quanto á importancia minima de capital que pôde ser transferida e sobre que partes de uma libra (si houver) pôde ser transferido.

Art. 40. Os diversos possuidores do capital terão direito de participação nos dividendos e lucros da companhia, conforme a importancia de seus respectivos interesses em tal capital, e esses interesses conferirão, em proporção á sua importancia, aos seus respectivos possuidores os mesmos privilegios e vantagens para votarem em assembléa da companhia, e para outros fins, como si tivessem sido conferidos por acções de importancia igual no capital da companhia; porém, de forma que nenhum desses privilegios ou vantagens, excepto a participação nos dividendos e lucros da companhia, será conferido por qualquer parte aliquota de capital consolidado, como não teriam, si existindo em acções, sido conferidos esses privilegios ou vantagens.

#### GARANTES DE ACÇÕES

Art. 41. A companhia pôde emittir garantes nos e sujeitos aos termos, condições e disposições aqui adeante contidos com referencia a acções ou capital pagos, declarando que o portador do garante tem direito ás acções ou capital nelle especificados; esse garante terá effeito de conformidade com as disposições da lei de companhias de 1867, ou qualquer outra lei em vigor então a elles applicavel.

Art. 42. Os garantes de acções serão emittidos com o sello da companhia, assignados por dous directores e rubricados pelo secretario ou por outro qualquer empregado no logar do secretario para isso nomeado pelos directores.

Art. 43. Cada garante de acção conterà o numero de acções ou a importancia de capital e será no idioma e fôrma que os directores julgarem conveniente. O numero originalmente lançado em cada acção será declarado no garante de acção.

Art. 44. Serão annexados aos garanties de acções *coupons* a pagar-se ao portador do numero que os directores julgarem proprio, providenciando para os pagamentos dos dividendos ou juros sobre ou a respeito das acções ou capital nelles incluídos.

Art. 45. Os directores providenciarão, da maneira que elles julgarem a todo tempo conveniente, para a emissão de novos *coupons*, aos portadores de então de garanties de acções, quando os *coupons* a elles annexos tiverem acabado.

Art. 46. Cada *coupon* se distinguirá pelo numero do garante de acção ao qual elle pertence, e por um numero designando o logar que elle occupa na serie de *coupons* pertencentes áquelle garante. Os *coupons* não exprimirão serem pagos em nenhum período particular, nem conterão declaração alguma sobre a importancia que tiver de ser paga.

Elles serão pagos no logar ou logares e serão em outros respeitos na lingua e fôrma que os directores a todo tempo julgarem conveniente.

Art. 47. O portador de então de um garante de acções, sujeito, porém, aos regulamentos da companhia que na occasião sejam applicaveis ás acções ao portador e até á extenção sómente e sob as condições previstas, sera um accionista da companhia a respeito das acções ou capital especificados no dito garante de acção.

Art. 48. Depois de declarado pagar-se dividendos ou juros sobre as acções ou capital especificados em qualquer garante de acção, os directores publicarão um aviso em um jornal diario, publicado em Londres e em outros jornaes da Inglaterra ou fóra (si houver), que elles julgarem conveniente, declarando a importancia por acção ou por conta a pagar-se, a data do pagamento e o numero de serie do *coupon* que tem de ser apresentado; e dali qualquer pessoa que apresentar ou entregar um *coupon* daquelle numero da serie no logar ou em um dos logares declarados no *coupon* ou no dito annuncio, terá direito a receber á expiração desse numero de dias (não excedendo a cinco), depois da entrega que os directores a todo tempo marcarem, o dividendo ou juro por pagar-se por todas as acções ou capital especificados no garante de acção ao qual pertencer o referido *coupon*, de conformidade com o aviso que tiver sido assim dado por annuncio.

Art. 49. A companhia, não obstante qualquer aviso ou conhecimento que ella possa receber ou ter, não será responsavel por ou obrigada a reconhecer qualquer direito legal ou de equidade, titulo ou interesse em ou a respeito de quaesquer acções ou capital representados por um garante de acções, exceptuando os seguintes direitos:

a) Um direito absoluto ao portador de então de qualquer *coupon* assim avisado como acima dito para pagamento da importancia de dividendo ou juro sobre o garante de acção ao qual

pertencer o dito *coupon* que tiver sido como acima declarado pagavel á apresentação e entrega daquelle *coupon*.

Este direito, porém, absolutamente cessará e finalizará, si o dito portador de qualquer maneira perder ou extraviar o dito *coupon*, ou si este de alguma maneira se destruir.

b) Um direito absoluto ao portador de então ás accusações ou capital incluídos no referido garante e todos os benefícios nelle, além do dividendo ou juro que for, como acima dito, pagavel pelas ditas acções ou capital.

Este direito, porém, cessará e terminará absolutamente si o dito portador de qualquer maneira perder ou extraviar o dito garante de acção e *coupons* não annunciados, ou qualquer delles ou si os mesmos ou qualquer um delles de qualquer forma se destruir.

Art. 50. Pessoa nenhuma, como portador de um garante de acção terá o direito ou lhe será permittido de assistir ou votar ou exercer qualquer dos direitos de accionista em qualquer assembléa geral da companhia a respeito das acções ou capital especificados no garante de acções, salvo si com antecedencia de sete dias pelo menos, antes do dia marcado para a reunião, tiver depositado o dito garante de acção no escriptorio ou em qualquer lugar que os directores a todo tempo determinarem, juntamente com uma declaração por escripto do seu nome e residencia, e si o dito garante de acção ficar assim depositado até depois que a assembléa geral tiver tido lugar.

Os nomes de mais de uma pessoa como proprietarios collectivos de um garante de acção não serão recebidos.

Entregar-se-ha ao portador, que assim depositar um garante de acção, um certificado declarando o seu nome e residencia e o numero de acções, ou a importancia de capital especificada no garante de acção assim depositado por elle, o qual certificado lhe dará direito de assistir e votar na assembléa geral da mesma maneira (porém não mais) como si elle fosse accionista registrado a respeito das acções ou capital especificados no dito certificado, sob a entrega deste certificado a elle dado, sendo-lhe devolvido o garante de acção do qual tenha sido dado.

Art. 51. Pessoa nenhuma como portadora de um garante de acção terá direito de exercer, a respeito das acções ou capital nelle especificados, o direito conferido aos membros pelo art. 64, de assignar um requerimento para a convocação de uma assembléa geral extraordinaria ou do direito a elles dado pelo art. 66 para convocar essa assembléa, sem que antes que o dito requerimento seja deixado no escriptorio da companhia, ou que o aviso pelos accionistas que convocarem a assembléa seja publicado (segundo possa ser o caso) elle tenha depositado o dito garante de acção no escriptorio da companhia, juntamente com uma declaração por escripto do seu nome e residencia, e em qualquer destes casos o referido garante de acções ficará depositado até depois que tenha lugar a assembléa.

Art. 52. Pessoa nenhuma como portadora de garante de acções terá direito de exercer quaesquer dos direitos de um ac-

cionista, a não serem os mencionados no artigos 50 e 51, sem declarar o seu nome e residência, e apresentar o referido garante de acções (si os directores o exigirem) permittir que seja feito nelle um endosso de facto, data, fim e consequencia de sua apresentação.

Art. 53. O exercicio de todos os poderes da companhia com referencia ás acções ao portador e a emissão de garantes de acções será confiado aos directores. Não serão, porém, os directores obrigados a exercer os poderes de emittir garantes de acções, quer geralmente, quer em qualquer caso particular, a menos que em sua absoluta discreção elles julgarem conveniente assim fazer, e esta discreção não ficará sujeita á revisão ou interferencia de qualquer tribunal de justiça ou de equidade sob motivo nenhum.

Art. 54. Sujeito a uma resolução dos directores em contrario, nenhum garante de acções será passado sem um pedido por escripto, assignado pela pessoa que na occasião esteja inscripta no registro de accionistas da companhia, como possuidor da acção ou capital, a cujo respeito tiver de se passar o garante de acções.

Art. 55. O pedido será na fôrma e authenticado da maneira por que os directores a todo tempo determinarem, e será guardado no escriptorio, e os certificados das acções ordinarias a se extrahir, então, a respeito das acções ou capital que se pretender incluir nos garantes de acções que se tem de passar serão ao mesmo tempo entregues aos directores para serem cancellados, salvo si elles, no exercicio de sua discreção e sob os que julgarem convenientes, dispensarem essas entregas e cancellações.

Art. 56. Qualquer accionista registrado que pedir que lhe sejam passados garantes de acção a respeito de quaesquer acções ou capital, pagarão, na occasião de fazerem o pedido, aos directores, si estes julgarem conveniente exigir, o direito de sello que na occasião for imposto por lei nos garantes de acção, bem como uma despesa não excedendo um *shilling* por cada garante de acção, como os directores a todo tempo fixarem.

Art. 57. Si o portador de então de um garante de acção entregar-o aos directores para ser cancellado e pagar o sello imposto pela emissão de um novo garante de acção, e a despesa que não exceda de um *shilling* por cada garante de acção, segundo determinarem os directores a todo tempo, si julgarem conveniente, poderão passar-lhe novos garantes de acção pela acção ou acções ou capital especificados no garante de acção assim entregue para ser cancellado; porém, em circumstancia nenhuma elles passarão garante de acção nova por qualquer acção ou capital para os quaes tiver sido previamente passado garante de acção e sem que o garante de acção previamente passado tenha sido primeiramente entregue a elles para ser cancellado.

Art. 58. Si o portador de um garante de acção entregar-o afim de ser cancellado e ao mesmo tempo deixar no escriptorio uma declaração escripta, assignada por elle na fôrma e authenticada

na maneira por que os directores a todo tempo determinarem, pedindo para ser registado como accionista relativamente ás acções ou capital especificados no dito garante, e lançando na dita declaração o seu nome, appellido e estado ou occupação e residencia, elle terá direito a que seja o seu nome inscripto como accionista registado da companhia pelas acções ou capital especificados no garante de acção assim entregue. Ficando, porém, entendido que si os directores receberem aviso de qualquer reclamação por qualquer outra pessoa sobre o dito garante de acção, elles podem a seu arbitrio recusar registrar a pessoa que entregar o mesmo garante, como accionista em relação ás ditas acções ou capital, porém elles não serão obrigados a assim recusar nem sujeitos á responsabilidade alguma para com qualquer pessoa por não recusarem.

#### EMPRESTIMO DE DINHEIRO

Art. 59. Os directores poderão a todo tempo tomar a emprestimo para os fins da companhia e podem garantir o repagamento do emprestimo por uma hypotheca ou onus sobre todos ou quaesquer dos haveres da companhia quer contidos em *debentures* representando as importancias emprestadas ou em qualquer outro titulo ou documento, e podem emittir *debentures* para garantir o repagamento das importancias tomadas a emprestimo juntamente com os juros, sendo essas *debentures* perpetuas ou terminaveis e repagaveis por saques ou por outra forma; porém de maneira que a importancia total do dinheiro principal emprestado e que exista a qualquer tempo sob a garantia dessas *debentures* não exceda a quantia de £ 60.000. Os directores podem tambem (sujeitos aos direitos dos possuidores de *debentures* que forem emittidas como acima dito) tomar por emprestimo quaesquer sommas que não excedam no conjuncto a qualquer tempo a £ 20.000, para os fins convenientes da companhia.

Art. 60. Pessoa nenhuma que emprestar dinheiro ou que der credito á companhia será obrigada a indagar para que fim é o dinheiro pedido.

#### ASSEMBLEAS GERAES

Art. 61. A primeira assembléa geral terá logar na época, que não excederá de quatro mezes depois do registro da companhia, e no logar em que os directores possam determinar.

Art. 62. Terão logar as assembléas geraes subsequentes na epocha e logar que possam ser marcados pela companhia em assembléa geral, e si não for marcada outra epocha ou logar terá logar uma assembléa geral uma vez por anno na epocha e logar que possam ser determinados pelos directores.

Art. 63. As supramencionadas assembléas geraes serão chamadas assembléas ordinarias. Todas as outras assembléas geraes serão chamadas extraordinarias.

Art. 64. Os directores podem, sempre que julgarem conveniente, e quando houver requerimento feito por escripto e assignado por nunca menos de 10 accionistas da companhia possuindo no todo £ 10.000 de capital de acções nominaes, convocar uma assembléa geral extraordinaria.

Art. 65. Qualquer requerimento feito pelos accionistas exprimirá o fim da assembléa que se propõe convocar e deverá ser deixado no escriptorio registado da companhia.

Art. 66. Ao receberem este requerimento, os directores convocarão immediatamente uma assembléa geral extraordinaria.

Si não o fizerem dentro de quatorze dias da data do requerimento, os requerentes ou quaesquer outros membros que possuirem no conjunto acções no valor nominal de £ 10.000 poderão elles proprios convocar uma assembléa geral extraordinaria.

Art. 67. Oito dias (pelo menos) antes dar-se-ha aos accionistas aviso por escripto, especificando o lugar, dia e hora da assembléa, e no caso de negocios especiaes a natureza geral desses negocios, e esse aviso deverá outrossim especificar o lugar designado pelos directores para o deposito de garantias de acções e declarações, segundo o art. 50; porém a falta de recebimento desse aviso por qualquer accionista, ou a omissão accidental, de ser elle dado a qualquer accionista, não annullará os actos de qualquer assembléa geral.

#### PROCEDIMENTO DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 68. Todos os negocios serão considerados especiaes quando passados em uma assembléa geral extraordinaria; e todos os negocios serão considerados especiaes quando passados em uma assembléa ordinaria, com excepção da reeleição de directores que se retirarem, nomeações de contadores, sancção de dividendos e o exame de contas, balanços e o relatorio ordinario dos directores.

Art. 69. Negocio nenhum será tratado em assembléa geral sem que formem *quorum* os accionistas presentes por si ou por procuração na occasião em que a assembléa tratar de negocios.

Cinco ou mais accionistas que possuirem juntos ou representarem por procuração acções na importancia nominal de £ 1.000 ou mais formarão um *quorum*, com tanto que tres pelo menos deverão estar pessoalmente presentes.

Art. 70. Si dentro de meia hora de tempo marcado para a assembléa não houver *quorum*, será ella dissolvida si tiver sido convocada por accionistas segundo os poderes supraditos; em outro qualquer caso ficará ella adiada para o mesmo dia da proxima semana, na mesma hora e mesmo lugar ou para qualquer outro dia, hora e lugar que os accionistas então presentes determinarem.

Art. 71. Em qualquer assembléa geral originalmente convocada pelos directores, com ou sem requisição dos accionistas, os

accionistas presentes qualquer que seja o seu numero, terão a faculdade de resolver todos os assumptos que deveriam ter sido resolvidos na assembléa cujo adiamento teve lugar, si nella tivesse havido *quorum*.

Art. 72. A pessoa (si houver) nomeada neste caso pelos directores para presidente presidirá nesta qualidade em assembléas geraes da companhia.

Art. 73. Si não for nomeado esse presidente, ou si em alguma assembléa elle não estiver presente dentro de 15 minutos depois da hora marcada para ter lugar a assembléa, os accionistas presentes escolherão um dentre si para presidente.

Art. 74. O presidente pode com o consentimento da assembléa adiar qualquer assembléa a todo tempo e para qualquer lugar, porém, em uma assembléa adiada não se poderá tratar de outro negocio que aquelle que ficou por decidir-se ou incompleto na assembléa em que teve lugar o adiamento.

Art. 75. Em qualquer assembléa geral, salvo si for pedida votação, por escripto assignado por 10 accionistas pelo menos quer em pessoa ou cujos nomes estejam affixados por um procurador convenientemente constituido, uma declaração feita pelo presidente de que passou uma resolução ou não foi approvada, ou passou por uma maioria partidaria.

Art. 76. Não se pedirá votação alguma na nomeação de presidente ou em questão de adiamento.

Art. 77. Si for pedida uma votação como acima dito, ella será tomada da maneira por que o presidente determinar e o resultado della será considerado como uma resolução da companhia em assembléa geral. No caso de um empate de votos (quer por meio de levantamento de mãos, quer por escrutinio) em qualquer assembléa geral, o presidente terá direito a um segundo voto de desempate.

#### VOTOS

Art. 78. Cada accionista terá um voto por cada acção registrada no seu nome, porém nenhum terá direito de votar sem que tenha pago á companhia todas as importancias que a ella dever e nenhum accionista terá direito a mais de 2.000 (dous mil) votos.

Art. 79. Si um accionista se tornar mentecapto, o seu curador poderá votar em referencia ás suas acções, porém de outra forma voto nenhum será accedido a respeito de acções registradas no nome de uma pessoa legalmente impedida.

Art. 80. Si duas ou mais pessoas tiverem conjuntamente direito a quaesquer acções, ou pessoa cujo nome figurar em primeiro lugar no registro como um dos possuidores das ditas acções e não outra, terá direito de votar relativamente ás mesmas.

Art. 81. Os votos podem ser dados pessoalmente ou por procuração.

O instrumento nomeado procurador será por escripto, assignado pelo outorgante, ou, sendo esta corporação, contendo o respectivo sello social.

Art. 82. Pessoa nenhuma será nomeada procurador ou funcionará como tal em qualquer assemblea, sem que na epocha da nomeação seja accionista e qualificado a votar, nem sem que o instrumento de nomeação seja depositado no escriptorio registado da companhia, nunca menos de quarenta e oito (48) horas antes da hora marcada para a assemblea ou para qualquer adiamento della, em que o accionista nomeado pretende votar. Instrumento nenhum nomeando procurador terá validade depois da expiração de doze mezes, da data de sua execução, excepto para qualquer adiamento da assemblea, para a qual elle foi originalmente passado, e ainda excepto quando qualquer accionista, residindo no estrangeiro, tenha depositado no escriptorio da companhia um instrumento de procuração (competentemente sellado para este fim), válido para todas as assembleas, durante essa residência no estrangeiro e até revogação.

Art. 83. Todo instrumento de procuração será da forma seguinte, ou de uma forma para o effeito seguinte:

*«The Ouro Preto Gold Mines of Brasil, Limited.*

Eu... de... accionista da companhia acima, pelo presente nomeio... de... também accionista da mesma companhia, meu procurador, na assemblea geral ordinaria ou especial ou adiada da companhia, que terá lugar no... do mez proximo ou em qualquer adiamento da mesma, e para votar por mim e no meu nome, sobre todas as questões tratadas nessa assemblea. Em testemunho do que assigno aos... de... de 18...»

Art. 84. Si em uma assemblea geral forem dados ou contados votos que depois se verifique terem sido incompetentemente dados ou contados, elles não affectarão a validade de qualquer resolução ou assumpto passado ou feito na referida assemblea, salvo si a contestação desses votos for apresentada na mesma assemblea, e neste caso o presidente então alli mesmo decidirá si o erro é de importancia sufficiente a affectar essa resolução ou assumpto.

#### DIRECTORES

Art. 85. O numero de directores não excederá de sete (7) e não será inferior a tres (3).

Si o numero for reduzido, será o primeiro dever dos directores preencher as vagas, porém os actos dos directores não serão tidos por nulos durante as vagas.

Os directores terão a faculdade de, em qualquer tempo antes do anno de 1895, augmentar o seu numero dentro dos limites prescriptos.

Em addição ao acima dito, quaesquer outras pessoas poderão ser eleitas directores honorarios pelos subscriptores do *memorandum* e estatutos ou pela Junta dos directores.



Art. 86. As habilitações para director serão a posse de 500 acções ou mais da companhia.

Ficando entendido que nenhuma eleição de accionista para director será nula por falta de habilitação sufficiente, porém ninguém procederá como director sem que se mostre habilitado, e a pessoa que deixar de habilitar-se de um mez do calendario da sua eleição deixará de ser director.

Art. 87. Os primeiros directores serão as seguintes pessoas: Edmund Alfred Pontifex, de 72 Cornwall Gardens, Londres; John Taylor, de 6 Queen-Street Place, Londres; Emile de Wael, de 3 Great Winchester Street, Londres; Louiz Maichaim de 88 rue de la Victoire, Paris; François Pollak, 25 rue de Rocher, Paris.

Art. 88. Os directores podem nomear de entre si qualquer um para a qualquer tempo servir de director-gerente ou gerente com os deveres para qualquer parte dos negocios da companhia, que elles julgarem conveniente, e poderão eximil-o, durante o seu termo de funcções, de retirar-se por meio de turno de accordo com estes estatutos e pagar-lhe a remuneração que julgarem conveniente.

Art. 89. Na assembléa ordinaria do anno de 1894, e na assembléa ordinaria de cada anno subsequente, dous dos directores se retirarão do cargo (salvo os directores convençionem de outra forma), os dous que se tem de retirar serão os dous que ha mais tempo estiverem em funcções, ou no caso da primeira retirada, e outras occasiões em que não existam dous que estejam neste caso, serão designados por sorte de forma que a escolha seja feita entre os que tiveram estado mais tempo no cargo.

Quando for reeleito um director, o seu tempo de exercicio datara de sua ultima reeleição.

Art. 90. A companhia, na assembléa geral em que se retirar em quaesquer directores da maneira supradita, preencherá os cargos vagos pela escolha de accionistas, devidamente habilitados.

Art. 91. Um director que se retire poderá ser reeleito e será considerado offerecer-se para a reeleição, salvo si tiver dado aviso á companhia, por escripto, de sua intenção em contrario.

Art. 92. Ninguém, a não ser um director que se retira, ou pessoa proposto pela directoria, será elegivel para supprir o lugar de um director que se retira por meio de turno em qualquer assembléa, sem que 14 dias, pelo menos, antes e não mais de um mez antes do dia da assembléa, elle avise á companhia da intenção de se propor.

Art. 93. Sios logares vagos de directores não forem preenchidos ou na assembléa em que deveria ter lugar a eleição, ou em qualquer do seu adiamento, os directores que vagarem ou aquelles que não tenham os seus logares preenchidos, continuarão no cargo até á assembléa ordinaria do anno seguinte, e assim por deante até serem preenchidos os seus logares.

Art. 94. Qualquer vaga casual que se dê na directoria pôde ser preenchida pelos directores pela eleição de um accionista,

devidamente habilitado, porém pessoa nenhuma assim escolhida se conservará no cargo si não pelo tempo em que o director que deixar o lugar teria de occupar-o si não se dêsse a vaga.

Art. 95. Os directores que continuarem poderão funcçãoar não obstante qualquer vaga em seu corpo.

Art. 96. Os directores serão pagos de todas as despesas de viagem e de outras convenientes e necessariamente feitas por elles, e terão direito, por meio de uma remuneração e em addição a qualquer remuneração de um director-gerente, a uma remuneração de £ 1.000 por anno (mil libras) e em cada anno em que os accionistas receberem um dividendo de 15 % (quinze por cento), mais uma somma igual a 10 % (dez por cento) sobre o lucro liquido excedente da companhia.

Todas as sommas a pagar-se por meio de remuneração serão divididas entre os directores da maneira que elles determinarem, quer na forma de um pagamento annual ou em parte nesta forma e parte na forma de pagamentos, para assistir ás reuniões da directoria.

#### PERDA DE HABILITAÇÃO PARA DIRECTORES

Art. 97. O cargo de director vagará :

Si deixar de possuir o numero de acções existentes para a sua habilitação ;

Si occupar qualquer emprego remunerado pela companhia, a não ser o de director-gerente, gerente ou agente mercantil devidamente nomeado pelos directores ;

Si vier a fallir ou tornar-se devedor em liquidação ou fizer concordata com seus devedores ;

Si for declarado alienado ou tornar-se insano de espirito ;

Si ausentar-se das reuniões dos directores por mais de seis mezes, sem consentimento da directoria ;

Si se interessar ou participar dos lucros de qualquer contracto feito com a companhia, sem que se tenha declarado aos directores o facto do seu interesse antes de fazer esse contracto.

Ficando entendido que, salvo o caso de perda de habilitação por falta de acções, por insanidade de espirito ou por fallencia, a vaga do cargo não terá effeito sem que os directores approvem uma resolução de que o director perdeu a sua habilitação e se acha o cargo vago.

#### PODERES DOS DIRECTORES

Art. 98. Os negocios da companhia serão dirigidos pelos directores que poderão, si julgarem conveniente, pagar todas as despesas incorridas em formar e registrar a companhia, ou em quaesquer negociações, avaliações e ajustes relativos ao contracto de compra, e por outra forma incorridas na contemplação da companhia ou em annuncios de outras causas preliminares á

distribuição das acções, e poderão exercer todos os poderes da companhia que não forem pelos presentes ou pelas leis de companhias de 1862 a 1890, exigidos pela companhia ou assemblea geral; e regulamento nenhum feito pela companhia em assemblea geral invalidará acto algum anterior dos directores, que teria sido válido si esse regulamento não tivesse sido feito.

Art. 99. Os directores podem delegar quaesquer dos seus poderes (a não serem os de fazer chamadas, de emittir ou confiscar acções, ou poderes para os negocios financeiros da companhia) a um director-gerente ou gerentes, e podem delegar quaesquer dos seus poderes a commissões de dous ou mais membros do seu corpo.

Art. 100. Acto nenhum, assumpto ou coisa dentro dos poderes da companhia em assemblea geral, feitos pelos directores que receberão depois o consentimento expresso ou implicito da companhia em assemblea geral, serão depois impedidos por qualquer motivo que seja.

Art. 101. Em particular, sem prejuizo da generalidade dos ultimos artigos precedentes, os directores podem, na direcção dos negocios da companhia, sujeitos ás restricções aqui contidas, sem mais outros poderes ou autorização dos membros, immediatamente á incorporação da companhia, e não obstante tenha sido só em parte subscripto o capital nominal, encetar os negocios e fazer as seguintes cousas no nome e por parte da companhia:

a) effectuar, da maneira por que julgarem conveniente, todos ou quaesquer dos fins da companhia, conforme se acha descripto no *memorandum* de associação;

b) pagar e conceder a corretores e outros a commissão que julgarem conveniente para collocar o capital da companhia;

c) pagar á sua discreção qualquer propriedade ou direitos adquiridos pela companhia ou serviços a ella prestados, total ou parcialmente, em dinheiro ou em acções, titulo (bonds), *debentures* ou outras garantias da companhia, e tues acções poderão ser emittidas, quer como integralmente pagas, quer com tal importancia creditada como paga sobre ella, segundo possa ser convencionado; e esses bonds, *debentures* ou outras garantias poderão ser especificadamente carregadas sobre todos ou qualquer parte dos bens da companhia e seu capital ainda por chamar ou não onerador;

d) garantir o cumprimento de quaesquer contractos ou ajustes celebrados pela companhia, por hypotheca ou onus de todos e quaesquer dos bens da companhia e de seu capital por pagar na occasião, ou da maneira por que possam julgar conveniente;

e) nomear e, á sua vontade, demittir ou suspender um gerente geral e outros gerentes, secretarios, banqueiros, solicitors, engenheiros, empregados, caixeiros, agentes e criados para serviços permanentes provisorios ou especiaes, como possam a todo tempo julgar conveniente, e investil-os dos poderes que julgarem convenientes, indicar os seus deveres, fixar-lhes os salarios ou emolumentos e exigir garantias nos casos e da importancia que julgarem proprios;

continua aqui >

f) nomear qualquer pessoa ou pessoas para aceitar e guardar em confiança para a companhia quaesquer bens que a ella pertençam ou em que ella esteja interessada; executar e fazer os actos e cousas precisas para empregar e investir na referida pessoa ou pessoas os ditos bens;

g) si julgarem conveniente, nomear e mandar provisoria ou effectivamente para qualquer parte do mundo um ou mais dos directores como director-gerente ou directores-gerentes, ou quaesquer pessoas como empregados ou criados da companhia, quer como chefes ou outros gerentes, ou como agentes geraes ou locaes ou como inspectores, ou em qualquer outra capacidade que a directoria possa julgar opportuna para qualquer das operações ou negocios da companhia, e com os poderes, instrucções e sujeitos ás condições e restricções, e com a remuneração por salarios e commissões, partes de lucros ou outras, que os directores acharem convenientes e a todo tempo suspender ou revogar essas nomeações;

h) providenciar sobre a direcção dos negocios da companhia no Brazil e França e em qualquer outra parte, nomeando directorias locaes, conselheiros locaes ou gerentes ou de qualquer outro modo que elles julgarem conveniente;

i) delegar a qualquer directoria local, conselheiros ou gerentes locaes ou outros empregados assim nomeados, os poderes e a authorisação aqui conferidos aos directores como possam elles julgar precisos para execução dos negocios da companhia ou de qualquer parte delles;

j) dar todos os passos necessarios para registrar ou fazer com que a companhia seja incorporada ou reconhecida no Brazil e fazer todos os actos e aceitar todas as condições que possam ser precisas para habilitar ou permittir a companhia de funcio-nar no Brazil e em outra qualquer parte;

k) intentar, dirigir, defender, compor ou abandonar processos legaes pela ou contra a companhia ou seus empregados ou de outra forma, concernente aos seus negocios, bem como concordar e conceder tempo para pagamento ou satisfação de dividas e de quaesquer reclamações ou demandas pela ou contra a companhia;

l) sujeitar quaesquer reclamações e demandas pela ou contra a companhia a arbitramento, e observar e cumprir as decisões;

m) passar e dar recibos, quitações e outras desonerações por dinheiro pago á companhia, e pelas reclamações e demandas da companhia;

n) proceder pela companhia em todos os assumptos relativos a fallencias e insolvabilidades;

o) exercer os poderes da companhia conforme a lei de sellos da companhia, de 1864, e fazer regulamentos quanto ao uso de qualquer sello estrangeiro da companhia;

p) empregar quaesquer dinheiros da companhia que não forem immediatamente exigidos para os fins della, sob garantias e da maneira por que julgarem conveniente e a todo tempo variar e realisar esses empregos;

q) a todo tempo fazer, variar e revogar regulamentos internos para a direcção dos negocios da companhia, seus empregados e criados, ou accionistas da companhia ou qualquer secção della ;  
 r) celebrar as negociações e contractos, rescindir-os e variar-os, executar e fazer os actos, escripturas e outras cousas no nome e pela companhia, como possam julgar conveniente para ou em relação a qualquer dos assumptos supraditos ou de outra forma, para os fins da companhia.

Art. 102. Podem geralmente os directores (sujeitos a restricções aqui contidas) em sua absoluta discreção executar e fazer toda e qualquer coisa que elles julgarem necessario ou conveniente, atin de executar os negocios da companhia, excepto qualquer seguro ou coisa que pelos presentes ou pelos regulamentos forem prohibidos, contanto que, si e toda a vez que pelos presentes ou pelos regulamentos for exigida a sanção de uma assembleia geral, elles não procederão sem essa sanção.

#### PROCEDIMENTO DOS DIRECTORES

Art. 103. Os directores podem determinar o modo e regra do seu procedimento, e nomear o seu proprio presidente e dar-lhe os poderes (inclusive o exercicio de um voto de desempate em actos da directoria), como julgarem conveniente, e marcarem o *quorum* para reuniões dos directores: ficando entendido que, a não ser por outra forma determinado, tres formarão um *quorum*.

Art. 104. Toda a commissão se conformará com o modo de proceder e os regulamentos que os directores possam fazer a este respeito, e sujeita a isso, poderá determinar e regular o seu proprio procedimento da mesma maneira como possam fazer os directores.

Art. 105. Todos os actos feitos por qualquer reunião dos directores ou por qualquer pessoa funcionando como director, não obstante se descubra depois que houve erro em qualquer nomeação de director, ou que esse director ou pessoa não estava habilitado, serão tão válidos como si esse director ou pessoa tivesse sido devidamente nomeado e habilitado.

Art. 106. Os directores lavrarão competentes minutas (protocollos) dos procedimentos, e todos os actos praticados de conformidade com qualquer coisa, que conste das ditas minutas terem sido resolvidos ou autorisados pelos directores, serão considerados como actos destes, comprehendidos no espirito destes regulamentos.

#### INDEMNISAÇÃO AOS EMPREGADOS

Art. 107. Todo o director e qualquer empregado serão indemnizados pela companhia de todos os prejuizos e despesas feitas respectivamente por elles no desempenho dos respectivos deveres, excepto quando provenientes dos seus proprios actos e culpa voluntarios.

Art. 108. Nenhum director ou empregado será responsavel por um outro director ou empregado ou por participação em qualquer recibo ou outro acto de conformidade, ou por qualquer prejuizo ou despesa que sobrevenha á companhia pela insufficiencia ou deficiencia de direito a qualquer propriedade adquirida por ordem dos directores, para ou a favor da companhia, ou pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia por qualquer dinheiro que da companhia tenha sido empregado, nem por qualquer outro prejuizo, danno ou calamidade que sobrevenha na execução dos deveres do seu respectivo cargo, ou em relação com elles, salvo si sobrevierem por seu proprio acto voluntario ou culpa.

#### NOMEAÇÃO E PODERES DE GERENTES

Art. 109. Os primeiros gerentes da companhia serão os membros da firma de John Taylor & Sons, negociantes em 6 Queen Street Place, Londres.

Art. 110. Os negocios ordinarios da companhia serão, sob a direcção e gerencia dos directores, tratados pelos gerentes, que no caso de taes negocios ordinarios e para os fins delles terão poder de fazer e rescindir qualquer contracto ou contractos por parte da companhia, bem como fazer, aceitar e endossar no nome e por parte da companhia qualquer saque, nota promissoria ou letra de cambio.

Todos os nomes dos gerentes serão sujeitos aos regulamentos aqui contidos, e nada do que aqui se achia contido da poderes aos gerentes de empenhar o credito da companhia em qualquer emprestimo directo ou indirecto.

Art. 111. Os gerentes podem, com approvação dos directores, nomear e demittir o secretario e todos os agentes, empregados, trabalhadores e criados da companhia.

Art. 112. Os gerentes prestarão contas aos directores, sempre que forem requisitados de assim fazer, de todaa receita e despesa, e de todas as transacções, assumptos e cousas relativas á companhia ou a seus negocios, dos quaes os gerentes são encarregados.

Art. 113. No exercicio dos poderes por estes conferidos os gerentes se conformarão com quaesquer regulamentos que possam ser impostos pelos directores da companhia.

Art. 114. A remuneração dos gerentes será fixada pelos directores.

#### DIVIDENDOS E LUCROS

Art. 115. O lucro liquido da companhia, sujeito aos direitos dos possniadores de acções emitidas em termos especiaes, será dividido por meio de dividendos entre os accionistas, em proporção á importancia paga sobre as suas respectivas acções, e os directores podem a todo tempo declarar dividendos de conformidade.

Art. 116. Os directores podem, ao seu proprio arbitrio, pagar aos accionistas anticipadamente a um dividendo cuja declaração é esperada na expiração de qualquer anno, e por conta desse dividendo, um dividendo ou dividendos interinos, na expiração de tres, seis ou nove mezes desse anno.

Art. 117. Nenhum dividendo será pago, a não ser tirado dos lucros da companhia, isto é, dos seus negocios, excepto um dividendo interino que pôde ser tirado dos lucros estimados.

Art. 118. A expressão — *lucros* — se entenderá para os fins destes estatutos o producto liquido da companhia, segundo for verificado pelos contadores da companhia.

Art. 119. Das sommas a aproveitar para dividendos, os directores tirarão para um fundo de reserva a somma que elles julgarem conveniente, e o excedente será applicado ao pagamento de dividendos; porém os directores podem conservar qualquer somma que em sua opinião, em razão de sua insignificancia ou outra cousa, não seja propria para dividir.

Art. 120. Os directores podem empregar qualquer fundo de reserva para fazer face a contingencias ou para igualar dividendos ou para adquirir mais propriedades, para pagamentos de dinheiros tomados a emprestimo pela companhia ou para renovar ou conservar propriedades que interessem aos negocios da companhia e os directores podem empregar a somma assim posta de parte como fundo de reserva em empregos que elles possam escolher (a não serem acções da companhia) sem serem responsaveis por qualquer prejuizo ou depreciação resultante desses empregos, quer os mesmos sejam usuaes ou autorisados, em fundos de confiança ou não.

Art. 121. Os directores podem deduzir dos dividendos a pagar-se a qualquer accionista as importancias que possam ser devidas por esse accionista a qualquer tempo a companhia por conta de chamadas ou por outra cousa.

Art. 122. De um dividendo que tenha sido declarado dar-se-ha aviso a cada accionista, da maneira aqui adiante mencionada e dividendo nenhum vencerá juros contra a companhia.

#### CONTAS

Art. 123. Os directores farão escripturar contas fieis de todas as receitas, creditos, pagamentos, activos e compromissos da companhia, e de todos os outros assumptos necessarios para demonstrar o verdadeiro estado e condição da companhia, e as contas serão lançadas em livros e de tal maneira que os directores julgarem conveniente, e a satisfação dos contadores.

Art. 124. Os livros da contabilidade serão escripturados no logar ou logares que os directores designarem, e sujeitos a quaesquer restricções razoaveis quanto ao tempo e maneira de serem examinados que possam ser impostas pelos directores, serão expostos á inspecção de membros durante as horas do negocio.

Art. 125. Pelo menos uma vez por anno os directores apresentarão á companhia em assembléa geral um balanço feito até uma data, nunca menor de seis mezes antes da assembléa, da renda e despesas da companhia, desde o fim do ultimo balanço, ou no caso do primeiro balanço desde o começo da companhia, e a esse balanço será appenso um relatorio dos directores sobre o estado e condição da companhia.

Art. 126. Tirar-se-ha cada anno um balanço geral, que será apresentado á companhia em assembléa geral, e conterá um summario do activo estimado e dos compromissos avaliados da companhia, feito até á mesma data e arranjado sob cabeçalhos convenientes. Antes de cada assembléa se mandará pelo Correio ou será entregue na residencia registrada de cada accionista registrado com residencia no Reino Unido ou outra parte uma cópia impressa desse balanço.

#### EXAME DE CONTAS

Art. 127. As contas da companhia serão annualmente examinadas e a exactidão do balanço verificada por um ou mais contadores, que serão eleitos pela companhia na assembléa ordinaria de cada anno.

Art. 128. O primeiro contador será nomeado pelos directores e continuará no cargo até á segunda assembléa ordinaria da companhia.

Art. 129. Si for nomeado só um contador, todas as disposições aqui contidas relativas a contadores terão applicação a elle.

Art. 130. Accionistas da companhia podem ser contadores, porém nenhum director ou outro empregado da companhia poderá ser eleito contador enquanto durar no seu cargo, e nenhuma outra pessoa que seja interessada por outra forma que como accionista em qualquer transacção da companhia será elegivel contador durante o tempo que continuar o seu interesse. A remuneração ao primeiro contador será marcada pelos directores, e a dos contadores subsequentes será marcada pela companhia em assembléa geral.

Art. 131. Um contador que se retira poderá ser reeleito.

Art. 132. Dando-se qualquer vaga casual no cargo de contador nomeado pela companhia, os directores nomearão immediatamente um contador para funcionar até á proxima assembléa ordinaria da companhia.

Art. 134. Todo o contador terá uma lista, que lhe será entregue, de todos os livros escripturados pela companhia, e a todo tempo razoavel poderá examinar os livros e contas da companhia; elle póde (salvo sendo o contador um profissional), a expensas da companhia, empregar guarda-livros e outras pessoas para o auxiliarem no exame dessas contas e póde, com relação a essas contas, examinar os directores ou qualquer empregado da companhia.



Art. 135. Os contadores certificarão a exactidão do balanço e das contas e farão um relatório sobre ellas, o qual será lido juntamente com o relatório dos directores na assembléa ordinaria.

#### AVISOS

Art. 136. Os avisos serão mandados pela companhia a qualquer accionista registrado, quer pessoalmente, ou sendo deixados ou mandados pelo Correio em carta com porte pago dirigido ao accionista á sua residência registrada.

Art. 137. Os avisos destinados aos accionistas, quando disserem respeito a qualquer acção á qual tenham direito conjuntamente mais de uma pessoa, serão mandados áquelle que estiver inscripto em primeiro lugar no registro dos accionistas, e o aviso dado assim será sufficiente para todos os possuidores da mesma acção.

Art. 138. Qualquer aviso, si remettido pelo Correio, será considerado ter sido enviado na data em que a carta que o continha tiver sido posta no Correio em Londres, e procurando-se essa remessa é bastante provar-se que a carta que continha o aviso foi competentemente endereçada e lançada no Correio.

Art. 139. Um aviso dado a qualquer membro será obrigatorio para todas as pessoas que á morte desse membro apresentar qualquer reclamação ou por qualquer transmissão dos seus interesses, e um aviso dirigido a qualquer accionista fallecido, e de cujo fallecimento a companhia não tenha tido noticia será considerado como tendo sido bem remettido ás pessoas que reclamarem por elle ou por transmissão, depois de fallecido.

Art. 140. Nenhum accionista terá direito de receber aviso de qualquer procedimento nem de votar, sem que tenha dado a companhia communicação do seu nome e endereço para ser registrado; e o accionista que tiver mudado o seu nome ou lugar de residência, ou (sendo mulher), si casar, e o marido dessa accionista, não terão direito de receber nenhum dividendo, nem votar, si não participarem á companhia a mudança, antes de ser registrada, e a prova razoavel disso dada aos directores si assim delles o exigirem.

#### LÍQUIDAÇÃO

Art. 141. Si em qualquer época for feita venda ou proposto ajuste, de accordo com o art. 161 da lei de companhias de 1862, ou com qualquer modificação della, o producto da venda a pagar pelo interesse de qualquer membro dissidente será a importancia que os liquidantes possam obter da venda das acções, capital ou outra propriedade, ás pratas o accionista dissidente terá direito sobre o complemento da venda ou ajuste, si elle não se tivesse declarado em opposição.

Art. 142. Com a sanção de uma resolução extraordinaria dos accionistas, toda a parte do activo da companhia, incluindo quaesquer acções ou titulos de outras companhias, póde ser dividida entre os contribuintes da companhia, em especie, ou empregada em fidei-commissos a beneficio desses contribuintes, e encerrada a liquidação da companhia e esta dissolvida.

NOMES, RESIDENCIAS E PROFISSÕES DOS SUBSCRITORES

Ernest William Mantle, 14, Grand Court Road, Stamford Hill, N. empregado do commercio.

William Leonar Bayley, 21, Marsden Road, East Dulwich, S. E. contador.

George Edward Payne, 86, Asylum Road, Peckham, S. E. empregado do commercio.

Robin Bawtree, 5, Springdale Road, Mildmay Park, N. empregado do commercio.

William Smith, 39, Borwnhill Road, Catford, S. E. secretario.

Rowland John Jones, 6, Milford Terrace, Catford, contador.

John Raynsford, 76, Mount Street, Grosvenor Square, W. empregado do commercio.

Datado de 19 de janeiro de 1893.

Testemunha de todas as assignaturas acima:

George Handel Wells, 37, Albion Road, Dalston, N. E. contador.

A

Eu, John Thomas Campbell, de 17 Warwick Street, Regent Street, Londres, Inglaterra, solicitador do Supremo Tribunal de Justiça na Inglaterra, pelo presente certifico que a cópia impressa dos *memorandum* de associação e estatutos da *Ouro Preto Gold Mines of Brasil, Limited*, aqui annexa, é uma cópia fiel e exacta dos *memorandum* de associação e estatutos dessa companhia registrados, na repartição de companhias anonymas, Somerset House, Londres, em 19 de abril de 1893, e numerados 28.605 C, e N. L. 37.703.

Datado de 18 de setembro de 1893.— J. T. Campbell.

Eu, John Dalton Venn, da cidade de Londres, tabellião publico, devidamente nomeado e juramentado, funcionando na dita cidade, certifico pelo presente e atesto que o certificado aqui annexo, marcado com a letra A, foi assignado hoje na minha presença por John Thomas Campbell, que é, como se intitula, solicitador do Supremo Tribunal de Justiça na Inglaterra.

Do que me tendo sido pedido attestado, eu, o dito tabellião, passei o presente sob a minha firma e sello para servir e valer onde e quando preciso.

Feito e passado em Londres aos dezoito de setembro do anno de Nosso Senhor de mil oitocentos noventa e tres.— *John D. Venn*, tabellião publico.

(Sello do tabellião.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Dalton Venn, tabellião publico desta cidade, que liguei com os documentos ns. 1 e 2, numerados e rubricados por mim, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que assignei e fiz sellar com as armas deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Londres, aos dezoito de setembro de 1893.— *Joachim Carneiro de Mendonça*, consul.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. J. Carneiro de Mendonça, consul em Londres.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1894.— Pelo director geral (assignado sobre uma estampilha de 500 reis) — *L. P. da Silva Rosa*.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e tres estampilhas no valor de seis mil e cem reis, inutilizadas pela Receptoraria.)

Não mais continham os ditos estatutos, que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto. Em fê do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 19 de junho de 1894.— *Johannes Joachim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

No original foram inutilizadas quatro estampilhas do valor colectivo de 188600, sendo:

Estampilhas.....	168800
Augmento.....	18800
Estava nellas o recibo de emolumentos.....	252800
TOTAL.....	2705600

Duzentos e setenta mil e seiscentos reis.— Rio de Janeiro, 19 de junho de 1894.— *Johannes Joachim Christian Voigt*.

Reconheço verdadeira a firma supra.— Rio de Janeiro, 25 de junho de 1894. Em testemunho da verdade (estava o signal publico), *Ezequias Valle do Amaral*.

*Handwritten signature*

## DECRETO N. 1775 — DE 20 DE AGOSTO DE 1894

Cria um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Muribeca, no Estado de Pernambuco.

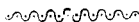
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado no municipio de Muribeca, ora desligado da comarca de Jaboatão, no Estado de Pernambuco, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles sob a designação de 98º e 99º e este de 20º, com quatro companhias cada um, os quaes serão organisados com os guardas qualificados no referido municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1775 A — DE 20 DE AGOSTO DE 1894

Altera o regulamento do Collegio Militar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil; considerando que o actual regulamento do Collegio Militar, conquanto fosse elaborado segundo os elementos dos melhores cursos de instrucção secundaria, não preenche, todavia, á vista dos progressos ultimamente realisados na arte de educar, o fim de sua creação, qual o de dar aos alumnos, além da necessaria instrucção, uma educação physica, moral e technica, que os habilite, no fim do curso, á matricula, não só no curso geral das escolas militares, tanto do Exercito como Naval, mas também nas de Engenharia da Republica;

Considerando que, no que diz respeito á administração, a organização consagrada nesse regulamento é defeituosa, tornando impossivel a distribuição racional dos serviços e perturbando a ordem interna do estabelecimento;

## DECRETO N. 1773 — DE 18 DE AGOSTO DE 1894

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. João Baptista de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina, mais um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 5º, o qual ficará pertencendo á quarta brigada de cavallaria e se comporá dos guardas nacionaes qualificados no districto da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

•••••

## DECRETO N. 1774 — DE 20 DE AGOSTO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado no municipio de Correntes, ora desligado da comarca de Garanhuns, no Estado de Pernambuco, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles sob a designação de 100º e 101º e este de 21º, com quatro companhias cada um, os quaes serão organisados com os guardas qualificados no referido municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

•••••

em inspecção de saúde ou de indemnizarem os cofres publicos das despesas com elles feitas.

§ 1.º A despesa a que se refere este artigo comprehenderá os gastos feitos com alimentação e vestuário dos alumnos.

§ 2.º Si antes de concluir o curso o alumno retirar-se do collegio a pedido do seu paê ou tutor, ficará sujeito á mesma indemnisação, proporcionalmente ao tempo de sua frequencia.

Art. 5.º Tendo este instituto por fim iniciar os respectivos alumnos, desde a juventude, na profissão das armas, dirigirá sua educação e instrucção de modo que ao terminarem o curso estejam elles aptos a proseguir em seus estudos superiores nas escolas do Exército ou Naval.

Art. 6.º E' internato o collegio, mas admite alumnos externos, comtanto que estes só se retirem do estabelecimento depois de findos os trabalhos theoricos e praticos do dia, na forma do regimento interno.

## CAPITULO II

Art. 7.º A direcção do collegio será commettida a um coronel ou tenente-coronel do quadro effectivo, com um dos cursos scientificos do Exército, o qual exercerá cumulativamente o commando do corpo de alumnos.

Art. 8.º O commandante terá como immediato um official superior do quadro effectivo, pelo menos com o curso de artilharia, que o substituirá nos seus impedimentos e exercerá as funcções de fiscal do corpo de alumnos.

Art. 9.º Além dos dous cargos acima mencionados, o corpo de alumnos terá : ajudante, secretario, quartel-mestre e agente, os quaes serão todos officiaes effectivos do Exército e exercerão as mesmas funcções no collegio; as funcções de sargento ajudante e sargento quartel-mestre serão exercidas pelos proprios alumnos, comtanto que não provenham dahi prejuizos para os estudos.

Art. 10. Os alumnos serão distribuidos em quatro companhias, attendendo-se tanto quanto for possivel ao desenvolvimento physico e intellectual e aos annos do curso em que estiverem matriculados. Estas companhias serão commandadas por capitães ou officiaes subalternos do quadro effectivo do Exército, exercendo as funcções de seus inferiores os proprios alumnos, sem prejuizo porém de seus estudos.

Art. 11. Como escola pratica dos deveres do militar de mar e do Exército e como estímulo para desenvolver o gosto pelo estudo e a inclinação á carreira das armas, os alumnos serão graduados, por merecimento, nos diversos postos, desde o de tenente-coronel até ao de cabo de esquadra, usando dos distinctivos competentes.

Art. 12. As denominações destes postos para os alumnos serão: —alumno-tenente-coronel commandante, alumno-major, alumno-capitão, alumno-tenente e alumno-alferes; e para os alumnos inferiores e cabos as mesmas do Exército, precedendo sempre a palavra *alumno*.

Considerando, outrossim, ser indispensavel regular a parte disciplinar de um modo completo, já com relação ao pessoal docente e administrativo, já com relação aos alumnos:

Resolve alterar o regulamento actual do dito Collegio Militar, devendo ser posto em execução o que a este acompanha.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat*

## Regulamento do Collegio Militar a que se refere o decreto n. 1775 A desta data

### TITULO I

#### DO COLLEGIO MILITAR E SUA ORGANISAÇÃO REGIMENTAL

#### CAPITULO I

Art. 1.º O Collegio Militar, inaugurado a 6 de maio de 1889, é um instituto de instrucção e educação militar, destinado a receber *gratuitamente* os filhos e primeiros netos dos officiaes effectivos e reformados do Exercito e da Armada; bem como os filhos e primeiros netos dos officiaes honorarios por serviços de guerra, os filhos das praças de pret mortas ou invalidadas em combate, dos professores do mesmo collegio e das escolas militares da Republica; e, *mediante contribuição pecuniária*, alumnos procedentes de outras classes sociaes.

Art. 2.º Os alumnos constituirão um corpo, ao qual será applicado o regimen disciplinar, economico e administrativo dos que pertencem ao Exercito, salvo o que não for praticavel unicamente em razão da idade e condição dos mesmos alumnos.

Art. 3.º Os alumnos do collegio verificarão praça no acto da matrícula, mas o tempo que se demorarem, frequentando o curso, não lhes será computado para effeito algum, salvo o disposto na ultima parte do paragrapho unico do art. 96.

Art. 4.º Os menores matriculados como alumnos gratuitos, quando completarem o curso, ficarão obrigados á prestação de serviço militar no Exercito ou na Armada, de accordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade physica comprovada

Art. 13. Os alumnos assim graduados assumirão as respectivas funções de seus postos nos exercicios em que o instructor o determinar, e nas formaturas em parada ou marcha do corpo de alumnos, sendo sempre sob a direcção e inspecção de officiaes do collegio.

§ 1.º Entre os alumnos, em actos de serviço, serão guardados todos os preceitos disciplinares decorrentes do logar que a cada um competir na hierarchia militar, cabendo ao alumno-commandante e demais officiaes e praças graduadas, dentro e fóra do estabelecimento, as continencias, honras e precedencias devidas aos postos que occuparem.

§ 2.º Excepto as fachinas ou qualquer outra faina incompativel com a idade dos alumnos, todo o serviço militar ou escolar será por elles feito, segundo suas graduações, de modo, porém, que nunca dali provenha prejuizo para os seus estudos.

## TITULO II

### PROCESSO DA ADMISSÃO E CONDIÇÕES PARA AS MATRICULAS

#### CAPITULO III

Art. 14. Os paes ou tutores dos matriculandos deverão apresentar na secretaria do collegio, até 28 de fevereiro de cada anno, requerimento dirigido ao Ministro da Guerra e instruido com todos os documentos justificativos do estado em que se acharem seus filhos ou tutelados para obterem matricula.

Paragrapho unico. Os documentos a que se refere o presente artigo são os seguintes:

Para todos os candidatos:

- a) certidão de idade ou documento equivalente;
- b) certificado de que o candidato não soffre de molestia alguma contagiosa ou infecto-contagiosa;
- c) attestado de vaccinação.

Para os gratuitos mais qualquer dos seguintes:

- d) patente, titulo de nomeação, fô de officio ou certidão de assentamentos.

Finalmente para os orphãos mais um dos seguintes:

- e) certidão de obito dos paes ou pae.

Art. 15. Os requerimentos sobre matriculas serão informados conjuntamente, sendo remettidos todos para o Ministerio da Guerra, de modo a que se possam ultimar os trabalhos relativos à admissão dos novos alumnos dentro da primeira quinzena de março.

Art. 16. Depois de julgados todos os candidatos nos exames de admissão, serão classificados em dous grupos distinctos, e de



acordo com esta classificação proceder-se-ha ao preenchimento das vagas existentes.

Art. 17. Em um dos grupos serão collocados os candidatos á matricula como gratuitos, tendo-se em vista as seguintes ordens de preferéncia :

- 1.<sup>a</sup>, orphãos de pae e mãe ;
- a) filhos de officiaes effectivos do Exército e da Armada ;
- b) filhos de officiaes reformados do Exército e da Armada ;
- c) filhos de officiaes honorarios do Exército e da Armada por serviços de campanha ;
- 2.<sup>a</sup>, orphãos de pae, das mesmas classes e na mesma ordem ;
- 3.<sup>a</sup>, os demais filhos de officiaes dessas classes, guardando sempre identica ordem de preferéncia, e bem assim os filhos das pragas de premortas ou invalidadas em combate e dos professores não militares do collegio e das escolas militares ;
- 4.<sup>a</sup>, os primeiros netos de officiaes dessas classes e na mesma ordem.

§ 1.<sup>o</sup> Terão preferéncia em cada um dos grupos de que trata este artigo :

- a) os filhos e primeiros netos de militares de qualquer classe, mortos em combate, em acto de serviço, ou por effeito deste ;
- b) os filhos de officiaes e seus primeiros netos, inutilizados ou feridos em combate ou em serviço ;
- c) os filhos e netos de officiaes com serviços de campanha ;
- d) os candidatos que obtiverem melhores notas no exame de admissão ;
- e) os que em virtude da idade não puderem matricular-se no anno seguinte.

§ 2.<sup>o</sup> Na classificação de cada um dos grupos acima referidos dever-se-ha attender quanto possível aos recursos pecuniarios dos candidatos, preferindo-se os menos favorecidos de fortuna.

Art. 18. No grupo formado pelos candidatos á matricula como contribuintes, será adoptado o principio do merecimento intellectual revelado no exame de admissão, obedecendo-se á ordem abaixo estabelecida, na respectiva classificação:

- 1.<sup>o</sup>, os candidatos habilitados a frequentarem a 3.<sup>a</sup> serie do curso de adaptacão ;
- 2.<sup>o</sup>, os que exhibirem documento comprobatorio de que frequentaram as aulas do Gymnasio Nacional ou de que gosam de *curriculum vitae* das escolas primarias ;
- 3.<sup>o</sup>, todos os demais candidatos segundo os grãos obtidos nos citados exames de admissão.

## CAPITULO IV

Art. 19. Ao exame de admissão, a que se refere o art. 16 do capitulo antecedente, serão submettidos todos os candidatos que tiverem obtido a competente licença para a matricula, devendo

compor a comissão julgadora em taes exames tres professores do curso de adaptação do collegio.

Paragrapho unico. Serão dispensados desses exames :

a) os candidatos que apresentarem attestado de que frequentaram o Gymnasio Nacional ;

b) os que gozarem de *curriculum vitae* das escolas primarias.

Art. 20. Os pretendentes á matricula serão nos citados exames submettidos ás mesmas provas que se exige neste regulamento para os alumnos matriculados nas duas primeiras series do curso de adaptação.

§ 1.º O seu effeito se fará sentir para :

a) habilitar ou inhabilitar os candidatos de 12 ou mais de 12 annos de idade ;

b) classificar, determinando a serie em que deve ser matriculado, o que tiver de 8 a 12 annos de idade.

§ 2.º O matriculando que contar 12 ou mais de 12 annos de idade somente poderá ser admittido na terceira serie do curso de adaptação, pelo que o seu exame versará sobre as materias da 2ª serie do mesmo curso ; aquelle, porém, que não tiver attingido a essa idade será arguido vagamente nas materias do citado curso, determinando-se por meio de grãos as habilitações que então revelar.

Art. 21. Com menos de 8, 12 ou mais de 13 annos de idade, referidos ao dia 1 de janeiro do anno da matricula, candidato algum será admittido no collegio.

Art. 22. Os ex-alumnos do collegio que pretenderem matricular-se novamente terão preferencia sobre todos os outros candidatos do grupo em que forem classificados, si a sua idade ainda o permittir e a sua exclusão do estabelecimento tiver sido motivada por molestia.

Art. 23. Os matriculandos da classe ou grupo dos gratuitos, antes de effectuarem as respectivas matriculas serão submettidos á inspecção de saude pelo facultativo do collegio, afim de provarem si estão aptos para o serviço do Exercito e da Armada.

Paragrapho unico. Os candidatos á matricula como alumnos contribuintes só serão sujeitos a essa inspecção si mostrarem desejo de seguir a profissão militar.

Art. 24. Os alumnos gratuitos serão obrigados a entrar com todo o enxoval marcado para os contribuintes, menos os artigos constantes da tabela — C — e livros.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta regra :

a) os orphãos de paes ou simplesmente de pae, quando notoriamente não tenham recursos ;

b) os filhos dos officiaes reformados do Exercito e da Armada que não desempenhem função publica alguma remunerada, e bem assim nas mesmas condições os dos honorarios ;

c) os filhos das praças de pret invalidadas em combate.

Art. 25. Os alumnos contribuintes internos pagarão de uma só vez, no acto da matricula, a joia de 80\$ e a pensão annual de 720\$ em quatro prestações trimensaes, cujo pagamento será effectuado adeantadamente.

Os externos pagarão a joia de 50\$ e a pensão annual de 600\$, tambem em quatro prestações, cujo pagamento será da mesma forma effectuado.

§ 1.º Estas contribuições poderão ser pagas mensalmente, quando os paes ou responsaveis dos alumnos forem funcionarios publicos.

§ 2.º Os alumnos a que se refere este artigo ficarão obrigados a entrar tambem com o enxoval, que será annualmente renovado e que consta da tabella —B—, bem como com os livros adoptados.

Art. 26. Ficará a cargo do collegio a lavagem e engommado da roupa e o fornecimento de pennas, tinta e mais objectos necessarios para o trabalho das aulas, tanto para os gratuitos como para os contribuintes.

Art. 27. O numero de alumnos do collegio, tanto da classe dos internos como da dos externos, será annualmente fixado pelo Ministerio da Guerra, de accordo com os recursos do respectivo orçamento e tendo em vista a lotação do estabelecimento, sendo que os gratuitos formarão sempre os dous terços daquelle numero e os contribuintes o outro terço.

Art. 28. As matriculas no collegio serão encerradas no dia 20 de março de cada anno, não se podendo admittir candidato algum no estabelecimento depois de verificado aquelle encerramento.

### TITULO III

#### PLANO DE EDUCAÇÃO — MATERIAL PARA ENSINO E DEPENDENCIAS DO COLLEGIO

#### CAPITULO V

Art. 29. A educação integral do Collegio Militar é ministrada em dous cursos, um de adaptação e outro secundario, sendo as diversas disciplinas a elles pertencentes distribuidas pela seguinte forma:

#### CURSO DE ADAPTAÇÃO

*Educação physica e tecnologica* — Gymnastica, esgrima, recreio, velocipedia, natção, instrução militar do Exercito e naval.

*Educação mental* — Pratica da lingua materna. Elementos de arithmetica pratica, systemas de pesos e medidas. Noções de geometria pratica. Desenho linear. Lições de cousas e noções

concretas de sciencias physicas e historia natural. Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil. Elementos de musica vocal.

*Educação moral* — Principios de moral, instrucção civica e militar.

#### CURSO SECUNDARIO

*Educação physica e tecnologica* — Gymnastica, natção. Recreios. Equitação. Esgrima. Instrucção militar do Exercito e naval.

*Educação mental* — Lingua materna. Grammatica expositiva (estudo complementar). Grammatica historica precedida das noções indispensaveis da lingua latina. Litteratura nacional.

Francez, estudo elementar e pratico, estudo complementar e pratico.

Inglez, estudo elementar e pratico, estudo complementar e pratico.

Allemao, estudo elementar e pratico, estudo complementar e pratico.

Arithmetica pratica completa. Arithmetica theorica e pratica.

Algebra até equações do 2º grão.

Geometria preliminar e trigonometria rectilinea e espherica.

Geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, conchoide, espiral, cissoide, cycloide, helice e linhação de Pascal).

Algebra, estudo complementar.

Historia antiga e média. Historia moderna contemporanea e do Brazil.

Geographia geral. Geographia physica e exercicios de cartographia. Geographia geral. Geographia politica e economica, exercicios cartographicos.

Historia e chorographia do Brazil.

Noções concretas de astronomia physica e astronomica.

Noções concretas de mineralogia, geologia, botanica e zoologia.

Geometria pratica e topographia.

Desenho de aquarella, topographico e de paizagem de marinha.

Musica.

*Educação moral* — Principios da moral e instrucção civica e militar.

§ 1.º Esse plano de educação no curso de adaptação, desdobrar-se-ha da maneira seguinte :

#### (A) EDUCAÇÃO PHYSICA E TECHNOLOGICA

*Gymnastica* — Exercicios simples — 1º, dos braços ; 2º, da cabeça ; 3º, do tronco ; 4º, das pernas ; 5º, movimentos compostos, posições diversas para o passo ; 6º, exercicios com varas, barra de suspensão e trave de equilibrio ; 7º, saltos que não excedam a um metro de altura.

**Recreios** — Exercícios ao ar livre. Jogos athleticos e velocipedia.

**Natação** — A natação não será o intuito immediato das primeiras lições. Os alumnos se familiarisarão primeiro que tudo com a agua; serão ensinados a conservar a cabeça debaixo da agua, a sustentarem-se nella e a moverem-se. Jogos e justas (torneios) serão organisados para esse effeito no banheiro.

Os movimentos preparatorios de natação poderão ser ensinados fóra do tanque, mas deverão ser repetidos no proprio banheiro, sobre cavalletes, cuja taboa superior deve ficar 10 centimetros abaixo da superficie da agua, sendo além disso collocados de modo que varios alumnos possam alli trabalhar conjuntamente.

Os movimentos das pernas deverão ser cuidadosamente attendidos, não se permitindo que os alumnos nadem enquanto esses movimentos não forem perfeitamente executados. Exercícios á corda e com as boias.

**Escrima** — De baioneta.

**Instrução militar da Exercito e para** — Infantaria, cavallaria e artilharia. Escola de recruta sem arma, escola de recruta com arma, manejo, limpeza e conservação do armamento, exercícios de companhia em ordem unida e dispersa, escola de secção, nomenclatura do equipamento, exercícios preliminares de pontaria, visar com a arma apoiada e a braços livres, applicação do dedo na tecla do gatilho para disparar a arma — Marinha — Exercícios de escaleres á vela e a remos.

## (B) EDUCAÇÃO MENTAL

### 1ª serie

#### 1ª classe

**Lingua materna** — Leitura e escripta — Elementos de leitura e escripta simultaneas. Palavras, syllabas, letras e alphabeto, com revisão. Dictado de phrases curtas, cujos elementos tenham sido já aprendidos.

**Grammatica pratica** — Exercícios oraes, conversação, tendo por fim ensinar o alumno a exprimir-se correctamente e a corrigir os seus defeitos de pronuncia, por meio de narrativas, aneddotas, fabulas, contos e proverbios, que tenham tendencia á educação moral.

**Arithmetica** — Contar primeiramente pelos processos espontaneos empregando os dedos, riscas, pe'rinhas (calculos), grãos, contas, etc., e depois os rosarios, o contador mecanico, o crivo numeral e abacus, usada entretanto a terminologia propria da nomenclatura systematica. Conhecimento pratico das unidades fraccionarias: metade, terça parte, quarta parte, etc., e comparação dessas unidades entre si. Escrever os algarismos.

Exercícios praticos de sommar, diminuir e multiplicar os numeros simples. Exercício mental de problemas facéis. Conhecimento pratico do metro e sua divisão em decimos e centesimos.

Ler e escrever qualquer numero de tres algarismos.

Conhecimento pratico de papel-moeda até ás notas de 100\$000.

*Geometria* — Conhecimento da esphera, do hemispherio; do circulo e do cone, da pyramide triangular e do triangulo; da pyramide quadrangular, do quadrilatero e de suas variedades; do cylindro; do prisma; do parallelipedo; do cubo; comparação do cone com o cylindro e indicação da sua differença.

Das linhas rectas, quebradas, curvas, mixtas e seu traçado.

Conhecimento das tres posições de uma recta em relação á outra e seu traçado.

Linhas parallelas, convergentes, perpendiculares, verticaes e horizontaes.

Conhecimento do angulo e de suas especies.

*Lições de cousas* — Os cinco sentidos e sua cultura, especialmente os da visão e audição.

Objectos que affectam os sentidos.

Côres, formas, sons, timbres, vozes, sabor e outras qualidades dos objectos.

Estado dos corpos. Designar substancias solidas e liquidas, e algumas de suas propriedades.

Distinguir os objectos naturaes dos artificiaes.

Materias primas, sua divisão em mineraes, vegetaes e animaes; exemplos.

Productos industriaes mais communs.

Diversidade de fôrmas dos animaes. Mammiferos, aves, reptis e peixes.

Animaes domesticos e selvagens.

Noções elementares do corpo humano.

*Geographia* — Os pontos cardeaes.

Determinar os pontos onde nasce o sol e onde se põe.

Indicar os pontos cardeacs em relação á sala da classe.

Topographia do districto escolar com designação de seus limites, ruas que nelle existem, e seus edificios notaveis.

Conhecer nos mappas a situação da Capital Federal, do Estado do Rio de Janeiro e dos Estados limitrophes.

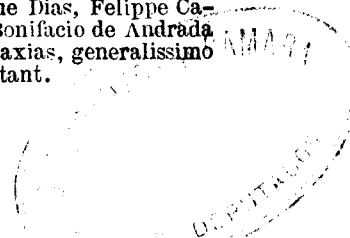
Limites da Capital Federal, estradas de ferro que della partem, designando as suas direcções.

Explicação dos termos geographicos e preparação para o estudo da geographia geral pelo methodo descriptivo.

Idéa da terra, sua fôrma e extensão, e suas grandes divisões.

*Historia patria* — Pequenas narrativas de historia patria e narrativas de viagens com auxilio de mappas.

Explicação de alguns factos historicos capitaes por meio de biographias de Christovão Colombo, Pedro Alvares Cabral, José de Anchieta, Salvador Corrêa de Sá, Henrique Dias, Felipe Camarão, Joaquim José da Silva Xavier, José Bonifacio de Andrada e Silva, D. Pedro I, D. Pedro II, Duque de Caxias, generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant.



*Desenho linear*—Linhas e formas simples.

*Elementos de musica*—Solfejo e coros unisonos, de ouvido.

2.<sup>a</sup> classe

*Lingua materna*—Leitura e escripta—Exercicios graduados de leitura e escripta simultaneas. Dictado de phrases progressivamente mais difficéis. Ensaio de leitura corrente em prosa, com explicação dos vocabulos.

*Grammatica pratica*—Decomposição de toda a sorte de palavras em sons e em letras. Distinguir as palavras simples das compostas. Noção pratica das idéas de masculino e feminino, singular e plural.

Idéa do substantivo, do adjectivo e do verbo, por meio de exemplos numerosos; phrases em que entram o substantivo, o adjectivo e o verbo. Applicar verbos a um sujeito dado e vice-versa.

Primeiros exercicios de conjugação oral em proposições completas. Escripção por dictado do texto de leitura corrente.

*Aritmetica*—Ler e escrever numeros compostos até seis algarismos, empregando os processos primitivos e o systematico. Idéa clara da unidade, dezena e centena de milhar. Valor das maiusculas usadas como algarismos romanos. Exercicios das quatro operações, sempre sob o ponto de vista concreto. Calculo mental.

Termos da fracção e sua significação. Ler e escrever fracções decimaes até cinco algarismos.

Da semana, do mez, do anno, do dia em horas e minutos.

Conhecimento pratico das moedas nacionaes, medidas metricas.

*Geometria*—Linhas e espaços do circulo. Diferença entre circulo e circumferencia.

Revisão dos angulos—Nomenclatura das figuras planas polygonaes pelo numero de seus lados. Distinguir as regulares das irregulares.

Conhecimento pratico dos solidos geometricos. Calcular a superficie de um rectangulo, de um parallelogrammo e de um triangulo rectilineo.

*Historia natural*—Revisão das noções do corpo humano.

Conhecimento dos animaes, vegetaes e mineraes mais vulgares e sua utilidade.

Animaes: boi, cavallo, burro, carneiro, porco, cão, gato, gallinha e outras aves domesticas, passaros, chelonios, peixes.

Vegetaes: arvores fructíferas, bananeiras, palmeiras, legumes.

Mineraes: granito, argillas, carvão de pedra.

Conhecimento das substancias alimentares: carne, pão, café, chocolate, matte, chá, leite, manteiga, queijos, assucar, legumes, batata, vinho, aguardente.

*Geographia*—Conhecimento geral e gradual dos 21 Estados (pelo mappa), qual a sua situação e os seus productos principaes.

Idéa do relevo do solo brasileiro, das grandes bacias fluviaes e dos portos.

Viagens da Capital para cada Estado. Principaes vias-ferreas e linhas de navegação no Brazil.

Revisão da geographia geral e sua ampliação gradual: o globo terrestre, continentes e oceanos, principaes paizes do mundo.

Idéa da representação cartographica, elementos de leitura das cartas e plantas.

*Historia patria* — Narrativas simples, e sem auxilio de livros, de episodios da historia patria.

Biographias de Manoel da Nobrega, Nicoláo Durand de Villegaignon, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Calabar, padre Antonio Vieira, Bartholomeu Bueno, Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Thomaz Antonio Gonzaga, Alexandre Rodrigues Ferreira, Fr. J. Mariano da Conceição Velloso, José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú, Martin Francisco de Andrada, Antonio Carlos, Evaristo Xavier da Veiga, Diogo Antonio Feijó, General Osorio, Visconde do Rio Branco, Almirante Barroso e Visconde de Inhaúma.

*Desenho linear* — Linhas e fórmãs simples, reduções e ampliações.

*Elementos de musica* — Solfejos e coros unisonos, de ouvido, solos e coros. Coros simples a duas vozes.

## 2ª serie

### 1ª classe

*Lingua materna* — Leitura — Leitura corrente de prosa, observando cuidadosamente a pontuação e com explicação dos vocabulos.

Conhecimento de todos os signaes orthographicos.

*Grammatica pratica* — Revisão, ampliação do programma precedente.

Idéa da proposição simples e decomposição della em seus termos essenciaes.

Exercicios oraes: exercicios de pronuncia e elocução. Reproducção de narrativas; recitação de pequenas fabulas e poesias escolhidas. Exercicios escriptos: dictados graduados de orthographia. Redacção facil com elementos dados. Primeiros ensaios de invenção.

*Arithmetica* — Revisão do programma anterior: ler e escrever numeros compostos de mais de seis algarismos.

Systema de numeração romana. Conhecimento do quadrado, cubo, raiz quadrada e raiz cubica.

Systema metrico completo.

Conhecimento pratico das principaes moedas estrangeiras.

Problemas concretos. Calculo mental.

*Geometria* — Definir e traçar a mão, linhas, angulos e figuras planas polygonaes.

Classificação dos triangulos e quadrilateros.

Medida do trapezio. Conhecimento e uso do transferidor.



*Historia natural* — O homem: descripção do corpo humano e idéa das principaes funcções da vida.

Conhecimento geral das grandes divisões do reino animal e do vegetal pela observação de alguns typos escolhidos.

Continuação do estudo dos animaes, vegetaes e mineraes uteis.

Animaes: insectos, com particularidade as abelhas e o bicho da seda; camarões, lagostas, ostras, marisco, caramujo, polvo, parasitas e coraes.

Vegetaes: seringueira, cafeeiro, canna de assucar, cacãozeiro, algodoeiro, paineira, mamona, anileira, bambús e taquaras, milho e arroz.

Mineraes: ferro, cobre, prata, ouro, pedras preciosas e kaolim. Objectos de vestuario: algodão, linho, lã, seda, couros, borracha, etc.

Materiaes de construcção: granito, argilla, cal, marmores, cimentos e maieiras.

Organisação de pequenas collecções feitas pelos alumnos.

*Geographia* — Revisão do programma anterior. *Geographia physica* dos Estados Unidos do Brazil sem pormenores que fatiguem inutilmente a memoria.

Conhecimento geral da geographia physica da Terra.

Uso dos mappas e globos. Exercício de cartographia.

*Historia patria* — Período de 1500 a 1580.

Exposição dos factos principaes feita pelo professor, a qual o alumno deverá reproduzir sem decorar servilmente e sem auxilio de qualquer livro.

*Desenho linear* — Fórmas lineares animadas e inanimadas.

*Elementos de musica* — Solfejo, coros unisonos e a duas e tres vozes.

#### 2.<sup>a</sup> classe

*Língua materna* — Leitura — Leitura corrente de prova e manuscrito, com explicação dos vocabulos.

*Grammatica pratica* — Revisão do programma anterior.

Grão do substantivo e do adjectivo, mediante exemplos variados.

Noção do pronome e sua affinidade com o nome.

Noção do adverbio e sua comparação com o adjectivo.

Noção da preposição, sua semelhança e differença do adverbio.

Noção da conjunção, sua semelhança e differença da preposição.

Conjugação oral dos verbos irregulares em proposições compostas.

Exercícios oraes de pronuncia e elocução, recitação de poesias.

Exercícios escriptos: dictados graduados de orthographia.

Redacção e composição.

*Arithmetica* — Revisão do programma anterior.

Propriedade das fracções ordinarias. Problemas.

Calculo mental.

*Geometria* — Revisão dos polygonos e sua medida. Medida do circulo.

Problemas de applicação, empregando sempre questões da vida usual.

*Historia natural e noções de physica e chimica* — Noções anatomo-physiologicas do corpo humano.

Revisão e amplificação do estudo das grandes divisões do reino animal e vegetal.

Continuação do estudo dos animaes, vegetaes e mineraes uteis.

Estudo pratico dos principaes órgãos da planta.

Os tres estados dos corpos. Noções sobre o ar e a agua e sobre a combustão.

Pequenas demonstrações experimentaes.

Organisação de collecções feitas pelos alumnos.

*Geographia* — Noções de geographia physica da America do Sul, Central e do Norte; relações commerciaes dos Estados Americanos com o Brazil. Viagens

Noções elementares sobre as raças, linguas, religiões e formas de governo dos differentes paizes do mundo.

Circulos e zonas da Terra. Horizonte. Zenith. Nadir. Antipodas. Movimento da Terra e seus effeitos, explicados por meio deapparelhos. Latitude e longitude, estudadas praticamente no globo.

*Historia patria* — Revisão do primeiro periodo. Periodo de 1580 a 1664 (exposição dos factos principaes e sem auxilio de livro).

*Desenho linear* — Claro-escuro. Cópia da natureza.

*Elementos de musica* — Solfejos, coros unisonos e a duas e tres vozes em continuação.

### 3ª serie

#### Classe unica

*Lingua materna* — Leitura -- Leitura expressiva de prosa e verso com explicação do conceito significativo das palavras.

*Grammatica pratica* — Revisão dos programmas anteriores. Da proposição simples. Da proposição composta por ordinação. Da proposição composta por subordinação. Conceituação dos tempos. Syntaxe concreta do verbo *haver*; do pronome *se*; exemplos variados e classicos da collocação do pronome sujeito e do pronome complemento.

Exercicios oraes: exercicios de elocução. Resumo de lições, narrativas de passeios, fabulas, festas, contos pelo prof. sor. Recitação de autores selectos, com especialidade nacionaes. Homonymos, paronymos, synonymos, etc.

Nesta serie se deve terminar o estudo da grammatica expositiva elemental.

*Arithmetica* — Revisão da materia estudada. Operações sobre as fracções em geral. Numeros primos.

**Divisibilidade:** estudo concreto. Maximo divisor commum. Numeros complexos. Regra de tres e suas applicações pelo methodo de redução a unidade, e utilizando somente as operações fundamentaes. Systemas de pesos e medidas mais usados.

**Geometria** — Polygonos. Leves noções da ellipse. Revisão dos angulos, solidos, diedros e polyedros. Quadratura e cubatura dos polyedros.

**Historia natural e noções de physica e chimica** — Revisão dos programmas anteriores. Classificação dos animaes e vegetaes.

Do estudo anatomico da planta e noções de physiologia vegetal. Concretisação deste estudo em frente a natureza. Idéa da classificação dos mineraes. Crosta terrestre: rochas, terrenos, fosseis mais importantes.

**Noções de physica** — Peso, alavancas, balanças, equilibrio dos liquidos, vasos communicantes, syphão. Pressão atmospherica.

**Experiencias simples sobre** — calor, luz, electricidade e magnetismo. Areometros, barometros, manometros, hygrometros e thermometros. Espelhos, lentes, prismas, pilhas, luz electrica, telegrapho, telephonio, iman, bussola.

**Noções de chimica** — Corpos simples e composto. Metaloides e metaes. Simples demonstrações experimentaes. Acidos: sulfurico, azotico, chlorhydrico; alguns de seus saes mais importantes. Potassa, soda, cal, ammonia. Ligas metallicas. Gaz de illuminação. Amido. Assucar. Alcool. Acido acetico. Corpos graxos.

**Geographia** — Revisão da America: Geographia politica e economica, particularmente do Brazil. Divisão politica da Europa, da Asia, Africa e Oceania. Estudo rapido e perfunctorio.

**Cosmographia** — Astros: sol, estrellas, planetas, cometas, estrellas cadentes, aerolithos e bolidos. Movimentos, phases da lua; eclipses.

Estudo concreto do systema geral do mundo. Dia, noite e estações.

**Historia patria** — Revisão. Periodos de 1664 até 1889. Exposição geral dos factos principaes e dos grandes acontecimentos politicos.

**Desenho linear** — Applicações.

**Elementos de musica** — Solfejo, solos e coros, theoria elementar da musica.

### (C) EDUCAÇÃO MORAL

1.º A educação moral deve principalmente ser ensinada pelo exemplo, não perdendo o professor ensejo de encarecer o culto do dever, mostrando aos alumnos os typos dos grandes homens que por elle se nobilitaram.

2.º A instrucção civica não será objecto de ensino especial, mas o professor terá sempre em vista que o fim principal do collegio é formar bons cidadãos, que amem a Patria pelo conhecimento exacto do quanto lhe devem. O respeito á lei e ás autori-

dades que representam-n'a ; a biographia synthetica dos grandes patriotas e especialmente a missão sagrada que compete ao soldado nas democracias, serão pontos para os quaes se deve voltar a attenção do professor, na occasião da leitura ou a proposito de qualquer acontecimento adequado que se passar na aula, na familia, na sociedade, etc.

3.º Para desenvolver o sentimento patriotico e despertar o amor pelas instituições constitucionaes, o professor fará na véspera de cada dia de festa nacional uma ligeira preleção adequada, explicando a razão justificativa da commemoração consagrada ao alludido dia, e pondo bem em relevo as grandes vantagens que devemos agradecer ao regimen republicano.

#### (D) DISPOSIÇÕES ESPECIAES

a) Todos os alumnos novamente matriculados no collegio serão obrigados a frequentar, pelo menos, a terceira serie deste curso, embora se achem habilitados nas disciplinas do curso litterario, scientifico e esthetico, adoptado no presente regulamento.

b) Nas tres series do curso de adaptação, que terão um anno de duração cada uma, será empregado o methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar.

c) Em todos os trabalhos de escripta dos alumnos, o professor attenderá quanto possivel á parte calligraphica.

d) As aulas de desenho, de musica e de gymnastica se verificarão duas vezes por semana para cada serie deste curso.

e) O exame final deste curso da matricula no primeiro anno do Gymnasio, ou no de qualquer instituto secundario de educação integral da Republica, assim como dará as vantagens concedidas por lei aos alumnos que tem *curriculum vitae* das escolas primarias.

§ 2.º O curso secundario constará de cinco annos, desdobrando-se pela seguinte fôrma :

#### (A) EDUCAÇÃO PHYSICA E TECHNOLOGICA

*Gymnastica*—Exercicios repetidos sobre o que é recommendado para o curso de adaptação, havendo mais exercicios com barras e espheras de madeira e de ferro, maças e *halteres*, cordas lisas e de nós, escadas obliquas e verticaes, parallelas, argolas, trapezio, etc.

*Recreios* — Exercicios ao ar livre ; jogos athleticos.

*Natação* — Experiencias livres ; diversas maneiras de nadar e modos de salvar os que se afogam.

*Equitação* — Escola no picadeiro : posição, diferentes modos de montar e apoar, de pegar nas redeas, flexões dos pés, coxas e pernas. Movimentos da cabeça e dos braços. Firmeza e governo. Freio e pressões. Voltas parado, voltas em marcha. Enfreiar, encilhar e desencilhar. Emprego da espôra. Andaduras e saltos. Escola fóra do picadeiro.

*Esgrima* — De espada e de florete.

*Instrução militar do exercito e naval* — Infantaria : exercicio de batalhão. Nomenclatura da arma e munição regulamentares. Noções geraes do tiro, definição de trajectoria, angulos e linhas de tiro e de mira, velocidade inicial, restante, zona perigosa, etc.

Alca de mira. Tiro com a arma apoiada sobre alvos fixos a braços livres, de pé, de joelhos e deitado. Nomenclatura e serviço da metralhadora. — Cavallaria : — Escola de recruta sem arma e com arma a cavallo. Manjo e nomenclatura do arreamento, da clavina, do revólver, da espada e da lança. Exercicio de esquadrão. Serviços de descobertas e flanqueadores. Modo de montar e desmontar as armas portateis. Construcção de trincheira abrigo. Artilharia : — Exercícios de bateria. Nomenclatura das bocas de fogo, reparos, palamenta e accessorios; do arreamento de tiro; da munição. Limpeza e conservação do material. Tiro ao alvo. Estudo e emprego da alca e do quadrante de pontaria nas bocas de fogo. Verificação da munição, accessorios e palamenta. Tiro com granada e schrapnells sobre alvos fixos; serviço dos conductores. Construcção do espaldão para artilharia. Emprego de tilometro. — Marinha : — Resolução dos problemas da navegação estimada, apparelho dos navios, corte de velas e navegação de escaleres a velas e a remos.

#### III. EDUCAÇÃO MENTAL

##### 1.<sup>a</sup> anno

1.<sup>a</sup> aula — Arithmetica : estudo pratico completo.

2.<sup>a</sup> aula — Portuguez : grammatica expositiva e completa, exercicios de redacção com auxilio ministrado pelo professor.

3.<sup>a</sup> aula — Francez : estudo elementar e pratico.

4.<sup>a</sup> aula — Geographia geral : geographia physica, exercicio de cartographia.

Aulas de desenho a aquarella e geometria pratica.

Musica : coros e solos — Revisão da theoria musical.

##### 2.<sup>a</sup> anno

1.<sup>a</sup> aula — Arithmetica : estudo theorico e pratico.

2.<sup>a</sup> aula — Portuguez : estudo completo da lingua vernacula á luz do methodo historico e comparativo, exercicios de composição sem auxilio do professor.

3.<sup>a</sup> aula — Francez : estudo complementar e pratico.

4.<sup>a</sup> aula — Geographia geral : geographia politica e economica : exercicios cartographicos.

Aula de desenho a aquarella.

Musica : solos : revisão da theoria.

*3º anno*

1ª aula — Algebra até às equações do 2º grão.

2ª aula — Inglez: estudo elementar e pratico.

3ª aula — Historia antiga e média (em face dos mappas politicos e geographicos da época).

4ª aula — Allemão: estudo elementar e pratico.

Aula de desenho topographico. Aula de musica — de instrumento á escolha do alumno.

Revisão: portuguez, francez, geographia, arithmetica (uma vez por semana).

Aula de topographia — Descripção e uso dos instrumentos, levantamentos planimetricos e altimetricos. Confecção de plantas.

*4º anno*

1ª aula — Geometria preliminar e trigonometria completa; geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, conchoide, espiral, sissoide, cycloide, helice e linagon de Pascal).

2ª aula — Algebra: resolução das equações dos 3º e 4º grãos e das equações binomias; noções geraes sobre as series; complemento do estudo das progressões, seguido das series mais simples.

3ª aula — Inglez: estudo complementar e pratico.

4ª aula — Allemão: estudo complementar e pratico.

5ª aula — Historia moderna e contemporanea.

Aula de topographia — Confecção de planos topographicos; memorias descriptivas e de itinerarios; levantamento expedicto. Aula de desenho topographico. Aula de musica de instrumento á escolha do alumno.

Revisão: portuguez, francez, geographia, arithmetica (uma vez por semana).

*5º anno*

1ª aula — Historia e chorographia do Brazil.

2ª aula — Litteratura nacional. Generalidades. Historico dos factores e das differentes phases da litteratura brasileira. Estudo das obras de melhor nota. Exercícios litterarios, como sejam: juizos criticos dos principaes poetas e prosadores brasileiros, parallelos entre elles.

3ª aula — Noções concretas de astronomia, physica e chimica.

4ª aula — Noções concretas de mineralogia, geologia, botanica e zoologia.

Aula de desenho de paisagem de marinha. Aula de musica de instrumento á escolha do alumno.

Revisão — Algebra, geometria (duas vezes por semana cada uma), inglez, allemão e historia universal (uma vez por semana).

## (c) EDUCAÇÃO MORAL

1.º A educação moral neste curso será dada segundo o mesmo methodo adoptado para o curso de adaptação, cumprindo todavia ampliar-se progressivamente as noções já assimiladas, evitando tanto quanto possível as divagações inúteis e tendo sempre em vista o culto do dever no desdobramento de todos os sentimentos correlatos que ennobrecem o homem, como a honestidade, a firmeza de caracter, a coragem, abnegação, etc.

2.º A instrução civil, ministrada ainda pelo mesmo methodo, abrangerá desde a esphera de acção em que exerce as suas faculdades o individuo como cidadão, até a concepção das idéas de estado, governo, soberania e independência das nações, direito de guerra, etc., bem como de administração e economia politica.

3.º Como complemento a esta parte da educação serão dadas as imprescindíveis noções sobre a hierarchia militar, honras e precedencias e bem assim os indispensaveis preceitos de subordinação e disciplina, como condição essencial para a existencia das instrucções militares de um povo.

## (d) DISPOSIÇÕES ESPECIAES

a) Nenhum alumno poderá matricular-se neste curso sem haver frequentado com aproveitamento o de adaptação.

b) Os alumnos serão obrigados a frequentar todos os annos deste curso gradual e successivamente, não sendo permittido sob pretexto algum o exame em um anno das disciplinas pertencentes a dois ou mais annos.

c) Em cada anno deste curso haverá aulas de desenho, pelo menos duas vezes por semana, e de gymnastica e musica, pelo menos uma vez.

d) Aos alumnos que obtiverem approvações em todas as materias deste curso, bem como no exame de *graduação*, será conferido o titulo de —Agrimensor—, cabendo-lhes o direito a matricula no curso geral das Escolas Militares, Naval ou de Engenharia da Republica.

§ 3.º Além das disposições especiaes pertencentes a cada um dos cursos do collegio serão observadas mais as seguintes :

## DISPOSIÇÕES COMMUNS

I. O ensino será regulado por programmas biennaes organizados pelo conselho de instrucção, mediante proposta dos professores, instructores e mestres de cada uma das disciplinas, e audição de uma commissão mixta, eleito de dois em dois annos, para o exame desses trabalhos.

II. Esses programmas, que deverão ser claramente individuação em lições ou pontos, só terão execução depois de appro-

vados pelo Governo, podendo comtudo ser alterados durante o biennio, si assim o aconselhar a experiencia.

III. Os programmas relativos á educação physica e technologica devem abranger as materias especificadas nos §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> deste artigo, tendo-se em consideração qualquer melhoramento, alteração ou innovação que sobrevenha no systema do material do exercito, nas manobras e no mais que possa interessar á instrução militar dos alumnos.

IV. Como complemento para a educação integral, segundo o plano adoptado neste regulamento, serão organisadas excursões scientificas, sob proposta dos professores, em dias marcados pelo commandante do collegio, bem como grandes exercicios, revistas e marchas militares no tempo considerado mais opportuno, havendo para os alumnos que concluirem o curso secundario uma viagem de instrução pelo Brazil e republicas do Prata.

V. A viagem do numero antecedente será realizada a bordo dos navios de esquadra nacional, sendo os alumnos acompanhados pelo instructor deapparehos e navegação e timada.

VI. Para os exercicios de escaleres á vela e a remos serão os alumnos conduzidos por turmas ao Arsenal de Marinha, onde o respectivo instructor ministrará o competente ensino nas embarcações do Estado.

VII. Recberão além disso os alumnos as noções indispensaveis sobre escripturação militar, serviço de guarnição das praças de guerra e povoações, regimen e policia dos quartéis e acampamentos.

VIII. O pessoal docente do collegio compor-se-ha de 24 professores cathedmaticos, quatro instructores e dous mestres, que serão distribuidos pela seguinte fórma:

#### *Curso de adaptação*

Dous professores para grammatica portugueza elemental practica; um para elementos de historia patria e geographia; dous para elementos de arithmetica e geometria practica; e um para lições de cousas e noções practicas elementares de sciencias physicas e naturaes; total, 6.

#### *Curso secundario*

Um para grammatica portugueza expositiva; um para grammatica historica da lingua portugueza; um para litteratura nacional; dous para francez (estudo elemental e pratico e estudo complementar e pratico); um para inglez; um para allemão; tres para mathematica elemental (arithmetica, algebra, geometria e trigonometria); um para geographia geral; um para historia e chorographia do Brazil; um para historia geral; um para noções concretas de astronomia, physica e chimica; um para noções concretas de mineralogia, geologia, botanica e zoologia; e um para topographia; total, 16.



*Ambos os cursos*

(Esthetica)

Um professor para desenho e um para musica; total, 2.

(Educação physica e technologica)

Um instructor para artilharia; um para cavallaria; um para infantaria e um para instrução naval; total, 4.

Um mestre para esgrima e um para gymnastica e natção; total, 2.

IX. Além dos professores cathedricos de que trata o numero anterior, haverá ainda no collegio oito professores adjuntos, sendo tres para o curso de adaptação, que serão distribuidos conforme as necessidades do ensino; quatro para o curso secundario, sendo um para a secção de linguas, um para a de historia e geographia, um para a de mathematica, um para a de sciencias physicas e naturaes; e finalmente um para o ensino de desenho, commum a ambos os cursos; total, 8.

X. O ensino do desenho será dado simultaneamente pelos dous professores dessa materia, cabendo a um delles ensinar desenho linear ao curso de adaptação, e de aquarella, juntamente com geometria pratica, no curso secundario; e ao outro, desenho topographico e de paizagem de marinha.

## CAPITULO VI

Art. 3º. Para que o plano de educação do capitulo antecedente seja ministrado em todas as suas partes com todo o desenvolvimento e efficacia, haverá no collegio:

1º, uma bibliotheca, contendo livros, mappas, globos, cartas, revistas e quaesquer outros trabalhos que possam interessar ao corpo docente, alumnos e officiaes do estabelecimento;

2º, um gabinete e laboratorio necessarios ao estudo de noções de sciencias physicas e naturaes;

3º, sala de armas, contendo os objectos para o ensino de esgrima;

4º, campo de exercicio e linha de tiro;

5º, picadeiro;

6º,apparelhos necessarios ao ensino de natção, ao exercicio de gymnastica e instrução naval;

7º, armamento, equipamento e munições para o exercicio das tres armas, bem como arrecadações para infantaria e cavallaria e parque para artilharia;

8º, cavallos e muares para os exercicios e respectivas cavallariças;

9º, alças e alvos;

continua >

10, um museu militar, contendo os differentes systemas de armas brancas ou de fogo, specimens diversos de munições de guerra, petrechos bellicos e tudo quanto possa interessar a esta natureza de ensino;

11, ferramenta e utensilios necessarios para os trabalhos de guerra;

12, instrumentos, apparelhos e o material necessario para os trabalhos topographicos, quer regulares, quer expeditos;

13, area limitada e convenientemente arborisada para cada uma das companhias, sendo um espaço de extensão razoavel protegido por um barracão onde se abriguem os alumnos nos dias chuvosos ou de sol ardente. Material para os jogos athleticos;

14, mobilia e material para o ensino, de accordo com os preceitos da hygiene escolar e pedagogia moderna;

15, uma enfermaria e pharmacia para uso dos alumnos, as quaes deverão obedecer ás condições abaixo especificadas:

a) a enfermaria deverá satisfazer os principios de hygiene escolar, contendo accomodações separadas, onde se devam recolher os alumnos enfermos, segundo a sua idade ou desenvolvimento physico;

b) será estabelecida em uma das dependencias do collegio e quanto possivel distante das salas de aula e de estudo e de outros logares frequentados pelos alumnos nos seus trabalhos collegiaes;

c) em obediencia a principios sanitarios elementares que devem presidir á organisação das casas de ensino, somente poderão ser tratados no collegio alumnos acommettidos de enfermidades leves ou accidentaes, sendo limitado o numero e qualidade de medicamentos na pharmacia contidos;

d) conterá esta pequena pharmacia collegial:

1º, substancias medicamentosas proprias para a primeira applicação nos casos de epidemias reinantes nesta Capital;

2º, medicamentos applicaveis a certos accidentes communs na vida collegial, como incisões ou talhos, queimaduras, contusões, hemorragia nasal, luxações, fracturas, etc., bem como o instrumental cirurgico necessario.

## TITULO IV

### DO TEMPO LECTIVO E DOS EXAMES

#### CAPITULO VII

Art. 31. O tempo lectivo começará no primeiro dia util de abril e terminará a 31 de dezembro de cada anno, podendo o Governo adiar a abertura das aulas e prorrogar o encerramento dellas, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 32. Os mezes de janeiro a março serão empregados em exames finais, férias e exames de admissão para os candidatos à matrícula no collegio.

Art. 33. A distribuição do tempo no collegio será feita de modo que para os alumnos haja, mais ou menos, nove horas para o sono, oito para trabalho e sete para *toilette*, refeições e recreios.

Art. 34. O horario annualmente organizado deverá attender aos seguintes preceitos:

1.<sup>o</sup>, que em cada aula a lição não exceda de uma hora para o curso secundario e de 45 minutos para o curso de adaptação;

2.<sup>o</sup>, que o intervalo de uma aula á outra nunca seja menor de 15 minutos;

3.<sup>o</sup>, que os exercicios e trabalhos praticos não se prolonguem por mais de uma hora.

Art. 35. Além dos domingos serão feriados no collegio os dias de festa nacional.

## CAPITULO VIII

Art. 36. Após o encerramento dos trabalhos do anno lectivo, reunido o conselho de instrucção, no dia e hora designados pelo commandante, o professor, instructor e mestre apresentará não só o programma das materias ensinadas na respectiva aula ou instrucção, como tambem uma relação dos alumnos com as médias trimestraes ou notas de cada um, avaliadas por quotas de 0 — a 10.

Parapho unico. Submettidos estes programmas á apreciação de uma commissão elita pelo conselho de instrucção, organizará ella os programmas definitivos para os exames.

Na mesma occasião o commandante nomeará as commissões examinadoras e determinará a ordem que se deverá seguir nas provas, quer escriptas, quer oraes, quer praticas.

Art. 37. Os exames serão vagos e versarão sómente sobre as materias ensinadas durante o anno lectivo e de conformidade com os arts. 47 e 51.

Art. 38. Durante o mez de janeiro se realisarão os exames geraes dos dois cursos do collegio, sendo effectuados de 1 a 15 de março, não só os de admissão, como os dos alumnos que por motivo justificado tiverem direito a prestal-os nessa época.

Art. 39. Os exames para a passagem dos alumnos da 1.<sup>a</sup> classe para a 2.<sup>a</sup> das duas primeiras series do curso de adaptação, serão effectuados no fim de cada trimestre, de conformidade com as notas dos respectivos professores, considerando-se approvados aquelles que as obtiverem boas em todas as materias da classe em que se achiarem matriculados.

Art. 40. Os exames nas materias da primeira serie e da segunda do curso de adaptação, consistirão de provas oraes,

haver-lo somente uma prova escripta de portuguez, a qual versará sobre um dictado de extensão razoavel, extrahido de um dos livros adoptados em classe.

Art. 41. Os exames nas materias da terceira serie constarão de provas escripta e oral, feitas em dias differentes.

§ 1.º A prova escripta constará de um exercicio de redacção sobre assumpto facil, com elementos fornecidos por um dos membros da commissão julgadora, duas questões concretas de arithmetica pratica, uma de elementos de geographia, uma de geometria pratica (tachymetria), uma de elementos de historia patria.

§ 2.º A prova oral constará de leitura expressiva e analyse elemental de um trecho de livro adoptado em classe, questões sobre assumpto estudado entre as materias indicadas para a lição de cousas (elementos de sciencias physicas e historia natural).

A commissão examinadora poderá interrogar o alumno sobre a materia da sua prova escripta.

§ 3.º A prova oral durará 30 minutos no maximo para cada examinando.

Art. 42. Os exames do curso secundario serão de *sufficiencia ou finaes*, segundo haja o alumno de continuar o estudo da materia ou a tenha concluido, e de *matricula* ao terminar o curso.

Art. 43. O exame de sufficiencia constará de prova oral e escripta, cabendo no maximo 30 minutos para o exame oral de cada materia, sendo os alumnos arguidos sobre assumptos ensinados no correr do anno lectivo.

Art. 44. Os exames finaes constarão de provas escripta e oral, havendo mais uma pratica para as aulas de sciencias physicas, de historia natural, de geographia e topographia.

Art. 45. A commissão julgadora dos exames de *sufficiencia* se comporá de tres professores, devendo sempre que for possivel ser um delles o da materia sobre que versar o exame, cabendo a presidencia do acto ao mais antigo. Achando-se impedido o professor da materia, o commandante nomeará outro professor do estabelecimento que tenha idoneidade para o encargo.

Art. 46. Nos exames finaes será a Mesa julgadora constituida pelo professor da respectiva aula e por mais dois membros do corpo docente, designados pelo commandante, cabendo a presidencia ao mais antigo.

Estando impedido o professor da disciplina sobre que consistir o exame, providenciará o commandante do collegio segundo o disposto na ultima parte do art. 45.

Art. 47. A prova escripta de sciencias, bem como a de litteratura nacional, versará sobre questões comprehendidas no programma de estudo, as quaes serão formuladas pela commissão examinadora, na mesma occasião da prova, e não poderão exceder de quatro, devendo ser as mesmas para todos os alumnos.

A do estudo completo da lingua vernacula constará de um exercicio de composição ou de estylo sem subsidio ministrado pela Mesa examinadora e da analyse etymologica e logica de um

trecho classico; a de francez constará de duas partes : versão de um pequeno trecho de proza portugueza corrente e facil e traducção de um trecho poetico francez, nunca menor de 15 linhas; a de lingua allemã e ingleza constará de traducção de trecho inglez ou allemão, tambem, pelo menos, de 15 linhas.

§ 1.º O tempo concedido para solução das questões da prova escripta não excederá de tres horas, e finalizado este prazo, os alumnos apresentarão os respectivos trabalhos no estado em que se acharem, assignando cada um o seu nome em seguida á ultima linha que houver escripto.

§ 2.º O examinando que, terminado o prazo marcado, não tiver dado começo á solução das questões, ou só houver escripto sobre assumpto extranho ás mesmas, ou que assignar em branco, ou confessar a sua inhabilidade, será considerado reprovado.

§ 3.º No caso em que o examinando não tenha dado começo á solução das questões, deverá elle declarar por escripto o motivo que o levou a assim proceder.

§ 4.º O alumno que entregar á commissão examinadora sua prova escripta, concluida ou não, deverá se retirar immediatamente da sala de exame.

§ 5.º O exame escripto será feito a portas fechadas, não sendo permittido o ingresso na sala do exame a pessoas extranhas á commissão examinadora.

§ 6.º E' expressamente vedado aos alumnos servirem-se, no acto do exame, para qualquer fim que seja, de papel, notas, livros, ou outros objectos não distribuidos ou permittidos pela commissão examinadora.

§ 7.º O papel distribuido será rubricado pelos membros da mesma commissão.

§ 8.º A commissão examinadora deverá tomar todas as precauções para que os examinandos, durante essa prova, não recebam qualquer auxilio extranho que lhes facilite a solução das questões, ou se sirvam dos trabalhos dos outros.

Art. 48. Logo que a commissão examinadora tiver recebido todas as provas escriptas, encerral-as-ha em um involucre lacrado e rubricado pelos seus respectivos membros.

Art. 49. Entre a prova escripta e oral de cada aula decorrerão pelo menos dous dias.

Art. 50. As turmas para a prova oral, que será publica, serão organisadas conforme determinar o commandante do collegio, ouvido o respectivo professor.

Art. 51. No exame final de sciencias, bem como no de litteratura nacional, a prova oral constará de arguição sobre a materia ensinada no decurso do anno lectivo.

§ 1.º No de lingua vernacula constará da analyse etymologica e logica de um trecho classico e de noções historicas da lingua.

§ 2.º No de linguas franceza, ingleza e allemã se exigirá leitura e traducção de um trecho de prosador facil (sem dictionario) e analyse.

Art. 52. Na prova oral cada examinador não poderá arguir mais de 20 minutos ao mesmo alumno.

A arguição será feita, pelo menos, por dous membros da comissão examinadora.

Art. 53. A prova oral começará entre 9 e 10 horas e continuará até que hajam passado por ella todos os alumnos da turma sujeita ao exame do dia. Entretanto, o presidente da comissão examinadora poderá suspender o acto para descanso por tempo que não exceda de meia hora.

Art. 54. O alumno que sob qualquer pretexto negar-se a responder a algum dos examinadores, ou que não se apresentar a exame, salvo impedimento justificado perante o commandante do collegio, que poderá marcar-lhe novo dia para exame, será considerado reprovado.

Art. 55. O alumno que, tendo começado a prova oral, adoecer repentinamente, de modo a não poder proseguir no exame, será apresentado ao medico do collegio que dará, por escripto, parecer a respeito do seu estado. No caso de molestia que haja impossibilitado o alumno de terminar a prova, fará elle novo exame opportunamente, a juizo do commandante do collegio.

Paragrapho unico. As disposições do artigo antecedente são applicaveis ao alumno que adoecer no acto da prova escripta.

Art. 56. Terminados os exames de cada dia a comissão examinadora, tomando em consideração as provas exhibidas, as avaliará por meio de quotas de 0 a 10, tendo cuidadosamente em vista as notas de conta de anno, e tomará depois a media de todas as quotas obtidas por cada alumno.

Serão considerados *approvados plenamente* os alumnos que obtiverem a media 6, 7, 8 ou 9; *simplesmente* os que obtiverem a media 3 e fracção, 4 ou 5; e reprovados os que obtiverem a media 3 ou inferior.

A media 10 dará *distincção*.

A fracção 1,2 e as superiores serão tomadas por 1 nas apreciações precedentes.

Art. 57. Concluidos os exames oraes de cada aula, a comissão examinadora fará a classificação por ordem de merecimento dos alumnos approvados.

Art. 58. Para as provas praticas de sciencias physicas e naturaes será dado o prazo de quinze minutos, sendo concedido para as de geographia e topographia um espaço de tempo razoavel a juizo da comissão examinadora.

Art. 59. Nas aulas de desenho, tanto de um como de outro curso, os exames versarão sobre os trabalhos graphicos apresentados durante o anno pelos respectivos alumnos, sendo finaes unicamente na terceira serie do curso de adaptação, e 2º anno, 4º e 5º, do secundario.

Paragrapho unico. Taes trabalhos, authenticados pelos respectivos professores, deverão ser por elles entregues na secretaria do collegio até ao ultimo dia util de dezembro, competentemente julgados.

Art. 60. Os exames de pratica technica, ou commun, e de musica, realisar-se-hão logo depois de terminados todos os outros, constando apenas de prova oral, tanto para o curso secundario

como para o de adaptação, sendo de sufficiência quando effectuados nas duas primeiras series deste e nos quatro primeiros annos daquelle, e finais quando feitos na 3.<sup>a</sup> serie e no 5.<sup>o</sup> anno, respectivamente de cada um desses cursos.

§ 1.<sup>o</sup> Nos exames das materias a que se refere o artigo anterior, serão as mesas julgadoras compostas de tres membros, sob a presidencia do mais graduado, e constituidas por instructores e mestres, podendo o commandante do collegio, para completal-as, nomear auxiliares do ensino pratico, ou outros officiaes empregados no mesmo collegio e com as precisas habilitações.

§ 2.<sup>o</sup> No julgamento e respectiva classificação observar-se-ha quanto possivel o que estabelece este regulamento para as demais disciplinas estudadas no collegio.

§ 3.<sup>o</sup> Os effectos da reprovação em uma dessas materias serão exactamente os mesmos que os produzidos em qualquer dos outros exames effectuados no estabelecimento.

§ 4.<sup>o</sup> Em cada doutrina os alumnos serão arguidos por tempo que não exceda de 15 minutos.

Quando se tratar de trabalhos em que os alumnos possam se mostrar habilitados sem serem arguidos, o tempo consagrado ao exame será o necessario, a juizo da commissão examinadora.

Art. 61. Os alumnos approvados em todos os exames finais deverão prestar no fim do curso o exame de *maturidade*, destinado a verificar si possuem a cultura intellectual indispensavel.

Este exame versará sobre questões geraes e será feito por um programma cuidadosamente organizado pelo conselho de instrucção.

§ 1.<sup>o</sup> A commissão julgadora destes exames de *maturidade* compor-se-ha de nove membros: dous professores do collegio, dous da Escola Naval, dous professores particulares, dous lentes das escolas militares desta capital e o commandante do collegio como presidente.

§ 2.<sup>o</sup> O commandante do collegio, ouvido o conselho de instrucção, organizará annualmente e submeterá á approvação do Governo a commissão julgadora desses exames.

§ 3.<sup>o</sup> O exame de *maturidade* constará de provas escriptas e oraes, feitas em dias alternados sobre as materias constitutivas do curso, assim divididas :

- a) linguas, especialmente a portugueza, litteratura nacional ;
- b) mathematica e noções de astronomia, e topographia ;
- c) noções de physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica e zoologia ;
- d) geographia e historia especialmente do Brazil ;
- e) instrucção moral, civica e especialmente a militar ou technica.

§ 4.<sup>o</sup> Para cada prova escripta o examinando terá o prazo maximo de quatro horas.

§ 5.º Haverá ainda provas practicas sobre geographia, noções de physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica, zoologia e topographia.

Art. 62. Os exames de *maturação* serão julgados pelos mesmos processos que os exames finais, e os alumnos habilitados mediante elle terão preferença sobre quaesquer outros candidatos á matricula no curso geral das escolas militares ou de Marinha. Para esse effeito o commandante enviara com auto-cedencia ao Governo uma relação dos mesmos alumnos.

Art. 63. Do resultado dos exames de todos os alumnos em cada aula havar-se-ha termo especial, assignado pela commissão e pelo secretario do collegio. Desse resultado fará o mesmo secretario um extracto authenticico, que será publicado em ordem do dia do collegio e nas folhas de maior circulação.

Art. 64. O alumno que na época regulamentar for approvado em todas as materias do anno, menos em uma, terá direito a fazer exame desta em março seguinte.

Art. 65. O que for reprovado em duas materias, havendo obtido approvação com distincção nas outras, terá direito a ser admittido a exame no periodo marcado para a admissão dos alumnos do collegio.

Art. 66. Não poderá continuar no estabelecimento o alumno do curso secundario que for reprovado duas vezes na mesma materia, bem como o que deixar de prestar exame em dois annos consecutivos.

Paragrapho unico. O alumno do curso de adaptação que no periodo de quatro annos não concluir o mesmo curso será excluido do estabelecimento.

Art. 67. O alumno, que por motivo justificado não tiver prestado exame no fim do anno, tem direito a prestal-o no anno seguinte, na época determinada pelo art. 64.

## TITULO V

### SYSTEMA DISCIPLINAR DO COLLEGIO — PENAS E RECOM-PENSAS COM applicação AO PESSOAL DOENTE E ADMINISTRATIVO E AOS ALUMNOS.

## CAPITULO IX

Art. 68. Sendo como é o collegio um estabelecimento de educação militar, nelle será mantida a mais rigorosa disciplina, não só no que se refere ao pessoal docente e administrativo, que deverá timbrar em dar sempre os melhores exemplos aos educandos, como tambem entre estes; ligando todos o mesmo laço de solidariedade no cumprimento do dever.

Art. 69. Os professores, mestres e empregados da administração que não forem militares, emquanto exercerem quaesquer



funções no collegio, estão sujeitos ao regimen militar em toda a sua plenitude, não só no que diz respeito aos direitos como aos deveres, cada um de accordo com as insignias dos postos que usarem.

§ 1.º O commandante do collegio usará, nos actos escolares, das insignias de coronel, os professores as de major, com excepção do de musica que usará as de tenente, bem como os mestres civis; os professores-adjuntos as de capitão, e o official da secretaria, bem como os inspectores, as de alferes.

§ 2.º Não só no que se refere ás honras, mas para todos os demais effeitos, o professor de musica é equiparado aos mestres do collegio.

Art. 70. Todos os empregados do collegio serão responsaveis pelas faltas que commetterem no desempenho de suas funções, bem como pelas que deixarem que seus subordinados commettam em prejuizo do serviço e da Fazenda Nacional.

Art. 71. Qualquer deterioração em parte dos edificios pertencentes ao collegio, ou nos instrumentos, machinismos, moveis e em geral dos objectos da Fazenda Nacional, será reparada á custa de quem a tiver causado, que poderá além disso soffrer algumas das penas e comminadas no presente regulamento, conforme a gravidade das circumstancias.

Art. 72. Os professores contarão antiguidade desde a data da posse. Para os que a tiverem do mesmo dia, recorrer-se-ha á data do decreto.

Si ainda esta for a mesma, considerar-se-ha mais antigo o que for mais graduado e sendo igual a graduação recorrer-se-ha á antiguidade do official ou da praça. Quando forem iguaes todas as circumstancias mencionadas, considerar-se-ha mais antigo o que tiver maior idade, e no caso de idades iguaes, recorrer-se-ha á sorte.

Art. 73. Para a antiguidade dos professores contar-se-ha o tempo que tiverem servido nesse mesmo character ou no de coadjuvantes do ensino theorico nas escolas do Exercito ou Naval.

Art. 74. Os professores cathedrauticos, adjuntos, mestres e inspectores trajarão todos o uniforme marcado pelo Governo para o pessoal docente das escolas militares, cabendo ao official da secretaria o mesmo uniforme dos inspectores.

Art. 75. O alumno que attingir aos 16 annos de idade sem haver completado o curso do collegio, passará a externo.

Paragrapho unico. O alumno que commetter 40 faltas, ainda que sejam estas justificadas, perderá o anno e será excluido do estabelecimento. Por uma falta não justifica-se marcar-se-hão dous pontos.

## CAPITULO X

Art. 76. O commandante do collegio é competente para impor correccional e administrativamente as penas de reprehensão simples ou em ordem do dia e suspensão de um a 15 dias aos

empregados sobre os quaes não houver disposição especial a esse respeito no presente regulamento.

Paragrapho unico. Nos casos de grave offensa á moral ou urgente necessidade da disciplina, além das penas acima referidas, poderá também demittir o empregado delinquente si for de sua nomeação e suspender até decisão do Governo o que for de nomeação deste.

Art. 77. O professor que se desviar do cumprimento de seus deveres será advertido em particular pelo commandante; si commetter segunda falta, o commandante publical-a-ha em pleno conselho de instrucção, podendo suspender o delinquente por tempo nunca maior de 15 dias, havendo recurso deste para o Ministro da Guerra.

Em nova reincidencia será ouvido o mesmo conselho, e, com a cópia da respectiva acta, communicado o facto ao Governo, que poderá impor ao delinquente a suspensão de um a 12 mezes, sem vencimentos, salvo direito de appellar para o tribunal competente.

Art. 78. O professor, instructor ou mestre que por espaço de tres mezes deixar de comparecer sem justificação apresentada antes de terminado este prazo, considerar-se-ha vago o lugar por abandono.

Paragrapho unico. Para os empregados da administração de nomeação do Governo aquelle prazo será de 30 dias, e para os de nomeação do commandante, de 15, unicamente.

Art. 79. Ficará sem effeito a nomeação do professor que, dentro do prazo de dous mezes depois de nomeado, não tomar posse do lugar, salvo motivo justificado.

Paragrapho unico. Para os empregados da administração nomeados pelo Governo, esse prazo será de 15 dias, sendo de 10 para os de nomeação do commandante.

Art. 80. O impedimento por mais de 12 mezes em um biennio, de qualquer empregado que não for militar, dará ao Governo o direito de aposentá-lo na forma da lei.

Art. 81. O adjunto que for nomeado professor e incorpor no artigo antecedente será jubilado administrativamente.

Art. 82. O comparecimento do pessoal do ensino para o serviço das aulas ou exercicio 15 minutos depois da hora marcada na distribuição do tempo lectivo, será contado como falta, e do mesmo modo o não comparecimento ás sessões do conselho de instrucção e a qualquer dos actos a que são sujeitos pelo regulamento do collegio.

Art. 83. Os empregados da administração que comparecerem na secretaria meia hora após a abertura do expediente, ou na portaria 30 minutos depois da hora marcada para o seu comparecimento, terão dado uma falta.

Art. 84. As faltas commettidas em um mez só poderão ser justificadas perante o commandante do collegio com recurso para o Governo, e a folha que se remetter para a repartição competente mencionará as faltas justificadas para a deducção da gratificação, e as não justificadas para as perdas do ordenado e gratificação.

Art. 85. Os professores e demais empregados do collegio só perceberão a respectiva gratificação quando em exercício, exceptuando-se os casos de impedimento por serviço publico, obrigado por lei, e duas faltas por mez. a juizo do commandante do collegio.

Art. 86. O membro do magisterio que escrever tratados, compendios e memorias sobre as doutrinas ensinadas no collegio, terá direito á impressão de seu trabalho por conta dos cofres publicos, si, por uma commissão de professores idôneos, extranhos ao conselho de instrucção, for a obra julgada de utilidade ao ensino, e mais a gratificação pecuniaria, proporcional á importancia do escripto, marcada pelo conselho e dependente de approvação do Governo.

Art. 87. O professor cathedratico ou adjunto que contar mais de 25 annos de serviço effectivo no magisterio terá direito á jubilação com o ordenado por inteiro. O que antes desse prazo ficar impossibilitado de continuar no magisterio será jubilado com o ordenado proporcional ao tempo em que tiver servido effectivamente. Os que completarem 30 annos terão direito á aposentadoria com todos os vencimentos.

Art. 88. Nos casos de molestia não justificada se descontarão aos professores para jubilação até 60 faltas dentro de tres annos consecutivos.

Art. 89. Nos 25 annos de magisterio exigidos para a jubilação com o ordenado integral será contado o tempo de serviço de campanha.

Art. 90. Os empregados civis do collegio que forem de nomeação do Governo terão direito á aposentadoria, de conformidade com a lei n. 117 de 4 de novembro de 1892.

## CAPITULO XI

Art. 91. Os meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas dos alumnos, serão os seguintes :

- 1º, notas más nos livros das aulas ;
- 2º, exclusão momentanea da aula ou do campo de exercicio ;
- 3º, admoestação perante a aula ;
- 4º, privação de recreio com ou sem trabalho de escripta ;
- 5º, impedimento de sahida nos dias determinados ;
- 6º, reprehensão particular ;
- 7º, reprehensão motivada em ordem do dia ;
- 8º, prisão na sala do estado-maior ;
- 9º, exclusão do collegio até 10 dias ;
- 10º, baixa definitiva das graduacões ;
- 11º, expulsão.

§ 1.º As quatro primeiras penas serão applicadas pelos professores, instructores e mestres, sendo a ultima requisitada do fiscal do estabelecimento. As de ns. 2, 3 e 4 podem ser a juizo do professor, instructor ou mestre, aggravadas com a imposição do ponto.

§ 2.º As de ns. 5 a 9 pelo commandante do collegio, que poderá, além disso, por conveniencia da disciplina, não só transferir para a classe dos externos o alumno que se tornar merecedor dessa pena, como desligar aquelle cuja permanencia no estabelecimento for prejudicial ao seu bom nome, dando deste acto conhecimento ao Governo, motivadamente.

§ 3.º A de n. 10 é da competencia do conselho disciplinar, e a de n. 11 do Ministro da Guerra, sob proposta desse conselho.

Art. 92. A exclusão temporaria consiste em enviar-se o alumno a seu pae, para este corrigil-o, sendo que, durante o tempo dessa exclusão, lhe serão marcados tantos pontos quantos forem os dias arbitrados para a duração do castigo.

Art. 93. A prisão no recinto do collegio não dispensa o alumno dos trabalhos escolares.

Art. 94. As recompensas conferidas aos alumnos são :

- 1ª, boas notas nos livros das aulas ;
- 2ª, cédulas para o leilão escolar ;
- 3ª, licenças excepcionaes para passeio ;
- 4ª, elogio em ordem do dia regimental ;
- 5ª, inscripção no «Quadro de Honra» ;
- 6ª, medalhas de bronze e prata ;
- 7ª, promoção aos diversos postos do corpo de alumnos ;
- 8ª, medalhas de ouro denominadas : Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez do Herval, Visconde de Inhaúma e Conde de Porto Alegre ;
- 9ª, premio Floriano Peixoto.

Paragrapho unico. As recompensas dos ns. 1 e 2 são da attribuição dos professores : as de ns. 3, 4, 5, 6 e 7, do commandante do collegio, e finalmente as de ns. 8 e 9, do Governo, sob proposta dos conselhos de instrucção e disciplinar reunidos.

Art. 95. As cinco medalhas de que trata o n. 8 do artigo anterior serão conferidas, com solemnidade, no fim do curso (após o exame de *matrôza*) e na ordem citada aos alumnos que tiverem sido classificados nos cinco primeiros logares e que tenham notas de bom comportamento, cabendo ao mais distincto o premio Floriano Peixoto.

A distribuição dessas medalhas e a entrega dos titulos de agremensor se realizará em sessão solemne, presidida pelo Ministro da Guerra, presentes o commandante do collegio, os membros do corpo docente e administrativo.

A esta sessão, para a qual poderá o commandante convidar representantes do ensino publico, autoridades civis e militares, deverão assistir os alumnos do collegio.

Art. 96. Um dos professores designado pelo commandante pronunciará nesse acto um discurso adequado á solemnidade.

Paragrapho unico. Os alumnos que obtiverem as referidas medalhas de ouro as poderão usar em todos os actos da vida civil ou militar, e contarão, como tempo de serviço militar para todos os effectos, menos para baixa ou demissão, os seus ultimos annos do curso.

Art. 97. O premio — Floriano Peixoto — consistira na collocação, em sala especial, denominada — Pantheon, do retrato do alumno que, por seu excepcional talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e mais virtudes, o merecer.

Art. 98. A distribuição das medalhas, de que trata o n. 6, será feita pelo commandante em formatura geral do corpo de alumnos; nessa mesma occasião será feita pelo ajudante do collegio a ordem do dia, considerando sem effeito as graduações obtidas no anno lectivo findo e promovendo nos diversos postos daquelle corpo os alumnos que tiverem feito jus ao uso das insignias no novo anno.

Art. 99. As medalhas de prata cabem aos alumnos de boa conducta que obtiverem distincção em todas as materias que estudarem; e as de bronze aos que obtiverem maioria daquellas approvações nos seus exames, sendo igualmente de boa conducta.

Art. 100. Na sessão solenne, de que trata o art. 95, serão abertas as festas escolares, que constarão de diversões appropriadas, como sejam: exposição dos trabalhos dos alumnos, justas e torneios em velocipedes, leilões de livros de luxo e objectos destinados a despertar a emulação entre os alumnos, premiando ao mesmo tempo o merito, corridas a pé, concertos musicaes, assaltos de armas, etc., etc.

Art. 101. Os titulos do agrimensor, redigidos segundo o modelo annexo, serão registrados em livro especial.

## TITULO VI

### DO MAGISTERIO E DA ADMINISTRAÇÃO

#### CAPITULO III

Art. 102. Aos professores cathedraes incumbem:

1.<sup>a</sup> dar aulas nos dias e horas marcados, mencionando na parte o assumpto da lição, e no caso de impedimento, participar ao commandante com a possível antecedencia;

2.<sup>a</sup> comparecer ás sessões do conselho de instrucção e actos de concurso;

3.<sup>a</sup> cumprir o programma de ensino, o qual deverá ser limitado á doutrina exclusivamente util e substancial, evitando com maximo cuidado ostentação apparatusa de conhecimentos;

4.<sup>a</sup> começar e concluir o ensino da aula a seu cargo por uma serie de lições tendentes a ligar o assumpto ao das disciplinas anteriores e subseqüentes;

5.<sup>a</sup> propor aos alumnos todos os exercicios que lhes possam desenvolver a intelligencia, fortalecer o caracter e fortalecer os conhecimentos adquiridos;

6º, marcar com 48 horas de antecedencia, pelo menos, a materia das sabbatinas escriptas, habilitando os alumnos a este genero de provas para os exames;

7º, marcar de tres em tres mezes para o curso secundario o 3ª serie do curso de adaptacão, um concurso sobre questões de materias ensinadas, julgar com cuidadosa attenção as provas deste concurso, e à vista dellas propor ao conselho de instrucção até seis alumnos mercededores da inscripção no «Quadro de Honras»; esta distincção deverá ser levada em conta por occasião do resumo trimensal das notas e da organisação das médias ou contas de anno dos alumnos;

8º, fazer a preleção de que trata o art. 29;

9º, comparecer aos exames nos dias e horas determinados, funcionando nos mesmos exames como presidentes ou arguentes, conforme lhes competir;

10, observar as instrucções e recommendações do commandante, no caso concernente à policia interna das aulas e auxilia-o na manutenção da ordem e disciplina;

11, satisfazer a todas as requisições feitas pelo commandante no interesse do ensino;

12, requisitar do commandante todos os objectos necessarios ao ensino de sua aula;

13, dar ao commandante, para ser presente ao conselho de instrucção, na época competente, o programma de ensino da sua aula, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programma anterior.

Art. 103. Aos adjuntos incumbe, em geral, todas as obrigações estabelecidas para os professores e mais as seguintes:

1º, substituir os professores do curso ou secção a que pertencem nos seus impedimentos;

2º, cumprir estritamente as instrucções do professor a quem estiverem auxiliando;

3º, observar cuidadosamente os alumnos durante os recreios e as refeições, esforçando-se por tirar todo o partido que possa de taes occasiões para beneficio da sua educação mental e moral;

4º, guiar os alumnos, principalmente os menores, nas salas de estudo, esclarecendo as suas duvidas, ajudando-os a vencer as difficuldades oriundas da falta de habito de estudo ou da incompreensão de qualquer trecho pertencente à lição que estiverem preparando;

5º, fiscalisar o cumprimento dos castigos escriptos impostos aos alumnos, communicando á autoridade competente qualquer acto de negligencia da parte do inspector que estiver encarregado da execução de tal castigo;

6º, instruir os inspectores na parte pedagogica das suas attribuições, evitando que estes inculcam falsos principios aos alumnos de que estiverem encarregados.

Art. 104. Os adjuntos farão por escala o serviço de dia ao collegio, devendo em tal caso permanecer no estabelecimento durante 24 horas.

Paraphrasis unico. Quando estiverem de serviço não poderão intervir na parte administrativa e disciplinar do collegio a cargo do official de estado-maior.

Art. 105. Os instructores e mestres observarão os programmas do ensino pratico e mencionarão nas respectivas partes o assumpto da lição ou exercicio.

§ 1.º Os instructores e mestres militares farão serviço de estado-maior, por escala, e poderão ser encarregados de quaesquer outros compatíveis com o exercicio das suas funcções.

§ 2.º Tanto os instructores como os mestres terão livros de carga e descarga dos objectos a seu cargo e concernentes ao ensino de que estiverem incumbidos.

Art. 106. Os professores do collegio são vitalícios, não podendo perder os seus lugares sinão seguindo as leis penaes, salvo os casos previstos neste regulamento. Esta vitaliciedade será contada a partir da data da posse.

Art. 107. As licenças com ordenado por inteiro, fóra do tempo das ferias, sómente serão concedidas por motivo de molestia e até seis mezes; todas as outras não poderão ser com mais de metade do ordenado, nem por mais de tres mezes em cada anno.

Si a molestia se prolongar, o Governo poderá conceder nova licença.

Art. 108. A accumulção eventual de qualquer aula, além da sua, por professor ou adjunto do collegio, dara direito aos vencimentos integraes de uma e á gratificação de outra; quando, porém, a aula accumulada estiver vaga, o professor ou adjunto receberá, além dos seus vencimentos, mais o ordenado e gratificação dessa aula.

Art. 109. As nomeações de professor cathedratico e adjunto, com excepção unicamente do de musica, serão feitas por decreto, satisfaitas as exigencias do presente regulamento. Todas as mais serão feitas por portaria do Ministerio da Guerra, sob proposta do commandante do collegio.

Art. 110. A vaga de professor de qualquer aula será preenchida, no curso secundario, pelo adjunto da secção a que pertencer essa aula, ou pelo mais antigo dos pertencentes ao curso de adaptação, procedendo sempre informaçào do conselho de instrucção sobre a capacidade moral e intellectual do adjunto. No caso de informaçào unanime em desfavor do adjunto, será elle jubulado administrativamente.

Art. 111. Quando se abrirem simultaneamente vagas de professor e de adjunto da mesma secção, pór-se-ha em concurso sómente o lugar de adjunto.

Art. 112. As vagas de adjunto de qualquer dos cursos serão preenchidas por concurso.

Art. 113. Só poderão inscrever-se para o concurso á vaga de adjunto as pessoas que apresentarem:

- 1.º licença do Governo, si forem militares;
- 2.º fé de officio ou folha corrida.

Art. 114. A inscripção para o concurso será aberta na secretaria do collegio no prazo de oito dias, contados daquelle em que o commandante tiver conhecimento official de que a vaga se deu, fazendo-se publico pelas folhas de maior circulação e *Diário Official* qual a vaga que tem de ser provida. o prazo marca-lo para a inscripção dos candidatos, que nunca será menor de quatro mezes e nem maior de oito, e os artigos regulamentos concernentes ás habilitações.

No primeiro dia util, que se seguir áquelle em que terminar o prazo da inscripção, reunir-se-ha o conselho de instrucção para julgar sobre a admissão dos candidatos ao concurso e organizar a relação dos que forem habilitados e bem assim eleger os dous examinadores e o juiz do concurso, compondo estes tres membros a commissão julgadora.

Paragrapho unico. Dado que o conselho de instrucção resolve não tirar do seu seio os dous examinadores a que se refere este artigo, o commandante, autorizado pelo Ministro da Guerra, convidará pessoas estranhas ao corpo docente do collegio.

Art. 115. Constituida a commissão julgadora, designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, sendo isto annunciado pelas folhas diarias com a conveniente antecedencia.

Art. 116. Os concursos para o provimento dos lugares de professor se effectuarão no collegio perante o conselho de instrucção presidido pelo commandante, e as provas serão :

- 1<sup>a</sup>. prova escripta ;
- 2<sup>a</sup>. prelecção oral ;
- 3<sup>a</sup>. prova pratica ;
- 4<sup>a</sup>. arguição dos examinadores sobre os assumptos das provas escripta e oral ;
- 5<sup>a</sup>. prova pedagogica, que consistirá em uma lição ou lições a uma classe.

Art. 117. As tres primeiras provas versarão sobre pontos organisados pela commissão julgadora no dia de cada prova ; a escripta será a portas fechadas, e as outras serão publicas.

Art. 118. A arguição sobre o objecto da prova oral se realisará em acto consuetivo a exhibição da mesma prova, e a arguição sobre a escripta, no dia seguinte ao da leitura publica da prova.

Art. 119. Haverá prova pratica para o concurso das seguintes materias : physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica, zoologia, geographia e desenho.

Art. 120. As provas do concurso terão lugar dentro do prazo de tres mezes, depois de encerrada a inscripção dos candidatos.

Art. 121. O professor que não comparecer a qualquer das provas, segunda, terceira e quarta do concurso, perderá o direito de voto.

Art. 122. Os pontos para as provas do concurso serão formulados pela commissão sobre os assumptos mais importantes das disciplinas da escola.

Art. 123. Na prelecção oral, assim como na prova pedagogica, o candidato fallará uma hora sobre o ponto que lhe couber



por sorte. Cada uma dellas deve abranger o assumpto dentro do tempo marcado.

Art. 124. O prazo da prova escripta será de cinco horas, no maximo, e, de uma hora, o da prova pratica, devendo cada um dos examinadores arguir cada candidato por espaço de 30 minutos, pelo menos.

Art. 125. Um regimento especial, organizado pelo conselho de instrucção e approved pelo Governo, definirá todo o processo do concurso.

Art. 126. Concluida a ultima prova, serão todas julgadas pela commissão, que emitirá por escripto juizo fundamentado sobre cada uma dellas e proporá a classificação dos candidatos.

De posse deste parecer e de todos os papeis referentes ao concurso, o conselho de instrucção procederá á votação nominal sobre o merecimento dos candidatos, ficando excludos os que não obtiverem dous terços dos votos presentes.

Procederá depois, igualmente por votação nominal, á classificação, em ordem de merecimento, dos candidatos que houverem sido admittidos pela primeira votação. O que obtiver maior somma de votos será proposto ao Governo pelo conselho de instrucção.

No caso de serem dous ou mais os candidatos que obtiverem maior somma de votos, desempatará o commandante do collegio com o seu voto de qualidade.

Art. 127. O candidato proposto será nomeado pelo Governo.

Art. 128. O concurso será annullado quando tiver havido preterição de qualquer formalidade essencial.

Art. 129. Os candidatos excludos na forma do art. 126 poderão de novo concorrer passados dous annos.

Art. 130. Na falta de candidatos para o primeiro concurso, o conselho de instrucção, findo o prazo para elle marcado, deverá espacal-o por igual tempo.

Si durante este novo prazo ninguem se inscrever, ou si forem inhabilitados os candidatos inscriptos, poderá a vaga ser preenchida por nomeação do Governo por proposta do conselho de instrucção.

Art. 131. Os instructores serão officiaes do Exercito, com excepção do deapparelhos, que pertencerá á Marinha.

### CAPITULO XIII

Art. 132. Além do pessoal marcado nos arts. 7.<sup>o</sup> a 10 para o corpo de alumnos, que exercerá os mesmos cargos no collegio, haverá mais para completar a administração o seguinte :

Um medico, um pharmaceutico, um bibliothecario, um official da secretaria, dous escripturarios e um praticante ; oito inspectores de alumnos, um cobrador, um porteiro, um enfermeiro, um roupeiro, um despenseiro, um feitor, cinco guardas de 1.<sup>a</sup> classe, 10 guardas de 2.<sup>a</sup> classe, os serventes necessarios e um chefe da limpeza.

Art. 133. Serão nomeados por decreto o commandante e o fiscal; o ajudante, o secretario, os commandantes de companhia, quartel-mestre, agente, bibliothecario, official da secretaria e escripturarios, inspectores e porteiro, por portaria do Ministerio da Guerra, sob proposta do commandante; os demais empregados serão nomeados pelo commandante.

Art. 134. O commandante, fiscal, ajudante, medico e os demais officiaes da administração serão obrigados a residir no estabelecimento.

Art. 135. O commandante do collegio é a primeira autoridade do estabelecimento; suas ordens serão terminantes e obrigatorias para todos os empregados: exerce superior inspecção sobre o cumprimento dos programmas de ensino e horario escolar e sobre os exames; fiscalisa todos os mais ramos do serviço do collegio; regula e determina o que pertencer ao mesmo collegio e não especialmente confiado aos conselhos.

O commandante do collegio é o unico órgão official e legal que põe o estabelecimento em relação com o Ministerio da Guerra.

Art. 136. Além das attribuições que lhe são dadas, ao commandante incumbem mais:

1ª, corresponder-se directamente, em objecto de serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade civil ou militar;

2ª, informar ao Governo sobre as pessoas idoneas para os empregos da administração do collegio, quando não lhe competir a nomeação;

3ª, nomear de entre os empregados da administração, na falta ou impedimento de qualquer delles, quem os substitua provisoriamente, dando logo parte deste acto ao Governo, si o provimento do lugar não for de sua competencia;

4ª, dar, por motivo justo, licença aos empregados do collegio sem perda de vencimentos, comtanto que a licença não exceda de 15 dias;

5ª, informar annualmente ao Governo sobre o comportamento e modo por que desempenham os seus deveres todos os empregados do collegio que forem de nomeação do mesmo Governo;

6ª, apresentar annualmente ao Governo, por todo o mez de fevereiro, um relatorio abreviado do estado do collegio nos seus tres ramos, doutrinal, administrativo e disciplinar, comprehendendo os trabalhos do anno findo e o orçamento das despesas para o immediato. No relatorio proporá os melhoramentos que forem necessarios para a boa administração e disciplina do estabelecimento;

7ª, fazer a divisão de qualquer aula quando o numero de alumnos ou a hygiene escolar exigir esta medida;

8ª, rubricar todos os livros da escripturação do collegio e ordenar as despesas de prompto pagamento;

9ª, mandar de tres em tres mezes aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações relativas ao procedimento e applicação dos mesmos alumnos;

10, tomar as providencias que forem urgentes e não importarem augmento de despeza ;

11, dar posse aos professores e mais empregados do collegio ;

12, adquirir com os recursos do cofre os premios de que trata o art. 100 e mais os que julgar necessarios, assim como despendar as quantias precisas para effectuar a festa escolar ;

13, requisitar, por necessidade justificada perante o Ministerio da Guerra, officiaes subalternos ou alferes-alunos para auxiliarem o servico ;

14, representar ao Governo sobre qualquer omissão deste regulamento e propor as modificações que lhe dictarem a pratica e as necessidades do ensino ;

15, designar qualquer official em servico no estabelecimento para auxillar o ensino theorico ou pratico.

Art. 137. Ao fiscal, além do que lhe compete por outras disposições deste regulamento, incumbem :

1º, substituir o commandante do collegio em seus impedimentos, menos no conselho de instrucção, que sómente presidirá quando estiver no commando interino do mesmo collegio ;

2º, ter a escaleta dos officiaes e adjuntos ;

3º, receber e transmitir as ordens do commandante, e detalhar o servico geral, ordinario e extraordinario do collegio ;

4º, participar diariamente ao commandante tudo quanto occorrer no collegio e que mereça ser levado ao seu conhecimento ;

5º, verificar e rubricar todos os documentos de receita e despeza relativos ao collegio e fazel-os chegar ás mãos do commandante ;

6º, requisitar os objectos de que se careça para a reparação e conservação do material de guerra ;

7º, fiscalisar a conservação de todos os edificios do collegio, bem como o material do ensino, emprego e consumo das munições de guerra directamente e por intermedio do quartel-mestre ;

8º, receber dos professores, instructores e mestres, informações relativas á applicação e aproveitamento dos alumnos, e por intermedio do ajudante as relativas aos inspectores, guardas e demais empregados inferiores do estabelecimento na parte disciplinar e administrativa ;

9º, superintender o servico de todas as repartições do collegio, com excepção da secretaria, fiscalisando directamente o feito pelos commandantes de companhias e demais empregados militares ;

10, vigiar a exacta observancia das disposições deste regulamento, tanto as que se referem á disciplina e economia interna do estabelecimento, como as relativas á educação dos alumnos ;

11, instruir todos os negocios que subirem ao conhecimento do commandante, a quem serve de intermediario para todos os empregados e alumnos ;

12, propor ao commandante tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do collegio.

Art. 138. Nos impedimentos do fiscal, será este substituído pelo official mais graduado dentre os instructores e o pessoal administrativo.

Art. 139. Ao ajudante, que é o assistente immediato do fiscal em todos os serviços a este determinados, incumbe :

1º, vigiar com a mais incansavel attenção o que acontecer no collegio, providenciando logo no que estiver em suas attribuições e dando parte do que necessitar da intervenção do fiscal ou do commandante ;

2º, instruir os alumnos em tudo quanto disser respeito aos seus deveres militares, procurando inculc-lhes no espirito todas as noções precisas para esse fim ;

3º, policiar o estabelecimento ;

4º, receber diariamente dos inspectores na hora da parada parte sobre o procedimento dos alumnos, nas aulas, recreios e em geral no desempenho de todos os seus deveres escolares ;

5º, considerar-se responsavel principal pela disciplina, uniformidade, apparencia e postura militar dos alumnos dentro e fóra do collegio, não consentindo uma só falta em qualquer delles sem que lhes dê a conhecer e a faça emendar ;

6º, passar revista em todos os alumnos, não só nas occasiões de sahida geral, como diariamente na parada geral, a que assistirá, verificando minuciosamente si estão todos uniformizados devidamente e dando parte ao fiscal do que occorrer ;

7º, receber do major o detalhe do serviço do dia com o nome dos officiaes e adjuntos que entram de serviço, proceder á respectiva leitura, quando reunidos por ordem do major, fazer em detalhe a nomeação dos inspectores, officiaes-alumnos, guardas e serventes ;

8º, inspecionar o serviço de asseio e conservação dos edificios, cavallarias e o tratamento dos animaes pertencentes ao estabelecimento.

Paragrapho unico. O ajudante recebe ordens do commandante por intermedio do fiscal ou directamente daquelle.

Art. 140. Ao secretario, além do que lhe é prescripto pelas disposições deste regulamento, incumbe :

1º, re-ligir, expedir e receber toda a correspondencia official, sob as ordens do commandante e segundo as suas instrucções ;

2º, distribuir, dirigir e fiscalisar os trabalhos da secretaria ;

3º, fornecer as precisas informações e encaminhar todos os requerimentos feitos ao commandante do collegio ;

4º, escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada ;

5º, lavrar os termos do exame e as actas das sessões dos conselhos de instrucção e disciplinar ;

6º, preparar os esclarecimentos que devam servir de base aos relatorios do commandante ;

7º, fazer escrever sob sua responsabilidade as alterações occorridas com todos os empregados do collegio, alterações das quaes serão trimensalmente, segundo as ordens em vigor, remettidas certidões authenticas ás repartições competentes ;

8º, registrar em um livro especial as faltas ou pontos do pessoal docente do collegio ;

9º, escripturar os livros de matricula e o registro de faltas dos alumnos ;

10, fazer escripturar os livros de termos de nomeação de todos os funcionarios ;

11, avisar os membros constituintes das mesas examinadoras e annunciar os dias de exame e communicar os em que se deve reunir o conselho de instrucção ;

12, propor ao commandante tudo quanto for a bem do serviço da secretaria ;

13, mandar lavar e subscrever os contractos que devam ser assignados pelo commandante.

Art. 141. Ao official da secretaria incumbem :

1º, lavar todos os contractos que devam ser assignados pelo commandante ;

2º, fazer toda a escripturação relativa á contabilidade e lavar todos os termos do conselho economico ;

3º, fazer diariamente o ponto dos empregados e extrahir no fim do mez um resumo para os fins convenientes ;

4º, fazer toda a escripturação que lhe for distribuida pelo secretario e que não pertença especialmente a outro empregado.

Art. 142. Aos escripturarios cumpre executar os trabalhos do expediente que lhes forem distribuidos pelo secretario e conservar em dia a escripturação a seu cargo.

A um dos escripturarios incumbem, além disso :

1º, fazer annualmente o indice das deliberações do commandante e dos conselhos, que contiverem disposições permanentes ;

2º, levar no livro da porta os despachos cujo conhecimento interesse ás partes ;

3º, inventariar todos os objectos pertencentes á secretaria e suas dependencias.

O outro escriptuario é encarregado do archivo e conservará em boa ordem todos os papeis da secretaria, segundo as instrucções que receber do secretario.

Art. 143. Ao praticante incumbem :

Escrever os livros de termos de nomeação dos funcionarios do collegio, e fazer qualquer outro trabalho que lhe seja distribuido pelo secretario.

Art. 144. Ao bibliothecario incumbem :

1º, a guarda e conservação dos livros, mappas, globos, quadros e objectos de qualquer natureza, bem como das memorias e mais papeis ou manuscritos ;

2º, ter em boa ordem e devidamente catalogados os livros e mais papeis da bibliotheca ;

3º, a escripturação da entrada de livros e mais objectos, por compra, doativo ou distribuição ;

4º, propor ao commandante a compra de livros que interessem ao ensino do collegio ;

5º, ministrar aos officiaes, aos membros do corpo docente e aos alumnos as obras que desejarem consultar, não sendo permittido o empréstimo de livros da bibliotheca.

Art. 145. Aos commandantes de companhia, além de suas obrigações geraes e do que lhes é preceituado por este regulamento, cabe ainda :

1º, applicar todo o seu zelo e esforço para que os alumnos procedam com a mais rigorosa correccção e sejam sollicitos no cumprimento de seus deveres dentro e fóra do estabelecimento ;

2º, fazer manter a maior ordem e asseio nos alojamentos de suas companhias ;

3º, participar diariamente ao fiscal tudo quanto occorrer com os alumnos de sua companhia e que mereça ser levado ao conhecimento do commandante do collegio ;

4º, apresentar annualmente uma relação dos alumnos, na qual venha mencionado o seguinte : graduacões, nomes, datas de matricula, idade, premios, castigos e indicacão dos annos do curso em que se acham matriculados ;

5º, fazer a escripturação de todas as alteracões occorridas com o pessoal de suas companhias.

Art. 146. Ao medico incumbem :

1º, prestar os soccorros de sua arte que se tornarem precisos por occasião de qualquer accidente, bem como tratar em suas enfermidades os alumnos e empregados do collegio nelle residentes ou em suas dependencias e suas familias ;

2º, proceder á inspecção de saude nos candidatos á matricula e mais individuos que o commandante designar ;

3º, revaccinar os alumnos do collegio ;

4º, examinar a qualidade das drogas e remedios que receitar, antes de applicados aos enfermos, dando parte ao commandante de qualquer anormalidade que encontre, não só a este respeito, como em relação ás dietas e mais serviços da enfermaria ;

5º, examinar as refeições dos alumnos ;

6º, apresentar ao commandante do collegio no primeiro dia de cada mez um mappa nosologico dos alumnos tratados na enfermaria durante o mez antecedente, com as respectivas observações ;

7º, dar instrucções ao pharmaceutico e pedir as providencias que forem necessarias, não só para o serviço da enfermaria, mas tambem para que o da pharmacia se faça do melhor modo possivel ;

8º, communicar immediatamente ao fiscal qualquer caso suspeito de molestia infecto-contagiosa que se manifeste no estabelecimento, indicando a necessidade de prompta remocão dos alumnos acommettidos, os quaes não poderão ser tratados no collegio sob pretexto algum ;

9º, communicar sem perda de tempo ao fiscal o estado do alumno acommettido de molestia grave, afim de que seja elle removido do collegio para a casa de seus paes, ou, não havendo quem suas vezes faça, para logar conveniente ;

continua >

10, dar instrucções por escripto ao enfermeiro sobre a applicação dos remedios, dietas e o mais que convier ao tratamento dos alumnos ;

11, notar no livro da enfermaria o dia em que os alumnos nella entram ou sahem, consignando o diagnostico formulado sobre as molestias que soffreram ;

12, revistar, pelo menos uma vez por semana, todo o estado do estabelecimento e propor ao commandante, por intermedio do fiscal, as medidas que julgar necessarias ;

13, examinar os generos alimenticios que entrarem para o estabelecimento, fazendo parte da respectiva commissão de exame, ou quando o commandante determinar ;

14, communicar ao fiscal qualquer falta por parte dos empregados da enfermaria ou pharmacia no cumprimento dos seus deveres.

Art. 147. Ao pharmaceutico incumbem:

1º, examinar os medicamentos e vasilhame que entrarem para a pharmacia, qualquer que seja a sua procedencia, dando parte ao medico das faltas que encontrar, afim de que o commandante possa providenciar ;

2º, aviar o recettuario ;

3º, fazer os pedidos, por intermedio do medico, de tudo quanto for necessario á pharmacia.

Art. 148. Ao enfermeiro compete:

1º, ter todo o cuidado com o aseo e boa disposiçào da enfermaria ;

2º, cumprir exactamente o que for prescripto pelas receitas medicas ;

3º, tratar com toda a delicadeza e carinho os alumnos enfermos ;

4º, levar ao conhecimento do agente, com a necessaria antecedencia, os pedidos sobre dietas dos alumnos da enfermaria ;

5º, observar com solicitude os phenomenos morbidos que se passarem durante a ausencia do medico, dando a este communicação exacta de quanto tiver observado ;

6º, ter sob a sua guarda todos os objectos pertencentes á enfermaria e responder por tudo quanto nella existir ;

7º, levar ao conhecimento do medico qualquer falta commettida na enfermaria pelos alumnos, ou pelos serventes nella empregados.

Art. 149. Ao quartel-mestre, além do que já lhe foi prescripto, compete:

1º, fazer e assignar os pedidos de tudo quanto for necessario para o ensino e demais ramos de serviço do collegio, e do que for ordenado pelo fiscal para reparação e conservaçào do material escolar e de guerra ;

2º, receber, arrecadar e distribuir, conforme as necessidades do serviço, todo o material, dando sahida aos objectos que estiverem sob sua guarda, por meio de notas em um livro, com de-

claração da natureza e preços desses objectos, da pessoa a quem foram entregues e em virtude de que ordem;

3º, receber e ter sob sua guarda todas as peças de armamento, equipamento e fardamento, instrumental e utensílios pertencentes ao collegio, e de que não estejam particularmente encarregados outros empregados;

4º, escripturar em um livro todos os objectos recebidos e entrados para a arrecadação a seu cargo, declarando o dia da entrada, a sua procedencia e o preço de cada um;

5º, fazer as folhas relativas aos vencimentos dos empregados superiores e subalternos, receber a importancia dessas folhas na repartição competente e effectuar os respectivos pagamentos;

6º, receber do cobrador do collegio os dinheiros provenientes das pensões e enxoval dos alumnos, afim de recolher essas quantias ao cofre do conselho economico.

Art. 150. O agente é especialmente encarregado do rancho dos alumnos; é immediato fiscal da despesa, do serviço do refeitório e cozinha, e do asseio dessas dependencias do estabelecimento; faz compras de tudo quanto for preciso para o rancho e cozinha e lhe for ordenado.

Para as compras em grosso se farão os necessarios annuncijs com a devida antecedencia, sendo preferidos os negociantes cujas propostas forem mais vantajosas. Uma commissão composta de membros do conselho economico examinará os objectos que entrarem para o estabelecimento. A essa commissão se reunirá o medico, quando se tratar de generos alimenticios.

§ 1.º O agente terá um livro de carga e descarga de todos os objectos que estiverem sob sua guarda e responsabilidade, cumprindo-lhe:

1º, prestar mensalmente as contas dos gastos que fizer, acompanhando-as os respectivos documentos, afim de serem processadas devidamente e pagas pelo conselho economico;

2º, dar ao despenseiro as instrucções que julgar conveniente para o bom desempenho das suas obrigações, e tomar-lhe contas quando entender necessario;

3º, fazer diariamente o pedido dos generos que não puderem ser fornecidos de quinzena em quinzena; com a necessaria antecedencia os quinzenaes, afim de serem satisfeitos pelo fornecedor, e os extraordinarios que lhe forem ordenados;

4º, requisitar o fornecimento de todos os utensílios necessarios para o rancho dos alumnos e ficar por elles responsavel, tendo um mappa de sua carga;

5º, informar o commandante, por intermedio do fiscal, de tudo quanto entender melhorar as condições dos ranchos dos alumnos.

§ 2.º Terá como auxiliar immediato o despenseiro, cujos deveres são os seguintes:

1º, fazer as compras que lhe ordenar o agente;

2º, conservar em completo asseio e ordem a despesa e todos os utensílios della e bem aconhicionados os generos, principalmente os de facil deterioração;



3º, executar todas as ordens do agente, a quem responderá por qualquer falta no serviço da copa e cozinha.

Art. 151. Subordinados immediatamente ao agente haverá ainda os serventes necessários para desempenhar as funções de copeiros, para cozinheiro e ajudantes de cozinha, os quaes executarão todas as suas ordens pontualmente, de modo a que se executem todos os serviços que lhe estão affectos, com a conveniente regularidade.

Art. 152. Ao inspector cumpre:

1º, vigiar com todo zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, inspirando-se para esse delicado encargo nos salutaros principios da arte da educação, usando de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente aos alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever;

2º, cumprir todas as ordens que lhe forem determinadas pelo ajudante e official de serviço;

3º, apresentar ao ajudante na hora da parada um relatorio do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos;

4º, tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos professores, quer sejam elles relativos ao estudo, quer ao cumprimento de penas;

5º, acompanhar os alumnos á entrada e sahida das aulas, e attentamente observal-os nas salas de estudo e durante a hora de recreio, animando-os em seu trabalho;

6º, examinar os livros e as mesas de estudo dos alumnos, não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade;

7º, comer á mesa com os alumnos, prescrevendo-lhes regras de civilidade relativas ao acto da refeição;

8º, não recolher-se ao respectivo cubiculo dos dormitorios sem que estejam todos os alumnos accommodados e dormindo;

9º, observar, além do que se passa na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos;

10, não se ausentar da classe a seu cargo sem prévia licença.

Art. 153. Ao cobrador compete effectuar a cobrança das pensões e contas de enxoval dos alumnos contribuintes do collegio, fazendo entrega das quantias cobradas, ao quartel-mestre do estabelecimento.

Paragrapho unico. Este funcionario prestará fiança da quantia de 1:000\$5, antes de entrar no exercicio do emprego.

Art. 154. Ao porteiro incumbe:

1º, a guarda, cuidado e fiscalisação da limpeza das salas, onde funcionarem as aulas e os conselhos, compartimento do commandante, secretaria, archivo, moveis e mais objectos existentes nessas dependencias do collegio;

2º, a recepção dos papeis e requerimentos das partes para lhes dar a conveniente direcção;

3º, a distribuição dos guardas para o serviço das aulas e exercícios, de conformidade com as ordens do ajudante ;

4º, a expedição da correspondencia que lhe for entregue, correspondencia que inventariará ;

5º, registrar diariamente o ponto dos alumnos ;

6º, fazer diariamente o ponto dos empregados e extrahir no fim do mez um resumo para os fins convenientes ;

7º, a distribuição dos serventes para os trabalhos que forem necessarios ;

8º, residir no estabelecimento e ter sob sua guarda as chaves da portaria e da secretaria.

Art. 155. Haverá um servente que auxiliará o porteiro e desempenhará na secretaria o lugar de continuo.

Art. 156. O roupeiro tem a seu cargo :

1º, receber dos commandantes das companhias o enxoval dos alumnos, sendo responsavel perante elles por qualquer falta que se der ;

2º, marcar com o numero designado cada peça do enxoval ;

3º, ter escrupuloso cuidado com a roupa dos alumnos depositada nos armarios da rouparia ;

4º, entregar, mediante rol, ao encarregado da lavagem e engommado a roupa dos alumnos, e bem assim as peças de uso do refeitório, capta, cozinha e enfermaria ;

5º, receber a roupa lavada e engommada, verificando si está de accordo com o rol e se achá tratada com cuidado e asseio ;

6º, assentar em livro proprio o recebimento do enxoval dos alumnos ;

7º, entregar ao alumno que se retirar do collegio as peças do enxoval que nesta occasião possuir, do que lavrará nota em um livro para este fim destinado.

§ 1.º O roupeiro será coadjuvado por quatro serventes que obedecerão pontualmente as suas ordens ;

§ 2.º Deverá o roupeiro, no caso de verificar qualquer irregularidade por parte do encarregado da lavagem e engommado da roupa, levar o facto ao conhecimento do commandante da companhia a que pertencer a roupa, para que sejam tomadas as providencias necessarias.

Art. 157. Ao chefe da limpeza cumpre conservar no mais escrupuloso asseio todas as dependencias do collegio, tendo para auxiliares os serventes que forem necessarios.

Art. 158. Ao feitor compete dirigir todo o trabalho da chacara, velando pela conservação das plantas, boa ordem e completo asseio dos recreios, banheiros e todas as outras dependencias do estabelecimento, afastadas dos edificios principaes.

Servirão sob suas ordens os serventes necessarios.

Art. 159. Os guardas tem a seu cargo verificar a presença dos alumnos nas aulas e cumprir as ordens relativas aos demais serviços que lhes forem distribuidos.

Art. 160. Os serventes, que serão os suficientes para os diversos ramos do serviço do collegio, terão por obrigação bem cumprir todas as ordens que lhes forem dadas relativas aos trabalhos de que estiverem incumbidos.

## TITULO VII

### DOS CONSELHOS DE INSTRUÇÃO, DISCIPLINAR E ECONOMICO

#### CAPITULO XIV

Art. 161. O conselho de instrução se compõe do commandante, como presidente, dos professores e dos adjunctos.

Quando se tratar de materias do ensino pratico commum ou tecnico, tambem farão parte delles os instructors e mestres; e, em se tratando de assumpto relativo á hygiene escolar, tambem fará parte deste conselho o medico do estabelecimento.

Art. 162. São attribuições privativas do conselho de instrução :

1ª, organizar, para serem adoptados depois de approvação do Governo, programma circumstanciado para o ensino ;

2ª, organizar o regimento especial dos concursos de que trata o art. 125 ;

3ª, organizar, além dos respectivos programma, o horario, que deverá satisfazer o disposto nos ns. 1 a 3 do art. 34, e approvar os compendios que devam ser adoptados nas aulas ;

4ª, organizar os programma dos exames do collegio ;

5ª, propor as reformas e melhoramentos que convier introduzir no ensino do collegio ;

6ª, prestar as informações e dar os pareceres que lhe forem exigidos pelas autoridades competentes ;

7ª, eleger os douts. examinadores e o juiz dos concursos, apreciar o resultado destes e propor quem no seu entender esteja no caso de ser nomeado ;

8ª, decidir as inscrições no «Quadro de Honra» e outras distincções conferidas aos alumnos á vista das propostas dos respectivos professores ;

9ª, elaborar cuidadosamente o programma dos exames de *maturação* ;

10, organizar a commissão julgadora desses exames ;

11, organizar, para ser presente ao Ministro da Guerra, a relação nominal dos alumnos com direito ás medalhas de ouro, ouvido o conselho de disciplina ;

12, arbitrar a gratificação de que trata o art. 86 *in fine*.

Art. 163. Além das reuniões do conselho de instrução, previstas pelas disposições deste regulamento, poderá o commandante marcar outras, sempre que o exigir a conveniencia do ensino.

Art. 164. Os avisos para a reunião do conselho de instrução serão por escripto a cada um dos membros do mesmo conselho, designando o dia, a hora e a materia de que se deverá tratar, quando esta não houver sido dada em sessão anterior.

Art. 165. O conselho de instrução não poderá exercer suas funcções sem que se reuna mais de metade do numero total de seus membros que estiverem em exercicio do magisterio.

Art. 166. Ao presidente do conselho de instrução, além de seu voto como membro do mesmo conselho, compete intervir com o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 167. O presidente não poderá ter exercicio em nenhuma das commissões que, por conveniencia do ensino, designar o conselho de instrução, e será substituido nas suas ausencias eventuaes pelo professor mais graduado que tiver assento no mesmo conselho.

Art. 168. Sempre que for conveniente, tres ou mais membros do conselho, por escolha do presidente, serão commissionados para emitir pareceres, preparar trabalhos, ou para tudo quanto for conducente ao bem do ensino.

Art. 169. Será secretario do conselho o secretario do collegio, e a este funcionario, não sendo professor, não assiste o direito de votar nem de discutir, podendo, porém, usar da palavra para alguma explicação, quando assim determinar o presidente do conselho.

Art. 170. As pessoas que, sem pertencerem ao quadro effectivo do corpo docente, estiverem no exercicio do professorado regendo aulas, tambem terão assento no conselho de instrução, não podendo contudo tomar parte naquellas sessões em que se tratar de materias concernentes a concurso.

Art. 171. Verificada pelo secretario a presença do numero legal de membros do conselho, dar-se-ha principio aos trabalhos de cada sessão com a leitura feita pelo mesmo secretario, da acta da sessão antecedente, a qual será posta em discussão e submettida à votação, entendendo-se que foi unanimemente approvada sempre que não se suscitarem reclamações contra sua fidelidade.

Art. 172. Os membros do conselho que entenderem que na acta não se acham expostos os factos com a devida exactidão, terão o direito de enviar à mesa as suas emendas escriptas, approvadas as quaes, serão feitas de accordo com ellas as rectificações reclamadas.

Art. 173. As actas depois de approvadas serão assignadas pelo presidente e mais membros da congregação que se acharem presentes. O secretario assignará em ultimo lugar.

Art. 174. Em seguida à votação da acta, se passará ao objecto para que foi reunido o conselho de instrução.

Art. 175. As sessões não se prolongarão por mais de duas horas, reservando-se a ultima meia hora para a apresentação e discussão, no caso de urgencia, de quaesquer propostas ou indicações.

Art. 176. Si por falta de tempo não se concluir em uma sessão o debate de qualquer indicação ou proposta, ficará adiada como materia principal da ordem do-dia para a primeira sessão, a qual será convocada com a maior brevidade.

Art. 177. A todo membro do conselho assiste o direito de requerer verbalmente que se prorogue a sessão até mais uma hora.

O requerimento de prorrogação será muito concisamente justificado e sem debate submittido á votação.

Art. 178. O conselho tratará das questões que lhe forem submittidas, ou directamente, ou por meio de comissões que elegerá para o estudo das mesmas questões.

Art. 179. A nenhum membro do conselho será permitido usar da palavra mais de duas vezes na mesma discussão, exceptuando-se os proponentes de qualquer projecto e os relatores de comissões, que poderão usar da palavra até tres vezes.

Art. 180. As votações do conselho de instrucção serão reguladas pelos processos seguidos nas congregações das escolas militares.

Art. 181. O serviço do conselho de instrucção prefere a qualquer outro no estabelecimento.

## CAPITULO XV

Art. 182. O conselho disciplinar se comporá do commandante, do fiscal, do ajudante, dos commandantes de companhia e dos instructores. Nelle funcionará o secretario do collegio.

Art. 183. Além das attribuições que lhe são conferidas neste regulamento, compete mais :

1<sup>a</sup>, consultar sobre os meios apropriados para manter a policia geral, a ordem interna e a moralidade do estabelecimento ;

2<sup>a</sup>, tomar conhecimento das faltas graves que os alumnos commetterem, afim de que se cumpra o preceituado relativamente á distribuição e applicação das penas, salvo o caso figurado no art. 91 § 2<sup>o</sup>;

3<sup>a</sup>, velar pela fiel execução do regimento interno.

Art. 184. Não poderá tomar assento no conselho de disciplina o membro que tiver dado a parte accusatoria, documento essencial para a reunião do mesmo conselho e seu funcionamento.

## CAPITULO XVI

Art. 185. O conselho economico se comporá do commandante, fiscal, commandantes de companhia, medico, quartel-mestre e agente, ambos sem voto. Nelle funcionará tambem o secretario do collegio.

Art. 186. A este conselho compete :

1º, administrar não só o fundo do rancho dos alumnos e das forragens dos animaes, como tambem os destinados a outras verbas de spendio;

2º, organizar a tabella do rancho dos alumnos e da distribuição das forragens para os animaes ;

3º, conhecer do estado do cofre mensalmente, fazer os orçamentos, verificar os documentos de despeza e estabelecer os processos indispensaveis para se julgar da sua moralidade ;

4º, consultar sobre todos os objectos attinentes ao material do estabelecimento.

Art. 187. São clavicularios do cofre o commandante do collegio, o fiscal e um dos commandantes de companhia, que será eleito de seis em seis mezes e desempenhará as funções de thesoureiro.

Art. 188. Os dinheiros que tiverem de entrar para o collegio serão recebidos pelo quartel-mestre.

Art. 189. Os fornecimentos, de qualquer natureza que sejam, serão contractados pelo conselho economico, mediante concorrência publica.

Art. 190. O commandante convocará ordinariamente este conselho na primeira quinzena de cada mez, e extraordinariamente sempre que julgar conveniente.

Art. 191. As deliberações do conselho economico deverão conformar-se, no que for applicavel, com as disposições do regulamento approved pelo decreto n. 1649 de 6 de outubro de 1855.

## TITULO VIII

### CAPITULO UNICO

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 192. Na conformidade do decreto n. 1318 E, de 20 de agosto de 1891, é extensivo a todos os empregados civis do collegio, de nomeação do Ministro, o montepio obrigatorio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890.

Art. 193. Os vencimentos do pessoal docente e administrativo do collegio são os marcados na tabella A, appensa a este regulamento, cabendo aos professores todas as vantagens consignadas no codigo das disposições communs às instituições do ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, annexo ao decreto n. 1159, de 3 de dezembro de 1892.

Art. 194. As deliberações dos conselhos que contiverem disposições permanentes para o serviço escolar, não terão effeito sem approvação do Governo.

Art. 195. Para occorrer às despesas com a manutenção e custeio do collegio, serão applicadas :

1ª, a verba ou as verbas para este fim consignadas no orçamento da Guerra ;

2ª, a importancia das joias e pensões pagas pelos alumnos contribuintes;

3ª, a renda do patrimonio do Asylo de Invalidos da Patria.

Art. 195. A direcção do museo militar ficará a cargo de um official empregado no collegio, que o commandante designar, sem remuneração alguma por este serviço.

Art. 197. O collegio terá um regimento para o detalhe dos serviços, ordem interna e policia do estabelecimento, o qual será submittido á approvação do Governo.

Paragrapho unico. Deste regimento tambem constará não só o uniforme dos alumnos, segundo o plano decretado pelo Governo, como tambem o de todos os empregados civis do collegio que nelle não tenham especialmente designado.

Art. 198. Haverá no collegio, destacadas, as praças do Exercito que forem necessarias para o serviço das cavallariças e de conductores, bem como dous corneteiros e ordenança para a respectiva secretaria.

Art. 199. Nos casos não previstos nos artigos deste regulamento, tomará o commandante as necessarias providencias:

1º, de conformidade com o preceituado no regulamento das escolas militares do Exercito;

2º, de accordo com a legislação commum;

3º, segundo o seu criterio e experiencia até definitiva decisão do Ministro da Guerra.

Art. 200. Ficam revogadas as disposições em contrario.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 201. O acrescimo de despesa resultante da decretação deste regulamento e não previsto no orçamento da Guerra, correrá por conta da renda do patrimonio do Asylo de Invalidos da Patria de que trata o art. 195.

Art. 202. As primeiras nomeações para provimento dos cargos novamente creados pelo presente regulamento, serão feitas por livre escolha do Governo, sendo elevados á categoria de professores cathedraes os actuaes professores interinos e á de professores adjuntos os auxiliares do ensino.

Art. 203. As pensões taxadas no art. 25 só são applicaveis aos menores que se matricularem no collegio da data deste regulamento em diante, ficando os actuaes alumnos sujeitos ao pagamento das pensões estipuladas nos regulamentos em cuja vigencia matricularam-se.

Art. 204. O presente regulamento vigorará em todas as suas partes, a contar da data da sua publicação, com excepção da que se refere ao plano de educação nelle delineado, para cuja execução integral, no principio do anno de 1895 vindouro, o commandante providenciará sem prejudicar os alumnos actualmente matriculados.

Capital Federal, 20 de agosto de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## A — Tabella dos vencimentos dos empregados do Collegio Militar

EMPREGOS	VENCIMENTO ANNUAL		OBSERVAÇÕES
	Ordem.	Grat.	
<i>Da administração</i>			
Commandante .....		2:800\$	E vencimentos de comissão activa de engenheiros, como chefe.
Fiscal.....		2:200\$	E vencimentos de comissão activa de engenheiros.
Ajudante.....		1:200\$	E vencimentos de comissão de residência.
Secretario.....		1:200\$	Idem idem.
Quartel-mestre.....		600\$	Idem idem.
Médico.....		600\$	E vencimentos de serviço sanitário, conforme a classe a que pertencer.
Commandante de companhia.....		600\$	E vencimentos de comissão de residência.
Pharmaceutico.....		600\$	E vencimentos conforme a classe a que pertencer.
Agente.....		600\$	E vencimentos de comissão de residência.
Bibliothecario.....		600\$	E vencimentos de comissão de estado maior de 2ª classe.
Official da secretaria.....	2:400\$	1:200\$	
Escriptuario.....	1:600\$	800\$	
Praticante.....	1:000\$	600\$	
Porteiro.....	1:600\$	800\$	
Cobrador.....	1:300\$	800\$	
Inspector de alumnos.....	1:600\$	800\$	
Enfermeiro.....	1:000\$	500\$	
Roupeiro.....	1:200\$	600\$	
Despenseiro.....	800\$	400\$	
Fedor.....	800\$	400\$	
Chefe da limpeza.....	800\$	400\$	
Guarda de 1ª classe.....	800\$	400\$	
Guarda de 2ª classe.....	600\$	300\$	
Servente.....			Uma diaria que não exceda de 2500\$.
<i>Da magistério</i>			
Professor cathedraico.....			O que compete ou vier a competir aos professores das escolas militares.
Professor adjunto.....	2:000\$	1:600\$	
Instructor.....		600\$	E vencimentos de comissão de residência para os officiaes do exercito.
Mestre de esgrima (paizano).....	2:000\$	1:000\$	
Mestre de esgrima (militar).....		1:200\$	E vantagens geraes.
Professor de musica.....	2:000\$	1:000\$	
Mestre de gymnastica.....	2:000\$	1:000\$	

*Observações* — Os professores que forem officiaes do Exercito ou da Marinha, além dos vencimentos marcados nesta tabella, perceberão o soldo de seus patentes.

O instructor deapparelhos terá, além da gratificação acima estipulada, os mesmos vencimentos de official embarcado em navio da guerra armado de 1ª classe.

Capital Federal, 20 de agosto de 1891. — *Bibiano Sergio Macedo da Fountoura Costallat.*



[illegible]

## OBSERVATIONS

As peças sem tempo determinado só serão substituídas quando forem julgadas inservíveis.

As peças em tempo determinado serão substituídas quando forem julgadas inservíveis.

(Capital Federal, 29 de agosto) de 1894.— *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat*.

**C — Relação das peças de enxoval que são fornecidas aos alumnos gratuitos de accordo com a tabella de distribuição**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Blusas de brim pardo.....	4
Botinas, pares.....	3
Calças de brim branco.....	2
Calças de brim pardo.....	4
Calças de panno garance.....	1
Capote de panno.....	1
Cobertor de lã encarnada.....	1
Coilete com mangas.....	1
Coturnos, pares.....	4
Dolman marron com platinas.....	1
Gorros de brim pardo.....	4
Gravatas de seda.....	4
Kepi com emblema.....	1
Polainas.....	3

Capital Federal, 20 de agosto de 1894.—*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Modelo a que se refere o art. 101 do regulamento que baixou com o decreto n. 1775 A, de 20 de agosto**

Em nome da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

### COLLEGIO MILITAR

Eu... (nome do commandante) faço saber, que á vista das approvações obtidas nos exames do curso definitivo feitos no Collegio Militar por..... nascido a... de..... em... lhe confiro, na conformidade do art. 101 do regulamento annexo ao decreto n. 1775 A, de 20 de agosto de 1894, o titulo de agrimensor, como galardão de seus meritos.

Capital Federal, em data da collação do grão)...

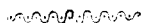
O commandante,

.....

O agrimensor,

O secretario,

.....



### DECRETO N. 1776 — DE 22 DE AGOSTO DE 1894

Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.

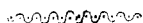
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 42º, e que se organizará com os guardas desse serviço qualificados no municipio de Saquarema : revogadas as disposições em contrario,

Capital Federal, 22 de agosto de 1894, do da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1777 — DE 22 DE AGOSTO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

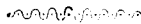
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado do Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 220<sup>a</sup>, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 78<sup>a</sup>, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1778 — DE 22 DE AGOSTO DE 1894

Concede ao Gymnasio Amazonense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmaes de ensino e modo por que são executados no Gymnasio Amazonense, resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, na fôrma do disposto no decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 II, de 2 de janeiro de 1891, e 38, paragrapho unico, do de n. 981, de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 22 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1779 — DE 27 DE AGOSTO DE 1894

Proroga por dous annos os prazos estatuidos na clausula 3<sup>a</sup> do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, para inicio e conclusão dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco União de S. Paulo, concessionario, nos termos do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, de privilegio e garantia de juros para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que partindo da via-ferrea Mogyana, entre Uberaba e Uberabinha, vá ter a Coxim, no Estado de Matto Grosso, resolve prorogar por dous annos os prazos estatuidos na clausula 3<sup>a</sup> do mencionado decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, para inicio e conclusão dos trabalhos de construção da referida estrada de ferro, na conformidade dos §§ III e VI, disposição n. 22 do art. 6<sup>o</sup> da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagem e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 27 de agosto de 1894, 6<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1779 desta data**

**I**

E' concedido ao Banco União de S. Paulo, concessionario, nos termos do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, de privilegio e garantia de juros para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que partindo da ferro-via Mogyana, entre Uberaba e Uberabinha, vá ter a Coxim, prorrogação por dous annos dos prazos estatuidos na clausula 3<sup>a</sup> do decreto n. 862 acima citado, para inicio e conclusão dos trabalhos de construção da referida estrada de ferro, na conformidade do § VI, disposição n. 22 do art. 6<sup>o</sup> da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892.

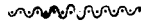
**II**

Ficam de nenhum effeito os §§ 1<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> da clausula 1<sup>a</sup> do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, com referencia somente ao Banco União de S. Paulo.

## III

O Banco União de S. Paulo fica obrigado a recolher ao Thezouro Federal a quantia de 12:000\$ annualmente em duas prestações semestrais adiantadas de 6:000\$ cada uma, para as despesas de fiscalisação.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 27 de agosto de 1894.— *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1780 — DE 27 DE AGOSTO DE 1894

Declara caduca a concessão do 2º grupo de engenhos centraes, de que trata o decreto n. 888 de 18 de outubro de 1890, e de que é concessionaria a Companhia Industria e Construção.

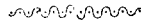
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Industria e Construção, concessionaria da garantia de juros e mais favores para o estabelecimento do 2º grupo de engenhos centraes de que trata o decreto n. 888 de 18 de outubro de 1890, deixou que fossem excedidos os prazos marcados para a conclusão das respectivas obras; resolve, em observancia do art. 25 do regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889, declarar caduca a concessão dos referidos favores.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1781 — DE 29 DE AGOSTO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muzumbinho, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

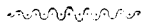
Artigo unico. Fica creado na comarca de Muzumbinho, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de guardas

nacionais, com quatro companhias e a designação de 221<sup>ª</sup>, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1782 — DE 29 DE AGOSTO DE 1892

Crea mais dous batalhões de infantaria, um do serviço activo e outro da reserva, e um regimento de cavallaria e guardas nacionaes na comarca de Vigosa, no Estado de Minas Geraes.

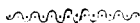
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Vigosa, no Estado de Minas Geraes, mais dous batalhões de infantaria, um do serviço activo e outro do da reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 222<sup>a</sup> e 127<sup>a</sup>, e um regimento de cavallaria com quatro esquadões e a designação de 79<sup>a</sup>, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1783 — DE 29 DE AGOSTO DE 1894

Crea mais tres batalhões de infantaria, sendo dous do serviço activo e um do da reserva, e um regimento de cavallaria na Guarda Nacional da comarca da Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, e eleva á categoria de regimento e á de batalhão o corpo de cavallaria existente na mesma comarca e a 8<sup>a</sup> secção da reserva.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

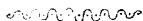
Artigo unico. Ficam creados na Guarda Nacional da comarca da Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, mais tres batalhões de infantaria, sendo dous do serviço activo e um do da

reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 88º, 89º e 43º, e mais um regimento de cavallaria com igual numero de esquadões e a designação de 27º, ficando elevado à categoria de regimento com a designação de 28º o corpo de cavallaria, era existente sob n. 16º, reduzido a quatro esquadões, e à de batalhão, com a designação de 41º, a 8ª secção de reserva, com quatro companhias, os quaes se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1784 — DE 30 DE AGOSTO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:193:750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre do anno corrente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Considerando:

Que nem o Congresso Nacional, nem o do Estado de Pernambuco nenhuma deliberação tomaram em relação ao custeio do Presidio de Fernando de Noronha;

Que, tratando-se de alimentação e manutenção dos respectivos pessoal e presos, não pôde, por sua natureza, ser adiaada essa despesa, a que o Governo Federal tem provido por meio de successivos creditos extraordinarios desde 1893;

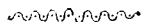
Que, finalmente, subsistem as mesmas razões que determinaram a abertura dos alludidos creditos;

Resolve, usando da authorisação conferida pelo § 4º, 2ª parte do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850 e na forma prescripta na citada disposição, abrir sob sua responsabilidade, ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito extraordinario de cento e vinte e dois contos quatrocentos noventa e tres mil setecentos e cinquenta réis (122:193:750) para occorrer ao custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre do anno corrente.

Capital Federal, 30 de agosto de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*





## DECRETO N. 1785 — DE 30 DE AGOSTO DE 1894

Autorisa a Companhia Norte Mineira a substituir no engenho central de Cannaveiras o systema de diffusão pelo de moendas de triplice bateria.

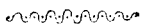
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Norte Mineira, cessionaria da concessão feita pelo decreto n. 646 de 9 de agosto de 1890 a José Domingues Mendes para o estabelecimento, no município de Cannaveiras, de um engenho central para o fabrico de assucar pelo systema de diffusão, resolve autorisar a substituição deste systema pelo de moendas de triplice bateria; não sendo contado, para a conclusão das obras, o prazo decorrido de 4 de abril de 1893 até esta data.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagem e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1786 — DE 30 DE AGOSTO DE 1894

Approva o projecto da nova estação de Belém, da Estrada de Ferro de Carangola, e o respectivo orçamento.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada do Ferro Leopoldina, cessionaria da Estrada do Ferro de Carangola, nos termos do decreto n. 734 de 6 de setembro de 1890, resolve approvar o projecto da nova estação de Belém, da referida Estrada de Ferro de Carangola e bem assim o respectivo orçamento, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viagem.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagem e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 30 de agosto de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1787 — DE 30 DE AGOSTO DE 1894

Fixa provisoriamente em \$10:000 o capital relativo à 1.<sup>a</sup> secção do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, cessionaria, nos termos do decreto n. 731 de 6 de setembro de 1890, da Estrada de Ferro Barão de Araruama e prolongamento, resolve fixar provisoriamente na quantia de \$10:000 (oitocentos e dez contos de réis) o capital garantido para a construção do referido prolongamento com relação à 1.<sup>a</sup> secção, da extensão de vinte e sete kilometros, correspondendo a quantia ao maximo de trinta contos de réis por kilometro estabelecido pelo decreto n. 10.245, de 31 de maio de 1889.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de agosto de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1788 — DE 31 DE AGOSTO DE 1894

Altera a clausula 2.<sup>a</sup> do decreto n. 1044, de 20 de novembro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Telephonica do Estado de S. Paulo, resolve alterar a clausula 2.<sup>a</sup> do decreto n. 1044, de 20 de novembro de 1890 ; reduzindo de 12 a 10 % a taxa que sobre a sua renda bruta a mesma companhia é obrigada a pagar aos cofres da União.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de agosto de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1789 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1894

Substitue a clausula 32.<sup>a</sup> (com referencia sómente á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação) do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerer a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, concessionaria do privilegio e garantia de juros para a construcção do prolongamento de sua linha ferrea a partir da estação da Jaguara à margem do Rio Grande até à cidade de Catalão no Estado de Goyaz, nos termos do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, resolve substituir a clausula 32.<sup>a</sup> do referido decreto (com referencia sómente á citada companhia) n. 862 pela que com este haixa assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagem e Obras Publicas, que assim o fica executar.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 3 de setembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Biblioth. Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Clausula que se refere o decreto  
n. 1789 desta data**

A garantia de juros far-se-ha effectiva, livro de qualquer imposto, em semestres vencidos nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno e os respectivos pagamentos dentro do 3.<sup>o</sup> mez, depois de findo o semestre durante o prazo estatuido no decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, do seguinte modo:

§ 1.<sup>o</sup> Enquanto durar a construcção das obras os juros de 6 % serão pagos sobre a importancia que semestralmente se verificar haver sido empregada, segundo a tabella de preços approvada.

As despezas só serão consideradas para os effeitos desta disposição até ao maximo do capital garantido, e em caso algum o Estado será obrigado a pagar juros sobre quantias que não tenham sido despendidas com obras e material da estrada em serviço que, a juizo do Governo, a esta interessarem directamente.

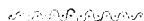
Estas circumstancias, porém, não extinguirão a companhia da obrigação que assumio de concluir as obras e os fornecimentos relativos à estrada de que trata a presente concessão, independentemente de qualquer augmento de onus para o Estado.

§ 2.<sup>o</sup> A acquisição do material fixo e rodante terá lugar nas proporções que o Governo julgar conveniente, autorizando pre-

viamente as respectivas despesas para que possam ser levadas à conta do capital garantido.

§ 3.º Entregue a estrada ou parte desta ao transitio publico, os juros correspondentes ao respectivo capital serão pagos em presença dos balanços e liquidação da receita e despesa do custeio da estrada, exhibidos pela companhia e devidamente examinados pelos agentes do Governo.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 3 de setembro de 1894. — *Bisbiano Sergio Maccelo da Pontoura Costallat*.



#### DECRETO N. 1790 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1894

Innova, sem augmento de subvenção, o contracto celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação, para o serviço de navegação entre os portos do Recife e Fortaleza e Recife a Aracajú.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Pernambucana de Navegação e usando da autorisação constante do art. 6º n. 1X c) da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, resolve innovar, sem augmento de subvenção, o contracto que, em virtude do decreto n. 10.208, de 16 de março de 1889, foi celebrado com a referida companhia, para o serviço de navegação entre os portos do Recife e Fortaleza e Recife a Aracajú, de accordo com as clausulas que com este baixam e que vão assignadas pelo Ministerio de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de setembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEINOTO.

*Bisbiano Sergio Maccelo da Pontoura Costallat*.

#### **Clausulas a que se refere o decreto n. 1790 desta data**

A Companhia Pernambucana de Navegação obriga-se a continuar o serviço de navegação costeira a vapor, na conformidade das seguintes clausulas:

Na linha do norte, do porto do Recife ao da Fortaleza, fará duas viagens mensaes, com escala nos portos da Paratyba,

Natal, Macão, Mossoró e Aracaty e na do sul, do Recife a Aracajú, duas viagens mensaes, tocando nos portos de Jaraguá e do Penedo sempre que a barra deste ultimo o permittir. Quando isto não for possível a companhia mandará um vapor apropriado com escalas livres.

Do Recife á Ilha de Fernando de Noronha haverá uma viagem mensal.

As escalas das linhas do norte e sul poderão ser alteradas pelo Governo Federal, de accordo com a companhia, segundo a experiencia aconselhar.

## II

Além das linhas mencionadas, poderá a companhia, mediante prévia authorisação do Governo, estabelecer quaesquer outras regulares ou extraordinarias ou augmentar o numero de portos das escalas, sendo seus vapores dessas linhas equiparados aos das fixadas na clausula antecedente.

## III

A companhia empregará, para o serviço, os paquetes a vapor que actualmente possui. Os que se unutilisarem serão substituidos no mais curto prazo possível, a juizo do Governo, por outros inteiramente novos, apropriados ao clima e que satisfaçam ás seguintes condições : accommodações para trinta passageiros de primeira classe; espaço debaixo da coberta para passageiros de terceira classe; capacidade para duzentas toneladas metricas de carga e marcha nunca inferior a dez milhas por hora, tendo o calado necessario para transpôr as barras em que devem entrar. Estes paquetes deverão ter todos os melhoramentos recentemente adoptados.

## IV

Os vapores serão nacionalisados brasileiros, ficando a sua acquisição isenta de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula e gosarão de todos os privilegios e isenção de paquetes; observando-se, a respeito de suas tripolações, o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes, o que, porém, não os isentará dos regulamentos policiaes e da Alfandega.

## V

Os vapores deverão ter a bordo os sobresalentes, aprestos, material, combustivel, objectos de serviços dos passageiros e numero de officiaes, machinistas, foguistas e individuos de equipagem (que forem fixados em tabella elaborada pela companhia, de accordo com o fiscal de navegação e no acto da apresentação

do vapor e definitivamente approvada pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Os paquetes serão vistoriados sem prejuizo do que a respeito estabelecem as leis vigentes, de seis em seis mezes, com a assistencia do inspector da navegação subvencionada. Nesta vistoria deverão estar completamente descarregados.

## VI

Os dias de salida dos paquetes empregados nas linhas do norte, sul e ilha de Fernando de Noronha, o maximo prazo de viagem redonda e bem assim a tarifa de preços de fretes e passageiros serão fixados em tabellas elaboradas e approvadas dentro do prazo de dous mezes, devendo aquelles ter o abatimento de 10 % sobre os preços actuaes.

## VII

As passagens por conta da União gosarão de um abatimento de vinte e cinco por cento e, os fretes, de dez por cento sobre o preço da tarifa.

## VIII

A companhia fará transportar gratuitamente em seus paquetes :

1.º, as malas do Correio, obrigando-se a fazer conduzi-las de terra para bordo e vice-versa ou entregal-as aos agentes do Correio devidamente autorisados para recebê-las.

Os commandantes ou seus prepostos e immediatos passarão recibos das malas que lhes forem entregues e os exigirão das que entregarem.

2.º Até dez colonos ou immigrants em cada viagem, quer para o norte, quer para o sul, pagando somente comedorias, e dos que excederem áquelle numero cobrará somente cincoenta por cento do preço da tarifa.

3.º Ao inspector e ao respectivo fiscal da navegação subvencionada, a ré, e com comedorias, quando os mesmos funcionarios forem percorrer as linhas.

4.º Os empregados do Correio, incumbidos pelo director geral ou pelo Governo da União de inspecionar as administrações postaes dos Estados ou agencias, tambem a ré e com comedorias.

5.º Ao empregado do Correio que for encarregado das malas, a ré e com comedorias.

Neste ultimo caso os commandantes dos vapores fornecerão escalet tripulado para o prompto desembarque e embarque das malas que correrão sob a exclusiva responsabilidade do mesmo empregado.

6.º Aos objectos de historia natural enviados ao Museo Nacional ou estalados e as sementes e mudas destinadas aos jardins publicos.

7.º Os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxiliadas pelo Governo.

## IX

A companhia não transportar gratuitamente quoscquer sommas de dinheiro que remetterem as Alfandegas ou Delegacias do Thesouro dos Estados em que seus vapores tocarem. Essas remessas serão encaixetadas na forma das instrucções do Thesouro de 4 de setembro de 1865 e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos vapores sem obrigação de procederem elles á confazem e a conformar nelle as mesmas sommas, assignados previamente os conhecimentos de embarque segundo os estylos commerciaes.

Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

## X

As repartições do Correo deverão ter as suas malas promptas, a tempo de não retardarem as viagens dos paquetes, além da hora marcada para a sahida.

## XI

Salvo os casos de selegião, rebelião ou qualquer perturbação grave da ordem publica, não poderão os Governadores dos Estados transferir as sahidas dos paquetes, nem demorá-los além do prazo marcado na respectiva tabella. Si a demora ou transferencia for causada por motivo de força maior, devidamente provado perante o inspector da navegação, será a companhia isenta da multa.

Da decisão do inspector da navegação sobre o motivo ou motivos de força maior, haverá recurso voluntario ou *ex-officio* para o Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas.

## XII

Si algum dos paquetes a vapor se tornar innavegavel, podera a companhia, precedendo autorisação do Ministerio ou, no caso de urgencia, do inspector da navegação, fretar outro vapor, contanto que satisfaça ás condições exigidas no contracto, no mesmo Estado ou no mais proximo para continuar aquelle.

## XIII

A interrupção do serviço por mais de um mez, em toda ou em parte de qualquer das linhas, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a companhia á indemnisação de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do serviço interrompido e mais á multa de cincoenta por cento das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducida le do contracto, a companhia pagará a multa de cincoenta por cento da subvenção annual; entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

## XIV

O Governo Federal poderá lançar mão dos vapores da companhia para o serviço da União em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accordo sobre o preço, quer do fretamento, quer da compra.

Si houver desapropriação, a companhia será obrigada a substituir os vapores que ceder á União por outros nas condições do contracto dentro do prazo de um anno da data da cessão.

Nos casos de força maior o Governo poderá usar do direito que lhe confere a presente clausula, independentemente de prévio accordo, sendo posteriormente regulada a indemnisação que for devida á companhia.

## XV

A companhia perceberá em retribuição dos serviços declarados no presente contracto a subvenção annual de cento e quarenta contos e quarenta mil réis (140:040\$) paga em prestações mensaes, depois de vencida, na Alfandega do Estado de Pernambuco, em vista de attestações do fiscal respectivo da navegação subvencionada e do administrador do Correio Geral.

A importancia dos fretes por conta da União será tambem para a companhia na mesma Alfandega, como o será igualmente das passagens.

## XVI

As Alfandegas dos portos em que os paquetes a vapor da companhia tem de tocar expedirão os despachos necessarios para se proceder ao embarque ou desembarque da carga ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar, com preferencia a carga ou descarga de qualquer embarcação e sem embargo de ser domingo, dia santificado ou feriado, admittindo, por consequente, a despachos anticipados a carga e as encomendas que, por ventura, tenham de ser transportadas pelos vapores da companhia.



Os governadores dos Estados, dentro das suas attribuições, na forma da lei, prestarão aos vapores toda a protecção e auxilio de que, por qualquer motivo, necessitarem para a continuação de suas viagens dentro do devido tempo e em cumprimento do presente contracto, pagas pela companhia todas as despesas que tiverem sido indispensaveis.

#### XVII

As questões que se suscitarem entre o Governo e a companhia, na execução do presente contracto, inclusive as que se derem sobre os preços do fretamento ou compra dos vapores, serão resolvidas por arbitros. Si as partes contractantes não accordarem em um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu e estes começarão os seus trabalhos por designar um terceiro cujo voto será definitivo. Si, porém, não houver accordo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Membro do Supremo Tribunal Federal e entre estes decidirá a sorte.

#### XVIII

No acto do pagamento da subvenção a que a companhia tenha direito, entrará ella para a Alfandega do Recife com a quantia de cem mil réis (100\$000) mensaes para pagamento do fiscal da navegação subvencionada no Estado.

#### XIX

Semestralmente remetterá a companhia a estatistica do movimento de cargas e passageiros, por intermedio do respectivo fiscal.

#### XX

A companhia gosará de isenção de impostos de machinismos, ferramentas, sobresalentes e mais objectos e generos precisos ao serviço de seus paquetes, sendo as quantidades estabelecidas previamente, no começo de cada anno, com approvação do Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas, excepto nos casos de força maior, quando poderá pedir isenção destacadamente em qualquer época.

#### XXI

A companhia reger-se-ha pelo aviso do Ministerio da Marinha de 8 de novembro de 1890, que approva e manda executar o regulamento do porto do Recife e das barras e costas do Estado de Pernambuco.

## XXII

Salvo os casos de força maior, a companhia fica sujeita ás multas seguintes :

1ª, de quantia igual á subvenção respectiva, si não effectuar alguma das viagens estipuladas;

2ª, de 1:000\$ a 4:000\$ além da perda da subvenção respectiva, si a viagem, depois de encetada, for interrompida, salvo os casos de força maior em que a companhia receberá a parte da subvenção correspondente á distancia navegada e será isenta de multa ;

3ª, de 250\$ por cada doze horas que exceder o prazo fixado para cada viagem redonda ;

4ª, de 100\$ a 500\$ pela demora que houver na entrega ou recebimento das malas do Correio, pelo extravio de uma ou mais malas ou pelo máo acondicionamento dellas a bordo ;

5ª, de 100\$ por cada carta ou objecto postal que for conduzido sem estar devidamente porteado e inutilizados os sellos pelo commandante do vapor ou por qualquer outro empregado de bordo ;

6ª, de 100\$ a 500\$ pela não observancia de qualquer das clausulas deste contracto para a qual não haja pena especial.

## XXIII

O Governo, por sua parte, fica sujeito a pagar a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) por cada dia de demora que tiverem os vapores em virtude do adiamento de suas partidas, ordenada pelo mesmo Governo.

## XXIV

A companhia não tem direito de exigir do Governo Federal outros favores ou isenções, além dos designados no contracto.

## XXV

A companhia fornecerá no fim de cada mez ao inspector respectivo da navegação subvencionada um quadro estatístico do numero e classe dos passageiros, da qualidade e quantidade dos generos e mercadorias transportadas em seus vapores no mesmo mez.

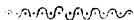
## XXVI

Nos vapores da companhia serão admittidos passageiros de prôa, pagando sómente a passagem, podendo levar a sua mala-  
lotagem.

## XXVII

O presente contracto durará por cinco annos, contados da data em que terminar o anterior.

Capital Federal, 3 de setembro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1791 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1894

Innova o contracto para o serviço de navegação a vapor no rio São Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Pernambucana de Navegação e usando da authorisação constante da lettra C n. IX do art. 6º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, resolve innovar o contracto para o serviço de navegação a vapor no Rio S. Francisco, desde a cidade de Penedo até a villa de Piranhas e o de rebocagem na barragem Rio S. Francisco, que se acham a cargo da referida companhia, sem augmento de subvenção e de accordo com as clausulas que com este baixam e que vão assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1791 desta data**

## I

A Companhia Pernambucana de Navegação, estabelecida na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, obriga-se a manter:

1.º O serviço de navegação a vapor no Rio S. Francisco, desde a cidade de Penedo até a villa de Piranhas, fazendo os paquetes a vapor numa viagem redonda por semana com escala, tanto na ida como na volta, pelos portos de Propriá, Traipú,

Curral de Pedras e villa de Pão de Assucar, podendo, porém, fazer quaesquer viagens extraordinarias que se tornarem precisas.

2.º O serviço de rebocagem na barra do Rio S. Francisco.

## II

A empresa terá os paquetes a vapor para os serviços de navegação e rebocagem contractados, quer para passageiros, quer para as cargas, afim de que possa fazer as viagens estipuladas na clausula anterior.

## III

Os paquetes a vapor que a empresa adquirir serão apropriados ao serviço, adaptados ao clima quente, tendo o calado necessario para atravessarem os canaes navegaveis e a força precisa para vencer a correnteza do rio, devendo a marcha ser nunca menos de dez milhas.

## IV

Esses paquetes, além da precisa segurança terão accommodações bem dispostas, offerecendo o necessario conforto.

Aos vapores que navegam nas épocas normaes do rio, dever-se-ha marcar vinte passageiros de ré e espaço para trinta de convez; para os das épocas da estiagem poder-se-ha lotar na metade.

Todas estas condições deverão ser verificadas pelo fiscal da navegação.

## V

Os novos paquetes a vapor serão isentos de qualquer imposto de importação ou outros aduaneiros, assim como do imposto de transmissão de propriedade.

## VI

Os paquetes a vapor da empresa, quer antigos, quer novos, gosarão de todos os privilegios e isenções de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com as dos navios de guerra nacionaes, o que não os isentará todavia dos regulamentos policiaes e da Alfandega.

## VII

Além dos paquetes a vapor para as viagens do contracto poderá a empresa ter em seu serviço, para viagens extraordinarias, embarcações para transportar cargas somente, gosando

das mesmas regalias dos paquetes a vapor, comtanto que, à proporção que as for adquirindo, a empresa apresente ao fiscal da navegação uma relação dellas, com todas as especificações.

### VIII

Os paquetes a vapor da empresa deverão ter a bordo os sobresalentes, aprestos, material, objectos de serviço dos passageiros e pilotos, machinistas, foguistas e marujos de equipagem que forem necessários, a juízo do Governo, o qual fiscalisará este serviço e tomará providencias necessarias para que suas prescripções sejam observadas.

### IX

Os dias e horas de partida, os tempos de demora em cada porto de escala, bem como a duração da viagem redonda, serão fixados em tabella organizada pela empresa de accordo com o fiscal da navegação e approvada pelo Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas.

Esta tabella será revista sempre que o Governo, de accordo com a empresa, entender conveniente. Os prazos da demora serão contados por horas certas, do momento em que os paquetes a vapor fundearem, ainda que seja em domingo ou dia feriado.

### X

As repartições fiscaes dos portos em que os paquetes a vapor tocarem, expedirão os despachos necessarios para se proceder ao embarque ou desembarque da carga ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar, com preferencia á carga ou descarga de qualquer embarcação e sem embargo de ser domingo ou dia feriado; admittindo, por conseguinte, a despachos anticipados a carga e as encomendas que por ventura tenham de ser transportadas pelos paquetes da empresa.

As autoridades locais, dentro de suas faculdades, lhes prestarão a protecção e auxilio de que, por qualquer motivo, necessitarem para a continuação de sua viagem dentro do devido tempo e em cumprimento do contracto com o Governo Federal, pagas pela empresa todas as despezas, nos casos em que ellas tiverem logar.

### XI

As repartições do Correio terão as suas malas sempre promptas, a tempo de não retardarem as viagens dos paquetes além da hora marcada para a saída.

continua aqui >

## XII

A tarifa das passagens e dos fretes será organizada pela empresa e sujeita à approvação do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, com a redução de dez por cento (10 %) dos preços actuaes, a contar da data do contracto, ficando estabelecido que as passagens e fretes por conta da União gosarão do abatimento de dez por cento (10 %) nos preços fixados na dita tarifa.

## XIII

A empresa fará transportar gratuitamente as malas do Correio, obrigando-se a fazer conduzir-as de terra para bordo e vice-versa, ou entregal-as aos agentes do Correio devidamente autorisados para recebê-las. Os commandantes passarão e exigirão recibos das malas que entregarem ou receberem.

## XIV

A empresa fará transportar gratuitamente quaesquer sommas de dinheiro que remetterem o Thesouro ou Belegacias do Thesouro às estações publicas dos diversos portos de escala e vice-versa. Estas remessas serão encaixotadas na fôrma das instruções do Thesouro de 4 de setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos commandantes dos paquetes, sem obrigação de procederem elles à contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados os conhecimentos de embarque, conforme os estylos commerciaes.

Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de qualquer responsabilidade.

## XV

A empresa fica sujeita às multas seguintes :

1ª, de quantia igual à subvenção respectiva, si não effectuar alguma das viagens contractadas ;

2ª, de 100\$ a 500\$, além da perda da subvenção respectiva, si a viagem depois de iniciada for interrompida. Sendo a interrupção causada por motivo de força maior, não terá logar a multa e a empresa perceberá a subvenção correspondente ao numero de milhas navegadas ;

Fica porém entendido que não é considerada como caso de força maior a vasante do rio, salvo quando a vasante tenha sido tão forte que não permita a passagem do menor dos paquetes ;

3ª, de 200\$ por cada prazo de 12 horas que exceder ao marcado, tanto para a sahida como para a chegada dos paquetes ;

4ª, de 100\$ a 200\$ pela demora que houver na entrega e recebimento das malas do Correio ou pelo seu extravio ou mão acondicionamento a bordo ;

5ª, de 600\$ a 1:000\$ pelas faltas que commetterem no desempenho da parte do serviço relativo a rebocagem.

#### XVI

Quando a demora de que trata o n. 3 da clausula anterior for motivada por ordem do Governo ou seus delegados, pagará aquelle a empresa a respectiva multa.

Ficarão isentos da multa :

O Governo, si a demora, determinada por ordem escripta, for causada por sedição, rebellião ou qualquer perturbação da ordem publica ; a empresa, si a demora for causada por força maior.

#### XVII

A interrupção do serviço por mais de um mez, em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de causa maior, sujeitará a empresa á indemnisação de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do referido serviço, durante o tempo da interrupção e mais a multa de cincoenta por cento (50 %) das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade do contracto, a empresa pagará a multa de cincoenta por cento (50 %) da subvenção annual; entendendo-se por abandono a interrupção completa do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

#### XVIII

No caso de guerra, rebellião ou outro qualquer motivo urgente, a empresa prestará seus vapores ao Governo Federal, e, nesta hypothese, terá ella direito a uma indemnisação razoavel, que será fixada de commun accordo.

No caso de força maior, o Governo poderá lançar mão dos vapores da empresa, pagando posteriormente a indemnisação que for devida.

#### XIX

No caso de declaração de guerra entre o Brazil e qualquer potencia, o Governo se obrigará a indemnisar á empresa o premio de seguro de seus vapores, pelo risco de guerra sómente, ficando a cargo da empresa o seguro pelo risco maritimo.

## XX

A empresa remetterá trimensalmente ao Governo, por intermedio do fiscal da navegação, informações e estatísticas sobre o serviço a seu cargo.

## XXI

No serviço da rebocagem do Rio S. Francisco serão observadas as condições seguintes:

1.<sup>a</sup> O serviço será prestado indistinctamente a todas as embarcações de vela, nacionaes ou estrangeiras, de longo curso ou de cabotagem, que o solicitarem.

2.<sup>a</sup> As embarcações que tendo solicitado rebocagem não se utilisarem desta, serão, não obstante, obrigadas ao pagamento da taxa da tonelagem. Si, porém, por qualquer perigo em que se acharem, a tornarem a pedir, prestar-lhes-ha a empresa mediante nova taxa.

3.<sup>a</sup> Os vapores que, por qualquer emergencia, necessitarem de rebocagem, serão sujeitos à mesma taxa de tonelagem, como si fossem navios à vela.

4.<sup>a</sup> A taxa a que a empresa tem direito pelo serviço de rebocagem é de novecentos réis por tonelada metrica ou sua equivalente, si outra for a do registro da embarcação rebocada na sahida da barra, e de 300 réis na entrada a contar da data do contracto.

5.<sup>a</sup> A empresa prestará gratuitamente os serviços de rebocagem aos navios nacionaes de guerra da União e às embarcações mercantes empregadas no serviço do Governo da União.

6.<sup>a</sup> A empresa obriga-se a ter no pontal da barra do Rio São Francisco, para o serviço de rebocagem o vapor *Paulo Affonso* da força de 50 cavallos, ou outro nas mesmas condições para prestar seus serviços, todas as vezes que for chamado.

## XXII

Em retribuição dos serviços especificados nas presentes clausulas, a empresa receberá a subvenção annual de quarenta e cinco contos de réis (45:000\$), paga em prestações mensaes vencidas, por intermedio da Alfandega em Alagôas, independentemente de qualquer auxilio pecuniario que, pelo cofre estadual, seja concedido à empresa.

## XXIII

A empresa entrará para a Alfandega de Maceió com a importância de cincoenta mil réis mensaes, da subvenção concedida pelo Governo para pagamento da gratificação ao fiscal da navegação nesse Estado.



## XXIV

Os vapores da empresa serão vistoriados de seis em seis mezes, com a assistência do fiscal competente.

Para essa vistoria deverão estar completamente descarregados.

## XXV

No caso de desacordo entre a empresa e o Governo sobre a intelligencia de alguma ou algumas disposições do contracto, a questão será resolvida por arbitramento. As partes interessadas louvar-se-hão no mesmo arbitro ou cada uma escolherá o seu, e os arbitros deverão, antes de tudo, designar um terceiro, que será o desempataador. Si houver entre aquelles divergencia sobre a designação do arbitro desempataador, a sorte designará o terceiro, que não fica obrigado a decidir-se por um dos dous arbitros. Si se tratar de dinheiros ou valores, o laudo desempataador não poderá ultrapassar o fixado pelos discordantes.

## XXVI

O contracto durará por cinco annos contados da data em que terminar o anterior.

Capital Federal, 4 de setembro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1792 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1894

Abre o credito extraordinario de 500:000\$ á verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1894, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a verba de 200:000\$, consignada na lei do orçamento vigente para as despesas que se inscrevem sob a rubrica — Soccorros Publicos, tornou-se insufficiente para occorrer aos importantes servicos que por ella são custeados e ás providencias extraordinarias que o Governo foi obrigado a adoptar em face da epidemia que assolou esta Capital em principios do corrente anno, como se verifica da demonstração annexa;

Considerando que, de igual forma, tornou-se insufficiente o credito extraordinario aberto á mesma verba por decreto n. 1705 de 28 de abril ultimo, apesar de limitadas as despesas ao strictamente indispensavel; o que tudo consta da alludida demonstração;

Considerando que a administração, no tocante à saúde pública, precisa estar sempre aparelhada para actuar com efficacia, já no intuito de prevenir o apparecimento de qualquer epidemia, já para modificar a sua intensidade e evitar a propagação do mal a outros pontos do territorio nacional ;

Considerando que o desenvolvimento do cholera na Europa occasiona ainda outras despesas extraordinarias, as quaes teem de ser levadas à conta da verba mencionada; e é intuitivo que, nas condições actuaes, acarretaria incalculaveis prejuizos de toda ordem a paralysação do serviço quarentenario a cargo da Inspectoria Geral de Saude dos Portos e executado no Lazareto da Ilha Grande;

Considerando que tambem não são susceptiveis de interrupção os serviços relativos aos hospitales de Santa Barbara, S. Sebastião e Santa Isabel, o primeiro destinado aos enfermos de variola e os dous ultimos aos doentes de febre amarella :

Resolve, usando da autorisação conferida pelo § 4º, 2ª parte, do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1859 e na forma prescripta pela citada disposição, abrir sob sua responsabilidade o credito extraordinario de quinhentos contos de réis (500:000\$) à verba — Soccorros Publicos, do orçamento de 1894, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 10 de setembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

Demonstração da despesa feita pela verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1894, e por conta do credito extraordinario aberto à mesma verba pelo decreto n. 1795 de 23 de abril ultimo, até à presente data.

#### HOSPITAL DE SANTA ISABEL

##### Folha do pessoal extraordinario

em janeiro.....	640\$000	
Idem, idem, idem, em fevereiro...	580\$000	
Idem, idem, idem, em março.....	1:102\$577	
Idem, idem, idem, em abril.....	1:486\$000	
Idem, idem, idem, em maio.....	1.030\$000	
Idem, idem, idem, em junho.....	790\$666	
Fornecimento de drogas de janeiro a março.....	1:129\$715	
Idem de janeiro a maio.....	10:077\$464	16:836\$422

## HOSPITAL DE S. SEBASTIÃO

Folha do pessoal extraordinario, em janeiro.....	1:717\$696	
Idem, idem, idem, em fevereiro...	4:625\$687	
Idem, idem, idem, em março.....	7:863\$558	
Idem, idem, idem, em abril.....	6:360\$663	
Idem, idem, idem, em maio.....	3:697\$729	
Diversos fornecimentos, em janeiro.....	13:394\$520	
Idem, idem, em fevereiro.....	51:877\$360	
Idem, idem, em março.....	57:966\$100	
Idem de drogas, em março.....	6:363\$430	
Acquisição de seis meses de vinha-tico.....	44\$000	
400 camisas de algodão.....	880\$000	
Diversos fornecimentos, em abril..	21:913\$800	178:865\$043

## HOSPITAL DE SANTA BARBARA

Diversos fornecimentos, em janeiro e fevereiro.....	2:570\$780	
Despeza feita pela Santa Casa da Misericórdia, com os fornecimentos feitos de janeiro a março	10:057\$215	
Concerto e substituição do encanamento submarino que abastece d'agua o hospital.....	3:963\$900	16:592\$995

## LAZARETO DA ILHA GRANDE

Folha do pessoal extraordinario superior, em janeiro.....	2:490\$000	
Idem, idem, idem, jornaleiro, em janeiro.....	2:713\$469	
Idem, idem, idem, superior, em fevereiro.....	2:432\$142	
Idem, idem, idem, jornaleiro, em fevereiro.....	2:450\$972	
Idem, idem, idem, superior, em março.....	2:372\$580	
Idem, idem, idem, jornaleiro, em março.....	3:254\$969	
Idem, idem, idem, superior, em abril.....	1:835\$000	
Idem, idem, idem, jornaleiro, em abril.....	2:806\$979	
Idem, idem, idem, superior, em maio.....	1:703\$224	

## DECRETO N. 1793 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

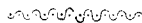
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, mais um batalhão de serviço de reserva, com quatro companhias e a designação de 69; o qual será organizado com os guardas desse serviço qualificados nos municipios de Porto Novo e da Mangueira ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1794 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1894

Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 145, de 11 de julho de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil : Resolve mandar que, para execução do decreto legislativo n. 145, de 11 de julho de 1893, seja observado o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado, interino, da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 11 de setembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

Folha do pessoal extraordinario jornaleiro, em maio.....	2:564\$307	
Despezas de prompto pagamento feitas pelo almoxarife, de janeiro a abril.....	5:429\$350	
Fornecimentos extraordinarios fei- tos em janeiro.....	80\$350	
Idem de farinha de trigo, em feve- reiro.....	527\$540	
Idem extraordinarios feitos em fe- vereiro, março e maio.....	6:027\$480	
Transporte de generos no vapor . <i>Olinda</i> , para o Lazareto, em ja- neiro.....	43\$030	
Alugueis :		
Do saveiro <i>Santa Isabel</i> e chata <i>La- boriosa</i> , empregados no serviço quarentenario, em janeiro e fe- vereiro.....	8:850\$000	
Das mesmas, de 1 a 8 de maio....	1:200\$000	
Do rebocador <i>Cordiff</i> , para ir ao Lazareto buscar as alludidas em- barcações.....	2:560\$000	
Dos saveiros <i>Ceres</i> e <i>S. João da Barra</i> , empregados no serviço quarentenario, em janeiro e fe- vereiro.....	6:000\$000	
Da barca d'agua <i>Nereyde</i> , em ser- viço no Lazareto, em janeiro e fevereiro.....	14:030\$000	69:377\$892

## INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

*Folhas das gratificações do interprete e de seu auxiliar, em serviço  
extraordinario do cholera-morbus, na fortaleza de Santa Cruz*

De janeiro. . . . .	400\$000
» fevereiro. . . . .	400\$000
» março. . . . .	400\$000
» abril. . . . .	240\$000
» maio. . . . .	196\$774
» junho. . . . .	400\$000
» julho. . . . .	400\$000
Folhas das gratificações do pessoal subalterno empregado na visita sanitaria externa do porto, feita fora da barra, em janeiro. . .	532\$000

Folhas das gratificações do pessoal subalterno empregado na visita sanitária externa do porto feita fóra da barra, em fevereiro. . .	496\$900	
Idem idem do pessoal subalterno empregado na visita sanitária externa do porto, feita fóra da barra, até 15 de março. . .	260\$000	
Acquisição da lancha <i>Morão do Curim</i> destinada ao serviço quarantenário a cargo da mesma Inspectoria . . . . .	50:000\$000	
Despesas feitas com a escriptura de venda da mesma lancha passada no cartório do tabelião Bustamente Sá. . . . .	207\$800	
Aluguel da lancha <i>Uruguai</i> empregada no serviço de exame hygienico dos navios e condução dos doentes para o hospital de Santa Isabel, em abril e maio. . . . .	12:200\$000	66:132\$574

Quantia mandada entregar ao chefe de policia desta Capital, para occorrer as despesas com soccorros á população das localidades onde houve falta de generos alimenticios por causa da revolta que impediu as communicações. . .

20:000\$000

#### CREDITOS

Nos Establos:

Na Alameda do Pará . . . . .	18:000\$000	
» » da Bahia. . . . .	6:953\$000	
» » de Porto-Alegre. . . . .	6:000\$000	
Em Londres. . . . .	1:213\$162	32:166\$162
Total das despesas feitas . . . . .		39:851\$088

Credito da verba § 38 . . . . .	200:000\$000	
» extraordinario aberto pelo decreto n. 1705 de 28 de abril. . . . .	200:000\$000	400:000\$000
Saldo nesta data. . . . .		148\$912

2ª Secção da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 22 de agosto de 1884. — *Elores Junior*. — Visto — *Sarmiento Junior*. — Visto — *L. Bordini*.

## Regulamento para a Colonia Correccional dos Dous Rios, a que se refere o decreto n. 1794 desta data

### PARTE PRIMEIRA

#### CAPITULO I

##### ORGANISAÇÃO DA COLONIA

Art. 1.º É fundada no proprio nacional — Fazenda dos Dous Rios — município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, uma colonia correccional, destinada a reclusão dos individuos, de qualquer sexo e idade, condemnados em virtude e para o effeito do art. 1.º da lei n. 145, de 11 de julho de 1893.

Art. 2.º Esta colonia ficará directamente subordinada ao chefe de policia do Districto Federal, e terá os seguintes empregados:

- 1 director ;
- 1 ajudante ;
- 1 medico ;
- 1 enfermeiro-mór e pratico de pharmacia ;
- 1 escrivão ;
- 1 almoxarife ;
- 1 mestre para cada officina ;
- 1 feitor para cada turma de 25 trabalhadores agricolas ;
- Cozinheiros e serventes quantos bastem.

Art. 3.º Todos estes empregados são obrigados a residir no edificio central da colonia ou em casas proximas.

Art. 4.º Os cozinheiros e os serventes serão tirados dentre os condemnados, por designação do director.

Art. 5.º Os empregados superiores fiscalisarão as refeições, e os subalternos presidirão as mesmas.

Art. 6.º O director e o ajudante serão nomeados por decreto; o medico e o escrivão, pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores sobre proposta do chefe de policia; os outros empregados, pelo mencionado chefe de policia.

#### CAPITULO II

##### FUNÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS

##### *Do director*

Art. 7.º O director é a principal autoridade da colonia e todo o pessoal, que nella servir, lhe fica immediatamente subordinado.

Art. 8.º Incumbe-lhe :

§ 1.º Exigir que os outros empregados cumpram seus deveres com a maxima exactidão ;

continua >

§ 2.º Advertir e reprehender os que commetterem faltas ;

§ 3.º Propor ao chefe de policia a demissão dos refractarios reincidentes ;

§ 4.º Punir os condemnados que se mostrem insubordinados, applicando-lhes as penas disciplinares neste regulamento estabelecidas ;

§ 5.º Visitar incessantemente as diversas partes do estabelecimento, examinando o modo por que são tratados os condemnados, e observando e annotando, em livro reservado, o comportamento, indole, propensões e estado de correção dos mesmos condemnados ;

§ 6.º Apresentar, mensalmente, ao chefe de policia um relatório do estado da colonia e do progresso obtido na correção dos colonos ;

§ 7.º Empregar, com prudencia e ao mesmo tempo com energia, os meios necessarios á manutenção da ordem e repressão de actos de resistencia, servindo-se da força armada, que terá á sua disposição ;

§ 8.º Contractar e comprar todos os objectos necessarios da colonia, e vender os productos de suas officinas e lavouras, tudo com prévia autorisação do chefe de policia, a cuja approvação serão submittidos os contractos e as propostas de venda ;

§ 9.º Recolher ao cofre do estabelecimento todo dinheiro que receber, quer do Thesouro, quer como producto de vendas effectuadas ;

§ 10. Solicitar do chefe de policia a ordem de libertação dos condemnados que, terminado o tempo de suas sentenças, desejem continuar na colonia ;

§ 11. Apresentar ao mesmo chefe os nomes dos sentenciados, que se houverem mostrado realmente regenerados, ainda mesmo antes da terminação das suas penas, para ser ao poder competente impetrado o respectivo perdão ;

§ 12. Providenciar, de momento, nos casos omissos neste regulamento, dando logo parte do occorrido ao chefe de policia, para apreciação do facto e approvação das medidas adoptadas ;

§ 13. Enviar, trimestralmente, a Directoria de Contabilidade do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por intermedio do chefe de policia, um balancete demonstrativo do estado economico da colonia, detalhando com a maior clareza as differentes vertizes de receita e despesa.

### CAPITULO III

#### DO AJUDANTE

Art. 9.º Ao ajudante compete :

§ 1.º Substituir o director em seus impedimentos e coadjuvá-lo nas respectivas funcções ;



§ 2.º Dirigir e ter em dia toda a escripturação e contabilidade da colonia, fiscalizando e authenticando os documentos de receita e despesa, por cuja exactidão será responsavel;

§ 3.º Conservar, sob sua guarda e vigilancia, o cofre da colonia, que terá duas chaves, uma das quaes ficará em seu poder e a outra com o director;

§ 4.º Effectuar o pagamento das despezas com o pessoal e material da colonia, das quaes prestará contas opportunamente. Para este fim receberá, no principio de cada exercicio, um adiantamento cuja importancia não excederá de 20:000\$000.

## CAPITULO IV

### DO MEDICO E PRATICO DE PHARMACIA

Art. 10. Compete ao medico, além do exercicio profissional:

§ 1.º Examinar os viveres fornecidos, rejeitando os que não lhe parecerem bons;

§ 2.º Intervir nos contractos para o fornecimento de medicamentos;

§ 3.º Vaccinar os colonos que já o não tenham sido;

§ 4.º Fiscalisar e superintender o serviço a cargo do pratico de pharmacia;

§ 5.º Ensinar aos colonos, procurando de preferencia instruil-os nos conhecimentos elementares que possam influir na sua educação moral;

§ 6.º Assumir interinamente a direcção da colonia, no caso de impedimento do director e seu ajudante.

Art. 11. O pratico de pharmacia desempenhará as funcções proprias de sua profissão, bem como as de enfermeiro-mór, sob as ordens e direcção do medico.

## CAPITULO V

### DOS OUTROS EMPREGADOS

#### *Do escrivão*

Art. 12. Ao escrivão cabe:

§ 1.º Auxiliar o ajudante;

§ 2.º Fazer a escripturação, mantendo-a sempre em dia;

§ 3.º Preparar a correspondencia;

§ 4.º Registrar em livro especial os relatorios mensaes;

§ 5.º Authenticar a entrada de dinheiros para o cofre e o pagamento das despezas, que por elle se houver de fazer.

*Do almoxarife, chefes de officinas e feitores de turnas*

Art. 3.º Incumbe ao almoxarife:

I. Conservar em boa ordem e limpeza a casa da arrecadação;  
II. Receber e ter sob sua guarda todos os generos, fazendas, manufacturas e quaesquer outros objectos destinados ao consumo;

III. Satisfazer, com promptidão e á vista de pedidos, rubricados pelo director, as requisições de generos, fazendas e objectos a seu cargo;

IV. Verificar o modo pelo qual o cozinheiro ou cozinheiros distribuem o rancho.

§ 1.º Na arrecadação haverá um livro escripturado com clareza pelo almoxarife, com carga e descarga;

§ 2.º No primeiro dia de cada mez o almoxarife apresentará ao director um mappa geral da distribuição do rancho verificada no mez anterior e justificada pelos pedidos diarios, que serão registrados em livro proprio.

Art. 14. Aos chefes das officinas e aos feitores das turnas de cultura cumpre:

§ 1.º Commandar os sentenciados a seu cargo;

§ 2.º Tomar-lhes o ponto mediante chamada;

§ 3.º Vigiar a conducta dos mesmos;

§ 4.º Ensinal-os e aperfeicoal-os nos seus officios;

§ 5.º Dirigil-os nos trabalhos;

§ 6.º Advertil-os e reprehendel-os sem aspereza, quando commettam faltas que serão levadas ao conhecimento do director.

Art. 15. Todos os empregados andarão armados, trazendo, porém, occultas as armas, de modo a só serem vistas no caso de extrema necessidade.

## CAPITULO VI

### DA ESCRIPTURAÇÃO E CONTABILIDADE

Art. 16. Os livros destinados ao serviço da colonia devem ser abertos, numerados e rubricados por um empregado da Secretaria de Policia, designado pelo chefe; e serão os seguintes:

1.º O de receita e despeza geral, sendo nelle carregadas e abonadas as entradas e sahidas de dinheiro;

2.º O de receita e despeza de viveres no qual serão lançadas, englobadamente, a receita e despeza de cada mez;

3.º O de receita e despeza de vestuarios, utensilios e moveis;

4.º O de compra de materias primas e ferramentas;

5.º O caixa, em que serão balanceadas semanalmente a receita e despeza, de modo a conhecer-se sempre e com promptidão o estado do cofre;

6.º O de matriculas. no qual serão inscriptos, em folhas distinctas : — o nome, filiação, naturalidade, idade, estado, religião, côr, altura, e todos os possiveis signaes característicos de cada sentenciado, com o numero que lhe for dado e menção das alterações por que for passando até sua restituição à liberdade ;

7.º O de registro para transcrição da correspondencia do director ;

8.º O de contractos para lançamento dos respectivos termos, com as assignaturas dos contractantes ;

9.º O de tombo para a annotação das cadernetas de peculio dos sentenciados, sendo estas guardadas no cofre.

§ 1.º Além destes livros, haverá mais os que a experiencia demonstrar necessarios ;

§ 2.º O de annotação do comportamento dos sentenciados, que será escripturado pelo proprio director, terá o caracter de reservado e só poderá ser exhibido ao chefe de policia e à commissão inspectora ;

§ 3.º Todas as despesas, constantes da escripturação, devem ser documentadas, com os competentes recibos, facturas ou guias.

## CAPITULO VII

### FISCALISAÇÃO DA COLONIA

Art. 17. De seis em seis mezes, ou quando o Governo julgue conveniente, será a colonia inspecionada por uma commissão composta de tres membros, tirados de entre os empregados do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Thesouro Nacional e da Repartição de Policia.

Art. 18. Os trabalhos desta commissão serão feitos dentro do prazo de um mez, quando o periodo a inspecionar não exceder de semestre ; e as respectivas despesas correrão pela verba destinada a diligencias policiaes.

Art. 19. Incumbe a essa commissão :

§ 1.º Visitar toda a colonia, suas plantações, officinas e mais dependencias, ouvindo as queixas e reclamações dos colonos ; e requisitando do director e mais empregados as informações que julgar necessarias para bem apreciar o fundamento de taes reclamações ;

§ 2.º Examinar cuidadosamente toda a escripturação e contabilidade ;

§ 3.º Dar balanço no cofre e verificar o seu estado ;

§ 4.º Examinar si os contractos effectuados foram restrictamente cumpridos, syndicando de suas vantagens ou desvantagens ;

§ 5.º Averiguar si as disposições, concernentes à formação do deculio dos sentenciados, são fielmente cumpridas ;

§ 6.º Apresentar ao Governo, por intermédio do chefe de policia, um relatório circumstanciado dos seus trabalhos, o qual será publicado no *Diário Official* e comprehenderá indicação dos melhoramentos que forem julgados necessários.

## PARTE SEGUNDA

### CAPITULO VIII

#### DA ADMISSÃO NA COLONIA

Art. 20. Posto o condemnado á disposição do chefe de policia, será, sem demora, transportado para a Colonia Correccional, com guia dirigida ao respectivo director.

Art. 21. Esta guia conterá o theor da sentença e do auto de qualificação do condemnado, a indicação dos seus signaes característicos e a declaração do genero de vida em que se empregava, seus precedentes, habitos e costumes.

Art. 22. Apresentado o condemnado ao director da colonia, será devidamente matriculado em livro proprio, vestindo-se-lhe o uniforme do estabelecimento, e, indicado o numero que deve ter, se lhe designará o trabalho a que deve applicar-se.

### CAPITULO IX

#### DA ORDEM, TEMPO E DIVISÃO DO TRABALHO

Art. 23. Os condemnados trabalharão em commun, quer na lavoura, quer nas officinas que se forem creando.

Art. 24. Trabalharão sómente nos dias uteis, tendo duas horas de repouso na occasião do jantar.

Art. 25. O trabalho começará de manhã, logo depois do toque de despertar; suspender-se-ha ás horas do almoço e jantar e cessará á tarde ao toque da ceia.

Art. 26. As horas desses toques serão marcadas pelo director, e as refeições feitas em commun ou em turnas, como ao mesmo parecer mais conveniente.

Art. 27. Ao deixarem o serviço, os condemnados porão em ordem a ferramenta e mais objectos de que se tiverem utilisado ou que tenham estado a seu cargo durante o trabalho.

Art. 28. Cada sentenciado é obrigado a respeitar seus superiores e a obedecer sem observação ás suas ordens, applicando-se com diligencia ao trabalho, tendo em boa guarda os instrumentos e utensilios que lhe forem confiados e apresentando-se sempre com asseio, porte decente e modos respeitosos.

Art. 29. Nenhum objecto poderá ser introduzido na colonia, sem consentimento do director, ficando absolutamente vedada a

entrada de bebidas alcoolicas, armas, ou instrumentos offensivos e cartas de jogo.

Art. 30. E' prohibido o uso do fumo durante as horas do trabalho.

## CAPITULO X

### DO VESTUARIO DOS CONDEMNADOS

Art. 31. O vestuario geral dos condemnados do sexo masculino compo-se-lha de calça e jaqueta de algodão azul, camisa branca de algodão, barrete de lã ou chapéo de palha ordinario, sapatos grossos e cinturo de vaqueta com fivella. O das condemnadas constará de camisa e saia de algodão, vestido de riscado encorpado azul, sapatos grossos, barrete de lã e tambem cinturo de vaqueta com fivella.

Paragrapho unico. Estas peças serão todas marcadas com o numero do condemnado a que pertencerem.

Art. 32. Cada sentenciado terá tres undainas de fato, além de barrete ou chapéo, que será um para cada individuo.

Paragrapho unico. A duração destas roupas e accessorios será a constante da tabela junta sob a lettra A.

## CAPITULO XI

### DA ALIMENTAÇÃO DOS CONDEMNADOS

Art. 33. A alimentação dos sentenciados constará de almoço, jantar e ceia, servidos ás horas que o director marcar, de conformidade com a tabela C annexa a este regulamento, e que não poderá ser alterada sem prévia authorisação do chefe de policia.

Paragrapho unico. Aos enfermos será fornecida a dieta que o medico prescrever.

Art. 34. Os condemnados correccionaes deveráo entrar no refeitório com as cabeças descobertas; uns após os outros occuparão os seus logares e guardaráo durante a refeição completo silencio; comecarão a comer quando para isso se lhes fizer signal, sahindo depois em respeitosa e submissa compostura.

## CAPITULO XII

### DA ENFERMARIA

Art. 35. A enfermaria funcionará em edificio apropriado para este fim construido e ali serão os doentes tratados com os recursos e cuidados precisos.

§ 1.º Enquanto não existir edificio nas condições acima, a enfermaria funcionará no local mais conveniente, escolhido pelo medico de accordo com o director.

§ 2.º A distribuição das dietas se fará de accordo com a tabella annexa sob a letra B.

### CAPITULO XIII

#### DO PRODUCTO DO TRABALHO

Art. 36. As despesas do custeio da colonia serão feitas de preferencia com o valor produzido pelo trabalho dos correcionaes.

Art. 37. Em favor de cada sentenciado se formará um peculio, que será composto pela accumulção da quinta parte da importancia em que for avaliado o seu trabalho mensal.

Art. 38. Metade desse peculio será trimensalmente depositado na Caixa Economica desta Capital, por conta de cada correcional, para se lhe entregar, com os juros que vencer, quando o seu dono houver de ser posto em liberdade, pela terminação ou remissão da pena.

Art. 39. A outra metade ficará no cofre da colonia, para ser applicada ao seu custeio e desenvolvimento e à indemnização de prejuizes causados pelo colono ou de dividas por elle contrahidas.

### CAPITULO XIV

#### DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 40. Os condemnados que, na colonia, commetterem faltas, ficam sujeitos ás seguintes penas :

Trabalho solitario com tarefa ;

Prisão a pão e agua ;

Sequestração em cellula escura.

Art. 41. Estas penas serão impostas a prudente arbitrio do director e annotadas na matricula do sentenciado que as soffrer, declarando-se o motivo que lhes tenha dado causa.

Art. 42. Ao condemnado que, tendo-se evadido, for novamente capturado, não será levado em conta, para cumprimento da pena, o tempo de sua ausencia, e impor-se-ha a de sequestração em cellula escura por espaço de um mez.

### CAPITULO XV

#### DOS VENCIMENTOS E LICENÇAS

Art. 43. Os vencimentos dos empregados da colonia serão os constantes da tabella sob a letra D.

Art. 44. No caso de licença por molestia do empregado, perceberá este o ordenado, perdendo a gratificação, regulada a especie pelas disposições relativas aos funcionarios do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

## PARTE TERCEIRA

### CAPITULO XVI

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 45. O fornecimento dos generos destinados ao consumo da colonia, bem como a venda dos productos desta, serão feitos por meio de concorrência, mediante prévia autorisação do chefe de policia e publicidade pela imprensa.

Art. 46. Os viveres fornecidos ao estabelecimento serão examinados pelo medico, que rejeitará os imprestaveis.

Art. 47. Nos dias de folga, os chefes de turma ou feitores e os mestres de officinas farão perante os respectivos condemnados a leitura deste regulamento para que os mesmos conheçam o regimen a que estão sujeitos.

Art. 48. Ao condemnado que houver terminado o seu tempo se entregará com o mandado de soltura os objectos que lhe houverem sido arrecadados no acto da reclusão; o extracto de sua conta corrente; o dinheiro que lhe possa restar do seu peculio e sua caderneta da Caixa Economica, fazendo-se no registro de sua matricula as devidas annotações.

Art. 49. Fallecendo algum sentenciado e authenticada legalmente a morte, o seu cadaver será inhumado por conta da colonia, remettendo-se ao juiz competente a respectiva caderneta e o saldo que houver em seu favor, para terem o destino legal.

Art. 50. Evitar-se-ha o mais possível a promiscuidade de sexos e idades, quer no trabalho, quer nos alojamentos.

Art. 51. Permanecerá sempre na colonia uma força commandada por official e incumbida do policiamento desta, como ao director parecer conveniente, ficando durante o dia guardados e vigiados todos os passos e caminhos do estabelecimento.

Paragrapho unico. A' noite os colonos serão recolhidos aos dormitorios, fechados a chave e guardados por sentinellas.

Art. 52. Os condemnados podem expedir e receber correspondencia epistolar, obtida permissão do director, que a examinará antes da expedição e da distribuição.

Art. 53. Estabelecer-se-ha na colonia:

§ 1.º Uma aula mixta de instrucção primaria, cujo curso será nocturno e dirigido pelo medico, que, por esse trabalho, perceberá a gratificação especial fixada na tabella dos vencimentos a este junta sob a letra D;

§ 2.º As officinas que se forem tornando necessarias, preferindo-se as de artes mais uteis e applicaveis ás necessidades e ao progresso do estabelecimento.

Art. 54. Taes officinas terão sua séde no edificio central da fazenda e nas casas que para esse fim se forem construindo.

Art. 55. Cada officina terá um mestre ou chefe, que dirigirá o respectivo trabalho com a maior solicitude, de modo a tornar-a proveitosa aos aprendizes e á instituição.

Art. 56. A lavoura será adaptada á natureza do solo, dando-se maximo desenvolvimento á cultura dos principaes generos do paiz, sem prejuizo de outras culturas que a experiencia indicar.

Art. 57. Para esse fim dividir-se-hão as terras da colonia em lotes de vinte hectares cada um.

Art. 58. No amanho e cultivo dos lotes mais proximos ao edificio central serão empregados os condemnados de maior vigor e robustez.

Art. 59. Mediante autorisação legislativa, os lotes mais afastados poderão ser vendidos ou arrendados, por preços modicos e pagamento com largos prazos, a colonos extranhos e aos da colonia já regenerados, uma vez que uns ou outros os pretendam cultivar por conta propria.

Art. 60. Em taes lotes, poderá o Governo, a pedido dos colonos, mandar construir casas provisorias, cujo valor entrará no preço das vendas ou arrendamentos.

Art. 61. Tambem poderá o Governo permittir que os colonos, na cultura desses lotes, empreguem, mediante salario, alguns condemnados.

Art. 62. Será permittido visitar-se a colonia mediante licença, por escripto, do chefe de policia.

Art. 63. O chefe de policia proverá sobre a installação, organização e custeio da colonia, sendo-lhe entregue para esse fim a importancia destinada ao respectivo material, de que prestará contas opportunamente.

Capital Federal, 11 de setembro de 1894.— *Cassiano do Nascimento*.



**Tabella A — a que se refere o art. 32 deste  
regulamento**

NÚMERO DE PEÇAS	VESTUÁRIO QUE TERÃO OS CONDENADOS
	Os homens terão para nove mezes :
3	Calças de algodão azul.
3	Jaquetas de igual fazenda.
3	Camisas de algodão branco.
1	Barrete de lã, ou
1	Chapéu de palha, ordinário.
3	Pares de sapatos grossos, e
1	Cinturão de vaqueta com fivella.
	As mulheres terão para igual período :
3	Camisas de algodão.
3	Saias de igual fazenda.
3	Vestidos de riscado azul.
3	Pares de sapatos grossos.
1	Barrete de lã, e
1	Cinturão de vaqueta com fivella.

Capital Federal, 11 de setembro de 1894. — *Cassiano do Nascimento.*

continua >

**Tabella B — Dietas a que se referem o paragrapho unico do art. 33 e o art. 35 § 2º deste regulamento**

DIETAS	ALMOÇO	JANTAR	CEIA	OBSERVAÇÕES
1a	250 grammas de caldo de galinha.	O mesmo.....	O mesmo.....	Os caldos serão na razão de 8 para uma galinha ou 6 para um frango.
2a	150 grammas de leite ou canja de arroz.	O mesmo.....	O mesmo.....	A canja será preparada com 30 grammas de arroz e 30 de assucar, podendo ser substituída por um mingão de araruta.
3a	250 grammas de caldo de vacca e 70 de pão.	O mesmo.....	O mesmo.....	A quantidade de carne para um caldo será de 100 grammas.
4a	Canja de galinha.	O mesmo.....	O mesmo.....	Cada canja será preparada com 30 grammas de arroz, 250 de agua e a 6a parte de uma galinha.
5a	Chá, café, ou mate, com pão de 140 grammas.	Um quarto de galinha assada, guizada ou cozida, e um pão de 140 grammas.	O mesmo que ao almoço.	O pão do jantar poderá ser substituído por 60 grammas de arroz. O café será preparado com 25 grammas de pó para 250 de agua e 40 de assucar; o mate com 15 grammas de folha e o chá com 3 grammas, podendo ser preto ou verde.
6a	O mesmo na 5a.	300 grammas de carne de vacca ou carneiro, assado ou guizado e um pão de 140 grammas.	O mesmo que ao almoço.	O pão do jantar poderá ser substituído por 60 grammas de arroz ou pirão feito com 120 grammas de farinha. O chá, café ou mate, como na 5a dieta.
7a	O mesmo que na 6a e mais 200 grammas de carne de vacca ou carneiro, assado ou em bife.	300 grammas de carne de vacca cozida, assada ou guizada, um pão de 140 grammas e 120 de batatas cozidas ou fritas.	O mesmo que no almoço, menos a carne.	Poderá ser substituído o pão ou as batatas do jantar por arroz ou pirão, sendo o mais como acima.

NOTA — Será permitido ao medico substituir um pão por metade em peso de rosas ou bolachas, assim como abonar, em casos bem justificados, nas tres ultimas dietas os seguintes extraordinarios: 50 grammas de goiabada, 50 de marmelada, 30 de aletria e 30 de assucar; uma laranja, lima ou banana, herba cozida; 50 grammas de vinho do Porto ou de Lisboa; e na 5a e 6a dietas, um abo dous ovos ao almoço, 200 grammas de leite, um mingão com 30 grammas de araruta ou tapioca e 30 de assucar.

Capital Federal, 11 de setembro de 1894. — *Cassiano do Nascimento.*

**Tabella C — Rações a que se refere o art. 33  
deste regulamento**

REFEIÇÕES	GENÉROS	PESO	NÚMERO DE RAÇÕES
Almoço.....	Carne seca ou bacalhão.....	1 kilo	Para 8 sentenciados.
	Toucinho ou banha.....	1 »	» 35 »
	Farinha.....	1 litro	» 6 »
	Condimentos.....	5 réis	» cada um.
	Pão.....	170 gram.	» 1 sentenciado.
	Doç. ....	1 kilo	» 30 sentenciados.
	Açúcar mascavo ..	1 »	» 11 »
	Carne seca.....	1 »	» 5 »
	Toucinho.....	1 »	» 27 »
	Farinha.....	1 litro	» 3 »
Jantar ás segundas, terças, quartas e sab- bados	Feijão .....	1 »	» 5 »
	Condimentos.....	5 réis	» cada um.
	Bacalhão.....	1 kilo	» 5 sentenciados.
	Farinha.....	1 litro	» 3 »
	Feijão.....	1 »	» 5 »
	Toucinho.....	1 kilo	» 27 »
	Vinagre.....		» 80 »
	Azeite.....	1 »	» 100 »
	Condimentos.....	5 réis	» cada um.
	Carne verde.....	1 kilo	» 2 sentenciados.
Jantar ás sextas-feiras	Toucinho.....	1 »	» 27 »
	Farinha.....	1 litro	» 3 »
	Vinagre.....	1 »	» 80 »
	Arroz.....	1 kilo	» 9 »
	Fructa, verdura, etc.	25 réis	» cada um.

NOTA — O pão poderá ser substituído por bolachas ou rosas e a carne verde por carne seca ou bacalhão.

Os empregados subalternos terão direito ás rações diárias acima fixadas.

Capital Federal, 11 de setembro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.

**Tabella D — Vencimentos a que se refere o art. 43 deste regulamento**

NÚMERO DE EMPREGADOS	DESIGNAÇÃO DO EMPREGO	VENCIMENTO DE CADA UM		
		Ordenado	Gratificação	Total
1				
1	Director .....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
	Médico .....	3:200\$000	1:600\$000	
1	Gratificação ao medico pelo trabalho especial do ensino .....		600\$000	5:400\$000
	Enfermeiro-mór e pratico de pharmacía .....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1	Escrivão .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
2	Almoxarife .....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
	Mestros de officina .....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Feitor de turmas .....		90\$000	90\$000

Capital Federal, 11 de setembro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.**DECRETO N. 1795 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1894**

Abre o credito especial de 89:000\$ para as despesas com a organização da Colonia Correccional dos Dous Rios e com o pagamento dos vencimentos do respectivo pessoal.

**O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:**

Resolve, de accordo com o disposto no art. 7º do decreto legislativo n. 145 de 11 de julho de 1893, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de oitenta e nove contos de réis (89:000\$), sendo 78:000\$ para occorrer às

Poder Executivo 1894

47

despesas com a organização e custeio da Colonia Correccional dos Dous Rios, e 11:000\$ para pagamento do respectivo pessoal no actual exercicio.

Capital Federal, 11 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1796 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1894

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Provisora de Conservas Alimentares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Provisora de Conservas Alimentares, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas realisada a 19 de dezembro do anno findo, e que com este baixam; ficando a companhia obrigada ao cumprimento das disposições da legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 12 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Reforma dos estatutos da Companhia Prôvisora de Conservas Alimentares a que se refere o decreto acima.

Art. 11. A companhia será administrada por dous directores que distribuirão entre si as attribuições da directoria, os quaes serão elitos de dous em dous annos.



## DECRETO N. 1797 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, sendo um do serviço activo com a designação de 203º e outro da reserva com a de 106º, ambos com quatro companhias, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1798 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1894

Modifica o art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de harmonisar as disposições do art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro approved pelo decreto n. 451 A, de 31 de maio de 1890, com os de outras repartições nos casos de substituição, de accumulção e de exercicio interino, resolve que o referido artigo seja substituido pelo seguinte :

Art. 22. Nos casos de substituição, de accumulção ou de exercicio interino observar-se-hão as seguintes regras:

1.º O cidadão nomeado em virtude do disposto no art. 20 para desempenhar algum emprego no Observatorio, perceberá o vencimento equivalente ao que estiver marcado para esse emprego.

2.º Ao empregado que substituir outros em suas faltas e impedimentos se abonará todo o vencimento do substituido, si este nada perceber, e, no caso contrario, a respectiva gratificação, que accumulará ao vencimento integral do emprego proprio, até a importancia total do vencimento do substituido.

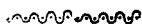
3.º O empregado que ás proprias funcções accumular as de outro, accumulará tambem os respectivos vencimentos si porventura estiver vago o logar interinamente exercido, e, no caso contrario, perceberá o vencimento integral do seu emprego e mais a gratificação daquelle.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 15 de setembro de 1894, 6 da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



# DECRETO N. 1700 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1894

Approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos da Estrada de Ferro Sorocabana na extensão total de 118,666 kilometros: a saber: do kilometro 0 ao kilometro 97,326, a partir de Manduzinho, e do kilometro 20 ao kilometro 41,640 a partir de Santos.

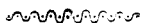
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia União Sorocabana e Ituana, formada pela fusão da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana com a Companhia Ituana, conforme o termo firmado a 28 de agosto do corrente anno, resolve approvar os estudos do prolongamento da linha ferrea para Santos, a que se referem os decretos ns. 10.090 de 24 de novembro de 1888 e 436 F de 4 de julho de 1891, com relação aos trechos comprehendidos, de um lado, a partir de Manduzinho (kilometro 73 da linha Sorocabana em trafego) do kilometro 0 ao kilometro 97,326; e de outro lado a partir de Santos, do kilometro 20 ao kilometro 41,640, na extensão total de 118,666 kilometros, ficando a companhia obrigada a executar qualquer modificação que lhe for indicada pelo Governo na occasião da locação, relativamente aos mesmos estudos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Vição.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de setembro de 1894, 6 da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1800 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1894

Altera as instrucções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro Central das Alagoas approvadas pelo decreto n. 9576 de 10 de abril de 1887.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alagoas Railway Company, limited*, resolve substituir as disposições contidas nos arts. 21 e 22 das instrucções regulamentares e tarifas, approvadas pelo decreto n. 9576 de 10 de abril de 1886, pelas que vão abaixo mencionadas:

Art. 21. Os passageiros poderão transportar gratis, e sob sua unica responsabilidade, um volume de bagagem cujo peso não exceda de 15 kilogrammas, e que possa ser collocado em baixo do respectivo logar sem incommodar aos outros passageiros.

O excedente será taxado de accordo com a tabella n. 3. Em todo caso as bagagens, quer estejam quer não dentro dos limites supramencionados, são sujeitas a taxa *ad valorem* si contiverem dinheiro ou objectos preciosos, e ás regras estabelecidas para as encomendas em geral si esses objectos forem manifestados.

Paragrapho unico. Os menores que pagarem meias passagens terão direito a transporte gratis de sua bagagem até á metade da que corresponder a uma passagem inteira.

Art. 22. Toda a bagagem do passageiro será despachada, e seguirá pelo mesmo trem que elle, si for apresentada de 15 a 25 minutos antes da partida do mesmo trem; no caso contrario, seguirá no trem immediato, si estiver com as devidas indicações, ou, seguindo pelo mesmo trem, poderá ser despachada no trem pelo bagageiro pagando frete duplo. A companhia não responde pelos objectos que o passageiro levar consigo no seu carro.

Paragrapho unico. Os volumes de bagagem deverão ter em logar visivel o nome do passageiro e a estação do destino.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 21 de setembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*





## DECRETO N. 1801 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Crêa mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 74º, que será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1802 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Eleva á cathegoria de batalhão a 3ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Arêa, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias, sob a designação de 59º, a 3ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Arêa, no Estado da Bahia.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1803 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Arêa, no Estado da Bahia

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados, na comarca de Arêa, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 178º e 58º, que serão organisados com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Jequiriçá, da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1804 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Camamu, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes 55º, 56º e 111º batalhões de infantaria do serviço activo, já organisados e ora reduzidos a quatro companhias cada um, e da 9ª secção do serviço da reserva, elevada á categoria de batalhão com igual numero de companhias e a designação de 52º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1805 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Jacobina, no Estado da Bahia.

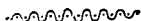
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

**Artigo unico.** O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Jacobina, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes 80.<sup>o</sup> e 81.<sup>o</sup> batalhões de infantaria já organisados e reduzidos a quatro companhias cada um, 10.<sup>o</sup> regimento de cavallaria com quatro esquadrões, e de mais tres batalhões de infantaria do serviço activo sob os ns. 173.<sup>o</sup>, 174.<sup>o</sup> e 175.<sup>o</sup>, e dous batalhões do da reserva com as designações de 53.<sup>o</sup> e 54.<sup>o</sup>, ora creados, todos com quatro companhias cada um, os quaes se organisarão com os guardas alistados na 8.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> secções de infantaria do serviço activo e 20.<sup>o</sup> e 21.<sup>o</sup> secções da reserva, ora extinctas, e com os demais qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal 22 de setembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1806 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

**Art. 1.<sup>o</sup>** O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia, ficará constituido com os actuaes batalhões ns. 61 e 62 do serviço activo e do 15.<sup>o</sup> da reserva reduzidos a quatro companhias cada um e do 7.<sup>o</sup> regimento de cavallaria, com quatro esquadrões.

**Art. 2.<sup>o</sup>** Fica elevado a categoria de regimento com quatro esquadrões e a designação de 38.<sup>o</sup>, o 5.<sup>o</sup> esquadrão avulso.

continua >

Art. 3.º E' elevada á categoria de batalhão, com a designação de 57º, a 12ª secção de batalhão do serviço da reserva.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1807 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.

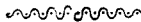
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 177º, o qual se organizará com os guardas qualificados no districto de Sapê, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1808 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia, ficará constituida com o 8º regimento de cavallaria com quatro esquadrões, com os batalhões ns. 67º e 68º

do serviço activo reduzidos a quatro companhias cada um, e os ns. 55º e 56º do da reserva a que ficam elevadas as 15ª e 16ª secções do mesmo serviço ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1809 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Fica reorganizado o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia, com os batalhões ns. 84º e 85º do serviço activo e reduzidos a quatro companhias cada um, com o regimento de cavallaria, de quatro esquadrões e a designação de 35º, a que fica elevado o 8º esquadrão de cavallaria, e do batalhão de reserva n. 51, a que fica elevada a 22ª secção desse serviço, já organizado na referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1810 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço

activo, com quatro companhias e a designação de 176º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 36º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1811 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Crea um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santo Amaro, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santo Amaro, no Estado da Bahia, um batalhão de artilharia de quatro baterias e a designação de 2º, que se organizará com os guardas nacionaes qualificados na villa de S. Francisco da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1812 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia, ficará constituido com os actuaes batalhões ns. 57º, 110º e 142º do serviço activo e 27º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria com quatro esquadões e a designação

de 34º, ora creado, e que se organisará com os guardas nacionaes qualificados no termo da Barra do Rio de Contas, da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1813 DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Xiririca, no Estado de S. Paulo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da comarca de Iguape, no Estado de S. Paulo, a forza de Guarda nacional qualificada na de Xiririca, do referido Estado, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 204º e 205º, de um batalhão de reserva, tambem com quatro companhias e a denominação de 107º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 93º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1814 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1894

Declara caducas as concessões de engenhos centraes feitas pelos decretos n. 10.435 de 9 de novembro de 1889, n. 654 de 9 de agosto de 1890, n. 927 de 24 de outubro de 1890, n. 637 de 9 de agosto de 1890, n. 647 de 9 de agosto de 1890, n. 728 de 6 de setembro de 1890, n. 761 de 19 de setembro de 1890 e n. 1049 de 21 de novembro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que foram excedidos os prazos fixados para a conclusão das respectivas obras, resolve, em observancia ao art. 25 do regulamento approved por decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889, declarar caducas as concessões de garantias de juros e mais favores feitos pelos decretos seguintes:

N. 10.435, de 9 de novembro de 1889, a Honorio Lima, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool no municipio de Paraty, do Estado do Rio de Janeiro, e transferida por decreto n. 163 de 24 de abril de 1891 á Companhia Agricola e Industrial Fluminense ;

N. 654, de 9 de agosto de 1890, a Juvenal Damasceno e Augusto Cesar, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool no municipio de Lavras, no Estado de Minas Geraes, transferida por decreto n. 1286 de 17 de janeiro de 1891 á Companhia Industrial e Agricola Sul Mineira ;

N. 927, de 24 de outubro de 1890, a João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool no municipio de Itajubá, no Estado de Minas Geraes, e transferida por decreto n. 1348 de 12 de fevereiro de 1891 ao Banco Central Mineiro ;

N. 637, de 9 de agosto de 1890, a Carlos Napoleão Poeta, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool no municipio de S. José, no Estado de Santa Catharina, e transferida por decreto n. 158 de 23 de abril de 1891 á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina ;

N. 647, de 9 de agosto de 1890, a Joaquim Mariano Alvares de Castro Junior, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool no municipio de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro ;

N. 728, de 6 de setembro de 1890, a João Manoel de Miranda Barbosa, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool no municipio de Campinas, no Estado de São Paulo ;

N. 761, de 19 de setembro de 1890, a Candido da Fonseca Vianna, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool na freguezia de Jequitibá, municipio de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes.

N. 1049, de 21 de novembro de 1890, ao Visconde de S. Laurindo e Dr. Rodrigo Pereira Leite, para o estabelecimento de



dous engenhos centraes de assucar e alcool no municipio do Bananal, Estado de S. Paulo.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



# DECRETO N. 1815 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1894

Altera as tarifas em vigor na Estrada de Ferro do Rio Claro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, resolve alterar as tarifas de passageiros em vigor na Estrada de Ferro do Rio Claro, de accordo com as bases que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Bases para a alteração das tarifas de passageiros da Estrada de Ferro do Rio Claro a que se refere o decreto n. 1815 desta data.**

PERCURSO	1ª CLASSE	2ª CLASSE
De 0k a 100k.....	\$070 por kilometro	\$040 por kilometro
» 101k 200k.....	\$010 » »	\$030 » »
» 201k para cima.....	\$050 » »	\$020 » »

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, 27 de setembro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1815 A — DE 27 DE SETEMBRO DE 1894

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Lloyd Brasileiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Lloyd Brasileiro, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos votada em assembléa geral de accionistas em 30 de agosto ultimo, com as modificações que com este baixam; ficando a companhia obrigada a preencher as formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Modificações a que se refere o decreto n. 1815 A, desta data, que approva a reforma dos estatutos da Companhia Lloyd Brasileiro.**

Art. 18— III. Em vez de: Nomear, ouvida a directoria, o gerente da companhia e fixar-lhe os vencimentos ;

Diga-se: Nomear o gerente da companhia e fixar-lhe os vencimentos.

V. Em vez de: Nomear, suspender e demittir, sobre proposta do gerente, os chefes de serviço e mais funcçionarios, fixando, ouvida a directoria, o vencimento e fiança de cada um ;

Diga-se: Nomear, suspender e demittir, quando julgar conveniente, os chefes de serviço e mais funcçionarios, fixando o vencimento e fiança de cada um.

VI. Em vez de: Organisar os relatorios, balanços e contas da administração, superintender todos os serviços da companhia, crear, ouvindo a directoria e sobre proposta do gerente, as sub-agencias, agencias ou escriptorios filiaes que forem necessarios dentro ou fóra do paiz;

Diga-se : Organisar os relatorios, balanços e contas da administração, superintender todos os serviços da companhia, crear as sub-agencias, agencias ou escriptorios filiaes que forem necessarios dentro ou fóra do paiz.

**Art. 20—** Em vez de: Os directores serão remunerados pela seguinte fórmula: o director-presidente com o honorario de 25:000\$ annuaes e cada um dos demais directores com 16:000\$ também annuaes ;

Diga-se: Os directores serão remunerados pela seguinte fórmula: o director-presidente com o honorario de 36:000\$ annuaes e cada um dos demais directores com 24:000\$ também annuaes.

Capital Federal, 27 de setembro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## Estatutos da Companhia Lloyd Brasileiro

### TITULO I

#### DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E SÉDE

**Art. 1.º** A companhia denomina-se Lloyd Brasileiro.

**Art. 2.º** O prazo da duração da Companhia Lloyd Brasileiro é de 40 annos, podendo ser prorogado.

**Art. 3.º** A séde e fóro juridico da companhia são na cidade do Rio de Janeiro.

Nos diversos Estados do Brazil e no estrangeiro, deve a companhia ter agencias, escriptorios filiaes ou gerencias que a administração julgar necessarys.

### TITULO II

#### FINS DA COMPANHIA

**Art. 4.º** O principal objecto do Lloyd Brasileiro é:

1.º Desempenhar os serviços prescriptos nos decretos n. 857 de 13 de outubro de 1890 e n. 611 de 22 de outubro de 1891, bem assim outros encargos que tomar a si de conformidade com o decreto n. 208 de 19 de fevereiro de 1890, para os serviços de navegação subvencionada pelo mesmo Governo ;

2.º Executar os contractos firmados com os governos dos Estados do Brazil para serviços de navegação ;

3.º Tomar a si quaesquer novos contractos que para serviços de navegação, ou de natureza congenera, venha a celebrar com o Governo do Brazil ou com os governos estrangeiros.

4.º Fazer quaesquer operações de transporte marítimo entre portos do Brazil e até aos do estrangeiro, independentemente de contractos administrativos, quando o serviço offerecer vantagens.

Art. 5.º Compreendem-se nos fins da companhia:

A execução de serviços de carga e descarga de mercadorias no porto do Rio de Janeiro e, sendo concernente, em outros; assim como o do serviço de rebocadores;

A exploração de trapiches na cidade do Rio de Janeiro ou em outras quaesquer do Brazil;

A exploração de diques e officinas de machinas e construcção naval do Brazil;

As operações de seguro de cargas e mercadorias transportadas nos vapores da companhia.

### TITULO III

#### CAPITAL

Art. 6.º O capital social é de 28.000:000\$000 dividido em 140.000 acções de duzentos mil réis cada uma.

O capital social é formado:

a) pelo valor das cousas, bens e direitos pertencentes á secção de navegação da Empresa de Obras Publicas no Brazil com as quaes a mesma empresa entra para a constituição da companhia.

Esse valor, verificado de conformidade com o art. 17 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, será representado por acções integralizadas na parte excedente ás dividas por *debentures* a que ficar sujeita a companhia;

b) e pelas acções, cujas entradas deverão ser feitas em moeda corrente, na fórma destes estatutos.

Paraphrasso unico. A realisação do capital em dinheiro para completar o capital desta companhia será feita do seguinte modo: 10 % no acto da assignatura destes estatutos e as outras prestações conforme a directoria entender conveniente, devendo sempre ser annunciada, nunca menos de tres vezes, nas folhas de maior circulação, com antecedencia de 15 dias pelo menos.

Art. 7.º Os accionistas impontuaes ficam sujeitos ao pagamento da multa de 2 % por mez de demora.

Decorridos, porém, tres mezes sem que tenham sido feitas as entradas, a directoria procederá de accordo com a legislação vigente.

Art. 8.º O accionista em móra não poderá fazer parte das assembléas geraes.

Art. 9.º As acções desta companhia serão nominativas.

Art. 10. O capital poderá, *de accordo com a lei*, ser augmentado por meio de acções, si assim convier ao desenvolvimento da companhia.

Paragrapho unico. Nas novas emissões terão preferencia os que então forem accionistas na proporção das acções que possuírem.

## TITULO IV

### ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Art. 11. A companhia será administrada por tres directores, dos quaes o *presidente* será *nomeado* pelo *Governo*, e os outros serão eleitos pela *assembléa geral* dos accionistas, por maioria absoluta de votos, podendo ser reeleitos.

Art. 12. Cada director caucionará com cem acções desta companhia a respectiva gestão, até que tenha prestado contas e tenham estas sido approvadas pela *assembléa geral* competente.

Paragrapho unico. Importará renuncia do logar o facto de não ter sido prestada esta caução, no prazo de trinta dias, à contar da eleição ou nomeação.

Art. 13. O mandato da directoria durará tres annos, podendo qualquer dos directores ser reeleito.

Art. 14. O director temporariamente impedido será substituido por um accionista, nomeado pelos outros directores.

Art. 15. Si qualquer director, não estando em commissão da companhia, deixar de exercer o cargo por mais de tres mezes, considerar-se-ha vago o logar.

Art. 16. Em caso de vaga de algum director, será ella preenchida, na forma do art. 14, até que a primeira *assembléa* que seguir-se resolver sobre o caso.

Paragrapho unico. Os novos eleitos servirão pelo tempo que faltar para a terminação do mandato da directoria.

Art. 17. A directoria reunir-se-ha pelo menos uma vez por semana.

§ 1.º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos directores presentes.

§ 2.º As actas das reuniões serão lavradas em livro especial e assignadas pelos directores.

Art. 18. Compete á directoria praticar todos os actos de livre administração, de accordo com a lei e os presentes estatutos, inclusive a compra e venda de immoveis, para o que lhe são conferidos todos os poderes em direito necessarios.

§ 1.º Incumbe ao presidente :

I. Representar a companhia em Juizo ou fóra d'elle, podendo constituir mandatarios.

II. Organisar a administração da companhia, determinando as attribuições de cada um dos directores.

III. Nomear, *ouvindo a directoria*, o gerente da companhia e fixar-lhe os vencimentos.

IV. Dar as instrucções necessarias para desempenho dos serviços a cargo do gerente, até que as attribuições deste sejam determinadas em regulamento approved pela directoria.

V. Nomear, suspender e demittir, *sob proposta do gerente*, os chefes de serviço e mais funcionarios, fixando, *ouvindo a directoria*, o vencimento e fiança de cada um.

VI. Organizar os relatorios, balanços e contas da administração, superintender todos os serviços da companhia, crear, *ouvindo a directoria e sob proposta do gerente*, as sub-gerencias, agencias ou escriptorios filiaes que forem necessarios dentro ou fóra do paiz.

§ 2.º Nos seus impedimentos temporarios, o presidente será substituido pelo director que for designado em reunião da directoria com o conselho fiscal.

Art. 19. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria.

Nos seus impedimentos, os membros do conselho fiscal serão substituidos pelos supplentes, na ordem da votação.

Art. 20. Os directores serão remunerados pela seguinte fórmula: o director presidente com o honorario de 25 contos de réis annues, e cada um dos demais directores com 16 contos também annuaes.

§ 1.º Os membros do conselho fiscal, em exercicio, perceberão o honorario de 3.600\$ annuaes.

§ 2.º Todos esses vencimentos serão pagos em prestações mensaes.

## TITULO V

### FUNDO DE DETERIORAÇÃO, DE RESERVA E SEGURO E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 21. O anno administrativo da companhia termina no dia 31 de dezembro.

Art. 22. Dos lucros provenientes das operações effectivamente realisadas em cada semestre serão deduzidas:

1.º A quota de 2 % sobre o valor do material fluctuante destinada a compensar a deterioração do mesmo, as reparações extraordinarias e outras eventualidades, o que constituirá o fundo de deterioração do material.

Não se comprehendem nas despesas de reparação aquellas que constituem augmento de patrimonio, como machinas novas, transformação dos vapores para augmentar-lhes as dimensões e outras semelhantes.

2.º A quota de 5 % para fundo de reserva, podendo esta porcentagem ser augmentada a juizo da directoria.

Art. 23. O material fluctuante da companhia será seguro, no todo ou em parte, na propria companhia, para o que haverá um fundo especial de seguro.

Art. 24. Todos os fundos de que trata este titulo serão empregados conforme resolver a directoria, ouvido o conselho fiscal.

Poderá ser empregado em augmento do *material* da companhia tanto o *fundo de deterioração* como o de *seguro*.

Art. 25. Deduzidas dos lucros liquidos as porcentagens de que tratam os ns. 1 e 2 do art. 22, o resto será distribuido como dividendo, observado o artigo seguinte.

Art. 26. Não se fará distribuição de dividendos emquanto o capital, desfalcao em virtude de perdas, não for integralmente restabelecido, si para tanto não bastarem o fundo de reserva e o de deterioração do material.

Art. 27. Logo que o fundo de seguro attingir a somma de 4.000:000\$, as quotas destinadas semestralmente ao seguro dos vapores serão distribuidas pelos accionistas como dividendo especial.

## TITULO VI

### ASSEMBLÉA GERAL

Art. 28. A assembléa geral será formada pelos accionistas que possuirem, no minimo, 10 acções inscriptas antes do dia em que for annunciada a reunião.

Art. 29. E' numero legal de accionistas o que representar um quarto do capital nos casos geraes, dous terços nos casos especiaes.

Paragrapho unico. São casos especiaes :

Transferencia de séde ;

Augmento de capital ;

Reforma dos estatutos ;

Alienação ou dissolução da companhia e sua liquidação, em qualquer caso ;

Fusão com outras emprezas.

Art. 30. A assembléa geral será convocada ordinariamente no mez de abril, para discussão do relatorio, balanço, contas e julgamento destas ; bem assim apresentação de propostas e eleição dos membros do conselho fiscal e seus supplentes.

Art. 31. As assembléas geraes serão presididas por um accionista aclamado na occasião, o qual convidará dous outros para secretarios.

Ocorrendo duvida ou reclamação, proceder-se-ha á eleição do presidente da assembléa.

Art. 32. As deliberações das assembléas geraes serão tomadas por maioria de accionistas ; caso, porém, o exija qualquer accionista, o serão por acções, contando-se um voto por grupo completo de 10 acções.

## TITULO VII

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 33. A directoria resgatará as acções da companhia não integradas e fica autorisada a amortisar as integradas com os saldos liquidos, desde que essas operações não prejudiquem a existencia legal da companhia pela redução do numero de socios a menos de sete.

Art. 34. A directoria submeterá á approvação do Governo os estatutos da companhia, ficando autorisada a acceitar as alterações que forem decretadas pelo mesmo Governo.

Art. 35. O primeiro anno administrativo da companhia terminará a 31 de dezembro de 1895, tanto para a directoria, como para o conselho fiscal, que forem eleitos depois de approvada a reforma dos estatutos, devendo reunir-se a primeira assembléa geral ordinaria em abril de 1895.

Certifico que estes estatutos foram os approvados em sessão da assembléa geral extraordinaria realisada a 30 de agosto de 1894.  
—*João Augusto Cesar de Lima*, secretario da assembléa geral.



## DECRETO N. 1816 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Concede a Ovidi & Comp. permissão para explorarem salinas no litoral do Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Ovidi & Comp., resolve conceder-lhes permissão para, durante 60 annos, explorarem salinas e estabelecerem fabricas destinadas á refinação do sal, no litoral do Estado de S. Paulo, mediante as condições e onus fixados nas clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1816 desta data**

I

A área concedida abrange os terrenos comprehendidos entre a ilha Ararapira e a dos Porcos, no littoral do Estado de S. Paulo.

II

Dentro do prazo de tres annos, contados da publicação do presente decreto, deverão os concessionarios estabelecer na mencionada área uma ou mais fabricas destinadas à purificação do sal.

III

Os concessionarios obrigar-se-hão a manter, a educar e empregar nos trabalhos da empresa e em occupações adequadas à idade, até 50 menores, que lhes forem confiados pelo Governo, arbitrando-lhes salario modico, que será recolhido semestralmente à mais proxima caixa economica e que lhes será entregue com os juros accumulados, quando attingirem à idade de 21 annos.

IV

A presente concessão não constitue monopolio exclusivo para o effeito exclusivo de impellir que outros possam exercer essa industria.

V

Os concessionarios poderão adquirir o sal extrahido pelos particulares para o fazer purificar, sem que a estes seja de qualquer modo tolhida a liberdade de dar aos productos da sua industria outro qualquer destino.

VI

No caso de desintelligencia entre os concessionarios e o Governo ácerca de qualquer clausula do contracto, será resolvida a questão por juizo arbitral, nomeando cada parte o seu arbitro.

No caso de desacordo dos arbitros, o Governo apresentará um e os concessionarios outro nome de pessoa reconhecidamente qualificada, e a sorte decidirá entre elles.

VII

No termo da concessão reverterão para o Estado, sem nenhuma indemnisação, todos os edificios, obras e bemfeitorias que tiverem sido executadas pelos concessionarios.

## VIII

Salvo caso de força maior, reconhecido a juízo do Governo, caducará a concessão em todas as suas partes si for excedido o prazo fixado na clausula 2ª, bem como si não for assignado pelos concessionarios, dentro de 60 dias contados da publicação do presente decreto, o competente contracto.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1817 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Affuá, no Estado do Pará, um batalhão da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 21º, o qual se comporá dos guardas alistados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1818 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Capital do Estado do Pará mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 98º, o qual se comporá dos

guardas alistados em Itapicuru, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1819 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cintra, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 100ª, o qual se comporá dos guardas alistados no municipio de Marapanim, da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1820 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 97ª, o qual se comporá dos guardas alistados no 5º districto da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1821 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Breves, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 99<sup>a</sup>, o qual se comporá dos guardas alistados no municipio da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1822 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alcantara, no Estado do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Alcantara, no Estado do Maranhão, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 103<sup>a</sup>, o qual ficará pertencendo à 2<sup>a</sup> brigada de infantaria e se reorganizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1823 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Capital do Estado do Maranhão mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias cada um e as designações de 101º e 102º, os quaes ficarão pertencendo à 1ª brigada de infantaria e se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1824 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes no municipio de Altino, no Estado de Pernambuco.

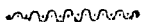
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado no municipio de Altino, no Estado de Pernambuco, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles sob a designação de 102º e 103º, e este de 22º, com quatro companhias cada um, os quaes serão organisados com os guardas qualificados no referido municipio ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1825 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 179º, o qual será organizado com os guardas nacionaes do termo da Conceição do Raso, da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1826 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia.

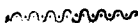
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes batalhões ns. 69º, 70º e 71º do serviço activo e 16º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, dos de ns. 181º e 61º, este da reserva o aquelle do serviço activo, ficando extinctas as respectivas secções de batalhão ns. 7 e 17, e de um regimento de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 40º que se organisará com os guardas qualificados na referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1827 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 206º e 207º, e um batalhão de reserva, com igual numero de companhias e a designação de 108º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1828 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Dôres de Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Dôres de Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 223º e 224º, de um dito do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 128º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 80º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de setembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



continua >

## DECRETO N. 1829 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1894

Crea mais uma brigada de reserva na Guarda Nacional desta Capital e mais dous batalhões respectivos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada nesta Capital mais uma brigada de reserva da Guarda Nacional, com a designação de 2ª, a qual se comporá do 4º batalhão, desligado da 1ª brigada, e de mais dous batalhões, ora creados, que terão a designação de 5º e 6º e a mesma organização dos demais corpos, sendo organizados com os guardas alistados nos diversos districtos da mesma Capital.

Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1830 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1894

Declara o plano de uniformes dos corpos sanitarios do Exercito de que trata o decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve determinar que o plano de uniformes estabelecido pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno, na parte relativa aos corpos sanitarios do Exercito, seja assim observado :

O kapi não terá tope e o emblema será bordado sobre velludo côr de vinho.

O talim do 3º uniforme será o de couro da Russia, como estava em uso, e a espada a mesma para todos os uniformes.

A sobrecasaca, em uso no 1º uniforme, continuará a ser a mesma, porém com o vivo de velludo côr de vinho, em redor dos punhos e o distinctivo nas mangas, como na do 2º e 3º uniformes. Usarão na sobrecasaca do 2º e 3º uniformes de passadeiras, em tudo iguaes ás do 1º.

No 2º uniforme usarão de dragonas.

Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*





## DECRETO N. 1831 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1884

Approva a nova planta apresentada pela Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil para construcção do prolongamento do Canal do Mangue.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, cessionaria do arrasamento do morro do Senado e aterro dos pantanos da Cidade Nova, quanto à direcção e construcção do prolongamento do Canal do Mangue, resolve alterar a planta approvada pelo decreto n. 9957 de 30 de maio de 1880, de conformidade com a que com este baixa e vae rubricada pelo chefe da Directoria Geral de Obras Publicas da respectiva Secretaria de Estado.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1832 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1894

Crea um batalhão de infantaria de serviço activo de guardas nacionaes na comarca da Serrinha, no Estado da Bahia, e eleva a categoria de batalhão a secção n. 3 da mesma comarca.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

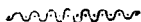
Art. 1.º Fica creado na comarca da Serrinha (antiga da Purificação dos Campos), no Estado da Bahia, um batalhão de infantaria de serviço activo, com quatro companhias e a designação de 183, o qual se comporá dos guardas nacionas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Fica elevada a categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 182, a secção n. 3 de batalhão da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.  
Capital Federal, 3 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1833 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

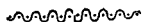
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia, se comporá de um commando superior organizado com os actuaes batalhões de infantaria ns. 51º e 52º, reduzidos a quatro companhias cada um, do 10º corpo de cavallaria, elevado a regimento, com quatro esquadões e a mesma designação, e da 5ª e 6ª secções da reserva, elevadas a batalhão, com quatro companhias e a designação de 62º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1834 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1894

Modifica o plano de uniformes para o Exercito, approvado pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que o plano de uniformes para o Exercito, approvado pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno, seja observado com as seguintes modificações:

O dolman dos officiaes generaes deve ter tres ordens de botões, como os demais officiaes. O bordado da golla será o já adoptado,

tendo, porém, os distinctivos do punho também bordados a fios de prata.

A calça dos corpos especiaes deve ser de panno mescla com listras do panno do dolman, que será azul ferrete; golla do mesmo panno mescla, com os trapesios de velludo azul ferrete e debruada de cadaço da cor do dolman.

O uniforme para a artilharia de campanha será o actualmente adoptado, seja qual for o corpo a que pertença o official, com o mesmo distinctivo, que continuará a ser uma granada bordada a prata na manga do dolman.

O estado-maior de artilharia usará na golla do dolman uma esphera armillar bordada a prata e a mesma esphera de metal amarello na calotte do capote, e a artilharia de campanha continuará a usar o numero do corpo em vez de esphera armillar.

A artilharia de posição e a arma de engenharia terão por distinctivos dous canhões cruzados bordados a prata na manga do dolman, encimados, os daquella por uma granada com chammes e os desta por um castello.

Em todos os corpos arregimentados a golla do dolman terá o numero do corpo, de metal branco, e o mesmo numero, de metal amarello, na calotte espherica do capote.

Os pennachos dos capacetes continuarão a ser os já adoptados.

O tope é substituido por um pennacho vertical de pennas em forma de chorão de 0<sup>m</sup>,12 de altura sobre uma obra de metal branco de 0<sup>m</sup>,03 de comprimento. As suas côres serão iguaes ás do pennacho do capacete para os corpos especiaes e arregimentados e auri-verde para os officiaes generaes. Esse pennacho só fará parte do 2º uniforme para todos os corpos do exercito.

No 1º uniforme dos corpos arregimentados deve haver o numero do corpo na golla, como no 2º uniforme.

Fica extinto o shabrake, que será substituido por uma badana garance, com listra mescla.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 4 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1835 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Autorisa a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação a vapor entre os portos de Belém, no Pará, e da Fortaleza, no Ceará, com a iniciação das viagens em S. Luiz do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, na conformidade do que dispõe o art. 6º, n. 6, da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, e attendendo a que a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, unica proponente a concorrência publica aberta para o serviço de navegação a vapor entre os portos de Belém, no Pará, e da Fortaleza, no Ceará, com a iniciação das viagens em S. Luiz do Maranhão, satisfizes as condições exigidas no respectivo edital, resolve autorisar a celebração de contracto com a mesma companhia para a execução do referido serviço e mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1835 desta data, para o serviço de  
navegação entre o Pará e Ceará.**

I

A Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, para fazer o serviço a vapor entre o Pará e Ceará, obrigar-se-ha a realizar, pelo menos, duas viagens redondas mensaes entre os portos de Belém, no Pará, e da Fortaleza, no Ceará, com a iniciação das viagens em S. Luiz do Maranhão, com as seguintes escalas:

1ª, Acarahú, Camocim, Tutoia, S. Luiz do Maranhão, Guimarães, Turiassú, Vizeu, Bragança, Cintra, Salinas e Vigia.

2ª, Camocim, Amarração, S. Luiz do Maranhão, Cururupú, Turiassu, Vizeu, Bragança, Salinas, Cintra e Vigia.

II

A companhia empregará no serviço que ora contracta os vapores que actualmente possui; mediante exame prévio feito pela commissão competente; mas os que se inutilisarem serão

substituídos no mais curto prazo possível, a juízo do Governo, por outros inteiramente novos, que satisfaçam as seguintes condições:

Accommodações para 30 passageiros de ré e 50 à proa, de baixo de coberta;

Capacidade para 200 toneladas metricas de cargas, e marcha, pelo menos, de 10 milhas por hora, tendo o calado apropriado às barras.

Estes navios terão todos os melhoramentos modernos.

### III

Os vapores serão nacionalizados brasileiros e isentos de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula e gosarão todos os privilegios e isenções, e a respeito de suas tripolações se observará o que se pratica com as dos navios de guerra, o que, entretanto, não os isentará dos regulamentos policiaes, Alfandegas e Capitaniaes dos portos.

### IV

Os vapores deverão ter a bordo sobressalentes, escaletres, salva-vidas, cintas de salvação, ambulancia, objectos do serviço dos passageiros, officiaes, machinistas, foguistas e marinhagem, que forem necessarios e fixados em tabella especial, elaborada pela companhia, de accordo com o fiscal da navegação e approvada por este Ministerio.

### V

As condições de acceitação serão verificadas por uma commissão de profissionais, nomeada pelo Ministro da Industria, Viação e Obras publicas e da qual fará parte o fiscal da navegação.

Por occasião da apresentação dos vaporés, a companhia entregará documentos comprobatorios do custo do navio e relação dos aprestos e mais objectos que lhe pertencem.

### VI

Os dias de sahidas do porto inicial, o maximo prazo de duração da viagem redonda serão fixados em tabella organizada pela companhia, de accordo com o fiscal da navegação e submettida à approvação deste Ministerio.

### VII

As tarifas de passagens e fretes serão organisadas da mesma forma da clausula anterior, gosando as passagens por conta da

União de um abatimento de vinte e cinco por cento (25 %) e os fretos de cargas de vinte por cento (20 %). As tarifas de fretos e passagens serão revistas de dous em dous annos.

### VIII

A companhia fará transportar gratuitamente:

- 1.º O fiscal da navegação, quando viajar em serviço;
- 2.º Os empregados do Correio da Republica incumbidos de comissão da repartição e o empregado que for designado para acompanhar as malas da correspondencia. A todos esses funcionarios a companhia, além da accomodação devida, fornecerá comedorias;
- 3.º As malas do Correio, nos termos da legislação vigente;
- 4.º Os dinheiros publicos. Os commandantes dos paquetes ou officiaes de sua confiança receberão e entregarão, passando e exigindo quitação, nas respectivas repartições, não só as malas do Correio, como também os caixotes ou pacotes de dinheiros pertencentes aos cofres publicos, não sendo, entretanto, obrigados a verificar a respectiva importancia; a responsabilidade dos commandantes cessará desde que, na occasião da entrega, reconhecer-se que os sellos appostos estão intactos;
- 5.º Os objectos remettidos ao Museo;
- 6.º Os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxiliadas pelo Governo;
- 7.º As sementes e mudas de plantas, destinadas aos jardins ou estabelecimentos publicos.

### IX

As repartições do Correio deverão ter as suas malas sempre promptas, a tempo de não retardarem as viagens dos paquetes além da hora marcada para a salida.

### X

No caso de innavegabilidade ou perda de algum vapor, será permittido, com prévia autorisação, fretar um outro que se approxime o mais possivel das condições exigidas quanto á segurança, marcha, dimensões e accommodações.

### XI

Em qualquer tempo, durante o prazo do contracto, o Governo terá direito de comprar ou tomar a frete compulsoriamente os vapores da companhia, ficando esta obrigada a substituil-os dentro do prazo que for marcado.

A compra ou fretamento compulsorio será effectuada mediante accordo ou arbitramento no caso de desaccordo.

Nos casos de força maior, o Governo poderá lançar mão dos vapores independente de previo accordo, sendo posteriormente regulada a indemnisação que for devida.

## XII

Salvo os casos de sedição, rebelião ou qualquer perturbação da ordem publica, não poderão os governadores transferir as saídas dos vapores, nem demoral-os nos portos, além do prazo marcado.

Si a demora ou transferencia for causada por força maior, devidamente provada, será a companhia isenta de multas, ouvido o fiscal da navegação com recursos a este Ministerio.

## XIII

A interrupção do serviço por mais de um mez sem ser por effeito de força maior, sujeitara a companhia á indemnisação de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do serviço interrompido e mais á multa de cincoenta por cento ( 50 % ), das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade, a companhia pagará a multa de cincoenta por cento (50 %) da subvenção annual; entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

## XIV

As estações fiscaes dos portos da Republica expedirão os despachos necessarios para se proceder ao embarque e desembarque de cargas e encomendas que transportarem os paquetes da contractante, com preferencia á carga ou descarga de qualquer outro navio e sem embargo de ser domingo ou dia feriado.

## XV

A companhia apresentará ao fiscal da navegação a estatistica dos passageiros e cargas que transportar em seus vapores e que será entregue dentro do prazo de 40 dias, depois de findo cada trimestre.

## XVI

Os vapores da companhia serão vistoriados de seis em seis mezes, o que não dispensará a vistoria exigida pela legislação em vigor.

## XVII

A companhia entrará adeantadamente para a Alfandega do Maranhão com a importancia de cem mil réis (100\$000) mensaes para pagamento da gratificação do fiscal da navegação.

## XVIII

A companhia fica sujeita ás seguintes multas não estando provada força maior :

1ª, da importancia da subvenção que tiver de receber, si deixar de fazer algumas das viagens do contracto ;

2ª, de um conto de réis (1:000\$) a tres contos de réis (3:000\$), si a viagem começada não for concluida, caso em que não terá direito á subvenção.

Si a viagem for interrompida por força maior, não será imposta multa e a companhia receberá a subvenção correspondente ao numero de milhas navegadas ;

3ª, de duzentos mil réis (200\$) a quatrocentos mil réis (400\$), por prazo de 12 horas que exceder á fixada sahida ou chegada.

O prazo de 12 horas será contado sómente quando a demora for maior de tres horas ;

4ª, de duzentos mil réis (200\$) a quinhentos mil réis (500\$), pela demora das malas ou máo acondicionamento.

Esta multa será de um conto de réis (1:000\$) no caso de extravio ;

5ª, de cem mil réis (100\$) a quinhentos mil réis (500\$), pela não observancia de qualquer das clausulas do contracto para a qual não haja multa especial.

## XIX

As questões que se suscitarem entre o Governo e a companhia, na execução do contracto, serão resolvidas por arbitramento.

As partes contractantes louvar-se-hão no mesmo arbitro ou cada um escolherá o seu, os quaes, antes de tudo, deverão designar o terceiro, que será o desempatador ; si os dous arbitros escolhidos discordarem sobre a designação do terceiro, deverá apresentar cada um o nome de um outro e a sorte designará o terceiro.

## XX

A companhia perceberá, pelos serviços especificados, a subvenção de cento e sessenta e oito contos de réis (168:000\$), paga em prestações mensaes, depois de vencidas, na Alfandega do Estado do Maranhão, em vista do attestado do fiscal da navegação e administrador dos Correios.



## XXI

A companhia obriga-se a não commerciar por sua conta nos mercados comprehendidos nas linhas de navegação deste contracto.

## XXII

Quaesquer subvenções e favores concedidos pelos Governos dos Estados, em relação aos serviços contractados, se tornarão effectivos sem prejuizo das subvenções e favores a que a companhia tiver direito, em consequencia de acto do Governo Federal.

## XXIII

O contracto será pelo prazo de cinco (5) annos, contados da data da assignatura.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1836 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.

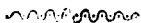
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 39ª, que se comporá com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Aratubype, e de um batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 6ª, que se organizará no municipio de Jaguaripe; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



continua aqui >

## DECRETO N. 1837 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.

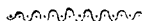
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Fica creado mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes, com quatro companhias e sob a designação de 225ª; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1838 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará.

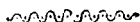
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 135ª, o qual se organizará com os guardas qualificados no districto de Cachoeira, da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1839 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes em cada uma das comarcas de Maracás, Lavras Diamantinas, Minas do Rio de Contas, Condeúba, Caetitê e Monte Alto, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado em cada uma das comarcas de Maracás, Lavras Diamantinas, Minas do Rio de Contas, Condeúba, Caetitê e Monte Alto, no Estado da Bahia, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e as designações de 41º, 42º, 43º, 44º, 45º e 46º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos das referidas comarcas; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1840 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia, ficará constituida com os actuaes batalhões de infantaria ns. 72º, 73º e 74º reduzidos a quatro companhias cada um, do batalhão da reserva n. 63º a que fica elevada a 18ª secção desse serviço e do de n. 180, ora creado, com quatro companhias e que se organizará no termo de Capim Grosso da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1841 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapicurú, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Itapicurú, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 184º, que se comporá dos guardas nacionaes de serviço activo qualificados no termo do Amparo ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1842 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1884

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alvinópolis, no Estado de Minas Geraes.

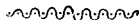
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Alvinopolis, no Estado de Minas Geraes, o qual se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 226º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 81º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1843 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1894

Crea um batalhão de serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Simão Dias, no Estado de Sergipe.

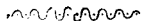
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Simão Dias, no Estado de Sergipe, um batalhão de infantaria do serviço da reserva com quatro companhias e a designação de 13ª, o qual se organizará com os guardas nacionaes do mesmo serviço, qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO,

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1844 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

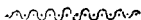
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 90ª, o qual se organizará com os guardas do mesmo serviço qualificados no 2º districto do municipio de São Gonçalo, pertencente à referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1845 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1894

Crêa novos corpos de guardas nacionaes na comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia, mais dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 185º do serviço activo e 64º do da reserva, e um regimento, de cavallaria com igual numero de esquadções e a designação de 47º, que se formarão com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Joazeiro ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1846 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:020\$, para pagamento dos vencimentos dos escrivães e officiaes de justiça do extincto Juizo dos Feitos da Fazenda que passaram a servir perante o Juizo Seccional.

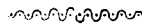
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da authorisação contida no art. 2º do decreto legislativo n. 207 de 26 de setembro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:020\$, para pagamento dos vencimentos annuaes que competem no actual exercicio aos escrivães e officiaes de justiça do extincto Juizo dos Feitos da Fazenda que passaram a servir perante o Juizo Seccional, a saber : 1:600\$ para um escrivão e 1:920\$ para dous officiaes de justiça no Districto Federal ; 500\$ para um escrivão e 600\$ para dous officiaes de justiça em cada um dos Estados de Pernambuco e Bahia ; e 300\$ para um official de justiça no Estado de Matto Grosso.

Capital Federal, 13 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1847 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1894

Concede ao *Brasilianische Bank für Deutschland* autorisação para estabelecer uma caixa filial na cidade de Santos, Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem o *Brasilianische Bank für Deutschland* fundado na cidade de Hamburgo, representado pelos directores de sua caixa filial nesta Capital, resolve conceder-lhe autorisação para estabelecer uma caixa filial na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, observadas as condições impostas ás caixas filiaes de bancos, pelas disposições em vigor.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.  
Capital Federal, 15 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1848 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1894

Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma — Cooperativa Militar do Brazil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma-Cooperativa Militar do Brazil, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos votada em assemblea geral de accionistas de 8 de agosto ultimo ; ficando obrigada a preencher as formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 161 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de outubro de 1894.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Maccio da Fontoura Costallat.*

**Alterações dos estatutos da sociedade anonyma-  
Cooperativa Militar do Brazil, a que se refere  
o decreto n. 1848 de 15 de outubro de 1894.**

Art. 2.º Podem ser socios os officiaes militares de mar e terra, os equiparados em honras, os funcionarios publicos e as respectivas familias;

Os empregados ao serviço da companhia, a juizo da directoria, não podendo possuir mais de 10 acções, salvo os que já tiverem adquirido maior numero em época anterior.

Art. 10. Nenhum accionista poderá possuir mais de 600 acções. O que por qualquer motivo venha a ter maior numero deve collocar-as dentro do prazo de um anno, salvo força maior a juizo da directoria.

Art. 22. As mercadorias serão vendidas a dinheiro á vista, salvo :

1º, aos accionistas que caucionarem, como garantia de seus debitos, titulos da divida publica ou outros de notorio valor e garantia, não podendo, porém, taes titulos ser recebidos por mais de 50 % do seu valor de cotação;

2º, aos accionistas que consignarem o soldo ou ordenado mensal á sociedade;

3º, aos accionistas que consignarem para pagamento de uniforme e vestuario quantia igual á decima parte da despesa feita.

Nos dous primeiros casos as contas serão liquidadas mensalmente.

A ninguém mais, fóra da letra deste artigo e paragraphos, se farão vendas á consignação.

Art. 28 dos estatutos— Fica supprimido.

Art. 32. A sociedade será administrada por uma directoria de dous membros e um conselho fiscal de tres, sendo subsidiada a primeira por dous supplentes e o segundo por tres. Dos directores um será presidente e thesoureiro e o segundo gerente e secretario; tanto os directores como os supplentes serão eleitos designadamente em relação ás funcções que terão de exercer. A directoria servirá por tres annos, podendo ser reeleita.

Para collocar onde convier— Ao conselho fiscal em exercicio se abonará o vencimento de cem mil réis (100\$) mensaes a cada um dos membros, ficando obrigado a examinar mensalmente a escripturação social do mez findo.

Art. 33. Para que possa exercer o cargo de director ou accionista deve caucionar, segundo o art. 105 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, cem acções da companhia como penhor da responsabilidade de sua gestão.

Art. 34 dos estatutos— Fica supprimido.

Art. 35. A eleição da directoria será feita por escrutinio secreto e maioria de votos, com a antecedencia de sessenta dias, pelo menos, da terminação do mandato da anterior, de modo a



poderem os novos eleitos receber por balanço e inventario o activo e passivo da companhia, sem prejuizo da marcha das transacções sociaes.

Art. 36 dos estatutos — Fica supprimido.

Art. 37. Será considerado vago o cargo do director que deixar de exercer as suas funcções por mais de trinta dias, salvo os casos de molestia ou serviço da sociedade fóra da séde. Quando o director não estiver em exercicio o supplente que o substituir terá direito ao honorario do cargo.

Director em serviço social fóra da séde terá o honorario que lhe for deixado pelo conselho fiscal e quando a sua falta seja por molestia perceberá metade do honorario do cargo.

Art. 38. A directoria reunir-se-ha uma vez por semana e consignará em acta as deliberações que tomar. Sempre que houver desacordo, será chamado o mais votado dos membros do conselho fiscal para dar a sua opinião e será ella a que prevalecerá.

Art. 40. O director-presidente, que é tambem o thesourreiro, tem por dever :

Representar a sociedade nas suas relações externas, não commerciaes ;

Convocar as assembléas geraes, convocar e presidir as sessões da directoria e conselho fiscal ;

Fiscalisar o emprego dos bens e dinheiros da sociedade, authenticando com a sua assignatura o — pague-se — em todos os documentos de despeza ;

Assignar todos os documentos, contractos, obrigações, escripturas, balanços e balancetes sociaes, bem como a correspondencia privativa da directoria.

Art. 41 dos estatutos — Fica supprimido.

Art. 42 — Idem idem.

Art. 43. O director-gerente tem por obrigação :

Girir todo o commercio da sociedade, estabelecendo os preços e condições da venda e compra ;

Manter a correspondencia commercial e estipular os contractos deliberados pela directoria ;

Fazer observar os estatutos e regulamentos pelos empregados e freguezes ;

Conferir diariamente as vendas a dinheiro e entregar ao caixa os dinheiros respectivos.

Art. 44. Cada director perceberá o honorario de seiscentos mil réis (600\$000) e as seguintes gratificações deduzidas dos lucros liquidos, depois de deduzida a parte destinada ao fundo de reserva, segundo preceitua o art. 98 do citado decreto n. 434 de 4 de julho de 1891 : para o director-presidente dois por cento (2 %) ; para o director-gerente cinco por cento (5 %).

#### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. A actual directoria convocará uma assembléa extraordinaria para o dia 30 de outubro afim de eleger-se a nova directoria, que tomará por balanço e inventario os haveres e

o passivo da companhia até 31 de dezembro, data em que definitivamente ficará terminado o mandato dos actuaes directores.

Art. A presente reforma dos estatutos, que vigorará de 1 de janeiro de 1895 em diante, não poderá ser alterada sinão depois de posta em execução durante dous annos.



#### DECRETO N. 1849 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1894

Manda proceder no Estado do Rio Grande do Sul, durante os mezes de novembro e dezembro proximos vindouros, a exames geraes de preparatorios, de accordo com as instrucções annexas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que ao Estado do Rio Grande do Sul não foi possível, durante o periodo de agitação que acaba de atravessar, organisar o respectivo Instituto official de ensino secundario de modo a preencher as condições determinadas no art. 1.<sup>o</sup> do decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891;

Attendendo, outrosim, ao que representou o Presidente do referido Estado sobre a necessidade de facultarem-se a grande numero de estudantes alli residentes, que se propoem á matricula nos cursos de instrucção superior, os meios de habilitarem-se para tal fim;

Decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> São validos para a matricula nos cursos de ensino superior os exames preparatorios a que nos mezes de novembro e dezembro proximos vindouros se proceder no Estado do Rio Grande do Sul perante as mesas examinadoras que forem organisadas pelo commissario fiscal do Governo Federal, nomeado na conformidade dos arts. 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> do citado decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891.

Parapho unico. As mesas examinadoras compor-se-hão de lentes e professores dos estabelecimentos de instrucção do Estado.

Art. 2.<sup>o</sup> Nos ditos exames serão observados os programmas de ensino do Gymnasio Nacional, conforme as instrucções annexas, correndo as despesas por conta do Estado.

Capital Federal, 15 de outubro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

**Instrucções para os exames geraes de preparatorios que se devem realizar no Estado do Rio Grande do Sul e a que se refere o decreto n. 1849 desta data.**

Art. 1.º Os exames realizar-se-hão durante os mezes de novembro e dezembro proximos vindouros.

Art. 2.º Os requerimentos para a inscripção serão apresentados ao commissario fiscal do Governo Federal, devendo os candidatos exhibir um *curriculum vita*, assignado pelo director do estabelecimento particular em que tiverem estudado, ou pelos professores que os tiverem doutrinado no seio da familia, de onde se possam colher informações sobre seus precedentes collegiaes, seu procedimento moral e aproveitamento nos estudos.

§ 1.º Bastará que apresente um só documento deste genero o candidato que requer inscripção em mais de uma materia.

§ 2.º Será paga por materia a taxa de 5\$ em estampilhas.

§ 3.º Encerrada a inscripção ninguém mais será a ella admittido, sob qualquer pretexto que seja.

§ 4.º As mesas examinadoras serão as seguintes: portuguez, francez, inglez, allemão, latim, arithmetica e algebra, geometria e trigonometria, geographia, especialmente do Brazil, historia universal, especialmente do Brazil, physica e chimica, historia natural; podendo ser organisadas duas ou mais mesas para a mesma disciplina, conforme a conveniencia do serviço.

§ 5.º Nesta conformidade a approvação em portuguez será condição indispensavel para que o candidato preste exame de qualquer outra materia; o candidato ao exame de geometria o trigonometria deverá ter approvação em arithmetica e algebra; para physica e chimica será exigida a approvação em mathematica elementar; para historia natural a approvação em physica e chimica; para historia a approvação em geographia.

Art. 3.º A prova escripta de portuguez constará de uma redacção, fornecidos os elementos pela commissão examinadora, e da analyse lexicologica e logica de um trecho de classico portuguez, tirado à sorte.

A prova oral constará de leitura expressiva de um trecho sorteado de prosador de nota, resumo do seu conteudo a livro fechado, explicação de termos e analyses.

Art. 4.º As provas escriptas de francez, inglez e allemão constarão de duas partes: versão de um pequeno trecho sorteado de prosa portugueza, corrente e facil, e traducção de um trecho poetico francez, inglez ou allemão, tirado à sorte, nunca menor de 15 linhas.

As provas oraes constarão de leitura, traducção e analyse de um trecho de prosador facil, sem auxilio de dicionario.

Art. 5.º A prova escripta de latim constará de traducção de um trecho tirado à sorte, nunca menor de 20 linhas.

A oral constará de leitura, traducção e analyse de um trecho facil de prosador, sem auxilio de dicionario.

continua >

Art. 6.º As provas escriptas de arithmetica e algebra, geometria e trigonometria versarão sobre problemas e questões formuladas pelas commissões, no acto do exame, sobre a materia do ponto sorteado. As oraes sobre a materia do ponto sorteado e generalidades da sciencia, com demonstrações no quadro preto.

Art. 7.º As provas escriptas de geographia, historia universal, physica e chimica e historia natural versarão sobre pontos formulados no acto do exame pela commissão, abrangendo cada ponto as diversas partes da materia, comprehendida no programma de estudos do Gymnasio Nacional. As provas oraes consistirão de arguição dos examinandos sobre o ponto sorteado e generalidades da materia.

Art. 8.º Os pontos a que se referem os artigos antecedentes serão em numero de doze, formulados differentemente cada dia, antes de começar o acto de exame e de maneira que cada um dos pontos comprehenda varias partes da sciencia.

Art. 9.º A prova escripta durará, no maximo, duas horas; a oral, para cada examinando, nunca menos de vinte minutos, em lingua, e meia hora em sciencia.

A prova pratica de physica e chimica e historia natural durará 15 minutos.

Art. 10. O presidente da mesa poderá arguir o examinando que lhe parecer conveniente, sem prejuizo do tempo concedido aos examinadores.

Art. 11. Cada membro da commissão examinadora dará, por escripto, sua nota na prova escripta: optima, boa, soffrivel ou má. A maioria de notas más inhabilita o candidato a comparecer à prova oral.

Art. 12. Concluido o exame oral e prova pratica nos que a teem, cada membro da commissão formulará seu juizo na prova escripta do candidato, declarando si o approva com distincção, plenamente, simplesmente, ou si o reprova.

§ 1.º A maioria de notas, assim exaradas, dará o seguinte resultado final do exame :

approvado com distincção, si reunir totalidade de notas optimas em todas as provas;

plenamente si reunir totalidade de notas boas;

simplesmente si reunir maioria de notas favoraveis;

reprovado si não obtiver maioria destas ultimas notas.

§ 2.º Findo o trabalho de cada dia será feito um succinto relatorio dos acontecimentos, servindo de secretario o examinador mais moço, e será entregue ao commissario federal.

Art. 13. Serão chamados diariamente seis examinandos em exames de linguas e quatro nos de sciencias.

Art. 14. O exame escripto será feito a portas fechadas e o oral publico.

Art. 15. O examinando que for surprehendido no acto de servir-se de apontamentos particulares ou quaesquer livros não

permittedos pela comissão perderá os seus direitos de inscrição nesta época de exames.

Art. 16. O candidato que não comparecer á chamada por motivo justificado perante o commissario do Governo poderá ser chamado mais uma só vez, esgotada a lista da inscrição.

Art. 17. A comissão examinadora fornecerá os livros e os dictionarios precisos para as provas de que tratam os arts. 3º, 4º e 5º.

Art. 18. Para os exames de portuguez servirão os livros seguintes: Fausto Barreto e Vicente de Souza — *Seleção Litteraria*; Silva Tulio — *Estudinhos da lingua patria*.

Para versão franceza: Fausto Barreto e Vicente de Souza — *Seleção Litteraria*; para traducção: Charles André — *Petit cours de litterature française* e Racine — *Britannicus, Bérénice e Athalie*.

Para versão ingleza: Fausto Barreto e Vicente de Souza — *Seleção Litteraria*; para traducção: James Hawit — *The graduated english reader* e Herrig — *The british classical authors. Select specimens*.

Para versão allemã: o mesmo que para a ingleza e para traducção Excerptos de Schiller, Goethe e Lessing.

Para prova escripta de latim: Horacio — *Satyras e Odes* e para a prova oral: Tacito e Tito Livio.

Art. 19. As certidões de exame serão passadas, mediante o sello de 200 réis, pelo presidente da mesa examinadora, subscriptas pelo commissario federal com a assignatura deste devidamente authenticada por tabellião.

Art. 20. Findos os exames deverão ser remettidas ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores as relações nominaes dos approvados, afim de serem publicadas no *Diario Official* e bem assim as provas escriptas dos examinandos.

Capital Federal, 15 de outubro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.



#### DECRETO N. 1850 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1894

Autorisa os cidadãos Francisco José Corrêa Quintella e coronel Pedro Ferreira de Oliveira Amorim a organisarem nesta Capital uma Companhia de seguros mutuos contra fogo sob a denominação de — *Phenix Brasileira*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereram os cidadãos Francisco José Corrêa Quintella, brasileiro e negociante, e coronel Pedro Ferreira de Oliveira Amorim, capitalista, os autorisa, nos termos do art. 53 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, a organisarem

nesta Capital uma Companhia de seguros mutuos contra fogo, denominada — Phenix Brasileira, observadas as disposições do art. 55 do citado decreto.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1852 (\*) — DE 22 DE OUTUBRO DE 1894

Abre á verba — Caixa da Amortização, rubrica 11ª do art. 7º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, um credito suplementar de 1.420:580\$833.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 11 da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, de accordo com as disposições dos arts. 30 da de n. 3140 de 30 de outubro de 1882 e 20, § 1º, da de n. 3229 de 3 de setembro de 1884, resolve abrir á verba — Caixa da Amortização, rubrica 11ª do art. 7º da primeira das citadas leis, um credito suplementar de 1.420:580\$833 para occorrer, até ao fim do corrente exercicio, ás despesas com as encomendas e assignaturas de notas, visto haver a pagar contas da *American Bank Note Company*, na importancia de £ 61.029-0-10 ou 1.220:580\$833 em nossa moeda ao cambio de 12 dinheiros e calcular-se em £ 10.000-0-0 as contas que ainda terão de ser apresentadas até 31 de dezembro proximo vindouro, ao passo que a consignação propria só tem o saldo de 33:975\$334, sendo opportuno remediar a sua deficiencia desde que são decorridos nove mezes do exercicio e dando conhecimento ao Congresso Nacional.

Capital Federal, 22 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



(\*) Com o n. 1851 não houve acto.

## DECRETO N. 1853 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1894

Declara caduca a concessão da Estrada de Ferro do Estreito ao Chopim.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o decreto n. 896 de 18 de outubro de 1890, que concedeu privilegio por 70 annos para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro desde o Estreito no littoral do Estado de Santa Catharina, até a foz do rio Chopim no do Paraná, declarou fazerem parte integrante daquella concessão, salvas as modificações nelle expressas, todas as clausulas do decreto n. 862 de 16 do dito mez e anno;

Considerando assim, que, nos termos da clausula 2ª do sobre-dito decreto n. 862, a concessão ficaria caduca si, no prazo de um anno não estivesse incorporada a respectiva companhia;

Considerando outrossim que, organizada esta, sob a denominação Estreito e S. Francisco ao Chopim, foi contra ella intentada acção ordinaria e declarada nulla de pleno direito a respectiva constituição e mandada dissolver por accordão da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal de 7 de junho de 1892, accordão confirmado pelo da Côrte de Appellação de 19 de setembro do mesmo anno;

Considerando finalmente que, annullada a constituição da companhia pelas razões e para os effeitos constantes dos ditos accordãos, resulta não haver sido cumprida a clausula 2ª do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890;

Decreta :

E' declarada caduca a concessão da Estrada de Ferro do Estreito ao Chopim, feita pelo decreto n. 896 de 18 de outubro de 1890.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1854 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1894

Proroga o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavrar mineraes nos Estados do Pará e Maranhão, e já prorogado por decreto n. 1456 de 5 de junho de 1893.

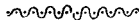
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro Guilherme de Capanema, a quem por decreto n. 10.284 de 30 de julho de 1889 foi concedida permissão para lavrar mineraes na parte já explorada entre os affluentes dos rios Piriá, no Estado do Pará, e Turý-assú, no do Maranhão, resolve prorogar por mais um anno o prazo estipulado no referido decreto já prorogado por decreto n. 1456 de 5 de julho de 1893 para a medição e demarcação das respectivas datas mineraes, sendo o novo prazo contado da data deste decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 22 de outubro de 1894, 6<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1855 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1894

Declara caduca a concessão a que se refere o decreto n. 10.370 de 28 de setembro de 1889 para a construção da Estrada de Ferro do Natal ao Ceará-mirim.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Empresa de Obras Publicas no Brazil, cessionaria, em virtude do decreto n. 992 de 8 de novembro de 1892, de privilegio, garantia de juros e mais favores para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro do Natal ao Valle do Ceará-mirim, a que se refere o decreto n. 10.370 de 28 de setembro de



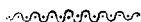
1889, deixou de concluir as obras da referida estrada dentro do prazo para isso estipulado, resolve declarar caducos o privilegio, a garantia e mais favores, nos termos da clausula 34ª do mencionado decreto n. 10.370 de 28 de setembro de 1889.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1856 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1894

Transfere para a comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º corpo de cavallaria da Guarda Nacional da comarca de Santa Victoria do Palmar, no mesmo Estado.

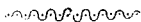
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica transferido para a comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º corpo de cavallaria da Guarda Nacional da comarca de Santa Victoria do Palmar, no mesmo Estado ; revoga-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO..

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1857 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1894

Crea dous batalhoes de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Baturité, no Estado do Ceará, dous batalhões de artilharia de guardas nacionaes,

com quatro baterias cada um e as designações de 3º e 4º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

~~~~~

DECRETO N. 1858 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1894

Abre um credito supplementar de 150:000\$000 á verba — Exercicios findos, do art. 7º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o Governo está autorisado, pelo art. 11 da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, a abrir, no exercicio corrente, creditos supplementares ás verbas indicadas na tabella annexa á citada lei até ao maximo de 4.000:000\$ na conformidade do art. 8º da lei n. 126 de 21 de novembro de 1892 ;

Considerando que, decorrido o nono mez do exercicio, não falta cabimento nem oportunidade para o emprego daquella providencia cuja autorisação só está subordinada ás limitações do art. 20 da lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, e art. 29, § 1º, da lei n. 3229 de 3 de setembro de 1884 ;

Considerando finalmente que o credito do Estado não tolera delongas, além dos termos regulares do processo, no que concerne á satisfação de compromissos contrahidos legalmente, sobretudo si estes proveem de vencimentos fixados em lei e necessarios á subsistencia daquelles a quem são devidos :

Resolve abrir, dando ao Congresso conhecimento deste acto, um credito supplementar de 150:000\$ á verba — Exercicios findos, do art. 7º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, não só para regularisar a despesa já effectuada, como tambem

para solver dividas provenientes de aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos que deixaram de ser reclamados ou satisfeitos opportunamente.

Capital Federal, 27 de outubro de 1894, 6.ª da Republica:

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

DECRETO N. 1859 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado de Goyaz ficará constituída com treze commandos superiores que se organisarão nas seguintes comarcas:

1.º Na Capital, que se comporá do 1º, 2º e 3º batalhões de infantaria do serviço activo, do 1º do da reserva e do 1º regimento de cavallaria.

2.º Na comarca do Rio Verde, que será composto dos batalhões de infantaria ns. 4º, 5º e 6º do serviço activo, 2º da reserva e 2º regimento de cavallaria.

3.º Na comarca de Pyrenopolis, que se organisará com o 7º, 8º e 9º batalhões do serviço activo, 3º da reserva e com o 3º regimento de cavallaria.

4.º Na comarca de Bomfim, que ficará constituido do 10º, 11º e 12º batalhões do serviço activo, 4º da reserva e 4º regimento de cavallaria.

5.º Na comarca de Morrinhos, que ficará constituido com os batalhões de infantaria ns. 13º, 14º e 15º do serviço activo, 5º da reserva e do 5º regimento de cavallaria.

6.º Na comarca do Rio Parnahyba, que será constituido dos batalhões ns. 16º, 17º e 18º do serviço activo, 6º da reserva e do 6º regimento de cavallaria.

7.º Na comarca da Lagóa Formosa, que terá os batalhões de ns. 19º, 20º e 21º do serviço activo, 7º da reserva e 7º regimento de cavallaria.

8.º Na comarca da Posse, que será organizado com os batalhões ns. 22º, 23º e 24º do serviço activo, 8º da reserva e 8º regimento de cavallaria.

9.º Na comarca do Rio Tocantins, que se constituirá com os batalhões ns. 25º, 26º e 27º do serviço activo, 9º da reserva e 9º regimento de cavallaria.

10. Na comarca do Rio Paraná, que ficará constituido com os batalhões ns. 28º, 29º e 30º do serviço activo, 10º do da reserva e do 10º regimento de cavallaria.

11. Na comarca de Palma, que se comporá dos batalhões do serviço activo ns. 31º, 32º e 33º, do de n. 11º do da reserva e do 11º regimento de cavallaria.

12. Na comarca do Alto Tocantins, que ficará constituido com os batalhões ns. 34º, 35º e 36º do serviço activo, do 12º da reserva e do 12º regimento de cavallaria.

13. Na comarca de Boa-Vista, que se organizará com os batalhões ns. 37º, 38º e 39º do serviço activo, com o de n. 13º da reserva e com o 13º regimento de cavallaria.

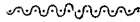
Art. 2.º Os batalhões de infantaria terão quatro companhias cada um e os regimentos de cavallaria igual numero de esquadões.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1860 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1894

Declara sem effeito o decreto n. 1468 de 13 de julho de 1893 que declarou caducos a concessão relativa á Estrada de Ferro de Maceió á Leopoldina.

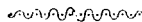
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos, resolve declarar sem effeito o decreto n. 1468 de 13 de julho de 1893, pelo qual foram declarados caducos o privilegio, a garantia e mais favores para a construcção, uso e goso da Estrada de Ferro de Maceió á Leopoldina, com ramal para Porto Calvo, a que se refere o decreto n. 955 de 5 de novembro de 1890; devendo, porém, a linha partir do kilometro 52 da Estrada de Ferro Central de Alagoas (tronco) e não podendo desse ponto ser prolongada a Maceió, conforme propõe a companhia.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1861 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1894

Adopta modelos para expedição de títulos de propriedade de lotes de terras vendidos aos imigrantes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, reconhecendo a conveniencia de regularisar a expedição de títulos de propriedade de lotes de terras vendidos aos imigrantes, já quanto ás suas fórmulas, já quanto a especificações ou detalhes, uniformisando-os em um só padrão, o que não tem podido ser feito pelos concessionarios de burgos agricolas, que os teem organizado para distribuir, adoptando cada qual o typo que julgou mais acertado, sendo que alguns se acham em visivel antagonismo com as disposições vigentes sobre o assumpto; resolve, em observancia e como explicativa ao art. 26, capitulo 3º, do decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, sejam adoptados para o dito fim os modelos que com este vão assignados pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 30 de outubro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

## Titulo provisorio ou de designação de lote de terras

Estado.....  
Município.....  
Núcleo.....  
Secção.....  
Lote n.....  
Expedido em.....de.....de 189....  
a favor do colono F.....  
localizado em.....de.....de 189....  
(pela companhia, banco, concessionario ou cessionario) F.....  
em virtude do contracto celebrado com o Governo em.....

## DESCRIÇÃO DO LOTE

Frente.....Fundo.....  
Lado direito.....Lado esquerdo.....  
Rumo das linhas divisorias.....  
Perimetro (em metros).....  
Area (em hectares).....  
Preço do hectare.....  
Confrontantes.....

continua aqui >

### Titulo provisorio ou de designação de lote de terras

O abaixo assignado, na qualidade de procurador bastante de F ..... e de encarregado dos serviços da fundação do nucleo que o mesmo está constituindo no Estado de ..... de conformidade com o contracto celebrado em ..... de 189...., faz saber que pelo presente titulo provisorio fica designado o lote de terras indicado na planta do nucleo colonial.....situado no municipio de .....com o n.....da..... secção para estabelecimento do colono F.....natural de.....e sua familia, afim de estabelecer no mesmo morada habitual e cultura effectiva e adquiril-o definitivamente como propriedade sua, uma vez cumpridas as obrigações adeante estabelecidas :

1ª, o preço deste lote é de réis..... por hectare, devendo o respectivo pagamento ser feito por prestações iguaes e annuaes, a contar do primeiro dia do segundo anno do prazo de.....( nunca menor de 10 annos ) contados de.....addicionando-se á importancia de cada prestação o juro de .... % ao anno ( nunca excedente a 9 % ao anno ) ;

2ª, a importancia de qualquer adeantamento em sementes, ferramentas, etc. será adicionada ao valor do lote que, com todas as bemfeitorias, ficará hypothecado ao proprietario, até final pagamento ;

3ª, logo que terminarem os pagamentos devidos pelo colono será este titulo trocado por outro de character definitivo, no qual lhe será dada plena quitação ;

4ª, nos casos de atrazo nos pagamentos por dous annos successivos, poderá o proprietario reclamar o despejo do lote, pagando ao colono as bemfeitorias que houver feito e metade das prestações realisadas, depois de deduzida desta importancia a que lhe for devida pelos adeantamentos que houver feito ;

5ª, no caso de abandono do lote, antes de completo pagamento, nenhum direito terá o colono á indemnisação de qualquer natureza ;

6ª, é permittido ao colono transferir o seu lote, antes de havel-o pago, uma vez que a isso acceda o proprietario ;

7ª, nos casos de desacordo na avaliação das bemfeitorias existentes no lote, a autoridade judicial da localidade onde estiver a propriedade nomeará um arbitro, decidindo o laudo deste a duvida que houver ;

8ª, fica ao cuidado do possuidor do presente titulo provisorio a conservação das picadas, bem como dos marcos que assignalam o seu lote ;

9ª, no caso de desaparecerem ou serem deslocados os marcos, a despesa da nova medição e demarcação, si for necessaria, correrá por conta do colono ou, si confinarem dous ou mais lotes, se dividirá proporcionalmente entre os respectivos heroeos ou confrontantes ;

10ª, até seis mezes depois desta designação, deve estar roçada e plantada uma área de.....metros quadrados;

11ª, devem ser immediata e inteiramente removidas as arvores que nos derrubadas cahirem sobre os caminhos, afim de conservar-se desembaraçado o transito, observando-se a este respeito quanto se acha previsto nas posturas municipaes ;

12ª, os direitos conferidos pelo presente titulo provisorio aproveitam sòmente à pessoa ou familia em cujo beneficio é expedido, ou aos seus descendentes ou herdeiros, que cumprirem com as obrigações no mesmo estipuladas ;

13ª, si o possuidor deste titulo pagar antes dos respectivos vencimentos as prestações de que trata a condição primeira, terá um abatimento de 6 % correspondente ao total das prestações antecipadas.

Nucleo colonial.....

Municipio de.....

Estado de.....

Em.....de.....

O encarregado do nucleo F.....

.....

# ESTADO DE FAMILIA

| NUMERO DE<br>ORDEN | NOME DO COLONO E DOS MEM-<br>BROS DA FAMILIA | ESTADO | IDADE | GRÃO DE<br>PARENTESCO | NACIONALIDADE | VARIANTES | OBSERVAÇÕES |
|--------------------|----------------------------------------------|--------|-------|-----------------------|---------------|-----------|-------------|
|                    |                                              |        |       |                       |               |           |             |





**Título definitivo de propriedade do lote de terras n.... da....  
secção, do núcleo**

..... situado no município de.....  
Estado de..... fundado por (nome da companhia, banco, con-  
cessionario ou cessionario), de conformidade com o contracto  
celebrado em.... de..... de.... e de accordo com o decreto  
n. 528 de 28 de junho de 1890.

Área do lote (em hectares).....

Preço do lote.....

Confrontações.....

.....

Núcleo colonial de.....

em.... de..... de.....

O encarregado do núcleo, *F.*.....

**Título definitivo de propriedade de um lote de terras**

*F.*.... (nome da companhia, banco, concessionario ou cessionario) faz saber (ou por seu bastante procurador e representante abaixo assignado) que havendo o colono *F.*..... de nacionalidade..... comprado o lote de terras n.... da.... secção de núcleo colonial..... situado no município de..... comprehendendo a área total de..... hectares, á razão de..... cada hectare, e achando-se quite com a mesma (ou o mesmo), fica o mencionado colono investido do direito de propriedade das terras comprehendidas no mesmo lote, sujeito não só ás leis e regulamentos geraes da Republica, como ao disposto nas posturas municipaes e gosando, outrossim, das vantagens estabelecidas no decreto n. 451 B, de 31 de maio de 1890.

E, para firmeza e garantia do seu direito sobre o alludido lote, lhe foi passado o presente título de propriedade definitiva, aos .... dias do mez de..... de 189...., em presença das testemunhas abaixo assignadas.

Capital Federal, 30 de outubro de 1894.—*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



**DECRETO N. 1862—DE 30 DE OUTUBRO DE 1894**

Torna extensivo aos lentes e professores do Gymnasio Nacional o direito conferido aos lentes e professores dos Institutos do ensino superior, pelo art. 27 do decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.

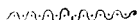
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de accordo com o art. 2º do decreto n. 1340 de 6 de fevereiro de 1891, tornar extensivo aos lentes e professores do

Gymnasio Nacional o direito conferido aos lentes e professores dos Institutos de ensino superior pelo art. 27 do código approved por decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, sendo revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1863 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1894

Torna extensivo aos professores e adjuntos do Instituto Nacional de Musica e aos professores e repetidores do Instituto dos Surdos-Mudos o direito conferido aos lentes e professores dos Institutos de ensino superior pelo art. 27 do decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.

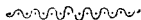
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de accordo com o art. 2º do decreto n. 1340 de 6 de fevereiro de 1891, tornar extensivo aos professores e adjuntos do Instituto Nacional de Musica e aos professores e repetidores do Instituto dos Surdos-Mudos o direito conferido aos lentes e professores dos estabelecimentos de ensino superior pelo art. 27 do código approved por decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de outubro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1863 A — DE 31 DE OUTUBRO DE 1894

Revoga o decreto n. 8155 de 1 de julho de 1881 para o effeito de vigorar o de n. 7063 de 31 de outubro de 1878.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Considerando que, por decreto n. 7063, de 31 de outubro de 1878, a Mesa de Rendas da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e a de Antonina, no Estado do Paraná, foram

consideradas dependentes, a primeira da Alfandega do Rio Grande e a segunda da Alfandega de Paranaguá, uma e outra com attribuições especiaes e adequadas á expansão e desenvolvimento commercial daquellas cidades ;

Considerando que o decreto n. 8155 de 1 de julho de 1881 revogou o de 31 de outubro de 1878, citado, na parte concernente á Mesa de Rendas da cidade de Pelotas, em relação á qual passaram a vigorar as disposições anteriores ; sendo certo, entretanto, que a importancia commercial desta última cidade não era então, nem é actualmente comparavel á de Antonina, quer sob o ponto de vista de sua população, quer no tocante ao movimento das mercadorias ;

Considerando que esta desproporção, já notoria em 1878, se tem accentuado progressivamente desde essa época em virtude do incremento da referida cidade de Pelotas, ponto obrigatorio de escala ou transito para os productos do commercio destinado á região do Sul do Estado ;

Considerando que, nestas condições, as attribuições da respectiva Mesa de Rendas não satisfazem, antes embaraçam, por serem nomeadamente restrictas, as relações commerciaes daquella zona e o trafego regular das mercadorias ;

Considerando, pois, que subsistem, com maior intensidade, as razões que determinaram as providencias constantes do dito decreto n. 7063 de 1878 :

Resolve revogar o decreto n. 8155 de 1 de julho de 1881, para o effeito de vigorar em sua integra o decreto n. 7063 de 31 de outubro de 1878.

Capital Federal, 31 de outubro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



# DECRETO N. 1864 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Concede autorização á firma Pedro de Sá & C.<sup>a</sup> para organizar uma sociedade em commandita por acções sob a denominação — Empreza Beneficidora de Arroz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a firma Pedro de Sá & C.<sup>a</sup>, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade em commandita por acções sob a denominação — Empreza Beneficidora de Arroz, com os estatutos que apresentou, não podendo, porém, o gerente ser pessoa extranha á sociedade como estabelece o

art. 17 por ser contrario á lei, e ficando a sociedade obrigada a cumprir as formalidades dos arts. 79 e 80 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Muceddo da Fontoura Costallat.*

**Contracto de uma sociedade em commandita por acções que fazem Pedro de Sá como socio solidario e outros como comanditarios, sob a firma de Pedro de Sá & C.<sup>a</sup>, nos termos e condições que adiante se declara.**

Os abaixo assignados deliberaram formar uma sociedade em commandita por acções sob a denominação de — Empresa Beneficiadora de Arroz, e firma de Pedro de Sá & C.<sup>a</sup>, a qual vigorará e se regerá pelas seguintes clausulas que constituirão os estatutos da empresa:

I

A Empresa Beneficiadora de Arroz propõe-se a beneficiar este cereal<sup>2</sup> extrahindo-lhe a casca por meio deapparelhosa apropriados, seja comprado de sua conta ou de terceiro, expol-o em seguida á venda e explorar quesequer industrias, correlatas ou não, e será representada pela firma Pedro de Sá & C.<sup>a</sup> da qual somente poderá usar o socio gerente.

II

Para o dito cargo foi designado o socio Pedro de Sá, que accetando-o torna-se solidario e illimitadamente responsavel pela exploração industrial da sociedade, competindo-lhe, portanto, todos os actos da gestão da empresa e com uso exclusivo da firma social.

III

A sociedade durará dez (10) annos contados da data da assignatura do presente contracto, ou mais si os associados nisso convierem.

## IV

O edificio da fabrica será levantado na Jequitaita, freguezia dos Mares, nesta Capital, em terreno do Sr. Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, arrendado anteriormente ao Sr. Pedro de Sá, e para sua construcção fica desde já autorizado o socio gerente.

## V

O capital social é de 100:000\$ (cem contos de réis), sendo 5:000\$ (cinco contos de réis) fornecidos pelo socio gerente e 95:000\$ (noventa e cinco contos de réis) divididos em 950 (novecentas e cincoenta) acções de 100\$ (cem mil réis) cada uma, assim distribuidas:

300 acções na importancia de 30:000\$ ao socio José de Sá.

150 acções na importancia de 15:000\$ ao socio Miguel Francisco Rodrigues Moraes.

50 acções na importancia de 5:000\$ ao socio Francisco José Rodrigues Pereira.

50 acções na importancia de 5:000\$ ao socio Dr. Dionysio Gonçalves Miguez.

50 acções na importancia de 5:000\$ ao socio commendador Manoel Francisco Gonçalves.

50 acções na importancia de 5:000\$ ao socio Thomaz Pinheiro Souza Costa.

50 acções na importancia de 5:000\$ ao socio Domingos Rodrigues de Barros.

40 acções na importancia de 4:000\$ ao socio José Joaquim Fernandes Dias.

30 acções na importancia de 3:000\$ ao socio Joaquim Lopes Cardoso.

30 acções na importancia de 3:000\$ aos socios Oliveira Cardoso & C.<sup>a</sup>

30 acções na importancia de 3:000\$ ao socio Joseph Doréa Neto.

20 acções na importancia de 2:000\$ aos socios Lignori & C.<sup>a</sup>

20 acções na importancia de 2:000\$ ao socio Affonso Lopes de Oliveira.

20 acções na importancia de 2:000\$ ao socio Antonio Henrique Lima Valverde.

20 acções na importancia de 2:000\$ ao socio Bochette Antonio.

10 acções na importancia de 1:000\$ ao socio Antonio José Fernandes Silva.

10 acções na importancia de 1:000\$ aos socios C. Kahn & C.<sup>a</sup>

10 acções na importancia de 1:000\$ ao socio Arthur Mattos.

5 acções na importancia de 500\$ ao socio José de Oliveira Góes.

5 acções na importancia de 500\$ ao socio Georges Lefèvre.

## VI

Caso a empresa tome grande desenvolvimento ou queira alquilar o terreno onde vai ser edificada a fabrica e as casas annexas existentes, e portanto, torne-se insufficiente o capital de 100:000\$000, poder-se-ha augmental-o, dando-se preferencia na distribuição das respectivas acções aos actuaes accionistas, menos em relação ás que foram emitidas em virtude da aquisição dos immoveis referidos, porquanto tem preferencia a ellas o proprietario do terreno, etc. e o arrendatario, conforme preceitua o contracto entre ambos.

## VII

As entradas de capital serão de 20 % (vinte por cento), sendo a primeira effectuada por occasião da assignatura dos presentes estatutos e as seguintes á medida do desenvolvimento do trabalho e das construcções, com intervallos, pelo menos, de 60 (sessenta) dias.

## VIII

O accionista que não acudir ás entradas perderá o direito ás quantias com que já tiver entrado para a empresa e as respectivas acções serão remittidas, dando-se na distribuição destas preferencia aos outros accionistas.

## IX

As entradas serão recolhidas pelo socio gerente e depositadas incontinenti em um banco de confiança em conta corrente, bem como todas as quantias resultantes das transacções da empresa que não tiverem applicação immediata.

## X

As retiradas das quantias depositadas, reclamadas por necessidades da empresa, taes como: compra de materia prima, ferias de obras, etc. serão feitas por meio de cheque assignado pelo socio gerente.

## XI

As acções dos socios commanditarios serão transferidas, no caso de alienação, mediante uma guia assignada pelo socio commanditario possuidor da acção que a quizer transferir e pelo gerente, por verba escripta na mesma acção e um termo, em livro competente assignado pelo vendedor e comprador.

## XII

O penhor de acções sociaes se constituirá pela averbação no termo de transferencia nos respectivos livros da empresa. A constituição do penhor, porém, não suspenderá o exercicio dos direitos de accionista.

## XIII

Não poderá ser alienada, nem dada em penhor, parte de uma acção.

## XIV

Em caso nenhum a responsabilidade dos socios commanditarios irá além do valor de suas acções.

## XV

A empresa uma vez constituida pagará ao socio gerente as despesas que tiver feito com a carta de privilegio, installação, compra e distribuição de materia prima para sementes, bem como 400\$000 (quatrocentos mil réis) annuaes (em quanto vigorar o contracto de arrendamento) pelo aluguel do terreno onde vae ser edificada a fabrica e suas dependencias.

## XVI

A morte de qualquer socio não será razão para dissolver-se a sociedade : continuará com os herdeiros ou successores do fallecido.

## XVII

Tambem não poderá interromper-se no caso de fallecimento do socio gerente, porquanto incumbe aos fiscaes da empresa, verificada a hypothese, assumirem immediatamente a gerencia e convocarem os accionistas para se reunirem em assembléa geral a fim de elegerem novo gerente, que poderá ser extranho á sociedade.

## XVIII

A assembléa geral se comporá de todos os socios possuidores de acções e reunir-se-ha todas as vezes que for necessario discutir interesses da commandita e sempre que for convocada pelo gerente, pelos fiscaes ou um numero de socios que represente pelo menos um terço da totalidade dos mesmos.



## XIX

Sómente poderão votar na assembléa geral os possuidores de mais de 5 acções (cinco), sendo entretanto permittido aos possuidores de numero de acções inferior a 5 (cinco) tomarem parte nas discussões.

## XX

O numero de votos será contado pela fórma seguinte :

5 acções (cinco) darão direito a um voto (1) e por cada grupo de mais vinte (20) acções outro voto, não podendo, porém, nenhum socio, seja qual for o numero de acções que possua, ter mais de 30 (trinta) votos.

## XXI

De commun accordo com os associados, foram escolhidos para fiscaes da empresa até à época da verificação das contas do 1º balanço os socios:

Commendador Manoel Francisco Gonçalves.

Domingos Rodrigues de Barros.

Dr. Dionysio Gonçalves Martins.

## XXII

A assembléa geral, findo o mandato dos fiscaes acima escolhidos, elegerá quem o substitua, bem como ao socio gerente, caso sua gestão torne-se prejudicial aos interesses da Empresa. Num e noutro caso a escolha poderá recahir em pessoas extranhas á sociedade.

## XXIII

Aos fiscaes compete examinar os livros, verificar o estado da caixa, solicitar informações do gerente sobre as operações sociaes e visitar os estabelecimentos da empresa, o que fica facultado tambem a cada um dos socios que possuir numero maior de 20 (vinte) acções.

## XXIV

Ao gerente compete comprar materias primas, vender os productos fabris, admittir empregados, demittir-os, verificar amiudadamente si suas ordens são executadas e finalmente dirigir com solicitude todos os negocios e interesses da sociedade.

## XXV

O socio gerente não poderá usar da firma social em negocios alheios à sociedade, sob pena de pagar 5:000\$ (cinco contos de réis) aos socios commanditarios e responder pelas perdas e damnos.

## XXVI

Em compensação do seu trabalho o socio gerente ganhará mensalmente quatrocentos mil réis (400\$000).

## XXVII

Senão de propriedade exclusiva do socio gerente o privilegio para o beneficiamento do arroz, cuja exploração constitue os principaes intuitos da empresa, dos lucros liquidos annuaes, auferidos em todos os estabelecimentos da empresa destinados ao mesmo fim, distribuir-se-ha àquelle socio 10 % (dez por cento), ficando, pelo facto, sem direito a fazer negocio seja de que natureza for e com quem quer que seja, com o dito privilegio, e sem direito a reclamar da empresa outro beneficio além do consignado nesta clausula.

## XXVIII

Expirado o prazo do privilegio cessará tambem a distribuição ao socio gerente de que trata a clausula precedente.

## XXIX

Em 31 de dezembro de cada anno, depois de funcionar regularmente a fabrica e se terem desenvolvido os negocios da empresa, proceder-se-ha a balanço geral para verificação do resultado da mesma, e deduzidas todas as despesas sociaes, do liquido serão retirados 10 % (dez por cento) para «Fundo de reserva» que será applicado à conservação dos machinismos. Do liquido, feita a retirada para «Fundo de reserva», serão partilhados 10 % (dez por cento) ao socio gerente, conforme resa a clausula 27ª deste contracto e o restante dividir-se-ha pelos socios na proporção do capital de cada um.

## XXX

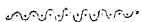
Em seguida ao fecho do balanço e o mais tardar até 31 de março será convocada a assembléa geral, para ser apresentado o balanço com parecer dos fiscaes e, depois da verificação e approvação do mesmo balanço, proceder-se-ha ao pagamento do dividendo.

## XXXI

Expirando o prazo da presente sociedade, serão convocados os socios para deliberarem sobre a liquidação ou continuação da mesma, nos termos da legislação em vigor.

E por estarem os abaixo assignados assim contractados, mandaram escrever o presente contracto que assignam e se compromettem a respeitá-lo fielmente em todas as suas clausulas, devendo o mesmo ser encaminhado ao Governo Federal para obter a necessaria licença e, concedida esta, ser registrado na Meritissima Junta Commercial, para que produza os seus devidos e legais effeitos.

Bahia, 18 de agosto de 1894. (Seguem as assignaturas.)



## DECRETO N. 1865 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos de Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, um corpo de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 156º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1866 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Determina os districtos em que devem ser organisados os corpos da Guarda Nacional da Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Os corpos da Guarda Nacional da Capital do Estado do Rio Grande do Sul serão organisados nos seguintes districtos :

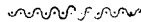
- O 1º batalhão de infantaria, no antigo 1º districto policial ;
- O 6º batalhão de infantaria, no antigo 4º districto policial ;
- O 7º batalhão de infantaria, nos antigos 2º e 5º districtos policiaes ;
- O 8º batalhão de infantaria, no antigo 3º districto policial ;
- O 1º corpo de cavallaria, nos antigos 7º e 8º districtos policiaes ;
- O 144º corpo de cavallaria, nos antigos 6º e 9º districtos policiaes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1867 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Annexa ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, o 23º regimento de cavallaria da mesma guarda da comarca de Santa Victoria do Palmar, no referido Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O 23º regimento de cavallaria da Guarda Nacional, organísado nas freguezias da comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, passará a pertenc-

cer ao commando superior da mesma guarda da comarca do Rio Grande, no referido Estado; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1868 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica reorganizado o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes, o qual se comporá dos actuaes batalhões do serviço activo ns. 22.<sup>o</sup> e 23.<sup>o</sup>, do 10.<sup>o</sup> e 11.<sup>o</sup> do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, de mais dous batalhões daquelle serviço, tambem com quatro companhias e as designações de 227.<sup>o</sup> e 228.<sup>o</sup>, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadroes, sob a designação de 82.<sup>o</sup>, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1869 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

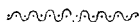
Artigo unico. Fica creado na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas na-

cionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 229º, de um dito do serviço da reserva, também com quatro companhias e a designação de 129º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 84º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1870 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.

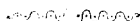
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 83º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1871 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Altera a organização da Guarda Nacional das comarcas de Camaragibe e S. Luiz do Quitunde, ambas no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, compor-se-ha dos actuaes batalhões ns. 12º e 46º do serviço activo, do 5º regimento de

cavallaria e do 14º batalhão da reserva, desligados para esse fim do commando superior da de S. Luiz do Quitunde.

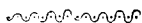
Art. 2.º O commando superior da comarca de S. Luiz do Quitunde ficará constituido dos actuaes batalhões ns. 43º e 58º do serviço activo, do 13º do mesmo serviço e do 17º do da reserva, ambos para esse fim desligados do da comarca de Camaragibe, no referido Estado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



### DECRETO N. 1872—DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagoas, com os actuaes batalhões ns. 10º, 14º e 38º do serviço activo e 11º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e dos de ns. 59º, 60º e 61º, ora creados, com igual numero de companhias e que serão organisados com os guardas alistados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



### DECRETO N. 1873 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Belmonte, no Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Bella Vista, no Estado de Pernambuco, a força de guardas nacionaes qualificada

na de Belmonte, no referido Estado, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 148, 149 e 150, e um batalhão do serviço da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 86, os quaes se organisarão com os guardas alistados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



DECRETO N. 1874 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea uma Escola de aprendizes marinheiros no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,

Usando da attribuição conferida pelo decreto legislativo n. 87 de 20 de setembro de 1892, no art. 2º § 1º:

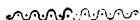
Resolve crear no Estado de Sergipe uma Escola de aprendizes marinheiros com a lotação de duzentos menores, sendo o respectivo serviço regulado pelas disposições do decreto n. 9371 de 14 de fevereiro de 1885.

O Contra-Almirante João Gonçalves Duarte, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Gonçalves Duarte.*





## DECRETO N. 1874 A — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea uma Mesa de Rendas alfandegada na cidade de Cuyabá, Estado de Mato Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 1.<sup>o</sup> do decreto n. 8912 de 24 de março de 1892, e

Considerando ser de urgente necessidade e alta conveniencia para as rendas publicas da União, attentas as condições commerciaes da cidade de Cuyabá, Estado de Mato Grosso, a criação de uma Mesa de Rendas nessa cidade :

Resolve crear uma Mesa de Rendas alfandegada na cidade de Cuyabá, Capital do Estado de Mato Grosso, de primeira ordem regulando-se pelas disposições em vigor.

Capital Federal, 3 de novembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1875 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva o regulamento sobre o serviço dos emolumentos por meio de estampilhas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à necessidade demonstrada pela pratica de serem alteradas algumas disposições sobre o serviço dos emolumentos por meio de estampilhas e bem assim à conveniencia de se reunirem todas as outras relativas ao mesmo assumpto, resolve approvar o regulamento que com este decreto se publica, assignado pelo bacharel Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

## Regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares por meio de estampilhas, approved pelo decreto n. 1875 de 5 de novembro de 1894

Art. 1.º A cobrança dos emolumentos nos Consulados brasileiros é regulada pela tabella annexa ao decreto n. 1327 D, de 31 de janeiro de 1891.

Art. 2.º Essa cobrança nos Consulados remunerados pelo Thezouro Federal será feita por meio de estampilhas, de accordo com o art. 17 do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890. Naquelles em que os consules não perceberem vencimentos, será realizada por verba e escripturada para conhecimento do Governo.

Art. 3.º Os emolumentos serão cobrados ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por 1\$ brasileiros, em moeda ingleza ou outra equivalente, feita neste caso a devida redução pela cotação official, ou na falta desta, pela mais fide digna, estabelecida no 1º dia de cada mez. Dessa cotação será enviado trimensalmente um documento comprobatorio á Secretaria das Relações Exteriores.

Art. 4.º Em todas as Chancellarias consulares e Vice-Consulares estará sempre exposto um exemplar da tabella dos emolumentos, em portuguez e na lingua do paiz, de modo que possa ser consultada pelos interessados.

Art. 5.º As estampilhas serão colladas nos documentos que derem origem á sua cobrança e inutilizadas com a data e a assignatura do funcionario consular, postas no fim do acto que elle praticar. Quanto aos conhecimentos de carga, porém, as estampilhas deverão ser collocadas por junto no fim de uma declaração do numero delles, que o dito funcionario fará e ligará aos mesmos por meio de uma fita presa com o sello de lacre do Consulado ou Vice-Consulado.

Art. 6.º Os consules e vice-consules mencionarão em todos os documentos a quantia que receberem na moeda do paiz. Fica estabelecida a seguinte formula: Recebi... F (só a rubrica).

Art. 7.º Nos documentos expedidos ou legalizados gratuitamente será feita declaração expressa e justificada dessa circumstancia, a qual os isentará de estampilhas. Si o funcionario consular deixar indevidamente de cobrar emolumentos, será obrigado a indemnisar o prejuizo.

Art. 8.º A formula do sello de verba continuará a ser a seguinte, que poderá ser gravada em carimbo:

N.

Rs.

Pg..... réis de emolumentos.

Consulado... do Brazil em... de... de 18..

F.

Consul.....

Art. 9.º As estampilhas terão os valores que o Governo julgar conveniente e serão fornecidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, mediante requisição dos consules (modelo n. 1), os quaes enviarão recibo logo que as receberem. Esses documentos devem ser encaminha-los á 4.ª secção da dita secretaria por meio de officios especiaes.

Art. 10. A distribuição das estampilhas aos Vice-Consulados será feita pelos consules mediante o mesmo processo.

Art. 11. Nos Consulados e Vice-Consulados em que se deve fazer uso de estampilhas não é permittida a cobrança de emolumentos por verba.

Art. 12. Não é lícito aos consules e vice-consules emprestarem estampilhas uns aos outros e por isso cunpre-lhes solicitar-as sempre com a devida antecedencia, de modo que nunca falem nas respectivas Chancellarias.

Art. 13. Haverá em todos os Consulados um livro destinado á escripturação da entrada e sahida de estampilhas, com especificação das utilizadas pelos ditos Consulados e das por elles fornecidas aos Vice-Consulados (modelo n. 2). Estes terão também livro identico para o mesmo fim.

Art. 14. Nos primeiros dez dias de cada trimestre, os consules remetterão á Secretaria das Relações Exteriores, com officio especial, uma conta resumida do movimento das estampilhas no trimestre anterior e do respectivo saldo com a especificação do numero de cada valor (modelo n. 3). Igual procedimento terão os vice-consules para com os consules, enviando porém duplicata dessa conta para ser transmittida á supradita secretaria.

Art. 15. Haverá em todos os Consulados e Vice-Consulados um livro (modelo n. 4), destinado á escripturação dos emolumentos cobrados e das despesas que correrem por conta do cofre dos mesmos Consulados e Vice-Consulados. As despesas organimentarias, pagas pelo Theouro Federal ou pela sua Delegacia em Londres, não figurarão nelle.

Art. 16. Esse livro deverá ter todas as folhas rubricadas pelo consul do districto, que lavrará também os terminos de abertura e encerramento, e delle extrahirá o funcionario consular, trimestralmente, um mappa da receita e da despesa (modelo n. 5).

Art. 17. O mappa dos Vice-Consulados será remettido em duplicata ao respectivo consul nos dez primeiros dias depois de findo o trimestre de que elle tratar; e o dos Consulados á Secretaria das Relações Exteriores, em uma só via dentro do primeiro, mez. Este ultimo será acompanhado de um exemplar dos primeiros, dos quaes só mencionará a somma da receita e da despesa.

Art. 18. Si no prazo fixado no artigo antecedente não estiverem no Consulado as contas de todos os Vice-Consulados delle dependentes, o consul remetterá as que tiver recebido e justificará a falta das outras, que enviará depois, mas sempre antes do fim do trimestre, acompanhada de outra sua, em additamento á primeira, da qual só mencionará as sommas da receita e despesa já apuradas.

Art. 19. Esses mappas devem ser resumidos, contendo a somma dos actos da mesma natureza, bem como a dos respectivos emolumentos, durante cada mez.

Art. 20. Os consules e vice-consules que não prestarem contas dos emolumentos e estampilhas nos prazos determinados incorrerão em falta considerada grave.

Art. 21. Os consules e vice-consules só retirarão dos emolumentos as quantias previamente determinadas pelo Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 22. Serão documentadas todas as despesas dos Consulados e Vice-Consulados que excederem ás quantias fixadas para o expediente e asseio dos mesmos.

Art. 23. Os pagamentos realizados pelos consules e vice-consules por conta dos emolumentos não devem ser relativos a despesas feitas em prazos que excedam o anno em que estes forem cobrados.

Art. 24. Antes de findo o primeiro trimestre de cada anno, os consules remetterão á Secretaria das Relações Exteriores um balancete geral resumido da receita e despesa do seu Consulado e dos Vice-Consulados d'elle dependentes durante o anno anterior.

Art. 25. Os mappas relativos a estampilhas e emolumentos devem ter 33 centímetros de altura e 44 de largura.

Art. 26. Nos dez primeiros dias de cada trimestre, os consules remetterão á Delegacia do Theouro Federal em Londres o saldo da renda dos emolumentos na sede do Consulado no trimestre anterior.

Art. 27. No mesmo prazo os vice-consules remetterão aos respectivos consules os saldos dos emolumentos por elles cobrados, dos quaes só poderão deduzir, sem autorisação expressa da Secretaria das Relações Exteriores, a metade, que lhes compete por lei, e mais as despesas indispensaveis ao expediente.

Art. 28. Estes ultimos saldos serão remettidos pelos consules á referida Delegacia no principio do trimestre seguinte, conjuntamente com o do ultimo trimestre.

Art. 29. Sempre que os consules tiverem de fazer remessas de saldos de emolumentos para a Delegacia, poderão deduzir delles — sem que isto porém conste da respectiva escripturação — a importância dos seus vencimentos, com os devidos descontos, e qualquer outra que ella esteja autorizada a pagar-lhes, enviando á mesma repartição, em vez dessas quantias, recibos em duplicata do valor correspondente. Si a receita do Consulado não comportar a despesa, aquelles funcionarios sacarão somente pela differença do que lhes for devido.

Art. 30. Do mesmo modo procederão os vice-consules encarregados de Consulados, além de que a quantia correspondente á parte dos emolumentos que lhes competir seja escripturada na Delegacia como despesa orçamentaria, por conta da metade dos vencimentos dos consules, quando licenciados, ou desses vencimentos integraes, quando estiverem elles fóra do exercicio do

seu cargo, em comissão remunerada, ou no caso de estar vago o Consulado.

Art. 31. Ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre o objecto deste regulamento.

Capital Federal, 31 de outubro de 1894.— *Cassiano do Nascimento*.

## MODELO N. 1

Consulado..... em.....

Requisição n....

A 4.ª secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores requirio as seguintes estampilhas, destinadas á cobrança da receita de emolumentos que se realizar neste Consulado.... a meu cargo :

| QUANTIDADE | VALORES | IMPORTANCIA |
|------------|---------|-------------|
|            | \$010   |             |
|            | \$020   |             |
|            | \$030   |             |
|            | \$040   |             |
|            | \$050   |             |
|            | \$100   |             |
|            | \$200   |             |
|            | \$300   |             |
|            | \$400   |             |
|            | 10000   |             |
|            | 25000   |             |
|            | 50000   |             |
|            | 100000  |             |
|            | 200000  |             |
|            | 500000  |             |
|            |         |             |
|            |         | \$          |

Importam as.... estampilhas na quantia de.....

Concedo..... e..... de..... de 189.

*P.*

Consul.....

Descripturação de estampilhas  
O Consulado..... em..... em c/c com o Ministerio das Relações Exteriores

Consulado.....em.....de.....de 189.. — O consul.....F.

# MODELO N. 3 Conta de estampilhas

O Consulado..... em..... em c/c com o Ministerio das Relações Exteriores no 1º quartel de 189..

DEVE

HAVER

| 189..    |    |                                                                                                                                           |             | 189..    |    |                                                                                         |             |
|----------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------|----|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Janeiro. | 1  | Pelo saldo em estampilhas existentes neste Consulado, a saber:                                                                            |             | Janeiro. | 5  | Pela importancia de estampilhas dos seguintes valores remetidas ao Vice-Consulado e.... |             |
|          |    | 1,000 do valor de 18000.....                                                                                                              | 18000\$000  |          |    | 100 do valor de 18000.....                                                              | 100\$000    |
|          |    | 500 » » » 28000.....                                                                                                                      | 14000\$000  |          |    | 50 » » » 28000.....                                                                     | 100\$000    |
|          |    | 500 » » » 58000.....                                                                                                                      | 29000\$000  |          |    | 50 » » » 58000.....                                                                     | 290\$000    |
|          |    | 200 » » » 108000.....                                                                                                                     | 21600\$000  |          |    | 200 » » » 108000.....                                                                   | 21600\$000  |
|          |    |                                                                                                                                           | 67500\$000  |          |    |                                                                                         | 2:450\$000  |
| Março.   | 15 | Pela importancia das estampilhas dos seguintes valores, recebidas da secretaria, em virtude da requisicao n..... de..... de..... de 189.. |             | Março..  | 31 | Ideia ideia utilizadas pelo Consulado... no 1º quartel, a saber :                       |             |
|          |    | 500 do valor de 18000.....                                                                                                                | 500\$000    |          |    | 1,200 do valor de 18000.....                                                            | 4200\$000   |
|          |    | 400 » » » 28000.....                                                                                                                      | 800\$000    |          |    | 650 » » » 28000.....                                                                    | 18200\$000  |
|          |    | 400 » » » 58000.....                                                                                                                      | 23200\$000  |          |    | 570 » » » 58000.....                                                                    | 33060\$000  |
|          |    | 300 » » » 108000.....                                                                                                                     | 32400\$000  |          |    | 230 » » » 108000.....                                                                   | 24840\$000  |
|          |    |                                                                                                                                           | 67500\$000  |          |    |                                                                                         | 7:670\$000  |
|          |    |                                                                                                                                           | 12:800\$000 |          |    | » Pelo saldo que existe no Consulado... em estampilhas dos seguintes valores :          |             |
|          |    |                                                                                                                                           |             |          |    | 200 do valor de 18000.....                                                              | 200\$000    |
|          |    |                                                                                                                                           |             |          |    | 200 » » » 28000.....                                                                    | 400\$000    |
|          |    |                                                                                                                                           |             |          |    | 280 » » » 58000.....                                                                    | 16240\$000  |
|          |    |                                                                                                                                           |             |          |    | 70 » » » 108000.....                                                                    | 7560\$000   |
|          |    |                                                                                                                                           |             |          |    |                                                                                         | 2:700\$000  |
|          |    |                                                                                                                                           |             |          |    |                                                                                         | 12:800\$000 |

Consulado....., em..... de..... de 189.— O consul..... F.

# MODELO N. 1

Receita e despesa do Consulado.....em..... no 1º quartel de 189..

| MEZES | RECEITA                                           | QUANTIAS COBRADAS   |        |                  | MEZES | DESPESA                                                                       | QUANTIAS PAGAS      |        |                  |
|-------|---------------------------------------------------|---------------------|--------|------------------|-------|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------|------------------|
|       |                                                   | Moeda<br>brazileira | Cambio | Moeda<br>do paiz |       |                                                                               | Moeda<br>brazileira | Cambio | Moeda<br>do paiz |
| Jan.  | 1 5 procurações a 10\$......                      | 50\$000             |        |                  | Jan.  | 31 Gratificação ao auxiliar....                                               | 50\$000             |        |                  |
| "     | " Manifesto do vapor....de 500 toneladas.....     | 50\$000             |        |                  | "     | " Aluguel da Chancellaria....                                                 | 30\$000             |        |                  |
| "     | " Idem do dito....de 400 ditas                    | 40\$000             |        |                  | "     | " Compra de um movel (despa-cho n.... de....)                                 | 20\$000             |        |                  |
| "     | " 2 escripturas a 10\$......                      | 20\$000             |        |                  | Fev.  | 28 Gratificação do auxiliar....                                               | 50\$000             |        |                  |
| "     | " 2 3 procurações a 10\$......                    | 30\$000             |        |                  | "     | " Aluguel da Chancellaria....                                                 | 30\$000             |        |                  |
| "     | " 1 1 tradução.....                               | 10\$000             |        |                  | Março | 31 Gratificação do auxiliar....                                               | 50\$000             |        |                  |
| "     | " 3 1 testamento.....                             | 20\$0 0             |        |                  | "     | " Aluguel da Chancellaria....                                                 | 30\$000             |        |                  |
| "     | " Manifesto do vapor....de 150 toneladas.....     | 15\$000             |        |                  | "     | " Expediente e asseio do Con-sulado no 1º quartel....                         | 125\$000            |        |                  |
| "     | " 2 traduções a 5\$......                         | 10\$000             |        |                  | "     | " Metade dos emolumentos per-tencentes ao vice-consul em... no 1º quartel.... | 150\$000            |        |                  |
| "     | " 1 3 cartas de saúde a 10\$......                | 30\$000             |        |                  | "     | " Dita dos ditos do vice-consul em... no 1º quartel....                       | 65\$000             |        |                  |
| Fev.  | 3 1 4 procurações a 10\$......                    | 40\$000             |        |                  | "     | " Despesa do Vice-Consulado em... no 1º quartel....                           | 1\$000              |        |                  |
| "     | " 1 2 traduções a 5\$......                       | 10\$000             |        |                  | "     | " Dita do Vice-Consulado em... no 1º quartel....                              | 5\$000              |        |                  |
| "     | " 5 5 procurações a 10\$......                    | 50\$000             |        |                  | "     | " Saldo a favor do Consulado.                                                 | 415\$900            |        |                  |
| "     | " 2 2 cartas de saúde a 10\$......                | 20\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| "     | " 25 5 reconhecimentos de firmas a 3\$......      | 15\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| Março | 1 4 procurações a 10\$......                      | 40\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| "     | " 5 2 cartas de saúde a 10\$......                | 20\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| "     | " 3 1 4 certidões de vida a 5\$......             | 25\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| "     | " 3 3 procurações a 10\$......                    | 30\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| "     | " Renda do Vice-Consulado em... no 1º quartel.... | 30\$000             |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
| "     | " Dita do dito em...no 1º quartel                 | 130\$000            |        |                  |       |                                                                               |                     |        |                  |
|       |                                                   | 1:030\$000          |        |                  |       |                                                                               | 1:030\$000          |        |                  |

Consulado.... em..... ..de..... de 189..— O consul.... F.



## MODELO N. 5

Mappa da receita e despesa do Consulado..... em .... no 1º quartel de 189..

| MEZES  | RECEITA | QUANTIAS CORRIDAS              |        |               | MEZES  | DESPESA | QUANTIAS PAGAS               |        |               |
|--------|---------|--------------------------------|--------|---------------|--------|---------|------------------------------|--------|---------------|
|        |         | Moeda brasileira               | Cambio | Moeda do paiz |        |         | Moeda brasileira             | Cambio | Moeda do paiz |
| Jan... | 31      | 12 procurações a 10\$000.....  |        | 120\$000      | Março. | 31      | Gratificação ao auxiliar.... |        | 150\$000      |
| »      | »       | 3 manifestos.....              |        | 135\$000      | »      | »       | Aluguel da Chancellaria....  |        | 90\$000       |
| »      | »       | 2 escripturas a 10\$000.....   |        | 20\$000       | »      | »       | Compra de um mozel (despa-   |        | 20\$000       |
| »      | »       | 3 traducções diversas.....     |        | 20\$000       | »      | »       | cho n.... de... ).....       |        | 20\$000       |
| »      | »       | 1 testamento.....              |        | 20\$000       | »      | »       | Expediente e asseio do Con-  |        | 125\$000      |
| »      | »       | 3 cartas de saude a 10\$000..  |        | 30\$000       | »      | »       | sultado.....                 |        |               |
| Fev... | 28      | 2 traducções a 5\$000.....     |        | 10\$000       | »      | »       | Metade dos emolumentos       |        |               |
| »      | »       | 5 procurações a 10\$000.....   |        | 50\$000       | »      | »       | pertencentes aos Vice-Con-   |        |               |
| »      | »       | 2 cartas de saude a 10\$000..  |        | 20\$000       | »      | »       | sullos.....                  |        | 215\$000      |
| »      | »       | 5 reconhecimentos de firmas    |        | 15\$000       | »      | »       | Despezas dos Vice-Consu-     |        | 15\$000       |
| »      | »       | a 3\$000.....                  |        |               | »      | »       | lados.....                   |        | 415\$000      |
| Março. | 31      | 12 procurações a 10\$000.....  |        | 120\$000      | »      | »       | Saldo a favor do Consulado.  |        |               |
| »      | »       | 2 cartas de saude a 10\$000..  |        | 20\$000       |        |         |                              |        |               |
| »      | »       | 4 certidões de vida a 5\$000.. |        | 20\$000       |        |         |                              |        |               |
| »      | »       | Renda dos Vice-Consulados no   |        |               |        |         |                              |        |               |
|        |         | 1º quartel.....                |        | 430\$000      |        |         |                              |        |               |
|        |         |                                |        | 1:030\$000    |        |         |                              |        | 1:030\$000    |

Consulado..... em..... de..... de 189.— O consul.... F.

## DECRETO N. 1.876 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894

Dá regulamento para os serviços da Alfandega da cidade de S. Paulo, no Estado do mesmo nome.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a Alfandega da cidade de S. Paulo, no Estado do mesmo nome, é uma repartição interna sem porto de mar nem de rio e onde o serviço de importação e exportação tem de ser feito de modo muito diverso do que o é nas outras Alfandegas, resolve :

Artigo unico. A Alfandega da cidade de S. Paulo, creada pela lei n. 149 A, de 20 de julho de 1893, regerá os seus serviços de importação e estadia no porto de Santos, bem como o de descarga e o de transporte das mercadorias por via terrestre, conforme o regulamento especial que acompanha o presente decreto.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

Regulamento especial para o serviço de importação, descarga e trafegamento das mercadorias destinadas á Alfandega de S. Paulo, realizado no porto de Santos e Estrada de Ferro «S. Paulo Railway» e respectiva entrada nos armazens aduaneiros.

## CAPITULO I

## DOS MANIFESTOS, DESCARGA DAS MERCADORIAS E DO DESEMBARAÇO DAS EMBARCAÇÕES

Art. 1.º As mercadorias destinadas ao consumo e importadas com destino directo á Alfandega de S. Paulo constarão de manifestos especiaes, organisados em duas vias nos portos expeditores ou de procedencia, os quaes lhe serão encaminhados em sello volante por intermedio da Alfandega de Santos e nos termos da legislação vigente. ( Art. 6º da *Consolidação das Leis das Alfandegas.*)

Art. 2.º A primeira via desse manifesto ficará na Alfandega de Santos e a segunda será por ella remettida á de S. Paulo com a maxima presteza.

Art. 3.º Uma vez recebidos pela Alfandega de Santos esses manifestos e posta em franquia a embarcação, se procederá á respectiva descarga na ordem de procedencia do seu carregamento, conforme os portos em que houver tocado e disposição de sua carga de convez ou de porão, de sorte que o serviço se execute sem embarço algum.

Art. 4.º As mercadorias destinadas directamente á Alfandega de S. Paulo serão descarregadas de dous modos, a saber:

a) por baldeação ou trasbordo do vehiculo marítimo para o terrestre (carros, vagões, etc.) ou:

b) das embarcações para os depositos ou armazens alfandegados conforme os recursos de transporte terrestre pela ferro-via *S. Paulo Railway*, ou por outras que de futuro forem estabelecidas ou ainda por conveniencias do commercio importador, previstas nos regulamentos em vigor.

Art. 5.º Para este fim o consignatario da embarcação, o capitão, o importador ou o seu legitimo representante, uma vez autorisada a descarga pelo inspector da Alfandega de Santos, lhe requerirá o trasbordo das mercadorias destinadas á Alfandega de S. Paulo para os carros e vagões que os devam conduzir á estação da estrada de ferro, ou a sua entrada para os armazens alfandegados, conoante as circumstancias alludidas no artigo antecedente, exhibindo os documentos de sua propriedade. (Art. 476 da *Consolidação*.)

Paragrapho unico. Esse requerimento constará de uma simples relação, conforme os dizeres do modelo n. 1, organizada em tres vias, indicativa dos signaes característicos dos volumes e sua natureza (barris, caixas, amarrados, etc.), mencionando a procedencia, numero, marcas e contra-marcas e peso bruto, de accordo com os elementos que os conhecimentos, facturas e correspondencia commercial facultarem e a legislação aduaneira permite, de modo a se poder attender, com presteza, ao encaminhamento das mercadorias por via terrestre para a Alfandega de S. Paulo ou o recolhimento nos armazens alfandegados.

A primeira via ficará na Alfandega de Santos, a segunda na capatazia das docas e a terceira será remettida para S. Paulo, todas isentas de selo conforme o art. 13, n. 22, do regulamento de 11 de fevereiro de 1893.

Art. 6.º No caso de não convir, por qualquer legitima conveniencia dos interessados, a prompta expedição das mercadorias de Santos para S. Paulo e, portanto, deverem ser ellas recolhidas aos armazens alfandegados, será requerido, no acto de descarga, ao inspector da Alfandega de Santos o respectivo deposito com as individualisações constantes da citada relação (art. 4º) e de accordo com o manifesto.

§ 1.º Do mesmo modo poderá ser realisado pela capatazia da Alfandega ou das Docas de Santos esse recolhimento ou entrada

continua >

para os depósitos ou armazéns alfandegados, no caso de ser reconhecida a falta de transporte terrestre ou quaesquer outras circunstancias de igual valor, ou ainda si interesses fiscaes ou da justiça publica assim o exigirem.

Neste caso se fará prompta participação á Inspectoria da Alfandega.

§ 2.º Ao inspector da Alfandega de Santos cabe providenciar a respeito conforme as faculdades que a legislação vigente estatue, uma vez reconhecida a procedencia do caso.

Art. 7.º As descargas dos vehiculos maritimos para os terrestres ou para os armazéns alfandegados serão realizadas sob a fiel observancia do disposto nos arts. 9 a 11 do decreto de 25 de abril de 1899, de sorte que o administrador das capatazias ou o da empresa Docas de Santos, conforme o lugar em que se realizar a descarga, os seus ajudantes ou fiéis, os guardas e os capitães das embarcações ou seus prepostos, não farão entrega ou baldeação de volume algum, que, ao sair do convez ou da escotilha, se reconheça achar-se damnificado, seja por avaria de mar, por violação ou por qualquer outra circumstancia que interesse á sua embalagem, embora esteja pregado ou repregado, arqueado ou transformado o volume.

Art. 8.º Os volumes assim reputados serão, desde logo, postos de lado, em lugar distincto no proprio convez da embarcação, ou, em acto continuo, recolhidos ao armazém alfandegado com o signal — *Avariado* — mencionando-se na folha de descarga e relação o incidente verificado.

§ 1.º Nesta mesma occasião será communicado o facto á Alfandega de Santos pelos encarregados das descargas, que assignarão conjunctamente a parte, afim de que o chefe da 1.ª secção, o guarda-mór ou qualquer conferente membro da commissão de avarias proceda ás diligencias indispensaveis, com maxima presteza, de modo a ficar definida a responsabilidade de quem quer que seja, o que constará do respectivo termo de vistoria, em seguida lavrado.

§ 2.º Feitas estas diligencias em presenca do capitão ou seu preposto, do consignatario ou do importador ou de seu representante e beneficiado o volume por nova embalagem ou qualquer outra providencia que o caso aconselhe, se dará o destino devido dentro do prazo de 24 horas, salvo reclamação da parte interessada.

Art. 9.º Destarte, os volumes baldeados ou trafegados das embarcações para os carros ou vagões, ou dos armazéns alfandegados, destinados a S. Paulo, serão reputados em perfeito estado, ou previamente examinados, conforme as observações lançadas nas respectivas folhas de descarga e relações, e, sobretudo definida perante a Alfandega de Santos a responsabilidade do expeditor da mercadoria, do seguro maritimo ou terrestre, do consignatario ou capitão do navio ou, finalmente, das capatazias em bem da devida indemnisação.

Art. 10. Uma vez reconhecida a impossibilidade de ser realizada promptamente a remessa das mercadorias destinadas á Alfandega

de S. Paulo por trasbordo, serão os volumes respectivos recolhidos aos armazens alfandegados, para esse fim especialmente destinados, mediante as proprias relações ou folhas de descarga, evitando-se por esta forma a sua indevida permanencia na embarcação, no caes, nos carros ou vagões e confusão com mercadorias similares destinadas a despacho de consumo na Alfandega de Santos.

Art. 11. Estas mercadorias, assim depositadas ou recolhidas, terão o devido destino e preferencia independente de outras relações que as que lhe deram entrada nos armazens, de modo que a sua expedição não seja preterida por mercadorias posteriormente importadas ou recebidas, fazendo-se as devidas averbações.

§ 1.º Exceptuam-se desta prescripção as frutas verdes, o gelo, as aves e animaes importados cuja conservação e proveito exigem o mais prompto desembaraço, bem como quaesquer outros que a *Consolidação das Leis das Alfandegas* permite.

§ 2.º Do mesmo modo se praticará com referencia a artigos destinados ao Governo Federal ou estadual, importados directamente por conta da administração publica e como tal inscriptos nos manifestos.

Art. 12. As relações das mercadorias encaminhadas em transito para a Alfandega de S. Paulo, a que se referem os arts. 4.º e 5.º e organisadas conforme o preceito do decreto de 25 de abril de 1890, serão igualmente authenticadas ou visadas pelos conferentes ou empregados da Estrada de Ferro *S. Paulo Railway* e das que de futuro forem estabelecidas, tal e qual se acha prescripto nas clausulas 1.ª e 4.ª do accordo celebrado entre a empresa Docas de Santos e a *S. Paulo Railway* e approved por acto do Ministerio da Industria e Viação de 24 de agosto de 1893 publicado no *Diário Official* n. 233 de 26 do mesmo mez, todas as vezes que a remessa das mercadorias se realice por trasbordo directo das embarcações para os carros ou vagões no acto de descarga, ou dos armazens alfandegados para os mesmos carros.

Art. 13. Fica estatuido que o serviço de trasbordo ou baldeação e descarga directa das embarcações para os carros nos vagões será feito exclusivamente pela frente das Docas; e os serviços de transito das mercadorias armazenadas, destinadas a S. Paulo, bem como o das já despachadas para consumo, será feito pelas portas do fundo dos armazens ou de sahida, de modo que, em a frente do littoral seja desempenhado simplesmente, o que concerne à *importação* e o prompto transito ou carga dos armazens alfandegados, evitando-se destarte confusão ao serviço aduaneiro no caes.

§ 1.º Para regularidade do serviço fiscal e o de *exportação*, nos casos em que os paquetes privilegiados tenham de receber carga na mesma occasião de descarga, cumpre ao inspector da Alfandega autorisar o serviço consoante as condições que o local offerecer e o expediente exigir.

A infracção desta disposição será punida nos termos dos arts. 353 e 356 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 14. A descarga das mercadorias inflammaveis será realisada com as devidas precauções e nos logares designados pelo inspector da Alfandega de Santos. O seu recebimento, guarda e deposito se fará em armazens alfandegados, ou dependencias para este fim especialmente destinadas.

§ 1.º O transporte de taes mercadorias se realisará em vehiculos especiaes, com as garantias que a sua natureza exige, de modo a evitarem-se quaesquer sinistros.

§ 2.º No desempenho deste serviço serão observados os preceitos dos arts. 208 e 233 da *Consolidação das Leis das Alfandegas* e mais providencias que as circumstancias aconselharem de accordo com as condições locais.

Art. 15. Durante o periodo dos mezes de dezembro a abril o serviço aduaneiro de carga e descarga no porto de Santos poderá ser realisado á noite, das 6 horas da tarde ás 6 da manhã, pela Companhia Docas de Santos, afim de evitar-se os rigores que as insanias do trabalho e as condições climatericas occasionam durante o dia em semelhante época.

Art. 16. Este serviço será desempenhado sob a acção da luz electrica diffundida porapparelhos de aperfeiçoado systema, que a empresa estabelecerá, de forma a assegurar completa fiscalização nos trabalhos de trafego ali desempenhados.

Paragrapho unico. E' expressamente prohibido o transito ou ingresso de pessoas extranhas ao serviço aduaneiro em taes dependencias ou zonas, durante o trabalho nocturno, para cujo fim serão estabelecidas as necessarias divisões ou gradeamentos entre a rua e o caes.

Art. 17. Em justa remuneração dos maiores dispendios que tal auxilio prestado ao commercio maritimo occasiona, a empresa Docas de Santos cobrará as taxas legalmente autorizadas pelo Ministerio da Fazenda.

Art. 18. Os empregados aduaneiros, os guardas, vigias, etc., que funcionarem á noite em a época ou estação alludida, ficam dispensados do serviço diurno no periodo de 24 horas, contado do momento em que entraram em a faina nocturna.

## CAPITULO II

### DAS ARMAZENAGENS E CAPATAZIAS NAS DOCAS DE SANTOS E NA ALFANDEGA DE S. PAULO

Art. 19. A estadia das mercadorias em transito para São Paulo, no porto de Santos, nos armazens alfandegados ou no caes, será contada conforme o preceito da legislação vigente;

cumprindo, portanto, aos interessados promover o prompto desembaraço de suas consignações perante a Alfandega exportadora.

§ 1.º Os prazos vencidos e pagos na Alfandega de Santos prevalecem, por igual tempo, na de S. Paulo, de modo que as mercadorias não sejam gravadas com dobrado onus em uma e outra repartição aduaneira.

§ 2.º Para esse fim, na relação ou guia de que trata o art. 4.º, se fará a declaração precisa — *(encida armazenagem até...)*

§ 3.º As mercadorias, porém, que, importadas directamente para S. Paulo, conforme as declarações dos manifestos, não houverem seguido o seu destino por conveniências commerciaes, com a presteza estatuida no capitulo I, pagarão armazenagens e capatazias desde o momento de chegada à Alfandega de São Paulo.

§ 4.º Findo o prazo de 30 dias ficam obrigadas á multa de 1%, a 5% calculada sobre o respectivo valor official, em vista das relações exhibidas pelos fideis dos armazens.

Art. 20. Toda e qualquer demora no andamento dos processos de exames e verificações de mercadorias ou artigos, machinismos, etc., submettidos ao appreo das commissões fiscaes correrá á conta dos empregados que não as houverem diligenciado com a presteza que já ficou ordenada.

Paraphrasis unico. As armazenagens assim accrescidas aos volumes de mercadorias pendent de tales exames correrão á conta dos empregados que as negligenciaram, expedindo-se, em seguida, as respectivas guias para os effeitos devidos.

Para esse fim se contará todo e qualquer excesso do prazo de 24 horas, entre a data do despacho da lousp etoria e o da entrega do processo e verificação ordenada, por isto que este serviço prefere a qualquer outro. Toda receita proveniente de armazenagens pertencerá ao Estado da S. Paulo, conforme o preceito da legislação em vigor.

### CAPITULO III

#### DOS CONHECIMENTOS E SEGUROS MARITIMOS, TERRESTRES E MIXTOS E DAS INDENSIÇÕES

Art. 21. De conformidade com o preceituado no Código Commercial, nos regulamentos aduaneiros do paiz e convenções internacionaes, é livre ao commercio importador de S. Paulo exercer todos os actos em direito permittidos attinentes ás mercadorias recebidas por via do porto de Santos perante esta Alfandega e por intermedio dos legitimos representantes que a legislação vigente prescreve, e á vista dos respectivos conheci-

mentos e títulos de propriedade assignalados no art. 497 da *Consolidação*.

§ 1.º Para tal fim é bastante que os interessados, devidamente habilitados, requeiram á Alfandega de Santos tudo quanto for a bem de seus interesses, não só quanto affecte ao desembaraço ou proseguimento de suas parcellas ou importações, como ainda á sua subdivisão no mercado do transitio (o de Santos), para consumo privado desta praça commercial, ou para differente destino, consoante especulações mercantis exigem e o Código Commercial prevê.

§ 2.º Neste caso se realizará o despacho de consumo, de transitio, de reexportação, ou, finalmente, de cabotagem, conforme a natureza da resolução tomada perante a Alfandega de Santos, que é o entreposto do commercio marítimo do Estado de S. Paulo, e competente para resolver a respeito.

Art. 22. Para que se effectue o despacho ou desembaraço das mercadorias por qualquer dos modos acima declinados, e contempladas nos manifestos directos da Alfandega de S. Paulo, é preciso que o interessado apresente na Alfandega de Santos relação especial, conforme o modelo do art. 4.º, por marcas, contramarcas, números, peso bruto dos volumes e suas qualificações, afim de que se proceda á competente averbação nos manifestos, evitando-se desde logo o proseguimento do transitio para a Alfandega de S. Paulo, a quem se fará a devida comunicação.

Paragrapho unico. Nestas notas ou despachos serão observados os preceitos estatuidos na legislação em vigor e executadas as diligencias fiscaes.

Art. 23. De accordo com o consignado no conhecimento respectivo com referencia aos fretes e seguros marítimo ou terrestre e mixto, nos termos do Código Commercial, e no intuito de evitar-se duvidas ao prompto encaminhamento das mercadorias destinadas á Alfandega de S. Paulo, ou ao seu despacho e entrega alli, é imprescindivel que os conhecimentos consiguem, no verso, por simples carimbo, a quitação do transporte pela Estrada de Ferro *S. Paulo Railway*, ou pelas que de futuro forem estabelecidas, afim de que uma e outra Alfandega dê o andamento devido ao processo de transitio, ou de consumo, que lhe for apresentado.

Paragrapho unico. Em caso contrario, as mercadorias ou o seu producto garantirão o respectivo frete, conforme se pratica com referencia aos direitos aduaneiros em casos taes.

Art. 24. O valor declarado no conhecimento marítimo, terrestre ou mixto, combinado com a factura consular e, attendas as despesas acrescidas até á occasião de sua liquidação, servirá de base ao julgamento de quaesquer indemnisações, porventura reclamadas, relativamente a danos, avarias, extravios, etc., occorridos nos volumes trafegados entre Santos e S. Paulo, conforme o estabelecido na clausula 3.ª do accordo a que se refere



o citado aviso do Ministerio da Industria e Viação, de 24 de agosto de 1893, combinado com o disposto no art. 509 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

## CAPITULO IV

### DA LIQUIDAÇÃO DOS MANIFESTOS

Art. 25. Uma vez terminada a descarga da embarcação, cumpre à Alfandega de Santos proceder, com a maxima brevidade, à conferencia do seu manifesto, tendo em attenção o disposto no decreto de 25 de abril de 1890.

§ 1.º Esta conferencia se fará em face das folhas ou relações de descarga das Docas de Santos ou das capatazias e guardamoria da Alfandega, de modo que em caso algum se detenha por mais de 12 dias a estadia da embarcação no porto, finda a sua descarga.

§ 2.º Em bem do desempenho dessa obrigação, será prorogado o expediente, restringido mesmo o serviço das conferencias e sahidas e tomadas quaesquer outras providencias que a Inspectoria julgar conveniente no intuito de não se reproduzirem os enormes prejuizos occasionados ao fisco e ao commercio no periodo de 1890-1892.

Art. 26. A Alfandega de Santos compete a imposição das multas ou sua relevação pelas faltas, acrescimos, differenças, danos, avarias e quaesquer irregularidades que occorrerem na liquidação dos carregamentos destinados à Alfandega de São Paulo.

Art. 27. Uma vez desembarçada a embarcação em vista da liquidação de seu manifesto, ou mediante o termo de responsabilidade que lhe permittira, desde logo, a sua prompta sahida, cumpre à Alfandega de Santos fazer immediata communicação telegraphica ou postal á de S. Paulo.

Art. 28. Do mesmo modo, toda e qualquer differença verificada pela Alfandega de S. Paulo na liquidação das suas segundas vias de manifestos, em confronto com as relações ou guias e folhas de cargas, será communicada à Alfandega de Santos para os effeitos devidos contra os responsaveis.

Art. 29. No caso de haverem sido conduzidas as mercadorias destinadas à Alfandega de S. Paulo ou à de Santos por embarcações que as tomaram sob fretes especiaes, em viagens extraordinarias, que especulações mercantis occasionam, ou casos de força maior obrigaram a variar de praça, fica permittido à Alfandega de Santos admittir o termo de responsabilidade, desde que o fiador apresentado offereça as garantias precisas, ou mediante deposito ou caução compativel com a natureza do carregamento e circumstancias do caso.

## CAPITULO V

## DO TRANSPORTE DAS MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMO, POR IMPORTAÇÃO DIRECTA, OU REEXPORTAÇÃO, Á ALFANDEGA DE SÃO PAULO

Art. 30. Consoante o disposto no capítulo 1º, uma vez depositadas ou descarregadas nos carros ou vagões destinados a S. Paulo as mercadorias sujeitas a direitos de consumo, cumpre à empresa Docas de Santos fazer correr as coberturas dos mesmos carros, tornando-as invioláveis, por meio de correntes ou cabos apropriados e fechados devidamente lacrados com os sinetes ou carimbos da Alfândega de Santos, em presença do empregado aduaneiro que houver assistido a descarga ou trasbordo, de sorte que possa ser feito o seu percurso na estrada de ferro com as garantias precisas, cumprindo ao guarda-mór observar os preceitos que a legislação estatue referente ao serviço de transito nos entrepostos ou fóra delles, por via terrestre ou marítima.

Paragrapho unico. Será observado o mesmo processo quanto ao despacho, desembaraço e transporte das mercadorias *reexportadas* de ou para S. Paulo.

Art. 31. As mercadorias sujeitas a direitos de consumo destinadas á Alfândega de S. Paulo não poderão transitar pela estrada de ferro sinão durante o dia (das 6 horas da manhã ás 6 horas da tarde), tal qual se pratica no serviço dos ancoradouros, salvo licença especial da Alfândega, e, por igual, as de reexportação.

Paragrapho unico. Do mesmo modo, os carros que as transportarem não poderão fazer parada ou estadia em ponto algum, salvo nos casos de força maior occorridos no serviço da locomoção, e naquelles reputados imprescindiveis ás manobras que a natureza de semelhante transporte exige.

Art. 32. Os carros que transportarem mercadorias embaladas ou não, serão, conforme os comboios ou turmas, expedidos pela empresa Docas de Santos ou pela Alfândega, acompanhados de guardas de qualquer das Alfândegas, na razão de um guarda para tres ou quatro carros no máximo e segundo a natureza e classe das mercadorias nos planos inclinados da serra do Cubatão, e de um guarda para cada comboio em o demais percurso.

Art. 33. As mercadorias a granel, taes como: sal, carvão de pedra e semelhantes, e, bem assim, as machinas eapparelhos de grandes dimensões, poderão ser trafegadas a noite, mas sempre acompanhadas dos guardas aduaneiros e sob prévia licença do inspector da Alfândega de Santos.

Paragrapho unico. Este serviço de transporte poderá ser feito em carros descobertos, de lastre, de simples estrada, con-

soante a natureza e classe dos volumes e recursos da ferro-via, mas com as garantias indispensaveis, e sobre o que de tudo deve ter prévio conhecimento a Inspectoria da Alfandega de Santos.

Art. 34. Quando porventura acontecer que, por qualquer incidente, seja interrompido o trajecto dos vehiculos que conduzem mercadorias sujeitas a direitos, os guardas telegrapharão ás Alfandegas de Santos e de S. Paulo, em termos concisos e claros, noticiando a occurrencia.

Estes telegrammas, com a nota de *urgente*, gozarão das seleções que as leis facultam.

Art. 35. Si por igual, durante o trajecto, occorrer violação em qualquer um dos carros do comboio, que conduzir mercadorias em transitio, ou occorrer sinistro nos vehiculos, que prejudique a viagem, cumpre aos guardas lavrar termo ou protesto, individualisando as circumstancias do facto e notificando em seguida o agente, empregado ou representante da companhia de transporte, que estiver presente, ou ao da estação mais proxima, conforme a situação em que se houver dado o facto, de forma a salvaguardar a responsabilidade actualaneira.

Art. 36. A Alfandega destinataria cumpre, á chegada do carro, tomar conhecimento do facto e proceder ás diligencias e exames indispensaveis a salvaguardar os interesses fiscaes e do commercio, fazendo notificar os interessados.

## CAPITULO VI

### DAS MERCADORIAS DE PRODUÇÃO EXTRANHEIRA JÁ DESPACHADAS PARA CONSUMO E EM TRANSITO PARA S. PAULO

Art. 37. As mercadorias de produção estrangeira, embora já despachadas para consumo na Alfandega de Santos ou em qualquer outra do paiz e navegadas com carta de guia, não poderão ser encaminhadas para S. Paulo sem documento que prove o seu desembaraço actualaneiro, afim de evitar-se que sejam confundidas no consumo ou commercio privado com as mercadorias sujeitas a direitos. Do mesmo modo as que procederem de S. Paulo.

Art. 38. Para que, pois, taes mercadorias possam ter livre pratica pela estrada de ferro, é imprescindivel que sejam acompanhadas das cartas de guia primitivas, ou de *relações* substitutivas expedidas pela Alfandega de Santos, quando forem aqui despachadas ou nacionalisadas.

§ 1.º Eses documentos serão *visados* ou authenticados pelos empregados actualaneiros, para tal fim commissionedos ou des-

tacados pela Alfândega de Santos na estação da estrada de ferro, e mediante os quaes terão o livre transitio e prompta entrega ou sahida taes mercadorias na estação de S. Paulo, ou nas inter-medias.

§ 2.º No caso de verificar-se qualquer divergencia de marca, contra-marca, numero, etc., etc., entre os dizeres da guia ou *relação* e os signaes caracteristicos dos volumes, serão estes recolhidos, em acto continuo, aos armazens da Alfândega de S. Paulo ou da de Santos, conforme o lugar em que se der a verificação do facto, afim de se liquidar a responsabilidade de quem quer que seja, nos termos da legislação em vigor.

Art. 39. Si porventura for considerada clandestina a introdução das mercadorias, e, portanto, contrabandeadas, serão, desde logo, punidos todos quantos intervieram no despacho dos referidos volumes.

Art. 40. A falta dos requisitos prescriptos no presente capitulo importa a applicação das penas estatuidas na *Consolidação das Leis das Alfândegas*, que regem a especie.

## CAPITULO VII

### DA CABOTAGEM

Art. 41. A cabotagem, conforme os preceitos da legislação aduaneira, se exerce de porto a porto do paiz, por transporte costeiro ou fluvial. Por isso se considera terminada no porto de Santos com referencia aos productos destinados ao consumo do S. Paulo.

De accordo com o regimen politico da nação e o disposto na ordem do Ministerio da Fazenda, de 30 de janeiro de 1892, que approvou as instrucções baixadas na Alfândega do Pará, compete ás repartições estadoaes exercerem a fiscalisação, que os seus interesses privados exigem.

Art. 42. No regimen desse commercio cabe á policia fiscal do Estado na cidade de Santos desempenhar os deveres que os seus regulamentos prescrevem.

Art. 43. A Alfândega de Santos cumpre garantir a plena execução dos regulamentos estadoaes no que interessar ao movimento maritimo ou terrestre da zona fiscal sob sua jurisdicção, de modo a evitar a pratica de actos condemnados pelos regulamentos aduaneiros e, principalmente, os que contemplam com as embarcações ancoradas nos quadros fiscaes.

Art. 44. Destarte, os generos ou productos nacionaes terão livre pratica ou transitio terrestre, e fóra, portanto, da acção

aduaneira nos carros ou vagões destinados ao serviço commun de transporte, salvo o caso de denuncia.

Por esta fórma os generos ou productos nacionaes similares se não confundirão com os de procedencia estrangeira.

## CAPITULO VIII

### DA ENTRADA DAS MERCADORIAS NA ALFANDEGA DE S. PAULO

Art. 45. Em vista das relações individuaes a que se refere o capitulo Iº e que serão apresentadas pelos guardas que acompanharem os carros ou vagões, cujos numeros e series serão previamente communicados á Alfandega de S. Paulo, por telegrapho ou aviso postal, se procederá á descarga ou recebimento nos armazens da Alfandega de S. Paulo em acto continuo á chegada.

Art. 46. Essa descarga será realisada, tanto quanto for possível, por classes de mercadorias, conforme as designações dos armazens, de modo que se não confundam as ferragens e semelhantes com as de outras classes, as fazendas e tecidos com as estivas, e assim quanto aos demais artigos, facilitando-se desta fórma o prompto andamento ou averbação dos despachos ou notas e o desempenho de diligencias fiscaes ordenadas.

Art. 47. As mercadorias a granel, bem como as peças de machinismos e outras, que possam ou devam ser depositadas fóra dos armazens, serão desde logo descarregadas para as áreas ou pateos externos da Alfandega.

Art. 48. Do mesmo modo se procederá com as mercadorias consideradas de despacho *sobre aqua*, as quaes poderão ser despachadas nos pateos, dentro dos proprios carros ou vagões que as houverem transportado e, sómente finda a estadia livre, serão armazenadas ou recolhidas em outras dependencias da Alfandega e sujeitas ás taxas de armazenagem, que a legislação aduaneira em vigor estatue, nos mesmos termos em que se procede nas Alfandegas maritimas.

Art. 49. Não é lícito á Alfandega de S. Paulo, sob qualquer pretexto, reter ou demorar os vehiculos da estrada de ferro, cumprindo-lhe, portanto, fazelos descarregar com maxima presteza, conforme a natureza da carga, sob pena de severa punição ao empregado que houver descurado o cumprimento desta disposição, a que se prendem as conveniencias do trafego regular.

Art. 50. Para o prompto desembaraço das mercadorias a granel transportadas á noite pela estrada de ferro, a Alfandega de S. Paulo providenciará com toda solícitude, de modo que sejam recebidas nos pateos e áreas do edificio taes mercadorias.

Paraphrasso unico. Para esse fim cumpre-lhe detalhar, com a devida antecedencia, o pessoal de guardas e capatazias que deva desempenhar semelhante serviço e exercer a devida fiscalização, de sorte que o material rodante da estrada de ferro não sofra demora indevida no serviço de descarga na Alfandega de S. Paulo e possam portanto os carros volver a Santos no horario que lhes for prescripto e attender ás necessidades do trafego.

Art. 51. As turmas que houverem desempenhado taes serviços nocturnos ficam dispensadas do serviço diurno em o periodo de 24 horas, contado do inicio desse trabalho.

## CAPITULO IX

### DO REGIMEN DAS CAPATAZIAS E ARMAZENS INTERNOS

Art. 52. Os armazens da Alfandega de S. Paulo terão a mesma organização dos das demais Alfandegas do paiz, sendo, porém, imprescindivel que, com referencia ao deposito das mercadorias, se observe a mais completa selecção, de modo a não se confundir estivas com fazendas, ferragens e semelhantes com artigos de differente natureza.

§ 1.º Para esse fim a capatazia fará recolher as mercadorias nos seus armazens respectivos e enlotal-as por classes e marcas, uma vez assignalado o peso bruto dos volumes, devendo os signaes caracteristicos dos mesmos volumes ficar ao alcance de facil verificação e remessa para as salas de conferencia e sahida, ou quaesquer outras diligencias fiscaes.

§ 2.º Os saldos ou restos de carregamentos ou importações serão mensalmente arrumados em secções distinctas dos armazens, de modo que se observe a ordem de procedencia dos vapores que os conduzirem ao porto de Santos, facilitando-se a busca e averbação das notas ou despachos, e o processo de retardados e consumo dentro do prazo de 30 dias, afim de evitar-se indevida estadia nos armazens e prejuizo das respectivas taxas e direitos ou impostos aduaneiros.

Art. 53. E' imprescindivel o revesamento do pessoal braçal nos armazens e salas de conferencias, afim de que não permaneça por mais de dous mezes em taes dependencias e possa habilitar-se toda esta classe á pratica dos variados serviços que o regimen aduaneiro exige e conveniencias fiscaes aconselham.

Art. 54. Não serve de pretexto para maior permanencia do pessoal braçal, nos armazens e dependencias internas, a supposta confiança dos fieis de armazem, ou a especial aptidão dos trabalhadores nos serviços de abertura e embalagem dos volumes nas salas de conferencia, porquanto, ao administrador das capatazias cumpre escrupulizar a admissão e matricula desse pessoal braçal, conforme os interesses fiscaes exigem e taes serviços permittem e lhe cumpre previamente attender.

Art. 55. O pessoal de vigias e policia dos armazens (auxiliares dos fieis), que será tirado da classe dos trabalhadores da capacidade, usará de uniforme igual ao dos guardas.

O pessoal braçal usará de blusa de brim azul com as lettras ou insignias C A (*Capatazias da Alfandega*) e o numero de ordem da respectiva matricula ou admissão gravado ou aberto em chapa de metal, collocada sobre a pala do bonnet de panno azul, de modo que se conheça, à primeira vista, pertencer à policia fiscal e ao serviço aduaneiro, porquanto, conforme o preceituado no art. 204 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, a entrada ou visita nos armazens e edificios aduaneiros só é permittida aos legitimos representantes ou agentes commerciaes enumerados nesse artigo, e muito convenhem observar, attenta a natureza dos serviços que ali se desempenham e interessam à responsabilidade da administração publica.

## CAPITULO X

### DA CORPORAÇÃO DOS GUARDAS

Art. 56. A corporação dos guardas da Alfandega de S. Paulo cujo pessoal consta da tabella aqui annexa, é destinada, conforme a legislação em vigor, ao serviço fiscal externo no littoral de Santos, no transporte das mercadorias por via terrestre, nos pateos ou áreas do edificio, policia dos armazens e mais serviços que lhe forem designados.

Art. 57. Compete-lhe: organizar as folhas de descarga das embarcações no porto de Santos e carga dos carros e vagões que a transportarem para S. Paulo, ou inscrevel-as em as relações de que trata o capitulo 1º, de fôrma a que semelhante serviço seja feito com maximo escrupulo ;

Escortar os carros e vagões entre as docas e armazens alfandegados de Santos e a estação da estrada de ferro, ou acompanhá-los até S. Paulo, conforme o art. 32 destas instrucções e 110 da *Consolidação das Leis das Alfandegas* ;

Authenticar as guias ou relações das mercadorias em transitio ou transporte terrestre, despachadas de qualquer fôrma legal nas estações principaes ou intermedias, principalmente quando se tratar de volumes ou mercadorias de procedencia estrangeira ;

Exercer a mais severa fiscalisação em quanto possa interessar o fisco no regimen do transporte terrestre, evitando, porém, vexames e prejuizos a quem quer que seja e que actos irreflectidos possam ocasionar.

Art. 58. Os guardas que assistirem às descargas e trasbordos das mercadorias deverão ser preferidos para acompanhar os carros ou vagões que transportarem taes volumes.

Art. 59. Durante a estadia em Santos no desempenho dos serviços que lhe são commettidos e inherentes à sua classe serão

incorporados á respectiva guarda-moria e sujeitos ás autoridades aduaneiras e disciplina que os regulamentos estatuem.

Entrarão no detalhe do serviço da Alfandega de Santos interessante do movimento de carga e descarga que as conveniências fiscaes exigirem.

Art. 60. Do mesmo modo os guardas da Alfandega de Santos em serviço da policia fiscal, que este regimen aduaneiro exige, ficam sujeitos ás mesmas regras na Alfandega de S. Paulo, por isso que servirão promiscuamente em uma e outra repartição, consoante o movimento entre as duas Alfandegas exigir.

Art. 61. Não se considera commissão especial as diligencias de que trata o presente capitulo, por isso que taes funções são privativas do cargo, e dahi nenhuma outra vantagem resultará aos guardas, que as consignadas na tabella aqui annexa.

Art. 62. Cumpre ás Inspectorias das Alfandegas de Santos e de S. Paulo applicar aos guardas e a quaesquer outros empregados que desempenharem funções de seus cargos nos districtos de suas jurisdicções as penas disciplinares que os regulamentos em vigor estatuem, communicando desde logo á repartição a que pertencerem, afim de produzir os effeitos devidos, e fazendo substituil-os por outros empregados.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 63. A zona fiscal da Alfandega de S. Paulo tem por limites as linhas divisorias ou discriminativas do municipio de Santos e dos das cidades e villas maritimas, quanto ao littoral; e as dos municipios dos Estados confinantes, quanto ao interior. Dentro dessa raia lhe cumpre praticar todos os actos commettidos ás Alfandegas maritimas.

Art. 64. Em todos os casos porventura não previstos no presente regulamento se applicarão as disposições que as leis aduaneiras prescrevem, quer se trate de serviços interessantes ao transitto terrestre, *ad instar* do que se pratica nas fronteiras limitrophes, quer no que affectar possa o serviço de longo curso, desempenhado perante a Alfandega de Santos.

Art. 65. Nenhuma disposição aduaneira contraria ás conveniências dos serviços que aqui ficam regulamentados terá execução nas Alfandegas de Santos e S. Paulo, e só poderá ser alterada mediante especial authorisação do Ministerio da Fazenda, para o que cumpre ás Inspectorias das ditas Alfandegas requisitar, devidamente fundamentadas, as alterações que a pratica ou execução do presente regulamento houver demonstrado.

Capital Federal, 5 de outubro de 1894.— *Cassiano do Nascimento*.



## Modelo n. 1

|                                               |                                                                 |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Relação n. .... (o da averbação do manifesto) | ..... Via                                                       |
| (Despacho da Inspectoria da Alfândega)        | (Processo na 1.ª secção)                                        |
| .....                                         | Consta do manifesto a fls. .... e fica averbado (menos)... ou   |
| .....                                         | rectificado..... (conforme os incidentes verificados, Em.... de |
| .....                                         | ..... de 189...                                                 |
| .....                                         | O chefe.....                                                    |

V. Alfândega de Santos requer a abaixo assignado (consignatário, importador, despachante geral, etc., etc.) o.....  
 (transbordo directo para os carros da estrada de ferro — o recolhimento nos armazéns alfandegados — ou a expedição das mercadorias  
 exportadas) a armazenagem *Dopos*, ou da Alfândega, N. .... destinadas á Alfândega de S. Paulo, procedente de.....no vapor (ou navio)  
 ..... entrada neste porto no dia....., ..... mez e anno, nos termos do capitulo 1.º das instrucções de 5 de outubro de 1891.

| VOLUMES        |         |                            |            | Qualidade ou<br>contêdo | Peso bruto ou<br>quantidade | observações                                      |
|----------------|---------|----------------------------|------------|-------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------|
| classes        | Numeros | Marcas e contra-<br>marcas | Quantidade |                         |                             | Vencida armazenagem...                           |
| Caixas.....    | 1 a 25  | R. C. & S.                 | 25         | Tecidos de.....         | Kilo.....                   | Em perfeito estado.                              |
| Barris.....    | 30 a 99 | S. P. & C.—R. G.           | 50         | Vinho, oleo, etc.....   | .....                       | Ilem ns.....beneficiado e...                     |
| Amarrados..... | S n.    | C. P.                      | 25         | Trilhos, taboado.....   | .....                       | Em perfeito estado... Exami-<br>nado.....        |
| Carvão.....    | 8       | S.—R.                      | Tons. 100  | Carvão de pedra.....    | Tons. ou kil.....           | .....                                            |
| Engratado..... | 2 a 5   | T. R.—S. & C.              | Kil. 100   | Louça.....              | .....                       | Examinados por avarias ns....<br>perfeito ns.... |
|                |         |                            |            | Cobre e suas ligas..... | .....                       | Perfeito estado.                                 |
|                |         |                            |            | Ouro.....               | .....                       | Examinados e repregados.                         |
|                |         |                            |            | Drogas.....             | .....                       | .....                                            |

Santos,.... de....., de 189...

O..... (consignatário, importador, despachante geral, etc., etc.)

F. de Jul.....

Capital Federal, 5 de outubro de 1891.— *Cassiano do Nascimento*.

## Modelo n. 2

(Art. 38 das Instruções de 5 de outubro de 1894)

Tem livre trânsito.

Posto fiscal da Alfândega de Santos, em 2 de janeiro de 189...

O escripturario.... F....

Relação das mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo na Alfândega de..... (Santos ou de S. Paulo), que nesta data são remetidas pelo abaixo assignado para..... (o lugar do destino) e á consignação de..... (Fuão de tal).

| VOLUMES          |         |                        |            | Qualidade ou conteúdo | Peso bruto ou quantidades | OBSERVAÇÕES |
|------------------|---------|------------------------|------------|-----------------------|---------------------------|-------------|
| Classes          | Números | Marcas e contra-marcas | Quantidade |                       |                           |             |
| Caixas.....      | 1 a 10  | S. R.                  | 40         | Tecidos de.....       | Kilos.                    |             |
| Barras.....      | 5 a 30  | Q. B. — e              | 25         | Vinho, oleo.....      |                           |             |
| Amarrados.....   | 1 — 20  | (.)                    | 30         | Ferro em barras...    |                           |             |
| Granel.....      |         |                        |            | Carvão, sal, taboas.  | Tons., cento, etc.        |             |
| Empacotados..... | 3 a 5   |                        | 1          | Louça, etc.....       | Kilos.                    |             |

Santos (ou S. Paulo), 2 de janeiro de 189...

O ..... (commerciante, despachante, etc., etc.)

Capital Federal, 5 de outubro de 1894. — *Cassiano do Nascimento.*

**Tabella do pessoal da força dos guardas da Alfandega de  
S. Paulo e respectivo vencimento**

| PESSOAL            | VENCIMENTOS |              | TOTAL      | TOTAL GERAL |
|--------------------|-------------|--------------|------------|-------------|
|                    | Saldo       | Gratificação |            |             |
| 1 commandante..... | 2:400\$000  | 1:200\$000   | 3:600\$000 | 3:600\$000  |
| 2 sargentos.....   | 2:000\$000  | 1:000\$000   | 3:000\$000 | 6:000\$000  |
| 30 guardas.....    | 1:000\$000  | 800\$000     | 2:400\$000 | 72:000\$000 |
|                    |             |              |            | 81:600\$000 |

*observação*

Os guardas das Alfandegas de Santos e de S. Paulo, em serviço fóra da sede de suas repartições, terão direito a uma diária equivalente a 50 % dos respectivos vencimentos.

Capital Federal, 5 de outubro de 1894. — *Cassiano do Nascimento*.

~~~~~

**DECRETO N. 1877 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894**

Crea mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas, mais um batalhão do serviço da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 27ª, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*

~~~~~

## DECRETO N. 1878 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagôas.

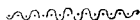
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagôas, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 63ª, o qual se organisará com os guardas desse serviço qualificados no districto de S. Miguel dos Milagres, da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1879 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Palmeira dos Indios, no Estado das Alagôas.

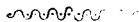
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Palmeira dos Indios, no Estado das Alagôas, se comporá dos actuaes batalhões de infantaria ns. 21ª, 22ª e 23ª, reduzidos a quatro companhias cada um, e da 4ª e 6ª seções de batalhão do serviço da reserva, elevadas á categoria de batalhões, igualmente com quatro companhias e as designações de 25ª e 26ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1880 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894

Altera as tarifas, classificação de mercadorias e condições regulamentares em vigor na Estrada de Ferro Central das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alagoas Railway Company, Limited*, resolve alterar as tarifas, classificação de mercadorias e instrucções regulamentares em vigor na sua estrada de ferro, approvadas pelo decreto n. 9576, de 10 de abril de 1886, de accordo com as modificações que com este baixam, assignadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Alteração ás instrucções regulamentares que baixaram com o decreto n. 9576, de 10 de abril de 1886, a que se refere o decreto n. 1880, desta data

Fica redigido da seguinte forma o § 1.<sup>o</sup> do art. 24 :

§ 1.<sup>o</sup> Quaesquer substancias perigosas e todas as mercadorias indicadas nas classes 8 e 9.

Directoria Geral de Viação, 5 de novembro de 1894.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.

**Alagôas Railway***(E. F. Central das Alagôas)*

TARIFA NORMAL (cambio 20)

*Formula —  $T = C + t \times d$ . 0.8*

| NUNERO DA CLASSE | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                             | VALOR DE C | VALOR DE T |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 1                | Passagens de 1ª classe simples.....                                                                                                                                                                                                                                       | \$         | \$100      |
| 2                | Ditas de 2ª dita idem.....                                                                                                                                                                                                                                                | \$         | \$065      |
| 3                | Bagagens e encomendas—por tonelada....                                                                                                                                                                                                                                    | \$500      | 1\$100     |
| 3 A              | Peixe fresco, ostras, caça, carne fresca, verduras, frutas, gelo, ovos e pão, em trem de passageiros—por tonelada.....                                                                                                                                                    | \$500      | \$550      |
| 4                | Generos destinados principalmente à exportação, como assucar refinado e turbinado, algodão, fumo, café, couros secos, generos fabricados no paiz, como tecidos de algodão, aguardente e outros não classificados nas outras tabellas— por tonelada.....                   | \$500      | \$450      |
| 4 A              | Assucar bruto—por tonelada.....                                                                                                                                                                                                                                           | \$500      | \$240      |
| 5                | Generos alimenticios de primeira necessidade, mel e sal, quantidade inferior a uma tonelada —por tonelada.....                                                                                                                                                            | \$500      | \$210      |
| 5 A              | Milho e caroços de algodão — tarifa fixa por tonelada 6\$400 entre quaesquer estações.                                                                                                                                                                                    |            |            |
| 6                | Cobre, chumbo, ferro não trabalhado, trilhos para estradas de ferro, tubos, ferragens em geral destinadas à construção e bem assim utensilios para a agricultura, e os generos da tabella 13 em quantidade menor de uma tonelada, petroleo—por tonelada.....              | \$500      | \$330      |
| 7                | Generos principalmente de importação, como sejam : louça, tanto em gigos como em caixões e os vidros ordinarios, sal refinado, alcool importado, agua-raz e outros espiritos, si forem de importação e não estiverem classificados nas outras tabellas— por tonelada..... | \$500      | \$670      |

| NÚMERO DA CLASSE | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | VALOR DE C | VALOR DE T |
|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 8                | Objectos de grande volume e pouco peso, como mobílias, caixões com chapéus e outros semelhantes, quer sejam de importação ou exportação, e os objectos frágeis e de grande responsabilidade, como pianos, espelhos, vidros e todos os mais classificados nesta tabella—por tonelada..                                                                                                                                                                 | \$500      | 1\$400     |
| 9                | Polvora e outras substancias inflammaveis ou explosivas, como phosphoros, fogos artificiaes, etc.—por tonelada.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | \$500      | 1\$800     |
| 10               | Perús, ganços, gallinhas, patos e aves semelhantes e animaes pequenos, um 200 réis, mais de um 100 réis cada um de qualquer estação para qualquer estação.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |            |            |
| 11               | Bezerros, carneiros, cabras, porcos, cães amordaçados e outros quadrupedes semelhantes—por cabeça.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | \$         | \$020      |
| 12               | Bois, vaccas, touros, cavallos, bestas e jumentos—por cabeça.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | \$         | \$110      |
| 13               | Madeiras serradas, lavradas ou brutas, não comprehendidas nas outras tabellas, carvão vegetal ou mineral, telhas, tijolos, tubos de barro, betumes, pedras de construcção e peças de madeira, pequenas, menores de 4 <sup>m</sup> .5 de comprimento, como vigas, moirões, achas de lenha, sal e mel (o capim, estrume e outras substancias uteis á lavoura e de valor insignificante em relação ao volume terão o abatimento de 50 %) —por carro..... | \$500      | \$600      |
| 14               | Caibros, vigas e varas até 9 <sup>m</sup> .0 de comprimento—por dous carros unidos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | \$500      | \$800      |
| 15               | Carro ou carroça de qualquer especie—cada uma (mais 50 % para os de quatro rodas).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | \$500      | \$300      |
| 16               | Carros de estrada de ferro rebocados—cada um.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | \$500      | \$250      |
| 17               | Locomotivas ou tenders rebocados—cada um.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | \$500      | 1\$800     |
| 18               | Telegramma—por 10 palavras ou fracção de 10—500 réis entre qualquer estação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |            |            |

## TARIFA MOVEL

4 — 5 % de augmento por dinheiro de depressão cambial até 10. (Exceptua-se o algodão.)

4 A — 6 % de augmento por dinheiro de depressão cambial, até 10.

7 e 8 — 5 % de augmento por dinheiro de depressão cambial, até 10, relativamente aos espiritos, vinhos e licores.

*Tarifa da ponte, serviço de carga e descarga*

Considerada normal ao cambio 20 a tarifa approvada por portaria de 17 de setembro de 1892, para o serviço de carga e descarga da ponte maritima de Jaraguá, é concedido o augmento de 5 % por dinheiro de depressão cambial até ao limite de 10.

Fica supprimido o art. 3º do regulamento approvado pela citada portaria.

Considerados normaes ao cambio de 20 os preços estabelecidos nos arts. 51, 53 e 54 das instrucções regulamentares approvadas por decreto n. 9576 de 10 de abril de 1886, é concedido o augmento de 6 % por dinheiro de depressão até 10.

*Trens especiaes*

Considerados normaes ao cambio 20 os preços estabelecidos nos arts. 128, 129 e 130 das instrucções regulamentares approvadas pelo citado decreto n. 9576 de 10 de abril de 1886, foi concedido o augmento de 6 % por dinheiro de depressão até 10.

*Observações*

Todo o kilometro encetado é considerado como percorrido para o calculo da passagem e frete.

A distancia da applicação para Maceió e Bebedouro é considerada a mesma.

A importância calculada com o valor de *t* para passagens de 1ª e 2ª classe deve-se considerar adicionada a relativa ao imposto de passagens.

|                                                         |         |
|---------------------------------------------------------|---------|
| Para os generos da classe 11ª o frete minimo será de... | \$400   |
| Para os ditos da classe 12ª o frete minimo será de....  | 1\$000  |
| Para os ditos da classe 13ª o frete minimo será de....  | 7\$500  |
| Para os ditos da classe 14ª o frete minimo será de....  | 10\$000 |
| Para os ditos da classe 15ª o frete minimo será de....  | 2\$500  |
| Para os ditos da classe 16ª o frete minimo será de....  | 5\$000  |
| Para os ditos da classe 17ª o frete minimo será de....  | 20\$000 |



**Tabella n. 13**  
Quadro das distancias kilometricas

|                                                        |       |       |
|--------------------------------------------------------|-------|-------|
| Jaraguá                                                | 0     | 2.5   |
| Maceió                                                 | 8.5   | 14.6  |
| Fernão Velho                                           | 19.5  | 26.5  |
| Satuba                                                 | 26.5  | 32.0  |
| Utinga                                                 | 32.0  | 35.0  |
| Lourenço de Albuquerque — Entroneca-<br>mento do ramal | 47.2  | 54.8  |
| Urupema                                                | 54.8  | 61.0  |
| Rittemount                                             | 61.0  | 73.7  |
| Atalaia                                                | 73.7  | 83.5  |
| Capela                                                 | 83.5  | 97.0  |
| Cajueiro                                               | 97.0  | 111.0 |
| Camellinha                                             | 111.0 | 125.0 |
| Vigosa                                                 | 125.0 | 144.8 |
| Bom Jardim                                             | 144.8 | 153.5 |
| Itamaracá                                              | 153.5 | 164.3 |
| Muricy                                                 | 164.3 | 170.8 |
| Nitão                                                  | 170.8 | 175.0 |
| Branqueira                                             | 175.0 | 188.0 |
| União                                                  | 188.0 |       |

*Classificação das mercadorias em ordem alphabetica***A**

|                                      | Tabellas |
|--------------------------------------|----------|
| Abanos de pennas ou ventarolas.....  | 7        |
| Abanos de palha.....                 | 4        |
| Abelhas.....                         | 8        |
| Aboboras.....                        | 3 ou 5   |
| Açafates e semelhantes.....          | 8        |
| Acidos mineraes.....                 | 9        |
| Aço em obra.....                     | 7        |
| Aço em bruto.....                    | 6        |
| Acordeons.....                       | 8        |
| Aduelas.....                         | 6        |
| Agua.....                            | 5        |
| Agua de Cologne.....                 | 7        |
| Aguas medicinaes.....                | 7        |
| Agua-raz.....                        | 7        |
| Aguardente do paiz.....              | 4        |
| Aguardente importada.....            | 7        |
| Agulhas.....                         | 7        |
| Aipim.....                           | 5        |
| Alabastro em bruto.....              | 7        |
| Alabastro em obras.....              | 8        |
| Alavancas de ferro ou aço.....       | 6        |
| Alcool.....                          | 7        |
| Alcool do paiz.....                  | 4        |
| Alambiques e pertences.....          | 6        |
| Alcatifas.....                       | 8        |
| Alcatrão, pixe, etc.....             | 6        |
| Aletria.....                         | 7        |
| Alface.....                          | 3 ou 5   |
| Alfafa.....                          | 6        |
| Alfazema.....                        | 7        |
| Alfinetes.....                       | 7        |
| Algodão.....                         | 4        |
| Algodão em rama.....                 | 4        |
| Alhos.....                           | 7        |
| Almofadas.....                       | 8        |
| Almofarizes.....                     | 7        |
| Alpiste.....                         | 7        |
| Alvaiade.....                        | 7        |
| Amendoas da Europa.....              | 7        |
| Amendoas do paiz.....                | 4        |
| Amendoim.....                        | 4        |
| Ancoras.....                         | 7        |
| Ancoretas varias.....                | 7        |
| Angico, resina, gomma ou folhas..... | 4        |
| Aniagem.....                         | 7        |

## Tabellas

|                                                              |          |
|--------------------------------------------------------------|----------|
| Anil.....                                                    | 7        |
| Animaes pequenos, presos ou engaiolados.....                 | 10       |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....                      | 8        |
| Animaes ferozes (frete convencional).                        |          |
| Anzoes.....                                                  | 7        |
| Apparelhos de mesa, de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .. | 8        |
| Apparelhos de mesa, de porcellana, louça e vidro....         | 8        |
| Aparadores.....                                              | 8        |
| Arados e instrumentos uteis á lavoura.....                   | 6        |
| Arame.....                                                   | 6        |
| Arandellas.....                                              | 8        |
| Araruta.....                                                 | 5        |
| Archotes.....                                                | 7        |
| Arcos de ferro ou madeira.....                               | 6        |
| Arções para sellim.....                                      | 7        |
| Ardosias.....                                                | 13       |
| Aréa.....                                                    | 13       |
| Argilla.....                                                 | 13       |
| Argolas.....                                                 | 7        |
| Armações para chapéo de sol.....                             | 7        |
| Armações para igreja.....                                    | 8        |
| Armações para lojas.....                                     | 8        |
| Armamento.....                                               | 7        |
| Armarios.....                                                | 8        |
| Arreios.....                                                 | 7        |
| Arroz.....                                                   | 5        |
| Artigos de desenho e escriptorio.....                        | 7        |
| Artigos de folha de Flandres não classificados.....          | 7        |
| Artigos de luxo não classificados.....                       | 8        |
| Arvores e arbustos vivos.....                                | 8        |
| Asphalto.....                                                | 13       |
| Assucar.....                                                 | 4 ou 4 A |
| Assucareiros de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....           | 8        |
| Assucareiros de louça ou vidro.....                          | 8        |
| Assucareiros de metal ou folha de Flandres.....              | 7        |
| Aves engaioladas ou em capoeira.....                         | 10       |
| Aves empalhadas.....                                         | 8        |
| Azeite doce.....                                             | 7        |
| Azeite de mamona ou peixe.....                               | 4        |
| Azeitonas.....                                               | 7        |
| Azulejos.....                                                | 13       |

## B

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Bacalhão.....                              | 7 |
| Bacamartes.....                            | 7 |
| Bacias de estanho.....                     | 7 |
| Bacias de porcellana ou vidro.....         | 8 |
| Bacias de ferro estanhado ou Flandres..... | 7 |

|                                                | Tabellas |
|------------------------------------------------|----------|
| Bacias de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8        |
| Baetas.....                                    | 7        |
| Bagagem.....                                   | 3        |
| Bagagem pelos trens de carga.....              | 7        |
| Bahús.....                                     | 7        |
| Balaños.....                                   | 8        |
| Balanças.....                                  | 7        |
| Balas de chumbo ou de ferro.....               | 7        |
| Baldes.....                                    | 7        |
| Balões.....                                    | 8        |
| Bambinellas.....                               | 8        |
| Bambús.....                                    | 13       |
| Bancos.....                                    | 8        |
| Bandeiras.....                                 | 7        |
| Bandeiras de porta.....                        | 8        |
| Bandejas de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Bandejas diversas.....                         | 7        |
| Banguês e liteiras.....                        | 15       |
| Banha de porco nacional.....                   | 5        |
| Banha de porco importada.....                  | 7        |
| Banheiros.....                                 | 7        |
| Barbante.....                                  | 7        |
| Barbatanas de baleia.....                      | 7        |
| Barracas desarmadas.....                       | 7        |
| Barricas e barris vasis.....                   | 7        |
| Barriguda.....                                 | 7        |
| Barro.....                                     | 13       |
| Barrotes.....                                  | 13       |
| Batatas alimenticias.....                      | 5        |
| Baunilha.....                                  | 7        |
| Bayonetas.....                                 | 7        |
| Bebidas espirituosas não classificadas.....    | 8        |
| Beijús.....                                    | 5        |
| Bengalas.....                                  | 7        |
| Benjoim.....                                   | 7        |
| Berços.....                                    | 8        |
| Bestas.....                                    | 12       |
| Bezerros.....                                  | 11       |
| Bigornas.....                                  | 6        |
| Bilhares ou bagatellas.....                    | 8        |
| Bilros.....                                    | 7        |
| Biscoutos.....                                 | 5 ou 7   |
| Bitume.....                                    | 13       |
| Boiões vasis.....                              | 7        |
| Bois.....                                      | 12       |
| Bolacha.....                                   | 5 ou 7   |
| Bolsas de vingen vasis.....                    | 7        |
| Bombas para agua.....                          | 7        |
| Bonecos.....                                   | 8        |
| Bonets.....                                    | 7        |

## Tabellas

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Borra de azeite, vinho, gaz ou vinagre.....              | 7 |
| Borracha.....                                            | 7 |
| Botijas vasias.....                                      | 7 |
| Botinas.....                                             | 7 |
| Botões de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8 |
| Botões diversos.....                                     | 7 |
| Breu.....                                                | 6 |
| Bridas.....                                              | 8 |
| Brinquedos.....                                          | 6 |
| Brochas para pintar ou caiar.....                        | 7 |
| Bronze em objectos de arte.....                          | 7 |
| Bronze bruto.....                                        | 8 |
| Bules de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....              | 8 |
| Bules de louça ou metal fino.....                        | 7 |
| Bules de folha de Flandres.....                          | 7 |
| Burras de ferro.....                                     | 8 |

## C

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Cabeçadas.....                                                    | 7  |
| Cabeções para animais.....                                        | 7  |
| Cabello.....                                                      | 7  |
| Cabides.....                                                      | 8  |
| Cabos de linho, canhamos, etc.....                                | 6  |
| Cabos de arame.....                                               | 6  |
| Cabos de ferramentas, vassouras, etc.....                         | 7  |
| Cabriolets.....                                                   | 15 |
| Cabritos.....                                                     | 11 |
| Caça.....                                                         | 3  |
| Cacão.....                                                        | 4  |
| Cadaveres.....                                                    | 13 |
| Cadeados.....                                                     | 7  |
| Cadeiras.....                                                     | 8  |
| Cadernaes.....                                                    | 6  |
| Café em grão.....                                                 | 4  |
| Café moído.....                                                   | 4  |
| Cafeteiras de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....                  | 8  |
| Cafeteiras de louça ou metal fino.....                            | 8  |
| Cafeteiras de folhas de Flandres.....                             | 7  |
| Caibros.....                                                      | 13 |
| Caixas de rapé, de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Caixas de rapé, de tartaruga e outras de louça.....               | 8  |
| Caixas de rapé ordinarias.....                                    | 7  |
| Caixas de guerra.....                                             | 8  |
| Caixas de madeira, folha ou papelão.....                          | 7  |
| Caixões funebres.....                                             | 7  |
| Caixões.....                                                      | 7  |
| Caixilhos.....                                                    | 7  |
| Cal.....                                                          | 13 |

## Tabelas

|                                                       |          |
|-------------------------------------------------------|----------|
| Calçado.....                                          | 7        |
| Caldeiras e seus pertences.....                       | 6        |
| Camas envernizadas.....                               | 8        |
| Camas de ferro ou madeira ordinarias.....             | 8        |
| Camas de lona.....                                    | 7        |
| Camarões.....                                         | 3        |
| Camphora.....                                         | 7        |
| Campainhas.....                                       | 7        |
| Canna da India.....                                   | 7        |
| Canna de a-sucar.....                                 | 5 ou 13  |
| Candieiros.....                                       | 7        |
| Canivetes.....                                        | 7        |
| Canella.....                                          | 7        |
| Canetas de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Canetas de madreperola, marfim, etc.....              | 8        |
| Canetas ordinarias.....                               | 7        |
| Cangalhas.....                                        | 6        |
| Canôas, em um ou dous vagões.....                     | 13 ou 14 |
| Canos de cobre, chumbo, ferro ou zinco.....           | 6        |
| Canos de barro.....                                   | 13       |
| Capachos.....                                         | 7        |
| Capoeiras vasias.....                                 | 6        |
| Capotes.....                                          | 7        |
| Capim.....                                            | 13       |
| Caranguejos e semelhantes.....                        | 3        |
| Carnauba.....                                         | 5 A      |
| Carne salgada ou secca.....                           | 5        |
| Carne fresca.....                                     | 3 ou 5   |
| Carneiros.....                                        | 11       |
| Caroços de algodão.....                               | 5 A      |
| Carrinhos de mão.....                                 | 6 ou 13  |
| Carros e vagões para estrada de ferro, rebocados....  | 16       |
| Carros e vagões desmontados.....                      | 13       |
| Carros e carroças.....                                | 15       |
| Carros de quatro rodas, mais 50 %.....                |          |
| Cartas para jogar.....                                | 7        |
| Carteiras.....                                        | 7        |
| Carvão.....                                           | 4 ou 13  |
| Cascas de arvores para cortume.....                   | 4 ou 13  |
| Cascas de côco.....                                   | 4 ou 13  |
| Cassarolas.....                                       | 7        |
| Castanhas.....                                        | 4        |
| Castiças de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .....  | 8        |
| Castiças de metal, madeira ou vidro, etc.....         | 7        |
| Cavallos.....                                         | 12       |
| Cebolas e cebolinhas.....                             | 5        |
| Centeio.....                                          | 5        |
| Cêra em bruto.....                                    | 7        |
| Cêra em obras.....                                    | 8        |
| Cerveja.....                                          | 7        |

|                                                           | Tabellas |
|-----------------------------------------------------------|----------|
| Cestos.....                                               | 6 ou 8   |
| Cevada.....                                               | 5        |
| Chá.....                                                  | 7        |
| Chales.....                                               | 7        |
| Chaleiras ordinarias.....                                 | 7        |
| Chaleiras de prata, 2% <i>ad valorem</i> .....            | 8        |
| Champagne.....                                            | 8        |
| Chapas de ferro, zinco, etc., para cobrir casas.....      | 6        |
| Chapas de fogão.....                                      | 6        |
| Chapéus.....                                              | 8        |
| Chapéus de sol.....                                       | 7        |
| Chapelaria, artigos não classificados.....                | 7        |
| Chapeleiras varias.....                                   | 8        |
| Charutos.....                                             | 7        |
| Chicaras.....                                             | 7        |
| Chifres em bruto.....                                     | 4 e 13   |
| Chifres em obra.....                                      | 7        |
| Chocolate.....                                            | 7        |
| Chouriços.....                                            | 7        |
| Chumbo em bruto.....                                      | 6        |
| Chumbo de munição ou obras não classificadas.....         | 7        |
| Cigarros.....                                             | 7        |
| Cilhas.....                                               | 7        |
| Cilhões.....                                              | 7        |
| Cimento.....                                              | 13       |
| Cobertores.....                                           | 7        |
| Cobre velho, em bruto ou em folha.....                    | 6        |
| Cobre em obras não classificadas.....                     | 7        |
| Cócos para tirar agua.....                                | 7        |
| Cochonilha.....                                           | 7        |
| Cofres de ferro ou madeira.....                           | 7        |
| Cognac.....                                               | 8        |
| Coke.....                                                 | 13       |
| Colechas.....                                             | 7        |
| Colehetes.....                                            | 7        |
| Coleções e pertences.....                                 | 8        |
| Coldres.....                                              | 7        |
| Colheres de ouro, prata, etc., 2% <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Colheres de metal.....                                    | 8        |
| Colheres de madeira do paiz.....                          | 7        |
| Colla.....                                                | 4        |
| Columns de ferro fundido.....                             | 13 ou 14 |
| Cominhos.....                                             | 1        |
| Confeitos.....                                            | 7        |
| Conservas nacionaes em latas.....                         | 7        |
| Conservas estrangeiras.....                               | 4        |
| Copos de ouro, prata, etc., 2% <i>ad valorem</i> .....    | 8        |
| Copos de vidro, etc.....                                  | 7        |
| Copos de folha, barro, etc.....                           | 4        |
| Corlas de embira, piassava, e outras do paiz.....         | 4        |

## Tabelas

|                                             |          |
|---------------------------------------------|----------|
| Cordas de instrumentos.....                 | 7        |
| Cordas diversas.....                        | 6        |
| Correame para tropa.....                    | 7        |
| Correntes de ferro ou metal.....            | 6        |
| Cortica.....                                | 7        |
| Cougoeiras.....                             | 13 ou 14 |
| Couros frescos, seccoos ou salgados.....    | 4        |
| Couros trabalhados.....                     | 7        |
| Couves.....                                 | 3 ou 5   |
| Cravo da India.....                         | 7        |
| Cré.....                                    | 7        |
| Creosota.....                               | 7        |
| Crina.....                                  | 7        |
| Crystaes.....                               | 8        |
| Cubas para distillações, engenhos, etc..... | 6        |
| Cubos, pinas e raios para rolas.....        | 6        |
| Cuias.....                                  | 4        |
| Cutelaria, artigos não classificados.....   | 7        |
| Cylindros de ferro ou metal.....            | 6        |

## D

|                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------|----|
| Dedaes de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .....       | 8  |
| Dedaes ordinarios.....                                         | 7  |
| Diamantes e mais pedras preciosas, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Dinheiro, 2 % <i>ad valorem</i> .....                          | 8  |
| Dobradigas.....                                                | 6  |
| Doces estrangeiros.....                                        | 7  |
| Doces do paiz.....                                             | 4  |
| Dormentes de madeira ou ferro.....                             | 13 |
| Dragonas.....                                                  | 8  |
| Drogas.....                                                    | 7  |

## E

|                                           |        |
|-------------------------------------------|--------|
| Eixos.....                                | 6      |
| Elasticos.....                            | 7      |
| Embira.....                               | 4      |
| Encerados.....                            | 7      |
| Enchadas.....                             | 6      |
| Encommendas.....                          | 3      |
| Engradados.....                           | 8      |
| Enxergões.....                            | 8      |
| Enxofre.....                              | 7      |
| Equipamento militar não classificado..... | 7      |
| Ervilhas.....                             | 7      |
| Ervilhas do paiz.....                     | 3 ou 5 |
| Escudas de mão.....                       | 6      |



|                                                                    | Tabellas |
|--------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>E</b> scaleres em um ou dous vagões.....                        | 13 ou 14 |
| <b>E</b> scarradeiras.....                                         | 7        |
| <b>E</b> scovas.....                                               | 7        |
| <b>E</b> scrivaninhas de prata ou ouro, 2% <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| <b>E</b> scrivaninhas ordinarias.....                              | 7        |
| <b>E</b> spadas.....                                               | 7        |
| <b>E</b> spanadores.....                                           | 7        |
| <b>E</b> spartilhos.....                                           | 7        |
| <b>E</b> speciarias não classificadas.....                         | 7        |
| <b>E</b> spelhos.....                                              | 8        |
| <b>E</b> spermaceto.....                                           | 7        |
| <b>E</b> spetos de ferro para cozinha.....                         | 7        |
| <b>E</b> spingardas.....                                           | 7        |
| <b>E</b> spiritos não classificados importados.....                | 7        |
| <b>E</b> spoletas.....                                             | 7        |
| <b>E</b> sponjas.....                                              | 7        |
| <b>E</b> sporas de ouro ou prata, 2% <i>ad valorem</i> .....       | 8        |
| <b>E</b> sporas de metal, etc.....                                 | 7        |
| <b>E</b> spumadeiras.....                                          | 7        |
| <b>E</b> squifes.....                                              | 8        |
| <b>E</b> ssencias não classificadas.....                           | 7        |
| <b>E</b> stacas.....                                               | 13       |
| <b>E</b> stampas.....                                              | 7        |
| <b>E</b> stanho em bruto.....                                      | 6        |
| <b>E</b> stanho em obra.....                                       | 7        |
| <b>E</b> stantes.....                                              | 7        |
| <b>E</b> statuas.....                                              | 8        |
| <b>E</b> steiras da India.....                                     | 7        |
| <b>E</b> steiras do paiz.....                                      | 4        |
| <b>E</b> stojos cirurgicos e mathematicos.....                     | 7        |
| <b>E</b> stopa.....                                                | 7        |
| <b>E</b> stopim.....                                               | 7        |
| <b>E</b> stribos de prata, 2% <i>ad valorem</i> .....              | 8        |
| <b>E</b> stribos de metal.....                                     | 7        |
| <b>E</b> strume.....                                               | 13       |
| <b>E</b> xtractos.....                                             | 7        |

## F

|                                                              |        |
|--------------------------------------------------------------|--------|
| <b>F</b> acas.....                                           | 7      |
| <b>F</b> acões.....                                          | 7      |
| <b>F</b> arelo.....                                          | 6      |
| <b>F</b> arinha de araruta, mandioca, milho, trigo, etc..... | 5      |
| <b>F</b> avas.....                                           | 3 ou 5 |
| <b>F</b> azendas diversas não classificadas.....             | 7      |
| <b>F</b> echaduras.....                                      | 6      |
| <b>F</b> eijão.....                                          | 5      |
| <b>F</b> erro.....                                           | 7      |
| <b>F</b> urac.....                                           | 13     |

continua aqui &gt;

## Tabellas

|                                                                                                             |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Ferro.....                                                                                                  | 13      |
| Ferragens ordinarias não classificadas.....                                                                 | 6       |
| Ferraduras .....                                                                                            | 6       |
| Ferramentas de carapinas, carpinteiros, ferreiros, mar-<br>cineiros, torneiros, etc. não classificadas..... | 6       |
| Ferrolhos.....                                                                                              | 6       |
| Ferro bruto para fundição.....                                                                              | 6 ou 13 |
| Ferro forjado, não classificado.....                                                                        | 6 ou 13 |
| Ferros de engommar, encrepar, frisar, etc.....                                                              | 7       |
| Ferro velho.....                                                                                            | 6 ou 13 |
| Fibras vegetaes para cordearia.....                                                                         | 4       |
| Figos seccos.....                                                                                           | 7       |
| Figos frescos.....                                                                                          | 3       |
| Fios.....                                                                                                   | 7       |
| Fitas.....                                                                                                  | 7       |
| Flores artificiaes.....                                                                                     | 8       |
| Flores naturaes.....                                                                                        | 3       |
| Flor de canna e outras para enchimento.....                                                                 | 7       |
| Fogareiros.....                                                                                             | 7       |
| Fogos artificiaes.....                                                                                      | 9       |
| Fogões de ferro.....                                                                                        | 7       |
| Folhas medicinaes.....                                                                                      | 7       |
| Folhas de cobre, chumbo, estanho, etc.....                                                                  | 6       |
| Folles.....                                                                                                 | 6       |
| Forjas portateis.....                                                                                       | 6       |
| Fôrmas para assucar.....                                                                                    | 6       |
| Fôrmas diversas.....                                                                                        | 7       |
| Fornalhas e fornos de ferro.....                                                                            | 6       |
| Fornalhas para engenho.....                                                                                 | 6       |
| Fouces.....                                                                                                 | 6       |
| Frascos.....                                                                                                | 7       |
| Freios.....                                                                                                 | 7       |
| Frigileiras.....                                                                                            | 7       |
| Frutas confeitadas e seccas, nacionaes.....                                                                 | 4       |
| Frutas confeitadas e seccas, estrangeiras.....                                                              | 7       |
| Frutas frescas.....                                                                                         | 3       |
| Fubá.....                                                                                                   | 5       |
| Fumo do paiz.....                                                                                           | 4       |
| Fumos estrangeiros.....                                                                                     | 7       |

## G

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Gaiolas.....                                         | 8 |
| Gaiolas com passarinhos.....                         | 8 |
| Galheteiros.....                                     | 7 |
| Gamellas.....                                        | 4 |
| Garfos e facas de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8 |
| Garfos e facas de metal e outros.....                | 7 |

|                                                | Tabellas |
|------------------------------------------------|----------|
| Garrafas de crystal ou vidros finos.....       | 8        |
| Garrafas ordinarias.....                       | 7        |
| Garrafas vasios.....                           | 7        |
| Gatos de ferro.....                            | 6        |
| Gelatina.....                                  | 7        |
| Gelens.....                                    | 4 ou 7   |
| Gelo.....                                      | 3        |
| Genebra.....                                   | 8        |
| Gengibre.....                                  | 7        |
| Geremuns.....                                  | 3 ou 5   |
| Gesso.....                                     | 7        |
| Gigos e cascos vasios.....                     | 7 ou 13  |
| Giz.....                                       | 7        |
| Globos de vidro ou louça.....                  | 8        |
| Globos geographicos.....                       | 8        |
| Goiabada.....                                  | 4        |
| Gomina arabica e outras não classificadas..... | 7        |
| Gomina de mandioca e outras do paiz.....       | 4        |
| Grades para lavoura.....                       | 6        |
| Graxa animal.....                              | 6        |
| Graxa para calçado.....                        | 7        |
| Grelhas de ferro.....                          | 6        |
| Guano.....                                     | 13       |
| Guarda-roupa.....                              | 8        |
| Guarda-chuva.....                              | 7        |
| Guarda-comida.....                             | 8        |
| Guindastes.....                                | 6        |
| Guitarras.....                                 | 8        |

## II

|                                                   |        |
|---------------------------------------------------|--------|
| Harpas.....                                       | 8      |
| Herva doce.....                                   | 7      |
| Herva mate.....                                   | 4      |
| Hervas medicinaes e outras não classificadas..... | 7      |
| Hortalicas em conserva.....                       | 4 ou 7 |
| Hortalicas frescas.....                           | 3 ou 5 |

## I

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Imagens.....                                         | 8 |
| Impressos.....                                       | 7 |
| Incenso.....                                         | 7 |
| Inhames e outras raizes semelhantes.....             | 5 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia e medicina..... | 7 |
| Instrumentos de musica, optica e semelhantes.....    | 8 |
| Instrumentos uteis à lavoura.....                    | 6 |

**J**

Tabellas

|                                                    |    |
|----------------------------------------------------|----|
| Jacás vãos.....                                    | 6  |
| Jardineiras.....                                   | 7  |
| Jarras de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Jarras diversas.....                               | 7  |
| Jóias, 2 % <i>ad valorem</i> .....                 | 8  |
| Junco da Índia.....                                | 7  |
| Junco do paiz.....                                 | 6  |
| Jumentos.....                                      | 12 |

**K**

|               |   |
|---------------|---|
| Kerosene..... | 6 |
| Kirsch.....   | 8 |

**L**

|                                               |         |
|-----------------------------------------------|---------|
| Lã em bruto.....                              | 4       |
| Lã em obras não classificadas.....            | 7       |
| Ladrilho, azulejo ou mármore, louça, etc..... | 13      |
| Lampeões e lanternas.....                     | 7       |
| Latão em obras não classificadas.....         | 7       |
| Latão velho ou bruto.....                     | 6       |
| Lavatórios .....                              | 8       |
| Legumes em conserva.....                      | 4 ou 7  |
| Legumes frescos.....                          | 3 ou 5  |
| Leite em conserva.....                        | 7       |
| Leite fresco.....                             | 3 ou 5  |
| Lenha.....                                    | 4 ou 13 |
| Leques.....                                   | 7       |
| Licores.....                                  | 8       |
| Limalha de ferro, latão, etc.....             | 6       |
| Limas de aço.....                             | 6       |
| Línguas salgadas ou secas.....                | 5       |
| Línguas frescas.....                          | 3 ou 5  |
| Linguetas.....                                | 7       |
| Linha para costura.....                       | 7       |
| Linhaga.....                                  | 7       |
| Liteiras ou bangués.....                      | 15      |
| Litros (medidas).....                         | 6       |
| Livros.....                                   | 7       |
| Lixa.....                                     | 6       |
| Locomotivas rebocadas.....                    | 17      |
| Locomotivas desmontadas.....                  | 6       |
| Lombo de porco salgado.....                   | 7       |
| Lona.....                                     | 7       |
| Loros.....                                    | 7       |
| Louças.....                                   | 7       |
| Lustres com vidros ou crystaes.....           | 8       |
| Luvas.....                                    | 7       |

**M**

## Tabellas

|                                                           |          |
|-----------------------------------------------------------|----------|
| Macacos de ferro.....                                     | 6        |
| Macarrão e outras massas alimenticias.....                | 7        |
| Machados.....                                             | 6        |
| Machinas de costura.....                                  | 7        |
| Machinas photographicas.....                              | 7        |
| Machinas de fazer farinha.....                            | 6        |
| Machinas de descarregar algo lão.....                     | 6        |
| Machinas de fazer tijolos.....                            | 6        |
| Machinas diversas não classificadas.....                  | 6 ou 7   |
| Madeira em bruto, lavrada ou serrada.....                 | 13 ou 14 |
| Madeira para tinturaria.....                              | 7        |
| Madreperola.....                                          | 7        |
| Maizena.....                                              | 7        |
| Malas de viagem.....                                      | 7        |
| Malhos para ferreiros.....                                | 6        |
| Mamona.....                                               | 4        |
| Mangas de vidro.....                                      | 8        |
| Mandioca.....                                             | 5        |
| Manteiga.....                                             | 7        |
| Manteigueiras de prata, etc., 2 % <i>ad calorem</i> ..... | 8        |
| Manteigueiras de metal, louça, vidro, etc.....            | 7        |
| Mapas ou manuseriptos.....                                | 7        |
| Mariscos.....                                             | 3        |
| Marfim.....                                               | 8        |
| Marmore em bruto.....                                     | 13       |
| Marmore trabalhado.....                                   | 7 ou 13  |
| Marquezas.....                                            | 8        |
| Marroquim.....                                            | 7        |
| Martelos.....                                             | 6        |
| Mascaras.....                                             | 7        |
| Medicamentos.....                                         | 7        |
| Medidas diversas.....                                     | 6        |
| Mel de abelha.....                                        | 7        |
| Mel de assucar.....                                       | 5 ou 13  |
| Mel de fumo.....                                          | 4        |
| Mesas.....                                                | 8        |
| Milho.....                                                | 5 A      |
| Miudezas.....                                             | 7        |
| Mobilia não classificada.....                             | 8        |
| Mobilia ordinaria ou em mão estado.....                   | 4        |
| Moendas para engenhos e pertences.....                    | 6        |
| Moinhos para café, pimenta, etc.....                      | 7        |
| Moinhos para lavoura.....                                 | 6        |
| Moitões e cadernaes.....                                  | 6        |
| Molas.....                                                | 6        |
| Molduras.....                                             | 8        |
| Mós.....                                                  | 6        |

**N**

|               | Tabellas |
|---------------|----------|
| Naphta.....   | 9        |
| Navalhas..... | 7        |
| Nozes.....    | 7        |

**O**

|                                                           |        |
|-----------------------------------------------------------|--------|
| Objectos preciosos de arte, 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8      |
| Objectos de luxo não classificados.....                   | 8      |
| Objectos de grande responsabilidade.....                  | 8      |
| Objectos manufacturados não classificados.....            | 7      |
| Objectos de marcenaria e carpintaria desmontados.....     | 7      |
| Oleados.....                                              | 7      |
| Oleo de qualquer qualidade não classificado.....          | 7      |
| Oratorios.....                                            | 8      |
| Orgãos.....                                               | 8      |
| Ornamentos para igreja.....                               | 8      |
| Ossos.....                                                | 13     |
| Ostras em conserva.....                                   | 4 ou 7 |
| Ostras frescas.....                                       | 3 ou 5 |
| Ouro em bruto ou em obras, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .. | 8      |
| Ovas frescas.....                                         | 3 ou 5 |
| Ovas seccas ou salgadas.....                              | 3 ou 5 |
| Ovos.....                                                 | 3 ou 5 |

**P**

|                                                                |        |
|----------------------------------------------------------------|--------|
| Padiolas.....                                                  | 8      |
| Paços.....                                                     | 7      |
| Palas para bonnets, etc.....                                   | 7      |
| Palanques.....                                                 | 8      |
| Palhas de coqueiro ou palmeira.....                            | 4      |
| Palhas do Chile e outras de valor semelhante para chapéos..... | 7      |
| Paliteiros de ouro ou prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8      |
| Paliteiros diversos.....                                       | 7      |
| Palitos.....                                                   | 7      |
| Pandeiros.....                                                 | 8      |
| Panellas.....                                                  | 7      |
| Pão.....                                                       | 3 ou 5 |
| Papel de qualquer qualidade, não classificado.....             | 7      |
| Papelão.....                                                   | 7      |
| Parafusos.....                                                 | 6      |
| Paramentos ecclesiasticos.....                                 | 8      |
| Pás.....                                                       | 6      |
| Passas.....                                                    | 7      |
| Passaros empalhados.....                                       | 8      |

## Tabellas

|                                                                            |          |
|----------------------------------------------------------------------------|----------|
| Passaros vivos engaiolados.....                                            | 8        |
| Pastas de papel ou papelão.....                                            | 7        |
| Patronas.....                                                              | 7        |
| Paus para tinturaria.....                                                  | 7        |
| Pavios.....                                                                | 7        |
| Peanhas.....                                                               | 8        |
| Pedras de afiar ou amolar.....                                             | 6        |
| Pedras calcareas de cantaria e outras para edificação e<br>calçamento..... | 13       |
| Pedras de filtrar.....                                                     | 6        |
| Pedras lithographicas e de porcellana para escrever....                    | 8        |
| Peixe fresco.....                                                          | 3 ou 5   |
| Peixe salgado ou secco.....                                                | 5        |
| Pelless em bruto.....                                                      | 6        |
| Pelless preparadas.....                                                    | 7        |
| Pendulas para relógio.....                                                 | 7        |
| Peneiras de arame, tela metállica.....                                     | 7        |
| Peneiras de cabelo ou seda.....                                            | 7        |
| Peneiras de palha do paiz.....                                             | 4        |
| Pennas de ouro, 2 % <i>ad valorem</i> .....                                | 8        |
| Pennas para enchimento e ornato.....                                       | 7        |
| Pentes ordinarios.....                                                     | 7        |
| Pentes de tartaruga, madreperola, marfim, etc.....                         | 7        |
| Perfumaria.....                                                            | 8        |
| Perolas, 2 % <i>ad valorem</i> .....                                       | 8        |
| Pesos para balanças.....                                                   | 6        |
| Petro-lhos bellicos ou de caça.....                                        | 7        |
| Petroleo.....                                                              | 6        |
| Pez.....                                                                   | 6        |
| Phosphoros.....                                                            | 9        |
| Phosphoros de seguranca.....                                               | 7        |
| Pianos.....                                                                | 8        |
| Piassava.....                                                              | 4        |
| Picaretas.....                                                             | 6        |
| Pimenta.....                                                               | 7        |
| Pinceis.....                                                               | 7        |
| Pipas varias.....                                                          | 7        |
| Pistolas.....                                                              | 7        |
| Pixe.....                                                                  | 6        |
| Plantas medicinaes.....                                                    | 7        |
| Platina em bruto ou em obras, 2 % <i>ad valorem</i> .....                  | 8        |
| Plumas.....                                                                | 7        |
| Poltronas.....                                                             | 8        |
| Pólvora.....                                                               | 9        |
| Polyvorinhos.....                                                          | 7        |
| Porcos.....                                                                | 11       |
| Pranchões.....                                                             | 13 ou 14 |
| Prata em bruto ou em obras, 2 % <i>ad valorem</i> .....                    | 8        |
| Pratos de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .....                         | 8        |
| Pratos diversos.....                                                       | 7        |

## Tabellas

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Pregos.....                                          | 6 |
| Prelos.....                                          | 7 |
| Prensas para algodão e outras não classificadas..... | 6 |
| Presuntos.....                                       | 7 |
| Productos chimicos e preparações pharmaceuticos..    | 7 |

**Q**

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Quadros.....              | 8 |
| Queijos estrangeiros..... | 7 |
| Queijos do paiz.....      | 5 |
| Quinquilharias.....       | 7 |

**R**

|                                                        |        |
|--------------------------------------------------------|--------|
| Rabecas e rabecões.....                                | 8      |
| Raios, pinos e cubos para rodas.....                   | 6      |
| Raizes alimenticias.....                               | 5      |
| Rapadura.....                                          | 5      |
| Rapê.....                                              | 7      |
| Ratoeiras.....                                         | 7      |
| Realejos.....                                          | 8      |
| Redes.....                                             | 7      |
| Redomas de vidro.....                                  | 8      |
| Reguas.....                                            | 7      |
| Relogios.....                                          | 7      |
| Relogios de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8      |
| Rendas.....                                            | 7      |
| Repolhos.....                                          | 3 ou 5 |
| Reposteiros.....                                       | 7      |
| Resinas não classificadas.....                         | 7      |
| Retortas.....                                          | 7      |
| Retortas para gaz.....                                 | 13     |
| Ripas.....                                             | 13     |
| Rodas para carros ou carroças.....                     | 6      |
| Rodas e rodetes para machinas.....                     | 6      |
| Rolhas.....                                            | 7      |
| Roupas.....                                            | 7      |

**S**

|                                         |   |
|-----------------------------------------|---|
| Sabão.....                              | 7 |
| Sabão nacional.....                     | 4 |
| Sabonetes.....                          | 7 |
| Sacca-rolhas.....                       | 7 |
| Saccos de algodão e outros do paiz..... | 4 |
| Sagú.....                               | 5 |



|                                                 | Tabellas |
|-------------------------------------------------|----------|
| Salames.....                                    | 7        |
| Sal ordinario.....                              | 5 e 13   |
| Sal refinado.....                               | 7        |
| Salitre.....                                    | 7        |
| Sanguesugas.....                                | 7        |
| Sapatos.....                                    | 7        |
| Sapé.....                                       | 13       |
| Sebo.....                                       | 6        |
| Seda.....                                       | 7        |
| Sellins e pertences.....                        | 7        |
| Sementes.....                                   | 7        |
| Serpentinas de vidro, crystal, bronze, etc..... | 8        |
| Serpentinas para alambique.....                 | 6        |
| Sinos.....                                      | 7        |
| Sipó.....                                       | 13       |
| Sola estrangeira.....                           | 7        |
| Sola nacional.....                              | 4        |
| Sovellas e instrumentos de sapateira.....       | 7        |
| Suadouros para sellins.....                     | 7        |
| Suspensorios.....                               | 7        |

### T

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Tabaco estrangeiro.....                         | 7  |
| Tabaco nacional.....                            | 4  |
| Taboado.....                                    | 13 |
| Tachos.....                                     | 6  |
| Talhas de barro para agua.....                  | 7  |
| Tamancos.....                                   | 4  |
| Tambores de musica.....                         | 8  |
| Tambores para engenhos.....                     | 6  |
| Tanques para engenhos.....                      | 6  |
| Tapetes.....                                    | 7  |
| Tapioca.....                                    | 5  |
| Tartaruga em obras não classificadas.....       | 8  |
| Tecidos.....                                    | 7  |
| Tecidos de algodão fabricados no paiz.....      | 4  |
| Tela metallica.....                             | 6  |
| Telhas de barro.....                            | 13 |
| Telhas de vidro.....                            | 8  |
| Tesouras.....                                   | 7  |
| Tijolos de marmore ou louça.....                | 7  |
| Tijolos de barro.....                           | 13 |
| Tijolos de limpar facas.....                    | 7  |
| Tinas vasias.....                               | 7  |
| Tintas de qualquer qualidade.....               | 7  |
| Tinteiros de vidro, louça, etc.....             | 7  |
| Tinteiros de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Torcidas.....                                   | 7  |

|                                          | Tabellas |
|------------------------------------------|----------|
| Torneiras.....                           | 3        |
| Toucinho.....                            | 7        |
| Transparentes para janellas.....         | 8        |
| Trapos.....                              | 17       |
| Trens de cozinha.....                    | 7        |
| Tubos ou canos.....                      | 5        |
| Trilhos, agulhas e seus accessorios..... | 6 ou 13  |
| Typos.....                               | 7        |

**U**

|                   |   |
|-------------------|---|
| Unhas.....        | 6 |
| Urnas.....        | 3 |
| Uvas seccas.....  | 7 |
| Uvas frescas..... | 7 |

**V**

|                                        |          |
|----------------------------------------|----------|
| Varas.....                             | 13       |
| Vassouras.....                         | 4        |
| Velas.....                             | 7        |
| Velas nacionaes.....                   | 4        |
| Velludo.....                           | 7        |
| Venezianas.....                        | 7        |
| Verduras.....                          | 3 ou 5   |
| Verniz.....                            | 7        |
| Vidros ordinarios.....                 | 7        |
| Vidros de grande responsabilidade..... | 8        |
| Vigas.....                             | 13 ou 14 |
| Vinagre.....                           | 6        |
| Vinho.....                             | 7        |
| Vitellas.....                          | 12       |

**Z**

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| Zinco em bruto ou em folha..... | 6 |
| Zinco em obras.....             | 7 |

Directoria Geral de Viação, 5 de novembro de 1894.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.



## DECRETO N. 1880 A — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1894

Manda adoptar novo plano de uniformes para a Armada Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Resolve que para a Armada Nacional se observe o plano de uniformes que a este acompanha, assignado pelo Contra-Almirante João Gonçalves Duarte, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de novembro de 1894, 6.<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*João Gonçalves Duarte.*

## Plano geral de uniformes para a Armada Nacional

## PARA OS OFFICIAES DO ESTADO-MAIOR

## PRIMEIRO UNIFORME

Este uniforme compõe-se do seguinte :

Casaca e calça com galão, de panno azul ferrete; collete do mesmo panno ou de casemira branca; chapéo armado; passadeiras e dragonas; talim; espada com fiador; divisas nos punhos; luvas de pellica branca; gravata preta ou branca, de laço; camisa branca de peito lizo, com collarinho em pé fechando direito; botinas de verniz.

Este uniforme será usado em todas as solemnidades militares e civis, nas visitas a navios estrangeiros, nas apresentações aos Chefes do Estado.

Nas solemnidades civis será usado com o talim, sem a espada, e com a gravata branca, excepto funeraes.

A casaca será usada sempre desabotoada, e em todas as solemnidades o talim com ou sem a espada virá por cima do collete.

O collete de panno só se usará nas solemnidades militares e em actos de funeral, com a gravata preta.

## SEGUNDO UNIFORME

Sobrecasaca de panno azul ferrete abotoada até ao 4.<sup>o</sup> botão; calça do mesmo panno ou de brim branco; chapéo armado; espada com fiador; talim; passadeiras e dragonas; divisas nos

continua >

punhos ; luvas de pellica branca ; botinas de couro de bezerro, lisas e sem biqueiras ; camisa como no primeiro uniforme, gravata preta.

Este uniforme só será usado em actos officiaes e visitas aos navios de guerra nacionaes ; apresentações ao Ministro da Marinha e ao chefe do Estado-Maior-General da Armada, e aos chefes de repartições e estabelecimentos militares ; recepções do Presidente da Republica ou do Ministro da Marinha, quando for a visita annunciada, e em mostras especiaes determinadas pelo commandante laute.

### TERCEIRO UNIFORME

Sobrecasaca de panno azul ferrete abotoada até ao 4º botão ; calça do mesmo panno ou de brim branco ; bonnet ; passadeiras ; divisas nos punhos ; espada com fiador ; talim ; luvas de pellica branca ; botinas de couro de bezerro, lisas e sem biqueira ; camisa como no 1º uniforme, gravata preta.

Este uniforme será usado em serviço externo em terra, nas mostras ordinarias passadas pelo commandante do navio, ou o da divisão ou força ou pelo chefe do Estado-Maior-General ; estas sendo previamente avisadas.

Os officiaes generaes com este uniforme, em vez dos bordados das respectivas patentes, usarão a meio dos punhos da sobrecasaca, do lado exterior das mangas, dos emblemas das dragonas.

Os punhos das mangas serão guardados por um cordão ondoado de canutilho de ouro fosco dobrando na costura posterior da manga em forma de canhão.

Este é o uniforme que será usado em passeio, sendo então sem espada nem talim, com a sobrecasaca desabotoada e com colete de panno azul ferrete ou de brim branco.

### QUARTO UNIFORME

Dolman e calça de flunella azul ferrete e de brim branco, e de brim de mescla azul ; bonnet, espada, talim e fiador.

É o uniforme privativamente especial para uso interno nos navios, arsenaes, quartéis e estabelecimentos militares e para as communicações entre os mesmos. Em serviço será usado com espada e fiador, talim e luvas brancas de fio de algodão.

Neste uniforme se usará camisa branca e botina de couro de bezerro, como no terceiro, ou sapato liso de lona branca, sem biqueira, para a estação calmosa ou nos climas quentes.

O dolman e calça de brim azul de mescla só serão usados para trabalhos nas torres dos encouraçados, nas machinas, torpedeiros, officinas dos arsenaes e nas flotilhas do Amazonas, Pará e Matto Grosso.

## DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO PRIMEIRO UNIFORME

*Casaca*

Do panno azul ferrete com duas ordens de seis botões de 0<sup>m</sup>,020 de diametro, cada uma, sendo os primeiros na cintura e os outros em espaços iguaes até ao pescoço ; duas inglezas de 0<sup>m</sup>,045 de largura em baixo, 0<sup>m</sup>,065 no centro e 0<sup>m</sup>,055 em cima ; beira aberta ; gola deitada, tendo no centro a largura de 0<sup>m</sup>,030, mangas de duas costuras apertando proporcionalmente para o extremo inferior, punhos de 0<sup>m</sup>,075 de altura, sem abertura ; abas à franceza, sem fransido, com o comprimento de modo que o extremo fique distante 0<sup>m</sup>,080 da curva da perna. Nas costas, na altura da cinta, dous botões e dous outros na extremidade das abas, separados, de 0<sup>m</sup>,080. Os punhos serão ornados com as respectivas divisas e guarnecidos na costura da parte posterior com tres botões de 0<sup>m</sup>,013 de diametro, a partir da junção do punho à manga, distanciados entre si de 0<sup>m</sup>,025.

*Calça*

Do mesmo panno da casaca, direita sufficientemente comprida a cair sobre a botina, tendo as costuras exteriores sem pestanas e guarnecidas de galão de ouro, sendo :

Para os almirantes — lavrado de folha de carvalho, largura 0<sup>m</sup>,040.

Para os officiaes superiores — lizo, de quatro cordões, largura 0<sup>m</sup>,040 ;

Para os officiaes subalternos — lizo de dous cordões, largura, 0<sup>m</sup>,025.

*Chapéu armado*

De pello de seda preta, abas de 0<sup>m</sup>,130 de altura do lado esquerdo e 0<sup>m</sup>,110 do lado direito, sendo a base, abas e pontas guarnecidas de fita preta de chamalote de 0<sup>m</sup>,030 de largura ; cada ponta terá 0<sup>m</sup>,10 de comprimento ; ao lado direito uma presilha de galão lavrado de folha de carvalho, dourado, de 0<sup>m</sup>,019 de largura, dobrado de modo a formar ponta na parte de cima, tendo a separação de 0<sup>m</sup>,001 no centro e vindo terminar direito junto à carneira ; ligeiramente inclinada de deante para trás e guarnecida de um cordão ondado a fio de ponto real ; sobreposto e a meio desta presilha um tope nacional de 0<sup>m</sup>,010 de diametro total formado por circulos concentricos superpostos de gorgônio de seda verde, amarella e azul, com os seguintes diametros : o verde, 0<sup>m</sup>,041 ; o amarelllo, 0<sup>m</sup>,039 ; e o azul, 0<sup>m</sup>,029, tendo este o cruceiro feito de estrellas de esmaltado de prata, um pouco inclinada para trás ; borlas cobertas de galões de

esteira de 0<sup>m</sup>,040 de largura, sendo as pontas guarnecidas com voltas de canotilho n. 1/1, e sendo a copa do chapéo guarnecida de arminho branco. Este para os almirantes.

Para os officiaes superiores — do mesmo modelo e dimensões que para os almirantes, mas sem a guarnição de arminho.

Para os officiaes subalternos — do mesmo modelo e dimensões que para os superiores, sem a guarnição de cordão ondeada na presilha do lado.

### *Passadeiras*

Para os almirantes — de panno azul ferrete, de 0<sup>m</sup>,090 de comprimento e 0<sup>m</sup>,030 de largura, com os bordados seguintes: guarnição de cordão de canotilho de ouro fosco de 0<sup>m</sup>,003 de largura e 0<sup>m</sup>,002 de altura; no centro uma ancora de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento e em cada extremidade uma estrella de 0<sup>m</sup>,015 do diametro, sendo todas bordadas á prata.

Para os officiaes superiores — do mesmo modelo e dimensões que para os almirantes, sendo, porém, a ancora bordada a ouro.

Para os officiaes subalternos — do mesmo modelo e dimensões que para os superiores, sendo as estrellas bordadas tambem a ouro.

As passadeiras serão fixas aos hombros.

### *Divisas*

Para os almirantes serão bordadas a ouro e da seguinte fórma:

Almirante — canhão de 0<sup>m</sup>,110 de largura formado por dous cordões, sendo o exterior direito e o fio de ponto real, tendo 0<sup>m</sup>,010 de largura pela parte interna, e o interior ondeado e a canotilho fosco; dentro do canhão, ramagem dupla de folhas e fructos de carvalho, sendo as folhas e os fructos voltados para o centro.

Vice-almirante — canhão formado por tres cordões de 0<sup>m</sup>,010 de largura, a fio de ponto real com escamas; dentro deste uma ramagem de carvalho com dupla ordem de folhas e fructos.

Contr-almirante — canhão formado por dous cordões a fio de ponto real com escamas; dentro deste uma ramagem singela de carvalho com folhas e fructos pelo lado de dentro do canhão e sómente fructos pelo lado externo.

Para os demais officiaes as divisas serão de galões de 0<sup>m</sup>,007 de largura, guardando entre si a distancia de 0<sup>m</sup>,005, e que partirão da costura da junção do punho para baixo, sendo:

Para o capitão de mar e guerra, seis galões dourados;

Para o capitão de fragata, cinco galões, sendo o do meio de prata e os outros quatro dourados;

Para o capitão-tenente, quatro galões dourados;

Para o 1.<sup>o</sup> tenente, tres galões;

Pára o 2º tenente, dous galões ;

Pára o guarda-marinha, um galão, sendo também todos dourados.

### *Dragonas*

Para os almirantes — de ouro com pala convexa de galão de 0<sup>m</sup>,065 de largura e do comprimento do hombro, palmatoria guarnecida com uma roca de fio de ouro fosco e lustroso intermedio de 0<sup>m</sup>,012 de diametro, afinando para os extremos; os lados da pala e a parte de dentro da palmatoria junto á roca, ornados com bordado de canotilho fosco e lustroso de 0<sup>m</sup>,15 de largura, sendo a parte externa guarnecida por um cordão ondado de canotilho de ouro fosco; um botão de 0<sup>m</sup>,011 no meio da pala e distante 0<sup>m</sup>,015 do extremo interno; franjas de duas ordens de canotilho lustroso n. 55 de 0<sup>m</sup>,70 de comprimento.

A palmatoria será ornada com os seguintes bordados a prata: para o almirante, um triângulo equilatero de estrellas de 0<sup>m</sup>,015 de diametro; para o vice-almirante, duas estrellas de 0<sup>m</sup>,020 de diametro, collocadas uma ao lado da outra; para o contra-almirante, uma estrella de 0<sup>m</sup>,025 de diametro.

Para os officiaes superiores e subalternos, as mesmas do modelo actualmente em vigor.

### *Esquadra*

Para todos os officiaes — do punho preto, rematando em uma ancora prateada, dentro de um escudo elliptico de estrellas também prateadas, circumdado por dous ramos dourados de louro e carvalho unidos pelos pés; guarda de meio copo aberto, dourado, formando folhas de carvalho, tendo pela parte externa uma ancora de prata encimada por uma estrella do mesmo metal (sendo a ancora de 0<sup>m</sup>,070 e a estrella de 0<sup>m</sup>,015 de diametro); arco do metal dourado também, da cabeça do punho á guarda e lavrado como mostra o modelo; lamina chata e direita com a maior largura de 0<sup>m</sup>,025 e comprimento de 0<sup>m</sup>,850 a 0<sup>m</sup>,900; bainha de couro preto envernizado com bocal de 0<sup>m</sup>,120, e braçadeira de 0<sup>m</sup>,080 e ponteira de 0<sup>m</sup>,260, tudo de metal dourado. Termina a ponteira um golinho e no bocal e braçadeira haverá simplesmente um adorno imitando um nó direito do cabo, em que passarão as argolas para prender ao talim. A lamina terá como unicos adornos as iniciais E. U. B. sobrepostas a uma ancora de um lado e as armas da Republica do outro, collocadas 0<sup>m</sup>,10 abaixo do copo.

### *Fidior*

Para os almirantes — de duplo cordão de fleira dourado de 0<sup>m</sup>,004 de diametro e 0<sup>m</sup>,022 de comprimento, terminado por borla achatada de 0<sup>m</sup>,080 de comprimento e 0<sup>m</sup>,040 de largura,

com bordado a ouro de folhas de carvalho sobre galão de feira, tendo nas extremidades della dous passadores de fio fosco e sendo rematada por duas pequenas voltas cruzadas de canotão de ouro de 0<sup>m</sup>,007. A meio do cordão será dada a volta do fiador.

Para os officiaes superiores — das mesmas dimensões que para os almirantes, sendo a borla achatada encanastrada a fio de ouro fosco e lustroso intermediado.

Para os officiaes subalternos — de cordão dourado da mesma qualidade e dimensões que para os officiaes superiores, terminado por borla em forma de pêra de 0<sup>m</sup>,005 de comprimento e 0<sup>m</sup>,025 de maior diametro, encanastrada a fio de ouro fosco e lustroso intermediado, com um só passador na parte superior e rematada pelas duas pequenas voltas de canotão de 0<sup>m</sup>,007, como já ficou descripto.

### *Talim*

Para os almirantes — de galão de ouro de quatro cordões, forrado de velludo azul celeste, chapa circular dourada de 0<sup>m</sup>,050 de diametro, tendo no centro uma ancora prateada disposta verticalmente, rodeada de 21 estrellas, sendo a que ficar por cima do anête de duplo tamanho das outras e prateada, tudo cercado de dous ramos que se prendem pelo pé, de louro e carvalho, em relevo fosco sobre campo polido.

Duas guias duplas de galão de ouro de um cordão e de 0<sup>m</sup>,15 de largura, forradas de velludo azul celeste, com passadores de metal dourado, presos a corrediças formadas por ancoras douradas com o anête para baixo, conforme o modelo.

O colchete da fivella de encurtar ou alargar o cinto prenderá em ilhozes dispostos do lado interno do talim.

Para os officiaes superiores — de retroz azul celeste trançado, formando cordões no sentido vertical; na parte superior e inferior, de 0<sup>m</sup>,002 de grossura cada cordão, e alternadamente cobertas de fio de ouro um sim e outro não, mediando entre os cordões de cima e os de baixo o espaço de 0<sup>m</sup>,016, que será tecido em forma de quadras pequenas.

A largura do talim será 0<sup>m</sup>,043; a chapa será igual á do dos almirantes e a fivella prenderá do mesmo modo.

Para os officiaes subalternos, de cadarço da mesma seda e tecido de quadradinhos nas orlas e cordões no centro, sendo estes alternadamente, um coberto de fio de ouro, outro simples.

As dimensões e metaes, como para os officiaes superiores.

### *Gravata*

Para todos os officiaes, de laço pequeno de gorgorão de seda preta ou branca, da largura de 0<sup>m</sup>,025.



*Botões*

Para casaca, sobrecasaca e collete, convexos, dourados, tendo dous circulos concentricos em relevo, sendo o inscripto aberto na parte superior, entre os quaes haverá um circulo de vinte estrellas tambem em relevo.

Na parte central haverá uma ancora com amarra, disposta verticalmente, encimada por estrellas tres vezes maior que as outras, mas no mesmo alinhamento dellas, occupando a abertura deixada na parte superior dos circulos.

Todas as partes salientes do botão serão polidas, sendo o campo fosco e barilado.

Os botões das fardas terão 0<sup>m</sup>,020 de diametro, os das mangas 0<sup>m</sup>,013 e os do collete 0<sup>m</sup>,011.

*Collete*

De panno azul ferrete ou de casemira branca, sem gola, aberto, acompanhando a casaca, abotoando por uma só ordem de quatro botões de 0<sup>m</sup>,11, do modelo já descripto.

## DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO SEGUNDO UNIFORME

*Sobrecasaca*

De panno azul ferrete, com duas ordens de seis botões cada uma, sendo os mais baixos na cintura e os outros em espaços iguaes até ao pescoço; duas ingletas de 0<sup>m</sup>,045 de largura em baixo, 0<sup>m</sup>,065 no centro e 0<sup>m</sup>,055 em cima; beira aberta; gola deitada, tendo a largura de 0<sup>m</sup>,030 no centro; mangas de duas costuras apertando proporcionalmente para o extremo inferior; punhos de 0<sup>m</sup>,075 de altura sem abertura e guarnecido na costura da parte posterior por tres botões de 0<sup>m</sup>,013 a partir da costura da junção do punho e separados entre si de 0<sup>m</sup>,025; abas sem franzido, excedendo de 0<sup>m</sup>,025 o comprimento do braço, quando estendido, até ao extremo do dedo maior; pestana de 0<sup>m</sup>,020 nas abas; na altura das algibeiras um botão no meio e outro no extremo inferior, e dous na feição para descaçar sobre elles o talim, tendo os centros a distancia de 0<sup>m</sup>,080.

*Calça*

De panno azul ferrete sem gola, ou de brim branco, do feitio já descripto no primeiro uniforme.

Dragoas, pascadeiras, divisas, chapéo armado, espada, fiador e talim, como os já descriptos no primeiro uniforme.

## DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO TERCEIRO UNIFORME

Sobrecasaca, passadeiras, divisas e espada, como os do segundo uniforme.

*Bonnet*

De panno azul ferrete, de 0<sup>m</sup>,045 de altura, tendo a circumferencia da copa maior 0<sup>m</sup>,130 que a da base, quartos de 0<sup>m</sup>,035 de largura; será guarnecido de uma cinta de seda preta tendo bordada a ouro uma ramagem de folhas e fructos de carvalho com ancoras entrelaçadas a intervallos, conforme o modelo e tendo na parte inferior e superior um cordão de canotillos de ouro fosco e lustroso de 0<sup>m</sup>,003 de largura; na frente a ramagem se interromperá fazendo um espaço de 0<sup>m</sup>,035 no qual se collocarão estrellas de prata de accordo com a patente: para os almirantes. Na frente, por cima da cinta, terá como emblema uma ancora bordada a ouro de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento, collocada verticalmente. A pala será de couro preto envernizado, forrada de marroquim preto, curva, affectando a fôrma de telha, tendo na maior largura 0<sup>m</sup>,050, e inclinada 15° da horizontal. Quatro ilhozes pretos, dous de cada lado, collocados acima da cinta para permittir a ventilação. Em cada extremo da pala haverá um botão de 0<sup>m</sup>,011, nas quaes se prenderá um cordão de ouro fosco torcido de 0<sup>m</sup>,003 de diametro com dous passadores encanastrados a fio fosco.

Para os officiaes superiores e subalternos: do mesmo modelo e dimensões já descriptas para os almirantes, sendo, porém, guarnecida de uma simples cinta de fita de seda preta de 0<sup>m</sup>,035 de largura (trançada em quadradinhos) e sobre esta a designação da graduação por meio de galões dourados (conforme as divisas) de 0<sup>m</sup>,002 de largura, collocados parallelamente á base e simetricas em relação á linha mediana da cinta, e guardando entre si a distancia de 0<sup>m</sup>,005. Na frente, por cima da cinta, terá o mesmo emblema. Usar-se-ha tambem calça de brim branco com a mesma cinta e sem o emblema.

*Talim*

Para todos os officiaes — de retos de seda azul ferrete trançado em quadradinhos e forrado internamente de couro, tendo as mesmas dimensões e metaes dourados, com guias do mesmo modelo já prescriptas para o primeiro uniforme.

*Fiador*

Do mesmo modelo e dimensões estabelecidos no primeiro uniforme, sendo, porém, o cordão de retroz verde e amarello igual ao adoptado no Exercito.

*Collete*

Para todos os officiaes — de panno azul ferrete ou de brim branco, abotoado por uma unica ordem de seis botões de 0<sup>m</sup>,011, sem gola e aberto como a sobrecasaca.

## DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO QUARTO UNIFORME

*Dolman*

De flanela azul ferrete, brim branco ou de mescla azul, do feitio seguinte: costas sem costura no meio, tendo um meio quarto com aberturas dos lados, sendo a do esquerda sufficientemente longa para deixar passar a espada, frente abotoada por um colchete, na gola, e sete botões de gutta-percha, ficando o lado esquerdo por cima do direito por meio de umaingleza cosida até em baixo, onde as deanteiras serão cortadas em angulo recto; gola em pé de 0<sup>m</sup>,030 de altura e mangas de duas costuras sem canhão. A frente, extremidades e costuras das costas serão guarnecidas de uma fita de lã preta de 0<sup>m</sup>,020 de largura, outra da mesma dimensão, parallelamente com a separação de 0<sup>m</sup>,010, e entre ellas um soutache de 0<sup>m</sup>,003 de largura.

Os postos dos officiaes serão designados nos punhos por divisas de galões como as já estabelecidas no primeiro uniforme, porém volantes e as dos almirantes por meio de estrellas, como no 3º uniforme.

Como distinctivo terá uma ancora de prata de 0<sup>m</sup>,035 de cada lado da gola com o anete voltado para a frente.

As fitas para o dolman de brim branco serão brancas, da mesma largura que para o dolman azul, e bem assim o soutache.

O dolman de mescla não será guarnecido de fita, tendo apenas nos punhos os postos designados por galões brancos e pretos, correspondendo respectivamente aos prateados e dourados e as ancoras na gola (de prata).

*Calça*

De fazenda igual á do dolman e do feitio descripto nos outros uniformes; a calça de flanela azul terá uma fita igual á do dolman, ao longo da costura exterior da perna.

Bonnet, espada, fiador e talim, como os estabelecidos para o 3º uniforme.

*Copote*

Para todos os officiaes em qualquer dos uniformes — de impermeavel azul ferrete para o tempo chuvoso, ou de panno piloto azul ferrete para o tempo frio; feitio liso, sem mangas, de abas

longas a 0<sup>m</sup>,30 do chão; peito de traspasse; gola redonda da mesma fazenda e larga bastante para proteger os ouvidos, quando levantada; seis botões lisos de gutta-percha de 0<sup>m</sup>,025 de diametro com uma ancora em relevo disposta verticalmente, sendo os mais baixos na altura dos joelhos e os outros em espaços iguaes até ao pescoço; na altura da cintura uma abertura do lado esquerdo sufficiente para deixar passar os copos da espada. Terá tres algibeiras com abertura horizontal e portinholas. Um cabecão com capuz das mesmas fazendas para ser abotoado por baixo da gola. O cabecão deverá descer até à phalange do dedo pollegar e ter roda bastante para abotoar na frente, ainda mesmo com as dragonas; nas costas terá pela parte interna e a 0<sup>m</sup>,10 da bainha dous botões lisos de gutta-percha para segural-o ao capote por meio de presilhas com casas. O capuz será bastante largo para cobrir a cabeça com o bonnet, e pela parte externa deste serão os postos designados por meio de soutaches dourados de 0<sup>m</sup>,002 com a separação de 0<sup>m</sup>,003, cozidos ao capuz em torno da bocca do mesmo.

O cabecão pôde ser usado com o capote.

#### DISTINCTIVO DOS OFFICIAES DO ESTADO-MAIOR DE ALMIRANTES

Os officies do estado-maior de esquadras ou outras forças navaes, os capitães de bandeira, bem como os secretarios e os ajudantes de ordens de almirantes commandando, ou dirigindo repartições militares, usarão alamares de cordão de ouro de 0<sup>m</sup>,005 de diametro, formando tres voltas designaes e duas tranças feitas do mesmo cordão com duas agulhetas pendentes das pontas das mesmas, sendo uma de 0<sup>m</sup>,450 e outra de 0<sup>m</sup>,670 de comprimento, cada uma com tres nos de cinco voltas, tudo preso em uma pequena trança de cordão, forrada de velludo azul ferrete, que prenderá no hombro esquerdo.

#### CLASSES ANNEXAS

Os officiaes das classes annexas usarão dos mesmos uniformes já prescriptos, com as seguintes modificações:

no chapéo armado, a presilla com tope será sobreposta à seda de côr (correspondente de classe), de modo a ser visivel no centro e deixar apparecer em torno uma orla de 0<sup>m</sup>,002, sendo as côres: verde-mar para os machinistas, armezim para os medicos e pharmaceuticos e branca para os commissarios;

nas passadeiras, a ancora será substituida pelo distinctivo da classe, que consistirá em: um cylindro, para os machinistas; duas pennas cruzadas em angulo de 120° com os bicos para a parte de baixo, para os commissarios; o caduceu de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento, para os medicos, e o gral com uma cobra, para os pharmaceuticos;

nas divisas, vivos de 0<sup>m</sup>,005 de largura, da cor correspondente à classe, collocadas nas partes externas;

nas dragonas, forro pela parte de baixo de velludo da cor correspondente à classe;

no bonnet, a cinta de seda será orlada nas partes superior e inferior por vivos de 0<sup>m</sup>,002 de largura, da cor correspondente à classe;

nos dolmans, o distinctivo da gola será o da classe, de prata, como o descripto para as passadeiras.

#### ASPIRANTES

##### *1º uniforme*

Sobrecasaca abotoada até ao 4º botão; calça de panno azul ou de brim branco; bonnet; platinas; espada; fiador; talim; luvas de pellica branca; botinas de couro de bezerro, lisas e sem biqueira; canisa branca do peito liso e collarinho em pé, fechando direito; gravata de gorgorão de seda preta.

Este uniforme será usado em todos os actos de serviço externo e nos que exige o 2º uniforme ou o 1º para os officiaes.

Em passeio será o mesmo uniforme, sem as platinas, a espada e o talim, podendo ser a sobrecasaca desabotoada, mas com o collete de panno ou de brim branco (do modelo já descripto).

Com excepção das platinas, as demais peças deste uniforme são inteiramente iguaes ás estabelecidas no 3º uniforme para os officiaes subalternos.

##### *Platinas*

Bordadas a ouro sobre panno azul-ferrete e conforme o modelo adoptado e em vigor.

##### *Distinctivo*

Consistirá em duas ancoras, de 0<sup>m</sup>,040 de comprimento, cruzadas pelas hastes e bordadas a ouro no lado externo de cada manga da sobrecasaca e collocadas no ante-braco a 0<sup>m</sup>,130 do bocca da manga.

##### *2º uniforme*

Dolman e calça de flanela azul ou de brim branco; espada, talim, fiador, luvas de fio de algodão, bonnet, canisa branca, botinas de couro de bezerro, tudo inteiramente igual ao modelo já descripto para os officiaes. É o uniforme privativo para todo o serviço interno.

O distinctivo será igual ao estabelecido no 1º uniforme, porém de prata.

Capote — do mesmo modelo que para os officiaes.

## ASPIRANTES A COMMISSARIO

Usarão dos mesmos uniformes que os aspirantes a guarda-marinha, substituindo nas mangas da sobrecasaca as duas anco-  
ras por duas pennas cruzadas ; tendo a cinta do bonnet avivada  
de branco, e as platinas forradas de velludo branco.

## OFFICIAES HONORARIOS

Usarão sómente do 3º uniforme estabelecido para os officiaes  
da Armada, com as modificações seguintes:

as passadeiras serão da mesma fôrma, porém com o compri-  
mento de 0<sup>m</sup>.075, tendo no centro apenas uma ancora de 0<sup>m</sup>.040 ;  
as divisas serão orladas exteriormente de vivos, de 0<sup>m</sup>.005 de  
largura, de casimira azul-clara ;  
a cinta do bonnet terá vivos da mesma côr, de 0<sup>m</sup>.002 de largura.

## PRATICOS

Os praticos que tiverem honras de officiaes usarão do 3º uni-  
forme estabelecido para os officiaes, tendo nas passadeiras a  
ancora substituida por um prumo e nas mangas um prumo de  
0<sup>m</sup>.05 de comprimento bordado a ouro e collocado verticalmente  
0<sup>m</sup>.025 acima das divisas.

Os que não tiverem honras officiaes usarão dos uniformes  
estabelecidos para os officiaes inferiores, sem divisa, com os dis-  
tinctivos seguintes, conforme a classe :

- 1ª classe — um prumo de 0<sup>m</sup>.05 em cada braço ;
- 2ª classe — um prumo no braço direito ;
- 3ª classe — um prumo no braço esquerdo.

## COZINHEIROS E CRIADOS

Usarão uma blusa abotoada, de gola em pé, de flanela azul fer-  
rete ou brim branco, com cinco botões de gutta-percha, sendo as  
deanteiras cortadas em angulo recto ; bonnet, do modelo dos infe-  
riores, sem ancora ; camisa branca e gravata preta ; calça de  
flanela azul ferrete ou de brim branco.

Em serviço a bordo usarão gorro e avental.

## PARA OS OFFICIAES DO ESTADO-MENOR

## PRIMEIRO UNIFORME

Paletot de panno azul ferrete ; calça do mesmo panno ou de  
brim branco ; bonnet ; espada ; fiador ; talim ; luvas de fio de  
algodão ; camisa branca ; botinas de couro de bezerro ; gra-  
vata preta.

Este uniforme será usado em actos de mostra e em passeio, sendo neste caso sem espada e talim, e também em serviço externo.

#### SEGUNDO UNIFORME

Dolmans e calças de flanela azul ferrete, brim branco e de mescla ; bonnet ; espada ; fiador ; camisa branca ; gravata preta ; botinas de couro de bezerro.

Este é o uniforme privativo para serviço interno : será usado com o talim e a espada sómente no acto do serviço.

O dolman e a calça de mescla azul só serão usados nos trabalhos de baldeações, porões, paleos, amarras, apparelho, pintura, etc.; e nas flotilhas, como para os officiaes do estado-maior.

#### DESCRIÇÃO

Paletot de panno azul ferrete, justo ao corpo ; peito de tras-passe, com duas ordens de seis botões, sendo os primeiros na cintura e os outros em espaços iguaes até ao pescoço, tendo as deanteiras cortadas em angulo recto ; o comprimento será até a raiz do dedo pollegar do braço estendido. O paletot será usado sempre abotoado até ao 4º botão.

Calças, camisa, gravata e botinas, do mesmo modelo estabelecido para os officiaes do estado-maior.

#### *Bonnet*

Do mesmo modelo que o dos officiaes do estado-maior, sendo, porém, o cordão dourado substituido por uma corréa de couro preto envernizado de 0<sup>m</sup>,01 de largura com dous passadores do mesmo couro. Também será usada a capa de brim branco do mesmo modelo que a azul.

#### *Espada*

De punho preto, rematando em uma ancora dentro de uma ellipse de arame ; meos copos lisos com uma ancora dourada em relevo na guarda-tudo de metal branco ; lamina chata, lisa e direita com 0<sup>m</sup>,025 de largura e comprimento de 0<sup>m</sup>,85 a 0<sup>m</sup>,90 ; bainha de couro preto envernizado com bocal de 0<sup>m</sup>,12, braçadeira de 0<sup>m</sup>,08 e ponteira de 0<sup>m</sup>,20, sendo tudo de metal branco e liso. O bocal e a braçadeira terão argolas para prender ao talim.

#### *Fiador*

Todo de couro preto envernizado, do mesmo modelo do descripto para os officiaes subalternos.

*Talim*

De couro preto envernizado, dobrado, de 0<sup>m</sup>,045 de largura ; chapa circular dourada de 0<sup>m</sup>,050 de diametro, tendo no centro uma ancora em relevo, disposta verticalmente, rodeada por 21 estrelas, sendo a que ficar por cima do anête de tamanho duplo das outras. Duas guias duplas de couro envernizado de 0<sup>m</sup>,015 de largura, com passadores de metal dourado, presos a corrediças formadas por ancoras douradas com o anête voltado para baixo.

*Botões*

Dourados e do mesmo formato e dimensões dos dos officiaes do estado-maior, tendo, porém, na parte central apenas uma ancora com amarra disposta verticalmente.

*Dolmans*

Como os dos officiaes do estado-maior, porém sem os adornos de cadarço.

*Capote*

Como já ficou estabelecido para os officiaes do estado-maior, porém sem distinctivo nem divisa alguma.

*Divisas e distinctivos*

No 1º uniforme — Para os mestres (1<sup>os</sup> mestres)—duas ancoras de 0<sup>m</sup>,040 de comprimento, cruzadas pelas hastes, bordadas a ouro na face externa de cada manga e collocadas no ante-braco a 0<sup>m</sup>,13 da bocca da manga ;

Para os contra-mestres (2<sup>os</sup> mestres) — uma só ancora em cada manga, com a mesma dimensão e dispostas do mesmo modo ;

Para os guardiães (1<sup>os</sup> guardiães)—a divisa se comporá de tres galões de corlão de 0<sup>m</sup>,007 de largura, em fôrma de V, cosidas à manga do braço esquerdo, com a abertura de 0<sup>m</sup>,070, sendo a meio uma ancora dourada de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento, collocada verticalmente ;

Para os guardiães extranumerarios (2<sup>os</sup> guardiães)—a mesma disposição que para os 1<sup>os</sup> guardiães, sendo, porém, de dous galões sómente.

Os outros inferiores usarão das mesmas divisas, conforme sejam da 1ª ou 2ª classes, sendo ellas avivadas externamente e com os distinctivos correspondentes:

Para os carpinteiros — um esquadro e um compasso entrelaçados ;



Para os calafates — dous macetes cruzados ; ambos estes artifices terão as divisas avivadas de casimira azul marinho ;

Para os serralheiros, uma bigorna ;

Para os caldeiros, ambos terão nas divisas vivos verdes ;

Para o fiel, um peso de fôrma prismatica ;

Para o escrevente, uma penna horizontal ; ambos terão vivos brancos ;

Para o enfermeiro, um caduceu de mercurio, e vivos carmezim.

Todos estes inferiores usarão os bonnets com vivos das côres correspondentes.

Nos dolmans de flanela as divisas serão de cadaço de lã lustrosa, das mesmas dimensões e fôrma que as de galão, sendo os distinctivos de prata ; nos de brim as divisas serão de cadaço branco.

#### SUB-AJUDANTES E PRATICANTES MACHINISTAS

Continuarão a usar uniformes como actualmente em vigor, modificando apenas a sobrecasaca, o bonnet e o distinctivo, de accordo com os modelos descriptos neste plano.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

1 — E' vedado o uso de qualquer dos uniformes fóra dos casos previstos neste regulamento, sendo expressamente prohibido o uso do 3º uniforme nos serviços internos dos navios, arsenaes, etc. ;

2 — A camisa branca no 1º uniforme só terá um botão no meio do peito ;

3 — E' expressamente prohibido o uso de gravata de modelo diverso do prescripto no presente plano, bem como qualquer adorno de ouro, prata ou pedras na mesma ;

4 — E' permittido entrar ou sahir de bordo á paizana aos officiaes do estado-maior, devendo, porém, ficar todos convenientemente uniformizados cinco minutos depois da entrada e nunca permanecerem na tolda com o traje civil ;

5 — Todos os officiaes (commandante, officiaes e inferiores) são obrigados a vestir o uniforme do dia, acompanhando a guarnição ;

6 — Todos os officiaes de quarto a bordo e os de estado nos corpos de marinha ou nos estabelecimentos navaes devem trazer o talim á cinta com a espada, bem como os inferiores ;

7 — E' expressamente prohibido o uso de guarda-chuva, guarda-sol, ou bengala com qualquer dos uniformes, mesmo em passeio ;

8 — Em qualquer serviço externo, devem os officiaes trazer sempre a espada á cinta ;

9 — Em passeio pôde ser usado indifferentemente o bonnet azul ou branco ; em formatura, porém, isso será determinado pela autoridade competente ;

10 — Nas forças de desembarque para paradas os officiaes trarão ~~bravet~~ branco com o segundo uniforme, em vez de chapéo armado;

11 — Quando uniformizados, é vedado a todos os officiaes o uso de qualquer peça do traje civil (calça, collete, luvas, gravata, sobretudo, etc.) e, quando á paizana, o de qualquer peça do uniforme;

12 — Aos aspirantes, bem como aos inferiores, é expressamente prohibido andar á paizana, embora em passeio, ainda mesmo no estrangeiro;

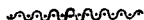
13 — O uniforme de passeio (o terceiro) será usado sómente com o collete, descripto neste plano, ou com a sobrecasaca abotoada;

14 — O signal de luto será uma fita de crepe atada no braço esquerdo; sendo nacional, terá tambem um laço de crepe no copo da espada;

15 — Os engenheiros navaes continuarão a usar o distinctivo actualmente em vigor: o globo de prata acima das divisas;

16 — Os commandantes dos navios e corpos e os chefes das repartições militares da Marinha ficam responsaveis pela fiel observancia deste plano;

17 — Ao Quartel-General da Armada cabe resolver as duvidas sobre a intelligencia das disposições contidas neste plano.



#### DECRETO N. 1881— DE 7 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva as instrucções regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, resolve approvar, para vigorarem na Estrada de Ferro de Caxias e Cajazeiras, as instrucções regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas que com este baixam, assignadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras no Estado do Maranhão.

TRANSPORTE DE VIAJANTES

*Bilhetes ordinarios*

Art. 1.º As tarifas ns. 1 e 2 applicam-se ao transporte de viajantes divididos em duas classes.

Art. 2.º Os meninos menores de oito annos pagarão meia passagem, ficando, porém, á estrada salvo o direito de accomodar no mesmo logar dous nestas condições, embora não da mesma familia. Os menores de tres annos de idade, conduzidos ao collo, terão passagem gratuita.

Art. 3.º Os viajantes só terão entrada nos carros com bilhete ou passe em fórma, dado por funcionario da estrada, para isso autorizado pelo representante da companhia.

Art. 4.º A venda dos bilhetes começa meia hora e cessa cinco minutos antes da hora marcada para a partida do trem, e dous minutos antes da mesma hora fecha-se a porta de entrada para a plataforma de embarque.

Art. 5.º Os bilhetes e passes devem ser apresentados na entrada para a plataforma das estações, conservados para serem entregues ou exhibidos sempre que os exigirem os empregados da estrada.

Art. 6.º A entrada nas plataformas das estações é vedada ás pessoas não munidas de bilhetes.

Art. 7.º O viajante que recusar-se a exhibir o bilhete ou passe, quando isso for exigido pelos empregados da estrada, é considerado sem bilhete, e como tal sujeito ás penas comminadas no art. 11, embora venha a exhibil-o mais tarde.

Art. 8.º Os bilhetes simples e passes só darão direito á passagem no trem, dia, classe e até á estação nelles indicada.

Art. 9.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada não são transferiveis ; seus portadores não podem viajar em carro de classe superior á nelles designada, ainda que paguem a differença correspondente.

Art. 10. A estrada tem o direito de tomar qualquer dos passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentados por outras pessoas que não sejam as nelles designadas, cobrando o duplo do preço da passagem e arrecadando os passes.

Art. 11. Os viajantes sem bilhetes, portadores de bilhetes não carimbados, ou que tenham carimbo de outro dia ou trem, salvo as disposições relativas aos bilhetes de ida e volta, pagarão o preço de sua passagem com a multa de 10 %, sendo o minimo

de 200 réis a contar do ponto inicial da partilha do trem, e no caso de terem procedido de má fé, ficarão igualmente sujeitos á multa de 10\$ a 20\$ 000.

Art. 12. Os viajantes que excederem o trajecto a que teem direito pagarão a viagem addicional, munindo-se de novo bilhete na estação terminal do percurso indicado no bilhete.

Os viajantes encontrados em classe superior á indicada em seus bilhetes ou passes pagarão o preço de sua viagem contada do ponto de partida do trem, si não estiver provada a estação de sua procedencia, ou provada esta, o preço conta'lo della, nas condições do artigo anterior; em qualquer dos casos, sem levar em conta o que já houver pago.

No caso de dolo flagrante, ficará mais sujeito ás penas do art. 104 do regulamento geral de 26 de abril de 1857.

Art. 13. O viajante que quizer passar de um carro ordinario para algum dos logares reservados, podel-o-ha fazer, pagando a taxa addicional correspondente ao logar reservado, a partir da estação em que tiver embarcado.

Si o bilhete de que estiver munido for de 2ª classe, terá de pagar ao mesmo tempo a differença entre o preço desta e o da 1ª a partir da estação em que tiver embarcado.

Art. 14. O viajante portador de bilhete simples, que ficar em qualquer ponto áquem do designado em seu bilhete, deve entregar este ao agente da estação, e perde o direito ao resto da viagem, que só poderá effectuar comprando novo bilhete.

#### *Bilhetes de ida e volta e de assignaturas*

Art. 15. Concedem-se bilhetes de ida e volta em 1ª e 2ª classes sómente nos trens ordinarios, de accordo com a tarifa ns. 3 e 4.

Estes bilhetes serão válidos por oito dias, inclusive o em que for comprado, e só poderão ser utilizados para as estações ou até ás nelles designadas.

Art. 16. Os bilhetes de ida e volta dão direito a uma só viagem em cada sentido.

Si o viajante ficar em qualquer estação intermediaria, considerar-se-ha vencido o direito ao resto da viagem, no sentido em que ella for feita.

Art. 17. A companhia poderá emittir bilhetes de assignatura, nos trens ordinarios, para a 1ª classe, ida e volta, para quatro ou mais viagens mensaes, entre pontos certos, com os seguintes abatimentos sobre a tarifa geral:

|                   |      |
|-------------------|------|
| Para um mez.....  | 10 % |
| » tres mezes..... | 20 % |
| » seis mezes..... | 30 % |

Estes bilhetes serão nominas e intransferiveis.

Art. 18. As companhias lyricas, dramaticas ou equestres, collegios, bandas ou sociedades de musica, quando viajarem incorporadas em numero superior a 10 pessoas, gozarão do abatimento de 40 % em seus bilhetes.

#### TRANSPORTES FUNEBRES

Art. 19. Os cadaveres transportados em vagões de cargas, em trens mixtos ou de mercadorias, pagarão a taxa da tarifa n. 8, com o abatimento mencionado na nota dessa tarifa. Si forem transportados em carros de passageiros de 1ª ou 2ª classe, ficarão sujeitos, quanto a taxa, ao que estipulam os arts. 32 e 34. O minimo do frete neste caso será de 20\$000.

Art. 20. As pessoas que acompanharem estes transportes pagarão segundo a tarifa dos viajantes. Sômente duas pessoas serão transportadas gratuitamente, si se collocarem no carro que contém o cadaver.

Art. 21. Nenhum cadaver será transportado sem licença das autoridades competentes e, quando a causa da morte tiver sido uma molestia epidemica, não será transportado, nem mesmo com esta licença.

#### TRANSPORTE DE ALIENADOS

Art. 22. Nenhum alienado pôde ser admittido nos trens, si não for acompanhado por pessoa encarregada de guardal-o.

O alienado e seu guarda não podem tomar logar em um mesmo compartimento com outros viajantes; devem ser collocados em compartimento reservado ou carro especial.

Art. 23. O preço do transporte neste caso é duplo das passagens ordinarias, sendo o minimo igual a metade da lotação completa do compartimento ou do carro, si este não tiver mais de um compartimento.

Art. 24. Si o estado do alienado exigir mais de um guarda, pagarão elles suas passagens.

As bagagens são taxadas separadamente aos preços da tarifa.

Art. 25. Os transportes desta especie devem ser annunciados com 24 horas de antecedencia ao agente da estação de partida.

#### TRANSPORTE DE DOENTES

Art. 26. As pessoas em estado de enfermidade tal que possam incomodar aos demais viajantes, só podem viajar em carro separado. Os doentes cujo estado exija constante cuidado devem ser acompanhados por medico, pessoa da familia ou amigo.

Art. 27. Aos transportes de doentes em carros separados são applicaveis as disposições dos arts. 23, 24 e 25.

Art. 28. As pessoas acommettidas de molestias epidemicas não poderão ser transportadas de maneira alguma.

#### ALUGUEL DE CARROS

Art. 29. Os pedidos de aluguel de carros devem ser feitos com antecedencia de seis horas, na estação de Caxias, e de doze nas demais estações. O aluguel dos carros é pago adeantado.

Art. 30. Quem alugar um ou mais carros, e, depois de tel-os á sua disposição, rejeital-os, só tem direito a exigir metade do aluguel.

Art. 31. Um carro, embora integralmente alugado, não pôde levar mais viajantes do que comportar a respectiva lotação, e a bagagem destes será sujeita ás mesmas condições que a bagagem de qualquer viajante.

Art. 32. O aluguel de um carro para viagem simples ou de ida e volta, é determinado pelo producto do preço de um bilhete no primeiro caso; e de dous, no segundo, da mesma classe, procedencia e destino, pela lotação do carro da mesma classe, ou pelo numero dos viajantes, segundo for este numero inferior ou não áquella lotação, salvo a disposição do artigo seguinte.

Art. 33. O aluguel minimo de um carro é fixado em 50\$000.

Art. 34. Quem alugar integralmente um carro ordinario terá o abatimento de 20 %, e quem alugar dous ou mais carros terá o abatimento de 30 %.

#### TRENS ESPECIAES DE VIAJANTES

Art. 35. A estrada pôde conceder trens especiaes de viajantes. O frete é pago adeantado.

O pedido deve ser feito com antecedencia de 12 horas á estação de Caxias e de 24 horas aos agentes das outras estações, e mencionar :

1º, o numero de carros de viajantes de cada classe e de que o trem deve ser composto ;

2º, a quantidade das bagagens ;

3º, a natureza e importancia dos outros transportes, como cavallos, carros, etc., etc.

Art. 36. O preço do trem especial é determinado :

1º, pela applicação dos preços da tarifa dos viajantes ao numero dos logares de cada classe de que se compuzer o trem, seja qual for o numero dos logares realmente occupados ;

2º, pela applicação das tarifas ás bagagens, cães, cavallos, carros, ataúdes, etc., etc., que tenham de ser transportados.

Art. 37. O frete minimo de um trem especial sem volta é fixado em 4\$ por kilometro ou fracção de kilometro, e nunca será inferior a 100\$000. As distancias para applicação das taxas

kilometricas contam-se a partir do deposito de locomotivas mais proximo.

Art. 38. As taxas e os minimos terão redução de 20 % nos dous percursos, si o trem especial for utilizado na ida e na volta.

Art. 39. Quando a viagem for de ida e volta, conceder-se-hão gratuitamente cinco horas de demora no ponto terminal do trajecto de ida, cobrando-se 20\$ por cada hora ou fracção de hora excedente até ao prazo maximo de 10 horas, findo o qual, poderá a estrada dispor do trem, perdendo o concessionario todo direito ao mesmo.

A taxa de 20\$ por hora excedente deve ser paga ao agente da estação de chegada antes da volta do trem.

Art. 40. As concessões de trens especiaes serão feitas por escripto, indicando-se o numero de carros de cada especie, a estação de partida e a de chegada, o dia e a hora da partida e a importancia do frete pago.

Art. 41. Conceder-se-hão gratuitamente 15 minutos de demora para a partida do trem da estação inicial, findos os quaes cobrar-se-hão 10\$ por cada meia hora que exceder.

Art. 42. Si, depois de duas horas de espera, não se apresentarem as pessoas para as quaes foi o trem fretado, considerar-se-ha este como rejeitado e o concessionario só terá direito a receber metade do frete que tiver pago.

Art. 43. Só terá tambem direito a receber metade do frete pago quem rejeitar o trem depois de tel-o fretado, embora mande aviso antes da hora marcada para a partida.

#### DISPOSIÇÕES POLICIAES

Art. 44. E' expressamente prohibido a qualquer viajante :

§ 1.º Viajar em classe superior á que designar seu bilhete, salvo pagando a diferença da passagem.

§ 2.º Passar de um para outro carro, estando o trem em movimento.

§ 3.º Viajar nas plataformas dos carros ou debruçar-se para fora.

§ 4.º Viajar nos carros de 1ª classe, estando descalço ou apenas de chinellos ou tamancos.

§ 5.º Entrar ou sair dos carros, estando o trem em movimento.

§ 6.º Sabir em qualquer lugar, que não seja nos pontos de estação, pela plataforma e porta para esse fim designadas.

§ 7.º Fumar durante a viagem nos carros em que não houver expressa designação para esse fim.

§ 8.º De qualquer modo incommodar aos demais viajantes.

§ 9.º Entrar nos carros, embora com bilhete, em estado de embriaguez, indecentemente vestido, ou levando consigo cães ou qualquer objecto que aos outros incommode, materias inflammaveis, armas de fogo ou quaesquer outras.

continua >

O final desta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo.

§ 10. E' expressamente prohibido a qualquer viajante atrair embrulhos ou outros objectos fóra dos carros, estando o trem em movimento.

Art. 45. O viajante que infligir qualquer das disposições do artigo anterior e, depois de advertido pelos empregados da estrada, persistir na infracção, será obrigado a retirar-se da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção for commettida durante a viagem, o viajante incorrerá na multa de 20\$ a 50\$, e no caso de recusar-se a pagal-a, ou si depois desta paga não corrigir-se, o chefe de trem o entregará ao agente da estação mais proxima para remettel-o á autoridade policial, de conformidade com o regulamento de 25 de abril de 1857.

Si o viajante não tiver dinheiro para pagamento da multa em que tenha incorrido ou do preço da passagem, o conductor poderá exigir delle, como penhor, algum objecto de valor, passando recibo.

#### BAGAGENS E ENCOMMENDAS

Art. 46. A tarifa n. 5 applica-se ao transporte de bagagens e encommendas.

O frete minimo de uma expedição de bagagens e encommendas é de 300 réis.

Art. 47. A bagagem comprehende os objectos de uso pessoal dos viajantes, ou destinados a prover ás necessidades ou condições da viagem.

Art. 48. Cada viajante só poderá levar consigo, livre de frete, um pequeno volume com roupa ou artigos para seu uso durante o trajecto, devendo o volume ser de dimensões taes que possa ficar sob os bancos dos carros sem inconveniente para os demais viajantes, a juizo da administração da estrada.

Para estes volumes não haverá registro, e serão transportados por conta e risco do viajante a quem pertencerem.

Art. 49. Uma familia ou grupo de pessoas viajando juntas não poderá, allegando esta circumstancia, augmentar as dimensões do volume, cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro; assim, em nenhum caso será admittido no carro um volume, cujas dimensões excedam ás do vão livre debaixo do assento concedido a cada passageiro.

Art. 50. Não podem, outrossim, ser, nos carros de viajantes, introduzidos objectos que, pelo máo cheiro ou perigo, a juizo do conductor do trem, puderem causar incommodo aos outros passageiros.

Art. 51. A demais bagagem de qualquer ordem será despachada e conduzida em carro especial, pagando-se no acto do despacho as taxas respectivas.



O despacho da bagagem deve ser feito á vista do bilhete de passagem.

Art. 52. A bagagem e encomendas apresentadas a despacho devem estar convenientemente acondicionadas, de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte em estrada de ferro.

As malas, caixas, canastras, etc. devem estar fechadas.

Art. 53. Si um volume estiver aberto ou mal acondicionado, o viajante ou expeditor será convidado a fechalo ou a bem acondicionalo.

Si o viajante ou expeditor não o puder fazer, será o volume acceito mediante boletim de resalva; si, porém, se recusar a acondicionar o volume, ou a dar o boletim de resalva, a bagagem ou encomenda será recusada.

Art. 54. Registrada a bagagem, dar-se-ha ao viajante um boletim, que lhe servirá de titulo enquanto não estiver de posse da bagagem.

Art. 55. A bagagem e as encomendas entregues no escriptorio até 15 minutos antes da hora marcada para a partida do trem, serão expeditas juntamente com os viajantes.

As que forem entregues depois poderão ser recusadas, ou, si nisso convier o viajante ou expeditor, expeditas como mercadoria á taxa da 1ª classe da tarifa n. 6, pelos trens seguintes.

Art. 56. A bagagem e as encomendas serão postas á disposição do viajante ou destinatario logo após a chegada do trem e serão entregues mediante a apresentação do boletim.

Art. 57. Si for allegada a perda do boletim de bagagem ou encomenda, o agente da estação verificará si a bagagem ou encomenda pertence ao reclamante, fazendo este adduzir provas, como: a apresentação das chaves, relação do conteúdo, o testemunho de pessoas fidedignas, etc.

Feita a verificação, pôde o agente da estação, si julgar provada a identidade do proprietario, entregar-lhe a bagagem ou encomenda, passando o dono recibo.

Art. 58. A bagagem registrada, não reclamada logo após a chegada do trem, será recolhida a um deposito, e 24 horas depois ficará sujeita á armazenagem.

A bagagem de que trata este artigo será posta diariamente á disposição do dono, das 6 horas da manhã ás 6 da tarde, excepto nos dias feriados.

Art. 59. Serão tambem recolhidas a um deposito a bagagem e encomendas apresentadas de vespera, ou antes da hora marcada para começar o despacho; o deposito é certificado por um recibo entregue ao viajante ou expeditor, e que serve de titulo para elle poder entrar na posse de sua bagagem ou encomenda.

Pelo deposito pagará o viajante ou expeditor, no acto de despachar a bagagem ou encomenda, a taxa de 200 réis por volume, que será addicionada ao frete.

Si a bagagem ou encomenda não for procurada no dia immediato, ficará tambem sujeita á armazenagem.

Art. 60. Os volumes de bagagem ou encomendas que se encontrarem não registrados nas estações, serão recolhidos a um depósito e ficarão sujeitos á armazenagem.

Art. 61. A bagagem ou encomendas nos casos dos arts. 58 e 59 serão consideradas, quanto á indemnisação a pagar por perda ou avaria, como estando em curso de transporte.

Art. 62. A bagagem e encomendas, de que tratam os arts. 58, 59 e 60, que não forem reclamadas no prazo de 90 dias, a contar da data em que tiverem sido recolhidas ao depósito, serão vendidas em leilão, e o producto recolhido ao Depósito Publico, depois de deduzido o que pela mesma bagagem ou encomenda for devido á estrada.

Art. 63. Os volumes de bagagem e encomendas que tiverem mais de um metro cubico ou pesarem mais de 100 kilogrammas, poderão ser recusados ou mandados como mercadorias sujeitas aos preços da 1ª classe da tarifa n. 6.

#### MERCADORIAS EM GERAL

Art. 64. A tarifa n. 6 applica-se ás mercadorias em geral, divididas em seis classes, segundo a pauta annexa a estas condições. As mercadorias não designadas na pauta serão incluídas nas classes nos artigos similares, e as incluídas nas classes 5ª e 6ª da tarifa n. 6 serão sujeitas áquella ou a esta, quando seu peso for inferior ou superior a 1.000 kilogrammas.

A pauta poderá ser revista annualmente.

As machinas e osapparelhos de qualquer natureza, fabricados no paiz, terão abatimento de 20 % sobre os preços da tarifa, quando expedidos pelas fabricas e a estrada puder verificar que são realmente productos nacionaes.

Art. 65. O frete minimo de uma expedição de mercadorias é 1\$000.

Art. 66. As mercadorias não susceptíveis de serem carregadas com outras, não são admittidas sinão aos preços da carga minima de 500 kilogrammas, seja qual for o peso da expedição.

Art. 67. Quando um expeditor necessitar de vagões para carga completa de sua mercadoria, deve fazer a requisição com antecedencia de 12 horas á estação de Caxias e de 24 horas ás outras estações.

Fica subentendido que o prazo acima mencionado está sujeito ao horario dos trens ordinarios de mercadorias ou mixtos.

Art. 68. O expeditor ficará sujeito á multa de 5\$ por vagão e por dia, si a mercadoria não for remetida para a estação de partida no dia convencionado, e a estrada poderá, além disso, dispor do material.

A importancia da multa póde ser exigida no acto da requisição, sendo depois restituída, si não tiver de ser applicada.

Art. 69. O agente da estação prevenirá ao expeditor o dia e hora em que os vagões pedidos serão postos á sua disposição.

Si dentro de oito horas, depois de entregue o vagão, o carregamento não for feito pelo pessoal do expeditor, este fica sujeito á multa de 1\$, por hora de demora e por vagão.

Não se contam as horas decorridas das 6 horas da tarde ás 6 da manhã.

Art. 70. Quando o carregamento tiver de ser feito por pessoal da estrada, a mesma multa será applicada, si decorrerem mais de oito horas entre a recepção da primeira parte da expedição e a recepção de seu complemento, isto é, si a expedição toda não for remettida para a estação, dentro de oito horas.

A mesma multa de 1\$ por hora será applicada por cada vagão carregado que, por falta dos documentos prescriptos, não puder ser expedido pelo trem que o deveria levar.

Art. 71. Nenhum expeditor de um ou mais vagões poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões. O expeditor é responsavel por qualquer avaria causada por seus agentes aos vehiculos da estrada de ferro no carregamento ou descarregamento, ou por excesso de lotação.

Art. 72. Para as mercadorias que tiverem o mesmo destino, as expedições serão feitas pela ordem da apresentação dos despachos na estação de partida, salvo os casos de preferencia por objecto de serviço publico. As mercadorias sujeitas a prompta deterioração serão, porém, expedidas de preferencia ás outras.

Art. 73. As mercadorias, como: ovos, frutas, leite, pão, gelo, legumes frescos, hortaliças, carne fresca, pequenos animaes, aves, peixes frescos e outros similares, apresentadas até 30 minutos antes da hora marcada para a partida de um trem, seguirão por esse trem.

Estas mercadorias poderão ser expedidas pelo trem de viajantes que partir depois do despacho, sempre que for possível, contanto que o carregamento não cause embaraço á marcha do trem, nem exceda á lotação do mesmo.

Art. 74. As mercadorias que exigirem vagões especiaes para seu transporte serão expedidas, sem demora, quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte, ou quando, não completando, pagar o expeditor o valor da lotação dos mesmos vagões. No caso contrario, as mercadorias poderão ser demoradas até que completem a lotação.

Art. 75. Quando a estrada autorisar o carregamento ou descarregamento fóra das estações, estes serviços serão feitos obrigatoriamente pelos cuidados e á custa do expeditor ou do destinatario.

Art. 76. O carregamento e o descarregamento de todas as mercadorias a granel, despachadas por carga completa, deverão, geralmente, ser effectuados pelos cuidados e á custa do expeditor ou do destinatario, sob a vigilancia dos empregados da estrada.

O carregamento ou descarregamento das mercadorias da 5ª e 6ª classes da tarifa n. 6 devem tambem ser feitos pelos cuidados e á custa do expeditor e do destinatario.

Art. 77. Mediante requisição do expeditor ou do destinatário, pôde o carregamento ou descarregamento das mercadorias de que trata o art. 76 ser feito pela estrada, cobrando esta a taxa de 600 réis por fracção indivisível de 1.000 kilogrammas para qualquer das duas operações.

Art. 78. O carregamento ou descarregamento das mercadorias fora das estações não dá lugar á redução de taxa.

Art. 79. O expeditor ou o destinatário teem o direito de exigir a pesagem de suas mercadorias na estação do destino, ainda que nada indique que o carregamento tenha sido alterado, ou os volumes nenhum indicio apresentem de avaria.

Art. 80. Si a differença encontrada para mais ou para menos não exceder a 1 % do peso mencionado na nota de expedição, a estrada não será responsavel pela differença encontrada, nem haverá rectificação de frete.

*Jóias, pedras e metaes preciosos, dinheiro e outros valores*

Art. 81. A tarifa n. 7 applica-se ao transporte de ouro, prata, platina e pedras preciosas em obras, jóias, casquinha de ouro, prata, cobre, nickel, papel-moeda e de quaesquer papeis-valores.

As pedras preciosas brutas, o ouro, a prata e a platina em pó ou barras teem abatimento de 50 % sobre o preço da tarefa.

Considera-se fraude toda a declaração inexacta quanto á natureza, valor, ou peso dos objectos acima especificados.

Art. 82. A taxa é applicada por 1:000\$, toda fracção inferior a esta cifra conta-se como um conto. O frete minimo de uma expedição de ouro, jóias, etc. é de 3\$000.

Art. 83. Estes objectos devem ser cuidadosamente pesados, e só serão expedidos em trens de viajantes ou mixtos.

Art. 84. O dinheiro amoeado, as jóias, as pedras e os metaes preciosos, devem estar acondicionados em saccoes, caixas ou barris.

O transporte a descoberto é prohibido de modo absoluto. (1)

Art. 85. Os saccoes devem ser de panno forte, cosidos por dentro e perfectos, isto é, não dilacerados nem remendados.

A bocca destes saccoes será fechada por meio de corda ou cordel inteiriço, cujo nó será coberto por sinete em lacre ou chumbo, e cujas extremidades serão mantidas por sinete igual sobre uma ficha solta.

Em falta de sinete, as extremidades da corda ou cordel poderão ser, perto do nó, introduzidas em lacre ou chumbo.

---

(1) Estas expedições devem ser apresentadas pelos expeditores, já acondicionadas, como aqui se exige; não devem ser acondicionadas pelos agentes ou outros empregados da estrada.

Art. 86. As caixas ou os barris serão pregados ou arqueados com solidez, e não deverão apresentar vestígio algum de abertura encoberta nem de fractura.

As caixas serão fortemente ligadas por meio de corda inteiriça collocada em cruz, com tantos sinetes em lacre ou chumbo, quantos forem necessários para garantir a inviolabilidade dos volumes.

Nos barris, uma corda applicada em cruz nas duas extremidades será fixada por meio de sinete em lacre ou chumbo.

Art. 87. O papel-moeda ou notas de banco, as apolices e as acções de companhias e outros papéis-valores, devem ser apresentados em sacco ou caixas, ou formar pacotes revestidos de envoltorios intactos, em papel ou panno encerado.

Todavia, os volumes apresentados em envoltorios de papel poderão ser acceptos, si, em relação á solidez e ao acondicionamento, estes envoltorios nada deixarem a desejar.

Todo o pacote deve ser fechado por meio de sinetes em lacre, sendo estes em numero sufficiente para assegurar sua inviolabilidade (tres pelo menos).

Art. 88. Na nota da expedição que acompanhar um transporte de ouro, joias, etc., deve-se mencionar, independentemente das indicações ordinarias, o valor por extenso do artigo, e deve haver sinete em lacre, conforme o apposto sobre o volume.

Art. 89. Os endereços não devem ser cosidos, nem collados, nem pregados nos volumes, a fim de que não possam encobrir vestígios de abertura ou fractura; podem ser, ou escriptos sobre os volumes ou affixados a elles por meio de cordel.

A declaração do valor do artigo será mencionada por extenso no endereço.

Art. 90. As iniciaes, legendas, armas, firmas sociaes, ou os nomes de estabelecimentos impressos sobre os saccoes, caixas, barris e pacotes, devem ser perfeitamente legiveis.

Os sinetes feitos com moeda são formalmente prohibidos.

Art. 91. As expedições de joias, pedras e metaes preciosos, dinheiro e outros valores devem ser apresentados a despacho pelo menos uma hora antes da marcada para a partida do trem, para poderem seguir pelo mesmo.

#### *Vehiculos*

Art. 92. A tarifa n. 8 applica-se ao transporte de vehiculos de qualquer especie, armados ou desarmados.

Comprehende carros funebres, diligencias, caleças, carros para caminhos de ferro de tracção animada, e outros vehiculos de duas e quatro rodas para transporte de pessoas e de generos.

Art. 93. O carregamento e descarregamento são feitos pelos cuidados e por conta e risco dos expedidores ou dos destinatarios.

Art. 94. Os vagões, as locomotivas e os tenders desarmados são taxados aos preços da 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> classes da tarifa n. 6. Os vagões, as locomotivas e os tenders rodando sobre os eixos pagarão cada um 500 réis por kilometro ou fracção de kilometro.

*Animaes*

Art. 95. A tarifa n. 9 applica-se ao transporte de animaes agrupados em tres classes :

- 1ª, comprehende animaes de montaria e cargueiros ;
- 2ª, comprehende bois, vaccas, vitellas ;
- 3ª, comprehende carneiros, cabras, porcos, cães, etc.

Art. 96. Só podem ser transportados em trens de viajantes ou mixtos :

1º, animaes de sella ou de carga, vitellas, bezerros, carneiros, cabras, cães e animaes semelhantes ;

2º, pequenos animaes e aves domesticas ou silvestres, em gaiolas, capoeiras ou caixões engradados, despachados como encomendas.

Art. 97. Os cães acompanhando viajantes pagam, seja qual for o seu tamanho, o preço da 2ª classe da tarifa dos viajantes ; no caso contrario, pagam pela 3ª classe da tarifa n. 9.

Art. 98. Os cães poderão ser recusados, si não estiverem bem açamados e presos a corrente; em nenhum caso serão admittidos em carros de viajantes.

Todavia os cães pequenos, chamados de salão, que acompanharhem viajantes, podem ser admittidos nos carros de passageiros, sob as condições seguintes :

- 1ª, estarem dentro de uma cesta ;
- 2ª, o peso total do cão e da cesta não ser superior a 4 kilogrammas ;
- 3ª, pagar passagem de 2ª classe ;
- 4ª, os outros viajantes não reclamarem.

O transporte de cães nestas condições é feito por conta e risco de seus donos.

Art. 99. Os animaes cujo embarque ou desembarque for difficultoso, só serão admittidos nos trens de viajantes ou mixtos nas estações extremas do itinerario do trem, ou naquellas em que o trem tenha de demorar-se tempo para isso sufficiente, e quando forem destinados a estações em identicas condições.

Art. 100. Os animaes perigosos em nenhum caso podem ser admittidos nos trens de viajantes e serão admittidos nos trens de mercadorias, si estiverem com toda a segurança acondicionados em jaulas.

O frete destes animaes será cobrado á razão de 500 réis por vagão especial e por kilometro ou fracção de kilometro.

Os expeditores são responsaveis por qualquer desastre causado por taes animaes.

Art. 101. Os animaes, excepto os do § 2º do art. 96, deverão ser apresentados na estação, pelo menos uma hora antes da regulamentar para a partida do trem.

Os transportes que necessitarem o emprego de um vagão inteiro ou de mais de um vagão devem ser communicados com 24 horas de antecedencia pelo menos.

Art. 102. O embarque e o desembarque dos animaes são feitos sob os cuidados, inteira responsabilidade e á custa dos expedidores e dos destinatarios.

Art. 103. Os animaes devem ser acompanhados por conductor; não o sendo e nem estando presente o destinatario á chegada do trem, serão remettidos para o Deposito Publico, por conta e risco de seus donos.

Os conductores, pagando cada um passagem de 2ª classe, poderão viajar nos trens que transportarem gado, no carro do chefe do trem, si houver compartimento para isso, ou nos vagões de gado, não excedendo, porém, o numero de conductores a um por expedição ou vagão.

A estrada não é responsavel pela fuga dos animaes, salvo provando-se culpa do pessoal da estrada.

Os animaes do § 2º do art. 96 estão sujeitos ás mesmas prescripções.

Art. 104. Quando o transporte de animaes comportar a carga de cinco vagões, no minimo, para um mesmo destino, pôde ser effectuado em trem especial, aos preços da tarifa n. 9, comtanto que o pedido tenha sido feito á estação de partida, com 48 horas de antecedencia.

*Peris, gansos, gallinhas e outras aves*

Art. 105. Passaros, aves domesticas ou silvestres, ou outras aves de qualquer especie, pagarão frete segundo a tarifa n. 10, o qual será cobrado adeantado, devendo os mesmos animaes ser retirados dentro de quatro horas depois da chegada do trem.

Art. 106. Todo o animal desta classe não retirado no prazo mencionado será mantido pela estrada durante dous dias, e depois deste prazo será vendido para pagamento das despesas.

Art. 107. As aves não serão transportadas em quantidade menor de 10 pelos preços desta tarifa. Qualquer quantidade inferior a 10 será transportada como 10, ou pela tarifa de encomendas, e em todo caso a risco do dono.

Art. 108. Todas as aves devem ser acondicionadas em gaiolas ou capoeiras.

REMESSA A DOMICILIO

Art. 109. A remessa a domicilio applica-se ás expedições de mercadorias, de encomendas e ás de animaes da tarifa n. 10.

Art. 110. A remessa a domicilio de mercadorias, de encomendas e de animaes estende-se até ao perimetro de dous kilometros de raio em torno da estação.

Art. 111. A remessa a domicilio de mercadorias da tarifa n. 6 faz-se aos preços que forem ajustados com os conductores intermediarios.

Para os volumes expressos e para os animaes da tarifa n. 10 a taxa é de 1\$ a 2\$ por volume, segundo a tabella A.

Art. 112. Os volumes são remettillos á casa do destinatario com a segunda via da nota de expedição ou um boletim de remessa tirado de um livro-talão, assignado pelo agente da estação do destino.

O recibo do destinatario na nota de expedição ou boletim constitue a descarga da estrada.

Art. 113. Si na occasião da entrega do volume ao destinatario apresentar este duvidas sobre seu recebimento em consequencia de faltas, avarias, etc., deve ser trazido o volume para a estação afim de alli proceder-se como de direito.

Art. 114. Si, em consequencia de ser incompleto ou inexacto o endereço, o entregador não conseguir descobrir o destinatario de um volume, será este volume recolhido á estação e pedir-se-ão esclarecimentos ao expeditor.

#### VOLUMES VASIOS EM RETORNO

(Estes volumes ficam sujeitos a armazenagem e a nova taxa para os transportes a domicilio.)

Art. 115. Os volumes vasis em retorno (usados) não serão admittidos como taes, si não tiverem realmente servido a expedições de mercadorias pela estrada de ferro.

Art. 116. Os barris, pipas, gigos, jacás, capoeiras, etc., vasis em retorno, transportados em trens mixtos ou de mercadorias, são taxados ao peso real e ao preço da 5.<sup>a</sup> classe da tarifa n. 6, menos 25 %.

Art. 117. Os saccos vasis em retorno (usados) são transportados gratis, e devem ser reunidos em pacotes solidamente atados.

A nota de expedição de saccos vasis em retorno não deve indicar o numero de saccos; só se admitte a indicação do numero de pacotes e do peso englobado na expedição.

#### EMBARGO OU PENHORA EM VOLUMES DEPOSITADOS NAS ESTAÇÕES

Art. 118. Os casos de embargo ou penhora em mercadorias ou outros objectos depositados nas estações da estrada, serão regulados pelas disposições do decreto n. 141 de 13 de outubro de 1851 ou outras quaesquer decisões legais no que forem applicaveis.

Os objectos embargados ou penhorados não podem ser retirados das estações sem ter sido a estrada indemnizada do que lhe for devido por frete, armazenagem e mais despesas.

Art. 119. Quando o embargo ou a penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão estes ficar depositados nas estações.



## CONDIÇÕES GERAES

*Recebimento*

Art. 120. Para o recebimento das expedições feitas aos preços e segundo as condições das tarifas 5, 7, 9 e 10, os escriptorios abrem-se, em todas as estações, uma hora antes da partida do primeiro trem, e fecham-se 15 minutos antes da partida do ultimo trem.

Art. 121. Para o recebimento das expedições feitas aos preços e segundo as condições das tarifas ns. 6 e 8, os escriptorios abrem-se às 8 horas da manhã e fecham-se às 4 da tarde.

Art. 122. Exceptuam-se as expedições de verduras, frutas, aves e animaes em capoeiras e outros artigos semelhantes que, embora feitas ao preço da tarifa n. 6, estão comprehendidas nas disposições do art. 120.

Art. 123. Nenhuma mercadoria, para cujo transporte pela estrada de ferro se exige nota de expedição, pôde ser recebida pelos empregados da estrada, si não vier acompanhada da nota de expedição, salvo a disposição final do art. 222.

Art. 124. As mercadorias taxadas ao preço da 6ª classe da tarifa n. 6 devem ser communicadas no dia anterior ao do despacho.

Estas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta; estão sujeitas, quanto à armazenagem, às mesmas condições concernentes às outras.

Art. 125. As mercadorias e quaesquer objectos entregues á estrada serão conferidos na estação de partida e na de chegada, á medida que forem sendo recebidos, verificando-se as marcas, a quantidade, a qualidade dos volumes, a natureza da mercadoria, o peso (1), o frete pago ou a pagar, e as despesas accessorias.

Art. 126. Na estação de partida será a nota de expedição registrada em resumo no livro-talão, do qual se extrahirá o boletim, que tem de ficar em poder do expeditor.

O registro deve mencionar os nomes do expeditor e do destinatario, as marcas, o numero de volumes, a totalidade do peso da expedição, o frete pago ou a pagar, e as despesas accessorias.

Por cada despacho das tarifas 6, 7, 8, 9 e 10 (não se exceptuando os transportes gratuitos) cobrará a estrada a taxa de 100 réis, na qual está comprehendido o valor de duas notas de expedição, das quaes uma será entregue ao expeditor.

Art. 127. Todo despacho de mercadorias, valores, carros, animaes, etc., é certificado por um recibo passado no registro do expeditor, ou por um boletim entregue a este.

---

(1) A pesagem dos volumes submettidos a despacho deve em geral ser feita pelo pessoal do expeditor, no acto de entregar o genero nas estações, visto que os agentes devem exigir que o peso indicado na nota de expedição seja provado pelo proprio expeditor, em presença do pessoal da estrada, que nada percebe por pesagem.

Art. 128. Si, depois de registrada uma expedição e antes de feito o transporte, quizer o expeditor, por qualquer motivo, variar a consignação da mesma ou retiral-a, a estrada annullará o despacho feito e restituirá o frete, menos as taxas de despacho, de carregamento e descarregamento, no segundo caso; no primeiro far-se-ha novo despacho, pelo qual se cobrará a diferença de frete e nova taxa de despacho, considerando-se a taxa de carregamento e descarregamento como paga.

O expeditor, quer em um, quer em outro caso, deve restituir à estrada os documentos que tiver recebido, sem o que não será annullado o despacho já feito.

### *Entrega*

Art. 129. A entrega das expedições feitas aos preços e segundo as condições das tarifas ns. 6, 7, 8, 9 e 10 começa às 6 horas da manhã e termina às 6 da tarde, em to'as as estações.

A entrega das expedições feitas aos preços e segundo as condições da tarifa n. 5 e das expedições de verduras, frutas, etc., feitas aos preços da tarifa n. 6, começa 15 minutos depois da chegada do primeiro trem e termina à hora de fechar-se a estação.

Art. 130. O destinatario ou seu mandatario é obrigado a passar recibo das expedições de mercadorias, valores, etc., na nota de expedição ou no aviso de chegada.

Art. 131. O destinatario tem direito de, antes de passar recibo da mercadoria, examinar o estado externo dos volumes; só se permitindo o exame interno, si o volume apresentar indícios de violação ou avaria.

Nos casos de avaria, o destinatario só tem direito de recusar a mercadoria quando esta estiver de tal modo damnificada que nenhum valor commercial tenha, ou quando o volume formar um todo tal que a avaria de uma parte delle importe perda de valor para o todo.

Sendo, porém, a avaria apenas parcial, deve elle retirar a mercadoria logo depois de avaliado o danno causado.

Art. 132. Nos casos de demora de parte de uma expedição, o destinatario não tem direito, sob pretexto de não estar ella completa, de recusar-se a retirar a parte que tiver chegado, salvo o caso em que a expedição fraccionala constituir um todo tal que a falta de uma das partes o deprecie ou inutilise.

Art. 133. O transporte em retorno de todo objecto recusado pelo destinatario é sujeito à taxa.

Art. 134. Si, antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatario, se verificar que o frete cobrado na estação de partida, ou indicado para ser cobrado na estação de chegada, é inferior ao real, ou que se deixou de cobrar ou indicar para ser cobrada alguma taxa, a estrada pôde reter a mercadoria até que o expeditor ou destinatario satisfaça a diferença do frete, etc.

Semelhante restituição se fará ao remetente da importancia, dos erros que para mais se commetterem no calculo do frete e taxa.

Art. 135. As mercadorias, cargas, bagagens e encomendas só serão entregues á vista da nota de expedição ou boletim em poder do destinatário; e no caso de perda deste documento, o destinatário, depois de provar sua identidade, pôde passar um recibo em vista do qual lhe será entregue a mercadoria ou volume despachado.

#### AVISO DE CHEGADA E PRAZOS DE DESCARREGAMENTO, ESTADA LIVRE

Art. 136. Os agentes das estações darão aviso aos destinatários, por boletim, da chegada das mercadorias de que a estrada não tiver que effectuar a remessa a domicilio, quando assim o exigir o expeditor. Este boletim é taxado na estação de partida, á razão de 200 réis.

Art. 137. O tempo concedido para o descarregamento ou a estada livre, conta-se a partir da remessa do aviso ao destinatário ou a seu correspondente, pelos portadores da estrada ou pelo Correio.

Art. 138. Si dentro de 24 horas, depois de avisados, não for o descarregamento feito pelos destinatários, será á custa destes feito pela estrada, mediante a taxa da tabella A.

No caso de accumulção de cargas a estrada reserva-se, além disto, o direito de fazer descarregar ou remover da estação *ex-officio* a mercadoria por conta do expeditor.

Art. 139. As mercadorias, vehiculos, etc. devem ser retirados das estações de Caxias e Cajazeiras dentro de 48 horas.

Este prazo poderá ser reduzido a 24 horas nos casos de grande affluencia de mercadorias e quando pela demora desta nos armazens da estrada resulte embaraço para o recebimento e transporte de outras. Das estações intermediarias devem ser retiradas no prazo de cinco dias, quando o destinatário residir dentro do perimetro de tres kilometros de raio em torno da estação, e de oito dias, quando o destinatário residir em distancia maior.

Descontam-se os dias feriados.

Terminado este prazo, a demora é calculada sobre todas as horas seguintes, tanto do dia como da noite, sem excepção dos domingos e dias feriados.

#### ARMAZENAGEM

Art. 140. Não sendo as mercadorias descarregadas ou retiradas nos prazos acima fixados, cobrar-se-hão as seguintes taxas, a titulo de indemnisação, por folga forçada do material de deposito ou armazenagem das mercadorias:

Para mercadorias não descarregadas, 800 réis por hora e por vagão de qualquer lotação, com um minimo de 10\$000;

Para mercadorias descarregadas mas não retiradas, 50 réis por fracção indivisivel de 10 kilogrammas e por dia até 90 dias, sem que, em nenhum caso, a taxa seja inferior a 500 réis;

Por todos os materiaes ou objectos, qualquer que seja sua natureza, que forem descarregados nos pateos das estações, cobrar-se-ha a taxa acima.

Quanto aos vehiculos, a taxa é de 3\$ por vehiculo e por dia, com um minimo de 6\$000.

Art. 141. Nenhuma taxa de armazenagem poderá a estrada cobrar pela demora das mercadorias nas estações antes de serem expedidas, salvo si a demora for motivada pelo expeditor ou destinatario.

Neste caso, cobrar-se-ha a armazenagem por cada dia que decorrer entre aquelle em que deveria ter-se effectuado a expedição e aquelle em que o for.

Art. 142. Nenhuma armazenagem se cobrará pela estada das mercadorias nas estações além de 90 dias.

Art. 143. Na cobrança da armazenagem não se contam os dias de chegada, de descarregamento, da entrega ou do despacho da mercadoria.

Art. 144. Si a mercadoria não for retirada da estação no prazo concedido pela estada livre, e o destinatario allegar não a ter retirado por força maior ou outro motivo attendivel, a estrada pôde, si julgar provado o caso de força maior, ou justas as razões apresentadas pela parte, dispensal-a do pagamento da armazenagem.

Art. 145. A estrada pôde, tendo em attenção o mau estado dos caminhos, a falta de condução ou outra circumstancia attendivel, espaçar o prazo da estada livre.

Art. 146. As mercadorias que não forem retiradas das estações destinatarias no prazo de 90 dias, a contar da data em que tiverem sido descarregadas, ou por terem sido recusadas ou não procuradas pelos destinatarios, ou por não serem estes conhecidos, serão vendidas em leilão publico, que será annunciado com oito dias de antecedencia.

Art. 147. Si as mercadorias forem das que, por sua natureza, são sujeitas a prompta deterioração, a estrada tem o direito de vendel-as *ex-officio* e sem as formalidades judiciaes, no fim de oito dias ou antes, si for indispensavel.

O producto liquido da venda, deduzido o que for, por qualquer titulo, devido á estrada, será recolhido á repartição fiscal federal mais proxima, para ser reclamado por quem de direito.

Art. 148. Si o producto da venda não for sufficiente para pagamento do frete, armazenagem e mais despesas, o expeditor ou destinatario não é obrigado a entrar com a differença.

#### DECLARAÇÃO

Art. 149. Quando os expedidores não puderem formular as notas de expedição, podem remetter as mercadorias á estação acompanhadas de declaração assignada, indicando:

1.º, o nome do expeditor e do destinatario, e sua residencia (rua e numero, si for em povoado);

- 2º, a estação de partida e a da chegada ;
- 3º, a quantidade, o peso e natureza da mercadoria ;
- 4º, o modo por que deve ser feita a expedição, isto é, a entrega na estação ou a domicilio; na falta de declaração a este respeito, a mercadoria será expedida para ser entregue na estação ;
- 5º, indicação de frete pago ou a pagar.

Si se tratar de mercadorias sujeitas a impostos geraes, estações ou municipaes, o expeditor deverá fornecer as peças e os esclarecimentos necessarios, afim de que o transporte e a entrega de taes mercadorias não soffram demora ou embaraço.

A declaração escripta é dispensavel, si o apresentante da mercadoria puder dar verbalmente os esclarecimentos necessarios para o despacho da mesma.

Na declaração que acompanhar uma expedição de encomendas supprimem-se as indicações do § 5º.

Art. 150. Os expeditores devem declarar si suas mercadorias são frageis ou si devem ser preservadas de humidade ; em falta do que a estrada não responde por avarias desta especie.

Art. 151. Si a estrada suspeitar fraude sobre a natureza ou o valor da mercadoria, ou a presença de materias nocivas ou perigosas entre outras mercadorias, poderá exigir a abertura dos volumes, antes ou depois da expedição.

Não consentindo o expeditor na abertura dos volumes, a estrada poderá recusar o transporte.

Art. 152. O expeditor é responsavel por qualquer fraude reconhecida, antes ou depois da expedição.

Art. 153. Toda declaração falsa ou insufficiente sobre a procedencia, destino, natureza ou valor das mercadorias expedidas, dá lugar á applicação de uma multa de 10\$ a 50\$, além do pagamento do duplo do supplemento da taxa da mercadoria fraudada, sem prejuizo de qualquer acção judicial que no caso couber.

Art. 154. Sendo as mercadorias nocivas ou perigosas, a multa será de 50\$ a 100\$000.

Em caso de accidente será o expeditor, além disto, obrigado a indemnisar a estrada do damno causado a seu material ou de qualquer outro que esta venha a soffrer, sem prejuizo da responsabilidade criminal segundo as leis em vigor.

Art. 155. A estrada poderá deter os volumes que, por falsas declarações, estiverem sujeitos a multas comminadas em seus regulamentos. Si os volumes detidos contiverem materias nocivas ou perigosas, serão estas inutilisadas, si não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 156. Não sendo as multas pagas no prazo de 10 dias, a estrada procederá á venda dos objectos detidos, sem as formalidades judiciaes. Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a estrada cobrará o restante executivamente.

## MASSAS INDIVISÍVEIS

Art. 157. O transporte das massas indivisíveis de peso superior a 1.000 kilogrammas ou de volume excedente a três metros cúbicos ou que necessitem o emprego de material especial, não é obrigatório.

Os preços e as condições do transporte, assim como a taxa de remessa a domicílio, si a estrada se encarregar de taes operações, são regulados por mutuo accordo.

## DIMENSÕES DE CARREGAMENTO

Art. 158. O comprimento normal do material de transporte é fixado em 3<sup>m</sup>,80.

A taxa das madeiras e outros objectos de grande comprimento é estabelecida como se segue:

De 3<sup>m</sup>,80 a 8 metros :

1<sup>a</sup>, segundo o peso attribuido á expedição, quando for igual ou superior a 3.000 kilogrammas ;

2<sup>a</sup>, segundo o proprio peso augmentado de 1.000 kilogrammas, quando for inferior a 3.000 kilogrammas, com um maximo de 3.000 kilogrammas.

Art. 159. Os volumes que excederem a oito metros de comprimento só poderão ser despachados mediante ajuste prévio com a estrada.

A estrada não se obriga ao transporte de madeira cujas dimensões sejam superiores ao vão livre dos carros.

## ACONDICIONAMENTO E MARCAS

Art. 160. Os volumes devem trazer marcas ou endereço bem legível, e além disto o nome da estação de destino, e estarem acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Art. 161. Poderá ser recusado o recebimento de qualquer mercadoria nos seguintes casos :

1<sup>o</sup>, si a mercadoria estiver tão mal acondicionada dentro dos envoltorios, que haja probabilidade de não chegar a seu destino sem perda ou avaria ;

2<sup>o</sup>, si, exigindo a mercadoria por sua natureza um envoltorio qualquer para a resguardar de perda ou avaria, for apresentada sem envoltorio ;

3<sup>o</sup>, si, no acto do recebimento, a mercadoria apresentar indícios de já estar avariada.

Entretanto, o expeditor poderá reparar os defeitos dos volumes, e neste caso a estrada fará a remessa, substituindo-se por outra a nota de expedição apresentada, si for necessario.

Art. 162. Enquanto os volumes não forem reparados ou retirados, si o expeditor não quizer mais envia-los, poderão permanecer 24 horas na estação sem responsabilidade por parte da estrada, ficando depois sujeitos a armazenagem.

Art. 163. A estrada poderá expedir a mercadoria nas condições dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 161, dando o expeditor ao agente da estação uma declaração por elle assignada, em que especifique os defeitos verificados nos volumes, e allieve a estrada da responsabilidade das avarias que puderem provir de taes defeitos.

Si, porém, a mercadoria estiver em estado tal que não possa ser carregada com outras sem damnifical-as, não será aceita, ainda que o expeditor se preste a fazer declaração de responsabilidade.

#### NOTAS DE EXPEDIÇÃO

Art. 164. Os transportes effectuados aos preços e segundo as condições das tarifas ns. 6, 7, 8, 9 e 10 devem ser acompanhados de nota de expedição em duas vias que indique exactamente a data da apresentação, o nome (1) e a residência do expeditor e do destinatario, a marca, o endereço, a quantidade, o peso, o modo de acondicionamento e a natureza da mercadoria, a estação de partida e a de chegada, o frete e os gastos accessorios pagos ou a pagar, etc. (2)

Estas indicações servem para regular as indemnisações em casos de perda ou avaria.

Art. 165. O conteúdo dessas notas de expedição ficará registado no talão da estação de procedencia: a primeira via acompanhará a mercadoria, e a segunda será entregue ao expeditor, para com ella receber a mercadoria despachada.

O agente da estação do destino deverá enviar essas notas ao inspector geral do tráfego pelo primeiro trem.

#### MEDIÇÃO, CALCULO DO FRETE E PAGAMENTO DAS TAXAS

Art. 166. O frete a cobrar pelos objectos transportados pela estrada é calculado pelo peso bruto do volume, seja qual for o seu conteúdo.

---

(1) Podem ser acceptas as notas de expedição que tiverem a assignatura do expeditor impressa ou autographada.

(2) Nas notas de expedição e nos boletins de encomendas de volumes a que for applicavel a disposição do art. 167 destas condições regulamentares, deve-se mencionar não só o numero de decímetros cubicos achados pela medição, e que deve servir de base para o calculo do frete, mas ainda o peso real verificado na balança, para que na estação de destino se possa provar que o volume chegou completo.

Ficam exceptuados os volumes de tão grandes dimensões que não possam ser collocados sobre a balança.

Art. 167. Quando as mercadorias forem de grande volume em relação ao peso, medir-se-ha também o volume. e si este corresponder a mais de quatro decímetros cubicos por kilogrammas tomar-se-ha para o peso do volume um numero de kilogrammas igual à quarta parte de decímetros cubicos achados.

Art. 168. O peso do carvão mineral, linhito, areia, barro e outros artigos semelhantes a granel, calcula-se na razão de 1.300 kilogrammas por metro cubico; o da cal a 800 kilogrammas, e o do carvão de madeira a 400 kilogrammas por metro cubico.

A cal virgem só será transportada em lata hermeticamente fechada.

Art. 169. Calcula-se o peso da madeira em toros, falcas, vigas, couçoeiras, pranchões, taboas, multiplicando-se o comprimento em decímetros, pela altura e largura em centímetros, dividindo-se o producto por 100 e tomando-se para o peso tantos kilogrammas quantos forem os decímetros cubicos assim achados.

O peso dos caibros, ripas, moirões, achas de lenha, etc., em feixes, calcula-se do mesmo modo com o abatimento de 10 %.

Art. 170. O peso do milheiro de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes a granel, calcula-se na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões.

Art. 171. A unidade de medida linear é o decimetro; toda a fracção de decimetro conta-se como um decimetro. (1)

Art. 172. No calculo do frete e das taxas accessorias, as fracções de 10 réis serão arredondadas para 10 réis.

As fracções de peso são contadas por centesimos de toneladas ou por 10 kilogrammas; e as de volume, por centesimos de metro cubico ou por 10 decímetros cubicos. Assim, todo peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas será contado como 10 kilogrammas; entre 10 e 20, como 20 kilogrammas, do mesmo modo todo o volume entre 0 e 10 decímetros cubicos, será contado como 10 decímetros cubicos; 10 e 20 decímetros cubicos, como 20 decímetros cubicos, etc.

Art. 173. Exceptuam-se das disposições acima as mercadorias da 6ª classe da tarifa n. 6, que serão taxadas por toneladas, contando-se como meia tonelada qualquer fracção inferior a meia tonelada; e como uma tonelada qualquer fracção entre meia e uma tonelada.

Art. 174. A importancia do frete e das taxas accessorias das expedições feitas aos preços e segundo as condições das tarifas ns. 5, 7, 8, 9, 10 é paga, sem excepção, na estação de partida no acto do despacho.

Esta disposição é extensiva ás expedições feitas aos preços e segundo as condições da tarifa n. 6, da estação de Caxias para as do interior ou de uma destas para outra.

---

(1) Em relação á madeira observar-se-ha o seguinte:

O comprimento das peças será medido em decímetros; mas a altura e largura, em centímetros.



As expedições, porém, de qualquer estação para a estação de Caxias podem ser feitas com frete pago ou a pagar, quando este exceder a 10\$000.

Si, todavia a mercadoria for sujeita a prompta deterioração, ou de valor insignificante, deve o frete ser pago no acto do despacho.

A importancia das passagens é paga quando se distribuem os bilhetes.

As mercadorias de qualquer natureza, remetidas para as estações afim de serem expedidas aos preços e segundo as condições da tarifa n. 6 e cujos fretes não forem pagos logo depois de registradas, ficam sujeitas á armazenagem, a menos que tenha de ser pago o frete na estação destinataria.

#### MATERIAS NOCIVAS OU PERIGOSAS

Art. 175. O transporte da dynamite, da nitro-glycerina, do algodão-polvora e dos fulminatos, de nenhum modo pôde ter lugar. Não pôde tampouco ter lugar o transporte de polvora de mina ou de caça em grande quantidade, a juizo da estrada.

Exceptuam-se os transportes de polvora e artigos bellicos por conta do Ministerio da Guerra e os transportes de polvora para a construcção de outras estradas de ferro.

Art. 176. A polvora, os fogos de artificio, as capsulas, as espoletas, o alcool, o phosphoro, o collodio, o ether, as essencias e outras materias analogas são excluidas dos trens que levarem viajantes nas secções da estrada em que houver trens regulares de mercadorias. Nas secções em que não circularem trens regulares de mercadorias, podem ser transportadas em trens mixtos.

Art. 177. A palha, o feno, o carvão de madeira e outras substancias semelhantes, mais ou menos inflammaveis, podem ser transportadas em trens mixtos.

Art. 178. As substancias do art. 176 não podem ficar depositadas nas estações de partida ou chegada.

Art. 179. As materias causticas, como acidos mineraes, alcali volatil, bromo, etc., as materias venenosas, como acidos arsenicos, sulphuretos de arsenico, acetato e nitrato de chumbo, etc., e as materias mui venenosas, como alcalis organicos, chloruretos e bromuretos de phosphoro, cyanureto de potassio, etc., em grande quantidade, estão sujeitas ás disposições do art. 176.

Art. 180. Os volumes encerrando venenos ou substancias perigosas, explosivas e inflammaveis devem trazer no exterior indicação de seu conteúdo, e são submittidos ás condições seguintes:

1ª, polvora — Acondicionamento em caixas ou barris hermeticamente fechados e protegidos exteriormente por envoltorio solido;

2ª, fogos de artificio — Acondicionamento em caixas de taboas de um centimetro, pelo menos, de espessura;

3<sup>a</sup>, mechas chimicas (phosphoros) — Acondicionamento cuidadoso e bem apertado, em caixas de taboas de um centimetro, pelo menos, de espessura ;

4<sup>a</sup>, espoletas, capsulas, carbo-azotina, cartuchos de retro-carga, estopim e pudrolitho — Acondicionamento em bocetas ou saccoes dentro de caixas de taboas de um centimetro, pelo menos, de espessura ;

5<sup>a</sup>, phosphoros, bromo e sulphureto de carbono — Acondicionamento em vasos de paredes não frageis, estanques e cheios de agua ;

6<sup>a</sup>, materias causticas, inflammaveis e explosivas — Acondicionamento em vasos ou botijas de paredes não frageis e estanques fixados em caixas ou cestos ;

7<sup>a</sup>, materias venenosas — Acondicionamento em barricas bem construidas e cujas aduellas estejam perfeitamente juntas ;

8<sup>a</sup>, materias mui venenosas — Acondicionamento em vasos fechados e fixados em caixas de madeira.

Art. 181. Todas as mercadorias mencionadas nos arts. 176, 177 e 179 devem ser expedidas sós e fazer objecto de notas de expedição especiaes ; não podem, além disto, ser comprehendidas em uma mesma remessa com mercadorias ordinarias.

#### MATERIAS FETIDAS OU ALTERAVEIS

Art. 182. Os residuos de açougue, taes como: tripas frescas, miudos, esterco, sangue, etc., as entranhas e os residuos de peixes, assim como quaesquer outros restos de animaes em estado fresco, os ossos não fervidos, não são admittidos a transporte, sinão em barris de ferro, caixas de madeira forte, arqueadas de ferro ou saccoes hermeticamente fechados, segundo a natureza do transporte.

Art. 183. Os barris, as caixas e os saccoes vasilos em retorno não são admittidos a transporte sinão depois de terem sido perfeitamente desinfectados pelos cuidados e á custa dos expeditores.

Art. 184. O destinatario deve retirar a mercadoria uma hora depois da recepção do aviso de chegada.

Art. 185. Não são sujeitos ás condições acima os ossos seccos ou salgados, os ossos fervidos, e os couros seccos ou salgados, isto é, todas as materias primas, que, sem serem absolutamente inodoras, não podem, todavia, ser incluidas entre as materias facilmente alteraveis.

Art. 186. Nenhuma das expedições que precedem pôde ser acceita com acondicionamento defeituoso ou insufficiente, antes que este tenha sido refeito previamente a contento da estrada.

#### MERCADORIAS ACHADAS

Art. 187. As mercadorias não despachadas, que forem achadas nas estações, serão recolhidas a deposito até serem retiradas ou despachadas nas horas do expediente.

Exceptuam-se as mercadorias sujeitas a prompta deterioração, a respeito das quaes se observará o disposto no art. 147, e as materias nocivas ou perigosas, que serão inutilisadas quando não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 188. As mercadorias depositadas ficam sujeitas á armazenagem, desde o dia em que tiverem sido recolhidas ao deposito até ao dia em que forem reclamadas.

Art. 189. Si no fim de 90 dias, a contar da data da entrada no deposito, não forem reclamadas, serão vendidas em leilão como as do art. 146.

Art. 190. Exceptuam-se das disposições acima os volumes de que trata o art. 61 do regulamento de 26 de abril de 1857.

#### RESPONSABILIDADE

Art. 191. A estrada declina toda a responsabilidade por perdas ou avarias nos seguintes casos:

- 1º, quando provierem de caso fortuito ou força maior ;
- 2º, quando não tiverem sido verificadas á chegada da mercadoria, e antes de sua acceitação ou retirada pelo seu destinatario ;
- 3º, quando as caixas ou os envoltorios não apresentarem exteriormente indicios de violencia, quebrado, molhado ou manchado ;
- 4º, quando forem ultteriores á recusa da mercadoria pelo destinatario, do que se lavrará auto ;
- 5º, quando a mercadoria for, por sua natureza especial, susceptivel de soffrer perda ou avaria total ou parcial, como: combustão espontanea, effervescencia, evaporação, vasamento, ferrugem, putrefacção, etc. ;
- 6º, quando estiver coberta por declaração de responsabilidade, formulada em ordem e assignada pelo expeditor.

Estando a expedição coberta por declaração de responsabilidade, ha presumpção, até prova em contrario, de que os danos proceem do defeito ou defeitos verificados na mercadoria no acto do despacho.

Art. 192. A estrada não responde pelos danos resultantes do perigo que o transporte em caminho de ferro ou demora da viagem acarretarem para os animaes vivos.

Não responde tampouco por avarias ou morte dos animaes no caso de, sendo o carregamento feito pelos expedidores, ter sido excedida a lotação do vagão.

Art. 193. Quando a mercadoria for acompanhada por pessoa encarregada de vigial-a, a estrada não responde pelo perigo que a vigilancia tenha por fim evitar.

Art. 194. No que concerne a mercadorias que por ajuste com o expeditor ou por assim estar estabelecido nos regulamentos da estrada, são transportadas em vagões abertos, a estrada não responde pelos riscos inherentes a este modo de transporte.

Art. 195. Quando o carregamento e o descarregamento são feitos pelo expeditor ou destinatario, a estrada não responde

continua >

pelos riscos resultantes do carregamento e descarregamento, ou do carregamento defeituoso.

Art. 196. Quando a mercadoria for por sua natureza susceptível de soffrer, pelo facto só do transporte, influencia atmosférica, ou qualquer outra causa independente do serviço da estrada de ferro, quebra em peso ou medida, a estrada não responde pela differença em peso ou medida.

Art. 197. Quando as mercadorias forem carregadas pelos cuidados dos expeditores, a estrada não responde pelo numero de volumes, ainda que as notas de expedição o indiquem.

Art. 198. A estrada não se responsabilisa pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes de bagagem.

Art. 199. A estrada se responsabilisa pelo peso das mercadorias até final entrega das mesmas ao destinatario ou seu preposto, para o que as fará pesar nas suas estações, antes de carregal-as.

Exceptuam-se as mercadorias da 6.<sup>a</sup> classe da tarifa 6, por cujo peso a estrada não se responsabilisa, limitando-se apenas a verificar o peso para a cobrança do frete e impedir que a carga exceda á lotação do vagão.

Art. 200. A responsabilidade da estrada cessa:

1.<sup>o</sup>, a respeito dos objectos que se encarrega de remetter a domicilio, no momento em que a entrega é certificada pelo recibo no boletim de remessa ou na caderneta dos entregadores ;

2.<sup>o</sup>, a respeito das mercadorias endereçadas — Na Estação — immediatamente após sua retirada, certificada pelo recibo do destinatario, ou por sua remessa a domicilio effectuada *ex-officio*, em virtude do art. 138 ;

3.<sup>o</sup>, a respeito das mercadorias destinadas a logares distantes da estrada de ferro, no momento da entrega ao correspondente designado pelo expeditor, ou ao conductor que continuar o transporte.

#### SEGURO E INDEMNISAÇÃO

Art. 201. Os expeditores e viajantes teem a faculdade de declarar, no acto do despacho, o valor segundo o qual querem ser indemnisa-dos em caso de perda ou avaria de sua mercadoria, bagagem e animaes. (1)

Neste caso cobrar-se-ha, além do frete e demais taxas, 1/2 % do valor declarado para as expedições das tarifas ns. 6 e 8, e 1 % para as da tarifa n. 5, e 3 % para as das tarifas ns. 9 e 10.

Art. 202. A importancia do valor declarado será paga em caso de perda total, e sómente uma quota proporcional á perda, si esta for apenas parcial.

---

(1) A declaração das mercadorias nas notas de expedição nenhuma significação tem, desde que não for paga a taxa do seguro.

Do mesmo modo, em caso de avaria, a indemnisação será paga proporcionalmente á importancia da avaria verificada.

Em nenhum caso a indemnisação póde exceder o damno realmente soffrido pelo expeditor, em consequencia de perda e avaria, e será neste caso reduzida a importancia do damno.

Art. 203. Quanto aos objectos não seguros, a estrada não é responsável sinão até á importancia de 400 réis por kilogramma de mercadoria, e de 600 réis por kilogramma de bagagem ou encomenda perdida ou avariada, sem que em nenhum caso a indemnisação possa ser superior ao valor da mercadoria, bagagem ou encomenda perdida ou avariada.

No caso em que uma mercadoria, etc. desencaminhada for achada, a estrada dará aviso ao destinatario, que terá, durante 15 dias, o direito de reclamar a entrega, devendo restituir os 75 %, da indemnisação que lhe tiver sido paga.

A mercadoria avariada ficará pertencendo á estrada.

Art. 204. Para os animaes vivos, a indemnisação não poderá exceder a 80\$ para os animaes de montaria; 50\$ para bois e vaccas, etc.; 10\$ para bezerros, vitellas, etc.; 5\$ para carneiros, cabras e porcos; 2\$ para cães acorrentados; 500 réis para aves e pequenos animaes engaiolados.

Art. 205. Quando a mercadoria formar um todo tal que a avaria de uma parte a deprecie ou inutilise, a indemnisação a pagar será calculada por arbitramento.

Art. 206. As clausulas de irresponsabilidade ou limitação de responsabilidade estabelecidas nestas condições regulamentares não poderão ser invocadas pela estrada, si se provar culpa ou dolo por parte do seu pessoal.

#### ARBITRAMENTO

Art. 207. O arbitramento, nos casos em que deva ter lugar, será feito por dous arbitadores escolhidos, um pela parte e outro pela estrada, salvo si ambas concordarem na escolha de um só arbitrador.

O arbitramento será reduzido a auto assignado pelos arbitadores, pela estrada e pela parte.

Art. 208. Si, porém, a estrada e o destinatario chegarem a um accordo sobre o valor da avaria, será o accordo reduzido a auto assignado por ambos, que terá a mesma validade que o arbitramento.

Art. 209. Recusando-se o destinatario ao arbitramento amigavel, a estrada requererá judicialmente um arbitramento e a remoção da mercadoria para um deposito publico, ou a venda da mesma em leilão publico.

Art. 210. O auto do arbitramento, quer amigavel, quer judicial, deve conter, além dos factos e das circumstancias geraes da avaria, as indicações seguintes:

1ª, a especie precisa, as marcas, os numeros e o peso de cada um dos volumes vistoriados;

2ª, a data e o numero do despacho e os numeros dos vagões em que tiverem chegado os volumes;

3ª, a presença ou ausencia de indícios externos de quebrado, molhado, manchas, etc. em cada um dos volumes, com designação exacta de sua marca e modo de acondicionamento;

4ª, a importancia do damno, resultante de cada uma das avarias verificadas;

5ª, a época a que póde remontar a avaria, suas causas apparentes ou presumidas; si ella deve ser attribuida a vício proprio da mercadoria, ou a seu modo de preparação; o defeito, a insufficiencia ou a ausencia do envoltorio; em que consistem os vícios ou defeitos; si, no caso de estarem molhadas as mercadorias e terem já viajado por mar, essa avaria é proveniente ou não da agua do mar;

6ª, a presença ou ausencia do reclamante ou de seu representante, e, si for possivel, sua declaração de acceitar as conclusões da vistoria.

Art. 211. Ao formular os requerimentos á autoridade judicial, para obter a nomeação de peritos, se precisará, além dos pontos acima, quaesquer outros que as circumstancias indicarem como devendo fazer objecto da vistoria, e se pedirá que os peritos sejam autorisados a consignar no auto os dizeres e as observações das partes.

Art. 212. A menos que os peritos sejam analphabetos ou impedidos por causa legitima de redigirem elles mesmos seus laudos, estes documentos não podem ser lavrados por empregados da estrada, sinão excepcional e estrictamente, sobre os dados apresentados pelos peritos.

Art. 213. O consentimento do destinatario na vistoria ou arbitramento amigavel deve ser certificado por escripto.

Art. 214. Todo arbitramento deve ser feito dentro das 48 horas depois do descarregamento, salvo impedimento devidamente justificado.

#### RECLAMAÇÕES

Art. 215. Não serão attendidas pela estrada as reclamações por perda ou avaria de mercadorias:

1ª, que forem apresentadas depois de um anno, a contar da data do despacho;

2ª, que não vierem instruidas com a nota de expedição ou cópia authentica da mesma, ou o boletim de bagagem ou encomenda e com o auto de que trata o art. 216;

3ª, que forem apresentadas depois de se ter passado recibo das mercadorias sem declaração de perda ou avaria;

4ª, quando a perda ou avaria provier de alguma das causas mencionadas no art. 102 do Código Commercial.

Art. 216. Das faltas e avarias encontradas no acto da entrega das mercadorias ao destinatario, lavrará o agente da estação de chegada auto circumstanciado.

Art. 217. As reclamações serão entregues aos agentes das estações, que as remetterão com os documentos e esclarecimentos necessários, ao escriptorio do trafego, onde aguardarão despacho.

A entrega da reclamação ao agente será certificada por um recibo passado por este, si o reclamante o exigir.

Art. 218. A estrada restitue o frete que se verificar ter sido cobrado de mais do expeditor e tem o direito de haver executivamente deste, antes ou depois da entrega da mercadoria, o que se verificar ter sido cobrado de menos no acto do despacho.

Art. 219. Quando, porém, o excesso de frete provier de engano na pesagem, não será attendida a reclamação, si o destinatario não tiver exigido a verificação do peso, antes de retirar a mercadoria.

Art. 220. Nenhuma restituição se fará do excesso de frete cobrado pelo transporte de mercadorias que gosarem de abatimento sobre os preços das tarifas, si na nota de expedição não houver, no acto do despacho, os esclarecimentos necessários feitos pelo expeditor.

Art. 221. Em caso de reclamação, as notas de expedição não serão reconhecidas pela estrada, si não tiverem a assignatura do agente da estação de partida ou do fiel do armazem.

#### DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 222. Os empregados da estrada, prepostos ao serviço de mercadorias, etc., são obrigados a dar aos expeditores todos os esclarecimentos que estes desejarem, e facilitar-lhes quanto possível o cumprimento das formalidades a preencher.

Devem, em casos de necessidade, encher as notas de expedição.

Nenhum agente ou qualquer outro empregado poderá dar ao publico documento que contenha raspadura ou emenda substancial não resalvada.

Art. 223. Todo documento dado pela estrada e que for depois, por qualquer titulo, apresentado, si se achar viciado, será retido e dará logar á imposição de uma multa de 50\$ a 100\$, segundo a gravidade do caso, á pessoa que o tiver viciado.

A expedição ou entrega da mercadoria será retardada até decisão superior.

Art. 224. Além do transporte de que trata o art. 109, podem os agentes das estações, mediante authorisação escripta, expressa, do expeditor, contractar com quem melhores vantagens offerecer, o transporte da mercadoria da estação de chegada ao domicilio do destinatario, devendo para isso a residencia do destinatario ser designada de modo a evitar equivoco.

O preço do transporte da estação á casa do destinatario deve, neste caso, ser pago pelo destinatario ao conductor.

Art. 225. A estrada declina, neste caso, toda e qualquer responsabilidade quanto ao risco que possa a mercadoria soffrer

no trajecto da estação ao domicilio do destinatario, salvo si se provar que o transporte foi contractado com pessoa que não merecia conceito ou em contrariu ás instrucções do expeditor.

#### TRANSPORTE POR CONTA DO GOVERNO

Art. 226. Os transportes por conta do Governo Federal ou de Governo estadual estão sujeitos ás mesmas condições que os transportes ordinarios.

#### TELEGRAPHO

Art. 227. Os telegrammas serão acceitos em todas as estações da estrada, tanto nos dias uteis como nos dias feriados.

Art. 228. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes, que representam a ordem da transmissão:

- 1<sup>a</sup>, telegramma urgente em serviço da estrada;
- 2<sup>a</sup>, dito idem do Governo Federal;
- 3<sup>a</sup>, dito idem do Governo estadual;
- 4<sup>a</sup>, dito idem ordinario em serviço da estrada;
- 5<sup>a</sup>, dito idem particular;
- 6<sup>a</sup>, dito ordinario do Governo federal;
- 7<sup>a</sup>, dito idem do Governo estadual;
- 8<sup>a</sup>, dito idem das autoridades;
- 9<sup>a</sup>, dito idem particular.

Art. 229. Os telegrammas devem :

§ 1<sup>o</sup>, ser escriptos pelo proprio expeditor, com tinta preta, e de modo que possam ser lidos facilmente, letra por letra;

§ 2<sup>o</sup>, não conter abreviaturas, rasuras, palavras emendadas ou inutilisadas;

§ 3<sup>o</sup>, indicar o nome da estação de destino e o nome e residencia do destinatario.

Art. 230. E' prohibida a acceitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica ou offensivo á moral e aos bons costumes, ou prejudicial á segurança e aos interesses da estrada.

Art. 231. Só ao Governo ou á administração da estrada é permitido o uso de cifras secretas.

Art. 232. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 233. Muitos telegrammas de um mesmo expeditor para o mesmo ou diversos destinatarios só podem ser acceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 234. A apresentação de telegramma é certificada por um recibo entregue ao expeditor, e que deverá ser exhibido em caso de reclamação.



Art. 235. Nos casos ordinarios, a transmissão de telegramma será feita na ordem de sua apresentação, respeitando-se o que dispõe o art. 228.

Art. 236. A estrada aceitará despachos para se transmitirem cópias por outras linhas, preferindo as linhas da União, salvo si o expeditor expressamente designar outra.

Art. 237. A administração se reserva o direito de interromper as comunicações telegraphicas para o serviço particular, por tempo indeterminado, no caso em que o julgue conveniente, em vista de urgencia de serviço da estrada ou do Governo.

Art. 238. O telegramma, antes de começar a ser transmittido, pôde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10 %.

Principiada a transmissão, pôde ella ser interrompida a pedido do communicante e retirado o telegramma; neste caso, porém, sem direito á restituição da taxa.

Art. 239. Os telegrammas serão entregues ao destinatario na estação de destino ou na casa do destinatario, quando esta não distar mais de um kilometro da estação de destino, e mediante pagamento da despeza que se fizer, a estrada se encarregará de fazer chegar o telegramma, com a possível brevidade, á casa do destinatario, quando esta ficar além de um kilometro da estação do destino, e nunca a mais de cinco kilometros.

No caso de não ser encontrada com facilidade a pessoa a quem são dirigidos, ficarão os telegrammas guardados na estação do destino, sem que haja direito de exigir-se da estrada restituição da taxa ou desta e das despesas quando o destinatario residir a mais de um kilometro.

Para as distancias além de cinco kilometros da estação do destino, serão os telegrammas enviados pelo Correio, para o que pagará o communicante a taxa de 100 réis.

Art. 240. O segredo dos telegrammas é inviolavel. As unicas pessoas que podem tomar conhecimento delles ou requerer cópia são o proprio que os assignou e aquelle a quem são dirigidos.

A nota de *reservado*, portanto, collocada no telegramma entende-se com o destinatario.

Art. 241. Na contagem das palavras observar-se-hão as seguintes regras:

§ 1º, tudo que communicante escrever entra na contagem das palavras;

§ 2º, conta-se como uma qualquer palavra que não tenha mais de 10 letras; o excedente é contado como outras tantas palavras, quantas forem os grupos de 10 letras ou fracção de 10 letras;

§ 3º, toda palavra composta, escripta de modo que forme uma só, como tal será contada, de conformidade com o disposto no paragrapho precedente; si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compõe, ou mesmo reunidas por traço de união, serão contadas como outras tantas palavras;

§ 4º, todo character alphabetico ou numerico isolado, toda palavra ou particula seguida de apostrophe será contada como uma palavra;

§ 5º, os numeros em algarismos contam-se como tantas palavras quantas forem as series seguidas de cinco algarismos que contiverem e mais uma palavra pelo excedente;

§ 7º, as virgulas, pontos e traços de divisão ou de união serão contados como outros tantos algarismos;

§ 8º, os signaes de accentuação não são contados;

§ 9º, cada palavra sublinhada será contada como duas palavras.

Art. 242. Entram na contagem das palavras :

§ 1º, a direcção, a assignatura, as indicações a respeito do modo de remessa do telegramma ao destinatario além de um kilometro da estação, e reconhecimento da assignatura, quando revestida dessa formalidade;

§ 2º, os pedidos de repetição para conferencias, essa repetição e as palavras—*resposta paga... palavras*;

§ 3º, os nomes proprios de pessoas, cidades, villas, praças, ruas, etc., os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações se contam como tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-las.

Art. 243. Não serão taxados quaesquer signaes ou palavras accrescentadas pela estação remetente no interesse do serviço telegraphico.

Igualmente não serão taxados a data, hora da apresentação do telegramma e logar de procedencia, sinão quando o communicante escrever na minuta e exigir a transmissão.

Art. 244. Cada telegramma até 20 palavras, entre duas estações quaesquer, pagará 1\$000.

O telegramma que tiver mais de 20 palavras até 30 paga mais metade da taxa do telegramma simples, e assim seguidamente, augmentando-se metade da taxa simples pelo augmento de 10 ou menos de 10 palavras.

Art. 245. Pagam taxa dupla os telegrammas que só serão acceitos quando o serviço da estrada não exigir o funcionamento do telegrapho:

§ 1º, os que forem escriptos em lingua estrangeira;

§ 2º, os que hajam de ser repetidos a pedido do communicante;

§ 3º, os telegrammas urgentes.

Art. 246. As redacções de jornaes, casas commerciaes e empresas que fizerem despeza mensal de mais de 100, terão direito á restituição de 20 % das taxas que houverem pago no mez em que se dê aquelle excesso, o qual deve ser provado com recibos.

Art. 247. O mesmo telegramma dirigido pelo mesmo communicante a mais de um destinatario pagará, além da taxa da tariffa para um destinatario, mais metade da mesma taxa, por cada um dos destinatarios.

Art. 248. O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 249. Todas as taxas, sem distincção, serão pagas no acto da apresentação do telegramma na estação de partida.

Art. 250. O communicante pôde pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras.

Neste caso a minuta do telegramma deve ter a declaração *Resposta paga para... palavras*, antes da assignatura do communicante.

Si a resposta contiver maior numero de palavras, o excesso será considerado como um novo telegramma, que deverá ser pago pela pessoa que o apresentar.

Art. 251. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario. Passado esse prazo, ficará sujeito ao pagamento da taxa.

Não se restituirá ao communicante o que houver pago para a resposta, si esta deixar de ser apresentada ou o for passado aquelle prazo.

Art. 252. O telegramma pôde ficar na estação do destino até que o destinatario o procure.

Para a execução das disposições indicadas neste artigo e no art. 239, deverá o communicante fazer as respectivas declarações na minuta do telegramma, do seguinte modo: *pela estrada, pelo Correio, na estação*.

Na falta de taes declarações, será o telegramma expedido pelo Correio.

Art. 253. Ao encarregado da estrada, encarregado da condução do telegramma ao domicilio do destinatario, não é lícito encarregar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir, recebendo a taxa respectiva.

Art. 254. Na ausencia do destinatario, o telegramma será entregue em sua casa á pessoa de sua familia, empregado, criado ou hospede, salvo si o communicante designar na minuta pessoa especial.

Art. 255. O destinatario ou quem por elle receber o telegramma deverá assignar o recibo.

Art. 256. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de destino serão entregues só ao destinatario ou á pessoa por elle competentemente autorizada.

Art. 257. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ou entregue ao destinatario, só pôde ser feito pelo proprio communicante e por novo telegramma, sujeito á taxa, que será restituída, si o pedido não chegar a tempo de ser satisfeito.

Art. 258. O communicante tem direito á restituição da taxa que houver pago nos seguintes casos:

§ 1º, quando o telegramma não chegar ao seu destino por qualquer causa devida ao serviço do telegrapho;

§ 2º, quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado.

Art. 259. O communicante pôde pedir que a estação de destino lhe dê aviso de ter recebido o telegramma transmittido ; por esse aviso simples pagará elle 20 % da taxa de um telegramma simples.

## DESVIOS

Art. 260. Será licito á companhia estabelecer temporaria ou permanentemente, de accordo com o engenheiro fiscal do Governo, desvios ou estribos para embarque ou desembarque de passageiros ou cargas, cobrando as respectivas passagens ou fretes da estação anterior no sentido em que houver de ser feita a expedição.

Neste caso as mercadorias só terão o abatimento constante das notas das tarifas quando forem transportadas á distancia superior a 10 kilometros.

Directoria Geral de Viação, 7 de novembro de 1894.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.

## Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras

## CLASSIFICAÇÃO DAS MERCADORIAS EM ORDEM ALPHABETICA

## A

|                                             | Classes | Tarifa |
|---------------------------------------------|---------|--------|
| Abacates.....                               | 5       | 6      |
| Abacaxis.....                               | 5       | 6      |
| Abanos de palha.....                        | 1       | 6      |
| Abanos de penna.....                        | 1       | 6      |
| Aboboras.....                               | 5       | 6      |
| Absintho.....                               | 2       | 6      |
| Acafrão.....                                | 2       | 6      |
| Accessorios de trilhos.....                 | 6       | 6      |
| Achas de lenha.....                         | 5 e 6   | 6      |
| Acidos mineraes.....                        | 1       | 6      |
| Aço.....                                    | 2       | 6      |
| Aduelas.....                                | 5 e 6   | 6      |
| Agua em barris, etc.....                    | 5       | 6      |
| Agua de Cologne.....                        | 2       | 6      |
| Aguas medicinaes ou mineraes importadas.... | 2       | 6      |
| Aguas idem idem do paiz.....                | 2       | 6      |
| Agua-raz importada.....                     | 2       | 6      |
| Aguardente nacional.....                    | 3       | 6      |
| Aguardente importada.....                   | 2       | 6      |
| Agulhas.....                                | 2       | 6      |
| Aipim (macachera).....                      | 5       | 6      |

|                                                        | Classes      | Tarifa |
|--------------------------------------------------------|--------------|--------|
| Alabastro em bruto.....                                | 3            | 6      |
| Alabastro em obra.....                                 | 2            | 6      |
| Alambiques e pertences.....                            | 5            | 6      |
| Alavancas de ferro ou aço.....                         | 2            | 6      |
| Alcatifas.....                                         | 2            | 6      |
| Alcatrão.....                                          | 2            | 6      |
| Alcool.....                                            | 3            | 6      |
| Alcool nacional.....                                   | 3            | 6      |
| Aletria.....                                           | 3            | 6      |
| Alfafa.....                                            | 6            | 6      |
| Alfazema.....                                          | 2            | 6      |
| Algodão em rama e descaroçado.....                     | 3            | 6      |
| Algodão em caroço.....                                 | 4            | 6      |
| Alhos.....                                             | 3            | 6      |
| Almofadas.....                                         | 2            | 6      |
| Almofarizes.....                                       | 2            | 6      |
| Alpiste.....                                           | 2            | 6      |
| Alumina.....                                           | —            | 7      |
| Alvaiade.....                                          | 2            | 6      |
| Ameixas.....                                           | 2            | 6      |
| Amendoas.....                                          | 2            | 6      |
| Amendoim.....                                          | 4            | 6      |
| Amendoim (oleo de).....                                | 4            | 6      |
| Amido.....                                             | 4            | 6      |
| Ananazes.....                                          | 5            | 6      |
| Ancoras.....                                           | 2            | 6      |
| Ancoretas vasias.....                                  | 2            | 6      |
| Ancoretas idem em retorno.....                         | 3            | 6      |
| Aniagem.....                                           | 2            | 6      |
| Anil.....                                              | 2            | 6      |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....                | 1            | 6      |
| Animaes pequenos, em cestos ou caixões.....            | 1            | 6 e 10 |
| Animaes ferozes.....                                   | Convencional |        |
| Angico (resina, gomma ou folhas).....                  | 4            | 6      |
| Aniz.....                                              | 2            | 6      |
| Apparelhos de mesa, de porcellana, louça e vidro.....  | 1            | 6      |
| Apparelhos para experiencias physicas ou chimicas..... | 1            | 6      |
| Apparelhos para gaz.....                               | 2            | 6      |
| Apparelhos telegraphicos.....                          | 2            | 6      |
| Aparadores.....                                        | 1            | 6      |
| Arados e instrumentos uteis á lavoura.....             | 5 e 6        | 6      |
| Ara'los a vapor.....                                   | 5 e 6        | 6      |
| Arame.....                                             | 2            | 6      |
| Arandelas.....                                         | 1            | 6      |
| Araras.....                                            | —            | 10     |
| Araruta.....                                           | 4            | 6      |
| Araruta em raiz.....                                   | 4            | 6      |
| Archotes.....                                          | 2            | 6      |

|                                                         | Classes | Tarifa |
|---------------------------------------------------------|---------|--------|
| Arco de ferro ou madeira.....                           | 2       | 6      |
| Arções para sellins.....                                | 2       | 6      |
| Ardozias.....                                           | 5 e 6   | 6      |
| Areia.....                                              | 5 e 6   | 6      |
| Argilla.....                                            | 5 e 6   | 6      |
| Argolas de metal, ferro, etc.....                       | 2       | 6      |
| Armações para chapéus de sol.....                       | 2       | 6      |
| Armações para igreja.....                               | 1       | 6      |
| Armações ordinarias para lojas.....                     | 2       | 6      |
| Armamento.....                                          | 2       | 6      |
| Armarios.....                                           | 1       | 6      |
| Armarios ordinarios sem vidros.....                     | 2       | 6      |
| Arroz nacional.....                                     | 4       | 6      |
| Arroz importado.....                                    | 3       | 6      |
| Artigos de armarinho.....                               | 2       | 6      |
| Artigos de desenho.....                                 | 2       | 6      |
| Artigos de escriptorio.....                             | 2       | 6      |
| Artigos de folha de Flandres não classificados..        | 2       | 6      |
| Artigos de luxo ou fantasia.....                        | 1       | 6      |
| Artigos de pacotilha, não classificados.....            | 2       | 6      |
| Arvores vivas.....                                      | 5       | 6      |
| Asphalto.....                                           | 5       | 6      |
| Assucar bruto.....                                      | 5       | 6      |
| Assucar refinado, turbinado ou purgado.....             | 3       | 6      |
| Assucareiros de prata, etc.....                         | —       | 7      |
| Assucareiros de louça, etc.....                         | 1       | 6      |
| Assucareiros de folha de Flandres.....                  | 2       | 6      |
| Ataúdes.....                                            | 1       | 6      |
| Avêa.....                                               | 2       | 6      |
| Avelãs.....                                             | 2       | 6      |
| Aves domesticas em capoeiras ou jacás.....              | —       | 10     |
| Aves empalhadas ou embalsamadas.....                    | 1       | 6      |
| Aves engaioladas.....                                   | —       | 10     |
| Azeite doce.....                                        | 3       | 6      |
| Azeite de mamona, peixe e outros não classificados..... | 4       | 6      |
| Azeite de substancias do paiz.....                      | 4       | 6      |
| Azeitonas.....                                          | 2       | 6      |
| Azulejos.....                                           | 2       | 6      |

## B

|                                          |   |   |
|------------------------------------------|---|---|
| Bacalhão.....                            | 3 | 6 |
| Bacamartes.....                          | 2 | 6 |
| Bacias de arame e metal semelhantes..... | 2 | 6 |
| Bacias de prata, etc.....                | — | 7 |
| Bacias de porcellana ou vidro.....       | 1 | 6 |
| Baeta.....                               | 2 | 6 |
| Bagatellas.....                          | 2 | 6 |

|                                             | Classes | Tarifa |
|---------------------------------------------|---------|--------|
| Bahús vasis.....                            | 2       | 6      |
| Balaies vasis.....                          | 1       | 6      |
| Balanças.....                               | 2       | 6      |
| Balas.....                                  | 2       | 6      |
| Baldes.....                                 | 2       | 6      |
| Balões.....                                 | 1       | 6      |
| Bambinellas.....                            | 1       | 6      |
| Bambú.....                                  | 5       | 6      |
| Bananas.....                                | 5       | 6      |
| Bancas envernizadas.....                    | 1       | 6      |
| Bancos ordinarios, etc.....                 | 2       | 6      |
| Bancos ordinarios, madeira ou ferro.....    | 2       | 6      |
| Bandeiras.....                              | 2       | 6      |
| Bandejas de prata, etc.....                 | —       | 7      |
| Bandejas diversas.....                      | 2       | 6      |
| Bangués.....                                | 2       | 6      |
| Banha para cabello.....                     | 2       | 6      |
| Banha nacional.....                         | 4       | 6      |
| Banha importada.....                        | 3       | 6      |
| Banheiros.....                              | 2       | 6      |
| Barbante.....                               | 2       | 6      |
| Barbatanas de baleia.....                   | 2       | 6      |
| Barras de ferro.....                        | 5 e 6   | 6      |
| Barracas desarmadas.....                    | 2       | 6      |
| Barris e barricas vasis.....                | 1       | 6      |
| Barricas e barris vasis em retorno.....     | 5       | 6      |
| Barrilha.....                               | 2       | 6      |
| Barro.....                                  | 5 e 6   | 6      |
| Barrotes.....                               | 6       | 6      |
| Bastidores de theatro.....                  | 1       | 6      |
| Batatas alimenticias.....                   | 3       | 6      |
| Batatas doces.....                          | 3       | 6      |
| Batêa.....                                  | 2       | 6      |
| Baunilha.....                               | 2       | 6      |
| Bayonetas.....                              | 2       | 6      |
| Bebidas espirituosas não classificadas..... | 3       | 6      |
| Beijús.....                                 | 5       | 6      |
| Bengalas.....                               | 2       | 6      |
| Berços.....                                 | 1       | 6      |
| Besdas.....                                 | 1       | 9      |
| Bezerros.....                               | 3       | 9      |
| Bigornas.....                               | 2       | 6      |
| Bilhares.....                               | 2       | 6      |
| Bilros.....                                 | 2       | 6      |
| Biscutos.....                               | 3       | 6      |
| Boiões vasis.....                           | 4       | 6      |
| Bolachas ordinarias.....                    | 4       | 6      |
| Bolsas de viagem vasis.....                 | 2       | 6      |
| Bombas.....                                 | 2       | 6      |
| Bonecos.....                                | 2       | 6      |

|                                                | Classes | Tarifa |
|------------------------------------------------|---------|--------|
| Bonnets.....                                   | 2       | 6      |
| Borra de azeite, gaz, vinho, vinagre, etc..... | 5       | 6      |
| Borracha em bruto.....                         | 3       | 6      |
| Borracha em obras não classificadas.....       | 2       | 6      |
| Botijas vasias.....                            | 5 e 6   | 6      |
| Botinas.....                                   | 2       | 6      |
| Botões de ouro, prata, etc.....                | —       | 7      |
| Botões diversos.....                           | 2       | 6      |
| Breu.....                                      | 2       | 6      |
| Bridas.....                                    | 2       | 6      |
| Brinquedos.....                                | 2       | 6      |
| Brochas para pintor, etc.....                  | 2       | 6      |
| Bronze bruto.....                              | 3       | 6      |
| Bronze em objectos de arte.....                | 1       | 6      |
| Bronze em obra não classificada.....           | 2       | 6      |
| Brunidores de café.....                        | 5 e 6   | 6      |
| Bules de prata.....                            | —       | 7      |
| Bules de louça ou metal fino.....              | 1       | 6      |
| Bules de folha de Flandres.....                | 2       | 6      |
| Burras de ferro.....                           | 2       | 6      |
| Bustos.....                                    | 1       | 6      |

## C

|                                            |          |   |
|--------------------------------------------|----------|---|
| Cabeçadas.....                             | 2        | 6 |
| Cabeções para animaes.....                 | 3        | 6 |
| Cabello.....                               | 2        | 6 |
| Cabello em obra.....                       | 1        | 6 |
| Cabides envernizados.....                  | 1        | 6 |
| Cabides de ferro ou madeira.....           | 2        | 6 |
| Cabos de arame.....                        | 2        | 6 |
| Cabos de canhamo, linho, etc.....          | 2        | 8 |
| Cabriolets.....                            | —        | 8 |
| Cabritos.....                              | 3        | 9 |
| Caça.....                                  | 4        | 6 |
| Cacão.....                                 | 3        | 6 |
| Cachimbo.....                              | 2        | 6 |
| Cadaveres.....                             | 1 e esp. | 6 |
| Cadeados.....                              | 2        | 6 |
| Cadeiras de ferro ou madeira ordinaria.... | 2        | 6 |
| Cadernaes.....                             | 2        | 6 |
| Cadinhos.....                              | 2        | 6 |
| Café em côco.....                          | 3        | 6 |
| Café moido ou em grão.....                 | 3        | 6 |
| Cafeteiras de prata, etc.....              | —        | 7 |
| Cafeteiras de louça, etc.....              | 1        | 6 |
| Cafeteiras de folha de Flandres.....       | 2        | 6 |
| Caibros.....                               | 5 e 6    | 6 |
| Cairo.....                                 | 5        | 6 |



|                                                   | Classe | Tarifa |
|---------------------------------------------------|--------|--------|
| Caixas de guerra.....                             | 1      | 6      |
| Caixas vasiaas, de madeira, folha ou papelão..... | 2      | 6      |
| Caixilhos com vidros.....                         | 1      | 6      |
| Caixilhos sem vidros.....                         | 2      | 6      |
| Caixões funebres.....                             | 1      | 5 e 6  |
| Caixões vasiaos.....                              | 1      | 6      |
| Cajús.....                                        | 5      | 6      |
| Cal de Lisboa (cal virgem em latas).....          | 1      | 6      |
| Cal do paiz.....                                  | 5 e 6  | 6      |
| Calcareaos.....                                   | 5 e 6  | 6      |
| Calçado.....                                      | 2      | 6      |
| Caldeiras.....                                    | 5      | 6      |
| Caldeiras (artigos não classificados).....        | 5      | 6      |
| Camas envernizadas.....                           | 1      | 6      |
| Camas de ferro, madeira ordinaria ou lona...      | 2      | 6      |
| Camarões.....                                     | 4      | 6      |
| Cambotas.....                                     | 5 e 6  | 6      |
| Campainhas.....                                   | 1      | 6      |
| Campainhas de vidro para jardim.....              | 1      | 6      |
| Camphora.....                                     | 2      | 6      |
| Candieiros (sem vidro).....                       | 2      | 6      |
| Candieiros (com vidro).....                       | 1      | 6      |
| Canella.....                                      | 2      | 6      |
| Canetas de ouro, prata, etc.....                  | —      | 7      |
| Canetas ordinarias.....                           | 2      | 6      |
| Cangalhas.....                                    | 5      | 6      |
| Cangica.....                                      | 5      | 6      |
| Canhamo bruto.....                                | 2      | 6      |
| Canivetes.....                                    | 2      | 6      |
| Canna da India.....                               | 5      | 6      |
| Canna de assucar.....                             | 5 e 6  | 6      |
| Canôas.....                                       | 6      | 6      |
| Canos de barro.....                               | 5 e 6  | 6      |
| Canos de metal.....                               | 2      | 6      |
| Cantaria.....                                     | 5      | 6      |
| Caoutchu bruto.....                               | 3      | 6      |
| Gaoutchu em obras não classificadas.....          | 2      | 6      |
| Capachos.....                                     | 2      | 6      |
| Capim.....                                        | 5 e 6  | 6      |
| Capoeiras vazias.....                             | 1      | 6      |
| Capotes.....                                      | 2      | 6      |
| Caranguejos e semelhantes.....                    | 5      | 6      |
| Carborina.....                                    | 2      | 6      |
| Cardas.....                                       | 5      | 6      |
| Carnaúba em cêra.....                             | 4      | 6      |
| Carnaúba em palha.....                            | 5 e 6  | 6      |
| Carne fresca.....                                 | 5      | 6      |
| Carne salgada e secca.....                        | 5      | 6      |
| Carneiros.....                                    | 3      | 9      |
| Caroços de algodão.....                           | 5      | 6      |

|                                                              | Classes | Tarifa |
|--------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Carros funebres.....                                         | —       | 8      |
| Carros de mão nacionaes.....                                 | 5       | 6      |
| Carros idem importados.....                                  | 4       | 6      |
| Carros de passeio.....                                       | —       | 8      |
| Carros e vagões para estradas de ferro des-<br>montados..... | 5 e 6   | 6      |
| Carroças.....                                                | —       | 8      |
| Carteiras.....                                               | 1       | 6      |
| Carvão animal.....                                           | 2       | 6      |
| Carvão mineral.....                                          | 5 e 6   | 6      |
| Carvão vegetal.....                                          | 5 e 6   | 6      |
| Cascalho.....                                                | 6       | 6      |
| Cascas de arvore para cortume e outros fins..                | 5       | 6      |
| Cascas de côco.....                                          | 5       | 6      |
| Cassarolas.....                                              | 2       | 6      |
| Cassuás.....                                                 | 5       | 6      |
| Castanhas da Europa.....                                     | 3       | 6      |
| Castanhas do paiz.....                                       | 4       | 6      |
| Cavillos.....                                                | 1       | 9      |
| Cebolas.....                                                 | 2       | 6      |
| Cebolinho.....                                               | 2       | 6      |
| Centeio.....                                                 | 2       | 6      |
| Cêra bruta (nacional).....                                   | 4       | 6      |
| Cêra em velas ou em obra não classificada....                | 2       | 6      |
| Ceramica (artigos não classificados).....                    | 2       | 6      |
| Cereaes não classificados.....                               | 3       | 6      |
| Cerveja.....                                                 | 2       | 6      |
| Cerveja nacional.....                                        | 2       | 6      |
| Cestos vasioz.....                                           | 1       | 6      |
| Cestos vasioz em retorno.....                                | 3       | 6      |
| Cevada.....                                                  | 2       | 6      |
| Cevadeira para mandioca.....                                 | 5 e 6   | 6      |
| Cevadinha.....                                               | 2       | 6      |
| Chá nacional.....                                            | 3       | 6      |
| Chá importado.....                                           | 2       | 6      |
| Chales.....                                                  | 2       | 6      |
| Chaleiras de ferro, ordinarias, de metal, etc.               | 2       | 6      |
| Chaleiras de prata.....                                      | —       | 7      |
| Champagne.....                                               | 2       | 6      |
| Chapas de ferro, zinco, etc., para cobertas....              | 5       | 6      |
| Chapas de fogão.....                                         | 2       | 6      |
| Chapelaria, artigos não classificados.....                   | 2       | 6      |
| Chapeleiras vasioz.....                                      | 2       | 6      |
| Chapéos.....                                                 | 2       | 6      |
| Chapéos de sol.....                                          | 2       | 6      |
| Charruas.....                                                | 5 e 6   | 6      |
| Charutos.....                                                | 2       | 6      |
| Chicaras de louca, etc.....                                  | 1       | 6      |
| Chicaras de folha ou madeira.....                            | 2       | 6      |
| Chifres em bruto.....                                        | 4       | 6      |

|                                              | Classes | Tarifa |
|----------------------------------------------|---------|--------|
| Chifres em obras não classificadas.....      | 2       | 6      |
| Chlorureto de calcio.....                    | 2       | 6      |
| Chocolate nacional.....                      | 3       | 6      |
| Chocolate importado.....                     | 2       | 6      |
| Chouriços nacionaes.....                     | 4       | 6      |
| Chouriços importados.....                    | 2       | 6      |
| Chumbo em bruto.....                         | 2       | 6      |
| Chumbo de munição.....                       | 2       | 6      |
| Chumbo em obra.....                          | 2       | 6      |
| Cigarros.....                                | 2       | 6      |
| Cimento.....                                 | 5 e 6   | 6      |
| Cinzas.....                                  | 5       | 6      |
| Coadores de mandioca.....                    | 5 e 6   | 6      |
| Cobertores.....                              | 2       | 6      |
| Cobre em folhas, barras ou velho.....        | 3       | 6      |
| Cobre em obras não classificadas.....        | 2       | 6      |
| Cochonilha.....                              | 2       | 6      |
| Côcos seccos ou verdes.....                  | 4       | 6      |
| Cofres de ferro ou madeira.....              | 2       | 6      |
| Cognac.....                                  | 2       | 6      |
| Coke.....                                    | 5 e 6   | 6      |
| Colchões e pertences de cama.....            | 2       | 6      |
| Colheres de prata, etc.....                  | —       | 7      |
| Colheres de metal, etc.....                  | 2       | 6      |
| Colheres de madeira do paiz.....             | 4       | 6      |
| Colla.....                                   | 2       | 6      |
| Colméas.....                                 | 4       | 6      |
| Columnas de ferro fundido.....               | 5       | 6      |
| Colza em grão.....                           | 2       | 6      |
| Colza em oleo.....                           | 2       | 6      |
| Combustiveis não classificados.....          | 5 e 6   | 6      |
| Comestiveis não classificados.....           | 2       | 6      |
| Cominhos.....                                | 2       | 6      |
| Confeitaria (artigos não classificados)..... | 2       | 6      |
| Conservas em latas ou vidros.....            | 2       | 6      |
| Consolos.....                                | 1       | 6      |
| Copos de ouro, prata, etc.....               | —       | 7      |
| Copos de vidro, etc.....                     | 1       | 6      |
| Copos de folha, madeira ou barro.....        | 2       | 6      |
| Coqueiros para plantar.....                  | 5       | 6      |
| Coquilhos.....                               | 5       | 6      |
| Coral.....                                   | 2       | 6      |
| Cordas de linho, canhamo, piassava, etc..... | 3       | 6      |
| Cordas para instrumentos de musica.....      | 1       | 6      |
| Correame para tropas.....                    | 2       | 6      |
| Correntes de ferro e outros metaes.....      | 2       | 6      |
| Cortica bruta.....                           | 5       | 6      |
| Cortica em obra não classificada.....        | 2       | 6      |
| Cortinas e cortinados.....                   | 2       | 6      |
| Couçoearas.....                              | 5 e 6   | 6      |

|                                             | Classe | Tarifa |
|---------------------------------------------|--------|--------|
| Couros seccos ou salgados.....              | 4      | 6      |
| Couros frescos.....                         | 4      | 6      |
| Couros trabalhados ou envernizados.....     | 3      | 6      |
| Couros em obra não classificados.....       | 2      | 6      |
| Couves.....                                 | 5      | 6      |
| Cravo da India.....                         | 2      | 6      |
| Cré.....                                    | 2      | 6      |
| Creosota.....                               | 2      | 6      |
| Crina vegetal ou animal.....                | 2      | 6      |
| Crinolina.....                              | 1      | 6      |
| Crivos de ferro.....                        | 2      | 6      |
| Crystal de rocha, bruto.....                | 3      | 6      |
| Crystal em obra.....                        | 1      | 6      |
| Cubas para distillações, engenhos, etc..... | 5 e 6  | 6      |
| Cubos, pinos e raios para rodas.....        | 5      | 6      |
| Cuias.....                                  | 5      | 6      |
| Cutelaria (artigos não classificados).....  | 2      | 6      |
| Cylindros de ferro.....                     | 5 e 6  | 6      |

**D**

|                                               |       |   |
|-----------------------------------------------|-------|---|
| Debulhadores de milho.....                    | 5 e 6 | 6 |
| Dedaes de ouro, prata, etc.....               | —     | 7 |
| Dedaes de madreperola, osso, marfim, etc..... | 2     | 6 |
| Dentes artificiaes.....                       | 1     | 6 |
| Dentes de elephante.....                      | 2     | 6 |
| Descaroçadores de algodão.....                | 5 e 6 | 6 |
| Descascadores de café ou arroz.....           | 5 e 6 | 6 |
| Despolpadores de café.....                    | 5 e 6 | 6 |
| Diamantes e outras pedras preciosos.....      | —     | 7 |
| Dinheiro.....                                 | —     | 7 |
| Dobradiças de latão ou metal semelhante.....  | 2     | 6 |
| Dobradiças de ferro.....                      | 2     | 6 |
| Doces nacionaes.....                          | 4     | 6 |
| Doces estrangeiros.....                       | 2     | 6 |
| Dormentes de ferro ou madeira.....            | 5 e 6 | 6 |
| Drogas.....                                   | 2     | 6 |

**E**

|                                             |       |   |
|---------------------------------------------|-------|---|
| Eixos.....                                  | 5     | 6 |
| Embiras.....                                | 5     | 6 |
| Encerados para mesa.....                    | 2     | 6 |
| Encerados para tapetes ou ordinarios.....   | 2     | 6 |
| Engenhos para estabelecimentos agricolas... | 5 e 6 | 6 |
| Enxadas.....                                | 5     | 6 |
| Enxergas para animaes.....                  | 2     | 6 |
| Enxergões.....                              | 2     | 6 |

|                                                             | Classes | Tarifa |
|-------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Enxofre.....                                                | 5       | 6      |
| Equipamento militar não classificado .....                  | 2       | 6      |
| Ervilhas seccas .....                                       | 2       | 6      |
| Ervilhas em latas.....                                      | 2       | 6      |
| Escadas de mão ou para casa.....                            | 5       | 6      |
| Escaleres.....                                              | 6       | 6      |
| Escoras .....                                               | 5 e 6   | 6      |
| Escorias de metal.....                                      | 5       | 6      |
| Escovas.....                                                | 2       | 6      |
| Esguião em peças.....                                       | 2       | 6      |
| Espadas.....                                                | 2       | 6      |
| Espanadores.....                                            | 2       | 6      |
| Especiarias não classificadas.....                          | 2       | 6      |
| Espelho .....                                               | 1       | 6      |
| Espermacete.....                                            | 2       | 6      |
| Espingardas.....                                            | 2       | 6      |
| Espiritos não classificados.....                            | 1       | 6      |
| Espoletas .....                                             | 1       | 6      |
| Esponjas.....                                               | 2       | 6      |
| Esporas de ouro ou prata.....                               | —       | 7      |
| Esporas de metal, etc .....                                 | 2       | 6      |
| Esqueletos para estudos anatomicos .....                    | 1       | 6      |
| Escrivaninhas de ouro e prata.....                          | —       | 7      |
| Escrivanhinhas de metal ou madeira.....                     | 2       | 6      |
| Essencias não classificadas.....                            | 1       | 6      |
| Estacas para cerca.....                                     | 5 e 6   | 6      |
| Estampas em folhas.....                                     | 2       | 6      |
| Estampa em quadros.....                                     | 1       | 6      |
| Estanho bruto, em folhas ou em obras .....                  | 3       | 6      |
| Estantes de ferro ou madeira.....                           | 2       | 6      |
| Estatuas.....                                               | 1       | 6      |
| Esteiras da India.....                                      | 2       | 6      |
| Esteiras do paiz ou para cangalhas.....                     | 5       | 6      |
| Estojos de instrumentos chirurgicos, mathemáticos, etc..... | 2       | 6      |
| Estopa bruta ou em obras.....                               | 2       | 6      |
| Estopim para minas.....                                     | 1       | 6      |
| Estrume.....                                                | 5       | 6      |
| Extracto de carne.....                                      | 2       | 6      |
| Estrados para vagões.....                                   | 6       | 6      |
| Extractos não classificados.....                            | 6       | 6      |

## F

|                                            |       |   |
|--------------------------------------------|-------|---|
| Fachinas (varas de).....                   | 5 e 6 | 6 |
| Farelo .....                               | 5     | 6 |
| Farinha de milho, mandioca etc.....        | 4     | 6 |
| Farinha de trigo, linhaça ou mostarda..... | 3     | 6 |
| Farinha não classificada.....              | 3     | 6 |

|                                                                                                              | Classes | Tarifa |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Fateixas.....                                                                                                | 2       | 6      |
| Favas.....                                                                                                   | 4       | 6      |
| Fazendas de algodão, lã, linho e seda das fá-<br>bricas estadoaes ou das do Estado vizinho....               | 2       | 6      |
| Fazendas do paiz.....                                                                                        | 3       | 6      |
| Fechaduras.....                                                                                              | 2       | 6      |
| Fécula.....                                                                                                  | 4       | 6      |
| Feijão.....                                                                                                  | 4       | 6      |
| Feltro.....                                                                                                  | 3       | 6      |
| Feno.....                                                                                                    | 2       | 6      |
| Ferraduras.....                                                                                              | 2       | 6      |
| Ferragens não classificadas.....                                                                             | 2       | 6      |
| Ferramentas de carpinas, carpinteiros, ferrei-<br>ros, marceneiros, torneiros, sapateiros, etc.,<br>etc..... | 2       | 6      |
| Ferro em chapas ou barras.....                                                                               | 5 e 6   | 6      |
| Ferro em guza ou velho.....                                                                                  | 6       | 6      |
| Ferro em obra não classificada.....                                                                          | 2       | 6      |
| Ferros de engommar.....                                                                                      | 2       | 6      |
| Ferrolhos.....                                                                                               | 2       | 6      |
| Fibras vegetaes não classificadas.....                                                                       | 5       | 6      |
| Figos frescos.....                                                                                           | 2       | 6      |
| Figos seccos.....                                                                                            | 2       | 6      |
| Filtros.....                                                                                                 | 2       | 6      |
| Fios crus ou de algodão, lã, linho ou seda....                                                               | 4       | 6      |
| Fios telegraphicos.....                                                                                      | 5       | 6      |
| Fitas de seda.....                                                                                           | 2       | 6      |
| Fitas diversas.....                                                                                          | 2       | 6      |
| Flechas.....                                                                                                 | 5       | 6      |
| Flores artificiaes ou medicinaes.....                                                                        | 1       | 6      |
| Flores naturaes.....                                                                                         | 2       | 6      |
| Flores de canna e outras para enchimento .                                                                   | 5       | 6      |
| Fogareiros.....                                                                                              | 2       | 6      |
| Fogões de ferro batido ou fundido.....                                                                       | 2       | 6      |
| Fogos artificiaes.....                                                                                       | 1       | 6      |
| Folhas de arvores.....                                                                                       | 5       | 6      |
| Folhas medicinaes.....                                                                                       | 2       | 6      |
| Folhas de cobre, chumbo, estanho, ferro e de<br>Flandres.....                                                | 2       | 6      |
| Folles.....                                                                                                  | 2       | 6      |
| Forjas portateis.....                                                                                        | 2       | 6      |
| Fôrmas para assucar, etc.....                                                                                | 5       | 6      |
| Formicida.....                                                                                               | 2       | 6      |
| Fornalhas e fornos de ferro.....                                                                             | 3       | 6      |
| Fornalhas e formas para engenhos.....                                                                        | 5       | 6      |
| Fouces.....                                                                                                  | 4       | 6      |
| Frangos.....                                                                                                 | —       | 10     |
| Frigideiras de cobre, ferro e estanho, folha de<br>Flandres, barro, etc.....                                 | 2       | 6      |
| Frutas confeitadas.....                                                                                      | 2       | 6      |

|                                | Classes | Tarifa |
|--------------------------------|---------|--------|
| Frutas seccas ou frescas ..... | 5       | 6      |
| Fubá de arroz .....            | 5       | 6      |
| Fumo .....                     | 2       | 6      |

## G

|                                               |       |    |
|-----------------------------------------------|-------|----|
| Gaiolas com passaros .....                    | —     | 10 |
| Gaiolas varias .....                          | 2     | 6  |
| Galheteiros .....                             | 1     | 6  |
| Gallinhas .....                               | —     | 10 |
| Gamellas .....                                | 5     | 6  |
| Garfos e facas de prata .....                 | —     | 7  |
| Garfos e facas de metal, etc. ....            | 2     | 6  |
| Garrafas de crystal ou vidro fino .....       | 1     | 6  |
| Garrafas ordinarias varias .....              | 5 e 6 | 6  |
| Garrações varios .....                        | 5 e 6 | 6  |
| Gatos .....                                   | 3     | 9  |
| Gaz-globo .....                               | 1     | 6  |
| Gaz liquido .....                             | 2     | 6  |
| Gazolina .....                                | 2     | 6  |
| Gelatina .....                                | 2     | 6  |
| Geléas .....                                  | 2     | 6  |
| Gelo .....                                    | 5     | 6  |
| Genebra .....                                 | 2     | 6  |
| Gengibre .....                                | 4     | 6  |
| Gereres .....                                 | 2     | 6  |
| Gesso .....                                   | 2     | 6  |
| Gigos varios .....                            | 2     | 6  |
| Gigos em retorno .....                        | 5     | 6  |
| Giz .....                                     | 4     | 6  |
| Glicerina .....                               | 2     | 6  |
| Globos de vidro ou louça .....                | 1     | 6  |
| Globos geographicos .....                     | 1     | 6  |
| Goiabas .....                                 | 5     | 6  |
| Goiabada .....                                | 4     | 6  |
| Gomma arabica .....                           | 2     | 6  |
| Gomma de mandioca e outras do paiz .....      | 5     | 6  |
| Gommas não classificadas .....                | 4     | 6  |
| Grades de ferro ou madeira para lavoura ..... | 5     | 6  |
| Gradis para sepultura .....                   | 2     | 6  |
| Granadas .....                                | 1     | 6  |
| Granadeiras .....                             | 2     | 6  |
| Gravatá .....                                 | 5     | 6  |
| Graxa animal .....                            | 2     | 6  |
| Graxa para calçado .....                      | 2     | 6  |
| Grelhas de ferro .....                        | 2     | 6  |
| Grelhas para engenhos e locomotivas .....     | 5 e 6 | 6  |
| Guandos .....                                 | 4     | 6  |
| Guano .....                                   | 5 e 6 | 6  |

continua &gt;

|                                          | Classes | Tarifa |
|------------------------------------------|---------|--------|
| Guaraná.....                             | 2       | 6      |
| Guardas-roupa, musicas, papeis, etc..... | 1       | 6      |
| Guardas-chuva.....                       | 2       | 6      |
| Guaritas.....                            | 1       | 6      |
| Guinchos.....                            | 2       | 6      |
| Guindastes.....                          | 2       | 6      |
| Guitarras.....                           | 1       | 6      |
| Gyradores para estrada de ferro.....     | 5 e 6   | 6      |

**H**

|                                              |   |   |
|----------------------------------------------|---|---|
| Harpas.....                                  | 1 | 6 |
| Herva-doce.....                              | 2 | 6 |
| Herva-matte.....                             | 4 | 6 |
| Hervas medicinaes, ou não classificadas..... | 2 | 6 |
| Hortalicas frescas.....                      | 5 | 6 |
| Hortalicas em conserva.....                  | 3 | 6 |

**I**

|                                                                                   |   |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---|---|
| Imagens.....                                                                      | 1 | 6 |
| Iman.....                                                                         | 2 | 5 |
| Impressos.....                                                                    | 4 | 6 |
| Incenso.....                                                                      | 2 | 6 |
| Inhame e raizes semelhantes.....                                                  | 5 | 6 |
| Instrumentos agricolas.....                                                       | 5 | 6 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia, medicina, musica, optica e semelhantes..... | 1 | 6 |
| Ipecacuanha.....                                                                  | 2 | 6 |
| Isoladores de telegrapho.....                                                     | 3 | 6 |

**J**

|                                               |   |   |
|-----------------------------------------------|---|---|
| Jacás vasos.....                              | 1 | 6 |
| Jacás em retorno.....                         | 5 | 6 |
| Jangadas.....                                 | 6 | 6 |
| Jardineiras.....                              | 2 | 6 |
| Jarras de prata, etc.....                     | — | 7 |
| Jarras de barro do paiz.....                  | 4 | 6 |
| Jarros de porcellana ou louça fina.....       | 1 | 6 |
| Jaspe.....                                    | — | 7 |
| Jogos de damas, dominó, gamão, xadrez, etc... | 2 | 6 |
| Jóias.....                                    | — | 7 |
| Jumentos.....                                 | 1 | 6 |
| Junco da India, do paiz.....                  | 5 | 9 |



**K**

|                    | Classes | Tarifa |
|--------------------|---------|--------|
| Kagados.....       | 3       | 9      |
| Kaleidoscopio..... | 1       | 6      |
| Kaolim.....        | 5 e 6   | 6      |
| Kerozene.....      | 2       | 6      |
| Kiosques.....      | 1       | 6      |
| Kirsch.....        | 2       | 6      |

**L**

|                                              |       |    |
|----------------------------------------------|-------|----|
| Lã em bruto .....                            | 2     | 6  |
| Lã manufacturada .....                       | 2     | 6  |
| Lã, artigos não classificados.....           | 2     | 6  |
| Lacre.....                                   | 2     | 6  |
| Ladrilhos de barro.....                      | 5 e 6 | 6  |
| Ladrilhos de louça, azulejo ou marmore.....  | 2     | 6  |
| Lages aparelhadas.....                       | 5 e 6 | 6  |
| Lages brutas.....                            | 5 e 6 | 6  |
| Lambazes.....                                | 2     | 6  |
| Lambrequins de madeira ou metal.....         | 2     | 6  |
| Lamparinas.....                              | 2     | 6  |
| Lampeões com vidro.....                      | 1     | 6  |
| Lampeões sem vidro.....                      | 2     | 6  |
| Lanchas.....                                 | 6     | 6  |
| Lanternas com vidro.....                     | 1     | 6  |
| Lanternas sem vidro.....                     | 2     | 6  |
| Lanternas magicas.....                       | 1     | 6  |
| Lapidas para sepulturas.....                 | 2     | 6  |
| Lapis.....                                   | 2     | 6  |
| Laranjinha em garrafas.....                  | 2     | 6  |
| Latão em barra, bruto ou velho.....          | 3     | 6  |
| Latão em obra não classificada.....          | 2     | 6  |
| Lavatorios de madeira envernizados.....      | 1     | 6  |
| Lavatorios de madeira ordinaria ou ferro.... | 2     | 6  |
| Lebres mortas, ou outros animaes pequenos..  | 5     | 6  |
| Legumes em conserva.....                     | 2     | 6  |
| Legumes frescos ou secco.....                | 5     | 6  |
| Leite em conserva ou condensado.....         | 2     | 6  |
| Leite fresco.....                            | 5     | 6  |
| Leitões.....                                 | —     | 10 |
| Lenha.....                                   | 5 e 6 | 6  |
| Lentilhas.....                               | 2     | 6  |
| Leques.....                                  | 1     | 6  |
| Licores.....                                 | —     | 6  |
| Licores nacionaes.....                       | 4     | 6  |
| Limalha de ferro, latão, etc.....            | 2     | 6  |
| Limas de aço.....                            | 3     | 6  |
| Limas (fruta).....                           | 5     | 6  |

|                                            | Classes  | Tarifa |
|--------------------------------------------|----------|--------|
| Limões.....                                | 5        | 6      |
| Linguas frescas, seccas ou salgadas.....   | 26       | 6      |
| Linguigas frescas, seccas ou salgadas..... | 4        | —      |
| Linha para costura.....                    | 2        | 6      |
| Linhaça.....                               | 2        | 6      |
| Linho bruto.....                           | 2        | 6      |
| Liteiras.....                              | 2        | 6      |
| Litros (medida).....                       | 2        | 6      |
| Livros.....                                | 3        | 6      |
| Lixa.....                                  | 2        | 6      |
| Locomotivas rebocadas.....                 | Especial |        |
| Locomotivas desmontadas.....               | 5 e 6    | 5      |
| Lombo de porco.....                        | 4        | 6      |
| Lona.....                                  | 2        | 6      |
| Lóros.....                                 | 2        | 6      |
| Louça de luxo ou commun.....               | 1 e 2    | 6      |
| Louça do paiz.....                         | 4        | 6      |
| Louzas para escrever.....                  | 2        | 6      |
| Louzas em lages.....                       | 2        | 6      |
| Louzas preparadas.....                     | 2        | 6      |
| Lunetas.....                               | 1        | 6      |
| Lupulo.....                                | 2        | 6      |
| Lustres com vidros ou crystaes.....        | 1        | 6      |
| Lustres sem vidros.....                    | 2        | 6      |
| Luvás.....                                 | 2        | 6      |

## M

|                                                                          |       |   |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|---|
| Macacos (animaes).....                                                   | 3     | 9 |
| Macacos de ferro.....                                                    | 2     | 6 |
| Macarrão e outras massas alimenticias.....                               | 3     | 6 |
| Machados.....                                                            | 3     | 6 |
| Machinas aratorias.....                                                  | 5 e 6 | 6 |
| Machinas de copiar cartas, de costura, de<br>cortar cartões.....         | 2     | 6 |
| Machinas destinadas ao preparo ou fabrico de<br>productos agricolas..... | 5 e 6 | 6 |
| Machinas de engenhos.....                                                | 5     | 6 |
| Machinas para o fabrico de telhas ou tijolos.....                        | 5 e 6 | 6 |
| Machinas para gabinete de physica ou labo-<br>ratorio de chimica.....    | 1     | 6 |
| Machinas-ferramentas.....                                                | 3     | 6 |
| Machinas de imprimir bilhetes de estradas de<br>ferro.....               | 2     | 6 |
| Machinas grandes não classificadas.....                                  | 5 e 6 | 6 |
| Machinas metallurgicas ou mineiras.....                                  | 5     | 6 |
| Machinas photographicas.....                                             | 1     | 6 |
| Machinas pequenas não classificadas.....                                 | 2     | 6 |
| Machinas de tecer.....                                                   | 5 e 6 | 6 |

|                                                                                | Classes | Tarifa |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Machinas typographicas, lithographicas e autographicas.....                    | 2       | 6      |
| Machinas a vapor, fixas ou locomoveis.....                                     | 5 e 6   | 6      |
| Madeira aparelhada para construcção ou obras de marcenaria ou carpintaria..... | 3       | 6      |
| Madeira em bruto, lavrada ou em taboado...                                     | 5 e 6   | 6      |
| Madeira em casca, falquejada, serrada.....                                     | 5 e 6   | 6      |
| Madeira curta até 4 metros de comprimento..                                    | 5 e 6   | 6      |
| Madeira em obra não classificada, como portas, janellas, etc.....              | 3       | 6      |
| Madeira para tinturaria.....                                                   | 3       | 6      |
| Madreperola.....                                                               | 2       | 6      |
| Maizena.....                                                                   | 2       | 6      |
| Malas de viagem, vasiaas.....                                                  | 2       | 6      |
| Malhos de ferreiro.....                                                        | 2       | 6      |
| Mamona (oleo de).....                                                          | 4       | 6      |
| Mamona (bagas de).....                                                         | 5       | 6      |
| Mandioca.....                                                                  | 5       | 6      |
| Mangas (fruta).....                                                            | 5       | 6      |
| Mangas de vidro.....                                                           | 1       | 6      |
| Manganez.....                                                                  | 2       | 6      |
| Mangueiras para bombas.....                                                    | 2       | 6      |
| Maniçoba.....                                                                  | 5       | 6      |
| Maniva.....                                                                    | 5       | 6      |
| Manometros.....                                                                | 1       | 6      |
| Manteiga.....                                                                  | 2       | 6      |
| Manteiga importada.....                                                        | 2       | 6      |
| Manteigueiras de prata.....                                                    | —       | 7      |
| Manteigueiras de metal, louça, vidro, etc.....                                 | 1       | 6      |
| Manufacturas de fabricas nacionaes e estadoaes                                 | 2 e 3   | 6      |
| Manuscriptos.....                                                              | 2       | 6      |
| Mappas.....                                                                    | 2       | 6      |
| Marfim.....                                                                    | 2       | 6      |
| Mariscos.....                                                                  | 3       | 6      |
| Marmore bruto.....                                                             | 3 e 6   | 6      |
| Marmore em obras de arte.....                                                  | 1       | 6      |
| Marmore em objectos não classificados.....                                     | 2       | 6      |
| Marquezas.....                                                                 | 2       | 6      |
| Marroquim.....                                                                 | 2       | 6      |
| Martellos.....                                                                 | 2       | 6      |
| Mascaras.....                                                                  | 2       | 6      |
| Massas alimenticias.....                                                       | 3       | 6      |
| Materiaes de construcção não classificados...                                  | 5       | 6      |
| Materias explosivas.....                                                       | 5       | 6      |
| Materias inflammaveis não classificadas.....                                   | 1       | 6      |
| Materias venenosas.....                                                        | 1       | 6      |
| Matte.....                                                                     | 4       | 6      |
| Maxixes.....                                                                   | 5       | 6      |
| Medicamentos não classificados.....                                            | 2       | 6      |
| Medidas diversas.....                                                          | 2       | 6      |

|                                                                         | Classes | Tarifa |
|-------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Mel de abelhas, importado.....                                          | 2       | 6      |
| Mel idem do paiz.....                                                   | 4       | 6      |
| Mel de canna, melado ou melaço.....                                     | 5       | 6      |
| Mel de fumo.....                                                        | 4       | 6      |
| Melancias.....                                                          | 5       | 6      |
| Melões.....                                                             | 5       | 6      |
| Mercurio.....                                                           | 1       | 6      |
| Mesas envernizadas.....                                                 | 1       | 6      |
| Mesas de ferro ou de madeira ordinaria.....                             | 2       | 6      |
| Metaes brutos não classificados, excepto pre-<br>ciosos.....            | 5 e 6   | 6      |
| Metaes em obras não classificadas, excepto pre-<br>ciosos.....          | 2       | 6      |
| Mica.....                                                               | 5       | 6      |
| Milho.....                                                              | 4       | 6      |
| Mineraes não classificados.....                                         | 5 e 6   | 6      |
| Minerios de chumbo, ferro, cobre, zinco, etc...                         | 5 e 6   | 6      |
| Minio.....                                                              | 2       | 6      |
| Missangas.....                                                          | 2       | 6      |
| Miudos de rezes.....                                                    | 5       | 6      |
| Mobilia de luxo com dourados e espelhos, etc..                          | 1       | 6      |
| Mobilia de vime, madeira ordinaria, usada ou<br>em mão estado, etc..... | 2       | 6      |
| Mochos envernizados ou ordinarios.....                                  | 2       | 6      |
| Modelos.....                                                            | 1       | 6      |
| Moendas para engenho e pertences.....                                   | 5 e 6   | 6      |
| Moinhos para café, pimenta, etc.....                                    | 2       | 6      |
| Moinhos para lavoura.....                                               | 5 e 6   | 6      |
| Moirões.....                                                            | 5 e 6   | 6      |
| Moitões.....                                                            | 2       | 6      |
| Molas de aço para carros.....                                           | 2       | 6      |
| Moldes.....                                                             | 1       | 6      |
| Molduras de madeira envernizada ou dourada..                            | 1       | 6      |
| Moringues de barro.....                                                 | 3       | 6      |
| Mós.....                                                                | 4       | 6      |
| Musgo.....                                                              | 2       | 6      |
| Musicas.....                                                            | 2       | 6      |

## N

|                                        |   |   |
|----------------------------------------|---|---|
| Naphta.....                            | 1 | 6 |
| Naphtalina.....                        | 2 | 6 |
| Navalhas.....                          | 2 | 6 |
| Nickel bruto.....                      | 2 | 6 |
| Nickel em obras não classificadas..... | 2 | 6 |
| Nitro.....                             | 1 | 6 |
| Nozes.....                             | 3 | 6 |
| Noz-moscada.....                       | 3 | 6 |
| Noz-vomica.....                        | 2 | 6 |

## O

|                                                                             | Classes | Tarifa |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Objectos de arte.....                                                       | 1       | 6      |
| Objectos de luxo, ferro, cobre, bronze ou outra<br>qualquer qualidade ..... | 1       | 6      |
| Objectos de grande responsabilidade ou perigo..                             | 1       | 6      |
| Objectos manufacturados não classificados.....                              | 2       | 6      |
| Objectos de marcenaria e carpintaria desmon-<br>tados.....                  | 3       | 6      |
| Obras de cabelleireiro não classificadas.....                               | 2       | 6      |
| Obreas.....                                                                 | 2       | 6      |
| Ocre.....                                                                   | 5       | 6      |
| Oleados.....                                                                | 2       | 6      |
| Oleo de amendoas doces.....                                                 | 2       | 6      |
| Oleo de linhaça.....                                                        | 2       | 6      |
| Oleo de qualquer qualidade não classificado...                              | 2       | 6      |
| Oleo de substancias do paiz.....                                            | 4       | 6      |
| Opio.....                                                                   | 2       | 6      |
| Oratorios.....                                                              | 1       | 6      |
| Orgãos.....                                                                 | 1       | 6      |
| Origones.....                                                               | 5       | 6      |
| Ornamentos de ferro e bronze para igrejas.....                              | 1       | 6      |
| Ossos brutos.....                                                           | 5 e 6   | 6      |
| Ossos em obra não classificada.....                                         | 3       | 6      |
| Ostras em conserva.....                                                     | 3       | 6      |
| Ostras frescas.....                                                         | 5       | 6      |
| Ouro em bruto ou em obras.....                                              | —       | 7      |
| Ovas de peixe, frescas, seccas ou salgadas.....                             | 5       | 6      |
| Ovos.....                                                                   | 5       | 6      |

## P

|                                                 |       |    |
|-------------------------------------------------|-------|----|
| Padiolas.....                                   | 2     | 6  |
| Paina.....                                      | 4     | 6  |
| Paioz importados.....                           | 3     | 6  |
| Paioz nacionaes.....                            | 4     | 6  |
| Palanquins.....                                 | 2     | 6  |
| Palha do Chile e outras para chapéos.....       | 2     | 6  |
| Palha de milho, coqueiro, canna, palmeira, etc. | 5 e 6 | 6  |
| Palitos.....                                    | 2     | 6  |
| Pandeiros.....                                  | 1     | 6  |
| Panellas de barro.....                          | 4     | 6  |
| Panellas de ferro ou cobre.....                 | 2     | 6  |
| Panno de qualquer qualidade.....                | 2     | 6  |
| Pão.....                                        | 5     | 6  |
| Pãos para tamancos.....                         | 5 e 6 | 6  |
| Pãos para tinturaria.....                       | 3     | 6  |
| Papagaioz.....                                  | —     | 10 |
| Papeis pintados, para desenho, escriptorio....  | 2     | 6  |

|                                                           | Classes | Tarifa |
|-----------------------------------------------------------|---------|--------|
| Papeis para embrulho, impressão, etc.....                 | 3       | 6      |
| Papelão.....                                              | 3       | 6      |
| Parallelipipedos para calçamentos.....                    | 5 e 6   | 6      |
| Paramentos ecclesiasticos.....                            | 1       | 6      |
| Pás de ferro ou aço.....                                  | 2       | 6      |
| Passaros em gaiolas.....                                  | —       | 10     |
| Passaros embalsamados ou empalhados.....                  | 1       | 6      |
| Passas.....                                               | 2       | 6      |
| Pastas de papel ou papelão.....                           | 2       | 6      |
| Patronas.....                                             | 2       | 6      |
| Peanhas.....                                              | 2       | 6      |
| Pecas de artilharia desmontadas.....                      | 4       | 6      |
| Pecas de artilharia com carretas.....                     | 2       | 6      |
| Pecas de engenho não classificadas.....                   | 5 e 6   | 6      |
| Pecas de locomotivas e de machinas não classificadas..... | 5       | 6      |
| Pedras de alvenaria ou calçamento.....                    | 5 e 6   | 6      |
| Pedras de afiar, amolar ou açorianas.....                 | 2       | 6      |
| Pedras de cantaria aparelhada.....                        | 5 e 6   | 6      |
| Pedras de filtrar.....                                    | 2       | 6      |
| Pedra hume.....                                           | 2       | 6      |
| Pedras lithographicas.....                                | 2       | 6      |
| Pedra pomes.....                                          | 2       | 6      |
| Peixe fresco, secco ou salgado.....                       | 5       | 6      |
| Peixe em latas.....                                       | 2       | 6      |
| Pelles verdes ou preparadas.....                          | 4       | 6      |
| Pelles seccas ou salgadas.....                            | 4       | 6      |
| Pellica.....                                              | 2       | 6      |
| Peneiras de cabello, seda ou arame.....                   | 2       | 6      |
| Peneiras de palha do paiz.....                            | 4       | 6      |
| Pennas de ave para enchimento.....                        | 2       | 6      |
| Perfumarias.....                                          | 2       | 6      |
| Pesos para balanças.....                                  | 3       | 6      |
| Petrechos bellicos ou de caça não explosivos.....         | 3       | 6      |
| Petrechos bellicos ou de caça explosivos.....             | 1       | 6      |
| Petroleo (kerozene).....                                  | 1       | 6      |
| Pez.....                                                  | 3       | 6      |
| Phosphoros.....                                           | 1       | 6      |
| Phosphoros de segurança.....                              | 1       | 6      |
| Pianos.....                                               | 1       | 6      |
| Piassava.....                                             | 5       | 6      |
| Picaretas.....                                            | 4       | 6      |
| Pichoá.....                                               | 3       | 6      |
| Pilhas electricas.....                                    | 1       | 6      |
| Pimenta da India.....                                     | 2       | 6      |
| Pimenta do paiz.....                                      | 4       | 6      |
| Pinceis.....                                              | 2       | 6      |
| Pinhões verdes ou secos.....                              | 5       | 6      |
| Pinos para rodas.....                                     | 2       | 6      |
| Pipas vasias.....                                         | 1       | 6      |

|                                                | Classes | Tarifa |
|------------------------------------------------|---------|--------|
| Pipas vãsias em retorno.....                   | 4       | 6      |
| Pires de louça, etc.....                       | 1       | 6      |
| Pires de estanho, madeira ou Flandres.....     | 2       | 6      |
| Pistolas.....                                  | 2       | 6      |
| Pixe.....                                      | 4       | 6      |
| Plantas medicinaes não classificadas.....      | 2       | 6      |
| Plantas vivas.....                             | 5       | 6      |
| Plombagina.....                                | 5       | 6      |
| Polvarinhos.....                               | 2       | 6      |
| Polvilho.....                                  | 4       | 6      |
| Polvora e artigos inflammaveis.....            | 1       | 6      |
| Pomadas.....                                   | 2       | 6      |
| Porcellana.....                                | 1       | 6      |
| Porphyro bruto.....                            | 4       | 6      |
| Porphyro em obra.....                          | 2       | 6      |
| Pós de sapato.....                             | 3       | 6      |
| Postes telegraphicos de ferro ou madeira.....  | 5 e 6   | 6      |
| Potassa.....                                   | 2       | 6      |
| Potes de barro do paiz.....                    | 4       | 6      |
| Potes diversos.....                            | 3       | 6      |
| Pranchões.....                                 | 5 e 6   | 6      |
| Prateleiras envernizadas.....                  | 1       | 6      |
| Prateleiras de ferro ou madeira ordinaria..... | 2       | 6      |
| Pratos de prata.....                           | —       | 7      |
| Pratos de louça ou vidro.....                  | 1       | 6      |
| Pratos de madeira, folha, etc.....             | 2       | 6      |
| Pregos de ferro, cobre, etc.....               | 2       | 6      |
| Prelos.....                                    | 5 e 6   | 6      |
| Prensas de copiar cartas.....                  | 2       | 6      |
| Prensas de enfardar algodão ou hydraulicas...  | 5 e 6   | 6      |
| Prensas diversas.....                          | 5       | 6      |
| Prensas para mandioca.....                     | 5 e 6   | 5      |
| Preparações pharmaceuticas.....                | 1       | 6      |
| Presuntos.....                                 | 2       | 6      |
| Productos chimicos não classificados.....      | 2       | 6      |
| Pucaros de louça ou vidro.....                 | 1       | 6      |
| Puxadores para gavetas, etc.....               | 2       | 6      |
| Pudrolythos.....                               | 1       | 6      |
| Punhaes.....                                   | 2       | 6      |
| Puzzolana.....                                 | 5 e 6   | 5      |

## Q

|                         |   |   |
|-------------------------|---|---|
| Quadros.....            | 1 | 6 |
| Queijos nacionaes.....  | 5 | 6 |
| Queijos importados..... | 3 | 6 |
| Quiabos.....            | 5 | 6 |
| Quilhas de jogo.....    | 2 | 6 |

|                     | Classes | Tarifa |
|---------------------|---------|--------|
| Quina.....          | 2       | 6      |
| Quinino.....        | 2       | 6      |
| Quinquilharias..... | 2       | 6      |

**R**

|                                                   |       |   |
|---------------------------------------------------|-------|---|
| Rabecas ou rabecões.....                          | 1     | 6 |
| Rabichos.....                                     | 2     | 6 |
| Raios para rodas.....                             | 5     | 6 |
| Raizes do paiz, alimenticias, não classificadas.. | 5     | 6 |
| Raizes medicinaes não classificadas.....          | 2     | 6 |
| Raizes tintureiras não classificadas.....         | 2     | 6 |
| Raladores para mandioca.....                      | 5 e 6 | 6 |
| Rapadura.....                                     | 5     | 6 |
| Rapé.....                                         | 2     | 6 |
| Raspadeiras.....                                  | 2     | 6 |
| Raspas de pontas de veado.....                    | 2     | 6 |
| Ratoeiras.....                                    | 2     | 6 |
| Realejos.....                                     | 1     | 6 |
| Rebólo (pedras de).....                           | 4     | 6 |
| Redes.....                                        | 4     | 6 |
| Redomas de vidro.....                             | 1     | 6 |
| Reguas.....                                       | 2     | 6 |
| Relogios de ouro, prata, etc.....                 |       | 7 |
| Relogios de qualquer outra qualidade....          | 1     | 6 |
| Remos.....                                        | 5     | 6 |
| Rendas.....                                       | 1     | 6 |
| Repolhos.....                                     | 3     | 6 |
| Reposteiros.....                                  | 2     | 6 |
| Reservatorios de ferro.....                       | 2     | 6 |
| Residuos de açougue.....                          | 5     | 6 |
| Resinas não classificadas.....                    | 4     | 6 |
| Retortas de metal ou para gaz.....                | 2     | 6 |
| Retortas de vidro ou louça.....                   | 1     | 6 |
| Retratos.....                                     | 1     | 6 |
| Retretes.....                                     | 1     | 6 |
| Retroz.....                                       | 2     | 6 |
| Rhuibarbo.....                                    | 2     | 6 |
| Rhum.....                                         | 1     | 6 |
| Ricino (oleo de).....                             | 5 e 6 | 6 |
| Ripas.....                                        | 5     | 6 |
| Rodas para carros, machinas, etc.....             | 5     | 6 |
| Rodetes para machinas.....                        | 5     | 6 |
| Rolhas.....                                       | 2     | 6 |
| Rosalgar.....                                     | 1     | 6 |
| Roscas.....                                       | 4     | 6 |
| Roupa.....                                        | 2     | 6 |



## S

|                                                                                 | Classes | Tarifa |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Sabão ordinario.....                                                            | 2       | 6      |
| Sabão nacional.....                                                             | 4       | 6      |
| Sabonetes.....                                                                  | 2       | 6      |
| Sabonetes nacionaes.....                                                        | 3       | 6      |
| Sacca-rolhas.....                                                               | 2       | 6      |
| Saccos vasio.....                                                               | 2       | 6      |
| Sagú.....                                                                       | 2       | 6      |
| Sal ammoniaco.....                                                              | 2       | 6      |
| Salames.....                                                                    | 2       | 6      |
| Sal de azedas.....                                                              | 2       | 6      |
| Sal de Epson.....                                                               | 2       | 6      |
| Sal refinado.....                                                               | 2       | 6      |
| Sal ordinario.....                                                              | 5 e 6   | 6      |
| Salitre.....                                                                    | 2       | 6      |
| Salmão.....                                                                     | 2       | 6      |
| Salsa.....                                                                      | 5       | 6      |
| Sangue de boi.....                                                              | 5       | 6      |
| Sanguesugas.....                                                                | 2       | 6      |
| Sapatos.....                                                                    | 2       | 6      |
| Sapé.....                                                                       | 5 e 6   | 6      |
| Sapotis.....                                                                    | 5       | 6      |
| Sarrafos.....                                                                   | 5 e 6   | 6      |
| Sebo.....                                                                       | 4       | 6      |
| Seda.....                                                                       | 2       | 6      |
| Sellins e pertences.....                                                        | 2       | 6      |
| Sementes destinadas à agricultura.....                                          | 5       | 6      |
| Serpentinas de vidro, crystal, bronze, etc....                                  | 1       | 6      |
| Serpentinas para alambiques.....                                                | 5       | 6      |
| Serragem.....                                                                   | 5       | 6      |
| Serralharia, artigos não classificados.....                                     | 2       | 6      |
| Serras.....                                                                     | 2       | 6      |
| Serrote.....                                                                    | 2       | 6      |
| Sinos.....                                                                      | 2       | 6      |
| Sipós.....                                                                      | 5 e 6   | 6      |
| Sirgueiros, artigos não classificados.....                                      | 1       | 6      |
| Soda.....                                                                       | 2       | 6      |
| Sofas envernizados.....                                                         | 1       | 6      |
| Sofis de ferro, madeira ordinaria, etc.....                                     | 2       | 6      |
| Solas.....                                                                      | 4       | 6      |
| Sovelas e instrumentos de sapateiro.....                                        | 2       | 6      |
| Stearina.....                                                                   | 2       | 6      |
| Suadouros para sellins.....                                                     | 2       | 6      |
| Substancias de utilidade à lavoura e de pouco<br>peso em relação ao volume..... | 5 e 6   | 6      |
| Sulphureto de carbono.....                                                      | 2       | 6      |
| Surrões vasio.....                                                              | 2       | 6      |
| Suspensorios.....                                                               | 2       | 6      |

continua aqui &gt;

## T

|                                                             | Classes | Tarifa |
|-------------------------------------------------------------|---------|--------|
| Tabaco.....                                                 | 2       | 6      |
| Tabatingas.....                                             | 6       | 6      |
| Taboas.....                                                 | 5 e 6   | 6      |
| Tabocas.....                                                | 5 e 6   | 6      |
| Taboleiros envernizados, envidraçados ou ordinarios.....    | 1       | 6      |
| Taboleiros de engenho.....                                  | 5       | 6      |
| Taboetas.....                                               | 3       | 6      |
| Tabulas de gamão.....                                       | 2       | 6      |
| Tachas de cobre ou metal semelhante.....                    | 2       | 6      |
| Tachos para o fabrico de assucar ou farinha...              | 5 e 6   | 6      |
| Tachos de ferro ou cobre, para uso domestico.               | 2       | 6      |
| Tacos para bagatellas, etc.....                             | 2       | 6      |
| Talhas de barro para agua, sem filtro.....                  | 4       | 6      |
| Talheres e objectos de cutelaria.....                       | 2       | 6      |
| Tamancos.....                                               | 4       | 6      |
| Tamarindos em conserva.....                                 | 3       | 6      |
| Tamarindos frescos.....                                     | 5       | 6      |
| Tambores de musica.....                                     | 1       | 6      |
| Tambores de ferro ou madeira ordinaria ou para engenho..... | 5 e 6   | 6      |
| Tanques de metal ou madeira para engenhos..                 | 5 e 6   | 6      |
| Tapetes.....                                                | 2       | 6      |
| Tapioca.....                                                | 4       | 6      |
| Taquarassú.....                                             | 5       | 6      |
| Tarrafas.....                                               | 4       | 6      |
| Tartaruga.....                                              | 5       | 6      |
| Tartaruga em obra não classificada.....                     | 2       | 6      |
| Tatús mortos.....                                           | 4       | 6      |
| Teares.....                                                 | 5       | 6      |
| Tecidos de fabricas estadoaes ou das do Estado vizinho..... | 2       | 6      |
| Tecidos não classificados.....                              | 2       | 6      |
| Telhas d barro.....                                         | 5 e 6   | 6      |
| Telhas de vidro ou louça.....                               | 2       | 6      |
| Tenders desarmados.....                                     | 5 e 6   | 6      |
| Tentos para jogos.....                                      | 2       | 6      |
| Tesouras.....                                               | 2       | 6      |
| Ticuns.....                                                 | 2       | 6      |
| Tigelas de louça, folha, estanho, barro ou marmore.....     | 2       | 6      |
| Tijolos de alvenaria.....                                   | 5 e 6   | 6      |
| Tijolos de arear.....                                       | 3       | 6      |
| Tinas.....                                                  | 4       | 6      |
| Tintas de qualquer qualidade.....                           | 2       | 6      |
| Tinteiros de prata, etc.....                                | -       | 7      |
| Tinteiros de qualquer outra qualidade.....                  | 2       | 6      |
| Tipitis.....                                                | 5       | 6      |

|                                                | Classes | Tarifa |
|------------------------------------------------|---------|--------|
| Toalhas.....                                   | 2       | 6      |
| Tomates em conserva.....                       | 2       | 6      |
| Tomates frescos.....                           | 5       | 6      |
| Torcidas.....                                  | 2       | 6      |
| Torneiras de cobre, metal, ferro ou madeira..  | 2       | 6      |
| Torradores de café.....                        | 2       | 6      |
| Toucadores.....                                | 1       | 6      |
| Toucinho.....                                  | 4       | 6      |
| Transparentes para janellas.....               | 1       | 6      |
| Trapos.....                                    | 5 e 6   | 6      |
| Traves e travetas.....                         | 5 e 6   | 6      |
| Travesseiros.....                              | 2       | 6      |
| Trem de cozinha, de cobre, ferro, barro, etc.. | 2       | 6      |
| Trigo.....                                     | 3       | 6      |
| Trilhos.....                                   | 5 e 6   | 6      |
| Tripas.....                                    | 5       | 6      |
| Trincos.....                                   | 2       | 6      |
| Tubos de barro.....                            | 5 e 6   | 6      |
| Tubos de louça ou metal.....                   | 2       | 6      |
| Tubos de vidro.....                            | 1       | 6      |
| Tucanos.....                                   | -       | 10     |
| Tumulos armados.....                           | 1       | 6      |
| Tumulos desarmados.....                        | 2       | 6      |
| Turfa.....                                     | 5 e 6   | 6      |
| Typos.....                                     | 2       | 6      |

## U

|                                              |   |   |
|----------------------------------------------|---|---|
| Ungentos.....                                | 2 | 6 |
| Unhas de animaes.....                        | 4 | 6 |
| Urupemas.....                                | 4 | 6 |
| Urnas de marmore ou madeira.....             | 1 | 6 |
| Utensilios domesticos não classificados..... | 2 | 6 |
| Uvas frescas.....                            | 5 | 6 |
| Uvas seccas.....                             | 2 | 6 |

## V

|                                        |           |   |
|----------------------------------------|-----------|---|
| Vagões armados.....                    | Especial. |   |
| Vagões desarmados.....                 | 5 e 6     | 6 |
| Varas.....                             | 5 e 6     | 6 |
| Varalidas de ferro.....                | 2         | 6 |
| Vassouras de cabello ou crina.....     | 2         | 6 |
| Vassouras de palha, piassava, etc..... | 4         | 6 |
| Velas.....                             | 2         | 6 |
| Velludo.....                           | 2         | 6 |
| Velocipedes.....                       | 1         | 6 |
| Venezianas.....                        | 2         | 6 |

|                       | Classes | Tarifa |
|-----------------------|---------|--------|
| Ventarolas.....       | 1       | 6      |
| Ventiladores.....     | 5 e 6   | 6      |
| Verdete.....          | 2       | 6      |
| Verduras.....         | 5       | 6      |
| Vermelhão.....        | 2       | 6      |
| Vermouth.....         | 2       | 6      |
| Verniz.....           | 2       | 6      |
| Vidros.....           | 1       | 6      |
| Vigas.....            | 5 e 6   | 6      |
| Vime.....             | 3       | 9      |
| Vinagre.....          | 3       | 6      |
| Vinagre nacional..... | 4       | 6      |
| Vinho.....            | 2       | 6      |
| Vinho nacional.....   | 3       | 6      |
| Vitriolo.....         | 1       | 6      |

**X**

|                          |   |   |
|--------------------------|---|---|
| Xaropes.....             | 2 | 6 |
| Xarque.....              | 5 | 6 |
| Xergas para animaes..... | 2 | 6 |

**Z**

|                                     |   |   |
|-------------------------------------|---|---|
| Zabumbas.....                       | 1 | 6 |
| Zarcão.....                         | 2 | 6 |
| Zinco em chapas.....                | 2 | 6 |
| Zinco em obra não classificada..... | 2 | 9 |

## TABELLA N. 1

Passagem de 1ª classe (simples) 70 réis por kilometro

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | 1\$100        | 2\$600         | 3\$300     | 4\$900         | 5\$500          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 1\$500         | 2\$200     | 3\$800         | 4\$500          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | 5700       | 2\$400         | 3\$000          |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 1\$700         | 2\$300          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | 5700            |

## TABELLA N. 2

Passagem de 2ª classe (simples) 45 réis por kilometro

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$700         | 1\$700         | 2\$100     | 3\$200         | 3\$600          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 1\$000         | 1\$400     | 2\$500         | 2\$900          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$500      | 1\$500         | 1\$000          |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 1\$100         | 1\$300          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$500           |

TABELLA N. 3

Passagem de 1ª classe — ida e volta — 25 % de abatimento sobre o duplo da tarifa n. 1

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | 1\$700        | 3\$900         | 5\$000     | 7\$400         | 8\$300          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 2\$300         | 3\$300     | 5\$700         | 6\$800          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | 1\$100     | 3\$600         | 4\$500          |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 2\$600         | 3\$500          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | 1\$100          |

TABELLA N. 4

Passagem de 2ª classe — ida e volta — 25 % de abatimento sobre o duplo da tarifa n. 2

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caixas.....         | 1\$100        | 2\$600         | 3\$200     | 4\$800         | 5\$400          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 1\$500         | 2\$100     | 3\$800         | 4\$400          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$800      | 3\$200         | 2\$900          |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 1\$700         | 2\$300          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$800           |

## TARIFA N. 5

Encommendas e bagagens em trens de passageiros ou mixtos

POR 10 KILOGRAMMAS E POR KILOMETRO, 6 RÉIS.

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$090         | \$216          | \$276      | \$414          | \$468           |
| Dias Carneiro ..... | .....         | \$126          | \$186      | \$324          | \$378           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$060      | \$198          | \$252           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$138          | \$192           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$054           |

NOTA — O frete minimo de uma expedição de bagagens e encommendas é de 300 réis.

## TARIFA N. 6

1ª Classe — Generos de cuidado e conducção perigosa, objectos de grande volume e pouco peso, bagagens e encomendas em trens ou carros de mercadorias.

POR 10 KILOGRAMMAS E POR KILOMETRO, 5 REIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$075         | \$180          | \$230      | \$345          | \$390           |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$105          | \$155      | \$270          | \$315           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$050      | \$165          | \$210           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$115          | \$160           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$045           |

NOTA — O frete minimo de uma expedição de mercadorias é de 1\$000.



2ª Classe — Tecidos de fabricação estrangeira ou nacional, perfumarias, productos chimicos e pharmaceuticos, e outros objectos designados na pauta com o numero e classe desta tarifa.

POR 10 KILOGRAMMAS E POR KILOMETRO, 4 RÉIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$069         | \$144          | \$184      | \$276          | \$312           |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$084          | \$124      | \$216          | \$252           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$040      | \$132          | \$168           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$092          | \$128           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$036           |

NOTA — O frete minimo de uma expedição de mercadorias é de 1\$000.

3ª Classe—Generos alimenticios importados, algodão em fardos, assucar, bebidas alcoolicas e outros objectos designados na pauta com o numero e classe desta tarifa.

POR 10 KILOGRAMMAS E POR KILOMETRO, 3 RÉIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil.15        | Kil.36         | Kil.46     | Kil.69         | Kil.78          |
| Caxias.....         | \$045         | \$108          | \$138      | \$207          | \$234           |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$065          | \$093      | \$162          | \$189           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$030      | \$099          | \$126           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$069          | \$096           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$027           |

NOTA—O frete minimo de uma expedição de mercadorias e de 1\$000.

4.<sup>a</sup> Classe—Generos nacionaes, destinados á exportação ou ao consumo, tecidos das fabricas estadoaes ou das do Estado vizinho e outros objectos designados na pauta com o numero e classe desta tarifa.

POR 10 KILOGRAMMAS E POR KILOMETRO, 2,5 REIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil.15        | Kil.36         | Kil.46     | Kil.69         | Kil.78          |
| Caxias.....         | \$037         | \$090          | \$115      | \$172          | \$195           |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$052          | \$077      | \$135          | \$157           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$025      | \$082          | \$105           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$057          | \$080           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$022           |

NOTA — O frete minimo de uma expedição é de 1\$000.

5ª Classe—Ovos, frutas, leite fresco, verdura, miudezas alimenticias, sal, ferramentas agricolas, utensilios para agricultura, madeira e materiaes de construcção em quantidade inferior a 1.000 kilogrammas e outros objectos designados na pauta com o numero e classe desta tarifa.

POR 10 KILOGRAMMAS E POR KILOMETRO, 1,8 RÉIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$027         | \$065          | \$083      | \$124          | \$140           |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$038          | \$056      | \$097          | \$113           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$018      | \$059          | \$076           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$041          | \$058           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$016           |

NOTA — Quando a expedição dos generos mencionados nesta tarifa completar a lotação de um ou mais vagões, far-se-ha um abatimento de 30 %.

6ª Classe — Madeiras, materiaes de construcção não importados, machinas em geral para estabelecimentos, ferro guza, minerios e outros objectos designados na pauta com o numero e classe desta tarifa.

POR TONELADA-KILOMETRO, 70 RÉIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | 1\$050        | 2\$520         | 3\$220     | 4\$830         | 5\$460          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 1\$470         | 2\$170     | 3\$780         | 4\$410          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$700      | 2\$310         | 2\$940          |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 1\$610         | 2\$240          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$630           |

NOTA — A madeira bruta em casca ou falquejada, a cal, tijolo e telha, quando completarem a lotação de dous ou mais vagões, terão abatimento de 15 % nos fretes desta tarifa.

O frete minimo de uma expedição de mercadoria é de 1\$000.

## TARIFA N. 7

Jóias, pedras e metaes preciosos, dinheiro, etc.

POR 1:000\$ E POR KILOMETRO, 10 RÉIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$150         | \$360          | \$460      | \$690          | \$780           |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$210          | \$310      | \$540          | \$630           |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$100      | \$330          | \$420           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$230          | \$320           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$090           |

NOTA — Na applicação desta tarifa conta-se como 1:000\$ toda a fracção de 1:000\$000.

Além do frete acima mencionado, cada expedição pagará mais a taxa de 1/2 %, *ad valorem*, qualquer que seja a distancia. O frete minimo de uma expedição de jóias, etc. é de 3\$000.

## TARIFA N. 8

Carros funebres, diligencias, caleças, carros para caminho de ferro de tracção animal e outros vehiculos de quatro rodas para transporte de pessoas.

POR VEHICULO E POR KILOMETRO, 240 RÊIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | 3\$600        | 8\$840         | 11\$040    | 16\$560        | 18\$720         |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 5\$040         | 7\$440     | 12\$960        | 15\$120         |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | 2\$400     | 7\$920         | 10\$080         |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 5\$520         | 7\$680          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | 2\$160          |

NOTA — Carros, carroças, carretas e outros vehiculos de duas rodas para transporte de generos ; tilburys e outros vehiculos de duas rodas para transporte de pessoas, terão abatimento de 50 % nos fretes desta tarifa.

Exceptuam-se carrinhos de mão, que pagarão pela tarifa designada na pauta.

Taxa minima para qualquer distancia, 2\$500 para os vehiculos de quatro rodas e 1\$500 para os de duas rodas.

## TARIFA N. 9

1ª Classe — Animaes de montaria. por cabeça e por kilometro,  
65 réis

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias .....        | \$975         | 2\$340         | 2\$990     | 4\$485         | 5\$070          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | 1\$365         | 2\$15      | 3\$510         | 4\$095          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$650      | 2\$445         | 2\$730          |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | 1\$495         | 2\$080          |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$585           |

NOTA — Quando a expedição completar a lotação de um ou mais vagões, far-se-ha um abatimento de 25 %.

O frete minimo de uma expedição é de 2\$000.



2ª Classe: — Bois, vaccas e vitellas, por kilometro e por cabeça,  
40 réis

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$600         | 1\$440         | 1\$840     | 2\$760         | 3\$120          |
| Dias Carneiro.....  |               | \$840          | 1\$240     | 2\$160         | 2\$520          |
| Christino Cruz..... |               |                | \$400      | 1\$320         | 1\$680          |
| Aarão Reis.....     |               |                |            | \$920          | 1\$280          |
| Luiz Domingues..... |               |                |            |                | \$360           |

NOTA — Quando a expedição for de 10 ou mais cabeças, far-se-ha um abatimento de 50 %.

As vaccas acompanhadas de crias, tendo estas seis mezes de idade no maximo, pagarão mais 20 % sobre os fretes desta tarifa.

O frete minimo de uma expedição é de 2\$000.

3ª Classe — Carneiros, cabras, porcos, cães e outros semelhantes, soitos, por cabeça e por kilometro, 20 réis

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | Kil. 15       | Kil. 36        | Kil. 46    | Kil. 69        | Kil. 78         |
| Caxias.....         | \$300         | \$729          | \$920      | 1\$380         | 1\$560          |
| Dias Carneiro.....  | .....         | \$420          | \$620      | 1\$180         | 1\$260          |
| Christino Cruz..... | .....         | .....          | \$200      | \$660          | \$840           |
| Aarão Reis.....     | .....         | .....          | .....      | \$460          | \$640           |
| Luiz Domingues..... | .....         | .....          | .....      | .....          | \$180           |

NOTA — Quando a expedição for de 10 ou mais cabeças, far-se-ha um abatimento de 50 %.

O frete minimo de uma expedição é de 1\$090.

## TARIFA N. 10

Perús ganços, patos, gallinhas e outras aves em quantidade inferior a 20, réis

POR CABEÇA E POR KILOMETRO, 2 RÉIS

| ESTAÇÕES            | Dias Carneiro | Christino Cruz | Aarão Reis | Luiz Domingues | Senador Furtado |
|---------------------|---------------|----------------|------------|----------------|-----------------|
|                     | kil. 15       | kil. 36        | kil. 46    | kil. 69        | kil. 78         |
| Caxias.....         | \$030         | \$072          | \$092      | \$138          | \$156           |
| Dias Carneiro ..... |               | \$042          | \$062      | \$108          | \$126           |
| Christino Cruz..... |               |                | \$020      | \$066          | \$084           |
| Aarão Reis .....    |               |                |            | \$046          | \$064           |
| Luiz Domingues..... |               |                |            |                | \$018           |

NOTA — Quando a expedição for de 20 ou mais cabeças, far-se-ha um abatimento de 20 %.

O frete minimo de uma expedição é de 500 réis.

## TABELLA A

## Quadro geral das taxas accessorias

| NATUREZA DA OPERAÇÃO                                                                                                              | BASE DE PERCEPÇÃO                                    | TAXA                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------------|
| Deposito da bagagem entregue para ser registrada no dia seguinte.....                                                             | Por volume.....                                      | \$200                     |
| Folga do material.....                                                                                                            | Por hora e por vagão                                 | \$800                     |
|                                                                                                                                   |                                                      | Com um minimo de 10\$061. |
| Carregamento ou descarregamento.....                                                                                              | Por fracção indivisivel de 1.000 kilogr...           | \$600                     |
| Despacho obrigatorio para as tarifas ns. 6, 7, 8, 9 e 10, incluindo o custo de duas notas de expedição..                          | Por expedição.....                                   | \$100                     |
| Armazenagem, tarifas ns. 5 e 6.....                                                                                               | Por fracção indivisivel de 10 kilogr. e por dia..... | \$050                     |
| Armazenagem, tarifa n. 8..                                                                                                        | Por vehiculo e por dia                               | 3\$000                    |
| Porte de aviso de chegada..                                                                                                       | Por aviso.....                                       | \$200                     |
| Seguro contra perda ou avaria, tarifa n. 5.....                                                                                   | Por 100.....                                         | 1 %                       |
| Seguro contra perda ou avaria, tarifas ns. 6 e 8....                                                                              | Por 100.....                                         | 1/2 %                     |
| Seguro contra perda e damno de animaes, tarifas ns. 9 e 10.....                                                                   | Por 100.....                                         | 3 %                       |
| Porte de telegrammas, por estafeta.....                                                                                           | Por telegramma e por kilometro .....                 | \$500                     |
| Idem, idem, pelo Correio...                                                                                                       | Por telegramma.....                                  | \$100                     |
| Remessa a domicilio dentro do perimetro de dous kilometros de raio em torno da estação, tarifa n. 5 e mercadorias da tarifa n. 6. | Por vol. até 30 kilogr.                              | \$500                     |
| Animaes da tarifa n. 10...                                                                                                        | Por volume.....                                      | 1\$000 a 2\$000           |

NOTA — Estes preços são aqui mencionados como exemplo.

A estrada cobrará dos expedidores o que realmente pagar aos conductores intermediarios por ajuste feito com estes.

Directoria Geral de Viacção, 7 de novembro de 1894.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.

## DECRETO N. 1882 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva as condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie des Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, resolve approvar, para vigorarem na Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta, as condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas, que com este baixam, assignadas pelo director da Directoria Geral de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

**Tarifas e condições regulamentares para o transporte de passageiros e mercadorias e transmissão de telegrammas pela Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta, a que se refere o decreto n. 1882 desta data.**

## TARIFA N. 1

## TRANSPORTE DE VIAJANTES

*Bilhetes ordinarios*

Art. 1.º Os passageiros pagarão os preços da tarifa n. 1 correspondentes ás classes de suas passagens.

Art. 2.º As crianças menores de tres annos, conduzidas ao collo, terão passagem gratuita. As de tres até oito annos pagarão meia passagem; ficam-lhe nesse caso salvo á companhia o direito de accommodar duas, embora de familias diferentes, em logar destinado a um só passageiro.

Art. 3.º Nenhum passageiro poderá viajar sem bilhete ou passe em forma, dado por agente da estrada.

Art. 4.º A venda dos bilhetes começará meia hora e cessará cinco minutos antes da partida dos trens.

Art. 5.º A entrada na plataforma das estações será vedada às pessoas não munidas de bilhetes ou passes.

Art. 6.º Os bilhetes simples e os passes só darão direito ao transporte nos trens, dias e classes e até às estações nelles indicadas.

Art. 7.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada serão intransferíveis; seus portadores não poderão viajar em carros de classe superior á que se achar nelles designada, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

Art. 8.º A companhia terá o direito de apprehender qualquer dos passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentado por outra pessoa que não a nelle indicada, cobrando o duplo do preço da passagem.

Art. 9.º Os passageiros sem bilhetes e os portadores de bilhetes não carimbados ou peremptos pagarão o preço de sua viagem a contar do ponto inicial da partida do trem, caso pelos seus conhecimentos de bagagens não fique provada a estação em que tenham embarcado.

Art. 10. Os passageiros que se recusarem a exhibir os seus bilhetes ou passes quando isso for exigido pelos empregados da estrada, serão considerados como tendo embarcado sem bilhete, e, nessa conformidade, sujeitos ás determinações do art. 9º, embora venham a exhibir mais tarde os seus bilhetes.

Art. 11. Os passageiros que excederem o trajecto a que tiverem direito ou viajarem em carro de classe superior á indicada nos seus bilhetes, pagarão a differença de sua passagem.

Nesse caso o conductor de trem será obrigado a fornecer um bilhete suplementar com indicação da quantia recebida.

Art. 12. Os passageiros que ficarem em qualquer ponto áquem do designado em seus bilhetes, deverão fazer entrega destes ao chefe da estação e perderão o direito ao resto da viagem que só poderão effectuar comprando novo bilhete ou apresentando novo passe.

#### *Bilhetes de ida e volta*

Art. 13. A companhia poderá conceder aos viajantes de 1ª classe bilhetes de ida e volta com abatimento de 25 % sobre a importância total das passagens.

Art. 14. Os bilhetes de ida e volta darão direito a uma só viagem em cada sentido.

Art. 15. Os portadores de bilhetes de ida e volta só poderão tomar o trem nas estações mencionadas nos seus bilhetes, quer para a ida, quer para a volta.

Art. 16. No caso de pararem em qualquer estação nos limites de seus bilhetes, estes não lhes darão o direito de continuarem a viagem em outro trem.

Art. 17. Os bilhetes de ida e volta darão direito á volta em qualquer trem ordinario de passageiros dentro de 10 dias entre estações terminaes e de seis dias entre intermediarias, contados

da data em que for vendido o bilhete. Quando na expiração desses prazos não houver trem á volta, esta só poderá ter logar no primeiro trem ordinario que se seguir.

*Transporte de alienados e doentes*

Art. 18. As pessoas em estado de enfermidade tal que possam incomodar aos demais viajantes, e bem assim os alienados, só poderão viajar em carro separado.

Art. 19. Os doentes em estado grave, bem como os alienados, não serão admittidos si não forem acompanhados por pessoas que os vigiem.

Art. 20. O preço do transporte nesse caso será o correspondente á lotação total dos respectivos carros, com o abatimento de 25 %.

Art. 21. Os transportes desta especie deverão ser pedidos com a antecedencia de 24 horas ao chefe da estação central e com a de 48 horas aos chefes das outras estações.

*Aluguel de carros e compartimentos ou logares reservados*

Art. 22. Os pedidos de aluguel de carros ou compartimentos deverão ser feitos com antecedencia de 12 horas na estação central e de 24 horas nas outras estações.

O aluguel dos carros ou compartimentos será pago adeantadamente e não será restituído caso a viagem deixe de effectuar-se, seja por vontade, seja por negligencia dos que tiverem feito a requisição.

Art. 23. Nenhum carro ou compartimento, embora integralmente alugado, poderá conduzir maior numero de viajantes do que comportar a respectiva lotação; e a bagagem destes ficará sujeita ás mesmas condições da bagagem dos viajantes ordinarios.

Art. 24. O aluguel de um carro ou compartimento para viagens simples ou de ida e volta será calculado segundo a lotação respectiva, com o abatimento de 25 %.

*Trens especiaes*

Art. 25. A companhia poderá recusar fornecer trens especiaes; si os conceder, porém, serão observadas as seguintes disposições :

1.<sup>a</sup> O preço será estabelecido tendo-se em vista a despesa que deva occasionar o trem especial pedido e sua utilização.

2.<sup>a</sup> O pedido deverá ser feito com a antecedencia de 24 horas na estação central e de 48 horas nas demais estações, mencionando-se o numero de logares de cada classe de que se deva com-

por o trem, bem como a quantidade de bagagem e a importancia de outros transportes.

3.<sup>a</sup> Os fretes serão pagos adeantadamente conforme o art. 22.

4.<sup>a</sup> A lotação dos carros não poderá ser excedida.

5.<sup>a</sup> Si o requisitante, por qualquer motivo, não se utilizar do trem, perderá a metade do preço que houver pago, embora previna a administração antes da hora marcada para a partida.

#### *Trens de excursão*

Art. 26. A administração poderá formar trens de recreio a preços reduzidos.

#### DISPOSIÇÕES POLICIAES

Art. 27. Será expressamente prohibido a qualquer passageiro:

1.<sup>o</sup> Passar de um trem para outro estando qualquer delles em movimento;

2.<sup>o</sup> Viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra;

3.<sup>o</sup> Viajar nos carros de 1.<sup>a</sup> classe estando descalço, ou calçado de chinellas ou tamancos;

4.<sup>o</sup> Entrar ou sair dos carros estando o trem em movimento;

5.<sup>o</sup> Entrar ou sair por outro logar que não seja a plataforma da estação e porta para esse fim designada;

6.<sup>o</sup> Entrar ou sair sem ser pela portinhola que o guarda designar;

7.<sup>o</sup> Fumar nas salas de espera enquanto ahi permanecerem senhoras.

Art. 28. A entrada nos trens será interdicta :

1.<sup>o</sup> A's pessoas embriagadas, ás indecentemente vestidas e ás affectadas de molestia repellente ou contagiosa;

2.<sup>o</sup> Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis ou objectos que possam incommodar a outros passageiros.

Art. 29. Ninguem poderá transportar consigo nos carros mais de uma arma de fogo, a qual deverá ser apresentada ao chefe da estação para que verifique si está descarregada.

Esta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo.

Art. 30. O viajante que infringir qualquer das disposições do presente regulamento ou provocar conflictos, si persistir na infracção depois de advertido pelos empregados, será posto fóra da estação, sendo-lhe restituído o valor do bilhete, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção for commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 5\$ a 50\$; e, no caso de recusar-se a pagal-a ou de não se corrigir depois de satisfeita a mesma, o conductor do trem o entregará ao chefe da estação mais proxima para que o remetta á autoridade policial, de conformidade com o regulamento geral de 22 de abril de 1857.



## TARIFA N. 2

## BAGAGENS, ENCOMMENDAS E VALORES

Art. 31. As encomendas e bagagens e os objectos cujo peso não exceder a 100 kilogrammas ou um metro cubico de volume, e que forem transportados pelos trens de passageiros, pagarão pela classe I da tarifa n. 2, sendo seus fretes satisfeitos no acto da inscripção.

Taes volumes deverão ser apresentados a despacho 20 minutos, pelo menos, antes da partida do trem que tiver de conduzi-los, e serão registrados.

Art. 32. Cada viajante só poderá levar consigo, livre de frete e sob sua unica responsabilidade, um pequeno volume com roupa ou artigos para seu uso durante o trajecto, devendo o volume ser de dimensões taes que possa ficar debaixo dos bancos dos carros e sem inconveniente para os demais passageiros, a juizo do conductor de trem.

Art. 33. Uma familia ou grupo de pessoas viajando juntas não poderá, allegando essa circumstancia, augmentar as dimensões do volume cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro. Assim, em caso algum será admittido no carro qualquer volume cujas dimensões excedam ás do espaço livre debaixo do assento concedido a cada passageiro.

Art. 34. Não podem, outrossim, ser introduzidos nos carros objectos que pelo seu máo cheiro ou por acarretarem perigo, a juizo do conductor de trem, possam incommodar aos viajantes.

Art. 35. As demais bagagens de qualquer ordem serão despachadas e conduzidas em carro especial.

Art. 36. Os volumes de bagagens ou encomendas poderão ser recusados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 100 kilogrammas ou o seu volume exceda a um metro cubico, ou ainda por serem substancias de conducção perigosa.

Art. 37. Os volumes que forem apresentados a despacho deverão estar convenientemente acondicionados de modo a poderem resistir aos choques inherentes ao transporte em estrada de ferro.

As malas, caixas, canastras, etc. deverão estar fechadas.

Art. 38. As bagagens e encomendas expedidas pela classe I da tarifa n. 2 deverão ser retiradas dentro das 12 horas que se seguirem á da sua chegada á estação destinataria. As que não forem retiradas naquelle prazo ficarão por conta e risco daquelles a quem pertencerem, sujeitas á armazenagem de 100 réis por dia por 10 kilogrammas e por fracção de 10 kilogrammas.

Os volumes que, a pedido ou por negligencia do expeditor, deixarem de ser retirados no prazo citado, ficarão sujeitos ás mesmas condições de armazenagem.

A companhia não será responsavel pelos riscos provenientes da natureza ou especie dos objectos contidos nos volumes, bagagens ou encomendas.

Art. 39. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes expedidos pelas condições da classe I, tarifa n. 2, a administração só será responsavel pela somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou damnificados, à razão de 1\$ por kilogramma.

Si a indemnisação tiver logar por damno ou avaria e na razão acima fixada, os volumes ficarão pertencendo à companhia.

Esta disposição não se entende com os objectos preciosos cujo valor tiver sido declarado, nem com os volumes cujo conteúdo for conhecido, os quaes serão pagos, aquelles pelos respectivos valores, e estes por arbitramento feito de accordo com as leis em vigor.

Art. 40. Para o despacho de pequenos volumes de encomendas fica estabelecido o peso de um kilogramma para pagamento de 400 réis que será o minimo admittido.

Nos volumes de encomendas deverão ser declarados o nome do consignatario e o da estação de destino.

Art. 41. Dinheiro em papel ou em metal, joias, pedras e metaes preciosos, objectos de ouro ou prata, titulos ao portador ou outros quaesquer semelhantes, pagarão, além de 5 % sobre os preços da classe I da tarifa n. 2, mais 1/2 % *ad valorem*.

O minimo da taxa a cobrar *ad valorem* será de 500 réis.

Esses objectos serão cuidadosamente pesados, e só serão expedidos em trens de passageiros.

Deverão ser bem acondicionados em caixas ou saccos, ou formar pacotes, revestidos de envoltorios intactos de papel ou panno encerado; deverão ser fechados por meio de sinetes em lacre em numero sufficiente (tres pelo menos) para assegurar a sua inviolabilidade.

Art. 42. Nas notas de expedição que acompanharem os volumes contendo valores, deverá ser mencionado por extenso o valor do artigo, independente das declarações ordinarias e deverá haver sinete em lacre igual ao que tiver sido posto sobre os volumes.

Art. 43. Os endereços não deverão ser cosidos, nem collados nem pregados nos volumes, para que não possam encobrir vestigios de abertura ou fractura, poderão ser escriptos sobre os volumes ou a elles fixados por meio de cordas.

O valor do artigo deverá ser mencionado por extenso no endereço.

Art. 44. Os sinetes feitos com moedas são formalmente prohibidos.

#### *Mercadorias*

Art. 45. A tarifa n. 2 terá applicação a todas as mercadorias divididas em nove classes segundo a pauta annexa a estas condições, e seus fretes serão cobrados de conformidade com os quadros annexos.

As mercadorias não designadas nas pautas serão incluídas nas classes dos artigos similares.

*Entrega e expedição*

Art. 46. As mercadorias que forem apresentadas a despacho deverão ser acompanhadas de nota, assignada pelo remetente, na qual haja declaração da data da entrega, da natureza, quantidade e peso da mercadoria, da marca e do modo por que estiverem acondicionados os volumes, e bem assim dos nomes do remetente e do consignatário.

§ 1.º Os agentes da companhia não despacharão mercadoria alguma antes de terem verificado a exactidão da nota.

§ 2.º Os volumes deverão trazer marca ou endereço bem legível, e além disso o nome da estação de destino (ficando isentos os generos ensacados, em surrões ou jacás, quando em quantidade superior a 10 volumes), e ser acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Art. 47. As mercadorias que, misturadas com outras, possam damnificá-las, serão transportadas em vagões especiaes, e não serão admittidas sinão pelo frete de um vagão.

Art. 48. A companhia poderá recusar-se a effectuar a expedição de qualquer carga nos seguintes casos:

1º, si o genero estiver tão mal acondicionado que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria;

2º, si se reconhecer no acto da apresentação que já se acha deteriorado;

3º, si se verificar que o peso é inferior ao indicado na nota, ou que ha inexactidão quanto á marca ou quanto ao numero dos volumes.

§ 1.º Neste caso a companhia só fará a expedição si o remetente reparar os defeitos da carga, substituindo a nota apresentada, si isso for necessario, ou si der ao chefe da estação uma nota assignada, na qual declare os defeitos da carga e allieve a companhia da responsabilidade das avarias.

§ 2.º Enquanto a carga não for reparada ou retirada, si o remetente desistir do transporte, poderá ella permanecer 12 horas na estação, sem responsabilidade por parte da companhia, ficando sujeita á armazenagem dahi em deante.

Art. 49. As mercadorias que exigirem vagões especiaes para seu transporte, serão expedidas sem demora quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte, ou quando, não completando, pagar o expeditor o valor da lotação dos mesmos vagões.

No caso contrario, as mercadorias poderão ser demoradas até que se complete a lotação.

*Tarifas — Cobranças*

Art. 50. O frete minimo de uma expedição de mercadorias será de 1\$000.

Art. 51. As mercadorias susceptíveis de se deteriorarem em pouco tempo e os generos cujo valor importar em menos do que o respectivo frete, serão despachados depois de pago o frete, e a companhia não será responsavel pelo estado em que chegar em ao seu destino os de facil deterioração.

Art. 52. O frete das outras mercadorias será pago pelo expeditor ou pelo destinatario.

Quando as mercadorias forem expedidas com frete a pagar pelo destinatario, este não poderá retiral-as antes de haver satisfeito a importancia do frete.

Art. 53. Quando as mercadorias da tarifa n. 2 forem de grandes dimensões em relação ao peso, e o volume for correspondente a mais de 4 decímetros cubicos por kilogramma, tomar-se-ha para peso da mercadoria o numero de kilogrammas correspondente á quarta parte do numero de decímetros cubicos encontrados.

Art. 54. Não será obrigatorio o transporte de massas indivisíveis cujo peso exceda a 1.000 kilogrammas ou cujo volume exceda a 3 metros cubicos, ou quando esse transporte requiera o emprego de material especial.

O preço e as condições de taes transportes, si a companhia delles se encarregar, serão regulados por accordo mutuo.

Art. 55. Os transportes de vehiculos e mercadorias a granel como madeiras, pedras, etc., serão feitos por carga completa de vagão, devendo ser requisitados com a antecedencia de 24 horas na estação central e de 48 horas nas outras estações.

§ 1.º A carga destas mercadorias será feita pelos remettentes e a descarga pelos consignatarios, ou, á custa destes, pela companhia, si a não fizerem no prazo de 24 horas.

§ 2.º Pelas descargas que assim fizer, a companhia cobrará 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada.

§ 3.º Taes mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta.

§ 4.º O expeditor ou o consignatario será responsavel por qualquer avaria causada nos vehiculos da estrada de ferro por seus agentes, durante a carga ou descarga de mercadorias.

Art. 56. Os carros de passeio, os carros funebres, as carroças e outros vehiculos pagarão o frete completo dos vagões que occuparem, pelo preço da 5ª classe da tarifa n. 2.

A carga e a descarga serão feitas pelos agentes dos expedidores ou destinatarios, ou de accordo com o estatuido no art. 55.

Art. 57. Os expedidores de carros e carroças deverão apresentar-os na estação uma hora, pelo menos, antes da partida do trem pelo qual deva ser feito o transporte.

Art. 58. Os vehiculos transportados não poderão conter bagagem ou quaesquer outros objectos além dos que lhes pertencerem.

Art. 59. As substancias inflammaveis ou perigosas, como phosphoros, vitriolo, agua-raz, fogos de artificio, etc., etc., pagarão o duplo do frete da 2ª classe da tarifa n. 2, qualquer que seja o seu peso, exceptuando-se a polvora e a dynamite, que pagarão o duplo do da 3ª classe da referida tarifa.

Estes transportes só serão effectuados de conformidade com o disposto nos arts. 91 e seguintes, podendo a administração recusar-os sempre que julgar conveniente.

Art. 60. Toda a expedição de productos do paiz feita pela classe IV da tarifa n. 2 e cujo peso perfizer a carga completa de mais de um vagão, gosará de um abatimento até 20 % sobre o frete, a juizo da administração.

Art. 61. Os transportes de materiaes que se destinarem à construção e custeio dos ramaes desta estrada, e bem assim dos destinados a obras municipaes, terão abatimento de 15 % sobre a classe 6<sup>a</sup> da tarifa n. 2 (clausula XXVII do contracto).

Art. 62. As mercadorias classificadas nas classes V e VI da tarifa n. 2, e todas as mercadorias a granel, não serão expedidas sinão por vagão completo, salvo si for paga a taxa correspondente.

A companhia poderá expedir taes mercadorias não completando a lotação de um vagão, pelo preço da classe IV da tarifa n. 2.

A companhia não assumirá a responsabilidade pelas avarias ou faltas que se derem em mercadorias expedidas nessa conformidade.

#### *Armazenagem*

Art. 63. As mercadorias de qualquer natureza remetidas para as estações a fim de serem despachadas e que não o forem dentro de 12 horas, e bem assim as mercadorias que não forem retiradas das estações no prazo de 24 horas, depois da chegada, serão sujeitas às taxas de armazenagem seguintes por dia de demora :

Expedições inferiores a uma tonelada, por unidade ou fracção de 10 kilogrammas :

|                              |         |
|------------------------------|---------|
| Pelos primeiros 10 dias..... | 50 rs.  |
| De 10 a 90 dias.....         | 100 rs. |

Expedições de uma e mais toneladas, por unidade ou fracção de tonelada:

|                              |         |
|------------------------------|---------|
| Pelos primeiros 10 dias..... | 5\$000  |
| De 10 a 90 dias.....         | 10\$000 |

Art. 64. Os generos de facil deterioração deixados nos armazens das estações poderão ser vendidos depois de oito dias, ou mesmo antes, si assim for necessario, sendo o producto da venda applicado de conformidade com o disposto no art. 97.

#### *Avarias*

Art. 65. Os expeditores deverão declarar si as suas mercadorias são frageis ou si devem ser preservadas da humidade ; em falta de tal declaração, a companhia não responderá por avarias dessa especie.

Art. 66. A companhia não se responsabilizará pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, etc., diminuição ordinaria de peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação ou e-goto de liquidos, etc.

Igualmente não será responsavel por avarias de outra qualquer natureza, desde que não forem authenticadas pelo chefe da estação, antes da entrega dos objectos, e si este não tiver reconhecido que as avarias apparentes nos involucros ou acondicionamento dessas mercadorias hão sido causadas por negligencia dos empregados da companhia.

Art. 67. Em caso de perda ou damno da mercadoria (salvo os casos dos arts. 65 e 66), a companhia será responsavel unicamente pelo valor real e immediato dos volumes extraviados, e não pelos lucros que de sua entrega forem esperados, e ainda assim só quando, na fôrma das presentes condições regulamentares e das leis em vigor, o expeditor tiver direito a essa garantia.

### TARIFA N. 3

#### ANIMAES

Art. 68. A tarifa n. 3 regula o transporte de animaes por cabeça.

Art. 69. As aves domesticas e os pequenos animaes em gaiolas, cestos, etc., pagarão pela 2ª classe da tarifa n. 2 e por volume real, sendo a taxa applicada á razão de 10 kilogrammas por 10 decimetros cubicos ou fracção de 10 decimetros cubicos.

Taes animaes não serão transportados si não estiverem bem acondicionados em gaiolas, cestos, capoeiras, barricas ou caixões fechados.

Art. 70. Os animaes das classes 1ª e 2ª da tarifa n. 3 só serão transportados quando a expedição se compuzer de 10 cabeças, pelo menos, para a 1ª classe, ou 20 para a 2ª, salvo si o frete for pago na razão desse minimo.

Art. 71. Os animaes da 3ª classe da tarifa n. 3 quando não completarem a lotação dos carros só serão expedidos si puderem ser acondicionados em qualquer vagão de mercadorias ou de bagagens, que faça parte do trem.

Art. 72. Os animaes de sella ou para viagem, os de carro, e bem assim os cães amordaçados, poderão ser transportados pelos trens de viajantes, mediante pagamento da taxa dupla da indicada nas mesmas tarifas.

Art. 73. Os animaes deverão ser apresentados a despacho pelo menos uma hora antes da partida dos trens.

Art. 74. Os animaes deverão ser recebidos á chegada dos trens por seus donos ou consignatarios; e caso o não sejam, irão para logar conveniente afim de serem tratados por conta e risco daquelles a quem pertencerem.

Art. 75. O expeditor que pretender o transporte de grande numero de animaes deverá prevenir a administração, na conformidade do art. 87.

Art. 76. Os animaes ferozes ou perigosos serão transportados mediante taxa convencionada entre a companhia e o remetente, e bem assim aquelles cujo valor declarado for superior a 500\$000.

Art. 77. As capoeiras de gallinhas e os pequenos animaes ou aves em gaiolas ou caixões engradados estarão sujeitos ás mesmas condições de despacho e recebimento de animaes, e pagarão pelas tarifas em que estiverem classificados, si forem transportados pelos trens de carga ou mixtos, e pelo duplo nos trens de passageiros.

Art. 78. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tarifas estabelecidas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 79. A companhia poderá recusar, por affluencia de mercadorias taxadas a peso, as cargas sujeitas ao preço de transporte da tarifa n. 3.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 80. Toda inscripção de mercadorias, bagagens, dinheiro, joias, animaes, etc., será feita dando-se ao expeditor um conhecimento que será exigido no acto da entrega dos objectos.

Art. 81. Tanto nos trens de viajantes como nos de mercadorias, as fracções de peso serão contadas por centesimo de tonelada ou 10 kilogrammas; as de volume, por centesimo de metro cubico ou 10 decimetros cubicos. Assim, todo o peso comprehendido de 1 a 10 kilogrammas será contado por 10 kilogrammas; entre 10 e 20 kilogrammas será contado por 20 kilogrammas.

Do mesmo modo, todo o volume de 1 a 10 decimetros cubicos será contado por 10 decimetros cubicos; entre 10 e 20 decimetros cubicos, será contado como 20 decimetros cubicos, etc.

As fracções de 20 réis serão arredondadas para 20 réis.

Art. 82. E' expressamente vedado á companhia entrar em ajustes particulares com o fim de conceder a quaesquer remetentes redução das tarifas approvadas.

Art. 83. A companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um individuo mais do que a outro, todos os transportes de qualquer natureza, que lhe forem confiados, salvas as excepções declaradas nestas condições regulamentares.

Art. 84. Os volumes, animaes e outras quaesquer cargas, entregues á estrada de ferro, serão inscriptos na estação de partida e na de chegada, á medida que forem recebidos, mencionando-se a estação de destino, os nomes dos remetentes e dos consignatarios, as marcas, a qualidade dos volumes, a especie das mercadorias e o frete pago ou a pagar.

continua >

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação de partida, salvos os casos de preferencia por objectos de serviço publico.

Art. 85. A companhia não poderá fazer directa ou indirectamente com empreza de transporte de viajantes ou de mercadorias por terra ou por agua sob denominação ou forma alguma, arranjos ou convenções quaesquer aqui não autorisados, salvo si obtiver permissão do Governo para isso. Haverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas emprezas de transporte em suas relações com a estrada de ferro.

Art. 86. A companhia não poderá exigir em nenhum caso taxa alguma adicional por carregar ou descarregar os vagões, ou por armazenagem, além da que fica estipulada nas presentes condições.

Art. 87. Qualquer expeditor que necessitar de um ou mais vagões para carga completa da sua mercadoria, deverá requisital-os com antecedencia de 24 horas na estação central e de 48 horas nas outras estações.

O chefe da estação deverá prevenir com antecedencia ao expeditor sobre o dia e hora em que os vagões ficarão á sua disposição.

Si a entrega da mercadoria não for effectuada no dia designado e na estação indicada, o expeditor pagará á companhia pela lotação dos vagões a taxa de 10\$ por dia ou fracção de dia de 24 horas por vagão reconhecido necessario para o transporte e posto á sua disposição.

Essa taxa só será exigivel pelo tempo correspondente a dous dias, findos os quaes os vagões deixarão de estar á disposição do expeditor.

A importancia dessa taxa, correspondente a dous dias, será depositada no acto da requisição e ficará pertencendo á companhia si o embarque não se effectuar.

Nas estações intermediarias os vagões serão carregados pelos trabalhadores do expeditor, dentro do prazo que lhe for fixado; e, quando o serviço não for feito dentro do prazo, por negligencia do expeditor ou do consignatario, poderá sel-o pela administração, cobrando esta, nesse caso, mais 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada, além do frete.

Por todos os materiaes ou objectos, qualquer que seja a sua natureza, que forem descarregados nos pateos das estações, a administração não cobrará armazenagem alguma até 72 horas.

Passado esse tempo a companhia perceberá a taxa diaria de 3\$ por tonelada ou fracção de tonelada e não será responsavel pelos materiaes e objectos que não tiverem sido retirados dentro de 24 horas depois da chegada.

Art. 88. Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões.

O expeditor e o destinatario serão responsaveis por qualquer avaria causada por seus agentes nos vehiculos da estrada de ferro, durante a carga ou descarga das mercadorias.



Art. 89. Nas estações intermedias as mercadorias só serão recebidas para serem transportadas nos trens que alli passarem. Os dias e horas da passagem dos trens serão affixados nas ditas estações.

Art. 90. O transporte de objectos que exigirem o emprego de material especial não será obrigatorio; com tudo, a companhia poderá effectual-o mediante preço fixado de commum accordo com o expeditor ou com o destinatario.

Art. 91. O transporte de materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas, como fogos de artificio, etc., ou de volume cujo envolucro possa occasionar incendio, não poderá ter logar pelos trens de passageiros.

Taes objectos deverão ser acondicionados em barricas ou caixões de madeira, devidamente fechados, e serão expeditos pelos trens de mercadorias.

Art. 92. Polvora e outras substancias de grande perigo só poderão ser transportadas acondicionadas em duplos invólucros de madeira ou caixas de cobre, devidamente fechadas, em trens de mercadorias ou especiaes.

Art. 93. As substancias de que tratam os arts. 91 e 92 não poderão ficar depositadas nas estações.

Art. 94. As materias causticas ou venenosas ficarão sujeitas ás disposições dos arts. 91 e 93.

Art. 95. Os volumes que encerrarem venenos ou substancias explosivas, inflammaveis ou perigosas deverão trazer no exterior a indicação do seu conteúdo.

Art. 96. Todas as mercadorias mencionadas nos arts. 91 e 94 deverão ser expeditas sós e fazer objecto de expedição especial, não podendo, além disso, ser comprehendidas em uma remessa com mercadorias ordinarias.

Art. 97. Os objectos que no fim de 90 dias não forem retirados das estações ou armazens da estrada de ferro serão vendidos em hasta publica pela administração por conta daquelles a quem pertencerem, para pagamento das despesas a que estiverem sujeitos, remettendo-se ao expeditor qualquer excedente. Si o expeditor for desconhecido, o excedente será recolhido ao deposito publico.

Art. 98. A administração terá o direito de abrir os volumes sempre que suspeitar ser falsa a declaração feita sobre o conteúdo dos mesmos.

Nesse caso será cobrado frete duplo pelos volumes a cujo respeito tenha sido falsa a declaração. Si, porém, elles contiverem objectos inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expeditor pagará a multa de 100\$ a 200\$, sem prejuizo de qualquer acção judicial que no caso couber.

Art. 99. A administração poderá reter os volumes que por falsa declaração estiverem sujeitos a multas convencionadas em seus regulamentos. Si os volumes retidos contiverem materias nocivas ou perigosas, serão estas inutilisadas, si não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 100. Si as multas não forem pagas no prazo de 15 dias, a administração procederá á venda dos objectos retidos, sem as formalidades judiciaes.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a administração cobrará o restante executivamente, de conformidade com o regulamento de 26 de abril de 1857.

Art. 101. Si a remessa de bagagem e mercadorias se compuzer de varios volumes, o frete será cobrado por um só com o peso de todos. Esta concessão, porém, só terá logar si os volumes se acharem reunidos em um só involucro, com o nome de um só destinatario.

Art. 102. A responsabilidade da companhia só cessará com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvos os casos especificados nas presentes condições regulamentares, para os quaes essa responsabilidade está definida.

Art. 103. Toda reclamação que tiver por fim a restituição de taxa indevidamente paga, ou indemnisação por perda ou avaria, deverá ser immediatamente dirigida ao chefe da estação, por escripto.

Art. 104. Os empregados da estrada de ferro deverão ministrar aos expeditores todas as informações necessarias para intelligencia e cumprimento das presentes condições regulamentares.

Art. 105. Os agentes da estrada de ferro não poderão exigir outros fretes e retribuições de qualquer natureza, além dos que se acham especificados nas presentes condições regulamentares e de accordo com as tarifas annexas.

Art. 106. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tarifas feitas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 107. Os cadaveres só serão transportados em vagões cobertos, mediante pagamento do preço da lotação completa, tomado segundo a classe V da tarifa n. 2, com abatimento de 25 %. Cadaveres de pessoas fallecidas de molestias contagiosas não serão transportados.

Art. 108. Os vagões de cargas que compuzerem os trens serão descarregados segundo a ordem de chegada ás estações, devendo ser recolhidas aos armazens as mercadorias que deverem ser abrigadas.

Em caso algum os vagões poderão demorar carregados, ainda mesmo a pedido dos consignatarios ou destinatarios.

Art. 109. Por cada despacho de mercadorias, animaes ou carros, sem excepção dos transportes gratuitos, a companhia cobrará a taxa fixa de 200 réis além da importancia do frete devido.

Pelos recibos em substituição de conhecimentos não apresentados, cobrará a companhia a taxa de 200 réis por cada um.

Art. 110. Os transportes por conta do Governo Geral ou do Governo estadual estarão sujeitos ás mesmas condições que os transportes ordinarios, salvas as disposições em contrario constantes do contracto.

#### TELEGRAPHO

Art. 111. As estações da estrada acceitarão telegrammas para serem transmittidos ás outras estações da mesma estrada.

Art. 112. Os telegrammas serão acceitos em todas as estações, durante as horas de serviço, tanto nos dias uteis como nos santificados.

Art. 113. A taxa dos telegrammas transmittidos pelas estações da estrada será paga adeantadamente, e na razão de 70 réis por palavra em todo o percurso de sua linha. Pelos telegrammas em lingua estrangeira será cobrada taxa dupla.

Art. 114. A transmissão dos telegrammas será feita na ordem seguinte:

- 1º, telegramma urgente em serviço da estrada ;
- 2º, telegramma em serviço do Governo Federal ;
- 3º, telegramma em serviço do Governo estadual ;
- 4º, telegramma privado urgente ;
- 5º, telegramma em serviço da estrada ;
- 6º, telegramma privado.

Art. 115. A estrada terá o direito de interromper as communições no caso em que julgar isso conveniente á vista do serviço da estrada ou da União.

Art. 116. O expeditor poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras antes da assignatura e escrevendo a declaração : *Resposta paga para... palavras.*

Quando o numero de palavras não for determinado pelo expeditor, será cobrada a taxa de 10 palavras.

Si o numero de palavras da resposta, previamente paga, for maior do que o indicado, o excesso será pago pelo destinatario respondente como novo telegramma ; si for menor, não haverá restituição.

Art. 117. Para que a resposta seja transmittida deverá ser apresentada dentro dos tres dias que se seguirem á entrega ao destinatario do telegramma primitivo ; fora, disso, ficará sujeita ao pagamento da taxa como novo telegramma.

Art. 118. Em relação aos telegrammas deverão ser observadas as seguintes disposições :

- 1ª, deverão ser escriptos em caracteres usuaes, de modo a poderem ser facilmente lidos letra por letra ;
- 2ª, não deverão conter emendas, rasuras ou chamadas, sem que sejam resalvadas pelo expeditor ;
- 3ª, deverão indicar a estação do destino e o nome e residencia (rua e numero da casa si for em povoado) do destinatario, ficando

em todo caso responsavel o expeditor pela consequencia da insufficiencia do endereço.

Art. 119. E' vedada a acceitação de telegrammas contrarios ás leis, prejudiciaes á segurança publica, ou offensivos á moral e aos bons costumes ou aos interesses da estrada.

Será igualmente vedado o uso de cifras secretas.

Art. 120. Os telegrammas urgentes deverão ter essa declaração assignada pelo expeditor e pagarão taxa dupla.

Art. 121. Os telegrammas de mais de 100 palavras poderão ser recusados ou retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 122. Muitos telegrammas do mesmo expeditor para o mesmo ou para diferentes destinatarios, só poderão ser acceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 123. O expeditor poderá exigir que pela estação de destino seja reproduzido o seu telegramma, pelo que pagará a mesma taxa deste. Si preferir, porém, um simples aviso de recepção, pagará 10 % da taxa ; ficando fixado para esse pagamento o minimo de 200 réis.

Art. 124. Antes do começo da transmissão poderão os telegrammas ser retirados, sendo restituída a taxa ao expeditor, com desconto de 200 réis.

A transmissão dos telegrammas poderá ser interrompida a pedido do expeditor sem que este tenha direito á restituição da taxa paga.

Art. 125. Na contagem das palavras observar-se-hão as regras seguintes :

1ª, tudo que o expeditor escrever para ser transmittido entrará na contagem das palavras ;

2ª, serão contadas como uma palavra as que se compuzerem de 15 letras ou menos ; as que se compuzerem de mais de 15 letras serão contadas como duas palavras ;

3ª, toda a palavra composta, escripta de modo a formar uma só, será contada como tal, de conformidade com o disposto no paragrapho anterior ;

4ª, si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compuzer, ou mesmo reunilas pelo traço de união, cada uma dessas partes será contada como uma palavra ;

5ª, serão contadas como uma palavra qualquer letra isolada ou algarismo, e qualquer palavra ou particula seguida de apostrophe ;

6ª, os numeros escriptos em algarismos serão contados como tantas palavras quantas forem as series de cinco algarismos que contiverem e mais uma pelo excedente ;

7ª, virgulas, pontos e traços de divisão serão contados como outros tantos algarismos ;

8ª, os numeros escriptos por extenso serão contados pelo numero de palavras empregadas para exprimi-l-os ;

9ª, cada palavra sublinhada será contada como duas ;

10ª, os signaes de accentuação não serão contados.

Art. 126. Entrarão na contagem das palavras :

1º, a direcção, a assignatura, as indicações relativas ao modo de remessa do telegramma e o reconhecimento da assignatura ;

2º, os pedidos de reproducção para conferencia, de aviso de recepção e as palavras : *Resposta paga para . . . . . palavras* ;

3º, os nomes proprios de pessoas, cidades, praças, ruas, etc., os títulos, sobrenomes, particulas e qualificações, contar-se-hão por tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-las.

Art. 127. O mesmo telegramma dirigido a mais de um destinatario pagará, além da respectiva taxa pelo primeiro, mais metade por cada um dos outros ; si for, porém, dirigido a mais de uma estação, pagará a taxa correspondente a cada um.

Art. 128. Mediante a taxa de 500 réis, que será paga na estação de partida, os telegrammas serão entregues por estafetas, com a possível brevidade, no logar a que se destinarem, dentro de dous kilometros de distancia da estação. Quando se tratar de maiores distancias os telegrammas serão retidos e só serão entregues a pessoa competente.

Art. 129. Os telegrammas poderão ficar na estação de destino á disposição do destinatario ou ser expedidos pelo Correio, á vontade do expeditor, mediante o pagamento do porte e a competente declaração escripta no telegramma.

Art. 130. O empregado incumbido da conducção do telegramma não deverá encarregar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir, recebendo a respectiva taxa.

Art. 131. Na ausencia do destinatario os telegrammas serão entregues a pessoas da familia, empregados, criados ou hospedes, salvo si o expeditor designar na minuta pessoa especial. Em todo caso o recibo deverá ser passado em nome do destinatario.

Art. 132. O expeditor terá direito á restituição da taxa si o telegramma não chegar ao seu destino por falta do serviço do telegrapho, ou quando chegar alterado a ponto de não se fazer o fim a que for destinado.

Art. 133. Enquanto o Governo não estabelecer uma linha telegraphica de sua propriedade em toda a extensão da estrada, a companhia será obrigada a expedir os telegrammas do Governo com 50 % de abatimento da tarifa estabelecida para os telegrammas particulares.

Art. 134. Os empregados da estrada serão obrigados a guardar o maior segredo sobre os telegrammas ; e estarão sujeitos, pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação de seu conteúdo, ás leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao Correio e a segurança de seu transporte.

Art. 135. O chefe da estação poderá certificar-se da identidade do expeditor por meio de testemunhas ou de outras provas sufficientes.

Directoria Geral de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, 7 de novembro de 1894. —  
*Joachim M. Machado de Assis*, director geral.

## CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS MERCADORIAS

## TARIFA II

## A

|                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Abanos de palha ou pennas.....                            | 2  |
| Abelhas.....                                              | 2  |
| Aboboras.....                                             | 4  |
| Absintho.....                                             | 3  |
| Açafates e semelhantes.....                               | 2  |
| Açafrão.....                                              | 3  |
| Accessorios de trilhos.....                               | 6  |
| Achas de lenha.....                                       | 5  |
| Aciãos mineraes ( <i>frete duplo</i> ).....               | 12 |
| Aço em obra artistica.....                                | 2  |
| Aço.....                                                  | 4  |
| Acordeões.....                                            | 2  |
| Aduellas de madeira.....                                  | 5  |
| Agatha bruta.....                                         | 5  |
| Agua.....                                                 | 6  |
| Agua de Colonia.....                                      | 3  |
| Agua de flor de laranja.....                              | 3  |
| Aguas medicinaes ou mineraes.....                         | 3  |
| Agua-raz ( <i>frete duplo</i> ).....                      | 2  |
| Aguardente importada.....                                 | 3  |
| Aguardente nacional.....                                  | 4  |
| Agulhas.....                                              | 2  |
| Alabastro em obra.....                                    | 2  |
| Alabastro em bruto.....                                   | 3  |
| Alambiques e pertenças.....                               | 5  |
| Alavancas de ferro.....                                   | 4  |
| Albumina.....                                             | 3  |
| Aleatífis.....                                            | 2  |
| Aleatirão.....                                            | 4  |
| Alecool (excepto aguar'dente) ( <i>frete duplo</i> )..... | 2  |
| Aletria.....                                              | 3  |
| Alfafa.....                                               | 4  |
| Alfazema.....                                             | 3  |
| Alfinetes.....                                            | 2  |
| Algodão em rama.....                                      | 3  |
| Alhos.....                                                | 4  |
| Almofadas.....                                            | 2  |
| Almofarizes.....                                          | 3  |
| Alpiste.....                                              | 3  |
| Alumina.....                                              | 3  |
| Alvaiade.....                                             | 3  |
| Amendoas.....                                             | 3  |
| Amendoim.....                                             | 4  |
| Amido.....                                                | 3  |

|                                                                    |   |
|--------------------------------------------------------------------|---|
| Ancoras.....                                                       | 3 |
| Ancoretas vasiaas .....                                            | 3 |
| Angico (resina).....                                               | 3 |
| Aniagem.....                                                       | 3 |
| Anil.....                                                          | 3 |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....                            | 2 |
| Animaes pequenos ou passaros engaiolados.....                      | 2 |
| Animaes ferozes ( <i>taza convencional</i> ).....                  |   |
| Aniz.....                                                          | 2 |
| Anzoes.....                                                        | 2 |
| Aparadores.....                                                    | 2 |
| Apparelhos para gaz.....                                           | 3 |
| Apparelhos telegraphicos ou telephonicos.....                      | 2 |
| Apparelhos scientificos.....                                       | 2 |
| Arados e instrumentos para lavoura.....                            | 5 |
| Arame de latão ou semelhante.....                                  | 3 |
| Arame de ferro ou zinco.....                                       | 4 |
| Arandellas.....                                                    | 2 |
| Araruta.....                                                       | 3 |
| Arbustos.....                                                      | 2 |
| Archotes.....                                                      | 3 |
| Arcoas de ferro ou madeira.....                                    | 3 |
| Arções para sellins.....                                           | 3 |
| Ardozia.....                                                       | 5 |
| Areia, argilla.....                                                | 6 |
| Argolas de metal.....                                              | 5 |
| Armas brancas e de fogo.....                                       | 2 |
| Armações para chapéas de sol.....                                  | 2 |
| Armações para igrejas.....                                         | 2 |
| Armações para lojas.....                                           | 2 |
| Armações para sellins.....                                         | 3 |
| Armamentos.....                                                    | 2 |
| Armarios.....                                                      | 2 |
| Arreios.....                                                       | 3 |
| Arroz.....                                                         | 4 |
| Artigos de armarinho.....                                          | 2 |
| Artigos de confeitaria.....                                        | 3 |
| Artigos de desenho.....                                            | 2 |
| Artigos de escriptorio.....                                        | 2 |
| Artigos de folha de Flándres não classificados.....                | 3 |
| Artigos inflammaveis não classificados ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Artigos de luxo não classificados.....                             | 2 |
| Artigos de pacotilha não denominados.....                          | 2 |
| Asphalto.....                                                      | 5 |
| Assucar.....                                                       | 4 |
| Assucareiros de metal.....                                         | 2 |
| Ataúdes.....                                                       | 2 |
| Avelãs.....                                                        | 4 |
| Aveias.....                                                        | 3 |
| Aves engaioladas, em capoeiras ou jacás.....                       | 2 |
| Aves empalhadas.....                                               | 2 |

|                                          |   |
|------------------------------------------|---|
| Azarcão.....                             | 3 |
| Azeite doce.....                         | 3 |
| Azeite de mamona, de poixe e outros..... | 3 |
| Azeitonas.....                           | 3 |
| Azulejos.....                            | 3 |

## B

|                                             |   |
|---------------------------------------------|---|
| Bacalhau.....                               | 3 |
| Bacias de latão ou metal semelhante.....    | 2 |
| Bacias de ferro ou folha de Flandres.....   | 3 |
| Baeta.....                                  | 3 |
| Bagas de mamona.....                        | 4 |
| Bagas da zimbros.....                       | 4 |
| Bagagem.....                                | 1 |
| Bagatellas.....                             | 2 |
| Bahus vasio.....                            | 2 |
| Bayonetas.....                              | 2 |
| Balas de chumbo ou ferro.....               | 3 |
| Balaio.....                                 | 2 |
| Balanças.....                               | 2 |
| Baldes.....                                 | 3 |
| Balceiras.....                              | 4 |
| Balões.....                                 | 2 |
| Bambinellas.....                            | 2 |
| Bambús.....                                 | 4 |
| Bananas.....                                | 4 |
| Bancos de ferro ou madeira.....             | 2 |
| Bandeiras de estofo.....                    | 3 |
| Bandeiras de portas.....                    | 3 |
| Bandejas de prata (vid. art. 41).....       |   |
| Bandejas diversas.....                      | 2 |
| Bangués.....                                | 3 |
| Banha para cabelo.....                      | 3 |
| Banha.....                                  | 4 |
| Banheiras.....                              | 2 |
| Barbante.....                               | 3 |
| Barbatanas de aço ou de baleia.....         | 3 |
| Barracas desarmadas.....                    | 3 |
| Barricas e barris vasio.....                | 3 |
| Barrilha.....                               | 3 |
| Barro.....                                  | 6 |
| Barrotes.....                               | 5 |
| Bastidores de theatro.....                  | 2 |
| Batatas estrangeiras.....                   | 3 |
| Batatas nacionaes.....                      | 4 |
| Baunilha.....                               | 2 |
| Bebidas espirituosas não classificadas..... | 3 |
| Beijús.....                                 | 3 |
| Bengalas.....                               | 2 |



|                                                         |   |
|---------------------------------------------------------|---|
| Benjoim.....                                            | 3 |
| Berços.....                                             | 2 |
| Betume.....                                             | 5 |
| Bigornas.....                                           | 5 |
| Bilhares e bagatellas.....                              | 2 |
| Bilros.....                                             | 3 |
| Biscoutos.....                                          | 3 |
| Bismutho.....                                           | 3 |
| Bisulfureto de ferro ( <i>frete duplo</i> ).....        | 2 |
| Bitter.....                                             | 3 |
| Bisnagas.....                                           | 2 |
| Boiões vãos.....                                        | 3 |
| Botas de bilhar ou de bagatella.....                    | 2 |
| Bolachas ordinarias.....                                | 4 |
| Bolsas de viagem vãs.....                               | 2 |
| Bombas ordinarias para matte.....                       | 2 |
| Bombas para incendio e outras.....                      | 3 |
| Bonecos.....                                            | 2 |
| Bonnets.....                                            | 2 |
| Borra de vinho, de azeite ou de vinagre.....            | 3 |
| Borracha.....                                           | 3 |
| Botijas vãs.....                                        | 3 |
| Botões de ouro ou de prata ( <i>vid. art. 41</i> )..... |   |
| Botões diversos.....                                    | 2 |
| Breu.....                                               | 4 |
| Bridas.....                                             | 3 |
| Brinquedos.....                                         | 2 |
| Brochas para pintar ou caiar.....                       | 3 |
| Bronze em obras de arte.....                            | 2 |
| Bronze em obras não denominadas.....                    | 3 |
| Bronze em bruto.....                                    | 4 |
| Brunidores de café.....                                 | 5 |
| Bules de metal.....                                     | 3 |
| Burras de ferro.....                                    | 4 |
| Bustos.....                                             | 2 |
| Buzinas.....                                            | 2 |

## C

|                                                                 |   |
|-----------------------------------------------------------------|---|
| Cabeçadas.....                                                  | 3 |
| Cabeções para animaes.....                                      | 3 |
| Cabellos em obra.....                                           | 2 |
| Cabellos.....                                                   | 2 |
| Cabides.....                                                    | 2 |
| Cabos de arame.....                                             | 3 |
| Cabos de canhamo, de linho, etc.....                            | 3 |
| Cabos de madeira.....                                           | 3 |
| Cabriolets de quatro rodas ( <i>frete total do vagão</i> )..... | 5 |
| Caça morta.....                                                 | 2 |
| Cacau.....                                                      | 3 |
| Cachimbos.....                                                  | 2 |

|                                                             |   |
|-------------------------------------------------------------|---|
| Cadaveres (vid. art. 107).                                  |   |
| Cadeados.....                                               | 3 |
| Cadeiras.....                                               | 2 |
| Cadernaes.....                                              | 3 |
| Cadinhos.....                                               | 2 |
| Café em côco ou em grão.....                                | 4 |
| Café moido.....                                             | 3 |
| Caibros.....                                                | 5 |
| Cairo.....                                                  | 4 |
| Caixas de rapé, ouro ou prata (vid. art. 41).               |   |
| Caixas ordinarias de rapé.....                              | 2 |
| Caixas de guerra.....                                       | 2 |
| Caixas vasias de madeira, de folha ou de papelão.....       | 2 |
| Caixão de defunto (vasio).....                              | 2 |
| Caixões vasios.....                                         | 2 |
| Caixilhos com vidros.....                                   | 2 |
| Caixilhos sem vidros.....                                   | 2 |
| Cal.....                                                    | 5 |
| Calcareos.....                                              | 5 |
| Caldeiras e suas pertenças.....                             | 5 |
| Caldeiraria (artigos não classificados).....                | 3 |
| Calças (frete total do vagão).....                          | 5 |
| Camas de madeira.....                                       | 2 |
| Camas de ferro.....                                         | 3 |
| Camas de lona.....                                          | 3 |
| Camarões (em trem de passageiros).....                      | 1 |
| Campainhas.....                                             | 2 |
| Campanas de vidro.....                                      | 2 |
| Campeche.....                                               | 3 |
| Camphora.....                                               | 2 |
| Candieiros.....                                             | 2 |
| Candieiros ordinarios de folha de Flandres e sem vidro..... | 3 |
| Canella em pó ou em casca.....                              | 3 |
| Canetas de ouro ou prata (vid. art. 41).                    |   |
| Canetas de madreperola, de marfim e outras.....             | 2 |
| Cangalhas.....                                              | 5 |
| Cangica.....                                                | 4 |
| Canhamo bruto.....                                          | 3 |
| Canivetes.....                                              | 2 |
| Canna da India.....                                         | 2 |
| Canna de assucar.....                                       | 4 |
| Canos de barro.....                                         | 5 |
| Canos de cobre, de chumbo, de ferro ou zinco.....           | 3 |
| Cantaria.....                                               | 5 |
| Caoutchu bruto.....                                         | 2 |
| Caoutchouc em obra.....                                     | 2 |
| Capachos.....                                               | 3 |
| Capim.....                                                  | 5 |
| Capoeiras vasias.....                                       | 2 |
| Capotes.....                                                | 3 |
| Caranguejos e semelhantes (em trem de passageiros).....     | 1 |

|                                                                                      |   |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Cordas.....                                                                          | 3 |
| Carnaúba (óleo).....                                                                 | 3 |
| Carnaúba em palha.....                                                               | 4 |
| Carnaúba em cêra.....                                                                | 3 |
| Carne secca (fumada ou salgada).....                                                 | 4 |
| Carne fresca (em trem de passageiros).....                                           | 1 |
| Caroços de algodão.....                                                              | 3 |
| Caronas.....                                                                         | 3 |
| Carretas de duas mais rodas (frete total do vagão).....                              | 5 |
| Carrinhos para crianças.....                                                         | 2 |
| Carrinhos de mão para crianças.....                                                  | 2 |
| Carrinhos de mão.....                                                                | 4 |
| Carroças (frete total do vagão).....                                                 | 5 |
| Carros de passeio, de duas ou quatro rodas (frete total do vagão).....               | 5 |
| Carros funebres (frete total do vagão).....                                          | 5 |
| Carros para transporte de generos, de duas ou mais rodas (frete total do vagão)..... | 5 |
| Carros para estradas de ferro, desmontados.....                                      | 6 |
| Carros para estradas de ferro, rodantes sobre os eixos :<br>de quatro rodas.....     | 7 |
| de oito rodas.....                                                                   | 8 |
| Carros para estradas de ferro de tracção animal.....                                 | 6 |
| Cartas de jogar.....                                                                 | 2 |
| Carteiras.....                                                                       | 2 |
| Cartuchos embalados (frete duplo).....                                               | 2 |
| Carvão animal ou vegetal.....                                                        | 4 |
| Carvão de pedra.....                                                                 | 6 |
| Cascas de arvores para cortume ou outros fins.....                                   | 5 |
| Cascas de côco.....                                                                  | 4 |
| Cascas de arroz.....                                                                 | 4 |
| Cascalho.....                                                                        | 6 |
| Cassarolas.....                                                                      | 3 |
| Castanhas estrangeiras.....                                                          | 3 |
| Castanhas do paiz.....                                                               | 4 |
| Castiçaes de ouro ou prata (vid. art. 41).....                                       |   |
| Castiçaes de metal, de madeira ou de vidro.....                                      | 2 |
| Cebolas e cebolinhas.....                                                            | 4 |
| Centeio.....                                                                         | 4 |
| Cêra em bruto.....                                                                   | 3 |
| Cêra em velas.....                                                                   | 2 |
| Cêra em obra.....                                                                    | 2 |
| Ceramica (artigos communs, não denominados).....                                     | 3 |
| Ceramica (artigos finos, não denominados).....                                       | 2 |
| Cereaes estrangeiros, não denominados.....                                           | 3 |
| Cereaes do paiz, não denominados.....                                                | 4 |
| Cerveja estrangeira.....                                                             | 3 |
| Cerveja nacional.....                                                                | 4 |
| Cestos vasioz.....                                                                   | 2 |
| Cevada.....                                                                          | 4 |
| Cevadilha.....                                                                       | 4 |

|                                                  |   |
|--------------------------------------------------|---|
| Cevadeira para mandioca.....                     | 3 |
| Chá.....                                         | 2 |
| Chales.....                                      | 3 |
| Chaleiras.....                                   | 3 |
| Champagne.....                                   | 3 |
| Chapas de ferro ou de zinco para coberta.....    | 5 |
| Chapas de ferro para fogões.....                 | 4 |
| Chapelaria (artigos não classificados).....      | 2 |
| Chapeleiras.....                                 | 2 |
| Chapéos.....                                     | 2 |
| Chapéos de sol.....                              | 2 |
| Charruas.....                                    | 5 |
| Charutos.....                                    | 2 |
| Chifres em bruto.....                            | 5 |
| Chifres em obra.....                             | 2 |
| Chinellos ordinarios.....                        | 3 |
| Chloreto de calcio.....                          | 3 |
| Cigarros.....                                    | 2 |
| Gilhas.....                                      | 3 |
| Gilhões.....                                     | 3 |
| Cimento.....                                     | 5 |
| Cinzas.....                                      | 5 |
| Coadores de mandioca.....                        | 5 |
| Cobertores.....                                  | 3 |
| Coberturas de ferro.....                         | 5 |
| Cobre velho.....                                 | 4 |
| Cobre em barras ou em folhas.....                | 3 |
| Cobre em obras não classificadas.....            | 3 |
| Cochonilha.....                                  | 3 |
| Cocos, seccos ou verdes.....                     | 4 |
| Cofres de ferro ou de madeira.....               | 2 |
| Cognac.....                                      | 3 |
| Coke.....                                        | 6 |
| Colchas.....                                     | 2 |
| Colchões e pertenças.....                        | 2 |
| Colchetes.....                                   | 2 |
| Coldres.....                                     | 3 |
| Colheres de ouro ou de prata (vid. art. 41)..... |   |
| Colheres de metal ou de madeira.....             | 3 |
| Colla.....                                       | 4 |
| Collodio ( <i>frete duplo</i> ).....             | 2 |
| Colméas.....                                     | 2 |
| Columnas de ferro.....                           | 5 |
| Colza em grão.....                               | 3 |
| Colza em oleo.....                               | 3 |
| Combustiveis não denominados.....                | 4 |
| Comestiveis não denominados.....                 | 3 |
| Cominhos.....                                    | 3 |
| Conchas (a granel).....                          | 5 |
| Confeitaria (artigos não denominados).....       | 3 |
| Conservas em latas ou em vidros.....             | 3 |

|                                             |   |
|---------------------------------------------|---|
| Consolos.....                               | 2 |
| Copos de folha ou de madeira.....           | 3 |
| Copos de vidro ou de crystal.....           | 2 |
| Coral.....                                  | 2 |
| Cordas para instrumentos.....               | 2 |
| Cordas de embira e outras do paiz.....      | 4 |
| Cordas de canhamo, de linho, etc.....       | 3 |
| Cornalina bruta.....                        | 3 |
| Correame para tropa.....                    | 3 |
| Correias para machinas (transmissões).....  | 3 |
| Correias para bestas e outras.....          | 3 |
| Correntes de ferro e outros metaes.....     | 3 |
| Cortiça em bruto.....                       | 3 |
| Cortiça em obra não denominada.....         | 2 |
| Cortinas e cortinados.....                  | 2 |
| Couçoeiras.....                             | 5 |
| Couros seccos ou salgados.....              | 4 |
| Couros trabalhados ou envernizados.....     | 3 |
| Couros em obra não denominada.....          | 3 |
| Couves.....                                 | 4 |
| Coxins.....                                 | 2 |
| Cravos de ferraduras.....                   | 3 |
| Cravos da India.....                        | 3 |
| Cré.....                                    | 5 |
| Creosota.....                               | 2 |
| Crina animal ou vegetal.....                | 3 |
| Crivos de ferro.....                        | 3 |
| Crystal em obra.....                        | 2 |
| Crystal em bruto.....                       | 3 |
| Cubos, pinas e raios para rodas.....        | 5 |
| Cubos para distillação e para engenhos..... | 5 |
| Cuias.....                                  | 3 |
| Cutelaria (artigos não denominados).....    | 2 |
| Cylindros de ferro ou de metal.....         | 3 |

## D

|                                                         |   |
|---------------------------------------------------------|---|
| Dados.....                                              | 2 |
| Debulhallores.....                                      | 5 |
| Dedaes de ouro ou de prata (vid. art. 41).....          |   |
| Dedaes ordinarios.....                                  | 2 |
| Dentes artificiaes.....                                 | 2 |
| Dentes de elephantes.....                               | 2 |
| Descarocadores de café, arroz, algodão, etc.....        | 5 |
| Despolpadores de café.....                              | 5 |
| Diamantes e outras pedras preciosas (vid. art. 41)..... |   |
| Diligencias ( <i>frete total do vagão</i> ).....        | 5 |
| Dobrações.....                                          | 3 |
| Doces.....                                              | 3 |
| Dominós (jogo).....                                     | 2 |

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Dormentes de ferro.....              | 6 |
| Dormentes de madeira.....            | 6 |
| Dragonas.....                        | 2 |
| Drogas.....                          | 2 |
| Dynamite ( <i>frete duplo</i> )..... | 3 |

## E

|                                               |   |
|-----------------------------------------------|---|
| Eixos de ferro.....                           | 5 |
| Elasticos.....                                | 2 |
| Eixos de madeira.....                         | 5 |
| Embiras.....                                  | 4 |
| Encerados.....                                | 3 |
| Encommendas.....                              | 1 |
| Engenho para estabelecimentos agricolas.....  | 5 |
| Enxadas.....                                  | 3 |
| Enxergas para animaes.....                    | 3 |
| Enxergões.....                                | 3 |
| Enxofre.....                                  | 3 |
| Equipamento militar, não classificado.....    | 2 |
| Ervilhas em latas.....                        | 3 |
| Ervilhas frescas ou seccas.....               | 4 |
| Escadas.....                                  | 3 |
| Escaleres.....                                | 4 |
| Escarradeiras.....                            | 3 |
| Escorias de metal.....                        | 4 |
| Escovas.....                                  | 3 |
| Escumadeiras.....                             | 3 |
| Esmeril.....                                  | 3 |
| Espadas.....                                  | 2 |
| Espanaladores.....                            | 2 |
| Espartilhos.....                              | 3 |
| Especiarias não classificadas.....            | 3 |
| Espeelhos.....                                | 2 |
| Espermaceite.....                             | 3 |
| Espetos de ferro para cozinha.....            | 3 |
| Espingar 'as.....                             | 2 |
| Espiritos não denominados.....                | 2 |
| Espoletas ( <i>frete duplo</i> ).....         | 2 |
| Esponjas.....                                 | 2 |
| Esporas de ouro ou de prata vid. art. 41..... |   |
| Esporas de metal.....                         | 3 |
| Esqueletos para estudos anatomicos.....       | 2 |
| Essencias ( <i>frete duplo</i> ).....         | 2 |
| Estacas.....                                  | 4 |
| Estampas em folha.....                        | 2 |
| Estampas em quadros.....                      | 2 |
| Estanho em bruto.....                         | 3 |
| Estanho em obra.....                          | 3 |
| Estantes.....                                 | 2 |

|                                                            |   |
|------------------------------------------------------------|---|
| Estatuas .....                                             | 2 |
| Esteiras da India.....                                     | 3 |
| Esteiras do paiz.....                                      | 4 |
| Esterco .....                                              | 5 |
| Esticadores de arame.....                                  | 3 |
| Estivas.....                                               | 5 |
| Estojos de instrumentos de cirurgia, mathematicas, etc.... | 2 |
| Estopa.....                                                | 3 |
| Estopim ( <i>frete duplo</i> ).....                        | 2 |
| Estrados para vagões.....                                  | 6 |
| Estrados para camas.....                                   | 2 |
| Estribos de ouro ou de prata ( <i>vid. art. 41</i> ).....  |   |
| Estribos de metal.....                                     | 3 |
| Estrume.....                                               | 5 |
| Extracto de carne.....                                     | 3 |
| Extractos não denominados.....                             | 2 |

## F

|                                                                                 |   |
|---------------------------------------------------------------------------------|---|
| Facas.....                                                                      | 2 |
| Facões.....                                                                     | 2 |
| Farelo.....                                                                     | 4 |
| Farinha de araruta, de trigo, de milho, de mandioca e<br>outras nutritivas..... | 4 |
| Farinha de linhaça ou mostarda.....                                             | 3 |
| Farinhas não classificadas.....                                                 | 3 |
| Fateixas.....                                                                   | 3 |
| Favas.....                                                                      | 4 |
| Faxinas.....                                                                    | 5 |
| Fazendas não classificadas.....                                                 | 3 |
| Fechaduras.....                                                                 | 3 |
| Feculas.....                                                                    | 3 |
| Feijão.....                                                                     | 4 |
| Feltro.....                                                                     | 3 |
| Feno.....                                                                       | 5 |
| Ferraduras para animaes.....                                                    | 3 |
| Ferragens não denominadas.....                                                  | 3 |
| Ferramentas de artes e officios.....                                            | 3 |
| Ferros de engommar.....                                                         | 3 |
| Ferro bruto para fundição.....                                                  | 5 |
| Ferro em barras, chapas ou vergas.....                                          | 4 |
| Ferro velho (a granel).....                                                     | 5 |
| Ferro não classificado.....                                                     | 3 |
| Ferrolhos.....                                                                  | 3 |
| Filtros.....                                                                    | 2 |
| Fibras textis não denominadas.....                                              | 3 |
| Figos frescos.....                                                              | 4 |
| Figos seccos.....                                                               | 3 |
| Fios de algodão, de linho, de lã ou de seda.....                                | 2 |
| Fio telegraphico.....                                                           | 6 |

|                                                                                |   |
|--------------------------------------------------------------------------------|---|
| Flechas (arma).....                                                            | 2 |
| Flechas para foguetes e outras.....                                            | 3 |
| Flores artificiaes.....                                                        | 2 |
| Flores medicinaes.....                                                         | 2 |
| Flores naturaes em trem de passageiros.....                                    | 1 |
| Flores de canna e outras para enchimento.....                                  | 3 |
| Fogareiros.....                                                                | 3 |
| Fogos artificiaes ( <i>frete duplo</i> ).....                                  | 2 |
| Fogões de ferro.....                                                           | 3 |
| Folhas medicinaes.....                                                         | 2 |
| Folhas de arvores.....                                                         | 4 |
| Folhas de cobre, de chumbo, de estanho, de ferro, de Flandres ou de zinco..... | 3 |
| Folles.....                                                                    | 3 |
| Forjas portateis.....                                                          | 3 |
| Fôrmas para assucar.....                                                       | 3 |
| Fôrmas diversas.....                                                           | 3 |
| Formicidas.....                                                                | 2 |
| Fornalhas e fornos de ferro.....                                               | 3 |
| Forragens não denominadas.....                                                 | 3 |
| Fouces.....                                                                    | 3 |
| Frascos.....                                                                   | 2 |
| Freios.....                                                                    | 3 |
| Frigideiras.....                                                               | 3 |
| Fubá.....                                                                      | 4 |
| Frutas confeitadas ou seccas.....                                              | 3 |
| Frutas frescas.....                                                            | 4 |
| Fumo do paiz.....                                                              | 4 |
| Fumo de qualquer outra qualidade.....                                          | 3 |

## G

|                                                |   |
|------------------------------------------------|---|
| Gaiolas.....                                   | 2 |
| Gaiolas com passarinhos.....                   | 2 |
| Galheteiros.....                               | 2 |
| Gamellas.....                                  | 3 |
| Garfos de ouro ou de prata (vid. art. 41)..... |   |
| Garfos de metal.....                           | 3 |
| Garras.....                                    | 4 |
| Garrafas de crystal ou de vidro.....           | 2 |
| Garrafas e garrações vasiaes.....              | 2 |
| Gaz-globo.....                                 | 2 |
| Gazolina.....                                  | 2 |
| Gazosa.....                                    | 3 |
| Gatos de ferro.....                            | 3 |
| Gelatina.....                                  | 3 |
| Geléas.....                                    | 3 |
| Gelo.....                                      | 2 |
| Genebra.....                                   | 3 |
| Gengibre.....                                  | 2 |



|                                                       |   |
|-------------------------------------------------------|---|
| Gesso em obra.....                                    | 2 |
| Gesso em pó.....                                      | 3 |
| Gesso em pedra (por carro completo).....              | 5 |
| Gigos e cascos vãos.....                              | 4 |
| Giz.....                                              | 3 |
| Globos geographicos.....                              | 2 |
| Globos de louça ou de vidro.....                      | 2 |
| Glucose.....                                          | 3 |
| Goiabada.....                                         | 3 |
| Gomma arabica e outras não classificadas.....         | 3 |
| Gomma de mandioca e outras do paiz.....               | 3 |
| Grades e grates de ferro ou de madeira.....           | 3 |
| Grades para lavoura.....                              | 3 |
| Grampos para cerca.....                               | 3 |
| Graxa animal.....                                     | 4 |
| Graxa para calçado.....                               | 3 |
| Grelhas de ferro.....                                 | 3 |
| Guandos.....                                          | 4 |
| Guano.....                                            | 5 |
| Guaritas.....                                         | 2 |
| Guarda-roupa, guarda-musicas, guarda-papeis, etc..... | 2 |
| Guarda-sol.....                                       | 2 |
| Guinchos.....                                         | 3 |
| Guindastes.....                                       | 3 |
| Guitarras.....                                        | 2 |
| Gyradores para estradas de ferro.....                 | 6 |

## H

|                                                  |   |
|--------------------------------------------------|---|
| Harpas.....                                      | 2 |
| Herva doce.....                                  | 2 |
| Herva-matte.....                                 | 4 |
| Hervas medicinas e outras não classificadas..... | 2 |
| Hortalicas em conserva.....                      | 3 |
| Hortalicas frescas.....                          | 4 |

## I

|                                                                                                 |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Imagens.....                                                                                    | 2 |
| Imans.....                                                                                      | 2 |
| Impressos.....                                                                                  | 3 |
| Incenso.....                                                                                    | 2 |
| Inflamaveis não classificados ( <i>frete duplo</i> ).....                                       | 2 |
| Inhamé e outras raizes semelhantes.....                                                         | 4 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia, optica, musica e outros de precisão, não denominados..... | 2 |
| Instrumentos uteis á lavoura e não denominados.....                                             | 5 |
| Ipecacuanha.....                                                                                | 2 |
| Isoladores de telegrapho.....                                                                   | 3 |

## J

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Jacás vazios.....                                        | 2 |
| Jangadas.....                                            | 4 |
| Jardineiras.....                                         | 2 |
| Jarras e jarros de porcellana, de louça ou de vidro..... | 2 |
| Jarros de barro.....                                     | 3 |
| Jaspe.....                                               | 2 |
| Jogos de damas, dominó, gamão, xadrez e outros.....      | 2 |
| Jóias (vid. art. 41).....                                |   |
| Junco da India.....                                      | 3 |
| Junco do paiz.....                                       | 4 |

## K

|                    |   |
|--------------------|---|
| Kaolim.....        | 5 |
| Kaleidoscopio..... | 2 |
| Kerosene.....      | 4 |
| Kiosques.....      | 3 |
| Kirsch.....        | 3 |
| Kummel.....        | 3 |

## L

|                                                    |   |
|----------------------------------------------------|---|
| Lã em bruto.....                                   | 3 |
| Lã em obra não classificada.....                   | 2 |
| Lacre.....                                         | 2 |
| Ladrilhos de barro.....                            | 5 |
| Ladrilhos de louça, de marmore, de pedra, etc..... | 3 |
| Lages brutas.....                                  | 6 |
| Lages aparelhadas.....                             | 5 |
| Lambrequins de madeira ou de metal.....            | 2 |
| Lamparinas.....                                    | 3 |
| Lampeões sem vidro.....                            | 3 |
| Lampeões com vidro.....                            | 2 |
| Lanchas de madeira ou de ferro, desmontadas.....   | 4 |
| Lanternas com vidro.....                           | 2 |
| Lanternas sem vidro.....                           | 3 |
| Lanternas magicas.....                             | 2 |
| Lapides para sepulturas.....                       | 2 |
| Laranjinha.....                                    | 3 |
| Latas de folha, de zinco, etc., vazias.....        | 3 |
| Latão em obra não classificada.....                | 3 |
| Latão em bruto ou velho.....                       | 4 |
| Lavatorios.....                                    | 2 |
| Legumes em conserva.....                           | 3 |
| Legumes frescos.....                               | 4 |
| Leite fresco ou em conserva.....                   | 3 |

|                                          |   |
|------------------------------------------|---|
| Lenha.....                               | 5 |
| Leques.....                              | 2 |
| Licores.....                             | 3 |
| Limalha de ferro.....                    | 4 |
| Limas de aço.....                        | 3 |
| Linguas frescas, seccas ou salgadas..... | 4 |
| Linguigas.....                           | 4 |
| Linho para costura.....                  | 2 |
| Linho bruto.....                         | 3 |
| Linhaça.....                             | 3 |
| Liteiras.....                            | 3 |
| Livros.....                              | 3 |
| Lixa.....                                | 3 |
| Locomotivas desmontadas.....             | 6 |
| Locomotivas rodantes sobre os eixos..... | 9 |
| Locomoveis.....                          | 5 |
| Lombo de porco.....                      | 4 |
| Lona.....                                | 3 |
| Louça de porcellana.....                 | 2 |
| Louça commum ou de barro do paiz.....    | 3 |
| Louza para escrever.....                 | 2 |
| Louza.....                               | 4 |
| Lupulo.....                              | 3 |
| Lustres.....                             | 2 |
| Luvas.....                               | 2 |

## M

|                                                           |   |
|-----------------------------------------------------------|---|
| Macacos de ferro.....                                     | 3 |
| Macarrão e outras massas alimenticias não classificadas.. | 3 |
| Machados.....                                             | 3 |
| Machinas de copiar.....                                   | 3 |
| Machinas de costura.....                                  | 3 |
| Machinas desmontadas.....                                 | 5 |
| Machinas photographicas.....                              | 2 |
| Machinas de imprimir.....                                 | 3 |
| Machinas de tecidos.....                                  | 3 |
| Machinas para lavoura.....                                | 5 |
| Machinas para descaroçar algodão.....                     | 5 |
| Machinas de fazer tijolos.....                            | 5 |
| Machinas não classificadas:                               |   |
| Pequenas.....                                             | 2 |
| Grandes.....                                              | 5 |
| Machinas para industria ou agricultura.....               | 5 |
| Machinas de fazer farinha.....                            | 5 |
| Madeira apparelhada para construcção ou obras de marce-   |   |
| naria ou carpintaria.....                                 | 3 |
| Madeira em casca, fálquejada ou serrada.....              | 5 |
| Madeira em obras não denominadas, como portas, janellas,  |   |
| grades, cancellas, caixilhos, etc.....                    | 3 |

continua &gt;

|                                                                |   |
|----------------------------------------------------------------|---|
| Madeira para tinturaria.....                                   | 3 |
| Madreperola .....                                              | 2 |
| Maizena .....                                                  | 3 |
| Malas de viagem, varias.....                                   | 2 |
| Malhos para ferreiro.....                                      | 3 |
| Mamona em baga.....                                            | 4 |
| Mamona (azeite de).....                                        | 3 |
| Mandioca.....                                                  | 4 |
| Mangas de vidro.....                                           | 2 |
| Mangueiras para bombas.....                                    | 3 |
| Manometros .....                                               | 2 |
| Manteiga fresca ou salgada.....                                | 3 |
| Manuscriptos.....                                              | 2 |
| Mappas.....                                                    | 2 |
| Marfim.....                                                    | 2 |
| Mariscos (em trem de passageiros).....                         | 1 |
| Marmore em bruto.....                                          | 5 |
| Marmore em obras de arte.....                                  | 2 |
| Marmore em obras não denominadas.....                          | 2 |
| Marroquim.....                                                 | 2 |
| Martellos.....                                                 | 3 |
| Mascaras.....                                                  | 2 |
| Massas alimenticias diversas.....                              | 3 |
| Materiaes de construcção não classificados.....                | 4 |
| Materias explosivas e inflammaveis ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Materias venenosas ( <i>frete duplo</i> ).....                 | 2 |
| Matte.....                                                     | 4 |
| Medicamentos não classificados.....                            | 2 |
| Medidas diversas.....                                          | 2 |
| Mel de abelhas.....                                            | 3 |
| Mel de canna, melado ou melaço.....                            | 3 |
| Mel de fumo.....                                               | 3 |
| Mercearia (artigos não classificados).....                     | 2 |
| Mercurio.....                                                  | 2 |
| Mesas de madeira.....                                          | 2 |
| Mesas de ferro.....                                            | 3 |
| Metaes brutos não classificados, excepto os preciosos.....     | 3 |
| Metaes em obras não classificadas, excepto os preciosos.....   | 2 |
| Milho.....                                                     | 4 |
| Mineraes não denominados.....                                  | 5 |
| Minereos de cobre, ferro, zinco, chumbo e outros.....          | 5 |
| Minio.....                                                     | 3 |
| Missangas.....                                                 | 2 |
| Miudos de rezes.....                                           | 4 |
| Miudezas.....                                                  | 2 |
| Mobillias.....                                                 | 2 |
| Mobilia usada e em mão estado.....                             | 3 |
| Mocotós.....                                                   | 4 |
| Modelos.....                                                   | 2 |
| Moenla para engenhos.....                                      | 5 |
| Moinhos para café, pimenta e semelhantes.....                  | 3 |

|                                                              |   |
|--------------------------------------------------------------|---|
| Moinhos para lavoura.....                                    | 5 |
| Moirões.....                                                 | 5 |
| Moitões.....                                                 | 3 |
| Molas de vagões, carros ou locomotivas.....                  | 3 |
| Moldes.....                                                  | 2 |
| Molduras douradas e envernizadas ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Molduras ordinárias.....                                     | 2 |
| Moringues de barro.....                                      | 3 |
| Mós.....                                                     | 3 |
| Mostarda em pó.....                                          | 3 |
| Mostarda em grão.....                                        | 3 |
| Musgo.....                                                   | 4 |

## N

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Naphta.....                          | 2 |
| Naphtalina.....                      | 2 |
| Navalhas.....                        | 2 |
| Nickel bruto.....                    | 2 |
| Nickel em obra.....                  | 2 |
| Nitratos ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Noz-moscada.....                     | 2 |
| Nozes.....                           | 2 |
| Noz-vomica.....                      | 2 |

## O

|                                                           |   |
|-----------------------------------------------------------|---|
| Objectos preciosos de arte (vid. art. 41).                |   |
| Objectos de arte ou de luxo.....                          | 2 |
| Objectos manufacturados, não classificados.....           | 2 |
| Objectos de carpintaria e de marcenaria, desmontados..... | 3 |
| Obras de cabelleireiro.....                               | 2 |
| Obreias.....                                              | 2 |
| Ocre.....                                                 | 3 |
| Oleados.....                                              | 3 |
| Oleos de qualquer qualidade, não classificados.....       | 2 |
| Opio.....                                                 | 2 |
| Oratorios.....                                            | 2 |
| Orgãos.....                                               | 2 |
| Origones.....                                             | 3 |
| Ornamentos para igrejas.....                              | 2 |
| Ornamentos de ferro, bronze ou outros metaes.....         | 2 |
| Ossos.....                                                | 5 |
| Osso em obras não classificadas.....                      | 2 |
| Ostras em conserva.....                                   | 3 |
| Ostras frescas (em trem de passageiros).....              | 1 |
| Ouro (vid. art. 41).                                      |   |
| Ovas frescas, seccas ou salgadas.....                     | 3 |
| Ovos.....                                                 | 2 |

## P

|                                                                       |   |
|-----------------------------------------------------------------------|---|
| Padiolas.....                                                         | 3 |
| Paina.....                                                            | 3 |
| Painço.....                                                           | 3 |
| Paços.....                                                            | 3 |
| Palanquins.....                                                       | 3 |
| Palha de coqueiro ou palmeira.....                                    | 4 |
| Palha de trigo, de milho, de canna, etc.....                          | 4 |
| Palhas do Chile ou outras de valor approximado.....                   | 2 |
| Paliteiros de ouro ou prata (vid. art. 41).....                       |   |
| Paliteiros diversos.....                                              | 2 |
| Palitos.....                                                          | 2 |
| Pandeiros.....                                                        | 2 |
| Panellas de barro.....                                                | 3 |
| Panellas de ferro ou de cobre.....                                    | 3 |
| Panno de qualquer qualidade.....                                      | 3 |
| Pão (em trem de passageiros).....                                     | 1 |
| Papel de qualquer qualidade.....                                      | 3 |
| Papel pintado.....                                                    | 3 |
| Papelão.....                                                          | 3 |
| Parafusos.....                                                        | 3 |
| Parallelipipedos para calçamento.....                                 | 5 |
| Paramentos ecclesiasticos.....                                        | 2 |
| Pás.....                                                              | 3 |
| Passas.....                                                           | 3 |
| Passaros empalhados.....                                              | 2 |
| Passaros vivos engaiolados.....                                       | 2 |
| Pastas de papel ou papelão.....                                       | 3 |
| Patronas.....                                                         | 3 |
| Paus preparados para tamancos.....                                    | 4 |
| Paus para tinturaria.....                                             | 3 |
| Pavios.....                                                           | 3 |
| Peanhas.....                                                          | 2 |
| Peças de artilharia.....                                              | 2 |
| Peças de engenho de assucar, farinha, etc.....                        | 5 |
| Peças de machinismo.....                                              | 5 |
| Pedras de afiar ou amolar.....                                        | 3 |
| Pedras de cantaria, calcareas e outras para edificações e calçamento: |   |
| Brutas.....                                                           | 6 |
| Preparadas.....                                                       | 5 |
| Pedras açorianas.....                                                 | 3 |
| Pedras de filtrar.....                                                | 2 |
| Pedra hume.....                                                       | 2 |
| Pedras lithographicas.....                                            | 2 |
| Pedra pomes.....                                                      | 2 |
| Peixe fresco (em trem de passageiros).....                            | 1 |
| Peixe em conserva, em latas.....                                      | 3 |
| Peixe secco ou salgado.....                                           | 3 |

|                                                             |   |
|-------------------------------------------------------------|---|
| Pelless em bruto.....                                       | 4 |
| Pelless preparadas.....                                     | 3 |
| Pellica.....                                                | 2 |
| Pennas para escrever.....                                   | 2 |
| Pennas para enchimento.....                                 | 2 |
| Pennas de ema ou de pavão.....                              | 2 |
| Pendulas para relogio.....                                  | 2 |
| Peneiras de arame, cabello ou seda.....                     | 2 |
| Peneiras de palha do paiz.....                              | 3 |
| Pentes.....                                                 | 2 |
| Perfumarias.....                                            | 2 |
| Perolas (vid. art. 41).....                                 |   |
| Pesos para balanças.....                                    | 3 |
| Petrechos de caça não denominados.....                      | 2 |
| Petrechos bellicos.....                                     | 2 |
| Petrechos bellicos explosiveis (frete duplo).....           | 2 |
| Petroleo.....                                               | 3 |
| Pez.....                                                    | 3 |
| Phosphoros (frete duplo).....                               | 2 |
| Photographias.....                                          | 2 |
| Pianos.....                                                 | 2 |
| Piassava.....                                               | 4 |
| Picaretas.....                                              | 3 |
| Pilhas electricas.....                                      | 2 |
| Pimenta do reino.....                                       | 3 |
| Pimenta do paiz.....                                        | 4 |
| Pinceis.....                                                | 3 |
| Pinas para rodas.....                                       | 5 |
| Pinhões.....                                                | 4 |
| Pipas varias.....                                           | 3 |
| Pistolas.....                                               | 2 |
| Pixe.....                                                   | 3 |
| Plantas medicinaes.....                                     | 2 |
| Plantas vivas.....                                          | 2 |
| Platina (vid. art. 41).....                                 |   |
| Plombagina.....                                             | 3 |
| Plumas.....                                                 | 2 |
| Poltronas.....                                              | 2 |
| Polvilho.....                                               | 3 |
| Polvarinhos.....                                            | 3 |
| Polvora (frete duplo).....                                  | 3 |
| Pomadas.....                                                | 2 |
| Porcellana.....                                             | 2 |
| Porphyro bruto.....                                         | 4 |
| Porphyro em obra.....                                       | 2 |
| Portas, portões, portadas e janellas de madeira ou ferro... | 3 |
| Porteiras de madeira ou ferro.....                          | 3 |
| Pós de sapatos.....                                         | 3 |
| Postes de madeira.....                                      | 5 |
| Postes telegraphicos.....                                   | 5 |
| Potassa.....                                                | 3 |

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Potes de barro diversos.....                         | 3 |
| Pranchões.....                                       | 5 |
| Prata (vid. art. 41).                                |   |
| Prateleiras envernizadas ou ordinarias.....          | 2 |
| Pratos de folha ou de chumbo.....                    | 3 |
| Pregos.....                                          | 3 |
| Prelos.....                                          | 3 |
| Prensas para algodão e outras não classificadas..... | 5 |
| Prensas para escriptorio.....                        | 3 |
| Presuntos .....                                      | 3 |
| Productos chimicos ou pharmaceuticos.....            | 2 |
| Punhaes.....                                         | 2 |
| Puxadores para gavetas.....                          | 2 |
| Puzzolana.....                                       | 4 |

## Q

|                      |   |
|----------------------|---|
| Quadros.....         | 2 |
| Queijos.....         | 3 |
| Queijos do paiz..... | 4 |
| Quilhas de jogo..... | 3 |
| Quina.....           | 2 |
| Quinina.....         | 2 |
| Quinquilharia.....   | 3 |

## R

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Rabecas e rabecões.....                                  | 2 |
| Raios, pinas e cubos para rodas.....                     | 5 |
| Raizes alimenticias.....                                 | 4 |
| Raizes medicinaes.....                                   | 2 |
| Raizes para tinturaria.....                              | 3 |
| Raladores de mandioca.....                               | 5 |
| Ramas de aipim, mandioca e outros generos similares..... | 4 |
| Rapadura.....                                            | 4 |
| Rapé.....                                                | 2 |
| Raspa de pontas de veado.....                            | 3 |
| Ratoeiras.....                                           | 2 |
| Realejos.....                                            | 2 |
| Rebolo (pedras de).....                                  | 3 |
| Redes.....                                               | 3 |
| Redomas de vidro.....                                    | 2 |
| Regoas.....                                              | 2 |
| Relogios de ouro ou de prata (vid. art. 41).             |   |
| Relégios.....                                            | 2 |
| Remos.....                                               | 3 |
| Rendas estrangeiras.....                                 | 2 |
| Rendas do paiz.....                                      | 3 |
| Resíduos de açougue.....                                 | 4 |



|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Resinas não classificadas.....       | 3 |
| Reservatorios.....                   | 3 |
| Retortas de vidro ou de louça.....   | 2 |
| Retortas de metal.....               | 3 |
| Retortas para gaz.....               | 3 |
| Retratos.....                        | 2 |
| Retretes.....                        | 2 |
| Retroz.....                          | 2 |
| Rhum.....                            | 3 |
| Ricino (oleo de).....                | 3 |
| Ripas.....                           | 5 |
| Rodas para carros e carroças.....    | 5 |
| Rodas e rodetes para machinas.....   | 3 |
| Rolhas.....                          | 2 |
| Rotim.....                           | 3 |
| Roupa.....                           | 3 |
| Rosalgar ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |

## S

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Sabão.....                                 | 3 |
| Sabão nacional.....                        | 4 |
| Sabonetes.....                             | 3 |
| Sacca-rolhas.....                          | 3 |
| Saccas de algodão e outras.....            | 3 |
| Saccos vasios.....                         | 4 |
| Sagu.....                                  | 3 |
| Salames.....                               | 3 |
| Sal ordinario.....                         | 4 |
| Sal refinado.....                          | 3 |
| Sal ammoniaco.....                         | 2 |
| Sal de azedas.....                         | 2 |
| Sal de Epson.....                          | 2 |
| Salitre.....                               | 3 |
| Sangue de boi.....                         | 4 |
| Sanguessugas.....                          | 2 |
| Sapatos.....                               | 3 |
| Sapé.....                                  | 5 |
| Sarrafos.....                              | 5 |
| Sebo.....                                  | 4 |
| Schisto betuminoso.....                    | 6 |
| Seda.....                                  | 2 |
| Sellins e pertencas.....                   | 3 |
| Sementes.....                              | 3 |
| Serralharia (artigos não denominados)..... | 3 |
| Serragem.....                              | 4 |
| Serras e serrotes.....                     | 3 |
| Sinos.....                                 | 3 |
| Sipó.....                                  | 5 |
| Sirgueiro (artigos de).....                | 3 |

|                                                  |   |
|--------------------------------------------------|---|
| Soda.....                                        | 3 |
| Sofás.....                                       | 2 |
| Sola.....                                        | 3 |
| Sovelas e instrumentos de sapateiro.....         | 3 |
| Stearina.....                                    | 3 |
| Suadouros para sellins.....                      | 3 |
| Sulfureto de carbono ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Superstructuras metallicas para pontes.....      | 6 |
| Surrões vasio.....                               | 4 |
| Suspensorios.....                                | 2 |

## T

|                                              |   |
|----------------------------------------------|---|
| Tabaco.....                                  | 3 |
| Tabaco nacional.....                         | 4 |
| Taboado.....                                 | 5 |
| Taboleiros.....                              | 2 |
| Tachos de cobre ou de ferro.....             | 3 |
| Tacos para bilhar ou bagatella.....          | 2 |
| Talhas de barro para agua.....               | 3 |
| Tamancos.....                                | 3 |
| Tamarindos em conserva.....                  | 3 |
| Tamarindos frescos.....                      | 4 |
| Tambores de musica.....                      | 2 |
| Tambores para engenho.....                   | 3 |
| Tamboretas.....                              | 2 |
| Tampas de barricas.....                      | 4 |
| Tanques para engenho.....                    | 4 |
| Tapioca.....                                 | 3 |
| Tapioca do paiz.....                         | 4 |
| Tapetes.....                                 | 2 |
| Taquarussú.....                              | 5 |
| Tarrafas.....                                | 3 |
| Tartaruga bruta.....                         | 2 |
| Tartaruga em obra.....                       | 2 |
| Tayoba.....                                  | 4 |
| Teares.....                                  | 3 |
| Tecidos de seda e velludo.....               | 2 |
| Tecidos não classificados.....               | 2 |
| Telhas de barro.....                         | 5 |
| Telhas de vidro ou louça.....                | 2 |
| Telhas de ferro zincado.....                 | 5 |
| Tela metallica.....                          | 3 |
| Tenders desarmados.....                      | 6 |
| Tenders rodantes sobre os eixos.....         | 9 |
| Tijelas de folha.....                        | 3 |
| Tijolos de barro.....                        | 5 |
| Tijolos de marmore ou ardozia.....           | 3 |
| Tijolos para limpar facas ou arear.....      | 3 |
| Tilbury ( <i>frete total do vagão</i> )..... | 5 |

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| Tinas.....                          | 3 |
| Tinta para escrever.....            | 3 |
| Tinta de qualquer qualidade.....    | 3 |
| Tinteiros.....                      | 2 |
| Tipitis.....                        | 4 |
| Torcidas.....                       | 3 |
| Torneiras.....                      | 3 |
| Torradores de café.....             | 3 |
| Torresmos (resíduos de sebo).....   | 4 |
| Toucadores.....                     | 2 |
| Toucaos para senhoras.....          | 2 |
| Toucinho.....                       | 4 |
| Transparentes para janellas.....    | 2 |
| Trapos.....                         | 4 |
| Traves e travetes.....              | 5 |
| Travesseiros.....                   | 2 |
| Trem de cozinha.....                | 3 |
| Trigo em grão.....                  | 4 |
| Trilhos para estradas de ferro..... | 6 |
| Tripas.....                         | 4 |
| Tubos de barro.....                 | 5 |
| Tubos de metal.....                 | 3 |
| Tubos de ferro.....                 | 3 |
| Tubos de vidro ou louça.....        | 2 |
| Tumulos.....                        | 2 |
| Turfa.....                          | 5 |
| Typos.....                          | 2 |

## U

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Umbigos de boi.....                        | 4 |
| Unguentos.....                             | 2 |
| Unhas de animaes.....                      | 5 |
| Unto.....                                  | 4 |
| Urnas.....                                 | 2 |
| Urucú.....                                 | 4 |
| Utensilios domesticos não denominados..... | 3 |
| Uvas frescas.....                          | 4 |
| Uvas seccas.....                           | 3 |

## V

|                                                                                |   |
|--------------------------------------------------------------------------------|---|
| Varas.....                                                                     | 5 |
| Varandas de ferro.....                                                         | 3 |
| Vassouras.....                                                                 | 3 |
| Velas de cera, de carnaúba, de espermacete, de composição,<br>de stearina..... | 3 |
| Velas de sebo nacionaes.....                                                   | 4 |
| Velludo.....                                                                   | 2 |

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Velocipedes.....                     | 2 |
| Venezianas.....                      | 2 |
| Ventarolas.....                      | 2 |
| Ventiladores.....                    | 3 |
| Verdete.....                         | 3 |
| Verduras.....                        | 4 |
| Vermelhão.....                       | 3 |
| Vermouth.....                        | 3 |
| Verniz.....                          | 2 |
| Vidros.....                          | 2 |
| Vigas.....                           | 5 |
| Vime.....                            | 3 |
| Vinagre.....                         | 3 |
| Vinho estrangeiro.....               | 3 |
| Vinho nacional.....                  | 4 |
| Vitriolo ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Vagões desmontados.....              | 6 |
| Vagões rodantes sobre os eixos :     |   |
| Vagões de quatro rodas.....          | 7 |
| Vagões de duas rodas.....            | 8 |

## X

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Xaropes.....             | 2 |
| Xarque.....              | 4 |
| Xergas para animaes..... | 3 |

## Z

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| Zabumbas.....                   | 2 |
| Zinco em bruto ou em folha..... | 3 |
| Zinco em obra.....              | 3 |
| Zarcão.....                     | 3 |

*Inflammaveis*

Alcool amylico.  
 Alcool vinico (alcool ethylico ou ordinario).  
 Collodio.  
 Ether ordinario (ether ethylico ou ether sulfurico).  
 Essencias.  
 Palitos e mechas phosphoradas.  
 Phosphoros de cera.  
 Phosphoro (corpo simples).  
 Sulfureto de carbono.  
 Espirito de madeira (alcool methylico), etc., etc.

*Explosivos*

Algodão polvora.  
 Algodão nitrato para collodio.  
 Chloratos ou nitratos.  
 Dynamite e seus congeneres, vigorite, sebastianite, etc.  
 Espoletas ou capsulas fulminantes.  
 Estopins.  
 Fogos de artifício.  
 Fulminatos ou mistura de fulminatos.  
 Mistura de chloratos e nitratos.  
 Mistura de chloratos de materia combustivel.  
 Nitro glycerina.  
 Picratos e formiatos.  
 Polvora de base de picratos.

*Classificação das tarifas*

## Tarifa 1—Viajantes:

|                |                  |
|----------------|------------------|
| 1ª classe..... | \$100 por kilom. |
| 2ª dita.....   | \$060 » »        |

## Tarifa 2—Mercadorias:.....

Classe 1ª — Bagagens e encomendas..... \$850 por ton. kilom.  
 Valores — 5 % sobre a designação precedente, mais 1/2 % *ad valorem*.

Classe 2ª — Objectos de grande volume e pouco peso. Objectos frageis, etc..... \$500 » » »

Classe 3ª — Importação, espirituosos, etc..... \$400 » » »

Classe 4ª — Productos do paiz. Aguardente nacional, assucar, café, fumo, courosbrutos, xarque. Objectos de primeira necessidade..... \$200 » » »

Classe 5ª (por carro completo): Ferro bruto, machinas e utensilios uteis á agricultura e á industria, cereaes, materiaes de construcção, madeira bruta e serrada, vehiculos..... \$150 » » »

Classe 6ª (por carro completo): Material para estradas de ferro, carvão, areia, cascalho, pedras brutas, etc..... \$120 » » »

continua aqui >

|                                                               |                              |
|---------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Classe 7 <sup>a</sup> — Vagões de quatro rodas rebocados..... | \$120 por vehiculo<br>kilom. |
| Classe 8 <sup>a</sup> — Vagões de oito rodas, rebocados.....  | \$240 por vehiculo<br>kilom. |
| Classe 9 <sup>a</sup> — Locomotivas e tenders, rebocados..... | \$840 por vehiculo<br>kilom. |

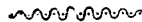
## Tarifa 3—Animaes:

|                                                                            |                            |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Classe 1 <sup>a</sup> —Burros, cavallos, jumentos e semelhantes.....       | \$090 por cabeça<br>kilom. |
| Classe 2 <sup>a</sup> —Bois, bezerros, vaccas, vitellos e semelhantes..... | \$035 por cabeça<br>kilom. |
| Classe 3 <sup>a</sup> — Cabras, carneiros, cães, porcos e semelhantes....  | \$020 por cabeça<br>kilom. |

---

Nota — Telegrammas — (em todo o percurso da linha)..... \$070 por palavra.  
Ditos em lingua estrangeira... \$140 » »  
Explosivos (polvera e dynamite) pagam o duplo da classe 3<sup>a</sup>, tarifa 2.....

Directoria Geral de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, 7 de novembro de 1894.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.



## DECRETO N. 1883 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Brasileiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu o Banco de Credito Brasileiro, resolve approvar as alterações seguintes feitas nos estatutos do mesmo Banco :

Art. 5.º Substitua-se pelo seguinte : O capital do Banco é de 8.612:040\$ dividido em 86.120 % de 100\$ cada uma com 60 % de entradas realisadas.

Art. 6.º Supprimam-se as palavras : até completar 60 % e todo o paragrapho primeiro, passando o segundo a ser o «unico».

Art. 22. Diga-se cinco acções em vez de dez, e trinta votos em vez de cincuenta.

Art. 28. Diga-se tres directores em vez de cinco.

Art. 37. Substitua-se pelo seguinte :

O conselho fiscal será composto de accionistas e constará de tres membros effectivos e tres supplentes eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria por escrutinio secreto ou por acclamação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



#### DECRETO N. 1885 (\*) — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Autorisa a Empreza Industrial do Gram-Pará a transferir ao Banco Norte do Brazil a concessão, feita pelo decreto n. 8344, de 17 de dezembro de 1881, para assentamento de linhas telephonicas no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empreza Industrial do Gram-Pará, cessionaria, por decreto n. 1391, de 21 de fevereiro de 1891, da concessão feita, por decreto n. 8344, de 17 de dezembro de 1881, a Carlos Monteiro de Souza, e por decreto n. 9958, de 30 de maio de 1888, transferida a Francisco Baptista da Silva Aguiar, para o assentamento de linhas telephonicas na Capital e demais povoações do Estado do Pará,— resolve conceder-lhe autorisação para transferir a mesma concessão ao Banco Norte do Brazil, ficando este obrigado, na conformidade do art. 2º do regulamento approved pelo decreto n. 8935, de 21 de abril da 1883, a depositar no Thesouro Federal uma caução de dous contos de réis (2:000\$000), da qual serão deduzidas todas as multas em que incorrer, devendo immediatamente ser completado o valor da caução, e a contribuir annualmente com a quantia

---

(\*) Com o n. 1881 não houve acto.

de quatro contos de réis (4:000\$000), paga em semestres adeantados, para as despesas da fiscalização que o Governo tem o direito de exercer em face do art. 15º do mesmo regulamento.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1886 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cervejaria Bavaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Cervejaria Bavaria, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, votada em assemblea geral de accionistas de 13 de agosto ultimo e que com este baixam, ficando a companhia obrigada a preencher as formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Estatutos da sociedade anonyma Cervejaria Bavaria,  
approvados em assemblea geral extraordinaria  
de 13 de agosto de 1894

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO E SÉDE DA COMPANHIA

Art. 1.º A companhia denominada « Cervejaria Bavaria » tem por fim explorar em um ou mais estabelecimentos o fabrico de cerveja, aguas gazosas, chocolate e gelo e se regerá pelos esta-



tutos approvados pelo decreto n. 369 de 2 de maio de 1890, com as alterações nelles consignadas.

Art. 2.º A séde da companhia será nesta cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º A duração da companhia será de 30 annos, contados de 30 de junho de 1890, data de sua installação, podendo ser prorogada por deliberação dos accionistas em assembléa geral.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL

Art. 4.º O capital da companhia fica elevado a 900:000\$, importancia dos bens actualmente existentes, constituido por 500 acções nominativas de 200\$ cada uma.

Art. 5.º Para execução do artigo antecedente, estando o capital primitivo representado por 1.000 acções, emitirá a companhia 4.500 acções novas, das quaes serão distribuidas 2.500 aos actuaes accionistas, á razão de duas e meia acções integralizadas de 200\$ por cada uma das antigas de 500\$ com 80 % realizados. As restantes 2.000 acções serão postas á subscrição publica, sendo subscriptores preferidos os actuaes accionistas.

Art. 6.º O capital social poderá ser augmentado, sempre que o entender a assembléa geral, por meio de acções ou titulos de preferencia.

Art. 7.º Verificado o augmento de capital de accordo com a 1ª hypothese, serão as entradas realisadas successivamente e com intervallos razoaveis, a juizo da directoria.

Art. 8.º Findo o prazo marcado para as entradas, ficarão os accionistas remissos sujeitos ao juro de 10 % sobre as entradas não realisadas, até que o façam, sendo-lhes fixado para isso o prazo de 30 dias, findos os quaes cahirão as acções em commisso, procedendo-se posteriormente a respeito dellas de accordo com as leis que regem o assumpto.

Paragrapho unico. Esta disposição será applicada aos actuaes accionistas, que porventura não tenham realisado as entradas de suas acções correspondentes ás chamadas feitas.

## CAPITULO III

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 9.º A assembléa geral ordinaria terá logar annualmente no mez de agosto e as extraordinarias sempre que a directoria o resolver por acto seu ou a requerimento de accionistas em numero de sete ou mais, que representem pelo menos 1/4 do capital social.

Art. 10. Compete á directoria convocar, sempre por meio de annuncios, a assembléa geral ordinaria com 15 dias de antecedencia e as extraordinarias com o prazo razoavel e conforme a urgencia.

Art. 11. Não convocando a directoria a assembléa geral ordinaria no tempo devido e as extraordinarias quando lhe forem requeridas, serão as convocações feitas pelo conselho fiscal, ou por qualquer accionista de accordo com o estabelecido na lei das sociedades anonymas.

Art. 12. Julgar-se-ha constituida a assembléa geral ordinaria, desde que estejam reunidos socios que representem 1/4 do capital social e as extraordinarias que tenham por fim reforma de estatutos, augmento de capital, liquidação da sociedade ou qualquer outro que affecte o seu fim organico, 2/3 do capital.

Art. 13. Verificada a existencia de um numero legal de accionistas para constituirem as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias, será de entre elles proposto um para presidente, o qual, depois de approvado, designará por sua vez os que deverão servir de 1º e 2º secretarios, ficando assim organisa a mesa que deverá presidil-as.

Art. 14. Na assembléa geral ordinaria será apresentado pela directoria o relatorio da gestão acompanhado do balanço da conta de lucros e perdas e do parecer do conselho fiscal.

Art. 15. Nas assembléas geraes extraordinarias só se tratará do assumpto para que forem convocadas, e que deverá constar do annuncio da respectiva convocação.

Art. 16. Os accionistas poderão fazer-se representar, nas assembléas geraes ordinarias e extraordinarias, por procurações dadas a outros accionistas.

Art. 17. Por cada cinco acções que possuirem os accionistas terão direito a um voto, nunca excedendo de vinte votos. Os que tiverem menos de cinco acções tomarão parte nas discussões, não podendo, porém, votar.

Art. 18. Só serão admittidos a votar os accionistas que pelos livros da companhia forem possuidores de acções inscriptas em seus nomes pelo menos tres mezes antes da assembléa geral.

## CAPITULO IV

### DA DIRECTORIA

Art. 19. A companhia será administrada por tres directores, sendo um presidente sem ordenado, um gerente e um thesoureiro, eleitos pela assembléa geral, que exercerão o mandato por tres annos.

Art. 20. Os directores depositarão cada um em caução 30 acções, para garantir sua responsabilidade.

Art. 21. Compete á directoria :

§ 1.º Executar e fazer cumprir os presentes estatutos e as deliberações da assemblea geral.

§ 2.º Organisar e realisar o serviço interno do estabelecimento e a contabilidade em devida fórma.

§ 3.º Zelar os interesses da companhia para com terceiros, autorisar e fiscalisar as vendas e dirigir geralmente todas as transacções da companhia.

§ 4.º Proceder semestralmente ao balanço geral e inventario.

§ 5.º Convocar as assembleas geraes de accordo com o prescripto no art. 10.

Art. 22. Dada a vaga de um dos membros ou de toda a directoria, por fallecimento ou renuncia de cargo, se procederá á eleição para preencher-a, e o eleito ou eleitos servirão o tempo que faltar para completar o triennio começado pelos substituidos.

Art. 23. Dando-se, porém, a vaga de um dos directores, depois de decorridos dois annos, será chamado para substitui-lo, até completar o triennio, um dos membros do conselho fiscal ou qualquer accionista.

Art. 24. Todo o pessoal do estabelecimento, bem como a regularisação dos trabalhos, ficam sob a exclusiva direcção da directoria, devendo, portanto, divididos os cargos da administração como preceitua o art. 19, ficar o director-gerente á testa delle, para que possa bem desempenhar os encargos que lhe foram confiados.

Art. 25. O honorario annual do director-gerente é de 12:000\$ e o do director-thesoureiro 6:000\$ pago mensalmente.

Dos lucros liquidos semestraes se deduzirá 5 %/, que serão divididos pelo presidente e os outros directores.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 26. O conselho fiscal constará de tres membros eleitos pela assemblea geral ordinaria, e de tres supplentes, que funcionarão no impedimento dos effectivos, e exercerão o mandato por um anno.

Art. 27. Compete ao conselho fiscal:

§ 1.º Examinar a escripturação da companhia, balancetes mensaes e todos os documentos e valores.

§ 2.º Apresentar parecer por escripto sobre estes documentos, podendo exigir dos directores todas as informações que julgarem necessarias.

§ 3.º Convocar as assembleas ordinarias e extraordinarias nos casos previstos no art. 11.

§ 4.º Dar o seu parecer todas as vezes que for consultado pela directoria e nos casos exigidos nos presentes estatutos.

§ 5.º Substituir os membros da directoria nos impedimentos temporarios e na hypothese prevista pelo art. 23.

## CAPITULO VI

### DOS DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 28. Apurados semestralmente os lucros liquidos, deduzidos delles 10 % para o fundo de reserva, será distribuido o dividendo aos accionistas.

Art. 29. O fundo de reserva é destinado para a substituição do material inutilisado, augmento futuro do estabelecimento e reparação de perdas eventuaes.

Alcançando este fundo de reserva a importancia de 200:000\$, cessará a accumulção, salvo resolução em contrario da assembléa geral.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 30. As obras que se houverem de executar no estabelecimento, com excepção das de simples reparo, que serão feitas por administração, serão realisadas, chamando-se pela imprensa concurrentes que dellas se queiram encarregar, de accordo com as plantas e orçamentos que forem organisados.

Art. 31. Recebidas as propostas, no dia designado para a abertura das mesmas, reunidos em commissão a directoria e os membros do conselho fiscal previamente para esse fim convocados, se procederá a esse trabalho, e depois de examinadas, será acceita a que mais vantajosa for ou que parecer tal, a juizo da commissão.

Paragrapho unico. Si as propostas apresentadas não forem acceitas pela commissão, poderá esta determinar que sejam as obras executadas por administração.

Art. 32. Quando o permittirem as circumstancias da companhia, a juizo da assembléa geral, poderão ser remunerados os membros do conselho fiscal.

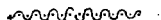
Art. 33. O mandato da directoria poderá ser revogado pela assembléa geral, em todo tempo que tal providencia for julgada necessaria para os interesses da companhia.

Art. 34. Verificadas occurrencias não previstas nestes estatutos, serão resolvidas de accordo com as leis que regem as sociedades anonymas.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 35. Approvadas as alterações feitas nestes estatutos, proceder-se-ha em seguida á eleição da directoria, começando dessa data o triennio marcado para a duração de sua gestão.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1894.— Pela Companhia «Cerjaria Bavaria», *E Stampa*.



## DECRETO N. 1887 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro Central Alagoana comprehendido entre S. Miguel e Atalaya.

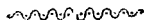
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana, resolve approvar os estudos definitivos do trecho de sua estrada de ferro, comprehendido entre as cidades de Atalaya e S. Miguel, com a extensão de 60<sup>mk</sup>.365, apresentados em virtude da autorisação constante do decreto n. 1603 de 2 de dezembro de 1893, os quaes com e-te buixam assignados pelo director da Directoria Geral de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Rio de Janeiro, Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 14 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1888 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Declara a disposição terceira do art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve:

Determinar que a disposição 3ª do art. 22 do regulamento do Observatorio do Rio de Janeiro, modifica-lo pelo decreto n. 1798 de 15 de setembro do corrente anno, seja, á vista

do que representa o director interino do mesmo Observatorio, assim entendido:

« O empregado que ás suas proprias funcções accumular as de outro, perceberá o vencimento integral do seu emprego e mais a gratificação daquelle. »

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas e encarregado do expediente do da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



DECRETO N. 1889 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva os estudos da Barra de Aguas Bellas, na 2<sup>a</sup> secção da Estrada de Ferro Norte das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve:

Approvar os estudos que com este baixam, de dez kilometros da Barra a Aguas Bellas, entre as estacas quinhentos e mil, da 2<sup>a</sup> secção, na Estrada de Ferro Norte das Alagôas.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, o faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1890 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 9.337:729\$, para occorrer a despesas da verba — Garantia de juros ás estradas de ferro do exercicio, de 1894.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no art. 11 da lei de orçamento n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de nove mil trescentos sessenta e sete contos setecentos vinte e nove mil réis (9.367:729\$000), afim de ser applicado ás despesas a fazer-se por conta da verba — Garantia de juros ás estradas de Ferro, no actual exercicio, conforme consta da demonstração junta visto ter sido insufficiente a importancia votada para occorrer aos compromissos da mesma verba.

O General de Divisão Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

Demonstração do credito supplementar necessario para ser applicado ás despesas da verba—Garantia de juros ás estradas de ferro, art. 6.º da lei de orçamento n. 191 B de 30 de setembro de 1893 e a que se refere o decreto n. 1890 desta data.

|                                                                                                               |                |                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|
| Na Delegacia de Thesouro em Londres:                                                                          |                |                 |
| Juros garantidos ás Companhias de Estradas de Ferro com séde na Europa, durante o 2º semestre do exercicio... | 4.621:999\$478 |                 |
| Commissão de compras de material na Europa durante tres mezes de exercicio .....                              | 9:883\$838     |                 |
| Commissão de compras de material na America do Norte durante tres mezes de exercicio.....                     | 4:777\$527     | 4.636:665\$893  |
| No Thesouro Federal:                                                                                          |                |                 |
| Juros garantidos ás Companhias de Estradas de Ferro com séde no Brazil, durante o 2º semestre do exercicio... | 4.727:033\$107 |                 |
| Inspectoria Geral de Estradas de Ferro:                                                                       |                |                 |
| Expediente do escriptorio central e outras despesas.....                                                      | 4:000\$600     | 4.731:0 33\$107 |
|                                                                                                               |                | 9.367:729\$000  |

Capital Federal, 14 de novembro de 1894. — *Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

continua >

## DECRETO N. 1891 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Fixa provisoriamente em 2.156:134\$230 o capital empregado na linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná.

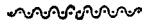
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens* e de accordo com o § 1º do decreto n. 907 de 18 de outubro de 1890, resolve fixar provisoriamente em 2.156:134\$200 o capital empregado na linha de Restinga Secca a Ponta Grossa, da Estrada de Ferro do Paraná.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## DECRETO N. 1892 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Altera as condições regulamentares e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Muzambinho.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro de Muzambinho, resolve approvar as alterações que com este baixam, assignadas pelo director da Directoria Geral de Viação, feitas nas condições regulamentares e tarifas em vigor na sua estrada de ferro.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*



## ESTRADA DE FERRO DE MUZAMBINHO

### TARIFA NORMAL AO CAMBIO 20

| Ta-<br>bela | Classificações                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Tarifa                  |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
|             | 1 Passagens de 1ª classe.....                                                                                                                                                                                                                                                                   | 100 réis por kilometro. |
|             | Ditas de 2ª.....                                                                                                                                                                                                                                                                                | 50 ditos idem.          |
|             | Ditas de ida e volta na 1ª classe.....                                                                                                                                                                                                                                                          |                         |
|             | 2 Bagagens e encomendas transportadas pelos trens de passageiros, por T k.....                                                                                                                                                                                                                  | 750 réis.               |
| 2 A         | Gelo, peixe fresco, ostras, caças, verduras, frutas, carne fresca, pão, leite e ovos, por T k.....                                                                                                                                                                                              | 250 réis.               |
|             | 3 Generos destinados principalmente á exportação, como: café, fumo, queijos de fabricação nacional, couros secos, etc., por T k.....                                                                                                                                                            | 250 réis.               |
|             | Café em côco, por T k.....                                                                                                                                                                                                                                                                      | 200 réis.               |
|             | 4 Generos alimenticios de primeira necessidade, como: farinha, arroz, feijão, milho, legumes, raizes alimenticias, etc., garrafas varias destinadas ao transporte de aguas mineraes de Lambary, Cambuquira, Caxambú, Contendas e S. Lourenço e aguas mineraes dessas procedencias, por T k..... | 100 réis.               |
|             | 5 Sal ordinario, cobre, chumbo, ferro em barras e chapas, trilhos para estradas de ferro e outros metaes comuns, especialmente para construcções, ferragens ordinarias não classificadas, machinas e utensilios para a agricultura e industrias, couros salgados, etc., por T k.....            | 150 réis.               |
|             | 6 Generos de importação não classificados nas outras tabellas, vidros ordinarios, louça ordinaria, petroleo,                                                                                                                                                                                    |                         |

| Ta-<br>bella | Classificações                                                                                                                                                                                                                                      | Tarifa                                                               |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
|              | agua-raz e outros espiritos,<br>por T k.....                                                                                                                                                                                                        | 300 réis.                                                            |
| 7            | Objectos de grande volume e<br>pouco peso, como: mobílias,<br>caixões com chapéos e se-<br>melhantes, objectos frageis<br>de gran'le responsabilidade,<br>como espelhos, porcellanas,<br>instrumentos de musica, de<br>cirurgia, etc., por T k..... | 600 réis.                                                            |
| 8            | Polvora e outras substancias<br>inflammaveis ou explosivas,<br>como phosphoros, fogos de<br>artificio, etc., por T k.....                                                                                                                           | 800 réis.                                                            |
| 9            | Perús, ganços, patos, marre-<br>cos, gallinhas, faisões, ara-<br>ras, papagaios, e quaesquer<br>aves domesticas ou sylves-<br>tres; leitões, paccas, tatús,<br>macacos, kagados, coatys e<br>outros animaes pequenos,<br>por T k.....               | 380 réis.                                                            |
|              | As capoeiras de gallinhas<br>e os pequenos animaes ou<br>aves em gaiolas ou caixões<br>engradados, transportados<br>em trens de passageiros, pa-<br>garão taxa dupla.                                                                               |                                                                      |
| 10           | Potrinhos, bezerros, carneiros,<br>cabras, cabritos, porcos, cães<br>amordaçados e outros pro-<br>ductos semelhantes, por k..                                                                                                                       | 15 réis por cabeça.                                                  |
| 11           | Bois, vaccas, touros, cavallo-<br>s, bestas e jumentos, por ca-<br>beça.....                                                                                                                                                                        | 55 réis por cabeça, por kilo-<br>metro.                              |
|              | Animaes de sella ou para<br>viagem, os de carro, trans-<br>portados pelos trens de pas-<br>sageiros, pagarão taxa du-<br>pla.                                                                                                                       |                                                                      |
|              | Gado despachado das esta-<br>ções terminaes.....                                                                                                                                                                                                    | 400 réis por vagão kilo-<br>metro.                                   |
| 12           | Maleiras serradas, lavradas<br>ou brutas.....                                                                                                                                                                                                       | 480 réis por 12 T ou fracção<br>de 12 T; 48 réis por T<br>excedente. |

| Ta-<br>bella | Classificações                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Tarifa                                                                            |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 13           | Madeiras serradas e lavradas, já aparelhadas para construção.....                                                                                                                                                                                                                                   | 720 réis por 12 T ou fracção de 12 T; 72 réis por T excedente.                    |
| 14           | Caibros e varas até 9 metros de comprimento; madeiras serradas, lavradas ou brutas, cujo comprimento demande transporte em dous vagões unidos.....                                                                                                                                                  | 660 réis por 12 T ou fracção de 12 T; 66 por T excedente.                         |
| 15           | Cal, carvão vegetal ou mineral, telhas, tijolos, tubos de barro, betumes, enxofre em bruto, pedras, dormentes de madeira, ripas, moirões de madeira para cercas, lenha, capim, estrumes e outras substancias uteis á lavoura e á industria, e de valor insignificante em relação ao seu volume..... | 540 réis por 12 T ou fracção de 12 T; 54 réis por T excedente.                    |
| 16           | Carro ou carroça ordinaria de duas rodas.....                                                                                                                                                                                                                                                       | 195 réis por k., cada um.<br>50 % para os de quatro rodas.                        |
| 17           | Carros de vias-ferreas rebo-<br>cados.....                                                                                                                                                                                                                                                          | 120 réis cada um por kilo-<br>metro.                                              |
| 18           | Locomotivas e tenders rebo-<br>cados.....                                                                                                                                                                                                                                                           | 800 réis por cada um por<br>kilometro.                                            |
| 19           | Assucar de canna, tecidos de<br>fabricação nacional, por Tk.                                                                                                                                                                                                                                        | 250 réis.                                                                         |
| 20           | Telegrammas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 70 réis por palavra, sendo<br>o minimo 500 réis e 20 %<br>da entrega a domicilio. |

*Tabellas especiaes*

- E 1 Abobracas, aipim, alhos nacionaes, amendoim (grão ou côco), araruta, arroz (pilado), aveia, batatas nacio-

Ta-  
bella

Classificações

Tarifa

naes ou doces, beijús, cangica, carás, cebolas, cebolinhos, coalhada, cocos verde, ervilhas verdes ou seccas, espargos, farinha de mandioca ou de milho, favas, feijão, frutas frescas, fubá, guandós verdes ou seccos, hortaliças, inhames, legumes verdes ou seccos, mandioca, mangaritos, milho, palmitos, pimenta do paiz, pinhões verdes ou seccos, polvilho, raizes alimenticias, rapadura, tapioca, tãoba, trigo e outras semelhantes, urucús, verduras e outros productos de pequena lavoura, produção do Estado de Minas, quando exportados.

80 réis por tonelada por kilometro.

E 2 Toucinho de produção do Estado de Minas, quando exportado .....

200 réis por tonelada por kilometro.

*Tarifa movel*

Classe 3..... 3 % de augmento por di-  
nheiro de depressão até 10.

Classe 6..... 5 % de augmento por di-  
nheiro de depressão até 10.

Modificações em alguns artigos das instruções regulamentares approvadas por portaria de 23 de julho de 1892 :

O art. 4º será assim modificado:

« As crianças menores de tres annos, conduzidas ao collo, não pagarão passagem. As de tres até doze pagarão meia passagem, ficando neste caso salvo a companhia o direito de accommodar duas em um mesmo lugar, embora de familias differentes, só em 1ª classe. »

Ta-  
bella

Classificações

Tarifa

O art. 8º, idem, idem :

« A companhia poderá emittir bilhetes diários de ida e volta entre os pontos que julgar convenientes, com abatimento de 20 a 40 % sobre a tarifa geral. Estes bilhetes são intransferíveis, excepto os de 2ª classe para criados de uma mesma pessoa. »

O art. 12, idem, idem :

« Bilhetes de ida e volta. A companhia poderá conceder bilhetes de 1ª classe de ida e volta entre as estações que julgar conveniente com abatimento até 25 % sobre a tarifa geral. »

O art. 16, idem, idem :

« As companhias lyricas, dramaticas ou equestres, turmas de academicos em excursão, collegios ou bandas de musica, quando viajando incorporados em numero superior a doze pessoas e sob direcção de seus chefes ou professores, gosarão do abatimento de 30 % em suas passagens e no frete da respectiva bagagem. »

O art. 87, idem, idem :

« Além dos casos dos arts. 50 a 85, ficarão sujeitas á armazenagem as mercadorias que não forem retiradas das estações dentro do prazo de tres dias, contados da data da chegada dos respectivos vagões. A armazenagem será contada da data da expiração deste prazo e á razão de 50 réis por dez kilogrammas ou fracção deste peso. »

*Telegrapho*

Art. 18.—Sem effeito.

Directoria Geral de Viação, 14 de novembro de 1894.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.



## DECRETO N. 1893 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Approva a substituição das tarifas em vigor na Estrada de Ferro Minas e Rio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Minas e Rio, resolve approvar a substituição das tarifas em vigor na sua estrada de ferro pelas que com este baixam, assignadas pelo director da Directoria Geral de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 14 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat.*

## ESTRADA DE FERRO MINAS E RIO

## TARIFA NORMAL AO CAMBIO 20

| Ta-<br>bella | Classificação                                                                                                                                       | Tarifa                                                                                       |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1            | Passagens de 1ª classe.....                                                                                                                         | 100 réis por kilometro.                                                                      |
|              | Passagens de 2ª classe.....                                                                                                                         | 50 réis por kilometro.                                                                       |
|              |                                                                                                                                                     | (De Três Corações a Cruzeiro,<br>para a 1ª classe será a tarifa<br>de 80 réis por kilometro. |
|              | Passagens de ida e volta na<br>1ª classe.. .....                                                                                                    | 25 % de abatimento.                                                                          |
| 2            | Bagagens e encomendas<br>transportadas pelos trens de<br>passageiros por T-k.....                                                                   | 750 réis.                                                                                    |
| 2 A          | Gelo, peixe fresco, ostras,<br>caças, verduras, fructas,<br>carne fresca, pão, leite e<br>ovos, por T-k.....                                        | 250 réis.                                                                                    |
| 3            | Generos destinados principal-<br>mente á exportação, como:<br>café, fumo, queijos de fa-<br>bricação nacional, couros<br>seccos, etc., por T-k..... | 250 réis até 150 k.; além de<br>150 k.. 230 réis.                                            |
|              | Café em côco, por T-k.....                                                                                                                          | 200 réis até 150 k.; além de<br>150 k., 180 réis.                                            |
| 4            | Generos alimenticios de pri-<br>meira necessidade, como: fa-<br>rinha, arroz, feijão, milho,                                                        |                                                                                              |

Ta-  
ella

Classificação

Tarifa

- legumes, raízes alimentícias, etc., garrafas vazias destinadas ao transporte de águas minerais de Lambary, Cambuquira, Caxambu, Contendas e S. Lourenço e águas minerais dessas procedências, por T-k. .... 100 réis.
- 5 Sal ordinario, cobre, chumbo, ferro em barras e chapas, trilhos para estradas de ferro e outros metaes communs, especialmente para construcções, ferragens ordinarias não classificadas, machinas e utensilios para a agricultura e industrias, couros salgados, etc., por T-k. .... 150 réis.
- 6 Generos de importação não classificados nas outras tabellas, vidros ordinarios, louça ordinaria, petroleo, agua-raz e outros espiritos, por T-k. .... 300 réis.
- 7 Objectos de grande volume e pouco peso, como: mobílias, caixões com chapéus e semelhantes, objectos frageis de grande responsabilidade, como: espelhos, porcellanas, instrumentos de musica, de cirurgia, etc., por T-k. .... 600 réis.
- 8 Polvora e outras substancias inflammaveis ou explosivas, como: phosphoros, fogos de artificio, etc., por T-k. .... 800 réis.
- 9 Perús, gansos, patos, marrecos, gallinhas, faisões, araras, papagaios, e quaesquer aves domesticas ou sylvestres, leitões, pacas, tatús, macacos, kagados, coatys e outros animaes pequenos, por T-k. 380 réis.
- As capoeiras de gallinhas e os pequenos animaes ou aves em gaiolas ou caixões engradados, transportados em trens de passageiros, pagarão taxa dupla.

| Ta-<br>bella | Classificação                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Tarifa                                                        |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 10           | Potrinhos, bezerros, carneiros, cabras, cabritos, porcos, cães amordaçados e outros productos semelhantes, por kilometro.....                                                                                                                                                                       | 15 réis por cabeça.                                           |
| 11           | Cavallos, burros, jumentos, bois, vaccas e touros, por kilometro.....                                                                                                                                                                                                                               | 55 réis por cabeça.                                           |
|              | Bois e vaccas ( gado ) quando despachados das estações de Tres Corações e Contendas, em remessa de 10 ou mais vagões, para Cruzeiro.....                                                                                                                                                            | 50\$000 por vagão.                                            |
|              | Dito dito em remessas menores de 10 vagões, bem assim quando em vagão incompleto e parte da boiada embarcada, para Cruzeiro ...                                                                                                                                                                     | 4\$000 por cabeça.                                            |
| 12           | Madeiras serradas, lavradas ou brutas.....                                                                                                                                                                                                                                                          | 240 réis por 5 T ou fracção de 5 T ; 48 réis por T excedente. |
| 13           | Madeiras serradas e lavradas, já apparelhadas para construção.....                                                                                                                                                                                                                                  | 360 réis por 5 T ou fracção de 5 T ; 72 réis por T excedente. |
| 14           | Caibros e varas até 9 metros de comprimento, madeiras serradas, lavradas ou brutas, cujo comprimento demande transporte em dous vagões unidos.....                                                                                                                                                  | 330 réis por 5 T ou fracção de 5 T ; 66 réis por T excedente. |
| 15           | Cal, carvão vegetal ou mineral, telhas, tijolos, tubos de barro, betumes, enxofre em bruto, pedras, dormentes de madeira, ripas, moirões de madeira para cercas, lenha, capim, estrumes e outras substancias uteis á lavoura e á industria, e de valor insignificante em relação ao seu volume..... | 270 réis por 5 T ou fracção de 5 T ; 54 réis por T excedente. |
| 16           | Carro ou carroça ordinaria de duas rodas.....                                                                                                                                                                                                                                                       | 195 réis por kilom., cada uma. 50 % para os de quatro rodas.  |
| 17           | Carros de vias ferreas rebocados.....                                                                                                                                                                                                                                                               | 120 réis cada um por kilometro.                               |



| Ta-<br>bella | Classificação                                                | Tarifa                                                                                |
|--------------|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| 18.          | Locomotivas e tenders rebo-<br>cados.....                    | 800 réis a cada um por kilometro.                                                     |
| 19           | Assucar de canna, tecido de<br>fabricação nacional, por T-k. | 250 réis.                                                                             |
| 20           | Telegrammas.....                                             | 70 réis por palavra, sendo o mi-<br>nimo 500 réis e 20 % da en-<br>trega a domicilio. |

*Tabellas especiaes*

|     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                            |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E 1 | Aboboras, aipim, alhos nacio-<br>naes, amendoim (grão ou<br>côco), araruta, arroz (pi-<br>lado), aveia, batatas nacio-<br>naes ou doces, beijús, can-<br>gica, carás, cebolas, cebo-<br>linhas, coalhada, côcos ver-<br>des, ervilhas verdes ou sec-<br>cas, espargos, farinha de<br>mandioca ou de milho, favas,<br>feijão, fructas frescas, fubá,<br>guandos verdes ou seccos,<br>hortaliças, inhame, legumes<br>verdes ou seccos, mandioca,<br>mangaritos, milho, palmitos,<br>pimenta do paiz, pinhões<br>verdes ou seccos, polvilho,<br>raizes alimenticias, rapadur-<br>as, tapioca, tayoba, trigo e<br>outros semelhantes, urucús,<br>verduras e outros productos<br>de pequena lavoura, pro-<br>ducção do Estado de Minas,<br>quando exportados..... | 30 réis por tonelada por kilo-<br>metro até 100 kilometros e<br>20 réis por tonelada por ki-<br>lometro excedente a 100 kilo-<br>metros.   |
| E 2 | Toucinho de producção do Es-<br>tado de Minas, quando ex-<br>portado.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 200 réis por tonelada por kilo-<br>metro até 100 kilometros e<br>150 réis por tonelada por ki-<br>lometro excedente a 100 kilo-<br>metros. |

*Tarifa movel*

|               |                                                      |
|---------------|------------------------------------------------------|
| Classe 3..... | 3 % de augmento por dinheiro<br>de depressão até 10. |
| Classe 6..... | 5 % de augmento por dinheiro<br>de depressão até 10. |

Directoria Geral de Viação, 14 de novembro de 1894.— J. M.  
Machado de Assis, director geral.



## DECRETO N. 1893 A — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1894

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 4º corpo de cavallaria elevado á categoria de regimento, com quatro esquadrões, 65º batalhão de infantaria e 45º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, ora creados, com igual numero de companhias cada um e as designações de 232º, 233º e 234º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de novembro de 1894, 6º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Cassiano do Nascimento.*



## DECRETO N. 1894 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1894

Concede ao Lyceo Cearense as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Lyceo Cearense, resolve conceder a este estabelecimento de instrucção, na fôrma do disposto no decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 1431 do decreto n. 1232 H de 2 de janeiro de 1891 e 38, paragrapho unico, do de n. 981 de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 20 de novembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1895 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1894

Concede autorização ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação — Cooperativa 14 de Julho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação Cooperativa 14 de Julho, com os estatutos que apresentou, ficando obrigado a cumprir as formalidades dos arts. 79 e 80 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 23 de novembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Estatutos da Cooperativa 14 de Julho

## CAPITULO I

## FINS, ORGANISAÇÃO E DIRECÇÃO

Art. 1.º A Cooperativa 14 de Julho tem por fim prover ao fornecimento de todos os generos e objectos necessarios ao consumo de seus accionistas, podendo estender a sua acção a qualquer parte da população do Brazil.

Art. 2.º A sua organização é adstricta ao regimen do decreto sobre sociedades anonymas n. 164 de 17 de janeiro de 1890, e as mais referentes a esse assumpto.

Art. 3.º A direcção da Cooperativa será exercida por uma directoria de tres membros, um dos quaes será o presidente.

§ 1.º Ao presidente caberá a superintendencia geral da sociedade, competindo-lhe especialmente :

- Apresentar á assembléa geral dos accionistas em suas reuniões ordinarias o relatorio annual dos trabalhos da Cooperativa;
- Presidir as sessões da directoria, regulando os seus trabalhos;
- Executar e fazer executar os presentes estatutos, os regulamentos internos, as deliberações das assembléas geraes e as da directoria;

— Representar a sociedade em suas relações jurídicas, assignando escripturas, contractos e bem assim toda a correspondencia da Cooperativa em suas relações externas, podendo em suas relações com terceiros ou em Juizo constituir mandatarios.

§ 2.º Das directorias cada um exercerá as funcções da administração geral que em commum accordo combinarem em sessão da directoria distribuir entre si.

Art. 4.º Além da directoria geral haverá tantos directores de emporio e officina, quantos forem precisos, um para cada emporio e officina da Cooperativa.

§ 1.º Tanto estes directores de emporio e officina, como todos os demais empregados superiores da Cooperativa, serão de nomeação do presidente, mediante proposta approvada em sessão da directoria, apresentada por qualquer de seus membros.

§ 2.º Em regulamentos especiaes, organisados pela directoria, será estabelecido o regimen em detalhe dos varios ramos de serviço da Cooperativa, o processo de fiscalisação das rendas, as condições a preencher para as nomeações, recompensas, punições e demissões do pessoal, os ordenados deste em suas varias categorias e o respectivo quadro, as fianças que deverão prestar, as categorias sujeitas a este regimen, os casos de abandono de emprego e as responsabilidades a que estará sujeito cada empregado e bem assim o regimen para concessão de licença.

§ 3.º Os regulamentos a que se refere o paragrapho anterior serão feitos á proporção que forem sendo organisados e tomarão desenvolvimento os varios ramos de serviço da Cooperativa e poderão ser modificados quando e como reclame a pratica do serviço.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5.º O capital da sociedade será de 500:000\$000, representado por 10.000 titulos do valor nominal de 50\$000 cada um.

§ 1.º Será realisado em prestações : a 1ª de 20 % no acto da subscripção ; a 2ª e seguintes de 10 %, a juizo da directoria, nunca, porém, com intervallos de tempo inferiores a 30 dias.

§ 2.º Nenhum accionista poderá possuir mais de cem acções.

## CAPITULO III

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 6.º A assembléa geral, constituida segundo os preceitos destes estatutos e o regimen das leis em vigor, é o primeiro poder da Cooperativa.

As deliberações de sua maioria proclamadas pelo presidente da assembléa, constituem lei da sociedade.

Paragrapho unico. E' da competencia da assembléa geral :

Alterar e reformar os presentes estatutos.

Julgar das contas annuaes.

Nomear e demittir os membros da directoria.

Resolver emfim sobre todos os assumptos que digam respeito aos interesses geraes da sociedade.

Art. 7.º No dia 14 de julho de cada anno terá logar a assembléa geral ordinaria, a cujo julgamento deverá ser presente pela directoria o relatorio de sua administração durante o anno, acompanhado do balanço, contas de lucros e perdas, exposição de todas as occurrencias que julgue conveniente serem adoptadas.

§ 1.º Este relatorio será sempre acompanhado do parecer do conselho fiscal e será ou não approvado pela assembléa.

§ 2.º Nestas reuniões da assembléa geral ordinaria é permitido tratar de todos os assumptos que interessem á sociedade.

Art. 8.º As reuniões da assembléa geral extraordinaria dar-se-hão sempre que as mesmas forem convocadas, o que terá logar todas as vezes que a directoria o resolver por acto de exclusiva iniciativa sua ou satisfazendo o requerimento que não poderá indeferir de 10 ou mais accionistas representando pelo menos a decima parte do capital.

Paragrapho unico. Nestas reuniões só poderão ser tratados os assumptos especiaes do fim de sua convocação.

Art. 9.º A convocação da assembléa geral, quer ordinaria quer extraordinaria, será sempre feita por annuncios nos jornaes de maior circulação com 15 dias pelo menos de antecedencia, nos quaes se declarará o objecto da convocação, prazo este porém que será reduzido a cinco dias quando for necessaria segunda e terceira convocação annunciada.

Art. 10. Nas assembléas geraes as votações serão feitas symbolicamente e verificadas *per capita*, excepto nas eleições de membros da directoria e conselho fiscal, ou quando o tenha sido especialmente requerido, em que o serão por escrutinio secreto, cada grupo de cinco acções ou fracção deste numero para o accionista que possuir mais que aquelle numero sem ser multiplo exacto, representando um voto.

§ 1.º Nestas condições não terão votos nas assembléas os accionistas possuidores de menos de cinco acções, podendo os mesmos contudo assistir ás sessões e nellas tomar parte discutindo todos os assumptos e apresentando as propostas que julguem convir aos interesses sociaes.

§ 2.º São permittidos os votos por procuração, não podendo, porém, accumular-se em um só accionista mais de 20 votos.

Art. 11. As assembléas geraes serão sempre presididas pelo presidente da directoria, que designará dous secretarios escolhidos entre os accionistas presentes.

§ 1.º Na impossibilidade de comparecer á reunião da assembléa geral convocada, o presidente da directoria designará qual

dos directores geraes o deve substituir nessa solemnidade, designação esta que deverá ser feita em carta official ao mesmo directoria, e na qual serão dadas todas as instrucções que forem julgadas necessarias ao cabal desempenho da reunião.

§ 2.º Concluidos os trabalhos da assembléa, o respectivo presidente proclamará as suas resoluções, que a partir desse momento constituirão leis da sociedade, competindo ao 1º secretario da assembléa lançar em livro apropriado as resoluções tomadas, com o resumo dos assumptos discutidos e votados.

## CAPITULO IV

### PERIODO ADMINISTRATIVO, ELEIÇÕES

Art. 12. O periodo de duração de cada administração será de seis annos, terminando a primeira administração o seu mandato em 14 de julho de 1900.

§ 1.º Si no decurso de qualquer periodo administrativo der-se alguma vaga na directoria, seja por morte de algum dos directores, seja por effeito de renuncia de mandato ou de abandono de logar, os restantes membros da directoria reunidos em sessão especial com os membros do conselho fiscal elegerão o substituto ao logar vago, devendo a escolha recahir de preferencia sobre algum dos directores de emporio, si se tratar do cargo de director ou sobre algum dos directores geraes si se tratar do cargo de presidente.

§ 2.º Antes, porém, de ser preenchida a formalidade do paragrapho anterior, dada a vaga de presidente, será esta preenchida pelo director geral mais velho em idade, que accumulará as novas funções ás de seu cargo e si a vaga for de director geral será o mesmo substituido pelo accionista ou director de emporio que o presidente designar, podendo nesta emergencia accumular-se em um só director as funções que ao outro achavam-se inherentes.

§ 3.º Si, porém, houver conhecimento publico de que a vaga que se der na directoria é effeito de incompatibilidade que se haja dado entre algum ou alguns de seus membros com os restantes por effeito de actos de administração, respeitado o preceito dos paragraphos anteriores, o conselho fiscal tomará immediato conhecimento do facto e convocará a assembléa geral extraordinaria para resolver sobre o caso.

Art. 13. As eleições das novas directorias terão logar por occasião da assembléa geral ordinaria do anno em que terminar o mandato da directoria que estiver em exercicio.

Art. 14. Annualmente, nas sessões ordinarias da assembléa geral, será eleito o conselho fiscal que terá de acompanhar os trabalhos da sociedade durante o anno administrativo incipiente, devendo o mesmo ser constituido por tantos membros quantos forem os da directoria, até ao maximo de cinco.

## CAPITULO V

## DO DIVIDENDO

Art. 15. Todos os semestres, verificados os interesses sociaes, destes dar-se-ha dividendo aos accionistas, ficando em suspenso para ser accumulada ao dividendo do semestre seguinte a quota do mesmo que não attingir ao interesse de 12 % sobre o capital social.

## CAPITULO VI

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 16. A acção da Cooperativa estender-se-ha a todos os ramos do commercio e industria, conforme comporte seu capital.

Art. 17. Não sendo o intuito desta sociedade a distribuição de grandes dividendos a seus accionistas, mas sim beneficiar-os proporcionando-lhes tudo que disser respeito a seu consumo pelo custo minimo possível, a Cooperativa em suas relações com os accionistas não auferirá interesse algum directo mais que o indispensavel ao custeio geral da sociedade na quota que lhe couber, e procurando levar a acção de seus beneficios ao povo em geral, não tirará em suas transacções com este sinão o interesse minimo, equitativo em relação com o trabalho que produzir e que seja justa a remuneração deste e do capital que empregar.

Art. 18. Concomitantemente com a organização de seu serviço commercial, a directoria formulará as bases para o estabelecimento de um hospital de 1ª ordem para uso dos accionistas, devendo filies ao mesmo haver um sanatorio em ponto escolhido do interior e um hospital especial para crianças, onde possam ser recebidas, acompanhando seus pequeninos filhos doentes, as mães que segundo seu dever materno, desde que o possam fazer, desejem ser as enfermeiras dos mesmos.

Art. 19. Igualmente estabelecerá a directoria as bases, formulando o preciso regulamento, para a organização da Caixa Bancaria da Cooperativa, na qual possam os accionistas nas occasiões difficeis de sua vida e em qualquer emergencia que precisem, encontrar o auxilio necessario.

Parapho unico. As bases para a organização do hospital e installação da Caixa Bancaria a que refere-se o artigo anterior, deverão ser presentes á assembléa geral em sua primeira reunião após a constituição da sociedade, devendo a directoria convocar uma assembléa extraordinaria para esse fim, si vir possibilidade de realisar o emprehendimento desses trabalhos antes daquelle prazo.

Art. 20. Nas secções de pharmacia, postos medicos e bazares de brinquedos nunca se tirará interesse commercial mais que o indispensavel ao custeio dessas secções.

Art. 21. Será o seguinte o regimen adoptado nas transacções de commercio entre a Cooperativa e seus accionistas.

§ 1.º No acto de realizar o pagamento de qualquer compra ou encomenda feita á sociedade, o accionista que a effectuar receberá uma nota da economia que por effeito dessa transacção lhe será inscripta nos livros para este fim destinados. Esta economia será calculada em 10 % do valor da despesa feita.

§ 2.º Semestralmente, a 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno, dar-se-ha balanço a esta escripturação, e deduzidas do total das contas de economia deixadas por cada accionista as despesas que proporcionalmente lhe tenham tocado, ao excellento dar-se-ha o emprego que em sua sessão annual antecedente a assembléa geral houver resolvido, qual o reforçamento do capital social, qual a aquisição e construcção de predios e officinas, etc., qual em fim a restituição pura e simples a cada accionista da quota que lhe disser respeito, a qual assim representará um reforçamento ao dividendo que lhe couber.

§ 3.º Semestralmente será entregue a cada accionista a conta corrente de suas quotas de economia inscriptas e despesas ás mesmas referentes, especificando essa conta a applicação que em respeito á deliberação da assembléa geral houver sido dada ao saldo liquido dessa economia.

Art. 22. O fundo de reserva da sociedade será limitado a 10 % do capital social e será formado pelo desconto de 10 % feito semestralmente na economia obrigada de cada accionista, da qual será deduzido até sua completa formação.

Art. 23. Pelo monte da mesma economia correrão tambem todas as despesas que for preciso inherentes ao movimento social, desde que para esse fim não tenha sido sufficiente o interesse arriscado na secção de commercio geral.

Art. 24. Si pela marcha observada nas transacções sociaes desde seu inicio, a directoria reconhecer que independentemente de novas chamadas e só com o recurso da economia obrigada deixada por cada accionista conseguirá completar a organização social, dando-lhe o preciso desenvolvimento em harmonia com os seus fins, poderá tomar a economia obrigada de cada accionista no primeiro anno administrativo como prestações realizadas das respectivas acções até completa integralisação das mesmas.

§ 1.º Posto utilizando-se da autorisação deste artigo, poderá comtudo a directoria proceder a novas chamadas, segundo o regimen commum, para os accionistas cuja economia inscripta não tenha attingido á importancia das entradas reclamadas para o movimento social, o que em relação aos demais accionistas e ao numero de acções de sua posse deviam ter satisfeito.

§ 2.º Não se utilizando, porém, a directoria da autorisação deste artigo, conservará em deposito até que a assembléa geral delibere a respeito toda a economia accumulada e inscripta dos accionistas, no mesmo regimen conservando o saldo que da economia de cada um exceder a quantia precisa para a integralisação das respectivas acções, si utilizar-se dessa autorisação sem prejuizo das prescripções dos arts. 22 e 23.



Art. 25. A directoria poderá interromper a applicação do regimen estabelecido no art. 21 e seus paragraphos ao accionista que abusivamente pedir, como sendo para si, fornecimento destinado a outrem, por essa forma desviando do dividendo interesse que, dada a fraude, lhe ficará pertencendo exclusivamente.

Paragrapho unico. As deliberações a este respeito serão sempre tomadas em sessão da directoria, constituindo occorrença que será presente á assembléa geral, e da deliberação assim tomada será immediatamente notificado o accionista a que a mesma se referir.

Art. 26. A séde da Cooperativa será na Capital Federal, o sua duração será de 50 annos, podendo ser prorogada desde que a assembléa geral assim o resolva.

Art. 27. A assembléa constituinte marcará os ordenados da directoria e bem assim a porcentagem do dividendo que á mesma caberá, igualmente marcando a porcentagem que sobre o interesse liquido deixado por cada emporio ou officina caberá ao respectivo director.

Art. 28. Cada director geral, antes de entrar em exercicio garantirá a responsabilidade de sua gestão com o penhor de 20 acções.

Art. 29. A primeira directoria será eleita por aclamação e fará parte dos estatutos definitivos que teem de ser assignados pelos accionistas de incorporação.

Capital Federal, 31 de outubro de 1894.— O fundador, *J. Maldonado*.



#### DECRETO N. 1896 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1894

Adia os serviços autorizados pela lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 e manda retirar a Missão á China.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que já se acha quasi esgotado o credito extraordinario de 100:000\$ aberto sob a responsabilidade do Sr. ex-Vice-Presidente da Republica pelo decreto n. 1596 de 10 de novembro de 1893 para a continuação e regresso da Missão á China, que já consumira o de 150.000\$, autorizado pelo decreto n. 1331 de 24 de março de 1893, e bem assim que si continuar a manter a referida Missão, actualmente inutil, em virtude da guerra entre aquelle paiz e o Japão, ficarão os seus membros sem recursos para voltar ao Brazil, resolve adiar os serviços autorizados pela lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 e mandar retirar a mesma Missão.

Capital Federal, 23 de novembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos de Carvalho.*

Sr. Presidente — O Governo Federal foi autorisado pela lei n. 97 de 5 de outubro de 1892:

1.º A promover a execução do tratado celebrado com a China em 3 de outubro de 1881;

2.º A celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão;

3.º A estabelecer agentes diplomaticos e consulares nesses paizes, sendo esses agentes ou outros especialmente encarregados de fiscalisar a emigração.

Obtido o accordo do Governo da China, foram nomeados em 4 de março de 1893 enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios em missão especial os Srs. Almirante José da Costa Azevedo e José Gurgel do Amaral Valente, então acreditado em Vienna. Este, terminada a missão especial, ficaria em Pekim em missão ordinaria.

O primeiro plenipotenciario partiu para o seu destino em 24 de abril de 1893 e o segundo falleceu em Vienna em 3 de junho seguinte. Para o logar deste foi nomeado em 28 de outubro o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brazil.

Este novo ministro, por serem necessarios os seus serviços em Buenos-Aires, onde estava acreditado, só em 6 de junho do corrente anno pôle partir para o seu novo destino, mas deteve-se em Pariz, e ainda ahi se acha. Esta demora tem sido causada primeiro pela peste negra que tantas victimas fez em Hong-Kong e depois pela guerra entre o Japão e a China.

O Almirante Costa Azevedo, não obstante o seu conhecido zelo e vivo interesse que tomava pelo objecto da missão, nada pôde fazer pelas circumstancias, independentes da sua vontade que acabo de mencionar. Tendo sido eleito senador, pediu exoneração e, obtido ella, regressou de Hong-Kong onde se achava.

A guerra com o Japão, apezar das victorias que este tem alcançado, pôde durar ainda algum tempo e as suas desastrosas consequencias hão de occupar depois da paz toda a attenção do Governo chinês. Tem portanto de ser adiada a projectada negociação.

Cresce entretanto a despesa com a Missão, sem nenhum proveito para o paiz.

Pelos decretos ns. 1331 de 24 de março e 1596 de 10 de novembro de 1893 foram abertos dous creditos na importancia total de 250:000\$000. Desta elevada quantia apenas restavam em 31 de dezembro 36:962\$279.

Além do ministro, que vence annualmente 30:000\$ ao cambio de 27, tem actualmente a Missão os seguintes empregados:

1º secretario, bacharel José Cordeiro do Rego Barros. Acha-se nesta Capital no gozo de licença, recebendo o ordenado e 1/4 da gratificação ou 4:750\$ annuaes.

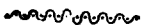
2º secretario, Dr. Dario Galvão. Está em Hong-Kong e recebe annualmente 6:000\$ ao cambio de 27.

2º secretario, Dr. Luiz de Moraes. Aguarda ordens em Pariz e vence annualmente 6:000\$ também ao cambio de 27.

A Missão tinha como auxiliar o Dr. Francisco Antonio de Almeida, que se achava nesta Capital vencendo annualmente a gratificação de 6:000\$ ao mesmo cambio, mas que acaba de ser exonerado.

Proponho portanto que se adiem os serviços autorisados pela lei de 5 de outubro de 1892, retirando-se a Missão e procedendo-se a respeito dos seus membros como for de justiça.

Saude e fraternidade. — *Carlos de Carvalho*. — Capital Federal, 23 de novembro de 1894.



DECRETO N. 1897 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1894

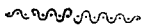
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplementar de 1.856:250\$, sendo 425:250\$ á verba — Subsidio dos senadores, e 1.431:000\$ á verba—Subsidio dos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 218 de 1 de novembro corrente, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplementar de mil oitocentos cincoenta e seis contos duzentos e cincoenta mil réis (1.856:250\$), sendo quatrocentos vinte e cinco contos duzentos e cincoenta mil réis (425:250\$) á verba — Subsidio dos senadores, e mil quatrocentos trinta e um contos de réis (1.431:000\$) á verba — Subsidio dos deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio dos senadores e deputados, durante a prorogação até 30 do mesmo mez, da actual sessão do Congresso Nacional.

Capital Federal, 24 de novembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



continua >

## DECRETO N. 1898 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplemtentar de 207:000\$, sendo 78:000\$ á verba — Secretaria do Senado, e 129:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 217 de 1 de novembro corrente, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1894, o credito supplemtentar de duzentos e sete contos de réis (207:000\$), sendo 78:000\$ á verba — Secretaria do Senado, e 129:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional durante a prorogação até 30 do mesmo mez, da actual sessio legislativa.

Capital Federal, 24 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1899 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1894

Abre o credito necessario para pagamento dos vencimentos dos empregados das Secretarias das duas Camaras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi conferida pelo decreto legislativo n. 223 de 24 de novembro corrente, resolve abrir o credito de sessenta e tres contos duzentos trinta e tres trescentos trinta e tres réis (63:233\$333), sendo doze contos novecentos trinta e tres mil trescentos trinta e tres réis (12:933\$333) para pagamento dos vencimentos devidos aos empregados da Secretaria da Camara dos Deputados, em virtude da resolução da mesma Camara de 28 de agosto de 1893, nos últimos quatro mezes do exercicio findo de 1893, e trinta e oito contos e oitocentos mil réis (38:800\$) para o corrente exercicio; e onze contos e quinhentos mil réis (11:500\$) para augmento dos vencimentos dos empregados da Secretaria do Senado nos ultimos cinco mezes do corrente exercicio.

Capital Federal, 26 de novembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1902 (\*) — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1894

Declara que as disposições dos decretos ns. 1681 de 23 de fevereiro e 1685 de 5 de março do corrente anno não são applicaveis a factos occorridos posteriormente ao dia 31 de agosto ultimo em que cessou o estado de sitio.

O Presidente da Republica dos Estados do Brazil :

Resolve :

Artigo unico. Não são applicaveis a factos occorridos posteriormente a 31 de agosto ultimo, dia em que cessou o estado de sitio, as disposições do decreto n. 1681 de 23 de fevereiro do corrente anno, que sujeitou á jurisdicção do fôro militar os crimes relacionados com a rebelião que se manifestou no Districto Federal e em outros pontos do territorio da União, assim como as disposições do decreto n. 1685 de 5 de março tambem deste anno, que ampliou as disposições daquelle decreto.

O Estado do Rio Grande do Sul fica exceptuado desta resolução, attentas as condições especiaes em que ainda está.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 30 de novembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 1903 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1894

Altera o plano de uniformes mandado adoptar por decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que o plano de uniformes para o Exercito, approved pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho do corrente anno, seja observado com as seguintes modificações:

Art. 1.º Ficam substituidas as meias-botas de couro da Russia por botinas inteiriças de bezerro ou de verniz.

---

(\*) Com os ns. 1900 e 1901 não houve acto.

Art. 2.º A bombacha fica substituida pela calça larga, cahindo naturalmente sobre as botinas.

Art. 3.º Os arreios campeiros dos officiaes montados da arma de infantaria, de artilharia de posição e dos corpos especiaes, ficam substituidos pelos antigos sellins com mantas, coldres e capelladas.

Art. 4.º Aos officiaes generaes e aos dos corpos de engenheiros e de estado-maior de 1ª e 2ª classes, é permittido em passeio, ou quando em serviço technico em que não tenham de se apresentar armados, o uso da antiga sobrecasaca aberta com calça de panno azul ou de brim branco e collete das mesmas fazendas.

A calça azul para os officiaes dos corpos especiaes citados terá ao longo das costuras exteriores e no panno da frente duas listras de cadarço de lã preta, de 0<sup>m</sup>,027 de largura, estando distantes uma da outra 0<sup>m</sup>,008.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



DECRETO N. 1904 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva a planta e orçamento para construcção de um abrigo na estação de Uruguayana, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, resolve approvar a planta e orçamento para construcção de um abrigo na estação de Uruguayana, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1905 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva a planta e orçamento para construção de abrigos nas paradas da linha ferrea de Quarahim a Itaquy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, resolve approvar a planta e orçamento para construção de abrigos nas paradas da linha ferrea de Quarahim a Itaquy, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1906 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1894

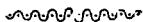
Abro o credito supplementar de 37:047\$000, á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 233 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de trinta e sete contos e quarenta e sete mil réis (37:047\$), á rubrica 3ª do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

Capital Federal, 10 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1908 (\*) — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva a substituição das condições regulamentares de tarifas em vigor da Estrada de Ferro de Cabedello á Independencia com ramal para o Pilar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Conde d'Eu Railway Company, limited*, resolve approvar a substituição das condições regulamentares e tarifas em vigor de sua estrada de ferro de Cabedello á Independencia, com ramal para o Pilar, pelas que com este baixam assignadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 12 de dezembro de 1894, 6.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Instruções regulamentares e tarifas para o serviço de transporte de passageiros, mercadorias e do telegrapho pela Estrada de Ferro de Cabedello á Independencia, com ramal para o Pilar, a que se refere o decreto n. 1908 desta data.

*Passageiros*

Art. 1.º Os passageiros pagarão os preços da tarifa n. I, correspondentes á classe de suas passagens e mais o imposto correspondente.

Art. 2.º Os menores de 8 annos pagarão meia passagem, ficando, porém, á administração salvo o direito de accommodar no mesmo lugar dous nestas condições, embora não da mesma familia. Os menores de 3 annos de idade, conduzidos ao collo, terão passagem gratuita.

Art. 3.º A venda dos bilhetes nas estações começará 30 minutos e cessará cinco minutos antes da partida dos trens ; a essa hora serão fechadas as portas que dão ingresso para a estação.

Art. 4.º Nenhum passageiro poderá viajar na estrada de ferro sem bilhete ou passe dado por um agente da administração.

---

(\*) Com o n. 1907 não houve acto.



Art. 5.º Os bilhetes ou passes deverão ser apresentados sempre que forem exigidos pelos empregados da administração e entregues na terminação das viagens.

Art. 6.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada não são transferíveis, e os seus portadores não poderão viajar em carro de classe superior á nelles designada, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

Art. 7.º Os bilhetes para viagem de ida serão válidos unicamente no dia e trem para que forem distribuidos.

Art. 8.º A companhia poderá conceder aos viajantes, entre pontos certos, bilhetes de ida e volta com valor por tres dias, devendo a volta ser em qualquer trem ordinario de passageiros durante o prazo concedido.

Quando na expiração desses prazos não houver trem, a volta só poderá ter logar no primeiro trem ordinario de passageiros que se seguir.

Art. 9.º O passageiro que ficar em qualquer ponto áquem do designado em seu bilhete deverá fazer entrega deste ao chefe da estação e perderá o direito ao resto da viagem, que só poderá effectuar comprando novo bilhete.

Art. 10. A companhia poderá emittir bilhetes de assignatura para ida e volta, diariamente, entre pontos certos, nos trens ordinarios, com as seguintes deducções sobre a tarifa geral:

|                   |      |
|-------------------|------|
| Para um mez.....  | 30 % |
| » tres mezes..... | 40 % |
| » seis » .....    | 50 % |

Estes bilhetes poderão comprehender ou não os domingos e dias feriados, conforme o decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, á vontade do assignante, e serão intransferíveis.

Art. 11. A companhia terá o direito de apprehender qualquer dos bilhetes ou passes de que tratam os arts. 6º e 10 quando forem apresentados por pessoas ás quaes não h'jam sido concedidos, cobrando o duplo da passagem. Os bilhetes ou passes serão considerados de nenhum valor e os assignantes nenhum direito terão a indemnisação.

Art. 12. Os passageiros sem bilhetes e os portadores de bilhetes não carimbados pela administração, ou que tenham carimbo de outro trem ou dia, salvo os casos previstos, pagarão o preço de sua viagem contado do ponto da partida do trem, si pelos seus conhecimentos de bagagem não estiver provada a estação de sua procedencia.

Os que excederem o trajecto a que tiverem direito, ou viajarem em classe superior á indicada no bilhete, pagarão a differença da sua passagem, e ne-se caso, o chefe da estação será obrigado a dar um bilhete supplementar que indique a somma percebida.

Art. 13. A administração poderá alugar um ou mais carros nos trens ordinarios de passageiros, sem prejuizo do serviço da estrada de ferro, mediante o abatimento de 25 % sobre o valor total das respectivas lotações, quando esta lotação não for menor de 28\$000.

Art. 14. A companhia poderá recusar trens especiaes de passageiros, mercadorias ou animaes. Si os conceder, porém, cobrará pelos trens de passageiros 2\$800 por cada kilometro ou fracção de kilometro, que tenham de percorrer, rebocando a locomotiva um só carro de 1ª classe com o competente carro de freios. Os demais carros que compuzerem o trem serão pagos conforme suas respectivas lotações com o abatimento de 25 %, de accordo com o art. 13.

Esta taxa será elevada a 50 % mais, si os referidos trens tiverem de ser expedidos depois das 6 horas da tarde e antes das 6 horas da manhã.

A bagagem transportada nos trens especiaes de passageiros e que não se achar nas condições do art. 21, pagará o seu frete pela tarifa n. II, classe 1ª.

Para a cobrança das taxas acima mencionadas, o percurso destes trens especiaes será contado do ponto de partida da locomotiva que tiver de rebocal-os.

A demora dos trens especiaes nas estações será contada á razão de 14\$ por hora ou fracção de hora superior a 15 minutos.

Nenhum trem especial poderá ser demorado por mais de meia hora na estação de partida por aquelle a quem tiver sido alugado ; o tempo que exceder será pago de conformidade com o paragrapho acima.

Si depois de duas horas de espera não for o trem utilizado, poderá ser retirado para o deposito, perdendo aquelle a quem tiver sido alugado a metade do frete. O minimo desta multa é fixado em 40\$000.

Nenhum trem especial será expedido por menos de 50\$000.

Art. 15. Os doentes e os alienados deverão ser acompanhados por pessoas que os vigiem e só poderão ser transportados em compartimento ou carro separado, pagando a lotação respectiva com o abatimento de 25 %, fazendo o pedido por escripto 24 horas antes ao chefe da estação.

Em nenhum caso poderão ser transportados em trens de passageiros os doentes de molestias contagiosas. Poderão, porém, sel-o em trens especiaes, pagando, além dos fretes estipulados, as despesas necessarias á desinfeccção dos vehiculos.

Os doentes de molestias repugnantes serão transportados em carros ou compartimentos separados, nas mesmas condições dos alienados, etc.

Art. 16. E' expressamente prohibido transportar presos algemados, atados ou acorrentados em trens de passageiros.

Art. 17. E' expressamente prohibido a qualquer passageiro:

- 1º, viajar nos carros de classe superior á que designar o seu bilhete, salvo si previamente houver pago a differença da passagem ;
- 2º, passar de um carro para outro, estando o trem em movimento ;
- 3º, viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra ;
- 4º, viajar nos carros de 1ª classe, estando descalço ;
- 5º, entrar ou sahir dos carros, estando o trem em movimento ;

6º, entrar ou sahir por outro logar que não seja a plataforma da estação e porta para este fim designada ;

7º, entrar ou sahir sem ser pela portinhola que o guarda designar.

Art. 18. A entrada dos trens é interdicta :

1º, ás pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas ou que offendam á moral publica ;

2º, aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis, ou objectos cujo odor possa incommodar os passageiros.

Art. 19. Ninguém poderá transportar consigo nos carros mais de uma arma de fogo, a qual deve á ser apresentada ao chefe da estação para verifica si está descarregada. Esta disposição não comprehende os agentes da força publica, que viajarem em serviço do Governo acompanhados de presos.

Art. 20. O passageiro que infringir as presentes instrucções e, depois de advertido pelos empregados da estrada de ferro, persistir na infracção, será posto fora da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem. Si a infracção for commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$, e no caso de recusar-se a pagal-a, ou, si depois desta satisfeita, não corrigir-se, o conductor o entregará ao chefe da estação mais proxima para remettel-o á autoridade policial, a qual procederá como for de direito.

### *Bagagem*

Art. 21. Os passageiros poderão transportar gratuitamente e sob sua unica responsabilidade um volume de bagagem, cujo peso não exceda de 15 kilogrammas e possa ser collocado por baixo de seu logar, sem incommodar os demais viajantes.

Esta concessão não se estende aos objectos preciosos.

A bagagem de que trata o presente artigo comprehende simplesmente os objectos de uso ordinario, taes como roupa, artigos de *toilette*, etc., objectos que devem servir durante o trajecto.

Art. 22. Os menores que pagarem meia passagem terão direito ao transporte *gratis* de suas bagagens até metade do que corresponde a uma passagem inteira.

Art. 23. Toda a bagagem que não se achar nas condições dos artigos precedentes e que for transportada pelos trens de passageiros deverá ser registrada, e será transportada de conformidade com a tarifa n. II classe 1ª, para o que será entregue no escriptorio respectivo, pelo menos 20 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzi-la, sendo seu frete satisfeito no acto da inscripção.

Art. 24. Os volumes de bagagem ou encomendas poderão ser recusados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 100 kilogrammas ou o seu volume a um metro cubico.

Art. 25. A bagagem registrada, conduzida pelo trem de passageiros, deverá ser retirada no dia de sua chegada à estação destinataria.

A que não for reclamada naquella dia ficará na estação por conta e risco de quem pertencer, pagando de armazenagem 100 réis por dia, por 10 kilogrammas ou fracção de 10 kilogrammas.

Art. 26. Estas disposições não comprehendem os objectos preciosos, cujos valores forem declarados, ou os volumes cujo conteúdo for conhecido, os quaes serão pagos, aquelles pelos respectivos valores e estes por arbitramento feito de accordo com a lei em vigor.

Deve constar nas encomendas o nome do consignatario e o da estação destinataria.

Art. 27. Para o despacho de pequenos valores de encomenda fica estabelecido o peso de 100 kilogrammas ou um metro cubico de volume, devendo ser transportados pelos trens de passageiros, cobrando-se a taxa de conformidade com a tarifa n. II classe 1ª.

#### *Mercadorias*

Art. 28. As mercadorias expedidas pela tarifa n. II classe 1ª pagarão por unidade de 10 kilogrammas, devendo ser entregues no escriptorio do registro, pelo menos, 20 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzi-las.

Art. 29. Os objectos de um peso ou volume superior ao fixado no art. 24 poderão ser igualmente transportados pelos trens de passageiros, em virtude de requisição dos expedidores e pelas condições das mesmas tarifas, comtanto que não prejudiquem a expedição de outras mercadorias de preferencia, nem retardem a marcha dos ditos trens.

Art. 30. As mercadorias expedidas pelas condições da tarifa n. II classe 1ª, que não forem retiradas no dia de sua chegada à estação do seu destino, ficarão sujeitas ao disposto no art. 25.

Art. 31. As mercadorias expedidas pelas condições da tarifa II classe 1ª, que forem extravias ou damnificadas, ficarão sujeitas ás disposições dos arts. 25 e 26.

Art. 32. As mercadorias depositadas nas estações para serem despachadas deverão ser acompanhadas de uma nota assignada pelo remettente, na qual estejam declaradas a data da entrega, a natureza da mercadoria e numero, marca e o acondicionamento dos volumes e os nomes e endereço do remettente e consignatario.

§ 1.º Os agentes da companhia não despacharão mercadoria alguma, sem ter verificado a exactidão desta nota.

§ 2.º Os volumes deverão trazer marcas ou endereços bem legíveis e, além disto, o nome da estação do destino e ser acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Art. 33. A companhia poderá recusar a expedição de qualquer carga, nos seguintes casos :

1º, si o genero estiver tão mal acondicionado que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria ;

2º, si se reconhecer no acto da entrega que já está deteriorado ;

3º, si se verificar que o peso é inferior ao indicado na nota ou que a marca e o numero são inexactos ;

4º, si faltarem alguns volumes.

Entretanto o remettente poderá reparar os defeitos da carga, e neste caso a companhia fará a remessa, substituindo-se por outra a nota apresentada, si for necessario.

Art. 34. Enquanto a carga não for reparada ou retirada, ou si o remettente não quizer mais envia-la, poderá demorar-se 24 horas na estação sem responsabilidade por parte da companhia, sujeitando-se depois á armazenagem.

Art. 35. A companhia poderá igualmente expedir a carga no estado em que for entregue, dando o remettente ao agente da estação uma nota assignada, na qual declare os defeitos da mesma carga e allieve a companhia da responsabilidade das avarias.

Art. 36. As mercadorias susceptiveis de se deteriorarem em pouco tempo e os generos cujo valor importar em menos do que o respectivo frete serão despachados depois de pago o frete, e a companhia não será responsavel pelo estado em que chegarem ao seu destino os de facil deterioração.

Art. 37. A companhia não se responsabilizará pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, etc., diminuição ordinaria de peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação ou esgoto de liquido, etc.

Igualmente não será responsavel por avarias de outra qualquer natureza, desde que não forem authenticadas pelo chefe da estação antes da entrega dos objectos, e não houver estrago conhecido nos involucros procedente de negligencia de seus empregados.

Art. 38. Os expedidores deverão declarar si as suas mercadorias são frageis, ou si devem ser preservadas de humidade, em falta do que a companhia não responderá por avarias desta especie.

Art. 39. Os objectos cujos transportes se effectuarem pelas condições da tarifa II classe 2ª e seguintes poderão ficar 12 horas de dia na estação da Capital e molhe, e 24 horas nas outras, descontados os domingos e dias santificados. Findo que seja este prazo, só permanecerão nos armazens das estações por conta e risco de quem pertencerem, e pagando a seguinte armazenagem por unidade ou fracção de 10 kilogrammas e por dia:

Pelos primeiros 30 dias, 50 réis por dia.

De 31 a 90 dias, 100 réis por dia.

Art. 40. Nenhuma despeza de armazenagem poderá a companhia cobrar pela demora das cargas em suas estações antes

de serem expedidas, salvo si essa demora for motivada pelo remettente ou consignatario.

Neste caso perceberá a companhia a mesma armazenagem de que trata o artigo anterior, por cada dia que decorrer entre aquelle em que deveria ter sido effectuado o embarque e aquelle em que o for.

Art. 41. Si uma mesma expedição contiver mercadorias de diversas tarifas, que não perfaçam cada uma de per si a unidade de 10 kilogrammas, o frete total será cobrado pela taxa da tarifa mais elevada.

Art. 42. As mercadorias despachadas pagarão o respectivo frete no acto da inscripção, salvo os productos de exportação despachados no interior para a Capital, cujos fretes poderão ser pagos na estação da procedencia ou destinataria á vontade do expeditor.

Art. 43. A carga e descarga dos objectos transportados pelas condições das classes 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> da tarifa II, serão feitas nas estações pelos expeditores ou destinatarios.

Art. 44. A administração poderá fazer o serviço de que trata o artigo antecedente no caso de negligencia dos expeditores ou destinatarios ou por convenio, cobrando, além do frete, 400 réis por carga e 400 réis por descarga de tonelada.

Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta.

Por todos os materiaes ou objectos, qualquer que seja sua natureza, que forem descarregados nos pateos das estações, a administração não cobrará armazenagem alguma dentro do prazo de cinco dias; si, porém, findo este prazo, não forem retirados da estação, pagarão a taxa diaria de 2\$ por tonelada.

Art. 45. Os carros de passeio ou funebres e as carroças pagarão o frete total dos vagões que occuparem na razão de cinco mil (5.000) kilogrammas por vagão, cobrando-se o daquelle pela tarifa n. 11 classe 2<sup>a</sup> e os destes pela classe n. 3 da mesma tarifa.

Estes preços comprehendem a carga e descarga na estação da Capital; nas outras estações aquelle serviço será feito pelos agentes dos expeditores ou destinatarios ou nas condições do art. 44.

Art. 46. Os expeditores dos carros e carroças deverão apresental-os na estação da procedencia, pelo menos meia hora antes da partida do trem pelo qual se tiver de fazer a remessa.

Art. 47. Os vehiculos transportados não poderão conter bagagem ou qualquer outro objecto além dos que lhes pertencerem.

Art. 48. As madeiras e mais materiaes de construção, combustiveis e materias diversas taxadas segundo os preços das classes 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> da tarifa II, serão transportados sem demora quando completarem a lotação dos carros proprios para este transporte, ou, quando não completando, o remettente quizer pagar o valor da lotação dos mesmos carros. No caso contrario, poderão ser demorados até que haja lotação.

Art. 49. As mercadorias taxadas na classe 13<sup>a</sup> tarifa II serão transportadas quando for possível á estrada fazel-o sem prejuizo das mercadorias taxadas pelas outras classes.

Art. 50. Toda a inscripção de mercadorias, bagagem, dinheiro, joias, animaes, etc., será feita dando-se ao expeditor um conhecimento, que será exigido no acto da entrega dos objectos.

Art. 51. As mercadorias de qualquer natureza remettidas para as estações a fim de serem expedidas pelos trens de carga, e cujos despachos não forem pagos dentro de 12 horas, ficarão sujeitas ás armazenagens previstas, menos aquellas cujos fretes tenham de ser pagos na estação destinataria.

Art. 52. Si depois de registrada uma expedição e antes de feito o transporte, quizer o expeditor, por qualquer motivo, variar a consignação da mesma ou retirá-la, a estrada annullará o despacho feito e restituirá o frete, menos as taxas de despachos, carregamento e descarregamento, no segundo caso; no primeiro, far-se-ha novo despacho, pelo qual se cobrará a differença do frete, e nova taxa de despacho, considerando-se as taxas de carregamento e descarregamento como pagas.

O expeditor, quer em um, quer em outro caso, deverá restituir á estrada os documentos que tiver recebido, sem o que não será annullado o despacho já feito.

Art. 53. Os artigos sujeitos a se deteriorarem poderão ser vendidos no fim de oito dias, ou antes, sendo isto indispensavel no caso de serem recusados pelos destinatarios ou serem estes desconhecidos pela companhia, recolhendo-se qualquer excedente ao deposito publico.

#### *Responsabilidade da administração, seguro e indemnisações*

Art. 54. A estrada declina toda a responsabilidade por perdas ou avarias, nos seguintes casos :

- 1º, quando provierem de caso fortuito ou força maior;
- 2º, quando não tiverem sido verificadas á chegada da mercadoria e antes de sua acceitação ou retirada pelo destinatario;
- 3º, quando as caixas ou envoltorios não apresentarem exteriormente indícios de violencia, não forem quebradas, molhadas ou não houver manchas;
- 4º, quando forem ultteriores á recusa da mercadoria pelo destinatario, do que se lavrará auto;
- 5º, quando a mercadoria, por sua natureza especial, for susceptível de soffrer perda ou avaria total ou parcial, como combustão espontanea, effervescencia, evaporação, vasamento, ferrugem, putrefacção, etc.;
- 6º, quando estiver coberta por declaração de responsabilidade, caso em que se presumirá, até prova do contrario, que os danos proveem do defeito ou defeitos verificados na mercadoria, no acto do despacho.

Art. 55. A estrada não responderá pelos danos resultantes do perigo que o transporte em caminho de ferro ou demora de viagem acarreta para animaes vivos. Não responderá tampouco por avarias ou morte de animaes no caso em que, tendo sido o

carregamento feito pelos expedidores, haja sido excedida a lotação do vagão.

Art. 56. Quando a mercadoria for acompanhada por pessoa encarregada de vigiá-la, a estrada não responderá pelos danos resultantes do perigo que a vigilância tenha por fim evitar.

Art. 57. No que concerne a mercadorias, que, por ajuste com os expedidores ou por assim estar estabelecido nos regulamentos da estrada, são transportadas em vagões abertos, a estrada não responderá pelos riscos inerentes a este modo de transporte.

Art. 58. Quando o carregamento ou descarregamento for feito pelo expeditor ou destinatário, a estrada não responderá pelos riscos resultantes desse serviço.

Art. 59. Quando a mercadoria for por sua natureza susceptível de soffrer, por influencia atmospherica ou qualquer outra causa independente do serviço da estrada, quebra em peso ou medida, a estrada não responderá pela diferença.

Art. 60. Quando a mercadoria for carregada sob os cuidados do expeditor, a estrada não responderá pelo numero de volumes, ainda que a nota da expedição o indique.

Art. 61. A estrada não se responsabilizará pelos riscos provenientes dos objectos contidos nos volumes de bagagem.

Art. 62. A estrada responsabilizar-se-ha pelo peso das mercadorias até final entrega das mesmas ao destinatário ou seu preposto, para o que as fará pesar nas estações antes de carregal-as.

Exceptuam-se as mercadorias carregadas por vagão, por cujo peso a estrada não se responsabilizará, limitando-se apenas a verificar o peso para cobrança do frete e impedir que a carga exceda ao peso que comportam os vagões.

Art. 63. A responsabilidade da estrada cessará:

1º, a respeito das mercadorias entregadas na estação immediatamente após sua retirada, certificada pelo recibo do destinatário;

2º, a respeito das mercadorias destinadas a logares distantes da estrada de ferro, no momento da entrega ao correspondente designado pelo expeditor.

Art. 64. Os expedidores e passageiros terão a faculdade de declarar no acto do despacho o valor segundo o qual quizerem ser indemnizados, em caso de perda ou avaria da sua mercadoria, bagagem ou animais. Neste caso cobrar-se-ha, além do frete e demais taxas, 1/2 % do valor declarado para as expedições das classes 2ª e seguintes da tarifa II; 1 % para a 1ª classe da tarifa II e 2 % para a tarifa III e seguintes.

Art. 65. A declaração do valor das mercadorias nas notas de expedição nenhuma significação terá, desde que não seja paga a taxa do seguro.

Art. 66. A importancia do valor declarado será paga em caso de perda total, e somente uma quota proporcional á perda, si esta for apenas parcial.

Do mesmo modo, em caso de avaria, a indemnisação será paga proporcionalmente á importancia da avaria verificada.



Em nenhum caso a indemnisação poderá exceder o damno realmente soffrido pelo expeditor, em consequencia da perda ou avaria, e será neste caso reduzida à importancia do damno.

Art. 67. Quanto aos objectos não seguros, a estrada não será responsavel sinão até à importancia de 500 réis por kilogramma de mercadoria e 1\$ por kilogramma de bagagem ou encommenda perdida ou avariada, sem que em nenhum caso a indemnisação possa ser superior ao valor da mercadoria, bagagem, ou encommenda perdida ou avariada.

No caso em que uma mercadoria, etc. for achada depois de ter sido considerada perdida, a estrada dará aviso ao destinatario, que terá durante 15 dias o direito de reclamar a entrega, devendo restituir as 3/4 partes da indemnisação que lhe tiver sido paga.

A mercadoria, etc. avariada ficará pertencendo à estrada.

Art. 68. As clausulas de irresponsabilidade ou limitação de responsabilidade estabelecidas nestas condições regulamentares não poderão ser invocadas pela estrada, si se provar culpa ou dolo por parte do pessoal da estrada, ou defeito do seu serviço.

Neste caso as indemnisações a pagar serão reguladas pelo Código Commercial.

#### *Animaes*

Art. 69. Os animaes serão transportados pelos trens de carga ou mixtos, e pagarão pelas tabellas respectivas e por cabeça.

Art. 70. Nas estações do interior os animaes só poderão ser transportados em trens de carga ou mixtos, quando estes c puderem fazer, salvo si for requisitado esse transporte à administração com 24 horas de antecedencia.

Art. 71. Os animaes deverão ser apresentados a despacho pelo menos 30 minutos antes da partida dos trens de passageiros, e 40 minutos antes da hora indicada para a partida dos trens de mercadorias.

Art. 72. Os animaes deverão ser recebidos à chegada dos trens, por seus donos ou consignatarios; caso o não sejam, serão remettidos para logar conveniente para serem tratados por conta e risco de quem pertencerem.

Art. 73. Os expeditores que desejarem effectuar o transporte de grande numero de animaes, deverão prevenir a administração com antecedencia de 24 horas, pelo menos.

Art. 74. As expedições de animaes feitas pelas tarifas III, IV e V que comprehenderem tres ou mais vagões, terão o abatimento de 20 % sobre os preços daquellas tarifas, e uma passagem gratuita de ida e volta nos carros de 2ª classe será concedida a um dos conductores dos animaes; em taes casos a presenca deste será exigida.

Art. 75. Os animaes ferozes só serão transportados nos trens de mercadorias ou especiaes e acondicionados em fortes

caixões, ou gaiolas de ferro ou madeira, e mediante accordo com a administração.

Art. 76. Os animaes perigosos serão igualmente sujeitos a uma taxa convencional entre a companhia e o remetente, assim como aquelles cujos valores declarados forem superiores a 500\$000.

Art. 77. Os perús, gansos e quaesquer outros animaes pequenos só serão transportados estando acondicionados dentro de gaiolas, cestos, capoeiras, barricas ou caixões fechados. A companhia não responderá por expedições desta natureza.

Art. 78. As capoeiras das gallinhas e os pequenos animaes ou aves em gaiolas ou caixões estão sujeitos ás mesmas condições de despacho e recebimento de animaes.

Art. 79. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tabellas feitas para os animaes com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 80. A companhia sómente se responsabilizará pelos damnos, ou perdas no transporte de animaes, provando-se que por culpa de seus empregados foram elles extraviados, demorados mais tempo do que o necessario, maltratados durante a viagem, ou excedida a lotação dos respectivos carros, e ainda assim não será obrigada a indemnisação superior á abaixo fixada:

Burros, cavallos e semelhantes, 50\$000 cada um;

Bezerros, cabras, carneiros e porcos, 5\$000 cada um;

Aves e animaes pequenos, 1\$000 cada um.

A companhia, entretanto, responsabilizar-se-ha pelos valores declarados dos animaes, e nos casos acima expostos, mediante o pagamento conforme o art. 64, além do frete.

Art. 81. Os fretes dos animaes serão pagos no acto da inscripção.

#### *Do molhe e seu serviço*

Art. 82. Nenhum vapor ou navio poderá atracar á ponte sem licença da companhia.

Art. 83. A lotação da ponte é de um vapor ou navio de cada lado, com atracação annexa, podendo ter logar quatro ou cinco carreiras de navios, encostados um ao outro.

Art. 84. Cada navio pagará por dia util em que estiver atracado a taxa diaria de 3\$000.

Art. 85. Será collocada fóra dos appparelhos de amarração uma boia para os vapores ou navios, que na chegada não puderem atracar.

Art. 86. Os vapores pagarão a taxa diaria de 6\$, com direito á atracação immediata; o navio ou navios que tiverem de desatracar, para ceder o logar a vapor ou vapores, ficarão isentos do pagamento de estadia, enquanto os vapores estiverem atracados.

Art. 87. Os vapores e navios atracarão pela ordem da inscripção do registro da companhia; o navio, porém, que por qualquer

circunstancia deixar de atracar, segundo sua inscrição, será, todavia, considerado como primeiro no registro dos navios a atracar.

Art. 88. Os navios atracados sujeitar-se-hão ás mudanças precisas segundo as exigencias do serviço e conforme forem determinadas pelo feitor ou administrador da ponte; nenhuma manobra, porém, dos navios atracados á ponte, ou que tenham de atracar, sera feita sem expressa autorização do feitor ou administrador da ponte.

Art. 89. Por qualquer damno causado á ponte pelos navios, no acto da atracação ou quando atracados, será responsavel o navio que o ocasionar.

Art. 90. Será prohibido o ingresso na ponte, fóra do serviço, e a ninguem será permittida a entrada depois de 6 horas da tarde sem licença por escripto.

Art. 91. A companhia fornecerá a pedido o uso de um guindaste de capacidade de cinco toneladas á razão de 10\$ por dia.

Art. 92. Sempre que houver navio a atracar, com carregamento de carvão ou outra mercadoria a que seja applicavel o uso do guindaste, e este esteja parado por falta de serviço, terá direito a atracar, e neste caso o ultimo navio atracado cederá o logar, sem que tenha direito a indemnisação alguma.

Art. 93. O navio, logo que findar a descarga, deverá desatracar.

Art. 94. Si a descarga do navio for demorada por falta de vagões, não sera cobrada a taxa da atracação correspondente á demora havida.

A companhia, porém, não será responsavel por qualquer despeza de estadia dos navios, nem por falta de vagões, nem por qualquer motivo.

Art. 95. A companhia não se responsabilisará por avaria ou damno, que possa dar se no acto da descarga, quer por defeito dosapparelhos, quer por qualquer outra causa, ficando por conta dos donos ou consignatarios quaesquer prejuizos occorridos.

Art. 96. A companhia não responderá por accidentes ou danos que se deem nos vapores ou navios que atracarem ou desatracarem na ponte, quer provenha o accidente ou damno de defeito dos apparelhos da amarração, quer de qualquer outra causa, devendo cada navio proceder á amarração por sua propria conta e risco.

Art. 97. As tripolações dos navios atracados á ponte da estrada de ferro ficam sujeitas ás penas impostas pelo regulamento para fiscalisação da segurança, conservação e policia das estradas de ferro, constante do decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

Art. 98. Cada vapor ou navio deverá pagar de amarração na boia ao largo do rio a taxa diaria de mil réis (1\$000), quando nella atracar, no caso de não poder o vapor ou navio atracar á ponte por achar-se completa a lotação.

Art. 99. O serviço nos domingos e dias feriados será feito mediante accordo com a companhia.

Art. 100. O serviço da carga e descarga dos vagões da companhia na ponte será feito pelos expeditores ou consignatarios de productos do paiz, dentro do prazo que lhes for fixado, ou pela companhia por um preço que for convencionado entre ella e os consignatarios; no caso desta convenção não se realizar, poderá ser feito este serviço pelos empregados da companhia da estrada de ferro, cobrando a administração, neste caso, dous mil réis (2\$) por carga de vagões de cinco toneladas, e tres mil e duzentos réis (3\$200) por carga de vagões de oito toneladas. Compete aos interessados em seguida promover o expediente preciso para o despacho destes vagões.

Art. 101. A descarga das massas indivisas de 500 kilogrammas para cima e não excedentes a 1.000 kilogrammas, pagará á razão de quatrocentos réis (400 réis) por tonelada:

|                                         |         |
|-----------------------------------------|---------|
| Volumes de 1 a 2 toneladas pagarão..... | 6\$500  |
| Ditos de 2 a 3 toneladas pagarão.....   | 10\$000 |
| Ditos de 3 a 4 toneladas pagarão.....   | 15\$000 |
| Ditos de 4 a 5 toneladas pagarão.....   | 25\$000 |

quando a carga e descarga for feita por empregado da companhia.

Os volumes de peso superior aos acima especificados pagarão uma taxa convencionada.

Trilhos, carvão, sal e generos semelhantes pagarão quinhentos réis (500 réis) por tonelada ou fracção de tonelada.

Madeira, quinhentos réis (500 réis) por metro cubico.

Art. 102. Os expeditores de generos ficam sujeitos ao pagamento da taxa diaria de cinco mil réis (5\$) por vagão, em um dia ou fracção de dia, quando a falta de despacho, depois de carregado o vagão, exceder o prazo de 24 horas. Para o prazo de estada livre não são contados os domingos e dias feriados.

Vapores e navios descarregando no molhe para a Alfândega da Parahyba pagarão por tonelada de peso e medida á razão de dous mil réis (2\$) ao cambio de 27 d. e variando com o cambio.

### *Armazenagem*

Para facilitar a exportação do porto de Cabedello, a Companhia da estrada de ferro offercerá aos exportadores de productos agricolas do Estado o seu armazem collocado no espaço da estação de Cabedello, para ser usado como deposito para taes productos até á capacidade do mesmo armazem e de conformidade com as exigencias do trafego.

Cada sacca de algodão pagará á razão de 100 réis por mez ou fracção de mez.

Nenhum volume poderá ficar depositado por mais de cinco mezes e os productos a serem depositados serão aquelles destinados á carga de vapores ou navios atracados ao molhe da companhia.

Os exportadores deverão avisar a companhia com oito dias de antecedencia, quando pretenderem gosar desta licença, especificando o numero de volumes que tiverem de ser recolhidos.

Assucar, por sacco de 75 kilogrammas, pagará de armazenagem 75 réis nas condições acima especificadas.

Farinha e milho pagarão a mesma armazenagem por saccos regulares.

Caroço de algodão igualmente pagará armazenagem de 50 réis por sacco.

### *Disposições geraes*

Art. 103. O systema de pesos e medidas que a companhia adoptará exclusivamente na estrada de ferro será o systema metrico decimal a que se refere a lei n. 1157 de 26 de junho de 1862.

Art. 104. Tanto nos trens de viajantes como nos trens de mercadorias as fracções de kilometro e de 10 kilogrammas pagarão por unidade inteira. Para o calculo das tarifas considerar-se-hão as distancias reaes de estação a estação, contando-se toda a fracção de kilometro como um kilometro. Na determinação do preço de transporte da tarifa n. 1 considerar-se-ha como 100 réis toda a fracção de 100 réis; e da tarifa n. 11 considerar-se-ha como 5 réis toda a fracção de 5 réis; assim como as fracções menores de 20 réis serão contadas como 20 réis, quando não houver duas ou mais parcelas para sommar; em caso contrario, a disposição deste artigo será applicada sómente em somma e não a cada parcella. Nenhum frete será menor de 400 réis além do conhecimento.

Art. 105. Desde que um expeditor necessitar de um vagão para carga completa de mercadorias deverá requisital-o com antecedencia de 24 horas, e de 48, si o pedido for de dous ou mais vagões.

O expeditor ficará sujeito á multa de 5\$ por vagão, si as mercadorias não forem remettidas á estação no dia convencionado. A importancia desta multa será depositada no acto da requisição, e a administração no dia immediato ao fixado para a expedição poderá dispor dos vagões.

Nenhum expeditor ou consignatario poderá deter um vagão por mais tempo do que o estabelecido no art. 40; si a carga ou descarga exceder deste prazo, cobrar-se-hão 100 réis por hora e por tonelada ou fracção de hora e de tonelada pela demora, ficando á companhia o direito de dispor do vagão, fazendo a descarga por conta e risco de quem pertencer a mercadoria.

O chefe da estação deverá prevenir com antecedencia ao expeditor o dia e hora em que os vagões estarão á sua disposição.

Quando os vagões forem carregados por conta do expeditor, deverão sel-o dentro do prazo que lhe for fixado e, quando o expeditor ou consignatario não o tenha feito dentro do referido

prazo, este serviço poderá ser effectuado pela administração, cobrando esta, nesse caso, além do frete, 2\$ por carga de vagão de cinco toneladas e nessa proporção para os maiores e igual somma pela descarga.

Art. 106. Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões.

O expeditor será responsável por qualquer avaria causada por seus agentes nos vehiculos da estrada de ferro, na carga ou descarga das mercadorias.

Art. 107. A administração não se obrigará a transportar objectos de peso superior a 1.000 kilogrammas ou que exijam a conservação de um ou mais vagões sobre a linha principal nas estações onde não houver linha de desvio.

Art. 108. O transporte de objectos que reclamarem o emprego de um material especial não será obrigatorio.

Art. 109. O transporte de materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas, ou de volumes cujo involucro possa occasionar incendio, não poderá ter logar pelos trens de passageiros.

Estes objectos deverão ser acondicionados em barris ou caixões de madeira competentemente fechados e serão expedidos pelos trens de mercadorias em dias determinados pela companhia.

Art. 110. A polvora e outras substancias de grande perigo só poderão ser transportadas acondicionadas em duplos involucros de madeira, ou caixões de cobre devidamente fechados por conta do Governo ou quando forem destinadas ás obras da estrada de ferro.

Art. 111. Os objectos que no fim de noventa dias não forem retirados das estações ou armazens da estrada de ferro serão vendidos pela administração em hasta publica, por conta e risco de quem pertencerem para pagamento das despesas a que estiverem sujeitos, recolhendo-se qualquer excedente ao cofre publico; mas no caso em que o producto da arrematação não satisfaça as despesas occorridas, a administração poderá cobrar do expeditor o que faltar para o complemento das despesas.

Art. 112. Na cobrança de armazenagem de mercadorias não serão contados os dias de chegada, entrega ou despacho.

Art. 113. A administração terá o direito de abrir os volumes todas as vezes que tiver motivo para julgar falsa a declaração do seu conteúdo.

Em taes casos cobrar-se-ha o frete duplo dos volumes não manifestados.

Si, porém, esses objectos forem inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expeditor pagará a multa de 200\$000.

Art. 114. Os objectos que não se acharem sufficientemente acondicionados e que não tiverem um endereço ou marca intelligivel poderão ser recusados ou transportados sem responsabilidade da companhia, fazendo-se esta declaração nos respectivos conhecimentos.

Art. 115. A carga dos vagões abertos não poderá exceder ás seguintes dimensões:

Largura, 1<sup>m</sup>,83.

Altura, acima do nível dos trilhos, 3 metros.

Art. 116. A responsabilidade da companhia só cessará com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvo os casos especificados nas presentes instrucções e para os quaes esta responsabilidade está definida.

Art. 117. Si a remessa da bagagem ou mercadoria se compuzer de varios volumes o frete será contado por um só, com o peso de todos os outros. Esta concessão só terá logar si os volumes se acharem reunidos em um só involuero, debaixo do nome de um destinatario.

Art. 118. Todo o transporte que necessitar de um ou mais vagões pagará o frete total dos que forem empregados, na razão de cinco toneladas metricas (5.000 kilogrammas) por vagão.

Art. 119. Os casos de embargo ou penhora em mercadorias e outros objectos depositados nas estações da estrada de ferro serão regulados pelas disposições do decreto n. 841, de 13 de outubro de 1851, que lhes forem applicaveis.

Os objectos embargados ou penhorados não poderão ser retirados das estações sem ter sido a estrada de ferro indemnizada do que lhe for devido por frete, armazenagem e mais despesas.

Quando o embargo ou penhora recahir em generos de facil deterioração nocivos ou perigosos, não poderão estes ficar nas estações depositados.

Art. 120. Os objectos preciosos, taes como joias, dinheiro, ouro, etc., serão transportados pelos trens de passageiros e pagarão além de 50 % sobre os preços da tarifa I, classe 2<sup>a</sup>, mais 1/2 % *ad valorem*.

Neste caso a administração será responsavel pelos valores declarados.

Art. 121. Toda a reclamação, tendo por fim a restituição de uma taxa indevidamente paga ou indemnisação de perda e avaria, deverá ser immediatamente dirigida ao chefe da estação.

Da decisão do dito chefe poderá o reclamante, dentro do prazo de tres dias, appellar para a administração; findo o qual não será mais attendido.

Art. 122. A importancia dos fretes, dos trens e carros especiais, será paga no acto da requisição.

A administração não restituirá a importancia deste transporte quando não se effectuar por vontade ou negligencia dos que o tiverem requisitado.

Art. 123. As malas do Correio e seus conductores serão transportados gratuitamente e bem assim os dinheiros do The-souro Federal ou Estadual.

Art. 124. Os cadaveres são transportados em vagões cobertos, cobrado o preço a razão de cinco toneladas pela tarifa II classe 1<sup>a</sup>.

continua >

Art. 125. A administração poderá fornecer trens de excursão para o transporte de passageiros, pagando estes, em taes casos, a importancia de uma viagem de ida, que lhes dará direito a ida e volta nos ditos trens.

Art. 126. E' expressamente prohibido á companhia fazer ajustes particulares com o fim de conceder a um ou outro remittente quaesquer reduções das tarifas approvadas.

Art. 127. A companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um mais que a outro individuo todos os transportes de qualquer natureza que lhes forem confiados; salvo as excepções declaradas nestas instruções.

Art. 128. Os volumes, animaes ou outras quaesquer cargas entregues á estrada de ferro serão inscriptos na estação da partida e na estação da chegada em registros especiaes, á medida que forem recebidos, mencionando-se a estação do destino, nome dos remittentes e dos consignatarios, marcas, qualidade dos volumes, especie de mercadorias, fretes pagos ou a pagar. As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação de partida, salvo os casos de preferencia por objecto de serviço publico.

Art. 129. Toda a inscripção de mercadorias, bagagens, dinheiro, joias, animaes, etc., será feita mediante um conhecimento dado ao expeditor e que será exigido no acto da entrega dos objectos; uma taxa de 40 réis será percebida pelo conhecimento de inscripção. No caso de perda do conhecimento o recebedor, depois de justificada a sua identidade, poderá passar um recibo, em vista do qual lhe será entregue a mercadoria ou volume registrado.

Art. 130. Pelos recibos em substituição de conhecimentos não apresentados cobrará a companhia a taxa de duzentos réis (200) cada um.

Art. 131. As mercadorias de qualquer natureza remettidas para estações affim de serem expeditas p'los trens de carga e que não forem despachadas dentro de 12 horas de dia na estação da Capital e 24 horas nas do interior, ficarão sujeitas á armazenagem, de conformidade com a tarifa por que tiverem de ser despachadas (art. 139).

Art. 132. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tabellas feitas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 133. Os agentes da estrada de ferro não poderão exigir outros fretes ou retribuição de qualquer natureza que não se achem especificados neste regulamento e de accordo com as tarifas annexas.

Art. 134. Os empregados da estrada de ferro deverão ministrar aos expeditores todas as informações necessarias para a intelligencia e cumprimento das presentes instruções.

Art. 135. A administração poderá deter os volumes portencas as expedições que por falsas declarações estiverem sujeitas ás multas impostas por este regulamento.



Si, no prazo de 15 dias, não forem pagas as multas devidas, a administração procederá à venda dos objectos detidos de conformidade com o art. 111. Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a administração cobrará o restante executivamente.

Art. 136. Nas estações deverão ser descarregados os vagões de carga que computarem os trens, segundo a ordem da sua chegada, sendo recolhidas aos armazens aquellas mercadorias que deverem ser abrigadas, e em caso algum poderão demorar-se os vagões carregados, ainda mesmo a pedido dos consignatarios.

Art. 137. Tanto as presentes instrucções e tarifas como os artigos do regulamento annexo ao decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857, e 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup> e 15.<sup>a</sup> das condições que baixaram com o decreto n. 1759, de 26 de abril de 1856, deverão ser impressos e colligidos em folhetos, dos quaes serão distribuidos exemplares por todas as estações, como determina o art. 36 do referido regulamento.

Art. 138. Todos os empregados das estações e dos trens, e os guardas dos portões e das passagens de nivel usarão de um uniforme apropriado ao serviço da estrada de ferro, devendo cada classe ter um distinctivo especial.

Ficam isentos desta obrigação os machinistas, foguistas e serventes.

Art. 139. Por infracção de qualquer das disposições acima mencionadas relativas ao serviço de passageiros ou mercadorias, serão os empregados da companhia sujeitos à multa de 30\$ a 50\$, ou demittidos, conforme a gravidade do caso.

### *Telegrapho electrico*

Art. 140. A companhia fica autorisada a cobrar pelo serviço que o telegrapho electrico por ella estabelecido prestar aos particulares as seguintes taxas:

Pela transmissão de um telegramma de uma a 10 palavras para qualquer das estações da estrada de ferro, 1\$000.

Quando o telegramma tiver mais de 15 palavras, as taxas serão augmentadas de um quinto por cada serie de cinco palavras ou fracção de serie excedente.

§ 1.º O communicante poderá pagar de ante mão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras.

Neste caso a minuta do telegramma deverá ter a declaração: «Resposta paga para..... palavras» antes da assignatura do remetente.

§ 2.º Si a resposta tiver menor numero de palavras do que a indicada no telegramma, não se fará restituição da taxa; no caso contrario, será o excesso pago pela pessoa que apresentar a resposta.

§ 3.º A resposta para ser transmittida deverá ser apresentada dentro de 48 horas que se seguirem à da entrega do telegramma

primitivo do destinatario. A resposta apresentada depois de findo este prazo fica sujeita ao pagamento da taxa.

Art. 141. Para o endereço do despacho serão concedidas de uma a doze palavras, que não serão contadas na cobrança da taxa.

As palavras excedentes de 12 serão contadas e taxadas com o conteúdo do despacho. O lugar de partida e a data serão transmittidos *ex officio*.

Art. 142. Os traços de união e os signaes de pontuação não serão contados, mas os outros signaes serão taxados conforme o numero de palavras necessarias para traduzil-os.

Os numeros de 1 a 15 algarismos serão contados por uma palavra.

Art. 143. O agente da estação poderá exigir, si julgar conveniente, que a pessoa que quizer expedir um telegramma prove a sua identidade pelo testemunho de pessoas conhecidas ou pela apresentação de passaportes ou quaesquer outros documentos sufficientes.

Art. 144. Os agentes das estações deverão recusar a expedição ou a entrega dos despachos prejudiciaes á ordem publica ou offensivos á moral e bons costumes. No caso de duvida, deverão dirigir-se ás autoridades policiaes do lugar, que decidirão si o telegramma poderá ou não ser enviado.

Art. 145. O despacho expedido simultaneamente a mais de uma estação será sujeito a uma taxa simples, e por cada uma das outras mais metade da mesma taxa.

Art. 146. A todo despacho levado ao dominio do destinatario deve ir junto um recibo para ser assignado pela pessoa a quem o despacho for dirigido, por algum membro de sua familia, ou por qualquer empregado seu. Si nenhuma dessas pessoas for encontrada, far-se-ha menção disso no despacho, que voltará ao escriptorio do destino.

Art. 147. Si o telegramma for retirado depois de começada a transmissão, não se restituirá a taxa.

Art. 148. A restituição da taxa será feita quando :

1º, o despacho for entregue ao destinatario com demora de mais de hora e meia depois da recepção;

2º, o despacho for entregue tão alterado que não preencha o fim para que tiver sido expedido;

3º, a autoridade do lugar do destino prohibir a entrega do despacho;

4º, for necessario retardar a transmissão do despacho, salvo si a parte sujeitar-se á demora inevitavel.

Art. 149. Os despachos deverão ser feitos com tinta, em linguagem ordinaria e intelligivel, sem abreviação alguma de palavras, datados e assignados. Os que forem dados de viva voz não serão transmittidos.

Art. 150. Todos os despachos transmittidos e recebidos serão transcriptos integralmente em um livro de registro, com menção da hora, do principio e do fim da transmissão, e da taxa cobrada, da qual se passará recibo a quem expedir o telegramma.

Art. 151. A minuta do despacho será numerada, e em uma das margens se marcará a hora da entrega no escriptorio da transmissão e a hora de chegada ao destino. Estas serão archivadas.

Art. 152. Os despachos serão transmittidos segundo a ordem da numeração, salvo os casos estabelecidos no art. 154.

Todavia os despachos de mais de 100 palavras poderão ser recusados ou demorados para cederem a prioridade a outros mais breves, posto que entregues posteriormente.

Art. 153. Os azenes da companhia deverão guardar fielmente o segredo dos despachos.

Art. 154. As precedencias para as expedições dos despachos serão reguladas do modo seguinte :

Em primeiro logar o serviço da companhia nos casos urgentes em que qualquer demora possa comprometter a segurança dos trens.

Em segundo logar o Governo Geral.

Em terceiro logar o Governo Estadual.

Em quarto logar o serviço ordinario da companhia.

Em quinto logar o serviço das autoridades.

Em sexto logar os particulares.

Art. 155. Por infracção de qualquer das disposições acima, relativas ao serviço do telegrapho electrico, serão os empregados da companhia demittidos ou sujeitos a multa de 30\$ a 50\$, conforme a gravidade do caso.

### Tarifas normaes — cambio 20

#### TARIFA I

##### *Passageiros*

##### Classes

|                      |                                                                                  |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 1 <sup>a</sup> ..... | 70 rs. por kilom. até 50 kilom., e<br>60 rs. por kilom. para maiores distancias. |
| 2 <sup>a</sup> ..... | 40 rs. por kilom.                                                                |

#### TARIFA II

##### *Mercadorias*

| Designação                                                                                                                                       | Taxa para tonelada<br>kilometrica |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| 1 <sup>a</sup> Bagagens e encomendas.....                                                                                                        | 750                               |
| 2 <sup>a</sup> Objectos de grande volume e pouco peso,<br>generos de cuidado e de condução perigosa,<br>obras de luxo, de arte, explosivos (taxa |                                   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| (dupla), gaz, kerozene, agua-raz, dinheiro, joias, objectos de valor, mais 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                                                                                                                                                                        | 640 |
| 3ª Objectos de armarinho, perfumarias, modas, quinquilharias, charutos, cigarros e fumo importado, calçado .....                                                                                                                                                                | 430 |
| 4ª Objectos de louça, barro, vidro, etc., e acondicionados em caixas, barricas, gigos, fazendas de qualquer qualidade, obras de madeira, vinhos e licores importados, alcool importado .....                                                                                    | 250 |
| 5ª Algodão descaroçado, lã, feltros, etc., ovos, leite, manteiga fresca, carne fresca, peixe fresco, verdura, fructas, caça, gelo, conservas, sal refinado, café, cacão .....                                                                                                   | 179 |
| 6ª Productos químicos, pharmaceuticos, aguas mineraes, phosphoros (taxa dupla), assucar refinado .....                                                                                                                                                                          | 170 |
| 7ª Objectos ordinarios acondicionados em amarrados ou atados, vassouras, espanadores e semelhantes, algodão em caroço, pás, enxadas, etc., acondicionados ou amarrados, chinelos, tamancos, etc., balaos, peneiras, etc., temperos .....                                        | 160 |
| 8ª Farinhas de milho, mandioca, trigo, etc., arroz, bacalhão, carne secca, salgada, assucar bruto, objectos de zinco, folhas de Flandres, etc., papel, obras pequenas de cobre, latão, etc. ....                                                                                | 154 |
| 9ª Cereaes, forragem para animaes, sabão commum, manteiga, toucinho, banha, graxa, oleos, etc., fumo, aguardente nacional, caroços de algodão .....                                                                                                                             | 150 |
| 10ª Madeiras para construcção, coque, objectos de ferro, aço ou chumbo de pequeno volume e grande valor relativo, acondicionado em caixas, etc., ferragens, cavilhas, pregos, parafusos .....                                                                                   | 147 |
| 11ª Caldeiras (não sendo de locomotivas), alambiques, etc., e outras obras de ferro, de grande volume, sal grosso .....                                                                                                                                                         | 145 |
| 12ª Tijolos, telhas, pedras, etc., cal, cimento, areia, barro, terra, argilla, etc. superstruc-turas metallicas, peças de machinas, machinas diversas, ferro, aço, cobre, zinco, chumbo, estanho, etc., em barras, vergas, chapas, etc., carvão animal, vegetal e mineral ..... | 140 |
| 13ª Lenha, saccos, barris, pipas, caixas, latas, cestos e outras quaesquer vasilhas em retorno, trilhos e accessorios, caldeiras (de                                                                                                                                            |     |

|                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| locomotivas) superestructuras metallicas, para estradas de ferro, dormentes de ferro, aço e madeira..... | 100 |
| 14ª Carros rebocados.....                                                                                | 120 |
| 15ª Locomotiva rebocada.....                                                                             | 800 |

## TARIFA III

|                                                        |                 |
|--------------------------------------------------------|-----------------|
| Burros, cavallos e semelhantes — Frete por cabeça..... | 78 rs. por klm. |
|--------------------------------------------------------|-----------------|

## TARIFA IV

|                                                                |                 |
|----------------------------------------------------------------|-----------------|
| Bois, bezerros, vitellas e semelhantes — Frete por cabeça..... | 48 rs. por klm. |
|----------------------------------------------------------------|-----------------|

## TARIFA V

|                                                                                         |                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| Cabras, cabritos, cães, carneiros, porcos, veados e semelhantes — Frete por cabeça..... | 14 rs. por klm. |
| <i>Observação</i> — As tarifas I, III, IV e V conservar-se-hão invariaveis.             |                 |

As mercadorias comprehendidas nas classes 2, 3 e 4 da tarifa n. II terão o augmento de 1 ¼ % por cada dinheiro que baixar da taxa de 20 dinheiros por l\$900, e bem assim as seguintes :

Assucar refinado (classe 6ª).  
 Dito bruto (classe 8ª).  
 Algodão descaroçado (classe 5ª).  
 Dito em caroço (classe 7ª).  
 Caroços de algodão (classe 9ª).  
 Café (classe 5ª).  
 Cacão (classe 5ª).  
 Fumo (classes 3ª e 9ª).  
 Charutos (classe 3ª).  
 Cigarros (classe 3ª).  
 Rapé (classe 3ª).  
 Conservas estrangeiras (classe 5ª).

## Classificação das mercadorias

## TARIFA N. II

## A

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| Abanos de pennas.....            | 3 |
| Abanos de palha de carnauba..... | 7 |
| Abelhas.....                     | 3 |
| Aboboras.....                    | 5 |

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| Açafates e semelhantes.....                                      | 7  |
| Açafrão.....                                                     | 7  |
| Acidos mineraes.....                                             | 6  |
| Aço.....                                                         | 12 |
| Acordeons.....                                                   | 2  |
| Aduelas.....                                                     | 10 |
| Agua.....                                                        | 9  |
| Agua de Cologne.....                                             | 3  |
| Agua medicinaes.....                                             | 6  |
| Agua-raz.....                                                    | 2  |
| Aguardente nacional em barris ou pipas.....                      | 9  |
| Agulhas.....                                                     | 3  |
| Alabastro em bruto.....                                          | 12 |
| Alabastro em obras.....                                          | 2  |
| Alcool em pipas.....                                             | 9  |
| Alcool em garrafas.....                                          | 6  |
| Alcool importado.....                                            | 4  |
| Alambiques e pertenças.....                                      | 11 |
| Alcatifas.....                                                   | 4  |
| Alcatrão, pixe, etc.....                                         | 9  |
| Aletria.....                                                     | 6  |
| Alface.....                                                      | 5  |
| Alfazema.....                                                    | 8  |
| Alfinetes.....                                                   | 3  |
| Algodão descaroçado.....                                         | 5  |
| Algodão em caroço.....                                           | 7  |
| Alhos.....                                                       | 7  |
| Almofadas.....                                                   | 3  |
| Almofarizes de qualquer qualidade.....                           | 10 |
| Alpiste.....                                                     | 5  |
| Alvaiade.....                                                    | 12 |
| Amendoas da Europa.....                                          | 5  |
| Amendoas do paiz.....                                            | 5  |
| Amendoins.....                                                   | 5  |
| Ancoras e ancoretas vasiaas, não em retorno.....                 | 4  |
| Angico, resina, gomma, folha.....                                | 9  |
| Anil.....                                                        | 9  |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....                          | 2  |
| Anzocs.....                                                      | 8  |
| Apparelhos de mesa, de prata, etc., 1/2 %, <i>ad valorem</i> ... | 2  |
| Apparelhos de dita, de porcellana, vidro, etc.....               | 4  |
| Aparadores.....                                                  | 4  |
| Arados e instrumentos de utilidade á lavoura.....                | 11 |
| Arame de latão ou metal semelhante.....                          | 8  |
| Arame de ferro ou zinco.....                                     | 10 |
| Araras.....                                                      | 2  |
| Araruta.....                                                     | 8  |
| Archotes.....                                                    | 7  |
| Arcoas de ferro ou madeira.....                                  | 10 |
| Arções para sellins.....                                         | 10 |
| Areia.....                                                       | 12 |

|                                                            |    |
|------------------------------------------------------------|----|
| Argila.....                                                | 12 |
| Argolas de cobre ou metal semelhante.....                  | 8  |
| Argolas de ferro.....                                      | 10 |
| Armação para chapéus de sol.....                           | 4  |
| Armação para igrejas.....                                  | 4  |
| Armação envernizada para lojas.....                        | 4  |
| Armação ordinaria para lojas.....                          | 4  |
| Armamento.....                                             | 9  |
| Armarios.....                                              | 4  |
| Armarios ordinarios e sem vidros.....                      | 4  |
| Arroz.....                                                 | 8  |
| Artigos de folha de Flandres não classificados.....        | 8  |
| Artigos de luxo não classificados.....                     | 2  |
| Arvores e arbustos vivos.....                              | 3  |
| Asphalto.....                                              | 12 |
| Assucar em bruto.....                                      | 8  |
| Assucar branco, refinado, etc.....                         | 6  |
| Assucareiros de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Assucareiros de metal, louça ou vidro.....                 | 4  |
| Assucareiros de folha de Flandres, etc.....                | 8  |
| Aves em gaiolas.....                                       | 2  |
| Aves empalhadas.....                                       | 2  |
| Azarcão.....                                               | 12 |
| Azeite doce em garrafas.....                               | 6  |
| Azeites de qualquer qualidade em latas, barris, etc.....   | 9  |
| Azeitonas.....                                             | 7  |
| Azulejos.....                                              | 12 |

## B

|                                                        |    |
|--------------------------------------------------------|----|
| Bacalhão.....                                          | 8  |
| Bacias de arame, ferro ou metal semelhante.....        | 10 |
| Bacias de folha de Flandres ou barro do paiz.....      | 8  |
| Bacias de porcellana ou vidro.....                     | 4  |
| Bacias de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....   | 2  |
| Baêtas.....                                            | 4  |
| Balúis vasio.....                                      | 4  |
| Balaio.....                                            | 7  |
| Balanças.....                                          | 10 |
| Balas.....                                             | 12 |
| Baldes.....                                            | 8  |
| Balões.....                                            | 2  |
| Bambinellas.....                                       | 3  |
| Bambu.....                                             | 10 |
| Bancos de madeira.....                                 | 4  |
| Bancos de ferro ordinario e semelhantes.....           | 10 |
| Bandejas de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Bandejas diversas.....                                 | 3  |
| Banha para cabello.....                                | 2  |
| Banha de porco.....                                    | 9  |

|                                                |    |
|------------------------------------------------|----|
| Barbante.....                                  | 4  |
| Barbatanas de baleia.....                      | 4  |
| Barricas e barris vazios.....                  | 4  |
| Barro.....                                     | 12 |
| Barrotes.....                                  | 10 |
| Batatas alimenticias.....                      | 9  |
| Baunilha.....                                  | 5  |
| Bebidas espirituosas.....                      | 6  |
| Bebidas importadas.....                        | 4  |
| Beijús.....                                    | 5  |
| Bengalas finas.....                            | 3  |
| Bengalas ordinarias.....                       | 4  |
| Benjoim.....                                   | 8  |
| Bergos.....                                    | 3  |
| Rigornas.....                                  | 11 |
| Bilhares ou bagatellas.....                    | 2  |
| Bilros.....                                    | 4  |
| Biscoutos.....                                 | 5  |
| Boiões vazios.....                             | 4  |
| Bolacha ordinaria.....                         | 8  |
| Bolsas de viagem vazias.....                   | 5  |
| Bolas de bilhar ou bagatella.....              | 2  |
| Bombas de metal.....                           | 10 |
| Bonecas.....                                   | 2  |
| Bonnets.....                                   | 3  |
| Borra de azeite, gaz, vinho ou vinagre.....    | 9  |
| Borracha em bruto.....                         | 9  |
| Borracha em obras não classificadas.....       | 6  |
| Botijas vazias.....                            | 4  |
| Botinas.....                                   | 4  |
| Botões de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Botões diversos.....                           | 3  |
| Breu.....                                      | 10 |
| Briças.....                                    | 9  |
| Brinquedos.....                                | 2  |
| Brochas para pintar ou calar.....              | 7  |
| Bronze em objectos de arte.....                | 2  |
| Bronze em bruto.....                           | 12 |
| Bules de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....  | 2  |
| Bules de louça ou metal fino.....              | 4  |
| Bules de folha de Flandres.....                | 8  |
| Burras de ferro.....                           | 10 |
| Bustos.....                                    | 2  |

## C

|                            |   |
|----------------------------|---|
| Cabeçadas.....             | 7 |
| Cabeções para animaes..... | 7 |
| Cabello.....               | 6 |
| Cabides de madeira.....    | 4 |



|                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Cabides de ferro.....                                                            | 10 |
| Cabos.....                                                                       | 7  |
| Caça.....                                                                        | 5  |
| Cacão.....                                                                       | 5  |
| Cachimbo.....                                                                    | 3  |
| Cadeados de latão ou metal semelhante.....                                       | 8  |
| Cadeados de ferro.....                                                           | 10 |
| Cadeiras ou tamboretos de madeira.....                                           | 4  |
| Cadeiras ou tamboretos de ferro.....                                             | 10 |
| Cadernaes.....                                                                   | 10 |
| Café em grão.....                                                                | 5  |
| Café moido.....                                                                  | 5  |
| Cafeteiras de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                               | 2  |
| Cafeteiras de louça ou folha de metal fino.....                                  | 4  |
| Cafeteiras de folha de Flandres, etc.....                                        | 8  |
| Caibros.....                                                                     | 10 |
| Caibros curtos até quatro metros de comprimento, menos de 1.000 kilogrammas..... | 10 |
| Caixas de rapé, de ouro, prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ....               | 2  |
| Caixas de rapé, de tartaruga e outras de luxo.....                               | 2  |
| Caixas ordinarias.....                                                           | 3  |
| Caixas vasias de madeira ou de folha.....                                        | 4  |
| Caixões funebres.....                                                            | 4  |
| Caixões vasios.....                                                              | 4  |
| Caixilhos com vidro.....                                                         | 4  |
| Caixilhos sem vidro.....                                                         | 4  |
| Cajús.....                                                                       | 5  |
| Cal.....                                                                         | 12 |
| Calçado.....                                                                     | 3  |
| Caldeiras.....                                                                   | 11 |
| Caldeiraria (artigos não classificados).....                                     | 10 |
| Camas de madeira.....                                                            | 4  |
| Camas de ferro.....                                                              | 10 |
| Camas de lona.....                                                               | 4  |
| Camarões.....                                                                    | 5  |
| Cambotas.....                                                                    | 10 |
| Camphora.....                                                                    | 6  |
| Campainhas de luxo.....                                                          | 2  |
| Campainhas ordinarias.....                                                       | 7  |
| Canna de assucar.....                                                            | 10 |
| Candieiros ordinarios de folha de Flandres e sem vidros...                       | 8  |
| Canivetes.....                                                                   | 3  |
| Canella.....                                                                     | 7  |
| Canetas de ouro ou prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                          | 2  |
| Canetas.....                                                                     | 2  |
| Cangalhas.....                                                                   | 7  |
| Canos de cobre.....                                                              | 10 |
| Canos de barro.....                                                              | 7  |
| Canos de chumbo, ferro ou zinco.....                                             | 10 |
| Capachos ordinarios.....                                                         | 7  |
| Capoeiras vasias em retorno.....                                                 | 13 |

|                                                     |    |
|-----------------------------------------------------|----|
| Capotes.....                                        | 4  |
| Cap'im.....                                         | 13 |
| Caranguejos e semelhantes.....                      | 5  |
| Carne salgada ou secca.....                         | 8  |
| Carne fresca.....                                   | 5  |
| Caroços de algodão.....                             | 9  |
| Carros de mão.....                                  | 4  |
| Cartas para jogar.....                              | 2  |
| Carteiras.....                                      | 3  |
| Carvão animal, mineral ou vegetal.....              | 12 |
| Cascas de arvore para atanan couros.....            | 13 |
| Cascas de côco.....                                 | 13 |
| Caçarolas de cobre.....                             | 8  |
| Caçarolas de ferro.....                             | 10 |
| Caçuaes vazios.....                                 | 7  |
| Castanhas.....                                      | 5  |
| Castiçaes de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....   | 2  |
| Castiçaes de metal, vidro, etc.....                 | 4  |
| Cavernas para embarcações.....                      | 4  |
| Cavilhas.....                                       | 10 |
| Cebolas e cebolinhos.....                           | 7  |
| Centeio.....                                        | 8  |
| Cêra em bruto.....                                  | 9  |
| Cêra em obra não classificada.....                  | 3  |
| Cerveja importada.....                              | 4  |
| Cerveja nacional.....                               | 6  |
| Cevada.....                                         | 9  |
| Chá.....                                            | 4  |
| Chales de casemira, seda ou renda.....              | 4  |
| Chales diversos.....                                | 4  |
| Chaleiras de metal esmaltadas.....                  | 8  |
| Chaleiras de ferro.....                             | 10 |
| Champagne.....                                      | 4  |
| Chapas de ferro, zinco, etc. para cobrir casas..... | 12 |
| Chapas para fogão.....                              | 10 |
| Chapéos.....                                        | 4  |
| Chapéos de carnaúba, couro e outros do paiz.....    | 4  |
| Chapéos de sol.....                                 | 4  |
| Chapelaria (artigos não classificados).....         | 4  |
| Charutos.....                                       | 3  |
| Chicaras de louça, etc.....                         | 4  |
| Chicaras de folha.....                              | 7  |
| Chifres em bruto.....                               | 11 |
| Chifres em obra não classificada.....               | 3  |
| Chocolate.....                                      | 5  |
| Chouriço.....                                       | 8  |
| Chumbo em bruto.....                                | 2  |
| Chumbo de munição.....                              | 10 |
| Chumbo em obras não classificadas.....              | 10 |
| Cigarros.....                                       | 3  |
| Cilhas.....                                         | 5  |

|                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Cilhões.....                                              | 5  |
| Cimento.....                                              | 12 |
| Cobertores.....                                           | 4  |
| Cobre velho, ou em barra.....                             | 12 |
| Cobre em folha.....                                       | 12 |
| Cobre em obras não classificadas.....                     | 8  |
| Cocos seccos ou verdes.....                               | 9  |
| Cocos para tirar agua.....                                | 7  |
| Cochonilha.....                                           | 6  |
| Cofres de ferro.....                                      | 10 |
| Cognac.....                                               | 4  |
| Coke.....                                                 | 10 |
| Colchas.....                                              | 4  |
| Colchetes.....                                            | 3  |
| Colchões e pertenças de cama não classificados.....       | 5  |
| Coldres.....                                              | 7  |
| Colheres de ouro ou prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....  | 2  |
| Colheres de mel e outras.....                             | 4  |
| Colheres de pau do paiz.....                              | 7  |
| Colla.....                                                | 9  |
| Cominhos.....                                             | 7  |
| Confeitaria (artigos não classificados).....              | 3  |
| Consolos.....                                             | 4  |
| Conservas não classificadas.....                          | 5  |
| Copos de ouro, prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Copos de vidro, etc.....                                  | 4  |
| Copos de folha, madeira ou barro.....                     | 8  |
| Cordas de embira, piassava e outras do paiz.....          | 7  |
| Cordas de instrumentos.....                               | 3  |
| Cordas diversas.....                                      | 7  |
| Correames para tropa.....                                 | 7  |
| Correntes de latão ou metal semelhante.....               | 10 |
| Correntes de ferro.....                                   | 11 |
| Cortiça em bruto.....                                     | 10 |
| Cortiça em obras não classificadas.....                   | 5  |
| Cuçoeiras.....                                            | 10 |
| Couros seccos, frescos ou salgados.....                   | 9  |
| Couros em obras não classificadas.....                    | 5  |
| Couves.....                                               | 5  |
| Covos.....                                                | 7  |
| Coxins.....                                               | 5  |
| Cravo da India.....                                       | 7  |
| Creosoto.....                                             | 6  |
| Cré.....                                                  | 12 |
| Crivos de ferro.....                                      | 10 |
| Crinolina.....                                            | 6  |
| Crueira.....                                              | 8  |
| Crystal.....                                              | 2  |
| Cubas para distillação, engenhos, etc.....                | 11 |
| Cubas, pinas e raios para rodas.....                      | 10 |
| Cuias.....                                                | 7  |

|                                             |    |
|---------------------------------------------|----|
| Cutelarias (artigos não classificados)..... | 7  |
| Cylindro de ferro.....                      | 11 |

## D

|                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------|----|
| Dados.....                                                      | 2  |
| Dedaes de ouro ou prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....          | 2  |
| Dedaes de madreperola, marfim, etc.....                         | 2  |
| Dedaes de latão, ferro, etc.....                                | 3  |
| Diamantes e mais pedras preciosas, 1/2 % <i>ad valorem</i> .... | 2  |
| Dinheiro, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                         | 2  |
| Dobradiças.....                                                 | 10 |
| Doces.....                                                      | 8  |
| Dormentes de madeira ou ferro.....                              | 13 |

## E

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Eixos.....                                      | 10 |
| Elasticos.....                                  | 3  |
| Embira.....                                     | 7  |
| Encerados.....                                  | 7  |
| Enxadas.....                                    | 10 |
| Enxergões.....                                  | 7  |
| Enxofre.....                                    | 8  |
| Equipamento militar não classificado.....       | 7  |
| Ervilhas em lata.....                           | 5  |
| Ervilhas frescas ou seccas.....                 | 9  |
| Escadas de mão.....                             | 4  |
| Escadas para casas, desmontadas.....            | 4  |
| Escarradeiras.....                              | 4  |
| Escarradeiras de folha de Flandres.....         | 8  |
| Escovas.....                                    | 3  |
| Espanadores finos.....                          | 3  |
| Espartilhos.....                                | 3  |
| Especiarias não classificadas.....              | 5  |
| Espelhos.....                                   | 4  |
| Espermacete.....                                | 8  |
| Espetos de ferro para cozinha.....              | 10 |
| Espiritos não classificados: Importados.....    | 4  |
| Nacionais.....                                  | 6  |
| Esponjas.....                                   | 7  |
| Esporas de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Esporas de metal, etc.....                      | 2  |
| Espuma-deiras.....                              | 8  |
| Esquifes.....                                   | 4  |
| Essencias não classificadas.....                | 3  |
| Estacas para cercas.....                        | 10 |
| Estampas.....                                   | 3  |
| Estanho em bruto.....                           | 12 |

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Estanho em obras não classificadas.....                  | 8  |
| Estantes .....                                           | 4  |
| Estatuas .....                                           | 2  |
| Esteiras da India.....                                   | 4  |
| Esteiras perperly e outras do paiz.....                  | 7  |
| Esteiras para cangalhas .....                            | 7  |
| Estojos, instrumentos cirurgicos, mathematicos, etc..... | 3  |
| Estopa em bruto.....                                     | 5  |
| Estopa em obras não classificadas.....                   | 4  |
| Estribo de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....          | 2  |
| Estribo de metal, etc.....                               | 8  |
| Estrumes .....                                           | 13 |
| Extractos não classificados.....                         | 3  |

## F

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Facas.....                                                                          | 7  |
| Facões.....                                                                         | 7  |
| Fachina (vasos de).....                                                             | 13 |
| Farelo.....                                                                         | 8  |
| Farinha de araruta, milho, mandioca, trigo e outras nutritivas .....                | 8  |
| Favas.....                                                                          | 9  |
| Fazendas.....                                                                       | 4  |
| Fechaduras.....                                                                     | 10 |
| Feijão.....                                                                         | 6  |
| Feltro .....                                                                        | 5  |
| Feno.....                                                                           | 9  |
| Ferragens ordinarias não classificadas.....                                         | 9  |
| Ferramentas de carpinteiro, ferreiro, marceneiro e torneiro, não classificadas..... | 9  |
| Ferros de engommar.....                                                             | 10 |
| Ferro velho ou em arco, chapa, barra ou verga.....                                  | 12 |
| Figos seccos.....                                                                   | 8  |
| Figos frescos.....                                                                  | 5  |
| Fios.....                                                                           | 7  |
| Fita de seda.....                                                                   | 3  |
| Fitas diversas .....                                                                | 3  |
| Flores artificiaes.....                                                             | 3  |
| Flores de canna e outras para enchimento.....                                       | 5  |
| Fogareiros .....                                                                    | 10 |
| Fogos artificiaes.....                                                              | 2  |
| Fogões de ferro.....                                                                | 10 |
| Folhas medicinaes.....                                                              | 6  |
| Folhas de cobre.....                                                                | 12 |
| Folhas de chumbo, estanho, Flandres, ferro ou zinco.....                            | 12 |
| Folles.....                                                                         | 7  |
| Forjas portateis.....                                                               | 10 |
| Fôrmas para assucar.....                                                            | 8  |
| Fôrmas diversas.....                                                                | 8  |

|                                                   |    |
|---------------------------------------------------|----|
| Fornalhas.....                                    | 11 |
| Fouces.....                                       | 7  |
| Franjas.....                                      | 2  |
| Frascos.....                                      | 4  |
| Frechas.....                                      | 7  |
| Freios.....                                       | 9  |
| Frigideiras de cobre ou ferro esmaltado, etc..... | 8  |
| Frigideiras de barro.....                         | 7  |
| Frutas confeitadas.....                           | 8  |
| Frutas seccas.....                                | 8  |
| Frutas frescas.....                               | 5  |
| Fumo importado.....                               | 3  |
| Fumo em rolo, corda, folha, etc.....              | 9  |

## G

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| Gaiolas.....                                         | 4  |
| Gallheteiros.....                                    | 4  |
| Gallinhas.....                                       | 2  |
| Gamellas.....                                        | 7  |
| Ganços.....                                          | 2  |
| Garfos de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....       | 2  |
| Garrafas.....                                        | 4  |
| Garrações vasillos.....                              | 4  |
| Gaz liquido.....                                     | 2  |
| Gelatinas.....                                       | 8  |
| Geléas.....                                          | 8  |
| Gelo.....                                            | 5  |
| Genebra.....                                         | 4  |
| Gengibre.....                                        | 8  |
| Geremuns.....                                        | 5  |
| Gererés.....                                         | 7  |
| Gesso.....                                           | 12 |
| Giquis.....                                          | 7  |
| Gigos e cascos vasillos.....                         | 4  |
| Giz.....                                             | 12 |
| Globos de vidro ou louça.....                        | 4  |
| Goiabas.....                                         | 5  |
| Gomma arabica e outras não classificadas.....        | 6  |
| Gomma de mandioca e outras não classificadas.....    | 8  |
| Graças vasillos.....                                 | 4  |
| Graxa animal.....                                    | 9  |
| Graxa para calçado.....                              | 7  |
| Grelhas de ferro.....                                | 10 |
| Guano.....                                           | 13 |
| Guarda-roupa, guarda-musica, guarda-papeis, etc..... | 4  |
| Guindastes.....                                      | 11 |
| Guitarras.....                                       | 3  |

## H

|                                                   |   |
|---------------------------------------------------|---|
| Harpas.....                                       | 2 |
| Herva-doce.....                                   | 7 |
| Herva matte.....                                  | 8 |
| Hervas medicinaes e outras não classificadas..... | 6 |
| Hortalicas em conserva.....                       | 8 |
| Hortalica fresca.....                             | 5 |

## I

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| Imagens.....                                         | 2  |
| Impressos.....                                       | 8  |
| Incenso.....                                         | 6  |
| Inhames e outras raizes semelhantes.....             | 10 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia e medicina..... | 2  |
| Instrumentos de musica, optica e semelhantes.....    | 2  |

## J

|                                                     |   |
|-----------------------------------------------------|---|
| Jacas.....                                          | 5 |
| Jardineiras.....                                    | 4 |
| Jarros de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....      | 2 |
| Jarros de louça, vidro, etc.....                    | 4 |
| Jarros e jarras de barro do paiz.....               | 4 |
| Jogos de damas, gamão, dominó, xadrez e outros..... | 2 |
| Jóias, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                | 2 |
| Junco da India.....                                 | 4 |
| Junco do paiz.....                                  | 7 |

## K

|                     |   |
|---------------------|---|
| Kaleidoscopios..... | 2 |
| Kerosene.....       | 2 |

## L

|                                       |    |
|---------------------------------------|----|
| Lã em bruto.....                      | 5  |
| Lã em obras não classificadas.....    | 4  |
| Lacre.....                            | 3  |
| Ladrilhos de azulejos ou marmore..... | 12 |
| Ladrilhos de barro, louça, etc.....   | 12 |
| Lages.....                            | 12 |
| Lamparinas.....                       | 4  |
| Lampeões.....                         | 4  |
| Lanternas.....                        | 4  |

|                                        |    |
|----------------------------------------|----|
| Lapis.....                             | 3  |
| Laranjas.....                          | 5  |
| Latão em obras não classificadas.....  | 8  |
| Latão em bruto.....                    | 12 |
| Lavatorios de madeira.....             | 4  |
| Lavatorios de ferro e semelhantes..... | 10 |
| Legumes em conservas.....              | 5  |
| Legumes frescos.....                   | 5  |
| Leite em conserva.....                 | 5  |
| Leite fresco.....                      | 5  |
| Lenha.....                             | 13 |
| Lentilhas.....                         | 9  |
| Leques.....                            | 3  |
| Licores importados.....                | 4  |
| Limalha de ferro.....                  | 12 |
| Limas (fructo).....                    | 5  |
| Limões.....                            | 5  |
| Linguas salgadas ou seccas.....        | 8  |
| Linguigas.....                         | 8  |
| Linha para costura.....                | 4  |
| Linhaça.....                           | 8  |
| Livros.....                            | 8  |
| Lixa.....                              | 8  |
| Locomotivas e accessorios.....         | 13 |
| Lona.....                              | 4  |
| Loros.....                             | 5  |
| Louça.....                             | 4  |
| Lousa.....                             | 12 |
| Lousa para escrever.....               | 7  |
| Luvás.....                             | 3  |

## M

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Macacos de ferro.....                                                                            | 12 |
| Macarrão e outras massas alimenticias.....                                                       | 5  |
| Machados.....                                                                                    | 10 |
| Machinas de copiar cartas.....                                                                   | 10 |
| Machinas de costura.....                                                                         | 10 |
| Machinas photographicas.....                                                                     | 4  |
| Machinas de fazer farinha e suas pertencas.....                                                  | 10 |
| Machinas de descarregar algodão.....                                                             | 12 |
| Machinas pequenas e não classificadas.....                                                       | 10 |
| Machinas grandes idem.....                                                                       | 12 |
| Madeira em bruto lavrada ou em taboado.....                                                      | 10 |
| Madeira curta até 4 <sup>m</sup> de comprido em expedições de menos<br>de 1.000 kilogrammas..... | 10 |
| Madeiras para tinturaria.....                                                                    | 10 |
| Madreperola.....                                                                                 | 2  |
| Malas de viagem varias.....                                                                      | 4  |
| Malhos para ferreiro.....                                                                        | 10 |



|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Mamona .....                                          | 9  |
| Mangas (fructo) .....                                 | 5  |
| Mangas de vidro .....                                 | 4  |
| Maniva e maniçoba .....                               | 9  |
| Mandioca .....                                        | 10 |
| Manteiga .....                                        | 5  |
| Manteigueiras de metal ou louça, vidro, etc .....     | 4  |
| Manteigueiras de prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Mappas e manuscritos .....                            | 8  |
| Mariscos .....                                        | 5  |
| Marfim .....                                          | 2  |
| Marmore .....                                         | 12 |
| Marquezas .....                                       | 4  |
| Marrecos .....                                        | 2  |
| Marroquim .....                                       | 7  |
| Martellos .....                                       | 10 |
| Mascaras .....                                        | 2  |
| Maxixes .....                                         | 5  |
| Medicamentos não classificados .....                  | 6  |
| Medidas diversas .....                                | 4  |
| Mel de abelhas .....                                  | 6  |
| Mel de assucar .....                                  | 8  |
| Melancias .....                                       | 5  |
| Melões .....                                          | 5  |
| Mesas de madeira .....                                | 4  |
| Mesas de ferro .....                                  | 10 |
| Milho .....                                           | 9  |
| Mochos .....                                          | 4  |
| Mobílias .....                                        | 4  |
| Moendas para engenhos e pertenças .....               | 10 |
| Moinhos para café, etc .....                          | 10 |
| Moinhos para lavoura .....                            | 11 |
| Moitões e cadernaes .....                             | 10 |
| Malas .....                                           | 10 |
| Molduras .....                                        | 4  |
| Moringas de barro .....                               | 4  |
| Mós .....                                             | 12 |

## N

|                   |   |
|-------------------|---|
| Navalhas .....    | 3 |
| Nozes .....       | 5 |
| Noz moscada ..... | 5 |

## O

|                                                                                 |   |
|---------------------------------------------------------------------------------|---|
| Objectos preciosos de arte .....                                                | 2 |
| Objectos de luxo, de ferro, cobre, bronze, ou qualquer outra<br>qualidade ..... | 2 |

|                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Objectos de grande responsabilidade e perigo.....                                                  | 2  |
| Objectos manufacturados não classificados.....                                                     | 2  |
| Objectos de marcenaria e carpintaria, desmontados.....                                             | 4  |
| Objectos de lavoura e trabalhos em terra, com cabos de<br>madeira acondicionados em amarrados..... | 7  |
| Obras de cabelleireiro não classifiçadas.....                                                      | 3  |
| Oleados.....                                                                                       | 7  |
| Oleo em garrafas.....                                                                              | 6  |
| Oleo em latas, pipas, etc.....                                                                     | 9  |
| Oratorios.....                                                                                     | 4  |
| Orgãos.....                                                                                        | 2  |
| Ornamentos para igrejas.....                                                                       | 4  |
| Ossos.....                                                                                         | 13 |
| Ostras em conserva.....                                                                            | 8  |
| Ostras frescas.....                                                                                | 5  |
| Ouro bruto ou em obras, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                                        | 2  |
| Ovas frescas, seccas ou salgadas.....                                                              | 5  |
| Ovos.....                                                                                          | 5  |

## P

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| Padiolas.....                                                 | 4  |
| Paços.....                                                    | 8  |
| Painço.....                                                   | 9  |
| Palha de coqueiro ou palmeira.....                            | 7  |
| Palha do Chile e outras de valor semelhante para chapéos..... | 6  |
| Palha de trigo, canna e outras.....                           | 7  |
| Paliteiros de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....      | 2  |
| Paliteiros diversos.....                                      | 4  |
| Palitos para dentes.....                                      | 4  |
| Panacuns.....                                                 | 7  |
| Pandeiros.....                                                | 2  |
| Panellas de metal.....                                        | 10 |
| Panellas de barro.....                                        | 4  |
| Panno de qualquer qualidade.....                              | 4  |
| Pão.....                                                      | 8  |
| Papel de qualquer qualidade.....                              | 8  |
| Papelão.....                                                  | 8  |
| Parafusos de qualquer qualidade.....                          | 10 |
| Pás com cabo.....                                             | 9  |
| Passas.....                                                   | 8  |
| Passaros empalhados.....                                      | 2  |
| Passaros vivos.....                                           | 2  |
| Pastas de papel ou papelão.....                               | 8  |
| Patos.....                                                    | 2  |
| Patronas.....                                                 | 7  |
| Pavios.....                                                   | 4  |
| Pavões.....                                                   | 2  |
| Peanhas.....                                                  | 3  |
| Pedras de afilar ou amolar.....                               | 12 |

|                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------|----|
| Pedras de cantaria, calcarea e outras para edificações e calçamento..... | 12 |
| Pedras de filtro.....                                                    | 12 |
| Pedras lithographicas.....                                               | 12 |
| Pelless em bruto.....                                                    | 9  |
| Peixe fresco.....                                                        | 5  |
| Peixe salgado ou em conserva.....                                        | 5  |
| Pelless preparadas.....                                                  | 7  |
| Pendulas para relógios.....                                              | 2  |
| Peneiras de arame, tela metallica.....                                   | 8  |
| Peneiras de cabello ou seda.....                                         | 6  |
| Peneiras de palha do paiz.....                                           | 7  |
| Pennas para escrever.....                                                | 2  |
| Pennas de ouro, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                            | 2  |
| Pennas de ema ou pavão.....                                              | 5  |
| Pennas para enchimento e outras.....                                     | 5  |
| Pentes ordinarios.....                                                   | 3  |
| Pentes de tartaruga, madreperola e marfim.....                           | 3  |
| Perfumarias.....                                                         | 3  |
| Perolas, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                                   | 2  |
| Perús.....                                                               | 2  |
| Pesos de latão para balança.....                                         | 8  |
| Pesos de ferro.....                                                      | 10 |
| Petrechos bellicos.....                                                  | 7  |
| Petroleo.....                                                            | 2  |
| Phosphoros (taxa dupla).....                                             | 6  |
| Petrechos de caça.....                                                   | 7  |
| Photographias.....                                                       | 2  |
| Pianos.....                                                              | 2  |
| Piassava.....                                                            | 7  |
| Picaretas.....                                                           | 10 |
| Pimenta do reino.....                                                    | 7  |
| Pimenta do paiz.....                                                     | 7  |
| Pinceis.....                                                             | 7  |
| Pipas vasiaas.....                                                       | 4  |
| Pixe.....                                                                | 9  |
| Platina em bruto ou em obra, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....               | 2  |
| Plumas.....                                                              | 3  |
| Poltronas.....                                                           | 4  |
| Polvora por conta do Governo e artigos inflammaveis (taxa dupla).....    | 2  |
| Polvorinhos.....                                                         | 7  |
| Pomada para cabello.....                                                 | 3  |
| Pombos.....                                                              | 2  |
| Porcellana.....                                                          | 4  |
| Porcos da India.....                                                     | 2  |
| Portas, portadas e janellas de madeira.....                              | 4  |
| Portas de ferro.....                                                     | 10 |
| Potassa e perlassa.....                                                  | 9  |
| Potes de ferro do paiz.....                                              | 4  |
| Potes diversos.....                                                      | 4  |

continua &gt;

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Pranchões.....                                           | 10 |
| Prata em bruto ou em obra, 1/2 % <i>ad valorem</i> ..... | 2  |
| Prateleiras de ferro.....                                | 10 |
| Prateleiras de madeira ordinaria.....                    | 4  |
| Pires de louça, etc.....                                 | 4  |
| Pires de estanho ou folha.....                           | 8  |
| Pratos de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....     | 2  |
| Pratos de louça ou vidro.....                            | 4  |
| Pratos de folha, de estanho, etc.....                    | 8  |
| Pregos.....                                              | 10 |
| Prelos.....                                              | 10 |
| Prensas para algodão e outros.....                       | 12 |
| Presuntos.....                                           | 8  |
| Productos chimicos e preparações pharmaceuticas.....     | 6  |
| Punhaes.....                                             | 7  |
| Puxadores para gavetas e portas, etc.....                | 9  |

## Q

|                     |   |
|---------------------|---|
| Quadros.....        | 2 |
| Queijos.....        | 8 |
| Quinquilharias..... | 3 |

## R

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Rabecas e rabecões.....                                                           | 2  |
| Raios, pinas e cubos para rodas.....                                              | 4  |
| Rapaduras.....                                                                    | 8  |
| Rapé.....                                                                         | 3  |
| Ratoeiras.....                                                                    | 8  |
| Realejos.....                                                                     | 2  |
| Redes.....                                                                        | 4  |
| Redomas de vidro.....                                                             | 4  |
| Reguas.....                                                                       | 4  |
| Relogios.....                                                                     | 2  |
| Relogios de ouro ou prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....                          | 2  |
| Remos.....                                                                        | 4  |
| Rendas.....                                                                       | 4  |
| Repolhos.....                                                                     | 5  |
| Resinas não classificadas.....                                                    | 6  |
| Retortas de vidro ou louça.....                                                   | 4  |
| Retortas de cobre.....                                                            | 8  |
| Retratos.....                                                                     | 2  |
| Retroz.....                                                                       | 4  |
| Ripas.....                                                                        | 10 |
| Ripas curtas até quatro metros de comprimento, menos<br>de 1.000 kilogrammas..... | 10 |
| Rodas de madeira.....                                                             | 4  |

|                     |    |
|---------------------|----|
| Rodas de ferro..... | 10 |
| Rolhas.....         | 4  |
| Roupa.....          | 4  |

## S

|                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Sabão ordinario.....                                      | 9  |
| Sabonetes.....                                            | 3  |
| Saccos de algodão e outros do paiz, não sendo em retorno. | 4  |
| Saccos em retorno.....                                    | 13 |
| Sagú.....                                                 | 8  |
| Salames.....                                              | 8  |
| Sal ordinario.....                                        | 11 |
| Sal refinado.....                                         | 5  |
| Salitre.....                                              | 8  |
| Sapatos.....                                              | 3  |
| Sebo.....                                                 | 9  |
| Sedas.....                                                | 4  |
| Sellins e pertenças.....                                  | 5  |
| Sementes não classificadas.....                           | 9  |
| Serpentinas de vidro ou crystal.....                      | 4  |
| Serpentinas para alambique.....                           | 12 |
| Sinos.....                                                | 12 |
| Sipós.....                                                | 10 |
| Soda.....                                                 | 6  |
| Sofás de madeira, etc.....                                | 4  |
| Sofás de ferro, etc.....                                  | 10 |
| Sola.....                                                 | 7  |
| Solipas de madeira, ferro ou aço.....                     | 13 |
| Suadores para sellins.....                                | 5  |
| Suspensorios.....                                         | 4  |

## T

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| Taboado.....                                 | 10 |
| Tabocas.....                                 | 10 |
| Taboleiros envernizados ou envidraçados..... | 4  |
| Taboleiros ordinarios.....                   | 4  |
| Taboleiros de engenho.....                   | 4  |
| Taboletas.....                               | 4  |
| Tachas de cobre ou metal semelhante.....     | 8  |
| Tachas de ferro.....                         | 10 |
| Tacos para bilhar ou bagatella.....          | 4  |
| Talhas de barro para agua.....               | 4  |
| Tamancos.....                                | 7  |
| Tambores para musica.....                    | 2  |
| Tambores para engenho.....                   | 10 |
| Tamboretas de madeira.....                   | 4  |
| Tamboretas de ferro.....                     | 10 |

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Tanques de cobre para alambique.....                     | 11 |
| Tanques de ferro, zinco ou madeira, etc. para engenho... | 11 |
| Tapioca.....                                             | 8  |
| Tapetes.....                                             | 4  |
| Tartaruga em obras não classificadas.....                | 2  |
| Tachos de cobre ou metal semelhante.....                 | 12 |
| Tachos de ferro, zinco, etc.....                         | 12 |
| Tecidos diversos.....                                    | 4  |
| Tela metallica.....                                      | 10 |
| Telhas de barro.....                                     | 12 |
| Telhas de vidro.....                                     | 4  |
| Tesouras.....                                            | 10 |
| Tigelas de louça ou barro.....                           | 4  |
| Tigelas de folha ou estanho.....                         | 8  |
| Tigelas de barro, louça ou ardizia.....                  | 12 |
| Tijolos de marmore.....                                  | 12 |
| Tijolos de limpar facas.....                             | 12 |
| Tinas.....                                               | 4  |
| Tintas de qualquer qualidade.....                        | 6  |
| Tinteiros de vidro, louça, etc.....                      | 4  |
| Tinteiros de metal.....                                  | 4  |
| Toalhas.....                                             | 2  |
| Tomates em conserva.....                                 | 5  |
| Tomates frescos.....                                     | 5  |
| Torcidas.....                                            | 4  |
| Torneiras de cobre fino ou metal semelhante.....         | 8  |
| Torneiras de madeira.....                                | 4  |
| Toucadores.....                                          | 4  |
| Toucados para senhora.....                               | 3  |
| Toucinho.....                                            | 9  |
| Transparentes para janellas.....                         | 4  |
| Trapos velhos.....                                       | 5  |
| Traves e travetas.....                                   | 10 |
| Travesseiros.....                                        | 4  |
| Trens de cozinha.....                                    | 10 |
| Trilhos e accessorios.....                               | 13 |
| Trincos.....                                             | 10 |
| Tripas de vacca, porco ou outros animaes, frescas e sal- |    |
| gadas.....                                               | 5  |
| Tumulos.....                                             | 9  |
| Typos.....                                               | 12 |

## U

|                       |    |
|-----------------------|----|
| Unguentos.....        | 6  |
| Unhas de animaes..... | 10 |
| Urnas.....            | 4  |
| Urupemas.....         | 7  |
| Uvas frescas.....     | 5  |
| Uvas seccas.....      | 8  |

## V

|                                                    |    |
|----------------------------------------------------|----|
| Varas.....                                         | 10 |
| Varandas de ferro.....                             | 12 |
| Vassouras de cabelo ou crina.....                  | 7  |
| Vassouras de palha, piassava e outras do paiz..... | 7  |
| Velas.....                                         | 8  |
| Velado.....                                        | 4  |
| Venezianas.....                                    | 4  |
| Verniz.....                                        | 9  |
| Vidros.....                                        | 4  |
| Vigas.....                                         | 10 |
| Vime.....                                          | 10 |
| Vinagre em barris.....                             | 9  |
| Vinhos importados.....                             | 4  |

## X

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Xarope.....               | 6 |
| Xergões para animaes..... | 5 |

## Z

|                     |    |
|---------------------|----|
| Zabumbas.....       | 2  |
| Zinco em bruto..... | 12 |

Directoria Geral de Viação, 12 de dezembro de 1894.— *J. M. Machado de Assis*, director geral.



## DECRETO N. 1909 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do mesmo Ministerio, até á liquidação do exercicio vigente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o decreto n. 234 de 10 de dezembro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 25.500:000\$ para occorrer ás despesas do mesmo Ministerio até á liquidação do exercicio vigente.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.  
Capital Federal, 13 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 1910 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1894

Dá instruções provisórias para execução da lei n. 248 de 15 do corrente mez.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

considerando que a lei n. 248, de 15 do corrente mez, declara de fôrma imperativa e permanente que o Conselho Municipal do Districto Federal deve estar renovado a 7 de janeiro do anno que se seguir ao biennio terminado ;

considerando que a referida lei, marcando a época da eleição para o primeiro domingo do mez de dezembro que preceder ao dia acima designado, determina ao mesmo tempo que, no que concerne aos prazos para a organização das secções, mesas eleitoraes, votação e mais trabalhos, sejam observadas, a título permanente, as disposições dos arts. 61 e seguintes da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, modificadas apenas na parte em que são abrogadas pela nova lei ;

considerando que dos prazos permanentes acima alludidos, os que se referem á divisão das circumscripções municipaes (antigas parochias) em secções, a designação dos edificios onde devem funcionar as mesas eleitoraes e a nomeação dos mesarios, são de impossivel execução na proxima eleição, porque retrotraem a uma época anterior á data da lei exequenda ;

considerando, finalmente, que, não tendo o legislador providenciado sobre o caso actual, entende-se implicitamente autorizado o Poder Executivo para regular os termos do processo eleitoral, designando outro dia para a eleição e restringindo aquelles prazos á extensão compativel com o periodo fatal estabelecido para a renovação do Conselho Municipal:

Decreta: .

Art. 1.º No dia 6 de janeiro proximo vindouro se procederá no Districto Federal á eleição para os cargos de intendentes municipaes.

Art. 2.º Cada um dos tres actuaes districtos eleitoraes, em que, pelo decreto n. 153 de 3 de agosto de 1893, se acha dividido o Districto Federal, elegerá cinco membros para o Conselho Municipal. ( Lei n. 248 de 15 de dezembro de 1894, art. 2º.)

§ 1.º O primeiro districto eleitoral se compõe dos districtos municipaes (antigas parochias) da Gavea, Lagôa, Gloria, Candelaria e Santa Rita.

§ 2.º O segundo districto eleitoral se compõe dos districtos municipaes do Sacramento, S. José, Sant'Anna, Santo Antonio, Espirito Santo e S. Christovão.

§ 3.º O terceiro districto eleitoral se compõe dos districtos municipaes do Engenho Novo, Engenho Velho, Inhaúma, Irajá, Jacarépaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e ilhas do Governador e Paqueta. (Decreto n. 153 de 3 de agosto de 1893, art. 12.)



Art. 3.º Não poderão ser votados para membros do Conselho Municipal:

- 1.º Os que não forem eleitores municipaes ;
- 2.º Os que não tiverem, pelo menos, seis mezes de residencia no municipio ;
- 3.º As autoridades judicias, os commandantes de força naval e de districto militar ; os commandantes de força policial, os chefes, delegados e subdelegados de policia, os delegados de hygiene e os inspectores escolares, que tiverem exercido seus cargos dentro de seis mezes anteriores à eleição ;
- 4.º Os que tiverem litigio com a Municipalidade ;
- 5.º Os empreiteiros de obras municipaes ;
- 6.º Os directores, sub-directores, officiaes-maiores, chefes de secção e quaesquer outros funcionarios que dirijam ou administrem repartições municipaes, federaes ou suas dependencias ;
- 7.º Os engenheiros de obras emprehendidas no municipio por conta ou em virtude de contracto com o Governo Municipal ou Federal ;
- 8.º Os membros do Governo Municipal que tiverem servido no ultimo anno ;
- 9.º Os ascendentes ou descendentes, directos ou collateraes, consanguineos ou affins do Prefeito do districto, até ao 2º grão ;
10. Os aposentados em cargos municipaes ou federaes ;
11. Os que estiverem directa ou indirectamente interessados em qualquer contracto oneroso com a Municipalidade, por si ou como fladores.

Esta incompatibilidade não attinge os possuidores de acções de sociedades anonymas que tenham contracto com a Municipalidade, salvo si forem gerentes ou fizerem parte da directoria das mesmas sociedades. (Leis n. 85 de 20 de setembro de 1892, art. 4º, e n. 248, art. 14.)

Art. 4.º Para a eleição, cada eleitor votará em cinco nomes escriptos em uma unica cedula.

§ 1.º O primeiro nome collocado no alto de cada cedula considera-se votado em primeiro turno para ser eleito por quociente ; os outros nomes formarão segundo turno para serem eleitos por pluralidade de votos. (Lei n. 248, art. 3º, §§ 1º e 2º.)

§ 2.º O processo da apuração dos votos será duplo e simultaneo, um para cada turno.

A apuração do primeiro nome de cada cedula, para formar o primeiro turno, será escripta por um unico mesario. (Lei n. 248, art. 3º, § 7º.)

Art. 5.º Até quarenta e oito horas depois de publicadas estas instrucções no *Diario Official*, em cada districto eleitoral os pretores dividirão as suas respectivas circumscripções em secções, que não poderão ter menos de 50 nem mais de 250 eleitores, e designarão para cada uma dellas cinco eleitores, dos quaes um expressamente para presidente. (Lei n. 85, arts. 61 a 63.)

Art. 6.º As nomeações de eleitores para mesarios e as designações dos edificios para funcionarem as mesas eleitoraes, serão

pelos pretores immediatamente communicadas por officio ao Prefeito e a cada um dos nomeados e publicadas por editaes e pela imprensa.

§ 1.º Na falta ou omissão dos pretores, o Prefeito fará as alludidas nomeações e designações dentro das 48 horas que se seguirem ao prazo do artigo antecedente.

§ 2.º Ao Prefeito incumbe a remessa ao pretor, com urgencia, dos livros, urnas e mais objectos necessarios ao serviço eleitoral. (Lei n. 248, art. 5º, § 2º.)

Art. 7.º Si o pretor não transmittir os objectos precisos para o acto, o presidente da mesa eleitoral providenciará sobre o que faltar e mandará, por um eleitor, que lhe servirá de secretario, lavrar os competentes termos de abertura e de encerramento, em livros que serão numerados e rubricados pelo mesmo presidente, devendo tudo constar da respectiva acta. (Leis n. 85, art. 64, e n. 248, art. 5º, § 2º.)

Art. 8.º Os cidadãos que devem formar as mesas eleitoraes, não podendo comparecer por qualquer motivo, deverão participar seu impedimento até ás 3 horas da tarde da vespera da eleição ao pretor, que providenciará sobre a substituição. (Lei n. 85, art. 65.)

Art. 9.º No dia da eleição, os membros da mesa eleitoral que faltarem serão substituidos do seguinte modo (lei n. 85, art. 66):

1º, o presidente, pelo cidadão cujo nome se seguir immediatamente na lista dos nomeados pelo pretor ;

2º, qualquer outro mesario, por um eleitor da secção, a convite do presidente da mesa.

Art. 10. Os trabalhos eleitoraes começarão ás 10 horas da manhã, depois de reunida a mesa, que deverá ser installada na vespera, a igual hora. (Lei n. 85, art. 67.)

§ 1.º Si a installação da mesa não se tiver effectuado na vespera, deverá sel-o no dia da eleição até ás 9 horas da manhã.

§ 2.º O escrivão do pretor, ou, em sua falta, um cidadão nomeado *ad hoc* pelo presidente da mesa, lavrará logo a acta de installação no livro que tiver de servir para a eleição.

§ 3.º Na falta absoluta de mesarios até ás 9 horas do dia designado, os eleitores presentes acclamarão um de entre si para presidir á eleição, e este convidará mais quatro eleitores para mesarios, os quaes funcionarão até terminar o processo eleitoral. (Lei n. 248, art. 6º.)

§ 4.º O logar onde deve funcionar a mesa eleitoral será separado do recinto destinado á reunião dos eleitores, de modo que não se impossibilite a inspecção e a fiscalisação dos trabalhos.

§ 5.º Dentro desse espaço só poderão entrar os eleitores, á proporção que forem chamados para votar.

Art. 11. Compete ao presidente da mesa regular a policia da assembléa eleitoral, chamando á ordem os que della se desviarem, fazendo sahir os que não forem eleitores e aquelles que injuriarem os membros da mesa ou a qualquer eleitor,

mandando lavrar neste caso auto de desobediencia e remet-tendo-os à autoridade competente.

Parapho unico. No caso de offensas physicas contra qual-quer mesario ou eleitor, o presidente poderá prender o aggressor e remettel-o ao juiz competente para ulterior procedimento.

Art. 12. Não será válida qualquer eleição feita perante mesa que não for organizada pela fôrma estabelecida nestas instrucções, nem em local diverso daquelle que tiver sido designado pelo pretor.

Art. 13. Cada candidato á eleição até ao numero de cinco poderá apresentar um eleitor para o fim de fiscalisar os trabalhos em cada uma das mesas eleitoraes da secção. Na ausencia de candidato, a apresentação poderá ser feita por qualquer eleitor.

§ 1.º Havendo mais de cinco candidatos, terão preferencia os fiscaes daquelles que apresentarem maior numero de assignaturas de eleitores, declarando que adoptam sua candidatura.

§ 2.º A apresentação dos fiscaes será feita por escripto aos presidentes das mesas eleitoraes, quando estas se installarem.

§ 3.º Os fiscaes terão assento nas mesas eleitoraes e assignarão as actas com os respectivos membros, mas não terão voto deliberativo nas questões que se suscitarem ácerca da processo da eleição.

§ 4.º O não comparecimento dos fiscaes ou sua recusa de assignatura nas actas não trará interrupção dos trabalhos nem os annullará.

Art. 14. Antes de começarem os trabalhos eleitoraes, estando reunida a mesa, o presidente nomeará um dos mesarios secretario e designará outro para fazer a chamada e um terceiro para examinar os titulos dos eleitores.

Art. 15. Haverá uma só chamada, mas finda esta e não estando ainda aberta a urna que contiver os votos, serão recebidas as cedulas dos eleitores que não tiverem votado.

Art. 16. Nenhum eleitor será admittido a votar sem apresentar seu titulo, nem poderá ser recusado o voto do que exhibir o dito titulo, embora não incluído na lista da chamada, não competindo á mesa entrar no conhecimento da identidade da pessoa do eleitor em qualquer desses casos.

Parapho unico. Si, porém, a mesa reconhecer que é falso o titulo apresentado ou que pertence a eleitor notoriamente ausente ou fallecido, ou si houver reclamação de outro eleitor, que apresente provas de pertencer-lhe o titulo, a mesa tomará em separado o voto do portador do titulo e assim tambem do reclamante, si exhibir novo titulo, afim de ser a questão examinada em juizo competente, ao qual serão remettidos os mesmos titulos, bem como os documentos apresentados.

Art. 17. Cada eleitor, á proporção que for chamado, depositará na urna uma cedula, contendo cinco nomes, e assignará seu nome no livro proprio. (Leis n. 85, art. 7º, § 1º, e n. 248, art. 3º, § 1º.)

Paragrapho unico. Quando o eleitor não souber ou não puder assignar o seu nome, assignará outro em seu logar, por elle indicado e convidado para esse fim pelo presidente da mesa.

Art. 18. O voto será manuscripto ou impresso em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente, nem ter marca, signal ou numeração.

Paragrapho unico. As cedulas que contiverem signaes exteriores ou interiores, ou forem escriptas em papel de outras côres ou transparente, serão apuradas em separado e remettidas com as respectivas actas á secretaria do Governo Municipal para serem presentes á junta de apuração geral composta dos pretores, a qual as enviará depois ao poder verificador.

Art. 19. A cedula deverá conter cinco nomes por extenso, sem abreviaturas, nem emendas e será fechada por todos os lados. (Leis n. 85, art. 7º, § 1º, e n. 248, art. 3º, § 1º.)

Paragrapho unico. Das cedulas que contiverem mais de cinco nomes só se apurarão os cinco primeiros, sendo desprezados os outros.

Art. 20. Finda a votação, e em seguida á assignatura do ultimo eleitor, a mesa lavrará e assignará um termo, declarando o numero de eleitores que tiverem votado.

Art. 21. Lavrado o termo de que trata o artigo antecedente, o presidente da mesa anunciará que se vae proceder á apuração e designará um dos membros para fazer a leitura das cedulas, outro para apuração do 1º nome de cada cedula (1º turno), dividindo pelos demais as letras do alphabeto para o trabalho da apuração do 2º turno. (Lei n. 248, art. 3º, §§ 1º a 7º.)

§ 1.º As cedulas serão lidas, uma a uma, pelo mesario disso encarregado, o qual tambem as receberá uma a uma das mãos do presidente.

§ 2.º Os mesarios escrutadores anunciarão em voz alta a votação que for obtendo cada um dos candidatos nos respectivos turnos, á proporção da leitura das cedulas.

Art. 22. Finda a apuração, o mesario que servir de secretario organizará uma lista de todos os cidadãos que houverem obtido votos pela ordem numerica da votação em cada turno. (Lei n. 248, art. 3º.)

Paragrapho unico. Esse resultado será immediatamente publicado por meio de edital, que o presidente da mesa mandará affixar na porta do edificio onde se tiver effectuado a eleição e será assignado por todos os membros da mesa.

Art. 23. A votação e a apuração deverão ficar terminadas até ás cinco horas da tarde, mas a confecção da acta poderá prolongar-se, sem interrupção, pelo tempo necessario para a conclusão dos trabalhos. (Lei n. 248, art. 7º.)

Art. 24. Concluida a apuração dos votos, será lavrada pelo secretario da mesa e assignada pelos membros desta e pelos eleitores que o quizerem a acta dos trabalhos eleitoraes, logo em seguida á da installação, devendo conter o numero dos eleitores que não tiverem comparecido e os nomes de todos os cidadãos que houverem alcançado votação, pela ordem numerica desta em

cada turno, bem como a designação minuciosa de todos os factos occorridos durante a eleição. (Leis n. 85, art. 69, e n. 248, art. 3.º.)

Paragrapho unico. A acta mencionará no alto da primeira folha o districto eleitoral a que pertencer a secção.

Art. 25. Essa acta será transcripta em livro especial por tabellião ou pelo escrivão da pretoria, ou, na falta deste, por qualquer cidadão, a convite do presidente da mesa. (Lei n. 85, art. 69.)

Art. 26. A mesa fará extrahir duas cópias dessa acta, bem como das assignaturas dos eleitores que tiverem votado, devendo todas ser assignadas pela mesa e concertadas por tabellião ou pelo escrivão do pretor. (Lei n. 85, art. 70.)

Paragrapho unico. Uma dessas cópias será remettida ao pretor e outra à secretaria do Governo Municipal; esta ultima será acompanhada da cópia authentica da acta de instalação da mesa eleitoral. (*Ibid.*)

Art. 27. Os livros de assignatura dos eleitores e das actas eleitoraes serão enviados pelos presidentes das mesas à secretaria do Governo Municipal, juntamente com as cópias a que se refere o paragrapho unico do artigo antecedente. (Lei n. 85, art. 71.)

Art. 28. Todos os livros que tiverem de servir na eleição serão rubricados pelo pretor, salvo o caso do art. 7.º destas instrucções. (Lei n. 85, art. 72.)

Art. 29. Cinco dias depois da eleição, os pretores se reunirão no edificio da Municipalidade e, depois de elegerem de entre si um para presidir os trabalhos, darão começo à apuração geral (lei n. 85, art. 73) pelo calculo do quociente eleitoral que for obtido, em cada districto, segundo o processo estabelecido nos seguintes §§ combinados com o art. 18 destas instrucções, à vista das actas de cada um dos tres districtos, que serão previamente arroladas e classificadas.

§ 1.º Consideram-se eleitos no primeiro turno todos os cidadãos que conseguirem um numero de votos igual ou superior ao quociente que resultar da divisão por cinco das cédulas apuradas nas diversas secções de cada districto eleitoral, não se incluindo no calculo as cédulas em branco nem as que forem encontradas em involucro que contenha mais de uma.

§ 2.º Para preencher os logares que faltarem até ao numero de cinco em cada districto por não attingirem ao quociente os cidadãos votados, considerar-se-hão eleitos os mais votados do segundo turno, até ao preenchimento de todas as vagas.

§ 3.º O cidadão eleito no primeiro turno abrirá vaga no segundo, si tambem for eleito neste.

§ 4.º Em caso de empate no segundo turno, considerar-se-ha eleito o mais votado no primeiro, mas que não attingiu ao quociente.

Si houver empate em ambos os turnos, considerar-se-ha eleito o mais velho.

Art. 30. Os trabalhos da apuração geral deverão principiar ás 10 horas da manhã ; findos elles, lavrar-se-ha, em livro proprio, uma acta diaria circumstanciada, que contenha o nome de todos os cidadãos votados em cada districto para cada um dos dous turnos pela ordem numerica de votação, de accordo com o disposto nos arts. 4º e 29 e seus paragraphos. No ultimo dia lavrar-se-ha uma acta geral resumida, que será enviada ao Tribunal Civil onde ficará archivada ; della se extrahirá uma cópia para ser remettida á secretaria do Governo Municipal. (Lei n. 248, art. 8º.)

Art. 31. A cada um dos intendentes eleitos dirigirá o pretor presidente um officio communicando-lhe o resultado da apuração na parte que lhe disser respeito. (Lei n. 248, art. 9º.)

Art. 32. O pretor que não puder comparecer aos trabalhos da apuração fará a devida communicação ao presidente, remetendo-lhe as actas das secções comprehendidas pela sua circumscripção. (Lei n. 85, art. 76.)

Art. 33. A apuração se fará achando-se reunidos mais da metade dos pretores, observadas as substituições de que trata o art. 51, 2ª parte, do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890. (Lei n. 85, art. 77.)

Capital Federal, 18 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 1911 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o transporte dos sentenciados do Presidio de Fernando de Noronha a seus destinos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, de accordo com o disposto no art. 3º do decreto legislativo n. 226 de 3 do corrente mez, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o transporte dos sentenciados do Presidio de Fernando de Noronha a seus destinos.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1913 (\*) — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1894

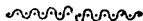
Approva os estudos definitivos do ramal de Saycan e do de Sant'Anna do Livramento da Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos dos ramaes da Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana, de Saycan a Sant'Anna do Livramento, passando pelo Rosario entre os kilometros 0 e 124 de Sant'Anna do Livramento, passando por D. Pedrito entre os kilometros 0 e 38, adoptando-se as variantes corridas entre os kilometros 44.46716 a 48.13701, 67.800 a 74.534 e 77.260 e 87.820 em substituição dos trechos das linhas principaes comprehendidos pelas mesmas variantes e levantando-se de mais um metro a grade entre os kilometros 107 e 122 no primeiro ramal; os quaes estudos a este acompanham rubricados pelo director da Directoria Geral de Viação da respectiva Secretaria de Estado.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1914 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 474:734\$905 á verba — Policia do Districto Federal (pessoal da Brigada Policial) do corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, usando da autorisação contida no artigo unico do decreto n. 254 desta data, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de quatrocentos setenta e quatro contos setecentos trinta e quatro mil novecentos e cinco réis (474:734\$905), á verba — Policia do Districto Federal (pessoal da Brigada Policial), para occorrer a despesas com o pessoal da mesma brigada no exercicio vigente ;

---

(\*) Com o n. 1912 não houve acto.

sendo metade do mesmo credito levado á conta dos impostos, a que se refere o art. 6º da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893.  
Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 1915 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Crea um Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia, para o serviço sanitario do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o n. V do § 2º do art. 5º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, resolve crear um Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia, para o serviço sanitario do Exercito, que regerá pelo regulamento que com este baixa, assignado pelo General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*

**Regulamento do Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia para o serviço sanitario do Exercito, a que se refere o decreto desta data.**

Art. 1.º O Laboratorio especial a que se refere o n. V do § 2º do art. 5º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, terá a denominação de Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia, para o serviço sanitario do Exercito.

Art. 2.º O Laboratorio ficará immediatamente subordinado á Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exercito.

Art. 3.º Funcionará em edificio apropriado, onde possam ser feitas todas as installações necessarias aos variados estudos que



nelle terão logar, devendo encerrar salas para observações, para camara photographica, para trabalhos chimicos, autopsias e experiencias nos animaes, secretaria, archivo, bibliotheca, bioterio, etc.

Art. 4.º O Laboratorio terá por fim facilitar aos medicos militares as investigações microscopicas relativas ás necessidades dos serviços clinicos hospitalares, á bacteriologia, tão desenvolvida e modificada pelos progressos dos modernos experimentos, e ao parasitismo.

Art. 5.º Será igualmente um estabelecimento destinado a pesquisas sobre a origem, natureza, pathogenia, tratamento e prophylaxia das molestias endemicas, epidemicas, infecto-contagiosas, observadas no paiz e especialmente nos meios militares.

Art. 6.º Poderá, si for necessario, ter annexa uma secção de bromatologia.

Art. 7.º Terá o seguinte pessoal: 1 director medico, militar; 1 auxiliar tecnico, idem; 2 ajudantes, sendo um medico e um pharmaceutico, chimico, do quadro do Exercito ou de adjuntos; 1 escripturario, tirado da Repartição Sanitaria; 1 porteiro e 1 servente, que poderão ser praças reformadas do Exercito ou paizanos.

Art. 8.º O pessoal do Laboratorio perceberá os vencimentos, constantes da tabella annexa.

Art. 9.º O Laboratorio será franqueado não só aos medicos militares como aos professores das instrucções de ensino e a todos aquelles que se dedicarem á especialidade, sob a permissão e responsabilidade do director do estabelecimento.

Art. 10. Compete ao director do Laboratorio:

§ 1.º Apresentar no fim de cada anno ao Ministerio da Guerra, por intermedio da Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exercito, um relatório de todos os trabalhos realizados durante os doze mezes, podendo publicar semestralmente, logo que estiverem adeantados os serviços, um boletim completo das pesquisas feitas com a collaboração e menção dos seus auxiliares, para ser impresso e distribuido pelos estabelecimentos publicos, nacionaes ou estrangeiros, a quem interesse o assumpto e com os quaes se corresponderá.

§ 2.º Mandar publicar no *Diario Official* ou nos jornaes de maior circulação, o resumo de qualquer trabalho, oriundo do Laboratorio, e que pelo seu valor exija esse meio rapido de divulgação.

§ 3.º Corresponder-se com a Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exercito, dando parte de tudo quanto occorrer no serviço a seu cargo, na execução das suas ordens e nas respostas ás consultas sobre assumptos scientificos, que lhe forem feitos, relativos á especialidade.

§ 4.º Distribuir diariamente, ao auxiliar e ajudantes, os serviços technicos, que não reservar para si, fiscalizando-os, dirigindo-os e responsabilizando-se pelos resultados obtidos, pois que

nenhum trabalho sahirá do Laboratorio sem prévia verificação da sua parte.

§ 5.º Encarregar um dos seus auxiliares dos pareceres concernentes aos estudos, experiencias e estatisticas, contribuição para o seu relatório annual.

§ 6.º Entender-se com os directores dos hospitaes militares da Capital Federal ou dos Estados, com os professores das Faculdades, com os medicos dos hospitaes communs ou de isolamento, afim de que, sempre que for preciso, seja permittido ao pessoal do Laboratorio proceder ao ensaio de descobertas therapeuticas nos doentes por elle indicados e obter liquidos organicos ou peçgas pathologicas dos enfermos e dos cadaveres, destinados ás investigações.

§ 7.º Instituir opportunamente no Laboratorio conferencias publicas feitas por si, seus auxiliares ou por quaesquer especialistas, com sua autorisação.

§ 8.º Inspeccionar os trabalhos dos demais empregados do Laboratorio, advertil-os, quando for conveniente, communicando logo á Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exército qualquer occorrença grave.

§ 9.º Rubricar os pedidos de fornecimento, as contas das despesas, assignando a folha dos vencimentos dos empregados.

§ 10. Requisitar do Governo passes para o transito livre nas estradas de ferro da União ou nos *tramsways* desta Capital, quando julgar isso necessario, no interesse dos serviços do estabelecimento.

Art. 11. O director do Laboratorio e o seu auxiliar tecnico serão nomeados por decreto, os ajudantes e escripturario por portaria do Ministerio da Guerra, todos por proposta da Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exército; o porteiro e o servente, por nomeação do director.

Art. 12. O director será substituido em suas faltas e impedimentos pelo auxiliar tecnico, e, no caso de impedimento deste, pelo medico ajudante.

Art. 13. As funções dos empregados serão determinadas pelo director.

Art. 14. Nos casos omissos no presente regulamento, vigorarão as disposições do regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra e da Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exército.

Art. 15. O presente regulamento poderá ser reformado pelo Ministerio da Guerra sob proposta da Inspectoria Geral do serviço sanitario do Exército, e de accordo com as necessidades do serviço publico.

Art. 16. Para os trabalhos do Laboratorio de microscopia e bacteriologia será observado o programma que este accompanha.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894.— *Bernardo Vasques.*

**Programma dos trabalhos do Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia para o serviço sanitario do Exercito, a que se refere o art. 16 do respectivo regulamento.**

Artigo. O Laboratorio terá como plano de trabalhos, com as modificações e o methodo que ficarão ao criterio de pessoal scientifico, o seguinte :

§ 1.º Technica microscopica, conhecimentos de histologia normal e anatomia pathologica indispensaveis ao tirocinio clinico.

§ 2.º Estudo e fins dos reactivos, sua applicação, classificação, materias corantes e methodos de coloração.

§ 3.º Manejo aperfeiçoado do microscopio, das objectivas de immersão; micrometria; camara clara; desenho histologico; photomicrographia e microspectroscopia; dissecação microscopica; exercicios de dissociação.

§ 4.º Microtomia, conservação dos côrtes nos meios liquidos e resinosos; confecção das cellulas, etc.

§ 5.º Estudo dos tecidos, numeração dos globulos de sangue; pesquisas sobre os principaes liquidos e excreções do organismo; leite, suor, ourina, fezes, etc.

§ 6.º Analyse dos tecidos pathologicos, epitheliomas, carcinomas, fibromas, enchendromas, lymphadenomas, sarcomas, etc.

§ 7.º Processos morbidos, pneumonia, cirrhose, nephrite, tuberculose, beri-beri, febre amarella, impaludismo.

§ 8.º Pesquisas sobre os bacterios, suas fórmãs, funções e classificação.

§ 9.º Culturas em geral; meios de cultura; processos de esterilisação dos meios de cultura e dos utensilios e instrumentos empregados em microbiologia.

§ 10. Semeiação nos meios de cultura e inoculação nas diferentes especies de animaes.

§ 11. Technica das preparações microscopicas, relativas á bacteriologia; fixação e coloração dos preparados, formula das materias corantes e conservação das preparações.

§ 12. Estudo dos germens pathogenicos; preparação de culturas attenuadas; analyse das toxinas, toxalbuminas, ptomainas produzidas pelos microbios.

§ 13. Acção dos antisepticos sobre os micro-organismos e processos mecanicos, physicos e chimicos, para realizar a asepsia (lavagens, filtração, aquecimento directo ou na estufa, etc.)

§ 14. Vacinação com os productos soluveis das bacterias e grão de attenuação em que a efficacia se realisa.

§ 15. Exame das condições mesologicas, em geral, e em particular o estudo interpretativo da microscopia e micrographia atmospherica do solo e da vegetação, das aguas potaveis, das que circulam pelos esgotos e das que constituem as collecções aquosas subterraneas, tudo isto em relação principalmente á hygiene militar.

§ 16. Estudo das epizootias em geral, e em particular as que se referem aos animaes utilizados pelo serviço militar.

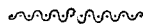
- § 17. Estudo microbiológico da febre amarella.  
 § 18. Estudo do beri-beri.  
 § 19. Estudo do impaludismo.  
 § 20. Bacillus da tuberculose, meios de reconhecê-lo (phthisica pulmonar, lupus, tumores brancos).  
 § 21. Estudo da suppuração, microbios do pus.  
 § 22. Microbio da erysipela, streptococcus.  
 § 23. Microbio da pneumonia.  
 § 24. Microbio da blenorragia.  
 § 25. Microbio da diphtheria, antitoxinos de Bering e Roux.  
 § 26. Bacillo da morphéa (lepra).  
 § 27. Bacillo do typho.  
 § 28. Bacillo coli communi.  
 § 29. Bacteridie do carbunculo.  
 § 30. Vibrião septic, septicemia, edema maligna.  
 § 31. Bacillo do tetano.  
 § 32. Estudo microbiológico da variola, sarampão e escarlatina.  
 § 33. Microbios da dysenteria, da diarrhéa verde infantil.  
 § 34. Estudo microbiológico da syphilis e do cancro.  
 § 35. Estudo da coqueluche.  
 § 36. Estudo do cholera ; spirillo (bacillo virgula de Koch), cholerina (bacillo de Fiukler e Prior).  
 § 37. Microbios communs do ar, da agua, do solo, da superficie do corpo humano e das cavidades deste, que communicam com o ar atmospherico.  
 § 38. Estudo da putrefacção (bacterium termo).  
 § 39. Estudo da hemato-chyluria endemica, elephancia, filaria de Wuckerer, craw-craw.  
 § 40. Hypoemia intertropical (ankilostonnase).  
 § 41. Dermatoses parasitarias.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894.— *Bernardo Vasques.*

Tabella dos vencimentos do pessoal do Laboratorio de microscopia clinica e bacteriologia para o serviço sanitario do Exercito, a que se refere o regulamento desta data.

|                      |                                                                     |                                              |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| 1 Director.....      | Medico militar.....                                                 | Vencimentos de sua patente.                  |
| 1 Auxiliar tecnico.  | Idem.....                                                           | Idem.                                        |
| 2 Ajudantes.....     | Medico ou pharmaceutico do quadro do Exercito ou do de adjuntos.... | Idem.                                        |
| 1 Escripturnario.... | Da Repartição Sanitaria do Exercito.                                | Vencimentos correspondentes á sua categoria. |
| 1 Porteiro.....      | Praça reformada do Exercito ou paizano.....                         | Ordenario 60\$000.                           |
| 1 Servente.....      | Idem.....                                                           | Gratificação 40\$000.<br>Diaria 2\$000.      |

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894.— *Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 1916 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre o credito extraordinario de 800:000\$000 para occorrer ás despesas com os festejos e recepção condigna da commissão de officiaes orientaes, encarregada da entrega das medalhas commemorativas da guerra do Paraguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 1º do decreto legislativo n. 245 de 13 do corrente mez, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de oitocentos contos de réis (800:000\$), para occorrer ás despesas com festejos e recepção condigna da commissão de officiaes orientaes, encarregada pela sua nação da entrega ao Exercito brasileiro das medalhas commemorativas da guerra da triplice alliança contra o governo do Paraguay.

O Ministro de Estado dos Negocios da Guerra assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 1917 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre um credito extraordinario de 285:435\$768 para a reconstrucção de paioes de polvora na Ilha do Roqueirão e outro de 731:580\$ para as despesas com obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 1º do decreto legislativo n. 262 de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de duzentos oitenta e cinco contos quatrocentos trinta e cinco mil setecentos sessenta e oito réis (285:435\$768) para a reconstrucção de paioes de polvora na Ilha do Boqueirão e outro de setecentos trinta e um contos quinhentos e oitenta mil réis (731:580\$) para as despesas com obras urgentes em diversos estabelecimentos militares.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 1918 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre creditos supplementares destinados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, uzando da autorisação concedida pelo decreto n. 235 de 11 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Marinha os seguintes creditos supplementares, á verba — Arsenaes, destinados ao pagamento do augmento de vencimentos dos patrões das embarcações do Arsenal de Marinha desta Capital :

De sete contos cento e setenta e seis mil quinhentos vinte e oito réis (7:176\$528) correspondente ao exercicio de 1893 ;

De onze contos quatrocentos oitenta e oito mil setecentos e quarenta réis (11:488\$740), correspondente ao exercicio de 1894.

O Almirante Elisario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario J. Barbosa.*



## DECRETO N. 1919 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Marinha, no corrente exercicio, o credito de quinhentos vinte e sete contos quatrocentos vinte e dous mil réis (527:422\$) para as verbas — Conselho Supremo Militar — Eventuaes — deste anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 223 A, de 26 de novembro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Marinha, no corrente exercicio, o credito de quinhentos vinte e sete contos quatrocentos vinte e dous mil réis (527:422\$), sendo : vinte e sete contos quatrocentos vinte e dous mil réis (27:422\$) para a verba — Conselho Supremo Militar, afim de occorrer ao abono dos vencimentos a que teem direito os almirantes membros do Conselho Supremo Militar, de accordo com o art. 16 do decreto n. 149 de 18 de junho de 1893 ; e quinhentos contos

de réis (500:000\$) para a verba — Eventuaes, afim de occorrer ás despesas com passagens autorisadas por lei, gratificações extraordinarias, ajudas de custo e outras despesas não previstas.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro do Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario J. Barbosa.*



DECRETO N. 1920 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1894

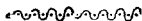
Abre o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$) para occorrer a despesas com a demarcação da fronteira entre o Brazil e a Bolivia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 252 de 18 do corrente mez, resolve abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de duzentos contos de réis (200:000\$) para occorrer a despesas com a demarcação da fronteira entre o Brazil e a Bolivia.

Capital Federal, 22 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos de Carvalho.*



DECRETO N. 1921 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1894

Approva as instrucções para o exame dos candidatos aos logares de consules e chancelleres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em virtude do disposto no art. 6º do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, resolve approvar as instrucções para o exame dos candidatos aos logares de consules e chancelleres,

continua >

que se publicam com este decreto, assignadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho.  
Capital Federal, 22 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

### Instruções para o exame dos candidatos aos logares de consules e chancelleres, expedidas em virtude do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890

Art. 1.º Os candidatos aos logares de consules e de chancelleres que, nos termos do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, não estiverem dispensados de exame de habilitação, deverão inscrever-se mediante requerimento instruido com certidão de idade.

Art. 2.º O exame de habilitação versará sobre as seguintes materias :

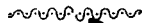
- a) conhecimento pratico das linguas modernas, especialmente da ingleza e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e fallar correntemente esta ultima ;
- b) geographia commercial em geral e chorographia do Brazil ;
- c) principios de direito das gentes, noticias dos tratados e noções de direito publico brasileiro ;
- d) legislação consular, aduaneira e fiscal ;
- e) direito commercial, maritimo e cambial ;
- f) noções dos direitos de familia e successões, registro civil ;
- g) noções de jurisprudencia eurematica ou notarial ;
- h) redacção official.

Art. 3.º O exame regular-se-ha pelas instruções de 17 de novembro de 1893, competindo, porém, a presidencia ao director geral, que terá voto. Em caso de empate considerar-se-ha inhabilitado o candidato.

Art. 4.º Os actuaes chancelleres, que tiverem dado provas de capacidade, poderão ser conservados nas condições em que se acham, dependendo, porém, a promoção a consul das provas de habilitação a que se refere o art. 2º.

Art. 5.º Considerar-se-hão interinas ou provisorias as nomeações de chancelleres que recalhirem em pessoas não habilitadas na fôrma destas instruções e do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1894. — *Carlos Augusto de Carvalho.*





## DECRETO N. 1922 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1894

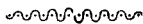
Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito supplementar na importancia de 230:000\$, para as rubricas 4ª e 5ª do art. 3º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, usando da authorisação contida no art. 1º, n. 3, da lei n. 261 de 20 do corrente, abrir ao Ministerio das Relações Exteriores um credito supplementar na importancia de 230:000\$, sendo 200:000\$ para ajudas de custo, rubrica 4ª do art. 3º da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893, e 30:000\$ para extraordinarias no exterior, rubrica 5ª do mesmo artigo da citada lei.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 1923 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1894

Distribue o credito de 27.000:000\$, concedido para reconstituição do material do Exercito e da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com o decreto legislativo n. 255 de 19 do corrente e com a mensagem dirigida ao Congresso Nacional, resolve declarar que do credito de vinte e sete mil contos de réis, ao cambio de 27 dinheiros esterlinos, concedido por aquelle decreto para reconstituição do material do Exercito e da Armada, são 12.000:000\$ destinados ao Ministerio da Marinha e 15.000:000\$ ao Ministerio da Guerra.

Os Ministros de Estado dos Negocios da Marinha e da Guerra assim o tenham entendido e façam executar.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 1924 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre a differentes rubricas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia de 435:500\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação conferida pelo art. 1º, n. 2, da lei n. 261 de 20 do corrente mez, resolve abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares na importancia de quatrocentos sessenta e seis contos e quinhentos mil réis (466:500\$) ás seguintes rubricas do art. 2º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893:

N. 13. Policia do Districto Federal — Para pagamento dos officiaes e praças da Brigada Policial ultimamente reformados e dos que o forem até ao fim do actual exercicio, 26:500\$000.

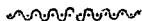
N. 39. Obras — Para pagamento de obras, reparos e decoração de diversos edificios, inclusive o palacio da Presidencia da Republica, 350:000\$000.

N. 41. Eventuaes — Para pagamento de despesas comprehendidas no art. 64 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892 e de differenças de cambio com as despesas dos pensionistas da União na Europa e outras despesas, 90:000\$000.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1925 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1894

Concede autorisação a Tiburcio Alves de Carvalho e outros para organisarem a Companhia Centro Commercial

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Tiburcio Alves de Carvalho, Boaventura Amorim e Pedro de Almeida, resolve conceder-lhes autorisação para organisarem a Companhia Centro Commercial, com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem que tenham sido observadas as formalidades exigidas pelos arts. 79 e 80 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Estatutos da Companhia Centro Commercial

### CAPITULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO, SÉDE E PRAZO DE DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Fica constituída na cidade de Maceió, Capital do Estado das Alagoas, uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia Centro Commercial, pelos presentes estatutos e respectiva legislação vigente regida.

Art. 2.º A séde, o fóro juridico e a administração geral da companhia serão, para todos os effeitos legais, na mesma cidade.

Art. 3.º O prazo de duração da companhia é de 25 annos, contados da data de sua instalação ; podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral.

Paragrapho unico. Antes de expirar o prazo de duração, não poderá a companhia ser dissolvida ou liquidada sem que se verifique alguma das hypotheses previstas na legislação em vigor.

### CAPITULO II

#### DO CAPITAL

Art. 4.º O capital da companhia será de mil contos de réis (1.000:000\$) dividido em cinco mil (5.000) acções de duzentos mil réis (200\$) ; podendo ser elevado por deliberação da assembléa geral.

§ 1.º As acções da companhia serão nominativas até seu integral pagamento, podendo ser convertidas em acções transferiveis por endosso ou em acções ao portador, por deliberação da assembléa geral.

§ 2.º A transferencia das acções será feita no registro da companhia.

Art. 5.º O capital será realisado em prestações, sendo a primeira de 25 % (vinte e cinco por cento), a segunda tambem de 25 % e as demais de 10 %, com intervallo nunca menor de trinta dias da primeira prestação, effectuando-se as chamadas a juizo da directoria.

Art. 6.º Os accionistas que não effectuarem o pagamento das prestações nos prazos determinados, perderão, em beneficio da companhia, as entradas que tiverem pago e as acções declaradas em commisso, salvo caso de força maior, devidamente reconhecido pela directoria, que concederá, por uma só vez aos accionistas imputuies, novo prazo até trinta dias, impondo a multa de 2 % (dous por cento) sobre a prestação retardada, que será juntamente paga com a prestação.

Art. 7.º As acções cahidas em commissio poderão ser reemitidas pela directoria e o seu producto levado a fundo de reserva ; podendo, entretanto, a directoria compellir judicialmente o accionista a solver a sua responsabilidade, pelas entradas que não tiver realisado, e assim lhe parecer preferivel.

### CAPITULO III

#### DOS FINS DA COMPANHIA

Art. 8.º A companhia tem por fins: a) Promover por todos os meios o desenvolvimento do commercio de exportação de productos nacionaes para outros Estados da União e para o estrangeiro; bem assim o de importação de seccoos e molhados e outros congeneres, especialmente generos de estiva ; b) Adquirir estabelecimentos commerciaes de generos de estiva, já existentes e de reconhecida vantagem ; c) Comprar e vender por atacado e a varejo todo e qualquer genero nacional ou estrangeiro; d) Importar directamente de qualquer procedencia nacional ou estrangeira generos de toda e qualquer qualidade que formem objecto de seu commercio ou quaesquer outros que possam convir ; e) Construir ou adquirir por compra ou arrendamento trapiches alfandegados como armazens apropriados não só ás suas mercadorias como ás de terceiros, creando um serviço completo para carga e descarga das embarcações nos mesmos ; f) Receber consignações e encarregar-se de commissões por conta de terceiros, bem como receber á consignação quaesquer embarcações de navegação transatlantica ou de cabotagem ; g) Abrir credito em conta de mercadorias em qualquer estabelecimento na séde da companhia ou nas succursaes, com garantia a juizo da directoria ; h) Realisar quaesquer operações de carteira commercial que possam trazer lucros, a juizo da directoria ; i) Operar finalmente em todas as transacções licitas deliberadas pela directoria.

### CAPITULO IV

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9.º A administração geral da companhia será composta de tres directores, os quaes nomearão dentre si o respectivo presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 10. A eleição da directoria, menos da primeira, proceder-se-ha por escrutinio secreto, em assembléa geral.

§ 1.º Será considerado eleito o accionista que reunir maioria absoluta de votos.

§ 2.º No caso de não verificar-se a hypothese do paragrapho precedente, correrá novo escrutinio entre os mais votados em

numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, bastando então a maioria relativa dos votos.

§ 3.º No caso de empate será preferido o accionista que possuir maior numero de acções.

§ 4.º Para exercer o cargo de director é necessario ser accionista possuidor de vinte e cinco acções pelo menos.

Art. 11. Antes de esgotarem-se trinta dias da posse do logar, em garantia dos actos da sua administração, cada um dos membros da directoria caucionará cincoenta acções, que não podem ser alienadas enquanto não forem pela assemblea geral approvadas as contas dos que houverem exercido o mandato.

Art. 12. No caso de impedimento ou ausencia prolongada de um dos directores, os demais chamarão o mais votado dos supplentes, de accordo com o conselho fiscal para substituil-o.

§ 1.º Nenhum director poderá deixar de exercer as funcções de seu cargo ou ausentar-se da séde da companhia, salvo o serviço da mesma, por mais de quatro mezes, sob pena de perda do cargo.

§ 2.º Neste caso, como no de morte ou renuncia expressa, os directores darão posse ao supplente, o qual fará immediatamente a caução determinada pelo art. 11.

Art. 13. Na assemblea geral de installação serão fixados os honorarios dos membros da directoria.

Art. 14. São attribuições e deveres da directoria :

§ 1.º Zelar, dirigir e administrar todos os negocios da companhia.

§ 2.º Resolver sobre a fundação dos estabelecimentos filiaes, determinando a natureza e os limites das operações.

§ 3.º Confeccionar ou approvar regulamentos internos que versarem sobre serviço e deveres de gerentes, empregados e auxiliares.

§ 4.º Nomear, suspender e demittir os gerentes dos estabelecimentos da companhia, assim como os demais empregados, marcando a todos os vencimentos que lhes competem e fixando as fianças que devem prestar, fazendo com elles os tratos que forem necessarios.

§ 5.º Organisar contas e balanços que tenham de ser apresentados à assemblea geral, além do um balanço semestral, demonstrativo das operações effectuadas.

§ 6.º Fixar o dividendo que tem de ser distribuido annualmente, de accordo com o conselho fiscal e em vista dos lucros liquidos.

§ 7.º Convocar assembleas geraes ordinarias e extraordinarias, sendo estas ultimas julgadas necessarias, ouvido o conselho fiscal ou si forem requeridas.

§ 8.º Determinar a época para chamada do capital na fórma do art. 5º destes estatutos.

§ 9.º Estabelecer bases para os contractos de compra e venda dos estabelecimentos commerciaes, contrahir obrigações, transigir, alienar bens e direitos, hypothecar o empenhar bens sociaes, além de todos os actos e attribuições de livre administração relativas ao fim e utilidade da companhia.

Para estes effeitos é a directoria investida dos necessarios poderes.

Art. 15. Resolverá a directoria o pagamento de todas as contas, despezas e obrigações da companhia, assim como sobre todas as arrecadações de rendas, fazendo recolhel-as ao cofre da companhia.

Art. 16. Perante terceiros como em juizos incumbe ao presidente representar a companhia, podendo constituir mandatarios; apresentar na reunião ordinaria da assembléa geral o relatorio annual dos trabalhos da companhia; assignar balanços e escripturas, documentos e contractos; observar e fazer observar as disposições destes estatutos.

Paragrapho unico. O presidente será o director geral da companhia; substitui-o-hão o secretario e o thesoureiro; cumprindo ao presidente e ao secretario assignarem, para todos os effeitos, em seus nomes a correspondencia da companhia.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 17. O conselho fiscal compor-se-ha de tres membros effectivos e tres supplentes que serão eleitos annualmente, podendo ser reeleitos.

Art. 18. Os membros do conselho fiscal que deverão ser accionistas reunir-se-hão uma vez, pelo menos, em cada trimestre para tomar conhecimento dos negocios da companhia, lavrando-se uma acta do que occorrer na reunião.

Art. 19. Compete ao conselho fiscal:

a) Dar sobre os negocios da companhia parecer que será entregue á directoria a tempo de ser incluido no relatorio annual, baseado no balanço, inventario e contas da administração;

b) Convocar a assembléa geral extraordinaria sempre que for necessaria;

c) Dar conselho sempre que para isso for solicitado pela directoria;

d) Examinar, durante o trimestre que precede a reunião da assembléa geral ordinaria, a caixa, a carteira, a escripturação e todos os documentos que necessite consultar para informar-se da administração da companhia.

## CAPITULO VI

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 20. A reunião ordinaria da assembléa geral será em 30 de julho de cada anno; na constituição das assembléas geraes serão observadas as disposições da lei e mais o seguinte:

1.º O presidente da companhia ou qualquer um dos membros da directoria, na sua ausencia, installará a assembléa geral convidando-a a acclamar o accionista que a deve presidir.

2.º O presidente acclamado escolherá dous secretarios para comporem a mesa da assembléa geral.

3.º Só será installada quando se verificar estar representado metade do capital social.

4.º Não comparecendo accionistas ou representantes que satisfaçam a determinação do numero precedente, na primeira reunião, será convocada outra que deliberará, qualquer que seja a quantidade dos capitães representados pelos accionistas presentes.

5.º Com antecedencia nunca menos de (15) quinze dias, serão feitas pela imprensa as convocações da assembléa geral.

6.º Nenhum assumpto será discutido sem a prévia leitura, em mesa, para se iniciar o debate.

Art. 21. Cada grupo de cinco acções dará direito a um voto, seja qual for a quantidade de acções que possuir o accionista.

Paragrapho unico. O accionista que possuir acções ao portador devera depositar na séde da companhia suas acções com antecedencia de 30 dias que precedem a assembléa geral ordinaria ou extraordinaria.

Art. 22. São admittidos votos por procuração, contanto que os poderes especiaes sejam conferidos a qualquer accionista somente, nos termos da lei.

Art. 23. Nas attribuições da assembléa geral se comprehende o direito de:

1º, alterar ou reformar os estatutos;

2º, augmentar o capital social;

3º, julgar as contas annuaes e dar ou negar quitação aos mandatarios;

4º, eleger ou destituir os membros da directoria e do conselho fiscal;

5º, deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração, dissolução e liquidação da companhia, de accordo com a legislação vigente;

6º, tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da companhia;

7º, não se discutir o votar nas reuniões extraordinarias da assembléa geral, propostas ou indicações alheias aos assumptos da sua convocação que devem ser designados nos annuncios;

8º, resolver todos os assumptos que lhe forem apresentados, sendo que para reforma dos estatutos, dissolução, liquidação e augmento do capital da companhia será necessaria a representação de dous terços pelo menos do fundo social.

## CAPITULO VII

### DOS LUCROS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDO

Art. 24. Para o fundo de reserva annualmente deduzir-seão 5 % dos lucros de cada balanço.

§ 1.º Igualmente se deduzirão 10 % para o fundo de amortisação, annualmente, até perfazer a importancia despendida com a aquisição das casas commerciaes designadas no art. 28, lettra a) destes estatutos e com a incorporação e installação da companhia.

§ 2.º Sempre serão deduzidos 8 % para fazer face ás dividas insolvaveis annualmente.

Art. 25. Deduzidas as percentagens especificadas no artigo precedente, serão os lucros distribuidos como dividendo aos accionistas.

Art. 26. Os dividendos não reclamados no prazo de cinco annos prescrevem aos accionistas, revertendo em beneficio da renda da companhia.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 27. O anno social começará em primeiro de julho e terminará em 30 de junho, regulando-se a companhia pelas leis vigentes nos casos omissos nos presentes estatutos.

Art. 28. É concedida, desde já, autorisação á directoria para :

a) effectuar a aquisição das casas de negocio de generos de estivas e comissões para realisação dos fins da companhia pelos preços que julgar convenientes e, na fôrma do art. 16 destes estatutos, firmar contractos com os proprietarios de armazens e trapiches ;

b) satisfazer todas as despesas necessarias e attinentes á incorporação e installação desta companhia, pagando uma somma, equivalente a 3 % do capital social, aos incorporadores depois da installação ;

c) realizar emprestimos em dinheiro mediante contractos, com a responsabilidade da companhia ;

d) organizar o serviço, determinando os deveres e condições dos gerentes ou administradores e empregados, nos estabeleci-



mentos da companhia ; preferindo-se os ex-proprietarios ou seus prepostos e os empregados que caucionaram uma ou mais acções para garantir a gestão do cargo.

Art. 29. Sômente serão levadas a juizo, depois de exgotados os meios conciliatorios, as questões ou duvidas que surgirem na gestão dos negocios da companhia ; preferindo-se, sempre, a arbitragem para resolução das mesmas.

Art. 30. Fica approvada a compra dos estabelecimentos commerciaes existentes nesta cidade das seguintes firmas: Amorim Leão & C.<sup>a</sup>, Tiburcio Alves de Carvalho & C.<sup>a</sup>, Miranda Irmão, Rodrigues & Rodrigues, mediante a indemnisação de trescentos e oitenta contos para todas as quatro firmas pela cessão, á companhia, de seus direitos e vantagens que serão especificados em contracto como incorporadores.

Art. 31. O mandato da directoria durará tres annos e seus membros podem ser reeleitos.

Art. 33. Os accionistas possuidores de uma ou mais acções aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida por lei.

Art. 33. Pela excepção destes estatutos os accionistas nomeam e aceitam para a primeira directoria os accionistas seguintes :

(Seguem as assignaturas.)



Sr. Presidente — Afastados do serviço activo muitos officiaes subalternos do Corpo da Armada, uns por terem tomado parte na revolta de setembro, outros por morrerem solicitando reforma, luta este Ministerio com serias difficuldades para garantir os navios da esquadra, compôr os estados-maiores dos corpos de infantaria e marinheiros nacionaes e prover os cargos de capitães de portos e commandantes de escolas de aprendizes, tendo sido obrigado a recorrer á nossa tão enfraquecida marinha mercante.

Ninguém ignora os relevantes serviços prestados por officiaes desta classe, em differentes épocas de nossa historia. As campanhas de 1823, do Paraguay e outras dão solemne testemunho da bravura e do patriotismo com que se distinguiram tantos officiaes de commissão, cujos nomes o Brazil recorda agradecido ; as modificações, entretanto, por que tem passado o navio de guerra nestes ultimos tempos, exigem daquelles que tem de dirigir-o maior preparo intellectual do que o necessario á marinha mercante, cada dia mais distanciado do militar ; e urge, por conseguinte, cuidar desde já da educação de novos officiaes, reabrindo, quanto antes, a Escola Naval.

Tendo autorisado os concertos de que careciam os predios da ilha das Enxadas, onde estava aquartelado o Corpo de aspirantes á guardas-marinha, convindo alirir inscripção para matricula

e dar começo ao anno lectivo, solicito-vos a revogação do decreto de 3 de dezembro de mil oitocentos noventa e tres, bem como as providencias necessarias para que sejam devolvidos á mesma ilha as vitrinas eapparelhos dos importantissimos gabinetes de physica e chimica e das aulas de esgrima e gymnastica, os modelos da aula de apparelho e manobra, o armamento, a mobilia escolar, transferidos para o collegio e escolas militares, na convicção de que fosse approvada pelas duas Camaras Legislativas, na sessão ora encerrada, a fusão proposta na mensagem dirigida ao Congresso Nacional, em 7 de maio do corrente anno, pelo Sr. Marechal Vice-Presidente da Republica.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 24 de dezembro de 1894. — *Elisario José Barbosa.*

DECRETO N. 1926 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1894

Manda reabrir a Escola Naval.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que urge reabrir a Escola Naval :

Resolve revogar o decreto de 13 de dezembro do anno passado, na parte que determina ficarem suspensas as funcções da mesma Escola.

O Almirante Elisario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, em 27 de dezembro de 1894, 6ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



DECRETO N. 1927 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 903:472\$480, sendo 888:472\$180 á verba — Exercicios findos, e 20:000\$ á verba — Eventuaes, do exercicio de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação conferida no art. 1º n. 1 da lei n. 261 de 20 do corrente mez, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda,

no corrente exercicio de 1894, o credito supplementar de 908:172\$480, sendo a verba — Exercicios findos, rubrica 31 do art. 7º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, o credito de 888:172\$480, para pagamento de contas atrasadas à *American Bank Note Company*, 234:381\$900.

Idem à Directoria do Correio Francez, pelo transporte de correspondencia desde 1889 até ao 1º semestre de 1892, 353:780\$580.

Liquidação das dividas da Companhia Lloyd Brasileiro, 300:000\$; e à

Eventuaes, rubrica 28 do art. 7º da lei citada, o de 20:000\$ para pagamento das despezas que correm por esta verba.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 1928 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre o credito extraordinario de 100:000\$000 para occorrer ao pagamento das terras e aguas do rio Covanca adquiridas ao Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe foi conferida pelo Congresso Nacional, em decreto n. 259 de 19 de dezembro corrente, resolve abrir o credito extraordinario de 100:000\$000, para ser applicado à compra das terras e aguas do rio Covanca, de propriedade do Dr. Joaquim José de Siqueira e sua mulher, nos termos do contracto com os mesmos celebrado a 25 de janeiro do corrente anno.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1929 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Itapeirica, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Itapeirica, no Estado de Minas Geraes, ficará constituido dos actuaes batalhões ns. 46º e 47º do serviço activo e 31 e 32º do da reserva, reduzidos a quatro companhias, e do de n. 235 que se comporá dos guardas qualificados na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias do 46º batalhão e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 85º, que se organizará nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1930 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Abre o credito supplementar de 995:000\$ ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para occorrer ás despesas da verba — Correio Geral, no exercicio de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a que o decreto n. 1692 A, de 10 de abril de 1894, que deu nova organização aos Correios da Republica, trouxe, por seus proprios effeitos, augmento de encargos para este ramo de serviço publico ;

Considerando que a consignação — Vencimentos variaveis, do — Pessoal — da referida repartição, excedeu no seu *quantum* á dotação orçamentaria ;

Considerando que a rubrica — Material, — na sua importancia, foi deficiente para occorrer ás despesas de serviços já creados e outros que foram creados em cumprimento do alludido decreto n. 1692 A, ficando assim esta parte da verba — Correio Geral — sobrecarregada de onus indispensaveis ;

Considerando que o Congresso Nacional, por falta de tempo, não pôde resolver sobre a Mensagem que, a respeito, lhe dirigiu o Governo em 10 de dezembro findo ;

Considerando ainda que o Governo, por força do citado decreto n. 1692 A de 10 de abril, tem de satisfazer os compromissos emanados da referida lei ;

Considerando finalmente que, em virtude da lei orçamentaria n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, tem o Poder Executivo faculdade de abrir para a verba — Correio Geral — credits supplementares :

Resolve, ouvindo o Tribunal de Contas, na conformidade do art. 35 do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito suplementar de 995:000\$, para occorrer ás despesas da verba — Correio Geral, no exercicio de 1894.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 1931 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Declara extinto o Laboratorio de Biologia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no art. 6º § 1º n. 2 da lei n. 266 de 24 do corrente mez ;

Decreta:

Fica extinto o Laboratorio de Biologia, annexo ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1931 A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Supprime o Consulado em Cardiff.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o Congresso Nacional não votou verba para o vencimento do consul em Cardiff, resolve supprimir o Consulado alli estabelecido.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1894, 6º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



# ADDITAMENTO

## ADDITAMENTO

---

DECRETO N. 1522 B (\*) — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no Estado do  
Espirito Santo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil  
decreta: .

Art. 1.º Fica creada no Estado do Espirito Santo mais uma  
brigada de infantaria de guardas nacionaes com a designação de  
11ª, e composta dos batalhões 11º de infantaria e 4º da reserva,  
para esse fim desligados da 4ª brigada e dos ora creados, com a  
denominação de 33º do serviço activo e 1º regimento de ca-  
vallaria.

Art. 2.º A referida brigada ficará pertencendo à comarca de  
Alfredo Chaves e os corpos, ora creados, se organizarão com os  
guardas alistados nos districtos da mesma comarca.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



---

(\*) Publicado no *Diario Official* de 10 de agosto de 1891.



## DECRETO N. 1522 C (\*) — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Crea dous batalhões de infantaria na 4ª Brigada da Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na 4ª brigada da Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 31º e 32º, que se organizarão com os guardas alistados nos districtos da comarca de Benevente, do mesmo Estado ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1616 A — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1893

Autorisa o Ministro da Fazenda a emittir papel-moeda no corrente e no seguinte exercicio, até á importancia de cem mil contos de réis.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:  
Decreta:

Art. 1.º Para occorrer ás despezas urgentes e extraordinarias, que as necessidades de manter a ordem publica nas actuaes circumstancias do Paiz tem creado para o Thesouro Federal — despezas, inteiramente superiores ás previsões da receita orçamentaria,—fica o Ministro da Fazenda autorizado a emittir, no exercicio corrente e no seguinte de 1894, até á somma de cem mil contos de réis (100.000:000\$), de papel-moeda.

Art. 2.º Na proxima reunião do Congresso Nacional será esta medida submettida á approvação do mesmo, que deliberará acerca do seu conveniente resgate.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Felisbello Freire.*



---

(\*) Publicado no *Diario Official* de 10 de agosto de 1893.